SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 07 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3632

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 060.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 060/2026
Processo N° 103/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais para o desenvolvimento das atividades e oficinas realizadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, especialmente as oficinas de teclado, violão e fanfarra do Município de Boa Esperança do Iguaçu – PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 21.951,05 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinco centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 07/10/2026 às 08h30min do dia 20/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 20/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 20/10/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR ITEM.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 06 de outubro de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

ANTONIO BIANCHINI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:103C4A1A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3565, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Promove progressão horizontal aos servidores públicos municipais que especifica, e dá outras providências.

Antonio Bianchini, Prefeito em Exercício do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nas Leis Municipais n.º 12.06/2005 e 204/2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Enquadrar os servidores públicos municipais, de conformidade com as Leis Municipais n.º 12.06/2005 e 204/2012, a qual prevê a progressão horizontal de uma referência para outra pela avaliação de desempenho na tabela de vencimentos do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores públicos, a partir de 01 de outubro de 2026, aos servidores que especifica:

Nome	CPF	Cargo	Nível Ref. Horizontal
Adilena de Azevedo	054.597.719-35	Agente Comunitário de Saúde	12
Adriana Aparecida Macedo Raupp	041.445.459-62	Agente Comunitário de Saúde	12
Edenilso Jose Ogliari	026.851.579-48	Técnico Administrativo	12
Edineia Spiercort Dalberti	033.794.379-64	Auxiliar de Serviços Gerais	12
Edson Jose Ghizoni Necker	802.152.709-91	Contador	12
Fatima Variani Grassi	035.217.129-40	Agente Comunitário de Saúde	12
Gelson Antonio Barcelo	062.585.439-01	Motorista de Veículos Leves	4
Givanildo Rizelo	027.885.319-66	Auxiliar Administrativo	12
Itacir Ivonei Cecatto	782.532.929-53	Motorista de Veículos Pesados	12
Ivanete Rufatto Trindade	027.890.919-19	Auxiliar Administrativo	12
Ivo Beletini	545.972.859-20	Operador de Máquinas	12
Jacinto Provin	555.379.019-00	Motorista de Veículos Pesados	8
Jiovana Beatriz Xavier Tessaro	706.583.159-00	Agente Comunitário de Saúde	12
Lucia Maria Antunes Correa de Souza	023.204.619-06	Auxiliar De Serviços Gerais	12
Mariza Ramos da Silveira Danielski	000.585.859-31	Zeladora	12
Martins Alvin de Godoi	597.551.489-49	Vigia	12
Neiva Ramos da Silveira Ize	971.287.679-91	Zeladora	12
Nelva Toseto Beletini	946.164.939-87	Agente Comunitário de Saúde	12
Rozilei Beletini Cecatto	041.323.879-25	Auxiliar Administrativo	12
Serlei Gehlen Gonçalves	775.021.249-34	Agente Comunitário de Saúde	12
Valcir Paim De Andrade	000.321.339-01	Técnico Administrativo	12
Vaneide Favero	024.485.979-52	Agente Comunitário de Saúde	12

Art. 2º. Os servidores que se encontram em cargos comissionados, tem direito as progressões e receberão o valor de seu cargo efetivo no retorno, com os acréscimos decorrentes da elevação dos níveis ou referências a que teria direito se no cargo estivesse, sem direito à incorporação em seus vencimentos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir dia 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ANTONIO BIANCHINI
Prefeito em Exercício

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:0834CA6F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 351/2025

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 351/2025. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: JG Derivados de Cimento Ltda. CNPJ: 19.376.115/0001-03. Objeto: Dilação do prazo de execução contratual por mais 240 (duzentos e quarenta) dias e vigência contratual por mais 244 (duzentos e quarenta e quatro) dias. Novo prazo de execução: 02/06/2027. Novo prazo de vigência: 29/11/2027. Origem: Concorrência Eletrônica nº 90012/2025. Fundamento Legal: Artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21. Data da assinatura: 05/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Norton Cesar Spaniol, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:2AD73036

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2024

Espécie: Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 102/2024. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Artefatos de Cimentos AZ Ltda. CNPJ: 21.977.522/0001-18. Objeto: Dilação do prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias. Novo Prazo de Vigência: 07/01/2027. Origem: Concorrência nº 08/2023. Fundamento Legal: Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 02/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Alexandro Zanoni, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:90C5E56B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA -1102-2026 - LICENÇAS PARA TRATAR DE FAMILIAR NEUSA TEREZINHA RISSARDI

PORTARIA Nº 1102/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que foi concedido a servidora abaixo relacionado Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período adiante indicado:

Servidor	Matrícula	Data Início	Data Fim
Neuza Teresinha Rissardi	1921-7	14/08//2026	13/09/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:BD7C5B33

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1103-2026 - AFASTAMENTO LICENÇA SAÚDE KEILA ANDREIA DE OLIVEIRA GAMBETTA

PORTARIA Nº 1103/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5404/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que se afastou de suas atividades para tratamento de saúde, de acordo com o Decreto nº 159/2018, de 02 de abril de 2018, a seguinte servidora:

Servidor	Matrícula	Início/Afastamento	Fim/Afastamento
Keila Andreia de Oliveira Gambetta	3825-0	01/10/2026	05/10/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:21CA2023

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 172/2026 - CONVOCAÇÃO PROFESSOR TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 172/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Professor, realizado de acordo com os editais de abertura nº 101/2024,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: PROFESSOR TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
94º	LUDMYLLA DUARTE HENGEM

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:C70391D4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO FOMENTO 34-2026 - PROTOCOLO 1856-2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 34/2026
Protocolo Administrativo nº 1.856/2026 – Emenda Impositiva Individual nº 058/2025 - *Sem Chamamento Público – Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014*
Trata-se de minuta do extrato do Termo de Fomento a ser celebrado entre o Município de Chopinzinho e a Organização da Sociedade Civil abaixo identificada, elaborada em conformidade com as exigências de transparência da Lei Federal nº 13.019/2014:

CONCEDENTE	Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.
TOMADOR	**ASSOCIAÇÃO MISSÃO VIDA NOVA – MISSÃO SOS VIDA**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº **10.874.797/0002-90**, com sede na Estrada Interior, s/n, Bairro Linha Santa Cruz, Chopinzinho/PR, CEP 85.560-000. Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 3.737/2018.
OBJETO	Transferência de recursos financeiros para a execução do Plano de Trabalho do projeto voltado ao acompanhamento de pessoas adultas com sofrimento ou transtornos mentais decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.
ORIGEM DOS RECURSOS	Recursos provenientes da Emenda Impositiva Individual nº **058/2025** ao Projeto de Lei Ordinária nº 094/2025 (LOA 2026), de autoria do Vereador **Jorcélio Farias**
PRAZO DE VIGÊNCIA	6 meses a partir da data de assinatura
VALOR TOTAL	**R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**Unidade Orçamentária:** 07.02 – Fundo Municipal de Saúde **Fonte de Recursos:** 303 – Saúde / Percentual vinculado sobre a receita de impostos **Programa de Trabalho:** 1030100072.035 – Serviços de Atenção Básica **Elemento de Despesa:** 3.3.50.43 – Subvenções Sociais **Desdobrado:** 1403 – Instituição de Caráter de Assistência Social
FUNDAMENTO LEGAL	Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014; Decreto Municipal nº 51/2026; e demais normas aplicáveis.
FORO	Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.
GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO	**Gestora da Parceria:** Elsa Sabrina Oliveira Paula. **Fiscal Titular:** Elza Chicorra. **Fiscal Substituta:** Fernanda Ceni Scolaro Sgarbozza. Comissão de Monitoramento e Avaliação: Viviane da Costa, Eliana Piaia e Thais Aparecida Dalfovo (Portaria Municipal nº 901/2026).

Chopinzinho, 05 de outubro de 2026.

Município De Chopinzinho
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Associação Missão Vida Nova – Missão Sos Vida
JACIR LUIZ TUNI
Presidente – Tomador

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:40AA8D19

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE - PROTOCOLO 993-2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO

O presente documento trata da celebração de Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO – APAE DE CHOPINZINHO**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº **80.871.361/0001-42**, com sede na Rua Zacharias Silvério de Oliveira, nº 4307, Bairro São Sebastião, CEP 85.560-000, em Chopinzinho/PR, representada por seu Presidente, Sr. **Alcimar André de Souza**, conforme Processo de Parceria decorrente do **Protocolo Administrativo nº 993/2026**.
Considerando que a parceria tem por objetivo a execução do projeto denominado **"Caminhos que Transformam"**, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA por meio da **Resolução nº 17/2026**, no valor total de **R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)**, financiado com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA;
Considerando a prévia atestação de disponibilidade orçamentária e financeira emitida pelo Departamento Financeiro, alocada na Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, sob o programa de trabalho do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (Unidade 08.03, Fonte 5880, Elemento de Despesa 3.3.50.43 – Subvenções Sociais);
Considerando que a entidade é declarada de Utilidade Pública Municipal conforme a **Lei Municipal nº 1.050, de 26 de novembro de 1990**, e de Utilidade Pública Estadual pela **Lei Estadual nº 10.758, de 09 de maio de 1994;**
Considerando que a APAE de Chopinzinho apresentou a devida regularidade fiscal e a certidão de regularidade de prestação de contas de transferências voluntárias perante o Município de Chopinzinho;
Considerando que a instituição desenvolve atividades contínuas de relevante interesse público e social voltadas ao atendimento educacional especializado, saúde e assistência social de crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla;
Considerando a capacidade técnica, operacional e a experiência da entidade para a execução do objeto proposto, referente à ampliação da carga horária de profissional fisioterapeuta para qualificar o atendimento neuropsicomotor dos alunos, conforme demonstrado no Plano de Trabalho aprovado;
RATIFICO a inexigibilidade de chamamento público para a celebração de Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO – APAE DE CHOPINZINHO**, referente ao exercício de 2026, no valor de R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), tendo por objeto a execução do projeto "Caminhos que Transformam", mediante a execução das ações e metas previstas no Plano de Trabalho aprovado, observada a dotação orçamentária constante dos autos e as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 51, de 27 de fevereiro de 2026.
Determino a publicação deste ato, para fins de publicidade e transparência, nos termos da legislação aplicável, especialmente da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 51, de 27 de fevereiro de 2026**.**
Após, remetam-se os autos para a formalização do Termo de Fomento e demais providências cabíveis.

Chopinzinho, 06 de outubro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:13F339C7

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO- PROTOCOLO 993-2026

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO Nº 993/2026

A Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO – APAE DE CHOPINZINHO**, inscrita no CNPJ sob o nº **80.871.361/0001-42**, com sede na Rua Zacharias Silvério de Oliveira, nº 4307, Bairro São Sebastião, CEP 85.560-000, no Município de Chopinzinho/PR, doravante denominada entidade parceira, tendo sido declarada de Utilidade Pública Municipal pela **Lei Municipal nº 1.050, de 26 de novembro de 1990** e de Utilidade Pública Estadual pela **Lei Estadual nº 10.758, de 09 de maio de 1994**.
Para a formalização de parceria mediante Termo de Fomento, torna-se necessária a transferência de recursos financeiros no valor global de **R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)**, com fundamento nas seguintes normas:

• **I – Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014,** especialmente seu art. 31, que estabelece a inexigibilidade de chamamento público quando houver inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, bem como a Resolução nº 17/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que aprovou o projeto no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – FIA;
• **II – Decreto Municipal nº 51, de 27 de fevereiro de 2026**, que regulamenta o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) no âmbito do Município de Chopinzinho/PR;
• **III – Lei Municipal nº 1.050, de 26 de novembro de 1990**, que declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho;
• **IV – Portaria nº 923/2026, de 27 de agosto de 2026**, que designa a Comissão de Monitoramento e Avaliação (composta pelas servidoras Gislaine Tania Galeazzi, Ronalda Inês Stramari e Danieli Lucia Belli Petris), o Gestor da parceria (Weslen Bortolassi Pressinato) e os Fiscais (Adriana Casagrande como titular e Marciane Gielow como substituta);
• **V – Plano de Trabalho aprovado** pelo CMDCA e Termo de Disponibilidade Financeira e Orçamentária emitido pelo Departamento de Finanças do Município de Chopinzinho.

Considerando que os recursos objeto da presente parceria são provenientes do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, aprovados pela Resolução nº 17/2026 do CMDCA, no valor de R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), conforme dotação orçamentária vinculada alocada na Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos (Unidade 08.03, Fonte de Recursos 5880, Elemento de Despesa 3.3.50.43 – Subvenções Sociais);
Considerando que a entidade proponente atende aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal, estando em dia com suas obrigações fiscais municipais (conforme Certidão de Regularidade Fiscal Municipal expedida em 30/09/2026) e em situação de regularidade em relação às prestações de contas de recursos recebidos anteriormente (conforme Certidão de Regularidade – Prestação de Contas de Transferências Voluntárias expedida em 30/09/2026);
Considerando que a APAE de Chopinzinho desenvolve atividades de relevante interesse público e social de forma continuada, prestando serviços educacionais especializados, de saúde e assistência social a crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla no município de Chopinzinho/PR;
Considerando a capacidade técnica, gerencial e operacional comprovada da APAE de Chopinzinho, fundada em 29 de junho de 1989, contando com equipe multidisciplinar, estrutura adequada e experiência comprovada na execução de serviços educacionais especializados, de saúde e de assistência social destinados a crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla;
Considerando que o projeto "Caminhos que Transformam" foi selecionado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – FIA, conforme Resolução nº 17/2026, sendo a APAE de Chopinzinho a organização responsável pela execução do projeto aprovado, circunstância que caracteriza a inviabilidade de competição para a celebração da parceria nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014;
Desta forma, fica justificada a inexigibilidade de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO – APAE DE CHOPINZINHO**, com fundamento no art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no art. 10 do Decreto Municipal nº 51, de 27 de fevereiro de 2026, em razão da inviabilidade de competição decorrente da seleção e aprovação do projeto "Caminhos que Transformam" pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – FIA, conforme Resolução nº 17/2026, no valor de **R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)**, destinado à execução das ações e metas previstas no Plano de Trabalho aprovado nos autos do Protocolo Administrativo nº 993/2026.
Chopinzinho/PR, 06 de outubro de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal de Chopinzinho

NEIDE GASPARETTO PASQUALI
Secretária de Assistência Social.

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:20FF0A0C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
PORTARIA 80-2026

SÚMULA: Estabelece turno único de expediente no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, como medida de contenção e racionalização de despesas, e dá outras providências.

JULIANO MORELLI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 28, inciso II da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Iguaçu-Paraná, e:

CONSIDERANDO as medidas de contenção e racionalização de despesas adotadas no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 6.352/2026, que estabelece medidas de contenção e racionalização de despesas no âmbito do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do expediente administrativo da Câmara Municipal ao atual cenário econômico e financeiro do Município;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa da adoção de turno único de expediente, como medida de racionalização dos recursos públicos, sem prejuízo do regular funcionamento do Poder Legislativo e da realização das sessões ordinárias;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, turno único de expediente, das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, a partir de 07 de outubro de 2026.

Art. 2º No que se refere às sessões ordinárias da Câmara Municipal, fica mantido o horário regimental, às segundas-feiras, às 18h.

Art. 3º O turno único de expediente instituído por esta Portaria poderá ser alterado ou revogado a qualquer tempo, mediante ato da Presidência, caso sobrevenha interesse público ou alteração das circunstâncias que justificaram sua adoção.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu/PR, aos seis dias do mês de outubro de 2026.

JULIANO MORELLI
Presidente

Registre-se e Publique-se;

AGDA KAYANE NUNES DE OLIVEIRA
Secretária Executiva.

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:444FDDB7

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6616-2026

DECRETO Nº 6616/2026

Nomeia DAYANE RAMOM DE MATTOS para o Cargo Temporário de Professora.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1168/2017** de **27/06/2017** e, em fase do resultado do Processo Seletivo Simplificado para o Provimento de Cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos da Normativa nº **001/2025** de **02/01/2025**.

DECRETA:

Art. 1o Fica nomeada **DAYANE RAMOM DE MATTOS**, portadora do RG 9.617.***-*, para exercer o Cargo em Caráter Temporário de Professora, Classe A - Nível 01, com carga horária de quarenta (40:00) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Foz do Chopim, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:C3E6E37A

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6617-2026

DECRETO Nº 6617/2026

Nomeia Diretor de Saúde Humana.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, atendendo o que assegura o Inciso VIII do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº **1619/2025** de **13/11/2025**.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado **VILMAR DOS SANTOS BITENCOURT**, portador do RG 7.078.***-*, CPF:***.827.769-**, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Saúde Humana, CCe 5, vinculado à Secretaria de Saúde a partir do dia 05 de outubro de 2026.

Art**. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:4B75BBD1

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6618-2026

DECRETO Nº 6618/2026

Estabelece turno único de expediente no âmbito da Administração Pública Municipal, como medida de contenção e racionalização de despesas, e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas destinadas à contenção, racionalização e redução das despesas públicas, em razão do cenário de restrição financeira enfrentado pelo Município;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 6.352/2025, que adotou mecanismo de ajuste fiscal nos termos do art. 167-A da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 6.352/2025 estabeleceu a necessidade de adoção de medidas efetivas de controle, contenção e redução das despesas no âmbito da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO que o referido Decreto determina a racionalização dos gastos, limitando-os ao essencial para o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, de modo a preservar o equilíbrio das contas públicas;
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a prestação dos serviços públicos com a atual capacidade financeira do Município, evitando o comprometimento da continuidade dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO que a concentração do expediente administrativo em turno único contribui para a redução de despesas operacionais, especialmente com energia elétrica, água, serviços de limpeza, vigilância, manutenção, transporte e demais despesas de custeio;
CONSIDERANDO os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, planejamento, equilíbrio fiscal e interesse público que devem nortear a Administração Pública;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Cruzeiro do Iguaçu, **turno único de expediente, das 7h00 às 13h00**, de segunda a sexta-feira, a partir do dia **7 de outubro de 2026**, ressalvadas as disposições específicas previstas neste Decreto.
Art. 2º O turno único de que trata este Decreto será aplicado aos órgãos, departamentos e unidades administrativas do Poder Executivo Municipal, observadas as peculiaridades de cada serviço e as necessidades de atendimento à população.
§ 1º Os Secretários Municipais e responsáveis pelos órgãos e departamentos deverão organizar a distribuição das atividades e dos servidores de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos.
§ 2º A adoção do turno único não poderá ocasionar interrupção ou prejuízo à prestação dos serviços públicos considerados essenciais ou de funcionamento contínuo.
Art. 3º Ficam excepcionados do turno único, em razão da natureza de suas atividades e da necessidade de manutenção dos serviços públicos, os órgãos, unidades, programas e serviços que, por sua natureza, necessitem de funcionamento em horário diverso ou em regime de plantão, especialmente:

I	-	Serviços de saúde e atendimento de urgência e emergência;
II	-	Serviços de limpeza pública e coleta de resíduos
III	-	Serviços de vigilância, segurança e proteção do patrimônio público
IV	-	Serviços de transporte escolar e demais atividades cuja execução esteja vinculada a horários específicos
V	-	Centro Municipal de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental, observarão as respectivas jornadas e o calendário escolar
VI	-	Serviços de assistência social cuja natureza exija atendimento em horário diferenciado, se for o caso
VII	-	Demais serviços públicos que, por determinação legal, regulamentar ou por sua natureza, não possam funcionar exclusivamente no horário estabelecido no Art. 1º

Parágrafo único. Caberá aos respectivos Secretários Municipais definir os horários de funcionamento das unidades excepcionadas, submetendo-os, quando necessário, à aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º A instituição do turno único constitui medida administrativa de contenção e racionalização de despesas, não implicando, por si só, alteração da jornada de trabalho, remuneração, vencimentos ou demais direitos funcionais previstos em lei, devendo ser observadas as jornadas legalmente estabelecidas para cada cargo ou função.

§ 1º A chefia de cada unidade deverá adequar a distribuição das atividades e dos servidores ao horário estabelecido neste Decreto, respeitadas as jornadas funcionais legalmente previstas.

§ 2º Quando a jornada legal do cargo ou função não for compatível com o turno único previsto no Art. 1º, o servidor deverá observar a jornada estabelecida na legislação específica, mediante organização administrativa determinada pela respectiva Secretaria.

Art. 5º Durante a vigência do turno único, deverão ser adotadas, no âmbito da Administração Municipal, medidas complementares de racionalização de despesas, especialmente:

I	-	Redução do consumo de energia elétrica e água
II	-	Redução de despesas com serviços de limpeza, manutenção e conservação
III	-	Racionalização da utilização de veículos, equipamentos e demais bens públicos
IV	-	Redução de despesas administrativas e de custeio não essenciais
V	-	Adoção de outras medidas que contribuam para a contenção das despesas correntes

Art. 6º Os Secretários Municipais ficam responsáveis pela implementação e fiscalização das medidas estabelecidas neste Decreto em suas respectivas unidades administrativas.

Art. 7º O atendimento ao público deverá ser organizado de forma a garantir, durante o horário estabelecido no Art. 1º, a prestação adequada dos serviços administrativos, sem prejuízo da utilização de meios eletrônicos e digitais de atendimento.

Art. 8º O turno único estabelecido por este Decreto vigorará enquanto perdurar a necessidade de contenção e racionalização das despesas públicas, especialmente enquanto estiverem vigentes as medidas decorrentes do Decreto Municipal nº 6.352/2025, podendo ser revisto ou suspenso a qualquer tempo, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, diante da alteração do cenário fiscal do Município.

Art. 9º As Secretarias Municipais deverão acompanhar os efeitos da medida, especialmente quanto à redução das despesas de custeio e à manutenção da qualidade e continuidade dos serviços públicos, apresentando ao Chefe do Poder Executivo, quando solicitado, relatório sobre os resultados alcançados.

Art. 10. Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvida, quando necessário, a Secretaria Municipal de Administração e a Procuradoria Jurídica.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:F7030E33

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8156-2026

PORTARIA Nº 8156/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria de Administração, conforme segue:

Servidor: **SÍLVIO ANTÔNIO VIGANÓ**
Função: **Assessor de Gabinete**
Cidade: **Curitiba - PR**
Datas: **05 e 06/10/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 444,46**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 30% = R$ 133,39**
Justificativa: **Deslocamento do Município de Curitiba/PR para conduzir até nosso município um veículo tipo van/odontomóvel doado ao Município de Cruzeiro do Iguaçu.**
Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLos Cardoso
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:E750D822

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8157-2026

PORTARIA Nº 8157/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria de Administração, conforme segue:

Servidor: **LUCAS DA SILVA**
Função: **Assessor de Comunicação**
Cidade: **Curitiba - PR**
Datas: **05 e 06/10/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 100% = R$ 444,46**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 444,46 correspondente a 30% = R$ 133,39**
Justificativa: **Deslocamento do Município de Curitiba/PR para conduzir até nosso município um veículo tipo van/odontomóvel doado ao Município de Cruzeiro do Iguaçu.**
Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:2E316947

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, considerando a instrução da Concorrência Eletrônica nº 010/2026, o resultado da sessão pública, o saneamento das pendências em diligência, o julgamento favorável da proposta e da habilitação da vencedora e o encerramento da fase de manifestação de recursos, conforme ata da sessão, e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021,
RESOLVE:
Art. 1º ADJUDICAR o objeto da Concorrência Eletrônica nº 010/2026 à empresa TOTAL PAV CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 15.019.222/0001-23, identificada na plataforma como TOTAL PAV CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO EIRELI, vencedora do Lote 01, pelo valor total de R$ 1.976.940,48 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), conforme proposta final aceita e habilitação reconhecida nos autos.
Objeto adjudicado: contratação para execução de pavimentação asfáltica de Estrada Rural/Vicinal em CBUQ, com área de 12.240,00 m², na Comunidade da Linha Mata Fome - Braço Esquerdo, compreendendo regularização e compactação do calçamento existente por meio de remendos e alteamentos em macadame travado, base em brita graduada, imprimação com emulsão EAI, pintura de ligação com emulsão RR-1C e camada de revestimento em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), em conformidade com o edital, seus anexos, projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Lote	Adjudicatária	CNPJ	Qtd.	Valor total
01	TOTAL PAV CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA.	15.019.222/0001-23	1 obra	R$ 1.976.940,48

Art. 2º HOMOLOGAR o resultado da Concorrência Eletrônica nº 010/2026, Processo Administrativo nº 039/2026, acolhendo o julgamento da proposta e da habilitação da licitante vencedora e ratificando os atos do procedimento, inclusive o resultado registrado na plataforma em 28 de agosto de 2026, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 3º Determinar o prosseguimento do processo para as providências administrativas necessárias à formalização da contratação, observadas as condições do edital, seus anexos, a proposta adjudicada e a legislação aplicável.
Art. 4º Este Termo produz efeitos a partir de sua assinatura, devendo ser promovida a publicidade legal dos atos, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.
Enéas Marques/PR, 2 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:00B81DA7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXONERAÇÃO MARCIDANIA CATANIO

PORTARIA nº 4263/2026

SÚMULA - Exonera por motivo de falecimento a servidora MARCIDANIA CATANIO, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 106/2023 de 24/10/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por motivo de falecimento a servidora **MARCIDANIA CATANIO**, matrícula 125911-0, do cargo de **Agente Comunitário de Saúde** a partir de 29/09/2026.

Art. 2º Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 29/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:1DC8E3B7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 12/2026 - UNICURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTOS LTDA ME – CNPJ 19.949.769/0001-89

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO: 12/2026
LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE 12/2026
DATA DE EMISSÃO: 06/10/2026.
FORNECEDOR: UNICURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTOS LTDA ME – CNPJ 19.949.769/0001-89

OBJETO: INSCRIÇÃO INDIVIDUAL EM CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DESTINADO A VEREADORES.

JUSTIFICATIVA: Tendo como motivação a solicitação contida REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA Nº. 17/2026 de autoria dos nobres vereadores LUCAS SILVA BAIA e JOAO VITOR DE OLIVEIRA PINHA, que argumentam como justificativa: *"(..) A participação no curso "Cumprimentos das Principais Determinações do TCE – Orientações, Medidas de Correção e Penalidades", justifica-se pela necessidade premente de aprimorar a função fiscalizatória do Poder Legislativo municipal. O conteúdo programático capacita diretamente os parlamentares a compreenderem as competências, decisões e acórdãos do Tribunal de Contas, qualificando a análise das contas públicas e a governança local. Além disso, o evento aborda as exigências atuais de transparência, gestão de riscos, responsabilidade fiscal e a nova governança do controle interno, áreas essenciais para evitar irregularidades na administração pública. A imersão capacita os agentes políticos a interpretar apontamentos e elaborar planos de ação preventivos e corretivos eficazes. O domínio prático sobre os reflexos do descumprimento de metas e as sanções do tribunal previne penalidades severas ao erário e aos gestores. Participar das oficinas de estudos de casos reais fortalece a atuação diligente e a segurança jurídica da Câmara Municipal. Esse treinamento de 15 horas assegura que as tomadas de decisão legislativas estejam em perfeita conformidade com as diretrizes do TCE-PR. Por fim, o curso promove integração entre teoria e prática, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade legislativa. Assim reitera-se que o referido curso oferece aprimoramento e atualização dos conhecimentos técnicos, relacionando teoria e prática, através da análise de situações problemas do dia a dia."*. Inicialmente reconhece-se que as atividades legislativas carregam particular compressibilidade e exigem de agentes políticos e servidores ligados ao assessoramento e controle, contínuo aperfeiçoamento técnico dentre os diversos campos do conhecimento. Dessa forma a realização de cursos de curta duração, com temas direcionados a realidade dessa casa legislativa torne-se ferramenta fundamental e indispensável para qualificação de agentes políticos e servidores cuja atividade esteja atrelada ao assessoramento técnico e/ou fiscalização.
.

DOTAÇÕES:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00. - 1005 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UN	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	Inscrição Individual em curso de Capacitação técnica: Cumprimentos das Principais Determinações do TCE – Orientações, Medidas de Correção e Penalidades.	SERVIÇO	02	2.590,00	5.180,00
TOTAL					**5.180,00**

Valor Total: R$ 5.180,00 (Cinco mil Sento e Oitenta reais).

EMBASAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021: Art. 74, III, f).

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no processo, torna-se público a adjudicação e homologação do procedimento licitatório em epígrafe.

JOAQUIM RODRIGUES NOVO
Presidente da Câmara Municipal de Fênix

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:B4762CD3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 33/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 33/2026

OBJETO: REPASSE FINANCEIRO À APAE, DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPARO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENTIDADE.

FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FÊNIX – APAE, INSCRITA NO CNPJ Nº 02.234.808/0001-69.

DOTAÇÕES:
08.001.12.367.0020.0021.3.3.50.41.00.00 – 1001 – CONTRIBUIÇÕES

ITENS:

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR	VALOR TOTAL
1	Repasse financeiro à APAE, destinado à aquisição de materiais para reparo e manutenção de bens imóveis utilizados na execução dos serviços prestados pela entidade.	Repasse	1	R$ 25.133,33	R$ 25.133,33

EMBASAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 Art. 74, I aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
Com base nas informações constantes no processo, torna-se público a Adjudicação e Homologação do procedimento licitatório em epígrafe.

Fênix, 06 de outubro de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:32470C28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ALTERA O INCISO II DO ART. 8º DA LEI MUNICIPAL Nº 11/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES, INSTITUI O CONSELHO TUTELAR, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 38/2007 E ALTERAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 23/2026

SÚMULA: Altera o inciso II do art. 8º da Lei Municipal nº 11/2025, que dispõe sobre as diretrizes para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, institui o Conselho Tutelar, revoga a Lei Municipal nº 38/2007 e alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, após à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores sanciona a seguinte:

LEI
Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei Municipal nº 11/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 8º** (...)
II – 05 (cinco) membros representantes da sociedade civil organizada, titulares e respectivos suplentes, escolhidos por meio de processo de escolha próprio, realizado entre organizações representativas com atuação direta ou indireta na promoção, proteção, defesa ou garantia

dos direitos da criança e do adolescente no Município de Fênix, vedada a indicação prévia ou a reserva de vagas a organizações ou entidades específicas.
(...)"
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 11/2025.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Fênix, Estado do Paraná, 06 dias do mês de outubro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:3F7A8BCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE GESTOR DE CONTRATOS, FISCAL DE CONTRATO E CONTROLADOR DE ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX.

PORTARIA Nº 21/2026

Súmula: Designa servidores para o exercício das funções de Gestor de Contratos, Fiscal de Contrato e Controlador de Encargos Sociais e Tributários no âmbito do Município de Fênix.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, Estado do Paraná, o **Sr. EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei e:

Considerando o disposto nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Considerando o Decreto Municipal nº 99/2023 de 02 de outubro de 2023, que dispõe sobre as regras para atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para o exercício das seguintes funções no âmbito dos contratos administrativos do Município de Fênix:

I – **DOMINGOS SANTOS COSTA**, como **Gestor de Contrato**;
II – **ALEXANDRE DE PÁDUA DA SILVA**, como **Fiscal de Contrato**;
III – **DANIELA DODORICO**, como **Fiscal de Contrato**;
IV – **CÁSSIO BRESSAN TONIELLO**, como **Controlador de Encargos Sociais e Tributários**.

Art. 2º Compete ao Gestor de Contratos coordenar o acompanhamento administrativo dos contratos, controlar os prazos de execução e vigência, acompanhar as informações prestadas pela fiscalização e encaminhar à autoridade competente as providências relativas a prorrogações, alterações, pagamentos e eventuais irregularidades.

Art. 3º Compete ao Fiscal de Contrato acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, registrar as ocorrências, solicitar a correção de falhas e comunicar ao gestor as situações que demandem providências além de sua competência, bem como atestar a execução para fins de pagamento, quando cabível.

Art. 4º Compete ao Controlador de Encargos Sociais e Tributários acompanhar e conferir, quando exigíveis, os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais e tributárias das contratadas, verificar a documentação relativa às retenções legalmente devidas e comunicar eventuais pendências ao gestor e aos setores responsáveis.

Art. 5º Os servidores designados atuarão de forma integrada, observadas as respectivas competências, a segregação de funções, as disposições contratuais e a legislação aplicável.

Parágrafo único. A identificação dos responsáveis deverá constar dos respectivos processos de contratação, observadas a compatibilidade das atribuições, a capacidade de atuação dos servidores e eventuais designações específicas.

Art. 6º Revoga-se a Portaria nº 05/2023.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Fênix, 06 de outubro de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:F2CE37E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
- "REAJUSTA A TABELA DE VENCIMENTOS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO – PCCRM – FENIX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI Nº22/2026

SÚMULA - *"*Reajusta a tabela de vencimentos do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério – PCCRM – FENIX *e dá outras providências".*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, após à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder reajuste da tabela de vencimentos do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério – PCCRM – FENIX, nos seguintes percentuais abaixo:

Parágrafo unico: Fica autorizado o reajuste da tabela de vencimentos, no percentual de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento), nos termos da Medida Provisória nº 1.334/2026.

Art. 2º - O pagamento retroagirá ao mês de Janeiro de 2026.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 06 de outubro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:2DE81556

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 117/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, como instância de governança sistêmica da política municipal de alfabetização, responsável pela articulação institucional, coordenação, acompanhamento e integração das ações desenvolvidas no território municipal.
Parágrafo único. O Comitê atuará em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com as políticas educacionais estadual e federal, observando o regime de colaboração.

Art. 2º São objetivos do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – fortalecer a governança e a articulação institucional da política municipal de alfabetização;
II – coordenar e acompanhar a implementação das ações de alfabetização no território municipal;
III – promover estratégias que assegurem o direito de todas as crianças à alfabetização;
IV – acompanhar indicadores, avaliações e resultados de aprendizagem, utilizando dados e evidências para subsidiar o planejamento das ações;
V – articular as ações municipais às iniciativas estaduais e federais, especialmente às ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
VI – fortalecer a formação continuada, o acompanhamento pedagógico e o apoio às unidades educacionais;
VII – identificar desafios e propor estratégias para a melhoria contínua dos resultados de alfabetização.

Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal será composto por representantes:
I – da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino;
IV – do articulador municipal responsável municipal pela articulação da Política de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – de outros órgãos, setores, instituições ou entidades, quando sua participação for necessária ao desenvolvimento de ações específicas ou à articulação intersetorial.
§ 1º A composição nominal dos membros será estabelecida por Portaria da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 2º Poderão ser convidados a participar das reuniões representantes de outras áreas da administração pública ou instituições parceiras, sempre que a temática em discussão exigir articulação intersetorial.

Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – planejar, articular, coordenar e acompanhar as ações da política municipal de alfabetização;
II – promover a integração entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as unidades educacionais e os demais atores envolvidos;
III – acompanhar o cumprimento das metas e objetivos relacionados à alfabetização;
IV – analisar dados de avaliações e indicadores educacionais para orientar o planejamento e a tomada de decisões;
V – acompanhar a execução das ações pactuadas no âmbito do regime de colaboração;
VI – propor estratégias de apoio às unidades educacionais e aos profissionais da educação, considerando as necessidades identificadas;
VII – promover a articulação com outras políticas públicas sempre que necessária à garantia das condições de acesso, permanência, aprendizagem e alfabetização das crianças;
VIII – registrar e sistematizar as ações, resultados e encaminhamentos realizados pelo Comitê.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, e, extraordinariamente, sempre que necessário.
Parágrafo único. As reuniões e os respectivos encaminhamentos deverão ser registrados em ata ou instrumento próprio.

Art. 6º A coordenação do Comitê será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, designado em Portaria, a quem competirá organizar as reuniões, promover a articulação entre os membros e acompanhar a execução dos encaminhamentos deliberados.

Art. 7º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as normas e orientações da União e do Estado do Paraná relacionadas à política de alfabetização.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de 17 de setembro de 2026.
Nossa Senhora das Graças/PR, 17 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:D036C330

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
LEI Nº 1.222, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a proibição de veiculação de publicidade, patrocínio e marcas de empresas de apostas de quota fixa em prédios públicos, eventos oficiais e eventos realizados com apoio financeiro ou logístico do Município de Nossa Senhora das Graças, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica proibida a veiculação de publicidade, propaganda, patrocínio, marcas, logotipos ou nomes de empresas operadoras de apostas de quota fixa, conhecidas como “bets”:

I – nos prédios, bens, veículos, equipamentos e canais institucionais pertencentes ao Município de Nossa Senhora das Graças;
II – nos eventos culturais, esportivos, festivos, educativos ou sociais organizados, promovidos, patrocinados ou custeados, total ou parcialmente, pela Administração Pública Municipal;
III – nos eventos realizados por pessoas físicas ou jurídicas que recebam, especificamente para sua realização, subvenção, patrocínio, apoio financeiro, cessão de bens, equipamentos, serviços, apoio logístico ou autorização especial para uso de bem público municipal.

Parágrafo único. A proibição prevista nesta Lei limita-se aos bens, recursos, serviços, eventos e mecanismos de apoio do Município, não alcançando eventos ou atividades exclusivamente privadas e sem participação do Poder Público Municipal.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se publicidade qualquer forma de divulgação ou exposição de marca, nome comercial, logotipo, endereço eletrônico, aplicativo, símbolo ou outro elemento de identificação das empresas referidas no art. 1º, inclusive por meio de banners, faixas, cartazes, folhetos, painéis eletrônicos, redes

sociais, transmissões, uniformes, palcos, veículos, equipamentos e demais estruturas utilizadas no evento.
Art. 3º - A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará o responsável pela organização do evento, pela utilização do bem público ou pela manutenção da publicidade às seguintes sanções:
I – advertência e determinação de retirada imediata do material publicitário;
II – multa administrativa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
III – suspensão ou revogação da autorização para realização do evento ou utilização do bem público;
IV – suspensão de parcelas ainda não repassadas ou rescisão do instrumento de apoio,
patrocínio, parceria ou transferência de recursos;
V – impedimento de receber novo apoio municipal pelo prazo de até 12 (doze) meses.
§ 1º - As sanções serão aplicadas de acordo com a gravidade da conduta, o alcance da publicidade, a dimensão do evento, a vantagem obtida, a capacidade econômica do infrator e a reincidência.
§ 2º - Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro.
§ 3º - A aplicação das sanções dependerá de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º - Os editais, contratos, convênios, termos de parceria, instrumentos de patrocínio e autorizações relacionadas a eventos, publicidade, apoio municipal ou uso de bens públicos deverão conter cláusula de observância das proibições previstas nesta Lei.

Parágrafo único- O disposto neste artigo aplica-se aos instrumentos celebrados, prorrogados ou renovados após a entrada em vigor desta Lei.

Art. 5º- O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, especialmente quanto aos procedimentos de fiscalização e aplicação das sanções.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Nossa Senhora das Graças (PR), 06 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:78EF62DE

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 604/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor da Sra. Laryssa Claudia Mariano, motorista, referente ao pagamento de 1 (uma) diária, face a viagem do dia 05/10/2026 à 06/10/2026 para Jacarezinho-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 06 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:50F4EBD2

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 605/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor do Sr. Luís Carlos Jonas, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a viagem do dia 06/10/2026 a 06/10/2026 para Santa Mariana-PR., a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 06 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:8F9DEC5C

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 606/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor do Sr. Thiago Rocha da Silva, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a viagem do dia 06/10/2026 a 06/10/2026 para Apucarana -PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 06 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 606/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor do Sr. Thiago Rocha da Silva, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a

viagem do dia 06/10/2026 a 06/10/2026 para Apucarana -PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 06 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:6B71413D

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 607/2026 O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERANDO, A LEI MUNICIPAL Nº 323/1994 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. CONSIDERANDO, O ART. 202 - ESTATUTO DOS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 323/1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO, o art. 202 - Estatuto dos Servidores Públicos - A sindicância administrativa deverá ser iniciada dentro de 3 (três) dias, contados da publicação do ato designatório dos membros da comissão, no órgão oficial do município.
Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
CONSIDERANDO, o art. 204 - Estatuto dos Servidores Públicos - Ultimada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório que configure o fato.
CONSIDERANDO, o art. 205 - Estatuto dos Servidores Públicos - Decorrido o prazo do artigo 202, sem que seja apresentado o relatório, a autoridade competente deverá promover a responsabilidade dos membros da comissão.
CONSIDERANDO, o art. 206 - Estatuto dos Servidores Públicos - A autoridade competente deverá pronunciar-se sobre a sindicância no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data do recebimento do relatório.
RESOLVE
Art. 1º Dar encerramento aos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela **Portaria nº 565/2026**, por ter concluído e emitido relatório de seus trabalhos, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 06 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:27617351

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 608/2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 117/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA,

RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes servidores e representantes para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, instância responsável pela governança sistêmica, articulação institucional, coordenação e acompanhamento das ações da política de alfabetização no território municipal:
I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
a) Maria Lucia Acioli Marques - Secretária Municipal de Educação e Cultura.
b) Juliana Marchioreto Iani - Representante da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
c) Jackelyne Souza Oliveira Rocha - Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA.
II – REPRESENTANTES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
a) Mariza Freitas da Costa - Representante da Escola Municipal Professora Francisca Sabino Ruiz.
b) Edna Pereira de Mendonça Reis - Representante do CMEI Professora Luiza Cuba de Oliveira.

Art. 2º Compete aos membros do Comitê, no âmbito de suas atribuições:
I – participar das reuniões e contribuir para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações da política municipal de alfabetização;
II – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades educacionais e os demais atores envolvidos;
III – contribuir para a análise de dados, indicadores e resultados de aprendizagem;
IV – colaborar na identificação de desafios e na proposição de estratégias para o fortalecimento da alfabetização;
V – acompanhar e contribuir para a execução das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e demais programas e políticas de alfabetização;
VI – compartilhar informações e encaminhamentos pertinentes com os respectivos segmentos representados.

Art. 3º A coordenação do Comitê será exercida pela Secretária Municipal de Educação e Cultura ou por representante por ela designado, cabendo à Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada prestar apoio técnico à coordenação e contribuir para a articulação das ações relacionadas à política de alfabetização.

Art. 4º O Comitê poderá convidar, sempre que necessário, representantes de outras secretarias municipais, órgãos públicos, instituições, conselhos ou entidades parceiras para participar de reuniões e contribuir com ações específicas que demandem articulação intersetorial.

Art. 5º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de setembro de 2026.
Nossa Senhora das Graças/PR, 17 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:49603B86

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 6 TERMO CONTRATO Nº 95/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 95/2023**, parte integrante do(a) Concorrência nº 1/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ

	Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CAZENGE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº.** 15.267.737/0001-42
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto o Reajuste período de agosto/2025 a julho/2026 com a variação do INCC-DI/FGV no valor de R$ 164.652,91 (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos).**
Prazo de vigência	**27/06/2027**
Prazo de execução	**27/06/2027**
Data assinatura	06/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:BE6F539F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 121/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 121/2026 Inexigibilidade/N°. 39/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	AGGIORNARE ASSESSORIA E CAPACITACAO LTDA - CNPJ nº. 34.798.600/0001-69
Objeto	**Contratação direta por INEXIGIBILIDADE, fundamentada Art. 74, Inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, da empresa: AGGIORNARE ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 34.798.600/0001-69, localizada a Rua Aquilino Angelo Barp, nº 295, Bairro Nossa Senhora de Lourdes – CEP: 85.660-000, Dois Vizinhos/PR, objetivando prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria em Gestão da Política de Assistência Social (SUAS), com atuação direcionada à organização administrativa, qualificação continuada das equipes socioassistenciais, aprimoramento de fluxos de trabalho, estruturação e padronização de instrumentos técnicos de planejamento, registro, monitoramento e avaliação, com vistas a subsidiar a melhoria da eficiência da gestão no âmbito do Sistema Único de Assistência Social do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 06/10/2027
Prazo de vigência	até 06/10/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 06/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:7C6A03A8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO TERMO 1 TERMO ATA 117/2025

EXTRATO DE TERMO

Termo aditivo:	**1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 117/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 46/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA – CNPJ nº.** 27.787.054/0001-03
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 01/10/2027.** **II - a renovação até do limite do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 174.344,40 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos)** **III – o reajuste no valor pelo índice INPC (IBGE) de 4,327080%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**01/10/2027**
Prazo de execução	**01/10/2027**
Data assinatura	01/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:A830C927

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 013 2026 DO PSS Nº 004/2026

Edital de Convocação dos Aprovados 013/2026 Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025

O Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO** – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo PSS nº 004/2025, conforme Edital nº 004/2025 e Edital 007/2025 de Homologação do Resultado Final, publicado em 19 de maio de 2025, edição nº 3278 na A.M.P.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de **03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação**, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 9. do EDITAL nº 004/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo PSS 004/2025.

FINAL DE FILA			
Monitor Escolar 30h			
Classificação	**Nome do Candidato**	**Nota**	**Status**
45º	Josenildo Alves da Silva	**20**	30h
59º	Katieli Roberta Santana	**20**	30h

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:8ADD2B93

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3257 REVOGAR A PORTARIA N.º 3103 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

Portaria n.º 3257/2026

Revogar a Portaria n.º 3103 de 10 de fevereiro de 2026.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONSIDERANDO; a pedido da própria servidora

Art. 1º REVOGAR a Portaria n.º 3103/2026 de 10 de fevereiro 2026, que dispôs sobre a designação da servidora **SUZANA VOLPATO**, matrícula nº 3501, de Auxiliar na Coordenação de Atenção Primária, alimentando os sistemas de informação, organização e realização de campanhas de prevenção desenvolvidas, sob a responsabilidade da Coordenação de Atenção Primária da Secretaria de Saúde, a partir de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua de sua Publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 30 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63 anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:AAC807CF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3258 REVOGAR A PORTARIA N.º 2103 DE 20 DE MAIO DE 2021

Portaria n.º 3258/2026

Revogar a Portaria n.º 2103 de 20 de maio de 2021

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

REVOGAR a Portaria n.º 2103 de 20 de maio de 2021 que concedeu Gratificação pela função de Motorista no Transporte na Área da Saúde, o servidor Sr. Ivalino Silveira Alves, matricula 8042, à partir do dia 30 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63 anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:97EFEF2D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3259 DESIGNA O SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS DEMANDAS DO SETOR RODOVIÁRIO DO DISTRITO DE DR. ANTÔNIO PARANHOS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D ´OESTE, DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Portaria n.º 3259/2026

Designa o Servidor para exercer a função de Supervisão, Acompanhamento e Organização das demandas do Setor Rodoviário do Distrito de Dr. Antônio Paranhos, do Município de São Jorge D ´Oeste, dá outras providencias.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70 da Lei 776 de 31 de janeiro de 2017, Lei 825/2017 e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designa o Servidor Sr. **IVALINO SILVEIRA ALVES**, Matrícula 8042, portador do RG n. º 5.585.576-5/PR. e CPF n. 645.905.009-06**, para exercer a função de Supervisão, Acompanhamento e Organização das demandas do Setor Rodoviário do Distrito de Dr. Antônio Paranhos, Município de São Jorge D ´Oeste,** vinculado à Secretaria de Obras, Infra Estrutura Rural e Serviços Urbanos.

Art. 2º Compete ao Servidor designado:

I - supervisionar e acompanhar as demandas relacionadas ao setor sob sua responsabilidade;
II - organizar, distribuir e acompanhar o andamento das demandas e atividades do setor;

Art. 3º Pelo exercício da função, Fica atribuída gratificação de Símbolo FG-1, ao Servidor mencionado no Artigo 70, anexo 2, desta Lei.776/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos retroativos a partir do dia 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:4627394D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3260 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Portaria n.º 3260/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Vilma Quadros Spetit	10.313.844-2/PR	01/10/2026 a 18/12/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:54BDF021

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3261 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Portaria n.º 3261/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Clarice Spagnolo Tedesco	5.519.150-6/PR	01/10/2026 a 18/12/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:42EB912F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3262 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Portaria n.º 3262/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Aline Caroline Kanoff de Lima	13.346.582-0/PR	01/10/2026 a 18/12/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:3F582529

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3263 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Portaria n.º 3263/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Elsete Aparecida Dalpra Magro	6.486.149-2/PR	01/10/2026 a 18/12/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:9DF99A93

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3265 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA LEONICE FATIMA ALUPP FACHINELLO.

Portaria nº 3265/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Leonice Fatima Alupp Fachinello.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade à servidora **LEONICE FATIMA ALUPP FACHINELLO,** matrícula nº 29567099, portadora do CPF nº 085.021.819-55 ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de **25 de setembro de 2026 a 22 de janeiro de 2027,** com base no art. 116 da Lei 004/2025 e suas alterações.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:825F55BF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3266 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA DIANEFER RIZZO FISTAROL

Portaria nº 3266/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Dianefer Rizzo Fistarol.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade à servidora **DIANEFER RIZZO FISTAROL,** matrícula nº 6271, portadora do CPF nº 085.021.819-55, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de **23 de setembro de 2026 a 20 de janeiro de 2027,** com base no art. 116 da Lei 004/2025 e suas alterações.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:CEFA85A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 5057/2026. DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NOS LOCAIS, AFETADOS POR TEMPESTADE NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D´OESTE PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO nº 5057/2026.

Declara Situação de Emergência nos locais, afetados por Tempestade no território do Município de SÃO JORGE D´OESTE PR, e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO – Prefeito de SÃO JORGE D´OESTE PR, no uso de suas atribuições legais, em especial com fundamento nos incisos VIII e XXXII do Artigo 68 da Lei Orgânica do Município – LOM, c/c a Lei nº 12.608/2012, além de outras disposições legais atinentes a matéria e:
CONSIDERANDO, a ocorrência, na madrugada do dia 04 de outubro de 2026, de tempestade acompanhada de fortes ventos, intensa precipitação de chuvas e queda de granizo, em diversos locais do território Municipal;
CONSIDERANDO, que houve danos variados, à população, como um todo;
CONSIDERANDO, que, tais danos foram causados, principalmente, em unidades habitacionais, edificações públicas, indústrias e estabelecimentos comerciais;
CONSIDERANDO, que, os fortes ventos e a queda de granizo provocaram danos em culturas agrícolas, instalações, estruturas e propriedades rurais, bem como prejuízos na atividade pecuária, atingindo instalações, equipamentos e demais estruturas destinadas à criação e manejo de animais;
CONSIDERANDO, que na área rural além dos prejuízos antes referidos, houve grande número de árvores, arrancadas, caídas ou quebradas, principalmente nas propriedades que faz divisa com o Rio Iguaçu, Chopim e no respectivo Lago da Usina Salto Ozório, especialmente na Linha União e Dr. Antônio Paranhos, ambas pertencentes ao Município de SÃO JORGE D´OESTE PR;
CONSIDERANDO, a necessidade de que seja prestado atendimentos à população;
CONSIDERANDO, que no Município, há regulamentação, para este tipo de eventos, através da Lei nº 1.228/2026;
DECRETA:
Art. 1º. Em razão dos considerados acima, FICA DECRETADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCISA, cujas providências a serem tomadas são as mencionadas neste ato.
Art. 2º. Fica autorizado a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil do Município, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se também a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Defesa Civil municipal.
Art. 4º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número nº 14.133/2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário ora informado, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias, a partir de sua publicação em especial o Decreto nº 5056/2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:4FC962EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
PORTARIA Nº 3264/2026 DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO EXPEDIENTE IDENTIFICADO COMO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 009/2026 E ESTABELECE PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

PORTARIA Nº 3264/2026

Determina o arquivamento do expediente identificado como Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2026 e estabelece providências correlatas.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito do Município de São Jorge d'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 68, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município – LOM e Art. 187, §2º e Art. 212 da Lei Complementar nº 04/2025 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município);
CONSIDERANDO as denúncias relativas a supostas irregularidades funcionais atribuídas ao ex-servidor público Municipal constantes no PAD nº 009/2026;
CONSIDERANDO que a Portaria nº 3.172/2026 designou comissão específica para análise e eventual condução do Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2026, sem que, conforme os elementos constantes dos autos e examinados pela Procuradoria Jurídica, houvesse sua instauração formal anteriormente à exoneração do servidor;
CONSIDERANDO a conclusão do referido parecer quanto à inviabilidade jurídica do prosseguimento da persecução disciplinar, diante da prévia extinção do vínculo funcional, da ausência de previsão legal para conversão da exoneração a pedido em penalidade de demissão e da inexistência de resultado útil decorrente da continuidade do feito;
CONSIDERANDO a recomendação de encaminhamento de cópia integral dos autos ao Ministério Público, para análise de eventual responsabilidade penal, nos termos do art. 192, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 04/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Acolher o Parecer Jurídico nº 159/2026, adotando seus fundamentos e sua conclusão como razões de decidir, e determinar o arquivamento do expediente identificado como **Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2026**, relativo ao ex-servidor A. B. U., em razão da prejudicialidade do feito decorrente de sua exoneração a pedido anteriormente à instauração formal do procedimento disciplinar.
Parágrafo único. O arquivamento decorre da inviabilidade jurídica de prosseguimento da persecução disciplinar nas circunstâncias examinadas e não constitui julgamento do mérito das denúncias nem declaração de inexistência dos fatos noticiados.
Art. 2º. Determinar o encaminhamento de cópia integral dos autos ao Ministério Público, acompanhada do Parecer Jurídico nº 159/2026 e desta Portaria, para análise dos fatos e adoção das providências que entender cabíveis, nos termos do art. 192, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 04/2025.
Art. 3º. Compete à comissão designada pela Portaria nº 3.172/2026 promover as providências necessárias ao cumprimento desta decisão, certificar nos autos o encaminhamento previsto no art. 2º e proceder à entrega do expediente ao setor responsável por sua guarda e conservação, ficando encerrados os trabalhos da comissão relativos ao presente feito após o cumprimento dessas medidas.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro o do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:FF57489A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
PORTARIA Nº 3267/2026 DETERMINA O RETORNO DE SERVIDOR AO EXERCÍCIO DE SEU CARGO EFETIVO.

PORTARIA Nº 3267/2026

Determina o retorno de servidor ao exercício de seu cargo efetivo.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito do Município de São Jorge d'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 68, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município – LOM;
CONSIDERANDO a não constatação de incapacidade laborativa pelo Instituto Nacional Do Seguro Social – INSS no NB nº 732.730.992-7;
CONSIDERANDO o Atestado Médico datado de 29/09/2026 e o Atestado de Saúde Ocupacional datado de 05/10/2026, os quais reconhecem a aptidão do servidor para o retorno ao exercício de seu cargo;
RESOLVE:
Art. 1º. Determinar ao servidor **ALEXANDRE LUIZ ROSLER** (matrícula nº 6221) que retorne ao exercício das atribuições de seu cargo efetivo, **a partir de 07 de outubro de 2026**.
Art. 2º. O Servidor deverá comparecer à Secretaria de Educação a partir da data mencionada no Art. 1º no horário de início do expediente, onde será designado ao local de sua lotação.
Art. 3º. O não do retorno do servidor ao exercício de seu cargo será considerado ausência injustificada para todos os fins de direito.
Art. 4º. O retorno do servidor ao exercício de seu cargo não acarreta prejuízo ao andamento e eventuais conclusões exaradas no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2025.
Art. 5º. Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:4AAC81D9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 179/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 179/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 13 - Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.019 – Prevenção e Enfrentamento a Calamidades Públicas
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 100.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 100.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.04 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 241 – Assistência à Pessoa Idosa
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.066 – Políticas Públicas Para o Atendimento dos Direitos do Idoso
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 100.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 100.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:6CD7B18F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
4º ADITIVO DO CONTRATO Nº 124/2022 - PMSI

QUARTO TERMO ADITIVO (UNILATERAL)
CONTRATO ADMINISTRATIVO 124/2022-PMSI

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 028/2022
ID Nº: 246/2022
PROCESSO Nº: 130/2022
HOMOLOGAÇÃO: 05/10/2022

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, AS PARTES ABAIXO IDENTIFICADAS:

DE UM LADO:

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A, CNPJ nº 04.368.898/0001-06, com sede Rua José Izidoro Biazetto, 158, bairro Mossunguê, Curitiba – PR, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, neste ato representada por Evandro Luiz Zaclikevisc, Gerente da Divisão de Controle da Arrecadação e Cobrança da Distribuição, RG 8.124.496-0 SSP/PR, CPF 039.119.089-03, doravante denominada DISTRIBUIDORA;

E DE OUTRO LADO:

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Frei Vito Berscheid, 708 - Centro – Saudade do Iguaçu-PR, inscrita no CGC/MF nº 95.585.477/0001-92, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor ROGERIO GALLINA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DESIGNAÇÕES SIMPLIFICADAS
Adotam-se neste Termo Aditivo as mesmas designações simplificadas do contrato ora aditado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a formalização da prorrogação automática do prazo de execução contratual por mais 12 (doze) meses a partir do seu vencimento em 10 de outubro de 2026, passando a execução até 10 de outubro de 2027.

CLAUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO

Para este período estima-se um valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). O presente contrato passa ter seu valor total de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), mediante a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Ação: 15.452.0022.2.062 – Manutenção da Iluminação Pública
Despesa: 3.3.90.39.43.10 – Serviços de energia elétrica destinados a iluminação pública Principal: 734 Despesa: 5099
Fonte de Recurso: 507 – COSIP – Contribuição de Iluminação Pública
Valor da Dotação R$: 240.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL DO ADITAMENTO

O presente termo aditivo encontra fundamento legal pelo disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8666/93. Devido a já existência de contrato originário da própria COPEL, o presente termo aditivo formaliza-se para efeitos administrativos internos desta entidade, possuindo o mesmo efeito legal do contrato inicial firmado entre COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. e o MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais clausulas e condições do contrato ora aditado.
Saudade do Iguaçu, 6 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:E91E289F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 178/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 178/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza a revisão dos valores da tabela do Anexo I da Lei Municipal nº 978, de 11 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a revisão dos valores da tabela de diárias constante do Anexo I da Lei Municipal nº 978, de 11 de novembro de 2015, nos termos do seu art. 6º, passando a vigorar com os seguintes valores:

CARGO: MOTORISTA	
DESPESA	**VALOR/DIÁRIA**
CAFÉ	R$ 23,27
ALMOÇO	R$ 46,65
JANTA	R$ 46,65
PERNOITE	R$ 232,78

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 105/2025, de 07 de julho de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, 06 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:7D3A4876

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 95/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 95/2026
Nº PROC. ADM. 370/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 06/10/2026 10:42
INÍCIO REC. PROPOSTA: 06/10/2026 13:00
FIM REC. PROPOSTA: 13/10/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 13/10/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 36.486,5000

OBJETO DO PROCESSO

Locação temporária de sanitários móveis, banheiros químicos padrão e unidades sanitárias acessíveis, incluindo transporte, montagem, instalação, higienização, reposição de insumos, manutenção, esgotamento, coleta, transporte e destinação adequada dos efluentes, desmontagem e retirada, destinados ao atendimento do público, artistas, equipes de apoio, trabalhadores e demais participantes da EXPÔ ABATIAZÃO 2026, programada para os dias 15 a 18 de outubro de 2026.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5Dtef%2F8SVSq0Qwx6lQ_UN9N1UvzzwjXCw8wQO4wVqsCHJnvM%2FHB48gDJgTZHcP872SoxcZsJSkLlPESa5UzTZo9ZIJcN7In%2FB6jmGUqPcSM%2FE%3D

_____

ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

ABATIÁ-PR - 06/10/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:DB03229C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 214/2026

Portaria Nº 214, de 06 de Outubro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I - Interromper, as férias concedidas ao servidor, **EDUARDO CASTILHO NOGUEIRA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **ESCRITURARIO,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente ao período de trabalho compreendido entre **2024/2025**, concedida através da **Portaria Nº 188, de 03 de Setembro 2026**, a partir do dia **28/09/2026**, com retorno em **28/10/2026.**

O interrompimento se refere a **20 (vinte)** dias de gozo de férias por motivo de relevante interesse público, com base no art. 104 da Lei Municipal Nº12/93 (Estatuto dos Servidores) a Servidor retornará na sua função no dia **08/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 06 de Outubro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:580663EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 192/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2026

RESOLUÇÃO Nº 192/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIÃO DENTISTA.
CONTRATADA: RAFAELA CAMARGO AMARAL LTDA
VALOR TOTAL: R$ 58.400,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos reais).
PRAZO: 08 (oito) Meses

Adrianópolis, 06 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:25607D45

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 193/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

RESOLUÇÃO Nº 193/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

OBJETO 1: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ESCRITORIO PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
CONTRATADA:TECHNOFERAS DESENVOLVIMENTO E SOLUCOES DIGITAIS LTD.
VALOR TOTAL: R$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais).

OBJETO 2: AQUISIÇÃO DE APARELHO TELEFONICO PARA O SETOR DE DEFESA CIVIL A PEDIDO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
CONTRATADA: MRS ELETROMÓVEIS LTDA
VALOR TOTAL: R$ 2.127,00 (dois mil cento e vinte e sete reais).
PRAZO: 03 (três) dias.

Adrianópolis, 07 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:5CA27173

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 194/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

RESOLUÇÃO Nº 194/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE ALMOÇO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO ADEQUADO.
CONTRATADA: RECANTO VOLTA GRANDE LTDA.
VALOR TOTAL: R$ 9.000,00 (nove mil reais).
PRAZO: 01 (um) dia.

Adrianópolis, 07 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:F8E88F77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 09/2026, de 06 de outubro de 2026, do Conselho Municipal de **do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente** do Município de Agudos do Sul

Dispõem a aprovação do II Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2023-2035;

O Conselho Municipal do Direito da criança e Adolescente de Agudos do Sul, Estado do Paraná - CMDCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 536/2010, de 29/10/2010 e pelo Decreto Municipal Nº 034 de 06 março de 2024: em Reunião Ordinária em 06 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **II Plano Municipal Decenal dos Humanos Direitos da Criança e do Adolescente 2023-2035;**

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 06 de outubro de 2026.

CHARLES SANTANA DOMINGOS
Presidente

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:3783996D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2026 -

CONCURSO PÚBLICO 2022

O Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista os editais nº 004/2022 da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré e nº 001/2023 do Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

CONVOCAR o candidato(a) contido no **Anexo I** deste Edital, considerado **APTO NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS**, para o cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO,** a comparecer na data e horário indicados no **ANEXO I** para **AVALIAÇÃO MÉDICA**, na **US CACHOEIRA**, Rua Professor Antônio Rodrigues Dias, 153 - Cachoeira, AlmiranteTamandaré–Pr, e **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA** no **CENTRO ADMINISTRATIVO VEREADOR DIRCEU PAVONI - SUBPREFEITURA**, Rua Mauricio Rosemann, n°15, Cachoeira, AlmiranteTamandaré–Pr.
Durante a Avaliação Médica poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico.

Se o candidato for declarado INAPTO no Exame Admissional, poderá interpor recurso,desde que devidamente fundamentado, segundo procedimento a ser estabelecido noedital de convocação. Os recursos

deverão ser protocolados no setor de protocolo do IPMAT até 24 horas após publicação do resultado.

Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Almirante Tamandaré.

O candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 16.5 do Edital nº 004/2022, será considerado desistente e não será contratado.

Em conformidade com o item 16.9 do Edital nº 004/2022, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede do IPMAT, situado à Tv. Paulo Bini, 27, Vila Rachel, Almirante Tamandaré.

Almirante Tamandaré, 06 de outubro de 2026

.
MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente do IPMAT

ANEXO I

CANDIDATO CONSIDERADO **APTO** NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONVOCADO PARA A AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CLASS	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
7º	TAÍS CRISTINA DOMACOSKI DOS SANTOS	APTO

CLASS	NOME DO CANDIDATO	DATA DA AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLOGICA	HORARIO
7º	TAÍS CRISTINA DOMACOSKI DOS SANTOS	14/10/2026 14/10/2026	AVALIAÇÃO MÉDICA – 13:30 AVALIAÇÃO PSICOLOGICA – 14:30

Publicado por:
Luana Agner
Código Identificador:E8F1394C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA Nº030/2026

A DIRETORA PRESIDENTE do IPMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece o Artigo 57, c/c art. 60, I e 62, I da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, e considerando o Processo de Aposentadoria nº 091/2026.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aposentadoria voluntária comum, com proventos calculados pela última remuneração (vencimentos + anuênio), com paridade, com fulcro no Artigo 57, c/c art. 60, I e 62, I da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, ao servidor **LUIZ AMARO MISGA**, brasileiro, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula 2860 (nível e classe AA-18), portador do RG nº X.X51.843-X e inscrito no CPF sob o nº XXX.853.959-XX.
Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$ 2.822,07 (dois mil oitocentos e vinte e dois reais e sete centavos), constante na planilha de cálculos de proventos folha 61, sendo garantida a percepção do salário mínimo vigente com base no Artigo 201, § 2º da Constituição Federal, a partir de **01 de outubro de 2026.**

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Almirante Tamandaré, em 21 de setembro de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente

Publicado por:
Emanuela Gomes de Siqueira
Código Identificador:B67C049D

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA Nº031/2026

PORTARIA Nº 031/2026

A DIRETORA PRESIDENTE do IPMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece o Artigo 57, c/c art. 60, I e 62, I da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, e considerando o Processo de Aposentadoria nº 091/2026.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aposentadoria voluntária comum, com proventos calculados pela última remuneração (vencimentos + anuênio), com paridade, com fulcro no Artigo 57, c/c art. 60, I e 62, I da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, ao servidor **LUIZ AMARO MISGA**, brasileiro, ocupante do cargo efetivo de Motorista,

matrícula 2860 (nível e classe AA-18), portador do RG nº X.X51.843-X e inscrito no CPF sob o nº XXX.853.959-XX.
Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$ 2.822,07 (dois mil oitocentos e vinte e dois reais e sete centavos), constante na planilha de cálculos de proventos folha 61, sendo garantida a percepção do salário mínimo vigente com base no Artigo 201, § 2º da Constituição Federal, a partir de **01 de outubro de 2026.**

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Almirante Tamandaré, em 21 de setembro de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente

Publicado por:
Emanuela Gomes de Siqueira
Código Identificador:ED3FE331

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA Nº033/2026

A DIRETORA PRESIDENTE do IPMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece o Artigo 40, § 1º, III da CF, c/c art. 42 da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, e considerando o Processo de Aposentadoria nº 0126/2026.
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aposentadoria voluntária comum, com proventos calculados por 60% da média simples + 2% por ano que exceder 20 anos de contribuição, sem paridade, com fulcro no Artigo 40, § 1º, III da CF, c/c art. 42 da Lei Complementar Municipal nº 95/2021, à servidora **ELISETE DE SOUZA SANTOS**, brasileira, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, matrícula 3391 (nível e classe CC-13), portadora do RG nº X.X26.395-X e inscrito no CPF sob o nº XXX.836.969-XX.
Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$ 1.232,98(hum mil duzentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), constante na planilha de cálculos de proventos folha 65, sendo garantida a percepção do salário mínimo vigente com base no Artigo 201, § 2º da Constituição Federal, a partir de **01 de outubro de 2026.**

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Almirante Tamandaré, em 21 de setembro de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente

Publicado por:
Emanuela Gomes de Siqueira
Código Identificador:F4CCDD88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DO PROCESSO Nº 089/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 089/2026

PROTOCOLO 0018.000016433/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E ÔNIBUS ESCOLARES PERTECENTES À FROTA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ",** a favor da empresa **RAFAEL SERVIÇOS DE MOLAS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 03.762.183/0001-70,** com o valor global de **R$ 44.982,00 (QUARENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS),** conforme solicitação da Secretaria Municipal De Obras e Infraestrutura. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 06 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:639AD4C3

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 221/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000015882/2026.
OBEJTO: Fornecimento de oxido nitroso e oxigênio medicinal e manutenção da rede de oxigênio medicinal das unidades básicas de saúde, pronto atendimento 24 horas e central de ambulâncias de Almirante Tamandaré/PR.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA RHOMA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RENOVAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO.
Renovam-se os prazos de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 221/2024, por mais 12 (doze) meses, com início em 11 de outubro de 2026 e término em 11 de outubro de 2027. O valor a ser utilizado para a renovação será de R$ 198.984,00 (cento e noventa e oito mil novecentos e oitenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 17/09/2026.

Almirante Tamandaré, 06 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:C4F401F2

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 421/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000015381/2026.
OBEJTO: Fornecimento parcelado de alimentos perecíveis e não perecíveis.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA KROMO DISTRIBUIDORA LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes, de comum acordo, prorrogam os prazos de execução e vigência do contrato nº 421/2025, com início em 20 de outubro de 2026 e término em 20 de outubro de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO E VALOR DO SALDO CONTRATUAL.
O valor do contrato especificado na cláusula terceira, item 3.3, do Primeiro Termo Aditivo (fls. 20-21), de R$ 9.230.563,27 (nove milhões duzentos e trinta mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos), será mantido. A Secretaria Municipal da Fazenda informa no Protocolo nº 15381/2026, que o saldo financeiro é de R$ 3.699.497,93 (três milhões seiscentos e noventa e nove mil quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos).

Data da Assinatura: 21/09/2026.

Almirante Tamandaré, 06 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:4837F485

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 049/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000016693/2026.
OBEJTO: Fornecimento de equipamentos e materiais permanentes odontológicos, médicos, fisioterapêuticos, oftalmológicos e mobiliários, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas resoluções SESA/PR nº 1.106/2023", nº 860/2022 e nº 1.697/2024.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA MAGNA MÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.
Altera-se a cláusula décima quarta do contrato 049/2026, item 14.1, conforme a seguir:

a. O acompanhamento e a fiscalização ficarão a cargo da servidora Fernanda Angela Gabardo,inscrita no CPF: 034.XXX.XXX-XX.

Data da Assinatura: 15/09/2026.

Almirante Tamandaré, 06 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:6CB1C1B4

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 052/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000016694/2026.
OBEJTO: Fornecimento de equipamentos e materiais permanentes odontológicos, médicos, fisioterapêuticos, oftalmológicos e mobiliários, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas resoluções SESA/PR nº 1.106/2023", nº 860/2022 e nº 1.697/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.
Altera-se a cláusula décima quarta do contrato 052/2026, item 14.1, conforme a seguir:

a. O acompanhamento e a fiscalização ficarão a cargo da servidora SHEILA GUEDIN DA CRUZ LINHARES, inscrita no CPF: 039.XXX.XXX-XX, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes do Termo de Referência, do edital e do contrato

Data da Assinatura: 15/09/2026.

Almirante Tamandaré, 06 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:7BDB9B0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 37/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 37/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.069.143/0001-47, torna pública a realização de procedimento de contratação direta, mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Com critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, por intermédio da plataforma **BLL Compras**, conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS, POR MEIO DE SOLUÇÃO INTEGRADA EM NUVEM (SaaS), COM CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA PESQUISA, FORMAÇÃO, TRATAMENTO, ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS NAS COMPRAS PÚBLICAS, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ÀS DEMAIS UNIDADES AUTORIZADAS DO
MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ.
VALOR GLOBAL: R$ 22.289,20 (Vinte e dois mil, duzentos e oitenta
e nove reais e vinte centavos)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: O certame será realizado por meio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL Compras, no endereço eletrônico: https://bll.org.br.

DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:

• **Início do recebimento das propostas:** 08/10/2026, às 08h00min.
• **Fim do recebimento das propostas:** 13/10/2026, às 08h00min.
• **Início da Sessão de Disputa de Lances:** 13/10/2026, às 09h00min.
• **Encerramento da disputa de lances:** 13/10/2026, às 15h00min.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital na íntegra e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município (Portal da Transparência) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto ao Departamento de Licitação e Contratos Administrativos através do e-mail setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou pelo telefone (44) 3755-1133, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Altamira do Paraná - PR, 06 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:941CEF8E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.069.143/0001-47, torna público, para conhecimento dos interessados, que, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 008/2024 e demais regulamentações aplicáveis, realizará **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR, NA FORMA TRADICIONAL**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR CUSTO TOTAL MENSAL PARA A ADMINISTRAÇÃO**, conforme segue:

OBJETO: contratação de pessoa física ou jurídica, na condição de prestador autônomo ou de empresa especializada, para prestação de serviços de monitoria do transporte escolar na rota Assentamento Pingo de Ouro, com carga estimada de 30 (trinta) horas semanais, pelo período estimado de 10 (dez) meses, com acompanhamento dos estudantes no embarque, durante os percursos e no desembarque, conforme calendário escolar, mapa operacional e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO: O valor mensal de referência da contratação é de R$ 1.655,70 (mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos), correspondente ao valor-base mensal dos serviços, perfazendo R$ 16.557,00 (dezesseis mil quinhentos e cinquenta e sete reais) para o período estimado de 10 (dez) meses.

Para fins de julgamento, será considerado o custo total mensal para a Administração, observada a natureza do proponente. No caso de pessoa física, serão considerados a remuneração bruta mensal ofertada e os encargos patronais legalmente incidentes e suportados pelo Município. No caso de pessoa jurídica, será considerado o preço global mensal ofertado, compreendendo os encargos de responsabilidade da contratada, conforme os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As propostas poderão ser apresentadas por meio digital ou físico, na forma estabelecida no Edital/Aviso de Contratação Direta, durante o prazo de divulgação do procedimento.
E-mail: setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com.
Endereço: Rua Cantu, nº 180, centro, Altamira do Paraná – Paço Municipal (Setor de Licitação e Contratos Administrativos).

DATAS E HORÁRIOS DO PROCEDIMENTO:

• **Início do recebimento das propostas:** 07 de outubro de 2026, às 08 horas;
• **Fim do recebimento das propostas:** 13 de outubro de 2026, às 08 horas;
• **Abertura da sessão pública para análise das propostas:** 13 de outubro de 2026, às 09 horas.

ACESSO AO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital/Aviso de Contratação Direta e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município de Altamira do Paraná e nos demais meios oficiais de divulgação adotados pelo Município. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto ao Departamento de Licitação e Contratos Administrativos, através do e-mail setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou pelo telefone (44) 3755-1133, durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Altamira do Paraná/PR, 06 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:EF623B68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE,** modo de disputa **ABERTO,** conforme segue:

OBJETO: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública do município de Altamira do Paraná/PR, com fornecimento de mão de obra especializada, bem como aquisição de materiais e componentes destinados à manutenção e reposição do sistema de iluminação pública, destinados ao atendimento das demandas da secretaria municipal de obras e urbanismo.

VALOR MÁXIMO: R$ 259.445,25 (duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.bll.org.br ("BLL Compras").

DATAS E HORÁRIOS:
Início do Recebimento das Propostas: A partir das 08 horas do dia 07/10/2026.
Fim do Recebimento das Propostas: Até às 08 horas do dia 22/10/2026.
Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 09 horas do dia 22/10/2026.
(Horário de Brasília-DF).

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo e seus anexos estão disponíveis gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial do Município (www.altamiradoparana.pr.gov.br), no Portal da Transparência e na plataforma BLL Compras.
Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail: setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou telefone (44) 3755-1133.

Altamira do Paraná/PR, 06 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:E311E5C9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CITAÇÃO Nº 02/2026

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 02/2026
PROCESSO PUNITIVO: Processo Administrativo Punitivo nº 02/2026
INDICIADA: G&D PRODUTOS EM GERAL LTDA – CNPJ nº 55.428.321/0001-83
ÚLTIMO ENDEREÇO CONHECIDO: gdprodutosemgeral@outlook.com
PROCESSO ORIGINÁRIO: Processo Administrativo nº 035/2026
INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 011/2026

O **PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 02/2026**, designada pela **Portaria nº 366/2026**, no uso das atribuições conferidas pelo ato de designação e pelo Decreto Municipal nº 14/2024, **FAZ SABER** à empresa **G&D PRODUTOS EM GERAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **55.428.321/0001-83**, que fica **CITADA**, por meio deste Edital, da instauração do **Processo Administrativo Punitivo nº 02/2026**, destinado a apurar, em tese, o **descumprimento das obrigações**

assumidas no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 011/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 035/2026.
O fato poderá, em tese, enquadrar-se no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições da **Cláusula Sexta** do instrumento.
Fica concedido o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da publicação deste Edital, para apresentação de **DEFESA ESCRITA** e especificação das provas que pretenda produzir, nos termos do art. 25 do Decreto Municipal nº 14/2024.
A íntegra dos autos estará disponível para consulta junto ao Município de Altamira do Paraná, devendo a defesa ser protocolada pelos meios oficialmente disponibilizados pela Administração.
A ausência de defesa será certificada nos autos, **sem presunção automática de responsabilidade**.

Altamira do Paraná/PR, 06 de outubro de 2026.

CRISTIANO DE CASTRO KLIPE
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:8FB5F915

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CITAÇÃO Nº 03/2026

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO PUNITIVO: Processo Administrativo Punitivo nº 03/2026
INDICIADA: JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA – CNPJ nº 63.384.391/0001-05
ÚLTIMO ENDEREÇO CONHECIDO: rotobill01@gmail.com
PROCESSO ORIGINÁRIO: Processo Administrativo nº 165/2026
INSTRUMENTO: nº 08/2026

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 03/2026, designada pela Portaria nº 368/2026, no uso das atribuições conferidas pelo ato de designação e pelo Decreto Municipal nº 14/2024, **FAZ SABER** à empresa **JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **63.384.391/0001-05**, que fica **CITADA**, por meio deste Edital, da instauração do **Processo Administrativo Punitivo nº 03/2026**, destinado a apurar, em tese, a **não entrega e não instalação do playground**, objeto do Processo Administrativo nº 165/2026 e Instrumento nº 08/2026.
O fato poderá, em tese, enquadrar-se no **art. 155, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições da **Cláusula Décima Primeira** do instrumento contratual.
Fica concedido o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da publicação deste Edital, para apresentação de **DEFESA ESCRITA** e especificação das provas que pretenda produzir, nos termos do art. 25 do Decreto Municipal nº 14/2024.
A íntegra dos autos estará disponível para consulta junto ao Município de Altamira do Paraná, devendo a defesa ser protocolada pelos meios oficialmente disponibilizados pela Administração.
A ausência de defesa será certificada nos autos, **sem presunção automática de responsabilidade**.

Altamira do Paraná/PR, 06 de outubro de 2026.

SILVANO DA SILVA VAZ
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:5C9DE200

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa PRINTER ART LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.498.900/0001-22, com sede na Rua Expedicionário Adir Jorge, n° 623, Centro, CEP nº 83.880-000, na cidade de Rio Negro, no Estado do Paraná, neste ato representado por Sr. Wilson Correa Kichileski.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 58/2025, por mais 12 (doze) meses, a renovação dos quantitativos registrados para o novo período de vigência e a aplicação do reajuste dos valores registrados, nos termos previstos na ata e na legislação vigente.

2. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 04 de outubro de 2026, com término em 03 de outubro de 2027.

3. DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS.
Ficam renovados os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços n° 58/2025 para o período correspondente à prorrogação da vigência, como demonstrado abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Valor Unit. Registrado	Valor Unit. Reajustado	Valor Total
01	Acompanhamento de gestantes 50x1 - sulf. 90 fto 23x33 - frente/verso 1x1.	100	R$ 3,90	R$ 4,0977	R$ 409,77
09	Bis notificação - 25x3 - auto copy - 20x30.	50	R$ 11,00	R$ 11,5577	R$ 577,89
14	Cartão de vacinação - sulf. 180 grs - fto 15x20 frente/verso 1x1.	4.500	R$ 0,11	R$ 0,1156	R$ 520,10
20	Ficha de retorno - sulf. 120- fto 15x20 frente/verso 1x1.	3.000	R$ 0,10	R$ 0,1051	R$ 315,21
31	Guia de encaminhamento 100x1 - sult. 75 fto 15x20 1x0.	150	R$ 3,39	R$ 3,5619	R$ 534,28
35	Pedido exame 100x1 - sulf. 90 fto 15x20 1x0.	100	R$ 3,89	R$ 4,0872	R$ 408,72
43	Receita comum 100x1 - suf 75 - fto 15x20 1x0.	300	R$ 3,39	R$ 3,5619	R$ 1.068,56
46	Sus. Referência/contra refer. 100x1 - sulf. 90 - fto 23x33 - frente/verso 1x1.	40	R$ 7,99	R$ 8,3951	R$ 335,81

Nota: Os valores unitários reajustados foram apurados mediante aplicação do índice IPCA-E de 5,070180%, correspondente ao fator 1,05070180. Em razão dos arredondamentos dos valores individualizados, procedeu-se ao ajuste residual de R$ 0,01 para compatibilização do somatório da tabela com o valor global corrigido de R$ 4.170,34, apurado pela calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

4. DO REAJUSTE DO VALOR.
Em razão do reajuste anual previsto na Ata de Registro de Preços, fica aplicado o IPCA/E acumulado no período de junho de 2025 a junho de 2026, correspondente a 5,070180%, passando o valor global da ata de R$ 3.969,10 para R$ 4.170,34 (quatro mil e cento e setenta reais e trinta e quatro centavos).

5. DO VALOR.
O valor global da presente prorrogação, já contemplado o reajuste previsto na Cláusula Quarta, passa a ser de R$ 4.170,34 (quatro mil e cento e setenta reais e trinta e quatro centavos).

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
• 03.001.04.122.0003.2006 - ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇA O GERAL ADMINISTRATIVA
• 04.001.04.122.0070.2017 – ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE TRIBUTAÇA O E FISCALIZAÇA O
• 05.002.12.365.0012.2034 - GESTA O E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇA O INFANTIL
• 05.003.12.367.0013.2036 - GESTA O E ATIVIDADES OPERCIONAIS DA EDUCAÇA O ESPECIAL
• 05.004.12.361.0009.2025 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
• 05.005.12.361.0015.2040 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇA O
• 05.005.12.366.0075.2041 – EDUCAÇA O DE JOVENS E ADULTOS
• 05.006.12.361.0084.2042 – EXECUÇA O DO PROGRAMA SALA RIO EDUCAÇA O
• 06.001.13.392.0017.2046 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA DIVISA O DA CULTURA
• 06.001.27.812.0018.2049 - ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
• 07.001.10.302.0019.2057 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
• 07.001.10.302.0019.2068 – EXECUÇA O SUS – HOSPITAL MUNICIPAL
• 07.001.10.304.0021.2055 - AÇO ES VIG. SANITA RIA, EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS
• 07.001.10.304.0021.2065 – EXECUÇA O DO PROGRAMA NAC VIGILA NCIA SANITA RIA
• 07.002.10.301.0021.2018 - APOIO E PROTEÇA O A TERCEIRA IDADE
• 07.002.10.301.0021.2053 - ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
• 07.002.10.301.0021.2062 – CAMPANHA DE VACINAÇA O
• 08.001.08.244.0022.2070 - ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AÇA O SOCIAL
• 08.001.08.244.0022.2071 - AÇO ES DE PROMOÇA O SOCIAL E PROTEÇA O A FAMI LIA
• 08.001.08.244.0022.2222 - SERVIÇO DE PROTEÇA O SOCIAL BA SICA PARA PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA
• 08.001.08.244.0022.2223 – MANUTENÇA O DA ATIVIDADE DOS CONSELHOS MUNICIPAL DE ASSISTE NCIA SOCIAL
• 08.002.08.243.0023.2074 - ATIVIDADES OPERAC. DO FDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
• 08.002.08.243.0023.2224 - EXECUÇA O DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
• 08.002.08.243.0077.6001 – EXECUÇA O DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
• 08.003.08.244.0022.2119 – SERVIÇO DE PROTEÇA O E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMI LIA – PAIF
• 08.003.08.244.0025.2078 – EXECUÇA O DO PROGRAMA IGD
• 09.001.18.541.0101.2226 – PROGRAMA DE COLETA SELETIVA
• 09.001.20.606.0030.2104 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUA RIA
• 10.001.15.452.0026.2085 - ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
O 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURI DICA.

7. DA RATIFICAÇÃO.
Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

8. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 06 de outubro de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:8BBA7CE3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2025 CONCORRÊNCIA Nº 004/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2025
CONCORRÊNCIA Nº 004/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa MONSTER LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.973.066/0001-81, com sede na Rua Dr. Osvaldo Cruz, n° 485, Sl 01 – Loteamento Groff, CEP nº 85.998-000, na cidade de Mercedes, no Estado do Paraná, neste ato representado por Sr. Waldemar Monster.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e a correspondente adequação do prazo de vigência do Contrato nº 95/2025, cujo objeto consiste na execução de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ na estrada rural denominada Estrada do Cedro, em trecho com extensão de 900,00 m e área de intervenção de 5.400,00 m², vinculado ao Contrato de Repasse n° 954185/2023 – Operação n° 1091840-77.
2. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.
Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato nº 95/2025, estabelecendo-se como nova data para conclusão da execução do objeto o dia 31 de janeiro de 2027, em conformidade com a manifestação da fiscalização e com o cronograma físico-financeiro reprogramado constante do Anexo I.
A alteração do prazo decorre de fato superveniente relacionado às condicionantes administrativas e financeiras do Contrato de Repasse, cuja autorização formal de início da execução foi comunicada pela CAIXA em 07 de julho de 2026 (Ofício Eletrônico CAIXA nº 3112/2026/GIGOVMR), e à necessidade de compatibilização das frentes de infraestrutura viária municipal, considerando que, durante a execução da pavimentação da Estrada da Bota, a Estrada do Cedro constitui o único desvio viável para atendimento das comunidades rurais relacionadas no Relatório Técnico da fiscalização, do transporte escolar, dos serviços de saúde e emergência, do abastecimento e do escoamento da produção rural.
A reprogramação não decorre de mora ou culpa da CONTRATADA, mas de medida adotada no interesse público, conforme registrado pela fiscalização e pela gestão do contrato.
A CONTRATADA manifesta concordância com o novo prazo de execução e com o cronograma físico-financeiro reprogramado, nos termos da declaração de concordância juntada ao Processo Eletrônico Municipal nº 337/2026.
3. DA ADEQUAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
Em decorrência da alteração do prazo de execução prevista na Cláusula Segunda, fica adequado o prazo de vigência do Contrato nº 95/2025, estabelecendo-se como novo termo final o dia 30 de junho de 2027, de modo a assegurar período suficiente para a conclusão da

execução, as medições, os recebimentos provisório e definitivo e as demais providências necessárias ao encerramento regular do objeto, conforme justificativa registrada nos autos pela fiscalização e pela gestão do contrato.
O CONTRATANTE providenciará, junto à CAIXA, a prorrogação da vigência do Contrato de Repasse nº 954185/2023 – Operação nº 1091840-77, atualmente fixada em 29 de dezembro de 2026, de modo a abranger os prazos deste Termo Aditivo.

4 .DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

Em razão da prorrogação do prazo de execução, o cronograma físico-financeiro da obra é reprogramado, observando-se como termo final da execução a data de 31 de janeiro de 2027.
O cronograma físico-financeiro reprogramado, revisado pela CONTRATADA, analisado pela fiscalização e autorizado pela Administração, nos termos das Cláusulas 11.2.2 e 11.2.3 do Contrato nº 95/2025, constitui o Anexo I e integra o presente ajuste para todos os fins, devendo estar anexado a este Termo antes de sua assinatura.
As medições e os pagamentos observarão o cronograma reprogramado, mantidas as condições da Cláusula Oitava e da Cláusula 11.2 do Contrato nº 95/2025.

5. DO VALOR.

O presente Termo Aditivo não implica acréscimo de quantitativos, alteração do objeto ou majoração do valor contratual, permanecendo inalterado o valor de R$ 945.000,00 (novecentos e quarenta e cinco mil reais), conforme Termo de Rerratificação constante dos autos.
Eventuais repercussões econômico-financeiras, reajustes legalmente cabíveis ou custos de desmobilização e remobilização não integram o presente Termo Aditivo e, caso sejam requeridos, deverão ser objeto de análise própria, mediante a correspondente documentação comprobatória.

6. DA GARANTIA CONTRATUAL.

A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia contratual, de modo que sua validade contemple o novo período de vigência do Contrato, até 30 de junho de 2027, nos termos das Cláusulas 10.4 e 10.5 do Contrato nº 95/2025 e dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
A comprovação da renovação ou do endosso da garantia deverá ser apresentada ao CONTRATANTE previamente ou, no máximo, na data de assinatura deste Termo Aditivo.

7. DA FUNDAMENTAÇÃO.

O presente Termo Aditivo fundamenta-se na manifestação técnica e no Relatório Técnico Complementar da fiscalização, na manifestação da gestora do contrato e no Parecer Jurídico de 21 de setembro de 2026, constantes do Processo Eletrônico Municipal nº 337/2026, nas disposições do Contrato nº 95/2025 e na Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de prorrogação dos prazos contratuais em razão de circunstância superveniente não imputável à CONTRATADA e decorrente do interesse da Administração.
O art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina a vigência das contratações com escopo predefinido, dispondo que o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, regra incorporada às Cláusulas 5.2 e 5.3 do Contrato nº 95/2025.
O art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina a repercussão do impedimento, da ordem de paralisação ou da suspensão do contrato sobre o cronograma de execução, que será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, hipótese também prevista nas Cláusulas 4.2, alínea “d”, 4.3 e 4.4 do Contrato nº 95/2025. A utilização de termo aditivo justifica-se por consolidar, em um único instrumento, a nova data final de execução, o cronograma físico-financeiro reprogramado, a adequação da vigência e as consequências sobre a garantia contratual e sobre o instrumento de repasse.
Guardam relação direta com a alteração pactuada, além das citadas, as Cláusulas 4.5, 4.5.1, 10.4, 10.5 e 11.2.3 do Contrato nº 95/2025, que disciplinam, respectivamente, a solicitação de aditivos no prazo de vigência, o parecer técnico da fiscalização e a análise da gestão do contrato, a garantia contratual e a revisão do cronograma físico-financeiro.

8. DA RATIFICAÇÃO.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 95/2025 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente instrumento.

9. DO FORO.

Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 06 de outubro de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:CAFCAF98

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 049/2026

Convoca a I Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Altamira do Paraná.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente pela Lei Municipal nº 837, de 25 de março de 2026;

CONSIDERANDO que o esporte e o lazer constituem importantes instrumentos de promoção da saúde, qualidade de vida, inclusão social, cidadania e desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 14 a 17 da Lei Municipal nº 837/2026, que institui a Conferência Municipal de Esporte e Lazer de Altamira do Paraná;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a participação da sociedade na formulação, avaliação e aprimoramento das políticas públicas municipais de esporte e lazer;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, a ser realizada no Município de Altamira do Paraná, no dia 23 de outubro de 2026. às 14:00 horas, na Casa da Cultura Flávio José Ribeiro, situada na rua Silvio Moreira s/n.

Parágrafo único. A Conferência terá como tema oficial: **“ESPORTE, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: CONSTRUINDO UMA CIDADE MAIS ATIVA”**

Art. 2º Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, 06 (seis) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal de Altamira do Paraná

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:DC7F8FAE

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 375/2025

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER *a partir do dia 06 (seis) de outubro de 2026,* ***30 (trinta) dias de FÉRIAS*** *à servidora* ***ILDA FELIX PEREIRA DE OLIVEIRA,*** *matrícula funcional nº* ***14114****, ocupante do cargo efetivo de GARI, lotada no Hospital Municipal, referente ao período aquisitivo de 28/08/20245 à 27/08/2026, em conformidade com Art. 67, Inciso 1º da Lei nº 130/2005.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:6F617343

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 376/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

ELZA APARECIDA DA SILVA*, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER *a partir do dia 06 (seis) de outubro de 2026, 30 (trinta) dias de FÉRIAS a servidora* ***SARA FERREIRA DA SILVA,*** *matrícula funcional nº* ***12190,*** *ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Municipal, referente ao período aquisitivo 04/06/2025 à 03/06/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:A040EA0A

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 377/2026

SÚMULA: Concede licença prêmio regulamentares à servidora pública municipal.

ELZA APARECIDA DA SILVA*, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei.*

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER *a partir do dia 06 (seis) de outubro de 2026, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, à servidora* ***IZILDA APARECIDA DE RAMOS,*** *matrícula funcional nº* ***14037****, exercendo o cargo efetivo de GARI, lotada na Secretaria de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 04/06/2021 à 03/06/2026, conforme Lei 130/2005, Seção VII, Artigo 91.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*
Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:E6844AF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 209/2024 - ID 3243

Processo Administrativo nº 040/2024
Inexigibilidade nº 004/2024

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: ARIANA MARQUES DA SILVA 09330350984, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 27.043.77810001-34.

DO OBJETO CONTRATO:

Credenciamento de Empresa Especializada para Ministrar Cursos e Oficinas, para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em atendimento as crianças e adolescentes vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

DA VIGÊNCIA:
O presente Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 209/2024 – ID 3243 pelo período de 12 (doze) meses, passando a vigorar de 03/10/2026 a 02/10/2027.

DO VALOR:
O valor total do presente Termo Aditivo é de R$ 19.037,04 (dezenove mil e trinta e sete reais e quatro centavos), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 1.586,42 (um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), decorrente da aplicação do reajuste anual pelo IPCA, no percentual de 3,69%, conforme previsão contratual.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.
476 - 09.001.08.243.0014.6.113.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Atividades do Setor da Criança e do Adolescente
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 31013

DA RATIFICAÇÃO:
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do **Contrato nº 209/2024 - ID 3243**, não alterado pelo presente Termo Aditivo.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente Termo Aditivo está fundamentado no disposto do Artigo 107, da Lei 14.133/21 e alterações posteriores, conforme **Inexigibilidade nº 004/2024.**

Amaporã/PR, 01 de outubro de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:7BC637F7

LICITAÇÃO
REAVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2026

MUNICIPIO DE AMAPORÃ/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 096/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2026

REAVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.
O Município de Amaporã, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR item, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 222/2023, objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA 03 (TRÊS) VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRATÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PRAZO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS:	***DIA 13/10/2026, DAS 08H AS 14H HORAS (CUMPRIR O DISPOSTO NO ART. 75, §3 DA 14.133)***
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp
LINK DO EDITAL:	https://www.amapora.pr.gov.br/licitacao

Amaporã/PR, 06 de outubro de 2026.

GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:873F7F7D

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Dispensa em conformidade ao disposto no artigo 24 inciso II, da Lei Federal 8.666/93, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado: **Contratação de empresa especializada para realização da Semana Recreativa em Comemoração ao Dia das Crianças, nos dias 14 e 15 de outubro de 2026, com disponibilização de brinquedos infláveis, monitores, pipoca, algodão doce e toda a estrutura necessária para atender as crianças participantes.**

Favorecido: YGOR HASE MATZKEIT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.381.609/0001-87.

Valor Total: O valor máximo para contratação do objeto da presente licitação é de R$ 14.990,00 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).

Art. 61º, do Decreto Municipal n. 222/2023, c/c art. 75, incisos II, da Lei Nacional n. 14.133/2021.

Art. 75 - II - Para contratação de outros serviços e compras que envolva valores inferiores a R$ 62,725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), atualizado na forma do art. 182, da Lei nº 14.133 de 2021;

Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 020/2026.

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026 e superávit do ano de 2025, através da dotação abaixo:

476 – 09.001.08.243.0014.6.113.3.3.90.39.00.00 – Gestão das Atividades do Setor da Criança e do Adolescente - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 31013

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do Art. 11 inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Amaporã/PR, em 06 de outubro 2026

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:7615BD9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 086/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2026

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição de materiais hospitalares para utilização nas Unidades de Saúde do Município de Anahy-PR, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I – Termo de Referência. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: Dia 06/10/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 20/10/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**: Das 08:00 às 09:00 do dia 20/10/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: às 09h horas do dia 20/10/2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO:** R$ 404.964,5300 (quatrocentos e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES**: (45) 98806-4345.
Anahy-PR, 05 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:141AE267

LICITAÇÃO
ERRATA REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 079/2026

O **MUNICÍPIO DE ANAHY**, Estado do Paraná, por intermédio do seu Setor de Licitações, no uso de suas atribuições legais e em estrito cumprimento às recomendações constantes do **Parecer Jurídico n.º**

2026 da Procuradoria Jurídica do Município, torna pública a presente **ERRATA DE RETIFICAÇÃO E ESCLARECIMENTO** do **Edital de Pregão Eletrônico n.º 031/2026** (Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de instrutores/oficineiros para o Departamento Municipal de Assistência Social), nos termos das alterações e redações consolidadas a seguir:

1. RETIFICAÇÕES E ADEQUAÇÕES DOS TEXTOS EDITALÍCIOS

1.1. Clarificação das Fases de Habilitação e Julgamento (Atendimento à Recomendação 'a')

Refaz-se a redação do caput do **item 1.2.4 do Apêndice C do Anexo I (Termo de Referência)** e da **alínea "a" do item 1.1 do Apêndice C** para afastar qualquer dúvida hermenêutica:

• **Onde se lia (no Apêndice C, item 1.1, alínea "a" e item 1.2.4):** A comprovação de aptidão técnica das licitantes far-se-á mediante a apresentação dos documentos na fase de habilitação antes da fase de lances.

• **Leia-se (Redação Retificada):**

"1.1. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

a) A Documentação de Habilitação do licitante deverá ser anexada na plataforma BNC antes da fase de lances, nos termos definidos neste Edital. Fica expressamente ressalvado que os documentos previstos no subitem 1.2.4.2 (Qualificação Técnico-Profissional dos Instrutores) NÃO integram a Documentação de Habilitação, NÃO devem ser anexados antes da fase de lances e a sua ausência nesta etapa NÃO acarretará a inabilitação de nenhum licitante."

"1.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A comprovação da qualificação técnica do licitante no certame será apurada em dois momentos distintos:

1.2.4.1. Qualificação Técnico-Operacional (Exigida na Habilitação de Todos os Licitantes): Apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica da empresa.

1.2.4.2. Qualificação Técnico-Profissional (Exigida Exclusivamente da empresa vencedora na assinatura do contrato): Apresentação da documentação técnica e portfólio dos instrutores/oficineiros que executarão o objeto."

1.2. Unificação do Marco Temporal e Consequências para a Assinatura do Contrato (Atendimento à Recomendação 'b')

Fixa-se momento único e objetivo para a comprovação da qualificação dos profissionais, harmonizando o **item 1.2.4.2 do Apêndice C** com o **item 3 do Termo de Referência**:

• **Onde se lia:** Expressões divergentes como "imediatamente após a declaração de vencedora", "fase de adjudicação e homologação" e "início das atividades".

• **Leia-se (Redação Retificada):**

"1.2.4.2. Qualificação Técnico-Profissional (Condição Prévia para Assinatura do Contrato):

A licitante vencedora, após a homologação e convocação para contratação, **deverá apresentar, no prazo de até 1 (um) dia útil, como condição obrigatória para a assinatura do Termo de Contrato**, a documentação completa de qualificação técnica, diplomas/certificados e portfólios dos professores/oficineiros vinculados que executarão as oficinas.

Parágrafo Único: A não apresentação da documentação exigida neste item dentro do prazo assinalado, ou a apresentação de documentação insuficiente/incompatível com as exigências editalícias, **caracterizará a recusa injustificada em celebrar o contrato**, sujeitando a adjudicatária ao cancelamento da adjudicação, à aplicação das sanções contratuais e administrativas legais, e à imediata convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 90, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Para eventuais instrutores substitutos indicados durante a vigência do contrato, permanece a obrigatoriedade de apresentação e aprovação prévia dos documentos pelo Fiscal Geral antes do início de suas atividades."

1.3. Harmonização Completa do Item 1 – Instrutor de Oficina Esportiva (Atendimento à Recomendação 'c')

Compatibiliza-se o escopo do **Item 1** entre o **Estudo Técnico Preliminar**, o **Termo de Referência** e o **item 1.2.4.2, alínea "a", do Apêndice C**:

• **Onde se lia (no Apêndice C, item 1.2.4.2, alínea "a"):** "Item 1 (Instrutor de Oficina Esportiva - Capoeira): Apresentação do portfólio... e certificação na modalidade de Capoeira..."

• **Leia-se (Redação Retificada):**

"1.2.4.2. Qualificação Técnico-Profissional por Item:

a) Para o Item 1 (Instrutor de Oficina Esportiva — Modalidades: Karatê, Capoeira e Jiu-Jitsu): Apresentação do portfólio profissional do(s) instrutor(es) e respectivo(s) certificado(s) de formação, capacitação técnica, graduação (faixa/corda/cordão) ou declaração de mestrado/contramestrado em **todas as modalidades esportivas/artes marciais que compõem o item (Karatê, Capoeira e Jiu-Jitsu)**, atestando aptidão técnica, cultural e pedagógica para o ensino de técnicas esportivas, expressão corporal, autodefesa e disciplina destinadas às crianças e adolescentes assistidos."

1.4. Divulgação e Manutenção da Data da Sessão Pública (Atendimento à Recomendação 'd')

Em obediência ao disposto no art. 164, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021:

• **PUBLICAÇÃO:** Esta Errata e a resposta à Impugnação formulada no Processo Administrativo n.º 079/2026 serão disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do Município (www.anahy.pr.gov.br) e no Portal Bolsa Nacional de Compras — BNC (www.bnc.org.br).

• **MANUTENÇÃO DO CRONOGRAMA:** Como os esclarecimentos efetuados **não alteram a formulação das propostas financeiras, nem alteram o objeto ou os quantitativos licitados** (art. 55, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021), **MANTÉM-SE INALTERADA A DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA**:

• **DATA DA SESSÃO:** 06 de outubro de 2026.
• **HORÁRIO:** 09:00 horas.
• **LOCAL:** Portal Eletrônico BNC (http://www.bnc.org.br).

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

Ressalta-se que permanecem inalteradas, válidas e em pleno vigor todas as demais cláusulas, anexos e condições do **Edital n.º 031/2026** que não tenham sido expressamente modificadas por esta Errata.

Anahy — PR, 05 de outubro de 2026.

LEILANE DA SILVA
Agente de Contratação

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:C585251C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 090/2025 VINCULADO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2025.

Firmam o presente Termo aditivo do Contrato, sob a égide da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código Civil Brasileiro, do Código Comercial Brasileiro e de outras referentes ao objeto, e ainda as que não explicitadas. Tendo em vista o que consta no Processo de Pregão Eletrônico nº 043/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANAHY,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.594.800/0001-94, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº. 591, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro, residente domiciliado na cidade de Anahy Paraná, Rua Duque de Caxias, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº. 764.217.169-20 e Portador da Cédula de Identidade nº. 5.341.856-2. **CONTRATADA:** a empresa PARANÁ AMBIENTAL GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, com sede à BR

277 KM 573, Faz. São Domingos, Cascavel, Paraná, inscrita no CNPJ nº 07.911.409/0001-09, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. Dionatan Junior Spigosso, Portador do RG sob nº 9.833.581-1 e CPF nº 063.152.899-75. **CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO:** contratação de empresa para a realização de serviços de transporte, tratamento e disposição final em aterro licenciado dos resíduos domiciliares Classe II-A (não inerte), provenientes da coleta domiciliar de resíduos do Município de Anahy/PR, conforme solicitação do Termo de Referência da Secretária de Coordenação Geral. **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA**: Fica prorrogado em até 12 (doze) meses, O PRAZO DA VIGÊNCIA previsto no contrato n°. 090/2025 firmado em 01 de outubro de 2025. A prorrogação compreende o período entre 02/10/2026 à 02/10/2027. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA**: Conforme solicitação do Departamento Municipal de Saúde, memorando n°266/2026 da Secretaria de Coordenação Geral, fundamentado em Parecer Jurídico Nº 243/2026 em anexo. **CLÁUSULA QUARTA– DO FUNDAMENTO LEGAL**: O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 107, e alíneas da Lei n.º 14.133/21. **CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:** o Foro da Comarca de Corbélia - PR,

Anahy-PR, 01 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:3609ABC5

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 079/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2026

O Prefeito Municipal de Anahy, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de instrutores especializados (oficineiros) para a ministração de oficinas socioeducativas, artísticas, culturais, esportivas e recreativas. O serviço destina-se ao atendimento direto dos públicos prioritários e das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social referenciados na rede de proteção social do Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Anahy/PR.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 031/2026 conforme segue o vencedor:

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1, 2, 3, 4 e 5	**WM NICOLAU EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ: 24.069.459/0001-00	R$ 199.770,00 (cento e noventa e nove mil e setecentos e setenta reais).
VALOR TOTAL		**R$ 199.770,00 (cento e noventa e nove mil e setecentos e setenta reais).**

Anahy-PR, 06 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:6C449ED9

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.599/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Patrícia Pistun Taveira, enfermeira, portadora do RG. 10.205.616-7/PR, lotada no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 8168-1, meia diária para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	08 de outubro de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu-PR
Objetivo:	Participar a convite da 10ª Regional de Saúde/Cascavel da Oficina de Formação de Multiplicadores para Micro Planejamento para Atividades de Vacinação de alta Qualidade (AVAQ) – Macro Oeste (9ª RS e 10ª RS), que será realizada no Hotel Foz do Iguaçu.
Protocolo nº	415/2026.
Quant. de Diárias:	Meia diária
Valor total das diárias:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:3A608B8A

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.600/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Marli do Carmo de Souza, técnico em enfermagem, portadora do RG. 7.248.138-0/PR, lotada no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 5215-1, meia diária para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	08 de outubro de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu-PR
Objetivo:	Participar a convite da 10ª Regional de Saúde/Cascavel da Oficina de Formação de Multiplicadores para Micro Planejamento para Atividades de Vacinação de alta Qualidade (AVAQ) – Macro Oeste (9ª RS e 10ª RS), que será realizada no Hotel Foz do Iguaçu.
Protocolo nº	416/2026.
Quant. de Diárias:	Meia diária
Valor total das diárias:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:2B6430F5

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.601/2026

Revoga a Portaria nº 7.255/2026, instaura processo administrativo para apuração dos valores pagos a título de gratificação de função à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANAHY, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o recebimento da Recomendação Administrativa nº 14/2026, expedida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Corbélia nos autos do Inquérito Civil nº 0042.26.000176-5, que recomenda a revogação da Portaria nº 7.255/2026 e do Despacho Administrativo de 06 de fevereiro de 2026, a cessação dos pagamentos da gratificação concedida à servidora Edimara Zanatta e a adoção de providências administrativas quanto aos valores pagos desde fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal e do art. 10, inciso III, da Lei Municipal nº 338/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Anahy), as funções de confiança destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, e que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Acórdão nº 3212/21 – Tribunal Pleno, orienta que sua criação se dê por lei em sentido formal, com a definição da denominação, do quantitativo de vagas, da remuneração, dos requisitos de investidura e das atribuições;

CONSIDERANDO que a gratificação de que trata a Portaria nº 7.255/2026 foi concedida com fundamento no art. 109 da Lei Municipal nº 338/2005, inexistindo lei municipal específica que crie a função de coordenação da Sala Multidisciplinar de Atendimento a Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros Transtornos do Neurodesenvolvimento;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º da Portaria nº 7.255/2026, a referida gratificação possui caráter transitório e não se incorpora aos vencimentos da servidora para quaisquer efeitos legais;

CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que, conforme a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 138 da Repercussão Geral (RE 594.296/MG), os atos administrativos que repercutam na esfera de interesses individuais devem ser precedidos de procedimento no qual se assegurem o contraditório e a ampla defesa, garantias previstas no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, de modo que qualquer providência relativa aos valores já percebidos pela servidora depende de prévia apuração nessas condições;

CONSIDERANDO que o art. 127 da Lei Municipal nº 338/2005 disciplina as reposições à Fazenda Pública mediante desconto em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 7.255/2026, de 06 de fevereiro de 2026, e tornado sem efeito o Despacho Administrativo de 06 de fevereiro de 2026, cessando o pagamento da gratificação neles prevista a partir da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Fica a servidora Edimara Zanatta dispensada das atribuições de coordenação da Sala Multidisciplinar de Atendimento a Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros Transtornos do Neurodesenvolvimento, até a edição de lei específica que crie a respectiva função de confiança.

Art. 2º Fica instaurado processo administrativo, de natureza não disciplinar, com a finalidade de:

I – apurar, de forma discriminada por competência, os valores pagos à servidora Edimara Zanatta a título da gratificação de que trata o art. 1º, desde 02 de fevereiro de 2026 até a sua cessação;

II – oportunizar à servidora manifestação sobre os fatos e valores apurados, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

III – deliberar sobre eventual restituição dos valores, à luz da manifestação da servidora e da legislação e da jurisprudência aplicáveis.

Parágrafo único. A instauração do processo de que trata este artigo não importa imputação de infração funcional à servidora.

Art. 3º O processo administrativo será conduzido e instruído pela Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 4º O Departamento de Recursos Humanos encaminhará à Procuradoria Jurídica do Município, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação desta Portaria, demonstrativo discriminado, mês a mês, dos valores brutos pagos a título da gratificação, dos descontos legais sobre eles incidentes e dos valores líquidos efetivamente percebidos pela servidora.

Art. 5º Concluído o levantamento de que trata o art. 4º, a servidora será notificada pessoalmente, mediante ciência por escrito, para, no prazo de 10 (dez) dias, contado na forma do art. 208 da Lei Municipal nº 338/2005:

I – apresentar manifestação escrita e os documentos que entender pertinentes, inclusive quanto à exigibilidade da restituição dos valores;

II – querendo, manifestar opção pela restituição voluntária dos valores, à vista ou de forma parcelada, observado o art. 127 da Lei Municipal nº 338/2005.

§ 1º A notificação será instruída com cópia desta Portaria, da Recomendação Administrativa nº 14/2026 e do demonstrativo de que trata o art. 4º.

§ 2º É facultado à servidora fazer-se assistir por advogado ou por representante sindical.

§ 3º A opção de que trata o inciso II é livre e não acarretará qualquer prejuízo funcional à servidora. Sendo exercida, será formalizada em termo próprio, do qual constarão o valor, a forma de pagamento e, em caso de parcelamento mediante desconto em folha de pagamento, a autorização expressa da servidora.

Art. 6º Encerrada a instrução, a Procuradoria Jurídica do Município elaborará relatório conclusivo, a ser submetido ao Prefeito Municipal para decisão, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Portaria, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa.

Art. 7º Encaminhe-se cópia desta Portaria à Promotoria de Justiça da Comarca de Corbélia, para instrução do Inquérito Civil nº 0042.26.000176-5.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:CBE31AF0

SECRETARIA GERAL
PRIMEIRO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0656990-70

PRIMEIRO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0656990-70 QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA

ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE ANAHY/PR, NA FORMA ABAIXO.

1 - QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Coordenador de Filial da Representação de Filial de Governo CASCAVEL, Sr. PAULO VINICIUS CARVALHO JORGE, brasileiro, casado, bancário, CPF 058.333.409-18, RG 8.496.207-4/SSP/PR, residente e domiciliado em Cascavel/PR.

II – TOMADOR - MUNICÍPIO DE ANAHY/PR, com sede em Anahy/PR, Rua Vereador Leonardo Dobicz, 591, Centro, Anahy/PR, CEP 85425-000, inscrito no CNPJ/MF 95.594.800/0001-94, representada pelo Prefeito Municipal, Senhor ARILSON BATISTA DE SOUZA, CPF 764.217.169-20, RG 5.341.856-2**.**

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

2 - RETIFICAÇÃO

2.1 - Os contratantes retificam o contrato nº. **0656990-70/2026**, datado de 15/09/2026, em:

QUADRO V - VERIFICAÇÃO DOS LIMITES E CONDIÇÕES (Art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000), que passa a vigorar com a seguinte redação:

QUADRO V - VERIFICAÇÃO DOS LIMITES E CONDIÇÕES (Art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000)	
Ofício nº 1294/2026/CEVIG	01/09/2026

2.2 – A presente retificação se faz necessária devido a erro/alteração meramente formal, realizado no ato da elaboração da minuta contratual e/ou no decurso da vigência do contrato, não envolvendo modificações financeiras e/ou obrigacionais e/ou prazos do contrato e/ou condicionantes contratuais.

3 - RATIFICAÇÃO

3.1 - Assim, os contratantes ratificam os demais termos, cláusulas e condições do instrumento datado de 15/09/2026, passando o presente instrumento de rerratificação fazer parte integrante e complementar daquele instrumento, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por assim estarem plenamente de acordo com as cláusulas, termos e condições, as partes assinam eletronicamente o presente **TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DE CONTRATO** para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

ANAHY/PR, na data da última assinatura.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agente Financeiro

MUNICÍPIO DE ANAHY/PR
Tomador

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:80A4444E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CÂMARA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL 4.072 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 4.072 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos valores despendidos pelo Poder Público Municipal em eventos custeados, total ou parcialmente, com recursos públicos, no âmbito do Município de Andirá, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, aprovou eu Gilmar Roberto de Rezende, Presidente deste Poder Legislativo, nos termos dos §§3º e 7º do artigo 45 da Lei Orgânica do Município **PROMULGO** a seguinte lei:

Art. 1º Os eventos realizados no Município de Andirá, Estado do Paraná, que sejam custeados, total ou parcialmente, com recursos públicos municipais deverão conter, durante toda sua realização, placa ou outro meio físico de divulgação ostensiva que informe à população o valor despendido pelos cofres públicos com o respectivo evento.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se eventos, entre outros:

I – festividades, comemorações e celebrações promovidas, apoiadas ou patrocinadas pelo Poder Público;

II – shows, apresentações artísticas, culturais ou musicais;

III – feiras, exposições, festivais e eventos gastronômicos;

IV – eventos esportivos e recreativos;

V – congressos, seminários, conferências, encontros e similares; e

VI – demais eventos de caráter cultural, artístico, turístico, esportivo, institucional, educacional ou de entretenimentos que envolvam a utilização de recursos públicos municipais para a sua realização e/ou organização.

Parágrafo único. A obrigação prevista no art. 1º aplica-se ainda que o evento seja realizado em parceria com entidades privadas, organizações da sociedade civil, associações, empresas ou outros entes públicos, sempre que houver emprego de recursos públicos municipais.

Art. 3º A placa de que trata o art. 1º deverá:

I – ser instalada em local de fácil acesso e visualização pelo público, preferencialmente nas entradas ou nos principais pontos de acesso ao evento;

II – permanecer exposta durante todo o período de realização do evento; e

III – apresentar, de forma legível e ostensiva, a expressão: “ESTE EVENTO É CUSTEADO COM RECURSOS PÚBLICOS. VALOR DOS RECURSOS EMPREGADOS: R$ ____.”

IV – informar, quando possível, a origem dos recursos, especialmente quando provenientes de convênios, transferências, emendas parlamentares ou outras fontes específicas.

Art. 4º Para fins de divulgação, deverá ser considerado o valor total dos recursos públicos municipais efetivamente empregados na realização do evento, abrangendo, conforme o caso:

I – contratação de artistas, bandas, palestrantes ou outros profissionais;
II – locação de estruturas, equipamentos, veículos, imóveis ou espaços;
III – serviços de segurança, limpeza, organização, montagem e desmontagem;
IV – sonorização, iluminação, decoração e demais serviços técnicos;

V – divulgação e publicidade especificamente relacionadas ao evento;
VI – aquisição de materiais e produtos e contratação de serviços destinados à sua realização;
VII – demais despesas, direta ou indiretamente, relacionadas e comprovadamente vinculadas ao evento.

§1º Quando, na data de instalação da placa, o valor definitivo do evento ou da despesa não puder ser determinado, deverá ser divulgado o valor estimado, com a indicação expressa de que se trata de estimativa.

§2º Na hipótese do §1º, o valor divulgado deverá ser atualizado pelo Poder Público após a conclusão do evento e a apuração definitiva das despesas, mediante publicação no Portal da Transparência ou em outro meio oficial de divulgação.

Art. 5º Nos eventos realizados mediante parceria ou cofinanciamento entre o Município e outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, a placa deverá informar, separadamente, sempre que possível, o montante correspondente aos recursos públicos municipais empregados.

Art. 6º A obrigação prevista nesta Lei não afasta o dever do Poder Público de assegurar a publicidade e a transparência das despesas públicas, nos termos da legislação federal aplicável, especialmente da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 8º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o agente público responsável às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais consequências previstas na legislação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal "Dr. Álvaro de Andrade Margotto", Andirá, em 06 de outubro de 2026.

GILMAR ROBERTO DE REZENDE
Presidente Biênio 2025/2026

Publicado por:
Anderson Cesar do Carmo Zeneratto
Código Identificador:9A7B9EE9

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 19/2026

SÚMULA: Institui a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Andirá/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024 e,

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta nº 01/2026 CEDCA/SEDEF que convocou a XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do CMDCA realizada em 11 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - A comissão será composta por:

Nome	Representação
Valdete Aparecida Bento Cavalheiro Bonacin	CMDCA (Sociedade Civil)
Silvia Renata Picelli	CMDCA (Sociedade Civil)
Camila Juliana Claro de Carvalho	CMDCA (Governamental)
Claysse Danielle Morimoto	CMDCA (Governamental)
Francieli Munhão Martins	CREAS
Ana Julia Maurício de Souza	Criança/Adolescente

Art. 3º - Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Andirá, Paraná, 06 de outubro de 2026.

REBECA GONÇALVES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:24F16260

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 3.208/2026
Interessada: Paraná Equipamentos S.A. – PESA
Assunto: Pedido de ressarcimento de despesas de transporte e logística

Trata-se de reiteração de pedido de ressarcimento formulado pela empresa Paraná Equipamentos S.A. – PESA, no valor de R$ 16.576,85 (dezesseis mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), referente às despesas de transporte e logística decorrentes da entrega e posterior devolução do Trator de Esteiras Caterpillar D4, objeto do Pregão Eletrônico nº 055/2025 e do Contrato nº 114/2025. A Procuradoria Geral do Município, por meio do Parecer Jurídico nº 374/2026, manifestou-se pelo indeferimento do pedido, diante da ausência dos pressupostos necessários ao reconhecimento administrativo do crédito pretendido. Quanto aos custos da entrega, no montante de R$ 9.994,66, a análise jurídica esclarece que a Cláusula 4.3 do contrato inclui expressamente no preço pactuado as despesas de transporte e locomoção. A Nota Fiscal nº 001283216 também indica o frete como responsabilidade do emitente, não havendo fundamento para reconhecer essas despesas como obrigação contratual autônoma do Município. Em relação ao frete de retorno, no valor de R$ 6.582,19, não foram demonstrados os requisitos necessários à indenização, especialmente a regular comprovação dos prejuízos e a ausência de imputabilidade à contratada. Conforme os registros judiciais examinados pela Procuradoria, a empresa foi intimada da decisão liminar em 25/11/2025, enquanto a entrega ocorreu em 26/11/2025, circunstância relevante para a avaliação da responsabilidade pelas consequências econômicas da execução. Além disso, o pedido foi acompanhado apenas de memória de custos, sem documentos capazes de comprovar os efetivos desembolsos, como notas fiscais de transporte, conhecimentos de transporte, recibos ou comprovantes de pagamento. Também não se demonstrou culpa exclusiva da Administração ou enriquecimento sem causa do Município, considerando a devolução do equipamento e a informação da própria requerente de que o bem não foi efetivamente utilizado. Diante do exposto, acolho o Parecer Jurídico nº 374/2026, adotando seus fundamentos como razões desta decisão, e INDEFIRO a reiteração do pedido de ressarcimento/indenização formulado pela Paraná Equipamentos S.A. – PESA, no valor total de R$ 16.576,85, não autorizando o reconhecimento do crédito, a liquidação ou o pagamento pretendidos. Esta decisão considera os elementos documentais examinados no parecer, sem atribuir caráter definitivo às conclusões da sentença judicial nele mencionada, cuja ausência de trânsito em julgado foi expressamente ressalvada pela Procuradoria.

Dê-se ciência formal à interessada, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do parecer jurídico, com registro da comunicação nos autos. Após as providências cabíveis, arquive-se o processo administrativo.

Andirá/PR, 6 de outubro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:DD8F8E28

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.370/2026 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 71.676,00 (setenta e um mil seiscentos e setenta e seis reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
1329 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	4.593,00
05.002.12.365.0005.2.028.		Manter os Centros de Educação Infantil - Demais Recursos	
1393 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	3.446,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
1418 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	62.127,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ESPORTES E LAZER	
12.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.002.27.812.0011.2.112.		Manter as Atividades Esportivas	
1465 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	1.510,00
		Total Suplementação:	**71.676,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:4BC84087

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.371/2026 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 7.275,60 (sete mil duzentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E INOVAÇÃO	
07.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE FOMENTO TURISTICO	
07.002.04.122.0002.2.055.		Manter e Promover o Turismo e Eventos Municipais	
604 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.775,60
605 - 3.3.90.39.00.00	1013	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
		Total Suplementação:	**7.275,60**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E INOVAÇÃO	
07.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE FOMENTO TURISTICO	
07.002.04.122.0002.2.055.		Manter e Promover o Turismo e Eventos Municipais	
600 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	275,60
601 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.500,00
602 - 3.3.90.32.00.00	1013	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.500,00
603 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
606 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1.000,00
		Total Redução:	**7.275,60**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:4B92C91B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.367 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Institui Comissão Técnica para avaliação da Prova de Conceito – PoC, no âmbito do Processo Administrativo nº 446/2026, e dá outras providências.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 9.858/2023;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 446/2026, destinado à contratação de empresa especializada para gerenciamento, controle e administração da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, máquinas e equipamentos, mediante sistema informatizado integrado, sob tecnologia web, e rede credenciada de estabelecimentos;
CONSIDERANDO a previsão, no instrumento convocatório, da realização de Prova de Conceito – PoC com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, destinada à verificação objetiva da aderência funcional do sistema informatizado ofertado aos requisitos essenciais da contratação;
CONSIDERANDO a necessidade de designação formal de servidores para acompanhamento, análise e avaliação técnica das funcionalidades demonstradas durante a Prova de Conceito;

RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação da Prova de Conceito – PoC, referente ao Processo Administrativo nº 446/2026 e ao Pregão Eletrônico nº 50 /2026, composta pelos seguintes servidores:
I – Representantes da Prefeitura Municipal de Andirá:

a) Maurilio Luiz de Oliveira - Diretor De Patrimônio - Secretaria Municipal De Administração
b) Leandro Faria Dias - Diretor Do Departamento De Transporte Da Saúde
c) Mikaely Alves Moreira - Agente Administrativo - Diretora Do Departamento Compras
II – Representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:
a) Thaisa Amanda de Oliveira Corá - Agente de serviços
III – Representante do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá – FUNPESPA:
a) Carlos Henrique Claro de Carvalho, Agente Administrativo
Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação da Prova de Conceito:
I – acompanhar integralmente a realização da Prova de Conceito – PoC;
II – verificar a aderência funcional do sistema informatizado apresentado pelo licitante aos requisitos essenciais previstos no Edital, no Termo de Referência e no Roteiro de Avaliação da Prova de Conceito;
III – conduzir e acompanhar a execução dos cenários de teste previstos no Roteiro de Avaliação;
IV – solicitar, quando necessário, a repetição de procedimentos, consultas, emissão de relatórios, apresentação de registros, esclarecimentos ou demonstrações complementares diretamente relacionadas às funcionalidades avaliadas;
V – registrar as evidências apresentadas durante a demonstração, inclusive mediante anotações, relatórios, capturas de tela, gravações ou outros meios admitidos no instrumento convocatório;
VI – avaliar individualmente cada requisito previsto no Roteiro da PoC, atribuindo-lhe o resultado "ATENDE" ou "NÃO ATENDE", de acordo com os critérios previamente estabelecidos;
VII – observar que diferenças de nomenclatura, disposição de menus, sequência de telas, aparência visual, localização de comandos ou forma de navegação não constituem motivo de reprovação, desde que a solução demonstre objetivamente capacidade de cumprir a finalidade funcional exigida;
VIII – elaborar e assinar o Relatório de Avaliação da Prova de Conceito – PoC, contendo, no mínimo, a identificação do licitante, a solução demonstrada, a data da sessão, os requisitos avaliados, as evidências relevantes, o resultado atribuído a cada requisito e a conclusão técnica quanto à aprovação ou reprovação da solução;
IX – encaminhar o Relatório de Avaliação ao(à) Pregoeiro(a) responsável pela condução do certame, para adoção das providências cabíveis.
Art. 3º A atuação da Comissão terá natureza exclusivamente técnica, limitada à verificação das funcionalidades e requisitos estabelecidos nos documentos da contratação.
Parágrafo único. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), com fundamento no relatório técnico emitido pela Comissão e nos demais elementos constantes dos autos, deliberar quanto à aceitação ou não da proposta e à continuidade do procedimento licitatório.
Art. 4º A Comissão deverá observar, durante a avaliação, os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, transparência, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e julgamento objetivo.
Art. 5º Os membros da Comissão deverão comunicar imediatamente eventual situação que possa comprometer sua imparcialidade ou caracterizar conflito de interesses em relação a qualquer dos licitantes participantes do certame.
Art. 6º A participação na Comissão ocorrerá sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores designados.
Art. 7º A Comissão permanecerá constituída até a conclusão das avaliações técnicas necessárias à Prova de Conceito e das eventuais providências dela decorrentes no âmbito do referido procedimento licitatório.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:6D1F98D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP P13, acondicionado em botijões de 13 kg, mediante sistema de troca de botijões vazios por cheios, para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, conforme as especificações deste Edital e de seus anexos.
Com base nas informações constantes do Processo Licitatório nº 076/2026 – Pregão Eletrônico nº 017/2026, e considerando o resultado da fase de julgamento das propostas, lances e habilitação, conforme Ata da Sessão Pública conduzida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **ADJUDICO** o objeto do referido procedimento licitatório à empresa vencedora, nos termos da classificação final apresentada, e **HOMOLOGO** o procedimento licitatório em sua integralidade, no valor total de **R$ 35.502,00 (trinta e cinco mil quinhentos e dois reais)**, conforme segue:

Empresa: OSASCO GAS LTDA						
CNPJ: 64.960.930/0001-70						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Qtd**	**Marca/ Modelo**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Recarga de Gás GLP P13, botijão vasilhame de 13 kg, residencial, dimensões aproximadas 360 mm x460 mm (diâmetro x altura), no sistema de troca de botijões. Deve apresentar lacre original da empresa sem rompimento, não deve apresentar nenhum amassado em sua carcaça metálica.	UND	300	SUPERGASBRAS	R$ 118,34	R$ 35.502,00
Total da empresa						**R$ 35.502,00**

Por fim, fica expressamente convocada a proponente acima classificada para assinatura da Ata de Registro de Preços decorrente, nos termos do art. 90, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as penalidades da lei.
Antonina, 06 de outubro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:0544D6EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - CONVOCA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDI DE ANTONINA/PR.

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Convoca Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI de Antonina/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDI**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI para participarem da **Reunião Extraordinária**, a realizar-se no dia **07 de outubro de 2026, às 09h**, na **Secretaria Especial da Mulher**, situada no Município de Antonina/PR.

Art. 2º A reunião será realizada em **formato híbrido**, possibilitando a participação dos conselheiros de forma presencial ou por meio virtual.

Art. 3º A reunião terá por finalidade a apreciação e deliberação de assuntos de interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina/PR, 06 de outubro de 2026.

MÁRCIA MONTALTO ROSSATO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI
Antonina/PR

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:867B3F22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
ATO Nº004-2026

Retifica o Ato nº 001/2026, que dispõe sobre os pontos facultativos e o recesso administrativo no âmbito da Câmara Municipal de Balsa Nova, no exercício de 2026.

A **Presidente da Câmara Municipal de Balsa Nova**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Retificar o **Ato nº 001/2026**, de 12 de fevereiro de 2026, especificamente quanto à data do **Recesso do Dia do Servidor**, constante no art. 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"30 de outubro – Recesso Dia do Servidor."
Art. 2º Permanecem **inalteradas e em pleno vigor** as demais disposições constantes do Ato nº 001/2026.
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Balsa Nova, 05 de outubro de 2026.

JUCELIA LEAL FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Balsa Nova.

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:C70335C3

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 013/2026 - AUXILIAR EM FARMÁCIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2026

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 013/2026, homologado pelo Decreto n.º 181/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Auxiliar em Farmácia, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 9.136/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 624/2011,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 013/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **08/10/2026, às 10h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **AUXILIAR EM FARMÁCIA** ou, alternativamente, formalizar a opção de desistência. Conforme consta no item 9.3 do edital, **não será facultado o pedido de final de lista.**

Conforme consta no Processo Administrativo n.º 23.617/2026-- – SMS, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	HORÁRIO	N.º DE VAGAS
Farmácia Básica	08h às 17h	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
4°	MARLENE TEREZINHA CHUCHAIA	19455/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso (para cargos que exijam);
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, quando aplicável;
13) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
14) CPF dos filhos menores de 18 anos;
15) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
16) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
17) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;

18) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
19) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
20) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
21) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 06 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:21D35820

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 010/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2026 - ASSISTENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 010/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026, homologado pelo Decreto n.º 166/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Assistente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 12921/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **08/10/2026, às 11h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ASSISTENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta nos Processos Administrativos n.º 22048/2026 e 23127/2026 --- SMECE, fica disponibilizada a seguinte vaga:

LOCAL DA VAGA	N.º DE VAGA
CMEI Brincando e Criando	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
36°	CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16460/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 06 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal Nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:DAE4107D

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024 - TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2024, homologado pelo Decreto nº 455/2024, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Trabalhador em Educação - Educador, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 22.442/2024, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e nº 856/2015,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos **no item 9 – da Convocação e Contratação**, do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Balsa Nova/PR, no dia **08/10/2026,** às **09h00**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória com pedido de final de lista, conforme item 9.3 do referido edital.

De acordo com o Processo nº 23446/2026, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL	Nº DE VAGAS
CMEI Tia Niva	1
Escola Municipal Dr. Mario Faraco	1

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	INSCRIÇÃO
*38°	*ROSILENE PINTO	*25694/2024
*39°	*ANA PAULA DE PAULA BORTOLETO	*26046/2024

* *Final de lista*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação - CNH para este fim;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo MEU INSS);
9) Título de eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em Edital;
12) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade no órgão de classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos de idade;
16) Atestado de Antecedentes Criminais:
Se o RG for do Paraná, apresentar atestado emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG emitidos por outros Estados: apresentar Atestado de Cadastro Negativo emitido pelo respectivo órgão de identificação;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem tenha perdido cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação de Saúde Ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, em 06 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:CCFE8C3D

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N. º 710/2026

PORTARIA N. º 710/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 22337/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferido(a) o(a) servidor(a) abaixo relacionado(a):

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ANTONIO CARLOS SALMOREA **Origem:** SMS – Centro Médico Bom Jesus **Destino:** SMS – Almoxarifado	Motorista	40641	06/10/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 06 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:FCB3D154

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 711/2026

PORTARIA Nº 711/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, obedecendo o disposto na Lei Municipal n° 661/2012, Decreto n° 110/2023 e atendendo ao processo administrativo n° 23579/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica atribuída a **JORNADA EM REGIME SUPLEMENTAR**, nos termos do inciso IV do artigo 22-A, da Lei Municipal n° 661/2012, para a seguinte servidora:

Nome	Matrícula	Instituição de Ensino	Período
ADRIANI APARECIDA GARRETT BERTELLI	43161	Escola Rural Municipal Prof. Joaquim da Rocha Soares	**07/10/2026 a 18/12/2026**

Art. 2º. A presente Portaria, ressalvando o disposto no Artigo 1°, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edificio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 06 de outubro e 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:1367002B

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 712/2026

PORTARIA Nº 712/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando os processos administrativos nº 15763/2023 e 4057/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio a servidora relacionada abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
MARIZETE TORRES DA SILVA	46876	04/11/2026	18/12/2026	2018/2024	SMECE

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 06 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:08C2DC1D

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 713/2026

PORTARIA Nº 713/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos do processo administrativo nº 21568/2025;
RESOLVE:
Art. 1º - Arquivar o procedimento de sindicância nº 21568/2025, com fulcro nos termos da Lei 1.306/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Balsa Nova, em 06 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:1436819F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana.

O **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR**, por intermédio de sua Pregoeira, torna público que, tendo em vista a impossibilidade de formalização da Ata de Registro de Preços/Contrato com a empresa originalmente declarada vencedora dos **Lotes 01 e 03**, **AZP LTDA** (CNPJ nº 06.213.655/0001-24), em razão do não atendimento integral às exigências relativas à vistoria técnica de veículos e equipamentos (itens 15.2 e 16.3 do Termo de Referência), **CONVOCA** as empresas remanescentes classificadas nos respectivos lotes, com fulcro no **art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
A convocação segue estritamente a ordem de classificação final obtida no certame para que manifestem, no prazo estabelecido, o interesse em assumir a contratação nas mesmas condições e pelo valor da proposta da licitante vencedora:
VALORES PROPOSTOS PELA VENCEDORA:

• **LOTE 01:** R$ 1.190.884,40 (um milhão, cento e noventa mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)
• **LOTE 03:** R$ 198.997,20 (cento e noventa e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte centavos)

FORMA DE MANIFESTAÇÃO: As licitantes interessadas deverão encaminhar **intenção de aceite formal** para o e-mail institucional do Departamento de Licitações: **licitacao@balsanova.pr.gov.br**
PRAZO: A manifestação deverá ser enviada no prazo de até **03 (três) dias úteis**, contados da publicação/envio deste aviso (encerrando-se em **13/10/2026 às 23h59min**).
RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA: No dia **14 de outubro de 2026 (quarta-feira), às 08h30min**, proceder-se-á à **retomada da sessão pública** no sistema eletrônico (BLL) para:
Comunicar oficialmente o resultado das manifestações recebidas por e-mail;
Prosseguir com as etapas subsequentes do certame, observando rigorosamente os ritos e prazos definidos no edital.
EMPRESAS CONVOCADAS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
LOTE 01 – EMPRESAS REMANESCENTES:

• **RAS SERVIÇOS LTDA** — CNPJ: 13.137.437/0001-13
• **WM GARDEN SERVIÇOS DE JARDINAGEM LTDA** — CNPJ: 13.960.759/0001-68
• **PROJE ARTE LTDA** — CNPJ: 49.478.385/0001-96
• **SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA** — CNPJ: 14.666.709/0001-35
• **DIRCEU BUENO DA ROCHA** — CNPJ: 36.757.131/0001-65
• **EP PINHEIRO LINK LIMP SERVIÇOS DE PAISAGISMO LTDA** — CNPJ: 31.361.909/0001-07
• **F J SERVIÇOS LTDA** — CNPJ: 48.430.107/0001-04
• **ECSAM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** — CNPJ: 03.505.277/0001-64
• **MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL LTDA** — CNPJ: 23.783.680/0001-62
• **ABG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** — CNPJ: 39.330.398/0001-60
• **C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI** — CNPJ: 10.745.254/0001-92
• **C.C.S. ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA** — CNPJ: 24.455.638/0001-85
• **PRODUSERV SERVIÇOS EIRELI** — CNPJ: 17.832.629/0001-09
• **GM INSTALADORA LTDA** — CNPJ: 14.623.473/0001-50
• **MULTIPLUS TECNOLOGIA LTDA** — CNPJ: 19.657.644/0001-85
• **NELSON FERRARI LTDA** — CNPJ: 24.859.617/0001-25

• **CAF CRÉDITOS E VEÍCULOS LTDA** — CNPJ: 26.198.289/0001-99
• **ZULI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** — CNPJ: 07.280.975/0001-60
• **FLAVIO BELOTIN (55.263.405)** — CNPJ: 55.263.405/0001-04
• **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** — CNPJ: 51.740.226/0001-60

LOTE 03 – EMPRESAS REMANESCENTES:

• **ECSAM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** — CNPJ: 03.505.277/0001-64
• **EP PINHEIRO LINK LIMP SERVIÇOS DE PAISAGISMO LTDA** — CNPJ: 31.361.909/0001-07
• **MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL LTDA** — CNPJ: 23.783.680/0001-62
• **C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI** — CNPJ: 10.745.254/0001-92
• **DJ SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA LTDA** — CNPJ: 54.674.354/0001-40
• **F J SERVIÇOS LTDA** — CNPJ: 48.430.107/0001-04
• **CAF CRÉDITOS E VEÍCULOS LTDA** — CNPJ: 26.198.289/0001-99
• **NELSON FERRARI LTDA** — CNPJ: 24.859.617/0001-25
• **ZULI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** — CNPJ: 07.280.975/0001-60
• **ABG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** — CNPJ: 39.330.398/0001-60
• **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** — CNPJ: 51.740.226/0001-60
• **SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA** — CNPJ: 14.666.709/0001-35
• **PRODUSERV SERVIÇOS EIRELI** — CNPJ: 17.832.629/0001-09
• **GM INSTALADORA LTDA** — CNPJ: 14.623.473/0001-50

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES
Não havendo aceite pelo valor do vencedor, a Administração poderá proceder o procedimento de negociação previsto no **art. 90, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**, respeitados a ordem de classificação e o limite do valor estimado do certame.
O licitante que aceitar a contratação deverá submeter-se às etapas de verificação das condições prevista no edital (classificação e habilitação), bem como à vistoria técnica exigida nos itens 15.2 e 16.3 do Termo de Referência.

Balsa Nova/PR, 06 de outubro de 2026.

RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Cósta
Código Identificador:769C5E1D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2026
PROTOCOLO Nº 22538/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a DISPENSA de licitação que tem por objetivo a **contratação de serviços especializados para realização de manutenção periódica (revisão) obrigatória do veículo Citroen/C3 Feel 1.0 (2025/2026) - PLACA: UBQ 6G07 em período de garantia**, nos termos do inciso IV alínea "*a",* do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: OPECAR VEICULOS LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 05.793.769/0004-70 com sede na Avenida das Torres, nº 1440, Bairro: São Cristóvão, CEP: 83.040-300 na cidade de São José dos Pinhais/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Revisão 10 mil km	H	1	421,20	421,20
1	2	Filtro	Un.	1	68,39	68,39
1	3	Filtro de óleo	Un.	1	79,90	79,90
1	4	Óleo 0W20	Litros	3	83,48	250,44

Total: R$ 819,93 (oitocentos e dezenove reais e noventa e três centavos)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
12001103010016211333903900000	21155	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12001103010016211333903000000	1002	MATERIAL DE CONSUMO

Balsa Nova, em 06 de Outubro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:26764E06

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1523/2026

LEI Nº 1523/2026

SÚMULA: *"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 624, de 03 de maio de 2011, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações e dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para adequar a gratificação pelo exercício de atividades de natureza especial ao encargo de Agente de Contratação, e dá outras providências."*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O inciso II do art. 26-A da Lei Municipal nº 624, de 03 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. .....

II – desempenho do encargo de Agente de Contratação;

....."

Art. 2º O § 5º do art. 26-A da Lei Municipal nº 624, de 03 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. .....

§ 5º O servidor designado simultaneamente para mais de um dos encargos previstos neste artigo deverá optar expressamente pela gratificação correspondente a um deles, sendo vedada a percepção cumulativa de gratificações pelo exercício de mais de um encargo, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

....."

Art. 3º A Tabela 1 do Anexo VII da Lei Municipal nº 624, de 03 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

DESCRIÇÃO DO ENCARGO	GRATIFICAÇÃO MENSAL (R$)
Comissão Permanente de Licitação – Presidente	R$ 1.000,00
Comissão Permanente de Licitação – Membro	R$ 700,00
Comissão Permanente de Licitação – Secretário	R$ 700,00
Agente de Contratação	R$ 1.984,38
Comissão de Sindicância – Presidente	R$ 400,00
Comissão de Sindicância – Membro	R$ 280,00
Comissão de Sindicância – Secretário	R$ 280,00
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Presidente	R$ 500,00
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Membro	R$ 350,00
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Secretário	R$ 350,00
Comissão de Concurso Público e/ou Processo Seletivo Simplificado – Presidente	R$ 500,00
Comissão de Concurso Público e/ou Processo Seletivo Simplificado – Membro	R$ 350,00
Comissão de Concurso Público e/ou Processo Seletivo Simplificado – Secretário	R$ 350,00
Coordenação	R$ 1.000,00
Serviço de Natureza Especial	R$ 500,00
Função Especial de motorista de ambulância e/ou transporte sanitário	R$ 300,00

Art. 4º A gratificação pelo desempenho do encargo de Agente de Contratação será devida exclusivamente ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, formalmente designado para o exercício do referido encargo, enquanto perdurar a designação e o efetivo exercício das respectivas atribuições.

Art. 5º O exercício da função de Pregoeiro, exclusivamente em razão da condução de licitação na modalidade Pregão, não dará ensejo, por si só, à percepção da gratificação prevista para o encargo de Agente de Contratação, a qual permanece condicionada à formal designação do servidor para o referido encargo.

Art. 6º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 624, de 03 de maio de 2011.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, observadas as disposições da legislação orçamentária e fiscal aplicável.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIOI
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:EDE08478

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1524/2026

LEI Nº 1524/2026

SÚMULA: *"Dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente, reorganiza o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA e o Conselho Tutelar, e dá outras providências."*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I – DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para sua implementação e aplicação.

Art. 2º A Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente no Município de Balsa Nova será desenvolvida por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se a proteção integral e a prioridade absoluta previstas na Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. As ações referidas no caput serão implementadas por meio de: I – políticas sociais básicas de saúde, educação, esporte, cultura, lazer e trabalho;
– serviços, programas e projetos de assistência social destinados às crianças, aos adolescentes e às suas famílias;
– serviços especiais de prevenção e atendimento médico, psicológico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
– serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
– proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da primeira infância, da criança e do adolescente;
– políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e comunitário e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º A Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente será executada por meio do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, composto pelos seguintes órgãos, entidades e instâncias:
– Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

– Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

– Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA;

– Conselho Tutelar;

– entidades governamentais e não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente;
– serviços públicos especializados de atendimento à criança, ao adolescente e às famílias, tais como CRAS, CREAS, CAPS e outros que venham a integrá-los;
– Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

CAPÍTULO I - DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 4º Permanece instituída a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instância colegiada de caráter deliberativo, composta por delegados representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, diretamente vinculados à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da primeira infância, da criança e do adolescente, devidamente credenciados na forma do respectivo regulamento.
§ 1º A Conferência reunir-se-á em conformidade com as diretrizes e deliberações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná – CEDCA/PR, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
§ 2º A Conferência será organizada e realizada de acordo com regulamento próprio.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA poderá convocar, extraordinariamente, a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante deliberação da maioria absoluta de seus membros.
Art. 5º. A Conferência será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em período determinado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, ou por iniciativa própria, através de edital de convocação, publicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, no qual constará o Regulamento da Conferência.

§ 1°. Para a realização da Conferência, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA constituirá comissão organizadora paritária, garantindo a participação de adolescentes.

§ 2°. Em caso de não convocação por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dentro do prazo referido no caput deste artigo, a iniciativa caberá a 1/3 (um terço) das entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que formarão comissão paritária para organização e coordenação da Conferência.
§ 3º. Em qualquer caso, cabe ao Poder Público garantir as condições técnicas e materiais para realização da Conferência.
Art. 6º. A convocação da Conferência deve ser amplamente divulgada nos principais meios de comunicação de massa, bem como através de convocação oficial às entidades, organizações e associações definidas no Regulamento da Conferência.
Art. 7º. Serão realizadas pré-conferências com o objetivo de discutir propostas como etapa preliminar à Conferência.
§ 1º. A forma de convocação e estruturação das pré-conferências, a data, o horário e os locais de sua realização serão definidos no edital de convocação da Conferência, com a elaboração de um cronograma.
§ 2º. Deverão participar crianças e adolescentes, propiciando-se metodologia apropriada à faixa etária para a realização dos trabalhos.
Art. 8º. Os delegados representantes da sociedade civil na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão credenciados previamente, garantindo-se a participação dos diversos segmentos com direito à voz e voto, na forma do edital de convocação e do regulamento da Conferência.
Art. 9º. Os delegados do Poder Executivo na Conferência serão indicados pelos gestores municipais de cada política setorial de atendimento à criança e ao adolescente, mediante ofício enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no prazo de até 10 (dez) dias anteriores à realização da Conferência, garantindo a participação dos representantes das políticas setoriais que atuam direta ou indiretamente na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com direito a voz e voto.

Art. 10. Compete à Conferência:

- Aprovar o seu Regimento;

- Avaliar através de elaboração de diagnóstico, a realidade da Primeira Infância, Crianças e Adolescentes no Município;
- Fixar as diretrizes gerais da Política Municipal de atendimento à Primeira Infância, Crianças e Adolescentes no biênio subsequente ao de sua realização;
- Eleger os representantes do município para as Conferências realizadas com abrangência regional e/ou estadual;
- Aprovar e dar publicidade às suas deliberações, através de Resolução.

Art. 11. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui instância democrática de participação social e possui caráter deliberativo quanto à formulação das diretrizes da Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente.
Parágrafo único. As deliberações aprovadas pela Conferência Municipal constituirão diretrizes para a formulação, revisão, implementação e avaliação das políticas públicas destinadas à infância e adolescência, devendo ser consideradas pelos órgãos competentes na elaboração dos instrumentos de planejamento governamental e das propostas orçamentárias, observadas as competências legais dos Poderes constituídos, a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e a legislação aplicável.

CAPÍTULO II - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
SEÇÃO I - DA CRIAÇÃO E VINCULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Art. 12. Permanece instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão colegiado deliberativo e de controle social da Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Primeira Infância, da Criança e do Adolescente, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas da sociedade civil e do Poder Público, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será composto por 05 (cinco) representantes governamentais e 05 (cinco) representantes não governamentais, sendo que para cada titular haverá um suplente.
Art. 14. Os representantes governamentais serão os Secretários Municipais das pastas abaixo relacionadas ou outros representantes indicados por estes, dentre os servidores preferencialmente com atuação e/ou formação na área de atendimento à Criança e ao Adolescente, os quais justificadamente poderão ser substituídos a qualquer tempo, tendo poder de decisão no âmbito da secretaria, sendo:
- 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social (titular e suplente);
- 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde (titular e suplente);

- 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (titular e suplente);
- 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (titular e suplente);
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo e 01 (um) representante da secretaria municipal de Administração;
Art. 15. Os representantes não governamentais serão eleitos em assembleia própria, sendo:
- Representantes de entidades não governamentais de atendimento à Primeira Infância, Crianças e Adolescentes;

- Representantes de Associações de Pais, Professores e Servidores, vinculadas a rede municipal, estadual e particular de educação e Instituições de Ensino Superior Privada;
- Representantes de organizações não governamentais de defesa e garantia de direitos e de apoio às entidades de atendimento da Primeira Infância, Crianças e Adolescentes.
§ 1º. Os segmentos não governamentais eleitos deverão indicar seus representantes, garantindo que estes tenham preferencialmente atuação e/ou formação na área de atendimento ou defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;
§ 2º. As entidades citadas no inciso I deverão ser registradas e ter seus programas também registrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA local;
§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e da representação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Educação, estimulará a organização e participação dos adolescentes matriculados no ensino fundamental e médio em entidades estudantis, nos moldes do previsto no art. 53, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO II - DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 16. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA será realizado em assembleia própria especialmente convocada para esse fim, observadas as normas estabelecidas pelo CMDCA em regulamento específico e as diretrizes vigentes do

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná – CEDCA/PR.

Art. 17. O colegiado eleitoral será formado por delegados indicados e/ou eleitos pelas entidades não governamentais que tenham programas registrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, organizações não governamentais de defesa e garantia de direitos e de apoio às entidades de atendimento da criança e adolescente, Associação de Pais, Professores e Servidores e

outras entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade previamente cadastradas, conforme previsto em resolução específica a ser expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
§ 1º. A entidade, organização e associação que tiver interesse em pleitear uma vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá apresentar sua candidatura através de ofício, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme prazo previsto em resolução específica a ser expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
Art. 18. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é considerada de interesse público relevante, não sendo remunerada, e estabelece presunção de idoneidade moral.
§ 1º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverão prestar informações sobre as demandas e deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA aos seus representados, garantindo assim a participação efetiva nas reuniões ordinárias, extraordinárias e de comissões temáticas.
Art. 19. A eleição dos representantes da sociedade junto ao Conselho Municipal dos Direitos de Criança e Adolescente - CMDCA será fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dará posse aos conselheiros eleitos no final do Evento de apresentação dos Planos Municipais relacionados à Primeira Infância, Crianças e Adolescentes, que será bianual coincidindo com o mandato dos conselheiros municipais ficando as despesas com a publicação do ato administrativo respectivo a expensas do município.

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA

Art. 20. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:
- Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

- Formular, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;
- Conhecer a realidade do município e elaborar o plano de ação anual;

- Difundir junto à sociedade local a concepção de Primeira infância, Crianças e Adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, zelando para efetivação do paradigma da proteção integral como prioridade absoluta nas políticas e no orçamento público;
- Acompanhar o Orçamento Criança e Adolescente, conforme o que dispõem a Lei Federal nº 8.069/90 e as Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- estabelecer critérios, estratégias e mecanismos de acompanhamento, monitoramento e controle social das ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à adolescência no âmbito do Município;
- Registrar as entidades não governamentais que executam programas destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, conforme

previsto no art. 91, da Lei Federal nº 8.069/90, bem como as entidades governamentais e não governamentais que executam programas socioeducativos destinados ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, conforme previsto no art. 11, da Lei Federal nº 12.594/2012;
- Registrar os programas executados pelas entidades de atendimento governamentais e não governamentais, que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, de acordo com o que prevê o art. 90, da Lei Federal nº 8.069/90, bem como as previstas no art. 430, inciso II da Consolidação das Leis do Trabalho (conforme redação que lhe deu a Lei Federal nº 10.097/2000);
- avaliar a necessidade de implantação de novos Conselhos Tutelares e encaminhar recomendação ao Poder Executivo para adoção das providências legislativas cabíveis;
- Regulamentar, organizar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis, para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e do Conselho Tutelar do Município;
- Dar posse aos membros não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta lei;
- Receber petições, denúncias, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito ou descumprimento dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, bem como tomar as providências que julgar necessárias;
- representar à autoridade administrativa competente acerca da ocorrência de eventual infração funcional atribuída a Conselheiro Tutelar, para apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, observado o contraditório, a ampla defesa e as disposições da legislação municipal aplicável;
- deliberar sobre as diretrizes, prioridades e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução, observadas as disposições legais aplicáveis;

- acompanhar, propor diretrizes e emitir recomendações acerca da elaboração, implementação e avaliação do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, no âmbito das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, zelando para que sejam observados o princípio da prioridade absoluta e a adequada previsão de recursos para as ações voltadas à infância e adolescência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990.
- estabelecer diretrizes e prioridades para utilização dos recursos destinados às políticas públicas voltadas à infância e adolescência, inclusive aquelas relacionadas ao acolhimento familiar, observada a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária;
- Integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente, e demais conselhos setoriais.
- Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade, na solução dos problemas da área da criança e do adolescente;
- Instituir as Comissões Temáticas e/ou Intersetoriais necessárias para o melhor desempenho de suas funções, as quais têm caráter consultivo e vinculação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- Publicar todas as suas deliberações e resoluções no Órgão Oficial do Município, seguindo os mesmos trâmites para publicação dos demais atos do Poder Executivo Municipal.
§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA promoverá a cada 02 (dois) anos, a reavaliação dos programas destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias em execução no município, observado o disposto no art. 90, §3º, da Lei Federal nº 8.069/90;
§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA promoverá a cada 02 (dois) anos, a reavaliação do registro das entidades de

atendimento de crianças, adolescentes e famílias com atuação no município, observado o disposto no art. 91, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 8.069/90.
§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA manterá arquivo permanente no qual serão armazenados, por meio físico e/ou eletrônico todos os seus atos e documentos a estes pertinentes.
§ 4º. Constará no Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, dentre outros:
- A forma de escolha do presidente e vice-presidente do Conselho, bem como, na falta ou impedimento de ambos, a condução dos trabalhos pelo decano dos conselheiros presentes;
- As datas e horários das reuniões ordinárias do CMDCA, de modo que se garanta a presença de todos os membros do Conselho e permita a participação da população em geral;
- a forma de convocação das reuniões extraordinárias do CMDCA e de comunicação aos seus membros titulares e suplentes, ao Conselho Tutelar e à população em geral, inclusive por meios eletrônicos e

demais instrumentos de divulgação institucional, facultada a comunicação aos demais órgãos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente quando a matéria assim o recomendar.
- A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberação, com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros, Juízo e Promotoria da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e à população em geral, que no caso das reuniões ordinárias deverá ter uma antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- A possibilidade da discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos na pauta, desde que relevantes e/ou urgentes, notadamente mediante provocação do Juízo e Promotoria da Infância e Juventude, e/ou do Conselho Tutelar;

- O quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do CMDCA, que não deverá ser inferior à metade mais um do número total de conselheiros, bem como o procedimento a adotar caso não seja aquele atingido;
A criação de câmaras ou comissões temáticas em caráter permanente ou temporário, para análise prévia de temas específicos, como políticas básicas, proteção especial, orçamento e fundo, comunicação, articulação e mobilização, disciplinar etc., que deverão ser compostas de no mínimo 04 (quatro) conselheiros, observada a paridade entre representantes do governo e da sociedade civil;
A função opinativa da câmara ou comissão mencionadas no item anterior, com a previsão de que, efetuada a análise da matéria, que deverá ocorrer num momento anterior à reunião do CMDCA, a câmara ou comissão deverá apresentar um relatório informativo e opinativo à plenária do Conselho, ao qual compete a tomada da decisão respectiva;
- A forma como ocorrerá à discussão das matérias colocadas em pauta, com a apresentação do relatório pela câmara ou comissão temática e possibilidade da convocação de representantes da administração pública e/ou especialistas no assunto, para esclarecimento dos conselheiros acerca de detalhes sobre a matéria em discussão;
- Os impedimentos para participação das entidades e/ou dos conselheiros nas câmaras, comissões e deliberações do Conselho;
- A forma como se dará a manifestação de representantes de entidades não integrantes do CMDCA, bem como dos cidadãos em geral presentes à reunião;
- A forma como será efetuada a tomada de votos, quando os membros do CMDCA estiverem aptos a deliberar sobre a matéria colocada em discussão, com a previsão da forma solução da questão no caso de empate, devendo ser assegurada sua publicidade, preservado, em qualquer caso, a identidade das crianças e adolescentes a que se refiram as deliberações respectivas;

- A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão, no CMDCA, de entidade ou de seu representante quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, nos moldes desta Lei;
- A forma como será efetuada a avaliação da qualidade e eficiência dos programas e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, bem como conduzidos os processos de renovação periódica dos registros das entidades e programas, nos moldes do previsto pelo art. 90, §3º, da Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO IV - DO MANDATO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO CMDCA

Art. 21. Os representantes da sociedade junto ao CMDCA terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição consecutiva, e os representantes do governo terão seus mandatos condicionados à sua permanência à frente das respectivas pastas.
§ 1º. Em caso de vacância, a nomeação do suplente será para completar o prazo do mandato do substituído.
§ 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será considerado extinto antes do término, nos casos de:
- Morte;

- Renúncia;

- Ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, no período de 12 (doze) meses, a contar da primeira ausência;
- Doença que exija licença médica por mais de 06 (seis) meses;

- Procedimento incompatível com a dignidade das funções ou com os princípios que regem a administração pública;

- Condenação por crime comum ou de responsabilidade;

- Mudança de residência do município;

- Perda de vínculo com o Poder Executivo, com a entidade, organização ou associação que representa.
§ 3º. Nas hipóteses do inciso V, do parágrafo anterior, a cassação do mandato do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será precedida de procedimento administrativo a ser instaurado pelo próprio Conselho, observado o contraditório, a ampla defesa e o procedimento previsto no Regimento Interno.
§ 4º. Perderá a vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CMDCA, a entidade não governamental que perder o registro, ou o registro de seus programas, bem como aquelas entidades cujos representantes titular e suplente incidirem nos casos previstos no Inciso III do § 2º deste artigo.
§ 5º. Em sendo cassado o mandato de conselheiro representante do governo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA efetuará, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicação ao Prefeito Municipal e Ministério Público para tomada das providências necessárias no sentido da imediata nomeação de novo membro, bem como apuração da responsabilidade administrativa do cassado;
§ 6º. Em sendo cassado o mandato de conselheiro representante da sociedade civil, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA convocará seu suplente para posse imediata, sem prejuízo da comunicação do fato ao Ministério Público para a tomada das providências cabíveis em relação ao cassado.
§ 7º. Em caso de substituição de conselheiro, a entidade, organização, associação e o poder público deverão comunicar oficialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, indicando o motivo da substituição e novo representante.

§ 8º. Nos casos de exclusão ou renúncia de entidade não governamental integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e não havendo suplente, será imediatamente convocada nova assembleia das entidades para que seja suprida a vaga existente.

SEÇÃO V - DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 22. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA reunir-se-á na forma e periodicidade estabelecidas no seu Regimento, no mínimo 01 (uma) vez por mês, e terá a seguinte estrutura:
- Mesa Diretiva, composta por:

Presidente;

Vice-Presidente;

1º Secretário;

- Comissões Temáticas e/ou Intersetoriais;

- Plenária;

- Secretaria Executiva;

- Técnicos de apoio.

§ 1º. Tendo em vista o disposto no art. 260-I, da Lei Federal nº 8.069/90, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, dará ampla divulgação de seu calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias à comunidade, assim como ao Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar.

§ 2º. As pautas contendo as matérias a ser objeto de discussão e deliberação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA serão previamente publicadas e comunicadas aos Conselheiros Titulares e Suplentes, Juízo e Promotoria da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, bem como à população em geral.
§ 3º. As sessões serão consideradas instaladas depois de atingidos o horário regulamentar e o quórum regimental mínimo.
§ 4º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, conforme dispuser o regimento interno do Conselho, salvo disposição em contrário prevista nesta Lei.
§ 5º. As deliberações e resoluções do CMDCA serão publicadas nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, seguindo os mesmos trâmites para publicação dos demais atos do Executivo.
§ 6º. As despesas decorrentes da publicação deverão ser suportadas pela administração pública, através de dotação orçamentária específica.
Art. 23. A mesa diretiva será eleita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, dentre os seus membros, nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência do mandato, em reunião plenária com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros.
§ 1º. Compete à mesa diretiva dirigir os trabalhos e organizar as pautas das plenárias.

§ 2º. A presidência deverá ser ocupada alternadamente por conselheiros representantes da sociedade civil e do governo por mandato.
Art. 24. As comissões temáticas terão caráter consultivo e serão formadas pelos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo respeitada a paridade, facultada à participação de convidados, técnicos e especialistas.
Art. 25. A Plenária é composta pelo colegiado dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo a

instância máxima de deliberação e funcionará de acordo com o Regimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
Art. 26. A Secretaria Executiva terá por atribuição oferecer apoio operacional e administrativo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, devendo para isso ser composta por, no mínimo, 01 (um) agente administrativo.
Art. 27. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA poderá solicitar apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como apoio jurídico à Procuradoria-Geral do Município, quando necessário ao desempenho de suas atribuições institucionais.
§ 1º. O Poder Executivo Municipal assegurará o suporte administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, mediante disponibilização de estrutura física, equipamentos, materiais e apoio de pessoal, observadas as disponibilidades administrativas, orçamentárias e financeiras do Município.
§ 2º. O Município consignará, nos instrumentos de planejamento e orçamento, recursos destinados ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, observados o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, as disponibilidades orçamentárias e financeiras e a legislação aplicável.

CAPÍTULO III - DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 28. As Entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento à Primeira Infância, Crianças e Adolescentes e suas respectivas famílias, previstos no art. 90, assim como aqueles correspondentes às

medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8.069/90, bem como as previstas no art. 430, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (com a redação que lhe deu a Lei Federal nº 10.097/2000), devem inscrevê-los no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
Parágrafo único. O registro dos programas terá validade máxima de 02 (dois) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA promover sua revisão periódica, observado o disposto no art. 90, §3º, da Lei Federal nº 8.069/90.
Art. 29. As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e à autoridade judiciária da respectiva localidade.
§ 1º. Será negado o registro à entidade que:

- Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;

- Esteja irregularmente constituída;

- Tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

- Não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedida pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em todos os níveis.
§ 2º. O registro terá validade máxima de 02 (dois) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1o deste artigo.
Art. 30. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA definirá, mediante Resolução específica, os critérios e requisitos necessários à

inscrição das entidades e seus respectivos programas de atendimento, estabelecendo os fluxos e os documentos que deverão ser apresentados pelas entidades.
§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA terá prazo de até 60 (sessenta) dias para deliberar sobre os pedidos de inscrição de entidades e de registro de programas, contados a partir da data do protocolo respectivo.
§ 2º. Para realização das diligências necessárias à análise dos pedidos de inscrição e posterior renovação dos registros, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá designar comissão específica, assim como requisitar o auxílio de servidores municipais com atuação nos setores da Educação, Saúde e Assistência Social, que atuarão em conjunto com os técnicos de apoio referidos nos arts. 26 e 27, desta Lei.
§ 3º. Uma vez cassado ou não renovado o registro da entidade ou do programa, o fato será imediatamente comunicado ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
§ 4º. Chegando ao conhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que determinada entidade ou programa funciona sem registro ou com o prazo de validade deste já expirado, serão imediatamente tomadas as providências necessárias à apuração dos fatos e regularização da situação ou cessação da atividade respectiva, sem prejuízo da comunicação do fato ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
Art. 31. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças, adolescentes e suas famílias.
Parágrafo único. Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas de atendimento serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos e privados encarregados das áreas de Educação, Esporte, Cultura e Lazer; Saúde; Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade

absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágafo único do art. 4o da Lei Federal nº 8.069/90, sem prejuízo da utilização, em caráter suplementar, de recursos captados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência, previsto nos arts. 27 a 31 desta Lei.

Art. 32. As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão cumprir com os princípios dispostos no art. 92 e 93 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 33. As entidades que desenvolvem programas de internação deverão cumprir com os princípios dispostos no art. 94 da Lei Federal nº 8.069/1990, além da Lei Federal nº 12.594/2012.

CAPÍTULO IV - DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA SEÇÃO I - DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 34. Permanece instituído o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as diretrizes e deliberações regularmente aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, cabendo à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento prestar o suporte orçamentário, financeiro e contábil necessário à execução do Fundo, nos termos da legislação vigente.

§ 1º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

§ 2º. Os recursos do Fundo serão destinados prioritariamente ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade, risco pessoal ou social.

§ 3º. Os recursos captados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência possuem caráter complementar ao orçamento público dos mais diversos setores de governo, que por força do disposto nos arts. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d"; 87, incisos I e II; 90, §2º e art. 259, parágrafo único, todos da Lei Federal nº 8.069/90, bem como art. 227, caput, da Constituição Federal, devem priorizar a criança e o adolescente em seus planos, projetos e ações.

§ 4º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, será constituído:

- Pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para o atendimento à criança e ao adolescente;
- Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

- Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90 e nesta Lei;
- Por outros recursos que lhe forem destinados;

- Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

§ 5º. As contribuições efetuadas ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, previstas no inciso III poderão ser deduzidas do Imposto de Renda, de acordo com a legislação pertinente.

§ 6º. Os recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA não poderão ser utilizados:

- Para manutenção dos órgãos públicos encarregados da proteção e atendimento de crianças e adolescentes, aí compreendidos o Conselho Tutelar e o próprio Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que deverá ficar a cargo do orçamento

das Secretarias e/ou Departamentos aos quais aqueles estão administrativamente vinculados;

- Para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90, caput, da Lei Federal nº 8.069/90, podendo ser destinados apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei;

Art. 35. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em relação ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA:

– definir as diretrizes, prioridades e critérios para aplicação dos recursos do Fundo, observado o disposto no § 2º do art. 260 da Lei Federal nº 8.069/1990 e demais normas aplicáveis;

– promover ou solicitar a realização e atualização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e adolescência e ao Sistema de Garantia de Direitos no Município;

– propor diretrizes e prioridades a serem consideradas na elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, relativamente às ações financiadas pelo FIA;

– aprovar anualmente o Plano de Aplicação dos recursos do FIA;

– aprovar a realização de chamamentos públicos destinados à seleção de projetos a serem financiados com recursos do FIA, observada a legislação vigente;

– apreciar e deliberar sobre as diretrizes gerais dos editais de chamamento público destinados à seleção de projetos financiados com recursos do FIA;

– instituir, por resolução, as comissões de seleção, monitoramento e avaliação previstas na legislação aplicável;

– acompanhar e avaliar a execução dos projetos financiados com recursos do FIA, emitindo recomendações e deliberações no âmbito de sua competência legal;

– promover a publicidade das ações, programas e projetos financiados com recursos do FIA;

– acompanhar os procedimentos relacionados à captação de recursos e à emissão dos recibos de doação ao FIA, observada a legislação aplicável;

– exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 36. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA divulgar amplamente:

- As diretrizes, prioridades e critérios para fins aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

– Os editais de chamamento público para seleção de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

– A relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

– O total dos recursos do Fundo recebidos pelos órgãos governamentais e pelas organizações da sociedade civil e a respectiva destinação, por projeto;

– A avaliação anual dos resultados da execução dos projetos financiados com recursos do Fundo será realizada com base nos relatórios técnicos parciais e anuais de monitoramento e avaliação homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 37. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social a gestão administrativa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA e, em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, a execução orçamentária, financeira e contábil dos respectivos recursos, observadas as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e a legislação aplicável, e:

– executar o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo aprovado pelo CMDCA, observadas as disposições legais, orçamentárias e financeiras aplicáveis;

– Executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo;

– realizar a execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pelo CMDCA e observada a legislação orçamentária, financeira e patrimonial vigente;

– Encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por meio eletrônico, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

– Apresentar, quando solicitado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a prestação de contas do Fundo, através de instrumentos de gestão financeira;
– Manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização;
– convocar os órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil selecionadas em chamamento público aprovado pelo CMDCA e conduzido pela Administração Municipal, para apresentação da documentação necessária à formalização das parcerias;
– Celebrar termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação, no caso de organizações da sociedade civil, e, convênio, no caso de órgãos governamentais, bem como os termos aditivos e demais atos necessários para a execução das parcerias e/ou dos convênios;
– celebrar contratos administrativos, termos aditivos e demais instrumentos necessários à execução das ações aprovadas pelo CMDCA e previstas no Plano de Aplicação do FIA, observada a legislação aplicável;

– Designar o(s) servidor(es) para exercício das competências, referentes aos termos de fomento e termos de colaboração, no caso de organizações da sociedade civil, e, convênios, no caso de órgãos governamentais;
– Elaborar os pareceres relativos à execução do objeto referente a celebração de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;
– Observar, quando do desempenho de suas atribuições, o Princípio da Prioridade Absoluta à Primeira Infância, Crianças e Adolescentes, conforme previsto no disposto contido no caput do artigo 227, da Constituição Federal de 1988 e no caput e na alínea "b" do parágrafo único do artigo 4º da Lei Federal n° 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
– Outras atribuições previstas nas demais disposições legais vigentes.

Parágrafo Único - Nenhuma despesa poderá ser executada com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA sem prévia dotação orçamentária, disponibilidade financeira e observância das normas de direito financeiro, licitações e contratos administrativos aplicáveis.

SEÇÃO II - DAS RECEITAS DO FUNDO

Art. 38. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente têm como receitas:

– Dotação consignada anualmente, no Orçamento deste Município, para atividades vinculadas ao CMDCA;
– Doação, contribuição e legado que lhe forem destinados por pessoas jurídicas ou físicas;
– Valor proveniente de multa decorrente de condenação civil ou de imposição de penalidade administrativa previstas em lei;
– Outros recursos que lhe forem destinados como resultantes de depósito e aplicação de capital;
– Recursos públicos que lhes forem destinados, por meio de transferências entre Entes Federativos, desde que previstos na legislação específica;
– Destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda - IR, com incentivos fiscais, nos termos previstos no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
– Contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais;

– O resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;
– Recursos provenientes de multas e concursos de prognóstico, nos termos da legislação vigente;
– Recursos provenientes de eventuais repasses de organismos estrangeiros credenciados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 52-A da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
– Superávit de quaisquer naturezas, em especial acerca de recursos de exercícios anteriores, ou decorrente de arrecadação superior às previsões orçamentárias realizadas;
– Outros recursos que lhe forem destinados.

SEÇÃO III - DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O FUNDO

Art. 39. A captação de recursos para o Fundo, ocorrerá das seguintes formas:

– Promovida diretamente por meio de ações do CMDCA;

– Realizada por organizações da sociedade civil, devidamente autorizadas pelo CMDCA, por meio de chamamento público.
Art. 40. Os contribuintes poderão efetuar doações ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:
- 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado as disposições legais vigentes.
Parágrafo único. A pessoa física poderá optar pela destinação de que trata o inciso II do caput diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual, obedecido ao limite de 3% (três por cento), previsto no artigo 260-A, III, da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO IV - DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O FUNDO

Art. 41. Observado o disposto no artigo 260, §1º-A, da Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão aplicados em:
- Programas de proteção e socioeducativos destinados à criança e ao adolescente, conforme previsto no artigo 90 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes, em conformidade com o § 2º do artigo 260 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade, em conformidade com o disposto contido no §2º do artigo 260 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
– Financiamento das ações de atendimento socioeducativo, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação, em conformidade com o disposto contido no artigo 31 da Lei Federal nº 12.594, de 2012;
- Desenvolvimento de projetos cujo objeto esteja em consonância com as linhas de ação prioritárias definidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos referente à Primeira Infância, Crianças e Adolescentes;
- Programas e projetos complementares para capacitação dos operadores e atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Apoio a projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Art. 42. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação e aprovação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Art. 43. Os órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil cujos projetos forem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão manter as condições de habilitação, utilização e prestação de contas dos

recursos, sob pena de devolução dos valores recebidos, sem prejuízo das demais sanções legais.

SEÇÃO V - DAS VEDAÇÕES DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 44. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -FIA para programas, projetos e ações governamentais e não governamentais, que não tenham observado as normas estabelecidas pela Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput deste artigo deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

- Despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei e aprovados pelo plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico; e investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência;
- Transferência de recursos sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar e pagamento da remuneração de seus membros;
– manutenção e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 45. Os órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil somente poderão obter recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mediante comprovação da regularidade do registro e da inscrição do programa no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelecido nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO VI - DA SELEÇÃO DE PROJETOS POR MEIO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 46. A seleção de projetos de órgãos governamentais e das organizações da sociedade civil para fins de repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser realizada por meio de chamamento público, em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

SEÇÃO VII - DA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA ANALISAR OS PROJETOS A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO

Art. 47. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA instituirá, por meio de resolução, comissão de seleção responsável pela análise e
classificação dos projetos apresentados nos chamamentos públicos destinados ao financiamento com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA.

§ 1º A comissão de seleção será composta por, no mínimo, 04 (quatro) membros, observada a paridade entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 2º A comissão atuará com independência técnica na análise dos projetos, observados os critérios estabelecidos no edital de chamamento público.

Art. 48. O processo de seleção compreenderá a análise, classificação, divulgação e homologação dos resultados dos projetos apresentados.

Art. 49. Os projetos de órgãos governamentais e das organizações da sociedade civil serão selecionados de acordo com os critérios estabelecidos pelo edital de chamamento público.

Art. 50. O resultado preliminar do processo de seleção será divulgado no órgão oficial de publicação do Município e nos meios eletrônicos oficiais disponíveis, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento da fase de seleção, prorrogável por igual período mediante justificativa.

Art. 51. O CMDCA instituirá, por meio de resolução, comissão de monitoramento e avaliação responsável pelo acompanhamento das parcerias financiadas com recursos do FIA, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.

Art. 52. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social a designação de servidor que será responsável pela emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação da execução dos convênios, termos de colaboração ou termos de fomento celebrados, a ser submetido à comissão de monitoramento e avaliação, em consonância com as disposições legais vigentes.

Art. 53. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CMDCA poderão realizar visitas técnicas in loco, sempre que entenderem necessário, para subsidiar o monitoramento, a avaliação e o controle social das
parcerias celebradas com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA.

§ 1º As visitas técnicas poderão ser realizadas por comissão designada pelo CMDCA, facultada a participação de servidores municipais, profissionais técnicos ou outros colaboradores que possam auxiliar na avaliação da execução dos projetos financiados.

§ 2º As visitas técnicas possuem caráter de acompanhamento e controle social, não substituindo as atividades de fiscalização, monitoramento, gestão financeira, execução administrativa e prestação de contas atribuídas aos órgãos da Administração Pública Municipal.

§ 3º A atuação das comissões de seleção, monitoramento e avaliação instituídas pelo CMDCA possui caráter técnico, consultivo e opinativo, cabendo à Administração Pública Municipal a prática dos atos administrativos necessários à formalização, execução, fiscalização financeira e prestação de contas das parcerias financiadas com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, observada a legislação aplicável.

SEÇÃO VIII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 54. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social o acompanhamento dos dados constantes na plataforma eletrônica, relativos aos convênios, termos de colaboração e/ou termos de fomento celebrados com os órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

Art. 55. A prestação de contas referente aos convênios, termos de colaboração, termos de fomento e demais instrumentos celebrados com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil deverá observar as disposições da Lei Federal nº
13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 1.011/2017 e do Decreto Municipal nº 233/2025, bem como das demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO V - DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR SEÇÃO I - DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 56. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo no exercício de suas atribuições e competências legais, não jurisdicional, integrante do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

§ 1º Permanece instituído o Conselho Tutelar já existente, ficando autorizado o Poder Executivo Municipal a propor a criação de novos Conselhos Tutelares, observados os critérios legais e a necessidade de garantia do adequado atendimento à população infantojuvenil do Município.

§ 2º O Conselho Tutelar e aqueles que vierem a ser criados ficam administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social para fins de suporte administrativo, orçamentário, financeiro, patrimonial, tecnológico, documental e de pessoal.

§ 3º A autonomia do Conselho Tutelar restringe-se ao exercício de suas atribuições legais, não afastando a observância das normas municipais de gestão administrativa, gestão documental, protocolo,

patrimônio, tecnologia da informação, proteção de dados pessoais, transparência, controle interno e segurança da informação.
§ 4º O Conselho Tutelar utilizará obrigatoriamente os sistemas eletrônicos, plataformas digitais, protocolos administrativos e ferramentas oficiais de gestão documental instituídos pelo Município para registro, tramitação, arquivamento,
controle e acompanhamento dos procedimentos administrativos sob sua responsabilidade.
§ 5º A utilização dos sistemas oficiais do Município não implica subordinação funcional do Conselho Tutelar ao Poder Executivo, constituindo medida de organização administrativa, segurança da informação, preservação documental, proteção de dados pessoais, transparência e eficiência da gestão pública.
Art. 57. O Conselho Tutelar é órgão integrante da administração pública, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução, mediante novo processo de escolha, em igualdade de condições com os demais candidatos.

SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES, DA COMPETÊNCIA E DOS DEVERES DOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art. 58. Incumbe ao Conselho Tutelar o exercício das atribuições previstas nos artigos 95, 136, 191 e 194, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e arts. 18, §2º e 20, inciso IV, da Lei Federal nº 12.594/2012, devendo, em qualquer caso, zelar pelo efetivo respeito aos direitos da criança e do adolescente previstos em lei.
§ 1º A competência do Conselho Tutelar será determinada:

- Pelo domicílio dos pais ou responsável;

- Pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente;

§ 2º. Nos casos de ato infracional praticado por criança ou adolescente, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou da omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
§ 3º. O acompanhamento da execução das medidas de proteção poderá ser delegado ao Conselho Tutelar do local da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade em que a criança ou adolescente estiver acolhido.
Art. 59. São deveres do Conselheiro na sua condição de agente público, conforme o previsto na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº. 8.069/1990 Lei Federal nº 8.429/1992 e outras normas aplicáveis:
- Desempenhar as atribuições inerentes à função, previstas nas referidas legislações;

- Realizar suas atribuições com eficiência, zelo, presteza, dedicação, e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função;
- Agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado às exigências da função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando a todos com urbanidade, decoro e respeito;
- Manter conduta pública e particular ilibada;

- Zelar pelo prestígio da instituição;

- Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de Órgãos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Identificar-se em suas manifestações funcionais;

- Atuar exclusivamente e ilimitadamente à defesa e proteção integral dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, sendo exigida em sua função dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade remunerada pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas, sob pena de perda do mandato de Conselheiro Tutelar;

IX. Compete aos Conselheiros Tutelares fazerem os registros dos atendimentos no SIPIA CT WEB;
X - Prestar contas apresentando relatório mensal extraído do SIPIA CT WEB até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contendo síntese de dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existente
XI. Cabe ao Conselho Tutelar manter dados estatísticos acerca das maiores demandas de atendimento, que deverão ser levadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA bimestralmente, ou sempre que solicitado, de modo a permitir a definição, por parte deste, de políticas e programas específicos que permitam o encaminhamento e eficaz solução dos casos respectivos.
- utilizar os sistemas eletrônicos, plataformas digitais e ferramentas oficiais de gestão documental instituídos pelo Município para registro, tramitação, arquivamento e acompanhamento dos procedimentos administrativos sob sua responsabilidade;
- observar as normas municipais relativas à gestão documental, segurança da informação, proteção de dados pessoais, transparência administrativa e utilização dos sistemas oficiais;
- preservar o sigilo das informações protegidas por lei obtidas em razão do exercício da função.
Art. 60. O Conselho Tutelar deverá manter interlocução permanente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, participando de suas reuniões quando convocado ou quando a matéria justificar sua presença institucional.
Art. 61. O Conselho Tutelar poderá encaminhar ao CMDCA e aos órgãos competentes sugestões e informações técnicas relacionadas às demandas da população infantojuvenil, visando subsidiar a elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento do Município.

Art. 62. É vedado aos membros do Conselho Tutelar:

- Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza em razão do exercício da função;
- Exercer outra atividade remunerada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas;
- Exercer atividade de fiscalização e/ou atuar em procedimentos instaurados no âmbito do Conselho Tutelar relativos a entidades nas quais exerça atividade voluntária, no âmbito da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e/ou atividade político-partidária;
- Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando no exercício da sua função;
- Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem; assim como uso de equipamentos, carro ou qualquer item público para uso pessoal ou de outrem que sejam incompatíveis com o exercício da função;
- Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- Proceder de forma desidiosa;

- Desempenhar quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função;
- Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas nos termos da Lei Federal nº 13869/2019 de 05/09/2019;

- Deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas, a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis, previstas nos artigos 101 e 129, da Lei Federal nº 8.069/90;
- Descumprir as atribuições e os deveres funcionais mencionados no artigo 59 desta Lei e outras normas pertinentes.
- recusar injustificadamente a utilização dos sistemas eletrônicos, plataformas digitais e ferramentas oficiais de gestão documental disponibilizados pelo Município para o exercício de suas atribuições;

- acessar, divulgar, compartilhar ou permitir acesso indevido a informações protegidas por sigilo funcional ou por legislação de proteção de dados pessoais.
Art. 63. Aplicam-se aos Conselheiros Tutelares, no que couber, as disposições da Lei Municipal nº 1.306/2023, ou outra que venha a substituí-la, relativas à sindicância, processo administrativo disciplinar, produção de provas, recursos administrativos, afastamento cautelar, revisão e prescrição.
Parágrafo único. A instauração do procedimento administrativo poderá ocorrer por provocação do CMDCA, do Ministério Público ou de ofício pela Administração Municipal.
Art. 64. É vedado aos membros do Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas e dos serviços.
Art. 65. As medidas de proteção à criança e ao adolescente, tomadas por conselheiro tutelar durante o plantão em regime de sobreaviso, deverão ser comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação do ato.
Art. 66. O Conselho Tutelar na aplicação das medidas de proteção previstas nesta Lei municipal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, nas questões específicas que envolvam crianças e adolescentes oriundas de Povos e Comunidades Tradicionais deverá considerar as garantias

jurídicas presentes na legislação específica dos Povos e Comunidades Tradicionais, assim como a autodeterminação, as culturas, os costumes, os valores, as formas de organização social, as línguas e as tradições.
Art. 67. O Conselho Tutelar no atendimento de crianças e adolescentes indígenas poderá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI - e/ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo quando da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.
Art. 68. O Conselho Tutelar, na aplicação de medida protetiva de afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar, deverá comunicar imediatamente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.
Art. 69. As decisões do Conselho Tutelar serão por maioria simples de votos dos membros do referido órgão colegiado.
Art. 70. As decisões do Conselho Tutelar fundamentadas nas suas atribuições previstas nesta Lei e na Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e execução imediata.
Art. 71. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária mediante provocação do Ministério Público ou da parte que tenha legítimo interesse.
Art. 72. É vedado o exercício das atribuições inerentes aos membros do Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, sob pena de nulidade do ato praticado.
Art. 73. O Conselho Tutelar deverá manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos Municipais

deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

SEÇÃO III - DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 74. O Município consignará nos instrumentos de planejamento e orçamento os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, observados o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, as disponibilidades orçamentárias e financeiras e a legislação aplicável, incluindo recursos destinados à remuneração e à formação continuada de seus membros.

§ 1º O Conselho Tutelar funcionará em local disponibilizado pelo Município, preferencialmente de fácil acesso à população, dotado de instalações adequadas ao atendimento individualizado e sigiloso de crianças, adolescentes e famílias, observadas as normas de acessibilidade e as disponibilidades administrativas do Município.
§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Tutelar, mediante disponibilização de equipamentos, materiais, sistemas informatizados, veículos e demais recursos compatíveis com as disponibilidades administrativas, orçamentárias e financeiras do Município.

Art. 75. O Conselho Tutelar elaborará e manterá atualizado seu Regimento Interno, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.069/1990, desta Lei e demais normas aplicáveis.
§ 1º O Regimento Interno será único e disciplinará a organização administrativa, o funcionamento do colegiado, os procedimentos internos e demais matérias necessárias ao exercício das atribuições do Conselho Tutelar.

§ 2º Após sua aprovação ou alteração, o Regimento Interno será encaminhado ao CMDCA, ao Ministério Público e à Secretaria Municipal de Assistência Social para conhecimento e arquivamento.
Art. 76. O Conselho Tutelar funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, sem prejuízo do atendimento em regime de sobreaviso nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, conforme escala aprovada pelo colegiado.
§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão registrar sua frequência por meio dos sistemas oficiais de controle de jornada instituídos pelo Município.
§ 2º O Conselho Tutelar encaminhará mensalmente ao órgão municipal responsável pela gestão de pessoas a escala de trabalho e de sobreaviso.
§ 3º Os membros do Conselho Tutelar estarão sujeitos à jornada semanal de 40 (quarenta) horas, excluídos os períodos de sobreaviso, que deverão ser distribuídos de forma equitativa entre seus integrantes.
§ 4º O período de sobreaviso não será computado como jornada ordinária de trabalho nem gerará pagamento de horas extraordinárias ou adicional de qualquer natureza.
§ 5º O tempo efetivamente despendido em atendimentos realizados durante o período de sobreaviso deverá ser registrado em sistema ou instrumento de controle disponibilizado pelo Município e poderá ser objeto de compensação administrativa, observadas as necessidades do serviço e a regulamentação específica.
§ 6º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social acompanhar administrativamente o funcionamento do Conselho Tutelar, sem prejuízo das atribuições de controle social exercidas pelo CMDCA.
Art. 77. O Conselho Tutelar, como Órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os conselheiros para estudos,

análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas discussões lavradas em ata, sem prejuízo do atendimento ao público.
§ 1º. Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.
§ 2º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, se necessário, o voto de desempate.
Art. 78. Ao procurar o Conselho Tutelar, a pessoa será atendida pelo Conselheiro que estiver disponível, mesmo que o atendimento anterior não tenha sido feito por ele.
Parágrafo único. Fica assegurado o direito à pessoa atendida no Conselho Tutelar à solicitação de substituição de Conselheiro de referência, cabendo à decisão ao Colegiado do Conselho Tutelar.
Art. 79. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social assegurar ao Conselho Tutelar as condições necessárias para utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB, bem como dos sistemas eletrônicos, plataformas digitais, protocolos administrativos e ferramentas oficiais de gestão documental instituídos pelo Município.
Parágrafo único. Os registros, movimentações processuais, comunicações oficiais e demais atos administrativos do Conselho

Tutelar deverão ser realizados, sempre que tecnicamente possível, por meio dos sistemas oficiais disponibilizados pelo Município, observadas as normas de sigilo, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

SEÇÃO IV - DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 80. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA iniciará o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar mediante publicação de resolução específica e edital de convocação, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.069/1990, as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e a regulamentação expedida pelo CMDCA.

§ 1º O edital de convocação disporá, no mínimo, sobre:

- a composição da Comissão Especial responsável pela condução do processo de escolha;
- os requisitos para candidatura, os documentos necessários para inscrição e os prazos para apresentação de impugnações e recursos;
- as normas aplicáveis ao processo de escolha, incluindo as regras de campanha, as condutas permitidas e vedadas e as respectivas sanções;
- as datas previstas para as etapas do processo de escolha;

- a data da posse dos candidatos eleitos.

§ 2º O calendário do processo de escolha deverá contemplar todas as etapas necessárias à sua regular realização, desde a publicação do edital até a posse dos candidatos eleitos.

SEÇÃO V - DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 81. A Comissão Especial responsável pela condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será constituída e designada por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, observada a composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 1º A Comissão Especial elegerá entre seus membros um Presidente e um Secretário, responsáveis pela coordenação dos trabalhos.

§ 2º Compete à Comissão Especial elaborar a minuta do edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como conduzir e fiscalizar todas as etapas do certame, submetendo seus atos à apreciação e deliberação do CMDCA quando exigido pela legislação aplicável.

§ 3º O edital do processo de escolha deverá conter a identificação dos membros da Comissão Especial, com indicação da representação exercida por cada integrante.

§ 4º É vedada a participação, na Comissão Especial, de conselheiro do CMDCA ou de qualquer pessoa que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau, com candidato inscrito no processo de escolha, bem como de pessoa que possua interesse direto no resultado do certame.

SEÇÃO VI - DA INSCRIÇÃO

Art. 82. Para candidatar-se ao cargo de membro do Conselho Tutelar o interessado deverá preencher os seguintes requisitos:

- ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

- possuir reconhecida idoneidade moral;

- residir no Município há pelo menos 02 (dois) anos e possuir domicílio eleitoral no Município;
- estar no gozo dos direitos políticos;

- estar quite com as obrigações eleitorais;

- estar quite com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

- possuir ensino médio completo;

- não ter sido destituído da função de Conselheiro Tutelar por processo administrativo ou decisão judicial transitada em julgado nos últimos 05 (cinco) anos;

- ser aprovado em prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, políticas públicas da infância e adolescência e demais conteúdos definidos em edital;
- apresentar aptidão física e mental para o exercício da função, mediante os critérios definidos em edital.

Parágrafo único. O membro do CMDCA ou servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá afastar-se das atribuições relacionadas ao processo de escolha a partir da homologação de sua candidatura.

Art. 83. O pedido de inscrição será formalizado perante a Comissão Especial do Processo de Escolha, até a data prevista no edital, mediante requerimento instruído com os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos nesta Lei e na regulamentação do processo de escolha.

Art. 84. Cada candidato poderá registrar, além do nome civil, um nome social, apelido ou codinome para utilização no processo de escolha.

Parágrafo único. Não será admitido o registro de codinomes idênticos, prevalecendo aquele regularmente registrado em primeiro lugar.

SEÇÃO VII - DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 85. Os membros do Conselho Tutelar serão eleitos em sufrágio universal e direto, facultativo e secreto dos membros da comunidade local com domicílio eleitoral no Município de Balsa Nova, em eleição realizada sob a coordenação da Comissão Especial do Processo de Escolha do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com apoio da Justiça Eleitoral e fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição dos locais de votação, zelando para que eventual agrupamento de seções eleitorais respeite as regiões de atuação do Conselho Tutelar e não contenha excesso de eleitores, que deverão ser informados com antecedência devida sobre onde irão votar.

Art. 86. A eleição ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 87. A propaganda eleitoral será objeto de regulamentação específica por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1°. Serão previstas regras e restrições destinadas a evitar o abuso de poder econômico e político por parte dos candidatos ou seus prepostos.

§ 2°. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 3°. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

§ 4º. No dia da eleição é terminantemente proibido o transporte de eleitores e a "boca de urna" pelos candidatos e/ou seus prepostos.

§ 5°. É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 6º. Em reunião própria, a Comissão Especial do Processo de Escolha dará conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação do diploma respectivo.

Art. 88. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura do candidato responsável, observado, no que couber, procedimento administrativo similar ao previsto nesta Lei.

Art. 89. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará, com a antecedência devida, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, assim como de urnas destinadas à votação manual, como medida de segurança.
§ 2°. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Especial do Processo de Escolha, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção.
§ 3º. Compete ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e outros Órgãos públicos:
A seleção e treinamento de mesários, escrutinadores e seus respectivos suplentes;

A obtenção, junto à Polícia Militar e à Guarda Municipal, de efetivos suficientes para garantia da segurança nos locais de votação e apuração.
§ 4º. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a Conselheiro Tutelar.
§ 5°. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial do Processo de Escolha, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas.
Art. 90. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Parágrafo único. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição.
Art. 91. Encerrada a votação, se procederá a contagem dos votos e a apuração sob a responsabilidade da Comissão Especial do Processo de Escolha, que acompanhará todo o pleito, que será também fiscalizado pelo Ministério Público.
§ 1°. Poderão ser apresentados pedidos de impugnação de votos à medida que estes forem sendo apurados, cabendo à decisão à Comissão Especial do Processo de Escolha, pelo voto majoritário de seus componentes, com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que decidirá em 03 (três) dias, assegurados o contraditório e ampla defesa, com ciência ao Ministério Público.
§ 2°. Os candidatos poderão fiscalizar pessoalmente ou por intermédio de representantes previamente cadastrados e credenciados, a recepção e apuração dos votos;
§ 3º. Em cada local de votação será permitida a presença de 01 (um) único representante por candidato ou ele próprio;
§ 4º. No local da apuração dos votos será permitida a presença do representante do candidato apenas quando este tiver de se ausentar.
§ 5º. A Comissão Especial do Processo de Escolha manterá registro de todas as intercorrências do processo eleitoral, lavrando ata própria, da qual será dada ciência pessoal ao Ministério Público.
§ 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA manterá em arquivo permanente todas as resoluções, editais, atas e demais atos referentes ao processo de escolha do Conselho Tutelar, sendo que os votos dos eleitores deverão ser conservados por 04 (quatro) anos e, após, poderão ser destruídos.
Art. 92. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com o número de votos que cada um recebeu.

Parágrafo único. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.
Art. 93. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) conselheiros titulares e, ao menos, 05 (cinco) suplentes.
§ 1°. Os candidatos eleitos como suplentes serão convocados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para assumir no caso de férias e vacância, licenças para tratamento de saúde ou maternidade.
§ 2°. Os Conselheiros Tutelares suplentes serão remunerados proporcionalmente ao período de efetivo exercício da função.
SEÇÃO VIII - DO MANDATO E POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 94. Os Conselheiros Tutelares serão eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos, tomando posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
Parágrafo único. Para fins de cumprimento da presente Lei, no caso de criação de novos Conselhos Tutelares será adequado o mandato para coincidir o período de mandato com o dos atuais Conselheiros Tutelares;
Art. 95. Os Conselheiros Tutelares eleitos como titulares e suplentes, deverão participar do processo de capacitação/formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA antes da posse, com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).
§ 1º. A participação na capacitação constitui requisito para o exercício da função, podendo o CMDCA estabelecer mecanismos de reposição ou complementação da formação nos casos devidamente justificados.

§ 2º. O Conselheiro reeleito ou que já tenha exercido a função de Conselheiro Tutelar em outros mandatos, também fica obrigado a participar do processo de capacitação/formação continuada, considerando a importância do aprimoramento continuado e da atualização da legislação e dos processos de trabalho.
§ 3º. O Poder Público estimulará a participação dos membros do Conselho Tutelar em outros cursos e programas de capacitação/formação continuada, custeando-lhes as despesas necessárias.
Art. 96. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar cônjuges, conviventes em união estável, inclusive quando decorrente de união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral, ou por afinidade até o 3º grau, inclusive.
Parágrafo único. Estende-se o impedimento ao Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.
Art. 97. Os Conselheiros Tutelares eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação no Órgão Oficial do Município.
SEÇÃO IX - DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 98. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
Art. 99. Se o eleito para o Conselho Tutelar for servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, poderá optar entre a remuneração do cargo de Conselheiro Tutelar ou o valor de sua remuneração, ficando-lhe garantidos:
- Retorno ao cargo para o qual foi aprovado em concurso, quando findado o seu mandato de Conselheiro Tutelar;
- A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 100. Sem prejuízo de sua remuneração, o Conselheiro Tutelar fará jus à percepção das seguintes vantagens:
- Cobertura previdenciária;

- Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- Licença-maternidade;

- Licença-paternidade;

- Gratificação natalina.

§ 1º. A remuneração do Conselheiro Tutelar será de dois salários mínimos vigentes, sendo reajustada anualmente, no mesmo índice aplicado para correção do Salário Mínimo Nacional;
§ 2º. A remuneração durante o período do exercício efetivo do mandato eletivo não configura vínculo empregatício.
§ 3º. As férias deverão ser programadas pelos Conselheiros Tutelares, podendo gozá-las apenas um Conselheiro em cada período, devendo ser informado por escrito ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA com pelo menos 30 (trinta) dias

de antecedência, para que seja providenciada a convocação do suplente.

SEÇÃO X - DAS LICENÇAS

Art. 101. O Conselheiro Tutelar terá direito a licença para tratamento de saúde, licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias e licença-paternidade de 05 (cinco) dias, observadas, no que couber, as disposições da legislação previdenciária e da legislação municipal aplicável.

§ 1º O Conselheiro Tutelar licenciado por período superior a 30 (trinta) dias será substituído pelo suplente, observada a ordem de classificação no processo de escolha.

§ 2º Não será concedida licença para tratar de assuntos particulares.

§ 3º Aplicam-se aos Conselheiros Tutelares, no que couber, as normas municipais relativas à concessão, instrução e comprovação das licenças previstas neste artigo.

Art. 102. O Conselheiro Tutelar que pretender concorrer a cargo eletivo deverá afastar-se do exercício da função nos prazos e condições previstos na legislação eleitoral vigente.

Parágrafo único. O afastamento previsto no caput ocorrerá sem remuneração e implicará a convocação do suplente, observada a ordem de classificação no processo de escolha.

SEÇÃO XI - DA VACÂNCIA DO CARGO

Art. 103. A vacância do cargo de Conselheiro Tutelar decorrerá de: I - Renúncia;

- Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

- Falecimento; ou

- Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa que comprometa a sua idoneidade moral.
- perda dos requisitos exigidos para candidatura ou exercício da função previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Ocorrendo vacância o Conselheiro Tutelar será substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação, respeitando a ordem de votação.

SEÇÃO XII - DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 104. Constitui infração disciplinar toda ação ou omissão praticada por Conselheiro Tutelar que importe descumprimento dos deveres funcionais ou violação das proibições previstas nesta Lei e nas demais normas aplicáveis ao exercício da função.

Art. 105. São sanções disciplinares aplicáveis aos Conselheiros Tutelares, mediante regular processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- advertência;

- suspensão;

- perda do mandato.

§ 1º A suspensão será aplicada nos casos de reincidência ou quando a gravidade da infração assim justificar, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§ 2º A aplicação das penalidades observará o disposto nesta Lei e, subsidiariamente, na legislação municipal que disciplina os processos administrativos disciplinares

Art. 106. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

- for condenado, por decisão transitada em julgado, por crime incompatível com o exercício da função ou que comprometa sua idoneidade moral;
- Tenha sido comprovadamente negligente, omisso, não assíduo ou incapaz de cumprir suas funções, mediante apuração em processo administrativo disciplinar;
- praticar conduta incompatível com a função pública ou que comprometa a confiança necessária ao exercício do mandato;
- Não cumprir com as atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Contribuir, de qualquer modo, para a exposição de crianças e adolescentes, em situação de risco, em prejuízo de sua imagem, intimidade e privacidade;

- Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza, em razão de suas atribuições, para si ou para outrem;
- Transferir residência ou domicílio para outro município;

- Não cumprir, reiteradamente, com os deveres relacionados nesta Lei.

- Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- Exercer outra atividade pública ou privada remunerada, ainda que haja compatibilidade de horário, ressalvado o disposto no art. 62, inciso II, desta Lei;

§ 1º. Transitada em julgado decisão judicial que importe perda dos requisitos exigidos para o exercício da função, o CMDCA declarará a vacância do mandato e promoverá a convocação do suplente.

§ 2º. Mediante provocação do Ministério Público ou por denúncia fundamentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a depender da gravidade da conduta, poderá promover o afastamento temporário do Conselheiro Tutelar acusado da prática de alguma das condutas relacionadas no caput deste artigo, até que se apurem os fatos, convocando imediatamente o suplente.

§ 3º. Durante o período do afastamento, o Conselheiro fará jus a 50% (cinquenta por cento) da remuneração.

§ 4º Recebida notícia de possível infração disciplinar praticada por Conselheiro Tutelar, o CMDCA poderá realizar análise preliminar dos fatos e, constatada a existência de indícios mínimos de materialidade e autoria, encaminhar representação à Procuradoria-Geral do Município para as providências cabíveis.

§ 5º A apuração das infrações disciplinares será realizada mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, observadas as disposições desta Lei e, subsidiariamente, da Lei Municipal nº 1.306/2023, ou outra que venha a substituí-la.

Art.107. Compete aos membros do Conselho Tutelar elaborar seu regimento interno, em conformidade com as disposições previstas nesta Lei, na Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e nas Resoluções publicadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Parágrafo único. A minuta do regimento interno do Conselho Tutelar deverá ser encaminhada ao órgão municipal a qual o referido órgão estiver vinculado para fins administrativos e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 108. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA promoverá a revisão de seu Regimento Interno sempre que necessário para adequá-lo às disposições legais e regulamentares vigentes, observada, preferencialmente, reavaliação periódica a cada 02 (dois) anos.

Art. 109. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, observadas as disposições da legislação orçamentária, financeira e fiscal aplicável.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá promover as adequações orçamentárias necessárias à execução desta Lei, observada a legislação vigente.

Art. 110. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas as seguintes Leis Municipais: **Lei Municipal nº 218/1990, de 12 de dezembro de 1990; a Lei Municipal nº 418/2005, de 20 de março de 2005; a Lei Municipal nº 617/2011, de 31 de março de 2011; a Lei Municipal nº 773/2014, de 20 de março de 2014**; e demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 06 de outubro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:46A3235B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
EMENDA A LEI ORGÂNICA 05/2026

EMENTA: Dá nova redação ao § 1º do art. 120-A da Lei Orgânica do Município de Barbosa Ferraz, para adequar o limite das emendas individuais impositivas ao projeto de lei orçamentária ao disposto no art. 166, §§ 9º e 9º-A, da Constituição Federal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barbosa Ferraz aprovou, e a Mesa Diretora no uso da competência prevista no art. 29, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º O § 1º do art. 120-A da Lei Orgânica do Município de Barbosa Ferraz passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120-A. (...)

§ 1º As emendas individuais ou coletivas ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao do encaminhamento do projeto pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. (NR)"

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, em 06 de outubro de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente

LUCAS ANDRADE TEIXEIRA
Vice- Presidente

VALDECIR JOSÉ MORETTI
Primeiro Secretário

LUCIANO SOARES DE SOUZA
Segundo Secretário

Publicado por:
Sirley Montila de Sá
Código Identificador:05865A20

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
EMENDA A LEI ORGÂNICA 06/2026

Altera a redação da alínea "d" do inciso II do § 3º do art. 24 da Lei Orgânica do Município de Barbosa Ferraz, para restabelecer a realização da eleição de renovação da Mesa Executiva na última Sessão Ordinária da Sessão Legislativa.

A Camara Municipal de Barbosa Ferraz aprovou, e a Mesa Diretora no uso da competência prevista no art. 29, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º A alínea "d" do inciso II do § 3º do art. 24 da Lei Orgânica do Município de Barbosa Ferraz passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.24. .....
§ 3º .....
II – .....
d) a eleição para renovação da Mesa Executiva realizar-se-á, obrigatoriamente, na última Sessão Ordinária da Sessão Legislativa, empossando-se os eleitos em 2 de janeiro;"

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, em 06 de outubro de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente

LUCAS ANDRADE TEIXEIRA
Vice- Presidente

VALDECIR JOSÉ MORETTI
Primeiro Secretário

LUCIANO SOARES DE SOUZA
Segundo Secretário

Publicado por:
Sirley Montila de Sá
Código Identificador:F4313E14

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 54/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 151/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 74 - III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor CALLIL SOLUCOES LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 57.335.570/0001-50, com sede/domicílio na(o) RUA IPANEMA, 219, VILAGE WILDE MACIEL, Rio Branco/ AC - CEP:69918-490.
OBJETO**: INSCRIÇÕES DESTINADAS À PARTICIPAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS NA IMERSÃO NACIONAL GESTOR PÚBLICO BLINDADO BRASIL, EVENTO DE CAPACITAÇÃO A SER REALIZADO NOS DIAS 03, 04 E 05 DE NOVEMBRO DE 2026, EM SÃO PAULO/SP.**

Pelo **VALOR DE R$ 3.994,00 (TRES MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 06/10/2026.
Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 54/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:01548561

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 080/2026

DECRETO Nº 080/2026

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, para fins de constituição de Servidão Administrativa, amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a área de terras especificada no Art. 1º, deste Decreto, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ**, ESTADO DO PARANÁ, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas

atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 55, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de instituição da Servidão Administrativa, amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a área de terras abaixo descrita, destinada à implantada a Faixa de Servidão Administrativa de Passagem da Rede Coletora de Esgoto – Bacia Perímetro Urbano, empreendimento de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES de Barbosa Ferraz, bem como as benfeitorias que possam sobre as mesmas existirem, com fulcro nos Arts. 2º, 5º, "E" e "H", e 6º, do Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956:

MEMORIAL DESCRITIVO

Codificação: **014-SES-3051-0000-LEGA-DE-0000REDECOLETORA-RKRUK**
Proprietário: **MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS COSTA OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Projeto: **FAIXA DE SERVIDÃO - REDE COLETORA DE ESGOTO - BACIA PERÍMETRO URBANO**
Município: **BARBOSA FERRAZ / PR**
Comarca: **BARBOSA FERRAZ** UF: **PARANÁ**
Certidão de Registro: **MATRICULA Nº 16.619 - 1º OFÍCIO**
Imóvel: **LOTE DE TERRAS Nº 08, DA QUADRA Nº 46**
Área Atingida: **104,94 m²** Extensão: **52,47 m** Largura: **2,00 m**

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição da faixa de servidão partindo do vértice **E17**, de coordenadas **N: 7.341.719,221 m** e **E: 396.852,831 m**; deste segue com azimute de**152º38'32"** e distância de **52,47 m**, até o vértice**E18**, de coordenadas **N: 7.341.672,617 m** e **E: 396.876,945 m**, perfazendo uma extensão total de 52,47 m, com uma largura de 2,00 m, e uma área de atingimento de 104,94 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.
Curitiba, julho de 2025

RESPONSÁVEL TÉCNICO PEDRO AUGUSTO KRUK
Eng.º Civil – CREA-PR N° 5184/D

Art. 2º- Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da Servidão Administrativa, na área descrita no Art. 1º, deste Decreto, na forma da legislação vigente.
Art. 3º- Fica reconhecida a conveniência da constituição de Servidão Administrativa, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, ficando-lhe assegurado o direito, atribuído à Empresa, de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da área descrita no Art. 1º, deste Decreto.
Art. 4º- O proprietário, da área atingida pelo ônus da Servidão Administrativa, limitará o uso e gozo, da mesma, ao que for compatível com a existência de Servidão Administrativa, abstendo-se, consequentemente, de praticar, dentro da referida área, quaisquer atos que causem danos à mesma, incluídos, entre eles, os de erguer construções, fazer plantações de grande porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.
Art. 5º- A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o Art. 15 do Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.
Art. 6º- O ônus, decorrente da constituição da Servidão Administrativa, da área a que se refere o Art. 1º, deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.
Art. 7º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 05 de outubro de 2026

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:CF9BC166

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 317-2026

PORTARIA N° 317/2026
De: 06/10/2026.

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio a servidora Mariza Castro de Oliveira Barros e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com **a LEI MUNICIPAL Nº 2.269/2018** e suas alterações,

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **MARIZA CASTRO DE OLIVEIRA BARROS,** portadora do CPF nº 030.XXX.XXX-73, ocupante do cargo efetivo Auxiliar de Enfermagem**,** na Matricula nº 501857, compreendendo o período de 05/10/2026 a 03/11/2026, referente ao período aquisitivo 2015/2020.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 05 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 06 de outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

LEANDRO DE MELLO SILVA
Secretário (a) Municipal de Saúde

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:46145018

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 318-2026

PORTARIA N° 318/2026
De: 06/10/2026.

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio a servidora Celia Aparecida Faxineiro e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com **a LEI MUNICIPAL Nº 2.269/2018** e suas alterações,

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **CELIA APARECIDA FAXINEIRO,** portadora do CPF nº 062.XXX.XXX-88, ocupante do cargo efetivo de Agente de Endemias**,** na Matricula nº 501919, compreendendo o período de 05/10/2026 a 03/11/2026, referente ao período aquisitivo 2020/2025.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 05 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz,06 de outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

LEANDRO DE MELLO SILVA
Secretário (a) Municipal de Saúde

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:2374AFB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 319-2026

PORTARIA N° 319/2026
De: 06/10/2026.

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio à servidora Viviane Aparecida da Cruz Oliveira e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com **a LEI MUNICIPAL Nº 2.269/2018** e suas alterações,

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 84 (oitenta e quatro) dias de Licença Prêmio a servidora **VIVIANE APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA,** portadora do CPF nº 015.XXX.XXX-58, ocupante do cargo efetivo de **Professora,** na Matricula nº 501756, compreendendo o período de 01/10/2026 a 23/12/2026, referente ao período aquisitivo 2013/2018.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 01 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 06 de outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO
Secretário (a) Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:D357FE7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 320-2026

PORTARIA N° 320/2026
De: 06/10/2026.

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio à servidora Viviane Aparecida da Cruz Oliveira e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com **a LEI MUNICIPAL Nº 2.269/2018** e suas alterações,

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a servidora **VIVIANE APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA,** portadora do CPF nº 015.XXX.XXX-58, ocupante do cargo efetivo de **Professora,** na Matricula nº 501995, compreendendo o período de 01/10/2026 a 29/12/2026, referente ao período aquisitivo 2018/2023.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 01 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 06 de outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO
Secretário (a) Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:70AD4590

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 1981-2026 APROVA PLANO DE AUDITORIA INTERNA - UCI

DECRETO MUNICIPAL Nº 1981/2026.

Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna da Unidade de Controle Interno Municipal, Exercício 2026, definindo os procedimentos metodológicos, cronológicos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no inciso IV dos Artigos 67 a 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO as competências atribuídas a Unidade de Controle Interno Municipal, conjugado com a necessidade de formalizar a atuação do órgão de fiscalização interna nas atividades e procedimentos de auditoria que são conferidas pelo inciso XVII art.5° da Lei 682/2018 do Sistema de Controle Interno e as disposições contidas na Cartilha de Diretrizes e Orientações sobre Controle Interno elaborada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Plano Anual de Fiscalização da Unidade de Controle Interno do Municipal para Exercício de 2026, que segue anexo como parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Caberá a Controladoria Interna, prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto**.**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Jacaré, 05 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:3D0990A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 194/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 194/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** 67.943.954 MARIA CLARA DAMIAO, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 67.943.954/0001-09, com sede na Rua Marechal Deodoro, n.º 11, Bairro Vila Sa, Ourinhos – SP, CEP: 19907-310.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS.

VALOR TOTAL R$ 15.294,00 (Quinze mil duzentos e noventa e quatro reais.).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8210	10.001.13.392.0017.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Ana Julia Raganhon aguiar, GESTOR: José Amarildo de Freitas Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 05 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***MARIA CLARA DAMIAO***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jose Amarildo De Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assist. Social/Gestora do Contrato	Adm. de Assis. Social/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:27F73222

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 195/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 195/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** A empresa, A & T COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 59.755.150/0001-58, com sede na Rua Taqueri, n.º 27, Bairro Mooca, São Paulo – SP, CEP: 03166-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS.

VALOR TOTAL: R$ 964,65 (novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8210	10.001.13.392.0017.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Ana Julia Raganhon aguiar, GESTOR: José Amarildo de Freitas Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 05 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***ANDRÉ VAZQUEZ MUCEDULA***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jose Amarildo De Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assist. Social/Gestora do Contrato	Adm. de Assis. Social/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:3DA0EF3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 196/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 196/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** A C BEGALLI, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 38.305.565/0001-50, com sede na Rua Espanha, n.º 601, Bairro Centro, Cambé – PR, CEP: 86.181-050.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS.

VALOR TOTAL: R$ 484,95 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8210	10.001.13.392.0017.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Ana Julia Raganhon aguiar, GESTOR: José Amarildo de Freitas Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 05 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***ANDRESSA CAROLINE BEGALLI***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jose Amarildo De Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assist. Social/Gestora do Contrato	Adm. de Assis. Social/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5DE0AA3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 197/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 197/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** BENI COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 67.883.269.0001-34, com sede na Rua Pasteur, n.º 161, Bairro Guarani, Colombo – PR, CEP: 83408-020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS.

VALOR TOTAL: R$ 3.223,50 (três mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8210	10.001.13.392.0017.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Ana Julia Raganhon aguiar, GESTOR: José Amarildo de Freitas Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 05 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	*ELIAS SOARES DE ARAUJO*
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jose Amarildo De Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assist. Social/Gestora do Contrato	Adm. de Assis. Social/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5302BD7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 198/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 198/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** BRINQUEDOLANDIA COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 62.199.551/0001-83, com sede na Rodovia RS, n.º 133, Bairro Centro, Feliz – RS, CEP:95.770-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS.

VALOR TOTAL: R$ 1.138,03 (mil cento e trinta e oito reais e três centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8210	10.001.13.392.0017.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Ana Julia Raganhon aguiar, GESTOR: José Amarildo de Freitas Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 05 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	*SABRINA APARECIDA FABER DE BEM*
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jose Amarildo De Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assist. Social/Gestora do Contrato	Adm. de Assis. Social/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:C1EB5AA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 199/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 199/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** CARLOS EDUARDO DE SOUZA BORGES, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 07.067.855/0001-89, com sede na Rua Sebastião Ribeiro da Silva, n.º 40, Guapirama – PR, CEP: 86.465-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS.

VALOR TOTAL: R$ 3.501,00 (três mil, quinhentos e um reais).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8210	10.001.13.392.0017.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Ana Julia Raganhon aguiar, GESTOR: José Amarildo de Freitas Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 05 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	*CARLOS EDUARDO SOUZA BORGES*
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jose Amarildo De Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assist. Social/Gestora do Contrato	Adm. de Assis. Social/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:7845653E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LANÇAMENTO VII CANTA CAROBA 2026

AVISO DE LANÇAMENTO
VII CANTA CAROBA 2026

A COMISSÃO ORGANIZADORA, nomeada pela Portaria nº 0187/2026, no uso de suas atribuições, faz saber e TORNA PÚBLICO, que foi lançado o regulamento do VII CANTA CAROBA (Festival de Música de Bela Vista da Caroba) de 2026:

1. OBJETO: VII CANTA CAROBA – Festival de Música de Bela Vista da Caroba, cuja finalidade é incentivar a cultura musical;
2. INSCRIÇÕES: das 8:00hr do dia 19/10/2026 as 23:59hr do dia 19/11/2026, pelo site www.cantacaroba.com.br,;

3. DATA: O festival ocorrerá nos dias 16, 17, 18 e 19 de dezembro de 2026;
4. LOCAL: Ginásio de Esportes 07 de Setembro – localizado na Av. Rio Grande do Sul, s/n, centro, Bela Vista da Caroba – Pr.

O Regulamento e demais informações encontram-se disponíveis no site www.cantacaroba.com.br, assim como na Secretaria de Municipal de Educação, localizada na Rua Alagoas, n. 269, centro, Bela Vista da Caroba – Paraná, CEP 85745-001.
Para maiores informações, favor entrar em contato pelo fone (46) 3557-1184, ou e-mail: contato@cantacaroba.com.br.

Bela Vista da Caroba – PR, 06 de outubro de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA
VII Canta Caroba

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:282A0135

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA

O prefeito, Gelson Maffi no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de contratação, torna público o seguinte:

Licitação nº: IL22/2026
Modalidade: Inexigibilidade/Credenciamento
Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Empresa Credenciada:

LUANA MINUSSI
CPF: 101.802.619-32

Data do Credenciamento: 06/10/2026

Bela Vista da Caroba, 06 de outubro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:682F5A75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 131/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: LUANA MINUSSI
Valor.....: R$ 27.674,40 (vinte e sete mil e seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência...: Início: 06/10/2026 Término: 04/10/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL22/2026
Recursos...: Dotação: 547 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
236 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339036 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
234 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
233 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRICIONISTA PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 06/10/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:0C343FF0

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 01/2026 | CMAS

Resolução *Ad Referendum* nº. 01/2026 | CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS, exercício 2026.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS** de Bela Vista da Caroba - Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 611/2022, de 24 de fevereiro de 2022,

CONSIDERANDO os intensos e recorrentes eventos climáticos atípicos decorrentes da intensificação do fenômeno El Niño vivenciados na região sudoeste do Paraná, e;

CONSIDERANDO as orientações expedidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR para atualização do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS, exercício 2026, para situações de emergência e calamidade pública,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, o **Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS, exercício 2026**, no que se refere ao atendimento físico, **concessão de benefícios eventuais na modalidade calamidade pública**, que passa do quantitativo de 20 previstos na elaboração do Plano, para o quantitativo de **50 benefícios**.

Art. 2º - Esta Resolução **fica condicionada à apreciação e homologação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS na próxima reunião plenária ordinária**.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista da Caroba – PR, 06 de outubro de 2026.

MARLEI TEREZINHA JUNKES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mayara Nonnenmacher
Código Identificador:79199777

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026
ESTA LICITAÇÃO POSSUI COTAS DESTINADAS (LOTES) EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 21 de outubro de 2026 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES – (BUFFET, LANCHES, BOLOS, TORTA E BEBIDAS) A PEDIDO DAS SECRETARIAS

MUNICIPAIS E SAMAE (SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO) DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, TERMO DE REFERENCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por LOTE).
Valor total: R$ 422.225,85 (quatrocentos e vinte e dois mil duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos).
Entrega das propostas e documentações: até o dia 21 de outubro de 2026 às 08h00min (horário de Brasília.
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 06 de outubro de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:61761C0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDM

RESOLUÇÃO Nº002/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 865/2015 de 26 de novembro de 2015 e a Lei 1.234/203 de 13 de novembro de 2023.
RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres, do Município de Boa Ventura de São Roque, repasse recebido da Deliberação nº 04/2024 – Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, a prestação de contas é referente ao período de 2024 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Boa Ventura de São Roque, 05 de outubro de 2026.

SUZANA MENDES DOS SANTOS
Presidente do CMDM

Publicado por:
Maria Luiza de Oliveira Dos Santos
Código Identificador:98CC01FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 247/2026

DECRETO Nº 247/2026
DATA: 05/10/2026

Súmula: Dispõe sobre a designação de membros representantes do Poder Executivo Municipal para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a legislação que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designadas para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, na condição de representantes do Poder Executivo Municipal, as seguintes servidoras:

I – Rosangela de Lima, Coordenadora Pedagógica;
II – Eloise Teixeira Cardozo, Pedagoga.

Art. 2º. As servidoras designadas exercerão o mandato de conselheiras nos termos da legislação aplicável e do regimento interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, sem prejuízo de suas atribuições funcionais.

Art. 3º. O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:CB9EE0B2

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 248/2026

DECRETO Nº 248/2026
Data: 06/10/2026

Súmula: Declara situação de excepcional interesse público e necessidade temporária no âmbito da Casa Lar Municipal, autoriza a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Mãe Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR EDUARDO JOSÉ HENRICHS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de assegurar a continuidade, eficiência e regularidade na prestação dos serviços públicos essenciais;
CONSIDERANDO que o serviço de acolhimento institucional prestado pela Casa Lar Municipal possui natureza essencial e contínua, destinando-se à proteção integral de crianças e adolescentes em situação de acolhimento;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de equipe suficiente e adequada para assegurar o regular funcionamento da Casa Lar Municipal, garantindo às crianças e adolescentes acolhidos assistência, proteção, cuidado, acompanhamento e atendimento contínuos;
CONSIDERANDO a necessidade imediata de recomposição da equipe da Casa Lar Municipal, especialmente mediante a contratação temporária de **Mãe Social**, profissional indispensável à manutenção da rotina de cuidados e ao atendimento direto das crianças e adolescentes acolhidos;

CONSIDERANDO que eventual insuficiência de profissionais para o exercício das atividades inerentes à função de Mãe Social pode comprometer a continuidade e a regularidade do serviço de acolhimento institucional, que, por sua própria natureza, não admite interrupção;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o regular cumprimento das medidas de proteção aplicadas às crianças e adolescentes acolhidos, observando-se os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 521/2021 disciplina as contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a previsão legal do cargo temporário de Mãe Social e a necessidade de adoção das providências administrativas necessárias à recomposição da equipe da Casa Lar Municipal;
D E C R E T A

Art. 1º. Fica declarada a situação de excepcional interesse público e necessidade temporária no âmbito da **Casa Lar Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR**, para fins de manutenção da continuidade, regularidade e adequada prestação do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Art. 2º. Em razão da situação de excepcional interesse público declarada por este Decreto, fica autorizada a realização de **Processo Seletivo Simplificado – PSS** para contratação temporária destinada ao exercício da função de **Mãe Social**, observados os requisitos, quantitativos, jornada de trabalho, remuneração e demais disposições estabelecidas na legislação municipal aplicável.

Art. 3º. A contratação temporária de que trata este Decreto destina-se exclusivamente ao atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público existente no âmbito da Casa Lar Municipal, não constituindo forma de provimento permanente de cargo público.

Art. 4º. A contratação decorrente do Processo Seletivo Simplificado vigorará pelo prazo previsto na legislação municipal específica, limitada ao período necessário à superação da situação excepcional que fundamenta a contratação, observadas as hipóteses legais de prorrogação, quando cabíveis.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.
.
Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista da Aparecida/PR, em 06 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:65FE2872

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 034/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 034/2026
Contratação: 456578 – EDITAL Nº 18/2026 – Sistema COMPRAS.GOV.BR.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR ITEM**", visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ROUPARIA HOSPITALAR, UNIFORMES PROFISSIONAIS, CALÇADOS OCUPACIONAIS E ACESSÓRIOS, COM PERSONALIZAÇÃO QUANDO ESPECIFICADA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO HOSPITAL MUNICIPAL E DAS DEMAIS UNIDADES E EQUIPES VINCULADAS À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR.**

- DATA DE ABERTURA: 21/10/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 06 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:290803AA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 101/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 101/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: MJP ALEXANDRE LOCACAO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E PRESTAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 24.160,00 (vinte e quatro mil, cento e sessenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **06 de outubro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:11860069

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 102/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 102/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 57308642 NEI MARCOS DE SOUZA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E PRESTAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **06 de outubro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:AB9748C5

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 103/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 103/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 36.037.571 LARYSSA RAMOS DAROS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MUDAS DE PLANTAS (FLORES), ARRANJOS, VASOS PARA PLANTAS E COROAS FÚNEBRES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 6.383,75 (seis mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Jefferson Ramon Rigatti.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **06 de outubro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:8D64E84D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 59/2026

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 59/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGE-NHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM ÁREA TOTAL DE 8.495,22 M², CONTEMPLANDO: SERVIÇOS PRELI-MINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO ASFÁL-TICO (CBUQ), MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL..

PRAZO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO: de 15 de junho de 2026 até 09 de setembro de 2026.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **06 de outubro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:48C330C1

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO P.E. 032/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão "Eletrônico" n° 032/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO
O resultado da licitação referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E GESTÃO DA FROTA MUNICIPAL, POR MEIO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA INTEGRADA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO DE MOTORISTAS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**, conforme abaixo:

FORNECEDOR: NORIO MOMOI LTDA - CNPJ: 21.698.912/0001-59
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).

Ordem	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇO MENSAL DE RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E GESTÃO DA FROTA, INCLUINDO EQUIPAMENTOS EM COMODATO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, PLATAFORMA, IDENTIFICAÇÃO DE MOTORISTAS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO, PARA 70 VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO.	MÊS	840	R$ 20,00	R$ 16.800,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).

Boa Vista da Aparecida, em 06/10/2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:D9552157

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 804/2026

DECRETO Nº 804/26

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, nos termos do Art. 37 e seguintes da Lei Municipal nº 013/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bocaiúva do Sul) para a servidora pública efetiva abaixo nominada:

NOME	CARGO	PORCENTAGEM
TAMIRES VALERIA POLLI PORKOTE	ENFERMEIRA	50%

Art. 2º - Para o exercício das funções mencionada na tabela do artigo 1º, a servidora fará jus ao percentual ali indicado, sobre o respectivo vencimento básico.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário,

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 01 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:0A7372D4

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 805/2026 -

DECRETO Nº 805/26

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, nos termos do Art. 37 e seguintes da Lei Municipal nº 013/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bocaiúva do Sul) para os servidores público efetivo abaixo nominados:

NOME	CARGO	PORCENTAGEM
Fabiano Brais	Pedreiro	50%
Rodrigo Ferreira da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	50%

Art. 2º - Para o exercício das funções mencionadas na tabela do artigo 1º, o servidor fará jus ao percentual ali indicado, sobre o respectivo vencimento básico.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 01 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:7FAA8BB0

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 806/2026

DECRETO Nº 806/2026

Súmula: "Nomeia Aprovada em Concurso Público"

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada sob Regime Estatutário, a partir da data respectiva, anotada ao cargo, a Candidata aprovada em Concurso Público.

NOME	CARGO	INICIO
Joelma de Fátima Cardoso Porcote Corleto	Contadora	06.10.2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 06 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:8A89DD56

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 807/2026

DECRETO Nº 807/2026

Súmula: Regulamenta a Lei Municipal nº 1062, de 02 de junho de 2026, que dispõe sobre a concessão, o pagamento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Administração Pública do Município de Bocaiúva do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1062, de 02 de junho de 2026, que autoriza o Poder Executivo a regulamentar, por meio de decreto, os valores e os procedimentos para o pagamento de diárias;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos e valores para indenizar as despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana dos agentes públicos em deslocamentos a serviço do Município;

CONSIDERANDO os princípios da razoabilidade, da economicidade e da transparência que regem a Administração Pública;

DECRETA:

CAPÍTULO I DO OBJETO E DOS VALORES DAS DIÁRIAS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a concessão, o pagamento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei nº 1062/2026.

Art. 2º As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do Município, destinando-se a indenizar o beneficiário pelas despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

I – Considerando a proximidade do Município com a capital do estado em sendo inferior a 6 horas o período de deslocamento, em regra não serão pagas diárias

Art. 3º Os valores das diárias para deslocamentos em território nacional ficam fixados na seguinte conformidade:

I - R$ 150,00 para deslocamentos para Curitiba e sua Região Metropolitana;

II - R$ 250,00 para deslocamentos para outras cidades no Estado do Paraná, fora da Região Metropolitana;

III - R$ 500,00 para deslocamentos para outros Estados da Federação;

Art. 4º Será concedida meia diária nos seguintes casos:

I - quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;

II - no dia do retorno à sede do Município.

Parágrafo único. Não será devida a meia diária quando o deslocamento ocorrer por período inferior a 6 (seis) horas, conforme o art. 15, II, da Lei nº 1062/2026.

Art. 5º Os valores das diárias para custeio de viagens internacionais serão fixados, caso a caso, após analise de disponibilidade financeira e poderá ser deferido por meio de Portaria específica do Chefe do Poder Executivo, considerando-se o custo de vida no país de destino e o princípio da razoabilidade.

CAPÍTULO II DO USO DE VEÍCULO PRÓPRIO

Art. 6º Conforme o art. 6º da Lei nº 1062/2026, o beneficiário que utilizar veículo próprio para o deslocamento a serviço fará jus ao ressarcimento das despesas com combustível, estacionamento e pedágio.

Parágrafo único. O ressarcimento de que trata o caput deste artigo é condicionado à apresentação da rota aproximada do deslocamento com a quilometragem do veículo e média do consumo de acordo com as especificações do fabricante junto ao relatório de viagem, das respectivas notas fiscais ou recibos originais, sem emendas ou rasuras, que comprovem essas despesas.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Os valores fixados neste Decreto poderão ser revistos por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante justificativa e estudo técnico que demonstre a necessidade de atualização monetária, conforme faculta o art. 8º da Lei nº 1062/2026.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se todas as disposições em contrario.

Bocaiúva do Sul, 06 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:1D8C9A1D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 141/2026 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL
CONTRATADO: EDSON KLAI FERREIRA
CPF: XXX.709.XXX-06
VALOR: R$ 56.175,84 (Cinquenta e seis mil cento e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavo)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/10/2026 a 06/10/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:BA3D30AB

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - RESCISÃO CONTRATO 107/2025 – CHAMADA PÚBLICA 03/2025 INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL EXTERNO
CONTRATADO: MARCIO LUIZ BOMFIM
CPF: 751.8XX.819-XX
DATA DA RESCISÃO: 06/10/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:F9FBBB0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1504/2026

Súmula: Dispõe sobre prorrogação da nomeação de membro do Conselho Tutelar de Bom Jesus do Sul e dá outras providências.

Helio Jose Surdi, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 28 da Lei Municipal nº 1136/2024 e considerando a eleição suplementar realizada no dia 28 de maio de 2026,

DECRETA:

Art. 1º- Fica prorrogada a nomeação, para compor o Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Sul - Paraná, a conselheira **LUANA TAVARES MENDONÇA**, CPF: 114.282.189-71, eleita como quarta suplente no pleito de 28 de maio de 2026, para suprimento afastamentos legais dos conselheiros tutelares titulares por prazo indeterminado enquanto permanecer a necessidade da substituição temporária.
Art. 2º - A membro do Conselho, ora nomeada, observará as competências que lhe são atribuídas, conforme estabelecido nas normativas vigentes.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul – PR, 05 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D422F125

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°210-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°210/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.

CONTRATADA: JESSICA CAMILA DE OLIVEIRA GARBIN.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e execução de serviços de funilaria e pintura, destinados à recuperação da parte traseira de veículo Mitsubishi L200 Triton.
VIGÊNCIA: 06/10/2026 à 05/12/2026.
VALOR: R$ 5.680,00 (cinco mil, seiscentos e oitenta reais).
FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação N°33/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2B6307AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.920, DE 06 DE OUTUBRO 2026.

Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, Senhor Maico Diogo Faversani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA
Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 3.736/2025 de 26 de novembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:DFF28D7B

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.921, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto, no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:
Parágrafo único. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata este artigo serão provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme especificado no artigo seguinte.

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	**Depto de Educação, Cult Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativid. Op do Ensino Fundamental**		
4.4.90.52	Equipam e Material Permanente	5913	18.900,00
TOTAL			**18.900,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada, em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso III, da Lei Municipal nº 1.758, de 13 de novembro de 2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme especificado a seguir:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
08.00	**Depto de Assistência Social**		
08.02	**Fundo Municipal Direito das Crianças e Adolescentes**		
08.243.0009.6.026	**Desenvol. De Ações de Apoio ao Fundo da Criança e Adolesc. P.M**		
4.4.90.52	Equipam e Material Permanente	5913	18.900,00
TOTAL			**18.900,00**

Art. 3º Em decorrência das alterações promovidas por este Decreto, ficam atualizados os valores das metas e dos programas constantes da Lei Municipal nº 1.752, de 25 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e da Lei Municipal nº 1.749, de 15 de setembro de 2025 – Plano Plurianual – PPA, para o período de 2026 a 2029, quando aplicável.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FF71E4D1

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.919, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Conselheiro Tutelar Suplente do Município de Bom Sucesso do Sul – PR, em decorrência de processo de escolha suplementar indireto.

MAICO DIOGO FAVERSANI, Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e **em conformidade com o art. 41, §2º, da Lei Municipal nº 1.692, de 13 de março de 2024**, bem como **considerando o resultado do processo de escolha suplementar indireto homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**,
DECRETA:
Art. 1º Fica nomeado o senhor **Valsir Folle**, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1.***.882-*, para exercer o cargo de **Conselheiro Tutelar Suplente do Município de Bom Sucesso do Sul – PR**, em decorrência de **processo de escolha suplementar indireto**, para o preenchimento de vaga existente, retroativo a **02 de outubro de 2026**.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:5C0BBB21

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 506, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede Diária de Viagem a servidoras municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas diárias de viagem em razão do deslocamento à cidade de **Foz do Iguaçu – PR**, a serviço do Departamento de Assistência Social, para participação de Evento:

1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Patricia Luzia Cecatto do Prado	Psicóloga	**07/10/2026** **08/10/2026** **09/10/2026** Saída: 14:00h Retorno:23:00h	02 e ½ (duas e meia) diárias	Veículo Oficial
Francielle Bet Rodrigues	Assistente Social	**07/10/2026** **08/10/2026** **09/10/2026** Saída: 14:00h Retorno:23:00h	02 e ½ (duas e meia) diárias	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:AABAC391

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 507, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Célio Jose de Vargas

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Celio Jose de Vargas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **768-4/1**, **1 e ½ (uma e meia) diária de viagem**, retroativa aos dias **01 e 02 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Curitiba-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para Transporte de Pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Madalena Sofia.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:7E9E8E8E

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 508, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Célio Jose de Vargas

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Celio Jose de Vargas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **768-4/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **05 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para Transporte de Pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:297B870E

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 509, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **492-8/3**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **05 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Ponta Grossa-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto a **Urosaúde.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do **mês de outubro do ano de 2026.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:899A7BD5

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 510, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **04 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:84C956B9

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 511, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Conceder diária de viagem ao servidor Paulo Sergio do Carmo.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **Paulo Sergio do Carmo**, ocupante do cargo efetivo de **motorista**, matricula nº **612-2/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **03 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 06 (seis) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:E6659CA5

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 512, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Conceder diária de viagem ao servidor Paulo Sergio do Carmo.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Paulo Sergio do Carmo**, ocupante do cargo efetivo de **motorista**, matricula nº **612-2/1**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **06 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 06 (seis) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:7E9658B3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº301/2024

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DA EXTINÇÃO CONSENSUAL
AO CONTRATO Nº301/2024
CONTRATADA: ADEMIR FRANCISCO KAYSER 88105598949 - MEI
CNPJ: 27.595.880/0001-42
CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL E OBJETO
O presente Termo de Extinção Consensual tem por fundamento o Art. 138, inciso II, § 1º da Lei nº14.133 de 1º de abril de 2021 e de todos os elementos constantes no Contrato nº301/2024, que contém o seguinte conteúdo: **contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de máquinas e veículos da Frota Municipal**.
CLÁUSULA SEGUNDA – MOTIVAÇÃO
A extinção consensual do presente contrato consiste no fato de a empresa não dispor mais de estrutura física para realização dos serviços objetos da contratação, uma vez que o espaço anteriormente destinado as atividades de lavagens foi locado a terceiros, o que inviabiliza a execução dos serviços, razão que levou a empresa a solicitar o cancelamento contratual de forma consensual, transparente e amigável.
Diante dessa situação, o diretor do Departamento de Obras e Serviços Rodoviários, por meio do memorando nº198/2026 analisou o pedido da contratada e concordou com a extinção consensual do contrato nº301/2024.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO
As partes se dão por mutuamente quitadas e satisfeitas, o que o fazem de forma irretratável, irrevogável, declarando sua expressa renúncia a qualquer forma de reclamação ou pleito decorrente do Contrato nº301/2024, seja extrajudicial ou judicialmente.

Bom Sucesso do Sul - PR, 06 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:93427BCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
PARECER Nº. 03/2026

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E TRIBUTAÇÃO
COMISSÃO ACOMPANHANTE DA AUDIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE 2026

PARECER 03/2026

O Vereador Luiz Carlos de Oliveira – Presidente da Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação, após análise de apresentação de slides de cumprimento das metas Fiscais do Executivo e do Legislativo do Município de Braganey, infra-assinados, considerando o que determina a legislação vigente e ante a exposição feita pelo Executivo Municipal relativamente a Audiência Pública de que trata o art. 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que foi apresentado e demonstrado através de relatórios a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 2*º QUADRIMESTRE DE 2026* no que tange as:
Metas da Receita;
Despesa do Resultado Primário;
Do Resultado Nominal;
Montante da Divida;
Limite de Gastos com Pessoal;
Gastos com a Educação e Saúde acima dos limites Constitucionais; e,
Do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
O Presidente procedeu à análise das informações apresentadas durante a Audiência Pública de acompanhamento das Metas Fiscais, conforme demonstrativos e slides apresentados, especialmente quanto aos índices de aplicação nas áreas de Educação e Saúde. No que se refere à Educação, foi apresentado percentual de aplicação de 23,36% no 2º quadrimestre de 2026. Quanto à Saúde, o percentual de aplicação no mesmo período foi de 17,71%. Na análise dos índices acumulados, correspondentes ao 1º e 2º quadrimestres do exercício de 2026, verificou-se que a aplicação na área da Educação alcançou o percentual de 25,97%, enquanto na área da Saúde alcançou o percentual de 18,81%. Após a apreciação dos dados e demonstrativos apresentados, constatou-se que os percentuais acumulados no exercício atendem aos índices mínimos de aplicação exigidos para as áreas de Educação e Saúde. Entretanto, quando considerados isoladamente, os resultados apurados especificamente no 2º quadrimestre não alcançaram os respectivos índices mínimos, situação que foi devidamente registrada e considerada na análise da Comissão. Diante do exposto, após a análise das informações apresentadas na Audiência Pública e dos respectivos demonstrativos, a Comissão de Finanças, Orçamentos e Tributação manifesta-se favoravelmente, com ressalvas, ao acompanhamento das Metas Fiscais relativas ao 2º quadrimestre de 2026, tendo em vista que, embora os índices mínimos não tenham sido atingidos de forma isolada no período do segundo quadrimestre, os percentuais acumulados nos dois primeiros quadrimestres do exercício alcançaram os limites mínimos exigidos.

Á audiência foi realizada nas dependências da Câmara Municipal iniciando ás 10h00minh00min e término às 11h00h00min, conforme chamamento através do Edital de Convocação de Audiência Pública de 23 de Setembro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (Diário Oficial do Município) na edição 3623 do dia 24/09/2026. Prestação de Contas do 2º Quadrimestre/2026.
Diante do exposto, o Presidente da Comissão manifesta-se favoravelmente quanto ao cumprimento das metas fiscais relativas ao período analisado. Estando ausente os Vereadores Erceli Pedro Frison, Membro da Comissão e o Vereador Valdir de Oliveira Borges Relator. Porém o Vereador Erceli Pedro Frison teve sua falta justificada, pois estava de atestado Médico.

Braganey, em 06 de Outubro de 2026.

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:F2589FC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA
O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 22/2026 de 27 de fevereiro de 2026, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.
MODALIDADE: DISPENSA Nº 34/2026
PROCESSO Nº 144/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização da primeira revisão periódica, com fornecimento de peças, materiais e execução dos serviços necessários, no veículo Fiat Cronos Drive 1.3, ano 2026, placa UBI-0G26, pertencente ao Município de Braganey/PR, visando à manutenção preventiva e à preservação da garantia de fábrica do veículo.

Lote 1					
Item	**Descrição**	**Und**	**Qtd.**	**Valor Unt.**	**Valor Total**
1	1ª Revisão Flex KM	Serv.	1	R$ 299,20	R$ 299,20
2	Alinhamento leves	Serv.	1	R$ 75,00	R$ 75,00
3	Balanceamento leves	Serv.	1	R$ 75,00	R$ 75,00
4	Kit higienização completa do ar-condicionado	Serv.	1	R$ 100,00	R$ 100,00
5	Limpeza do sistema de freios	Serv.	1	R$ 50,00	R$ 50,00
6	Kit descarbonização	Serv.	1	R$ 30,00	R$ 30,00
7	Limpeza via tanque	Serv.	1	R$ 20,00	R$ 20,00
8	Kit cristalização	Serv.	1	R$ 20,00	R$ 20,00
9	Filtro óleo motor – Ref. 7094709	Und.	1	R$ 79,90	R$ 79,90
10	Mopar MaxPro Synthetic 0W20 – Ref. K68218951LA	L	3,40	R$ 94,13	R$ 320,04
11	Cristalização para-brisa – Ref. C01	Und.	1	R$ 95,00	R$ 95,00
12	Descarbonização/Limpa TBI + via tanque – Ref. D01	Und.	1	R$ 120,00	R$ 120,00
13	Limpeza e proteção do sistema de freios – Ref. L02	Und.	1	R$ 130,00	R$ 130,00
14	Power Booster Flex 100 ml – Ref. L04	Und.	1	R$ 100,00	R$ 100,00
15	Higienização completa do ar-condicionado – Ref. H03	Und.	1	R$ 200,00	R$ 200,00
16	Lubrificação partes móveis – Ref. REV01	Und.	1	R$ 75,00	R$ 75,00
TOTAL GERAL					**R$ 1.789,14**

PROPOSTA APRESENTADA: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ Nº 77.396.810/0001-33
VALOR DA PROPOSTA: R$ 1.789,14 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e catorze centavos).
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: A empresa encaminhou toda a documentação exigida, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em atendimento às exigências estabelecidas no Termo de Referência, demonstrando regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, razão pela qual encontra-se **devidamente HABILITADA** para a execução do objeto, consistente na *Contratação de empresa especializada para a realização da primeira revisão periódica, com fornecimento de peças, materiais e execução dos serviços necessários, no veículo Fiat Cronos Drive 1.3, ano 2026, placa UBI-0G26, pertencente ao Município de Braganey/PR, visando à manutenção preventiva e à preservação da garantia de fábrica do veículo.*

Braganey-PR, 06 de outubro de 2026

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:DC774142

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 167/2026

Autoriza o pagamento de diárias e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Braganey, Estado do Paraná, Sr. VALDIR ZIELINSKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido na Lei Municipal nº 914/2025.

R E S O L V E:

Artigo 1º - AUTORIZA o pagamento de 02 (duas) diárias a Sra. **MARILETE CAZZO MODOLO**, CPF nº 039.***.089-16, enfermeira, para seu deslocamento do Município até a cidade de Foz do Iguaçu, na data de 05/10/2026 a 08/10/2026, para participar da capacitação EPIDEMIO, conforme solicitação.

Artigo 2º - Fica determinado ao departamento de contabilidade e de tesouraria que proceda o pagamento das respectivas diárias, de acordo com o que preceitua a legislação pertinente.

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:220C08FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LITAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026
O MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição para contratação de profissional do setor artístico, observadas as condições legais aplicáveis.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 92/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº: 18/2026.
CONTRATADA: ARTE ENCENADA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ: 45.177.087/0001-05.
OBJETO: Contratação da empresa Arte Encenada Produções Artísticas Ltda. para realização de apresentações e atividades artísticas, teatrais, educativas e culturais destinadas às ações e programações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Cafeara/PR.
VALOR TOTAL: R$ 142.900,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.
LOCAL DE EXECUÇÃO: Município de Cafeara/PR, em local a ser previamente definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, conforme o agendamento de cada apresentação.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: dotações próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com classificação na natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme respectiva nota de empenho.
A contratação direta encontra-se amparada nos arts. 72 e 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo sua divulgação observar as disposições legais aplicáveis, inclusive o art. 94 da mesma Lei.
Cafeara/PR, 06 de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:CAA1CB56

GOVERNO MUNICIPAL
COMUNICADO

DESPACHO DE SUSPENSÃO DO JULGAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2026
Considerando o andamento da fase de julgamento da Dispensa de Licitação nº 38/2026, cujo objeto é a aquisição de materiais odontológicos de consumo destinados ao Departamento Odontológico da Secretaria Municipal de Saúde de Cafeara;
Considerando que o julgamento é realizado pelo menor preço por lote, sendo o Lote 01 composto por 42 (quarenta e dois) itens;
Considerando que, durante a análise das propostas classificadas, foram identificadas divergências técnicas relacionadas especialmente aos itens 32, 33 e 35 do Termo de Referência;
Considerando que a empresa DENTAL MED, em resposta à diligência, informou que os produtos originalmente considerados para os itens 32 e 33 correspondem a solução comercial atualmente disponível, diante da descontinuação de produtos anteriormente utilizados para atendimento da especificação de resina à base de silorano, e informou ainda a descontinuação/indisponibilidade da apresentação **3M Z100 C3** referente ao item 35;
Considerando que a análise das demais propostas integrais apresentadas no certame revelou situação semelhante, com oferta de produtos diversos daqueles descritos literalmente no Termo de Referência nos itens 32 e 33, o que indica possível desatualização das especificações técnicas ou indisponibilidade regular dos produtos no mercado;
Considerando que eventual alteração de especificação técnica nesta fase não pode ser realizada sem prévia manifestação do setor requisitante e sem avaliação dos reflexos sobre a igualdade entre os participantes, a competitividade e a formulação das propostas;
DETERMINO:
1. A SUSPENSÃO temporária do julgamento da Dispensa de Licitação nº 38/2026, Processo Administrativo nº 86/2026, até manifestação técnica da Secretaria Municipal de Saúde/Departamento Odontológico sobre as especificações dos itens 32, 33 e 35 do Termo de Referência.
2. O encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal de Saúde para que informe, de forma expressa e fundamentada, se as especificações técnicas atualmente constantes dos itens 32, 33 e 35 correspondem a produtos regularmente fabricados e disponíveis no mercado, ou se se encontram desatualizadas em razão de descontinuação comercial/tecnológica.
3. Que a manifestação técnica indique, caso constatada a desatualização, quais características são efetivamente indispensáveis ao atendimento da necessidade pública, evitando referência a produto, tecnologia, composição ou apresentação que não possua disponibilidade regular no mercado.
4. Que a análise técnica informe também se os produtos ofertados pelas licitantes podem ou não atender à finalidade pretendida, sem alteração substancial do objeto e sem flexibilização indevida das condições inicialmente divulgadas.
5. Após a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, retornem os autos ao Setor de Licitações e Compras para decisão quanto à continuidade do julgamento, eventual desclassificação das propostas, necessidade de retificação do Termo de Referência ou adoção de outra providência juridicamente cabível.
Registre-se nos autos a suspensão do julgamento e proceda-se ao encaminhamento para manifestação técnica, preservando-se integralmente as propostas e documentos já apresentados pelos participantes.

Cafeara/PR, 06 de outubro de 2026.

CAIQUE HANDA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:DE7EF1A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 068.2026 - SONORIZAÇÃO

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 068/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 151/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 068/2026**, **PROCESSO COMPRASGOV: Contratação:987985 - 30/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de sonorização fixa, compreendendo a disponibilização, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de equipamentos de sonorização, incluindo caixas de som, mesas de áudio, microfones, amplificadores, cabeamento e demais acessórios necessários, com fornecimento de operador técnico quando necessário, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Cafelândia/PR, para realização de eventos, reuniões, solenidades, apresentações, atividades culturais, esportivas, educacionais e demais ações promovidas pelo Município, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 290.597,60 (duzentos e noventa mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia **23 de outubro de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 06 de outubro de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:5A6B7F44

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 002/2026

Em análise ao Processo de Sindicância nº 002/2026, instaurado com a finalidade de apurar responsabilidade e eventual infração funcional por parte de servidor público municipal, com fundamento nos artigos 244 e 252 da Lei Municipal nº 762/2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cafelândia, **RATIFICO** integralmente a decisão proferida pela Comissão Processante designada pelo Decreto Municipal nº 082, de 06 **de julho** de 2026, por seus próprios fundamentos, nos termos da legislação vigente.
É a decisão.

Autue-se, comunique-se e publique-se.

Cafelândia, 06 de outubro de 2026.

JOÃO LAURO GONÇALVES BOLONHA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E97E075B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PAAR

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PAAR

Interessada: B. A. FERREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Assunto: Apuração de responsabilidade - descumprimento contratual.

Trata-se de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instaurado em face da empresa supra mencionada, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em razão da não prestação de serviço.
Após a instrução processual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a Comissão designada para conduzir o presente feito concluiu pela **responsabilização da empresa**, opinando pela aplicação **da penalidade de rescisão unilateral e cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 368/2025 e o impedimento de licitar e contratar com o município de Cafelândia/PR por 2 (dois) anos**, com fundamento no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como o registro da infração para fins de reincidência.
Dessa forma, **acolho o parecer da Comissão**, por seus próprios fundamentos, e com base no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, **RESCISÃO UNILATERAL E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 368/2025 E O IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR POR 02 (DOIS) ANOS,** devendo-se proceder ao **registro da infração no respectivo cadastro de fornecedores do Município**, para fins de controle e eventual reincidência.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Cafelândia, 06 de outubro de 2026.

JOÃO LAURO GONÇALVES BOLONHA
Secretário Municipal de Administração
Port. Nº 468/2025 – DRH

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:7A1A86BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 132 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 132 de 06 de outubro de 2026.

Súmula: Dispõe sobre a adequação da desvinculação de receitas municipais ao art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 136/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

CONSIDERANDO a redação vigente do art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

CONSIDERANDO que o art. 76-B do ADCT passou a abranger expressamente receitas municipais relativas a impostos, contribuições, taxas, multas e outras receitas correntes;

CONSIDERANDO a previsão constitucional de desvinculação de 50% das receitas abrangidas pelo art. 76-B do ADCT até 31 de dezembro de 2026;

CONSIDERANDO que a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP possui previsão no art. 149-A da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar recursos suficientes para a continuidade, manutenção, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Decreto Municipal nº 148/2025 à alteração constitucional superveniente;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aplicada, no âmbito do Município de Cafelândia, a desvinculação de até **50% (cinquenta por cento)** das receitas municipais abrangidas pelo art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluindo as receitas provenientes da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, até 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º. A desvinculação da COSIP deverá ser realizada sem prejuízo da continuidade, regularidade, manutenção, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda deverá elaborar demonstrativo que evidencie a suficiência dos recursos remanescentes para a manutenção do serviço de iluminação pública.

Art. 3º. Os valores desvinculados deverão ser identificados e controlados em registros contábeis próprios, observadas as normas de contabilidade pública e as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4º. A Secretaria Municipal da Fazenda, em conjunto com a Contabilidade e os gestores dos fundos municipais, promoverá os ajustes orçamentários, financeiros e contábeis necessários à execução deste Decreto.

Art. 5º. A partir de 1º de janeiro de 2027, a desvinculação observará o percentual de 30% (trinta por cento), conforme o inciso II do art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, salvo superveniente alteração constitucional.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições do Decreto Municipal nº 148/2025 que forem incompatíveis com este Decreto.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da data de sua vigência, vedada a utilização retroativa para convalidar despesas ou movimentações realizadas em desacordo com a legislação aplicável.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C379353F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 133 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026,

Decreto nº 133 de 06 de outubro de 2026.

SÚMULA: Decreta Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E,

CONSIDERANDO as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º. Não se aplica o disposto no art. 1º ao Transporte Escolar, ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, à Secretaria Municipal de Saúde e aos serviços considerados essenciais, que, por sua natureza, não podem ser paralisados.

§ 1º. O Transporte Escolar funcionará normalmente no dia 30 de outubro de 2026.

§ 2º. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no dia 30 de outubro de 2026, atenderá em sistema de plantão, pelo telefone (45) 98408-0938, retornando às atividades normais no dia 03 de novembro de 2026.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Saúde, no período de 30 de outubro a 02 de novembro de 2026, atenderá no Pronto Atendimento do Hospital Municipal Fioravante Motter, retornando às atividades normais, em todas as Unidades Básicas de Saúde, na Farmácia Municipal e no Centro de Imunização, no dia 03 de novembro de 2026.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:13AD219C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 134 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026,

Decreto nº 134 de 06 de outubro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre o horário especial de funcionamento dos comércios em geral exceto os comércios de gêneros alimentícios.

Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a solicitação da ACICAF - Associação Comercial e Empresarial de Cafelândia, pelo ofício nº 31 de 06 de outubro de 2026,

DECRETA
Art. 1º. Fica estabelecido horário especial em virtude das comemorações do **"Dias das Crianças" e do Feriado Nacional de Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil",** para os **comércios em geral**, exceto os comércios de gêneros alimentícios em conformidade com o código de postura do Município (Lei Municipal nº 1.647/2019), conforme abaixo especificado.

*** Nos dias 05 a 09 de outubro de 2026 - (Segunda a sexta-feira):**
- Expediente até as 20h00min. (Facultativo).

*** No dia 10 de outubro de 2026 - (Sábado):**
- Expediente até as 16h00min. (Facultativo).

Art. 2º. Considera-se ponto facultativo para o horário de encerramento do expediente para os **comércios em geral**, exceto os comércios de gêneros alimentícios, ficando a critério de cada empresa, seu encerramento antes do horário estabelecido.

Parágrafo único: Terá tolerância de 30 minutos para o encerramento das atividades após o horário previsto no Art. 1º.

Art. 3º. Após essas datas o horário de atendimento do comércio voltará ao normal.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:01442156

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: ERRATA CONTRATO 190/2026 – DISPENSA N° 032/2026

ERRATA REFERENTE: EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2026 – DISPENSA ELETRÔNICO Nº 032/2026.

ONDE SE LÊ: representante legal Sr.(a). **PATRIC MIRANDA**
LEIA-SE: representante legal Sr.(a) **DIEGO BERNARDA NETTO**

ONDE SE LÊ: Assinaturas: Sr. Junior Motter, **PATRIC MIRANDA**
LEIA-SE: Assinaturas: Sr. Junior Motter, **DIEGO BERNARDA NETTO**

Cafelândia, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:817B6F64

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 403/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 403/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **EDUARDO J. SANTOS & CIA. LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 66.143.678/0001-31, endereço RUA VOLUNTÁRIO BENEDITO PIMENTA, 243 - CEP: 16600049 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Pirajuí/SP E-MAIL: mabi.sport@gmail.com, TELEFONE: (14) 3572-1597, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, EDUARDO JARETA SANTOS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 24.088,00 (Vinte e Quatro Mil e Oitenta e Oito Reais).
Assinaturas: Junior Motter e EDUARDO JARETA SANTOS
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.

Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:900B1ABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 404/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 404/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **FSM COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 51.165.735/0001-06, endereço RUA ROSAMÉLIA DE OLIVEIRA, 500 - CEP: 81230230 - BAIRRO: CAMPO COMPRIDO, CIDADE Curitiba/PR E-MAIL: smartstore.cwb@outlook.com, TELEFONE: (41) 9 9991-1466, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, FRANCIELI DA SILVA MAURO PINTO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 2.319,20 (Dois Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e FRANCIELI DA SILVA MAURO PINTO
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B7BFFD2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 405/2025

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 405/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **GALERIA 23 COMUNICAÇÃO VISUAL E GRÁFICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 51.257.431/0001-79, endereço RUA CAPITÃO ERNESTO NUNES, 897 SALA 40 - CEP: 88341170 - BAIRRO: LÍDIA DUARTE, CIDADE Camboriú/SC E-MAIL: nanepopeng88@gmail.com, TELEFONE: (47) 9 9219-8751, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ELIANE APARECIDA DOS SANTOS POPENG.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 4.400,00 (Quatro Mil e Quatrocentos Reais).
Assinaturas: Junior Motter e ELIANE APARECIDA DOS SANTOS POPENG
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:78B98672

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 406/2025

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 406/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **INDÚSTRIA FENIX CORTE A LASER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 13.759.849/0001-95, endereço RUA ALICE GARCIA VEGA, 172 - CEP: 02737050 - BAIRRO: ITABERABA, CIDADE São Paulo/SP E-MAIL: licitacao@industriafenix.com.br, TELEFONE: (11) 9 9757-8195, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, LEANDRO DE MARCHI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 2.397,00 (Dois Mil, Trezentos e Noventa e Sete Reais).
Assinaturas: Junior Motter e LEANDRO DE MARCHI
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:30412905

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 407/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 407/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **LIDIANE C. DOS SANTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 09.508.504/0001-91, endereço AVENIDA PADRE ANCHIETA, 470 - CEP: 85835000 - BAIRRO: centro, CIDADE Jesuítas/PR E-MAIL: vagner.viroumania@hotmail.com, TELEFONE: (44) 3535-1319, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, LIDIANE CAVALINI DOS SANTOS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 32.708,50 (Trinta e Dois Mil, Setecentos e Oito Reais e Cinqüenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e LIDIANE CAVALINI DOS SANTOS
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3BF13359

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 408/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 408/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **M. K. SCHITICOSKI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 03.426.221/0001-14, endereço RUA COLMEIA, 237 - CEP: 87308310 - BAIRRO: JARDIM ALVORADA, CIDADE Campo Mourão/PR E-MAIL: mk_schiticoski@yahoo.com.br / schiticoski@yahoo.com.br, TELEFONE: (44) 9 9988-5761, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, MAURILIO KRAMER SCHITICOSKI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 15.055,25 (Quinze Mil e Cinqüenta e Cinco Reais e Vinte e Cinco Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e MAURILIO KRAMER SCHITICOSKI
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:1112D019

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 409/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 409/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **MARTIVA COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 58.512.546/0001-01, endereço RUA LENNITA MARIA SCOLARI, 84 - CEP: 87711725 - BAIRRO: PARQUE DOS IPÊS, CIDADE Paranavaí/PR E-MAIL: marcielygpm@gmail.com, TELEFONE: (44) 9 8823-2717, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 6.276,00 (Seis Mil, Duzentos e Setenta e Seis Reais).
Assinaturas: Junior Motter e MARCIELY GEREZ PEREIRA MARTINS
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:19121D2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 410/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 410/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **MÁRIS DISTRIBUIDORA E ASSESSORIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 45.702.540/0001-55, endereço RUA FREI HILÁRIO, 370 - CEP: 88101310 - BAIRRO: CAMPINAS, CIDADE São José/SC E-MAIL: marisdistribuidora@gmail.com, TELEFONE: (48) 9 8857-

9902, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, MARIA DE LOURDES DE SOUZA TEIXEIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 1.338,00 (Um Mil, Trezentos e Trinta e Oito Reais).
Assinaturas: Junior Motter e MARIA DE LOURDES DE SOUZA TEIXEIRA
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3F0B42AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 411/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 411/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **N BORRACHAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 50.375.154/0001-36, endereço RUA JÚLIO SARAIVA DOS SANTOS, 101 GALPÃO 3 / BLOCO E - CEP: 63048185 - BAIRRO: CIDADE UNIVERSITÁRIA, CIDADE Juazeiro do Norte/CE E-MAIL: comercialtatames5@viabeach.com.br, TELEFONE: (88) 9 9985-0071, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ADRIANO DE MACEDO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 11.276,00 (Onze Mil, Duzentos e Setenta e Seis Reais).
Assinaturas: Junior Motter e ADRIANO DE MACEDO
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura: 05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2BBBCD41

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edital de Convocação Nº. 05/2026

Reunião Ordinária

O Conselho Municipal da Assistência Social de Cafelândia/PR, convoca todos os conselheiros(as) titulares e convida os conselheiros(as) suplentes e demais interessados, para a Reunião Ordinária deste Conselho, no dia **09/10/2026 (sexta-feira) às 08:00h na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social de Cafelândia/PR.**

Pauta:
a) Discussão e deliberação da minuta da Lei Municipal do SUAS que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Cafelândia/PR, estabelece a Política Municipal de Assistência Social, dispõe sobre sua organização, gestão, financiamento, controle social, Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e Conferência Municipal de Assistência Social, e dá outras providências;

b) Apresentação e deliberação da alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS) 2026, com relação ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências e Benefícios Eventuais – modalidade Calamidade Pública, conforme orientações da Coordenação da Política Estadual de Assistência Social;

c) Leitura, discussão e deliberação do Ofício nº 267/2026 – CEAS/PR, que trata do Decreto nº 13.120 de 17 de setembro de 2026 – Correção de valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

Informes:
Outros informes.

Cafelândia/PR, 06 de Outubro de 2026.

RAQUEL PEREIRA MOTTER
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:F14AFCC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 386/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 386/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **100% EDUCACIONAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 12.350.642/0001-08, endereço RUA GOIOERÊ, 01 BARRACÃO 02 - CEP: 84026290 - BAIRRO: VILA SANTANA, CIDADE Ponta Grossa/PR E-MAIL: televendas1@carimbras.com.br / comercial@baggiolicitacoes.com.br, TELEFONE: (42) 9 9839-8895, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, MARINA BEATRIZ BREMM GONÇALVES.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME

AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 969,60 (Novecentos e Sessenta e Nove Reais e Sessenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e MARINA BEATRIZ BREMM GONÇALVES
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:86F17F63

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 387/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 387/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **ACADEMICA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 29.889.651/0001-66, endereço AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO, 1603 SALA 02 - CEP: 85440000 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Ubiratã/PR E-MAIL: mmdpapelaria@hotmail.com, TELEFONE: (44) 9 9833-2525, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, MARIA BERENICE DE MELO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 1.820,00 (Um Mil, Oitocentos e Vinte Reais).
Assinaturas: Junior Motter e MARIA BERENICE DE MELO
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:5380C863

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 388/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 388/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **ACHOU DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 48.529.824/0001-80, endereço RUA UBALDINO DO AMARAL, 927 - CEP: 80045150 - BAIRRO: ALTO DA RUA XV, CIDADE Curitiba/PR E-MAIL: achoucomercio@gmail.com, TELEFONE: (45) 9 8825-6767, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, SANDRO VALÉRIO SANTOS ROSA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 7.036,70 (Sete Mil e Trinta e Seis Reais e Setenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e SANDRO VALÉRIO SANTOS ROSA
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:9BE24C6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 389/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 389/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **AJITA BRINQUEDOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 30.328.915/0001-91, endereço RUA UNIVERSO, 361 - CEP: 87060420 - BAIRRO: JARDIM UNIVERSO, CIDADE Maringá/PR E-MAIL: ajitabrinquedos@gmail.com, TELEFONE: (44) 9 9703-0567, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, THIAGO APARECIDO DA SILVA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 9.410,00 (Nove Mil, Quatrocentos e Dez Reais).
Assinaturas: Junior Motter e THIAGO APARECIDO DA SILVA
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:6D20C46F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 390/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 390/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **CASA DO NEURO PSICOPEDAGOGO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 33.776.397/0001-67, endereço RUA GASPAR SOARES, 504 SALA 14 - CEP: 02041020 - BAIRRO: JARDIM SÃO PAULO, CIDADE São Paulo/SP E-MAIL: cesar.casadopsico@gmail.com, TELEFONE: (13) 9 9661-1207, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, GILMAR DA SILVA VIEIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 7.400,00 (Sete Mil e Quatrocentos Reais).
Assinaturas: Junior Motter e GILMAR DA SILVA VIEIRA
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:96A2683B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 391/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 391/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **CECILHANDO KIDS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 44.000.796/0001-58, endereço RUA PASTEUR, 161 CASA B - CEP: 83408020 - BAIRRO: GUARANI, CIDADE Colombo/PR E-MAIL: licitacao@cecilhando.com.br / eliassoaresaraujo@hotmail.com, TELEFONE: (41) 9 8848-3878, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, THAYNA DA SILVA BUENO PINTO DE ARAUJO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 28.881,20 (Vinte e Oito Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Vinte Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e THAYNA DA SILVA BUENO PINTO DE ARAUJO
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B4F9BF8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 392/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 392/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **DO RIO ELETRO VAREJISTA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 22.556.767/0001-34, endereço PRAÇA DO CAFÉ, 210 - CEP: 86900000 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Jandaia do Sul/PR E-MAIL: dorioeletropregoes@gmail.com, TELEFONE: (43) 9 9860-0209, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, EDSON JOSE MARTINES.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 6.131,40 (Seis Mil, Cento e Trinta e Um Reais e Quarenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e EDSON JOSE MARTINES
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:73E95933

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 393/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 393/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **DTRM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no

CNPJ Nº 60.363.177/0001-84, endereço ESTRADA GOVERNADOR CHAGAS FREITAS, 5083 - CEP: 27351720 - BAIRRO: COLÔNIA SANTO ANTÔNIO, CIDADE Barra Mansa/RJ E-MAIL: licitacaodtrm@gmail.com, TELEFONE: (24) 9 8833-1719, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, DIEGO TORRES DA SILVA SOBREIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 10.105,40 (Dez Mil, Cento e Cinco Reais e Quarenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e DIEGO TORRES DA SILVA SOBREIRA
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:403E3378

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 394/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 394/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **E. ANTONINI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 58.545.693/0001-88, endereço RUA BERILO, 57 - CEP: 87083330 - BAIRRO: JARDIM SANTA HELENA, CIDADE Maringá/PR E-MAIL: eantoninilicitacao@gmail.com, TELEFONE: (44) 9 9116-3124, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, EDINHO ANTONINI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 54.115,50 (Cinqüenta e Quatro Mil, Cento e Quinze Reais e Cinqüenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e EDINHO ANTONINI
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:72233F5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 395/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 395/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **PRIDE COMÉRCIO VAREJISTA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 48.829.387/0001-10, endereço: RUA XV DE NOVEMBRO, 964 CONJ 30 / 3º ANDAR - CEP: 80060000 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Curitiba/PR E-MAIL: contato@pridegroup.com.br, TELEFONE: (11) 9 5078-0020, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, PRISCILA DE QUEIROZ ARB.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 1.588,40 (Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Oito Reais e Quarenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e PRISCILA DE QUEIROZ ARB
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2D5EB22E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 396/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 396/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **PROJ ART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 65.900.716/0001-90, endereço: RUA PEDRO VIOLANI, 1132 - CEP: 82930040 - BAIRRO: CAJURU, CIDADE Curitiba/PR E-MAIL: licitacaoprojart@gmail.com, TELEFONE: (41) 9 8464-5471, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, THIAGO WESLEY CAPATO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS

ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 4.427,00 (Quatro Mil, Quatrocentos e Vinte e Sete Reais).
Assinaturas: Junior Motter e THIAGO WESLEY CAPATO
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:48C8CFB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 397/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 397/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **REGIS COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 47.794.555/0001-16, endereço: RUA DOS ESCOTEIROS, 30 SALA 01 - CEP: 89254730 - BAIRRO: CHICO DE PAULO, CIDADE Jaraguá do Sul/SC E-MAIL: regislicita@gmail.com, TELEFONE: (47) 9 9101-3991, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, RENATO REGIS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 10.556,00 (Dez Mil, Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais).
Assinaturas: Junior Motter e RENATO REGIS
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:4B97B868

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 398/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 398/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **RINOTOYS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 37.784.943/0001-62, endereço: RUA TAQUARI, 19 SALA 06 - CEP: 03166000 - BAIRRO: MOOCA, CIDADE São Paulo/SP E-MAIL: janainacribeiro@yahoo.com.br, TELEFONE: (11) 9 5034-9084, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, JANAÍNA CALÇADA RIBEIRO.
Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, MAPAS, GLOBOS, RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS DESTINADOS AO ENSINO INTEGRAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 17.227,00 (Dezessete Mil, Duzentos e Vinte e Sete Reais).
Assinaturas: Junior Motter e JANAÍNA CALÇADA RIBEIRO
Vigência: 05/10/2026 a 04/10/2027.
Data da Assinatura:05/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2E05BA72

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2025 - PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 068/2025.

Extrato do 1° Termo Aditivo ao Contrato nº 102/2025 - Pregão - Uso até 30/04/26 Nº 068/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
Contratado: VOXCITY TECNOLIGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 19.813.396/0001-14, R GASTÃO BICCA DE OLIVEIRA, 749 Sala 01 - CEP: 88860000 - BAIRRO: CENTRO, e-mail: licitacao@voxcity.com.br, TELEFONE:48 34782300, CIDADE: Siderópolis/SC neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) DIEGO BERNARDA NETTO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA UNIFICADO DE COMUNICAÇÃO, COM LICENÇA DE RAMAIS, DESTINADO A INTEGRAÇÃO DE TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.
Fica alterada a cláusula **da vigência** do contrato originário para prorrogação por mais **12 (doze) meses,** do Contrato nº 102/2025, **findando-se em 01/10/2027.**
Fica alterada a cláusula **valores** e **critério de reajuste** do contrato originário, reajustando o valor mensal de acordo com a variação dos últimos 12(doze) meses do **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 4,22%** (quatro inteiros e vinte e dois centésimos percentuais), passando o valor do contrato originário.

Valor Total: R$ 225.084,12 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil e Oitenta e Quatro Reais e Doze Centavos
Assinaturas: Junior Motter, DIEGO BERNARDA NETTO
Vigência: 02/10/2026 A 01/10/2027
Data da Assinatura:02/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:EBE1F47E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 370/2025 - PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 078/2025.

Extrato do 2° Termo Aditivo A ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 370/2025 - Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 078/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
Contratado: METALURGICA SERVICE AGRO SAO JOSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 54.183.085/0001-10, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 585 GL-08 / LT-25A14 - CEP: 85415000 - BAIRRO: CHACARAS CAFELANDIA, e-mail: celocaf2017@gmail.com, TELEFONE:(45) 9 9929-8451, CIDADE: Cafelândia/PR neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) MARCELO NUNES.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CALHAS E RUFOS, ACOMPANHADO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.
Fica alterada a cláusula **da vigência** do contrato originário para prorrogação por mais **12 (doze) meses,** da Ata de Registro de Preços nº 078/2025, **findando-se em 05/10/2027.**
Fica alterada a cláusula **valores** e **critério de reajuste** do contrato originário, reajustando o valor mensal de acordo com a variação dos últimos 12(doze) meses do **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 4,22%** (quatro inteiros e vinte e dois centésimos percentuais), passando o valor do contrato originário.

Valor Total: R$ 115.121,64 (Cento e Quinze Mil, Cento e Vinte e Um Reais e Sessenta e Quatro Centavos
Assinaturas: Junior Motter, MARCELO NUNES
Vigência: 06/10/2026 A 05/10/2027
Data da Assinatura:06/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D236F78C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.077/2026

Lei nº 2.077/2026.

Súmula: Institui a obrigatoriedade da execução mensal do ato cívico de hasteamento da Bandeira Nacional e do canto dos Hinos Nacional e Municipal nas escolas da rede pública municipal de ensino de Cafelândia, Estado do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, DE AUTORIA DO VEREADOR RODRIGO ACCORDI E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUI LEI:

Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade da execução, ao menos uma vez por mês, do ato cívico de hasteamento da Bandeira Nacional, acompanhado do cântico do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Município de Cafelândia, em todas as instituições de ensino fundamental da rede pública municipal.

Art. 2º. O ato cívico de que trata esta Lei será realizado em local visível e com a participação ativa do corpo docente, discente e administrativo de cada unidade escolar.

Parágrafo único. A direção da escola poderá convidar autoridades locais, pais e responsáveis pelos alunos para participarem da solenidade.

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Educação coordenar a aplicação desta Lei, auxiliando as escolas na organização do cronograma e no fornecimento dos materiais necessários, como bandeiras e suportes de áudio.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 997/2009: Esta Lei é de autoria do Vereador Rodrigo Accordi

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:A797A08A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 469/2026 - DRH

PORTARIA N. º 469/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Maternidade à Servidora contratada para o cargo de Professor PSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o Atestado Médico e Lei Nº 1.505/2017, Art. 11, inciso XI,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade à Servidora, ocupante do cargo de Professor Substituto II - PSS, do Município de Cafelândia.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INICIO	TERMINO
DAMARES CERNECK MERGEN	PROFESSOR SUBSTITUTO I	767322611	27/09/2026	24/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 06 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:F489BA00

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 470/2026 - DRH

PORTARIA N. º 470/2026-DRH

SÚMULA: Suspender Adicional de Periculosidade atribuído ao servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º SUSPENDER adicional de periculosidade atribuído ao servidor ocupante de Cargo de Provimento Efetivo**.**

NOME	CARGO	MATRICULA	INICIO	FIM
DERLI VALDECI LOOBEN	VIGIA	75551	01/10/2026	05/11/2026

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o Oficio Nº 274/2026-SMA. e com a Portaria Nº 465/2026 que concedeu licença tratamento de saúde ao servidor.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 06 de outubro 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:DFDBA6D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 267

DECRETO 267/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
03.001.04.846.0003.0.001 OPERACOES ESPECIAIS
3.2.90.22.00.00 1000 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO 24.900,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.2.014 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.
4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.000,00

Total Suplementação: 32.900,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.1.014 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO CEMITERIO MUNICIPAL E CAPELA MORTUARIA.
4.4.90.51.00.00 1000 OBRAS E INSTALACOES 32.900,00

Total Redução: 32.900,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 06 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:1FF9B0C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14/2026
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 04/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, considerando os documentos constantes do Processo Administrativo nº 14/2026, as justificativas apresentadas, o parecer jurídico e o resultado da Dispensa Eletrônica nº 04/2026, realizada mediante divulgação do Aviso de Contratação Direta, recebimento de propostas e realização de etapa competitiva de lances, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
Considerando o encerramento das etapas de julgamento e habilitação e a regularidade dos atos praticados no procedimento;

RESOLVE:

ADJUDICAR os Lotes 01 e 02 da Dispensa Eletrônica nº 04/2026 à empresa T L DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.473.889/0001-27, pelo valor global de R$ 28.179,46 (vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração e atendido às condições e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta;

HOMOLOGAR o resultado da Dispensa Eletrônica nº 04/2026, reconhecendo a regularidade dos atos praticados no procedimento; e

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, da empresa T L DISTRIBUIDORA LTDA, sediada na Rua Santos Vicentin, Centro, CEP 85148-000, Campina do Simão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 17.473.889/0001-27, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Tiago Lazzaretti, para os Lotes 01 e 02, pelo valor global de R$ 28.179,46 (vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

Determina-se a adoção das providências necessárias à formalização da contratação e à publicidade do presente ato, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

Campina do Simão - PR, 06 de outubro de 2026.

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:B989D186

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMAO/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 25/2026

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DE CONSUMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: ARTES GRAFICAS BEREZOVSKI LTDA, inscrita no CNPJ n.º **07.259.843/0001-56** situada a Rua Rocha Loures, nº 665, Bairro Bonsucesso – Cep: 85055-070 no Município de Guarapuava/Pr, representada neste ato pelo seu representante legal Sr. **º Silvaney Berezovsk**

VALOR: R$ 268.884,66 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 30 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 01 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:7F13B98D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 26/2026-PMCS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE LIVROS LITERÁRIOS, ACERVOS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA DO SIMÃO – PR.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 55/2026
EDITORA EUREKA LTDA, sediada na Rua 256, nº 203, Bairro Meia Praia – Cep: 88.220-000 no Município de Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 26.192.516/0001-79 doravante designada EMPRESA DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Eduardo Reis Silva.

VALOR: R$159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais).

VIGÊNCIA: 04 DE OUTUBRO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 05 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:5CEDED0F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 101, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Exonera servidora nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo III.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora **Leonizia Reimundo**, portadora da Matricula n° 1463-1, nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo III no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 05 de outubro de 2026 e revoga a Portaria n° 48, de 12 de março de 2024.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 05 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:CA1884FC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 102, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Nomeia servidora para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Nomear a servidora **Leonizia Reimundo**, portadora do CPF n° ******739-02, para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II, símbolo CC-3A .

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 06 de outubro de 2026

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 06 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:287BEA17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE COMPRAS
2º AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ
2º AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº. 84/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, ELÉTRICA, VIDRAÇARIA, TAPEÇARIA, E PINTURA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS NOVOS, PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS PESADOS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
COMUNICO que, em virtude do pedido de impugnação da empresa Germano Pneus Ltda, após a reanálise do instrumento convocatório, a Secretaria requisitante identificou a necessidade de alteração do prazo de entrega dos objetos previstos no Lote 02 do Edital.
O edital retificado poderá ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná, no endereço www.campinagrandedosul.pr.gov.br, na opção Transparência –

Licitações, bem como no site do sistema eletrônico de julgamento ComprasBR, no endereço www.comprasbr.com.br
Nova data de abertura: 26/10/2026.
Horário de abertura: 09:00 horas.
Local da realização: Sistema Eletrônico ComprasBR - www.comprasbr.com.br.
Valor Máximo: R$ 1.116.500,00 (um milhão, cento e dezesseis mil e quinhentos reais).
Critério de julgamento: Maior Percentual de Desconto.
Dúvidas enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br ou entrar em contato pelo número: (41) 3162-7000.

Campina Grande do Sul, 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:D8C07365

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº. 20/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa nº 20/2026
Processo nº 228/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Dispensa n°. 20/2026, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 COLCHÃO PNEUMÁTICO HOSPITALAR COM COMPRESSOR DE PRESSÃO ALTERNADA E 01 BERÇO HOSPITALAR, VISANDO AO ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE., em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
MEDCLEAN PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	04.895.143/0001-60	R$ 2.203,95

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)

Campina Grande do Sul, 11/09/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:7D8F70F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº041/2026

APROVA O MODELO DE ESTATUTO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS (APMF) DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO DO TENENTE – PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Orgânica Municipal**, e tendo em vista o disposto na **Constituição Federal de 1988**, na **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, na **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, no **Código Civil – Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**, e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, que estabelece a gestão democrática do ensino público;
CONSIDERANDO o disposto no art. 205 da Constituição Federal, que reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 12, 13 e 14 da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à articulação da escola com as famílias e a comunidade e à gestão democrática do ensino público;
CONSIDERANDO o disposto no art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura aos pais ou responsáveis o direito de ter ciência do processo pedagógico e participar da definição das propostas educacionais;
CONSIDERANDO as disposições do Código Civil – Lei Federal nº 10.406/2002, relativas às pessoas jurídicas de direito privado e às associações, especialmente os arts. 44 e 53 a 61;
CONSIDERANDO a importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática da educação pública;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a integração entre escola, família e comunidade, promovendo a participação coletiva nos processos de planejamento, acompanhamento e desenvolvimento das ações educacionais;
CONSIDERANDO a importância das Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMFs) como entidades representativas da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para o fortalecimento da gestão democrática;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e padronizar as orientações relativas à organização, ao funcionamento e às atribuições das APMFs das instituições de ensino da Rede Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a legislação vigente aplicável às associações civis, à educação pública e à gestão democrática do ensino;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o modelo orientador de Estatuto das Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMFs) das instituições de ensino da Rede Municipal de Educação de Campo do Tenente – PR, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O modelo de Estatuto tem por finalidade orientar a organização administrativa, a composição, as competências, o funcionamento e as responsabilidades das APMFs, respeitando a legislação vigente e as particularidades de cada instituição de ensino.

Art. 3º A adoção do Estatuto pelas APMFs deverá observar os procedimentos de discussão, aprovação e alteração em assembleia, conforme as disposições legais e estatutárias aplicáveis, bem como os procedimentos necessários ao respectivo registro.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação orientar e acompanhar as instituições de ensino quanto à implementação do modelo de Estatuto, promovendo o fortalecimento da participação da comunidade escolar e da gestão democrática.

Art. 5º As APMFs já constituídas deverão avaliar a adequação de seus estatutos ao modelo aprovado, promovendo, quando necessário, as alterações pertinentes, mediante deliberação de seus associados e observância das exigências legais.

Art. 6º Os casos omissos relacionados à orientação administrativa e pedagógica serão acompanhados pela Secretaria Municipal de Educação, respeitadas a autonomia das associações e as disposições legais aplicáveis.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, 01 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:FA65FE26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº1209/2026 (ORIGEM DO PROJETO DE LEI Nº010/2026)

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Campo do Tenente, como política pública permanente destinada a assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada, promovendo a aprendizagem, a equidade educacional e a melhoria da qualidade da educação básica da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração entre o Município, o Estado do Paraná e a União, observadas as diretrizes:
•da Constituição Federal;
•da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
•da Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
•da Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos;
•da Estratégia Alfabetiza Juntos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
•do Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2026-2036 (Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026);
•do Plano Municipal de Educação de Campo do Tenente.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
•a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
•o regime de colaboração entre os entes federativos;
•a promoção da equidade educacional, considerando as diferenças sociais, culturais, econômicas, étnico-raciais, territoriais e de inclusão;
•a valorização da avaliação como instrumento de diagnóstico, acompanhamento e melhoria da aprendizagem;
•a formação continuada dos profissionais da educação;
•a utilização de evidências científicas e indicadores educacionais para subsidiar as decisões pedagógicas;
•a garantia de condições pedagógicas adequadas para o processo de alfabetização.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
•elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
•assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
•contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação;
•fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
•promover a utilização de tecnologias educacionais no processo de alfabetização;
•incentivar a socialização de experiências pedagógicas exitosas;
•reconhecer e disseminar boas práticas de gestão e de ensino;
•fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
•implementar ações permanentes de recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES

Art. 5º São diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
•priorizar a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
•promover práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, escrita, oralidade, escuta, compreensão leitora e produção textual;
•fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares;
•oferecer assistência técnico-pedagógica às equipes escolares;
•acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos estudantes;
•implementar ações permanentes de recomposição das aprendizagens;
•incentivar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
•fortalecer a participação das famílias no processo educativo;
•promover ações articuladas entre a pré-escola e o 1º ano do Ensino Fundamental;
•assegurar práticas pedagógicas inclusivas aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

CAPÍTULO V
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º São público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
•as crianças matriculadas na pré-escola;
•os estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI
DOS AGENTES RESPONSÁVEIS

Art. 7º Participam da implementação da Política Municipal de Alfabetização:
•a Secretaria Municipal de Educação;
•os gestores municipais;
•os diretores escolares;
•as equipes pedagógicas;
•os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
•os demais profissionais da educação;
•a comunidade escolar e as famílias.

CAPÍTULO VII
DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida mediante:
•definição de orientações curriculares;
•estabelecimento de metas de aprendizagem;
•formação continuada dos profissionais da educação;
•disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos;
•utilização de avaliações diagnósticas, formativas e externas;
•monitoramento contínuo da aprendizagem;
•desenvolvimento de programas de recomposição das aprendizagens;
•utilização de indicadores educacionais para planejamento e tomada de decisões;
•incentivo ao uso de metodologias e tecnologias educacionais inovadoras;
•fortalecimento das ações de transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 9º O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização compreenderá:
•acompanhamento periódico dos resultados de aprendizagem;
•análise de indicadores educacionais;
•sistematização de dados por estudante, turma e unidade escolar;
•avaliação da efetividade das ações implementadas;
•utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas;
•acompanhamento das avaliações internas e externas.

CAPÍTULO IX
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
•coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
•elaborar o Documento Orientador da Execução da Política Municipal de Alfabetização e demais normas complementares necessárias à sua execução;
•promover formação continuada dos profissionais da educação;
•acompanhar e avaliar os resultados obtidos;
•estabelecer parcerias institucionais necessárias ao fortalecimento da política;
•divulgar periodicamente indicadores e resultados da alfabetização no Município.

CAPÍTULO X
DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 11. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio do Documento Orientador da Execução da Política Municipal de Alfabetização do Município de Campo do Tenente, elaborado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação, com acompanhamento do Conselho Municipal de Educação, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º O Documento Orientador estabelecerá as diretrizes técnicas, pedagógicas e operacionais necessárias à implementação, ao monitoramento e à avaliação da Política Municipal de Alfabetização, devendo contemplar, no mínimo:
•o diagnóstico da realidade educacional do Município;
•os objetivos, as metas e os indicadores de aprendizagem;
•as estratégias pedagógicas para a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
•as ações de formação continuada dos profissionais da educação;
•as estratégias de inclusão e de atendimento às necessidades específicas dos estudantes;
•os mecanismos de monitoramento e avaliação da aprendizagem;
•as formas de articulação com as famílias, a comunidade escolar e demais instituições parceiras;
•o planejamento anual das ações, com definição dos responsáveis por sua execução.

§ 2º O Documento Orientador poderá contemplar outros eixos, estratégias e instrumentos necessários ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.

§ 3º O Documento Orientador será atualizado sempre que necessário ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização ou em razão de alterações na legislação educacional aplicável.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 13. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, (PR), 06 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:026B457B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 786/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 21.947,00 (Vinte e um mil, novecentos e quarenta e sete reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ **21.947,00** (Vinte e um mil, novecentos e quarenta e sete reais), como segue:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
15.451.1009.2.003 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	4759,00
TOTAL			**4759,00**

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
20.608.1010.2.041 – manut. ativ. secretaria de agricultura e abastecimento			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	2.504,00
TOTAL			**2.504,00**

ÓRGÃO: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
19.126.1029.2.208 – PREFEITURA DIGITAL			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	8.765,00
TOTAL			**8.765,00**

ÓRGÃO: 17 - CONTROLADORIA GERAL			
Unidade: 01 – CONTROLADORIA GERAL			
08.244.1008.2.055 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	500,00
TOTAL			**500,00**

ÓRGÃO: 02 - GABINETE			
Unidade: 01 – GABINETE			
04.122.1002.2.002 – MANUT. DA CHEFIA DE GABINETE			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	2.915,00
TOTAL			**2.915,00**

ÓRGÃO: 18 - PROCURADORIA MUNICIPAL DO MUNÍCIPIO			
Unidade: 01 – PROCURADORIA MUNICIPAL DO MUNÍCIPIO			
02.61.1002.2.056 – MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO			
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	2.504,00
TOTAL			**2.504,00**

Art. 2º- Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 21.947,00** (Vinte e um mil, novecentos e quarenta e sete reais), proveniente da fonte:**0000.**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 06 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:BCD0E433

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 787/2026

Republicado por haver incorreção.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 14 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
04.122.1038. 2.048 - MANUT. FOLHA DE PAG. - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	80.000,00
TOTAL			**80.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), proveniente da fonte: 0000.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 06 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:A50B6E23

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.511/2026

Altera o inciso IV do artigo 13 da Lei Municipal nº 948, de 11 de outubro de 2017, para adequar as atribuições do cargo de Consultor Jurídico às decisões do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Supremo Tribunal Federal.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso IV do artigo 13 da Lei Municipal nº 948, de 11 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. ...

IV - Consultor Jurídico:
a) Prestar assessoramento e consultoria jurídica direta e exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo;
b) Elaborar pareceres, estudos e minutas de informações em matérias submetidas à análise e decisão pessoal do Prefeito Municipal;
c) Realizar, por determinação expressa do Prefeito, estudos de temas jurídicos específicos para subsidiar a formulação de políticas públicas e atos de gestão;
d) Exercer outras atividades de assessoramento direto e natureza estritamente consultiva que lhe forem pessoalmente atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, vedada a representação judicial ou extrajudicial do Município e a prática de atos de execução de advocacia pública."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 06 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:AD5E0EE5

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.512/2026

Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC no Município de Campo Magro, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§1º O Fundo constitui instrumento de captação e aplicação de recursos financeiros destinados às ações de proteção e defesa civil no Município.

§2º O FUMPDEC terá duração por prazo indeterminado.

Art. 2º. O FUMPDEC tem por finalidade financiar ações de:

I – prevenção, projetos e ações voltados à redução de riscos de desastres;
II – mitigação de riscos;
III – preparação para emergências;
IV – resposta a desastres;
V – assistência às populações atingidas;
VI – recuperação de áreas afetadas;
VII – aquisição de equipamentos, materiais e estrutura necessários às atividades de proteção e defesa civil;
VIII - capacitação de agentes e voluntários de defesa civil.

Art. 3º. Constituem receitas do FUMPDEC:

I – dotações consignadas no orçamento do Município;
II – créditos adicionais;
III – transferências da União;
IV – transferências do Estado;
V – transferências provenientes de fundos de natureza similar;
VI – transferências realizadas na modalidade fundo a fundo provenientes do Estado ou da União;
VII – auxílios, subvenções, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas;
VIII – rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

IX – créditos extraordinários abertos em decorrência de situação de emergência (SE) ou calamidade pública (ECP);
X – outros recursos que lhe forem legalmente destinados.

§1º. Os recursos do FUMPDEC não substituem as dotações orçamentárias próprias do Município destinadas às ações de proteção e defesa civil.

§2º. Os recursos do FUMPDEC destinam-se exclusivamente ao financiamento e custeio de ações, projetos e programas finalísticos de proteção e defesa civil, ficando expressamente vedada a utilização dos recursos do FUMPDEC para o pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais da administração pública permanente.

Art. 4º. Os recursos do FUMPDEC serão depositados e movimentados em conta bancária específica, vinculada exclusivamente ao Fundo.

§1º A contabilidade do Fundo será realizada pelo setor competente da administração municipal.

§2º O saldo financeiro apurado ao final de cada exercício será transferido para o exercício seguinte.

Art. 5º. O FUMPDEC será administrado na forma dos parágrafos seguintes, observada a estrutura de gestão política, financeira e operacional.

§1º A gestão do Fundo observará a seguinte estrutura:

I – gestão política, exercida pelo Prefeito Municipal;
II – gestão financeira, realizada pela Secretaria Municipal responsável pela contabilidade e finanças;
III – gestão operacional, exercida pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§2º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil será responsável por:

I – propor ações financiadas pelo Fundo;
II – executar ações emergenciais;
III – elaborar relatórios de execução;
IV – acompanhar os resultados das ações realizadas.

Art. 6º. Os recursos do FUMPDEC serão acompanhados por Conselho Diretor.

§1º O Conselho Diretor será composto por representantes de:

I – Gabinete do Prefeito;
II – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – Secretaria Municipal de Fazenda;
V – Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente;
VI - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Setor de Engenharia.

§2º A participação no Conselho Diretor será considerada serviço público relevante e não remunerado.

§3º A composição, funcionamento e atribuições do Conselho poderão ser regulamentados por ato do Poder Executivo.

§4º Compete ao Conselho Diretor:

I – acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo;
II – estabelecer critérios de priorização das ações;
III – fiscalizar a execução das ações financiadas;
IV – analisar relatórios de execução financeira.

§5º Declarada situação de emergência ou estado de calamidade pública devidamente homologadas, as deliberações do Conselho Diretor e os procedimentos para liberação e aplicação dos recursos do FUMPDEC adotarão rito sumário e simplificado, exigindo-se no momento da crise apenas os requisitos indispensáveis para o pronto atendimento.

Art. 7º. Na aplicação dos recursos do Fundo o Município deverá:

I – executar ações de proteção e defesa civil;
II – atender populações atingidas por desastres;
III – promover a identificação e cadastro das famílias afetadas, quando necessário;
IV – manter registros administrativos, financeiros e operacionais das ações executadas.

Art. 8º. A aplicação dos recursos do FUMPDEC estará sujeita à prestação de contas aos órgãos de controle competentes, observadas as normas da legislação financeira e de responsabilidade fiscal.

Art. 9º. Em caso de dissolução ou encerramento do FUMPDEC, seus recursos serão incorporados ao patrimônio do Município e aplicados em ações de proteção e defesa civil.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 06 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:A9DCEF19

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.513/2026

Ratifica a Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral (COIN-GM), nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral - COIN-GM, aprovada em assembleia ordinária em 27 de abril de 2026 e publicada no Diário Oficial do Estado em data de 27 de maio de 2026, documento este que faz parte integrante da presente lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 12 de junho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1B8724A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 05/2026 – SEMEC

Institui Comissão de Apuração e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE CAMPO MAGRO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir **Comissão de Apuração** destinada a proceder à análise e à apuração dos fatos constantes no **Protocolo nº 6176/2026**, relacionados ao servidor **G. P.**, bem como das circunstâncias e eventuais responsabilidades deles decorrentes.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Apuração:

I – **Simone Martinez Camargo**, matrícula nº **3121**, na função de **Presidente**;
II – **Jaqueline Ferrazza Gonçalves**, matrícula nº **3389**, na função de **Membro**;
III – **Marilia Aleiz**, matrícula nº **3079**, na função de **Membro**.

Art. 3º Compete à Comissão realizar as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, podendo solicitar documentos, informações, registros, esclarecimentos, depoimentos e demais elementos que considerar pertinentes à apuração.

Art. 4º No desenvolvimento dos trabalhos, a Comissão deverá observar o caráter reservado das informações e documentos que, por sua natureza, não sejam de divulgação pública, resguardando os direitos dos envolvidos e observando a legislação aplicável.

Art. 5º Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar **relatório conclusivo**, contendo a descrição das diligências realizadas, os fatos apurados e, quando cabível, a indicação de eventuais responsabilidades e das providências administrativas recomendadas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando aplicáveis.

Art. 6º A Comissão terá o prazo de **30 (trinta) dias** para conclusão dos trabalhos, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação, mediante justificativa devidamente fundamentada.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, em 06 de outubro de 2026.

ALECSANDRA JAREK BOZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Decreto n°051/2025

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:045BF3B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 486/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ZENILDA DE FATIMA PEREIRA CAPPELLI WACHTEL**, brasileira, inscrita no CPF nº 086.xxx.xxx-35, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM CONTABILIDADE**, nomeada pela Portaria nº 229/2025, matrícula nº 4107-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria de Planejamento, **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, conforme os artigos nº 100 e 105 – lei Complementar nº 032/2017, Parágrafo 2º por um período de 30 (trinta) dias.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 30 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:54DA583B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 487/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância para apurar os fatos relatados no **Memorando** n°2.407/2026.
Art. 2º Nomear Comissão de Sindicância, a qual será composta pelos seguintes membros:
INDIANARA SIMEONI VASSELECHEN – Agente Administrativo
FABIANA CARMEN DE CARLI – Psicologa
SILVESTRE GONÇALVES FERREIRA FILHO – Técnico Segurança do Trabalho
Art. 3º A presente C.P.S. ficará sob a presidência da Sra. **INDIANARA SIMEONI VASSELECHEN** e reunir-se-á por convocação da mesma.
Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:A631077B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 488/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE
Art. 1º Nomear **COMISSÃO PARA REALIZAR A PROVA DE CONCEITO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS REGISTRADORES BIOMETRICOS E SISTEMA DE GESTÃO DE PONTO BIOMETRICO A SER CONTRATADO ATRAVÉS DO PREGÃO N° 068/2026**, a qual será composta pelos seguintes membros:
ANNA KAROLLYNA LOPES DE OLIVEIRA – Diretor de Departamento
ANTONY RICARDO MACHADO – Diretor de Departamento
KAUANE CRISTINA DA SILVA – Agente Administrativo
Art. 2º A presente Comissão ficará sob a Presidência da Sra. **KAUANE CRISTINA DA SILVA**, e se reunirá sob convocação da mesma.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 06 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:C8C99887

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.370/2026

CONTRATANTE: Município de Candói, Estado do Paraná.
CONTRATADA: MARCOS BRISTOT – CNPJ nº 59.623.754/0001-40.

OBJETO: Contratação de empresa para realização de Palestra Show com Marcos Bristot e Marco Marssaro, no evento alusivo ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, contemplando apresentação artística, reflexões, dinâmicas, interação com o público e música ao vivo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais).
DATA DA APRESENTAÇÃO: 22 de outubro de 2026, às 14h00.
LOCAL: Centro do Idoso de Candói, Avenida Heraclides Mendes de Araújo, s/n, Parque do Lago, Bairro Pioneiros, Candói/PR.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados da publicação do instrumento contratual.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 2820 – 09.001.08.122.0006.2037 – 3.3.90.39.00.00 – Fonte 0000; e 3510 – 09.005.08.241.0006.2050 – 3.3.90.39.00.00 – Fonte 0000.
AUTORIZAÇÃO: Aldoino Goldoni Filho – Prefeito Municipal.
DATA DA AUTORIZAÇÃO: 06 de outubro de 2026.

Candói/PR, 06 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:59E17BAD

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO CONTRATO Nº 135/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.370/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: AGGIORNARE ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA - CNPJ sob o nº 34.798.600/0001-69.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social - PTS, incluindo planejamento, leitura técnico-comunitária, comunicação social, validação participativa, execução das ações previstas nos eixos temáticos, elaboração de relatórios, meios de verificação e demais produtos necessários ao acompanhamento do Trabalho Social.
VALOR GLOBAL: R$ 63.000.00 (sessenta e três mil reais
VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 05/10/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C64B9048

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N.º 426/2026 DATA: 06-10-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 93 a 99 da Lei Municipal n.º 1.784/2012, de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder a servidora pública abaixo relacionada, Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses, nos períodos que mencionam.

MATRÍC.	SERVIDOR (A)	CARGO	INÍCIO	TÉRMINO
122541/1	Keilla Aparecida de Oliveira	Zelador(a)	06-10-2026	05-01-2027

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 06 de outubro 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:365C4730

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
INEX. 150/2026 - EXTRATO CTO 449/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 150/2026.

Processo Adm. Nº 278/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 72, inc.VI, 74, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 15.990,00 (quinze mil novecentos e noventa reais), a favor da empresa ***ACQUAMANIA-WATERMANIA PARQUES DE DIVERSÃO LTDA (ACQUAMANIA RESORT)***, pessoa jurídica de direito privado, sita à BR-469, 7120, KM 12, Bairro Tamandua, CEP: 85.863-000, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 81.170.441/0001-33, para aquisição de 130 (cento e trinta) ingressos de acesso ao "Parque Aquamania Foz", com combo de alimentação incluso, destinados à realização de atividade turística para pessoas idosas do município de Capitão Leônidas Marques/PR, nos termos do "Programa Viaja Mais 60 Paraná", conforme Deliberação n. º 24/2023-CEDI-PR, visando promover lazer, inclusão social, convivência, bem-estar e valorização da pessoa idosa, em atendimento a solicitação nº 326/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 449/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 150/2026.
Processo Adm. nº 278/2026.
Solicitação Nº 326/2026.

***Fundamentação*:** Artigo 72, inc.VI, 74, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: ACQUAMANIA-WATERMANIA PARQUES DE DIVERSÃO LTDA (ACQUAMANIA RESORT), pessoa jurídica de direito privado, sita à BR-469, Remanso Grande, 7120, CEP: 85.863-000, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 81.170.441/0001-33, neste ato representada por *EDILSON ANDRADE.*

OBJETO: aquisição de 130 (cento e trinta) ingressos de acesso ao "Parque Aquamania Foz", com combo de alimentação incluso, destinados à realização de atividade turística para pessoas idosas do município de Capitão Leônidas Marques/PR, nos termos do "Programa Viaja Mais 60 Paraná", conforme Deliberação n. º 24/2023-CEDI-PR, visando promover lazer, inclusão social, convivência, bem-estar e valorização da pessoa idosa, em atendimento a solicitação nº 326/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

VALOR: R$ 15.990,00 (quinze mil novecentos e noventa reais).

LOCAL DO EVENTO: Parque Aquamania Foz, Av. das Cataratas, 7120, Foz do Iguaçu – PR.

DATA DA VISITA: 24 ou 27 de novembro de 2026.

PAGAMENTO: Em até **05 (cinco) dias úteis**, após a efetiva disponibilização dos ingressos e dos combos de alimentação, bem como a apresentação da respectiva fatura/cobrança, acompanhada das CND do FGTS, Federal (Unificada), Municipal e Trabalhista devidamente válidas.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.
Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).
A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);
Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023).

VIGÊNCIA*:* O prazo de vigência da contratação será de 02 (meses) dias a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021

Gestão e Fiscalização:
Gestor: Paula de Borba Julião – Secretária de Assistência Social e Cidadania
Fiscal: Ana Paula Neves Capeleti – Agente de Administração

DOTAÇÃO: **444 – 10.004.08.241.1032.2194.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ACQUAMANIA-WATERMANIA PARQUES DE DIVERSÃO LTDA
Contratada

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:8612B271

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
INEX. 151/2026 - EXTRATO CTO 450/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 151/2026.

Processo Adm. Nº 279/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 72, inc.VI, 74, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 9.112,50 (nove mil, cento e doze reais e cinquenta centavos), a favor da empresa ***CATARATAS DO IGUAÇU S/A (AQUAFOZ)***, pessoa jurídica de direito privado, sita à Av. das Cataratas, 12860, Porto Meira, CEP: 85.855-643, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 03.119.648/0001-70, para aquisição de 135 (cento e trinta e cinco) ingressos **de visita autoguiada ao AquaFoz**, localizado em Foz do Iguaçu/PR, destinados à realização de atividade turística para pessoas idosas do Município de Capitão Leônidas Marques/PR. A atividade integra o **Programa Viaja Mais 60 Paraná**, conforme **Deliberação nº 24/2023 – CEDI-PR,** e tem como objetivo promover lazer, inclusão social, convivência, bem-estar e valorização da pessoa idosa. A ação conta com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 450/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 151/2026.
Processo Adm. nº 279/2026.
Solicitação Nº 327/2026.

***Fundamentação*:** Art. 72, inc. VI, art. 74, inc. I", ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: CATARATAS DO IGUAÇU S/A (AQUAFOZ), pessoa jurídica de direito privado, sita à Av. das Cataratas, 12860, Porto Meira, CEP: 85.855-643, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 03.119.648/0001-70, neste ato representada por *EVELYN VELOSO.*

OBJETO: Aquisição de 135 (cento e trinta e cinco) ingressos **de visita autoguiada ao AquaFoz**, localizado em Foz do Iguaçu/PR, destinados à realização de atividade turística para pessoas idosas do Município de Capitão Leônidas Marques/PR. A atividade integra o **Programa Viaja Mais 60 Paraná**, conforme **Deliberação nº 24/2023 – CEDI-PR,** e tem como objetivo promover lazer, inclusão social, convivência, bem-estar e valorização da pessoa idosa. A ação conta com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

VALOR: R$ 9.112,50 (nove mil, cento e doze reais e cinquenta centavos).

LOCAL DO EVENTO: Parque AquaFoz, Av. das Cataratas, 12860, Foz do Iguaçu – PR.

DATA DA VISITA: 27 de novembro de 2026.

PAGAMENTO: Em até **05 (cinco) dias úteis**, após a efetiva disponibilização dos ingressos e dos combos de alimentação, bem como a apresentação da respectiva fatura/cobrança, acompanhada das CND do FGTS, Federal (Unificada), Municipal e Trabalhista devidamente válidas.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.
Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).
A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO

PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);
Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023).

VIGÊNCIA*:* O prazo de vigência da contratação será de 02 (meses) dias a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Gestão e Fiscalização:
Gestor: Paula de Borba Julião – Secretária de Assistência Social e Cidadania
Fiscal: Ana Paula Neves Capeleti – Agente de Administração

DOTAÇÃO: **444 – 10.004.08.241.1032.2194.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

CATARATAS DO IGUAÇU S/A (AQUAFOZ)
Contratada

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:372A505E

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO CTO 451, 452 E 453/2026 CREDENC. 013 2026

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 451, 452 e 453/2026.

Ref. de Origem:
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 013/2026.
Inexigibilidade de Licitação Nº 127/2026.
Processo Adm. Nº 227/2026.
Solicitação Nº 260/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADAS: L G QUADRI RESTAURANTE LTDA, IVETE TEREZINHA TREVISAN LTDA e A LUCIETTO RESTAURANTE E LANCHONETE.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de pessoa jurídica para fornecimento futuro e eventual, de forma parcelada, de marmitas (refeições prontas acondicionadas em embalagem apropriada), visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques – PR, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 53.250,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta reais), sendo **R$ 17.750,00 (dezessete mil, setecentos e cinquenta reais)** para cada empresa contratada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 60 - 03.001.04.122.1004.2111.3.3.90.30.00;**
*** 284 - 07.001.27.812.1026.2156.3.3.90.30.00;**
*** 306 - 08.001.13.392.1027.2200.3.3.90.30.00;**
*** 415 - 10.001.04.122.1028.2184.3.3.90.30.00;**
*** 494 - 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.30.00;**
*** 511 - 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.30.00;**
*** 532 - 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.30.00;**
*** 551 - 16.001.22.661.1012.2218.3.3.90.30.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:25A4F855

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 101/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026.
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 46/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP e água mineral, destinados ao atendimento das necessidades das escolas e CMEIs da Rede Municipal de Ensino, e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação - SEMED, garantindo o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais, em atendimento a solicitação nº 306/2026 da Secretaria Municipal de Educação, e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 50.541,72 (cinquenta mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 29.10.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 29.10.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por item***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone: (45)3286-8400.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:B972B0DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 016/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

O Presidente do Legislativo Municipal o senhor Elton Hernandes Trindade – Presidente da Câmara, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações legais, a vista do parecer exarado pela procuradoria jurídica desta Casa.

RESOLVE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

Processo nº16/2026.
Licitação nº9/2026.
Modalidade: Inexigibilidade.
Data da homologação: 05 de outubro de 2026.
Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, de 06 (seis) inscrições para participação de vereadores da Câmara Municipal de Carlópolis no curso presencial Cumprimentos das Principais Determinações do TCE Orientações, Medidas de Correção e Penalidades ,nos dias 07, 08 e 09 de outubro 2026.

EMPRESA AUTORIZADA: UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 19.949.769/0001-89,

O prazo de vigência, iniciando-se em 07/10/2026 e com término em 09/10/2026.
Valor Total de: R$ 15.540,00. Quinze mil e quinhentos e quarenta reais.

Carlópolis, 05 de outubro de 2026

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:014CD341

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
REMARCAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026 PROCESSO: Nº 136/2026 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por Item, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de hora máquina, incluso todas as despesas necessárias à execução do trabalho, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 07 de outubro de 2026

Início da sessão de disputa de preços: às **08:30min do dia 22 de outubro de 2026**

Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 06 de outubro de 2026.

Publique-se.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:AB39AA2D

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 093/2026/DP

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação de ocupante de cargo em comissão e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, senhor Nilton Douglas de Meira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da Republica e pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis, resolve:

Art. 1º Nomear **RAFAELA CARRIEL DE SOUZA MACHADO**, inscrita no CPF sob o nº **032.XXX.XXX-08**, para exercer o cargo em comissão de **Diretora do Departamento da Mulher e da Igualdade Racial**, a partir de **07 de outubro de 2026**.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Pessoal que adote as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **07 de outubro de 2026**.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Carlópolis, 06 de outubro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:EC26F552

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 6/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº 6/2026
Processo Administrativo nº 92/2026
Tipo: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO E REFORÇO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO NECESSÁRIAS À LIGAÇÃO DE DUAS UNIDADES CONSUMIDORAS MUNICIPAIS, MEDIANTE PAGAMENTO DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO: PÁTIO DE MÁQUINAS MUNICIPAL – PROJETO Nº 1736698 / PROTOCOLO Nº 01.20264961508628; E POÇO ARTESIANO DA COMUNIDADE SANTA CRUZ – LINHA PERIN – PROJETO Nº 1704208 / PROTOCOLO Nº 01.20265684242393.

Sessão Pública: A empresa contratada será aquela que, ao final dos prazos de distribuição e disputa, for detentora da melhor proposta. A sessão pública será realizada no ambiente virtual do Portal de Compras do Governo Federal "Compras.gov.br", no dia 14/10/2026 às 09h00min e será conduzida pela Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado UASG 987497, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: https://catanduvas.govbr.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2 e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 06 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:1490E4C9

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 45/2026
Processo Administrativo nº 73/2026
Tipo: Menor Preço.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET, COM TRANSPORTE DE DADOS VIA FIBRA ÓPTICA COM TV, COM NO MÍNIMO, 500Mbps DE BANDA SIMÉTRICA (DOWNLOAD/UPLOAD) PARA SEREM UTILIZADOS POR TODAS AS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, SETORES DO MUNICÍPIO.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual do Portal de Compras do Governo Federal "Compras.gov.br", no dia 23/10/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado UASG 987497, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 06 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:A651AB69

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 296/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício de 2026, um crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do Art. 41º da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações Orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recurso	Valor
02.12.08.243.1201.6.026	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	21115	R$ 500,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos os provenientes do "Superávit Financeiro" apurado no último balanço, conforme preceitua o inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/64.

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 06 de Outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:1AD4357F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 07/10/2026 À 13/10/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,29
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 6,69
3	Litros	Diesel S10	R$ 7,29
4	Litros	Etanol	R$ 3,89
5	Litros	Gasolina comum	R$ 5,99

Catanduvas – PR, 06 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:B59EA748

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 367/2026.

Exonerar a partir de 01 de outubro de 2026, MARIA CECÍLIA FERNADES, portadora do CPF n° 061.***.***-09 e RG n° 8.***.***-7 SESP PR, do Departamento de Planejamento e Captação de recursos, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotada na Secretaria Municipal De Projetos .

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Exonerar a partir de 01 de outubro de 2026, MARIA CECÍLIA FERNADES, portadora do CPF n° 061.***.***-09 e RG n° 8.***.***-7 SESP PR, do Departamento de Planejamento e Captação de recursos, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotada na Secretaria Municipal De Projetos.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito, em 05 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:8880EC3A

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 368/2026.

Nomear a partir de 02 de outubro de 2026, MARIA CECÍLIA FERNADES, portadora do CPF n° 061.***.***-09 e RG n° 8.***.***-7 SESP PR, para o Cargo de Diretora do Departamento de Turismo, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotada na Secretaria Municipal De Turismo.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Nomear a partir de 02 de outubro de 2026, MARIA CECÍLIA FERNADES, portadora do CPF n° 061.***.***-09 e RG n° 8.***.***-7 SESP PR, para o Cargo de Diretora do Departamento de Turismo, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotada na Secretaria Municipal De Turismo.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito, em 05 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:DFB4C571

SECRETARIA DE GOVERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 06/2026
EDITAL Nº 03.06/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com amparo na Lei Orgânica do Município, e ainda, com fulcro no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante as condições estipuladas neste Edital, TORNA PÚBLICA o Deferimento das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 06/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Ficam DEFERIDAS as inscrições relacionadas deste edital, referente às inscrições dos candidatos de vagas destinadas à Ampla Concorrência (AC):

Tabela 1 – DENTISTA (AC)

Nome	DN
ALINE BELOTTE DE MORAES	06/03/1987
ANA PAULA BRANDÃO SILVA DE LIMA	11/10/1986
BRUNA APARECIDA TRIGUEIRO DOS SANTOS	12/02/1996
DIEGO HERTL DOS SANTOS	03/10/1990
ELIANA DA SILVA MACHADO	24/06/1977
ELIZABETE APARECIDA CAVALHEIRO DE MEIRA	04/05/1992
GIOVANNA ZARINA AGAR BILBAO ADAD	17/12/1964
LARISSA KRISTINE FERNANDES DE SOUZA	13/05/1992
LETICIA DA SILVA FITZ CASTRO	21/02/1998
MATHEUS DE ASSIS BESTEL	28/03/2001
MAYARA VITORIA DE ABREU SCHIPITOSKI	31/12/1999
PEDRO ALIPIO DE ALMEIDA MONTEIRO	14/11/1995
RAMYS CHAOUICHE LEAL	17/11/2000

Tabela 2 - ENFERMEIRO (AC)

Nome	DN
ALINE ROSNER	22/05/1985
CAROLINE DO CARMO AMANDO FAGUNDES BRAINE	13/04/1998
EDUARDO RENAN OSTEN CORTES DE ANDRADE	29/03/1991
GILSIMAR RIBEIRO DOS SANTOS	05/07/1983
JACIARA DO ROCIO DONATO BREINE	16/11/1989
JACQUELINE PRISCILA DA SILVA	02/08/1984
JEOVANA DE MATTOS DE MOURA E COSTA	16/06/2002
JESSICA TAYLINE RIBEIRO DA SILVA TEILO	29/06/1994
JOCELIA COSTA BENTORIM	12/06/1987
KAREN WHUINY RICCI CORDEIRO	02/02/2001
LETICIA CRISTINA COSTA BELEMER	01/07/1996
MARIA CLAUDIA COSTA	10/10/1981
MONIKE JARDIM SANTOS	07/06/1999
RAMILSON PATRIKE JUNIOR ALPES	15/11/1993
SANTIAGA DO CARMO CHAMBERLAIM	22/10/1992

Tabela 3 - FARMACÊUTICO (AC)

Nome	DN
EDUARDO RENAN OSTEN CORTES DE ANDRADE	29/03/1991
KAYNÃ MEIRA COUTINHO	27/09/2004
PRISCILA DE SOUSA OLIVEIRA	28/07/1989

Tabela 4 - Inscrições FISIOTERAPEUTA (AC)

Nome	DN
DEISSY ALVAS CAMARA	19/05/1997
GABILLY LAIS PLATNER	08/11/1998
LOIANE LETICIA RIBEIRO	18/01/2005
PALOMA CRISTINE DE OLIVEIRA NAVARETE	15/03/1993

Tabela 5 - NUTRICIONISTA (AC)

Nome	DN
GISELLI ABE	12/11/1981
ANI CAROLI PAULUS	02/02/1994

Tabela 6 - Inscrições MÉDICO VETERINÁRIO (AC)

Nome	DN
LUDIMYLA PASSOS SILVA	10/12/1991
PATRICIA GUIMARAÊS MEDEIROS	23/10/1993

Tabela 7 - PSICÓLOGO (AC)

Nome	DN
BEATRIZ WUCHER	11/04/2023
PRISCILA ROCIER CHAMBERLAIM	17/04/1998
THAYNÁ BOMFIM TOLARI	23/03/1999

Tabela 8 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA (AC)

Nome	DN
ALINE CRISTIANE OLIVEIRA DA ROSA DO NASCIMENTO	11/03/1995
CRISTINA PLATNER DE CARVALHO	01/07/1997
JOÃO ANGELO ERAT SCRIMIM	19/04/2002

Art.2º Ficam INDEFERIAS as inscrições relacionadas deste edital, referente às inscrições dos candidatos as vagas destinadas à Ampla Concorrência (AC):
Tabela 9 - Inscrições MÉDICO VETERINÁRIO (AC)

Nome	DN
IZABELLA AKEMY BANCHO (INDEFERIDO)	04/02/1998
O candidato não apresentou, no interior do envelope de inscrição, o **Formulário de Solicitação de Inscrição devidamente preenchido e assinado**, documento obrigatório para a formalização da inscrição, conforme estabelecido nos itens **5.8.1, 5.10 e 5.11.3, alínea "a"**, do Edital de Abertura nº 01.06/2026 do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 006/2026. O Edital determina expressamente que o envelope individualizado deve conter o referido formulário e a documentação exigida.	

Tabela 10 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA (AC)

Nome	DN
VALDIR DE OLIVEIRA JUNIOR (INDEFERIDO)	31/07/1995
INDEFERIDO – Ausência do Formulário de Solicitação de Inscrição. O candidato não apresentou, no interior do envelope de inscrição, o **Formulário de Solicitação de Inscrição devidamente preenchido e assinado**, documento obrigatório para a formalização da inscrição, conforme estabelecido nos itens **5.8.1, 5.10 e 5.11.3, alínea "a"**, do Edital de Abertura nº 01.06/2026 do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 006/2026. O Edital determina expressamente que o envelope individualizado deve conter o referido formulário e a documentação exigida.	

Art.3º Ficam DEFERIDAS as inscrições relacionadas deste edital, referente às inscrições dos candidatos as vagas reservadas às pessoas pretas e pardas (PP):
Tabela 11 – DENTISTA (PP)

Nome	DN
GIOVANNA ZARINA AGAR BILBAO ADAD	17/12/1964

Tabela 12 - Inscrições MÉDICO VETERINÁRIO (PP)

Nome	Data de Nascimento
PATRICIA GUIMARAÊS MEDEIROS	23/10/1993

Tabela 13 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA (PP)

Nome	Data de Nascimento
CRISTINA PLATNER DE CARVALHO	01/07/1997

Art.4º Ficam INDEFERIDAS as inscrições relacionadas deste edital, referente às inscrições dos candidatos as vagas reservadas às pessoas pretas e pardas (PP):
Tabela 14 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA (PP)

Nome	Data de Nascimento
ALINE CRISTIANE OLIVEIRA DA ROSA DO NASCIMENTO	11/03/1995
INDEFERIDO PARA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS PRETAS E PARDAS – Ausência de Autodeclaração. O candidato não apresentou a **Autodeclaração de Pessoa Preta ou Parda**, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, documento exigido para concorrer às vagas reservadas. Nos termos dos itens **7.2, 7.3 e 7.3.4** do Edital de Abertura nº 01.06/2026, a ausência da opção e da respectiva autodeclaração implica o não enquadramento do candidato na reserva de vagas para pessoas pretas e pardas, permanecendo sua participação pela ampla concorrência, quando cabível.	

Art.5º Fica aberto o prazo para interposição de recurso contra o indeferimento das inscrições no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 006/2026, **nos dias 08 e 09 de outubro de 2026**, conforme estabelecido no Anexo II – Cronograma de Execução do Edital de Abertura nº 01.06/2026.

§ 1º O recurso deverá ser apresentado exclusivamente por meio eletrônico, mediante envio

para o endereço **psssmscerroazul@gmail.com,** utilizando-se o formulário constante do Anexo VI – Requerimento de Recurso, devidamente preenchido e fundamentado. O Edital estabelece que o recurso deve indicar a discordância que o fundamenta e conter os dados de identificação do candidato.
§ 2º Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo estabelecido, sem fundamentação ou em desacordo com a forma prevista no Edital, sendo considerada, para fins de tempestividade, a data de envio eletrônico do recurso.
§ 3º Caso o candidato esteja inscrito em mais de um cargo, deverá apresentar recurso individualizado para cada cargo, não sendo admitida a apresentação conjunta de recursos.
§ 4º A homologação das inscrições, após a análise dos recursos interpostos, ocorrerá em 12 de outubro de 2026, conforme o cronograma estabelecido no Edital.
Art.6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 06 de outubro de 2026.

Comissão Especial de Seleção de Pessoal Portaria n° 637/2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:455163E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1275, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROZIMERI DA GUIA RIBAS, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADORA SOCIAL 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1275, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Rozimeri da Guia Ribas, ocupante do cargo de Educadora Social 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública Municipal senhora Rozimeri da Guia Ribas sendo ocupante do cargo de Educadora Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº493/2026, o pagamento de 1 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba– PR, no dia 30 de setembro do ano em curso para acompanhar paciente de menor em atendimento médico. Saida as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 05 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8B7D001F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1276, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1276, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº492/2026, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 30 de setembro do ano em curso, para acompanhar paciente de menor em tratamento. Saída as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 05 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:CA7EB92F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1277, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4 (QUATRO) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1277, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de Motorista 4 (quatro) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº444/2026, o pagamento de 04 (quatro) diárias no valor de R$ 290,32 (duzentos e noventa reais e trinta e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 23 e 29 setembro e 01 e 05 de outubro do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 05 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:9D82B997

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N.º 07/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 31/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 31/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso das suas atribuições legais, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do objeto da Dispensa Eletrônica nº 07/2026 (Processo Administrativo nº 31/2026), realizada para a aquisição de equipamentos de tecnologia e escritório, compreendendo 01 (uma) Smart TV de 32 polegadas e 01 (uma) fragmentadora de papel, destinados a suprir as necessidades estruturais e administrativas desta Casa Legislativa, de acordo com as especificações e condições constantes no Aviso de Dispensa e no Termo de Referência, bem como a **ADJUDICAÇÃO** do objeto, no que se refere ao **Item 01 (Fragmentadora de papel)** em favor da empresa **52.593.201 AUGUSTO LUCAS DE SOUZA ROCHA**, CNPJ nº **52.593.201/0001-43**, que apresentou a melhor proposta válida e habilitada, com o valor global total de **R$ 1.559,00** (um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais), e declarando o **Item 02 (Smart TV 32 polegadas)** como **fracassado**, em virtude da desclassificação de todas as propostas remanescentes conforme as regras do edital.
As empresas vencedoras e os envolvidos ficam obrigados a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Clevelândia – PR, 06 de outubro de 2026

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCENCIO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:9853B491

GABINETE
DECRETO N°237/2026

DECRETO N°237/2026

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:
Art. 1° Luto Oficial de três dias, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da servidora, Senhora, **Loredete Barbieri Gonçalves.**

Art. 2° Durante esse período de luto oficial fica determinado que a Bandeira Municipal fique hasteada a meio mastro.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:0D308AEF

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 78/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - 34/2026
Processo Administrativo: 78/2026
A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, nomeada pelo(a) Portaria - 485/2025, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 21 de outubro de 2026, ás 08:30:00 horas, na Plataforma digital BLL, a reunião
de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 34/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico.
Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua integra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 14.133/2021.
Finalidade:
Registro de Preços para futura "Aquisição de materiais elétricos destinados à decoração e ornamentação das festividades natalinas do Município de Clevelândia" pelo prazo de 12 (doze)
meses.
Clevelândia - PR,6 de outubro de 2026

Responsável

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:B36CA8DC

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 69/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - 35/2026
Processo Administrativo: 69/2026
A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, nomeada pelo(a) Portaria - 485/2025, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 22 de outubro de 2026, ás 08:30:00 horas, na Plataforma digital BLL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 35/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico.
Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua integra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 14.133/2021.
Finalidade:
"Registro de Preços para futura e eventuais aquisições de materiais de limpeza para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos da Administração, nas especificações abaixo mencionadas, pelo período de 12(doze) meses.

Clevelândia - PR,6 de outubro de 2026

Responsável

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:9413128F

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 040/2026
INEXIGIBILIDADE: 16/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Processo Administrativo: 040/2026
Inexigibilidade: 16/2026
Tipo Objeto: Compras e serviços
Despacho da Senhora Prefeita Municipal
Em face a informação prestada pelo Departamento Contábil, quanto à existência de dotação orçamentária, para fazer frente à obrigação decorrente da contratação comentada no Termo de Referência em anexo, e levando em conta a legalidade do ato, exteriorizada através do respectivo parecer jurídico anexo ao processo, que declarou Inexigibilidade de licitação a contratação sob análise, com fulcro na lei Lei Federal 13.019/2014; Artigo 31; Dispositivo II; a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei RATIFICO a contratação da empresa denominada ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CLEVELÂNDIA - APAE, inscrita no CNPJ/MF sob n° 78.686.128/0001-48, na cidade de Clevelândia, Estado Paraná, por intermédio de processo de Inexigibilidade de licitação, visando Outros, Pelo valor global de R$100.000,00 (cem mil reais);
Publique-se.

Clevelândia, 06 de outubro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal
CPF/CNPJ: 041.336.149-76

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:2534705D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
EXTRATO DA DISPENSA Nº 05/2026

Protocolo:	Nº 20261060
Processo:	N° 870/2026
Contratante:	Câmara Municipal de Colombo – Paraná CNPJ: 79.093.241/0001-82 Rua Francisco Busato, 8005 --–– Centro -------– Colombo — PR.
Contratada:	INNON TELECOM LTDA CNPJ sob nº 13.784.762/0007-63 Rua José Leal Fontoura, 843 - Centro, Colombo – PR.
Objeto:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conexão à internet, por meio de 01 (um) link IP dedicado de 150 Mbps e 02 (dois) links de 800 Mbps, em fibra óptica, e gerenciamento de acessos, com fornecimento de 02 (dois) gerenciadores de acesso e 08 (oito) Access Points Wi-Fi 6 em regime de comodato.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 21.364,92 (vinte e um mil,

	trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos), para 12 (doze) meses (R$ 1.780,41 por mês).
Dotação Orçamentaria:	Classificação de despesa: Despesas de Teleprocessamento — Dotação orçamentária nº: 3339040970000000000
Embasamento Legal:	Artigo 75, II – Lei nº 14.133/2021

Colombo, 06 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:B457C6EC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO N.º 041/2026

EXTRATO N.º 041/2026 -TERMO DE CESSAO DE SERVIDOR
CEDENTE: Município de Colombo/Pr.
CESSIONARIO: Municipio de Curitiba
OBJETO: Disposição Funcional mediante permuta das servidoras Marcia Regina Oliveira Volochen e Cristiane Terezinha Leal de Souza.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Colombo, 05 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Helder Luiz Lazarotto e Eduardo Pimentel Slavie

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:62E257A2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 820/2026

PORTARIA N.º 820/2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por meio do art. 27, inciso XVII da Lei Municipal n.º 1.363/2014, com redação dada pela Lei Municipal n.º 1.811/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 210 da Lei Municipal n.º 1.348/2014, para apurar os fatos narrados **no processo n.º 31199/2026**.
Parágrafo único. Tendo em vista a necessidade de preservação da imagem do(a) servidor(a) acusado(a), seu nome não consta na presente portaria, mas deverá ser expressamente mencionado pela comissão processante na ata de instalação, que servirá de contrafé, juntamente com a descrição dos fatos e capitulações legais que embasam o presente processo.

Art. 2º. Considerando que, através da Portaria n.º 789/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/09/2025, edição 3390, o prefeito municipal constituiu comissão permanente para processo e julgamento dos processos administrativos disciplinares, fica a referida comissão designada para a condução do presente processo disciplinar.

Art. 3º. A comissão processante terá a incumbência de apurar todos os fatos de maneira minuciosa, promovendo as medidas previstas em lei para tal fim, garantindo ao servidor indiciado o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa, devendo concluir os trabalhos no prazo de 90 (noventa) dias, contados do termo de instalação, prorrogáveis por igual período, a critério da autoridade que determinou a instauração, conforme art. 213 da Lei Municipal n.º 1.348/2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo, em 23 de setembro de 2026.

LEANDRO MASCHIO
Secretário Municipal de Administração Interino
Portaria n.º 746/2026

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F99BA2DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 860/2026

PORTARIA N.º 860/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora abaixo relacionada, para atuar como Conselheira Tutelar Suplente, a partir do dia 01 de outubro de 2026, conforme segue:

Patricia Pianaro Silveira, CPF n.º 020.XXX.XXX-33;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 06 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F02ACE42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 861/2026

PORTARIA N.º 861/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor **VICTOR GABRIEL BARTH SCHIERLING**, portador do CPF n.º 116.XXX.XXX-38**,** para o cargo de Diretor Executivo, vinculado á Secretaria Municipal da Juventude, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art.2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 06 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F64C058F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 862/2026

PORTARIA N.º 862/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora **WALESKA REYS PEDROSO DOS SANTOS,** portadora do CPF n.° 040.XXX.XXX-XX, para o cargo de Coordenadora de Assuntos Metropolitanos, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art.2º – Nomear o senhor **EURICO MARTINS DE OLIVEIRA,** portador do CPF n.° 876.xxx.xxx-xx, para o cargo de Gestor do Núcleo de Apoio de Eventos, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art.3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 06 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4EAC4D4C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 863/2026

PORTARIA N.º 863/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder a Servidora Pública Municipal **MARCIA REGINA OLIVEIRA VOLOCHEN**, CPF n.° 005.XXX.XXX-75, que prestará serviços junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, com a Servidora Pública Municipal de Curitiba mediante **permuta, CRISTIANE TEREZINHA LEAL DE SOUZA**, CPF n.° 019.XXX.XXX-82, Professora, que irá prestar serviços na Prefeitura Municipal de Colombo, ambas com carga horária de 20 horas semanais no período de 13 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2027.

Art. 2º - As cedências serão realizadas com ônus para os locais de origem;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 06 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:662340F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 864/2026

PORTARIA N.º 864/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 438/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 041/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva (assistência técnica), de telefonia IP em nuvem, com disponibilização de telefones IP, softphones, sistema de gravação, sistema de URA (Unidade de Resposta Audível), canais SIP, headsets USB e treinamento técnico; e contratação de solução integrada de colaboração e comunicação corporativa, em ambiente de nuvem, na modalidade de software como serviço continuado (SaaS), focada em mensageira interna e salas virtuais de reunião e de ensino integradas ao VoIP, para atendimento aos diversos órgãos do Município de Colombo-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência do edital, conforme segue:

Gestor do Contrato:
Douglas Jefferson da Silva, matrícula n.º 4.188.

Fiscal de Contrato:
Jean Fellipe Sgoda Colli, matrícula n.º 17.813;

Fiscal Técnico:
Helenildo De Lima Arrais, matrícula n.º 5.980.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 06 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F4B8F202

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 020/2026

ERRATA DO RESULTADO

O Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Resolve corrigir e dar publicidade do resultado do procedimento licitatório dirigido pelo Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 477/2026, referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 020/2026, cujo objeto consiste na Cessão Parcial onerosa de uso de área delimitada do Parque Municipal da Uva, com direito à exploração comercial das áreas cedidas e execução das obrigações operacionais vinculadas à realização da 60ª Festa da Uva de Colombo, a ser realizada nos dias 28, 29, 30 e 31 de janeiro de 2027, no Parque Municipal da Uva, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 8771, Município de Colombo/PR, conforme condições e exigências estabelecidas em edital.
Onde se lê:
RESULTADO: FRACASSADA

Leia -se:
RESULTADO: DESERTA

Dê-se publicidade.

Colombo, 06 de outubro de 2026

JERONIMO STRAPASSON
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:6CDC7B50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 438_2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

Processo: 9047/2026

Contratante: Município de Colombo/PR – Secretário de Planejamento, Inovação e Tecnologia.
Contratada: 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.238.297/0001-89.
Fiscalização: A Gestão do presente Contrato será de responsabilidade do Sr. Douglas Jefferson da Silva, matricula nº 4188, Fiscal Técnico Sr. Helenildo de Lima Arrais, matricula nº 5980, Fiscal Administrativo Sr. Jean Fellipe Sgoda Colli, matrícula nº 17.813.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva (assistência técnica), de tele-fonia IP em nuvem, com disponibilização de telefones IP, softphones, sistema de gravação, sistema de URA (Unidade de Resposta Audível), canais SIP, headsets USB e treinamento técnico; e contratação de solução integrada de colaboração e comunicação corporativa, em ambiente de nuvem, na modalidade de software como serviço continuado (SaaS), fo-cada em mensageria interna e salas virtuais de reunião e de ensino integradas ao VoIP, para atendimento aos diversos órgãos do Município de Colombo-PR.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 114 da Lei n° 14.133, de 2021.
Local e data de emissão: Colombo, 28 de setembro de 2026.
Assinatura: Ademir Alberti Chaves Garcia.

Publicado por:
Jéssica Cristina Pontes Dos Santos
Código Identificador:09F36C3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025

Processo: 33395/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: TEC LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.951.085/0001-86.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) em equipamentos de refrigeração e eletrodoméstico, com fornecimento de mão de obra e peças originais do fabricante, para atender as necessidades das Unidades de Ensino e demais Setores mantidos pela Prefeitura Municipal de Colombo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do edital.
Valor: O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 112.999,70 (cento e doze mil novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA nº 1882/2025.
Prorrogação: O presente termo aditivo prorroga a vigência da Ata de Registro de Preços por mais 6 (seis) meses, compreendendo o período de 11 de setembro de 2026 a 10 de março de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 08 de setembro de 2026.
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto – Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Cristina Pontes Dos Santos
Código Identificador:A759382B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE CANCELAMENTO Nº 001/2026, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 412/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025

Processo: 38730/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias.
Contratada: GLOBAL BRANDS COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.308.817/0001-70.
Objeto: O presente termo tem como objeto o CANCELAMENTO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 412/2025, celebrada entre o Município de Colombo e a empresa GLOBAL BRANDS COMÉRCIO LTDA em 10 (dez) de novembro de 2025, referente a Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Local e data de Cancelamento: Colombo, 06 de outubro de 2026.
Assinatura: Ismailin Schrotter

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:C99B4E29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE CANCELAMENTO Nº 001/2026, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025Nº 0872026 -

Processo: 40586/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias.
Contratada: **EGC COMERCIO E ATACADISTA DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.768.037/0001-98.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de **Periféricos e Peças de Informática** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Colombo/PR.
Local e data de Cancelamento: Colombo, 06 de outubro de 2026.
Assinatura: Ismailin Schrotter

Publicado por:
Jéssica Cristina Pontes Dos Santos
Código Identificador:1F8DBC58

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12/2025

Súmula: Altera o art. 13 da Instrução Normativa nº 12/2025, que trata dos procedimentos, prazos e critérios para a remoção e transferência de servidores efetivos e estáveis da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito do Município de Colombo.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente e,

Art. 1º. Fica alterado o parágrafo único art. 11 e o art.13 da Instrução Normativa nº 12/2025, nos seguintes termos:

Nova redação:

Parágrafo único. Os processos não atendidos serão encerrados e arquivados até o dia 10 de março do ano subsequente.

Nova redação:

Art. 13. Os servidores contratados sob o regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS), nos termos da Lei Municipal nº 1.244/2011, poderão solicitar transferência de unidade, mediante processo administrativo, observados os critérios e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.
§1º A solicitação de transferência dos servidores contratados sob o regime de PSS será analisada pela Coordenação de Recursos Humanos da SEMED, que verificará a necessidade de cobertura de afastamentos e a possibilidade de atendimento da solicitação, considerando a organização e as demandas das unidades escolares.
§2º A solicitação de transferência de servidor contratado sob o regime de PSS não gera direito à movimentação, ficando seu deferimento condicionado à necessidade administrativa de cobertura de afastamentos e à disponibilidade de lotação compatível com o contrato e com as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

§3º Não havendo necessidade de cobertura de afastamentos ou não sendo possível o atendimento da solicitação, o processo será encerrado e arquivado até o dia 10 de março do ano subsequente.
§4º As contratações realizadas por meio do regime PSS têm caráter temporário e rotativo, destinando-se prioritariamente à cobertura de afastamentos de servidores efetivos e ao atendimento das demandas emergenciais.

Art. 2º. Esta alteração entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Marianna Fraga Jager
Código Identificador:D0D80471

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 01351

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). ALDO ROBERTO DA ROCHA, CPF/CNPJ nº 173.011.490-34 que V.Sª foi autuado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9 no Processo Administrativo Ambiental 39160/2026.

O valor da multa foi arbitrado em: 12,85 UFC (doze virgula oitenta e cinco unidades Fiscais Municipais) e cumprir coma as seguintes obrigação (ões):

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:50F2EC2B

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
DESTINAÇÃO DE WINDBANNERS APREENDIDOS NO PERÍODO ELEITORAL

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA aos(às) candidatos(as) às Eleições de 2026 cujos itens de publicidade (windbanners) foram apreendidos e que não manifestaram posteriormente interesse na restituição dos objetos, que estes serão devidamente descaracterizados e reciclados imediatamente.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:AC68A31B

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE LOTE

O(a) senhor(a) RICARDO DUARTE GUIMARAES proprietário(a) do imóvel inscrição imobiliária 02.02.273.0086 situado a RUA HONESTA CAVALLI Colombo/PR, para que providencie a limpeza, a roçada e o cercamento, do(s) terreno(s) mencionado (s), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital. bem como, dar destinação adequada aos resíduos provenientes de tais operações. o não cumprimento dentro do prazo determinado acarretará ao(s) proprietário(s) a pena de multa, nos termos da lei 1377/2015 artigos. 7° e 9°. (ndo-061)

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:48507631

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 153/2026 - ERRATA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 238/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 153/2026 - ERRATA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 238/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSO ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº01/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA **VALOR:** R$ 32.508,33
CONTRATADA: VIVER EM MOVIMENTO SOLUCOES EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA **- CNPJ:** 33.397.367/0001-40
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 05/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:2937D1DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 154/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 154/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MERENDEIRA ATRAVÉS DE CHAMADA PUBLICA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 3.3.90.39.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
VALOR: R$ 30.504,00
CONTRATADA: LENI DE JESUS NASCIMENTO DOS SANTOS DE OLIVEIRA - CNPJ: 62.604.526/0001-38
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 05/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:460B1D7B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 17 de junho de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de outubro de 2024, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir o cargo e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
81°	JAQUELINE MORAES DE OLIVEIRA

Obs.: 49° vaga.

Contenda, 06 de outubro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames
laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;
p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Relação de empregos anteriores, na forma de apresentação de Extrato – CNIS, emitido em portal específico do INSS, no seguinte endereço eletrônico: https://meu.inss.gov.br/#/login;
r) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
s) Declaração de bens (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
t) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
u) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
v) O (a) candidato (a) convocado (a) para vagas reservadas a candidatos Afrodescendentes, deverá apresentar, fotografias coloridas, datadas e tiradas há menos de um mês. Conforme Art.2º. da Instrução Normativa Nº 001/2025 – Comissão de Heteroidentificação.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município de Contenda o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

- Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• A avaliação médica e psicológica será agendada conforme orientação do Departamento de Recursos Humanos.

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:5A84B886

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
MUNICIPIO DE CONTENDA –PR - LEI 968/2005

RESOLUÇÃO Nº 006/2026 CMDPI

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação da prestação de contas referente ao repasse: Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Contenda/PR no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 968 de 02 de agosto de 2005;

CONSIDERANDO a Deliberação 015/2022 CEDI/PR Incentivo de garantia de Direitos à pessoa idosa – Centro de Convivência;

CONSIDERANDO a prestação de contas anual do ano de dois mil e vinte e cinco;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 06 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a prestação de contas do Incentivo de garantia de Direitos à pessoa idosa – Centro de Convivência, referente ao ano de 2025;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 06 de outubro de 2026.

JÉSSICA SIMIONI DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Município de Contenda/PR

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:5FC3A877

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
MUNICIPIO DE CONTENDA –PR - LEI 968/2005

RESOLUÇÃO Nº 007/2026 CMDPI

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação da prestação de contas referente ao repasse: Incentivo Parana Viaja Mais 60 Del. 024/2023

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Contenda/PR no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 968 de 02 de agosto de 2005;

CONSIDERANDO a Deliberação 024/2023 referente ao Incentivo Paraná Viaja Mais 60;

CONSIDERANDO a prestação de contas anual do ano de dois mil e vinte e cinco;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 06 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a prestação de contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 referente a deliberação 024/2023, referente ao ano de 2025;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 06 de outubro de 2026.

JÉSSICA SIMIONI DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Município de Contenda/PR

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:C6D44E4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 008/2026 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
MUNICIPIO DE CONTENDA –PR - LEI 968/2005

RESOLUÇÃO Nº 008/2026 CMDPI

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação da prestação de contas referente ao repasse: Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Contenda/PR no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 968 de 02 de agosto de 2005;

CONSIDERANDO a deliberação 034/2024 referente ao Incentivo Paraná Viaja Mais 60- Fase II;

CONSIDERANDO a prestação de contas anual do ano de dois mil e vinte e cinco;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 06 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a prestação de contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60- Fase II, referente a deliberação 034/2024, referente ao ano de 2025;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 06 de outubro de 2026.

JÉSSICA SIMIONI DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Município de Contenda/PR

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:FA2FB391

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 016/2026 – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 016/2026 – CMAS

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do repasse referente ao Piso Único de Assistência Social-PAS para o ano de 2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Contenda, Estado do Paraná, no uso das competências e de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 647/95 e alterações,

CONSIDERANDO o Piso Único de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Plano de Ação para o ano de 2027, para atendimentos e execução de serviços, projetos e programas realizados;

CONSIDERANDO a reunião ordinária, do Conselho Municipal de Assistência – CMAS, realizada em 06 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação para o exercício de 2027 referente a Deliberação nº059/2023/CEAS/PR - Piso Único de Assistência Social, no valor do repasse de 105.000,00 (cento e cinco mil reais);

Art. 2º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação

Contenda, 06 de outubro de 2026.

ALEXANDRE PANIAGUA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:17A54C8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 017/2026 – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 017/2026 – CMAS

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do termo de adesão referente ao repasse Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência - DELIB 55/2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Contenda, Estado do Paraná, no uso das competências e de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 647/95 e alterações,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 055/2024 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR, que dispõe sobre o repasse de recursos fundo a fundo para o atendimento das requisições para acolhimento institucional de Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência de 18 a 59 anos, advindas de Municípios de Pequeno Porte I e II;

CONSIDERANDO a importância da adesão a esta deliberação para a ampliação e qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a reunião ordinária, do Conselho Municipal de Assistência – CMAS, realizada em 06 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão e o plano de ação do Município de Contenda-PR à Deliberação nº 055/2024 – CEAS/PR, para o ano de 2027, comprometendo-se a cumprir os procedimentos, prazos, critérios e condições estabelecidas para o recebimento e aplicação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social

Art. 2º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação

Contenda, 06 de outubro de 2026.

ALEXANDRE PANIAGUA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:44727CCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9141

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 9141/2026, de 05 de outubro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3677/2026, de 05 de outubro de 2026
DECRETA

Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **10.080.000,00 (dez milhões e oitenta mil reais**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.15.482.0030.1.100	Habitação		
4.4.90.51	Obras e Instalações	10107-OC	9.828.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10107-OC	252.000,00
TOTAL			10.080.000,00

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I – Receitas provenientes de operações de crédito autorizadas pela Lei Municipal nº 3676/2026, de acordo com a discriminação a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR AUTORIZADO
10107	CAIXA/MCIDADES-OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONSTRUÇÃO DE 48 UNIDADES HABITACIONAIS - PROGRAMA PRÓ-MORADIA	10.080.000,00

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:6388FAF7

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9143

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 9143/2026, de 05 de outubro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3679/2026, de 05 de outubro de 2026
DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0500	Secretaria Municipal da Educação, da Cultura e do Desporto		
0503	Departamento do Desporto		
0503.27.812.0018.1.025	Modernização e Estruturação do Esporte		
4.4.90.51	Obras e Instalações	2081-EA	400.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2081-EA	30.000,00
TOTAL			430.000,00

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, através do Fundo Estadual do Esporte, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE - DELIBERAÇÃO 001/2026-CEE - INVESTIMENTOS	FEE/CEE	2081	430.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			430.000,00

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:667CEBC9

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3677-2026 - CASAS PRO MORADIA CAIXA

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
LEI N.º 3677/2026, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências

Autoria: Executivo Municipal
A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA** – Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO -** Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA** – Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de **R$ 10.080.000,00 (dez milhões e oitenta mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.15.482.0030.1.100	Habitação		
4.4.90.51	Obras e Instalações	10107-OC	9.828.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10107-OC	252.000,00
TOTAL			10.080.000,00

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I – Receitas provenientes de operações de crédito autorizadas pela Lei Municipal nº ....., de acordo com a discriminação a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR AUTORIZADO
10107	CAIXA/MCIDADES-OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONSTRUÇÃO DE 48 UNIDADES HABITACIONAIS - PROGRAMA PRÓ-MORADIA	10.080.000,00
TOTAL		10.080.000,00

Art. 3º) – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:7F04D1DB

CONTABILIDADE PMCV
LEI 3679-2026 - CEE-ESPORTE INVESTIMENTOS 2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

LEI N. º 3679/2026, de 05 de outubro de 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 3487/2025 (PPA 2026 a 2029), nº 3488/2025 (LDO para 2026) e nº 3545/2025 (LOA para 2026) e dá outras providências

Autoria: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial** e a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores no **PPA -** Plano Plurianual para 2026 a 2029, aprovado pela Lei Municipal nº 3487/2025, de 25 de junho de 2025, na **LDO -** Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 aprovada pela Lei Municipal nº 3488/2025, de 25 junho de 2025 e na **LOA** - Lei Orçamentária Anual para 2026, aprovada pela Lei Municipal nº 3545/2025, de 28 de novembro de 2025, no valor de **R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)**, conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0500	Secretaria Municipal da Educação, da Cultura e do Desporto		
0503	Departamento do Desporto		
0503.27.812.0018.1.025	Modernização e Estruturação do Esporte		
4.4.90.51	Obras e Instalações	2081-EA	500.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2081-EA	50.000,00
TOTAL			550.000,00

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:

I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Estadual, através do Fundo Estadual do Esporte, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE - DELIBERAÇÃO 001/2026-CEE - INVESTIMENTOS	FEE/CEE	2081	550.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			550.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:3195CE17

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026
TIPO MENOR PREÇO - POR LOTE – LOTES 32, 35 a 41 E 43 EXCLUSIVO PARA ME/EPP – DEMAIS LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 08/10/2026 até às 08h do dia 23/10/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 23/10/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 23/10/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 3.087.876,28. Prazo de vigência: 01 ano. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Depto. de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:FECBE4D0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026
TIPO MENOR PREÇO - POR LOTE – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE SONDAGEM, TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 08/10/2026 até às 08h do dia 23/10/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 23/10/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 23/10/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 1.948.313,30. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Depto. de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:56C45FEC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 02 ao Contrato nº 61/2025 – Concorrência Eletrônica nº 09/2025. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: IMPONENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ nº 04.379.027/0001-98. Fica reajustado o valor contratual pelo índice INCC, correspondente ao percentual acumulado de 6,4405%, no período de julho de 2025 a julho de 2026, resultando no acréscimo de R$ 174.442,58 ao valor contratual. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 05 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:F2BD8D56

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 03 ao Contrato nº 37/2025 – Concorrência Eletrônico nº 02/2025. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: NOGALE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 30.972.275/0001-58. Fica acrescido o valor de R$ 6.757,47 a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de fato superveniente de natureza tributária, caracterizado pela edição da Lei Complementar Municipal nº 070/2025, que, a partir de 1º de janeiro de 2026, revogou a sistemática de dedução presumida de 40% da base de cálculo do ISSQN incidente sobre os serviços de construção civil. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:5576EE9A

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR
CMDI RESOLUÇÃO 12/2026

CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA CORONEL VIVIDA – PR
RESOLUÇÃO Nº 12/2026
O CMDI – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2800/2017, e, Deliberação em Plenária realizada na data de 06 de outubro de 2026:
CONSIDERANDO:
A deliberação 019/2023 do CEDI – PR, a qual dispõe sobre o recurso para o desenvolvimento de projetos, programas e ações para a implementação de serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da população idosa.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do **Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023**, referente ao período denominado "Anual 2025 – 01/01/2025 até 31/12/2025".
Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.
Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026.

MARIA ODETE JACQUES MENEZES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:C137E160

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR
CMDI RESOLUÇÃO 13/2026

CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA CORONEL VIVIDA – PR
RESOLUÇÃO Nº 13/2026
O CMDI – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2800/2017, e, Deliberação em Plenária realizada na data de 06 de outubro de 2026:
CONSIDERANDO:
A Deliberação nº 015/2022 – CEDI/PR, a qual dispõe repasse de recursos na modalidade fundo a fundo para a execução de projetos, programas e serviços para o atendimento de pessoas idosas, aprimoramento do controle social e fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná, conforme Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003– Estatuto da Pessoa Idosa;
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do **FINAL do Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência**.
Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.
Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026.

MARIA ODETE JACQUES MENEZES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:7E414E72

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR CMDI RESOLUÇÃO 14/2026

CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA CORONEL VIVIDA – PR
RESOLUÇÃO Nº 14/2026
O CMDI – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2800/2017, e, Deliberação em Plenária realizada na data de 06 de outubro de 2026:
CONSIDERANDO:
A deliberação 024/2023 do CEDI – PR, a qual dispõe sobre o Incentivo ao projeto Paraná Viaja Mais 60, promoção e fomento ao turismo, lazer, cultura e direitos da população idosa.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas **FINAL** do **Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023**.
Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.
Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026.

MARIA ODETE JACQUES MENEZES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:C5B179F9

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR CMDI RESOLUÇÃO 15/2026

CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA CORONEL VIVIDA – PR
RESOLUÇÃO Nº 15/2026
O CMDI – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2800/2017, e, Deliberação em Plenária realizada na data de 06 de outubro de 2026:
CONSIDERANDO:
A Deliberação 034/2024 do CEDI – PR, a qual dispõe sobre recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o Projeto "Viaja Mais 60 – Fase II", como cofinanciamento com a finalidade promover a inclusão social da pessoa idosa por meio do fomento das atividades turísticas, incentivando o seu bem-estar e o desenvolvimento econômico das Regiões Turísticas Paranaense.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do **Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024,** referente ao período denominado "Anual 2025 - Do pagamento até 31/12/2025".
Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.
Coronel Vivida, 06 de outubro de 2026.

MARIA ODETE JACQUES MENEZES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:73E5EC30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
RESOLUÇÃO Nº 08/2026

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

SÚMULA: Altera e reestrutura a Seção I do Capítulo "Dos Procedimentos e Controle" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste/PR, que dispõe sobre o processo de apreciação e julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e regimentais, aprova a seguinte:
RESOLUÇÃO:
Art. 1º - A Seção I do Capítulo "Dos Procedimentos e Controle" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste/PR, compreendendo os arts. 170, 171, 172, 173 e 174, passa a vigorar com a seguinte redação:
DOS PROCEDIMENTOS E CONTROLE
SEÇÃO I
DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO

Art. 170 - Recebido o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR sobre a prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo Municipal, o Presidente da Câmara, independentemente de leitura em Plenário, adotará, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, as seguintes providências:
I – determinará a autuação do Parecer Prévio e dos documentos que o acompanham em processo próprio, preferencialmente em meio eletrônico;
II – determinará a publicação de comunicação do seu recebimento no veículo oficial de publicação da Câmara Municipal e no site eletrônico oficial do Poder Legislativo, com indicação do meio de acesso ao processo;
III – disponibilizará aos Vereadores acesso integral ao Parecer Prévio e aos documentos encaminhados pelo Tribunal de Contas;
IV – remeterá o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, responsável pela condução da instrução;
V – determinará a disponibilização pública das contas, do Parecer Prévio e dos documentos que o instruem, na forma prevista neste artigo.
§ 1º O procedimento previsto nesta Seção destina-se à apreciação e ao julgamento, pela Câmara Municipal, da prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo submetida ao Poder Legislativo mediante Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal.
§ 2º A instrução e o julgamento observarão o objeto e os escopos de fiscalização definidos no processo de prestação de contas e no Parecer Prévio do TCE-PR, abrangendo, quando neles contemplados, aspectos orçamentários, contábeis, financeiros e patrimoniais, bem como avaliações de políticas públicas e demais matérias expressamente examinadas pelo Tribunal.
§ 3º As contas de gestão, tomadas de contas especiais e demais processos nos quais o Prefeito figure como ordenador de despesas submetem-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas, inclusive quanto à imputação de débito e à aplicação de sanções administrativas fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pela Câmara Municipal, preservadas as competências constitucionalmente atribuídas ao Poder Legislativo Municipal para os efeitos previstos na legislação eleitoral, quando cabíveis, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
§ 4º No prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do processo pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, qualquer Vereador poderá encaminhar pedido escrito de informações ou esclarecimentos sobre itens determinados da prestação de contas, cabendo à Comissão deliberar sobre as providências necessárias à instrução.
§ 5º As contas, o Parecer Prévio e os documentos que compõem o processo ficarão à disposição da sociedade pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento do Parecer Prévio pela

Câmara Municipal, em local de fácil acesso e no site eletrônico oficial do Poder Legislativo.
§ 6º Durante o prazo previsto no § 5º, qualquer contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas mediante manifestação escrita e identificada, acompanhada, quando existentes, dos elementos que a fundamentem.
§ 7º Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização realizar o juízo de admissibilidade das manifestações de que trata o § 6º, admitindo no processo de julgamento somente aquelas relacionadas aos escopos analisados no Parecer Prévio do TCE-PR.
§ 8º Os fatos ou documentos apresentados por cidadãos que não integrem o objeto ou os escopos do Parecer Prévio não serão utilizados para ampliar o objeto do julgamento das contas anuais, sem prejuízo de sua autuação em procedimento próprio pela Câmara Municipal e de eventual encaminhamento ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público ou a outro órgão competente.
§ 9º Quando o Parecer Prévio abranger matéria relacionada às atribuições de Comissão Permanente temática da Câmara Municipal, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, administração financeira, previdência, transparência ou outras políticas públicas avaliadas pelo TCE-PR, o processo será encaminhado à respectiva Comissão para manifestação instrutória, limitada à matéria de sua competência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
§ 10. As manifestações das Comissões temáticas terão natureza instrutória e serão encaminhadas à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, a quem compete consolidar a instrução e apresentar o parecer conclusivo.
§ 11. Salvo disposição expressa em contrário, os prazos processuais previstos nesta Seção serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
§ 12. O prazo constitucional de disponibilização das contas à sociedade previsto no § 5º será contado em dias corridos.
Art. 171 - Recebido o processo pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, esta promoverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a notificação formal do Prefeito ou ex-Prefeito responsável pelas contas, dando-lhe ciência do início do processo de julgamento no Poder Legislativo.
§ 1º A notificação será acompanhada ou indicará meio de acesso à íntegra do Parecer Prévio e dos documentos que compõem o processo e assegurará ao responsável o prazo de 20 (vinte) dias úteis para apresentação de defesa escrita, documentos e indicação fundamentada das provas ou diligências que entenda necessárias.
§ 2º A notificação será realizada por meio idôneo que permita comprovar a ciência do responsável, podendo ocorrer pessoalmente, por correspondência com aviso de recebimento, por meio eletrônico com comprovação de entrega ou por outro meio admitido pelo ordenamento jurídico.
§ 3º Frustrada a notificação pelas formas ordinárias e encontrando-se o responsável em local incerto ou não sabido, a notificação será feita mediante edital publicado por 2 (duas) vezes no veículo oficial de publicação da Câmara Municipal, iniciando-se o prazo de defesa no primeiro dia útil subsequente à última publicação.
§ 4º O prazo de defesa poderá, uma única vez, ser prorrogado por igual período, mediante requerimento fundamentado apresentado antes de seu término, quando a complexidade da matéria, o volume documental ou outra circunstância objetivamente demonstrada justificar a prorrogação, cabendo à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização decidir o pedido.
§ 5º A ausência de defesa, quando regularmente realizada a notificação, não impedirá o prosseguimento do processo e não importará presunção de veracidade dos fatos, devendo o julgamento permanecer fundamentado nos elementos constantes dos autos.
§ 6º Para instrução do processo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização poderá:
I – requisitar informações, documentos e esclarecimentos aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
II – determinar diligências e exames complementares relacionados ao objeto do Parecer Prévio;
III – realizar vistorias, quando necessárias;
IV – solicitar manifestação técnica dos órgãos da Câmara Municipal, respeitadas suas atribuições institucionais;
V – realizar reuniões ou audiências públicas destinadas ao esclarecimento de matérias compreendidas no objeto do processo.
§ 7º As requisições expedidas pela Comissão indicarão de forma objetiva as informações ou documentos solicitados e o prazo para atendimento, observado o princípio da razoabilidade e, quando cabível, o resguardo de informações legalmente protegidas.
§ 8º As audiências realizadas no âmbito do processo de julgamento das contas serão públicas e terão divulgação prévia no site eletrônico oficial da Câmara, com indicação do objeto, data, horário e local de sua realização, devendo ser assegurado, sempre que tecnicamente possível, registro audiovisual e posterior disponibilização em canal oficial do Legislativo.
§ 9º Surgindo, durante a instrução, fato, documento, manifestação de Comissão temática, contribuição admitida de cidadão ou outro elemento relevante que não tenha sido anteriormente submetido ao responsável e que possa influenciar desfavoravelmente o julgamento, será assegurado ao Prefeito ou ex-Prefeito prazo de 10 (dez) dias úteis para manifestação complementar.
§ 10. Encerradas as diligências, concluídas as manifestações das Comissões temáticas e transcorrido o período de participação social previsto no art. 170, § 5º, o responsável será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar alegações finais escritas, pessoalmente ou por intermédio de procurador legalmente constituído.
Art. 172 - Apresentadas as alegações finais ou transcorrido o respectivo prazo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização terá 15 (quinze) dias úteis para emitir parecer conclusivo e apresentar ao Plenário o respectivo Projeto de Decreto Legislativo, propondo a aprovação ou rejeição das contas.
§ 1º O parecer conclusivo da Comissão e o Projeto de Decreto Legislativo deverão conter, no mínimo:
I – relatório, com a identificação do exercício financeiro, do responsável pelas contas, síntese do Parecer Prévio do TCE-PR, da defesa, das manifestações de cidadãos admitidas, das Comissões temáticas, das diligências realizadas e dos demais elementos relevantes da instrução;
II – fundamentação, com a análise dos fatos e fundamentos jurídicos relevantes para a formação do convencimento;
III – dispositivo ou conclusão, contendo proposta clara de aprovação ou rejeição das contas e sua relação com a conclusão constante do Parecer Prévio do Tribunal de Contas.
§ 2º O Projeto de Decreto Legislativo será submetido a 2 (duas) discussões e votações, em sessões distintas, assegurado aos Vereadores amplo debate sobre a matéria.
§ 3º Não serão admitidas emendas que introduzam fatos novos estranhos ao objeto do processo ou fundamentos desfavoráveis ao responsável sobre os quais não tenha sido previamente assegurado o contraditório, admitindo-se alterações meramente redacionais ou destinadas à adequação formal do Decreto Legislativo ao resultado da votação.
§ 4º A inclusão do processo na Ordem do Dia será divulgada no veículo oficial de publicação e no site eletrônico da Câmara Municipal, sendo o Prefeito ou ex-Prefeito responsável formalmente notificado das datas das sessões de discussão e julgamento com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
§ 5º Na sessão destinada ao julgamento final, após a leitura ou apresentação do relatório da Comissão, será assegurado ao responsável pelas contas ou ao procurador por ele constituído o direito à sustentação oral pelo prazo de até 30 (trinta) minutos.
§ 6º As votações relativas ao julgamento das contas serão nominais, com chamada individual dos Vereadores e registro do voto de cada membro na ata da respectiva sessão.
§ 7º A decisão da Câmara Municipal deverá ser fundamentada, ainda que coincidente com o Parecer Prévio do Tribunal de Contas, podendo, nessa hipótese, adotar expressamente como razões de decidir os fundamentos constantes do Parecer Prévio e do parecer conclusivo da Comissão.
§ 8º Quando a decisão da Câmara Municipal divergir, total ou parcialmente, do Parecer Prévio do TCE-PR, deverão ser explicitadas de forma individualizada as razões de fato e de direito que sustentam a divergência, consideradas as conclusões técnicas do Tribunal, os argumentos apresentados pela defesa e os elementos produzidos na instrução.
§ 9º As razões que fundamentarem a divergência em relação ao Parecer Prévio deverão constar integralmente da ata da sessão de julgamento e do Decreto Legislativo que formalizar a decisão.

§ 10. Concluída a votação, o julgamento será formalizado por Decreto Legislativo, cuja redação deverá refletir fielmente o resultado e a fundamentação deliberados pelo Plenário.
Art. 173 - O processo de julgamento das contas deverá ser concluído pela Câmara Municipal no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado do recebimento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não correndo esse prazo durante o recesso parlamentar.
§ 1º O prazo estabelecido no caput constitui prazo de impulso e organização do procedimento e não implica aprovação ou rejeição automática das contas.
§ 2º Decorrido o prazo previsto no caput sem deliberação final, o processo será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária subsequente, com precedência sobre as demais matérias até a conclusão do julgamento, ressalvadas as proposições submetidas a prazo constitucional ou legal cuja inobservância possa produzir perda de competência, eficácia ou outro prejuízo jurídico.
§ 3º É expressamente vedado o julgamento ficto, a aprovação ou rejeição das contas pelo simples decurso de prazo ou a atribuição automática de efeitos ao Parecer Prévio pela omissão da Câmara Municipal.
§ 4º Nas sessões destinadas à discussão ou votação das contas, o Pequeno e o Grande Expediente serão reduzidos ao tempo total de 30 (trinta) minutos e a Ordem do Dia será destinada prioritariamente à matéria, observada a ressalva prevista no § 2º.
Art. 174 - O Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, seja para aprovar contas cuja rejeição tenha sido recomendada pelo Tribunal, seja para rejeitar contas cuja aprovação tenha sido recomendada.
§ 1º Não alcançado o quórum constitucional de 2/3 (dois terços) para a decisão divergente, prevalecerá a conclusão constante do Parecer Prévio do TCE-PR.
§ 2º Da decisão final do Plenário caberão Embargos de Declaração, a serem opostos pelo Prefeito ou ex-Prefeito responsável pelas contas, ou por procurador legalmente constituído, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da publicação do Decreto Legislativo, quando houver:
I – obscuridade;
II – contradição;
III – omissão sobre questão relevante submetida ao julgamento;
IV – erro material.
§ 3º Os Embargos de Declaração serão dirigidos ao Presidente da Câmara, que os encaminhará à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis e posterior submissão ao Plenário na primeira sessão subsequente.
§ 4º Os Embargos de Declaração não se destinam à rediscussão genérica do mérito, podendo a correção do vício modificar o resultado somente quando constituir consequência necessária do saneamento da omissão, contradição, obscuridade ou erro material, hipótese em que permanecerá aplicável o quórum constitucional previsto no caput.
§ 5º A oposição tempestiva dos Embargos de Declaração interrompe o prazo para a definitividade da decisão e para os encaminhamentos previstos neste artigo.
§ 6º Decorrido o prazo sem oposição de Embargos de Declaração ou concluído seu julgamento, a decisão será considerada definitiva no âmbito da Câmara Municipal.
§ 7º No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a definitividade da decisão, a Mesa Diretora:
I – encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná cópia do Decreto Legislativo, da ata da sessão de julgamento e dos demais documentos exigidos;
II – encaminhará ao Ministério Público do Estado do Paraná, no mesmo prazo, cópia do processo e do Decreto Legislativo quando houver rejeição das contas ou quando a decisão indicar fatos que possam demandar providências de sua competência;
III – promoverá, quando juridicamente cabível, as comunicações decorrentes da legislação eleitoral, sem atribuição de efeito eleitoral automático à decisão legislativa.
§ 8º O Decreto Legislativo, a ata ou resumo circunstanciado da sessão, o resultado da votação nominal, a fundamentação da decisão e os demais documentos públicos relevantes do processo serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao cidadão.
§ 9º O processo de julgamento das contas permanecerá disponível para consulta pública, inclusive após o encerramento do procedimento, observadas as restrições de acesso previstas em lei quanto a informações pessoais, sigilosas ou legalmente protegidas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste/PR, 05 de outubro de 2026.

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:D9F301AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2982/2026

DECRETO Nº 2982/2026

Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Diamante D'Oeste referente ao decênio 2026–2036 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e legais e em conformidade com a Legislação vigente:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;
CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;
CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º - Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Diamante D'Oeste, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:
I — Comissão Gestora;
II — Equipe Técnica;
III — Grupos de Trabalho (GTs).
Parágrafo único. As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.
Art. 2º A elaboração do Plano Municipal de Educação observará, no mínimo, as seguintes etapas:
I — instalação da governança;

II — formação inicial para a Comissão Gestora, a Equipe Técnica e os coordenadores dos Grupos de Trabalho;
III — elaboração de diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
IV — definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036 e com as especificidades locais;
V — consulta e validação social;
VI — elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
VII — encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO GESTORA
Art. 3º A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação
Art. 4º - Compete à Comissão Gestora:
I — coordenar o processo geral de elaboração do PME;
II — definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III — instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV — garantir a participação social e a transparência do processo;
V — validar o diagnóstico educacional do Município;
VI — deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII — aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VIII — acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX — articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação e com o Fórum Municipal de Educação;
X — assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI — designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII — definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
XIII — deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.
Art. 5º - A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:
I — 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
II — 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III — 1 (um) representante do Fórum Municipal de Educação, quando instituído;
IV — 1 (um) representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;
V — 1 (um) representante do Sindicato SISMUDI representativo dos servidores da educação municipal;
VI — 1 (um) representante da rede estadual de ensino com unidades no Município;
VII — 1 (um) representante da rede estadual de ensino com unidades Indígenas no Município;
§ 1º Cada uma das instituições referidas neste artigo indicará formalmente 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente.
§ 2º Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste Decreto.
§ 3º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.
§ 4º A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.
§ 5º As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.
§ 6º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III
DA EQUIPE TÉCNICA
Art. 6º - A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação
Art. 7º- Compete à Equipe Técnica:
I — levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II — elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III — analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV — apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V — orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI — sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
VII — garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII — elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX — padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X — assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI — subsidiar decisões com base em evidências.
Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.
Art. 8º- A Equipe Técnica será composta por, no mínimo, dois membros titulares, designados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação por meio de Portaria específica.
§ 1º A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I — estatísticas e indicadores educacionais;
II — planejamento e gestão pública;
III — orçamento público e financiamento da educação;
IV — elaboração de documentos técnicos e normativos;
V — currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.
§ 2º Poderão integrar a Equipe Técnica, como membros convidados, técnicos de outras secretarias municipais, representantes de instituições de ensino superior e especialistas.
§ 3º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.
§ 4º A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
§ 5º A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV
DOS GRUPOS DE TRABALHO
Art. 9º- Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.
Art. 10º- Compete aos Grupos de Trabalho:
I — analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II — identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III — contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV — propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V — participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI — submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.
Art. 11 – Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:
I — Educação Infantil;
II — Alfabetização e Ensino Fundamental;
III — Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV — Educação Integral e em tempo integral;
V — Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);

VI — Valorização dos Profissionais da Educação;
VII — Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII — Financiamento da Educação;
IX — Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais;
X — Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.
Parágrafo único. Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.
Art. 12 – Cada Grupo de Trabalho contará com:
I — 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II — 1 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.
§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.
§ 2º Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.
Art. 13 – A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.
§ 1º A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
§ 2º A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.
§ 3º Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.
§ 4º Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.
§ 5º A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicizada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
§ 6º A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS
Art. 14 – A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:
I — a Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II — os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III — a Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
IV — a Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
V — o texto validado é submetido a consulta pública e/ou audiência pública, quando assim deliberado pela Comissão Gestora;
VI — o documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.
Art. 15 – Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16 - As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.
Art. 17 – Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.
Art. 18- As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo suplementadas, se necessário.
Art. 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.
Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito do Município de Diamante D' Oeste

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:7A50363C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ADECADI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da ADECADI, Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto, CONVOCA os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de outubro de 2026, tendo como local a Rádio Comunitária Cidade Alta FM, sita. à Av. Paraná, s/n.º, Praça Sebastião Silveira, Centro, nesta cidade de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, às 19h00m, em primeira convocação, com a presença de 50% (cinqüenta por cento) mais um sócio, ou às 19h30m, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de sócios, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

Prestação de contas da atual Diretoria;

Eleição e posse da nova Diretoria e Conselho Comunitário.

O prazo para a inscrição de chapas encerra-se às 17:00 horas do dia 26 de outubro de 2026.

Diamante D'Oeste, 1.º de outubro de 2026

EDEMOR CECCHELE
Presidente/Adecadi

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:0AD608BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 739/2026
O Município de Diamante do Sul/PR torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Aviso de Licitação referente ao **Pregão Eletrônico nº 22/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos, destinados à Secretaria Municipal de Esportes de Diamante do Sul/PR**, para alteração da data de realização do certame.
ONDE SE LÊ:

Recebimento das propostas: até às **08h00min do dia 16 de outubro de 2026**.
Sessão pública: **16 de outubro de 2026, às 08h30min**.
LEIA-SE:
Recebimento das propostas: até às **08h00min do dia 19 de outubro de 2026**.
Sessão pública: **19 de outubro de 2026, às 08h30min**.
Permanecem **inalteradas as demais disposições** do Edital e de seus anexos.
Diamante do Sul/PR, 06 de outubro de 2026.

CRISTINA SANTOS NERI
Pregoeira

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:A7B2135F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a regularidade dos atos praticados no procedimento licitatório e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o resultado do **Pregão Eletrônico nº 19/2026**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTE DO SUL/PR**, em favor das seguintes empresas:
EMPRESA – VALOR TOTAL
ECO FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – **R$ 51.693,65**
BÉRITH COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – **R$ 8.840,40**
ODONTOSUL LTDA – **R$ 2.276,33**
ODONTOSHOW PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – **R$ 9.538,00**
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – **R$ 429,98**
DENTAL SPACE LTDA – **R$ 1.868,64**

Fica, portanto, adjudicado e homologado o objeto às empresas acima relacionadas, nos respectivos itens e valores constantes do resultado final do certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Diamante do Sul/PR, 06 de outubro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Diamante do Sul – Estado do Paraná.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Diamante do Sul/PR.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2026
Detentora: ECO FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 85.477.586/0001-32
Valor registrado: R$ 51.693,65.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2026
Detentora: BÉRITH COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 57.642.694/0001-88
Valor registrado: R$ 8.840,40.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2026
Detentora: ODONTOSUL LTDA
CNPJ: 04.971.211/0001-22
Valor registrado: R$ 2.276,33.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2026
Detentora: ODONTOSHOW PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 36.519.741/0001-20
Valor registrado: R$ 9.538,00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2026
Detentora: DENTAL MED PLUS LTDA-ME
CNPJ: 55.675.690/0001-70
Valor registrado: R$ 299,40.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2026
Detentora: ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 54.322.844/0001-88
Valor registrado: R$ 429,98.
Valor total das Atas nº 29 a 34/2026: R$ 73.077,76.
Vigência: 12 (doze) meses, contados da data estabelecida na respectiva Ata de Registro de Preços.
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Diamante do Sul/PR, 06 de outubro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:6F1C9F0B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DO CREDENCIAMENTO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DO CREDENCIAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026
O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, por intermédio da autoridade competente, considerando o procedimento de **Credenciamento para prestação de serviços odontológicos**, e após análise da documentação apresentada pelos interessados, nos termos do Edital de Chamamento Público e da Lei Federal nº 14.133/2021,
RESOLVE:
HOMOLOGAR o resultado do credenciamento, declarando **CREDENCIADAS** as seguintes profissionais/empresas, por terem atendido às condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório:
01 – **SUELEN KAUANA DE SOUZA DALAGUSTINHO** – CPF: 083.042.275-76 – Data do Credenciamento: 24/09/2026 – Situação: Credenciada
02 – **ELEOMARA MELIN** – CNPJ: 68.383.982/0001-81 – Data do Credenciamento: 24/09/2026 – Situação: Credenciada

As credenciadas ficam aptas à contratação e à prestação dos serviços, observadas as condições, especialidades, quantitativos, valores e demais disposições previstas no Edital e seus anexos.
A distribuição das demandas deverá observar os critérios estabelecidos no Edital, garantindo tratamento **isonômico e impessoal** entre as credenciadas. A Lei nº 14.133/2021 determina que, quando não for possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, sejam adotados critérios objetivos de distribuição da demanda.
Diamante do Sul/PR, 06 de outubro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:124B18D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90073/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Aviso de Alteração do Edital do Pregão Eletrônico 90073/2026

Objeto: Contratação para prestação de serviço de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos.

1. Fica alterado o disposto no item 4 do Termo de Referência em especifico os contidos no item **Da regularidade ambiental e da comprovação da destinação final** e no item **Subcontratação**.

2. Ficam suprimidos do Termo de Referência os itens 5.8.4 e 5.8.5.

3. As alterações estarão disponíveis aos interessados no site do Compras Governamentais endereço eletrônico https: https://www.gov.br/compras/pt-br e no site oficial do município de Dois Vizinhos, endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br.

4. A nova data para a abertura do certame e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação será até 8h15min do dia 26/10/2026.

5. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 6 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B62A2E76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N°001/2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 041/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N°001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 041/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, convoca os candidatos para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°001/2025, no prazo de 05 (cinco) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo:

NOME	Nº de Insc.	CARGO
ANA ROSILDA BENEDITO DE MELO	76	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MARTA MARTINS BRUGGER	332	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LORENA BUENO DE ALMEIDA	215	MONITOR ESCOLAR

O não comparecimento no prazo fixado, sem justa justificativa, implicará na eliminação do candidato, sendo compreendido como desistente.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:EFB751D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: FRANCIELLY KUSNIK
CNPJ: 47.005.952/0001-61

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos e insumos veterinários destinados à realização de procedimentos de castração e identificação por microchip de cães e gatos do Município.

VALOR TOTAL: R$16.764,40.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 06 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:1913BF1B

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 065/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
DO OBJETO: **Aquisição de oxigênio medicinal e ar comprimido para a Secretaria Municipal de Saúde.**
Forma de Julgamento: Menor preço por lote;
RECEBIMENTO DA PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 07/10/2026 às 08:30h do dia 21/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09:00hr do dia 21/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 21/10/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 06 de outubro de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 102/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:4220C10D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 16/2026

Nome: Francisqueli Cristina Caus
CPF: 077.***.***-07
Função: Auxiliar Administrativo
Período do Deslocamento: 07/10/2026 e 08/10/2026
Itinerário: ( ) Curitiba e Região Metropolitana (x) Interior do Paraná ( ) Outros Estados

	Município/Estado	Data	Horário
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	07/10/2026	08h00
Chegada	FRANCISCO BELTRÃO	07/10/2026	18h00
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	08/10/2026	08h00
Chegada	FRANCISCO BELTRÃO	08/10/2026	18h00

Distância da Sede: 50 KM
Motivo do Deslocamento:
Participar da "Oficina RPPS – Capacitação em gestão atuarial e de investimentos" que será realizado no Município de Francisco Beltrão/PR, dias 07 e 08 de outubro de 2026. A Oficina tem o objetivo de ampliar o conhecimento técnico dos servidores dos RPPS paranaenses nos temas relacionados à gestão atuarial e de investimentos, contribuindo para o fortalecimento da governança previdenciária e para a sustentabilidade dos regimes próprios.

Quantidade de Diárias: uma
Valor: R$ 567,57

Forma de Deslocamento:
() Ônibus ( ) Avião
( ) Carro Oficial – ( ) Com Motorista ( ) Sem Motorista
Previsão de Quilometragem para Combustível:____
Valor para Combustível:____

Flor da Serra do Sul/PR, 05/10/2026.

_____
FRANCISQUELI CRISTINA CAUS

Nos termos do Artigo 2º, da Resolução nº 03/2019, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.

Flor da Serra do Sul/PR, 05/10/2026.

_____
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:A1616D91

LICITAÇÕES
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026

EXTRATO DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026
PROCESSO DE COMPRA Nº 103/2026
O Agente de Contratações e equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 104/2026, com base na Lei Federal 14.133/2021, torna público o resultado do julgamento da Inexigibilidade n. 023/2026, para **"Contratação de empresa visando a aquisição de uma escavadeira hidráulica tipo 1, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, e Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, do Município de Flor da Serra do Sul – PR, através da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 007/2025, decorrente do Pregão Eletrônico 003/2025, Aditivo 005/2026, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal Da Região Do Alto Uruguai - CIRAU".**
Foram observados os requisitos da contratação direta com base nos Decretos Municipais 12/2024 e 22/2025, e Lei Federal 14.133/2021 em seu art. 74, sendo importante destacar:
DO PREÇO: Verifica-se que os preços mostram-se compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme pesquisa de preços constante dos autos, tendo sido formados a partir de procedimento licitatório regular e competitivo, permanecendo atuais e vantajosos no momento da contratação, razão pela qual a adesão à referida ata revela-se economicamente mais eficiente para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade e da eficiência, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A empresa selecionada é a PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A., estabelecida na ROD BR 116, 11807, CEP: 81.690-170, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 76.527.951/0012-38, é justificada através da escolha mais vantajosa para a aquisição do presente objeto, por meio de Ata de Registro de Preços Nº 007/2025, decorrente do Pregão Eletrônico 003/2025, Aditivo 005/2026, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal Da Região Do Alto Uruguai - CIRAU.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão à conta dos recursos federais disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e Recursos Próprios do Município.
Resultado:
Nome Empresarial: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ Nº 76.527.951/0012-38
Total (R$): R$ 625.600,00 (seiscentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais).
Flor da Serra do Sul, 06 de outubro de 2026.

BRUNO OLIMPIO CAUS
Agente de Contratação

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:51112F57

LICITAÇÕES
F E G ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Contrato N°	112/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	F E G ENGENHARIA DE OBRAS LTDA			
Valor:	4.424.000,00			
Vigência:	Início:	06/10/2026	Término:	01/10/2027
Licitação:	14/2026			
Objeto da Contratação: Execução de pavimentação asfáltica em trecho da Rodovia Municipal nº 108, no Município de Flor da Serra do Sul, visando melhorar a infraestrutura viária rural, a mobilidade e o escoamento da produção agropecuária, com recursos do Programa Itaipu Mais que Energia (Instrumento de Repasse nº 4107850).				

Flor da Serra do Sul, 06 de Outubro de 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:62241833

LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026
PROCESSO DE COMPRA Nº 103/2026

O Prefeito de Flor da Serra do Sul – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerado o Processo

Administrativo 103/2026, o julgamento do Agente de Contratações e Equipe de apoio, o parecer jurídico com fulcro no art. 74 inciso da Lei 14.133/2021, que julgo a Inexigibilidade para a contratação de empresa visando a aquisição de uma escavadeira hidráulica tipo 1, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, e Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, do Município de Flor da Serra do Sul – PR, através da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 007/2025, decorrente do Pregão Eletrônico 003/2025, Aditivo 005/2026, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal Da Região Do Alto Uruguai - CIRAU, conforme tabela abaixo e condições e exigências estabelecidas neste instrumento, ADJUDICO e HOMOLOGO o resultado do processo de Inexigibilidade nº 023/2026, conforme segue:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, da Lei Federal: 14.133/2021.

Nome Empresarial	Total (R$)
PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. CNPJ: 76.527.951/0012-38	R$ 625.600,00 (seiscentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais).

Flor da Serra do Sul, 06 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:405173AC

LICITAÇÕES
NATALI BRINK BRINQUEDOS LTDA

Contrato N°	113/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	NATALI BRINK BRINQUEDOS LTDA			
Valor:	150.000,00			
Vigência:	Início:	06/10/2026	Término:	06/10/2027
Licitação:	49/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição e instalação de parques infantis (playgrounds) no Município de Flor da Serra do Sul/PR, com utilização de saldo remanescente do Convênio nº 82/2025 – Ministério do Esporte, Transferegov.br nº 959485/2024.				

Flor da Serra do Sul, 06 de Outubro de 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:6E63F06B

RH
PORTARIA 392/2026

PORTARIA Nº 392/2026

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias para a Servidora Pública Municipal Sra. **ARIELY BARCELLA,** inscrita no RG sob Nº 10844268-9 - SSP-PR, exercendo o cargo temporário de Profissional da Área de Ed. Especial, a partir de 05 de outubro de 2026, devendo retornar às suas atividades em 15/10/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 05/10/2026.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 06 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:14CF6A21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 028/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Flórida, Comarca de Santa-Fé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Conceder férias à servidora Carolina Aparecida Pereira, ocupante do cargo efetivo de Contadora deste Legislativo Municipal, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2023 a 31/08/2024, cujo usufruto foi interrompido pela Resolução nº 002/2026 e complementado pela Resolução nº 021/2026, restando 08 (oito) dias a serem usufruídos no período de 13/10/2026 a 20/10/2026.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Câmara Municipal de Flórida, aos 06 dias do mês de outubro de 2026

CLAUDINEI CESNIK
Presidente

Publicado por:
Carolina Aparecida Pereira
Código Identificador:FD15E7F0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.161, DE 6 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 5.161, DE 6 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia Ana Paula Marques para o cargo efetivo de Zelador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a habilitação dos documentos apresentados, e considerando as conclusões do atestado de saúde ocupacional admissional

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, Ana Paula Marques, portadora do CPF nº ***.***.249-99, aprovada no Concurso Público nº 001/2025, para exercer o cargo de provimento efetivo de Zelador/40h, vencimento inicial nível 1, a partir de 7 de outubro de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 6 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:205214F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.659, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.659, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Prorroga licença para tratamento de saúde a servidora Senilda Aparecida Menegassi Cardoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 123 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando o resultado da perícia médica

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde, a servidora Senilda Aparecida Menegassi Cardoso, matrícula 2-00423, até a data de 26 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de setembro de 2026.

Flórida, 5 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:211ED6D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

I.OBJETO: Contratação de Agente de Integração especializado em administrar programas de estágio para intermediar a realização de estágio remunerado, no âmbito do Município de Flórida/PR.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a até às 08h45min do dia 22/10/2026, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **22 de outubro de 2026** às 09:00hrs, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "maior percentual de desconto".
V. FORMA DE APURAÇÃO: "global".
VI. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 247.952,40 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).
Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 06 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:851DC6B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
****REPUBLICAÇÃO** MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS N° 47/2026**

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, mediante a locação de 01 (um) ônibus semileito panorâmico, com capacidade mínima para 56 (cinquenta e seis) passageiros, para a realização de viagem de idosos do Município de Flórida/PR com destino a Foz do Iguaçu/PR.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Transporte em ônibus semileito panorâmico, com capacidade mínima para 56 (cinquenta e seis) passageiros, equipado com sistema de ar-condicionado funcional, acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, sistema de som e multimídia, calefação, geladeira, toalete, monitores de TV, poltronas reclináveis com apoio para pernas (incluindo capas), serviço de bordo com água, alimentação sendo: café da manhã, almoço, café da tarde, jantar, lanche da madrugada , seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros (APP) com saída prevista para o dia 20 de outubro de 2026 e retorno no dia 21 de outubro de 2026. podendo as datas previstas para a realização da viagem sofrer alterações, conforme a necessidade da Administração Pública, mediante comunicação prévia à empresa contratada. Incluindo: 02 (dois) motoristas profissionais habilitados e uniformizados; 01 (um) guia de turismo devidamente cadastrado no Cadastur (MTUR); 01 (um) enfermeiro(a) ou técnico(a) de enfermagem devidamente inscrito e regular no COREN. 01 (um) almoço em churrascaria incluindo 01 (um) refrigerante ou suco; 01 (um) jantar incluindo 01 (um) refrigerante ou suco; passaporte para passeio com ingresso incluso nas Cataratas do Iguaçu; 01 (um) passeio extra em atrativo turístico no município de Foz do Iguaçu, a ser definido pela organização.	Unidade	01	R$ 35.659,00	R$ 35.659,00

Condições de pagamento: *O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.*

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.
São exigidos quanto à qualificação técnica:
Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços de características, quantidades e prazos semelhantes (transporte de passageiros em ônibus/fretamento, preferencialmente com motorista).
Autorização da ANTT para transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros em regime de fretamento (Resolução ANTT nº 4.777/2015 e alterações).
Cadastro no Cadastur (Ministério do Turismo) da empresa e/ou do guia de turismo (Portaria MTUR nº 37/2021 e Lei nº 11.771/2008).
Comprovação de que os motoristas possuem CNH categoria D ou E, curso especializado de transporte coletivo de passageiros (Resolução CONTRAN).

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e-maillicitacao@florida.pr.gov.br**,** bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL
INICIO:às 00h:00min – 07 de outubro de 2026.
FIM:às 23h:59min – 13 de outubro de 2026.

Link para obtenção de Informações: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 06 de outubro de 2026.

RENATA ANDRETTO SANTA CRUZ
Secretaria de Assistência Social

Publicado por:
Luciana Bovo Andretto
Código Identificador:8D6B4032

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5151 DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5151/2026 de 16/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 803/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.245.0007.2.021.	Bloco de Proteção Social Básica	
681 - 3.3.90.30.00.00 3934	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.002.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
08.002.12.365.0010.2.047.	Manutenção da Educação Infantil Municipal	
366 - 3.3.90.36.00.00 01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
08.004.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE CULTURA	
08.004.13.392.0011.2.052.	Desenvolvimento de Ações Culturais	
401 - 3.3.90.39.00.00 01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
12.001.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE INDUSTRIA	
12.001.23.691.0015.2.074.	Implantação de Cursos Profissionalizantes	
578 - 3.3.90.30.00.00 01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
Total Suplementação:		**37.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.245.0007.2.021.	Bloco de Proteção Social Básica	
651 - 4.4.90.52.00.00 3934	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
08.001.12.361.0010.2.044.	Manutenção do Transporte Escolar no Município	
345 - 3.3.90.39.00.00 01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
10.002.00.000.0000.0.000.	DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	
10.002.18.541.0014.2.068.	Desenvolvimento de Atividades de Proteção ao Meio Ambiente	
548 - 3.3.90.30.00.00 01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
10.002.18.541.0014.2.069.	Recuperação e Proteção de Nascentes	
551 - 3.3.90.39.00.00 01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
12.001.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE INDUSTRIA	
12.001.22.122.0015.2.071.	Manutenção da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	
558 - 3.3.90.30.00.00 01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
Total Redução:		**37.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, Estado do Paraná, em 16 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:446FD231

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5156 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5156/2026 de 24/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 803/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 7.128,56 (sete mil cento e vinte e oito reais e cinqüenta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAUDE	
07.004.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.004.10.301.0009.2.033.	Atenção Primária em Saúde	
677 - 3.1.90.11.00.00 31323	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.128,56
Total Suplementação:		**7.128,56**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 31323	7.128,56
Total da Receita:		**7.128,56**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de suapublicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:95C05841

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
EXTRATO DO CONTRATO 33/2023 - 3º ADITIVO

EXTRATO DO CONTRATO 33/2023
3º TERMO ADITIVO

A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **GENTE SEGURADORA S/A**, CNPJ/MF sob Nº. **90.180.605/0001-02**, **CONTRATADA**, nos termos do processo de Dispensa de Licitação 18/2023, homologado em 18/10/2023.

DO OBJETO
Contratação de pessoa jurídica, para segurar o veículo oficial da Câmara Municipal de Foz do Jordão, com cobertura nacional contra danos materiais decorrentes de sinistros de roubo ou furto, incêndio, colisão, danos causados pela natureza, responsabilidade civil, acidente pessoal por passageiro e assistência 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Único: acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições do processo de Dispensa de Licitação nº. 18/2023, pelos termos da proposta da CONTRATADA, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

DO VALOR
Pela execução do objeto contratado e ora aditivado, o contratante pagará a contratada o valor total de R$ R$ 2.299,79, (Dois Mil Duzentos e Noventa e Nove Reais e Setenta e Nove Centavos.) conforme proposta apresentada e adjudicada.
As demais cláusulas do contrato original, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa à dilatação do Prazo e saldo do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, o presente contrato passa a viger de 13 de Outubro de 2026 a 13 de Outubro de 2027.

Foz do Jordão/PR, 05 de Outubro 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:45C8A6F9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: LIVE TALENTOS AGENCIAMENTO, PRODUCAO E PUBLICIDADE LTDA (CNPJ Nº 19.019.335/0001-80)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL - SHOW DE BANDA COM O GRUPO ATITUDE 67, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 30 MINUTOS, NAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO A SER REALIZADO NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2026 COM INÍCIO PREVISTO PARA AS 22 HORAS, NA PRAÇA DA BÍBLIA, CENTRO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 150.000,00 (Cento e Cinqüenta Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 02/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:04C7B66C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 29/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: J & C MUSIC LTDA (CNPJ Nº 26.367.339/0001-14)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO SHOW ACÚSTICO COM A DUPLA JÚNIOR E CÉZAR", COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1 HORA E 45 MINUTOS, NAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO A SER REALIZADO NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2026, NA PRAÇA DA BÍBLIA, CENTRO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 02/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:A7694177

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 30/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: MUSICAL CORPO & ALMA LTDA ME (CNPJ Nº 03.355.893/0001-86)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MUSICAL CORPO & ALMA LTDA ME PARA UMA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL - SHOW MUSICAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 120 MINUTOS, NAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO A SER REALIZADO NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2026, NA PRAÇA DA BÍBLIA, CENTRO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 05/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:B5C90960

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 204/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 31/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: 62.317.571 RENATA TAVARES MACHADO DE LIMA BORSA (CNPJ Nº 62.317.571/0001-01)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA MINISTRAR PALESTRA SOBRE SAÚDE MENTAL E FORTALECIMENTO EMOCIONAL AOS PROFISSIONAIS"
VALOR TOTAL: R$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 06/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:FFC72C78

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITACAO

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 026/2026
Processo Adm: Nº 460/2026

Objeto: "AQUISIÇÃO DE FOGÃO INDUSTRIAL DESTINADO A ESCOLA MUNICIPAL PADRE EMÍLIO BARBIERI".

Empresa vencedora:

MILHARESI E SCHONS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ Nº 03.350.868/0001-00, com um total de R$ **2.795,00,00 (Dois mil setecentos e noventa e cinco reais);** para fornecer um fogão Industrial para a Escola Municipal Padre Emilio Barbieri.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 75 Inciso II, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por Dispensa de Licitação (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Terça -feira 06 de Outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:F6D156E1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITACAO

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 027/2026
Processo Adm: Nº 461/2026

Objeto: "AQUISIÇÃO DE POTES COM TAMPA PARA A DISTRIBUIÇÃO DO BOLO DO 30° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO".

Empresa vencedora:

CASA MAGICA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 35.479.299/0001-93, com um total de R$ **1.560,00 (Um mil quinhentos e sessenta reais);** para fornecer potes com tampa para distribuição do bolo no 30° aniversário do município de Foz do Jordão.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 75 Inciso II, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por Dispensa de Licitação (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Terça-feira 06 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:7BAC4767

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITACAO

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 025/2026
Processo Adm: Nº 456/2026

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, DURANTE O EVENTO "NATAL NA PRAÇA", PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".**

Empresa vencedora:

ATACADAO COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 49.210.946/0001-71, com um total de R$ **19.992,00 (dezenove mil novecentos e noventa e dois mil reais); para fornecer brinquedos, destinados à distribuição gratuita às crianças do município de foz do Jordão, durante o evento "natal na praça",**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 75 Inciso II, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por Dispensa de Licitação (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Terça - feira 06 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:84D57C89

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO INEXIGIBILIDADE APK BANDA

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026
Processo Administrativo: Nº 458/2026

Objeto:"CONTRATAÇÃO DA EMPRESA APK BANDA SHOW LTDA, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, INCLUSOS MÚSICOS E EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DO RIDER TÉCNICO DE PALCO, A SEREM REALIZADOS NAS FESTIVIDADES DOS DIAS 21, 22, 23 E 24 DE OUTUBRO DE 2026, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E REALIZAÇÃO DO EVENTO CULTURAL CANTA CANTU, NA PRAÇA MUNICIPAL DA BÍBLIA, CENTRO, FOZ DO JORDÃO/PR".
Empresa vencedora:
APK BANDA SHOW LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 29.040.248/0001-68, vencedora com valor de R$ **120.000,00**(Cento e vinte mil reais) **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, INCLUSOS MÚSICOS E EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DO RIDER TÉCNICO DE PALCO, A SEREM REALIZADOS NAS FESTIVIDADES DOS DIAS 21, 22, 23 E 24 DE OUTUBRO DE 2026, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E REALIZAÇÃO DO EVENTO CULTURAL CANTA CANTU, NA PRAÇA MUNICIPAL DA BÍBLIA, CENTRO, FOZ DO JORDÃO/PR."**

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, Artigo 74 Inciso III alínea "f" e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por

Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Terça-feira, 06 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:AF0D6094

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000035/2026 PROCESSO ADM: Nº 441/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000035/2026
Processo Adm: Nº 441/2026

Objeto: LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM E TRANSPORTE, SENDO: TENDAS, CAMARINS, PALCO, FECHAMENTOS, SANITÁRIOS QUÍMICOS, GRADES, GERADOR DE ENERGIA, PAVILHÃO, PASSARELA, PÓRTICO E BACKDROP, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 225.777,95 (duzentos e vinte e cinco mil e setecentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos): GEMEOS NEGOCIOS LTDA (34661978000116) com os lotes: 3, 6, 8 no valor total de R$ 80.996,23 (oitenta mil e novecentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos). 48.418.890 VITOR MATEUS FRANCESCHINI TEIXEIRA (48418890000182) com os lotes: 4, 5 no valor total de R$ 57.870,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos e setenta reais). LEDER E MAFRA LTDA ME (10355221000136) com os lotes: 2 no valor total de R$ 37.899,72 (trinta e sete mil e oitocentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos). LOBO BRAVO SERVIÇOS EIRELI ME (13983510000178) com os lotes: 1 no valor total de R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais). S G ALBERTON LTDA (17822678000152) com os lotes: 7 no valor total de R$ 22.512,00 (vinte e dois mil e quinhentos e doze reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) DECRETO 28/2024 LEI 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), terça-feira, 6 de outubro de 2026

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Andressa da Silva de Souza
Código Identificador:A30EA343

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 1165

LEI N.º 1165/2026

EMENTA: Implantar o Programa "Foz Conectada" oferecendo internet livre no Município de Foz do Jordão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona e manda que se publique a seguinte **LEI,** de autoria dos vereadores Joceli Almeida de Moraes e Michael José Maroletto e aprovada pelo Poder Legislativo:

Art. 1º - Fica criado no âmbito do Município de Foz do Jordão o Programa "Foz Conectada", oferecendo acesso à Internet de forma gratuita por meio de rede Wi-Fi Livre.

§ 1º - O Poder Público Municipal disponibilizará, gratuitamente, sinal público de internet através do sistema Wi-Fi em todos os espaços e prédios públicos no Município de Foz do Jordão, com velocidade mínima de 500 Kbps (quinhentos Kilobits por segundo);
§ 2º - O sinal Wi-Fi poderá ser acessado por meio de celular, smartphone, tablet, notebook e demais aparelhos que possuam dispositivos compatíveis com o padrão Wi-Fi de conexão à internet.

Art. 2º - A conexão do sinal "Foz Conectada" por meio de Wi-Fi livre será disponibilizada de forma gratuita na Praça da Bíblia e demais espaços e prédios públicos municipais.
Parágrafo único - O programa Foz Conectada por meio de Wi-Fi livre, instrumentaliza a inclusão digital na democratização da informação, no acesso a pesquisas, relacionamento, dentre outras, que proporcionam interação e conhecimento.

Art. 3º - Fica vedada a apropriação e exploração comercial privada do sinal do programa Wi-Fi livre por pessoas físicas ou jurídicas, independentemente do fim.

Art. 4º - O Poder Público municipal deverá, a título de garantir a utilização e fornecimento do serviço, proibir o acesso a sites de pornografia, apologia ao crime ou materiais ilícitos, através de sistema, programas ou equipamentos destinados para este fim.
Parágrafo único - O Poder Público Municipal poderá regulamentar a forma de acesso dos usuários ao programa "Foz Conectada", no âmbito de sua competência.

Art. 5º - O Poder Público Municipal deverá informar aos usuários e frequentadores, por meio de placas informativas afixadas em local de fácil visualização, a disponibilidade do serviço gratuito do Programa "Foz Conectada" Wi-Fi livre, bem como orientações de utilização.

Art. 6° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentária próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7° - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Foz de Jordão 06 de Outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:A6595806

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão convoca a candidata abaixo relacionado, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2025, conforme Homologação na data de 07 de Agosto de 2025, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão, para regularização de seu registro funcional, em um prazo de 05 (cinco) dias desta convocação, obedecendo rigorosamente ao contido no Edital de Abertura nº 02/2025, deste Município.

MEDICO 40 HORAS

03º SERGIO GOMES MACIEL - desistente
04º ROMULO BIRANI LEMOS

Os candidatos quando convocados deverão comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão, munidos dos seguintes documentos originais para analise com os entregue no ato de inscrição do Processo Seletivo Simplificado.

Carteira de identidade – RG;
Cartão do cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF/MF;
Comprovante de Alistamento ou Dispensa Militar, se o candidato for do sexo masculino;
Titulo eleitoral acompanhado do comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Diploma de conclusão do curso exigido para o cargo e eventuais certificados de aperfeiçoamento;
Documento que comprove o registro no respectivo Conselho Profissional da Classe;
Atestado médico, conforme modelo no **Anexo III**.
Número de conta bancaria;
Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgão e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de providência social ou do Regime Geral de Previdência relativo a emprego público (art. 37, §10, da CF), salvo se trata das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, casos em que deve ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF, conforme **Anexo I**.
Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo ou emprego público, nos últimos 5 (cinco) anos**;**
Declaração de bens Lei nº 8730 de 10 de novembro de 1993, conforme no **Anexo II**.
Declaração de não Parentesco com a Comissão Organizadora do Processo seletivo, conforme **Anexo IV.**
Comprovante de Declaração de Imposto de Renda ano vigente;

O não comparecimento no prazo estabelecido implica na tácita aceitação da desistência da vaga, bem como de todos os direitos decorrentes de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado, sem posterior recurso.

Foz do Jordão, 07 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATICIO

Eu, _____, portador do RG nº: _____, e do CPF nº: _____, profissão_____, residente e domiciliada na Rua: _____, nº: _____, No bairro: _____. Declaro para os devidos fins e sob as penas de lei que atualmente possuo ou não possuo vinculo empregatício ou benefício proveniente de regime próprio de providência social ou do Regime Geral de Previdência nas esferas Federal, Estadual ou Municipal.

( ) possuo vinculo empregatício, qual:_____

( ) não possuo vinculo empregatício

( ) possuo beneficio proveniente de Regime Próprio social ou Regime Geral
Onde:----------_____

( ) não possuo beneficio proveniente de Regime Próprio social ou Regime Geral

Por ser verdade, dato e assino abaixo.

Foz do Jordão, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Eu, _____, _____, (nome completo) (nacionalidade) portador da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado à _____, (endereço completo)
Declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens abaixo relacionados:_____.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Foz do jordão, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

ATESTADO

Atesto que o(a) Sr.(a) , sexo feminino ( ), sexo masculino ( ), portador(a) do R.G. n.º , **encontra-se, no momento do presente Exame Médico, em perfeitas condições de saúde física e mental para exercer as funções públicas**, citada no Edital do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2025, para a função de
, do Município de Foz do Jordão.

, de de .
Datado de no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de admissão.

Assinatura e Carimbo do Médico com o CRM

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO COM A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eu_____ , inscrita no RG nº _____ e CPF nº _____, declaro não ter parentesco de 1º e nem 2º grau ascendente ou descendente com qualquer membro da Comissão Organizadora do Processo seletivo simplificado, Edital 02/2025.

----------_____

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:BA31ADF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº. 554 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio a servidora Vani Aparecida Dreyer, matricula 1352, como abaixo se específica e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe

são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 94 §1º e §2º da Lei Complementar n°002/2005 de 25/07/2005.

RESOLVE

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos a servidora **VANI APARECIDA DREYER**, matrícula n° 1352 – data de admissão 16/07/2014cargo de Professora de Educação Infantil e Educação Infantil anos iniciais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - A presente Licença será no período de 08/10/2026 à 06/12/2026, totalizando 60 (sessenta) dias, referentes ao período aquisitivo 16/07/2014 à 16/07/2019.

ART. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, PR, em 06 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:C1B881A5

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 553 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Nº 001/2011 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

DECRETA

Art. 1º- Fica EXONERADA, por motivo de aposentadoria, no dia 13 de outubro de 2026, **ROSELI BARBARA MAGUELNISKI LEANDRO,** Matrícula n.º. 1054, do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos do Quadro de Servidores deste Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:83F68821

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 420 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA N° 420 de 06 de outubro de 2026

Ementa: Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela portaria n° 345/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo de Sindicância por meio da Portaria n° 345/2026;

CONSIDERANDO a designação da Comissão Processante pela Portaria n° 345, de 25 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a reestruturação da Comissão Processante pela Portaria n° 398, de 23 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Comissão Processante, que aponta a necessidade de continuidade das diligências e demais atos instrutórios indispensáveis à adequada apuração dos fatos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n° 002/2005, que estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão de Processo Administrativo de Sindicância, admitida prorrogação quando devidamente justificada;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela portaria n° 345/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8CDA748B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 421 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA N° 421 de 06 de outubro de 2026

Ementa: Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela portaria n° 344/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar n° 002/2005,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo de Sindicância por meio da Portaria n° 344/2026;

CONSIDERANDO a designação da Comissão Processante pela Portaria n° 344, de 25 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a reestruturação da Comissão Processante pela Portaria n° 399, de 23 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Comissão Processante, que aponta a necessidade de continuidade das diligências e demais atos instrutórios indispensáveis à adequada apuração dos fatos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n° 002/2005, que estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão de Processo Administrativo de Sindicância, admitida prorrogação quando devidamente justificada;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância instaurado pela portaria n° 344/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8EF1CA98

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 415 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **20** dias de férias regulamentares, ao Sr. **IVALDO MOCHNACZ**, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a partir de **02/10/2026 A 21/10/2026,** com retorno em **22/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo em 02/10/2026.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 06 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1208CED2

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 416 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a designação de Agente de Crédito Municipal e dá outras providências

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora pública Maria Eduarda Calisto da Silva, Matrícula nº 3614, ocupante do cargo Comissionado, para atuar como **Agente de Desenvolvimento** e **Agente de Crédito** no âmbito do Município, subordinada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho..

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Carneiro, 06 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1A74D841

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 417 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para a Coordenação de Saúde da Rede de Atenção da Secretaria Municipal de Saúde.

Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a Servidora **Leandra Maria dos Santos Martins**, Técnica de Enfermagem, matrícula funcional n.º 2895, para Coordenadora da Saúde da Rede de Atenção da Secretaria Municipal de Saúde, a qual fica designada as seguintes funções:
Coordenar as ações de planejamento e organização em saúde pública;
Assessorar a Secretária Municipal de Saúde em todas as ações e compromissos relacionados à área de saúde;
Propor medidas para melhoria e qualificação do atendimento às pessoas;
Coordenar e supervisionar as Equipes da Estratégia Saúde da Família.
Organizar no âmbito de suas competências a distribuição de funções e responsabilidades dentro das equipes da Rede de Atenção à Saúde;Exercer outras atividades no âmbito da saúde, que possam contribuir para a melhoria da mesma.
Coordenar as ações desenvolvidas nas UBS, em conjunto com as equipes de saúde, garantindo a organização e a integração dos serviços.
Realizar o monitoramento sistemático dos sistemas de informação, visando ao acompanhamento e controle dos indicadores de saúde
Realizar o fechamento do quadrimestre, contemplando o levantamento e a análise da produção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dos demais departamentos da Saúde Pública, com o objetivo de acompanhar os serviços realizados, avaliar os indicadores e subsidiar o planejamento das ações e estratégias para o próximo período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Carneiro, 06 de outubro de 2026

JOEL RICARDO FERREIRA MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:97229A41

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 418 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, a Sra. **SILVANE DE FATIMA CORDEIRO**, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de **07/10/2026 a 11/10/2026,** com retorno em **13/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 06 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:32B40B0B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 419 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria nº. 419 de 06 de outubro de 2026

Dispõe: Sobre a EXONERAÇÃO do cargo de DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO DO RASTREADOR E CONTROLE ESTRATÉGICO DA FROTA DA SAÚDE.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

EXONERAR, a pedidoo Sr. **FABIO HENRIQUE GRESELLE**, matricula funcional n.º 3514 do cargo comissionado de cargo de **DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO DO RASTREADOR E CONTROLE ESTRATÉGICO DA FROTA DA SAÚDE** do Município de General Carneiro.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D3ECE1E3

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/2026

RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/2026 – FOMENTO CULTURAL – EXECUÇÃO DE PROJETOS – ORIUNDO DOS RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB CICLO 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GENERAL CARNEIRO/PR

Por meio desta retificação corrigimos o disposto no edital 001/2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de General Carneiro/PR.

Onde se lê:
"**Quem NÃO pode participar**
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6".

Leia-se:
"Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II – sejam servidores públicos municipais – efetivos ou comissionados de qualquer secretaria, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6".

Sem mais para o momento, firmamos o presente.

General Carneiro, 06 de outubro de 2026.

RENAN SAMUEL MAGUELNISKI
Coordenador de Cultura
Secretaria Municipal de Educação e Cultura – General Carneiro/PR

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:9389FC3E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DO EDITAL 002/2026

RETIFICAÇÃO DO EDITAL 002/2026 – FOMENTO CULTURAL - PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICO CULTURAL – ORIUNDO DOS RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB CICLO 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GENERAL CARNEIRO/PR

Por meio desta retificação corrigimos o disposto no edital 002/2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de General Carneiro/PR.

Onde se lê:
"**Quem NÃO pode participar**
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6".

Leia-se:
"Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II – sejam servidores públicos municipais – efetivos ou comissionados de qualquer secretaria, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV – tenham sido contemplados/premiados em outros editais de leis de incentivo, a exemplo da Lei Paulo Gustavo e PNAB Ciclo 1.

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6".

Sem mais para o momento, firmamos o presente.

General Carneiro, 05 de outubro de 2026.

RENAN SAMUEL MAGUELNISKI
Coordenador de Cultura
Secretaria Municipal de Educação e Cultura – General Carneiro/PR

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:A665CE48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

Chamada Pública nº 014/2026

A Comissão de Contratação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 340/2025, de 01 de setembro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **22 de outubro de 2026, às 09h00min**, no endereço **Rua XIX de Novembro, nº 136, Centro, General Carneiro – PR, setor de licitações**, a reunião de abertura das documentações conforme especificado no edital de chamada pública nº 014/2026.
Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado:
www.generalcarneiro.pr.gov.br e solicitações através do e-mail: licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: "Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoa física para prestação de serviços profissionais nas funções de Psicólogo da Família Acolhedora, visando ao preenchimento de vagas existentes e à formação de cadastro reserva, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal Assistência Social e Habitação do Município de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:15C28E72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL
Processo Administrativo Licitatório: 135/2026
Concorrência eletrônica: 002/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 07/10/2026 à 07/10/2027
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de 15 (quinze) unidades habitacionais de interesse social, modelo Casa FAD 47 – Sub 25 COHAPAR, com área mínima de 47,00 m² por unidade, no Bairro São João, Município de General Carneiro/PR, conforme projetos, memoriais, planilhas, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos vinculados ao Convênio nº 249/CONV/2026.
--
Contratada: OLINQUEVICZ ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA
Contrato: 319/2026
Valor do Contrato: R$ 2.192.000,00 (dois milhões, cento e noventa e dois mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Red.	Recurso
392	784

Valor Estimado da Despesa: R$ 2.192.000,00 (dois milhões, cento e noventa e dois mil reais).

General Carneiro – Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:AB4C8577

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 030/2026
Processo Licitatório nº 167/2026
Homologação: 30/09/2026
Contrato nº 310/2026
Contratada: **THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR.

Objeto: **"Contratação de empresa especializada para a realização da palestra-show "Cada Idade Tem a Sua Juventude", destinada ao público idoso atendido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de General Carneiro/PR, com abordagem motivacional, reflexiva, participativa e cultural, visando à valorização da pessoa idosa, ao fortalecimento da autoestima, da autonomia, da convivência social e da qualidade de vida."**

Valor da Despesa: **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:D47A3AC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 002
Contrato n°112/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: D G GESTOES AMBIENTAIS LTDA

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1 O prazo de vigência do Contrato nº 112/2025 fica prorrogado por mais 03 (três) meses, a contar do término da vigência atualmente estabelecida, mantendo-se inalteradas as demais condições contratuais. A presente prorrogação observa os limites e requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA– RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA –PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012..

Pregão Eletrônico: Nº 015/2025;
Processo Licitatório nº 54/2025.
Objeto: Contratação de empresa para execução de Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Orgânicos e Não Recicláveis; e, Coleta de Resíduos Sólidos Recicláveis gerados neste Município, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade, higiene, limpeza e conservação dos ambientes do município de General Carneiro – PR

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2A41D94B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
PORTARIA Nº. 046/2026/CM

EMENTA: "Concede férias regulamentares a servidora do Poder Legislativo Municipal, de acordo com os dispositivos da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018, e dá outras providencias".

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Goioerê,

RESOLVE

Art. 1º. – Conceder a senhora **DEBORA MARIA MENEGHETTI UESSUGUE,** matrícula n.º 142, lotada no quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, para gozá-las no período de **13 a 27/10/2026**, relativo ao período de aquisição **05/01/2025 a 04/01/2026**.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:485953E9

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 628/2026

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI.

O Senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em exercício do município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 76, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que institui o Marco Legal da Primeira Infância e determina o dever do Estado na formulação de políticas públicas integradas e intersetoriais para esta faixa etária;
CONSIDERANDO os trabalhos e articulação já em andamento pela Comissão Intersetorial instituída originalmente pela Portaria nº 363/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de prazo adicional para a diagnóstico, consolidação dos dados coletados, garantia da escuta social e adequada redação técnica da minuta do plano definitivo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais **12 (meses)**, a contar da publicação desta Portaria, o prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação da minuta final do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI.

Art. 2º Fica mantida, em sua integralidade, a composição dos membros e as respectivas atribuições da comissão designada pela Portaria nº 363/2026, a qual permanece vigente no que não contrariar esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo Nº 001/2026

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:E786DFCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 619/2026

Concede Progressão Funcional e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 31 § 1º da Lei Municipal nº 1.884/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2026, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, conforme art. 31 § 1º, da Lei Municipal nº 1.884/2009:

Nome do servidor	Cargo	Do nível	Para o nível
Nata de Oliveira da Silva	Instrutor de Artes	GOM1-11	GOM1-12
Alberto Douglas Mendes	Almoxarife	GOB2-10	GOB2-11
Evandra Aparecida Nunes da Silva	Auxiliar Administrativo	GOM2-11	GOM2-12
Almiro Rodrigues dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-08	GOB1-09
Iracema Boaro Duarte Fioramonte	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11
Janete Muniz dos Santos Geraldi	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-08	GOB1-09
Jose Messias da Conceição	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:4462CD69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 621/2026

Concede Progressão Funcional e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 31 § 1º da Lei Municipal nº 1.884/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2026, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, conforme art. 31 § 1º, da Lei Municipal nº 1.884/2009:

Nome do servidor	Cargo	Do nível	Para o nível
Romildo Pereira Rocha	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11
Rosiney Aguiar de Paula Dias	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11
Manoel Messias Santana	Eletricista de Manutenção	GOB3-10	GOB3-11
Divino Vidal da Silva	Motorista	GOB4-09	GOB4-10
Gilmar Julião	Motorista	GOB4-10	GOB4-11
Nilton Cezar Evangelista	Motorista	GOB4-10	GOB4-11
Vinicius Gomes	Motorista	GOB4-10	GOB4-11
Aldo Nunez	Vigia	GOB1-10	GOB1-11
Vanderlei Florentino	Vigia	GOB1-10	GOB1-11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:8F30F106

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 622/2026

Concede Progressão Funcional e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 31 § 1º da Lei Municipal nº 1.884/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2026, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, conforme art. 31 § 1º, da Lei Municipal nº 1.884/2009:

Nome do servidor	Cargo	Do nível	Para o nível
Odenite Bonfim da Silva	Instrutor de Artes	GOM1-08	GOM1-09
Luiz Carlos de Souza Amorim	Serralheiro	GOB4-07	GOB4-08
Claudineia Silva de Almeida Novakoski	Auxiliar de Serv. Gerais	GOB1-04	GOB1-05
Luis Viana de Moura	Motorista	GOB4-03	GOB4-04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:AAB53CFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 623/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, AJONCIVAL RIBEIRO PANTANO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para goza-las de 03/11/2026 a 12/11/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:A7054069

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 624/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, AJONCIVAL RIBEIRO PANTANO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias regulamentares por 20 (vinte) dias, para goza-las de 13/11/2026 a 02/12/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:BBF36484

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 625/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, NATÃ OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Instrutor de Artes, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para goza-las de 13/10/2026 a 22/10/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:9575E78D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 626/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, SERGIO ANDERSON DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 14/10/2026 a 23/10/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:01AD15E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 627/2026

Concede Avanço Horizontal e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 55 da Lei Municipal nº 98/2024,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2026, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, avanço horizontal conforme art. 55 da Lei Complementar nº. 98/2024.

Nome do servidor	Matricula	Cargo	Da Classe/Nível	Para Classe/Nível
Adrielle Cristina Araújo da Silva Franco	505379	Professor de Educação Infantil	C1-03	C2-03
Ângela Maria da Silva Gomes	505114	Professor	C1-04	C2-04
Carla Caroline dos Santos Silva	505198	Professor de Educação Infantil	C1-04	C2-04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:60B7E9E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2026
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 184/2026
OBJETO: Aquisição de materiais hidráulicos destinados à implantação de nova rede de abastecimento de água potável da comunidade rural, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.757,60 (quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).
INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/10/2026 às 08:00hrs
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/10/2026 às 17:00hrs
EMAIL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: propostalicitacao@goioere.pr.gov.br
DISPONIBILIDADE DO AVISO/EDITAL**:** https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/
INFORMAÇÕES E EDITAL: e-mail compras@goioere.pr.gov.br, fone (44) 3521-8920.
Goioerê, 06 de outubro de 2026

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Cristiane Marcal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:69B365B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 47 2026 - DISPÕE SOBRE COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Goioxim – Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação – PNE;
CONSIDERANDO o Plano Estadual de Educação do Paraná;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação de Goioxim;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.191, de 20 de setembro de 2024, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança da política municipal de alfabetização, em consonância com as diretrizes da política estadual e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA**, instância de caráter consultivo, deliberativo, articulador, mobilizador e de acompanhamento das ações voltadas à alfabetização das crianças no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Goioxim.

Art. 2º O Comitê tem por finalidade:

I – coordenar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – promover o alinhamento das ações municipais às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política Estadual de Alfabetização;

III – monitorar indicadores de alfabetização e aprendizagem;

IV – propor estratégias para melhoria dos resultados de aprendizagem;

V – acompanhar programas, projetos e ações destinados à alfabetização na idade certa;

VI – fortalecer a articulação entre as unidades escolares, Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos envolvidos;

VII – incentivar a formação continuada dos profissionais da educação;

VIII – promover a integração entre avaliação, gestão pedagógica e práticas de alfabetização.

Art. 3º Compete ao Comitê:

I – elaborar seu Plano de Trabalho;

II – realizar reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário;

III – produzir relatórios de acompanhamento;

IV – sugerir ações de formação, monitoramento e intervenção pedagógica;

V – acompanhar os indicadores municipais, estaduais e nacionais relacionados à alfabetização.

Art. 4º O Comitê será composto por representantes dos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

III – Diretores das Escolas Municipais;

IV – Coordenadores Pedagógicos das Escolas;

V – Professores Alfabetizadores (1º e 2º anos);

VI – Educação Infantil;

VII – Educação Especial;

VIII – Conselho Municipal de Educação;

IX – Conselho do FUNDEB;

X – Conselho de Alimentação Escolar;

XI – Conselho Tutelar;

XII – Representante das famílias;

XIII – Representante do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Os membros serão designados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 7º O Comitê poderá convidar técnicos, especialistas e representantes de outras instituições para colaborar com seus trabalhos.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, 06 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Goioxim

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:3EFC6B0E

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 54/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 01.607.627/0001-78.
CONTRATADA: DUPAPEL PAPELARIA E DECORAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.051.921/0001-09, com sede na Rua XV de Novembro, nº 200, Centro, Marquinho/PR, CEP 85.168-000.
OBJETO: Aquisição do saldo remanescente de materiais de expediente, pedagógicos e escolares para atender às necessidades das Secretarias do Município de Goioxim/PR, conforme especificações, marcas, unidades, quantitativos e preços constantes do Contrato Administrativo nº 125/2026 e respectivo Anexo I.
VALOR TOTAL: R$ 44.295,19 (quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos).
VIGÊNCIA: 6 (seis) meses, com início em 05/10/2026 e término em 05/04/2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conta da despesa 1010 - Funcional programática 07.002.12.365.0007.2026 - Fonte 104 - Natureza da despesa 3.3.90.30.00.00 - Grupo da fonte: Do Exercício.
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico SRP nº 54/2025, Processo Administrativo nº 116/2025, Ata de Registro de Preços nº 150/2025, Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 002/2024 e demais normas aplicáveis.
DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026.

Goioxim/PR, 05 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:155A2414

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR - CNPJ nº 01.607.627/0001-78
Contratada: 1DOC TECNOLOGIA S.A. - CNPJ nº 19.625.833/0001-76
Origem: Dispensa Eletrônica nº 046/2024 - Processo Administrativo nº 118/2024
Objeto do aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 233/2024, referente ao fornecimento e implantação de sistema de gestão eletrônica e controle de atendimentos e processos administrativos, no modelo SaaS, com suporte e manutenção.
Prazo: 12 (doze) meses, de 07/10/2026 a 06/10/2027.
Reajuste: IGP-M acumulado em 12 meses até setembro/2026: 3,34%.
Valor: R$ 42,50 por usuário/mês, para 60 usuários; R$ 2.550,00 mensais; R$ 30.600,00 para 12 meses.
Fundamento: Arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, cláusulas do Contrato Administrativo nº 233/2024 e demais normas aplicáveis.
Representante da contratada: Rafael José Stabile, Diretor da 1DOC TECNOLOGIA S.A., conforme Termo de Posse registrado na JUCESC e documentos de representação juntados aos autos.
Data de assinatura: 06/10/2026.
O aditivo assegura a continuidade ininterrupta do sistema utilizado na tramitação de documentos, protocolos e processos administrativos eletrônicos do Município.

Goioxim, 06 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:73D0D400

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 225 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026 DESIGNA OS MEMBROS COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

PORTARIA Nº 225 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Goioxim.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes membros para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – Secretaria Municipal de Educação
Titular: Miriam Rossi
Suplente: Daiane Ilchenco

II – Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Eliton Leite da Silva
Suplente: Vanessa Tauscher Lemos

III – Diretores das Escolas Municipais
Titular: Josiane de Fátima Gutervil
Suplente: Angela Maria Gasparetto

IV – Coordenadores Pedagógicos
Titular: Jaqueline Rossi
Suplente: Alessandra Salvadori

V – Professores Alfabetizadores (1º e 2º anos)
Titular: Lucimeri Nunes de Oliveira
Suplente: Lucimara de Lima

VI – Educação Infantil
Titular: Maria Eliane Gonçalves de Oliveira
Suplente: Gislaine Zorzanello

VII – Educação Especial
Titular: Mariza Aparecida Soares Ferreira
Suplente: Arilda da Aparecida Marcondes

VIII – Conselho Municipal de Educação
Titular: Daiane de Fátima Ferreira
Suplente: Sandra Cristina Kipper

IX – Conselho do FUNDEB
Titular: Aline de Souza Pinto
Suplente: Joraci Marcondes Schadeck

X – Conselho de Alimentação Escolar
Titular: Andrica Zay Boligon
Suplente: Nelson Ferreira de Souza

XI – Conselho Tutelar
Titular: Maria Marta de Souza Silveira Borges
Suplente: Maria Goreti Nascimento Prestes

XII – Representante das Famílias
Titular: Edicleia Maria Kosmenko
Suplente: Selma Aparecida Garcia

XIII – Poder Executivo Municipal
Titular: Tassiele Maria Pedroso
Suplente: Cleiton Alves

Art. 2º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 3º A coordenação do Comitê será exercida pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, cabendo-lhe convocar e presidir as reuniões.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador ou pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º Compete ao Comitê acompanhar, monitorar, avaliar e propor ações relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com a Política Estadual de Alfabetização.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 06 de Outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:8EAA25A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2026
Data: 06/10/2026.

Súmula: transfere o ponto facultativo municipal do dia 28 de outubro de 2026 para o dia 30 de outubro de 2026, e estabelece esta data como ponto facultativo na Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências.

a Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

Considerando o Decreto Legislativo nº. 01/2026, que enumera os dias de feriados e os dias de ponto facultativo para cumprimento de expediente pelos servidores da Câmara Municipal de Guaíra.

Considerando o Decreto Municipal nº. 421/2026, que transfere o Ponto Facultativo Municipal do dia 28 de outubro de 2026 - Dia do Servidor Público - para o dia 30 de outubro de 2026, e estabelece esta data como ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Guaíra, Estado do Paraná.

Considerando o contido nos artigos 150-A e 288, do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Vereadores,

DECRETA

Art. 1º. A transferência do Ponto Facultativo Municipal do dia 28 de outubro de 2026 - Dia do Servidor Público - para o dia 30 de outubro de 2026, e estabelece esta data como ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, e revoga parcialmente a Decreto Legislativo nº. 01/2026, no que diz respeito ao ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2026.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025-2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:B773CB25

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 293/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 096/2025, Contrato nº 124/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **JULIANI CRISTINA PEREIRA 07844489901**, inscrita no **CNPJ nº 37.026.574/0001-49**

Objeto: Aquisição de peças, bem como os serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, conservação e limpeza de aparelhos de ares condicionados, deste Município de Guaíra-PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o acréscimo de percentual de valor do Contrato nº 124/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 096/2026.

Do Acréscimo do Valor: a Contratante pagará a Contratada o valor total adicional de **R$ 14.673,00 (quatorze mil, seiscentos e setenta e três reais)**, que corresponde ao percentual de **7,52%** do valor total inicial da Ata de Registro de Preços nº 096/2025 - Contrato nº 124/2025, que é **R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)** e refere-se ao acréscimo de quantidade no item 3, da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 06 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:F5194E71

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 176/2026

Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de sacos de ráfia e Big Bags (Ecobags), confeccionados em polipropileno, novos, resistentes e personalizados, destinados ao acondicionamento, armazenamento e movimentação de resíduos recicláveis e demais materiais, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente – SEMAIM do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITEM EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 21/10/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 21/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 21/10/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 06 de outubro de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:FDC165C8

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 655/2026

Dispensa de Licitação nº 052/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, CNPJ nº 03.776.284/0015-04**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para a realização, no Município de Guaíra/PR, de cursos presenciais de qualificação profissional na área de alimentos, destinados ao público indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Valor Total: R$ 34.290,40 (trinta e quatro mil e duzentos e noventa reais e quarenta centavos).

Recursos Orçamentários:

1305.10.01.2116.3339039050000000000.934
1853.10.01.2116.3339039050000000000.952
1842.10.02.6001.3339039050000000000.918
1417.10.03.2119.3339039050000000000.947
1982.10.04.2125.3339039050000000000.925
1907.10.04.2125.3339039050000000000.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, tendo início na data de assinatura e término em **06 de outubro de 2027**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/21.

Data de Assinatura: 06 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:185F0B59

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 644/2026

CONTRATANTE: Município de GUAÍRA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, na cidade de Guaíra, Estado do Paraná, CEP 85.980-000, inscrito no CNPJ nº 77.857.183/0001-90, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. Gileade Gabriel Osti portador da Cédula de Identidade RG nº 94426758 SESP PR e do CPF/MF nº 048.468.559-70, e

CONTRATADA: ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.826.387/0001-53.

OBJETO: Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 25.059,42 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra.

VALOR: R$ 7.349.900,00 (sete milhões trezentos e quarenta e nove mil e novecentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato

do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de GUAÍRA, Estado do Paraná.

Guaíra/PR, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:C5829884

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 611/2026

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 013/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar e adjudicar o julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de **Concorrência Pública nº 013/2026,** cujo objeto é a pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 25.059,42 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra, sendo a empresa vencedora:

ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 05.826.387/0001-53**, vencedora global da licitação, com valor total máximo de **R$ 7.349.900,00 (sete milhões trezentos e quarenta e nove mil e novecentos reais);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 05 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D8E5A53C

COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE SUPRESSÃO Nº 011/2026

Extrato do Primeiro Termo de Supressão ao Contrato Administrativo nº 684/2024, do Edital de Concorrência Eletrônica nº 029/2024.

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **VILLARES CONSTRUTORA E METALURGICA LTDA, CNPJ nº 05.863.476/0001-70**

Objeto do Contrato: contratação de empresa de engenharia para execução de obras de revitalização de uma área pública municipal, denominado Espaço Seringueira, constituída pela parte do imóvel denominado de "UMA ÁREA de 212.656,09 m2", objeto da matricula nº 16.283 do cartório de registro de imóveis de Guaíra, localizada às margens esquerda do Rio Paraná, situada na parte final da Rua Getúlio Vargas esquina Avenida Beira Rio, Bairro Vila Velha, Cidade de Guaíra-PR.

Objetivo do Termo de Supressão – *Redução:* conforme memorando nº 856/2024 em anexo ao processo com as devidas justificativas, RESOLVEM AS PARTES, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 em seu art. 125, **REDUZIR** o montante de ***R$ 232.034,72 (duzentos e trinta e dois mil, trinta e quatro reais e setenta e dois centavos),* que corresponde à 10,39% do valor original do contrato, que é de R$ 2.232.380,00 (dois milhões, duzentos e trinta e dois mil e trezentos e oitenta reais). O valor total final contratual, considerando os aditivos já formalizados anteriormente e a presente supressão, será de R$ 2.557.938,82 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos)**.

Ficam as partes desobrigadas de quaisquer pagamentos, indenizações ou multa, sendo por mútuo consenso delas, conforme parecer da procuradoria jurídica do Município.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original

Guaíra, Paraná, 6 de outubro de 2026.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E446C3C2

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 43/2024 – PREGÃO Nº 18/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: RADIONET LTDA
OBJETO: Pelo presente termo renova-se o prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses a partir de 23 de outubro de 2026. O valor total da renovação será de R$ 141.902,40 (cento e quarenta e um mil, novecentos e dois reais e quarenta centavos). Conforme Cláusula Sexta do contrato originário, será concedido o reajuste contratual com base no índice IPCA/IBGE, após decorridos 12 (doze) meses do último reajuste, sendo tal reajuste formalizado posteriormente por meio de Termo Aditivo com a atualização dos cálculos do índice ora mencionado.
FIRMADO EM: 05 de outubro de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 614/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Antônio Alves De Araujo Neto

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:A010E666

PROJUR
INQUÉRITO CIVIL Nº 0057.26.000163-1 RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Promotor de Justiça que a esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no art. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição Federal; no art. 120, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná; no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993; e nos arts. 27, parágrafo único, inciso I, 57, inciso V, e 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 85/1999;
CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes

Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal);
CONSIDERANDO que o Inquérito Civil em epígrafe foi instaurado para apurar a legalidade da investidura da servidora municipal Cassia Cassiane de Oliveira Menezes em funções de suporte pedagógico (Assessoria Pedagógica e Diretoria de Educação) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Guaíra/PR (cf. mov. 1.32, fl. 152);
CONSIDERANDO que o art. 36 da Lei Municipal nº 1.965/2015 estabelece, de forma hialina, que o exercício das funções de suporte pedagógico dos profissionais do magistério tem como pré-requisito a experiência docente de no mínimo três anos, adquirida na educação básica em qualquer sistema de ensino, público ou privado;
CONSIDERANDO que a referida exigência municipal encontra amparo e diretriz simétrica nos arts. 64 e 67, §1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelecem a experiência docente como pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério;

CONSIDERANDO que, para comprovar o requisito exigido em lei, a servidora apresentou documentação referente à sua atuação na instituição "*Superação Reforço Escolar*";
CONSIDERANDO que a responsável legal pela referida instituição prestou esclarecimentos a esta Promotoria de Justiça, afirmando categoricamente que a entidade atua na área de apoio pedagógico e reforço escolar e não se caracteriza como escola regular integrante do sistema oficial de ensino, não possuindo autorização ou credenciamento para emissão de documentação escolar oficial ou certificação de ensino regular (cf. mov. 1.15, fl. 91);
CONSIDERANDO que o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente e da Educação (CAOPCAE), por meio do Parecer nº 55/2026, firmou o entendimento técnico de que a atuação profissional desenvolvida exclusivamente em instituição de reforço escolar que não integra sistema de ensino e não possui autorização para oferta regular de etapas da educação básica não se equipara ao efetivo exercício da docência na educação básica exigido pelo art. 36 da Lei Municipal nº 1.965/2015 (cf. mov. 1.30, fls. 146-147);
CONSIDERANDO que a designação e a manutenção de servidor em função gratificada sem o preenchimento dos requisitos legais objetivos consubstanciam ato administrativo eivado de nulidade, gerando o pagamento indevido de verbas públicas e consequente lesão ao erário;
RESOLVE RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Guaíra, **GILEADE GABRIEL OSTI**, e à Excelentíssima Senhora Secretária Municipal de Educação, **MARLEIDE BELEGANTE**, ou a quem vier a substituí-los, que adotem, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, as seguintes providências:
ANULEM o ato administrativo que designou a servidora Cassia Cassiane de Oliveira Menezes para o exercício de função de suporte pedagógico (Assessoria Pedagógica e/ou Diretora de Educação), determinando seu imediato afastamento de referida função de confiança/cargo comissionado, em razão do não preenchimento do requisito objetivo de três anos de experiência docente na educação básica (art. 36 da Lei Municipal nº 1.965/2015).

CESSEM imediatamente o pagamento de qualquer gratificação ou acréscimo remuneratório (seja de 36%, 72% ou qualquer outro percentual) vinculado ao exercício das mencionadas funções de suporte pedagógico à referida servidora.
ABSTENHAM-SE de nomear ou designar para funções de suporte pedagógico (direção, coordenação, assessoria ou supervisão escolar) profissionais que não comprovem, mediante documentação idônea de instituições regularmente vinculadas ao sistema oficial de ensino, a exigência de tempo mínimo de docência na educação básica ditada pela legislação de regência.
REQUISITA-SE, outrossim, que os destinatários informem a esta Promotoria de Justiça, no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento desta, se acatam a presente Recomendação, encaminhando, em caso positivo, a documentação comprobatória das medidas adotadas (cópia da portaria/decreto de anulação e suspensão dos pagamentos).
ADVERTE-SE que o não atendimento à presente Recomendação, a falta de resposta ou a apresentação de resposta inconsistente implicará a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis por parte do Ministério Público, notadamente o ajuizamento de Ação Civil Pública para a nulidade do ato e restituição dos valores aos cofres públicos, bem como a apuração de eventual ato de improbidade administrativa, na medida em que a inércia, ciente da ilegalidade ora apontada, configurará o dolo específico para a responsabilização nos ditames da Lei nº 8.429/1992.
REQUISITA-SE, por fim, a adequada e imediata divulgação da presente Recomendação, inclusive mediante sua publicação nos meios oficiais do Município e afixação na sede da Secretaria Municipal de Educação.

RENAN GUILHERME GÓES DE LIMA
Promotor de Justiça

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:488CBCC5

PROJUR
PORTARIA Nº 612/2026 DATA: 06.10.2026 EMENTA: DESTITUI SERVIDOR DA COORDENAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS, NOMEADO PELA PORTARIA Nº 019/2025 DE 14/01/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais contidas no Artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra, Estado do Paraná, e, considerando o memorando on-line sob o nº 197/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica destituído **HELTON EDUARDO SILVA ROSA**, da função de Coordenador de Praças Esportivas, simbologia FG4, nomeado por meio da Portaria nº 019/2025 de 14/01/2025, com desligamento no dia 05 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as medidas necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 019/2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 05 de outubro de 2026.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:3996C61E

PROJUR
PORTARIA Nº 613/2026 DATA: 06.10.2026 EMENTA: EXCLUI A GRATIFICAÇÃO DA PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do artigo 30, 32 e 33 da Lei n° 1.965 de 11 de dezembro de 2015, e, ainda, considerando o memorando sob o nº 212/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica excluída a gratificação da servidora pública municipal para o desempenho das funções de Assessoria Pedagógica e Educacional, do Município de Guaíra, Estado do Paraná, sendo último dia de gratificação na data de 05 de outubro de 2026, conforme segue:

Matrícula	Nome	Carga horária	Porcentagem	A partir de	Local de Trabalho
22381-05	Cassia Cassiane de Oliveira Menezes	40 h	72% no período de contrato	05/10/2026	SMED

Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria n° 348/2026 de 12 de junho de 2026.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:648DD0B9

PROJUR
PORTARIA Nº 614/2026 DATA: 06.10.2026 EMENTA: DESIGNA A SERVIDORA PARA ATUAR COMO GESTORA DAS PARCERIAS FIRMADAS ENTRE O MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, FORMALIZADAS POR MEIO DE EDITAL DE CHAMAMENTO, NO ÂMBI

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nos termos dos artigos 20 e 21 da Resolução nº 28/2011 TCE-PR, artigos 61 e 62 da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e artigos 43 e 44 do Decreto Municipal 442/2016, e,

Considerando a Ata n° 11/2026 do Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando o memorando online sob o nº 2.829/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora **QUENDRA RAMOS DA SILVA**, Educadora Social - Coordenadora do CREAS, CPF n° XXX.338.429-XX, Matrícula Funcional nº 30.157-3, como responsável para atuar como gestora nas parcerias formalizadas por meio de edital de chamamento no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O exercício das funções descritas nesta Portaria será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná em 06 de outubro de 2026

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:EBFC9F7B

PROJUR
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR Nº 06/2026

Súmula: "Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e do Plano de Aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA/FIA) para os exercícios de 2026/2027."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Guaíra/PR, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e na Lei Municipal nº 1.593/2008, de 27 de agosto de 2008, e com fundamento na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, no Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e na Resolução CONANDA nº 235/2023:

Considerando:

• **CONSIDERANDO** a Resolução nº 137 do CONANDA, que estabelece parâmetros para o funcionamento dos Fundos;

• **CONSIDERANDO** o dever do CMDCA de deliberar e controlar a aplicação dos recursos públicos destinados à infância;

• **CONSIDERANDO** a deliberação da Plenária em Reunião Ordinária realizada no dia 24/06/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Plano de Ação** do CMDCA para o período de 2026/2027, que define os eixos estratégicos e diretrizes das políticas públicas municipais.

Art. 2º Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos do FMDCA, detalhando a distribuição orçamentária por áreas prioritárias.

Art. 3º Os recursos serão destinados exclusivamente a programas de promoção, proteção, proteção e defesa. Vedado seu uso para manutenção administrativa direta do conselho ou despesas de pessoal da prefeitura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, em 06 de outubro de 2026.

IGOR MOSCOVITS QUEIROZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0E386045

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 156/2026

DECRETO Nº 156/2026

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.897, DE 18 DE AGOSTO DE 2026, QUE INSTITUI O PROGRAMA "BOLSA CULTURA VIVA" NO MUNICÍPIO DE GUARACI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.897, de 18 de agosto de 2026, que institui o Programa "Bolsa Cultura Viva" no Município de Guaraci;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos necessários à execução do Programa, especialmente quanto à seleção, acompanhamento, avaliação e manutenção das bolsas culturais;
DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 1.897, de 18 de agosto de 2026, e estabelece normas para execução do Programa **"Bolsa Cultura Viva"** no Município de Guaraci.
Art. 2º O Programa será executado sob a coordenação do órgão municipal responsável pela área de Cultura, ao qual competirá:
I – planejar e coordenar as ações do Programa;
II – elaborar e acompanhar os planos de atividades artístico-culturais dos bolsistas;
III – promover e acompanhar as atividades formativas e culturais;
IV – acompanhar a frequência e a participação dos bolsistas;
V – organizar e manter os registros e documentos relativos ao Programa;
VI – elaborar os relatórios de acompanhamento e avaliação;
VII – promover as ações necessárias à execução da contrapartida cultural prevista na Lei nº 1.897/2026;
VIII – adotar as providências administrativas necessárias à manutenção, suspensão ou desligamento dos participantes, observadas as disposições legais e regulamentares.
Art. 3º O Programa disponibilizará até **8 (oito) bolsas culturais**, no valor mensal de **R$ 1.000,00 (mil reais)** cada, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
§ 1º A bolsa terá natureza de incentivo e formação artístico-cultural, não constituindo remuneração, contraprestação por serviços ou vínculo empregatício, estatutário, previdenciário ou funcional com o Município.
§ 2º A concessão da bolsa ficará condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.897/2026, neste Decreto e no respectivo edital de seleção.
§ 3º O número de bolsas efetivamente concedidas poderá ser inferior ao limite previsto no caput, caso não haja candidatos habilitados em número suficiente ou não sejam atendidos os requisitos estabelecidos para concessão.
Art. 4º Poderão participar do Programa os candidatos que atenderem cumulativamente aos requisitos previstos no art. 6º da Lei Municipal nº 1.897/2026.
Parágrafo único. A comprovação dos requisitos e a documentação exigida serão estabelecidas no edital de seleção.
Art. 5º A seleção dos participantes será realizada mediante edital público, que deverá estabelecer, no mínimo:
I – número de bolsas disponíveis;
II – valor mensal da bolsa;
III – período e forma de inscrição;
IV – documentação necessária;
V – critérios objetivos de avaliação e pontuação;
VI – critérios de desempate;
VII – cronograma do processo seletivo;
VIII – forma e prazo para apresentação de recursos;
IX – critérios de acompanhamento e manutenção da bolsa;
X – condições para desligamento do Programa.
Art. 6º A avaliação dos candidatos observará os critérios previstos no § 2º do art. 7º da Lei Municipal nº 1.897/2026, considerando, conforme estabelecido no edital:
I – situação socioeconômica;
II – participação comprovada em atividades culturais;
III – cursos e capacitações realizados;
IV – qualidade técnica do portfólio artístico;
V – participação em ações comunitárias e culturais;
Art. 7º O edital deverá estabelecer critérios objetivos de pontuação para cada item de avaliação, assegurando tratamento isonômico aos candidatos.
Art. 8º A seleção dos participantes será conduzida por Comissão de Seleção composta por 5 (cinco) membros, designados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo 2 (dois) representantes do Conselho Municipal de Cultura e 3 (três) servidores públicos municipais efetivos, indicados pela Administração Municipal.
§ 1º A composição nominal da Comissão será estabelecida por Portaria do Poder Executivo.
§ 2º Compete à Comissão de Seleção:
I – analisar a documentação apresentada pelos candidatos;
II – verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação e no edital;
III – atribuir a pontuação de acordo com os critérios estabelecidos no edital;
IV – elaborar a classificação dos candidatos;
V – apreciar os recursos administrativos apresentados pelos candidatos;
VI – elaborar e encaminhar o resultado final para publicação;
VII – praticar os demais atos necessários à condução do processo seletivo.
§ 3º Os membros da Comissão deverão declarar eventual situação de impedimento ou conflito de interesse em relação a candidato participante do processo seletivo.
Art. 10. A participação dos bolsistas poderá compreender oficinas, cursos, apresentações, projetos culturais, atividades comunitárias, mostras, festivais, exposições, ações educativas e demais atividades compatíveis com os objetivos do Programa.
Art. 11. O acompanhamento dos bolsistas será realizado pela coordenação do Programa, mediante controle de frequência, participação nas atividades, cumprimento do Plano de Atividades e demais mecanismos previstos no edital.
Art. 12. A manutenção da bolsa dependerá do cumprimento dos requisitos previstos no § 1º do art. 8º da Lei Municipal nº 1.897/2026, especialmente:
I – frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
II – participação efetiva nas ações culturais;
III – cumprimento do Plano de Atividades;
IV – apresentação dos relatórios periódicos, quando exigidos.
Art. 13. A avaliação dos bolsistas poderá ocorrer trimestralmente, considerando a frequência, participação, cumprimento do Plano de Atividades e desenvolvimento das atividades artístico-culturais.
Art. 14. Os bolsistas deverão realizar contrapartida cultural gratuita à comunidade, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.897/2026.
§ 1º A contrapartida poderá compreender:
I – apresentações artísticas;
II – oficinas;
III – exposições;
IV – atividades educativas;
V – ações culturais comunitárias;
VI – outras atividades compatíveis com os objetivos do Programa.
§ 2º As atividades de contrapartida serão definidas pela coordenação do Programa, considerando a área artística de atuação de cada bolsista.
Art. 15. O desligamento do participante poderá ocorrer nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei Municipal nº 1.897/2026.
Art. 16. O desligamento deverá ser formalizado pela coordenação do Programa, assegurado ao participante o direito de apresentar manifestação ou recurso administrativo quando cabível, na forma estabelecida no edital.
Art. 17. O Programa terá vigência de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, observado o disposto no art. 10 da Lei Municipal nº 1.897/2026.
Art. 18. A permanência individual do bolsista observará o limite máximo de 12 (doze) meses, podendo a bolsa ser renovada uma única vez, mediante avaliação de desempenho, interesse da Administração e disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 19. O pagamento da bolsa será realizado mensalmente, mediante comprovação da participação do bolsista nas atividades do Programa e observância dos critérios de frequência e acompanhamento estabelecidos neste Decreto e no edital.
§ 1º O pagamento ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 2º O descumprimento dos requisitos necessários à manutenção da bolsa poderá resultar na suspensão ou desligamento do participante, observadas as disposições da Lei nº 1.897/2026, deste Decreto e do edital.
Art. 20. O órgão municipal responsável pela Cultura poderá expedir atos complementares necessários à execução deste Decreto e da Lei Municipal nº 1.897/2026.
Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do Programa, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.897/2026, deste Decreto e demais normas aplicáveis.
Art. 22. As despesas decorrentes da execução do Programa correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci, 05 de outubro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:305055AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 157/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (dez mil reais), conforme abaixo:
05 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA
002 – Departamento de Administração e Planejamento
04 – Administração
0122 – Administração Geral
0003 – Administração Geral
2.006 – Manutenção do Departamento de Administração e Planejamento
3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros - PJ – Cód. 60..... R$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do excesso de arrecação como segue:

1.7.1.1.51.2.1.00.00.00 – Cota-parte do FPM - Fonte 1000..... R$ 50.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ..... R$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 06 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:24591C68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 112/2026

EDITAL Nº 112/2026

A Comissão de Avaliação, torna público o resultado do PSS - Processo Seletivo Simplificado para contratação de **Estagiários de Ensino Superior,** aberto pelo Edital nº 095/2006, conforme abaixo:
Ensino superior
Estágio de Pedagogia

NOME	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
BIANCA REGINA TOLOI	96,88	1º
JAQUELINE FAVERO RODRIGUES	89,11	2º
ANA PAULA SERVELIN	87,96	3º
ESTELA CAROLINA RICHTER DE CARVALHO	87,62	4º
DIENIFER BEATRIZ SOBRAL THEODORO	82,96	5º
CAROLINE LETICIA REZENDE DE CASTRO	0,00	DESCLASSIFICADO
ISADORA DE OLIVEIRA SARTORI	0,00	DESCLASSIFICADO

Os eventuais recursos poderão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Guaraci, endereçado a Comissão Especial de Avaliação, no dia **07/10/2026, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min**, no seguinte endereço eletrônico rh@guaraci.net
Todas as fases deste Processo Seletivo Simplificado serão fornecidas pela Prefeitura Municipal, através da Comissão do Processo Seletivo ou serão afixadas no quadro de publicação de atos da Prefeitura Municipal, bem como no endereço eletrônico www.guaraci.pr.gov.br

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

PAMELA KATIUCI NUNES GONÇALVES ARRABAÇA

TIAGO LUIZ DE FREITAS

JOSÉ LOURENÇO DA SILVA NETO

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:23E03365

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 113/2026

EDITAL Nº 113/2026

A Comissão de Avaliação, torna público o resultado do PSS - Processo Seletivo Simplificado para contratação de **Estagiários de Ensino Médio,** aberto pelo Edital nº 082/2006, conforme abaixo:
Estágio de Ensino Médio

NOME	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
GRAZIELY VITÓRIA PEREIRA MAURICIO	96,75	1º
REBECA MENDES DE SILVA SANTOS	88,28	2º
MARIA EDUARDA DE ARAÚJO RODRIGUES	88,00	3º
ANI GABRIELI HENRIQUE LAURINDO DA SILVA	85,14	4º
DANIEL ALEXANDRE DE SALES SILVA	81,14	5º
MICHEL RIBEIRO DE OLIVEIRA	79,42	6º
RAYSSA CAREN XAVIER CLEMENTINO	79,00	7º
KAUE GABRIEL DA SILVA ROCHA	77,85	8º
JULIA VITÓRIA SILVA DE SANTANA	76,35	9º
ISADORA RODRIGUES DE ARAÚJO	76,21	10º
JOAO CARLOS FERREIRA	75,50	11º
GUILHERME JOSE MUNHOZ RODRIGUES	69,12	12º
JOAO VICTOR ARANTES DE GIULI	68,28	13º

Afrodescendente		
NOME	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
GRAZIELY VITÓRIA PEREIRA MAURICIO	96,75	1º
KAUE GABRIEL DA SILVA ROCHA	77,85	8º
JULIA VITÓRIA SILVA DE SANTANA	76,35	9º

Os eventuais recursos poderão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Guaraci, endereçado a Comissão Especial de Avaliação, no dia **07/10/2026, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min**, no seguinte endereço eletrônico rh@guaraci.net
Todas as fases deste Processo Seletivo Simplificado serão fornecidas pela Prefeitura Municipal, através da Comissão do Processo Seletivo ou serão afixadas no quadro de publicação de atos da Prefeitura Municipal, bem como no endereço eletrônico www.guaraci.pr.gov.br
Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

PAMELA KATIUCI NUNES GONÇALVES ARRABAÇA

TIAGO LUIZ DE FREITAS

JOSÉ LOURENÇO DA SILVA NETO

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A95D53F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 170 /2026

PORTARIA Nº 170 /2026

SÚMULA: Nomeia Comissão Especial de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado para desenvolvimento de estágio de ensino remunerado e não obrigatório, junto ao Município de Guaraci – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação responsável pelo acompanhamento, avaliação e demais atos necessários à realização do Processo Seletivo Simplificado destinado ao desenvolvimento de estágio de ensino remunerado e não obrigatório junto ao Município de Guaraci – PR.
Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial de Avaliação os seguintes servidores municipais:
I – PAMELA KATIUCI NUNES GONÇALVES ARRABAÇA – Auxiliar Administrativo – Presidente;
II –JOSE LOURENÇO DA SIVA NETO –Fiscal de Tributos – Membro;
III – TIAGO LUIZ DE FREITAS – Auxiliar Administrativo – Membro.
Art. 3º Compete à Comissão Especial de Avaliação, observadas as disposições do respectivo Edital, praticar os atos necessários à condução do Processo Seletivo Simplificado, incluindo a análise da documentação apresentada pelos candidatos, classificação, avaliação e divulgação dos resultados, bem como apreciar eventuais recursos e demais atos relacionados ao certame.
Art. 4º A Comissão deverá observar, em todos os seus atos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, isonomia e transparência, assegurando igualdade de condições aos candidatos.
Art. 5º Na hipótese de impedimento, ausência, afastamento ou qualquer outra impossibilidade de participação de um dos membros da Comissão, este poderá ser substituído por outro servidor municipal, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, garantindo-se a continuidade dos trabalhos.
Parágrafo único. A substituição de membro não prejudicará os atos já praticados pela Comissão, desde que regularmente constituída.
Art. 6º Os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação serão realizados sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores designados, não fazendo jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação na Comissão.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci, 05 de outubro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:46715020

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO Nº 156/2026 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 156/2026 , DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE GUARACI-PR, NOMEADA PELO DECRETO Nº 093/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso V do art. 53 da Lei Orgânica do Município, considerando o art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, o art. 20 da Lei Municipal nº 1.389, de 20 de novembro de 2015, e os termos do Decreto Municipal nº 092/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º do Decreto Municipal nº 093/2025, de 05 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)
IV. Representantes dos profissionais da Educação Infantil:
a) Titular: Eliane Ângelo Dias Padovan;
b) Suplente: Maristela de Souza." (NR)

Art. 2º Ficam mantidas e ratificadas todas as demais nomeações e disposições constantes do Decreto nº 093/2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci/PR, em 24 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1902EEF6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA SME Nº 004/2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA SME Nº 004/2026

PORTARIA SME Nº 004/2026

Secretaria Municipal de Educação de Guaraci – PR

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO E NORMAS COMPLEMENTARES DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE GUARACI-PR NO ANO DE 2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo § 1º, inciso II, do art. 56 da Lei Orgânica do Município de Guaraci, considerando o disposto no art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, no art. 20 da Lei Municipal nº 1.389, de 20 de novembro de 2015, no Decreto Municipal nº 092/2025 e no Decreto Municipal nº 093/2025 com suas alterações,

R E S O L V E

Art. 1º Divulgar o calendário do processo de escolha dos Diretores da Escola Municipal Wilson Jan de Giuli e do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto da Alegria, mediante processo de avaliação por mérito e desempenho, conforme disposto no Decreto nº 092/2025.

Art. 2º O processo ocorrerá em duas fases:
I – Fase I: Inscrição para Candidato à Direção Escolar;
II – Fase II: Análise do Plano de Gestão Escolar.

Parágrafo único. A inscrição será realizada junto à Comissão Central até o dia 19 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Dom Pedro I, nº 302, no horário das 8h às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

Art. 3º Poderá inscrever-se o professor que atender cumulativamente aos requisitos:
I – Habilitação em curso de nível superior em Licenciatura Plena ou Normal Superior na área da Educação, com Especialização em Gestão Escolar;
II – Certificado de curso em gestão escolar, com carga horária mínima de 40 horas;
III – Ser integrante do quadro efetivo do magistério municipal;

IV – Ter estabilidade no serviço público municipal e comprovar experiência de no mínimo 3 (três) anos como regente de classe ou coordenador pedagógico;
V – Estar lotado na mesma unidade educacional há pelo menos 6 (seis) meses;
VI – No caso de diretores em exercício, apresentar idoneidade na gestão de recursos e regularidade na prestação de contas;
VII – Não ter sido condenado administrativamente nos últimos 5 (cinco) anos;
VIII – Não ter condenação judicial transitada em julgado;
IX – Ter obtido nota superior a 7,0 (sete) na última Avaliação de Desempenho.

Art. 4º A homologação das inscrições aptas para a Fase II será realizada até 21 de outubro de 2026.

Art. 5º O Plano de Gestão Escolar deverá ser protocolado até 30 de outubro de 2026, conforme modelo constante no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O protocolo do Plano de Gestão no prazo fixado é requisito obrigatório, implicando a sua ausência na desclassificação do candidato.

Art. 6º A análise e homologação dos candidatos aprovados na Fase II ocorrerá até 13 de novembro de 2026, com base nos critérios constantes no Anexo II desta Portaria.

Art. 7º Os candidatos habilitados e classificados serão indicados pela Comissão Central ao Prefeito Municipal.

Art. 8º A nomeação e designação dos diretores de cada instituição de ensino será realizada pelo Prefeito Municipal, por ato próprio.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraci-PR, 07 de outubro de 2026.

TALITA DE MOURA CABRAL CARVALHO
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE GUARACI-PR

NOME DO CANDIDATO UNIDADE ESCOLAR

PLANO DE GESTÃO

GUARACI-PR 2025

– Dados de Identificação

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Instituições que atua:

– Dados da Instituição

Breve relato sobre a instituição, níveis, etapas e modalidades, número de alunos, proposta pedagógica.

– Apresentação

Apresentação do candidato, dados acadêmicos e experiência profissional.

– Objetivos

Objetivos que pretende atingir quanto à gestão educacional da instituição.

– Justificativa

Justificar o porquê do interesse em ser diretor (a).

VII – Eixos de trabalho:

A – Gestão Pedagógica e melhorias da aprendizagem

Metas quanto às etapas e modalidades da Educação Básica, resultados da aprendizagem, evasão, reprovação, proposta pedagógica, conselho de classe e acompanhamento aos alunos e professores.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	Curto; Médio; Longo; Ação contínua ou; Definir o mês/ano.

B – Gestão Administrativa

Metas em relação aos professores e servidores, espaço físico, horário de funcionamento – recursos humanos e físicos.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	Curto; Médio; Longo; Ação contínua ou; Definir o mês/ano.

C – Gestão Financeira

Metas quanto a aplicação dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, Fundo Rotativo, Recursos Próprios da Associação de Pais, Mestres e Funcionário – APMFs e outros recursos que a unidade escolar receba.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	Curto; Médio; Longo; Ação contínua ou; Definir o mês/ano.

D – Gestão das Instâncias Colegiadas e Comunidade

Metas quanto a articulação com o Conselho Escolar, APMFs e Comunidade Escolar.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	Curto; Médio; Longo; Ação contínua ou; Definir o mês/ano.

– Avaliação da Gestão

Como serão avaliadas as metas e estratégias apresentadas no Plano de Gestão. Cronograma e formas de avaliação

– Referências Bibliográfica

Utilizadas para elaboração do Plano de Ação.

Obs: O Plano de Gestão deverá ser redigido em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, alinhamento justificado, e com número de página.

ANEXO II

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Pontuação: cada item deve ser avaliado, considerando a clareza, coerência, viabilidade e articulação com a realidade escolar e as diretrizes educacionais.

Item Avaliado	Critérios	Nota
1. Objetivos da Gestão e Justificativa (0,5)	Alinhamento com a função de gestor escolar. Clareza, viabilidade e relevância dos objetivos e justificativa apresentados.	
2. Gestão Pedagógica e Aprendizagem (2,0)	Metas coerentes com os desafios educacionais. Estratégias bem definidas e prazos adequados. Articulação com os instrumentos pedagógicos e foco na melhoria da aprendizagem.	
3. Gestão Administrativa (2,0)	Propostas de organização institucional, valorização da equipe, uso eficiente dos recursos humanos e físicos. Clareza e viabilidade nas metas e estratégias.	
4. Gestão Financeira (2,0)	Planejamento do uso dos recursos financeiros, com foco na transparência, eficiência e articulação com as necessidades da escola.	
5. Gestão das Instâncias Colegiadas e Comunidade (2,0)	Estratégias de participação democrática e integração com a comunidade escolar. Fortalecimento das instâncias colegiadas.	
6. Avaliação da Gestão (1,0)	Definição clara dos mecanismos, cronograma e instrumentos de acompanhamento e avaliação das metas propostas.	
7. Apresentação do Documento (0,5)	Formatação conforme exigências: fonte, tamanho, espaçamento, alinhamento e paginação. Organização e escrita coesa.	

Total de Pontos_____ / 10

ANEXO III

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES

INSCRIÇÃO NA FASE I	**ATÉ 19 DE OUTUBRO DE 2026**
HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS DA FASE I	**ATÉ 21 DE OUTUBRO DE 2026**
PROTOCOLO DO PLANO DE TRABALHO	**ATÉ 30 DE OUTUBRO DE 2026**
HOMOLOGAÇÃO DA FASE II	**ATÉ 13 DE NOVEMBRO DE 2026**
RESULTADO FINAL	**23 DE NOVEMBRO DE 2026**

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:C6B0D593

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 872/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 872/2026 de 07/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS	
07.001.04.122.0002.2.149	GERENCIA DE SERVICOS GERAIS E AQUISICAO PERMANENTES DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE	
214 - 3.3.90.36.00.00 1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	140.000,00
Total Suplementação:		140.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.1.1.51.2.1.01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTAS EXTRAORDINARIAS -	140.000,00
Total da Receita:	140.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, Estado do PR, em 7 de Outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito(a)

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:BBD5EAE8

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 873/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 873/2026 de 07/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
03.001.04.122.0002.2.101		FUNCIONAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO / RECURSOS HUMANOS	
8 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.229.999,72
9 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	270.000,28
		Total Suplementação:	1.500.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.1.1.51.2.1.01 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTAS EXTRAORDINARIAS -	1.500.000,00
Total da Receita:	1.500.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, Estado do PR, em 7 de Outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito(a)

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:8EBEF303

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N° 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA		
ESTADO DO PARANÁ		
Rua Elpídio dos Santos, n° 541 –Fone (46) 3245-1130		
CEP – 85548-000 – Honório Serpa – PR		
CONTRATO DE TRABALHO Nº 02/2026		
Contratante:	CNPJ	
MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA	95585444/0001-42	
Endereço:	Cidade:	Estado:
Rua Elpídio dos Santos, 541	Honório Serpa	PARANÁ
Contratada (a):	UF:	
Sidinei de Oliveira Camargo	PARANÁ	
CPF: 086.794.709-88		
Endereço:	Cidade:	Estado: PR
Av. XVI de novembro	Honório Serpa	

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas contratante e contratado(a), celebram contrato de trabalho por prazo determinado e passam adiante a ser denominadas de a primeira de contratante e a segunda de empregada, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O empregado(a) exercerá o Emprego de OPERADOR MAQUINAS RODOVIÁRIA PSS, com jornada semanal de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado, aberto através do Edital nº. 02/2026 e Edital 07/L de homologação do resultado final de 03 de agosto de 2026 e Edital de Convocação nº 03-O/2026 de 28 de setembro de 2026, cumprindo entre outras as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado que correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do emprego o empregado(a) receberá mensalmente, o valor de R$ 2.248,12 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais e doze centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do empregado(a) será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o empregado(a) informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica porem ciente que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o contratante é obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízos econômicos.
CLÁUSULA QUARTA: O empregado(a) fica a disposição do Departamento de Viação e trabalhara na zona rural e ou urbana deste Município.
CLÁUSULA QUINTA: O empregado(a) responde pelos prejuízos que causar com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por prazo determinado podendo ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor em 06 de outubro de 2026, vencendo-se em 04 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado uma vez por mais seis meses, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O empregado(a) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, contratante e empregado (a) assinam este instrumento em duas vias na presença das testemunhas infra-subscritas.

Honório Serpa, 06 de outubro de 2026

Empregador	***SIDINEI DE OLIVEIRA CAMARGO***
JOÃO CARLOS GARBIN	Empregad0(A)
Prefeito Municipal	

EDERSON LUIZ DOS SANTOS
Diretor Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:3BB5032F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 01-Z.4 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
05	Keisy De Oliveira Mendes	5º

CARGO: MOTORISTA CAMINHÃO/ONIBUS PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
04	Felipe Domingos Costa	4º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 06 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:3AA51B37

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.122, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.122, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Honório Serpa para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO CARLOS GARBIN**, sanciono a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Honório Serpa para o exercício financeiro de 2027, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, nos arts. 4º e 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Orgânica Municipal e no Plano Plurianual vigente.

Art. 2º São objetivos da presente Lei:
I – orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
II – estabelecer as metas e prioridades da Administração Municipal;

III – promover o equilíbrio entre receitas e despesas;
IV – assegurar a transparência e o controle social;
V – fortalecer a responsabilidade na gestão fiscal;
VI – garantir a compatibilidade entre Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º A elaboração e execução da Lei Orçamentária observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e responsabilidade fiscal.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 4º As metas e prioridades para o exercício de 2027 serão compatíveis com o Plano Plurianual e observarão especialmente:
I – fortalecimento da atenção básica à saúde;
II – manutenção e ampliação dos serviços educacionais;
III – assistência social e proteção às famílias em situação de vulnerabilidade;
IV – promoção dos direitos das mulheres;
V – proteção da criança, do adolescente e da pessoa idosa;
VI – desenvolvimento rural sustentável;
VII – manutenção e melhoria das estradas rurais;
VIII – pavimentação urbana;
IX – saneamento básico;
X – preservação ambiental;
XI – fortalecimento da gestão administrativa.

Art. 5º Os programas constantes da Lei Orçamentária deverão conter indicadores de desempenho e metas físicas compatíveis com os objetivos do Plano Plurianual.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º A Lei Orçamentária compreenderá:
I – Orçamento Fiscal;
II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º A proposta orçamentária será elaborada segundo as classificações:
I – institucional;
II – funcional;
III – programática;
IV – por natureza da despesa;
V – por fonte de recursos;
VI – por categoria econômica.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado dos demonstrativos previstos:
I – na Lei Federal nº 4.320/1964;
II – na Lei Complementar Federal nº 101/2000;
III – nos manuais da Secretaria do Tesouro Nacional;
IV – nas instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º A receita será estimada observando-se:
I – comportamento da arrecadação dos dois últimos exercícios, bem como, projeção de arrecadação do exercício vigente;
II – legislação tributária vigente;
III – projeções econômicas oficiais;
IV – transferências constitucionais e legais.

Art. 10. A despesa será fixada observando:
I – manutenção dos serviços públicos essenciais;
II – equilíbrio fiscal;
III – cumprimento dos limites constitucionais e legais;
IV – prioridades estabelecidas nesta Lei.

Art. 11. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência destinada:
I – ao atendimento de passivos contingentes;
II – aos riscos fiscais;
III – à abertura de créditos adicionais.
Fundamento: art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, programação financeira e cronograma mensal de desembolso.
Fundamento: art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 13. Se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais, os Poderes promoverão limitação de empenho e movimentação financeira.
Fundamento: art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 14. Não serão objeto de limitação de empenho:
I – despesas com pessoal e encargos sociais;
II – serviço da dívida;
III – precatórios judiciais;
IV – saúde;
V – educação;
VI – assistência social;
VII – despesas custeadas com recursos vinculados.

CAPÍTULO VI
DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 15. A abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários observará os arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 16. Os recursos para abertura de créditos adicionais poderão decorrer de:
I – superávit financeiro;
II – excesso de arrecadação;
III – anulação de dotações;
IV – operações de crédito autorizadas.
Fundamento: art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

CAPÍTULO VII
DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

Art. 17. As emendas individuais apresentadas pelo Poder Legislativo ficam limitadas a 1,55% (Um vírgula cinquenta e cinco por cento) da receita corrente liquida realizada no exercício anterior, e 1% (um por cento) destinada à programação das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, sendo que, do montante destinado a emendas individuais, 50% (cinquenta por cento) deverá ser destinado a ações e serviços públicos de saúde, conforme disciplinado no Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Honório Serpa. Baseado no Art. 166 da Constituição Federal.

Art. 18. As emendas impositivas ao projeto de lei orçamentária anual poderão ser apresentadas nos termos da Lei Orgânica do Município.

§ 1º Aprovadas as emendas de que trata este artigo, somente deixarão de ser executadas até o término do exercício em casos de impedimento de ordem técnica declarada pelo Poder Executivo, nos casos de:
I - proposta de valor que impeça a conclusão do objeto no exercício;
II – a programação oriunda da emenda impositiva não prever valor razoável para sua execução no exercício;
III - ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária, em caso de indicação de recursos à entidade sem fins lucrativos;
IV - não indicação de beneficiário pelo autor da emenda, caso esse seja imprescindível à sua execução;
V - não apresentação ou não aprovação de proposta, plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos nesta Lei, por parte do proponente;

VI - não realização de complementação ou ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, por parte do proponente;
VII - desistência da proposta pelo proponente;
VIII – em caso de não indicação de 50% em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS no caso de emenda individual, ou sua indicação para pagamento de pessoal ou encargos sociais;
IX - ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação ou de recursos suficientes para a contratação de elaboração do respectivo projeto, nos casos em que for necessário;
X - ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;
XI - incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão responsável pela programação;
XII - incompatibilidade com legislação local específica relacionada ao objeto da programação orçamentária oriunda de emenda impositiva;
XIII – prazos que inviabilizem o empenho no exercício financeiro;
XIV - outras razões de ordem prática, técnica e legal, que seja identificada apenas no ato da execução.

§ 2º Não constitui impedimento de ordem técnica a indevida classificação da despesa (órgão, programa, ação) ou erros formais que possam ser sanados por meio de ato próprio ou créditos adicionais.

§ 3º As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias oriundas de emendas impositivas serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, nos órgãos, não se admitindo apresentação de impedimento sem a devida justificação de ordem técnica.

Art. 19. No caso de impedimento de ordem técnica serão adotadas as seguintes medidas:
I - até cento e vinte dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo, comunicará ao Poder Legislativo as justificativas de impedimento à execução das emendas individuais e/ou de bancadas;
II – em até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
III – em até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso II o Poder Executivo consolidará as indicações e, se necessário, iniciará processo legislativo dos créditos adicionais para o atendimento.

Parágrafo único. Após o término do prazo previsto no inciso II do caput, as emendas com impedimento técnico não remanejadas pelo Poder Legislativo, não serão de execução obrigatória podendo servir de fonte para abertura de créditos adicionais no exercício.

Art. 20. Em caso de emendas que tenham como beneficiárias entidades da organização civil, o Poder Executivo as notificará para que apresentem o plano de trabalho em até trinta dias contados da promulgação da lei orçamentária anual.

§1º O Poder Executivo deve estabelecer prazo para que as entidades mencionadas neste complementem documentação ou procedam ajustes nos planos de trabalho.

§2º Oportunizados a complementação e ajustes de que trata o §1º deste artigo, o não atendimento aos requisitos das legislações, ou aos prazos, impedirá a formalização do termo ou convênio.

CAPÍTULO VIII
DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E PARCERIAS

Art. 21. As transferências de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos dependerão:
I – de interesse público;
II – de autorização legal;
III – de previsão orçamentária;
IV – de prestação de contas.

Art. 22. As parcerias com organizações da sociedade civil observarão integralmente a Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 23. As transferências voluntárias entre entes públicos observarão a Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO IX
DA GOVERNANÇA E DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Art. 24. A elaboração e execução do orçamento observarão os instrumentos de governança e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 25. Os órgãos municipais deverão compatibilizar suas demandas orçamentárias com o Plano de Contratações Anual, quando instituído.

Art. 26. Os investimentos públicos deverão ser precedidos de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira sempre que exigido pela legislação.

CAPÍTULO X
DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Art. 27. O Município manterá Portal da Transparência atualizado em tempo real.
Fundamento:
Lei Complementar nº 101/2000;
Lei Complementar nº 131/2009;
Lei nº 12.527/2011.

Art. 28. Serão realizadas audiências públicas de avaliação das metas fiscais nos meses de maio, setembro e fevereiro.
Fundamento: art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29. O Sistema de Controle Interno acompanhará:
I – execução orçamentária;
II – execução financeira;
III – execução patrimonial;
IV – cumprimento das metas governamentais.

Art. 30. Os programas e ações governamentais, serão submetidos periodicamente ao controle de custos e avaliação de resultados.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO XI
DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 31. A Lei Orçamentária consignará recursos para pagamento da dívida pública e respectivos encargos.

Art. 32. As operações de crédito observarão os limites fixados pelo Senado Federal, pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As operações de crédito por antecipação de receita observarão os requisitos do art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO XII
DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34. As despesas com pessoal observarão os limites previstos nos arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. A criação de cargos, empregos ou funções dependerá:
I – de autorização legal;
II – de prévia dotação orçamentária;
III – de estimativa do impacto orçamentário-financeiro;
IV – de observância dos limites da LRF.

Art. 36. A concessão de vantagens, reajustes ou reestruturações de carreira observará os arts. 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO XIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei destinados à atualização da legislação tributária municipal.

Art. 38. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário observará o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. As alterações da estrutura administrativa e/ou orçamentária municipal, promovidas por legislação específica serão compatibilizadas entre o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 40. Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada até 31 de dezembro de 2026, sua programação poderá ser executada provisoriamente até a sua aprovação e publicação.

Art. 41. O Poder Executivo poderá expedir normas complementares necessárias à execução desta Lei.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:3D75F718

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 202/2026

PORTARIA Nº 202/2026

EMENTA: Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGUARAÇU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações de vigilância, investigação, monitoramento e prevenção dos óbitos maternos e infantis no âmbito do Município de Iguaraçu;

CONSIDERANDO a importância da atuação integrada dos profissionais e representantes dos diferentes setores da saúde para a análise dos óbitos maternos e infantis, identificação de fatores determinantes e condicionantes e proposição de medidas para a redução da mortalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir e manter o **Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil** como instrumento de acompanhamento e qualificação das ações de saúde materna e infantil no Município;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os membros titulares e suplentes para comporem o **Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil do Município de Iguaraçu – Paraná**, conforme a seguinte composição:

Representação	Membro Titular	Membro Suplente
Secretária de Saúde	Kátia de Lucas	Jhonatas Bueno Barbosa
Médica – Atenção Primária	Romara Coelho de Morais	Karina Vieira de Olivo
Enfermeira – Atenção Primária	Ligia Naves Godoy de Castro	Tatiana Gomes Duarte Godinho
Enfermeira da Vigilância Epidemiológica	Juliana Gabrielle Santos Arnaldo	Tatiana Gonçalves Mendes
Assistente Social	Dayane Patricia Silva	Fernanda Vieira Fernandes Martins Rocha
Representante do Conselho	Juliana de Souza Campos de Vasconcelos	Káthia Regina de Paiva

Art. 2º - Compete ao **Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil**, observadas as normas e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS:

I – acompanhar e analisar os óbitos maternos e infantis ocorridos no Município;
II – participar da investigação dos óbitos maternos e infantis, identificando fatores determinantes, condicionantes e circunstâncias relacionadas à ocorrência dos óbitos;
III – contribuir para a identificação de possíveis falhas e fragilidades na assistência à saúde materna e infantil;
IV – propor medidas e ações de prevenção e redução da mortalidade materna e infantil;
V – promover a articulação entre os serviços de saúde, a Vigilância Epidemiológica, a Atenção Primária à Saúde e demais setores envolvidos na atenção à saúde da mulher e da criança;
VI – acompanhar indicadores de mortalidade materna e infantil e contribuir para o planejamento das ações de saúde;
VII – elaborar recomendações e encaminhamentos aos setores competentes, visando ao aprimoramento da assistência e à prevenção de novos óbitos;
VIII – exercer outras atribuições relacionadas à sua finalidade, conforme legislação e normas técnicas vigentes.

Art. 3º - O Comitê reunir-se-á ordinariamente em periodicidade definida por seus membros e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade, mediante convocação de sua coordenação.

Parágrafo único. As reuniões e atividades do Comitê deverão ser registradas em ata, contendo os assuntos discutidos, encaminhamentos e deliberações realizadas.

Art. 4º - A participação dos membros no Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil será considerada de relevante interesse público e **não será remunerada**.

Art. 5º - Os membros titulares serão substituídos pelos respectivos suplentes em suas ausências ou impedimentos.

Art. 6º - O Comitê deverá observar, em suas atividades, os princípios éticos, o sigilo das informações e a legislação vigente relativa à proteção de dados pessoais e às informações de caráter sigiloso.

Art. 7º - O mandato dos membros do Comitê será de **2 (dois) anos**, permitida a recondução, conforme necessidade e interesse da Administração Pública Municipal.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:683CEBAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
ATO DE ANULAÇÃO DISPENSA N° 043/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2026

Assunto: Processo Administrativo nº 194/2026 – Dispensa de Licitação nº 043/2026. Vício de legalidade verificado no julgamento da habilitação. Anulação integral do procedimento. Instauração e

republicação de novo procedimento. Art. 71, inciso III e §§ 1º, 3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021. Princípio da autotutela. Súmula 473 do STF.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos constantes do Processo Administrativo nº 194/2026, referente à Dispensa de Licitação nº 043/2026,

CONSIDERANDO que a Dispensa de Licitação nº 043/2026 tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e treinamento destinados aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo os treinamentos de higienização dos serviços de saúde; organização do serviço de recepção; segurança do paciente; linhas de cuidado e indicadores de financiamento; Plano Terapêutico Singular – PTS; processo de trabalho e indicadores de saúde da Odontologia; coordenação da Atenção Primária à Saúde; e imersão em classificação de risco e vulnerabilidade;

CONSIDERANDO que as contratações públicas devem ser processadas em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, igualdade, transparência, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade e economicidade, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade constitui fundamento do regime jurídico-administrativo e encontra previsão no art. 37, caput, da Constituição Federal, impondo à Administração Pública o dever de observar rigorosamente as normas legais e as regras estabelecidas no instrumento convocatório;

CONSIDERANDO que, durante o processamento da Dispensa de Licitação nº 043/2026, a empresa **MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.496.430/0001-16**, foi inicialmente declarada habilitada, sobrevindo, posteriormente, decisão administrativa que promoveu a revisão de sua habilitação;

CONSIDERANDO que a referida empresa foi declarada **INABILITADA** em razão do entendimento, naquele momento, de que a Certidão Negativa de Falência apresentada não atenderia ao item 8.23 do instrumento convocatório, especificamente porque o documento teria sido expedido por órgão diverso daquele considerado competente em relação à sede da licitante;

CONSIDERANDO que, em decorrência da inabilitação da empresa MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA., o procedimento teve prosseguimento com a convocação da empresa **M.J. CONSULTORIA EM SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ nº 26.761.699/0001-04**, culminando na prática dos atos posteriores de habilitação, adjudicação e homologação do certame;

CONSIDERANDO que, após a homologação do procedimento, a empresa MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. apresentou à Administração documentação e esclarecimentos demonstrando que a Certidão Negativa de Falência apresentada originalmente no procedimento havia sido emitida pelo órgão competente para a finalidade exigida pelo instrumento convocatório, segundo a organização judiciária aplicável;

CONSIDERANDO que os documentos posteriormente apresentados não constituem nova documentação destinada à satisfação tardia de requisito de habilitação, mas elementos destinados a **demonstrar a regularidade e a aptidão de documento que já havia sido tempestivamente apresentado no procedimento**, evidenciando equívoco administrativo na apreciação de sua validade;

CONSIDERANDO, portanto, que a decisão que declarou a empresa MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. inabilitada foi fundada em premissa posteriormente demonstrada como inadequada, caracterizando vício de legalidade capaz de comprometer a regularidade do julgamento da habilitação e dos atos subsequentes;

CONSIDERANDO que a Administração Pública possui o poder-dever de rever seus próprios atos quando constatada ilegalidade, em observância ao princípio da autotutela administrativa;

CONSIDERANDO que o art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 autoriza a autoridade competente a proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, quando presente ilegalidade insanável;

CONSIDERANDO que o §1º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, ao pronunciar a nulidade, a autoridade deverá indicar expressamente os atos atingidos pelo vício, tornando sem efeito os atos subsequentes que deles dependam;

CONSIDERANDO que, nos termos do §4º do mesmo dispositivo legal, as disposições relativas à anulação são aplicáveis, no que couber, aos procedimentos de contratação direta;

CONSIDERANDO que, de acordo com a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

CONSIDERANDO que o vício identificado repercutiu diretamente sobre a sequência do procedimento, pois a inabilitação da empresa MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. determinou a convocação da empresa subsequente e, posteriormente, os atos de habilitação, adjudicação e homologação;

CONSIDERANDO, ainda, que o Município de Iguaraçu possui **prazo administrativo perante a 15ª Regional de Saúde para apresentação dos certificados de conclusão dos treinamentos objeto da contratação**, circunstância que exige adoção de providências céleres para viabilizar a efetiva realização das capacitações dentro do período necessário ao atendimento das obrigações da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o simples retorno do procedimento ao momento anterior ao ato de inabilitação, embora juridicamente possível em tese, implicaria reabertura da fase procedimental, novas comunicações aos interessados, possibilidade de renovação da fase recursal e consequente prolongamento de procedimento já marcado por controvérsia quanto à habilitação;

CONSIDERANDO que, diante das circunstâncias concretas, a retomada do procedimento a partir de fase intermediária poderá ocasionar insegurança jurídica, novos questionamentos administrativos e risco concreto de comprometimento do prazo disponível para execução dos treinamentos e apresentação dos respectivos certificados à 15ª Regional de Saúde;

CONSIDERANDO que a instauração de novo procedimento, mediante nova publicação e abertura de prazo em igualdade de condições a todos os interessados, apresenta-se, no caso concreto, como medida mais segura, transparente e eficiente para restabelecer integralmente a regularidade da disputa e possibilitar a contratação em tempo compatível com a necessidade administrativa;

CONSIDERANDO que a necessidade de atendimento do prazo perante a 15ª Regional de Saúde **não constitui, isoladamente, fundamento para a anulação**, mas representa circunstância concreta relevante para a definição das consequências administrativas decorrentes do vício de legalidade constatado, especialmente quanto à inviabilidade prática e ao risco decorrente da retomada parcial do certame;

CONSIDERANDO que a realização de novo procedimento permitirá que todos os potenciais interessados participem novamente da contratação em igualdade de condições, afastando quaisquer dúvidas decorrentes dos atos praticados no procedimento anterior e preservando os princípios da isonomia, competitividade, segurança jurídica, transparência e julgamento objetivo;

DECIDE:

1. ANULAR INTEGRALMENTE a **Dispensa de Licitação nº 043/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 194/2026, em razão do vício de legalidade verificado no julgamento da habilitação da empresa **MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA.**, que repercutiu diretamente sobre os atos subsequentes do procedimento.

2. DECLARAR SEM EFEITO, em consequência da presente anulação, os atos de julgamento e habilitação praticados no procedimento, bem como a convocação e habilitação de licitante subsequente, a adjudicação, a homologação e todos os demais atos deles decorrentes.

3. DETERMINAR o encerramento da Dispensa de Licitação nº 043/2026, sem prosseguimento de sua fase competitiva, diante da opção administrativa devidamente motivada pela instauração de novo

procedimento, de forma a restabelecer integralmente a igualdade entre os interessados, a segurança jurídica e a regularidade da futura contratação.
4. DETERMINAR à Secretaria Municipal de Saúde e ao Setor de Licitações que promovam, **com prioridade**, a instauração e republicação de **novo procedimento de contratação**, destinado ao mesmo objeto, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e adotando-se as providências necessárias para sua conclusão em tempo compatível com o prazo existente perante a **15ª Regional de Saúde para apresentação dos certificados de conclusão dos treinamentos**.
5. AUTORIZAR, na instrução do novo procedimento, o aproveitamento dos estudos, levantamentos, pesquisa de preços, Termo de Referência e demais documentos pertencentes à fase preparatória que permaneçam atuais, válidos e compatíveis com a nova contratação, mediante sua conferência e ratificação pelos setores responsáveis, evitando-se a repetição de atos materiais desnecessários, sem prejuízo da formação de novo procedimento administrativo e de nova fase competitiva.
6. DETERMINAR que, no novo procedimento, seja conferida especial atenção às exigências de habilitação econômico-financeira, especialmente quanto à forma de comprovação prevista para a Certidão Negativa de Falência, de modo a estabelecer critérios suficientemente claros e evitar nova controvérsia quanto ao órgão competente para sua emissão.
7. DETERMINAR a publicação integral ou do extrato deste Ato de Anulação no Diário Oficial e nos demais meios legalmente exigidos, bem como sua juntada aos autos do Processo Administrativo nº 194/2026.
8. DETERMINAR a comunicação formal desta decisão às empresas participantes da Dispensa de Licitação nº 043/2026.
9. REMETA-SE cópia dos autos à Procuradoria Jurídica do Município para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes quanto à apuração administrativa dos fatos que ocasionaram a irregularidade constatada.
10. REMETA-SE ao Setor de Licitações e Contratos para a devida publicidade, encerramento do procedimento e imediata adoção das providências necessárias à instauração e publicação do novo certame.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Iguaraçu/PR, 06 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito do Município de Iguaraçu/PR

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BF0E2CC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO CONTRATUAL ADITIVO CONTRATO Nº 035/2026

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (Nº 001/2026) AO CONTRATO N.º 035/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: NELSON FERRARI LTDA - CNPJ: 24.859.617/0001-25
OBJETO: REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU/PR E DE SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EM DECORRÊNCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SINDEPRESTEM – CCT 2026/2027 (REGISTRO MTE PR000687/2026).
VALOR DA REPACTUAÇÃO: R$ 223.917,96
VALOR GLOBAL ATUALIZADO: R$ 2.941.416,60
BASE LEGAL: Art. 135 – Lei Federal nº 14.133/2021
EFEITOS FINANCEIROS: a partir de 01/04/2026

Iguaraçu, 06 de outubro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:5733B2BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO CONTRATUAL Nº 100/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 222/2026

Ref.: Contrato nº 100/2026
Assunto: Inexigibilidade de Licitação nº 047/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o nº 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: 47.677.615 DANILO ALVES PEREIRA (ME), inscrito no CNPJ sob o nº 47.677.615/0001-10, com sede na R 37, nº 17, Bairro: Sul (Águas Claras), Brasília- DF.
OBJETO: Contratação de profissional do setor artístico, por meio de empresário exclusivo, para apresentação do show musical da cantora Patrícia Rezende, com duração de 03 (três) horas, como atração principal do evento alusivo à campanha do Outubro Rosa, de prevenção e conscientização sobre o câncer de mama e do colo do útero, a ser realizado no dia 23 de outubro de 2026, na Casa da Cultura Municipal, no Município de Iguaraçu – Paraná.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, c/c § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Da data de assinatura do contrato até a conclusão definitiva do objeto e liquidação financeira (execução única e eventual).
VALOR CONTRATUAL: R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).
DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato nº 100/2026, firmado com fundamento no Art. 74, inciso II, c/c § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, vinculado à Inexigibilidade nº 047/2026, cujos termos e condições integram o presente extrato.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:8397B089

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 190/2025.
MODALIDADE DE ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 036/2025.
CONTRATANTE: Município de Iguaraçu/PR, CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: LKS Indústria e Comércio de Meias Ltda., CNPJ nº 10.891.529/0001-04, com sede na Avenida Wallace Simonsen, nº 1729, subsolo 1, Nova Petrópolis, São Bernardo do Campo/SP.
OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de uniformes escolares e funcionais destinados aos alunos da rede pública municipal de ensino de Iguaraçu/PR – item meias de algodão.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e renovação do valor contratual para o período prorrogado, com reajuste de 4,471810% pelo IPCA, mantidas as demais cláusulas e condições contratuais.
VIGÊNCIA: 17/10/2026 a 16/10/2027.
VALOR DA PRORROGAÇÃO: R$ 25.755,00.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
384 - 10.001.12.361.0006.2025.33.90.32.00.00
342 – 10.001.12.365.0008.2022.33.90.32.00.00
436 – 10.001.12.365.0008.2029.33.90.32.00.00
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026.

SIGNATÁRIOS: Claudio Aparecido Bernin, pelo Contratante, e Sandro Canuto Leódido, pela Contratada.

Iguaraçu/PR, 06 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B5E42EEF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 039/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

Ref: Termo de Credenciamento n.º 039/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 033/2026

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: 69.078.382 Joao Victor Pinheiro Fernandes inscrita no CNPJ sob o nº 69.078.382/0001-72 com sede na **Rua Manoel Abrantes Filho, 98,** Jardim Bela Vista – Iguaraçu/Pr, cep: 86.750-000.

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e demais pessoas jurídicas legalmente constituídas**, especializadas na prestação de serviços de **pedreiro, jardineiro, piscineiro, chaveiro, eletricista, pintor e técnico em manutenção de equipamentos elétricos e eletrônicos**, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal de Iguaraçu/PR, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, conservação, reparos, adequações e pequenos serviços em bens móveis e imóveis pertencentes ou sob responsabilidade do Município, mediante emissão de Ordem de Serviço, de forma parcelada e sob demanda, conforme as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/10/2026 à 06/10/2027.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no termo primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 033/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos

termos do art. 55 da Lei Federal n.° 9.784/99.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3B5CFFF5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 033/2026 PROCESSO Nº 154/2026

OBJETO: Chamamento Público tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e demais pessoas jurídicas legalmente constituídas**, especializadas na prestação de serviços de **pedreiro, jardineiro, piscineiro, chaveiro, eletricista, pintor e técnico em manutenção de equipamentos elétricos e eletrônicos**, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal de Iguaraçu/PR, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, conservação, reparos, adequações e pequenos serviços em bens móveis e imóveis pertencentes ou sob responsabilidade do Município, mediante emissão de Ordem de Serviço, de forma parcelada e sob demanda, conforme as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

CREDENCIANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CREDENCIADA: **69.078.382 Joao Victor Pinheiro Fernandes** inscrita no CNPJ sob o nº 69.078.382/0001-72 com sede na **Rua Manoel Abrantes Filho, 98,** Jardim Bela Vista – Iguaraçu/Pr, cep: 86.750-000.

• **DISPOSIÇÕES GERAIS:** Vide Termo.

Iguaraçu/PR., 06 de outubro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1E2D91DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 046/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 220/2026

Nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a instrução do Processo Administrativo em epígrafe, especialmente o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a justificativa da contratação, a justificativa de preços, a documentação comprobatória da capacidade técnica e da notória especialização da empresa, bem como o Parecer Jurídico favorável, RATIFICO a presente contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos seguintes termos:

1. OBJETO
Contratação do Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda., para aquisição de 02 (duas) inscrições destinadas à participação de servidores do Departamento de Licitações no 20º Pregão Week, a ser realizado no período de 19 a 23 de outubro de 2026.

2. FUNDAMENTO LEGAL
Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, por tratar-se de contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual destinado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

3. CONTRATANTE
Prefeitura Municipal de Iguaraçu, inscrita no CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.

4. CONTRATADA
Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda., inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0002-81.

5. VALOR DA CONTRATAÇÃO
R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
43-03.002.04.122.0002.2008.33.90.39.00.00

7. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
A formalização da contratação ocorrerá mediante Nota de Empenho, em substituição ao termo de contrato, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de contratação de execução imediata, sem obrigações continuadas.

Iguaraçu, 06 de outubro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CA474CAD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 047/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 222/2026

1. OBJETO: Contratação de profissional do setor artístico, por meio de empresário exclusivo, para apresentação do show musical com a cantora Patrícia Rezende, como atração principal do evento alusivo à campanha do Outubro Rosa, de prevenção e conscientização sobre o câncer de mama e do colo do útero, a ser realizado no dia 23 de outubro de 2026, na Casa da Cultura Municipal, no Município de Iguaraçu – Paraná.

2. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o nº 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

3. CONTRATADO: 47.677.615 DANILO ALVES PEREIRA (ME), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.677.615/0001-10, com sede na R 37, nº 17, Bairro: Sul (Águas Claras), Brasília- DF.

4. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, c/c § 2º, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a contratação de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública por meio de empresário exclusivo.

5. VALOR: R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

6. DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide contrato.

Iguaraçu/PR., 06 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:83D97529

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
AVISO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

Processo Administrativo: nº 032/2026
Dispensa Física: nº 016/2026

Torna-se público que o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, realizará dispensa na **FORMA FÍSICA**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da *Decreto municipal* nº 233/2025 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

Data da Publicação no Diário Oficial: **06/10/2026**
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **08/10/2026** às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **13/10/2026** às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 03 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: **14/10/2026** às 09h00min
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
saae@saaeiguaracu.com.br ou Departamento Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu sito a Avenida Pedro Martins, 03 - Centro - Iguaraçu/PR, no qual deverá ser protocolado no Setor Administrativo em envelope lacrado.
LINK DO EDITAL: Portal Transparência: https://www.saaeiguaracu.com.br
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
Margem de Preferência Local/Regional: ☒ Sim ☐ Não
Horário de Referência: Brasília-DF

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conserto e manutenção corretiva de motobombas submersíveis pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu – SAAE.

Informações através do e-mail: **saae@saaeiguaracu.com.br** ou pelo fone (44) 3248-1047.
Iguaraçu/PR, 06 de outubro de 2026.

MARIA EDUARDA DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria nº 002/2026

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:854D198F

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
EXTRATO CONTRATUAL ADITIVO CONTRATO Nº 009/2025 - SAAE

Primeiro Aditamento ao Contrato nº 009/2025
Dispensa de Licitação nº 009/2025

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU, com cadastro no CNPJ/MF sob o nº 18.265.024/0001-38.

Contratado: Essencial Soluções Ambientais Ltda, CNPJ: 14.052.239/0001-10, situada na Rua hack) Francisco dos Santos, 398 - Flórida/PR.

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação n.º 009/2025, os ditames da Lei Federal 14.133/2021.

Objeto: Prorrogação da vigência contratual e aplicação de reajuste de valor referente à Contratação de empresa para monitoramento do sistema de tratamento de água potável, para prestação de serviços técnico-químicos, no controle, vigilância de qualidade da água potável, além da responsabilidade-técnica no tratamento da água potável, respeitando as legislações vigentes e realizando visitas periódicas.
O valor total aditado será de R$ 41.358,24 (quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e oito reais, e vinte e quatro centavos), ou seja, R$ 3.446,52 (três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) mensais, pelo prazo de 12 meses, sendo assim seu prazo de vencimento serão prorrogados até 16/09/2027.
O referido valor decorre da aplicação de reajuste com base no índice IPCA, no percentual de 4,44%, conforme solicitado pela empresa contratada e nos termos previstos contratualmente e na legislação vigente.

Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Iguaraçu/PR, aos 06/10/2026

MARCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:8CD32C39

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
EXTRATO CONTRATUAL Nº 019/2026

Ref: Contrato n.º 019/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 015/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 18.265.024/0001-38

CONTRATADA: GLC CONSULTORIA E GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 35.886.299/0001-08, sito na Rua Tiradentes, 811, Jardim Azevedo - cidade de Atalaia/PR - CEP: 87.630-000,

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a renovação/atualização dos Planos Básicos de Controle Ambiental – PBCA dos poços de captação de água subterrânea pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Iguaraçu/PR, referentes ao Poço 09 – Villa Verde e ao Poço Cuca Fresca, em razão da proximidade do vencimento dos documentos atualmente vigentes.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
EXECUÇÃO: a partir de 07 de outubro de 2026.
VALOR CONTRATUAL: R$ 4.800,00(quatro mil e oitocentos reais).
CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 015/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 06/10/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3DE1A91A

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para Contratação de empresa especializada para a renovação/atualização dos Planos Básicos de Controle Ambiental – PBCA dos poços de captação de água subterrânea pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Iguaraçu/PR, referentes ao Poço 09 – Villa Verde e ao Poço Cuca Fresca, em razão da proximidade do vencimento dos documentos atualmente vigentes, conforme quantitativos estimados, em favor da empresa GLC CONSULTORIA E GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 35.886.299/0001-08, sito na Rua Tiradentes, 811, Jardim Azevedo - cidade de Atalaia/PR - CEP: 87.630-000 , no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 015/2026**.

Iguaraçu/PR, 06/10/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:107AD19C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2024

EXTRATO DE 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2024

Início: 02/10/2026 Validade/Término: 09/09/2027

Objeto: Aquisição de Combustível Tipo Óleo Diesel, Comum e S 10, para Abastecimento na Bomba e Reagentes para Manutenção e Conservação da frota do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/ AMCESPAR.

Razão Social: POSTO POSECOL LTDA
CNPJ: n.º 78.143.674/0001-32.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº197, Centro-IRATI – PR
Representante Legal: José Carlos Ivasko - RG Nº 5.507.464-0 e Paulo Cesar Ivasko- RG Nº 57.241.020-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA: REEQUILIBRIO DE PREÇO
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio econômico financeiro, devidamente comprovado.

Item	Produto	Valor Unitário	Valor Unitário com reajuste
2	DIESEL S10	R$ 7,29	R$ 7,49

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato, não atingido pelo presente termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati, 02 de outubro de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

POSTO POSECOL LTDA
CNPJ: n. 78.143.674/0001-32
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:08FFFCFE

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 EDITAL Nº 037/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
EDITAL Nº 037/2026
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, CNPJ nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto n° 185/2026, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Lei Complementar Federal n° 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 23/10/2026, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, COM LOCAÇÃO DE BOVINOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE RODEIOS MUNICIPAIS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, em www.bll.org.br e em www.gov.br/pncp/pt-br. Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br.
Inácio Martins/PR, 06 de Outubro de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:431B0942

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 215/2026.

DECRETO Nº. 215/2026.

Convoca a 3ª Conferência Municipal de Cultura e dá outras providências.

O prefeito do município de Inácio Martins, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento na Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), art. 1º, inciso XII,

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Cultura de Inácio Martins, a ser realizada no **dia 27 de outubro de 2026, às Treze horas e trinta minutos,** sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Inácio Martins.

Art. 2º - A 3ª Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:
I – Incentivar à participação popular na preservação e disseminação cultural com estratégias entre governo, artistas e comunidades, para fortalecer as diversas formas de cultura.
II – Discutir a cultura do município nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica;
III – Realizar eleição da sociedade civil e a escolha dos representantes governamentais do Conselho Municipal de Cultura;

Art. 3º – A 3ª Conferência Municipal de Cultura de Inácio Martins, terá como tema geral: **"Fortalecimento da Cultura Local''**;

Art. 4º – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Inácio Martins expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto.

Art. 5º – Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Inácio Martins autorizada a:
I – Aprovar e promover a publicação do Regulamento da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Inácio Martins;
II – Dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto;

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, 06 de outubro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:CA02FB55

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 003 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 085/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2023.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficineiro(a) de Jiu-Jitsu, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: ATECH BRASIL SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - CNPJ da Contratada n° 29.930.582/0001-97. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 30/09/2027 e prazo de vigência até à data de 30/10/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,09%, valor total do aditivo R$ 61.481,25 (Sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Parecer Jurídico, nos termos do Art. 57, Inc. II e 40, Inc. XI da Lei Federal n° 8.666/93. Assinatura: 25/09/2026.

TERMO ADITIVO Nº 003 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 086/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 073/2023.
Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho para elaboração, atualização, acompanhamento e coordenação dos serviços de: programa de gerenciamento de riscos (PGR), programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), laudo técnico de condições ambientais de trabalho (LTCAT), perfil profissiográfico previdenciário (PPP), laudo técnico de insalubridade e periculosidade (LTIP), consultas médicas ocupacionais e gestão de saúde e segurança do trabalho (SST) para o E-SOCIAL, destinados a esta municipalidade. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: SAUDAX MEDICINA LTDA ME - CNPJ da Contratada n° 08.741.163/0001-37. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 02/10/2027 e prazo de vigência até à data de 02/11/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,09%, valor total do aditivo R$ 54.087,97 (Cinquenta e quatro mil, oitenta e sete reais e noventa e sete centavos), conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Administração, e do Parecer Jurídico, nos termos do Art. 57, Inc. II e 40, Inc. XI da Lei Federal n° 8.666/93. Assinatura: 25/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:A70D6D11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA N° 094/2026

SÚMULA: REVOGA O ATO DA MESA Nº 088/2026, DE 06/10/2026, QUE AUTORIZOU O VEREADOR JULIO CEZAR CADORIN, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERANDO O REQUERIMENTO DO VEREADOR JULIO CEZAR CADORIN, PROTOCOLADO NA DIRETORIA GERAL DESTE LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM DATA DE 02 DE OUTUBRO DE 2026, e
CONSIDERANDO A PUBLICAÇÃO DO ATO DA MESA Nº 088/2026, DE 05/10/2026, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EDIÇÃO Nº 3461, PÁGINA 166, ANO XV, EM DATA DE 06 DE OUTUBRO DE 2026, QUE AUTORIZA O VEREADOR JULIO CEZAR CADORIN, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ;

R E S O L V E:

Revogar o Ato da Mesa nº 088/2026, de 06/10/2026, que autoriza o Vereador **JULIO CEZAR CADORIN,** brasileiro, casado, arquiteto, Vereador deste Legislativo Municipal, Matrícula 46, residente e domiciliado, nesta Cidade e Comarca de Iporã, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 06, 07, 08 e 09 de outubro de 2026, para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

a desistência formal da viagem pelo Vereador interessado, por motivo superveniente decorrente de incompatibilidade de agenda em razão de compromissos institucionais inesperados, a qual ocorreu antes da realização do deslocamento, inexistindo pagamento de diária, adiantamento ou qualquer despesa pública, não havendo, portanto, prejuízo ao erário.
Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:6B890669

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA N° 095/2026

SÚMULA: REVOGA O ATO DA MESA Nº 089/2026, DE 06/10/2026, QUE AUTORIZOU O VEREADOR JUBINEIS ALVES DOS REIS (KELÉ), A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERANDO O REQUERIMENTO DO VEREADOR JUBINEIS ALVES DOS REIS, PROTOCOLADO NA DIRETORIA GERAL DESTE LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM DATA DE 02 DE OUTUBRO DE 2026, e
CONSIDERANDO A PUBLICAÇÃO DO ATO DA MESA Nº 089/2026, DE 05/10/2026, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EDIÇÃO Nº 3461, PÁGINA 166-167, ANO XV, EM DATA DE 06 DE OUTUBRO DE 2026, QUE AUTORIZA O VEREADOR JUBINEIS ALVES DOS REIS, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ;

R E S O L V E:

Revogar o Ato da Mesa nº 089/2026, de 06/10/2026, que autoriza o Vereador **JUBINEIS ALVES DOS REIS- KELÉ,** brasileiro, casado, Empresário, Vereador deste Legislativo Municipal, Matrícula 41, residente e domiciliado, nesta Cidade e Comarca de Iporã, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 06, 07, 08 e 09 de outubro de 2026, para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

a desistência formal da viagem pelo Vereador interessado, por motivo superveniente decorrente de incompatibilidade de agenda em razão de compromissos institucionais inesperados, a qual ocorreu antes da realização do deslocamento, inexistindo pagamento de diária, adiantamento ou qualquer despesa pública, não havendo, portanto, prejuízo ao erário.
Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1° Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:D0166D4C

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA N° 096/2026

SÚMULA: REVOGA O ATO DA MESA Nº 090/2026, DE 06/10/2026, QUE AUTORIZOU O VEREADOR MARCOS ROBERTO PEREIRA, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERANDO O REQUERIMENTO DO VEREADOR MARCOS ROBERTO PEREIRA, PROTOCOLADO NA DIRETORIA GERAL DESTE LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM DATA DE 02 DE OUTUBRO DE 2026, e
CONSIDERANDO A PUBLICAÇÃO DO ATO DA MESA Nº 090/2026, DE 05/10/2026, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EDIÇÃO Nº 3461, PÁGINA 167-168, ANO XV, EM DATA DE 06 DE OUTUBRO DE 2026, QUE AUTORIZA O VEREADOR MARCOS ROBERTO PEREIRA, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ;

R E S O L V E:

Revogar o Ato da Mesa nº 090/2026, de 06/10/2026, que autoriza o Vereador **MARCOS ROBERTO PEREIRA,** brasileiro, solteiro, agricultor, Vereador deste Legislativo Municipal, Matrícula 62, residente e domiciliado, nesta Cidade e Comarca de Iporã, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 06, 07, 08 e 09 de outubro de 2026, para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

a desistência formal da viagem pelo Vereador interessado, por motivo superveniente decorrente de incompatibilidade de agenda em razão de compromissos institucionais inesperados, a qual ocorreu antes da realização do deslocamento, inexistindo pagamento de diária, adiantamento ou qualquer despesa pública, não havendo, portanto, prejuízo ao erário.
Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1° Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:601D4D6E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026
PROCESSO N° 179/2026

O Município de Iporã, Estado do Paraná, torna público a prorrogação da data de abertura da licitação em epígrafe, a qual a data da realização seria 16/10/2026 às 09:00h, **PRORROGA** sua abertura para o dia 21/10/2026 às 09:00h.

MOTIVO DA PRORROGAÇÃO: Em razão da publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE ter ocorrido 02 (dois) dias úteis após a data prevista.

LOCAL DA ABERTURA: https://bll.org.br/

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal n° 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e Regulamentações.

INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser adquirido pessoalmente, junto a Divisão de Licitação e Patrimônio no endereço acima ou pelo Portal Transparência: www.ipora.pr.gov.br**.**

Iporã-PR, 06 de Outubro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5C4B60C0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 226/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 031/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Concorrência Eletrônica n.º 031/2026, objetivando a seleção de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos esportivos destinados à modernização da infraestrutura do Ginásio de Esportes João Pepino e do Estádio Municipal Virgínio Bortolotti, no Município de Iporã/PR, compreendendo cadeiras plásticas para arquibancadas, ventiladores/exaustores industriais tipo rotor e exaustores industriais, incluindo transporte, montagem, instalação, fixação, regulagem, testes e demais serviços acessórios necessários à entrega dos equipamentos em perfeito funcionamento, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, com recursos provenientes do Plano de Ação nº 09032025-2-088159 e contrapartida municipal:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
KAIROS SERVIÇOS E NEGÓCIOS LTDA inscrita sob CNPJ: **47.200.879/0001-89**	R$ 579.194,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 06 de Outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C5C462CC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 227/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 032/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Concorrência Eletrônica n.º 032/2026, objetivando a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de modernização da infraestrutura esportiva, contemplando o fornecimento e instalação de piso modular indoor, execução de pintura interna e externa, fornecimento e instalação de cadeiras para arquibancadas, bem como instalação de sistemas de climatização evaporativa e exaustão de ar, junto ao Ginásio de Esportes João Pepino, visando proporcionar maior conforto, segurança, acessibilidade, eficiência térmica e melhoria das condições para práticas esportivas e lazer comunitário, com recursos provenientes do Plano de Ação nº 09032025-2-088160, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202540740006-VERMELHO, destinada à construção, reforma ou ampliação de infraestrutura esportiva:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
KAIROS SERVIÇOS E NEGÓCIOS LTDA inscrita sob CNPJ: **47.200.879/0001-89**	R$ 439.500,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 06 de Outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:76C69906

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1569/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR JHORDAN GENARO BOTITANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34 da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 01 de outubro de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **JHORDAN GENARO BOTITANO,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 081.xxx.xxx-02, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:21798EF7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1570/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA PAMELA BRUNA FERREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 05 de outubro de 2026, 09 (nove) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **PAMELA BRUNA FERREIRA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 089.xxx.xxx-48, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SANBRA,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5A8823DB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1571/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 02 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 080.xxx.xxx-94, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, em regime de Jornada Suplementar, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 02 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8827C229

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1572/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA SANDRA MARA NEVES PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 05 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **SANDRA MARA NEVES PEREIRA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 663.xxx.xxx-68, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **RECEPCIONISTA,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:568A3EDA

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1573/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA SOSILANGE DA SILVA ISRAEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 06 de outubro de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **SOSILANGE DA SILVA ISRAEL,** brasileira, inscrito no CPF/MF sob nº. 811.xxx.xxx-49, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovada em Concurso Público para o cargo de **PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:051C3DCD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1574/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA RENATA DE LIMA VILVERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 2836/2026.
RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **RENATA DE LIMA VILVERT,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 070.xxx.xxx-94, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO SÊNIOR**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 11/12/2023 à 10/12/2024, a contar de 07/10/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:889151B6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1575/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA FERNANDA APARECIDA DE ALMEIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 05 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **FERNANDA APARECIDA DE ALMEIDA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 074.xxx.xxx-47, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D2068768

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1576/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA KAUANE DA CRUZ SIQUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 02 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **KAUANE DA CRUZ SIQUEIRA**, brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 138.xxx.xxx-57, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 050/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 02 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9647DED5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1577/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA EDNA DOMINGOS BARRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 05 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **EDNA DOMINGOS BARRETO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 501.xxx.xxx-15, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A4979E9D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1578/2026

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INTERNO E CONSTITUI COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o memorando 2631/2026;

a necessidade de apuração de irregularidades cometidas pela Servidora **S.C.P,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 884.xxx.xxx-34, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado

do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

RESOLVE;

I - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Interno, em face dos atos praticados pela servidora **S.C.P**.
II - Constituir Comissão para promover o Processo, composta pelos Servidores abaixo relacionados.
Rosana Flores dos Santos Wada – Presidente;
Brizza Sampaio de Cosmo– Secretária Membro;
Marcia Regina Cherri– Membro.

III - Considerar como relevantes os serviços prestados pelos membros da comissão, sem qualquer ônus para o Município.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:16565809

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1579/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARIA MADALENA RODRIGUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 02 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARIA MADALENA RODRIGUES**, brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 066.xxx.xxx-63, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 032/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **PROFESSOR**, em regime de Jornada Suplementar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 02 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 06 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0FFEE02A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 034/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 021/2026

A agente de contratação comunica aos interessados no edital de Inexigibilidade nº 034/2026, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços médicos na especialidade de Dermatologia, compreendendo consultas dermatológicas, avaliação clínica, diagnóstico, acompanhamento, procedimentos cirúrgicos dermatológicos ambulatoriais e demais procedimentos inerentes à especialidade, destinados ao atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Iporã/PR, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, que a relação sequencial de credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação, e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar do primeiro, conforme se segue:

CREDENCIADOS
1 – W.T. DE CARVALHO CLINICA MEDICA LTDA – CNPJ: 39.301.365/0001-91

Município de Iporã-PR, aos 06 de Outubro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9676B25D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO Nº 745/2026

Regulamenta a estrutura, a composição, as competências e o funcionamento do Comitê de Investimentos da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Irati – CAPSIRATI, nos termos dos arts. 71 e 72 da Lei Municipal nº 5.011, de 30 de dezembro de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nos arts. 71 e 72 da Lei Municipal nº 5.011, de 30 de dezembro de 2022,

D E C R E T A:

Art. 1º - O Comitê de Investimentos do CAPSIRATI é órgão colegiado de caráter técnico e consultivo, responsável por assessorar a Diretoria Executiva na análise, acompanhamento e execução da Política Anual de Investimentos – PAI.

Art. 2º - O Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros titulares, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, observados os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 5.011, de 30 de dezembro de 2022, e na legislação federal aplicável.
§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos deverão ser servidores públicos municipais ocupantes de cargo efetivo e segurados do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Irati, nos termos do art. 70 da Lei Municipal nº 5.011, de 2022.
§ 2º Além do requisito previsto no § 1º deste artigo, os membros deverão:
I – possuir certificação profissional válida, emitida por instituição certificadora reconhecida pela Secretaria de Regime Próprio de Previdência Social – SRPC, do Ministério da Previdência Social, nos termos do art. 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022;
II – possuir reputação ilibada e não estar impedidos de exercer a função em razão de penalidade administrativa, civil ou criminal.

Art. 3º - Nos termos do art. 71 da Lei Municipal nº 5.011, de 2022, compete ao Comitê de Investimentos:
I – analisar os cenários econômicos e financeiros e seus possíveis impactos sobre os investimentos do CAPSIRATI;

II – elaborar e encaminhar ao Conselho Deliberativo, para apreciação e aprovação, a proposta da Política Anual de Investimentos – PAI para o exercício seguinte;
III – propor alterações ou revisões na Política Anual de Investimentos – PAI, quando necessárias em razão de mudanças no cenário econômico, financeiro ou na legislação aplicável;
IV – emitir parecer técnico sobre o credenciamento e a elegibilidade de instituições financeiras, administradoras, gestoras e fundos de investimento, antes da aplicação dos recursos;
V – acompanhar, mensalmente, o enquadramento da carteira de investimentos aos limites estabelecidos na legislação federal e na Política Anual de Investimentos;
VI – acompanhar e avaliar os riscos de mercado, liquidez, crédito e demais riscos relacionados aos investimentos do CAPSIRATI;
VII – apresentar ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Diretoria Executiva informações e relatórios sobre o desempenho da carteira de investimentos;
VIII – contribuir para a transparência e o controle da gestão dos recursos, inclusive quanto ao fornecimento das informações necessárias à elaboração e ao envio dos demonstrativos exigidos pelos órgãos de controle.

Art. 4º - O funcionamento do Comitê de Investimentos será disciplinado por Regimento Interno, observado o disposto na legislação aplicável, neste Decreto e nas normas internas do CAPSIRATI.
§ 1º O Regimento Interno deverá estabelecer, entre outros aspectos:
I – as regras de funcionamento do Comitê;
II – a periodicidade e o procedimento para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias;
III – as atribuições específicas de seus membros;
IV – os procedimentos para análise e deliberação das matérias submetidas ao Comitê;
V – a forma de registro das reuniões e das decisões tomadas.

Art. 5º - A elaboração, aprovação e publicação do Regimento Interno observarão o seguinte procedimento:
I – o Comitê de Investimentos elaborará a proposta de Regimento Interno;
II – a proposta será encaminhada ao Conselho Deliberativo para análise e aprovação;
III – a aprovação deverá ser registrada em ata da reunião do Conselho Deliberativo;
IV – após a aprovação, a Diretoria Executiva adotará as providências necessárias para a formalização, publicação e entrada em vigor do Regimento Interno.

Art. 6º - As atividades do Comitê de Investimentos e da Diretoria Executiva deverão observar a legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, especialmente a Portaria MTP nº 1.467, de 2022, bem como a Política Anual de Investimentos e as normas internas do CAPSIRATI.
§ 1º As propostas de aplicação e resgate de recursos deverão ser submetidas à análise do Comitê de Investimentos, com o devido registro e fundamentação, observados os procedimentos previstos na legislação e nos manuais internos do CAPSIRATI.
§ 2º Compete à Diretoria Executiva, observadas as respectivas competências e alçadas, realizar os atos necessários à execução das decisões de investimento e resgate dos recursos.
§ 3º As decisões de investimento, as deliberações registradas em ata e os procedimentos de aplicação e resgate deverão observar os seguintes manuais internos:
I – Manual de Aplicação e Resgate de Recursos;
II – Manual de Elaboração da Política Anual de Investimentos;
III – Manual de Credenciamento e Diligência de Instituições Financeiras;
IV – Manual de Gerenciamento e Controle de Riscos de Investimentos;
V – Manual de Definição de Limites de Alçadas Decisórias.
§ 4º O Regimento Interno do Comitê de Investimentos e suas deliberações deverão observar os procedimentos, limites de alçada, controles e fluxos estabelecidos nos manuais mencionados neste artigo.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, a Lei Municipal nº 5.011, de 2022, e as demais normas internas do CAPSIRATI.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 06 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:46A17E52

PROCURADORIA
DECRETO Nº 746/2026

Dispõe sobre a individualização dos trechos de cursos d'água objeto de ações de dragagem e desassoreamento no Município de Irati, com indicação das respectivas coordenadas, extensões e atos de outorga.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 433, de 3 de agosto de 2021, que declarou de utilidade pública a execução de ações de dragagem e desassoreamento do Rio das Antas e seus afluentes;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 14.999, de 4 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 644, de 4 de setembro de 2026, que declarou situação de emergência nas áreas do Município de Irati em decorrência da ocorrência de tempestade local/convectiva acompanhada de granizo;

CONSIDERANDO a necessidade de mobilização e atuação coordenada dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação e registro dos danos e prejuízos decorrentes do evento, para fins de adoção das providências administrativas e legais cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de individualização dos trechos dos cursos d'água objeto das ações de dragagem e desassoreamento, com indicação de suas respectivas coordenadas, extensões e atos de outorga;

CONSIDERANDO as Portarias de Outorga de Direito para Desassoreamento nº 11690/2024/OD GOUT, nº 11687/2024/OD GOUT, nº 11689/2024/OD GOUT e nº 11688/2024/OD GOUT;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica individualizado, para fins de execução das ações de dragagem e desassoreamento, o trecho do Rio das Antas compreendido entre as seguintes coordenadas UTM, Zona 22S, Datum SIRGAS 2000:
I – ponto inicial: 537.724,32 E; 7.184.517,25 N;
II – ponto final: 539.432,71 E; 7.188.427,52 N.
Parágrafo único. O trecho de que trata o caput possui extensão de 5.381,36 metros, conforme a Portaria de Outorga de Direito para Desassoreamento nº 11690/2024/OD GOUT.

Art. 2º - Fica individualizado, para fins de execução das ações de dragagem e desassoreamento, o trecho do Arroio da Lagoa compreendido entre as seguintes coordenadas UTM, Zona 22S, Datum SIRGAS 2000:
I – ponto inicial: 533.138,23 E; 7.180.310,35 N;

II – ponto final: 534.077,01 E; 7.181.934,37 N.
Parágrafo único. O trecho de que trata o caput possui extensão de 2.038,07 metros, conforme a Portaria de Outorga de Direito para Desassoreamento nº 11687/2024/OD GOUT.

Art. 3º - Fica individualizado, para fins de execução das ações de dragagem e desassoreamento, o trecho do Arroio São Vicente compreendido entre as seguintes coordenadas UTM, Zona 22S, Datum SIRGAS 2000:
I – ponto inicial: 535.958,30 E; 7.182.669,38 N;
II – ponto final: 535.856,10 E; 7.182.773,01 N.
Parágrafo único. O trecho de que trata o caput possui extensão de 146,10 metros, conforme a Portaria de Outorga de Direito para Desassoreamento nº 11689/2024/OD GOUT.

Art. 4º - Fica individualizado, para fins de execução das ações de dragagem e desassoreamento, o trecho do Arroio do Meio compreendido entre as seguintes coordenadas UTM, Zona 22S, Datum SIRGAS 2000:
I – ponto inicial: 532.563,14 E; 7.181.628,58 N;
II – ponto final: 533.813,38 E; 7.183.922,67 N.
Parágrafo único. O trecho de que trata o caput possui extensão de 3.418,20 metros, conforme a Portaria de Outorga de Direito para Desassoreamento nº 11688/2024/OD GOUT.

Art. 5º - As ações previstas neste Decreto deverão observar as condições, limites, obrigações e demais disposições estabelecidas nos respectivos atos de outorga e na legislação ambiental aplicável.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 06 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:16B750F9

PROCURADORIA
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 002/2026

RECONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DA SOCIEDADE CIVIL PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IRATI, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na **Lei Municipal nº 4.438, de 22 de dezembro de 2017**, com as alterações promovidas pela **Lei Municipal nº 5.130, de 06 de junho de 2024**, bem como o **Edital de Convocação nº 01/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 23 de setembro de 2026, e considerando que, na Assembleia da Sociedade Civil realizada em **06 de outubro de 2026**, **não foi possível realizar a escolha dos representantes da sociedade civil**, torna pública a presente **RECONVOCAÇÃO** para nova Assembleia, nos seguintes termos:

1. DA FINALIDADE
1.1. A presente reconvocação tem por finalidade realizar nova Assembleia da sociedade civil para a escolha de **4 (quatro) representantes titulares e respectivos suplentes** para composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

1.2. Nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 4.438/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº 5.130/2024, o CMHIS é composto por, no mínimo, **8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes**, sendo:

I – 4 (quatro) representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes; e
II – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, eleitos por meio de Fórum ou Assembleia para tal finalidade.

1.3. A presente Assembleia refere-se exclusivamente à escolha dos representantes da sociedade civil previstos no inciso II do art. 12 da Lei Municipal nº 4.438/2017.

2. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL

2.1. A Assembleia será realizada no dia **16 de outubro de 2026, às 13h30**, na **Casa dos Conselhos Municipais de Irati**, situada à Rua Dr. Correia, nº 115, Centro, Irati – Paraná.

3. DA PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar da Assembleia entidades, organizações, movimentos, associações, sindicatos, cooperativas, organizações comunitárias, grupos e demais representações da sociedade civil, com atuação ou interesse relacionado às finalidades do CMHIS e à política habitacional.

3.2. Também poderão participar movimentos, grupos, coletivos ou outras formas de organização da sociedade civil não formalmente constituídas, desde que seja possível identificar sua atuação ou vinculação com a temática habitacional.

3.3. A participação será registrada mediante lista de presença, com identificação do participante e da representação da sociedade civil que estiver representando.

3.4. Para fins de credenciamento e exercício do direito de voto ou candidatura, poderá ser solicitada documentação de identificação pessoal e, quando necessário, documento que permita verificar a vinculação do participante ou candidato com a representação da sociedade civil que declara representar, inclusive declaração da entidade, organização, movimento ou grupo, quando cabível.

4. DO DIREITO DE VOTO
4.1. Terá direito a voto **1 (um) representante por entidade, organização, movimento, grupo, associação, sindicato, cooperativa, organização comunitária ou outra representação da sociedade civil** presente na Assembleia.

4.2. Cada representação da sociedade civil terá direito a **1 (um) único voto**, independentemente do número de pessoas que estejam presentes em seu nome.

4.3. O representante com direito a voto deverá estar devidamente identificado na lista de presença e, quando solicitado, apresentar documento que comprove ou permita verificar sua vinculação com a representação que declara representar.

4.4. Pessoas que comparecerem individualmente, sem representar entidade, organização, movimento, grupo ou outra representação da sociedade civil, poderão acompanhar os trabalhos como observadoras, sem direito a voto.

5. DA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES
5.1. Na Assembleia serão escolhidos **4 (quatro) representantes titulares da sociedade civil e seus respectivos suplentes** para composição do CMHIS.

5.2. Os interessados em concorrer às vagas deverão manifestar sua candidatura durante a Assembleia, antes do início da votação.

5.3. No momento da candidatura, o candidato deverá indicar, conjuntamente, o respectivo suplente, observado o disposto na legislação municipal.

5.4. A votação será realizada pelos representantes com direito a voto, conforme as regras estabelecidas neste Edital e apresentadas no início dos trabalhos.

5.5. Cada representação com direito a voto poderá votar em até **4 (quatro) candidaturas**.

5.6. Serão considerados eleitos os **4 (quatro) candidatos mais votados**, juntamente com os respectivos suplentes indicados no momento da candidatura, observado o disposto na legislação municipal.

5.7. Em caso de empate que possa alterar a composição das vagas, será realizado novo escrutínio entre os candidatos empatados.

5.8. Persistindo o empate após novo escrutínio, será realizado sorteio entre os candidatos empatados, na presença dos participantes, registrando-se o procedimento e o resultado em ata.
5.9. Caso não sejam apresentadas candidaturas em número suficiente para o preenchimento das vagas destinadas à sociedade civil, a situação será registrada em ata, não sendo realizada votação para as vagas não disputadas, devendo a Secretaria Municipal de Habitação adotar as providências administrativas cabíveis para continuidade do processo de composição do CMHIS.

6. DA ASSEMBLEIA
6.1. A Assembleia terá a seguinte pauta:
I – abertura dos trabalhos;
II – apresentação da finalidade da Assembleia e das regras do processo de escolha;
III – registro e identificação dos participantes;
IV – apresentação das candidaturas;
V – votação;
VI – apuração dos votos;
VII – proclamação dos representantes eleitos; e
VIII – lavratura da ata.

6.2. A condução dos trabalhos será realizada pela Secretaria Municipal de Habitação ou por pessoa por ela designada.

6.3. O resultado da eleição será registrado em ata, contendo a identificação dos participantes, das representações com direito a voto, dos candidatos, dos votos obtidos e dos representantes titulares e respectivos suplentes eleitos.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1. A presente reconvocação tem por finalidade dar continuidade ao processo de escolha dos representantes da sociedade civil para composição do CMHIS, assegurando publicidade, transparência e participação da sociedade civil.

7.2. A escolha dos representantes da sociedade civil será realizada exclusivamente na Assembleia convocada para essa finalidade, em conformidade com o art. 12, inciso II, da Lei Municipal nº 4.438/2017, com redação dada pela Lei Municipal nº 5.130/2024.

7.3. Não haverá distribuição ou reserva prévia das quatro vagas entre segmentos específicos da sociedade civil, cabendo à Assembleia realizar a escolha dos representantes.

7.4. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação dos trabalhos, observada a legislação municipal aplicável e os princípios da Administração Pública, com registro em ata.

7.5. A presente reconvocação será divulgada pelos meios oficiais disponíveis, visando assegurar ampla publicidade e participação da sociedade civil no processo de escolha dos representantes do CMHIS.

Irati, **07 de outubro de 2026**.

JOSIVANIA DOS SANTOS MACHADO ROLIM DE MOURA
Secretária Municipal de Habitação
Município de Irati – Paraná

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:AE437513

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 01/2026-SMS

Institui e regulamenta o funcionamento do Serviço de Assistência Farmacêutica do Serviço de Atendimento Especializado e Centro de Testagem e Aconselhamento – SAE/CTA, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Irati/PR.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente a integralidade da assistência e a organização dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso, o armazenamento adequado, o controle, a dispensação e o uso racional de medicamentos e insumos estratégicos destinados aos usuários acompanhados pelo SAE/CTA;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e as normas sanitárias aplicáveis aos serviços farmacêuticos;

CONSIDERANDO os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT, manuais, notas técnicas e demais normativas vigentes do Ministério da Saúde aplicáveis aos agravos acompanhados pelo serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Serviço de Assistência Farmacêutica do SAE/CTA, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Irati/PR, destinado à organização, gestão, armazenamento, controle e dispensação de medicamentos e insumos relacionados aos programas e agravos acompanhados pelo serviço.

Art. 2º - O Serviço de Assistência Farmacêutica do SAE/CTA funcionará **de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 12h**, ressalvados feriados, pontos facultativos e demais situações previstas pela Administração Municipal.

Art. 3º - O serviço contará com **profissional farmacêutico**, legalmente habilitado e regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional de Farmácia, responsável pelas atividades farmacêuticas inerentes ao serviço, observadas as atribuições profissionais e a legislação sanitária vigente.

Art. 4º - Compete ao Serviço de Assistência Farmacêutica do SAE/CTA, observadas as competências profissionais, as pactuações interfederativas e as normas vigentes:
I – realizar a gestão, programação, armazenamento, controle de estoque e dispensação dos medicamentos sob responsabilidade do serviço;
II – realizar a dispensação e o acompanhamento farmacêutico relacionado aos medicamentos antirretrovirais, conforme os protocolos, sistemas e normas vigentes do Ministério da Saúde;
III – realizar o controle e a dispensação dos medicamentos utilizados no tratamento da tuberculose e da infecção latente pelo *Mycobacterium tuberculosis*, conforme as diretrizes vigentes;
IV – realizar o controle e a dispensação da Poliquimioterapia Única – PQT-U, destinada ao tratamento da hanseníase, conforme as normas do Ministério da Saúde;
V – promover ações de Assistência Farmacêutica e cuidado farmacêutico, visando à segurança do paciente, à adesão ao tratamento e ao uso racional de medicamentos;
VI – realizar o controle, armazenamento e distribuição de insumos e testes destinados ao diagnóstico, monitoramento e acompanhamento dos agravos atendidos pelo SAE/CTA, conforme organização e pactuação da rede;
VII – realizar a gestão e dispensação dos medicamentos destinados à prevenção, tratamento e controle de infecções e agravos oportunistas,

quando disponibilizados ao serviço, observando os PCDT, protocolos, notas técnicas e demais normativas vigentes;
VIII – manter registros de entrada, saída, estoque, dispensação, perdas, vencimentos e demais movimentações dos medicamentos e insumos sob sua responsabilidade nos sistemas oficiais ou instrumentos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
IX – colaborar com a equipe multiprofissional do SAE/CTA na promoção da adesão ao tratamento, segurança medicamentosa e continuidade do cuidado.

Art. 5º - A organização e execução das atividades deverão observar as normas sanitárias vigentes, os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, manuais e notas técnicas do Ministério da Saúde, bem como os protocolos e fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º - Os medicamentos e insumos abrangidos por esta Portaria serão aqueles disponibilizados ao Município por meio dos componentes e programas do Sistema Único de Saúde, bem como aqueles adquiridos pelo Município, conforme as responsabilidades de financiamento, aquisição e distribuição estabelecidas no SUS.

Art. 7º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde adotar as providências administrativas necessárias à organização, manutenção e funcionamento do serviço.

Art. 8º - Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as normas técnicas e sanitárias vigentes.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irati-PR, 06 de outubro de 2026.

ANGELA MARCIA VIEIRA
Secretária Municipal de Saúde de Irati

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:D6E16BAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.540/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5540/2026 de 06/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 40.734,31 (quarenta mil setecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.365.0002.6.001.		Fortalecimento da Educação Infantil - OCA	
557 - 3.3.90.30.00.00	31082	MATERIAL DE CONSUMO - ETI	16.440,66
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003.00.000.0000.0.000.		ASSISTÊNCIA AO IDOSO	
07.003.08.241.0003.2.028.		Centro de Convivência do Idoso	
554 - 3.3.90.39.00.00	3802	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA CC 31.369-6	24.293,65
		Total Suplementação:	**40.734,31**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:46E6CE16

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.541/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5541/2026 de 06/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 21.719,84 (vinte e um mil setecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.365.0002.6.001.		Fortalecimento da Educação Infantil - OCA	
558 - 3.3.90.30.00.00	1082	MATERIAL DE CONSUMO ETI	1.703,06
556 - 4.4.90.52.00.00	1082	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.278,87
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003.00.000.0000.0.000.		ASSISTÊNCIA AO IDOSO	
07.003.08.241.0003.2.028.		Centro de Convivência do Idoso	
555 - 3.3.90.39.00.00	1802	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.737,91
		Total Suplementação:	**21.719,84**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1802	1.737,91
Receita:1.7.1.5.53.01.00.00000000	Fonte: 1000	19.981,93
	Total da Receita:	**21.719,84**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:F4A0A03B

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2026
CONTRATANTE: Município de Itambaracá, Estado do Paraná, com sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, 06, inscrito no CGC/MF nº 76.235.738/0001-08, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Amarildo Tostes, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.554.127-6 SSP/PR e do CPF/MF nº 478.507.959-20, e
CONTRATADA: LUCANO INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ: 46.534.246/0001-44.
OBJETO: Recapeamento de vias urbanas em CBUQ, 66.437,38 m², com execução de serviços de: serviços preliminares, limpeza com jato de alta pressão, pintura de ligação, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos, placa de obra, e demais itens e especificações constantes em projeto.
VALOR: R$ 4.109.929,49 (Quatro milhões e cento e nove mil e novecentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos). .
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de setembro de 2026.
FORO: Comarca de Andirá, Estado do Paraná.
Itambaracá, 06 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:48DAF699

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026.
Órgão: Município de Itambaracá/PR.
Objeto: Registro de preços para fornecimento de eletrodomésticos, eletroportáteis, colchões, enxovais de cama, mesa e banho e bicicletas, destinados à Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses.
Detentora: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA – CNPJ nº 20.481.118/0001-96.
Valor registrado: R$ 26.911,60 (vinte e seis mil, novecentos e onze reais e sessenta centavos).
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Vigência: 12 (doze) meses.

Itambaracá; 06 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito do Município de Itambaracá

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:F2286EEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026
PROCESSO Nº 062/2026

CONVOCAR os participantes habilitados no credenciamento de pessoa física para prestação de serviço de motorista, para atendimento das secretarias municipais, conforme descrito abaixo, para comparecer junto ao setor de Licitação e Contratos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito a Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00 horas, para fins de cumprimento do item 6, subitem, 6.1.1. do edital:

6 – DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO:
6.1.1. Para os credenciados, somente para fins de assinatura contratual (*não precisam estar no envelope de habilitação*), serão solicitados os seguintes documentos (*com prazo de 05 dias úteis para apresentação após a solicitação*):
a)Cópia do cartão do Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP) ou documento equivalente;
b)Cópia de Comprovante de Endereço no mínimo 60 dias da data de inscrição;
c) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
d) Não possuir antecedentes criminais (Certidão Negativa de Antecedentes);
e) Se do sexo masculino, quitação do serviço militar com idade de até 45 anos;
f) Informações bancárias e, CPF dos dependentes.
g)Apresentação de **Certidão de Pontuação da CNH** que comprove não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, nos últimos 12 meses (conforme o Art. 145 do CTB).
h)Apresentar declaração da Prefeitura de Itambé de que não responde a PAD (Processo Administrativo Disciplinar), não recebeu advertência ou suspensão ou certidão de "sem vínculo prévio" com a Prefeitura.

6.2 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial ou assinado por certificado digital ou GOV.BR.

Obs: Se do eventual desinteresse por parte do credenciado comparecer no setor de Licitação deste Município para assinar o termo de desistência.

PROTOCOLO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF	ORDEM
1081/2026	GABRIEL SILVESTRE CAMPOS	139.***.559-**	9º

Itambé/PR, 06 de outubro de 2026.

FLÁVIA VICENZI
Chefe da Divisão de Licitação

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:CA2F00D9

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 118/2026 – ID/TCE: Nº 43099

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: FRANCISCO AVELINO DE SOUZA
CPF N.º 172.***.829-**

OBJETO: Credenciamento de pessoa física para prestação de serviço de motorista.

VALOR CONTRATUAL: R$ 25.470,72 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/10/2026 a 07/10/2027.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Edital de Chamamento Público Nº 09/2026 e Processo nº 062/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 06/10/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:495A29EC

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2026 – ID/TCE: Nº 43100

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: WELLINGTON APARECIDO CAMISÃO
CPF N.º 065.***.899-**

OBJETO: Credenciamento de pessoa física para prestação de serviço de motorista.

VALOR CONTRATUAL: R$ 25.470,72 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/10/2026 a 07/10/2027.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Edital de Chamamento Público Nº 09/2026 e Processo nº 062/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 06/10/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:AB4F5369

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2026 – ID/TCE: Nº 43101

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: PAULO SERGIO MARIANO
CPF N.º 031.***.239-**

OBJETO: Credenciamento de pessoa física para prestação de serviço de motorista.

VALOR CONTRATUAL: R$ 25.470,72 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/10/2026 a 07/10/2027.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Edital de Chamamento Público Nº 09/2026 e Processo nº 062/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 06/10/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:75B5CEA4

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO (PRAZO/VALOR)
CONTRATO Nº 064/2024 - ID/TCE Nº 42773

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: S & M SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
CNPJ Nº 19.050.676/0001-18

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem prorrogar o prazo de fornecimento ate a data de 04/10/2027 e consequentemente o aditivo financeiro no valor de R$ 23.235,47 (vinte e três mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos), conforme tabela 01, e realinhamento dos valores no valor de R$ 1.053,69 (um mil e cinquenta e tres reais e sessenta e nove centavos), conforme tabela 02, totalizando o valor de R$ 24.289,16 (vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) conforme descrito abaixo, passando o valor global do Contrato de Fornecimento original para R$ 68.205,97 (sessenta e oito mil, duzentos e cinco reais e noventa e sete centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no Compromisso de Fornecimento primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Presencial Nº 07/2025.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, ao 16/09/2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:B6A665E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90018/2026.

O Município de Itapejara D'Oete - PR, torna público que fará realizar, às 11h00min (onze) horas do dia 23 (vinte e três) de Outubro do ano de 2026, na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Recape - CBUQ	29.065,53 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Itapejara d'Oeste e na plataforma Portal de Compras do Governo Federal, https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Itapejara D'Oeste - PR, 05 (cinco) de Outubro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação
Decreto Nº 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:17ACDE4E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90057/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90057/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 035/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 23 (vinte e três) de Outubro de 2026, às 09h:00min (nove) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização/fabricação de camisetas, agasalhos e jogos de uniforme a serem utilizados por criança e adolescentes participantes de projetos, programas, eventos e competições esportivas do Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 09h00min (nove) horas do dia 23 (vinte e três) de Outubro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90057/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 28 (vinte e oito) de Setembro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:86B315F7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90058/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 036/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 23 (vinte e três) de Outubro de 2026, às 10h:00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de caixas de bombom e brinquedos destinados a distribuição no evento Tarde da Família realizado nas comemorações do Aniversário de Emancipação Político Administrativa do Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 10h00min (dez) horas do dia 23 (vinte e três) de Outubro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90058/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 29 (vinte e nove) de Setembro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:021980A7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4387/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4387/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: C M Assessoria e Planejamento Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.528.717/0001 – 64.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, treinamentos e suporte operacional para obtenção de recursos públicos destinados ao Município de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90041/2026.
Valor do Contrato: R$ 58.620,00 (Cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 06 (seis) de Outubro de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A319E674

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 229/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 229/2026
DATA: 05/10/2026

SÚMULA: Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor Vilmar Schmoller, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA:
Art. 1º. Fica alterado o Decreto 292 de 18 de dezembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A9FCE649

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2509/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2509/2026
DATA: 06.10.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 82 da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o Ofício n° 41/2026.
RESOLVE:

Art. 1º. Solicitar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, instituída pela Portaria n° 2000/2023 de 07.06.2023, a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar, em tese, a ocorrência de eventuais irregularidades funcionais atribuídas aos servidores públicos municipais identificados pelas matrículas nº **012.495-1** e nº **012.681-1**, lotados no Departamento Municipal de Educação, assegurados aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.
Art. 2º. Concedo o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo administrativo disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, prazo que poderá ser prorrogado, por igual período, mediante justificativa que deverá ser apresentado antes do término inicialmente fixado.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:50246A27

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO REGULAMENTO XIII FEICAN - FESTIVAL ITAPEJARENSE DA CANÇÃO

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
XIII FEICAN - FESTIVAL ITAPEJARENSE DA CANÇÃO
REGULAMENTO

APRESENTAÇÃO

O **XIII Festival Itapejarense da Canção – FEICAN** é uma promoção da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, por meio do Departamento Municipal de Esportes e Cultura.
O evento será realizado nos dias **10, 11 e 12 de dezembro de 2026**, no Centro de Eventos Victor Getúlio Piazza – Largo da Paz (CTG Porteira da Amizade), em duas etapas: **classificatória e final**, abrangendo cinco categorias: **Infantil, Juvenil, Adulto Gospel, Adulto Sertanejo e Adulto Popular/Internacional**.

1. ORGANIZAÇÃO

1.1 A organização do XIII FEICAN está a cargo da Comissão Organizadora, composta pelos seguintes membros:
Presidente: Neuza Fátima de Souza
Membros: Augusto Gadini, Edson Tolloti, Tatiane Beppler, Gessica Pegorini, Luís Fernando Pedroso e Michelly Veronese.

2. OBJETIVOS

O XIII FEICAN tem como objetivos:
I – Aprimorar e valorizar a Música Popular Brasileira, promovendo intercâmbio artístico-cultural;
II – Incentivar e revelar novos talentos, divulgando os valores artísticos do município;
III – Ressaltar a importância da arte como fonte de cultura, educação e lazer.

3. INSCRIÇÕES

3.1 A participação é aberta a qualquer pessoa física que possua título eleitoral válido no município de Itapejara D'Oeste ou comprove residência fixa no município, mediante comprovante em seu nome ou, no caso de menor de idade, em nome de seu responsável legal, e que aceite integralmente este regulamento.
Caso o comprovante de residência esteja em nome de terceiro, o candidato deverá apresentar declaração do titular do comprovante, atestando que o candidato reside no endereço informado, com firma reconhecida ou assinatura digital.
Havendo dúvida fundamentada sobre a documentação ou as informações apresentadas, a organização poderá realizar diligências e solicitar esclarecimentos, assegurando ao candidato oportunidade de manifestação e de regularização de falhas formais, em prazo informado na notificação e aplicado de maneira uniforme.
3.2 Documentos exigidos:
I – Categorias Infantil e Juvenil:
Certidão de nascimento ou RG do(a) candidato(a);
RG, CPF ou CNH do responsável;
Título de eleitor em nome do candidato ou do responsável legal válido no município de Itapejara D' Oeste, ou comprovante de residência.
Autorização dos pais/responsáveis (Anexo II), entregue no Departamento de Cultura;
Letra da música impressa.
II – Categorias Adulto Gospel, Sertanejo e Popular/Internacional:
a) RG, CPF ou CNH do(a) candidato(a);
b) Título de eleitor válido no município de Itapejara D' Oeste ou comprovante de residência.
c) Letra da música impressa.
3.3 Categoria Infantil: idade entre 05 e 11 anos, 11 meses e 29 dias, até 10/11/2026.
3.4 Categoria Juvenil: idade entre 12 e 17 anos, 11 meses e 29 dias, até 10/11/2026.
3.5 As inscrições deverão ser feitas presencialmente no Departamento de Esportes e Cultura. Para as categorias Infantil e Juvenil, o(a) candidato(a) deverá estar acompanhado(a) por responsável legal.

3.6 Período de inscrição:
Infantil e Juvenil: 07/10/2026 a 10/11/2026;
Adulto Sertanejo, Popular/Internacional e Gospel: 07/10/2026 a 23/11/2026.
3.7 Indicação de músicas:
Infantil e Juvenil: livre escolha;
Gospel: músicas cristãs (evangélicas ou católicas), em português, inclusive gravadas por artistas populares ou sertanejos;
Sertanejo: músicas caipiras, românticas ou sertanejo universitário;
Popular/Internacional: músicas de gêneros diversos nacionais ou internacionais.
3.8 No ato da inscrição, o(a) candidato(a) deverá informar:
a) Título da música;
b) Cantor(a)/compositor(a);
c) Tom da música;
d) Observações pertinentes.

4. PARTICIPAÇÃO

4.1 Serão admitidas músicas de diversos gêneros musicais, nacionais e internacionais, observadas as regras específicas da categoria em que o participante estiver inscrito.
4.2 Não serão aceitas versões em *pot-pourri*.
4.3 As músicas apresentadas não poderão conter letras ou expressões que façam apologia ao crime, incluam palavrões, apresentem conteúdo sexual explícito ou promovam preconceito ou discriminação de qualquer natureza. O descumprimento desta regra poderá acarretar a desclassificação do participante, mediante decisão fundamentada da comissão organizadora, assegurado o direito de manifestação.
4.4 A participação poderá ser individual, em dupla, trio ou quarteto. É vedado ao(à) candidato(a) adulto(a) concorrer em mais de uma categoria.
4.5 O acompanhamento poderá ser pela banda oficial ou por instrumentos próprios.
4.6 Não será permitida a inscrição da mesma música por mais de um(a) candidato(a). Valerá a primeira inscrição registrada.
4.7 A Comissão Organizadora poderá excluir candidatos(as) que descumprirem este regulamento, utilizarem playback, alterarem indevidamente a letra da música ou perturbarem a ordem do evento.
4.8 Será desclassificado(a) o(a) candidato(a) ausente no momento da chamada.
4.9 Não será permitida troca de música após o encerramento das inscrições.
4.10 Os classificados deverão apresentar a mesma música da fase classificatória.
Observação: conforme Portaria MP nº 19/2003, intérpretes menores de 18 anos deverão estar acompanhados dos pais ou responsáveis legais, que assumem integral responsabilidade civil e penal pela participação.

5. REALIZAÇÃO

5.1 Etapas:
Classificatória (Infantil, Juvenil e Adulto Gospel): 10/12/2026;
Classificatória (Adulto Sertanejo e Adulto Popular/Internacional): 11/12/2026;
Final (todas as categorias): 12/12/2026.

5.2 Horário: início às 20h em todos os dias.
5.3 A ordem das apresentações será definida por sorteio durante a reunião técnica, cuja data, horário e local serão estabelecidos e previamente divulgados pela Comissão Organizadora.
5.4 Após divulgado, o sorteio não poderá ser alterado.

6. ENSAIOS

6.1 Cronograma:
Infantil, Juvenil e Adulto Gospel: 10/12/2026, das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h;
Adulto Sertanejo e Adulto Popular/Internacional: 11/12/2026, nos mesmos horários.
6.2 A ausência no ensaio implicará desclassificação.
6.3 Cada candidato(a) terá direito a um ensaio com a banda. Nova tentativa dependerá de autorização da mesma.
6.4 A ordem será definida pela chegada e distribuição de senhas.
6.5 Senhas distribuídas até as 16h, sem prorrogação.
6.6 O ensaio para a final será opcional e ocorrerá em 12/12/2026, das 13h30 às 16h, mediante agendamento prévio e conforme cronograma estabelecido pela Comissão Organizadora.

7. CLASSIFICAÇÃO

7.1 Serão classificados **vinte e cinco (25) candidatos(as)** para a final, sendo 5 por categoria.
7.2 Em caso de empate, o desempate caberá à mesa julgadora.

8. JULGAMENTO E NOTAS

8.1 O júri será composto por 5 profissionais convidados pela Comissão Organizadora.
8.2 Notas atribuídas de 5 a 10, inclusive fracionadas.
8.3 Critérios:
Afinação (precisão tonal);
Ritmo (tempo e andamento);
Dicção (clareza na pronúncia);
Interpretação (expressividade e emoção);
Apresentação (postura cênica e comunicação com o público);
Fidelidade à letra.
8.4 Cada jurado registrará sua nota individualmente em ficha própria.
8.5 A menor nota será descartada.
8.6 A nota final será a soma das demais.
8.7 Em caso de falha, o(a) candidato(a) terá uma única chance imediata de reinício.
8.8 As decisões do júri serão definitivas, arquivadas pela Comissão Organizadora para fins de transparência.

9. PREMIAÇÃO

9.1 Todos os participantes receberão troféu de participação.
9.2 Premiação em dinheiro e troféus para os classificados:
Categoria Infantil:
1º R$ 1.000,00 | 2º R$ 600,00 | 3º R$ 400,00 | 4º R$ 300,00 | 5º R$ 250,00
Categoria Juvenil:
1º R$ 1.500,00 | 2º R$ 1.000,00 | 3º R$ 700,00 | 4º R$ 600,00 | 5º R$ 500,00
Categoria Adulto Gospel / Sertanejo / Popular/Internacional:
1º R$ 2.000,00 | 2º R$ 1.400,00 | 3º R$ 1.100,00 | 4º R$ 1000,00 | 5º R$ 900,00
9.3 Entrega dos troféus de participação:
10/12/2026: Infantil, Juvenil e Adulto Gospel (não classificados);
11/12/2026: Adulto Sertanejo e Adulto Popular/Internacional (não classificados).

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O(a) candidato(a) ausente no momento da chamada será desclassificado(a).
10.2 Menores deverão estar acompanhados por responsável legal.
10.3 Despesas de transporte e alimentação são de responsabilidade do(a) candidato(a).
10.4 A inscrição implica plena aceitação deste regulamento.
10.5 Os classificados serão anunciados após a apuração das notas e divulgados no site da Prefeitura.
10.6 Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.
10.7 O regulamento estará disponível em: www.itapejaradoeste.pr.gov.br.

Itapejara D'Oeste, 06 de outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER
Prefeito Municipal

AUGUSTO GADINI
Diretor do Depto Mun. de Esportes e Cultura

NEUZA FÁTIMA DE SOUZA
Presidente da Comissão Organizadora

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO
XIIIº FEICAN – Festival Itapejarense da Canção
Categoria: ( ) Infantil ( ) Juvenil ( ) Adulto Gospel ( ) Adulto Sertanejo ( ) Adulto Popular/Internacional
Dados do(a) Candidato(a):
Nome completo: _____
Data de nascimento: _____/_____/_____
RG/CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Responsável legal (para menores):
Nome: _____
RG/CPF: _____
Telefone: _____
Dados da música:
Título: _____
Autor(a)/Compositor(a): _____
Tom: _____
Observações: _____
Declaração: Declaro estar ciente e de acordo com o regulamento do 13º FEICAN.
Itapejara D'Oeste, _____ de _____ de 2026
Assinatura do(a) candidato(a): _____
Assinatura do responsável legal (se menor): _____

ANEXO II
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA MENORES E USO DE IMAGEM E VOZ
Eu, _____, *RG nº* _____, *CPF nº* _____, *responsável legal por* _____, *nascido(a) em* ___/____/___, autorizo sua participação no **XIII Festival Itapejarense da Canção – FEICAN**, nas etapas classificatória e final.
Declaro conhecer e aceitar o regulamento e comprometo-me a acompanhar o(a) menor em todas as apresentações.
USO DE IMAGEM E VOZ
( ) AUTORIZO ( ) NÃO AUTORIZO
Autorizo, gratuitamente, o Município de Itapejara D'Oeste a captar e divulgar a imagem e a voz do(a) menor em fotografias, áudios e vídeos, exclusivamente para divulgação institucional e cultural desta edição do FEICAN, nos canais oficiais e materiais do Município, durante o evento e nos 12 meses seguintes. O uso deverá respeitar a dignidade e o melhor interesse do(a) menor. A negativa não impede sua participação.
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Estou ciente de que os dados do(a) menor e do responsável serão utilizados pelo Município para inscrição, organização, avaliação e divulgação dos resultados do festival, conforme a Lei nº 13.709/2018 – LGPD. Os dados serão protegidos e mantidos pelo período necessário, observados os prazos legais. Documentos e contatos não serão divulgados publicamente.
Itapejara D'Oeste, _____ de _____ de 2026.
Assinatura do responsável legal: _____
Assinatura do(a) candidato(a), quando possível: _____

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
XIII FEICAN – FESTIVAL ITAPEJARENSE DA CANÇÃO
Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro, sob as penas da lei, para fins de inscrição no XIII FEICAN – Festival Itapejarense da Canção, que:
( ) Resido no endereço abaixo, na condição de candidato(a).
( ) O(A) candidato(a) abaixo identificado(a) reside no endereço abaixo, cujo comprovante de residência está em meu nome.
( ) O(A) candidato(a) menor de idade abaixo identificado(a) reside no endereço abaixo, sendo eu seu responsável legal.

Nome do(a) candidato(a): _____
CPF do(a) candidato(a): _____
Endereço: _____
Número: _____
Complemento: _____
Bairro/localidade: _____
Município: Itapejara D'Oeste – PR
CEP: _____
Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e estou ciente de que sua falsidade poderá acarretar o indeferimento da inscrição ou a exclusão do(a) participante, assegurado o direito de defesa, sem prejuízo das responsabilidades legais cabíveis.
Itapejara D'Oeste – PR, _____ de _____ de _____.
Assinatura do(a) declarante
Admite-se assinatura manuscrita, conferida pelo agente administrativo mediante comparação com documento de identidade ou assinatura em sua presença, dispensado o reconhecimento de firma, ou assinatura eletrônica admitida pelo Município.
USO DA ORGANIZAÇÃO — CONFERÊNCIA DA ASSINATURA MANUSCRITA
( ) Assinatura conferida com documento de identidade.
( )Documento assinado na presença da comissão organizadora.
Membro da comissão: _____
Data: _____/_____/_____
Assinatura: _____

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:386969F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 012/2026 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO, A ESCOLHA DA ASSOCIAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO INTEGRAL DOS VALORES HUMANOS – ATIVAH E O REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "FUTSAL NA ATIVAH".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ITAPERUÇU/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 760/2022 de 18 de abril de 2022.

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada às 09h00min, no dia 01 de outubro de 2026, nas dependências da Sala dos Conselhos, conforme registrado na Ata nº 011/2026;

CONSIDERANDO que, na referida reunião, foram apresentados e prestados esclarecimentos acerca da destinação dos recursos provenientes de doação recebida por meio do Imposto de Renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaperuçu;

CONSIDERANDO que a Associação de Transformação Integral dos Valores Humanos – ATIVAH apresentou ao CMDCA o Plano de Trabalho referente ao projeto "Futsal na ATIVAH", demonstrando a finalidade e a aplicação dos recursos destinados à execução das ações propostas;

CONSIDERANDO que a escolha da ATIVAH para o recebimento dos recursos decorreu da análise e apreciação, pelo CMDCA, do projeto apresentado pela entidade, considerando sua finalidade, o público a ser atendido, a pertinência das ações propostas e sua compatibilidade com a promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que o projeto apresentado pela ATIVAH contempla a utilização do esporte, por meio da prática do futsal, como instrumento de convivência, integração, desenvolvimento social, fortalecimento de vínculos e promoção de hábitos saudáveis para crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO que, após os esclarecimentos e a análise do Plano de Trabalho, o CMDCA deliberou, em reunião ordinária, pela aprovação do projeto e pela realização do repasse à entidade;

CONSIDERANDO que a utilização dos recursos está vinculada à execução das ações previstas no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a escolha da ASSOCIAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO INTEGRAL DOS VALORES HUMANOS – ATIVAH para o recebimento dos recursos, considerando a análise e apreciação realizadas pelo CMDCA acerca do Plano de Trabalho apresentado, sua finalidade, o público a ser atendido, a pertinência das ações propostas e sua compatibilidade com a promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 2º APROVAR o Plano de Trabalho apresentado pela ASSOCIAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO INTEGRAL DOS VALORES HUMANOS – ATIVAH, referente ao projeto "Futsal na ATIVAH".

Art. 3º APROVAR o repasse no valor de R$ 1.001,35 (mil e um reais e trinta e cinco centavos) à ASSOCIAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO INTEGRAL DOS VALORES HUMANOS – ATIVAH, utilizando recursos provenientes de doação recebida por meio do Imposto de Renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaperuçu.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na presente data.

Itaperuçu /PR, 06 de outubro de 2026.

ALAITE FARIA DE JESUS LARA
Presidente do CMDCA - Itaperuçu/PR

Publicado por:
Larissa Fernanda de Bomfim
Código Identificador:FA69A957

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: ALTERA O ANEXO III, PARTE 4, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025, NA FORMA QUE DISPÕE.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **EDILSON RUIZ DE FREITAS, PREFEITO MUNICIPAL** no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Esta Lei Complementar dispõe exclusivamente sobre a alteração de TAXAS DE SERVIÇOS DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS.

Art. 2º. O Anexo III, parte 4, da Lei Complementar nº 001, de 25 de novembro de 2025, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei Complementar:

§ Único. O Prefeito Municipal poderá, motivadamente e por prazo determinado, promover através de Decreto, a diminuição de valores constantes da Tabela do Anexo Único desta lei.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito de Itaperuçu

ANEXO ÚNICO

Especificação	Valor em UFR
Sepultamento	Até 3
Exumação de cadáver	Até 2
Aluguel de gaveta, além da inumação (até 05 anos)	Até 10
Concessão de lote perpétuo	Até 80
Concessões temporárias de gavetas individuais	Até 40
Unificação de lote	Até 2
Licença para construção de túmulos	Até 4
Licença para construção de capelas mausoléu, por gaveta	Até 4
Título de concessão, croqui e cópias	Até 4
Projeto para construção de túmulos	Até 4
Comprovante e certidão de sepultamento	Até 4
Aluguel de capela	ISENTO
Manutenção anual	Até 4
Processo de traslado	Até 2
Para a área rural será aplicado o redutor de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos nesta tabela.	

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:23908D7A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1004/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 703, DE 1º DE JUNHO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE OS CEMITÉRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **EDILSON RUIZ DE FREITAS, PREFEITO MUNICIPAL** no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º. O Artigo 2º da Lei Municipal nº 703, de 1º de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. *Os valores das TAXAS DE SERVIÇOS DE CEMITÉRIO no âmbito do Município de Itaperuçu, são os definidos no Anexo III, parte 4, da Lei Complementar nº 001 de 25 de novembro de 2025, e regulamentos próprios.*
§ 1º Os valores mencionados no de que trata o "caput", são os referidos no Anexo Único desta Lei.
§ 2º Os valores mencionados no anexo único desta lei poderão ser reduzidos através de ato próprio emitido pelo Chefe do Poder Executivo.
§ 3º Os valores mencionados no anexo único referente a Concessão de Terreno nos Cemitérios (Temporária ou Perpétua), poderão ser pagos com desconto de até 15% (quinze por cento) no formato à vista, ou parcelados em até 24 (vinte e quatro) vezes sem desconto, conforme regulamento a ser definido por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.
§ 4º Nos casos de extrema vulnerabilidade social, atestados pela Secretaria de Assistência Social, poderá ser dispensada a cobrança do preço público correspondente a serviço e concessão de terreno cemiteriais.
§ 5º Fica instituída a modalidade de Gaveta Temporária, destinada ao uso sem custo por indigentes ou pessoa em extrema vulnerabilidade, a ser atestado conforme relatório social respeitada a devida inscrição no Cadastro Único (CadÚnico);
§ 6º Fica possibilitada, em caso de extrema necessidade, o aluguel de gaveta por até 3,5 (três anos e meio), mediante taxa anual de 20 (vinte) UFR, a ser recolhida uma única vez por ano, facultada a renovação da locação até o prazo máximo de 05 (cinco) anos;
§ 7º Após o período de 05 (cinco) anos, fica o Município autorizado a remover os restos mortais ao ossuário municipal, independente de notificação do titular responsável pela manutenção da gaveta ou sepultura;
§ 8º Fica autorizada a regularização dos cemitérios situados na área rural do Município, sem qualquer custo até 31 de dezembro de 2027, incidindo as taxas previstas nesta lei a partir de 1º de janeiro de 2028."

Art. 2º. A administração dos cemitérios públicos municipais de Itaperuçu caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ou outro órgão que venha a substituí-la ou integrá-la.

Art. 3º. A administração dos cemitérios particulares respeitará os preceitos estabelecidos na Lei 185, de 1º de abril de 2002, e regulamentos próprios, submetendo-se os casos omissos à interpretação dos técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que se manifestará por meio do Secretário ou dos departamentos competentes.

Art. 4º. Todas as ações voltadas à abertura, manutenção, conservação ou regulamentos acerta do uso e funcionamento de Cemitérios Municipais, públicos ou privados, deverão ser coordenadas através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com o auxílio de outras Secretarias Municipais, quando necessário, mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. O Prefeito Municipal poderá regulamentar por decreto a presente lei, no que couber.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito de Itaperuçu

ANEXO ÚNICO

Especificação	Valor em UFR
Sepultamento	Até 3
Exumação de cadáver	Até 2
Aluguel de gaveta, além da inumação (até 05 anos)	Até 10
Concessão de lote perpétuo	Até 80
Concessões temporárias de gavetas individuais	Até 40
Unificação de lote	Até 2
Licença para construção de túmulos	Até 4
Licença para construção de capelas mausoléu, por gaveta	Até 4
Título de concessão, croqui e cópias	Até 4
Projeto para construção de túmulos	Até 4
Comprovante e certidão de sepultamento	Até 4
Aluguel de capela	ISENTO
Manutenção anual	Até 4
Processo de traslado	Até 2
Para a área rural será aplicado o redutor de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos nesta tabela.	

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:13FC16D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO N° 231/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025 – CISMEL-NCP
INEXIGIBILIDADE Nº 55/2026

A Prefeitura Municipal de Itaperuçu torna pública a **ERRATA** referente ao **Contrato nº 231/2026**, celebrado com a empresa **VIGENT CONSTRUÇÕES LTDA**, cujo objeto é a **execução de obras de recapeamento asfáltico em CBUQ na malha viária urbana do Município de Itaperuçu/PR, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços nº 06/2025 – CISMEL-NCP, originária da Concorrência nº 001/2025, sob regime de empreitada por preço global**, conforme segue:

1. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E DA PRORROGAÇÃO

Assim, onde se lê:
4.1.1 O início da execução dos serviços ocorrerá após a emissão da respectiva Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a execução de forma contínua durante o período contratual, observadas as condições e determinações da fiscalização.

Leia-se:
4.1.1 O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo **21 (vinte e um) dias** da

data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

Assim, onde se lê:

10.1 A garantia de execução será equivalente a **2% (dois por cento)** do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Leia-se:

10.1 A garantia de execução será equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Assim, onde se lê:

12.1.2 Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) **Emilly Emanuelly Bonfim Oliveira**, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

Leia-se:

12.1.2 Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) **Emilly Emanuelly Bonfim Oliveira**, e ao fiscal substituto Sr. (a) **Juliane dos Santos Stresser**, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

Permanecem **inalteradas as demais disposições do Contrato nº 231/2026**.

Itaperuçu/PR, 06 de outubro de 2026.

WELIFER FELIPE DE CRISTO COUTINHO
Agente de Contratação
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:7A8569BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 255/2025 - RENOVAÇÃO

CONTRATO Nº 255/2025
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 039/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENISE SANTOS LTDA.
CNPJ: 47.836.211/0001-22.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, POR MEIO DE ADESÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 DO COMESP – CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ, DO QUAL O MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU É PARTICIPANTE.
DO VALOR: R$ 119.600,00 (CENTO E DEZENOVE MIL E SEISCENTOS REAIS).
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, COMPREENDENDO O PERÍODO DE 08 DE OUTUBRO DE 2026 A 07 DE OUTUBRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5921644A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2026 – ACRÉSCIMO DE VALOR

CONTRATO Nº 162/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: CLESA - SERVICOS GERAIS LTDA
CNPJ: 36.756.504/0001-83
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DE SALA PARA A INSTALAÇÃO DA BASE DO SAMU, NO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
DO VALOR: R$ 13.278,81 (TREZE MIL, DUZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).
DA ASSINATURA: 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:7623BF6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 369/2026

PORTARIA Nº 369/2026

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora com Cargo em Comissão Natasshia Priscila da Costa Salustiano, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90 e Lei Complementar Municipal nº 02/2022;
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela Servidora;
CONSIDERANDO os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990 e Lei Complementar Municipal nº 02/2022,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde, a servidora Natasshia Priscila da Costa Salustiano, matrícula nº 772, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.9**.***-6/PR e inscrita no CPF sob o nº 067.***.***-90, cargo comissionado de Assessor Jurídico, lotada na Assessoria Jurídica - Divisão de Assessoramento Jurídico.

Art. 2º A Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será no período de 05/10/2026 a 14/10/2026, totalizando 10 (dez) dias conforme atestado médico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:78F19DCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO: PE372026

AVISO DE LICITAÇÃO: Município de Itaúna do Sul, torna público, o seguinte processo de contratação: OBJETO: Fornecimento de itens de mercado; MODALIDADE: pregão eletrônico n° 037/2026; CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item; MODO DE DISPUTA: aberto; ABERTURA: às 09h00m do dia 20/10/2026; LOCAL DE ABERTURA: https://licitanet.com.br/; A íntegra do edital poderá ser obtida nos seguintes locais: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/ e no Portal Nacional de contratações públicas - PNCP. Itaúna do Sul, 06 de outubro de 2026;

GILSON JOSÉ DE GOIS -
Prefeito

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:2E881270

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2026

EXTRATO TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2026
Processo Administrativo 0139.2026
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E PIPOQUEIRA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA CRIANÇA;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, art. 75, II)
CONTRATADA: BRUNO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS / KIDS HAPPY BRINQUEDOS INFLAVEIS LTDA, estabelecida na Rua Pioneiro Tonhão, nº 1305, Jardim Satelite, CEP: 87.711-440, na cidade de Paranavai/PR, email: solarturpvai@gmail.com , telefone: (44) 99967-8618, inscrita no CNPJ sob nº 47.46.186/0001-89, neste ato representada por BRUNO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS
VALOR TOTAL: R$29.600,00
VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 05 de outubro de 2026
Ratificação: O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente ratifica a Dispensa de Licitação, determinando a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.
Pesquisa de preço: VALDIRENE LUCAS DA SILVA – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
Publicação: Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

EXTRATO CONTRATO 069.2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2026
Processo Administrativo 0139.2026
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E PIPOQUEIRA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA CRIANÇA;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, art. 75, II)
CONTRATADA: BRUNO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS / KIDS HAPPY BRINQUEDOS INFLAVEIS LTDA, estabelecida na Rua Pioneiro Tonhão, nº 1305, Jardim Satelite, CEP: 87.711-440, na cidade de Paranavai/PR, email: solarturpvai@gmail.com , telefone: (44) 99967-8618, inscrita no CNPJ sob nº 47.46.186/0001-89, neste ato representada por BRUNO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS,
VALOR TOTAL: R$29.600,00
VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:4B74CD02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 175/2026

Decreto n° 175/2026 de 06/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Município de Ivaí, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1565/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 393.267,19 (trezentos e noventa e três mil e duzentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DIVISÃO DE ADMINISTRACAO	
03.001.04.122.0402.2.005	Atividades da Divisão de Administração	
22 - 3.3.90.39.00.00 0	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
05.001	DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	
05.001.20.606.2001.2.012	Atividades da Divisão de Fomento Agropecuario	
56 - 3.3.90.39.00.00 0	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.302.1001.2.048	Serviço de Assistência Hospitalar - Média e Alta Complexidade - MAC	
156 - 3.3.90.39.00.00 303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00
09	SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL	
09.004	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO	
09.004.08.241.0801.2.074	Fundo Municipal De Direitos Do Idoso	
290 - 4.4.90.52.00.00 960	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	43.267,19
Total Suplementação:		393.267,19

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02 Remuneração de Depósitos Bancários - Vinculados - Fonte: 960	3.267,19
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE MUNICÍPIOS - DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	100.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE MUNICÍPIOS - DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	250.000,00
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.04 CUIDA + INVESTIMENTO - Fonte: 960	40.000,00
Total da Receita:	393.267,19

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Município de Ivaí, Estado do PR, em 6 de Outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:45A5E7F4

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONCORRÊNCIA Nº 003/2026
CONTRATO Nº 084/2026 LICITAÇÃO 003/2026

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, Centro, Ivaí – PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob nº 5.175.278-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 715.210.549-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LORES ALBERTO DOS SANTOS - ME** com sede na Rua Paulo Faix, Bairro Centro, n° 222, Ivaí (PR) – CEP 84.460-000, inscrito no CNPJ 04.194.156/0001-01 doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo senhor, **LORES ALBERTO DOS SANTOS,** resolvem, de comum acordo, firmar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto deste Termo Aditivo é a **PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO** do contrato nº 084/2026, visando a continuidade do fornecimento dos itens registrados da Secretaria municipal de Engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços, objeto do respectivo contrato, por R$ 431.300,00 (quatrocentos e trinta e um mil e trezento reais), por 60 (sessenta e vinte dias) dias, nos termos da Cláusula quarta do Contrato nº 084/2025, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal solicitante e o atendimento integral do Parecer Referencial nº 001/2025 – PGM.

Parágrafo Único - O pagamento da importância originada pela prorrogação do prazo e reajuste de valor dos serviços correrá à conta do recurso proveniente das seguintes Dotações Orçamentárias:
08001103021001104444905100000211l1.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (**CONTRATO Nº 084.2025**).

Ivaí – PR, 18 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí -PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal
Contratante

Lores Alberto Dos Santos -ME
LORES ALBERTO DOS SANTOS –
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:1DD09E7B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
CONTRATO Nº 086/2026 LICITAÇÃO 003/2026

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, Centro, Ivaí – PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob nº 5.175.278-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 715.210.549-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **CONSTRUTORA TANGARA LTDA,** com sede na R Sao Jorge, Nº 140, Sala 05, Riozinho, Irati - PR doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo senhor, **WALTER ALEXSANDRO SILVA,** resolvem, de comum acordo, firmar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto deste Termo Aditivo é a **PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO** do contrato nº 086/2026, visando a continuidade do fornecimento dos itens registrados da Secretaria municipal de Engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços, objeto do respectivo contrato, por **R$ 4.686.746,91 (Quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos)**, por 40 (quarenta) dias, nos termos da Cláusula quarta do Contrato nº 086/2026, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal solicitante e o atendimento integral do Parecer Referencial nº 001/2025 – PGM.

Parágrafo Único - O pagamento da importância originada pela prorrogação do prazo e reajuste de valor dos serviços correrá à conta do recurso proveniente das seguintes Dotações Orçamentárias:
10001154511501079449051000030l.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (**CONTRATO Nº 086.2026**).

Ivaí – PR, 02 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí -PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal
Contratante

Construtora Tangara LTDA
WALTER ALEXSANDRO SILVA –
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:895C0C33

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 079/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 079/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: VETERINARIA SUPREME CLINICA LTDA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Contratação de clínica veterinária especializada para prestação de serviços de assistência média aos cães acolhidos pelo canil municcipal .
Dotação orçamentária:
05.001.20.606.2001.2012.3.3.90.30.00.00
VALOR R$64.130,00 (sessenta e uatro mil e cento e trinta reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 05/10/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:C4066E8E

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: C.A. VIECELLI LTDA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Compra de larvicida biológico para garantir a continuidade das ações de controle de vetores e vigilância em as´de pública..
Dotação orçamentária:
05.001.20.606.2001.2012.3.3.90.30.00.00
VALOR R$24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 02/10/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:05FBB87E

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026

Prefeitura Municipal de Ivaí
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 38/2026
Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes composto por equipamentos de tecnologia da informação, materiais e periféricos de tecnologia da informação, equipamentos de áudio e entretenimento, móveis de escritório, móveis e equipamentos para quarto e acomodação, equipamentos e utensílios de cozinha, aparelhos de ar condicionado, filtros e purificadores de água, balanças, cortina e varão para a Secretaria Municipal de Assistência Social
Valor Total da Contratação: R$ 210.971,16
Data da Sessão Pública: 21/10/2026 08:30
Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote
Modo de Disputa: Aberto
Local: https://bllcompras.com/home

Ivaí, 6 de outubro de 2026

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:B3F3F64C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 024/2026-PMI

Após análise dos documentos de habilitação da Inexigibilidade nº. 024/2026-PMI, que tem por objeto: Contratação de Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor de CENTRO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA – CECAF, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 01.812.024/0001-08, no valor total de R$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais).

Ivatuba - Pr, 06 de outubro de 2026.
.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:316B0147

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 190/2026

Concede Abono de Permanência à servidora municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 1730/2026 – PMI, de 22 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que a servidora Odete Pereira de Melo Calvi cumpriu, em 06 de maio de 2026, os requisitos para aposentadoria voluntária e optou por permanecer em atividade;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 193/2026; e

CONSIDERANDO o Despacho nº 017/2026 – GAPRE.

RESOLVE: -

Art. 1º Conceder, nos termos dos arts. 51 e 52 da Lei Complementar Municipal nº 045/2022, Abono de Permanência à servidora Odete Pereira de Melo Calvi, matrícula nº 76, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em razão do preenchimento dos requisitos para aposentadoria voluntária e da opção pela permanência em atividade, sendo o benefício devido a partir de 07 de julho de 2026, data em que implementou todos os requisitos para aposentadoria voluntária, com a Averbação de Tempo de Serviço efetivada pela Portaria 146/2026 de 07 de julho de 2026.

Art. 2º O valor do Abono de Permanência corresponderá ao valor da contribuição previdenciária devida pela servidora ao Regime Próprio de Previdência Social, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e financeiros retroativos a partir de 07 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:F91D73C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZACÃO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2024

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZACÃO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguapitã-PR., **Juvaldi Ferreira Tomaz**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, estando de acordo com a **Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 103/2023**, **Decreto Municipal nº 062/202, Portarias nºs 061/062/2025, Portaria 036/2026 e Decreto do Poder Legislativo nº 007/2025,** resolve:

01 – Autorizar a realização do **2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 05/2024**, com a empresa **CLEVERTON ROBERTO VALÉRIO 11456409905**, de acordo com o processo assim identificado:
Dispensa Eletrônica nº 003/2024
Processo Administrativo nº 016/2024
Data do Processo: 05/07/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE JARDINAGEM PARA A CÂMARA MUNICIPAL.
2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 05/2024, firmado entre a CÂMARA MUNICIPAL e a empresa CLEVERTON ROBERTO VALÉRIO 11456409905.
02 – INDICAÇÃO DE RECURSOS – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Desp.	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. Do Elemento	Valor Previsto R$
8	01.10.2.001.3.3.90.39.00.00	Manutenção das Atividades Legislativas	3.3.90.39.78.99	**10.096,32**
			Total Previstoà	**R$ 10.096,32**

Jaguapitã, 05 de outubro de 2026.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente Da Câmara Municipal

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:6EE9375F

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL RETIFICADO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 055/2026 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – CICLO II

O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**, torna pública a **REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2026, RETIFICADO PELA RETIFICAÇÃO Nº 01/2026**, referente à **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB – Ciclo II**, destinado ao **Fomento Direto à Execução de Ações Culturais**, contemplando **pessoas físicas, grupos ou coletivos culturais sem CNPJ e pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos**, nos termos da Lei Federal nº 14.399/2022, Lei Federal nº 14.903/2024, Decreto Federal nº 11.740/2023, Decreto Federal nº 11.453/2023 e Instrução Normativa MinC nº 10/2023.

NOVO PERÍODO DE INSCRIÇÃO: de **07/10/2026 a 16/10/2026, até às 16h59min**, mediante protocolo junto ao Município de Jaguapitã, observadas as condições, requisitos e documentação estabelecidos no Edital e seus respectivos anexos.

O Edital Retificado e seus respectivos anexos encontram-se disponíveis na **Divisão Municipal de Cultura – Casa de Cultura Prof. Elena Maria Trapp**, bem como no **Portal da Transparência do Município de Jaguapitã https://jaguapita.eloweb.net/portaltransparencia/1/**, podendo também ser solicitados pelo e-mail **cultura@jaguapita.pr.gov.br** ou pelo telefone **(43) 3272-1571**.

Jaguapitã, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

EDSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:546CECBE

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 063/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.016/2025 DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DA SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL DE DADOS E VOZ – SMP, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VOZ E DADOS, GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS – MDM E, CONFORME O ITEM, FORNECIMENTO DE APARELHO CELULAR EM COMODATO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO PROCESSO.

VALOR: R$ 28.905,00 (vinte e oito mil e novecentos e cinco reais)

DATA: 06/10/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E307F5F2

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 14/07/2026, a candidata abaixo relacionada:

ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO /40 HRS
GISELY FERNANDES MOZELE

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 07/10/2026 a 14/10/2026, munida dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal/DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 06 de outubro de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:F90BBEEE

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 672/2026

Institui a Comissão Paritária para Instalação e Composição do Primeiro Colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, e dá outras providências.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 040/2025, de 11 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD;
CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Lei Municipal nº 040/2025, que prevê a criação de Comissão Paritária pelo órgão gestor para promover as condições necessárias à instalação e composição do primeiro colegiado do Conselho;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar e conduzir os procedimentos de inscrição, habilitação, realização do Fórum Municipal e escolha dos representantes da sociedade civil;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 108/2026, que regulamenta os procedimentos para instalação e composição do primeiro colegiado do CMDPD;
RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Paritária para Instalação e Composição do Primeiro Colegiado do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, com a finalidade de organizar, coordenar e acompanhar os procedimentos necessários à realização do Fórum Municipal e à instalação do primeiro colegiado do Conselho.
Art. 2º A Comissão Paritária será composta por representantes do Poder Público e da sociedade civil, observada a paridade, a seguinte composição:
I – Representantes do Poder Público:
a) **LUCIANA DA SILVA ROSA**, matrícula 61801, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;
b) **IZABELLA BORDIGNON**, matrícula 8148567, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
c) **MARCELO DA SILVA QUENUPE**, matrícula 8148219, representando a Secretaria de Obras;
d) **ROSIVANA RODRIGUES MARTINS**, matrícula 8147563, representando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.
II – Representantes da sociedade civil:
a) **BRUNA RUIZ DUARTE TURQUE,** representante da sociedade civil, vinculado à defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
b) **ANDREI FABIAN COSTA DA SILVA,** representante da sociedade civil, vinculado à defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
c) **JOÃO PAULO GOMES FIGUEIRA,** representante da sociedade civil, vinculado à defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
d) **ANA CAROLINA PASSARELI CAMACHO**, representando a entidade **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.**
§ 1º Os representantes da sociedade civil relacionados no inciso II deste artigo foram indicados **nos termos do § 2º do art. 5º do Decreto Municipal nº 108/2026**, dentre pessoas e representantes legitimamente vinculados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência no Município.
§ 2º A presidência ou coordenação da Comissão será exercida por membro designado na primeira reunião.
§ 3º A Comissão poderá contar com o apoio técnico e administrativo de servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, sem direito a voto, quando não integrarem formalmente sua composição.
§ 4º A participação na Comissão será considerada serviço de relevância pública e não será remunerada.
Art. 3º Compete à Comissão Paritária:
I – elaborar o cronograma de execução das etapas necessárias à instalação do primeiro colegiado do CMDPD;
II – elaborar a minuta do Edital de Convocação do Fórum Municipal;
III – estabelecer os procedimentos de inscrição, habilitação e participação dos interessados;
IV – definir a documentação necessária à inscrição dos representantes da sociedade civil;
V – promover a divulgação do Edital e dos atos relacionados ao processo;
VI – receber e analisar as inscrições e os documentos apresentados;
VII – divulgar a relação preliminar e definitiva dos participantes habilitados;
VIII – analisar eventuais recursos apresentados pelos interessados;
IX – organizar, convocar e conduzir o Fórum Municipal;
X – coordenar o processo de escolha dos representantes da sociedade civil;
XI – elaborar e assinar a ata circunstanciada do Fórum;
XII – encaminhar à Secretaria Municipal de Assistência Social a relação dos representantes titulares e suplentes escolhidos, acompanhada da documentação necessária;
XIII – adotar as demais providências necessárias ao cumprimento de sua finalidade.
Art. 4º Os membros da Comissão deverão atuar com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, isonomia, participação social e paridade.
Parágrafo único. O membro que possuir interesse direto ou indireto em determinada inscrição, candidatura ou decisão deverá comunicar o fato à Comissão e se abster de participar da análise ou deliberação correspondente.
Art. 5º A Comissão Paritária reunir-se-á sempre que convocada por seu presidente ou coordenador, podendo realizar reuniões presenciais ou por meio eletrônico, conforme a necessidade dos trabalhos.

§ 1º As reuniões deverão ser registradas em ata ou documento equivalente.
§ 2º As deliberações da Comissão serão registradas e, quando necessário, divulgadas pelos meios oficiais.
Art. 6º A Comissão Paritária deverá adotar as providências necessárias à organização e realização do Fórum Municipal e à instalação e composição do primeiro colegiado do CMDPD, nos termos do Decreto Municipal nº 108/2026.
Parágrafo único. Compete à Comissão Paritária elaborar e publicar o respectivo Edital de Convocação do Fórum Municipal, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 108/2026.
Art. 7º A Comissão Paritária terá caráter temporário e será extinta após:
I – a realização do Fórum Municipal;
II – a elaboração da respectiva ata;
III – o encaminhamento à Secretaria Municipal de Assistência Social da relação dos representantes escolhidos, acompanhada da documentação pertinente;
IV - **a conclusão das demais providências necessárias à instalação do primeiro colegiado.**
Parágrafo único. A Comissão poderá permanecer em funcionamento pelo tempo necessário à conclusão de eventual procedimento complementar relacionado ao processo de composição.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio administrativo, técnico e operacional necessário ao funcionamento da Comissão Paritária.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã, 06 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:342FC3A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO VLR CTO 323 PREGÃO 27 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.323/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 27/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a L.F. CORREA - GRAFICA E CIA LTDA - MME inscritano CNPJ sob nº. 04.400.137/0001-94. aditivam o contrato na importância de R$ 75.047,45 (setenta e cinco mil e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 125 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 06 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:7C41E37F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 028/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa Município de Jundiaí do Sul e a empresa
SANTINI MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 58.676.108/0001-89.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de acréscimo quantitativo ao Contrato de Fornecimento nº 028/2026, decorrente da Dispensa 010/2026, em conformidade no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo ao Contrato de Fornecimento nº 028/2026, cujo objeto é a aquisição de Enoxaparina Sódica 40 mg/0,4 ml, solução injetável, seringa preenchida, destinada ao atendimento de tratamento gestacional, mantendo-se inalteradas as especificações e demais condições originalmente pactuadas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com previsão na Lei Orçamentária nº 802/2025 de 22/12/2025.
VIGÊNCIA: Permanece inalterada a vigência do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR,05 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:C0D348F1

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 001/2026, que declarou dispensável a licitação para Aquisição de tubos e manilhas de concreto simples, medidas 40 x 100 cm, destinados a atender às necessidades de obras de infraestrutura, drenagem e manutenção vinculadas ao Departamento de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas, conforme as especificações técnicas detalhadas neste documento, a fim de atender as demandas do **Departamento Municipal de Habitação, Urbanização e Obras**, com fundamento nos Art. 75, inciso II, Art. 95, inciso I da Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Perfazendo o valor total de Perfazendo o valor total total **R$ 11.800,00** (onze mil e oitocentos reais), em favor da **Empresa BIG HOUSE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, com CNPJ nº 29.300.457/0001-01.**

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 06 de outubro 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:A8FB60EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO N° 29955, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Retifica do Decreto n.º 29950, de 02.10.2026.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º

03 de 18/05/2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2026 e a Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 16799/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica RETIFICADA a carga horária no decreto de admissão da servidora DIRLENE DO PERPETUO GUIMARAES HANCZ, passando o Art. 1º do Decreto n.º 29950, de 02.10.2026, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 07.10.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de EDUCADOR SOCIAL, abaixo relacionado(a):

DIRLENE DO PERPETUO GUIMARAES HANCZ
RG: 5.984.509-8/PR
CPF: 900.492.509-06
CARGO: EDUCADOR SOCIAL
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA A MULHER"

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 06 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E6C666BD

GABINETE
DECRETO Nº 29954, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Declara de Utilidade Pública, para fins de prosseguimento de processo de licenciamento ambiental, a implantação de obra de arte especial sobre o Rio Iguaçu, conforme disposto no art. 8, V, da Resolução SEMA n. 46/2015, do Estado do Paraná.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
• Considerando o contido no Processo Digital nº 25999/2025, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de prosseguimento de processo de licenciamento ambiental perante o Instituto Água e Terra, conforme disposto no art. 8, V, da Resolução SEMA n. 46/2015, do Estado do Paraná, com fundamento na definição de "utilidade pública" exarada no art. 3º, VIII, "b", da Lei Federal n. 12.651/2012 e no art. 19, § 1º, III, da Lei Estadual n. 22.252/2024, a execução da obra de implantação de obra de arte especial, a ser realizada sobre o Rio Iguaçu, na localidade da Floresta São João, Lapa – PR, entre as coordenadas 585212.97, 7159545.04 e 585326.26, 7159462.18.

Art. 2º - A autorização de supressão de vegetação dependerá de procedimento administrativo próprio junto aos órgãos ambientais competentes.

Parágrafo único. A declaração de utilidade pública não fica vinculada à tomada de decisão dos órgãos e das entidades ambientais competentes quanto à aprovação do empreendimento para fins de licenciamento ambiental.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 06 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito do Município da Lapa

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:720E9155

GABINETE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026 (PD N.º 17381/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU PREFEITO MUNICIPAL SR. DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS.
FORNECEDOR: 29.090.020 CLEITON CRISTIANO STOSKI, CNPJ SOB Nº 29.090.020/0001-82, AQUI REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. CLEITON CRISTIANO STOSKI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS NO MUNICÍPIO DA LAPA PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL, ITENS 2, 5, 8 E 11.
VALOR GLOBAL: R$ 235.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ VEDADA CONFORME ITEM 1.3 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DATA: 05/10/2026
DATA ASSINATURA: 06/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:60C3E456

GABINETE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026 (PD N.º 17381/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU PREFEITO MUNICIPAL SR. DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS.
FORNECEDOR: SB EVENTOS E PRODUÇÃO LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 11.391.488/0001-41, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. HUBERT MARTINOWSKY BELEMER DE SOUZA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS NO MUNICÍPIO DA LAPA PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL, ITENS 6, 7 E 10.
VALOR GLOBAL: R$ 177.690,00 (CENTO E SETENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E NOVENTA REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ VEDADA CONFORME ITEM 1.3 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DATA: 05/10/2026
DATA ASSINATURA: 06/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:10DF705D

GABINETE
TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL, EM CARÁTER NÃO ONEROSO

Por intermédio do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MUNICIPAL, o Município da Lapa, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Alameda David Carneiro, 243, Centro, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS , brasileiro, casado, portador da CIRG nº 8.065.913-0/PR, inscrito no CPF/MF nº 042.224.489-90, com endereço institucional na Praça Mirazinha Braga, 83 Centro, Lapa-PR,, doravante denominado de PERMITENTE, e de outro lado a empresa TECH COMPOSITES INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF 02.758.940/0001-70, com endereço comercial cadastrado junto à Receita Federal na Rodovia do Xisto, Km 201,6, Parque Industrial, Lapa-PR, neste ato representado pelo Senhor Augusto Luis Kukla, brasileiro, inscrito no CPF: 030.088.119-30, doravante denominada de PERMISSIONÁRIA, nos termos da Lei Municipal n° 4448, de 28 de agosto de 2025, tem, entre si, juntos e contratados o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ESPECIFICAÇÃO.
O PERMITENTE é proprietário de uma área, com total de 66.872,40 m², PASSA DOIS, conforme divisas e confrontações dispostas na matrícula nº 26.011, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóvel da Lapa/PR;

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO:
Por este instrumento, o PERMITENTE cede para uso da permissionária, por prazo indeterminado e a titulo precário, uma área de 6.657,59m², extraída da matrícula nº 26.011; num perímetro/quadrante formado pelas divisões a seguir descritas conforme memorial descritivo:

“Partindo do ponto P5, de coordenadas N 7.148.520,52 m e E 623.453,22 m; deste ponto segue confrontando com LOTE 03 com azimute de 174°35'44" e distância de 189,91 m até o ponto P4, de coordenadas N 7.148.331,45 m e E 623.471,11 m; deste ponto segue confrontando com RUA P com azimute de 263°55'52" e distância de 35,00 m até o ponto P8, de coordenadas N 7.148.327,75 m e E 623.436,31 m; deste ponto segue confrontando com LOTE 01 com azimute de 354°35'41" e distância de 190,55 m até o ponto P9, de coordenadas N 7.148.517,46 m e E 623.418,36 m; deste ponto segue confrontando com RUA L com azimute de 84°58'34" e distância de 35,00 m, até o ponto P5, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área total de 6.657,59 m² (seis mil e seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados e cinquenta e nove decímetros quadrados) e um perímetro de 450,46 m (quatrocentos e cinquenta metros e quarenta e seis centímetros).”

Tal permissão, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico (COMIDE), tem destinada à implantação e expansão do projeto empresarial da PERMISSIONÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA-PRAZO:
A presente permissão será concedida por prazo indeterminado, a título precário, obrigando-se a PERMISSIONÁRIA a utilizar o imóvel exclusivamente para a expansão e desenvolvimento de seu projeto empresarial, em conformidade com as condições e finalidades estabelecidas no projeto de empreendimento aprovado pelo Conselho Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico – COMIDE.

CLÁUSULA QUARTA - BENFEITORIAS:
Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, bem como eventuais procedimentos de retificação, unificação e regularização da área concedida, correrá a expensas e sob responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer à legislação ambiental e edilícia local.

CLÁUSULA QUINTA—PROIBIÇÕES:
A PERMISSIONÁRIA obriga-se a utilizar o local única e exclusivamente para instalação do empreendimento supracitado, ficando proibida a ocupação para outros fins que não seja esse.
Parágrafo Único - A PERMISSIONÁRIA fica proibida de ceder no todo ou em parte o imóvel objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE, salvo na hipótese do artigo 13 da Lei Municipal n° 4448/2025.

CLÁUSULA SEXTA-MULTA:
A PERMISSIONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, incluindo a da retirada da permissão e consequente devolução do imóvel, as edificações existentes reverterão imediatamente ao Município, sem direito de retenção ou indenização pelas benfeitorias ou construções realizadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio público municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA-RESPONSABILIDADE:
A PERMISSIONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados na área objeto desta permissão de uso.

A PERMISSIONÁRIA responsabiliza-se ainda por:
I - Todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel;
II - Pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
III-Preservar o meio ambiente local, adotando-se todas as medidas possíveis para evitar a sua degradação;
IV – Manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
V - Danos causados a terceiros ou ao Município;

CLÁUSULA OITAVA-OBRIGAÇÕES:
A PERMISSIONÁRIA obriga-se a:
I - Durante o prazo de vigência da permissão, a utilizar o local e os benefícios nele existentes ou que venham a serem acrescentados, única e exclusivamente, para os fins constantes na cláusula segunda;
II - Não efetuar no local cedido, qualquer construção ou benfeitorias, além daquelas constantes no projeto de execução, sem autorização expressa do PERMITENTE;
III – Não ceder ou transferir o local a terceiros, no todo ou em parte, seja a que titulo for;
IV - Responder, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes da utilização das áreas;
V - Não permitir que terceiros invadam o imóvel cedido, levando a conhecimento da PERMITENTE de qualquer ato de esbulho ou turbação que venha a sofrer na posse, podendo, inclusive, adotar todas as medidas judiciais cabíveis a fim salvaguardar seu direito de posse;
VI - Responder, perante o Poder Público, pelos tributos referentes à área objeto desta permissão de uso, bem como arcar comtodas as despesas decorrentes dapermissão de uso, responsabilizando-se, também, pelas despesas com energia elétrica, serviços de telefonia, água e esgoto;
VII – Devolver o imóvel e suas benfeitorias, caso deixe de utilizá-lo, sem direito de retenção ou indenização pelas benfeitorias realizadas, ainda que necessárias, às quais passarão a integral o patrimônio público municipal;
IX – Iniciar a implantação do empreendimento no prazo de 6 (seis) meses contados da
assinatura do respectivo instrumento de permissão;
X - Cumprir todo o cronograma do projeto empresarial aprovado pelo Conselho Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico (COMIDE), de acordo com o prazo estabelecido para cada etapa do cronograma, iniciando as atividades industriais no máximo de 60 (sessenta) dias após a conclusão das obras de edificação.
XI - Declarar que dará preferência para a aquisição de matérias primas no Município da Lapa - PR, em igualdade de condições e preços de fornecedores com sede tributária em outro município (cf. art. 10. "k");
XII - Abrir novas vagas de emprego de acordo com a ampliação do projeto de empreendimento.

Parágrafo único. O não cumprimento das cláusulas constantes neste instrumento de permissão implicará na reversão ao patrimônio público municipal, o imóvel e todas as bem feitorias nele contidas, realizadas pela PERMISSIONÁRIA, sejam a que título for.

CLÁUSULA NONA-FISCALIZAÇÃO:
O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao Permitente.

§ 1º - A fiscalização intervirá a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. Sendo que a intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na retirada da permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO IMÓVEL:
Ocorrendo a resolução do presente pacto, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir a permissionária direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público do Município da Lapa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-RESCISÃO:
O presente termo poderá ser rescindido:
I – Mediante acordo expresso e firmado pelas partes, após aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pelo interessado;
Il - A presente Permissão de Uso poderá ser revogada por iniciativa do PERMITENTE a qualquer momento, caso a PERMISSIONÀRIA:
a)Ceda ou transfira, no todo em parte, este contrato, ou delegue a outrem a incumbência de adquirir as obrigações consignadas, sem prévia e expressa autorização do PERMITENTE;
h)Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou fraude na execução da permissão contratada;
c) Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou a ocorrência de qualquer das disposições elencadas na legislação sobre o assunto;
d) Eventualmente, se a PERMISSIONÁRIA deixar de existir ou encerrar sua atividade empresarial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-CASOS OMISSOS:
Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie, em especial, a Lei Municipal n° 4448/2058 e Lei Orgânica Municipal.
Fica eleito o foro da Comarca da Lapa, para as ações de correntes deste TERMO, renunciando, desde já, a qualquer outro que lhes assistam, por mais privilegiado que seja.
E, por assim estarem ajustados e acertados, assinam o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL – Município da Lapa e TechComposites Indústria e Comércio ltda; em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas.

Cidade da Lapa, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal da Cidade da Lapa.

AUGUSTO LUIS KUKLA
Representante da Empresa
Tech Composites Indústria e Comércio LTDA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2CC52F3A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 505, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária à servidor(a) Público(a) do Município de Lapa, Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 084/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 6º, da EC nº 41/2003;
* Considerando o Parecer Jurídico nº 58/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/10/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao(à) servidor(a) JUÇARA MIRANDA, ocupante do cargo de "EDUCADOR INFANTIL", Matrícula nº 753-01, com fundamento no art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008 c.c. ao Art. 6º da EC nº 41/2003.

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem de R$ 9.332,67 (Nove mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos) mensais, não inclusa a Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:77151D89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2026

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA LAPA-PR, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DA LAPA – ACIAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DA LAPA, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Mirazinha Braga, nº 87, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Carlos André Schaphauser Martins Silva, portador da cédula de identidade RG nº 12.300.733-6, expedida pela SESP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 058.122.469-80, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Fernando Wenhart, nº 1410, Barcelona, Lapa/PR; e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DA LAPA – ACIAL, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, com sede na Rua Eduardo Correia, nº 108, Centro, Lapa/PR, CEP 83.750-000, inscrita no CNPJ sob o nº 79.197.844/0001-24, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Nilciane Aparecida Ramos Pawowski, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Duque de Caxias, nº 786, Centro, Lapa/PR, CEP 83.750-000, portadora da cédula de identidade RG nº 6.991.715-1, expedida pela SSP/PR, e inscrita no CPF sob o nº 034.822.029-40;
RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 18589/2026, visando à cooperação entre os partícipes para a realização de evento de cunho sociocultural denominado "BokãoFest 2026", em observância às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, do Decreto Municipal nº 22.763, de 13 de julho de 2017, e sujeitando-se, no que couber, à Instrução Normativa nº 001, de 12 de novembro de 2018, que regulamenta as solicitações de apoio para eventos, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto estabelecer a cooperação entre os partícipes para assegurar a realização do evento "BokãoFest 2026", no dia 10 de outubro de 2026, evento voltado à integração familiar, ao lazer e à arrecadação de brinquedos para posterior doação a crianças do Município da Lapa, visando à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sem transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil – OSC, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para a consecução do objeto pactuado, a Administração Pública disponibilizará, conforme previsto no Plano de Trabalho e de acordo com a disponibilidade operacional do Município, os seguintes apoios:

I – 01 (um) palco para a realização das apresentações culturais, artísticas e atividades do evento;
II – 01 (uma) tenda para suporte logístico, ponto de arrecadação de brinquedos e acolhimento do público;
III – interdição e sinalização temporária do trecho da Rua João Cândido Ferreira, entre a Rua Arthur Suplicy e a Avenida Manoel Pedro.

Parágrafo único. Os bens e estruturas disponibilizados pela Administração Pública permanecerão de propriedade do Município, cabendo à OSC zelar por sua guarda, conservação e utilização exclusivamente para a finalidade prevista neste instrumento, durante o período em que estiverem sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência e execução deste Acordo será compreendido pelo período necessário à execução do objeto, contemplando as etapas de montagem da infraestrutura, realização do evento, desmobilização e limpeza da via, tendo como data de realização o dia 10 de outubro de 2026, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

Parágrafo único. Considerando a natureza específica do objeto e a realização do evento em data determinada, eventual alteração do prazo dependerá de justificativa e formalização na forma da legislação aplicável, desde que não implique alteração do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Acordo de Cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas, o Plano de Trabalho e as normas aplicáveis, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. É vedado à OSC utilizar os bens, equipamentos, materiais ou serviços disponibilizados pela Administração Pública para finalidade diversa daquela prevista no objeto desta parceria.

Subcláusula Primeira – Das Obrigações da Administração Pública

Além das obrigações previstas na legislação aplicável e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, compete à Administração Pública:
I – disponibilizar os bens, equipamentos, materiais e apoio operacional previstos na Cláusula Segunda, observadas as condições estabelecidas no Plano de Trabalho e a disponibilidade operacional do Município;
II – acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
III – realizar, quando necessário, as verificações relacionadas ao cumprimento do objeto, observadas as disposições da Instrução Normativa nº 001, de 12 de novembro de 2018, e demais normas aplicáveis;
IV – emitir relatório após a realização do evento, registrando as condições de execução e o cumprimento do objeto pactuado;
V – providenciar a publicação do extrato deste Acordo de Cooperação, na forma da legislação vigente;
VI – comunicar à OSC eventuais ocorrências que possam comprometer a execução do objeto ou a adequada utilização dos bens e estruturas disponibilizados.

Subcláusula Segunda – Das Obrigações da OSC

Além das obrigações previstas na legislação aplicável e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, compete à OSC:
I – executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Acordo de Cooperação, o Plano de Trabalho aprovado e a legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à sua adequada execução;
II – zelar pela boa qualidade das atividades desenvolvidas, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade na execução do objeto;
III – utilizar os bens, equipamentos, materiais e demais apoios disponibilizados pela Administração Pública exclusivamente para a consecução do objeto deste Acordo de Cooperação;
IV – responsabilizar-se pela guarda, conservação e utilização adequada dos bens e equipamentos que lhe forem disponibilizados, durante o período em que estiverem sob sua responsabilidade;
V – restituir à Administração Pública, ao término da utilização, os bens e equipamentos disponibilizados, nas mesmas condições de conservação em que foram recebidos, ressalvado o desgaste decorrente do uso regular;

VI – comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer ocorrência que possa comprometer a adequada execução do objeto ou ocasionar danos aos bens e equipamentos disponibilizados;
VII – responsabilizar-se pela organização e execução das atividades de sua competência relacionadas ao evento;
VIII – responsabilizar-se pela arrecadação dos brinquedos e pela respectiva destinação, de acordo com a finalidade estabelecida no Plano de Trabalho;
IX – permitir e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto pela Administração Pública;
X – prestar as informações e apresentar os documentos que forem solicitados pela Administração Pública para fins de acompanhamento e comprovação da execução do objeto;
XI – cumprir as demais obrigações previstas no Plano de Trabalho e na legislação aplicável.
CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
A eficácia do presente Acordo de Cooperação fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, a ser providenciada pela Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO
As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão, previamente, ser submetidas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Município da Lapa, sob a coordenação da Procuradoria-Geral do Município, para tentativa de conciliação e solução administrativa das questões de natureza jurídica relacionadas à execução da parceria.
Parágrafo único. Não sendo possível a solução administrativa da controvérsia, fica eleito o Foro da Comarca da Lapa, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Acordo de Cooperação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, os partícipes firmam o presente Acordo de Cooperação em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lapa-PR, 05 de outubro de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

NILCIANE APARECIDA RAMOS PAWOWSKI
Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Lapa - ACIAL

TESTEMUNHAS:
_____
Nome:
Identidade:
CPF:

_____
Nome:
Identidade:
CPF:

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:0420CBBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 127/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 012/2025 (PD Nº 6833/2025) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 413/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: ADN ADMINISTRAÇÃO E NEGOCIOS LTDA - EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 30.668.644/0001-13, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SÓCIO, SR. ELIEZER ARIVAL DOS SANTOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E ENSAIOS TECNOLÓGICOS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA, LOTE 01 – ITENS 1.1 E 1.2, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1325/2026 (PD Nº 21488/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER; CONSIDERANDO O CI Nº 159/2026 DA GESTORA DO CONTRATO, SRA. SIMONE PASDIORA, DATADO DE 08.09.2026; CONSIDERANDO TRÂMITE DO PD Nº 21488/2026 PELA GESTORA DO CONTRATO SRA. SIMONE PASDIORA, DATADO DE 01/10/2026 E CONSIDERANDO O PARECER Nº 873/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 127/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 646,59 (SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS), COM O PERCENTUAL DE 8,32% (OITO VÍRGULA TRINTA E DOIS POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO NO VALOR DE R$646,59 (SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS), TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1325/2026 (PD Nº 21488/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER; O CI Nº 159/2026 DA GESTORA DO CONTRATO, SRA. SIMONE PASDIORA, DATADO DE 08.09. 2026; CONSIDERANDO TRÂMITE DO PD Nº 21488/2026 PELA GESTORA DO CONTRATO SRA. SIMONE PASDIORA, DATADO DE 01/10/2026 E O PARECER Nº 873/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 01/10/2026
DATA ASSINATURA: 06/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:616ECBD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 95/2026
CONCORRENCIA nº 11/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: MÉTODO CONSTRUTORA E INCORPORADORA**,** inscrita no CNPJ: 01.636.937/0001-10, com o endereço na Rua Ubaldino do Amaral 1024, CONJ 902 B11 Centro CEP: 80.060.162 CIDADE: Curitiba/Paraná, neste ato representado pelo Srº Leomar Soares Machado, empresário, Socio Administrador inscrito no CPF:***.416.080-**, residente e domiciliado no endereço a cima descrito.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS – FNHIS SUB 50 CONFORME TC 996224/2025/MCIDADES/CAIXA. O EMPREENDIMENTO SERÁ EXECUTADO CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS,

CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, ARTS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS DOCUMENTOS VINCULADOS AO PROCESSO. A OBRA POSSUI ÁREA INDIVIDUAL DE 53,86 M² POR UNIDADE HABITACIONAL, DESTINADAS À PROVISÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR.

DATA DO CONTRATO: 05 de outubro de 2026

PRAZO DE EXECUÇÃO: 13 meses.

VIGÊNCIA: 15 Meses
VALOR: R$ 3.198.000,00 (Três Milhões Cento e Noventa e Oito Mil).

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:5DA3674F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 052/2023)
CONCORRENCIA 02/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 075/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADO: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /0001-60 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM CBUQ

NÚMERO: 8º Aditivo Contratual Prazo de vigência

DATA DO CONTRATO: 17 julho de 2026

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

EXECUÇÃO: permanece inalterado

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:E893CF50

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 052/2023)
CONCORRENCIA 02/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 075/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.
CONTRATADO: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /0001-60 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM CBUQ

NÚMERO: 9º Aditivo Contratual Prazo de Vigência

DATA DO CONTRATO: 17 setembro de 2026

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

EXECUÇÃO: permanece inalterado

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:D127A48C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 102/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 129/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 58/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, neste ato representado pelo prefeito municipal, sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: **CINELÂNDIA FOTOS E VÍDEOS LTDA**, Situada na AVENIDA PARANÁ, nº S/N, CENTRO, Laranjal - PR, CEP: 85275-000. - Inscrito no CNPJ **17.872.804/0001-83**, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Srº. Enio Kanarski, brasileiro, empresário, inscrito no CPF 045.264.989-71, residente e domiciliado na cidade de Laranjal - PR, na AVENIDA PARANÁ, nº S/N, CENTRO, Laranjal - PR, CEP: 85275-000.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS CONFECCIONADAS EM 100% ALGODÃO, DESTINADAS AO USO EM EVENTOS, CAMPANHAS E DEMAIS AÇÕES INSTITUCIONAIS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

1º Termo Aditivo Contratual de prazo e valor, Procedimento Licitatório 129/2025
DATA DO ADITIVO: 03/10/2026
VIGÊNCIA. 12 meses
VALOR TOTAL: Renovação da totalidade dos quantitativos inicialmente previstos no contrato.
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:25E2F00A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
REPUBLICADO EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2026

REPUBLICADO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2026
Procedimento Licitatório nº 113/2026
Dispensa de Licitação nº 55/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: J A DALZOTTO, inscrita no CNPJ nº 04.288.898/0001-04, com sede na Rua dos Mecânicos, nº 171, bairro Imóvel Morro Alto, CEP 85064-270, Guarapuava/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por sua titular e administradora, JUCELIA APARECIDA DALZOTTO, brasileira, viúva, inscrita no CPF nº 945.677.359-00, residente e domiciliada na Rua dos Mecânicos, nº 171, bairro Imóvel Morro Alto, CEP 85064-270, Guarapuava/PR.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, TOURO MECÂNICO E MÁQUINAS DE PIPOCA E ALGODÃO-DOCE, COM TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, TESTES,**

OPERAÇÃO, MONITORIA, EQUIPE DE APOIO, FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INGREDIENTES, DESMONTAGEM E RETIRADA, PARA O EVENTO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR.
DATA DO CONTRATO: 05/10/2026.
VIGÊNCIA: 2 Meses
VALOR TOTAL: R$ 19.850,00 (dezenove mil oitocentos e cinquenta reais).
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:73575298

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

8º TERMO ADITIVO – CONTRATO 52/2023 PRAZO DE EXECUÇÃO
De um lado, MUNICÍPIO DE LARANJAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, 501, CEP 85.275-000, Laranjal, Paraná, neste ato representado por Maycon Lopes Simioni brasileiro, Prefeito, domiciliado na avenida Paraná S/N, CEP 85.275-000, Laranjal, Paraná, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /000160 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato original acordo com o disposto no Art. 57 Inciso I, Alínea "b" da Lei
8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Prazo de vigência por 60 dias de acordo com o Parecer Técnico do Departamento de Engenharia do Munícipio com as devidas justificativas.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não coincidirem com as disposições do presente instrumento, bem como do Contrato E por estarem assim justos, firmes e contratados, assinam o presente Contrato, que vai em três vias de igual forma e teor.
Município de Laranjal, 17 de julho de 2026

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

USINAGEM VALE DO IVAI LTDA
Contratada

Testemunhas:
_____
Nome:
CPF/MF:
_____
Nome:
CPF/MF

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:984A3D07

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

9º TERMO ADITIVO – CONTRATO 52/2023 PRAZO DE VIGENCIA
CONTRATUAL
De um lado, MUNICÍPIO DE LARANJAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, 501, CEP 85.275-000, Laranjal, Paraná, neste ato representado por Maycon Lopes Simioni brasileiro, Prefeito, domiciliado na avenida Paraná S/N, CEP 85.275-000, Laranjal, Paraná, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /000160 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato original acordo com o disposto no Art. 57 Inciso I, Alínea "b" da Lei
8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Prazo de vigência por 60 dias de acordo com o Parecer Técnico do Departamento de Engenharia do Munícipio com as devidas justificativas.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não coincidirem com as disposições do presente instrumento, bem como do Contrato E por estarem assim justos, firmes e contratados, assinam o presente Contrato, que vai em três vias de igual forma e teor.

Município de Laranjal, 17 de setembro de 2026

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

USINAGEM VALE DO IVAI LTDA
Contratada

Testemunhas:
_____ Nome:
CPF/MF:
_____ Nome:
CPF/MF

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:1432FD7E

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2026

Procedimento Licitatório nº 03/2026
Dispensa de Licitação nº 03/2026

CONTRATANTE: **FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LARANJA/PR**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.874.895/0001-44 com sede à Rua Pernambuco, nº 501, Centro – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná, neste ato representado por sua Diretora Presidente, Thayne Eliara do Nascimento.

CONTRATADO: **ICQ-ATZERT LTDA,** inscrita no CNPJ nº 01.659.386/0001-00, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 55, Centro, Botucatu – SP, CEP 18.602-040.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CERTIFICADORA CREDENCIADA PELA SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – SRPC/MPS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PRÉ-AUDITORIA, AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO E AUDITORIAS DE SUPERVISÃO DO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE REGIMES PRÓPRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, MANUAL 4.2, VISANDO À OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PRÓ-GESTÃO RPPS – NÍVEL II, COM VALIDADE DE TRÊS ANOS, PARA ANTENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR.

DATA DO CONTRATO: 05/10/2026

VIGÊNCIA: 36 Meses

VALOR TOTAL: R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais).

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Ana Paula Burey
Código Identificador:948D608A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 415/2026

PORTARIA Nº 415 / 2026

SÚMULA: Designa servidores públicos para comporem a Unidade de Controle Interno do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Laranjal - PR, atendendo às diretrizes de governança do Programa Pró-Gestão RPPS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social por meio do Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção/obtenção da certificação no Nível II, que exige estrutura de Controle Interno integrada por servidores qualificados e focados na mitigação de riscos das áreas de benefícios e investimentos;
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos abaixo nominados para, em regime de dedicação às rotinas previdenciárias, comporem a Unidade de Controle Interno do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Laranjal (FUNPRELAR):
Servidor 1:Solange Kervald Martins, ocupante do cargo efetivo de Pedagoga, matrícula nº 286556.
Servidor 2:Rosilene Marcia dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula nº111871.
Art. 2º Competirá aos servidores ora designados a execução das seguintes macros atividades de controle, em conformidade com as exigências do Nível II do Pró-Gestão:
I - Avaliar a eficácia dos controles internos nas áreas de concessão e manutenção de benefícios previdenciários.
II - Monitorar a aderência e os riscos associados à aplicação dos recursos financeiros e à política de investimentos do RPPS.
III - Fiscalizar o cumprimento das metas do plano de ação anual e relatórios de governança corporativa.
IV - Emitir relatórios periódicos de auditoria interna a serem encaminhados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Laranjal, 06 de Outubro de 2026

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:1D0BE4A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 416/2026

PORTARIA Nº 416/2026

SÚMULA: Concede Licença-Prêmio à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, **MAYCON LOPES SIMIONI**, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder **Licença-Prêmio de 90 (noventa) dias** à Servidora Pública Municipal, **matrícula nº 1191, VANJA APARECIDA DOS REIS**, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Enfermagem**, referente ao período aquisitivo de **14/01/2002 a 14/01/2007**, a serem usufruídos no período de **05/10/2026 a 02/01/2027**.
Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de **05 de outubro de 2026**.

Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:65B836BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA CONCORRÊNCIA Nº 015/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 015/2026-PML
PROCESSO Nº. 135/2026-PML
MUNICÍPIO DE LOANDA
O Município de Loanda-PR, torna público que fará realizar, as 09:00 horas do dia 26 de outubro de 2026, na Plataforma https://comprasbr.com.br/, CONCORRÊNCIA na forma eletrônica, sob regime de contratação por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):
Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, com área de 27.266,14m², incluindo serviços preliminares de fresagem e demolição do pavimento existente, terraplanagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra.
Prazo de execução: 390 (trezentos e noventa) dias.
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 13.463.640,84 (treze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos).
A pasta técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura www.loanda.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação por meio da Plataforma.

Loanda-PR, 05 de outubro de 2026.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:5B0A8BF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA CONCORRÊNCIA Nº 016/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2026-PML
PROCESSO Nº. 136/2026-PML
INVERSÃO DE FASES

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada a fim de executar extensão de rede de média e baixa tensão com instalação de poste de transformação, implantação de iluminação pública para atender ao Residencial Nova Florença, no Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 28 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$694.938,14 (Seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e quatorze centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://comprasbr.com.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 05 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:9A3DF5DA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO- PREGÃO Nº008/2026-PML

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-PML.
Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 008/2026-PML**, instaurado para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Loanda.
Considerando a manifestação das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Agricultura, unidades demandantes do Processo Administrativo nº 016/2026-PML, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 008/2026-PML;
Considerando os apontamentos realizados no âmbito da Representação da Lei de Licitações – Processo nº 328992/26, em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, especialmente quanto à restrição territorial prevista no instrumento convocatório;
Considerando a Instrução nº 893/26 – CAIS, o Parecer nº 542/26 do Ministério Público de Contas, bem como o Despacho nº 75/26-GCSTBC, homologado pelo Acórdão nº 1245/26 – Tribunal Pleno;
Considerando que o Pregão Eletrônico nº 008/2026-PML teve seu procedimento regularmente processado até a fase de homologação, tendo, contudo, seu prosseguimento interrompido em razão dos apontamentos e determinações decorrentes da Representação em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
Considerando a necessidade de reavaliação da modelagem da contratação e dos documentos integrantes da fase preparatória, especialmente quanto aos aspectos apontados pelos órgãos de controle, de modo a assegurar a adequação do procedimento aos princípios e normas aplicáveis às contratações públicas;
Considerando, ainda, que a Administração Pública possui o poder-dever de rever seus atos e de revogar a licitação quando presentes razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, nos termos da legislação vigente;
DECIDO, com fundamento no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ACOLHER a manifestação das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Agricultura e DETERMINAR A REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 008/2026-PML, vinculado ao Processo Administrativo nº 028/2026-PML, em razão do interesse público decorrente da necessidade de reavaliação e adequação da contratação diante dos apontamentos realizados no âmbito do Processo nº 328992/26 – TCE/PR.
Determino ao Setor de Licitações que adote as providências necessárias para a formalização, publicação e registro da presente decisão de revogação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Caso permaneça a necessidade administrativa da contratação, deverá ser promovida a revisão da fase preparatória e dos respectivos documentos, com a devida adequação aos apontamentos dos órgãos de controle e, posteriormente, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório, observada a legislação vigente.
Publique-se.
Loanda, 06 de outubro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:016F1267

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 640/2026

PORTARIA Nº. 640/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o n° 7089/2026 de 24/09/2026;

Considerando o Relatório Descritivo de Entrevista Social, emitido em 23/09/2026;

Considerando o disposto no § 2º do artigo 92 da Lei 003/92.

Resolve:
Conceder a servidora MARCIA APARECIDA FERREIRA TORRES, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, matrículas nº. 966021 e 966442, licença pelo período de 30 (trinta) dias, por motivo de doença em pessoas da família, constante nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 92, da Lei Municipal nº. 003/92, de 11 de março de 1992, no período compreendido entre 15/09/2026 a 14/10/20226, devendo retornar as atividades em 15/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:2011741D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 641/2026

PORTARIA Nº. 641/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora JOSIANE MACIEL DE ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo EDUCADOR INFANTIL, matrícula n° 966002, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 28/09/2026 a 28/10/2026, devendo realizar nova pericia em 29/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:039F6B43

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 642/2026

PORTARIA Nº. 642/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora WANDERLEIA ALVES FERNANDES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo CUIDADOR/EDUCADOR, matrícula n° 967043, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 01/10/2026 a 29/12/2026, devendo realizar nova pericia em 30/12/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:0AACD110

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 643/2026

PORTARIA Nº. 643/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder ao servidor MARILENE PRIGOL, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM DIURNO, matrícula n° 966229, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 28/09/2026 a 12/10/2026, devendo realizar nova perícia em 13/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:B7F9E5F5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 644/2026

PORTARIA Nº. 644/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 7237/2026 de 01/10/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor FABIO DE OLIVEIRA LUZ, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, CC.3 - SEHAB, matrícula nº. 967088, férias pelo período de trabalho prestado entre 01/03/2025 a 28/02/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 d/e novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 16/11/2026 a 05/12/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 06/12/2026 a 15/12/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:68F9B08A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 645/2026

PORTARIA Nº. 645/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 7104/2026 de 24/09/2026;

Resolve:

Conceder a servidora MILENA DO NASCIMENTO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS (Barreiras)A, matrícula nº. 967136, férias pelo período de trabalho prestado entre 04/07/2025 a 03/07/2026, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias pelo período compreendido entre 19/10/2026 a 07/11/2026;
10 (dez) dias pelo período compreendido entre 05/04/2027 a 14/04/2027.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:68FFA61A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 646/2026

PORTARIA Nº. 646/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Conceder a servidora MARIA DAS GRAÇAS ROSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, matrícula nº. 56571, 30 dias de férias pelo período de trabalho prestado entre 22/06/2025 a 21/06/2026, a partir de 08/09/2026 a 07/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:ECC61AC5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 647/2026

PORTARIA Nº. 647/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Alterar a data das férias concedidas através da portaria nº 355/2026 de 11/05/2026, da senhora DORACI MENEZES ZANGARI LEONARDO, matricula nº. 55171, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVIÇOS GERAIS SAUDE, referente aos 15 (quinze) dias de gozo de 03/11/2026 a 17/11/2026, para a data de 28/09/2026 a 12/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:74196104

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 648/2026

PORTARIA Nº 648/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando as Portaria n° 332/2026 que revogaram 05 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 03/07/2024 a 02/07/2025;

Resolve:

Conceder a servidora EMILY DE GOIS SILVA, matrícula n° 967133, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGO, férias referente aos 05 (cinco) dias de gozo que foram revogados, para a data de 05/10/2026 a 09/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:BC3F1EA8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 649/2026

PORTARIA Nº. 649/2026
José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o processo protocolado sob o nº 5867/2026 de 11/08/2026;

RESOLVE:

Conceder a servidora **CLEONICE BATISTA DE OLIVEIRA,** na Secretaria de Educação, abono de permanência por ter completado todos os requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria e a opção do referido servidor em permanecer em atividade, conforme o processo protocolado sob o nº. 5867/2026 de 11/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:BFF840A3

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 105/2026

LEI N°. 105/2026

Súmula – *Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º **-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinado ao reforço de dotações da Secretaria de Esporte, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

11.000	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo-SELT	
11.001	Secretaria e Dependências	
27.000.0000.0.000	Desporto e Lazer	
27.812.0000.0.000	Desporto Comunitário	
27.812.0011.0.000	Cultura e Esportes	
27.812.0011.2.026	Manutenção de Atividades Desportivas	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	
Fonte 31977	CEE/PR Deliberação 02/2024 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer	7.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte 31977	CEE/PR Deliberação 02/2024 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer	65.000,00
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	
Fonte 31977	CEE/PR Deliberação 02/2024 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer	7.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Fonte 31977	CEE/PR Deliberação 02/2024 - Fundo Municipal	121.000,00

	de Esporte e Lazer	
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	200.000,00

Artigo 2º **-** A cobertura do crédito adicional ESPECIAL autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Excesso de Arrecadação das Alíneas de Receitas 1321.01.11.01.00.00.00 e 1729.99.01.21.00.00.00.

a)	**RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA**	
1321.01.11.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral	44.255,00
1729.99.01.21.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal (CEE DIL.02/2024)	155.745,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	200.000,00

Artigo 3º **-** Fica as Ações criadas por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2026 e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, com a definição dos seguintes objetivos e metas:

DENOMINAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE NO PPA	**Manutenção de Atividades Desportivas**
OBJETIVOS -	Manter as Atividades Desportivas do Município com participação e realização de jogos oficiais
METAS 2026	Melhorar a Qualidade dos Serviços ofertados a população.

Artigo 4º **-** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:9CCDE184

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 106/2026

LEI N. º 106/2026

SÚMULA: Denomina Praça Pública e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de **MARIO BIADOLA** a praça triangular localizada entre a Rua Rio Verde, Rua Dante Alighieri e a Rua Voluntários da Pátria, de fronte ao Mercado Três Irmãos, no Bairro Maranata.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:5B19C35F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 653/2026

PORTARIA Nº 653/2026

Súmula: Designa os membros da Comissão Especial de Seleção Habitacional do Residencial Esperança.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, PREFEITO MUNICIPAL DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o disposto nos artigos 97 e seguintes da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para integrar a Comissão Especial de Seleção Habitacional do Residencial Esperança os seguintes servidores:
I – **DIOGO MEIRA AMARAL**, matrícula nº 967105, representante da Secretaria de Habitação - SEHAB, que exercerá a Presidência;
II – **LUIZ CLAUDIO MENDES TOLEDO**, matrícula nº 965964, representante da Secretaria de Trabalho e Assistência Social - SETAS;
III – **DEBORA BRASILINO DOS SANTOS**, matrícula nº 967089, setor responsável ou vinculado ao Cadastro Único;
IV – **DIEGO MARQUES RIBEIRO**, matrícula nº 966227, representante da Secretaria de Educação – SEDUC;
V - **NOELY DA SILVA**, matrícula nº 966994, representante da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - SEMU;
VI - **ANA PAULA RIBEIRO PINTO**, matrícula nº 966179, representante da Secretaria de Saúde - SESA;
Art. 2º Compete à Comissão exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 194/2026 e no Edital de Seleção do Residencial Esperança.
Art. 3º Os membros deverão atuar com imparcialidade e declarar impedimento ou suspeição quando possuírem vínculo familiar, interesse pessoal ou qualquer circunstância capaz de comprometer a independência da análise de determinado candidato.
Parágrafo único. Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o membro não participará da análise, deliberação ou votação relativa ao respectivo candidato, fazendo-se o registro em ata.
Art. 4º As decisões serão tomadas pela maioria dos membros participantes e registradas em ata ou ficha própria de análise.
Art. 5º A Comissão poderá solicitar informações e documentos aos órgãos municipais necessários à conferência das informações declaradas pelos candidatos, respeitadas as normas de proteção de dados pessoais.
Art. 6º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:DAC3BE13

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL N º 002

EDITAL 002/2026

A Secretaria de Educação, do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com o Artigo 3º do Decreto nº180/2026 de 14/09/2026,

HOMOLOGA a lista dos profissionais do Magistério que estão aptos a participarem da Apresentação do Plano de Ação para a Banca Avaliadora, como critério para a escolha de Diretores dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino do Município de Loanda, conforme resultado abaixo:

NOME	**ESTABELECIMENTO**	**RESULTADO**
Aline Mariana Stuchi	CMEI Flor de Lótus	Deferido
Alessandra Stchi de Laya	CMEI Irmã Dulce	Deferido
Lucimar Aparecida Iori de Oliveira	CMEI Menino Jesus	Deferido
Angelica Thais Batista	CMEI Nossa Srª do Perpetuo Socorro	Deferido
Dayana Vanessa dos Santos Vieira	CMEI Luzia B. Mendonça	Deferido
Ademilson Nunes da Sila Filho	CMEI Nossa Srª do Perpetuo Socorro	Deferido

Josilene Ferreira Gomes	CMEI Mercedes Scavazini	Deferido
Cleuseli Aparecida Rodrigues	E.M. Dr. Carlos A. A. Diniz – E.I.E.F.	Deferido
Isabelle Ortiz Padovini	E.M. Maria da Glória D' Áviz – E.I.E.F.	Deferido
Karina Cassia dos Santos Alves	E.M Alvehy Alves de Assis – E.I.E.F.	Deferido
Patricia Megumi Hattori Dias	E.M. P. Odila Inacio Vieira – E.I.E.F.	Deferido
Rafael Amorim Silveira	E.M. Maria da Glória D' Áviz – E.I.E.F.	Indeferido
Simone Aparecida Milharesi de Lima	E.M. Maria da Glória D' Áviz – E.I.E.F.	Deferido
Thais Sartori Romero	E. M. P, Zuleika Aparecida Peterson – E.I.E.F.	Deferido
Virginia Crusco Vieira Neves	CMEI Zilda Arns Neumann	Deferido

Loanda, 06 de outubro de 2026.

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:81AFE694

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 650

PORTARIA Nº 650/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o parecer da Comissão Central de Avaliação nomeada através do Decreto nº 004/2025 de 10.01.2025, protocolado sob nº 7161/2026 de 28.09.2026;

RESOLVE:

Conceder para os professores abaixo relacionados, Avanço Horizontal, nos termos do Decreto Municipal nº 25/2015, de 06.03.2015, a partir do dia primeiro de outubro de 2026, conforme segue:

Matríc.	Professor	Nível	Classe que ocupa	Classe a ser promovido
965957	Flaviane Maria de São José de Moraes	IV	18	19
965960	Karina Cassia dos Santos Alves	III	17	18
965959	Maria José Capelim da Silva de Souza	III	18	19

A professora abaixo relacionada não terá progressão horizontal, por não atingir os critérios mínimos, de acordo com o parágrafo 2º, inciso IV do artigo 44 da Lei Complementar nº 008/2014 e do artigo 3º do Decreto nº 025/2015.

Matríc.	Professor	Nível	Classe que ocupa	Classe a ser promovido
965958	Claudia Bispo Cardoso de Melo	III	16	16

Revogadas as atribuições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária de Educação

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:C70389C1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 651

PORTARIA Nº 651/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o parecer da Comissão Central de Avaliação nomeada através do Decreto nº 004/2025 de 10.01.2025, protocolado sob nº 7160/2026 de 28.09.2026;

RESOLVE:

Conceder para os educadores infantis abaixo relacionados, Avanço Horizontal, nos termos do Decreto Municipal nº 25/2015, de 06.03.2015, a partir do dia primeiro de outubro de 2026, conforme segue:

Matríc.	Educador Infantil	Nível	Classe que ocupa	Classe a ser promovido
966660	Cleici Juliana Alves Moreira	III	07	08
966152	Josilene Ferreira Gomes	III	14	15
966612	Sabrina da Silveira Soares Garcia	III	08	09

Revogadas as atribuições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária de Educação

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:845AA52E

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 652

PORTARIA Nº 652/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a servidora municipal Renata Litchteneker de Araujo, matrículas nº 966642 e 967220, ocupante do cargo de professora 40 horas semanais, para exercer a função de Assessora Pedagógica, de acordo com o artigo nº 33, da Lei Complementar nº 008/2014, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, a partir do dia primeiro de outubro de 2026.

Artigo 2º. Atribuir gratificação de 63% (sessenta e três por cento) da classe I do Nível II, da carreira do professor, constante na tabela de vencimentos do anexo IV, nos termos do Artigo 65, da Lei Complementar nº 004/2017, pela jornada de 40 horas semanais.

Artigo 3º. Revogadas as atribuições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária de Educação

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:00649AED

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 654

PORTARIA Nº 654/2026.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o ofício nº 125/2026, protocolado sob o nº 7162/2026 de 28/09/2026.

RESOLVE:

Conceder para a servidora municipal, Avanço Vertical, nos termos do Artigo 43 da Lei Complementar nº. 008/2014, de 02/09/2014, a partir do dia primeiro de outubro de 2026, conforme segue:

Matríc.	Professora	Nível que ocupa	Nível a ser promovido
966968	Edna Fabricia Tecco	III	IV

Revogadas as atribuições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária de Educação

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:8E3CAB6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 040/2026-L

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 040/2026-L

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Lobato Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na Resolução CD/ANPD nº 18, de 16 de julho de 2024, e na Resolução nº 004/2026-L, da Câmara Municipal de Lobato,
RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a servidora **RENATA FIGUEIREDO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de **Diretora Geral**, para exercer a função de **Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais – LGPD**, no âmbito da Câmara Municipal de Lobato.
Art. 2º Compete à Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais, sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação aplicável e na Resolução nº 004/2026-L:
I – Aceitar reclamações e comunicações dos titulares de dados pessoais, prestar esclarecimentos e adotar as providências cabíveis;
II – Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e adotar as providências necessárias;
III – Orientar os servidores, agentes públicos e contratados da Câmara Municipal de Lobato quanto às práticas de proteção de dados pessoais;
IV – Atuar como canal de comunicação entre a Câmara Municipal de Lobato, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
V – Promover e acompanhar a adoção de boas práticas relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal;
VI – Auxiliar na conscientização e orientação dos servidores quanto às obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
VII – Exercer as demais atribuições previstas na legislação aplicável, nas normas da ANPD e na Resolução nº 004/2026-L.
Art. 3º A identidade e as informações de contato da Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais deverão ser divulgadas de forma clara e objetiva e mantidas atualizadas no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Lobato.
Art. 4º O desempenho da função de Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais não transfere à servidora a responsabilidade pela conformidade geral do tratamento de dados pessoais realizado pela Câmara Municipal, permanecendo esta responsabilidade com o respectivo agente de tratamento, nos termos da legislação aplicável.
Art. 5º A servidora designada deverá ter acesso às informações e aos recursos necessários ao adequado desempenho das atribuições previstas nesta Portaria, observadas as competências e responsabilidades dos demais setores da Câmara Municipal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:4B312597

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 192/2026 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026
RECEBE SERVIDOR CEDIDO E DISPÕE SOBRE SUA LOTAÇÃO.

SÚMULA: Recebe servidor cedido e dispõe sobre sua lotação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LOBATO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o Termo de Cessão nº 001/2026, celebrado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Lobato/PR e o Município de Lobato;
DECRETA:
Art. 1º Fica recebido, em caráter temporário e precário, o servidor LUCIANO DE SOUZA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, integrante do quadro de servidores do SAMAE de Lobato, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, para exercer suas atividades junto ao Município de Lobato, com lotação na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2º O servidor exercerá atividades exclusivamente de natureza administrativa junto à Secretaria Municipal de Administração, observadas as condições, limitações e restrições estabelecidas no Termo de Cessão nº 001/2026, na respectiva Portaria de Readaptação e na Lei Municipal nº 622/94-E – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e suas alterações.
Parágrafo único. Compete à chefia imediata zelar pelo cumprimento das disposições previstas neste Decreto, no Termo de Cessão e na legislação aplicável, especialmente quanto às limitações funcionais estabelecidas para o servidor.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lobato/PR, 06 de outubro de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal de Lobato

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:80A2D597

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE RECEBIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026

Aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2026 (06/10/2026), o Agente de Contratação procedeu à análise das propostas adicionais apresentadas em decorrência da divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para manifestação de interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Lobato/PR, compreendendo a execução de serviços de diagnóstico, reparo, manutenção, instalação e substituição de componentes do sistema de iluminação pública, tais como lâmpadas, luminárias, reatores, relés fotoelétricos, cabos, conexões e demais componentes, bem como serviços de manutenção da rede aérea de baixa tensão destinada à iluminação pública**.

2. DO RECEBIMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1. Encerrado o prazo para envio das propostas, às 08h30min do dia 06/10/2026, constatou-se o recebimento tempestivo das seguintes propostas:

Valor global estimado da contratação: R$ 50.237,52 (cinquenta mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

EMPRESA	CNPJ	PORTE	VALOR TOTAL PROPOSTO	CLASSIFICAÇÃO
PRESMIPU – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS LTDA	05.595.564/0001-38	ME	R$ 48.600,00	1ª
ELETROMEGA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTA	45.006.762/0001-33	ME	R$ 50.090,04	2ª

2.2. Após análise das propostas apresentadas, verificou-se que todas as 02 (duas) licitantes atenderam às exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa de Licitação, sendo suas propostas consideradas válidas e classificadas em ordem crescente de preços.

2.3. Dentre as propostas classificadas, a apresentada pela **PRESMIPU – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.595.564/0001-38, apresentou o menor valor global, no montante de **R$ 48.600,00 (quarenta e oito mil, seiscentos reais)**, revelando-se, em princípio, a proposta mais vantajosa para a Administração, razão pela qual foi classificada provisoriamente em primeiro lugar, condicionada à comprovação do atendimento integral dos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.

3. DA CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Considerando a classificação provisória em primeiro lugar, fica convocada a empresa **PRESMIPU – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.595.564/0001-38, para apresentar, até às **17h00min do dia 07/10/2026**, toda a documentação de habilitação exigida no **Edital de Dispensa de Licitação nº 35/2026**, para fins de análise e eventual contratação.

3.2. A documentação deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico: **dispensalicitacaolobatopr@gmail.com**.

4. DAS DILIGÊNCIAS E DO SANEAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Após a apresentação dos documentos de habilitação, não será admitida sua substituição ou a juntada de novos documentos, ressalvadas as hipóteses de diligência previstas no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. As diligências poderão ser promovidas pelo Agente de Contratação com a finalidade de esclarecer ou complementar a instrução processual, observando-se os princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade, da eficiência e da busca da proposta mais vantajosa.

4.3. Admitir-se-á a realização de diligências para:

I – complementação de informações relativas a documentos já apresentados, desde que destinadas à comprovação de fatos existentes na data da apresentação da proposta;

II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, desde que comprovadamente válidos naquela ocasião.

4.4. É vedada a inclusão, em sede de diligência, de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

4.5. Poderão ser sanadas falhas de natureza estritamente formal, tais como ausência de assinatura, erros materiais ou inconsistências documentais que não alterem o conteúdo da proposta nem comprometam a igualdade entre os licitantes.

4.6. A condução das diligências observará o princípio do formalismo moderado, evitando-se rigor excessivo que possa comprometer a competitividade ou impedir a seleção da proposta mais vantajosa.

4.7. A interpretação deste procedimento observará o entendimento consolidado pelos órgãos de controle, especialmente pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme os Acórdãos nº 1.211/2021 – Plenário, nº 2.443/2021 – Plenário, nº 988/2022, nº 717/2021 – Plenário e nº 419/2025 – Tribunal Pleno, os quais reconhecem a diligência como instrumento legítimo para o saneamento de falhas formais, complementação de informações e adequada verificação das condições de habilitação, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam integrar originalmente a proposta ou a documentação de habilitação.

5. DO PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO

5.1. Recebida e analisada a documentação de habilitação, e constatado o atendimento integral das exigências previstas no Edital de Dispensa de Licitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para fins de adjudicação e homologação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada.

Lobato/PR, 06 de outubro de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação
Decreto Municipal Nº 102/2025, De 16 De Abril De 2025

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:4062115A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO N.º50/2023. PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa à Rua Antônio Coletto, nº 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.

CONTRATADO: MARIA OLINDA MANTOVANI 77599144900, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 19.169.832/0001-64, com sede na Rua Thomaz Francisco Cafofo, nº 90, Vila Feliz, Lobato - PR-, CEP: 86.790-000.

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, Pregão Presencial n. º 29/2023, c/c com os ditames do art. 57, 58 e art. 65 e ss., da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO** da avença inicial, diante das previsões contidas na **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-DAS ALTERAÇÕES** do contrato primitivo nº 050/2023.

Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027.

Por força da prorrogação dos prazos de execução e vigência, fica acrescido o valor financeiro com correção pelo índice INPC por cento dos últimos 12 meses de **R$ 73.843,80 (setenta e três mil oitocentos**

e quarenta e três reais e oitenta centavos), para fins de custeio da execução dos serviços ora aditados (12 meses), perfazendo um valor atualizado do contrato no total de **R$ 267.173,45 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos).**

ITEM 01
Valor Hora Inicial: 49,50
Valor hora reajustado 1º ADITIVO: 51,53
Valor hora reajustado 2º ADITIVO: 54,05
Valor hora reajustado 3º ADITIVO: 56,08

ITEM 02
Valor Hora Inicial: 54,50
Valor hora reajustado 1º ADITIVO: 56,73
Valor hora reajustado 2º ADITIVO: 59,51
Valor hora reajustado 3º ADITIVO: 61,75

Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

Lobato/PR., aos 06/10/2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:99BCF717

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2025 - PML PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. FÁBIO CHICAROLI.**
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PROTEÇÃO AOS IDOSOS DE COLORADO**, inscrita no CNPJ nº79.696.969/0001-07, estabelecida na Rua Aracajú, nº291, Bairro Jardim Caíri, CEP: 86.690-000, Colorado – PR.
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025, c/c com os ditames; da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021, prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços e Renovadas as Quantidades Registradas, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos.
Parágrafo único – O prazo disciplinado no caput findar-se-á em:

Prazo de vigência: 22/10/2026 até 22/10/2027.

Por força da prorrogação de vigência e renovação das quantidades registradas, fica acrescido o valor financeiro de R$ 136.080,00 (cento e trinta e seis mil e oitenta reais), para fins de custeio do fornecimento dos objetos ora aditados.

Demais Condições: As demais cláusulas do pacto primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 06 de outubro de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:7113CA79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2025 - PML PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. FÁBIO CHICAROLI.**
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ CPHSF**, inscrita no CNPJ nº80.911.035/0001-11, estabelecida na Rua São Geraldo, nº08, Sala 02 Bairro Conjunto Nossa Senhora Aparecida CEP: 86.770-000, Colorado – PR.
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025, c/c com os ditames; da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021, prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços e Renovadas as Quantidades Registradas, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos.
Parágrafo único – O prazo disciplinado no caput findar-se-á em:

Prazo de vigência: 22/10/2026 até 22/10/2027.

Por força da prorrogação de vigência e renovação das quantidades registradas, fica acrescido o valor financeiro de R$ 223.200,00 (duzentos e vinte e três mil e duzentos reais), para fins de custeio do fornecimento dos objetos ora aditados.

Demais Condições: As demais cláusulas do pacto primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 06 de outubro de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:68A79C3F

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2024

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Lobato/PR.
CONTRATADA: D. GOMES DA ROCHA E CIA LTDA – ME.
CNPJ: 11.092.297/0001-89.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços, conforme especificações e condições estabelecidas no Contrato nº 16/2024 e seus respectivos documentos integrantes.
DO ADITAMENTO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais **06 (seis) meses**, com início em **16 de outubro de 2026** e término em **16 de abril de 2027**, bem como recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante adequação dos valores contratuais, nos termos estabelecidos neste Termo Aditivo.
DO VALOR: Em razão da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e da prorrogação do prazo contratual, o valor correspondente ao período de 06 (seis) meses será de **R$ 219.480,08 (Duzentos e dezenove mil quatrocentos e oitenta reais e oito centavos)**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, especialmente o art. 57, inciso II, e o art. 65, inciso II, alínea "d", e demais disposições aplicáveis ao contrato.
DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026.

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor do SAMAE
Decreto Municipal N. º 119/2025, de 05 de Maio de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:EBF3DC6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
DECRETO Nº 51/2026

SÚMULA: Altera o feriado do dia do servidor público , e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado no ano de 2026, a data de comemoração do Dia do Servidor Público para o dia 30/10/2026 (sexta-feira), no âmbito da Administração Pública Municipal.
Art. 2º A alteração prevista no artigo anterior não se aplica aos serviços considerados essenciais e que, por sua natureza, não possam sofrer interrupções, os quais deverão funcionar normalmente, conforme escalas estabelecidas pelas respectivas Secretarias.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
LUPIONÓPOLIS/PR, 05 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBERIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:3EFDD4E4

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2026

Processo Administrativo nº 50/2026. Concorrência Eletrônica nº 02/2026-PML. Contrato nº 100/2026. Contratante: Município de Lupionópolis – PR, CNPJ nº 75.845.511/0001-03. Contratada: SUPER K ENGENHARIA CONST. CIVIL E INCORP., CNPJ nº 26.865.750/0001-10.
Objeto: determinação para início da execução de 10 (dez) moradias populares, com 47 m² de área construída e 50 m² de área coberta total cada, no âmbito do Programa Casa Fácil PR, Convênio COHAPAR nº 187/CONV/2026. As unidades serão construídas nos lotes 9 a 16 da Quadra 32-A (matrículas nº 7.469 a 7.476) e nos lotes 1 e 2 da Quadra 32-B (matrículas nº 7.477 e 7.478).
Prazo de execução: 12 (doze) meses, contados da data de efetivo início dos serviços. O início em campo fica condicionado ao encerramento do período eleitoral de 2026, conforme a Lei nº 9.504/1997. A Ordem de Serviço integra o Processo Administrativo nº 50/2026 e deverá ser publicada no PNCP. **Data:** 24 de julho de 2026.
Signatários: José Carlos Tibério, Prefeito Municipal; Ramon Kelvin Parron, representante legal da contratada (ciência).

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:F6235BA4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112/2026

SÚMULA: Nomear Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

ART. 1º - Nomear conforme Lei Complementar Municipal nº 19/2016 de 21/09/2016, a partir de **05 de outubro de 2026**, a pessoa abaixo relacionada, aprovado e classificado no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023, homologado conforme Decreto nº 057/2024, publicado em 27/05/2024 e prorrogado conforme Decreto nº 26/2026, publicado em 21/05/2026.

NOME	CPF	CARGO
ARTHUR BUENO DE LUZ	071.462.109-95	ENGENHEIRO CIVIL - 30 H

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 05 de outubro de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:021F5E24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 103/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela Décima Segunda seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 94/2026, devidamente publicado em 22/09/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
DEOCLECIO DOS SANTOS	14/07/1962	42	14º

O candidato acima relacionado no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foi devidamente comunicado, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverá comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 06 de outubro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:D876D16F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 32/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 32/2026

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 22 de outubro de 2026, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antonio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CARNES BOVINAS, SUÍNAS, CORTES AVÍCOLAS, EMBUTIDOS E DERIVADOS, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Plataforma Bolsa de Licitações BLL, disponivel também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/, PNCP-Portal Nacional de Compras Públicas.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3660-1100, no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h, pelo email: licitacaolupionopolis@gmail.com.

Lupionópolis, 06 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:89E4AA19

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA 28/2026 - HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃOE RATIFICAÇÃO

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO E RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 84/2026 Dispensa nº 28/2026, a qual tem como objeto: AQUISIÇÃO DE JOGOS ESPORTIVOS E RECREATIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS OFICINAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), EXECUTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS/PR, VISANDO PROPORCIONAR AOS PARTICIPANTES DO SERVIÇO ATIVIDADES ESPORTIVAS, RECREATIVAS, EDUCATIVAS, DE INTEGRAÇÃO E CONVIVÊNCIA., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 01/10/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:
n. christ me, no valor total de R$ 29.374,60 (vinte e nove mil trezentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).

Lupionópolis-Pr, 06/10/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Menezes
Código Identificador:CE1D4118

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2026

Ata de registro de preço N° 140/2026 – Pregão - Eletrônico nº 31/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: FAROL IND E COM LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR
Valor Total 36.870,00 (Trinta e Seis Mil, Oitocentos e Setenta Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:258DDFA6

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2026

Ata de registro de preço N° 141/2026 – Pregão - Eletrônico nº 31/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR
Valor Total 1.939,32 (Um Mil, Novecentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Dois Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:8300082C

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2026

Ata de registro de preço N° 142/2026 – Pregão - Eletrônico nº 31/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: MS CONFECCOES HOSPITALAR LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR
Valor Total 1.716,00 (Um Mil, Setecentos e Dezesseis Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:1D0F06CB

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2026

Ata de registro de preço N° 143/2026 – Pregão - Eletrônico nº 31/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO

ATENDIMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR
Valor Total 772,20 (Setecentos e Setenta e Dois Reais e Vinte Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:55EBB735

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026

Ata de registro de preço N° 144/2026 – Pregão - Eletrônico nº 31/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: ZIG ZAG - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS ROTINAS OPERACIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS/PR
Valor Total 5.199,80 (Cinco Mil, Cento e Noventa e Nove Reais e Oitenta Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
2470 - 08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.30.00.00 - Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:29D79810

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 415/2026

DECRETO Nº 415/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar nos termos da Lei Municipal nº 1.738/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Casa de Lei Municipais, no bojo da Lei Municipal nº 1.738/2026;

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
370	1000	02.13.10.302.0015.2.044	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR	3.3.71.34	5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o excesso de arrecadação no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) assim discriminados:

FONTE	VALOR
1000	5.000,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.
Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:F129907F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 416/2026

DECRETO Nº 416/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar nos termos da Lei Municipal nº 1.739/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Casa de Lei Municipais, no bojo da Lei Municipal nº 1.739/2026;

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.017.519,57 (dois milhões, dezessete mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
223	1903	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	1.500.000,00
223	3000	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	26.415,57
223	1904	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	481.104,00
223	3000	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o superávit financeiro no valor de R$ 36.415,57 (trinta e seis mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos), o excesso de arrecadação no valor de R$ 1.981.104,00 (um milhão, novecentos e oitenta e um mil, cento e quatro reais) assim discriminados:

FONTE	VALOR
1903	R$ 1.500.000,00
1904	R$ 481.104,00
3000	R$ 36.415,57

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:026CFCE0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 417/2026

DECRETO Nº 417/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar nos termos da Lei Municipal nº 1.740/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Casa de Lei Municipais, no bojo da Lei Municipal nº 1.740/2026;

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 157.533,52 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
289	2494	02.13.10.301.0015.2.038	MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA	3.3.90.39	157.533,52

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos oo excesso de arrecadação no valor de R$ R$ 157.533,52 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) assim discriminados:

FONTE	VALOR
2494	R$ 157.533,52

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:3F7064ED

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.738 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.738 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
370	1000	02.13.10.302.0015.2.044	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR	3.3.71.34	5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o excesso de arrecadação no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) assim discriminados:

FONTE	VALOR
1000	5.000,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

* Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:65FA3BB0

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.739 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.739 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.017.519,57 (dois milhões, dezessete mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
223	1903	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	1.500.000,00
223	3000	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	26.415,57
223	1904	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	481.104,00
223	3000	02.11.15.451.0013.1.009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra	4.4.90.51	10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o superávit financeiro no valor de R$ 36.415,57 (trinta e seis mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos), o excesso de arrecadação no valor de R$ 1.981.104,00 (um milhão, novecentos e oitenta e um mil, cento e quatro reais) assim discriminados:

FONTE	VALOR
1903	R$ 1.500.000,00
1904	R$ 481.104,00
3000	R$ 36.415,57

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

* Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:302947B2

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.740 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.740 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 157.533,52 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
289	2494	02.13.10.301.0015.2.038	MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA	3.3.90.39	157.533,52

Art. 2º. Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos oo excesso de arrecadação no valor de R$ R$ 157.533,52 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) assim discriminados:

FONTE	VALOR
2494	R$ 157.533,52

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

* Esta Lei é de iniciativa do Poder Executivo.

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:547B4E7A

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET
RESOLUÇÃO 01 2026

RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Súmula: Altera os artigos 82 e 219 e acrescenta artigos 219-A, 219-B, 219-C, 219-D e 219-E; 220-A, 220-B e 220-C; 221-A, 221-B, 221-C, 221-D e 221-E; 222-A, 222-B, 222-C, 222-D, 222-E, 222-F, 222-G, 222-H, 222-I e 222-J no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 82 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mallet, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 82 – A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização serão distribuídos a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual, plano operacional e processo referente às contas do Município, este acompanhado do parecer prévio correspondente.

§ 1º – No caso deste artigo, aplicar-se-á se a Comissão não se manifestar no prazo, o disposto no § 1º do art. 75.

§ 2º - No caso do processo referente às contas do Município será solicitado o parecer da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

Art. 2º - Fica alterado o artigo 219 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mallet, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 219 – Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, este será autuado pela Câmara Municipal e a distribuição será efetuada ao Relator da Comissão no prazo de 10 (dez) dias úteis, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo as Comissões de Finanças, Orçamento e Fiscalização e Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

§ 1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, as Comissões citadas no caput do artigo receberão pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º - Para responder aos pedidos de informações, as Comissões poderão realizar quaisquer diligência e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o prefeito, examinar quaisquer documentos na Prefeitura.

§ 3º Após a autuação do Parecer Prévio do Tribunal de Contas, o Presidente notificará o Gestor responsável pelas contas para conhecimento do início do processamento das contas pelo Poder Legislativo.

§ 4º Será de 10 (dez) dias o prazo para a apresentação de resposta por parte do Gestor responsável pelas contas, a fim de que exerça as garantias do contraditório e da ampla defesa do decorrer do julgamento das contas pelas quais responde, podendo haver a solicitação de sua prorrogação, por igual prazo, a qual será apreciada pelo Relator da Comissão.

§ 5º Apresentada a resposta pelo Gestor, o Relator da Comissão dará início a instrução do processo, para verificação e avaliação dos fundamentos de fato e direito e das provas apresentadas podendo o Relator, caso entenda pertinente, determinar a realização de diligências, para sanar dúvidas a respeito das questões suscitadas e das provas produzidas, respeitando a garantia do contraditório e da ampla defesa.

Art. 3º - Acrescenta os artigos 219-A, 219-B, 219-C, 219-D e 219-E ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Mallet :

Art. 219-A – Caberá a Comissão de Finanças e Orçamento e Fiscalização, analisar as informações constantes do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado Paraná sob os aspectos orçamentários, contábeis, financeiros e patrimoniais do Município.

Art. 219-B – Caberá a Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social a análise da prestação de contas do Prefeito, especificadamente sobre a análise de implementação das políticas públicas na área de saúde, educação, apresentada pelo Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 219-C - Cada comissão terá o prazo de 20 (vinte) dias para a apreciação das informações constantes no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Feita a análise das informações constantes do Parecer Prévio e estabelecido o contraditório e ampla defesa ao gestor responsável, bem como realizadas diligencias necessárias para o esclarecimento de dúvidas e dada a oportunidade de manifestação ao controle social a respeito, será emitido parecer conclusivo sobre as contas de Prefeito, o qual será levado a julgamento do Plenário da Câmara.

Art. 219-D – As contas do Município ficarão à disposição da sociedade, no mínimo durante 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do Parecer Prévio pelo Poder Legislativo, para apreciação e exame.
§ 1º O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante requerimento escrito e assinado, perante a Câmara.
§ 2º O relator da comissão competente ao assunto questionado exercerá o juízo de admissibilidade sobre o requerimento apresentado

pelo contribuinte, verificando sua adequação com o objeto do julgamento.
§ 3º Caso os dados apresentados em requerimento pelo cidadão não estejam no escopo de análise das contas de Prefeito, poderá a Câmara Municipal autuar procedimento próprio para eventual apuração dos fatos.

Art. 219-E – O julgamento das contas pela Câmara Municipal será realizado no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, a contar do recebimento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná não correndo este prazo durante o recesso da Câmara.
Parágrafo único. Decorrido o prazo sem deliberação da Câmara as contas serão obrigatoriamente inseridas na ordem do dia da primeira sessão ordinária posterior ao período declinado.

Art. 4º - Acrescenta os artigos 220-A, 220-B, 220-C ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Mallet:

Art. 220-A - Será parte integrante do decreto legislativo o voto escrito, elaborado pelo Relator das Comissões que conterá:

I – relatório do Relator do qual constarão as informações essenciais das instruções contidas no processo de prestação de contas de Prefeito, no parecer Prévio do Tribunal de Contas, nas manifestações do Gestor Público Municipal feitas à Câmara, do cidadão que alegue ilegitimidade das contas e demais comissões que vierem a participar da instrução do processo;
II – exposição de motivos de fato e de direito que justificam a aceitação ou recusa do conteúdo do Parecer Prévio do Tribunal de Contas;
III – conclusão ou dispositivo, com a decisão a respeito da aprovação, aprovação parcial ou desaprovação do Parecer Prévio, bem como indicação da regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidades das contas e da incidência ou não, do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 220-B - O Relator da Comissão notificará o Gestor Público Municipal a ser julgado, com antecedência mínima de 10 dias, atendendo ao princípio da publicidade e da ampla defesa, informando as datas das sessões plenárias e que serão realizadas o julgamento das contas, facultando a defesa por meio de sustentação oral, pelo prazo de até 10 minutos.

Art. 220-C - O Relator pedirá a inclusão em pauta para julgamento, a qual deverá ser publicada no diário oficial do Município

Art. 5º - Acrescenta os artigos 221-A, 221-B, 221-C, 221-D e 221-E ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Mallet:

Art. 221-A – A apreciação das contas do Prefeito será instruída com base no processo de prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo Municipal e escopo previamente definido, conforme Parecer prévio enviado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 221-B – A análise e julgamento das contas do Prefeito restringem-se aos escopos definidos no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 221-C - O Projeto de Decreto Legislativo que desaprova ou aprova em parte o teor do Parecer Prévio deverá enfatizar as razões de fato e de direito constantes na instrução do processo de julgamento das contas que levaram o relator a não acompanhar o posicionamento do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. A desaprovação do Parecer Prévio pela Câmara dependerá da votação favorável de 2/3 dos vereadores.

Art. 221-D - O Projeto de Decreto Legislativo que aprova o Parecer Prévio em sua íntegra será fundamentado sucintamente nas razões apresentadas nesse Parecer ou nas razões de fato e de direito analisadas pelo relator no decorrer da instrução do processo de julgamento.

Parágrafo único. A aprovação do Parecer Prévio pela câmara somente será afastada pelo voto de 2/3 dos vereadores.

Art. 221-E - Sendo o voto do Relator vencido, será designado pelo Presidente, na própria sessão, novo Relator dentro dos votantes vencedores, para lavratura de voto, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 6º - Acrescenta os artigos 222-A, 222-B, 222-C, 222-D, 222-E, 222-F, 222-G, 222-H, 222-I e 222-J ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Mallet:

Art. 222-A - São admissíveis os seguintes recursos em face da decisão que julgou as contas de Prefeito:
I - Recurso de Revisão;
II- Embargos de Declaração.

§1° O recurso será dirigido ao relator da comissão que proferiu o voto aprovado, o qual encaminhará a comissão competente.

§ 2º Os Embargos de Declaração serão cabíveis para a revisão da decisão que contenha erro material, ou seja contraditória, obscura ou omissa.

Art. 222-B - Está legitimado a interpor o recurso apenas o Gestor Municipal cujas contas estão sendo julgados pela Câmara Municipal.

Art. 222-C - A petição recursal, contendo razões e acompanhada dos documentos nela referidos, que ainda não integrem os autos, será dirigida ao Relator, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade relativo a tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.

Parágrafo único. O prazo do recurso será de 15 (quinze) dias;

Art. 222-D - Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão.
I - Contiver obscuridade, dúvida ou contradição;
II - Omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se; ou
III - contiver erro material.

§ 1° Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no plenário da Câmara Municipal, no prazo de até duas sessões.

§ 2º A oposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo para interposição de recursos contra a decisão embargada, desde que tempestivos.

Art. 222-E - Após realizada a análise recursal, o Relator ou a Comissão pedirão a inclusão em pauta para julgamento, a qual deverá ser publicada no Veículo de Publicação Oficial da Câmara Municipal e/ou objeto de intimação do Gestor Municipal, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, atendendo ao princípio da publicidade e da ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.

Art. 222-F - Cabe ao Presidente da Câmara Municipal encaminhar a decisão de julgamento das Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do trânsito em julgado.

Art. 222-G - A Câmara Municipal divulgará em seu site oficial o parecer prévio, na íntegra e em versão simplificada, os relatórios técnicos, os pareceres e os votos emitidos durante a deliberação, com acesso visível e destacado, em atendimento do art. 48 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no prazo de 10 (dez) dias do seu recebimento.

Art. 222-H. O processo de julgamento das contas anuais do Prefeito será objeto de ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico, no site oficial da Câmara Municipal, ficando disponível para consulta de qualquer interessado, após trânsito em julgado, nos termos do art. 49

da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 222-I – Salvo disposição em contrário, os prazos deste Regimento serão computados somente em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Art. 222-J - Aplica-se subsidiária e supletivamente o Código de Processo Civil ao processo de julgamento das contas de Prefeito.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

SERJO GRYCZAK
Presidente

Esta Resolução é de iniciativa da Mesa Executiva

Publicado por:
Fernando Roberto Arkaten
Código Identificador:7CEE117D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026

I – OBJETO:

Contratação de instituição de longa permanência para idosos (ILPI) visando à continuidade do acolhimento institucional de pessoa idosa já residente no estabelecimento.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a presente justificativa tem por finalidade demonstrar as razões fáticas e jurídicas que amparam a contratação direta da instituição de longa permanência, visando à continuidade do acolhimento institucional de pessoa idosa já residente no estabelecimento, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A contratação pretendida não se fundamenta na inexistência abstrata de outras Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPIs, nem em alegação de exclusividade empresarial da atual prestadora. Reconhece-se que há mercado apto à prestação de serviços de acolhimento institucional.
O fundamento reside na configuração de uma necessidade administrativa concretamente individualizada: assegurar a continuidade de acolhimento já consolidado de pessoa idosa em especial situação de vulnerabilidade, portadora de condição neurocognitiva progressiva comprovada nos autos, cuja adaptação ao ambiente, à rotina de cuidados e às referências pessoais estabelecidas na atual instituição integra a própria solução protetiva a ser preservada.
A usuária foi inicialmente acolhida em caráter emergencial, diante de situação de vulnerabilidade social que demandava atuação imediata do Poder Público e disponibilização de ambiente capaz de assegurar proteção integral e os cuidados necessários.
Na ocasião, o Município realizou ampla pesquisa de mercado junto a diversas instituições, tendo sido identificada a atual ILPI como estabelecimento disponível e apto ao atendimento da necessidade então existente. A contratação emergencial cumpriu sua finalidade inicial de evitar desproteção e assegurar acolhimento imediato.
Transcorrido o período da contratação emergencial, permanece a necessidade material de acolhimento. Todavia, a situação atual não é idêntica àquela existente no ingresso da usuária. Durante o período de institucionalização, consolidaram-se rotina, referências ambientais e relações de cuidado, além de adaptação ao local em que a mesma reside e é cuidada.
A presente contratação, portanto, não pretende prorrogar ou reeditar a hipótese emergencial prevista no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de novo exame administrativo, com fundamento jurídico distinto, baseado nas circunstâncias atuais e individualizadas da pessoa acolhida e na avaliação da efetiva equivalência, ou não, entre a continuidade do cuidado já estabelecido e sua transferência para outro estabelecimento.
O Estatuto da Pessoa Idosa – Lei Federal nº 10.741/2003 – confere proteção integral à pessoa idosa e determina que sua dignidade, saúde, respeito, convivência e demais direitos fundamentais sejam considerados com prioridade na atuação estatal.
Para o caso concreto, assume especial relevância o art. 49 da Lei nº 10.741/2003, que estabelece princípios obrigatórios às entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência. Entre eles estão a preservação dos vínculos familiares, o atendimento personalizado, a preservação da identidade e o oferecimento de ambiente de respeito e dignidade. O inciso III determina expressamente a "manutenção da pessoa idosa na mesma instituição, salvo em caso de força maior".
Tal dispositivo não constitui, isoladamente, hipótese de contratação direta e não substitui os requisitos da Lei nº 14.133/2021. Entretanto, sua incidência impede que a Administração trate a transferência de uma pessoa idosa já institucionalizada como consequência neutra ou equivalente à mera substituição de fornecedor. A proteção à permanência deve integrar a definição da necessidade administrativa e a avaliação das alternativas efetivamente aptas a satisfazê-la.
No presente caso há um agravante, pois, conforme documentação de saúde constante dos autos, a usuária apresenta condição neurocognitiva compatível com doença de Alzheimer. Esse dado não é utilizado como fundamento automático ou isolado para afastar a competição. Sua relevância jurídica decorre das repercussões concretas que a condição pode produzir sobre memória, orientação, compreensão, julgamento, adaptação, rotina e referências ambientais, a serem avaliadas no caso individual.
A Lei Federal nº 14.878/2024, que instituiu a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências, adota visão de integralidade e interdisciplinaridade e determina que o cuidado considere conjuntamente aspectos clínicos, psicológicos e sociais. A própria lei reconhece que as demências podem afetar, entre outras funções, memória, raciocínio, orientação, compreensão, aprendizagem e capacidade de julgamento.
Orientações técnicas oficiais sobre cuidado de pessoas com demência igualmente destacam a importância de ambiente seguro, previsível e organizado, bem como da manutenção das estruturas da rotina diária. Por essa razão, a alteração do ambiente institucional de pessoa acometida por demência deve ser avaliada de forma individualizada e prudente, especialmente quando já existem adaptação e referências estabelecidas.
Consequentemente, não se presume que toda pessoa com Alzheimer esteja impossibilitada de ser transferida. O que se exige é a demonstração técnica de que, para esta usuária, consideradas suas condições concretas, a continuidade no atual ambiente representa medida mais adequada e protetiva do que a ruptura das referências já consolidadas.
Segundo essas mesmas orientações, para pessoas acometidas por demências, o ambiente se torna cada vez mais estranho e incompreensível. Esta sensação fica mais forte ainda, quando acontecem mudanças no lugar onde vivem, como, por exemplo, alteração de moradia ou de rotinas cotidianas. Adaptar-se a isso exige da pessoa dementada mais esforço de compreensão do que ela é capaz. As reações a estas mudanças são geralmente medo, agitação e comportamento de pânico pela perda sucessiva de memória.
Nesse sentido, há que se ter cuidado com as eventuais mudanças de ambiente, bem como, o caso deve ser acompanhado por equipe técnica qualificada, visando analisar a situação de forma individualizada e emitir pareceres com relação à adaptação e condições de atendimento da idosa.
O acompanhamento do caso vem sendo realizado pela equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, uma vez que o Município não dispõe de equipe municipal própria vinculada a serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A mesma acompanha diretamente a usuária e possui conhecimento de seu histórico socioassistencial e das condições atuais do acolhimento.
Para instrução do presente procedimento, foi juntado o Relatório Informativo, elaborado pela coordenadora responsável pelo acompanhamento, bem como, Atestado Médico da idosa. O relatório

descreve, de forma objetiva e individualizada, os fatos efetivamente constatados no acompanhamento, especialmente:
➢ o histórico socioassistencial da usuária e as circunstâncias que determinaram o acolhimento;
➢ o período de permanência na instituição e o processo de adaptação observado;
➢ a rotina atualmente estabelecida e as referências ambientais e interpessoais constituídas;
➢ os vínculos com profissionais, cuidadores, residentes e pessoas de referência, quando existentes;
➢ as condições de atendimento e a adequação da instituição às necessidades da usuária;
➢ a existência ou inexistência de fato técnico que recomende a transferência para outro estabelecimento; e
➢ conclusão fundamentada quanto à recomendação de continuidade, ou não, do acolhimento na atual instituição.
Com base na avaliação da equipe multidisciplinar do CREAS e do laudo médico, concluiu-se sobre a inviabilidade de competição no presente processo, sendo os mesmos considerados como um conjunto contendo elementos observados pelas profissionais que efetivamente acompanham o caso.
O art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a licitação é inexigível quando inviável a competição. No presente caso, a inviabilidade não decorre de ausência de prestadores no mercado, mas da ausência de equivalência material entre as soluções possíveis para esta necessidade individualizada.
Em um acolhimento inicial, no qual a pessoa ainda não se encontra institucionalizada, diferentes ILPIs aptas podem, em princípio, ser comparadas segundo critérios objetivos de preço, localização, estrutura, qualificação, disponibilidade e capacidade de atendimento. A presente situação é distinta porque a usuária já reside no estabelecimento, encontra-se inserida em rotina própria de cuidados e possui referências pessoais e ambientais constituídas.
Conforme conclui o Relatório Informativo, diante das condições concretas da usuária, sua transferência não é recomendável e a preservação do ambiente atual constitui elemento relevante para sua estabilidade e proteção. Nesse vértice, as instituições existentes no mercado deixam de representar soluções materialmente equivalentes para esta contratação específica.
A contratação de outra ILPI não produziria apenas a troca do executor de um serviço fungível. Pressuporia, necessariamente, a retirada da usuária de seu atual local de residência, a ruptura de rotina consolidada, a substituição de cuidadores e profissionais de referência, a alteração das relações interpessoais existentes e a adaptação a ambiente físico e institucional diverso.
A competição somente seria instrumento adequado se essas consequências fossem indiferentes para a satisfação da necessidade pública. Não o sendo, conforme avaliação técnica individualizada, a comparação exclusivamente econômica entre estabelecimentos não corresponderia à comparação entre soluções efetivamente equivalentes.
É nessa dimensão que se caracteriza a inviabilidade concreta de competição: não porque a atual ILPI seja a única instituição existente ou tecnicamente capaz de acolher pessoas idosas, mas porque, para a usuária individualmente considerada, a continuidade do ambiente institucional já consolidado integra a própria necessidade protetiva a ser atendida.
É cediço que a simples contratação emergencial anterior e o decurso do tempo não podem criar, por si sós, exclusividade permanente em favor da instituição inicialmente contratada. Também não se sustenta que todo acolhimento emergencial, pela mera formação de vínculos posteriores, converta automaticamente a instituição em prestadora exclusiva.
Por essa razão, a presente justificativa se alicerça em elementos adicionais e individualmente demonstrados: condição neurocognitiva comprovada, adaptação efetiva ao ambiente, rotina consolidada, referências pessoais existentes, adequação dos cuidados prestados e avaliação multiprofissional fundamentada quanto à inconveniência técnica da transferência.
A escolha da instituição, portanto, não antecede a definição da necessidade pública. O raciocínio administrativo é inverso: parte-se das necessidades concretas da pessoa protegida e, somente após avaliação técnica, verifica-se se a preservação do atual acolhimento constitui elemento essencial da solução. A eventual conclusão pela contratação direta deve ser consequência dessa análise, e não premissa destinada a favorecer a atual prestadora.
A solução aqui adotada possui caráter individual e não constitui precedente automático para novas demandas. Caso ocorram futuros e eventuais acolhimentos, os mesmos serão avaliados mediante planejamento próprio, individualizado, observando-se cada uma das premissas que balizarem a contratação.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **NOSSO LAR CASA DE REPOUSOLTDA, CNPJ: 18.952.342/0001-77**, a escolha do proponente decorre da exclusividade demonstrada nos autos quanto à prestação dos serviços, visto que a idosa se encontra atualmente atendida pela instituição, bem como, a sua situação de saúde corroborada pelo laudo apresentado pressupõe ser esta a solução mais viável ao presente caso. Além disso, apresentou notas fiscais para comprovação de valores condizentes com aqueles praticados pela mesma em contratações semelhantes.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 68.400,00(sessenta e oito mil quatrocentos reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Inexigibilidade de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **12 (doze) meses após.** Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Inexigibilidade para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

347 02.014.08.245.0016.2.049.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

CLCB - CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS.

LICENÇA SANITÁRIA MUNICIPAL.

INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE CURITIBA/PR.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra respaldo legal no art. 74, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:
A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Após a convocação da vencedora para a assinatura do contrato, a mesma deverá realizar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no art. 155, inciso VI, c/c art. 156, inciso III e §4º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 06 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:0D71A258

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Mandaguari, no uso de suas atribuições legais, **CONVIDA** toda a população do Município de Mandaguari para participar da audiência pública de discussão da **Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027**, que será realizada no dia **26/10/2026, a partir das 17h30**, no Plenário da Câmara Municipal de Mandaguari, situado na Rua Manoel Antunes Pereira, nº 297, centro, com transmissão ao vivo pelas redes sociais nos canais do *Facebook* e *Youtube* desta Casa de Leis.
A audiência tem por objetivo discutir o Projeto de Lei 171/2026, que apresenta a LOA para o ano de 2027, sendo necessária a realização de audiência pública nos termos do art. Art. 48º, § 1º e 4oda Lei Complementar nº 101/2000, que assim dispõe:

Art. 48. (...)
§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e ***discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos****.*

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2o e 3o ensejará as penalidades previstas no § 2o do art. 51.

A sociedade civil e demais instituições deste Município ficam desde já informadas que a utilização e apresentação de demandas na audiência pública devem, prioritariamente, ser encaminhadas com antecedência para a Secretaria Legislativa da Câmara, por meio do e-mail seclegislativacmm@gmail.com ou telefone (44) 3233-1184.
Desta forma, convidamos toda a população de Mandaguari para que acompanhem a realização de tal evento, que também ficará disponível no canal do *Youtube* desta entidade para aqueles que não conseguirem acompanhar a transmissão em tempo real.

Publique-se.

Mandaguari, 06 de outubro de 2026.

FABIO SUKEKAVA JUNIOR	
Presidente da Comissão	
ERON BARBIERO	***DANILO CAMILO SABINO***
Relator	Membro

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:D6147907

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
EXTRATO – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 01/2025 – FAFIMAN – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 1/2025
CREDENCIAMENTO DE PLATAFORMAS ON-LINE

EXTRATO – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 01/2025 – FAFIMAN – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI – FAFIMAN E A

BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

PARTÍCIPE 1: FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI – FAFIMAN
CNPJ N.º 78.959.145/0001-01

PARTÍCIPE 2: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS
CNPJ N.º 25.099.967/0001-01

OBJETO: O objeto do presente Termo de Colaboração originou-se do Credenciamento de plataforma on-line de compras públicas nos termos do artigo 175, § 1º da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, para atender a demanda da FAFIMAN
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 79, inciso I, art. 79, parágrafo único, inciso I, e art. 175, § 1º da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

VALOR CONTRATUAL: O presente Termo de Cooperação tem por objeto a formalização do credenciamento da PARTÍCIPE 2, que disponibilizará sua plataforma on-line para cadastramento de fornecedores e divulgação de processos licitatórios, sem ônus financeiro para a FAFIMAN, nos termos e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público n.º 1/2025 e seus anexos.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até limite de 10 (dez) anos. As prorrogações serão formalizadas por meio de Termo Aditivo, em observância ao art. 107, da Lei n.º 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06/10/2026.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 27/10/2026 a 26/10/2027.

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:6C602B08

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
EXTRATO – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 02/2025 – FAFIMAN – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 1/2025
CREDENCIAMENTO DE PLATAFORMAS ON-LINE

EXTRATO – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 02/2025 – FAFIMAN – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI – FAFIMAN E A AZ TECNOLOGIA EM GESTÃO LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

PARTÍCIPE 1: FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI – FAFIMAN
CNPJ N.º 78.959.145/0001-01

PARTÍCIPE 2: AZ TECNOLOGIA EM GESTÃO LTDA CNPJ N.º 24.598.492/0001-27
OBJETO: O objeto do presente Termo de Colaboração originou-se do Credenciamento de plataforma on-line de compras públicas nos termos do artigo 175, § 1º da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, para atender a demanda da FAFIMAN
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 79, inciso I, art. 79, parágrafo único, inciso I, e art. 175, § 1º da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

VALOR CONTRATUAL: O presente Termo de Cooperação tem por objeto a formalização do credenciamento da PARTÍCIPE 2, que disponibilizará sua plataforma on-line para cadastramento de fornecedores e divulgação de processos licitatórios, sem ônus financeiro para a FAFIMAN, nos termos e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público n.º 1/2025 e seus anexos.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até limite de 10 (dez) anos. As prorrogações serão formalizadas por meio de Termo Aditivo, em observância ao art. 107, da Lei n.º 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06/10/2026.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 29/10/2026 a 28/10/2027.

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:4F7C857F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 489/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 489/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas as pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
LUCILENE APARECIDA CORDEIRO CAMPOS	07/10/2026	Auxiliar Administrativo - Temporario
CAMILA DE SOUZA MIGUEL	07/10/2026	Educador Infantil - Temporario

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (06/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:5D33BE80

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 491/2026 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 491/2026

Súmula: Nomeia membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação Social, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Gestor do Fundo Municipal de Habitação Social, de acordo com o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.271/2007, conforme segue:
I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO (SMDEMAT):
a)Titular: Fagner Paulo da Silva

b) Suplente: Leandro Correa Garcia
a) Titular: Aureliano Aparecido Lima
b)Suplente: Sergio Aparecido Sezani

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO:
Titular: Maria Aparecida Job de Souza Couto
Suplente: Nister Santoro

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL:
a) Titular: Marli Rodrigues Marino
b) Suplente: Rosinéia Gomes de Freitas

IV – PRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
Titular: Eduardo Romano Zafalon
Suplente: Milena Martins Marin

V - REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE MANDAGUARI:
a) Titular: Ivani Martins Gomes
b) Suplente: Sidney Marcelo Ferreira Quintas
c) Titular: Ervino Kaiser
d) Suplente: Noel Botelho
e) Titular: Josué Rosa da Silva
f) Suplente: Davi Olavo Vaz de Lima

VI - REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA DA CONTRUÇÃO CIVIL:
a) Titular: Carlos Roberto Guizelini Junior
b) Suplente: João Paulo da Silva Magnoni

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (06/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:B662393F

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4574/2026 - INSTITUI O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DAS MULTAS ADMINISTRATIVAS-PRMA-COVID19,

Lei Ordinária Nº 4574/2026

Ementa: Institui o Programa de Regularização das Multas Administrativas-PRMA-COVID19, aplicadas em decorrência do descumprimento das medidas sanitárias de enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências. [1]

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Regularização das Multas Administrativas-PRMA-COVID19, aplicadas em decorrência do descumprimento das medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia da COVID-19, no âmbito do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

Art. 2º Poderão ser incluídas no PRMA-COVID19 as multas administrativas aplicadas pelos órgãos municipais competentes, inscritas ou não em dívida ativa, desde que ainda não tenham sido integralmente quitadas.

Art. 3º O devedor poderá optar por uma das seguintes modalidades de pagamento:
I – pagamento em parcela única, com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado da multa;
II – pagamento em até 3 parcelas mensais e sucessivas, com redução de 40% (quarenta por cento) sobre o valor atualizado da multa.
§ 1º O desconto previsto nesta Lei incidirá exclusivamente sobre o valor da multa administrativa e seus acréscimos legais, observada a regulamentação do Poder Executivo.
§ 2º A primeira parcela deverá ser quitada no ato da adesão ao PRMA-COVID19.

Art. 4º A adesão ao Programa importa:
I – reconhecimento irrevogável e irretratável do débito, exclusivamente para fins de sua regularização administrativa;
II – renúncia expressa a recursos administrativos eventualmente existentes sobre o mesmo débito; [2]
III – desistência de ações judiciais, embargos à execução, mandados de segurança ou quaisquer medidas relacionadas aos débitos relativos às multas incluídas no Programa; [3]
IV - suspensão da cobrança administrativa enquanto o parcelamento estiver sendo regularmente cumprido.
Parágrafo único. Os benefícios desta Lei não autorizam a restituição ou compensação de valores anteriormente pagos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (06/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

[1] Emenda Modificativa Nº 01/2026 do Projeto de Lei Nº 174/2026
[2] Emenda Modificativa Nº 01/2026 do Projeto de Lei Nº 174/2026
[3] Emenda Modificativa Nº 01/2026 do Projeto de Lei Nº 174/2026

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:5ED64B61

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4576/2026 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANDAGUARI

Lei Ordinária Nº 4576/2026

Ementa: Institui a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, estabelece princípios, diretrizes, pilares pedagógicos, objetivos, eixos estruturantes e metas de alfabetização, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que define, em seu art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, especialmente seus arts. 22 e 32, que estabelecem a formação básica do cidadão e asseguram o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e orienta a organização curricular da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, especialmente quanto ao tratamento, à proteção e à divulgação de dados e informações educacionais;

CONSIDERANDO as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabe-tizada;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247/2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.048/2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.391/2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que cria o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.158, de 7 de agosto de 2023, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos;

CONSIDERANDO as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Mandaguari, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização, à qualidade da educação e à garantia do direito à aprendizagem;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 395/2026, que institui o Programa Municipal de Reconhecimento das Boas Práticas Pedagógicas e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 21/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari, que instituiu e regulamentou o Projeto de Reforço Escolar no Contraturno, destinado ao acompanhamento e à recuperação da aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ações voltadas à Língua Portuguesa e à Matemática;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, promover a recomposição e a consolidação das aprendizagens, reduzir as desigualdades educacionais e contribuir para a melhoria contínua da qualidade da Educação Básica no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari;

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, garantindo sua alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a consolidação das habilidades de leitura, escrita, oralidade e compreensão de textos até o final do 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, observadas as diretrizes da legislação educacional vigente, com acompanhamento do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, no âmbito de suas competências legais.
Parágrafo único. A implementação da Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, os professores, os profissionais envolvidos nas ações de apoio à aprendizagem e de Educação Especial, o Conselho Municipal de Educação e as famílias, observadas as competências e atribuições próprias de cada segmento.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:
I – Alfabetização: processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, articulado ao desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, oralidade, compreensão e produção de textos, possibilitando ao estudante participar, de forma crítica, autônoma e significativa, das práticas sociais da linguagem.
II – Letramento: processo de desenvolvimento das competências relacionadas ao uso da leitura, da escrita, da oralidade e das diferentes linguagens nas práticas sociais, culturais, digitais e escolares.
III – Letramento Matemático: processo de desenvolvimento das competências necessárias para formular, empregar, interpretar e comunicar conhecimentos matemáticos na resolução de problemas em diferentes contextos da vida cotidiana, escolar e social.
IV – Alfabetização Matemática: processo de apropriação e desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos fundamentais, envolvendo números, operações, grandezas e medidas, geometria, estatística, probabilidade e resolução de problemas, de modo a possibilitar ao estudante compreender, interpretar e utilizar conhecimentos matemáticos em diferentes situações escolares e sociais.
V – Analfabetismo absoluto: condição da pessoa que não desenvolveu as habilidades básicas de leitura e escrita, impossibilitando sua participação plena nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita.
VI – Analfabetismo funcional: condição da pessoa que, embora seja capaz de ler e escrever palavras, frases ou pequenos textos, apresenta dificuldades para compreender, interpretar, produzir e utilizar a leitura, a escrita e os conhecimentos matemáticos em situações do cotidiano.
VII – Consciência fonológica: capacidade de perceber, identificar, segmentar e manipular as diferentes unidades sonoras da fala, favorecendo a aprendizagem da leitura e da escrita.
VIII – Consciência fonêmica: capacidade de identificar, discriminar e manipular os fonemas, compreendidos como as menores unidades sonoras da língua, favorecendo a compreensão das relações entre fonemas e grafemas.
IX – Fluência leitora: capacidade de realizar a leitura oral e silenciosa com precisão, automaticidade, ritmo, prosódia adequada e compreensão, favorecendo a construção de sentidos dos textos.
X – Recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas planejadas, contínuas e intencionais destinadas à identificação, recuperação, consolidação e ampliação das aprendizagens essenciais dos estudantes, assegurando o direito à aprendizagem.
XI – Intervenção pedagógica: conjunto de estratégias, metodologias e ações educativas planejadas para atender às necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes, com base nas evidências produzidas pelas avaliações e pelo acompanhamento pedagógico.
XII – Avaliação diagnóstica: processo contínuo sistemático de identificação das aprendizagens desenvolvidas, das potencialidades e das necessidades educacionais dos estudantes, destinado a subsidiar o planejamento pedagógico e as intervenções necessárias.
XIII – Avaliação formativa: processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem, realizado durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas, com a finalidade de orientar o ensino, fornecer devolutivas qualificadas e promover avanços na aprendizagem.
XIV – Equidade: princípio que assegura condições para que todos os estudantes tenham acesso, participação, permanência e oportunidades efetivas de aprendizagem, considerando suas características, necessidades, potencialidades e contextos socioculturais.
XV – Educação inclusiva: conjunto de políticas, práticas pedagógicas e estratégias que asseguram o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, respeitando suas especificidades, eliminando barreiras e promovendo a equidade, nos termos da legislação vigente.

XVI – Multiletramentos: práticas de leitura, escrita, comunicação e produção de significados que envolvem diferentes linguagens, mídias, culturas e tecnologias digitais, considerando a diversidade cultural e os múltiplos modos de expressão contemporâneos.
XVII – Práticas de linguagem: ações de leitura, produção escrita, oralidade e análise linguística e semiótica desenvolvidas em diferentes contextos sociais, culturais e escolares, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari fundamenta-se nos seguintes princípios:
I – Garantia do direito à aprendizagem, assegurando a alfabetização de todas as crianças na idade adequada e a continuidade do desenvolvimento das aprendizagens ao longo da Educação Básica;
II – Equidade, inclusão educacional e respeito às diferenças, assegurando condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes;
III – Valorização dos profissionais da educação, por meio da formação inicial e continuada, do desenvolvimento profissional e do fortalecimento das práticas pedagógicas;
IV – Adoção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, em consonância com a legislação educacional vigente, respeitada a autonomia docente, o Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e as especificidades dos estudantes;
V – Gestão educacional e pedagógica orientada pela garantia do direito à aprendizagem, pelo monitoramento dos resultados educacionais e pela melhoria contínua da qualidade da educação;
VI – Colaboração entre o Poder Público, a família, a escola e a comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade pela aprendizagem e pelo desenvolvimento integral dos estudantes;
VII – Respeito à diversidade humana, cultural, social, étnico-racial, linguística e territorial, promovendo a educação inclusiva, a valorização das diferenças e a garantia da igualdade de oportunidades.

CAPÍTULO IV
DOS PILARES DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização será orientada pelos seguintes pilares pedagógicos:
I – Consciência fonológica;
II – Conhecimento do sistema de escrita alfabética;
III – Fluência em leitura;
IV – Desenvolvimento do vocabulário;
V – Compreensão leitora;
VI – Produção escrita.
Parágrafo único. Os pilares previstos neste artigo são interdependentes e deverão orientar o planejamento pedagógico, a formação continuada dos profissionais da educação, a seleção e a utilização de materiais didáticos, as práticas de ensino e os processos de avaliação da aprendizagem, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, respeitada a autonomia pedagógica das unidades escolares e dos docentes.

CAPÍTULO V
DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – Garantir a alfabetização de todas as crianças na idade adequada, assegurando a consolidação das habilidades de leitura, escrita e compreensão leitora;
II – Fortalecer a transição pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, promovendo a continuidade das aprendizagens;
III – Ampliar o acesso à literatura infantil e às práticas permanentes de leitura e escrita no ambiente escolar;
IV – Assegurar a formação continuada dos professores alfabetizadores e dos demais profissionais da educação envolvidos no processo de alfabetização;
V – Desenvolver estratégias de acompanhamento, monitoramento e intervenção pedagógica, considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
VI – Promover a equidade educacional, reduzindo as desigualdades de aprendizagem entre os estudantes;
VII – Garantir práticas pedagógicas inclusivas, assegurando o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e demais públicos da educação especial, em consonância com a legislação vigente;
VIII – Fortalecer a cultura da leitura, da escrita e da produção textual no ambiente escolar;
IX – Incentivar a participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização e no desenvolvimento das aprendizagens;
X – Contribuir para a prevenção e a superação do analfabetismo, em articulação com políticas públicas voltadas à educação de jovens, adultos e idosos;
XI – Promover o monitoramento contínuo dos resultados da alfabetização, subsidiando o planejamento, a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.
XII – Promover a comunicação e a divulgação das ações, metas e resultados da Política Municipal de Alfabetização, favorecendo a participação dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade.

CAPÍTULO VI
DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em consonância com as diretrizes nacionais de alfabetização, especialmente as estabelecidas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e no Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos organizando-se a partir dos seguintes eixos estruturantes:
I – Gestão e Governança;
II – Formação dos Profissionais da Educação;
III – Infraestrutura Física, Pedagógica e Recursos Educacionais;
IV – Valorização e Reconhecimento de Boas Práticas Pedagógicas;
V – Avaliação, Monitoramento e Acompanhamento da Aprendizagem.

Parágrafo único. Os eixos estruturantes previstos neste artigo são complementares e deverão orientar o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização, de forma integrada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais órgãos e instituições parceiras.

SEÇÃO I
DA GESTÃO E GOVERNANÇA

Art. 8º O eixo Gestão e Governança tem por finalidade fortalecer a organização, a coordenação, a implementação e o monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização, assegurando o planejamento, a articulação institucional e o acompanhamento dos resultados educacionais.
Parágrafo único. Constituem ações do eixo Gestão e Governança:
I – Implementar mecanismos de gestão, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;
II – Promover a articulação entre as diferentes etapas e modalidades da educação básica, assegurando a continuidade do processo de alfabetização;
III – Fortalecer o regime de colaboração e a cooperação técnica entre a União, o Estado do Paraná e o Município, em consonância com a legislação educacional vigente;
IV – Estabelecer metas, indicadores e estratégias de acompanhamento da aprendizagem, em conformidade com o planejamento educacional do Município;
V – Realizar o acompanhamento sistemático dos resultados educacionais, subsidiando o planejamento, a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
VI – Promover a integração entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os órgãos colegiados, visando à implementação, ao acompanhamento e à avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

SEÇÃO II
DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 9º O eixo Formação dos Profissionais da Educação tem por objetivo assegurar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação que atuam nos processos de alfabetização na Rede Municipal de Ensino, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, à melhoria da aprendizagem e à garantia do direito de todas as crianças à alfabetização.
Parágrafo único. Constituem ações do eixo Formação dos Profissionais da Educação:
I – Promover a formação continuada dos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com foco no desenvolvimento das competências profissionais necessárias ao processo de alfabetização;
II – Ofertar formação continuada aos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação envolvidos no acompanhamento do processo de alfabetização, fortalecendo a gestão pedagógica e o acompanhamento das aprendizagens;
III – Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, em referenciais teórico-metodológicos e nas diretrizes da Política Municipal de Alfabetização;
IV – Assegurar formação voltada à educação inclusiva, contemplando estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes da educação especial, em consonância com a legislação vigente;
V – Incentivar a constituição de comunidades de aprendizagem entre os profissionais da Rede Municipal de Ensino, promovendo a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas, a reflexão sobre a prática pedagógica e o desenvolvimento profissional colaborativo;
VI – Promover ações formativas voltadas à utilização de instrumentos de avaliação, ao acompanhamento da aprendizagem e ao planejamento de intervenções pedagógicas baseadas nos resultados educacionais;
VII – Estimular a integração entre formação continuada, planejamento pedagógico e acompanhamento das aprendizagens, assegurando a articulação entre teoria, prática e avaliação.
VIII – Planejar e desenvolver as ações de formação continuada considerando as necessidades identificadas no acompanhamento pedagógico, nas avaliações diagnósticas e formativas e nos resultados do monitoramento das aprendizagens.

SEÇÃO III
DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA

Art. 10. O eixo Infraestrutura Física e Pedagógica tem por objetivo assegurar condições adequadas de infraestrutura, acessibilidade e disponibilidade de recursos pedagógicos para o desenvolvimento das práticas de alfabetização nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. Constituem ações do eixo Infraestrutura Física e Pedagógica:
I – Ampliar, adequar, manter e qualificar os espaços de aprendizagem, assegurando ambientes acolhedores, seguros, acessíveis e favoráveis ao desenvolvimento do processo de alfabetização;
II – Fortalecer as bibliotecas escolares, os cantinhos de leitura e os demais espaços destinados à promoção da leitura, da literatura infantil e da formação de leitores;
III – Assegurar a oferta de materiais didáticos, literários e pedagógicos, jogos educativos, recursos tecnológicos e outros instrumentos de apoio adotados pela Rede Municipal de Ensino, adequados às diferentes etapas e às necessidades do processo de alfabetização e da recomposição das aprendizagens.
IV – Promover o uso pedagógico de recursos tecnológicos e de tecnologias educacionais como instrumentos de apoio ao ensino, à aprendizagem e ao acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes;
V – Garantir a acessibilidade física, pedagógica, comunicacional e tecnológica, assegurando a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, em conformidade com a legislação vigente;
VI – Incentivar a organização, a ampliação e a atualização permanente dos acervos literários e pedagógicos das unidades escolares, favorecendo o acesso dos estudantes e dos profissionais da educação a materiais diversificados e de qualidade.

SEÇÃO IV
DO RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Art. 11. O eixo Valorização e Reconhecimento de Boas Práticas Pedagógicas tem por objetivo identificar, valorizar, sistematizar e disseminar experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino, contribuindo para o fortalecimento da colaboração, da formação entre pares, do desenvolvimento profissional e da melhoria da qualidade da alfabetização, em articulação com o Programa Municipal de Reconhecimento das Boas Práticas Pedagógicas e Valorização dos Profissionais da Educação, instituído pelo Decreto Municipal nº 395/2026.
Parágrafo único. Constituem ações do eixo Reconhecimento de Boas Práticas:
I – Identificar, registrar, sistematizar e divulgar práticas pedagógicas exitosas relacionadas à alfabetização, à recomposição das aprendizagens e à melhoria dos resultados educacionais;
II – Reconhecer e valorizar os profissionais da educação, as equipes pedagógicas, os gestores, as turmas e as unidades escolares que desenvolvam práticas relevantes para a garantia do direito à aprendizagem;
III – Incentivar práticas que contribuam para a evolução das aprendizagens e para a melhoria dos indicadores educacionais;
IV – Promover seminários, encontros pedagógicos, mostras de experiências e outros espaços destinados à socialização das práticas reconhecidas;
V – Incentivar o registro, a documentação e a disseminação das experiências pedagógicas exitosas, favorecendo a troca de experiências entre os profissionais da Rede Municipal de Ensino;
VI – Estimular a inovação pedagógica, o desenvolvimento profissional e a formação colaborativa entre os profissionais da educação;
VII – Desenvolver ações de reconhecimento e valorização profissional, em consonância com o Programa Municipal de Reconhecimento das Boas Práticas Pedagógicas e Valorização dos Profissionais da Educação;
VIII – Observar, nas ações de reconhecimento, critérios técnicos, pedagógicos, quantitativos e qualitativos, respeitadas as especificidades das etapas, modalidades e contextos educacionais.

SEÇÃO V
DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Art. 12. O eixo Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens tem por finalidade acompanhar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento dos estudantes no processo de alfabetização, produzindo informações que subsidiem o planejamento pedagógico, as intervenções necessárias, a recomposição das aprendizagens e a tomada de decisões voltadas à melhoria da qualidade da educação.
Parágrafo único. Constituem ações deste eixo:
I – Realizar avaliações diagnósticas e formativas periódicas, com a finalidade de identificar os conhecimentos, os avanços e as necessidades de aprendizagem dos estudantes e orientar o planejamento pedagógico;
II – Elaborar e aplicar instrumentos próprios de avaliação da Rede Municipal de Ensino, alinhados aos objetivos de aprendizagem, às diretrizes curriculares e às especificidades dos estudantes;
III – Acompanhar e analisar os indicadores de aprendizagem por meio dos instrumentos e sistemas de avaliação adotados pela Rede Municipal de Ensino de Mandaguari;
IV – Utilizar os resultados das avaliações internas e externas para orientar o planejamento pedagógico, o acompanhamento dos estudantes, a formação continuada dos profissionais da educação e o aperfeiçoamento das práticas de ensino;
V – Utilizar, quando adequados, instrumentos, atividades e parâmetros de avaliação constantes dos materiais pedagógicos adotados pela Rede Municipal de Ensino, de forma articulada às avaliações da Rede e ao acompanhamento contínuo das aprendizagens;

VI – Acompanhar o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, oralidade, fluência leitora, compreensão leitora e produção textual dos estudantes;
VII – Definir indicadores e parâmetros para o acompanhamento dos resultados da alfabetização, considerando as metas desta Política e as especificidades da Rede Municipal de Ensino;
VIII – Assegurar o registro e a análise sistemática dos resultados das avaliações, respeitada a trajetória de aprendizagem de cada estudante;
IX – Elaborar relatórios periódicos sobre os indicadores educacionais, as ações desenvolvidas e os resultados alcançados;
X – Utilizar os resultados da avaliação e do monitoramento para planejar intervenções pedagógicas e ações de recomposição, consolidação e ampliação das aprendizagens;
XI – Promover a devolutiva dos resultados às unidades escolares, aos professores e às equipes pedagógicas, de modo a contribuir para o acompanhamento e o aprimoramento do trabalho pedagógico.

SEÇÃO VI
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS E DO APOIO PEDAGÓGICO

Art. 13. A Rede Municipal de Ensino de Mandaguari promoverá ações de recomposição das aprendizagens e de apoio pedagógico aos estudantes que apresentarem dificuldades no processo de alfabetização, considerando os resultados das avaliações diagnósticas e formativas e o acompanhamento realizado pelos professores e equipe pedagógica.
§ 1º As ações de recomposição das aprendizagens e de apoio pedagógico poderão ser realizadas individualmente ou em pequenos grupos, no turno ou no contraturno escolar, de acordo com as necessidades dos estudantes e com as condições de organização da Rede Municipal de Ensino.
§ 2º As ações previstas neste artigo deverão estar articuladas ao planejamento docente, ao acompanhamento da equipe pedagógica e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.
§ 3º A organização das turmas de alfabetização deverá considerar as especificidades do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, buscando assegurar um número de estudantes compatível com a qualidade do atendimento pedagógico e com a possibilidade de acompanhamento individualizado.
§ 4º Os critérios para a organização das turmas e para a realização das ações previstas neste artigo serão definidos pela Secretaria Municipal de Educação em regulamentação própria, observada a legislação educacional vigente.
§ 5º Para os estudantes público-alvo da Educação Especial, as ações de alfabetização, acompanhamento e recomposição das aprendizagens deverão considerar as necessidades educacionais específicas, os recursos de acessibilidade e as estratégias pedagógicas adequadas, em articulação entre os profissionais envolvidos no processo educativo, assegurada a participação no currículo e observada a legislação vigente.

SEÇÃO VII
DA ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 13-A. A Política Municipal de Alfabetização assegurará a continuidade pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, compreendendo a transição entre as etapas como processo de continuidade das aprendizagens e do desenvolvimento infantil.
Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares deverão:
I – Promover momentos de articulação entre os profissionais da Educação Infantil e do 1º ano do Ensino Fundamental;
II – Favorecer a troca de informações pedagógicas sobre o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças;
III – Orientar práticas que assegurem a continuidade do trabalho pedagógico entre as etapas;
IV – Garantir que as experiências desenvolvidas na Educação Infantil relacionadas à oralidade, às diferentes linguagens, à consciência fonológica, à literatura e à cultura escrita respeitem as especificidades do desenvolvimento infantil, sem antecipação das práticas formais de alfabetização próprias do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO VII
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares promoverão ações destinadas ao fortalecimento da participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização e no desenvolvimento das aprendizagens.
Parágrafo único. As ações previstas no caput poderão compreender:
I – Promover estratégias de comunicação e devolutiva às famílias acerca do desenvolvimento e das aprendizagens dos estudantes;
II – Orientar as famílias quanto à importância da leitura, da oralidade, da escrita, da literatura e das experiências matemáticas no cotidiano;
III – Incentivar a participação das famílias em ações, projetos, reuniões e atividades voltadas à promoção da leitura, da escrita e da aprendizagem;
IV – Assegurar formas de comunicação acessíveis e adequadas às diferentes realidades sociais, culturais e educacionais das famílias;
V – Fortalecer a corresponsabilidade entre família, escola e comunidade, respeitadas as atribuições próprias de cada instituição.

CAPÍTULO VIII
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 15. A Política Municipal de Alfabetização destina-se aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.
§ 1º Constituem público-alvo prioritário da Política Municipal de Alfabetização:
I – Crianças matriculadas na Educação Infantil, especialmente na Pré-Escola, assegurando experiências educativas voltadas ao desenvolvimento da oralidade, das diferentes linguagens, da consciência fonológica, da literatura e da cultura escrita, respeitadas as especificidades do desenvolvimento infantil e sem antecipação das práticas formais de alfabetização próprias do Ensino Fundamental;
II – Estudantes matriculados no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental, com foco na garantia da alfabetização até o final do 2º ano de escolaridade;
III – Estudantes matriculados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem dificuldades ou defasagens no processo de alfabetização, assegurando ações pedagógicas de recomposição e fortalecimento das aprendizagens em leitura, escrita e matemática;
IV – Jovens, adultos e idosos atendidos pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade apropriada, garantindo oportunidades de alfabetização e continuidade dos estudos;
V – Estudantes público-alvo da Educação Especial, incluindo aqueles com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação e demais estudantes público-alvo da Educação Especial, na forma da legislação vigente, assegurando condições de acessibilidade, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e práticas educacionais inclusivas.
§ 2º As ações da Política Municipal de Alfabetização deverão considerar as especificidades dos diferentes públicos atendidos, respeitando as etapas e modalidades da educação, os princípios da equidade, da inclusão, da diversidade e as necessidades educacionais dos estudantes.

CAPÍTULO IX
DAS METAS DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 16. As metas da Política Municipal de Alfabetização serão estabelecidas em consonância com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com os instrumentos de planejamento educacional vigentes e com as necessidades da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, tendo horizonte de implementação de quatro anos, sem prejuízo de sua revisão e atualização periódicas.
§ 1º As metas da Política Municipal de Alfabetização poderão ser detalhadas nos instrumentos de planejamento já adotados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes nacionais, as necessidades da Rede Municipal de Ensino e a legislação educacional vigente.

§ 2º A definição e a revisão das metas de alfabetização e de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari deverão considerar:
I – os indicadores de aprendizagem e os resultados das avaliações internas, externas e próprias da Rede Municipal de Ensino;
II – as diretrizes e as metas estabelecidas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e nos demais instrumentos de planejamento educacional aplicáveis;
III – as especificidades, as necessidades e o contexto educacional da Rede Municipal de Ensino;
IV – o princípio da equidade, com a adoção de ações voltadas à redução das desigualdades de aprendizagem, à garantia do direito à alfabetização de todos os estudantes e ao atendimento daqueles que não tenham alcançado as aprendizagens esperadas na etapa de escolarização prevista.

CAPÍTULO X
DA GESTÃO E DO MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari:
I – Coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – Planejar e coordenar as ações necessárias à implementação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com suas diretrizes e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – Encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, no âmbito de suas competências, os instrumentos de planejamento, os relatórios e as informações referentes à implementação desta Política;
IV – Acompanhar, monitorar e avaliar os indicadores de alfabetização e de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
V – Promover a formação continuada dos profissionais da educação envolvidos no processo de alfabetização;
VI – Divulgar, periodicamente, os resultados do monitoramento e da avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
VII – Articular parcerias e desenvolver ações interinstitucionais, inclusive com instituições de ensino superior e de pesquisa, destinadas ao fortalecimento, acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização;
VIII – Elaborar e divulgar, anualmente, o Relatório Municipal de Alfabetização, observadas as disposições deste artigo.
§ 1º O Relatório Municipal de Alfabetização conterá, no mínimo:
I – Análise dos indicadores de alfabetização e aprendizagem da Rede Municipal de Ensino;
II – Resultados das avaliações internas, externas e próprias da Rede Municipal de Ensino, quando houver;
III – Análise do desenvolvimento e do cumprimento das metas estabelecidas;
IV – Síntese das ações de formação, acompanhamento pedagógico e recomposição das aprendizagens realizadas;
V – Identificação dos avanços, desafios e necessidades da Rede Municipal de Ensino;
VI – Proposição de estratégias e encaminhamentos para o período subsequente.
§ 2º O Relatório Municipal de Alfabetização será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação para acompanhamento e apreciação, no âmbito de suas competências.
§ 3º A divulgação de dados, indicadores, relatórios e resultados decorrentes da implementação desta Política observará a legislação relativa à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurada a preservação da identidade e dos dados pessoais dos estudantes.
§ 4º O Conselho Municipal de Educação de Mandaguari acompanhará a implementação da Política Municipal de Alfabetização e apreciará, no âmbito de suas competências, os instrumentos de planejamento e os relatórios encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 18. Compete ao Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, no âmbito de suas atribuições legais, acompanhar a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização, cabendo-lhe:
I – Acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
II – Analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização, incluindo os resultados das avaliações internas e externas;
III – Acompanhar o cumprimento das metas e o desenvolvimento das ações previstas nesta Política e nos instrumentos de planejamento adotados pela Secretaria Municipal de Educação;
IV – Apresentar recomendações para o aprimoramento da implementação da Política Municipal de Alfabetização, respeitadas as competências da Secretaria Municipal de Educação e a autonomia pedagógica das unidades escolares;
V – Emitir pareceres, recomendações ou relatórios de acompanhamento, quando necessário, no âmbito de suas competências;
VI – Contribuir para o fortalecimento da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e o Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari poderá expedir normas complementares necessárias à execução desta Lei, inclusive orientações de natureza técnico-pedagógica relativas à implementação, ao acompanhamento, à avaliação e à utilização de materiais pedagógicos complementares.

Art. 20. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (06/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

ANEXO I

DAS CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES

Art. 1º Os materiais pedagógicos complementares adotados no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari destinam-se a apoiar o planejamento e a prática pedagógica, bem como a contribuir para o fortalecimento, a consolidação e a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º Os materiais pedagógicos complementares deverão estar articulados:
I – à Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
II – ao currículo e aos documentos orientadores da Rede Municipal de Ensino;
III – às habilidades e competências previstas para cada ano de escolarização;
IV – às matrizes de referência das avaliações externas aplicáveis à Educação Básica;
V – às necessidades de aprendizagem identificadas por meio do acompanhamento pedagógico e dos processos de avaliação.

Art. 3º Os materiais deverão apresentar atividades contextualizadas, diversificadas e organizadas em diferentes níveis de complexidade, favorecendo a problematização, a sistematização dos conhecimentos e a utilização dos conteúdos em situações escolares e sociais.

Parágrafo único. As atividades terão caráter complementar e poderão ser selecionadas e organizadas pelo professor de acordo com o planejamento pedagógico, o nível de aprendizagem e as necessidades

dos estudantes, não sendo obrigatória sua utilização de forma sequencial.

DA LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 4º Na área de Língua Portuguesa, os materiais pedagógicos complementares deverão contemplar atividades destinadas ao desenvolvimento e à consolidação das aprendizagens relacionadas:
I – à alfabetização e à apropriação do sistema de escrita alfabética;
II – à leitura e à compreensão de textos;
III – à oralidade;
IV – à produção de textos escritos e multissemióticos;
V – à análise linguística e semiótica;
VI – à ampliação e consolidação da fluência leitora;
VII – ao trabalho com diferentes gêneros textuais e seus respectivos campos de atuação;
VIII – ao desenvolvimento progressivo das habilidades previstas para cada ano de escolarização.

DA MATEMÁTICA

Art. 5º Na área de Matemática, os materiais pedagógicos complementares deverão favorecer o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas às seguintes unidades temáticas:
I – Números;
II – Álgebra;
III – Geometria;
IV – Grandezas e Medidas;
V – Probabilidade e Estatística.

§ 1º As atividades deverão contribuir para a compreensão e aplicação de conceitos e procedimentos matemáticos, bem como para o desenvolvimento do raciocínio, da resolução de problemas, da interpretação, da argumentação e das diferentes formas de representação matemática.
§ 2º Poderão ser contempladas atividades objetivas e de resposta construída, de modo a possibilitar diferentes formas de expressão do raciocínio e do conhecimento matemático.

DO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Art. 6º Os materiais pedagógicos complementares poderão contemplar instrumentos destinados ao acompanhamento das aprendizagens, com a finalidade de:
I – identificar as habilidades consolidadas e aquelas que necessitam de retomada;
II – subsidiar o diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos estudantes;
III – orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas;
IV – contribuir para as ações de recomposição e consolidação das aprendizagens;
V – possibilitar o acompanhamento da evolução individual e coletiva dos estudantes;
VI – fornecer subsídios para análise dos resultados por estudante, turma, unidade escolar e Rede Municipal de Ensino.

DOS RECURSOS DE APOIO PEDAGÓGICO

Art. 7º Os materiais poderão ser disponibilizados em formato impresso e/ou digital e ser acompanhados de recursos destinados ao apoio ao trabalho pedagógico, tais como:
I – orientações pedagógicas para os professores;
II – atividades complementares de aprendizagem;
III – atividades de revisão, sistematização e recomposição;
IV – instrumentos de avaliação e acompanhamento;
V – banco de atividades e questões;
VI – recursos digitais destinados ao fortalecimento das aprendizagens;
VII – materiais de apoio à alfabetização, à leitura, à escrita e ao raciocínio lógico-matemático;
VIII – recursos de apoio ao planejamento docente.

DA UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 8º A utilização dos materiais pedagógicos complementares deverá ocorrer de forma articulada ao planejamento docente e aos demais materiais didáticos e pedagógicos adotados pela Rede Municipal de Ensino.

§ 1º Os materiais complementares não substituirão o trabalho pedagógico do professor nem os materiais didáticos adotados pela Rede, constituindo-se como recursos adicionais de apoio ao processo de ensino e aprendizagem.
§ 2º Caberá ao professor, com acompanhamento da equipe pedagógica, selecionar e utilizar as atividades de acordo com os objetivos de aprendizagem, o planejamento, as características da turma e as necessidades identificadas no acompanhamento dos estudantes.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer orientações complementares para a utilização, o acompanhamento e a avaliação dos materiais pedagógicos previstos neste Anexo, observadas as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização e a legislação educacional vigente.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (06/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:63D183C7

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.40/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
K.B.O GESTÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	58.209.022/0001-46	R$ 48.900,00

Mandaguari (PR), 06 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:A00E1E09

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº.33/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO** , o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ESTANCIA ESTRELA YENDIS LTDA	53.523.167/0001-01	R$ 23.250,00

Mandaguari (PR), 06 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:38554FC3

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026
MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS URBANAS EM CBUQ, 3841,41 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, DEMOLIÇÃO, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA.

RECEBIMENTO PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 18 de novembro de 2026.

ABERTURA: Às 09h00min do dia 18 de novembro de 2026, pelo Portal de Compras do Governo Federal, disponível em compras.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone: (44) 3233-8422, ou no endereço eletrônico www.mandaguari.pr.gov.br acessando o Portal da Transparência.

Mandaguari (PR), 06 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:906DBA73

LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES 0 KM MODELOS VAN EXECUTIVA E COM ACESSIBILIDADE, AMBULÂNCIA TIPO B, UTILITÁRIO PICK-UP CABINE DUPLA, UTILITÁRIOS PICK-UP CABINE DUPLA COM CAPOTA FIBRA DE VIDRO, MICRO-ÔNIBUS E VEÍCULOS SEDAN, PARA COMPOR A FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MANDAGUARI

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 22/10/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 22/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 22/10/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: BLL- Compras

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 06 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:D2AD7E97

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 71/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: GOVPLAN SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 50.768.912/0001-86, com endereço na Rua Izabel A. Redentora, 2356, Sala 118, 11º andar, CEP: 83.005-010, na cidade de São José dos Pinhais/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS,** portador da Cédula de Identidade RG nº 4.086.763-5 SSP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 574.460.249-68.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DO SISTEMA GOVPLAN, PLATAFORMA INFORMATIZADA, 100% ONLINE, EXCLUSIVA, CUJO OBJETIVO PRINCIPAL É A ELABORAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO, GESTÃO, CONTROLE E PUBLICAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) DO MUNICÍPIO.

VALOR: 32.747,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 2 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:95C416D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 090 2026

PORTARIA Nº 090/2026
De 06 de outubro de 2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 035/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 035/2026, de 15 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. PEDRO HENRIQUE BÜHRER, matrícula n° 279, Cargo: Controlador Interno, uma diária, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.02.00; conforme item II, do Anexo I, da Lei 1.447/2025, para participação no evento Painel ProLegis, do TCE-PR, na Câmara Municipal da Lapa/PR, no dia 09 de outubro de 2026

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 06 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:48661DAC

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 091 2026

PORTARIA Nº 091/2026
De 06 de outubro de 2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 036/2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 036/2026, de 15 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. ADALBERTO JULIATTO VOSGERAU, matrícula n° 322, Cargo: Assessor de Comunicação, uma diária, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.02.00; conforme item II, do Anexo I, e § 1º do Art. 3º da Lei 1.447/2025, para participação no evento Painel ProLegis, do TCE-PR, na Câmara Municipal da Lapa/PR, no dia 09 de outubro de 2026

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 06 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:EF3E6A09

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATOS – DL 29/2026 EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2026

EXTRATO DE CONTRATOS – DL 29/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: BIEL FESTAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 31.686.005/0001-43
MODALIDADE: **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 29/2026**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E NÃO INFLÁVEIS, CARRINHOS DE PIPOCA E ALGODÃO-DOCE**
VALOR: R$ 43.309,00 (quarenta e três mil e trezentos e nove reais)
VIGÊNCIA: 86 dias
DATA: 06/10/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:C02B3769

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATOS – PE 16/2026 EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2026

EXTRATO DE CONTRATOS – PE 16/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: TATIANE CUSTIN BUENO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.460.288/0001-69
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2026**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**
VALOR: R$ 2.756.762,04 (dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais e quatro centavos)
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA: 06/10/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:A9994942

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 389 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar o contrato determinado, por mais 12 (doze) meses da candidata aprovada no Processo Seletivo Público n.° 001/2025, mencionada abaixo que exerce função em caráter temporário, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

Mat.	Nome	Cargo	Prorrogado a partir de
500422	Paloma Aires dos Santos Antunes	Educador Infantil	06/10/2026

Art. 2º Ocontratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Aditivo de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:56D5852A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 103/2026.

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os Contratos Administrativos nº 133 e 134/2026, oriundo do Processo Licitatório Dispensa nº 029/2026, Processo Administrativo nº 084/2026, firmado com as seguintes empresas:
Contrato n° 133/2026 - AGROPOLPA INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPA DE FRUTAS LTDA;
Contrato n° 134/2026 - ILTON GONCALVES DE OLIVEIRA E CIA LTDA
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR O servidor Ademilson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, como GESTOR DOS CONTRATOS nº 133 E 134/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Darlene de Souza Barbosa, Darlene de Souza Barbosa, matrícula nº 6446, ocupante do cargo de Secretária de Educação, como GESTORA DOS CONTRATOS, nº 133 e 134/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 06 de outubro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:3D821156

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 353/2026

SÚMULA: HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.029/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.084/2026.

CÉLIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº.029/2026, Processo Administrativo nº.084/2026, após acatar o resultado de julgamento para o objeto da Aquisição de Picolés de fruta e água mineral para serem distribuídos em datas comemorativas do Município de Marilena, Estado do Paraná.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Dispensa de Licitação nº.029/2026, em favor das empresas, **ILTON GONCALVES DE OLIVEIRA E CIA LTDA**, CNPJ Nº. 06.025.319/00001-58, com sua proposta no valor total de R$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais) e a empresa **AGROPOLPA INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPA DE FRUTAS LTDA,** CNPJ Nº. 30.750.469-0001-09 com sua proposta no valor total de R$ 8.190,00 (oito mil cento e noventa reais)**.**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

CÉLIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:7F8624D1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE COMPRA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADA: AGROPOLPA INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPA DE FRUTAS LTDA, CNPJ Nº. 30.750.469-0001-09;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PICOLÉS DE FRUTA PARA SEREM DISTRIBUIDOS EM DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 8.190,00 (OITO MIL CENTO E NOVENTA REAIS);

FONTES DE RECURSOS:

05.002.13.392.0003.2030.3.3.90.30 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS – MATERIAL DE CONSUMO.
166 - 01000 **–** RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCICIO CORR.

PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 60 (SESSENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, 06 DE OUTUBRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:05304960

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE COMPRA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADA: ILTON GONCALVES DE OLIVEIRA E CIA LTDA, CNPJ Nº. 06.025.319/00001-58;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA SEREM DISTRIBUIDOS EM DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 4.320,00 (QUATRO MIL TREZENTOS E VINTE REAIS);

FONTES DE RECURSOS:

05.002.13.392.0003.2030.3.3.90.30 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS – MATERIAL DE CONSUMO.
166 - 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCICIO CORR.

PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 60 (SESSENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:F0F5C0A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026
(Processo n.º 010/2026)

OBJETO**: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE"**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 00:00h do dia 08/10/2026 até às 18:00h do dia 14/10/2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: licitacao@camaramatinhos.pr.gov.br
As propostas ainda poderão ser entregues presencialmente no endereço da Câmara Municipal sito à Rua Albano Muller, nº 47, centro, Matinhos, Paraná.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

VALORES MÁXIMOS PARA CONTRATAÇÃO:

DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE	QTDE	VALOR TOTAL MÁXIMO POR ITEM
Caneta marca-texto em gel, na cor amarela, à base de água, sem cheiro, retrátil.	Unidade	20	R$ 79,20
Caneta esferográfica azul, corpo hexagonal em plástico transparente, ponta média, acondicionada em caixa com 50 unidades.	Caixa	5	R$ 220,95
Clips 2/0, galvanizado, acondicionados em caixa com 720 unidades.	Caixa	10	R$ 149,70
Cola bastão, 20 g, atóxica, com tampa hermética.	Unidade	10	R$ 79,30
Grampeador de mesa 26/6, com estrutura metálica, base em plástico, com capacidade para aproximadamente 50 folhas.	Unidade	5	R$ 299,45
Tesoura grande, 21 cm, cabo em polipropileno e resina termoplástica, lâmina em aço inoxidável.	Unidade	5	R$ 49,90
Papel sulfite para impressão, branco, tamanho A4 (210 mm x 297 mm), gramatura 75 g/m², acondicionado em resmas com 500 folhas.	Resma	200	R$ 6.354,00
Fita adesiva transparente, 48 mm x 50 m.	Unidade	10	R$ 58,40
Pasta tipo AZ, lombo largo, formato aproximado de 350 mm x 280 mm x 80 mm.	Unidade	40	R$ 746,40

Total máximo da contratação R$ 8.036,30 (oito mil e trinta e seis reais e trinta centavos).

Os requisitos para contratação bem como os valores e demais informações poderão ser obtidas no Termo de Referência o qual pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:
https://www.camaramatinhos.pr.gov.br/proposicoes/Termo-de-Referencia--TR-/2026/1/0/10229

Matinhos, 06 de outubro de 2026.

RENATA BEATRIZ MULLER
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:F9DFA71B

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
(Processo n.º 012/2026)

OBJETO**: "AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS GLP"**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 00:00h do dia 08/10/2026 até às 18:00h do dia 14/10/2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: licitacao@camaramatinhos.pr.gov.br
As propostas ainda poderão ser entregues presencialmente no endereço da Câmara Municipal sito à Rua Albano Muller, nº 47, centro, Matinhos, Paraná.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

VALORES MÁXIMOS PARA CONTRATAÇÃO:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	08	Recarga/vale-gás	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, com capacidade nominal de 13 kg, destinada ao uso em botijões compatíveis com o padrão nacional, para utilização na cozinha da Câmara Municipal de Matinhos.

Total máximo da contratação R$ 893,36 (oitocentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos).

Os requisitos para contratação bem como os valores e demais informações poderão ser obtidas no Termo de Referência o qual pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: https://www.camaramatinhos.pr.gov.br/proposicoes/Termo-de-Referencia--TR-/2026/1/0/10227

Matinhos, 06 de outubro de 2026.

RENATA BEATRIZ MULLER
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:7D917532

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 134/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo 31, III, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 22, XXVIII, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica concedido à Sra. FRANCIELLI DA SILVA RISDEN, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, 13 (treze) dias de férias remanescentes daquelas concedidas através das Portarias 021 e 090/2026 e revogadas pelas Portarias 039 e 101/2026, a contar de 14 a 26 de outubro de 2026.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Matinhos, 06 de outubro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:41A551D5

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
REPUBLICA POR INCORREÇÃO ATA DA REUNIÃO –02 DE OUTUBRO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - MATINHOS PREV

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h00 (dez horas), nas dependências da sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Matinhos – MATINHOS PREV, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência – CMP, sob a presidência do Sr. **Ivo Mendes Júnior**, com a presença dos seguintes membros: **Sra. Karyne Emanuelle Zys da Silva, Sra. Katerine Ondina Herdt, Sra. Camila da Rosa Belarmino, Sra. Márcia Cunha e Sr. Rafael Honorato dos Santos**. Aberta a reunião, a Diretoria Executiva do MATINHOS PREV apresentou aos membros do Conselho informações acerca do **início dos trabalhos visando à certificação do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, nível II**. Foi informado que os trabalhos de preparação para a certificação já foram iniciados e que, no decorrer do processo, serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Previdência demandas e providências necessárias à adequação dos procedimentos, documentos e práticas institucionais às exigências do Pró-Gestão RPPS, especialmente aquelas relacionadas às atribuições e competências do Conselho. Na sequência, a Diretoria Executiva apresentou ao Conselho a situação financeira do **Fundo Financeiro**, destacando a necessidade de adoção de medidas para assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para o pagamento dos benefícios previdenciários nos próximos meses. Considerando as projeções apresentadas e o fluxo financeiro do Fundo Financeiro, foi informado ao Conselho que **será necessário antecipar parcelas do acordo de parcelamento firmado com o ente municipal, referente ao Acordo nº 185/2017**, como medida destinada a reforçar a disponibilidade financeira do Fundo e garantir a regularidade do pagamento dos benefícios previdenciários. Os membros do Conselho tomaram ciência das informações apresentadas, ficando registrada a necessidade de acompanhamento da situação financeira do Fundo Financeiro e das providências necessárias junto ao ente municipal quanto à antecipação das parcelas do acordo de parcelamento, observando-se a legislação aplicável e a preservação do equilíbrio financeiro do RPPS. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião, e eu, Katerine Ondina Herdt, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

IVO MENDES JÚNIOR
Presidente Conselho Municipal de Previdência

RAFAEL HONORATO DOS SANTOS
Membro

KATERINE ONDINA HERDT
Membro

KARYNE EMANUELLE ZYS DA SILVA
Membro

CAMILA DA ROSA BELARMINO
Membro

MÁRCIA CUNHA
Membro

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:69E1BF75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado de Paraná, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.017.466/0001 -61, com sede na Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, na cidade de Matinhos/PR, CEP 83.260-000, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 PR e do CPF nº 337.613.459-68, RESOLVE REGISTRAR O TERMO DE COMPROMISSO com a empresa CREDENCIADA, indicada abaixo, de acordo com a classificação, atendendo as condições e as especificações técnicas regulamentada pelo Edital de Credenciamento e anexos, sendo do tipo INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026, procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 independentemente de transcrições, constituindo-se este TERMO DE CREDENCIAMENTO documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA: CENTRO DE IMAGENS PARANAGUÁ LTDA	CNPJ Nº: 80.293.749/0004-56
ENDEREÇO: AV. JUCELINO KUBITSCHECK DE OLIVEIRA, 2108 - CAIOBÁ - MATINHOS/PARANÁ	
CONTATO (TELEFONE E E-MAIL DA EMPRESA):	TELEFONE: (41) 3423-0304 CELULAR: (41) 98800-4104 E-MAIL: cipgua@cipgua.com.br
REPRESENTANTE OU PREPOSTO:	NOME: ALLAN DO AMARAL E CASTRO CPF N°: 045.170.336-78 CONTATO: TELEFONE: (41) 98426-6097 EMAIL: allanjf@gmail.com NOME: EDISON DE OLIVEIRA KERSTEN CPF N°: 201.874.249-34 CONTATO: TELEFONE: (41) 99139-6102 EMAIL: edisonkersten@yahoo.com.br

1. DO OBJETO
1.1. Este Termo possui o objetivo de efetivar o CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DIAGNÓSTICOS,

COM EMISSÃO DE LAUDOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2. DOS VALORES DO PAGAMENTO
2.1. O pagamento será realizado mensalmente, de acordo com as vagas devidamente ocupadas.
2.2. No valor unitário dos procedimentos estão inseridas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, etc.).
2.3. No valor unitário do procedimento estão consideradas todas as despesas que diretamente ou indiretamente estejam relacionadas à execução dos serviços, inclusive os custos com deslocamento.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei nº 14.133/2021).
3.1. O presente termo de credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse da Administração, disponibilidade orçamentária e manutenção das condições de habilitação e da vantajosidade da contratação.
3.2 A execução dos serviços terá início imediatamente após a assinatura do contrato e/ou emissão da Ordem de Serviço. Na mesma data, a empresa credenciada deverá estar devidamente instalada, em pleno funcionamento e apta a iniciar a prestação dos serviços, no local informado para execução do objeto, observadas as exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, bem como os prazos de agendamento dos exames e de entrega dos respectivos laudos.
3.3 A eventual prorrogação contratual ficará condicionada à avaliação da qualidade, eficiência e regularidade dos serviços prestados, ao cumprimento das obrigações contratuais pela credenciada, à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como à permanência da necessidade administrativa que fundamentou a contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
3.4. DO LOCAL E FORMA DE ENTREGA
3.4.1. A solicitação dos exames será realizada pelas unidades da rede municipal de saúde, compreendendo as Unidades Básicas de Saúde (UBS), a Maternidade Municipal, o Centro de Especialidades Médicas (CEM), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e demais serviços de saúde vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, , conforme a necessidade assistencial e mediante requisição devidamente autorizada por profissional habilitado.
3.4.2. Os serviços deverão ser prestados preferencialmente no território do Município de Matinhos/PR, devendo a empresa credenciada manter estrutura física adequada e regularizada no município, apta à execução dos exames contratados, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
3.4.3. Na hipótese de inexistência de oferta suficiente, indisponibilidade temporária ou impossibilidade de execução de determinado exame no território do Município de Matinhos/PR, os serviços poderão ser prestados, excepcionalmente, em estabelecimento situado em município limítrofe ou em outro município da região, desde que previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde e que o estabelecimento esteja devidamente regularizado e disponha de estrutura, equipamentos, licenças e equipe técnica compatíveis com a execução dos serviços, em conformidade com a legislação sanitária e demais normas aplicáveis.
3.4.4. Os atendimentos serão realizados mediante agendamento promovido pela empresa credenciada ou pelo setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme o fluxo estabelecido pela Administração, observados os prazos máximos para realização dos exames previstos neste Termo de Referência.
3.4.5. A empresa credenciada será responsável pela realização dos exames, pela disponibilização dos respectivos laudos e pela guarda das informações necessárias à rastreabilidade dos procedimentos, observando os protocolos técnicos aplicáveis a cada modalidade de exame.
3.4.6. Os laudos e, quando aplicável, as imagens dos exames deverão ser disponibilizados de forma tempestiva, preferencialmente por meio eletrônico, mediante plataforma digital, sistema informatizado próprio, integração com sistema da Secretaria Municipal de Saúde ou encaminhamento ao endereço eletrônico oficialmente indicado pela Contratante, garantindo a integridade, autenticidade, confidencialidade e rastreabilidade das informações, sem prejuízo do fornecimento de cópia física quando solicitado.
3.4.7. A empresa credenciada deverá manter estrutura operacional adequada para assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados, responsabilizando-se integralmente pelos recursos humanos, equipamentos, insumos e demais meios necessários à execução dos exames objeto do credenciamento.

4. DA VIGÊNCIA/PRAZOS
4.1. EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e finalizará após 01 (um) ano desta publicação.
4.2. TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à do Edital de Credenciamento.
4.3. DEMANDA DAS SECRETARIAS REQUISITANTES: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigorar o Termo de Credenciamento.
4.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Somente poderão iniciar após a assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviços e seguirão os prazos determinados no instrumento contratual, para cada demanda, podendo ser finalizado após a vigência deste termo, nos termos do Artigo 111, da Lei 14.133/2021.

5. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO
5.1. O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado de pleno direito, nas situações previstas no edital de credenciamento, parte integrante e indissociável deste Termo de Credenciamento.

6. DAS VEDAÇÕES
6.1. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do Termo de Credenciamento para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.
6.2. É vedada a prorrogação do Termo de Credenciamento.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, este Termo de Credenciamento poderá ser anulado se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspenso ou revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
7.2. A anulação do Edital de Credenciamento afetará o Termo de Credenciamento e o Contrato decorrente.
7.3. As cláusulas deste Termo de Credenciamento somam-se às obrigações das partes previstas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 000/2026 e seus anexos, INEXIGIBILIDADE Nº 000/2026, bem como àquelas previstas na minuta do contrato.
7.4. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

8. DO FORO
8.1. As partes elegem o foro da cidade de Matinhos, Estado do Paraná como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Matinhos, Estado do Paraná, 01 de outubro de 2026

Prefeitura Municipal de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

CENTRO DE IMAGENS PARANAGUÁ LTDA
CNPJ nº 80.293.749/0004-56
Credenciado

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:D5E0C660

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, para as seguintes empresas: DENTAL MIG COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.024.369/0001-87 com os lotes: 10 no valor total de R$ 7.438,34 (sete mil e quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos); VASPJ REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 10.841.010/0001-03 com os lotes: 6 no valor total de R$ 45.962,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e sessenta e dois reais); ALFA CADEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.513.239/0001-02 com os lotes: 4 no valor total de R$ 2.952,00 (dois mil e novecentos e cinquenta e dois reais) e BHDENTAL COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 29.312.896/0001-26 com os lotes: 1, 3, 7, 8, 9 no valor total de R$ 46.628,20 (quarenta e seis mil e seiscentos e vinte e oito reais e vinte centavos).

Município de Matinhos, em 01 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:4878F054

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA/PR** torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na **forma ELETRÔNICA**, para aquisição de equipamentos de informática, periféricos, equipamentos de proteção de energia, equipamentos eletrônicos e equipamento destinado ao apoio à limpeza e conservação dos ambientes, novos e sem uso anterior, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Miraselva/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Critério de julgamento: **menor preço por item.**
Modo de disputa: **aberto.**
Participação: **ampla, não exclusiva a ME/EPP.**
Valor global estimado: **R$ 131.478,06 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e seis centavos).**

Início do recebimento das propostas: **07/10/2026, às 08h00.**
Encerramento do recebimento das propostas: **23/10/2026, às 08h30.**
Abertura da sessão pública: **23/10/2026, às 09h00.**
Referência de horário: **horário de Brasília/DF.**
Sistema eletrônico: **BLL Compras - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).**

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na plataforma BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos meios oficiais de divulgação da Câmara Municipal de Miraselva/PR.
Informações e esclarecimentos: telefone (43) 3273-1183 e e-mail licitacao.camara@miraselva.pr.gov.br.

Miraselva/PR, 6 de outubro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente da Câmara Municipal de Miraselva/PR

Publicado por:
Gustavo Henrique Leal
Código Identificador:02C2EFF2

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 07/2026

SÚMULA: "Transfere a data de realização da 31ª Sessão do Período Legislativo Ordinário para o dia 13 de outubro de 2026 e estabelece, excepcionalmente, seu início às 9 horas".

O Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o feriado nacional de 12 de outubro, Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, que ocorrerá na próxima segunda-feira, data em que estava prevista a realização da 31ª Sessão do Período Legislativo Ordinário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, § 1º, Lei Orgânica do Município de Miraselva; e

CONSIDERANDO a deliberação do plenário da Câmara Municipal de Miraselva, proferida durante a 30ª Sessão do Período Legislativo Ordinário, ocorrida no dia 05 de outubro de 2026, que decidiu pela transferência da data de realização da 31ª Sessão do Período Legislativo Ordinário, com alteração excepcional de seu horário de início; pelo presente

RESOLVE:

Art. 1º. **TRANSFERIR** a data de realização da 31ª Sessão do Período Legislativo Ordinário da Câmara Municipal de Miraselva para o dia 13 de outubro de 2026, estabelecendo, excepcionalmente, seu horário de início às 9 horas.

Parágrafo único. A alteração do horário prevista no caput aplica-se exclusivamente à 31ª Sessão do Período Legislativo Ordinário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 06 de outubro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:759BA918

GABINETE
LEI Nº 772/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder premiação em pecúnia aos vencedores de competições e eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esportes e pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, Estado do Paraná, aprovou e eu, **JOÃO MARCOS FERRER**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder premiação em pecúnia às equipes ou aos participantes que, individualmente, obtiverem as primeiras colocações em competições, torneios, campeonatos, concursos e demais eventos promovidos ou realizados pela Secretaria Municipal de Esportes e pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
§ 1º A premiação poderá ser concedida tanto a equipes quanto a participantes individuais, conforme a natureza e o regulamento de cada competição ou evento.
§ 2º A concessão da premiação observará os critérios, modalidades, categorias, classificação e demais condições estabelecidas no regulamento específico de cada evento.
§ 3º Os eventos de que trata esta Lei somente poderão ser promovidos ou realizados em **áreas, espaços, instalações ou imóveis de propriedade ou posse do Município de Miraselva**, destinados ao uso público ou à realização de atividades esportivas, culturais, turísticas ou de lazer.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal regulamentará, por meio de Decreto, cada competição ou evento que possuir premiação em pecúnia, devendo o respectivo ato ser publicado com **antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para a realização do evento**, e indicar, no mínimo:
I – a denominação e a modalidade do evento;
II – o período e o local de realização;
III – as categorias e os participantes habilitados;
IV – as regras e critérios de participação e classificação;
V – as colocações que serão contempladas com premiação;
VI – os valores correspondentes a cada colocação;
VII – os critérios e condições para o recebimento da premiação.

Art. 3º O valor total da premiação em pecúnia concedida em cada competição ou evento não poderá ultrapassar o montante máximo de **R$ 3.000,00 (três mil reais)**, observado, ainda, o limite máximo de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por exercício financeiro**, considerando a soma de todas as premiações concedidas com fundamento nesta Lei.
Parágrafo único. O valor previsto no caput poderá ser distribuído entre os vencedores, conforme as categorias e colocações estabelecidas no regulamento específico de cada evento, observado o limite máximo por competição ou evento e o limite anual estabelecidos nesta Lei.

Art. 4º A premiação será paga aos vencedores mediante comprovação da respectiva classificação, observadas as exigências administrativas, orçamentárias, financeiras e fiscais aplicáveis.
Art. 5º A concessão das premiações de que trata esta Lei fica condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e à disponibilidade financeira do Município.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, observada a legislação orçamentária e financeira aplicável.

Art. 7º O Poder Executivo poderá expedir normas complementares necessárias à execução da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 06 de outubro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:19ABBF36

GABINETE
LEI Nº 773/2026

SÚMULA: Regulamenta o uso de suprimento de fundos, reembolso e indenização de transporte para viagens oficiais no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DEFINIÇÕES

Art. 1º. Esta lei regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Miraselva, a concessão de suprimento de fundos, o reembolso de despesas e a indenização de transporte por uso de veículo próprio, destinados a custear combustível, pedágio e estacionamento em viagens oficiais realizadas por vereadores e servidores a serviço do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Para os fins desta lei, consideram-se:
I - Suprimento de Fundos: o adiantamento de numerário concedido previamente ao requerente, mediante prévia autorização do Presidente da Câmara, destinado ao custeio de despesas com combustível, pedágio e estacionamento de viagem oficial ainda não realizada, sujeito a posterior prestação de contas, nos termos do art. 5º;
II - Reembolso: o ressarcimento, pela Câmara Municipal, de despesas com combustível, pedágio, estacionamento ou despesas imprevistas já custeadas pelo próprio requerente, relativas à viagem oficial já realizada, mediante comprovação documental, quando não tiver sido possível ou não tiver sido concedido o suprimento de fundos de que trata o inciso I;
III - Indenização de Transporte: a compensação financeira devida ao vereador ou servidor que utilizar veículo próprio a serviço da Câmara Municipal, em razão da indisponibilidade da frota oficial, calculada por critério objetivo e fixo de consumo, na forma do art. 9º.

Parágrafo único. Os institutos previstos nos incisos I, II e III do caput são mutuamente excludentes entre si para uma mesma despesa.

CAPÍTULO II
DO SUPRIMENTO DE FUNDOS

Art. 3º. Poderá ser concedido o Suprimento de Fundos para cobrir despesas com combustível, pedágio e estacionamento de veículos oficiais em viagens a serviço da Câmara Municipal de Miraselva – PR, mediante requerimento e desde que a viagem seja previamente autorizada pelo Presidente da Câmara.

Art. 4º. O abastecimento dos veículos oficiais será realizado, preferencialmente, no posto de combustível vencedor de processo licitatório realizado pela Câmara Municipal.

§ 1º. Nas viagens intermunicipais, o veículo deverá iniciar o percurso com o tanque cheio e buscar retornar com o nível de combustível reduzido, priorizando o abastecimento em rede licitada.

§ 2º. A utilização do suprimento de fundos será considerada medida excepcional e de última instância, condicionada à impossibilidade de utilização da rede licitada.

§ 3º. Os valores de Suprimento de Fundos serão fixados por Portaria da Presidência, considerando-se:
I - o pagamento de combustível, pedágio e estacionamento;
II - a distância dos destinos mais frequentes;
III - a autonomia do(s) veículo(s) oficial(s); e
IV - uma margem de segurança para imprevistos na viagem.

§ 4º. O limite máximo anual para concessão do Suprimento de Fundos será o mesmo definido na legislação federal de regência.

Art. 5º. Deverá ser realizada prestação de contas no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno da viagem, mediante apresentação das respectivas notas fiscais ou equivalente.

§ 1º. O vereador ou servidor que não prestar contas no prazo legal ou não utilizar todo o saldo financeiro deverá devolver imediatamente os valores devidos aos cofres da Câmara Municipal.

§ 2º. Não havendo a devolução dos valores, o valor será ressarcido mediante desconto na folha de pagamento do servidor ou vereador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, autorizado o limite máximo de 10% (dez por cento) de sua remuneração ou subsídio mensal, até a liquidação integral do débito.

§ 3º. Esgotadas as possibilidades de cobrança administrativa ou desconto em folha, inclusive nos casos em que não houver mais vínculo com o Legislativo, o débito será encaminhado à Prefeitura Municipal para fins de inscrição em Dívida Ativa.

CAPÍTULO III
DO REEMBOLSO

Art. 6º. Não sendo possível a concessão de Suprimento de Fundos por justo motivo, ou na ocorrência de despesas imprevistas durante o deslocamento, o custeio poderá ser realizado por meio de reembolso.

§ 1º. O reembolso será efetuado pelo setor contábil mediante comprovação do gasto com combustível, pedágio, estacionamento ou despesas imprevistas em rotas compatíveis com o destino oficial.

§ 2º. A comprovação dos gastos a que se refere o § 1º deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o retorno.

§ 3º. Aplica-se ao reembolso, no que couber, as disposições relativas ao Suprimento de Fundos.

CAPÍTULO IV
DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE POR USO DE VEÍCULO PRÓPRIO

Art. 7º. Na indisponibilidade da frota oficial, o vereador ou servidor que utilizar veículo próprio a serviço da Câmara poderá fazer jus à indenização de transporte, mediante requerimento.

§ 1º. A utilização do veículo particular a que se refere o *caput* dependerá de prévio cadastramento no órgão competente da Câmara Municipal, mediante apresentação do Certificado de Licenciamento anual regularizado.

§ 2º. Para a concessão da indenização, será exigida declaração pessoal do proprietário que isente a Câmara Municipal de responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo ou a terceiros, em razão da utilização do veículo particular em serviço.

§ 3º. A indenização restringe-se estritamente ao combustível, pedágio e estacionamento, não cobrindo custos com manutenção, desgaste, multas ou avarias do veículo.

Art. 8º. Fica definida como base de cálculo o consumo fixo de 10 km/l (dez quilômetros por litro) e o preço da gasolina comum, independentemente do modelo do veículo ou do combustível efetivamente utilizado, conforme a fórmula:

§ 1º. A indenização do combustível será concedida mediante comprovação da quilometragem percorrida.

§ 2º. A distância será apurada pelo trajeto mais viável indicado por aplicativos de mapeamento (Google Maps, Waze ou similares) entre a sede da Câmara e o destino.

§ 3º. Para fins de cálculo, o preço do litro do combustível obedecerá, preferencialmente, à seguinte ordem de prioridade:
I - valor do contrato de licitação da própria Câmara Municipal;
II - valor do contrato de licitação da Prefeitura Municipal;
III - média de preço apurada em pesquisas da Agência Nacional de Petróleo (ANP);
IV - valor na nota fiscal apresentada pelo requerente.

Art. 9º. O pedágio será indenizado pelo valor exato desembolsado, mediante apresentação dos recibos originais ou extrato de tag de passagem automática emitidos nas datas da viagem.

Art. 10. A Presidência da Câmara fixará, mediante Portaria, limites máximos diários para o ressarcimento de despesas com estacionamento, considerando-se os preços médios praticados.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

Art. 12. Aplica-se a esta Lei, no que couber e de forma subsidiária ou complementar, a legislação federal de regência, bem como as demais normas municipais pertinentes à matéria.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Anexo I
Formulário de Solicitação, Concessão e Prestação de Contas
(Suprimento de Fundos e/ou Reembolso)

1. SOLICITAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS a) Requerente: b) Destino: c) Data: d) Objetivo da viagem:	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Requerente:**

2. DESPACHO PRÉVIO DA PRESIDÊNCIA [ ] Autorizo o Suprimento. Valor: R$ [ ] Autorizo o Reembolso. Justificativa: [ ] Não autorizo. Justificativa:	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Presidente:**

3. PRESTAÇÃO DE CONTAS a) Suprimento recebido: R$ b) Notas Fiscais apresentadas: R$ c) Saldo a devolver: R$ d) Saldo a ser reembolsado: R$	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Requerente:**

4. CHECKLIST DE CONFERÊNCIA [ ] Os valores apresentados na prestação de contas estão corretos? [ ] A prestação de contas foi feita em até 05 dias úteis após o retorno? [ ] Houve apresentação das notas fiscais ou equivalente? [ ] Os horários e locais dos abastecimentos e/ou pedágios são compatíveis com o destino oficial? [ ] Em caso de sobra de recursos, o vereador/servidor devolveu o saldo aos cofres da Câmara Municipal?	**Observações:** Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Contabilidade:**

5. HOMOLOGAÇÃO FINAL [ ] Aprovo a presente prestação de contas e autorizo o arquivamento / pagamento de eventual reembolso. [ ] Não aprovo. Justificativa:	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Presidente:**

Anexo II
Formulário de Solicitação e Concessão
(Indenização de transporte)

1. SOLICITAÇÃO DE USO DE VEÍCULO PRÓPRIO a) Requerente: b) Destino: c) Data: d) Objetivo da viagem:	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Requerente:**

2. CADASTRO DE VEÍCULO E DECLARAÇÃO Para fins de cadastramento prévio, apresento os dados do veículo a ser utilizado, bem como o respectivo Certificado de Licenciamento Anual devidamente regularizado. Declaro que isento a Câmara Municipal de responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo ou a terceiros, em razão da utilização do veículo particular em serviço.	**Veículo/Placa:** Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Requerente:**

3. DESPACHO PRÉVIO DA PRESIDÊNCIA [ ] Autorizo o deslocamento com veículo próprio por indisponibilidade de frota. [ ] Indefiro. Justificativa:	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Presidente:**

4. APURAÇÃO E CÁLCULO a) Distância total percorrida: b) Preço da gasolina comum: R$ c) Valor total do combustível: R$ d) Valor total dos pedágios: R$ e) Valor total de estacionamento: R$ e) Valor total da indenização devida: R$	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Contabilidade:**

5. HOMOLOGAÇÃO FINAL [ ] Aprovo os cálculos e autorizo o pagamento da indenização no valor de R$ [ ] Não aprovo. Justificativa:	Miraselva, ___/___/_____ **Assinatura Presidente:**

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:7EB6A140

LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA FÍSICA 50-2026

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA/PR
MODALIDADE: DISPENSA Nº 74/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026
TIPO: Menor Preço ***por lote.***
OBJETO: Contratação de empresa para a aquisição de enfeites de Natal (luzes, festão, enfeites decorativos) que serão utilizados para ornamentação e celebrações de fim de ano.
MENOR VALOR: R$ 49.407,20 (quarenta e nove mil quatrocentos e sete reais e vinte centavos).
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/10/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/10/2026 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (três) dias.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: *licitacao@miraselva.pr.gov.br*
LINK DO EDITAL: https://miraselvapr.equiplano.com.br:7256/transparencia/
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Miraselva, no endereço https://miraselvapr.equiplano.com.br:7256/transparencia/ no link "aviso de licitações/editais/licitação".

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Miraselva, sito à Rua São Paulo, n° 10, centro, neste município de Miraselva/PR, ou através do e-mail *licitacao@miraselva.pr.gov.br* ou pelo telefone (43) 3273-1177, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Miraselva/PR, 06 de outubro de 2026.

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Departamento de Licitações

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:7603CFA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2993 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 2993 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

"Altera o Decreto Municipal nº 2709/2026, que define o calendário de feriados, pontos facultativos e dias de recesso no ano de 2026 para os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Morretes, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de prevenir a descontinuidade das atividades e serviços públicos municipais e facilitar o planejamento por parte dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o Decreto Municipal nº 2709/2026, que rege a definição do calendário de feriados, pontos facultativos e dias de recesso no ano de 2026 para os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Morretes, sem comprometimento das atividades e serviços essenciais à população.

Art. 2º. Altera-se o art. 2º do Decreto Municipal nº 2709/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

DATA	COMEMORAÇÃO	JUSTIFICATIVA
01/01/2026 (quinta-feira)	Confraternização Universal	Feriado Nacional
02/01/2026 (sexta-feira)	Recesso Administrativo	Recesso Administrativo
16 e 17/02/2026 (segunda e terça-feira)	Carnaval	Ponto Facultativo
18/02/2026 (quarta-feira)	Quarta-Feira de Cinzas	Ponto Facultativo
03/04/2026 (sexta-feira)	Paixão De Cristo (Sexta-feira Santa)	Feriado Nacional
20/04/2026 (segunda-feira)	Recesso	Ponto Facultativo
21/04/2026 (terça-feira)	Tiradentes	Feriado Nacional
01/05/2026 (sexta-feira)	Dia Do Trabalho	Feriado Nacional
04/06/2026 (quinta-feira)	*Corpus Christi*	Ponto Facultativo
05/06/2026 (sexta-feira)	Recesso	Ponto Facultativo
07/09/2026 (segunda-feira)	Independência Do Brasil	Feriado Nacional
08/09/2026 (terça-feira)	Dia De N. Sra. Do Porto - Padroeira De Morretes	Feriado Municipal
12/10/2026 (segunda-feira)	Dia de N. Sra. Aparecida – Padroeira do Brasil	Feriado Nacional
28/10/2026 (quarta-feira)	Dia do Servidor Público	Comemoração em 03/11/2026
31/10/2026 (sábado)	Aniversário de Morretes	Feriado Municipal
02/11/2026 (segunda-feira)	Finados	Feriado Nacional
03/11/2026 (terça-feira)	Recesso (em comemoração ao Dia do Servidor Público – 28/10)	Ponto Facultativo
15/11/2026 (domingo)	Proclamação da República	Feriado Nacional
20/11/2026 (sexta-feira)	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra	Feriado Nacional
24/12/2026 (quinta-feira)	Véspera De Natal	Ponto Facultativo
25/12/2026 (sexta-feira)	Natal	Feriado Nacional
28 a 30/12/2026 (segunda a quarta-feira)	Recesso Administrativo	Recesso Administrativo
31/12/2026 (quinta-feira)	Véspera De Ano Novo	Recesso Administrativo

Art. 3º. As demais disposições do Decreto Municipal nº 2709/2026 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 6 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7076B70A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9495 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9495 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Retifica dispositivos da Portaria nº 9116 de 07 de agosto de 2026, que dispõe sobre a cessão do servidor público municipal Rodrigo Soares à Câmara Municipal de Morretes, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 9116 de 07 de agosto de 2026, dispôs sobre a cessão do servidor público municipal Rodrigo Soares, ocupante do cargo de Contador, à Câmara Municipal de Morretes, a partir de 12 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a redação do ato quanto à forma de custeio da cessão, tendo em vista que a remuneração e os respectivos encargos do servidor permanecem sob processamento do Município de Morretes, mediante ressarcimento dos valores pela Câmara Municipal de Morretes;

CONSIDERANDO que o estágio probatório corresponde ao período de efetivo exercício do servidor no cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, §1º, do Decreto Municipal nº 2950 de 31 de agosto de 2026, que estabelece a suspensão do estágio probatório durante os afastamentos das atividades usuais do servidor, com retomada de sua contagem após o término do respectivo afastamento;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica retificado o **art. 1º da Portaria nº 9116 de 07 de agosto de 2026**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Ceder e colocar à disposição, a partir de 12 de agosto de 2026, o servidor público municipal **Rodrigo Soares**, ocupante do cargo de **Contador**, registrado sob a Matrícula Funcional nº **327.512**, à **Câmara Municipal de Morretes**, pelo período de **2 (dois) anos**, contado a partir da data de início da cessão, mediante **ressarcimento ao Município de Morretes, pela Câmara Municipal de Morretes, dos valores despendidos com a remuneração do servidor e respectivos encargos decorrentes da cessão**."

Art. 2º. Fica retificado o **art. 2º da Portaria nº 9116 de 07 de agosto de 2026**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Durante o período da cessão, **fica suspensa a contagem do estágio probatório do servidor**, nos termos do art. 5º, §1º, do Decreto Municipal nº 2950 de 31 de agosto de 2026, retomando-se a contagem do período remanescente a partir de seu retorno ao efetivo exercício das atribuições do cargo junto ao Município de Morretes."

Art. 3º. Fica retificado o **art. 3º da Portaria nº 9116 de 07 de agosto de 2026**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as anotações funcionais pertinentes, inclusive quanto ao período de cessão e à suspensão da contagem do estágio probatório, bem como adotar as demais providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria."

Art. 4º. Permanecem **inalteradas e ratificadas as demais disposições** da Portaria nº 9116 de 07 de agosto de 2026, que não conflitarem com as alterações promovidas por esta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **produzindo efeitos a partir de 12 de agosto de 2026**, para fins de adequação da forma de custeio da cessão e dos registros funcionais correspondentes.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 06 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:26F13EE3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9496 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9496 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Retifica a Portaria nº 9487, de 02 de outubro de 2026, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Morretes** – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o **art. 2º da Portaria nº 9487, de 02 de outubro de 2026**, que concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora **CLEIDE MARQUES**, matrícula funcional nº **225681**, ocupante do cargo de **Enfermeira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para que, onde se lê:

"pelo período de **05/10/2026 a 03/01/2027**, totalizando até 90 (noventa) dias, com manutenção da remuneração integral da servidora durante o período inicial da licença, conforme disposto no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 e nos termos do **Parecer Jurídico nº 350/2026**."

passe a constar:

"pelo período de **05/10/2026 a 02/01/2027**, totalizando 90 (noventa) dias, com manutenção da remuneração integral da servidora durante o período inicial da licença, conforme disposto no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 e nos termos do **Parecer Jurídico nº 419/2026**."

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 9487, de 02 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.

Dê-se ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 06 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:96CC15F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025 – ID Nº 155/2025 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025 – ID Nº 155/2025 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação., **Sra. Adriana Assumpção**, brasileira, solteira, portadora do CPF/MF nº 024.829.999-95, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no artigo 136, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, **determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 038/2025– id n.º 155/2025, Concorrência Eletrônica nº 05/2025**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à construção do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Águas de Março, conforme projeto executivo e especificações técnicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1.1 O presente instrumento advém da Concorrência Eletrônica **nº 05/2025**, contrato administrativo nº 038/2025 – ID Nº 155/2025, e outro lado **LOGÍSTICA EDIFICAÇÕES EIRELI.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.111.496/0001-82, sediada na cidade de Antonina, neste ato representada pelo Sr. Denílson Martins Costa, brasileiro, portador (a) da carteira de identidade nº 2.XXX.XX4-0, inscrito (a) no CPF nº 597.XXX.XXX-49., residente e domiciliado em Rua Valle Porto, nº 33, Bairro Centro, CEP 83.370-000, Município Antonina – PR.

1.2 CLÁUSULA PRIMEIRA- DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:
Com base artigo 111 e 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao contrato administrativo oriundo do Concorrência Pública, cujo objetivo é a prorrogação do prazo de execução do contrato, conforme Cláusula sexta do contrato nº 038/2025 – ID Nº 0155/2025.

Parágrafo Único. Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato Administrativo nº 038/2025 – ID nº 155/2025 pelo período de **90 (noventa) dias**, passando o prazo final de execução de **22.09.2026** para **22.12.2026**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA — DA VIGÊNCIA E DO VALOR CONTRATUAL:
2.1. Este apostilamento refere-se exclusivamente ao prazo de execução e ao respectivo cronograma, permanecendo inalterado o prazo de vigência contratual previsto na Cláusula Quinta, com término em **29 de março de 2027**.

2.2. Não decorre deste instrumento acréscimo de valor, alteração de quantitativos, modificação de especificações técnicas ou ampliação do objeto contratado, permanecendo o valor global informado no contrato e no parecer técnico em **R$ 632.124,07 (seiscentos e trinta e dois mil, cento e vinte e quatro reais e sete centavos)**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA — DO REGISTRO E DA PUBLICIDADE
3.1. O presente termo será juntado ao processo administrativo da contratação, com os documentos que lhe dão suporte, promovendo-se a atualização dos registros de acompanhamento contratual, a ciência da contratada e a publicidade nos meios oficiais cabíveis.

3.2. A assinatura observará a data efetiva de sua realização, ficando registrada a reprogramação do prazo de execução nos termos da Cláusula Primeira.

4. CLÁUSULA QUARTA — DAS DISPOSIÇÕES REMANESCENTES
4.1. Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Administrativo nº 038/2025 e dos instrumentos posteriormente formalizados que não sejam alcançadas pelo presente apostilamento.

Morretes, 22 de setembro de 2026.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:6E4DA8CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 56/2026

DECRETO N° 56/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei;
RESOLVE:

Art. 1º Nomear o **Conselho Municipal de Educação** de Nova América da Colina, sendo composto pelos seguintes Membros:

Flávia Costa de Paula Santos – **Presidente**
Lúcia Sanches de Oliveira – **Vice Presidente**
Maria Aparecida Pereira – **Secretária Geral**

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Flávia Costa de Paula Santos

Representantes do Poder Executivo Municipal:
Kassio Alexandre da Silva Basso – Titular;
Elizangele Adriana Soares Neves – Titular;
Izabel Cristina Gomes da Silva Araújo – Suplente.

Representantes dos Diretores e Professores da Rede Municipal:
Lúcia Sanches de Oliveira – Titular;
Silvia Cristina de Oliveira Carvalho – Titular;
Elvira de Fátima Licorini Balardim– Suplente.

Representantes de Pais e Alunos da Rede Municipal:
Danilele Nunes de Araújo Melo – Titular;
Cauani de Oliveira dos Santos– Titular;
Kassyn Amália Cardoso Maroti Lebbos– Suplente.

Representantes dos Servidores das Escolas Públicas da Rede Municipal:
Aparecida Donizet – Titular;
Maria Aparecida Pereira – Titular;
Gisele Socorro Licorini – Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 15/2025.

Nova América da Colina-Pr, 06 de outubro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:AF335C79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 06/2026

Câmara Municipal de Nova Fátima
Processo Administrativo **nº 07/2026**
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **seguro veicular** para o veículo oficial da Câmara Municipal de Nova Fátima, modelo **GM CHEVROLET CRUZE LTZ 2022.**
Torna-se público que a Câmara Municipal de Nova Fátima, por meio do Departamento Administrativo realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
O Edital e seus Anexos poderão ser retirados: Pessoalmente na sede da Câmara Municipal, Câmara Municipal de Nova Fátima, com sede na Avenida Prefeito Ramiro Fraiz Martinez, nº 380, Centro, na Cidade de Nova Fátima, Estado do Paraná, CEP 86.310-00, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00; Via solicitação por e-mail através do endereço camaranfpr@gmail.com; Baixado diretamente do site da Câmara Municipal, endereço https://www.camaranovafatima.pr.gov.br/imprensa/licitacoes.
Aos interessados, **apresentar proposta até o dia 14/10/2026** pelo endereço eletrônico **camaranfpr@gmail.com**, ou presencialmente na Câmara Municipal de Nova Fátima/PR, situado na Avenida Prefeito Ramiro Fraiz Martinez, nº 380, das 8h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00.

Nova Fátima, 06 de Outubro de 2026

FABIO HENRIQUE MASSOLA
Secretário Legislativo

Publicado por:
Ricardo Monteiro Fugimoto
Código Identificador:243280C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA 29/2026

PORTARIA N.º 029/2026

SÚMULA: Concede Férias Regulamentares a servidora da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

O Presidente do Legislativo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 891/2008 - Regime Jurídico único dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares a servidora abaixo relacionada no período de 07 de outubro de 2026 a 16 de outubro de 2026.

SERVIDORA	CARGO	Período Aquisitivo	Matricula
Cleusa Aparecida Damasio Teles	Advogada	23/12/2024 a 22/12/2025	631

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Legislativo Municipal, 06 de outubro de dois mil e vinte e seis.

MARCIO RUHNKE
Presidente

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:18AEE398

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA 30/2026

PORTARIA N.º 030/2026

SÚMULA: Concede Férias Regulamentares a servidora da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

O Presidente do Legislativo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 891/2008 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 dias de Férias regulamentares a servidora abaixo nominada no período de 13 de outubro de 2026 a 01 de novembro de 2026, e indeniza em pecúnia 10 dias.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	Matricula
Camila Costa da Silva	22/01/2025 a 21/01/2026	Assessor Jurídico	3030

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Legislativo Municipal, aos sete dias do mês de outubro de 2026
.

MARCIO RUHNKE
Presidente

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:8C9DDF6B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 047/2026
CONTRATO Nº 040/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Prata Comércio de Combustíveis Ltda – CNPJ Nº 36.307.580/0001-01 – Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - fornecimento parcelado de combustíveis para os veículos da frota municipal: óleo diesel S10, óleo diesel comum, gasolina comum e Arla 32, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas da empresa contratada.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – O ajuste é embasado conforme preceitua o artigo nº 124 da Lei nº 14.233/21, que autoriza com preceito na cláusula *Décima sexta* do contrato: contrato poderá ser alterado em quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Inciso II d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado respeitada, em qualquer caso a repartição objetiva de risco no contrato
§ 1º - Em consulta dos preços médios dos combustíveis, efetuada pelo fiscal de contratos do município, apurou-se que os valores propostos pela contratada estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado atual.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 01 – Diesel S10 – Quantitativo restante = **48.630,19591 litros** - Passando o valor unitário de R$ 5,99 (cinco reais e noventa e nove centavos) para R$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos).
Item 02 – Diesel S500 – Quantitativo restante = **54.428,19151 litros** - Passando o valor unitário de R$ 5,63 (cinco reais e sessenta e três centavos) para R$ 5,73 (cinco reais e setenta e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – Fica acrescido do contrato original o valor de **R$ 16.141,47 (dezesseis mil cento e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:E15368C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

OBJETO: Aquisição de brinquedos e chocolates, destinados à distribuição gratuita aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nova Prata do Iguaçu, em alusão às comemorações e festividades natalinas.

O Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 78.103.884/0001-05, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, nº 11/59, Centro, Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, vem neste ato RETIFICAR o edital acima descrito, conforme segue:

1º - JUSTIFICATIVA: verificou-se que a publicação do aviso de licitação do presente edital não ocorreu, sendo necessária publicação nos diários oficiais e meios legais de divulgação, assim **RETIFICA-SE O EDITAL**, com nova data de abertura do certame, da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 HORAS min do dia 15/10/2026

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 15/10/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 HORAS

LEIA-SE
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 HORAS min do dia 20/10/2026

DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 20/10/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 HORAS

2º - Informamos que a data de abertura da licitação será para o dia **20/10/2026, às 08:30 horas.**

3º - Ficam inalterados os demais itens previstos no referido edital.

4º - A rerratificação encontra-se disponível na Plataforma COMPRAS.GOV - https://www.gov.br/compras/pt-br/ e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu: www.npi.pr.gov.br. Esclarecimentos: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (46) 3545-8000.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 06 de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:452F1260

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 405/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 1 de outubro de 2026, do Emprego Público de ENFERMEIRO 30 HS PSS, desde 13 de maio de 2026, a Servidora Pública Municipal, Senhora PAULA CRISTINA GERHARDT, portadora do Registro Geral número 9.***.219-* SSP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 075.***.189-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B74501DE

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 406/2026

de 5 de outubro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo.

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 5 de outubro de 2026, do Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS (PCD), desde 6 de abril de 2026, a Servidora Pública Municipal, Senhora EMILY PALUDO CABRAL, portadora do Registro Geral número 12.***.798-* SESP/PR ,devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 104.***.909-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 5 de outubro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5198E962

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 331-2026

DECRETO N.º 331/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 128.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 10 - SECRETARIA DE SAUDE PÚBLICA Unidade - 10006 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Funcional - 10.122.1001.2702000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO EM SAUDE Despesa - 536 - 319094 - 02000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	**78.000,00**
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Unidade - 03003 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS Funcional - 04.122.0302.2030000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE RECUROS HUMANOS Despesa - 537 - 319094 - 02000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	**50.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**128.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:
Fontes:
02000 - RECURSOS ORDINARIOS LIVRES
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 6 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:42EB8D03

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 332-2026

DECRETO N.º 332/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 30.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação(ões)
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional - 08.244.1201.2081000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Despesa - 178 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **30.000,00**
TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 30.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução(ões)
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional - 08.244.1201.2081000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Despesa - 180 - 339040 - 00000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - **30.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES => 30.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 6 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:3A65454A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 339-2026

DECRETO N.º 339/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 18.500,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação(ões)
Órgão - 04 - SECRETARIA DE FAZENDA
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
Funcional - 04.123.0401.2414000 - Devoluções de Recursos Estaduais
Despesa - 538 - 333293 - 00982 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES **18.500,00 TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 18.500,00**
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação
verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
172951011800000000 - 445 - Serviço de acolhimento para Pessoa Idosa e PDC - Delib. 69/22(E)
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 6 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:D7760A67

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº569/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 1 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, a Senhora ALINE APARECIDA DE SOUZA ABREU, portadora da cédula de identidade registro geral nº 10***370-* SSP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 068.***119-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CEA45AB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº570/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Ceder**,** a partir de 1 de outubro de 2026, para a Fundação de Saúde de Paiçandu, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, a Senhora ALINE APARECIDA DE SOUZA ABREU, portadora da cédula de identidade registro geral nº 10***370-* SSP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 068.***119-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2B9DE4BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº571/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 1 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, a Senhora ANIELCE VIER REZENDE, portadora da cédula de identidade registro geral nº 9.***.349-* SSP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 069.***.379-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CDFD9A6B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº572/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Ceder**,** a partir de 1 de outubro de 2026, para a Fundação de Saúde de Paiçandu, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, a Senhora ANIELCE VIER REZENDE, portadora da cédula de identidade registro geral nº 9.***.349-* SSP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 069.***.379-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9A68BCE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 573/2026

1 de outubro de 2026.

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 1 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de NUTRICIONISTA PSS, a Senhora BEATRIZ DAMASQUI QUEIROZ, portadora da cédula de identidade registro geral nº 10.***.371-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 066.***.159-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:870A89D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 574/2026

1 de outubro de 2026.

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Ceder**,** a partir de 1 de outubro de 2026, para a Fundação de Saúde de Paiçandu, para exercer o Emprego Público de NUTRICIONISTA PSS, a Senhora BEATRIZ DAMASQUI QUEIROZ, portadora da cédula de identidade registro geral nº 10.***.371-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número

066.***.159-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C8BAEB91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº575/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Contratar, a partir de 1 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, ao Senhor MATEUS CAMPANHOLI DA SILVA, portador da cédula de identidade registro geral nº 10.***.262-* SESP/PR, devidamente inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 066.***.889-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CDD8ACA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº576/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Ceder**,** a partir de 1 de outubro de 2026, para a Fundação de Saúde de Paiçandu, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HS PSS, ao Senhor MATEUS CAMPANHOLI DA SILVA, portador da cédula de identidade registro geral nº 10.***.262-* SESP/PR, devidamente inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 066.***.889-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:986EC1C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 577/2026

1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Revogar, a partir de 1 de outubro de 2026, a redistribuição de Cargo da servidora VILMA FATIMA DA COSTA, portadora da cédula de identidade registro geral nº 15***922 SESP/SP, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 087.***.048-**, ocupante do Cargo EFETIVO de ZELADORA, desde 12 de setembro de 1997, para a Fundação de Saúde, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:18CE9AFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 578/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Exonerar**,** por motivo de aposentadoria , a partir de 1 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal, VILMA FATIMA DA COSTA, do Cargo EFETIVO de ZELADORA, nomeada em 12 de setembro de 1997, portadora da cédula de identidade registro geral nº 15***922 SESP/SP, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 087.***.048-**.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8B95A1B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 341

DECRETO Nº 341/2026I

Institui Grupo Técnico Permanente integrado à Estrutura Administrativa Municipal para acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal, conforme preconizado pelo Art. 3 º, IV, da Lei Estadual n. 15.229 de 25 de julho de 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeado o Grupo Técnico Permanente integrado à Estrutura Administrativa Municipal para acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal, conforme preconizado pelo Art. 3 º, VI, da Lei Estadual n. 15.229 de 25 de julho de 2006:
Coordenador Geral

Kevin Felipe Batista – Secretaria de Obras
Componentes
Matheus Neves Pereira – Secretaria de Obras
Allysson Yurky Possato Bartmanovicz – Secretaria de Obras
Luciana Benossi Giraldelli – Procuradoria Jurídica
Samuel Gabriel – Departamento de Tributação
Alexander dos Santos Figueiredo – Secretaria de Meio Ambiente
Tatiane Alves dos Santos – Secretaria de Assistência Social
Thiago Alves Céfalo – Fundação de Saúde
Elizangela Aparecida Lopes Lunardelli – Fundação de Educação
Vitor Hugo Cari Arrias – Secretaria de Agricultura e Turismo

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 06 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:691533BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 087/2025 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 06/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU.
CONTRATADO: CONSTRUTORA L.7. LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 37.523.127/0001-03.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ATÉ DIA 20/03/2027**, no termo do art. 105, da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em Construção Civil, para a execução do projeto de Creche Pré-Escola Tipo 2 – CMEI CIDADE JARDIM, no Residencial Cidade Jardim. O objeto da presente licitação prevê o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução das obras e serviços, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRONICA n.º 06/2025

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 03 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:87D21532

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 087/2025 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 06/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU.
CONTRATADO: CONSTRUTORA L.7. LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 37.523.127/0001-03.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica acertado entre as partes o 2º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ATÉ DIA 20/03/2027**, no termo do art. 105, da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em Construção Civil, para a execução do projeto de Creche Pré-Escola Tipo 2 – CMEI CIDADE JARDIM, no Residencial Cidade Jardim. O objeto da presente licitação prevê o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução das obras e serviços, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRONICA n.º 06/2025

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 03 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:C2FA95AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 74

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026
PROCESSO Nº 115/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: BOLSA DE IMOVEIS MARINGÁ LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.713.247/0001-17**.**

OBJETO: O objeto é a Locação de imóvel para instalação da sede da Casa Lar, localizado na Rua Calor Roberto Seghezzi 926, imóvel este com Matricula nº 8.794- Data nº 27 - Quadra nº 35.– Centro, município de Paiçandu de propriedade da Senhora ROSANGELA APARECIDA FRASSON, através da Imobiliária Bolsa de Imóveis Maringá, por 12 meses podendo ser prorrogado por igual período, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 74, § 5º, conforme descritivo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Locação de imóvel para instalação da sede da Casa Lar, localizado na Rua Carlos Roberto Seghezzi 926–Centro no município de Paiçandu, por 12 meses podendo ser prorrogado por igual período.	01	**12 meses podendo ser prorrogado por igual período**	R$ 2.438,00	R$ 29.256,00
	Total				**R$ 29.256,00**

VALOR: R$ 29.256,00 (vinte e nove mil e duzentos e cinquenta e seis reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 01 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:5FD7F543

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO
E REAJUSTE DE VALOR DO CONTRATO Nº 72/2022 – DISPENSA Nº 29/2022

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
LOCADOR: JOSE FERREIRA DE ASSIS SOBRINHO, *brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 605.017.409-10 e RG nº 4.396.266-3 SSP/PR.*

CLÁUSULA PRIMEIRA –
§ 1º Fica acertado entre as partes o 4º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR PELO IGPM DE 2,18%, POR MAIS 12 (doze) MESES, ATÉ DIA 18/10/2027**, nos termos do art. 57, inciso I e § 1º, da Lei nº 8666/93 e previsão contida na cláusula décima primeira do contrato nº 56/2022, cujo objeto é Locação de imóvel para instalação da sede do CRAS-Centro de Referência da Assistência Social através da Secretaria Municipal de Assistência Social – localizado à Rua Mario Monteschio, 567 esquina com a Rua Altamiro de Paula Andrade com Matricula 38.440 Data 22 Quadra 120, Jd. Pioneiro II no município de Paiçandu.
O valor inicial do contrato de R$ 26.472,84 (vinte e seis mil quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) ao ano, somado o aditivo passará a ser de R$ 143.317,56 (cento e quarenta e três mil, trezentos, dezessete reais, cinquenta e seis centavos).
O valor mensal passará a ser de R$ 2.482,74 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais setenta e quatro centavos), para o valor de R$ 2.536,86 (dois mil quinhentos, trinta e seis reais oitenta e seis centavos).
Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 24 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeitura Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:A0D9C642

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 52/2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 13/10/2026** realizará a licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR lote, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de manequins adulto e bebê para treinamento de RCP (Reanimação Cardiopulmonar), forno a gás de embutir, forno elétrico, ventilador de parede, liquidificador industrial, espremedor de frutas industrial e máquina de lavar roupas, destinados ao Batalhão do Corpo de Bombeiros de Palmeira, visando atender às necessidades de capacitação, infraestrutura e apoio às atividades desenvolvidas pela unidade.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

06 de outubro de 2026.

VITOR HENRIQUE ROCHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:B6310BEC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 49/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 290/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 8073/2026

Objeto: Aquisição de bolas de vinil em comemoração ao dia das crianças

Fundamentação: Art. 75, *Inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Educação.

Dotação Orçamentária:
Reduzido: 406 – 100011236100236068 3390320000 **Fonte:** 1001 **MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA**

Contratada: EDUARDO LEMES DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ nº. 68.187.471/0001-94, com o valor total de R$ 13.895,00 (treze mil oitocentos e noventa e cinco reais) - referente ao lote 01.

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

06 de outubro de 2026

DIRLENE APARCIDA DELFRATE
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:EDEE9B70

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026 – ROSE CLEIA PANCHESKI

Referente ao Credenciamento n.º 07/2026 – Processo Digital n.º 3230/2026
Termo de Credenciamento n.º 03/2026 – Processo Digital n.º 10591/2026
Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: ROSE CLEIA PANCHESKI
CNPJ: 09.353.990/0001-16

Objeto do Termo Aditivo: Inclusão dos Lotes 05 e 06 ao objeto do Termo de Credenciamento n.º 03/2026, referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.
Período de vigência: Permanece vigente o prazo estabelecido no Termo de Credenciamento n.º 03/2026, com encerramento em **31 de julho de 2027**.

Data da assinatura: 06/10/2026.

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:DCE0E829

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.457, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026 - INSTITUI DIRETRIZES PARA POLÍTICA MUNICIPAL COMPLEMENTAR DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIABETES MELLITUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito da política municipal de saúde de Palmeira, diretrizes para atenção complementar às crianças e adolescentes com diabetes mellitus residentes no Município, visando à promoção da saúde, à prevenção de complicações e à melhoria da qualidade de vida.

Art. 2º A política municipal de que trata esta Lei poderá contemplar, entre suas ações, a disponibilização de tecnologias destinadas ao monitoramento contínuo de glicose, observados:
I - os critérios clínicos estabelecidos pelos profissionais responsáveis pelo acompanhamento do paciente;
II - os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas aplicáveis;
III - a avaliação técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
IV - a disponibilidade orçamentária e financeira do Município; e
V - as normas sanitárias e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 3º Para fins de acesso às ações previstas nesta Lei, poderão ser considerados, entre outros critérios definidos em regulamento:
I - a idade do paciente;
II - o diagnóstico médico de diabetes mellitus;
III - o acompanhamento pela rede municipal de saúde;
IV - a existência de prescrição e relatório médico fundamentado quanto à necessidade e adequação da tecnologia ao caso concreto.

Art. 4º A implementação das ações previstas nesta Lei terá caráter complementar à assistência à saúde prestada no âmbito do Município e não implicará alteração, inclusão ou incorporação de tecnologia aos protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas ou relações nacionais estabelecidas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
Parágrafo único. A aplicação desta Lei observará integralmente as competências legalmente atribuídas ao Ministério da Saúde, à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC e aos demais órgãos competentes.

Art. 5º A execução das ações previstas nesta Lei observará a programação administrativa da Secretaria Municipal de Saúde e ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, vedada a criação automática de obrigação financeira sem a correspondente previsão nos instrumentos de planejamento e orçamento do Município.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, especialmente quanto aos critérios técnicos, clínicos e administrativos necessários à execução da política municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:7C8D6364

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.458, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026 - CONCEDE O PRÊMIO "CIDADE CLIMA DO BRASIL"

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

ARTIGO 1º – Fica concedido o Prêmio **"Cidade Clima do Brasil"** ao Sr. **MARCOS RIBAS**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade palmeirense, por sua atuação na vida pública e profissional, pautada pelo compromisso com a gestão responsável e o desenvolvimento de Palmeira.

ARTIGO 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2F53B3D8

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO 008/2026- 60.727.127 UHOTON LOPES SEVERINO

EXTRATO DO CONTRATO 008/2026-
60.727.127 UHOTON LOPES
SEVERINO
PROCESSO DIGITAL Nº. 6588/2026

Contrato n.º:008/2026
Contratante: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
CNPJ: 07.681.157/0001-79
Contratada: 60.727.127 UHOTON LOPES SEVERINO
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de assistência técnica em tecnologia da informação, contemplando suporte técnico preventivo e corretivo, manutenção e gerenciamento da infraestrutura de informática e rede, incluindo computadores, notebooks, impressoras, servidores e demais equipamentos, bem como o gerenciamento, execução e monitoramento de solução
de armazenamento em nuvem para realização de backups dos dados institucionais do Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira – RPPS.
Valor: O valor total da presente contratação é de R$ 8.386,20 (oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).
Período de vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir de 08/10/2026, condicionada a eficácia do contrato à sua prévia divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, até o limite estabelecido nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que se mantenha a inviabilidade de competição que justificou esta hipótese de dispensa de licitação.

Data da assinatura: 28/09/2026

Palmeira, 06 outubro de 2026

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Autoridade Competente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:E760B972

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA 01/2026 – ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO CONAQUEI

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Palmeira, Estado do Paraná, realizou-se reunião com representantes da Secretaria Municipal de Educação e demais integrantes da Comissão Intersetorial do Compromisso Nacional da Qualidade e Equidade na Educação Infantil (CONAQUEI), com o objetivo de apresentar e discutir a referida política pública, bem como planejar e alinhar as ações necessárias para sua implementação no município. A reunião foi coordenada pela Técnica Articuladora do CONAQUEI, Tabita Vanusa Ruppel, contando com a participação dos representantes intersetoriais: Daniele Borkoski de Pauli, Jaqueline Toczek Honório Ferreira, Erlinda Eliane Santana dos Santos, Danieli Coelho dos Santos, Tahis Meneguel de Paula, Letícia Corrêa, Fernando Cezar Czelusniak Costa, Amalha Meira e Danieli Zwiegicoski. A reunião foi conduzida por Tabita Vanusa Ruppel, que apresentou a nova política CONAQUEI, referente ao Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil. Inicialmente, foi explicado que se trata de uma política pública voltada ao fortalecimento da qualidade, da equidade, do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, especialmente no atendimento em creches e pré-escolas. Na sequência, foi apresentado o significado do CONAQUEI, seus objetivos, fundamentos e sua articulação com o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação e o Plano Municipal da Primeira Infância. Também foram abordadas as etapas de ensino da Educação Infantil, a unidade responsável pelo acompanhamento das ações, o processo de adesão e os prazos de inserção das informações no sistema SIMEC. Durante a reunião, foi mencionada a Portaria nº 501, de 7 de julho de 2026, que orienta as ações relacionadas ao compromisso nacional, destacando-se a necessidade de organização, planejamento e acompanhamento das propostas no âmbito municipal. Ressaltou-se ainda a importância da colaboração entre os diferentes setores, considerando as diretrizes políticas, o estudo da realidade local, a equidade, o acesso e a permanência das crianças no atendimento educacional. Foram apresentadas as metas a serem aplicadas no município, bem como as propostas elencadas para o fortalecimento da Educação Infantil. Destacou-se que tais propostas deverão ser organizadas e identificadas conforme as diretrizes da política, considerando o diagnóstico local, as necessidades das unidades escolares, os territórios com maior demanda e as ações prioritárias para ampliação e qualificação do atendimento. A Comissão Permanente de Acompanhamento ficará responsável por monitorar, acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das ações, contribuindo para que o trabalho seja realizado de forma articulada, transparente e em conformidade com as orientações estabelecidas. Também foi reforçada a importância do registro das reuniões em atas, com assinatura dos responsáveis, bem como da participação da comunidade e de parceiros locais no processo de construção e acompanhamento do plano. No decorrer da reunião, foi realizada a apresentação de vídeo sobre o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil. Em seguida, foram discutidos os principais pontos da política, incluindo sua definição, objetivos, eixos, diagnóstico, adesão, ações prioritárias, monitoramento e avaliação. Também foi destacada a função da coordenadora do programa, responsável por articular as iniciativas locais e promover a colaboração entre os setores envolvidos. Entre as sugestões apresentadas para o plano, foram mencionadas possíveis adequações referentes às regiões da Vila Maria e Centro Social, considerando as demandas locais e a necessidade de melhor organização do atendimento, Durante a reunião, foi apresentado o diagnóstico preliminar da demanda por vagas na Educação Infantil, especialmente na etapa creche (0 a 3 anos), evidenciando que as regiões do Rocio I, Rocio II, Vila Rosa e Centro concentram atualmente as maiores necessidades de ampliação de atendimento. Os participantes destacaram a importância de priorizar essas localidades no planejamento das ações futuras, considerando a demanda existente por vagas na Educação Infantil, especialmente na etapa creche, e a necessidade de garantir o acesso das crianças a uma educação de qualidade, com equidade e respeito aos direitos da primeira infância. Ao final da reunião, ficou encaminhado que as informações e diagnósticos apresentados subsidiarão a elaboração, implementação e monitoramento das ações previstas no âmbito do CONAQUEI, bem como a revisão e atualização dos instrumentos de planejamento municipal relacionados à Educação Infantil, contemplando metas, estratégias, prazos, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento. Também foi acordado pelos membros da Comissão Intersetorial que as reuniões ordinárias ocorrerão, preferencialmente, na última segunda-feira de cada mês, em horário e local a serem previamente confirmados por meio do grupo oficial de WhatsApp da comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Tabita Vanusa Ruppel, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue por mim assinada, ficando os demais participantes devidamente registrados assimam o livro próprio de presença.

TABITA VANUSA RUPPEL
Coordenadora do CONAQUE I- Decreto nº 18.056, de 06/03/2025

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária de Educação – Decreto nº. 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8A8F6C62

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA 02/2026 – ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO CONAQUEI

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Palmeira, Estado do Paraná, realizou-se reunião da Comissão Intersetorial do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (CONAQUEI), com o objetivo de apresentar e discutir o Plano de Expansão da Educação Infantil, bem como planejar e alinhar as ações necessárias para sua implementação no município. A reunião foi coordenada pela Técnica Articuladora do CONAQUEI, Tabita Vanusa Ruppel, e contou com a participação dos seguintes representantes intersetoriais: Daniele Borkoski de Pauli, Jaqueline Toczek Honório Ferreira, Erlinda Eliane Santana dos Santos, Danieli Coelho dos Santos, Tahis Meneguel de Paula, Letícia Corrêa, Fernando Cezar Czelusniak Costa, Amalha Meira e Danieli Zwiegicoski.Inicialmente, Tabita Vanusa Ruppel apresentou, por meio da tela interativa, as ações realizadas até o presente momento para a elaboração do Plano de Expansão da Educação Infantil. Na sequência, apresentou o relatório referente ao Plano, encaminhado pela Controladoria-Geral do Município, contendo apontamentos que deverão ser revistos e corrigidos antes de sua ratificação definitiva. A Comissão tomou ciência da manifestação da Controladoria-Geral do Município, que recomendou a revisão e a complementação do Plano de Expansão da Educação Infantil. Entre os apontamentos apresentados, deverão ser corrigidas as divergências relacionadas ao número de crianças atendidas, aos parâmetros de atendimento do Infantil III, à definição da meta de cobertura de cinquenta ou sessenta por cento das crianças de zero a três anos e à distribuição das salas, turmas e vagas entre as unidades educacionais. Também deverão ser incluídos e detalhados os dados populacionais oficiais utilizados como referência, a previsão orçamentária necessária para a execução das ações, o dimensionamento dos profissionais que serão necessários e as respectivas memórias de cálculo. Após a realização das correções e complementações indicadas, o processo deverá ser novamente encaminhado à Controladoria-Geral do Município para análise. Para os anos seguintes, a Secretaria apresentará projeções orçamentárias estimadas, considerando que não é possível definir antecipadamente valores exatos para todo o período de vigência do Plano, pois estes dependem da disponibilidade financeira do Município, dos instrumentos orçamentários e das prioridades estabelecidas para cada exercício. Ressaltou-se que essa condição não afasta a responsabilidade de planejar, justificar e demonstrar os recursos necessários. Por isso, o Plano deverá organizar as ações em curto, médio e longo prazo, com estimativas que serão atualizadas e detalhadas progressivamente, garantindo a viabilidade das metas e sua compatibilidade com a capacidade orçamentária municipal. Durante a reunião, os integrantes da Comissão discutiram os apontamentos apresentados e alinharam as providências necessárias para a revisão do documento, ficando estabelecido que as informações

serão conferidas e atualizadas pelos setores responsáveis, a fim de garantir coerência entre os dados, as metas, as ações previstas e a capacidade de atendimento da rede municipal de Educação Infantil. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Tabita Vanusa Ruppel, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais participantes.

TABITA VANUSA RUPPEL
Coordenadora do CONAQUE I- Decreto nº 18.056, de 06/03/2025

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária de Educação – Decreto nº. 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:7D159F88

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA OPERADOR DE MÁQUINAS CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 06 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 08 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, para assumir o cargo de Operador de Máquinas, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 4849/2026

Operador de Máquinas:

TIAGO JAHN

Atenciosamente,

GERALDO VASCO
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8ECCBAA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

Palmeira, 06 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 08 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para assumir o cargo de Professor De Educação Física - Licenciatura, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 8141/2026.

Professor Educação Física:

CHARLES GUSE DE GODOY ROCHA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C3B39508

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 06 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 08 de outubro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Técnico em Enfermagem, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 8676/2026.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

ANA MARIA DE LIMA ALVES DE GOES

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:70F19B35

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1200/2021

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão Pública**, Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, **i**nscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.734.204-8**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro, a empresa **MOTTANET SCM SERVIÇOS DE INTERNET, TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 23.654.492/0005-68,** neste ato representado pelo **Sr. Joeli Timoteo Ribeiro**, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 036.601.079-48**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 10108/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1200/2021**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Em caráter excepcional, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato pelo período de **40 (quarenta) dias**, passando a vigorar no período compreendido entre **07 de outubro de 2026 e 15 de novembro de 2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
As demais disposições do Contrato n.º 1200/2021, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e continuam a produzir seus efeitos jurídicos e legais.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A5110F1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.666 DE 06/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AO SERVIDOR DIEGO RODRIGUES CAMARGO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 5323/2026, e

RESOLVE:

Art. 1º: Atribuir gratificação especial correspondente a 30% (Trinta por cento), com fundamento no artigo 175 da Lei nº 1.700/1994, com redação alterada pela Lei nº 1.948/1998, sobre o vencimento básico, a partir de 02/10/2026 até 31/05/2027, ao servidor **DIEGO RODRIGUES CAMARGO**, matrícula 203519, ocupante do cargo efetivo de ELETRICISTA, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:E25528B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1201/2021

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão Pública**, Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, **i**nscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.734.204-8**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro, a empresa **CBR INFORMÁTICA-ME,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 11.845.941/0001-42**, localizada na Rua Coronel Pedro Ferreira, n.º 298, Centro, Palmeira/PR, neste ato representada pelo **Sr. Adriano Rodrigues**, portador da cédula de identidade **R.G n.º 9.371.813-5 SSP/PR**, e inscrito no **CPF/MF sob o n.º 056.743.929-19**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 10108/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1201/2021**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Em caráter excepcional, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato pelo período de **40 (quarenta) dias**, passando a vigorar no período compreendido entre **07 de outubro de 2026 e 15 de novembro de 2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
: As disposições do Contrato n.º 1201/2021, não alcançadas pelo presente TERMO ADITIVO, permanecem inalteradas e continuam a produzir seus efeitos jurídicos e legais.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0339DB94

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - CONCURSO PÚBLICO 01/2023 - OPERADOR DE MÁQUINAS

Palmeira, 01 de outubro de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Concurso Público nº 01/2023, homologado no Decreto nº 16.712 publicado em diário oficial no dia 29/12/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Nome completo: **EDILSON VASCO**
Emprego público: OPERADOR DE MÁQUINAS

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:31C7407A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1680/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON**, portador da cédula de identidade R.G n° 12.382.056-88 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 089.187.509-35, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.880/2025, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CERWIT – Cooperativa de Gestão de Recursos Hídricos e Energia Witmarsum**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.572.947/0001-27 Localizada em Witmarsum, S/N, Zona rural, Palmeira/Pr, por seu representante legal, Sr. **ARTUR SAWATZKY**, brasileiro, casado – Regime parcial de bens, agropecuarista, residente e domiciliado na Colônia Witmarsum, inscrito no CPF nº 457.251.959-53 e RG nº 3.351.468-9, órgão emissor SSP/PR, a seguir denominada **CONTRATADA** têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do **Processo Administrativo n.º 8468/2026**, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1680/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Por meio do presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de **12 (doze) meses**, observado o período compreendido entre 01 de dezembro de 2026 e 01 de dezembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do contrato n.º 1680/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0A0667A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO N.º 1680/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON**, portador da cédula de identidade R.G n° 12.382.056-88 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 089.187.509-35, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.880/2025, resolve, por meio do **Processo Administrativo n.º 8468/2026**, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, celebrar o presente **TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO N.º 1680/2025**, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIFICAÇÃO: Fica retificado o registro referente ao prazo de vigência do **Contrato n.º 1680/2025**, exclusivamente para correção de erro material ocorrido no cadastramento do instrumento no sistema, no qual constou, equivocadamente, o período de **11 (onze) meses**.

Conforme expressamente estabelecido na **Cláusula Sexta do Contrato n.º 1680/2025**, o prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO DO PACTUADO: A presente retificação possui caráter meramente formal, destinando-se exclusivamente a adequar o registro cadastral do contrato ao prazo de vigência expressamente previsto no instrumento contratual original, **não implicando alteração, prorrogação ou modificação do conteúdo originalmente pactuado**, tampouco produzindo efeitos sobre as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do contrato n.º 1680/2025, não alcançadas pelo presente Termo de retificação, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:DDF6107F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 063/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 063/2026

SÚMULA: Concede Diária (s) ao Vereador da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.322/2025, resolve CONCEDER diária ao Vereador desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Vereador: EDSON DOS SANTOS
Data início: 07/10/2026
Data fim: 07/10/2026
Nº de Diárias:
01 (UMA) MEIA DIÁRIA
VALOR UNIT. R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).
VALOR TOTAL: R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).
Município de destino/UF: GUARAPUAVA/PR
Código do IBGE do Município destino: 4109401
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Cumprir agenda no Escritório Político do Deputado Federal Rodrigo Estacho, localizado no Edifício Araucária em Guarapuava – PR.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 06 Outubros de 2026.

EDSON DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:EFE34662

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
COM BASE NO ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL – PR

OBJETO
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL.

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO
R$ 26.502,40 (vinte e seis mil, quinhentos e dois reais e quarenta centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço por lote

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS
De 06/10/2026 até o dia 15/10/2026
Horário: até as 15h00min

FORMA DE ENVIO DE PROPOSTAS
SOMENTE através do e-mail: **licitacaocamarapalmitalparana@gmail.com**

O proponente deverá aguardar a confirmação do recebimento da proposta encaminhada por e-mail. Caso não receba a confirmação em tempo razoável, poderá solicitar a confirmação por e-mail ou, se necessário, entrar em contato com o Setor de Licitações por telefone para verificar o recebimento.

Importante: As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico citado acima, destinado exclusivamente ao recebimento de propostas desta contratação, até a data e horário estabelecidos neste Aviso. Não serão aceitas propostas encaminhadas por outro meio.

O Aviso de Contratação Direta, Termo de Referência e demais anexos estarão disponíveis no Site Oficial da Câmara Municipal – Portal da Transparência. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3657-1426.

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:1871A4C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1672/2026
O secretário Municipal de Administração do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JOÃO CARLOS MACHADO

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF N° 061.539.239-33 **MATRÍCULA Nº** 51282
OBJETIVO DA VIAGEM:
PERÍODO DE AFASTAMENTO: RETIRAR CARTEIRAS DE IDENTIDADE NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PR.
Data de Saída: 24/09/2026
Data de Retorno: 24/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA- PR **CÓDIGO DO IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIA: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 24 de Setembro de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:9195D2AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1673/2026
O Prefeito Municipal do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO
CARGO: PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CPF N. 368.096.679-20 **MATRÍCULA nº**54638
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DE REUNIÃO COM INVESTIDORES DO EGITO, SOBRE A POSSIBILIDADE DE IMPLANTAR EMPRESAS QUE PRODUZ OVOS GALADOS.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 24/09/2026
Data de Retorno: 24/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: RONCADOR-PR **Código do IBGE**: 4122503
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N. º DE DIÁRIAS: 1 **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$: 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Palmital/PR, 24 de Setembro de 2026.

JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:D8627D9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1689/2026**

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, COM BASE NOS DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2018, DEFERE REQUERIMENTO E RESOLVE CONCEDER DIÁRIAS (S), PARA DESLOCAMENTO DO SERVIDOR CONFORME ESPECIFICADO A SEGUIR:

NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CPF N. º** 031.137.989-30

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE CURITIBA- PR, PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (E-SUS-AF).

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA:30/09/2026
DATA DE RETORNO:02/10/2026
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE:** 4106902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE: (**X) SIM () NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$: 1.000,00 (HUM MIL REAIS)

PALMITAL, 28 DE SETEMBRO DE 2026.

JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:3A52575B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA 35/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 35/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 105/2026

OBSERVAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE VIDROS E CHAPAS DE ACRÍLICO, INCLUINDO MATERIAIS DE INSTALAÇÃO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**
DATA DE ABERTURA: 13/10/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 06 de outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:A414C5AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 32/2023

ORIGEM: Processo Administrativo nº 31.467/2026.
CONSULTA PROCESSO DIGITAL: Cód. Verificador: 2XT3NZ6D
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
CONTRATADA: WEBLINE SOFTWARE LTDA.
OBJETO: Fica prorrogado, por mais 12 (doze) meses, o prazo de execução dos serviços objeto do Contrato nº 32/2023, a contar de 24 de outubro de 2026, mediante o presente Termo Aditivo, celebrado com fundamento no art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula 8ª do instrumento originário, conforme autorização constante do Processo Administrativo Interno nº 31.467/2026. VALOR TOTAL: R$ R$ 150.554,16 (Cento e cinquenta mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: fundamento nos termos do art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Paranaguá, datado e assinado digitalmente.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:1FEDB881

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DE CONTRATO N.º 10/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2025 INEXIGIBILIDADE N.º 05/2025 CREDENCIAMENTO 01/2025

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná –CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM - DIRETOR EXECUTIVO DO CISLIPA
Contratada:	CAIOBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ:	40.388.611/0001-73
Responsável pela assinatura:	CLAUDIR LOURENÇO
Objeto:	CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE PESSOAS JURÍDICAS NA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA SAMU 192 NO LITORAL DO PARANÁ
Justificativa	Conforme Lei Federal 14.133/21, Lei Estadual 15.608/2007 e inteiro teor no processo Adm. n° 131/2025
Dotação	01.002.10.302.0902.2002.3.3.90.39.99.99
Valor	R$ R$ 66.330,00 (sessenta e seis mil, trezentos e trinta reais)
Prazo/Vigência	03 (três) meses
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Homologação	02/10/2026

Paranaguá, 02 de outubro de 2026

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo Do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:D46AC5B6

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 69/2026

"Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de Treinamento e capacitação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA, em conformidade com as disposições da NR 05''.

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 271/2026 Processo Licitatório sob nº 14/2026, resolve:

Artigo 1º. Designar o servidor **MURILO SEVERINO SANTOS - ASSESSOR DE DEPARTAMENTO** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 06 meses e /ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADOS DO CONTRATO
Dispensa N°: 06/2026
Contratada: HMT – ELLO COMPLIANCE CORPORATIVO LTDA
CNPJ: 33.644.013/0001-52
Objeto: "Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de Treinamento e capacitação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA, em conformidade com as disposições da NR 05."
Valor total do Contrato: R$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Artigo 2º. O Fiscal do Contrato, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá:

I – Ler minuciosamente o Termo de Referência, edital (quando houver), bem como o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado e emitir respectivos relatórios;
III – Propor formalmente à autoridade competente, a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência do objeto contratado sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valores e quantitativos pactuados não sejam ultrapassados;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do objeto sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Contrato ou Ata de Registro de Preços;
XI – Receber provisoriamente os objetos, atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico, quando houver, ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 6°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Paranaguá, 23 de Setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:1474D6B8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 70/2026

"Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços especializados na área da saúde e apoio operacional, destinados ao atendimento das necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e dos Municípios Consorciados''.

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 131/2026 Processo Licitatório sob nº 12/2025, resolve:

Artigo 1º. Designar a servidora **ELOINA DE FATIMA BUENOS - CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 03 meses e /ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADOS DO CONTRATO
INEXIGIBILIDADE N°: 05/2025
Contrato ° 10/2026
Contratada: CAIOBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 40.388.611/0001-73
Objeto: "Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços especializados na área da saúde e apoio operacional, destinados ao atendimento das necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e dos Municípios Consorciados".
Valor total do Contrato: R$ 66.330,00 (sessenta e seis mil, trezentos e trinta reais).

Artigo 2º. O Fiscal do Contrato, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá:

I – Ler minuciosamente o Termo de Referência, edital (quando houver), bem como o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado e emitir respectivos relatórios;
III – Propor formalmente à autoridade competente, a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência do objeto contratado sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valores e quantitativos pactuados não sejam ultrapassados;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do objeto sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Contrato ou Ata de Registro de Preços;
XI – Receber provisoriamente os objetos, atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico, quando houver, ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 6°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Paranaguá, 02 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente Do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:680E0BEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.207

DECRETO Nº 2.207

"Nomeia Maurilio Jose da Cruz para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), MAURILIO JOSE DA CRUZ, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Superintendente, Símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 06 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2B0A98CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.892

PORTARIA Nº 2.892

"Dispensa, Amanda Martins da Cunha da função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026,

RESOLVE:

I - Dispensar, a servidora AMANDA MARTINS DA CUNHA, matrícula nº 11.391-1, da função gratificada de Diretor-Executivo, Símbolo FG-B, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 06 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:668E9BD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 04 AO CONTRATO N° 100/2026 (SUB-ROGAÇÃO CONTRATO 051/2023 FASP) SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 58.426.628/0001-33

EXTRATO DE ADITIVO 04 AO CONTRATO N° 100/2026 (SUB-ROGAÇÃO CONTRATO 051/2023 FASP)
SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 58.426.628/0001-33

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Data: 07/10/2026

Objeto: Aditivo 04 ao Contrato nº **100/2026** (Sub-rogação Contrato n° 051/2023 FASP). "O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência e o reajuste dos valores do Contrato Administrativo nº 051/2023 – FASP, cadastrado no Município de Paranaguá sob nº 100/2026, cujo objeto consiste no fornecimento de equipos para bombas de infusão destinadas à administração de soluções parenterais, enterais e fotossensíveis, com cessão, em regime de comodato, de 29 (vinte e nove) bombas de infusão, incluindo assistência e suporte técnico, manutenções preventivas e corretivas, substituição de equipamentos quando necessária, treinamento e demais obrigações técnicas vinculadas aos equipamentos disponibilizados."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 001/2022 – FASP (originário)
Pregão Eletrônico n°: 049/2026 (formalização da sub-rogação)
Processo Administrativo n°: 75752/2026

Valor: R$ 55.713,43 (cinquenta e cinco mil, setecentos e treze reais e quarenta e três centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
EDGAR FELIX MULLER

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:FCB0E9F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 078/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
BRINQUE LOCAÇÕES LTDA - CNPJ nº 33.038.864/0001-51

Objeto: "C**ontratação de empresa detentora de exclusividade para a Prestação de Serviços de Locação, Transporte, Montagem, Instalação, Operação assistida e desmontagem de Circuito Inflável Modular com aproximadamente 120 metros de extensão e 16 atrações integradas, durante 2 diárias, incluindo 12 monitores, equipe de apoio operacional e 1 brigadista por diária, destinado à programação comemorativa do Dia das Crianças promovida pelo Município de Paranaguá. A contratação compreenderá todos os equipamentos, materiais, profissionais, serviços, deslocamentos e providências necessários ao funcionamento seguro e adequado do circuito, sem ônus adicional para a Administração. O Dia das Crianças constitui ação pública voltada à promoção do lazer, da recreação, da convivência comunitária e do fortalecimento dos vínculos familiares, proporcionando à população acesso gratuito a atividades recreativas de maior porte. Amparo legal artigo 74, inc. I da Lei Federal de licitações nº 14.133/21, e, inteiro teor do processo administrativo nº 79.276/2026, da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.**

Processo Administrativo nº: 79.276/2026

Valor da Contratação: 02 (duas) Diárias – R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Dotação orçamentária: 19.001.27.122.0013.2.190.339039.9999.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 06/10/2026

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:CAA542DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 078/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 078/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 06 de Outubro de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:CFC6ECCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - P.E 043 - R.P 034 - 2026

Os Secretários Municipais de Esportes e Juventude, Educação e Ensino Integral, e, Cultura e Turismo de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E M:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026, REGISTRO DE PREÇO N° 034/2026** proferido pelo Agentes de Contratação/Pregoeiros, nomeados pelo Decreto nº 2129/2026, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Fica adjudicado e homologado o julgamento dos lotes do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lotes:** 01, 02, 03 e 04 – **Empresa:** ROGER ANDRÉ BRAUN ME – **CNPJ/MF** nº 29.253.577/0001-97. Ficando assim adjudicado e homologado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026**, **REGISTRO DE PREÇO N° 034/2026** que tem por objeto: "**Aquisição de troféus e medalhas, para atender as necessidades das secretarias municipais**.", de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo 27.186/2026
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 05 de outubro de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude - SESPOR

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral - SEMEDI

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo - SECULTUR

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:AE623050

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - P.E 046 - R.P 036 - 2026

O Secretário Municipal de Obras Públicas de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026 - REGISTRO DE PREÇO N° 036/2026** proferido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2129/2026, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Fica adjudicado e homologado o julgamento do lote do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lote:** 01 – **Empresa:** LITOPAV CONSTRUÇÕES LTDA – **CNPJ/MF** nº 04.713.363/0001-25. Ficando assim adjudicado e homologado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/202 - REGISTRO DE PREÇO N° 036/2026** que tem por objeto: "Contratação de Empresa especializada para Execução de Serviços de Engenharia consistentes no fornecimento, transporte e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixa F do DER-PR, destinados à manutenção corretiva do pavimento asfáltico (operação tapa-buracos e reperfilagem), execução de lombadas e passagem de pedestres em vias públicas do Município de Paranaguá/PR, e, conforme inteiro teor do Processo Administrativo nº 35.906/2026.
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 06 de outubro de 2026.

EDUARDO FELIPE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras Públicas

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:382D368F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 078/2026

O Secretário Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;
R E S O L V E:
I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 078/2026, que tem por objeto: "C**ontratação de empresa detentora de exclusividade para a Prestação de Serviços de Locação, Transporte, Montagem, Instalação, Operação assistida e desmontagem de Circuito Inflável Modular com aproximadamente 120 metros de extensão e 16 atrações integradas, durante 2 diárias, incluindo 12 monitores, equipe de apoio operacional e 1 brigadista por diária, destinado à programação comemorativa do Dia das Crianças promovida pelo Município de Paranaguá. A contratação compreenderá todos os equipamentos, materiais, profissionais, serviços, deslocamentos e providências necessários ao funcionamento seguro e adequado do circuito, sem ônus adicional para a Administração. O Dia das Crianças constitui ação pública voltada à promoção do lazer, da recreação, da convivência comunitária e do fortalecimento dos vínculos familiares, proporcionando à população acesso gratuito a atividades recreativas de maior porte. Amparo legal artigo 74, inc. I da Lei Federal de licitações nº 14.133/21, e, inteiro teor do processo administrativo nº 79.276/2026, da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.**

II. Adjudico o objeto à Licitante Contratada**:** BRINQUE LOCAÇÕES LTDA - CNPJ nº 33.038.864/0001-51.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 06 de Outubro de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:34DC701D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 410/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
GOV4G64	277450T000040271	26/07/2026	57463	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:7E0A5EF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 405/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AYK6J07	277450P000336409	21/09/2026	51851
EZU2F05	277450P000339102	24/09/2026	55411
GVH8H52	277450P000339104	24/09/2026	55411

RHB3H80	277450P000336412	21/09/2026	58433
SFA8B59	277450P000336408	21/09/2026	66531
SID3A81	277450NIC0046273	11/09/2026	50020
SST8J14	277450P000336411	21/09/2026	76331
SUA0G87	277450NIC0046272	11/09/2026	50020
TAQ9G04	277450P000336410	21/09/2026	66531
UBF0D54	277450P000336407	17/09/2026	66531
UBK8I24	277450P000336406	17/09/2026	73400
UBR0C15	277450P000336404	13/09/2026	70561
UBR0C15	277450P000336405	13/09/2026	66531

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:8B5F0E0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 406/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AWV4C87	277450T000053003	27/05/2026	55500	R$ 130,16

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:279751EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 409/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AHW9G18	277450T000040272	26/07/2026	57463	R$ 130,16
AQE0D78	277450T000054117	26/07/2026	50100	R$ 880,41
AQE0D78	277450T000054118	26/07/2026	51180	R$ 880,41
AQV4355	277450T000049403	26/07/2026	55411	R$ 195,23
ARE9061	116100T003825751	22/07/2026	55413	R$ 195,23
AUN3H31	277450T000054120	26/07/2026	66531	R$ 195,23
AVA7D00	277450T000038082	26/07/2026	51852	R$ 195,23
AXP6605	277450T000041741	26/07/2026	54284	R$ 293,47
BWK1E32	277450T000039833	26/07/2026	55411	R$ 195,23
DCG7966	277450T000040270	26/07/2026	54521	R$ 195,23
EGI1J62	277450T000054124	26/07/2026	73400	R$ 130,16
EKB9D33	277450T000054122	26/07/2026	59670	R$ 1.467,35
EMS2F31	277450T000054123	26/07/2026	54790	R$ 130,16
ETQ0D65	277450T000046734	26/07/2026	55411	R$ 195,23
HBG6H85	277450T000039834	26/07/2026	55411	R$ 195,23
HGV2B11	277450T000040014	26/07/2026	55411	R$ 195,23
MCN7A73	277450T000039832	26/07/2026	55411	R$ 195,23
MJN1B15	277450NIC0045970	07/07/2026	50020	R$ 390,46
MKR8C99	277450T000046735	26/07/2026	55411	R$ 195,23
MMI9B16	277450T000046733	26/07/2026	55411	R$ 195,23
MMJ8G90	277450NIC0045972	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QHZ8633	116100T003744350	22/07/2026	54521	R$ 195,23
SEH9D49	277450T000040015	26/07/2026	55411	R$ 195,23
SFD4D70	277450NIC0045968	07/07/2026	50020	R$ 390,46
TAL6G59	277450NIC0045969	07/07/2026	50020	R$ 260,32
TEL6D67	277450T000054119	26/07/2026	57461	R$ 130,16
UBO2J43	277450NIC0045971	07/07/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:9F170B1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 18/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ: 51.740.794/0001-60
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$1.328,06 (um mil, trezentos e vinte e oito reais e seis centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 18/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:68655EB7

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 19/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: EXPRESS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ: 60.079.115/0001-45
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013

13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$7.943,75 (sete mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 19/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:657C6A95

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 20/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ZENITH LTDA CNPJ: 46.623.193/0001-38
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$1.094,40 (um mil, noventa e quatro reais e quarenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 20/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:EC6685A9

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 21/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: KARLA KAROLINE FONTES MENESES 06749199550 CNPJ: 37.937.325/0001-05
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$9.485,00 (nove mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 21/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:3928BA9C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 22/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ÁGUIA COMERCIAL LTDA CNPJ: 49.932.212/0001-04
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$79.933,85 (setenta e nove mil, novecentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 22/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:089AD982

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 23/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA CNPJ: 18.449.927/0001-79
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027. **Valor: R$1.200,00** (um mil e duzentos reais). **Modalidade do Processo:** Pregão Eletrônico. **TIPO/Nº:** Ata Reg. Preço nº 23/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:B303DF0D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 24/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ALA-X COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CNPJ: 00.128.453/0001-06
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$6.349,40 (seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 24/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:13F5AA17

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 25/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA CNPJ: 32.876.614/0001-28
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$2.100,90 (dois mil, cem reais e noventa centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 25/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:A7172EF2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 26/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: MAP BRASIL REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA CNPJ: 54.589.560/0001-52

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$303,60 (trezentos e três reais e sessenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 26/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:D4465DD3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 27/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: EL SUPPLY COM. & CONTRATOS LTDA CNPJ: 63.400.305/0001-00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$8.550,00 (oito mil e quinhentos e cinquenta reais).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 27/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:0A5FBA73

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 28/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: M3. BUSINESS GROUP LTDA CNPJ: 54.494.740/0001-50
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$2.180,50 (dois mil, cento e oitenta reais e cinquenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 28/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:47B486FC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 29/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: IMGG COMERCIO LTDA CNPJ: 64.124.198/0001-06
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017

1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 29/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:5A2EF339

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 30/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: DSR AGRO VET LTDA CNPJ: 41.255.842/0001-71
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$8.080,00 (oito mil e oitenta reais). **Modalidade do Processo:** Pregão Eletrônico. **TIPO/Nº:** Ata Reg. Preço nº 30/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:0535B26C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 31/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ANGELA FABRES 27355742884 CNPJ: 44.475.201/0001-10
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$3.442,75 (três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 31/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:B8C236AF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 32/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME CNPJ: 22.094.574/0001-09
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013

13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$31.554,80 (trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 32/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:AA3932AA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 33/2026

XTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: QUIMICA KEMFOR INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES LTDA CNPJ: 15.041.729/0001-83
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$1.815,70 (um mil, oitocentos e quinze reais e setenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 33/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:AF647A24

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 34/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI CNPJ: 22.382.705/0001-53
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027. **Valor: R$906,00** (novecentos e seis reais). **Modalidade do Processo:** Pregão Eletrônico. **TIPO/Nº:** Ata Reg. Preço nº 34/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:A475348D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 35/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: 19.253.584 EMANUEL ARAUJO DE ARRUDA MELLO CNPJ: 19.253.584/0001-35
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027. **Valor: R$278,00** (duzentos e setenta e oito reais). **Modalidade do Processo:** Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 35/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:5FE1647D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 36/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: 65.943.307 VANESSA TAIS PEREIR CNPJ: 65.943.307/0001-71
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$72,00 (setenta e dois reais). **Modalidade do Processo:** Pregão Eletrônico. **TIPO/Nº:** Ata Reg. Preço nº 36/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:102BFBF2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 37/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: MARTIVA COMERCIAL LTDA CNPJ: 58.512.546/0001-01
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$8.010,30 (oito mil, dez reais e trinta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 37/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:190C3CE3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 38/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: USELAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 42.886.888/0001-51
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$4.556,40 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 38/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:E22DFF76

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 39/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR

Contratada: PROMISSE COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES CNPJ: 09.396.523/0001-73
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027. **Valor: R$20.035,00** (vinte mil e trinta e cinco reais). **Modalidade do Processo:** Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 39/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:3AF136CA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 40/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: MOURA LEAL LTDA CNPJ: 00.273.974/0001-49
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$17.455,55 (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 40/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:B01219AB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 41/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES CNPJ: 10.675.016/0001-58
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 41/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:A8729247

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 42/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA CNPJ: 40.138.949/0001-77
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017

1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017

Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.

Valor: R$28.400,70 (vinte e oito mil, quatrocentos reais e setenta centavos).

Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.

TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 42/2026

Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:8083634E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 43/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: LAPIS DE COR LIVRARIA E PAPELARIA LTDA CNPJ: 33.974.587/0001-99
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017

Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.

Valor: R$13.315,14 (treze mil, trezentos e quinze reais e quatorze centavos).

Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.

TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 43/2026

Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:23ACAEB1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 44/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA CNPJ: 30.547.487/0001-98
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030160000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030210000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030280000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3449052320000000000.20017

Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.

Valor: R$10.202,69 (dez mil, duzentos e dois reais e sessenta e nove centavos).

Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.

TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 44/2026

Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:1C056BBD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 45/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 49.059.156/0001-37
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030079900000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030190000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030210000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030280000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030990800000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991200000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030140000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030150000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030160000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030260000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.3339030991400000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030079900000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.3339030990800000000.20013

13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$39.937,10 (trinta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e dez centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 45/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:70459A91

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 46/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: SUPERMERCADO IPE DE PARANAVAI LTDA CNPJ: 85.092.773/0001-06
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$55.806,85 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e seis reais e oitenta e cinco centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 46/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:2C0099B4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ATA 47/2026

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: ESKIP DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 47.128.762/0001-31
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO
Dotação Orçamentária: [2026]
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390300799000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301900000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302100000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302800000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309908000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309912000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301400000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301500000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390301600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390302600000000000.20017
1 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390309914000000000.20017
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.2001
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390300799000000000.20013
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390309908000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390301600000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302100000000000.20013
13 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.2001
25 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390302800000000000.20013
37 - 01.001.0008.0243.2010.1000.34490523200000000000.20017
Prazo de Vigência: 29/09/2026 a 29/09/2027.
Valor: R$46.330,00 (quarenta e seis mil e trezentos e trinta reais).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº 47/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:0B822EF5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 121-26

PORTARIA Nº 121/2026

Ementa: Dispõe sobre a nomeação e designação da servidora Sidineia Travain para exercer o cargo em comissão de Diretora da Divisão Administrativa do CIS/AMUNPAR, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR (CIS/AMUNPAR),** no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, com fundamento no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio, bem como nas disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, em especial nos artigos 6º e 10, parágrafo único:

1. CONSIDERANDOS E FUNDAMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

Considerando que o CIS/AMUNPAR é associação pública com personalidade jurídica de direito público, integrando a administração indireta dos entes consorciados, cabendo-lhe estruturar seu quadro de pessoal em atenção aos princípios constitucionais da eficiência e da continuidade do serviço público;
Considerando a vacância do cargo em comissão de Diretora da Divisão Administrativa deste Consórcio, formalizada por meio da Portaria nº 120/2026, decorrente da aposentadoria da titular anterior;
Considerando a necessidade imperiosa de assegurar a regular gestão administrativa, a coordenação dos serviços operacionais e o fluxo contínuo das rotinas internas da autarquia consorcial;
Considerando que a servidora Sidineia Travain já integra os quadros funcionais do consórcio, desempenhando a função de Gerente Administrativo e reunindo qualificação técnica e idoneidade funcional compatíveis com as atribuições da Divisão:

2. DISPOSITIVO NORMATIVO DA PORTARIA

RESOLVE:
Art. 1º Fica **NOMEADA** e **DESIGNADA** a servidora **SIDINEIA TRAVAIN**, matrícula funcional nº 430-2, ocupante da função de Gerente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de **Diretora da Divisão Administrativa** do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar (CIS/AMUNPAR).

Art. 2º Em razão da assunção do novo encargo, a servidora fará jus aos vencimentos, gratificações e prerrogativas legalmente atribuídos ao cargo de Diretora da Divisão Administrativa, conforme previsto no plano de cargos, salários e diretrizes orçamentárias do CIS/AMUNPAR.

Art. 3º Fica determinado à Divisão de Recursos Humanos a adoção das providências cabíveis para o registro nos assentamentos funcionais da servidora e a devida comunicação aos setores pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial, com produção de efeitos a partir de sua circulação (ou da data de assunção do cargo).

Paranavaí/PR, sede do CIS/AMUNPAR, em 06 de outubro de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:35E1131E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 124-26

PORTARIA Nº 124/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidora ocupante de cargo em comissão no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR (CIS/AMUNPAR),** no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em especial as competências previstas no artigo 18, alíneas "c", "e" e "g", da 4ª Alteração Estatutária , e em cumprimento às disposições da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Contrato de Consórcio Público;
Considerando a competência privativa da Presidência para a emissão dos atos formais e papéis que dependam de sua assinatura, assim como a prerrogativa constitucional de livre nomeação e exoneração de cargos comissionados prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal
Considerando que o CIS/AMUNPAR é constituído sob a forma de associação pública, detentor de personalidade jurídica de direito público interno e integrante da administração indireta dos entes consorciados, submetendo seus atos de gestão de pessoal às normas de direito público, na conformidade do artigo 6º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/2005;
Considerando a natureza jurídica de livre nomeação e livre exoneração conferida aos cargos de provimento em comissão destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, consoante o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, não exigindo motivação para o encerramento do vínculo de confiança:

RESOLVE:
Art. 1º Fica **EXONERADA**, *ex officio*, por conveniência administrativa, a servidora **SIDINEIA TRAVAIN** do cargo de provimento em comissão de **Gerente Administrativo** do quadro de pessoal comissionado do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços / AMUNPAR (CIS/AMUNPAR).
Parágrafo único. A exoneração ora formalizada decorre da prerrogativa discricionária conferida à autoridade administrativa, pautada na confiança ínsita ao desempenho da função executiva de gestão. A desinvestidura ocorre sem caráter punitivo, preservados os direitos rescisórios decorrentes do período trabalhado.

Art. 2º Determina-se ao setor competente de Recursos Humanos a formalização dos competentes assentamentos funcionais, bem como a adoção das medidas necessárias para o encerramento das responsabilidades administrativas e patrimoniais vinculadas ao exercício da referida função de gerência.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí/PR, sede do CIS/AMUNPAR, em 06 de outubro de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:D51538F1

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até23/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AIA3H21	277490T000005137	04/10/2026	65992
AIA3H21	277490T000005141	04/10/2026	66372
AIA3H21	277490T000005140	04/10/2026	70301
AIA3H21	277490T000005139	04/10/2026	51180
AIA3H21	277490T000005138	04/10/2026	50100
AKC5I37	277490T000009411	30/09/2026	54870
ALW7B23	277490T000009557	02/10/2026	65300
AMB8927	277490T000009420	30/09/2026	76251
APG1G99	277490T000009013	03/10/2026	55414
AQK9282	277490T000009415	30/09/2026	76331
AQP9F32	277490T000009556	02/10/2026	76331
ATB7D43	277490T000002618	02/10/2026	70483
AVT9B04	277490T000009560	02/10/2026	76331
AXJ8076	116100T002857875	26/09/2026	54870
AXU7360	277490T000009413	30/09/2026	51851
BAC9A18	277490T000009010	03/10/2026	55414
BAD3394	277490T000009555	02/10/2026	76331
BAK4A13	277490T000009561	02/10/2026	76331
BCE6E98	277490T000009554	02/10/2026	76331
BDD6F28	277490T000009414	30/09/2026	51851
BEI1C93	277490T000009012	03/10/2026	55417
BEU9I10	277490T000009409	30/09/2026	55414
EVD9880	277490T000009419	30/09/2026	76331
ITI8B95	116100T003521895	26/09/2026	54100
MGU3F06	116100T003521893	26/09/2026	54100
NRG0J45	277490T000008957	03/10/2026	50100
NRG0J45	277490T000008956	03/10/2026	51180
NRG0J45	277490T000008958	03/10/2026	66372
NRG0J45	277490T000008955	03/10/2026	67261
PYC1H97	277490T000009562	02/10/2026	76331
RHN1E10	277490T000008959	04/10/2026	54521
SPL4J70	277490T000009564	02/10/2026	60501
TAT5B33	277490T000009421	30/09/2026	57380
UAU5H00	277490T000009559	02/10/2026	76331
UBG0D54	277490T000009568	03/10/2026	76331
UCM5F39	116100T002857877	26/09/2026	54521

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:FF5C0FD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 43776/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º

900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA e TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 254/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **08 de outubro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 43776/2026 pelo órgão gerenciador através dos Memorandos nº 828/2026 e 830/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor: **PST - LOCADORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE MOTONIVELADORA, NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO, NO MINIMO POTÊNCIA DE 115 HP, COM CABINE FECHADA E AR CONDICIONADO. INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL.	HORA	1.300	R$ 363,22	R$ 472.186,00
Total Fornecedor: R$ 472.186,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS MIL, CENTO E OITENTA E SEIS REAIS).					

CLÁUSULA 3ª: RATIFICAÇÃO
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 254/2025), datada de 08 de outubro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de infraestrutura

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

Fornecedor:
Empresa: PST - Locadora E Prestadora De Serviços LTDA
CNPJ: 52.659.904/0001-27
Endereço: Rua NEO ALVES MARTINS, 2999 - ZONA 01, Maringá - PR,
Telefone: (44) 3227-3344
Nome do Representante:
ANADÉGE DE FÁTIMA MESTI
CPF: 301.135.479-00

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:FED3D6D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 43773/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ e TARCÍSIO BARBOSA**, residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 255/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **09 de outubro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 43773/2026 pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 828/2026 e 831/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor: **AC BRANCO EMPREENDIMENTOS LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
3	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM NO MÍNIMO 18 TONELADAS, MINIMO 120 HP DE POTENCIA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO. INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL.	HORA	2.800	R$ 277,23	R$ 776.244,00
5	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE PÁ CARREGADEIRA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 127 HP, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA DE CAÇAMBA DE 1,7M³, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO. INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL	HORA	1.800	R$ 235,55	R$ 423.990,00
Total Fornecedor: R$ 1.200.234,00 (um milhão, duzentos mil, duzentos e trinta e quatro reais).					

CLÁUSULA 3ª: RATIFICAÇÃO
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 255/2025), datada de 09 de outubro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

Fornecedor:
Empresa: AC Branco Empreendimentos LTDA
CNPJ: 55.708.308/0001-88
Endereço: Rua CAMBARA, 84 - Fundos Chacara Portuguesa, Jandaia do Sul - PR, 86.900-000
Representante: ***THIAGO MEDEIROS PINTO***
CPF: 123.305.867-36

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:8E85B116

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 43775/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA e GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ**, residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 256/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **08 de outubro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 43775/2026 pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 828/2026e 829/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor:**R VAN DAL DE CARVALHO**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
2	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE CAMINHÃO MUNCK COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 9550 KG, COM LANÇA DE NO MÍNIMO 20 METROS DE COMPRIMENTO. INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL.	HORA	650	R$ 369,99	R$ 240.493,50
Total Fornecedor: R$ 240.493,50 (duzentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).					

CLÁUSULA 3ª: RATIFICAÇÃO
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 256/2025), datada de 08 de outubro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de infraestrutura

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Fornecedor:
Empresa: R Van Dal De Carvalho
CNPJ: 20.278.310/0001-80
Endereço: Rua MANGUEIRA, 941 - JARDIM JEQUITIBA, Paranavaí - PR,
E-mail: escricontablider@pvai.com.br
Telefone: 9888-2100, 99965-9192, 9965-9192
Nome do Representante:
RAFAEL VAN DAL DE CARVALHO
CPF: 040.122.479-13

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:069BFED1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 43778/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 257/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **07 de outubro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 43778/2026 pelo órgão gerenciador através do Memorandos nº 828/20226 e 832/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor:**GEASA TERRAPLANAGEM LTDA.**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
4	CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE TRATOR DE ESTEIRA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 116HP, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO.INCLUSO OPERADOR, REFEIÇÃO E COMBUSTÍVEL..	HORA	3.000	R$ 266,81	R$ 800.430,00
Total Fornecedor: R$ 800.430,00 (oitocentos mil, quatrocentos e trinta reais)					

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO
5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 257/2025), datada de 07 de outubro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Fornecedor:
Empresa: Geasa Terraplanagem LTDA
CNPJ: 07.512.428/0001-62
Endereço: Rua REBOUCAS, 400 - CENTRO, Alto Paraná - PR, 87.750-000
E-mail: geasaterraplangessi@gmail.com / luizfdlr1998@gmail.com
Telefone: (44) 3447-1172 / (44) 3447-1155
Representante:
GESSI AUGUSTO DOS DANTOS
CPF: 396.928.849-53

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:FBDB6F00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1848/2026

PORTARIA Nº 1848/2026

Designa servidores para exercer a função de Gestor(es) e Fiscal(is) das Atas de Registro de Preçosnº 254 a 257/2025.

O Diretor Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e

fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização das Atas de Registro de Preçosnº 254 a 257/2025 celebradas em outubro de 2025, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio das Secretarias Municipais e as empresas:

PST - LOCADORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
AC BRANCO EMPREENDIMENTOS LTDA
R VAN DAL DE CARVALHO
GEASA TERRAPLANAGEM LTDA

cujo objeto é Contratação de serviços de horas máquinas para atendimento a serviços nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura, oriundas do Pregão Eletrônico nº 43/2025, Processo Administrativo nº 103/2025:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Ordenador de Despesa (Secretaria): Alessandro Cordeiro Garcia
Gestor (a) da Ata: Flávio Patrício Neto
Fiscal Titular: Marcelo Milani do Nascimento
Fiscal Suplente: Beatriz Carraro da Purificação
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Ordenador de Despesa (Secretaria): Guilherme de Araujo Ruiz
Gestor (a) da Ata: Aron Longo Michielon
Fiscal Titular: Lucas Vinicius Rodrigues dos Santos
Fiscal Suplente: Marcos Vinicius Fernandes de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura
Gestor: Roberto Delmante Silva
Fiscal: João Cézar Varotto de Oliveira
Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante na Autorização e Justificativa para Aditivo contido no Processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretoria Especial de Compras

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:F5CF11FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2026

Eu, DYERON SOUZA SANTOS, Diretor Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Agente de Contratação:
ADJUDICO
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência Eletrônica 14/2026, o participante:

RW TORRE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA					
Lote: 1 - Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção da "Casa da Mulher Paranaense", no âmbito do Programa Paraná Cidade, conforme Termo de Adesão.					
Item	**Produto**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil para Construção da "Casa da Mulher Paranaense", localizada na Rua João Graff Schreiber, 362, Lote nº 19-R-16G/2, Quadra 09, Vila Operária, Paranavaí-PR	UND	1	R$ 2.665.000,00	R$ 2.665.000,00
Total Geral					**R$**

Paranavaí, 06 de outubro de 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial De Compras

Publicado por:
Fabiana Hillmann Militão
Código Identificador:02502828

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº 14/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 023/2024

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº 14/2025
Concorrência Eletrônica n.º 023/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação, **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF 048.306.029-10 , doravante denominado **concedente** e a empresa **21.149.161 RAFAELA PEPPE DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.149.161/0001-11 estabelecida à Avenida Domingos Sanches nº 765, Parque Morumbi na cidade de Paranavaí. – Paraná, CEP 87.703-030, e-mail rafaela.peppe@outlook.com, neste ato representada pelo Sra. **RAFAELA PEPPE DA SILVA**, inscrita no CPF 035.154.549-26, doravante denominado **concessionária** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 O objeto do presente contrato é Concessão de uso dos espaços públicos (quiosque/box) nas dependências da Vila Gastronômica, localizada na Praça dos Pioneiros, em Paranavaí – PR.

IMÓVEL	**ÁREA DO IMÓVEL**	**DESTINAÇÃO**
Concessão de Uso - área/imóvel público. Código Catser 19356: **Quiosque 04** - Vila Gastronômica - Praça dos Pioneiros, com 13,86 metros quadrados. Destinação para empresa do ramo alimentício e de bebidas	13,86 M2	Ramo alimentício e bebidas

CLÁUSULA 2ª: DA RESCISÃO DO CONTRATO
2.1. As partes acima identificadas resolvem reiscindir de forma amigável o Contrato nº 14/2025, devorrente do Concorrência Eletrônica nº 023/2024, Processo Administrativo nº 170/2024, referente à Concessão de Uso – Área/ imóvel público. Código Catser 19356: Quiosque 04 – Vila Gastronônica – Praça dos Pioneiros, com 13,86 metros quadrados. Destinação para empresa do ramo alimentício e de bebidas. Esta decisão fundamenta-se na Cláusula18º (Extinção do Contrato) do referido instrumento contratual e arts. 137, I e 138, II da Lei n.º 14.133/2021, bem como na solicitação de rescisão apresentada pela contratante e na manifestação e anuência da fiscal do contrato, ambos constantes no Processo Digital nº **61102/2025/IPM**, exarado pela Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação, que anuiu à rescisão, com amparo nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Parecer Jurídico nº 463/2025.

Parágrafo Primeiro: A extinção do contrato fica condicionada à:
a. comprovação da quitação integral das obrigações financeiras e tributárias da concessionária — inclusive outorga mensal (R$ 2.650,00, Cláusula 7ª) e despesas de água, energia e demais encargos (Cláusula 9ª, item 12.15) — até a desocupação efetiva;
b. prazo de 30 (trinta) dias para entrega da área livre e desembaraçada (Cláusula 18ª, item 18.3);
c. vistoria técnica de recebimento da área, com incorporação definitiva das benfeitorias permanentes ao patrimônio municipal, sem retenção ou indenização (Cláusula 9ª, itens 12.13 e 12.19, e Edital).

Parágrafo Segundo: Incumbirá ao CONCEDENTE providenciar a publicação deste instrumento no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
3.1 E por estarem de comum acordo, os representantes das partes inicialmente nomeadas assinam o presente Termo.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Concedente

21.149.161 Rafaela Peppe da Silva
Representada Por
RAFAELA PEPPE DA SILVA
Concessionária

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:8D24245D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 192/2026

Dispõe sobre a convocação dos candidatos nomeados no Concurso Público nº 001/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2025, nomeados nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1846/2026**, a comparecerem junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 26 DE OUTUBRO DE 2026**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

FARMACÊUTICO			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
5º	PEDRO LUCAS CARVALHO BRASIL	XXX.457.619-XX	AMPLA

MOTORISTA GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
26º	MAYKO DANIEL LUDUGERO	XXX.729.629-XX	AMPLA
27º	LUIZ EDUARDO DA SILVA SOUZA	XXX.631.559-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato deverá se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade e CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

c) Carteira Nacional de Habilitação - CNH D ou E (para o cargo de Motorista Geral) – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme item 23.3 do Edital de Abertura – cópia e original ou cópia autenticada:

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Ficha de cadastro (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

m) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

n) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

o) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

r) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

s) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Declaração que não tem sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar ou de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou de entidade de esfera Federal, Estadual ou Municipal.

u) Declaração Negativa de Cargo ou Emprego Público (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos)

v) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

w) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

x) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

y) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php

II – Certidão cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
***Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.**

III – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

V – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VI – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

***Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VII – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

IX – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

X – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.

a) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
b) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
c) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
d) Hemograma;
e) Glicose de Jejum;
f) Hemoglobina Glicada;
g) Provas de função hepática (TGO, TGP, Gama GT, Fosfatase Alcalina, Bilirrubina Total e Frações, Eletroforese de Proteínas);
h) Tipagem sanguínea;
i) Creatinina;
j) Sorologia para doença de chagas (detecção por 2 métodos distintos: IgG Quimioluminescência e Imunofluorescência Indireta);
k) VDRL;
l) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
m) PSA (para homens acima de 45 anos);
n) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
o) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
p) Ficha de exame admissional (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.
a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.

b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.

c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):

Farmacêutico: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico (com o carimbo e RQE do especialista);
Motorista Geral: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico (com o carimbo e RQE do especialista);

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A Avaliação Médica Admissional será realizada pela Medicina do Trabalho da Prefeitura, após a entrega de todos os documentos e exames;

II - Os documentos e exames listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga;

III - O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

IV - O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 06 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:32C19AB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 134/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) MARIA SELMA ALVES DE OLIVEIRA - AGENTE DE CONSERVAÇÃO(PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 12026/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): MARIA SELMA ALVES DE OLIVEIRA
CPF/MF: ***.969.349-**
SALÁRIO BASE: R$ 1.568,19
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:4A5AB8DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 135/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) MARIA EDUARDA BRANCO NEGRI - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): MARIA EDUARDA BRANCO NEGRI
CPF/MF: ***.069.349-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 6 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:1D26F6D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 136/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) RAYANE CUNHA DE AZEVEDO - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): RAYANE CUNHA DE AZEVEDO
CPF/MF: ***.436.619-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 6 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:92A5C045

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 139/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) JOÃO PAULO DE BARROS - AGENTE DE CONSERVAÇÃO (PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 12026/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATADO(A): JOÃO PAULO DE BARROS
CPF/MF: ***.425.709-**
SALÁRIO BASE: R$ 1.568,19
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 9 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:F5293AB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 148/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) ROSANGELA ALVES DE MATTOS - AGENTE DE CONSERVAÇÃO(PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 12026/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO(A): ROSANGELA ALVES DE MATTOS
CPF/MF: ***.327.789-**
SALÁRIO BASE:
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:A18D64CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 149/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) ANA BEATRIZ DE ARAUJO TORMINA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81

ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): ANA BEATRIZ DE ARAUJO TORMINA
CPF/MF: ***.911.289-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 6 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:71E1B9FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 150/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) LETICIA NEVES DA SILVA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): LETICIA NEVES DA SILVA
CPF/MF: ***.426.539-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 6 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:1FC33084

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 151/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) VITORIA BERNARDO DA SILVA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): VITORIA BERNARDO DA SILVA
CPF/MF: ***.619.649-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:93F2210C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 153/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) ERICA MILENA DE OLIVEIRA VIEIRA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): ERICA MILENA DE OLIVEIRA VIEIRA
CPF/MF: ***.905.929-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 6 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:7AA8709D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 157/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) LUANA CRISTINA DE MORAES MEIRA - AGENTE DE CONSERVAÇÃO(PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 12026/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): LUANA CRISTINA DE MORAES MEIRA
CPF/MF: ***.185.369-**
SALÁRIO BASE: R$ 1.568,19
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 8 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:5F9FE012

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 159/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) ANICE DE SOUZA - AGENTE DE CONSERVAÇÃO(PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 12026/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): ANICE DE SOUZA
CPF/MF: ***.196.829-**
SALÁRIO BASE: R$ 1.568,19
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 4 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:129310D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 161/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) MARCIA DE MOURA SILVA - AGENTE DE CONSERVAÇÃO(PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 12026/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): MARCIA DE MOURA SILVA
CPF/MF: ***.684.969-**
SALÁRIO BASE: R$ 1.568,19
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 4 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:1054B6F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 190/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) EDINALVA DE SANTANA CAMPOS - COZINHEIRA(PRAZO DETERMINADO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.065/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: EDINALVA DE SANTANA CAMPOS
CPF/MF: XXX.393.908-XX
SALÁRIO BASE: R$ 1.621,00
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES A PARTIR DE 27 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:694B2F33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 195/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) ANA PAULA DE OLIVEIRA SILVA - ENFERMEIRO GERAL (TEMP).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO(A): ANA PAULA DE OLIVEIRA SILVA
CPF/MF: ***.459.999-**
SALÁRIO BASE: R$ 4.577,19
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:8BC4D90C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 197/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) LAIS SILVA DE ANDRADE - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): LAIS SILVA DE ANDRADE
CPF/MF: ***.623.329-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:986109E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 198/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) JEOVANA MAIA DA ROCHA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO:
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): JEOVANA MAIA DA ROCHA
CPF/MF: ***.995.859-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:8324748F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 199/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) MARCELA RECH ROZENDO - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): MARCELA RECH ROZENDO
CPF/MF: ***.120.979-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:4E207CB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 200/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) LUANA ELIAS SECCO - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): LUANA ELIAS SECCO
CPF/MF: ***.080.569-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:5D6C4CF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 201/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) HELOISA DOS SANTOS DE OLIVEIRA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): HELOISA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
CPF/MF: ***.750.219-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:88BA2EF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 202/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) HELOISA GABRIELI DE OLIVEIRA DE SOUZA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 20252/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): HELOISA GABRIELI DE OLIVEIRA DE SOUZA
CPF/MF: ***.052.229-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:3DE5995D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 204/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O(A) SR.(A) ELYN MARIANA BORSATO DE SANTANA - AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL(TEMPORARIO).

PROCESSO DE SELEÇÃO:
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ/PR - CEP: 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO(A): ELYN MARIANA BORSATO DE SANTANA
CPF/MF: ***.391.879-**
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 MESES A PARTIR DE 30 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:9369FFB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 203/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. GIOVANA AUGUSTA TOLENTINO DOS SANTOS – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.065/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: GIOVANA AUGUSTA TOLENTINO DOS SANTOS
CPF/MF: XXX.836.039-XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57 (dois mil e duzentos e setenta e quatro e cinquenta e sete centavos)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES A PARTIR DE 27 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:22D1230D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1846/2026

Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2025.

Considerando *a Lei Municipal nº 5.585/2026, que dispõe sobre a ampliação de vagas na Administração Pública;*
Considerando *o Processo Digital nº 46611/2026, que dispõe sobre o impacto orçamentário para o cargo de Farmacêutico;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados em virtude da sua aprovação no **Concurso Público nº 001/2025**, homologado e

publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

FARMACÊUTICO			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
5º	PEDRO LUCAS CARVALHO BRASIL	XXX.457.619-XX	AMPLA

MOTORISTA GERAL			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
26º	MAYKO DANIEL LUDUGERO	XXX.729.629-XX	AMPLA
27º	LUIZ EDUARDO DA SILVA SOUZA	XXX.631.559-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 06 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:5F083EB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA N.º 1.847/2026 - SEDUC

Designa os membros do Comitê Municipal de Alfabetização do Município de Paranavaí.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores e representantes abaixo relacionados para compor o **Comitê Municipal de Alfabetização**, instituído pelo Decreto Municipal n.º 28.016/2026:
I – PRESIDENTE
Nome: Wanessa Durante
Cargo/Função: Secretária Municipal de Educação
II – COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Nome: Rosângela Gonçalves Viana
Cargo/Função: Chefe Pedagógica
III – REPRESENTANTE DA EQUIPE TÉCNICA/PEDAGÓGICA
Nome: Adriana da Silva Contrera
Cargo/Função: Assessora Pedagógica
IV – REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Nome: Fabiane Cavalcanti A. Joaquim
Cargo/Função: Supervisora Pedagógica
V – REPRESENTANTE DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
Nome: Fabiane Almeida Silva
Cargo/Função: Supervisora Pedagógica
VI – REPRESENTANTE DOS GESTORES ESCOLARES
Nome: Maria Tereza Pátaro
Cargo/Função: Diretora Escolar
VII – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES
Nome: Karla da Silva Lima
Cargo/Função: Supervisora Pedagógica
VIII – REPRESENTANTE DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
Nome: Bruna Letícia Santana
Cargo/Função: Supervisora Pedagógica
IX – REPRESENTANTE DA FORMAÇÃO CONTINUADA
Nome: kérollen Angélica Agostinho dos Santos
Cargo/Função: Supervisora Pedagógica

Art. 2º Os membros designados exercerão suas atribuições pelo período de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
Art. 3º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 4º Compete aos membros participar das reuniões, contribuir para o planejamento das ações, acompanhar os resultados e cumprir os encaminhamentos definidos pelo Comitê.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 6 de outubro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:EF501836

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ – CMDCA - RESOLUÇÃO 020/2026

RESOLUÇÃO Nº 020/2026

SÚMULA: Composição da Comissão de Organização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.

O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.579/2010.
Considerando as deliberações da reunião ordinária realizada no dia 02 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Compor a Comissão de Organização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí, composta pelos (as) seguintes conselheiros (as):

Lis Naiara da Silva
Laura Gabriela Cardoso Castanheira
Taina de Lima da Costa
Keila Noguti Stelato
Priscila Moreno de Almeida
Rosimeire Claudia Fracaroli de Lima
Luciane Estevam de Pontes Costa
Alessandra de Oliveira Silva
Nadabe de Jesus da Silva Cordeiro

Adolescente representante - Guarda Mirim
Fábio Marcos Grama da Silva Júnior

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 05 de outubro de 2026.

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:A50C41B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA Nº 1850/2026

Dispõe sobre a Comissão de Monitoramento e Fiscalização.

A Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Art. 1º. **Nomear** os Membros abaixo relacionados constituírem **a Comissão de , Monitoramento e Fiscalização, considerando os dispostos no Art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014 e Art. 2º e Art. 61, inciso IX do Decreto Municipal nº 22.889/2021**com

finalidade de monitorar e fiscalizar as parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil - OSC´s.

Luciane Cristina Marin

Priscila Moreno de Almeida

Denise Menegueti Chaparro

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se a portaria 24/2025

Paranavaí, 06 de outubro de 2026.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:11D72032

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.036/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28036 de 06 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 410.835,44 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 410.835,44 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.002 (563)	FUNDO MUNICIPAL DE ASFALTO	
Funcional Programática: 05.002.0015.0451.0014.1100	**Projeto:** Obras de Pavimentação, Recapeamento, Saneamento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 410.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (2335)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2466	**Atividade:** Convênios e Programas de Aplicação em Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00180 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$ 335,44
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 410.835,44		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1112500100 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal, 2412509100 - Outras transferências destinadas a programas de educação - principal da fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres), 180 - Outras Transferências de Recursos do FNDE nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 6 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:D269D7F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.037/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28037 de 06 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 20.496,93 (vinte mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 20.496,93 (vinte mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.006 (2338)	FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Funcional Programática: 07.006.0008.0242.0007.2632	**Atividade:** ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA - CMDPCD	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01141 - Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Delib. 005/2025	R$ 2.660,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (2048)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2034	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Compras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01162 - Recursos Consignação Folha - Decreto Nº 18.731/2018	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (2339)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2034	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Compras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01162 - Recursos Consignação Folha - Decreto Nº 18.731/2018	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (2335)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2466	**Atividade:** Convênios e Programas de Aplicação em Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00180 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$ 2.836,93
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 20.496,93		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 6 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:EBBC404D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede o Título de Cidadão Benemérito de Pato Branco ao senhor Genésio de Oliveira.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO Faço saber que a Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1ºFica concedido o Título de Cidadão Benemérito de Pato Branco ao senhor Genésio de Oliviera

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 5 de outubro de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:AFD3F138

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE RESULTADO FINAL E RATIFICAÇÃO DO RESULTADO– EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – INVENTUM 2026.

Aos 06 dias do mês de outubro de 2026, reuniu-se a Comissão Especial de Julgamento da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, constituída nos termos da Portaria GP nº 61, de 21 de julho de 2026, para dar prosseguimento aos atos do Chamamento Público nº 01/2026, destinado à seleção de interessados em participar da INVENTUM 2026, nas modalidades Patrocinador e Expositor. Transcorrido o prazo previsto no Edital para interposição de recursos contra o Resultado Final de Classificação, Habilitação e Seleção, sem a apresentação de recursos, a Comissão resolve **RATIFICAR o Resultado Final de Classificação, Habilitação e Seleção anteriormente publicado**, permanecendo inalteradas as decisões constantes da respectiva Ata, e encaminhar os autos à autoridade competente para homologação do resultado final e prosseguimento das providências administrativas cabíveis. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que, após lida, conferida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão Especial de Julgamento.

Comissão de Seleção – Portaria Nº 61/2026.

ROSICLEI CALDATO DALAGNOL -
Presidente,

DOUGLAS HENRIQUE BATISTA -
Presidente Interino,

NELITO ANTONIO ZANMARIA -
Membro,

ANA CLAUDIA MARQUES -
Membro,

LEILA MARA DA SILVA VOSS -
Membro,

LUCAS BORDIN DE SOUZA -
Membro,

ANDRÉ FERNANDO HASS -
Membro.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:2C9EA10D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 214/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 213/2026 – PROCESSO Nº 217/2026.EMENDA DE BANCADA 16/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Associação Patobranquense de Bochas,*** inscrita no CNPJ nº 09.943.940/0001-99. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria fomentar a modalidade de bocha com a participação em competições a nível municipal, fomentando 03 projetos: Projeto para melhor Idade (participação do Grupo de Idosos do CEU das Artes). Projeto Escolinha de Bochas (participação de Crianças de 10 a 17 anos de idade). Projeto Bocha Interioarana (participação em uma competição com as equipes de Bochas das Comunidades do Interior do Município de Pato Branco). **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08 (oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887- 43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 06 de outubro de 2026.

CLOVIS LUIZ ANGONESE COGO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:1A85E086

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 218/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 217/2026 – PROCESSO Nº 221/2026.
EMENDA DE BANCADA 81/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Clube Patobranquense de Caça e Tiro – CPCT,*** inscrita no CNPJ nº 29.637.604/0001-25. **OBJETO**: execução do projeto "Clube de Tiro de Pato Branco Rumo Olímpico", destinado ao desenvolvimento técnico, tático e competitivo de atletas de tiro esportivo do Clube Patobranquense de Caça e Tiro – CPCT, por meio da realização de treinamentos sistemáticos, aquisição de materiais e insumos esportivos, contratação de serviços técnicos especializados e viabilização da participação em competições oficiais. **VALOR TOTAL:** R$ 10.000,00 (dez mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 04 (quatro) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887- 43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 06 de outubro de 2026.

PETERSON CANTU -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:AFB76008

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA BANCADA16/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 213/2026 – PROCESSO N.º217/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma*

de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Bancada 16/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação Patobranquense de Bochas**, inscrita no CNPJ nº 09.943.940/0001-99, com sede na Rua Natalia Vicente Pereira, nº 70, Bairro Vila Esperança, CEP 85.503-100, em Pato Branco/PR, telefone: (46) 99117-0757, endereço eletrônico: clovis@patoeste.com.br . Para fomentar a modalidade de bocha com a participação em competições a nível municipal, fomentando 03 projetos: Projeto para melhor Idade (participação do Grupo de Idosos do CEU das Artes) Projeto Escolinha de Bochas (participação de Crianças de 10 a 17 anos de idade). Projeto Bocha Interioarana (participação em uma competição com as equipes de Bochas das Comunidades do Interior do Município de Pato Branco).
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 02 de outubro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER-
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeitomunicípio de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:003A675C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 81/2025
INEXIGIBILIDADE N.º217/2026 – PROCESSO N.º 221/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n°81/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Clube Patobranquense de Caça e Tiro – CPCT,*** inscrita no CNPJ nº 29.637.604/0001-25, com sede na Faz. Localidade Passo da Pedra, s/n, Área Rural, CEP 85.501-970, em Pato Branco - PR, telefone: (46) 98802-6001, endereço eletrônico: cacaetiropb@gmail.com. Para execução do projeto "Clube de Tiro de Pato Branco Rumo Olímpico",destinado ao desenvolvimento técnico, tático e competitivo realização de treinamentos sistemáticos, aquisição de materiais e de atletas de tiro esportivo do Clube Patobranquense de Caça e Tiro – CPCT, por meio da insumos esportivos, contratação de serviços técnicos especializados e viabilização da participação em competições oficiais.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 05 de Outubro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER-
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:4A2BB0BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE ERRATA DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026 – PROCESSO Nº 148/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos audiovisuais e multimídia, equipamentos e materiais destinados ao Espaço Maker e à experimentação tecnológica, materiais de identificação e credenciamento, equipamentos de automação e apoio à infraestrutura dos ambientes, licenças de software e equipamentos de infraestrutura de rede, destinados à implantação e ao funcionamento do Coworking Municipal de Pato Branco, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 278.340,58
ERRATA: Retificação do instrumento convocatório e de seus anexos, especificamente quanto ao descritivo do item 23 do Termo de Referência, ao item 12.1, alínea "a", do Edital, e à Cláusula Terceira, inciso I, alínea "a", da minuta contratual.
NOVA DATA DE ABERTURA: 26 de outubro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.canaldecomprasbrasil.com.br.
Considerando a alteração informada, o edital passa a viger nos termos do Edital Retificado disponível nos sites www.patobranco.pr.gov.br/ www.canaldecomprasbrasil.com.br/ https://www.gov.br/pncp/pt-br.
O Edital Retificado e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites

supramencionados. Demais informações, fones: (46) 3220-1534, whatsapp: (46) 3220-1541, e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO.
Pregoeira –

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:ABC78A58

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 155/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 - PROCESSO Nº 118/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e AIROTRACKER MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA, CNPJ nº 31.057.891/0001-46. **OBJETO**: Fornecimento de licença de uso e locação de solução tecnológica de rastreamento e gestão de frotas, em ambiente web, para o tratamento de dados obtidos por meio de equipamentos instalados em veículos da frota municipal, compatíveis com a plataforma IoT (Internet of Things), contemplando migração, implantação, configuração, parametrização, customização, software como serviço (SaaS), treinamento básico, atualização corretiva, adaptativa, evolutiva, diagnóstico e suporte técnico, por tempo determinado, em atendimento às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município. **VALOR**: R$ 776.498,20 (setecentos e setenta e seis reais e quatrocentos e noventa e oito reais e vinte centavos). **VIGÊNCIA**: 05 (cinco) anos contado da publicação no PNCP. **DOTAÇÃO**: Conforme instrumento contratual. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 30 de setembro de 2026.

JOSE AIROSO DOS SANTOS JUNIOR
Representante Legal

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:2D2E91D7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 203/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 35/2025, PROCESSO Nº 62/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Dimorvan Davi Menegusso Ltda.

OBJETO: O registro de preços para aquisição de materiais/equipamentos diversos em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Educação e Cultura e Meio Ambiente.

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência: Com fundamento no art. 84 da Lei 14.133/2021 e nos termos do item 4.1 da Ata de Registro de Preços, as partes pactuam prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 07/10/2027. A presente prorrogação abrange o saldo remanescente dos itens registrados, conforme termo.

Demais Cláusulas: Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Pato Branco, 05 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

DIMORVAN DAVI MENEGUSSO –
Representante Legal.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:44F864D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 204/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 35/2025, PROCESSO Nº 62/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Disbraplac Ltda.

OBJETO: O Registro de Preços para aquisição de materiais/equipamentos diversos em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Educação e Cultura e Meio Ambiente

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência: Com fundamento no art. 84 da Lei 14.133/2021 e nos termos do item 4.1 da Ata de Registro de Preços, as partes pactuam prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 07/10/2027. A presente prorrogação abrange o saldo remanescente dos itens registrados, conforme termo.

Demais Cláusulas: Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Pato Branco, 06 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GILMARA GLECI PALUDO VERSA –
Representante Legal.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:80FBF3E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 206/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 35/2025, PROCESSO Nº 62/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Manfe Comercio de Maquinas e Equipamentos Ltda.

OBJETO: O Registro de Preços para aquisição de materiais/equipamentos diversos em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Educação e Cultura e Meio Ambiente.

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência: Com fundamento no art. 84 da Lei 14.133/2021 e nos termos do item 4.1 da Ata de Registro de Preços, as partes pactuam prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 07/10/2027. A presente prorrogação abrange o saldo remanescente dos itens registrados, conforme termo.

Demais Cláusulas: Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Pato Branco, 06 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

JOÃO PAULO MANRICH COELHO DA SILVA –
Representante Legal.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:DFE3C697

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 917, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 33, III da Lei Municipal nº 3.812 de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 22.750 de 28 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar de 50% (cinquenta por cento) para 30% (trinta por cento) o percentual da gratificação concedida por meio da Portaria nº 679 de 19 de novembro de 2019, ao servidor público efetivo **LEANDRO REICHEMBACH DOS SANTOS**, matrícula nº 7196-0, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:5DF92CB5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 918, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Despacho nº 09 do Setor de Segurança do Servidor contido no Memorando nº 22.750 de 28 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir o adicional de insalubridade concedido ao servidor público efetivo **LEANDRO REICHEMBACH DOS SANTOS**, Matrícula 7196-0, ocupante do cargo Agente de Apoio, Função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D964E7AA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 919, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, considerando o contido no Despacho nº 9 do Setor de Segurança do Servidor do Memorando nº 22.750 de 19 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de periculosidade no montante de 30% (trinta por cento) ao servidor público efetivo **LEANDRO REICHEMBACH DOS SANTOS**, Matrícula nº 7196-0, ocupante do Cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:14E93F12

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.030, DE 6 DE OUTUBRO DE 2026

Dá publicidade, aprova e estabelece diretrizes para o Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) do Município de Pato Branco, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II, VII e XXIII, na forma do art. 62, I, alíneas "l" e "o", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e na Lei Municipal nº 2.086, de 15 de outubro de 2001, e
Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dispõe sobre as competências dos Municípios no âmbito da proteção e defesa civil, especialmente em seu art. 8º, I, II, III, VIII, IX e XI;
Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, especialmente em seu art. 3º-A, §§ 6º e 7º, observada a alteração promovida pela Lei Federal nº 15.355, de 11 de março de 2026;
Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quanto à publicidade administrativa e à proteção de dados pessoais;
Considerando a necessidade de planejamento prévio e coordenação de ações intersetoriais para prevenção, preparação, resposta e recuperação diante de desastres e eventos climáticos adversos;
Considerando a necessidade de padronizar procedimentos, fluxos de comunicação e acionamento integrado dos órgãos que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
Considerando que as ações de enfrentamento a situações de emergência ou estado de calamidade pública devem observar o Plano de Contingência como instrumento orientador oficial;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) do Município de Pato Branco.
Parágrafo único. Para fins de identificação e controle, cada versão do Plano deverá conter um número ou outra forma de identificação, a data de atualização e o registro no processo administrativo correspondente.

Art. 2º O Plano de Contingência e seus anexos técnicos deverão permanecer disponíveis, em versão pública e atualizada, no sítio eletrônico oficial do Município (www.patobranco.pr.gov.br), em seção de fácil acesso, sem prejuízo da publicidade oficial deste Decreto.
§ 1º A versão pública deverá suprimir os dados pessoais não necessários ao atendimento das finalidades de transparência e de proteção e defesa civil, bem como as informações cujo acesso deva ser legalmente restrito, na extensão estritamente necessária, observadas a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
§ 2º A versão operacional completa será mantida em ambiente de acesso controlado e disponibilizada aos agentes públicos, órgãos e entidades que necessitem das informações para a execução das ações de proteção e defesa civil, observadas as regras aplicáveis de segurança e de proteção de dados.
Art. 3º A coordenação da implementação, manutenção, acionamento e atualização periódica do Plano caberá à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com o apoio direto dos demais órgãos e secretarias municipais.

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, quando integrantes do Plano de Contingência, deverão observar as diretrizes, atribuições, procedimentos e fluxos de acionamento nele estabelecidos, prestando o apoio técnico, logístico e de pessoal necessário às ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, respeitadas suas competências legais e regulamentares.
Parágrafo único. As referências do Plano a órgãos ou entidades de outros entes federativos, entidades privadas, concessionárias, organizações da sociedade civil ou voluntários têm natureza de articulação e cooperação, observadas as respectivas competências e os instrumentos jurídicos próprios, não lhes sendo impostas obrigações por força exclusiva deste Decreto.

Art. 5º O Plano aprovado por este Decreto deverá ser revisado:
I - periodicamente, no mínimo a cada 12 (doze) meses; e
II - extraordinariamente, sempre que houver alteração relevante no cenário de risco, na estrutura organizacional, nos recursos disponíveis ou após a ocorrência real de evento adverso que demande resposta complexa.
§ 1º A revisão observará, quando incidentes, as exigências de avaliação, prestação de contas, mobilização e participação social previstas no art. 3º-A, § 6º, da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.
§ 2º A revisão deverá considerar os relatórios dos exercícios simulados e das ocorrências reais, observada a realização regular de simulados prevista no art. 8º, XI, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e no próprio Plano.

Art. 6º O Plano de Contingência integra-se aos:
I - planos setoriais municipais (Saúde, Assistência Social, Educação, Obras, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente);
II - planos e diretrizes estaduais e federais correlatos;
III - instrumentos de gestão de risco e planejamento territorial do Município.

Art. 7º As alterações de caráter estritamente operacional do Plano, tais como atualização de dados de contato, identificação de agentes designados por ato próprio, disponibilidade de recursos, locais de apoio e informações equivalentes, poderão ser incorporadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil mediante registro de nova versão, desde que não modifiquem competências legais, diretrizes, critérios essenciais de ativação ou desmobilização, nem imponham novas obrigações.
Parágrafo único. Alterações substanciais do Plano deverão ser submetidas à aprovação do Prefeito por ato próprio.

Art. 8º O Plano deverá contemplar a organização do sistema de resgate e de atendimento emergencial à fauna impactada, bem como os pontos de abrigo após a ocorrência de desastre, nos termos do art. 3º-A, § 7º, VIII, da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, acrescido pela Lei Federal nº 15.355, de 11 de março de 2026.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:9B7F0ADE

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.031, DE 6 DE OUTUBRO DE 2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária à duplicação de trecho da Rodovia PR-493, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos XI e XXIII, na forma do art. 62, inciso I, alínea "d", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido no Memorando nº 19.991, de 30 de junho de 2026, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, especificamente no despacho nº 44;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área necessária à duplicação de trecho da Rodovia PR-493, integrante da Matrícula nº 13.111, do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 217,98 m² e perímetro de 112,42 m, cuja descrição se inicia no vértice 1, de coordenadas N 7.102.231,31 m e E 331.130,97 m.
Parágrafo único. A área descrita no caput corresponde à parcela do imóvel necessária à execução da duplicação da Rodovia PR-493, conforme o respectivo memorial descritivo e levantamento técnico.

Art. 2º As desapropriações poderão ser realizadas mediante acordo com os proprietários ou judicialmente, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Fica declarada a urgência da desapropriação, para os fins do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, em relação à parcela descrita no art. 1º deste Decreto, ficando a Procuradoria-Geral do Município autorizada a requerer a emissão provisória na posse, mediante o depósito e o cumprimento dos demais requisitos legais, sem prejuízo da formalização de acordo administrativo ou da aquisição da área mediante doação voluntária.
Parágrafo único. O pedido de emissão provisória na posse deverá observar o prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias previsto no § 2º do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, contado, para fins de controle administrativo, a partir da publicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:1B7C1F09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 03/2026

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
HOMOLOGAÇÃO: 05/10/2026
CONTRATADO: CASA DE APOIO SANTA CLARA
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO RESTAURAÇÃO DIVINA
OBJETO: Termo de Colaboração para atendimento especializado, em regime de acolhimento institucional de longa permanência de pacientes, com fragilidade e ausência de vínculos familiares, sendo pessoa com deficiência que demanda cuidados de terceiros.

FUNDAMENTO: Art. 30, inciso VI da Lei 13.019/2014.
DATA: 06/10/2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO
TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
Contratada: ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO RESTAURAÇÃO DIVINA
Valor R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais) para o período de 12 (doze) meses.
Vigência.....: Início: 26/06/2026 até 26/06/2027
Licitação....: Dispensa de Licitação p/ Chamamento Público nº 05/2026
Recursos....: Órgão: 10 – Secretaria de Assistência Social: 02 – Fundo municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade: 08.245.2.055 – Bloco de proteção social especial de média e alta complexidade.
Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00 1000 – Subvenções Sociais Objeto.....: Termo de Colaboração para atendimento especializado, em regime de acolhimento institucional de longa permanência de pacientes, com fragilidade e ausência de vínculos familiares, sendo pessoa com deficiência que demanda cuidados de terceiros.

Paula Freitas, 06 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:6D4B67B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 04/2026

O Prefeito Municipal, **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações após analisado o resultado da Dispensa de Chamamento Público nº 02/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO DE TRANSFERENCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 04/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026
MODALIDADE DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
OBJETO: *Atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares a fim de possibilitar aos mesmos uma melhoria da qualidade de vida, coexistindo com a possibilidade de evolução nas diversas áreas adaptativas, oportunizando a essas pessoas com deficiência à inclusão e integração na sociedade.*
FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULA FREITAS - APAE –
ITEM 01 - Valor Total: R$8.120,04 (oito mil cento e vinte reais e quatro centavos).

Paula Freitas, 06 de outubro de 2026.

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 04/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026
HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2026
CONTRATADO: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULA FREITAS/PR - APAE**
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
OBJETO: *Atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares a fim de possibilitar aos mesmos uma melhoria da qualidade de vida, coexistindo com a possibilidade de evolução nas diversas áreas adaptativas, oportunizando a essas pessoas com deficiência à inclusão e integração na sociedade.*
TOTAL GERAL: R$8.120,04 (oito mil cento e vinte reais e quatro centavos).

FUNDAMENTO: Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014;
Artigo 16 do Decreto Municipal 1781/2017;

DATA: 06/10/2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULA FREITAS - APAE
Valor.....: **R$8.120,04 (oito mil cento e vinte reais e quatro centavos)**
Vigência.....: Início: 01/10/2026 - Término: 31/12/2026
Licitação....: **Dispensa de Chamamento Público nº 04/2025**
Recursos....: 156 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS 00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB.

Objeto.....: *Atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares a fim de possibilitar aos mesmos uma melhoria da qualidade de vida, coexistindo com a possibilidade de evolução nas diversas áreas adaptativas, oportunizando a essas pessoas com deficiência à inclusão e integração na sociedade.*

Paula Freitas, 06 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:8D3F12EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 05/2026

O Prefeito Municipal, **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações após

analisado o resultado da Dispensa de Chamamento Público nº 05/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO DE TRANSFERENCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 05/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026
MODALIDADE DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
OBJETO: *Realização de Atividades esportivas e eventos beneficentes a população de Paula Freitas através da sociedade BOTAFOGO.*
FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREEATIVA E BENEFICENTE BOTAFOGO –
TOTAL GERAL: R$ 42.060,02 (quarenta e dois mil e sessenta reais e dois centavos).

Paula Freitas, 06 de outubro de 2026.

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Nº 05/2026
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026
HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2026
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREEATIVA E BENEFICENTE BOTAFOGO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
OBJETO: *Realização de Atividades esportivas e eventos beneficentes a população de Paula Freitas através da sociedade BOTAFOGO.*
TOTAL GERAL: R$ 42.060,02 (quarenta e dois mil e sessenta reais e dois centavos).
.FUNDAMENTO: Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014; Artigo 16 do Decreto Municipal 1781/2017;

DATA: 06/10/2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
Contratada: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREEATIVA E BENEFICENTE BOTAFOGO
Valor.....: **R$ 42.060,02 (quarenta e dois mil e sessenta reais e dois centavos).**
Vigência.....: Início: 01/10/2026 até 31/12/2026
Licitação....: **Dispensa de Chamamento Público nº 05/2026**
Recursos....: 187 - 3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
Objeto.....: *Realização de Atividades esportivas e eventos beneficentes a população de Paula Freitas através da sociedade BOTAFOGO.*

Paula Freitas, 06 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:DE207B79

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2026

Concurso Público - Edital nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público nº 01/2026, Homologado em 13 de agosto de 2026, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado para apresentarem-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fins de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme disposto no item 19.6 do Edital do Concurso em epigrafe.

Cargo: Médico Ginecologista/Obstetra-Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Inscrição nº
1.º Lugar	Brenda Thomas	23812578

Paula Freitas, 06 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:CC6494E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 273/2026– DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Exonerar a pedido a servidora **ROSANGELA DA APARECIDA DE LARA**, portadora da carteira de identidade RG nº ******576-SP, aprovada no Processo Seletivo Simplificado –PSS, Edital nº 01/2024, ocupante do cargo temporário de Professor Educação Infantil-40 hrs a partir de 06 de outubro de 2026.

Art. 2. º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 069/2025 de 05 de março de 2025.

Paço Municipal,06 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:682EEDF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2025

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN

1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025
CREDENCIAMENTO - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN-PR, Fundação Pública de Direito Público Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 207/209, Paulo Frontin/PR, neste ato representada por sua Diretora Presidente e Secretária Municipal de Saúde, LORENA APARECIDA SOARES.
CREDENCIADA: INÁCIO ASSESSORIA EM SAÚDE S/S LTDA, Sociedade Simples Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 33.504.246/0001-50, com sede na Rua Comendador Albino da Silva Rebello, nº 101, Bairro Cohapar II, Inácio Martins/PR, representada por seu administrador. ADRIANO VITORIANO.
OBJETO: Prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 19/2025 por 120 (cento e vinte) dias.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a prorrogação de contratos de serviços e

fornecimentos contínuos, desde que haja previsão em edital, comprovação de vantajosidade e manutenção das condições contratuais.
VALOR DO ADITIVO: --.
REAJUSTE:--.
NOVA VIGÊNCIA:A partir de 03/10/2026, passando o contrato a vigorar até 31/01/2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 03.001; Máscara: 03.001.10.301.0017.2041.3.3.90.39.00; Fonte: 496; Organograma: 03.001; Máscara: 03.001.10.301.0017.2041.3.3.90.39.00; Fonte: 1494; Organograma: 03.001; Máscara: 03.001.10.301.0017.2041.3.3.90.39.00; Fonte: 303.
DATA DA ASSINATURA:05 de outubro de 2026.

Paulo Frontin/PR, 06 de outubro de 2026.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:EF311F75

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 605/2026

DECRETO N. 605/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar por transposição para o orçamento da Fundação Municipal de Saúde com recursos de anulação do orçamento da Prefeitura e contém outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.525/2026;
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Saúde, do atual exercício, no valor de R$ 1.991.240,99 (Um milhão e novecentos e noventa e um mil e duzentos e quarenta) reais e noventa e nove centavos) oriundo de transposição do orçamento da Prefeitura com a seguinte classificação orçamentária:
ÓRGÃO – 03.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN
UNIDADE – 03.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN
ATIVIDADE – 2.041 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11.00	1064	Vencimentos e Vantagens – PC	35.377,86
3.1.90.11.00	1051	Vencimentos e Vantagens – PC	606.003,94
3.1.90.11.00	0497	Vencimentos e Vantagens – PC	26.587,94
3.3.90.30.00	1494	Material de Consumo	68.000,00
3.3.90.30.00	0879	Material de Consumo	100.000,00
3.3.90.36.00	0498	Outros Serviços de Terceiros – PF	12.000,00
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	37.440,39
3.3.90.39.00	0369	Outros Serviços de Terceiros – PJ	5.830,86
3.3.90.39.00	0494	Outros Serviços de Terceiros – PJ	700.000,00
3.3.90.39.00	0877	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
3.3.90.39.00	0879	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
			1.991.240,99

Art. 2º - Os recursos que darão cobertura ao crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior são oriundos anulação de dotações conforme abaixo:
ÓRGÃO – 02.00 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE – 02.006 – SECRETARIA M. DE SAÚDE
ATIVIDADE – 2.026 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11.00	1064	Vencimentos e Vantagens – PC	35.377,86
3.1.90.11.00	1051	Vencimentos e Vantagens – PC	606.003,94
3.1.90.11.00	0497	Vencimentos e Vantagens – PC	26.587,94
31.90.11.00	0494	Vencimentos e Vantagens – PC	700.000,00
3.3.90.30.00	0879	Material de Consumo	100.000,00
3.3.90.36.00	1494	Outros Serviços de Terceiros – PF	42.000,00
3.3.90.36.00	0498	Outros Serviços de Terceiros – PF	12.000,00
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	37.440,39
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	26.000,00
3.3.90.39.00	0369	Outros Serviços de Terceiros – PJ	5.830,86
3.3.90.39.00	0877	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
3.3.90.39.00	0879	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
			1.991.240,99

Art. 3º - As alterações feitas por esta Lei ficam inseridas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 06 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:7F58C305

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 603/2026

DECRETO Nº 603/2026

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN E NOMEIA OS SEUS MEMBROS.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 65, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município e o art. 12 da Lei Municipal nº 366/1999;
CONSIDERANDO que o art. 9º da Lei Municipal nº 366/1999 sujeita o profissional da educação nomeado para cargo de provimento efetivo a estágio probatório por período ininterrupto de 03 (três) anos;
CONSIDERANDO que o § 3º do art. 9º da Lei Municipal nº 366/1999 determina que o profissional da educação seja periodicamente avaliado por Comissão Especial designada para esse fim, e que a avaliação final de desempenho seja submetida à homologação da autoridade superior dois meses antes do término do período de estágio probatório;
CONSIDERANDO que o art. 12 e seu parágrafo único da Lei Municipal nº 366/1999 fixam a composição da Comissão Especial em 05 (cinco) membros e o seu período de atuação em 01 (um) ano;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar o ato de nomeação da Comissão à composição legal e de disciplinar o seu funcionamento;
DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Paulo Frontin, com a composição prevista no parágrafo único do art. 12 da Lei Municipal nº 366/1999, integrada pelos seguintes membros:
I – Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
Titular: Cleoneia Fiamoncini, CPF nº 990.172.619-00
Suplente: Romualdo Dorochinski Filho, CPF nº 708.778.749-72
II – Especialista em Educação:
Titular: Cristina Frates Carlotto, CPF nº 996.573.689-87;
Suplente: Jucélia Rozeli Novicki, CPF nº865.828.289-91;
III – Professores:
Titular: Leovyn Dalliane Witter Welter, CPF nº 011.683.159-64
Suplente: Janice Lúcia Grando Marafon CPF nº 037.989.729-66
Titular: Géssica Keli Camilo, CPF nº 080.968.539-61
Suplente: Cristiana Aparecida Bora Marafon CPF nº 971.234.559-91
IV – Representante indicado pelo Sindicato da Categoria:
Titular: Cristiane Vergutz, CPF nº 041.429.709-17;
Suplente: Sandra Cristina Leão, CPF nº 674.110.299-04.
§ 1º A indicação de que trata o inciso IV foi formalizada pelo Ofício nº 064/2026 do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública, que integra o respectivo processo administrativo.
§ 2º Os suplentes substituirão os titulares nas ausências, impedimentos e suspeições, com os mesmos direitos e deveres.

Art. 2º A Comissão será presidida pelo membro de que trata o inciso I do art. 1º, a quem compete convocar as reuniões, dirigir os trabalhos e subscrever os pareceres.
Parágrafo único. Fica designado o servidor André Luis Estacheski, lotado no Departamento de Recursos Humanos, para secretariar os trabalhos da Comissão, prestando-lhe apoio administrativo, sem integrá-la e sem direito a voto.
Art. 3º A Comissão atuará pelo período de 01 (um) ano, contado da data de publicação deste Decreto, vedada a prorrogação tácita.
Art. 4º Compete à Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório:
I – conferir o preenchimento das Fichas de Avaliação de Desempenho, devolvendo-as ao avaliador sempre que constatada omissão, dúvida ou inconsistência, com o objetivo de evitar erros na avaliação;
II – computar a pontuação do avaliado;
III – emitir parecer conclusivo sobre o resultado das avaliações periódicas e da avaliação final do estágio probatório;
IV – submeter à homologação da autoridade superior, 2 (dois) meses antes do término do período de estágio probatório, a avaliação final de desempenho do profissional, considerando as avaliações anteriores, na forma do art. 9º, § 3º, da Lei Municipal nº 366/1999;
V – propor ao Chefe do Poder Executivo a adequação dos formulários de avaliação e as normas complementares necessárias à fiel execução do Regulamento;
VI – indicar programas de treinamento e de acompanhamento funcional, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos profissionais;
VII – participar do processo de acompanhamento dos profissionais que obtiverem resultado insatisfatório.
Parágrafo único. A competência prevista no inciso V não autoriza a Comissão a alterar, suprimir ou acrescentar fatores de avaliação, que são os fixados no art. 9º, § 2º, da Lei Municipal nº 366/1999.
Art. 5º A avaliação de desempenho observará obrigatoriamente os seguintes fatores, na forma do art. 9º, § 2º, da Lei Municipal nº 366/1999:
I – assiduidade;
II – disciplina;
III – capacidade de iniciativa;
IV – eficiência;
V – pontualidade;
VI – responsabilidade;
VII – produtividade.
§ 1º As avaliações serão periódicas, mediante preenchimento da Ficha de Avaliação de Desempenho pelo Diretor da Escola ou pela chefia imediata do avaliado.
§ 2º Será dada ciência ao avaliado do resultado de cada avaliação, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, que será juntada aos autos e apreciada pela Comissão.
§ 3º O profissional não aprovado no estágio probatório será exonerado, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 366/1999.
§ 4º Cumprido o período de estágio probatório e homologada a avaliação final, o profissional adquire a estabilidade, na forma do art. 11 da Lei Municipal nº 366/1999.
Art. 6º Não poderá atuar na avaliação o membro que seja cônjuge, companheiro ou parente do avaliado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou que tenha interesse direto na matéria submetida à Comissão.
Parágrafo único. Configurado o impedimento ou a suspeição, o membro declarar-se-á impedido nos autos e será substituído pelo respectivo suplente.
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e o Departamento de Recursos Humanos prestarão à Comissão todo o apoio material e técnico necessário ao desenvolvimento dos seus trabalhos e darão o encaminhamento cabível às questões suscitadas a partir das avaliações.
Art. 8º As reuniões da Comissão serão registradas em ata e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.
Art. 9º O exercício das funções de membro da Comissão não enseja remuneração de qualquer espécie, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvida a Comissão.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin/PR, 06 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:5316D37F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 606/2026

DECRETO Nº 606/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Saúde com recursos de excesso de arrecadação por tendência e anulação de dotação contém outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.518/2026;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Saúde, do atual exercício, no valor de R$ 1.620.668,00 (Um milhão e seiscentos e vinte mil e seiscentos e sessenta e oito reais) com a seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO- 03.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE - 03.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE - 2.041 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11.00	1051	Vencimentos e Vantagens Fixas	661.668,00
3.1.90.11.00	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas – PC	120.000,00
3.1.90.11.00	0497	Vencimentos e Vantagens Fixas – PC	78.000,00
3.1.90.13.00	0303	Contribuições patronais	120.000,00
3.3.90.30.00	0497	Material de Consumo	12.000,00
3.3.90.36.00	0498	Outros Serviços de Terceiros – PF	39.000,00
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
3.3.90.39.00	1494	Outros Serviços de Terceiros – PJ	100.000,00
3.3.90.39.00	0303	Outros Serviços de Terceiros – PJ	290.000,00
			1.620.668,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos de anulação de dotações conforme discriminado abaixo, no valor de R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) e por excesso no valor de R$ 1.330.668,00 (Um milhão e trezentos e trinta mil e seiscentos e sessenta e oito reais).
ÓRGÃO- 03.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE - 03.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE – 2.041- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.36.00	0303	Outros Serviços de Terceiros – PF	130.000,00
			130.000,00

ATIVIDADE 2.042 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.36.00	0303	Outros Serviços de Terceiros – PF	110.000,00
4.4.90.52.00	0303	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00
			160.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA

FONTE	VALOR
1051	661.668,00
1064	120.000,00

303	120.000,00
497	78.000,00
497	12.000,00
498	39.000,00
496	200.000,00
1494	100.000,00
	1.330.668,00

Art. 3º - As alterações feitas por esta Lei ficam inseridas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 06 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:A42991A1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026- ATA DE CREDENCIAMENTO 02/2026

ATA DE CREDENCIAMENTO 02/2026
Edital De Credenciamento Nº 003/2026
Processo Administrativo Nº: 65/2026
Objeto: Credenciamento (Chamamento Público) de pessoas jurídicas para a prestação de serviços continuados e interdisciplinares de Psicologia e de Serviço Social, com 3 (três) postos de Psicologia de 20 horas semanais cada e 1 (um) posto de Serviço Social de 30 horas semanais, para assegurar o atendimento psicossocial na Unidade de Acolhimento Institucional (Casa Lar) do Município de Paulo Frontin-PR, bem como de suas famílias e das cuidadoras sociais da instituição.
Aos seis dias de outubro de 2026, reuniu-se na sede da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin/PR a Agente de Contratação e membro de equipe de apoio, abaixo assinado para a para proceder à análise da documentação complementares necessários a habilitação no Edital de Credenciamento nº 03/2026, após a concessão de prazo, da empresa ANNA K. HUDZIAK PSICOLOGIA, inscrita no CNPJ 69.137.915/0001-40 .
2- Da Documentos de Habilitação Apresentados
A Empresa ANNA K HUDZIAK PISICOLOGIA apresentou o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade com item 6.4 alínea *d* do Edital, entretanto quanto ao Registro ou inscrição ativa e regular da pessoa jurídica no Conselho Regional de Psicologia, com inscrição secundária ou visto no CRP/PR .(Item 6.6 alínea a do Edital), empresa, apresentou o Protocolo: 93953/2026 referente a inscrição de pessoa física e requerimento de concessão de prazo para a apresentação da inscrição de Pessoa Jurídica junto ao CRP-PR, justificando que este depende de procedimento administrativo perante o Conselho Profissional.
3- Deliberações
Considerando que o item 6.6 alínea *a* do edital estabelece como condição de início da execução o registro ou inscrição ativa e regular da pessoa jurídica no Conselho Regional de Psicologia, com inscrição secundária ou visto no CRP/PR como condição de início da execução, e que o a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, nos termos do Art. 79 da Lei 14.133/2021, e que a empresa não poderá prestar serviços sem estar devidamente habilitada no certame, entende que a concessão de prazo não acarreta prejuízos a administração pública ou a eventuais interessados.
Desta forma, concede-se o prazo de 10 (dez) dias uteis, a contar da publicação da presente Ata, para que as empresa ANNA K HUDZIAK PISICOLOGIA proceda a complementação dos documentos de Habilitação, conforme exigência editalícia, devendo ainda reapresentar eventuais documentos habilitatórios cuja validade expire no decurso do prazo. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

ANDRESSA TESKA
Agente de Contratação

FELIPE MATHEUS SAK
Equipe de Apoio

Publicado por:
Andressa Teska
Código Identificador:6D72D114

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026- ATA DE CREDENCIAMENTO 03/2026

ATA DE CREDENCIAMENTO 03/2026
Edital De Credenciamento Nº 003/2026
Processo Administrativo Nº: 65/2026
Objeto: Credenciamento (Chamamento Público) de pessoas jurídicas para a prestação de serviços continuados e interdisciplinares de Psicologia e de Serviço Social, com 3 (três) postos de Psicologia de 20 horas semanais cada e 1 (um) posto de Serviço Social de 30 horas semanais, para assegurar o atendimento psicossocial na Unidade de Acolhimento Institucional (Casa Lar) do Município de Paulo Frontin-PR, bem como de suas famílias e das cuidadoras sociais da instituição.
Aos seis dias de outubro de 2026, reuniu-se na sede da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin/PR a Agente de Contratação e membro de equipe de apoio, abaixo assinado para a para proceder à análise da documentação complementares necessários a habilitação no Edital de Credenciamento nº 03/2026, após a concessão de prazo, da empresa ESSENCIA CLÍNICA TERAPEUTICA, inscrita no CNPJ 52.242.346/0001-08.
2- Da Documentos de Habilitação Apresentados
A Empresa apresentou, na data de 01 de outubro de 2026, Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.
3- Deliberações
Considerando que a Empresa **ESSÊNCIA CLÍNICA TERAPEUTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 52.242.346/0001-08, representada legalmente por Adriana Cristina Santos Rosa Koteski, apresentou a documentação exigida de acordo com o edital de Credenciamento 03/2026, fica a **empresa Habilitada e Apta ao credenciamento no item 01 - Serviços de Psicologia do processo em epigrafe.**
Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

ANDRESSA TESKA
Agente de Contratação

FELIPE MATHEUS SAK
Equipe de Apoio

Publicado por:
Andressa Teska
Código Identificador:B374F266

GABINETE DO PREFEITO
LEI 1.560/2026

LEI 1.560/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Saúde com recursos de excesso de arrecadação por tendência e anulação de dotação contém outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Saúde, do atual exercício, no valor de R$ 1.620.668,00 (Um milhão e seiscentos e

vinte mil e seiscentos e sessenta e oito reais) com a seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO- 03.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE - 03.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE - 2.041 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11.00	1051	Vencimentos e Vantagens Fixas	661.668,00
3.1.90.11.00	1064	Vencimentos e Vantagens Fixas – PC	120.000,00
3.1.90.11.00	0497	Vencimentos e Vantagens Fixas – PC	78.000,00
3.1.90.13.00	0303	Contribuições patronais	120.000,00
3.3.90.30.00	0497	Material de Consumo	12.000,00
3.3.90.36.00	0498	Outros Serviços de Terceiros – PF	39.000,00
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
3.3.90.39.00	1494	Outros Serviços de Terceiros – PJ	100.000,00
3.3.90.39.00	0303	Outros Serviços de Terceiros – PJ	290.000,00
			1.620.668,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos de anulação de dotações conforme discriminado abaixo, no valor de R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) e por excesso no valor de R$ 1.330.668,00 (Um milhão e trezentos e trinta mil e seiscentos e sessenta e oito reais).
ÓRGÃO- 03.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE - 03.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE – 2.041- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.36.00	0303	Outros Serviços de Terceiros – PF	130.000,00
			130.000,00

ATIVIDADE 2.042 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.36.00	0303	Outros Serviços de Terceiros – PF	110.000,00
4.4.90.52.00	0303	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00
			160.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA

FONTE	VALOR
1051	661.668,00
1064	120.000,00
303	120.000,00
497	78.000,00
497	12.000,00
498	39.000,00
496	200.000,00
1494	100.000,00
	1.330.668,00

Art. 3º - As alterações feitas por esta Lei ficam inseridas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 06 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:2F4949AA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. 1.559/2026

LEI N. 1.559/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar por transposição para o orçamento da Fundação Municipal de Saúde com recursos de anulação do orçamento da Prefeitura e contém outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Saúde, do atual exercício, no valor de R$ 1.991.240,99 (Um milhão e novecentos e noventa e um mil e duzentos e quarenta) reais e noventa e nove centavos) oriundo de transposição do orçamento da Prefeitura com a seguinte classificação orçamentária:
ÓRGÃO – 03.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN
UNIDADE – 03.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN
ATIVIDADE – 2.041 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11.00	1064	Vencimentos e Vantagens – PC	35.377,86
3.1.90.11.00	1051	Vencimentos e Vantagens – PC	606.003,94
3.1.90.11.00	0497	Vencimentos e Vantagens – PC	26.587,94
3.3.90.30.00	1494	Material de Consumo	68.000,00
3.3.90.30.00	0879	Material de Consumo	100.000,00
3.3.90.36.00	0498	Outros Serviços de Terceiros – PF	12.000,00
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	37.440,39
3.3.90.39.00	0369	Outros Serviços de Terceiros – PJ	5.830,86
3.3.90.39.00	0494	Outros Serviços de Terceiros – PJ	700.000,00
3.3.90.39.00	0877	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
3.3.90.39.00	0879	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
			1.991.240,99

Art. 2º - Os recursos que darão cobertura ao crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior são oriundos anulação de dotações conforme abaixo:
ÓRGÃO – 02.00 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE – 02.006 – SECRETARIA M. DE SAÚDE
ATIVIDADE – 2.026 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

DOTAÇÃO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.11.00	1064	Vencimentos e Vantagens – PC	35.377,86
3.1.90.11.00	1051	Vencimentos e Vantagens – PC	606.003,94
3.1.90.11.00	0497	Vencimentos e Vantagens – PC	26.587,94
31.90.11.00	0494	Vencimentos e Vantagens – PC	700.000,00
3.3.90.30.00	0879	Material de Consumo	100.000,00
3.3.90.36.00	1494	Outros Serviços de Terceiros – PF	42.000,00
3.3.90.36.00	0498	Outros Serviços de Terceiros – PF	12.000,00
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	37.440,39
3.3.90.39.00	0496	Outros Serviços de Terceiros – PJ	26.000,00
3.3.90.39.00	0369	Outros Serviços de Terceiros – PJ	5.830,86
3.3.90.39.00	0877	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
3.3.90.39.00	0879	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
			1.991.240,99

Art. 3º - As alterações feitas por esta Lei ficam inseridas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 06 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:71367324

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DA DECISÃO Nº 01/2026 – RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 06/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026

OBJETO: construção de Barracão Industrial (2.691,64 m²), na Rua Alberto Kittlaus, Km 65, Lote Rural nº 20, Gleba 20-po, Colônia Missões – SAM 54.

RECORRENTE: MICEMETAL – MULLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – CNPJ 75.981.993/0002-00.
RECORRIDAS: B & B CONSTRUTORA LTDA.; e ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER (Schreiner Engenharia).
ATO RECORRIDO: habilitação das recorridas, declarada na sessão pública de 02/09/2026.
DECISÃO: A Agente de Contratação, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 2.1 e 10.7 do Edital, decidiu: a) CONHECER do recurso; b) NEGAR-LHE PROVIMENTO quanto à licitante B & B CONSTRUTORA LTDA., mantendo íntegra a sua habilitação e a sua condição de beneficiária do tratamento favorecido da LC nº 123/2006, ressalvada a diligência prevista no item 9.2 do Edital, e INDEFERIR as diligências requeridas; c) JULGÁ-LO PREJUDICADO, por perda superveniente de objeto, quanto à licitante ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER, em razão da desistência comunicada pelo Ofício nº 56/2026, de 23/09/2026; d) HOMOLOGAR a desistência de ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER, com a sua exclusão das fases subsequentes do certame e a manutenção do seu Envelope nº 1 lacrado nos autos, para devolução após a homologação; e) JULGAR PREJUDICADO o pedido de efeito suspensivo e DECLARAR atendidos os pedidos de juntada e de submissão ao contraditório; f) DETERMINAR a juntada da decisão aos autos, a sua publicação no Portal da Transparência e no PNCP e a intimação de todas as licitantes, inclusive da desistente; g) ENCAMINHAR os autos ao Prefeito Municipal, para decisão do recurso na parte em que mantida a decisão recorrida, no prazo de 10 (dez) dias úteis; h) após a decisão final, PROSSEGUIR com a convocação da sessão pública de lances entre as licitantes habilitadas remanescentes, mediante aviso com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A íntegra da decisão está disponível no Portal da Transparência do Município e no PNCP.
Pérola d'Oeste/PR, 29 de setembro de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG –
Agente de Contratação – Presidente da Comissão de Licitação – Portaria nº 38/2026

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:16EF6F7E

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2022.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2022.

OBJETO: Alterar a vigência, reajustar o valor, e alterar o valor e a quantidade do contrato.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: SELECT SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2022 e Contrato de Prestação de Serviços nº 138/2022.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 04/10/2025 a 03/10/2026.
VIGÊNCIA ADITIVADA: 05/10/2026 a 04/10/2027.
VALOR ORIGINAL: R$ 1.104.316,68 (um milhão, cento e quatro mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos).
VALOR ADITIVADO: R$ 1.912.977,47 (um milhão, novecentos e doze mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos).
BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93.
DATA DO FIRMAMENTO: 05/10/2024.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:BF9D74FE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA DECISÃO Nº 02/2026 – RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 06/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026

OBJETO: construção de Barracão Industrial (2.691,64 m²), na Rua Alberto Kittlaus, Km 65, Lote Rural nº 20, Gleba 20-po, Colônia Missões – SAM 54.
RECORRENTE: B & B CONSTRUTORA LTDA. – CNPJ 17.349.262/0001-69.
RECORRIDAS: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER (Schreiner Engenharia); e MICEMETAL – MULLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ATO RECORRIDO: habilitação das recorridas, declarada na sessão pública de 02/09/2026.
DECISÃO: A Agente de Contratação, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 2.1 e 10.7 do Edital, decidiu: a) CONHECER do recurso; b) NEGAR-LHE PROVIMENTO quanto à licitante MICEMETAL – MULLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., mantendo íntegra a sua habilitação; c) JULGÁ-LO PREJUDICADO, por perda superveniente de objeto, quanto à licitante ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER, em razão da desistência comunicada pelo Ofício nº 56/2026, de 23/09/2026; d) HOMOLOGAR a desistência de ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER, com a sua exclusão das fases subsequentes do certame e a manutenção do seu Envelope nº 1 lacrado nos autos, para devolução após a homologação; e) INDEFERIR o pedido de emissão de pareceres pelos setores de Contabilidade e de Engenharia; f) DETERMINAR a juntada da decisão aos autos, a sua publicação no Portal da Transparência e no PNCP e a intimação de todas as licitantes, inclusive da desistente; g) ENCAMINHAR os autos ao Prefeito Municipal, para decisão do recurso na parte em que mantida a decisão recorrida, no prazo de 10 (dez) dias úteis; h) após a decisão final, PROSSEGUIR com a convocação da sessão pública de lances entre as licitantes habilitadas remanescentes, mediante aviso com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A íntegra da decisão está disponível no Portal da Transparência do Município e no PNCP.
Pérola d'Oeste/PR, 29 de setembro de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG –
Agente de Contratação – Presidente da Comissão de Licitação – Portaria nº 38/2026

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:EB1B31F8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 05/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

OBJETO: construção de Barracão Industrial (área construída de 1.103,60 m²) – SAM 47/Paranacidade.
RECORRENTE: B & B CONSTRUTORA LTDA. – CNPJ 17.349.262/0001-69.
RECORRIDAS: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER – EPP; MICEMETAL MULLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.; CIESCA ENGENHARIA & PRÉ-MOLDADOS LTDA.; IMPONENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.; A P BARANOVSKI PRÉ-MOLDADOS LTDA.; e MOLDASA ENGENHARIA E OBRAS LTDA.
DECISÃO: A Agente de Contratação, com a Comissão de Contratação (Portaria nº 38/2026), nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, decidiu: a) HOMOLOGAR as desistências de ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER – EPP (Ofício nº 55/2026, de 23/09/2026) e de CIESCA ENGENHARIA & PRÉ-MOLDADOS LTDA. (requerimento de 24/09/2026), excluindo-as do certame, com o reordenamento da classificação; b) CONHECER do recurso e JULGÁ-LO PREJUDICADO, por perda do objeto, quanto aos pedidos de inabilitação das licitantes desistentes; c) NEGAR-LHE PROVIMENTO quanto aos demais pedidos, mantendo a habilitação de MICEMETAL MULLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., IMPONENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., A P BARANOVSKI PRÉ-MOLDADOS LTDA. e MOLDASA ENGENHARIA E OBRAS LTDA.; d) ENCAMINHAR a parte não reconsiderada ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis, mantido o efeito suspensivo do recurso (art. 168 da Lei nº 14.133/2021). Ficam intimadas todas as licitantes, inclusive as

desistentes. A íntegra da decisão está disponível no sítio eletrônico oficial do Município (www.peroladoeste.pr.gov.br) e no PNCP.

Pérola d'Oeste/PR, 06 de outubro de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação – Portaria nº 38/2026

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:3061277B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 05/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

OBJETO: construção de Barracão Industrial (área construída de 1.103,60 m²) – SAM 47/Paranacidade.
RECORRENTE: MICEMETAL MULLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – CNPJ 75.981.993/0002-00.
RECORRIDAS: B & B CONSTRUTORA LTDA.; e ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER – EPP.
DECISÃO: A Agente de Contratação, com a Comissão de Contratação (Portaria nº 38/2026), nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, decidiu: I) CONHECER do recurso; II) NEGAR-LHE PROVIMENTO quanto à B & B CONSTRUTORA LTDA., mantendo a sua habilitação e reconhecendo a veracidade da sua declaração de enquadramento como empresa de pequeno porte, ressalvada nova aferição, na forma do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, no momento em que vier a exercer qualquer benefício da LC nº 123/2006; III) HOMOLOGAR as desistências de ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER – EPP (Ofício nº 55/2026, de 23/09/2026) e de CIESCA ENGENHARIA & PRÉ-MOLDADOS LTDA. (requerimento de 24/09/2026), excluindo-as do certame, e DECLARAR PREJUDICADOS, por perda do objeto, os pedidos relativos à licitante Schreiner; IV) INDEFERIR os demais pedidos; V) ENCAMINHAR a parte não reconsiderada ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis, mantido o efeito suspensivo do recurso (art. 168 da Lei nº 14.133/2021). Ficam intimadas todas as licitantes, inclusive as desistentes. A íntegra da decisão está disponível no sítio eletrônico oficial do Município (www.peroladoeste.pr.gov.br) e no PNCP.
Pérola d'Oeste/PR, 06 de outubro de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação – Portaria nº 38/2026

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:B3296BD6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.

H O M O L O G O:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 (Processo Administrativo nº 38/2026) referente à **Contratação de empresas terceirizadas para prestação de serviço de transporte escolar do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná,** conforme parecer da assessoria jurídica e, comissão de licitações, com base na lei federal 14.133/2021 e alterações posteriores, para a Execução na forma legal pelas empresas abaixo, declaradas vencedoras conforme a organização de lotes constante das atas da sessão pública:

LOTE 01 (Rota 13) – CLAUDIR BARBOSA DA SILVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 49.854.988/0001-45, com endereço na Rua Euclides da Cunha, nº 4, Lote 04, Quadra 118, Centro, CEP 85.740-000, Pérola D'Oeste/PR, representada por seu representante legal Sr. Claudir Barbosa da Silva, declarado vencedor pelo valor de R$ 159.772,00 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e dois reais).

LOTE 02 (Rota 12) – TRANSPORTES FUNGUETTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 40.665.544/0001-97, com endereço na Estrada Linha São Feliciano, s/nº, Linha São Feliciano, CEP 85.740-000, Pérola D'Oeste/PR, representada por sua representante legal Sra. Bianca Vitória Funguetto, declarada vencedora pelo valor de R$ 135.400,00 (cento e trinta e cinco mil e quatrocentos reais).

Valor Total:
R$ 295.172,00 (duzentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e dois reais).

Pérola D'Oeste/PR, 10 de setembro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:81FA9736

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
DECRETO Nº 113/2026

SÚMULA: *Institui, em caráter especial e temporário, o Turno Único de trabalho de 6 (seis) horas diárias ininterruptas em unidades da Administração Pública Municipal de Pérola D'Oeste, fixa o horário de funcionamento de cada Secretaria, mantém a jornada regular dos serviços públicos essenciais, adota medidas de contenção de despesas e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65 da Lei Orgânica Municipal e, notadamente, com fundamento no art. 42, parágrafo único, da Lei Municipal nº 771, de 09 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa assegurada aos Municípios pelos arts. 18 e 30, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, que compreende a competência para organizar o funcionamento de suas repartições e o horário de expediente de seus servidores, desde que observados o interesse público e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o dever de a Administração zelar pela economicidade na aplicação dos recursos públicos (art. 70 da Constituição Federal) e pela gestão fiscal responsável, que pressupõe ação planejada e transparente destinada a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
CONSIDERANDO a necessidade de contenção das despesas de custeio do Município, especialmente com energia elétrica, água, telefonia, combustível, manutenção de veículos, material de expediente e de consumo, bem como com serviço extraordinário, sem prejuízo da qualidade e da continuidade dos serviços prestados à população;
CONSIDERANDO que o art. 42, parágrafo único, da Lei Municipal nº 771/2011 autoriza o Chefe do Poder Executivo a estabelecer, por meio de Decreto, jornadas especiais de caráter temporário para categorias específicas de servidores, sem alteração do valor dos vencimentos a eles atribuídos;
CONSIDERANDO que a adoção de jornada reduzida em regime de turno único deve ser motivada pelo interesse público e acompanhada da demonstração de ausência de prejuízo à população usuária dos serviços, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Acórdão nº 1579/16 – Tribunal Pleno (Processo nº

397688/15), razão pela qual este Decreto preserva integralmente os serviços essenciais;
CONSIDERANDO que o expediente concentrado em turno único permite a reorganização dos fluxos de trabalho e a otimização dos processos internos, com potencial aumento da produtividade dos servidores e redução do tempo ocioso das instalações públicas;
CONSIDERANDO que o Município já adotou o regime de turno único em exercícios anteriores, por meio dos Decretos Municipais nº 109/2016, nº 152/2019 e nº 158/2025, sem interrupção dos serviços públicos essenciais;
CONSIDERANDO por fim, que os serviços de saúde e as unidades escolares, pela sua natureza essencial e contínua, devem manter a jornada regular, assegurando-se o pleno atendimento à população;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica instituído, em caráter especial e temporário, no período de **09 de outubro de 2026 a 31 de janeiro de 2027**, o Turno Único de trabalho de 6 (seis) horas diárias, cumpridas de forma ininterrupta, de segunda a sexta-feira, nas unidades administrativas relacionadas no Anexo Único deste Decreto.
§ 1º O horário de funcionamento de cada unidade durante o Turno Único é o fixado no Anexo Único, que deverá ser observado por todos os servidores nela lotados, efetivos, comissionados e contratados temporariamente.
§ 2º Para os fins deste Decreto, integram a Secretaria Municipal de Administração o Gabinete do Prefeito, o Departamento de Contabilidade e Tesouraria, o Controle Interno e o Departamento de Recursos Humanos, que funcionarão das 07h00 às 13h00.
Art. 2º Não se aplica o Turno Único, permanecendo inalterada a jornada regular de trabalho, aos servidores lotados ou em exercício:
I – na Secretaria Municipal de Saúde, incluindo as Unidades Básicas de Saúde, o Plantão 24 Horas, a Farmácia Municipal, a Vigilância em Saúde (sanitária, epidemiológica e ambiental), os Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias e as equipes multiprofissionais;
II – nas Escolas Municipais e nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs;
III – no serviço de transporte escolar, que permanecerá com seus horários e itinerários inalterados, de acordo com o calendário e os turnos escolares;
IV – no Conselho Tutelar, que manterá seu horário de funcionamento e regime de plantão conforme a legislação própria.
Art. 3º Na sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, o Turno Único será cumprido em regime de revezamento entre os servidores, de modo a garantir o atendimento ao público nos períodos matutino e vespertino, cabendo à própria Secretaria organizar internamente as escalas.
Parágrafo único. Em nenhuma hipótese a jornada diária de trabalho de cada servidor poderá ser inferior a 6 (seis) horas, inclusive no regime de revezamento previsto no caput deste artigo, ressalvados os servidores cuja jornada legal já seja igual ou inferior a 6 (seis) horas diárias, que permanecem com sua jornada própria.
Art. 4º A adoção do Turno Único não implicará a interrupção dos serviços públicos essenciais ou daqueles que não possam ser paralisados sem prejuízo à população, tais como coleta de resíduos, limpeza urbana, manutenção emergencial de vias e estradas, iluminação pública, atendimento socioassistencial em situações de urgência, mediante plantão, e ações de defesa civil.
Parágrafo único. Caberá aos Secretários Municipais organizar, quando necessário, escalas de revezamento, plantão ou sobreaviso, de forma a assegurar a continuidade dos serviços referidos no caput, comunicando-as previamente ao Departamento de Recursos Humanos.
Art. 5º A instituição do Turno Único não implicará alteração ou redução do valor dos vencimentos ou da remuneração dos servidores abrangidos, conforme autorizado pelo parágrafo único do art. 42 da Lei Municipal nº 771/2011.
Art. 6º A instituição do Turno Único não gera, por si só, direito à percepção do adicional de serviço extraordinário.
§ 1º Os Secretários Municipais poderão convocar servidores para trabalho além do horário fixado no Anexo Único, de acordo com a necessidade do serviço.
§ 2º O adicional de serviço extraordinário previsto nos arts. 65 e 66 da Lei Municipal nº 300, de 11 de novembro de 2002, somente será pago ao servidor que, cumulativamente:
I – tiver sido convocado previamente, por escrito, pela chefia imediata ou pelo Secretário Municipal da pasta, para atender a situação excepcional e temporária; e
II – tiver cumprido integralmente a jornada regular do seu cargo, considerando-se extraordinário apenas o tempo que exceder essa jornada, e não o que exceder o horário do Turno Único, respeitado o limite de 2 (duas) horas por jornada fixado no art. 66 da mesma Lei.
§ 3º Não fazem jus ao adicional de que trata o § 2º os ocupantes de cargo em comissão, submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço, nos termos do art. 18, § 1º, e do art. 54, parágrafo único, da Lei Municipal nº 300/2002.
Art. 7º Permanece obrigatório o registro de frequência por meio do sistema de ponto biométrico, competindo às chefias imediatas fiscalizar o cumprimento integral do horário fixado para sua unidade, observados os deveres de assiduidade e pontualidade e a perda da remuneração por faltas, atrasos e saídas antecipadas, previstos no art. 88, inciso X, e no art. 47 da Lei Municipal nº 300/2002.
Parágrafo único. Durante o Turno Único, o registro de frequência compreenderá apenas as marcações de entrada e de saída, dispensada a marcação de intervalo, por se tratar de jornada ininterrupta, sem prejuízo da proibição de ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato, prevista no art. 89, inciso I, da mesma Lei.
Art. 8º O protocolo geral e o atendimento ao público das unidades abrangidas observarão o horário fixado no Anexo Único para a respectiva unidade.
Art. 9º O Turno Único não altera a contagem e o gozo de férias, licenças, afastamentos, feriados e pontos facultativos, e o servidor que retornar ao exercício durante a vigência deste Decreto cumprirá o horário fixado para a sua unidade, observado, quanto às férias, licenças, afastamentos e ausências autorizadas, o disposto nos arts. 68 a 75 da Lei Municipal nº 300/2002.
Art. 10. Os Secretários Municipais das pastas abrangidas deverão promover a reorganização dos fluxos de trabalho e a otimização dos processos internos, garantindo a efetividade e a qualidade da prestação dos serviços públicos durante o período de Turno Único.
Art. 11. Durante o período de Turno Único, as unidades abrangidas deverão adotar medidas complementares de contenção de despesas, especialmente:
I – o desligamento de equipamentos elétricos, iluminação e aparelhos de climatização ao término do expediente;
II – a racionalização do uso de veículos oficiais e do consumo de combustível;
III – o uso racional de água, telefonia, material de expediente e de consumo;
IV – a redução ao mínimo indispensável da realização de serviço extraordinário;
V – a revisão, pelos respectivos gestores, dos contratos de prestação de serviços contínuos e de locação de máquinas, veículos e equipamentos vinculados às unidades abrangidas, com a supressão dos quantitativos que se tornarem desnecessários em razão do horário reduzido, na forma dos arts. 124, inciso I, e 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e
VI – a suspensão de viagens, diárias e deslocamentos a serviço que não sejam indispensáveis à continuidade dos serviços públicos, bem como de despesas com eventos, festividades, homenagens e publicidade institucional sem caráter obrigatório.
Art. 12. Cada unidade abrangida deverá afixar, em local visível na entrada de suas instalações, o seu horário de atendimento durante o Turno Único, que também será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e nos demais canais oficiais de comunicação, juntamente com os telefones e endereços eletrônicos para contato.
Art. 13. Este Decreto poderá ser revogado ou alterado a qualquer tempo, conforme avaliação da Administração Municipal e o interesse público, restabelecendo-se automaticamente a jornada regular ao término de sua vigência.
Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES EM TURNO ÚNICO
(Decreto nº 113/2026)

Unidade administrativa	Horário do turno único	Observações
Secretaria Municipal de Administração (inclui Gabinete do Prefeito, Contabilidade/Tesouraria, Controle Interno e Recursos Humanos)	07h00 às 13h00	—
Secretaria Municipal de Assistência Social (inclui o CRAS)	07h00 às 13h00	Plantão para atendimento de emergências (art. 4º)
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	07h00 às 13h00	—
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	06h00 às 12h00	—
Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários	06h00 às 12h00	—
Secretaria Municipal de Esporte	06h00 às 12h00	Escalas organizadas pela própria Secretaria
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo – sede administrativa	Períodos matutino e vespertino, em revezamento	Escalas organizadas pela própria Secretaria (art. 3º)

Obs.: jornada regular mantida para os serviços relacionados no art. 2º (Saúde, Escolas e CMEIs, transporte escolar e Conselho Tutelar).

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:584AC45C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026
Endereço eletrônico: https://bnc.org.br/
(EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP)

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, CNPJ: 01.603.097/0001-90, **torna público que realizará contratação direta através de MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO, tipo ELETRÔNICA através da plataforma "*https://bnc.org.br/*"**, com fundamento no art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 002/2022 da CÂMARA MUNICIPAL DE PIEN e demais legislações aplicáveis, **com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE**, **para o objeto a seguir:**
OBJETO: Contratação de licenças de uso dos softwares Canva Pró e CapCut Pró, sendo 01 (uma) licença de cada ferramenta, pelo período de 12 (doze) meses, para utilização pela Assessoria de Comunicação e Imprensa da Câmara Municipal de Piên – PR, da Câmara Municipal de Piên, conforme termo de referência e anexos.

1.0 REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
1.2 VALOR TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Conforme valor apresentado no termo de referência constante neste edital.
1.3 FORMA DE EXECUÇÃO: As licenças serão utilizadas pelo período de 12 meses.
1.4 A SESSÃO PÚBLICA ACONTECERÁ NO DIA: **13 de outubro de 2026,**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Inicia-se o recebimento de proposta dia 07 de outubro de 2026 as 08:00 até às 09 horas e 29 minutos do dia 13 de outubro de 2026.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 13 de outubro de 2026, com duração de 06 horas.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA: "https://bnc.org.br/"
1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações BNC, de acordo com as normas de cadastramento do sistema Compras.gov.

1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico: https://www.pien.pr.leg.br e https://portal-legislativo-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/licitacoes/licitacoes

1.10. Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ com as quantidades as especificações técnicas constantes neste aviso, prevalecerão as deste aviso.

A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou presencialmente por meio de protocolo na secretaria da Câmara Municipal de Piên/PR, das 8h às 12h e das 13h00min às 17h, em até 02 (dois) dias antes do término do recebimento de proposta.

Piên/PR, 06 de outubro de 2026

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação
Portaria nº 003/2024

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:A38B1FCF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N° 08/2026

RESOLUÇÃO N° 08/2026

Sumula: "DISPÔE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Federal n º 4320/64 e Lei Municipal n º 1609 de 11/12/2025.
RESOLVE
Art. 1 º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), para as dotações abaixo especificadas:
01.001 – CAMARA MUNICIPAL
01.001.01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica .....R$ 25.000,00
33.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Inf. E Com. PJ .....R$ 10.000,00
Total .....R$ 35.000,00

Art. 2 º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 1 º, serão utilizados como recursos, o cancelamento parcial e total das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

01.001 – CAMARA MUNICIPAL
01.001.01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
33.90.08.00.00 – Outros Benefícios Assist. do Ser. E do Militar.....R$ 10.000,00
33.90.35.00.00 – Serviços de Consultoria .....R$ 15.000,00
33.90.92.00.00 – Despesas De Exercícios Anteriores.....R$ 10.000,00
Total .....R$ 35.000,00

Art. 3 º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se.
Piên, 05 de outubro de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente Vice

SIMONE APARECIDA VIEIRA PORTELA RAUEN
-Presidente

ALDO RUI ALVES DE LIMA
1º Secretário

KELVIN MICHAEL DA SILVA
2º Secretário

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:4D140DB9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2026

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 016/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA STRABE COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **STRABE COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA,** CNPJ 05.133.291/0001-00, localizada na Rodovia BR 280, nº 3290, Bairro: Industrial Sul em Rio Negrinho/SC, telefone: (47) 3635-1348, e-mail: engbrunajantsch@hotmail.com, representada por Lilian Baumel Maahs, portador da cédula de identidade R.G. n. º 5.841.377, inscrito no CPF sob n. º 008.xxx.959-xx a seguir denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 005/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3958/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado os prazos de execução e vigência conforme abaixo:

EXECUÇÃO: 150 (cento e cinquenta) dias de 01/08/2026 a 29/12/2026
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias de 29/01/2027 A 28/04/2027

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 06 de outubro de 2026

MAICON GROSSKOPF	*STRABE COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA*
Contratante	Contratado

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:534CD8CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 003/2025

5º ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA**, CNPJ 79.390.530/0001-43, localizada na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro: Corredeiras em Campo Alegre/SC, Telefone (47) 3635-1348, e-mail: fabiane@extracaodeareia.com.br, representada por **MARCOS HEINZ MAAHS**, portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.520.106, inscrito no CPF sob n. º 005.xxx.569-xx, residente na cidade de São Bento do Sul/SC, denominado **CONTRATADO**, resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 040/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: O prazo de execução fica prorrogado conforme abaixo:

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias de 23/08/2026 a 20/12/2026

Cláusula Segunda: As demais clausulas permanecem inalteradas.

Piên/PR, 06 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF	*EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA*
Contratante	Contratado

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0A744595

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO LICITAÇÃO DESERTA

AVISO LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Piên, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados nos termos da legislação vigente, torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 071/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a locação de trajes típicos de prenda, destinados às candidatas participantes do Concurso de Escolha da Rainha e Princesas do Município de Piên/PR, com sessão pública realizada em 06/10/2026, às 09:30 horas, foi declarada **DESERTA**, em razão da ausência de interessados/licitantes participantes no certame.

A licitação foi processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis constantes no edital.

Diante disso, os autos serão encaminhados à autoridade competente para análise e deliberação quanto à repetição do certame ou adoção das medidas administrativas cabíveis.

Piên/PR, 06 de outubro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:8B0CDB68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°308 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO N.º 308 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 82.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 82.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**EDUCAÇÃO**	
12.365.9.2.22	**GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**	
4.4.90.52.00.00	**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**	
2531	**1039 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF**	**2.000,00**
	SUBTOTAL	**2.000,00**
11	**SECRETARIA DE SAUDE**	
11.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
10.301.14.2.33	**MANUTENÇÃO DA GESTÃO EM SAÚDE**	
3.3.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
3970	**0493 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde**	**50.000,00**
10.301.14.2.34	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE**	
3.3.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
4150	**0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)**	**30.000,00**
	SUBTOTAL	**80.000,00**
	TOTAL	**82.000,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....82.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
11	SECRETARIA DE SAUDE	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.14.2.34	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
4110	0493 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
4230	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
	SUBTOTAL	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	**Fonte 1039 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAT - PRINCIPAL**	**2.000,00**
	TOTAL	**2.000,00**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....82.000,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên , 06 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:56D3310C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 307, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 307, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

EXONERA A PEDIDO, EMMA REGINA BARBOSA DORNELES OCUPANTE DO CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.070, de 09 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a senhora **EMMA REGINA BARBOSA DORNELES,** portadora da cédula de identidade civil RG nº 7******1, matrícula 4766330, ocupante do cargo público de **Professor,** a contar de 02 de outubro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos para 02 de outubro de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 05 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Republicado por incorreção

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:A8AD98F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 052/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 052/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **07 de outubro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Monitor de Educação Infantil

Classificação	Nome do Candidato
37º	JOSIANE BATISTA BAR

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:83D2D2CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 128/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 128/2026

PROTOCOLO: 4056/2026

Objeto: Contratação de show Nacional GILBERTO & GILMAR E BANDA para abertura do Natal Luz agendado para o dia 20 de novembro de 2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: OLIVIA TELLES PORCEL DE ALMEIDA EVENTOS
CNPJ: 24.613.361/0001-71
VALOR: R$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais)

AUTORIZAÇÃO 05/10/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:CBD67A21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 129/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 129/2026

PROTOCOLO: 4055/2026

Objeto: Contratação de show Nacional HUMBERTO E RONALDO para abertura do Natal Luz agendado para o dia 20 de novembro de 2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: MAA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 22.316.617/0001-53
VALOR: R$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)

AUTORIZAÇÃO 05/10/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:3B156026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1326, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1326, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 07 de janeiro a 21 de janeiro de 2027, ao servidor público **ROBSON CROSOE CONCEIÇÃO PINTO,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 682.***.***-** matrícula funcional nº 4765883, ocupante do cargo Público de **Fiscal Municipal.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 01 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área

Republicado por incorreção

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:370F8FCE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1327, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1327, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 13 de outubro a 22 de outubro de 2026, a servidora pública **Simone Aparecida Vieira Portela Rauen,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 026.***.***-** matrícula funcional nº 23481, ocupante do cargo público de **Assistente Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 01 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:92C1F3EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1328, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1328, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 25 de janeiro a 03 de fevereiro de 2027, a servidora pública **JOANA ROSANE LORKIEVICZ,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 8.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766153, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 01 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:9FBA278A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1329, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1329, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **VANESSA RAUT FERREIRA MÜLLER COSTA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 026.***.***-** e matrícula funcional 472951, ocupante do cargo público de **Enfermeiro(a),** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Capacitação sobre a Meningite Bacteriana	01/10/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9959/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 05 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:37730CD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1330, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1330, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ADRIANA KASUE NATSUME** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 790.***.***-** e matrícula funcional 4766495, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro da Rede Preparada da Mulher Segura	29/09/2026	Curitiba/PR	1 (uma)	R$ 61,00	9960/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 05 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAISNKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:F7A135AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1331, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1331, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ADRIANA KASUE NATSUME** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 790.***.***-** e matrícula funcional 4766495, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Transferência de Paciente para Curitiba	30/09/2026	Curitiba/PR	1 (uma)	R$ 61,00	10111/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 05 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAISNKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:35A08EFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1332, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1332, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **ALECSANDRO LOURENÇO MARTINS,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-** matrícula funcional 4766052, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Acompanhar Equipe Esportiva na Taça SESI	03/10/2026	Rio Negro/PR	1 (uma)	R$ 150,00	10167/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 05 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:B80DEEFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1333, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1333, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **ANDRÉ ASSIS DA SILVA** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 027.***.***-** matrícula funcional 4766150, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Área II - Área de Turismo e Eventos,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Acompanhar equipe esportiva na Taça SESI	03/10/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 150,00	10165/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data da viagem.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 05 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:F90F39E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1334, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1334, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, nos períodos de 09 de novembro a 28 de novembro de 2026, a servidora Pública **Claudia Knopick Lisboa,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 3***.***.*/SC matrícula funcional nº 105381, ocupante do cargo Público de **Assistente Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 06 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:E63258E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1335, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1335, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **PEDRO GERALDO CAVALHEIRO DA SILVA**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 670.***.***-** matrícula funcional 4765673, ocupante do cargo público de agente político de **Vice-Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
3ª Reunião Ordinária do	06/10/2026	Joinville/SC	1(uma)	R$ 61,00	10240/2026

Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC					

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 06 de outubro de 2026.

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:E9BE5CF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1336, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1336, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Eliane Pimentel Jubainski Streit, Diretora de Área da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 1321/2026, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **MAICON GROSSKOPF**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-** matrícula funcional 4765237, ocupante do cargo público de agente político de **Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião CELEPAR	07/10/2026	Curitiba/PR	1 (uma)	R$ 61,00	10239/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 06 de outubro de 2026

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:F7D6EB00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 18 de setembro de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **LUANA LEITE**, convocado (a) pelo Edital nº 049/2026, residente e domiciliado em Campina dos Maia, Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 7**.***-* e CPF nº 117.***.***-26 venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL,** conforme classificação obtida no **Concurso Público 001/2023.**

_____
LUANA LEITE

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:ED253461

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 27, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

A Secretaria Municipal de Educação de Piên, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Artigos 58 a 60 da Lei Municipal n° 1070, de 09 de setembro de 2010,

Resolve:

Art. 1° Tornar público o resultado da seleção para formação de cadastro de professor com disponibilidade para atuar em Turno Suplementar, para o ano letivo de 2026, conforme segue:

Estabelecimento de Ensino	Turno	Classificação	Nome
Escola Municipal do Campo Etelvina Pacheco	Manhã	1º	Letícia Pscheidt Machado Galvão
Centro Municipal de Educação Infantil Tio Milton	Manhã	1º	Bruna Aparecida Grosskopf Vieira

Piên, 06 de outubro de 2026.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO
Secretária de Educação

Publicado por:
Noili Fortescki Gassner
Código Identificador:91ED22DC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)
COMPRASGOV-19/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **23/10/2026, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na disponibilização de solução tecnológica integrada para gestão, monitoramento e controle da frota municipal, compreendendo plataforma em ambiente de computação em nuvem (SaaS), fornecimento, instalação e manutenção de dispositivos eletrônicos embarcados (IoT), rastreamento por GPS, suporte técnico, treinamento, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, conforme especificações constantes do Termo de Referência".

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/10/2026, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 06/10/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:CFEBD842

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 217/2026

DECRETO 217/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 05 de Outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:08506992

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1159/2026

LEI Nº 1.159/2026

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Município de Pinhal de São Bento poderá contratar pessoal por tempo determinado para atuar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo, nas hipóteses, condições e prazos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. A contratação de que trata esta Lei possui natureza jurídico-administrativa, é regida por contrato especial de direito público e não gera vínculo efetivo, estabilidade ou expectativa de efetivação no serviço público municipal.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins desta Lei:
I - a assistência educacional indispensável em situação de emergência ou de calamidade pública, enquanto perdurarem seus efeitos;
II - a substituição temporária de profissional da educação afastado por licença legal, cedido ou designado para função de direção, chefia ou assessoramento, quando a ausência comprometer a continuidade do serviço educacional;
III - o atendimento a aumento temporário e comprovadamente imprevisível de matrículas, de turmas ou da demanda por serviços educacionais;
IV - a substituição temporária decorrente de vacância de cargo efetivo, pelo período estritamente necessário à realização e à conclusão de concurso público ou à nomeação de candidato aprovado em concurso vigente;
V - a execução de programa, projeto ou convênio educacional de duração determinada, instituído ou celebrado com a União, o Estado ou entidades da Administração Pública, desde que as atividades sejam temporárias e não correspondam a necessidade permanente do quadro municipal;
VI - o atendimento a necessidade transitória decorrente da implantação de unidade, modalidade, etapa ou serviço educacional, pelo tempo indispensável à sua estruturação e ao provimento regular da força de trabalho;
VII - o atendimento a aumento transitório e excepcional do volume de trabalho, quando demonstrada a impossibilidade de suprimento por remanejamento de pessoal ou por outros meios ordinários de gestão;
VIII - para o provimento temporário de cargos iniciais da carreira do magistério, quando as vagas não tiverem sido preenchidas por concurso público vigente, em razão da inexistência de candidatos inscritos, aprovados ou classificados em número suficiente para atender à necessidade da rede municipal de ensino.

§ 1º A contratação dependerá de processo administrativo específico que demonstre, de forma individualizada, a ocorrência da hipótese legal, a excepcionalidade, a temporariedade, o quantitativo necessário, a duração estimada, a disponibilidade orçamentária e a impossibilidade de atendimento da demanda com os servidores disponíveis.

§ 2º É vedada a utilização da contratação temporária para suprir, de modo ordinário, contínuo ou permanente, deficiência de pessoal decorrente da ausência de planejamento ou da falta de realização tempestiva de concurso público.

§ 3º Na hipótese do inciso IV do caput, o processo administrativo deverá conter cronograma para o provimento efetivo do cargo, salvo se houver concurso público vigente com candidatos aptos à nomeação.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Art. 3º O recrutamento será realizado mediante processo seletivo simplificado, sujeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, competitividade, transparência e vinculação ao edital.

§ 1º O processo seletivo simplificado será amplamente divulgado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, com prazo de inscrição compatível com a urgência e com a necessidade de assegurar participação efetiva aos interessados.

§ 2º A seleção compreendera provas e análise de títulos, vedados critérios subjetivos ou desvinculados das funções a serem exercidas.

§ 3º O edital indicará, no mínimo, a hipótese legal e a justificativa da contratação, as funções, o número de vagas, a jornada, a remuneração, os requisitos de habilitação, os critérios objetivos de seleção e desempate, o prazo de validade, as regras de convocação, as hipóteses de recurso e a duração estimada dos contratos.

§ 4º A aprovação no processo seletivo simplificado não gera direito à contratação, que observará a classificação, a necessidade administrativa e o prazo de validade do certame.

Art. 4º O processo seletivo simplificado poderá ser dispensado exclusivamente para contratação destinada à assistência imediata em situação de emergência ou de calamidade pública, quando o tempo necessário à seleção comprometer a proteção da vida, da integridade das pessoas ou a continuidade de serviço público essencial.

Art. 5º As contratações dependerão de dotação orçamentária específica, de solicitação motivada do titular da Secretaria e de autorização do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III
DOS CONTRATOS, DOS PRAZOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 6º O contrato indicará, obrigatoriamente, a hipótese legal, a motivação, as atribuições, o local de exercício, a jornada, a remuneração, as datas de início e término, os direitos, os deveres e as condições de extinção.

Parágrafo único. É vedada a contratação para atribuições distintas das previstas no edital e no contrato, bem como a designação do contratado para cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 7º O prazo de contratação será de:
porquanto perdurar os convênios e programas, no caso do inciso V, do art. 2º desta Lei;
um ano, nos casos dos demais incisos.

§ 1º Os contratos poderão ser prorrogados uma única vez, desde que persista a necessidade temporária, haja justificativa expressa e o prazo total, incluída a prorrogação, não exceda 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º A prorrogação será formalizada antes do término da vigência, mediante termo aditivo precedido de manifestação da Secretaria solicitante, disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Art. 8º A remuneração do contratado corresponderá ao vencimento inicial do cargo efetivo municipal cujas atribuições sejam equivalentes às funções exercidas, proporcionalmente à jornada contratada.

§ 1º Inexistindo cargo efetivo municipal equivalente, a remuneração será fixada em lei específica, com base na complexidade, na responsabilidade das funções e nos valores praticados pela Administração Pública para atividades semelhantes.

§ 2º O contratado não fará jus às progressões funcionais, promoções, adicionais por tempo de serviço ou vantagens exclusivas dos servidores ocupantes de cargo efetivo.

§ 3º É assegurada a revisão da remuneração quando houver alteração legal do vencimento utilizado como referência, observado o mesmo percentual e a mesma data de vigência.

Art. 9º São assegurados ao contratado, nos termos desta Lei:
I - décimo terceiro salário proporcional;
II - férias remuneradas, após cada período de 12 (doze) meses de exercício, acrescidas de um terço, ou indenização proporcional por ocasião da extinção contratual;
III - repouso semanal remunerado;
IV - salário-família, quando preenchidos os requisitos da legislação do Regime Geral de Previdência Social;
V - licenças maternidade e paternidade, na forma da Constituição Federal, da legislação previdenciária aplicável;
VI - afastamento por incapacidade temporária e proteção decorrente de acidente de trabalho, na forma da legislação previdenciária;
VII - adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas, quando caracterizadas em laudo técnico e na forma da legislação municipal;
VIII - remuneração pelo serviço extraordinário autorizado, quando excepcionalmente necessário, na forma da legislação municipal;
IX - auxílio-alimentação, caso a legislação municipal expressamente o estenda aos contratados temporários.

§ 1º Ao contratado que exerça docência será assegurada, na composição da jornada, a proporção mínima destinada às atividades extraclasse prevista na legislação federal e municipal.

§ 2º O pessoal contratado regularmente nos termos desta Lei não se submete ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, sem prejuízo dos efeitos reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência nos casos de nulidade da contratação.

Art. 10º O contratado poderá ausentar-se, sem prejuízo da remuneração, por até:
I - 5 (cinco) dias consecutivos, em razão de casamento ou união estável formalmente reconhecida;
II - 3 (três) dias consecutivos, em razão do falecimento de cônjuge, companheiro, pais, padrasto, madrasta, filhos, enteados, irmãos ou pessoa sob sua guarda ou tutela.

Parágrafo único. As ausências deverão ser comprovadas por documento idôneo, observado o procedimento administrativo aplicável.

Art. 11º O contratado será obrigatoriamente vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na forma da Constituição Federal e da legislação previdenciária.

CAPÍTULO IV
DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DA RESPONSABILIDADE

Art. 12º Aplicam-se ao contratado, no que forem compatíveis com a natureza temporária do vínculo, os deveres, as proibições e as responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 13º As infrações funcionais atribuídas ao contratado serão apuradas em procedimento administrativo simplificado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O procedimento será concluído, sempre que possível, no prazo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período.

§ 2º A autoridade competente poderá determinar o afastamento preventivo do contratado, sem prejuízo da remuneração, quando sua permanência puder comprometer a apuração ou a continuidade do serviço, pelo prazo estritamente necessário.

CAPÍTULO V
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Art. 14º O contrato extinguir-se-á:
I - pelo término do prazo;
II - pelo desaparecimento da necessidade temporária que fundamentou a contratação;
III - pelo retorno do servidor substituído ou pelo provimento do cargo por servidor efetivo;
IV - pela conclusão ou extinção do programa, projeto ou convênio;
V - por iniciativa do contratado, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo dispensa pela Administração;
VI - por iniciativa da Administração, mediante decisão motivada;
VII - pela prática de infração funcional, após procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa;
VIII - pela nomeação ou designação do contratado para cargo público efetivo, cargo em comissão ou função de confiança cuja acumulação seja vedada;
IX - pelo falecimento do contratado.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I a IV e IX do caput, a extinção opera-se independentemente de aviso prévio ou indenização, assegurado o pagamento das parcelas vencidas e proporcionais previstas nesta Lei.

§ 2º A extinção por iniciativa da Administração, quando não decorrente de infração funcional, será comunicada ao contratado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias ou mediante pagamento da remuneração correspondente ao período.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que for necessário à sua execução, sem ampliar as hipóteses de contratação nela previstas.

Art. 16º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 820 de 22 de abril de 2021 e as demais disposições em contrário.
Pinhal de São Bento, 06 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:54FA06E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3423/2026

PORTARIA N.º 3.423/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

Nome	Mat. funcional	Cargo	Per. Gozo	Per. Aquisitivo
Caroline de Azevedo Menin Bochi	625-1	Assistente Social	15/10/2026 a 29/10/2026(15 dias)	17/04/2024 a 16/04/2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná 05 de outubro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:DA24ADF4

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIÁRIA N° 349/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° LEI N° 1.124/2026
QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Jeferson Fernando Motta Maciolle **Matrícula:** 6631
Órgão de Lotação: Conselho Tutelar
Função: Conselheiro Tutelar
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 06/10/2026 a 09/10/2026
Destino: Santa Rosa – RS
Valor de diárias:R$ 1.706,16
Transporte utilizado: Carro Oficial
Finalidade da viagem: participação no 14º Congresso Sul-Brasileiro – Congressul Santa Rosa, realizado no período de 06 a 09 de outubro de 2026, no município de Santa Rosa/RS, destinado à formação, atualização e integração de Conselheiros Tutelares, ex-Conselheiros e integrantes da Rede de Proteção. A participação no evento busca proporcionar o aprimoramento dos conhecimentos técnicos e práticos relacionados à atuação na garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, bem como possibilitar a troca de experiências e o conhecimento de novas estratégias e práticas que possam contribuir para o fortalecimento e a qualificação dos serviços desenvolvidos no município.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Santa Rosa – RS, CEP **98780-000.**
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária:
3.3.90.14.00.00 EA F:401 Cta: 3491
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 06/10/2026
Solicitante da viagem: Jeferson Fernando Motta Maciolle
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Delurdes Derzi Olbermann de Oliveira

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E34A00F4

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 350/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 6041
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 07/10/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Dila Pereira do Nascimento dos Santos para consulta no CEONC e, Jose Alves Copati com acompanhante para consulta no Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC e Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 06 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:669C1B81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DA ATA Nº 10/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

Contratante: Câmara Municipal de Piraquara.
Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente, materiais de consumo das categorias de manutenção predial, materiais elétricos, ferramentas, insumos para pintura, equipamentos de proteção individual (EPIs), reparos hidráulicos, destinados ao abastecimento do almoxarifado e ao suporte dos serviços de manutenção, conservação e infraestrutura nas atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Piraquara.

Ata Nº: 10/2026.
Contratada: ELETROIZAAC COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO, HIDRAULICO E FERRAGENS LTDA, CNPJ**08.177.864/0001-95**, com sede naRua Nicola Pellanda, 470 - Pinheirinho - Curitiba/PR - CEP 81.880-000, pelo valor total deR$ 26.235,73(vinte e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos)**.**

Data da Assinatura: 05/10/2026.
Vigência: 06/10/2026 até 06/10/2027.

Câmara Municipal de Piraquara, em 06 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:209005B2

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DA ATA Nº 11/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

Contratante: Câmara Municipal de Piraquara.
Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente, materiais de consumo das categorias de manutenção predial, materiais elétricos, ferramentas, insumos para pintura, equipamentos de proteção individual (EPIs), reparos hidráulicos, destinados ao abastecimento do almoxarifado e ao suporte dos serviços de manutenção, conservação e infraestrutura nas atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Piraquara.

Ata Nº: 11/2026.
Contratada: FH CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, CNPJ57.053.222/0001-90, com sede naAv. Arnaldo Faivro Buzzato, nº 225 – Centro – Ibaiti/PR – CEP 84.900-000, pelo valor total de R$21.180,60 (vinte e um mil, cento e oitenta reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 05/10/2026.
Vigência: 06/10/2026 até 06/10/2027.

Câmara Municipal de Piraquara, em 06 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:A39EC648

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DA ATA Nº 12/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

Contratante: Câmara Municipal de Piraquara.
Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente, materiais de consumo das categorias de manutenção predial, materiais elétricos, ferramentas, insumos para pintura, equipamentos de proteção individual (EPIs), reparos hidráulicos, destinados ao abastecimento do almoxarifado e ao suporte dos serviços de manutenção, conservação e infraestrutura nas atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Piraquara.

Ata Nº: 12/2026.
Contratada: Lumen Suprimental e Locações Ltda,CNPJ: 34.777.255/0001-87, com sede naRua Francisco Nunes, nº 391 / 557, Rebouças, Curitiba – Paraná – CEP 80.215-000, pelo valor total deR$ 2.831,56 (Dois mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos).

Data da Assinatura: 05/10/2026.
Vigência: 06/10/2026 até 06/10/2027.

Câmara Municipal de Piraquara, em 06 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:C474FB6C

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 044/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
CONSIDERANDO a Portaria nº 031/2026, de 10 de agosto de 2026, que instaurou Processo Administrativo Sancionador e designou a Comissão Processante para apuração de supostas infrações contratuais cometidas pela empresa CCA SOLUÇÕES LTDA. (Contrato nº 006/2026);
CONSIDERANDO a previsão constante no art. 4º da referida Portaria, que admite a prorrogação do prazo inicial dos trabalhos mediante justificativa fundamentada;
CONSIDERANDO a solicitação e a justificativa apresentadas pela Comissão Processante, motivadas pela necessidade de reabertura do prazo de manifestação/resposta da Contratada para garantir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal);
CONSIDERANDO a necessidade de prazo adicional para a regular instrução processual, conclusão das diligências e elaboração do relatório final conclusivo.
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo concedido à Comissão Processante designada pela Portaria nº 031, de 10 de agosto de 2026, para a condução e apuração do Processo Administrativo Sancionador nº 001/2026.
Art. 2º A presente prorrogação fundamenta-se no art. 4º da Portaria nº 031/2026, motivada pela reabertura de prazo para apresentação de defesa/manifestação da empresa contratada, em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
Art. 3º Os trabalhos e a apresentação do relatório conclusivo deverão ser finalizados no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados a partir do encerramento do período fixado originariamente pela Portaria nº 031/2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Piraquara, em 06 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:D08DA774

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 27857/2026

O Município de Piraquara, por meio do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o pregão, que tem por objeto a **Aquisição de fórmulas infantis, suplementos alimentares e dietas enterais para o Programa Municipal de Dietas Especiais,** que se encontrava **SUSPENSO**, após as devidas **ALTERAÇÕES** do Edital terá nova data de abertura, sendo a data de: **23/10/2026**, às **9h**. O

Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br**, no link licitações, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 06 de outubro de 2026.

EDUARDO DIAS DE LIMA **-**
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:DC11BFAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - N. 44/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 264607787/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **Contratação de serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de decoração e iluminação natalina no Município de Piraquara,** será realizada no dia **26/10/2026 – 09h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Valor. Valor Máximo: **R$ 1.198.878,03 (um milhão cento e noventa e oito mil oitocentos e setenta e oito reais e três centavos).** Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 6 de outubro de 2026.

WILLIAN BEETZ BECH **-**
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:66B6CF9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2023 - PROCESSO: 33.051/2023

Em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, a Comissão Especial de Credenciamento, por meio de sua Presidente, torna público o resultado do credenciamento em epígrafe, cujo objeto é o credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais, conforme as especificações, quantidades, valores, condições e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos. Nesse sentido a comissão decidiu **habilitar**: **Item 1 - Prestação de serviços de cozinha e preparo de alimentação escolar - regime: diária 8 h:** Abner Lucas Vieira de Souza; Dominique Gonçalves da Silva; Ellen Cristina Ribeiro da Silva. **Item 2 - prestação de serviços gerais (manutenção e limpeza) - regime: diária 8h**: Gislaine Cristina da Silva; Marcia Portes de Souza; Silvia Fernandes; Patricia Conceição Rocha; Paola Aparecida Silva; Jennyfer Araújo Silveira Ferraz. **Item 7 - Prestação de Serviços Gerais (Manutenção, Alimentação e Limpeza) - Regime: Diária 8h:** Debora da Silva Ramos. **Item 9 - Prestação de Serviços Gerais (Manutenção, Alimentação e Limpeza) - Regime: Plantão 12h:** Isabele Cristina Wandembruck, por cumprirem todos os requisitos exigidos no edital, portanto suas solicitações para credenciamento foram **aprovadas.** Salientamos que o processo se encontra disponível para vistas e que fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período. Piraquara, 06 de outubro de 2026.

ANA CLAUDIA GAIO DE OLIVEIRA **-**
Presidente da Comissão

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:0D0B28FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.061/2026 "REPUBLICADO POR INCORREÇÃO"

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 181.168,97 (cento e oitenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 181.168,97 (cento e oitenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
10.002.12.361.0003.2.016 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.33.00.00	234	104	Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 177.000,00
Total				**R$ 177.000,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	666	33521	Indenizações e Restituições	R$ 4.168,97
Total				**R$ 4.168,97**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
10.003.12.365.0003.2.017 - Manutenção da Educação Infantil

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.32.00.00	246	104	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$ 177.000,00
Total				**R$ 177.000,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	317	33521	Equipamento e Material Permanente	R$ 4.168,97
Total				**R$ 4.168,97**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 06 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:85516B38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.064/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença Maternidade** no período compreendido entre **24/09/2026 a 22/03/2027** à servidora **Jocemara Aline dos Santos Gonçalves**, ocupante do cargo de Professor III Especialização, matrículas funcionais nº **620301** e **715951**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 86 da Lei nº 863/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos (Redação dada pela Lei nº 927/2007).
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos a 24 de setembro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 06 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E49C5BA6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.066/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**, no período compreendido entre **18/09/2026 a 17/10/2026** a servidora **Roziani de Fatima Bonato dos Santos** , ocupante do cargo Professora III Especialização, matrículas funcionais nº **992528 e 745351,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 863/2006 - Estatuto dos Servidores de Piraquara, podendo ser prorrogável mediante protocolo.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos a 18 de setembro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 05 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:044C6BA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.067/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais, com base no art. 40 da Lei Orgânica deste Município,
DECRETA:

Art.1º Ficam indicados e nomeados os servidores municipais abaixo relacionados para comporem os Conselhos Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência Municipal PiraquaraPrev, conforme determina a Lei nº 862/2006 de acordo com o Art. 50 incisos I, II e III e Art. 51 incisos I, II e III.
I - Membros do Conselho Deliberativo:
a) Mário Sérgio do Nascimento - Membro Titular Eleito de acordo com o art. 50, inciso III, da Lei nº 862/2006;
b) Rafaela Alves Castro - Membro Suplente Eleito de acordo com o art. 50, inciso III, da Lei nº 862/2006;
c) Jeferson Eduardo Enzo - Membro Titular Eleito de acordo com o art. 50, inciso III, da Lei nº 862/2006;
d) Glecy Roque de Freitas - Membro Suplente Eleito de acordo com o art. 50, inciso III da Lei nº 862/2006;
e) Silvia Biss Cordeiro - Membro Titular Eleito de acordo com o art. 50, inciso III, da Lei nº 862/2006;
f) Lorena Cristina Treska Fecchio - Membro Suplente Eleito de acordo com o art. 50, inciso III da Lei nº 862/2006;
g) Deni Michael Vieira do Nascimento - Membro Titular Eleito de acordo com o art. 50, inciso III, da Lei nº 862/2006;
h) Sergio Luis Borato Vilar - Membro Titular Indicado de acordo com o art. 50, inciso I, da Lei nº 862/2006;
i) Miguel Grossi Junior – Membro Titular Indicado de acordo com o art. 50, inciso I, da Lei nº 862/2006;
j) Daniele Moreira - Membro Suplente Indicado de acordo com o art. 50, inciso I, da Lei nº 862/2006;
k) Juliana Mazepa Artigas Schuwartz - Membro Titular Indicado de acordo com o art. 50, inciso II, da Lei nº 862/2006;
l) Fábio Eduardo Beetz Zielonka - Membro Suplente Indicado de acordo com o art. 50, inciso II da Lei nº 862/2006.
II - Membros do Conselho Fiscal:
a) Lilia Sizanoski Franco - Membro Titular Eleito de acordo com o art. 51, inciso III, da Lei nº 862/2006;
b) Gueibom Uilians da Silva Oliveira - Membro Suplente Eleito de acordo com o art. 51, inciso III da Lei nº 862/2006;
c) Rosemeri Moraes dos Santos - Membro Titular Eleito de acordo com o art. 51, inciso III, da Lei nº 862/2006;
d) Cleudilene Robinson dos Santos - Membro Suplente Eleito de acordo com o art. 51, inciso III da Lei nº 862/2006;
e) Emílio José Lapchensk- Membro Titular Eleito de acordo com o art. 51, inciso III, da Lei nº 862/2006;
f) José Carlos Stocco da Silva- Membro Titular Indicado de acordo com o Art. 51, inciso I, da Lei nº 862/2006
g) Cleiton Guerra - Membro Suplente Indicado de acordo com o Art. 51, inciso I, da Lei nº 862/2006;
h) Marlon Augusto Lustosa Do Valle - Membro Titular Indicado de acordo com o Art. 51, inciso II, da Lei nº 862/2006;
i) Thiago Kuquer Pereira - Membro Suplente Indicado de acordo com o Art. 51, inciso II, da Lei nº 862/2006."
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Fica revogado o Decreto Municipal nº 13.683/2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 06 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2B2B4DEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.068/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público, realizado através do Edital nº 338/2022 e com homologação através do Edital nº 630/2022, cumprindo as exigências legais.

CARGO: PROFESSOR

Nome	Admissão
ALINE DA ROCHA	06/10/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 06/10/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 06 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:485D0E0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.745/2026

Nomeia os membros da Comissão Especial responsável pela Avaliação de Amostras do Pregão Eletrônico nº 44/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de Avaliação de Amostras, encarregada de receber, analisar, testar e emitir relatório circunstanciado sobre os exemplares representativos (amostras) apresentados no âmbito do processo de contratação de decoração natalina:
I) Tiago Alves, Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Matrícula nº 992546;
II) Ademar Huller, Diretor do Departamento de Iluminação Pública, Matrícula nº 9582922078;
III) Renata do Rocio Alves Zanetti, Assessora V, Matrícula nº 1000706.
Art. 2º Compete à Comissão ora instituída conduzir o procedimento de recebimento, inspeção e avaliação das amostras exigidas no instrumento convocatório, com observância estrita aos critérios técnicos e padrões mínimos de aceitabilidade previamente estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão formalizados por meio de relatório circunstanciado para cada item avaliado, atestando a aprovação ou reprovação das amostras apresentadas pelos licitantes.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 06 de outubro de 2026

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:84CB65AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 13/2026

Dispõe sobre a designação dos responsáveis por coordenar os serviços de saúde do município de Piraquara – PR, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Considerando a necessidade de organização e gestão dos serviços públicos de saúde no âmbito municipal;

Considerando o disposto no Decreto Municipal n° 4.642/2015, que disciplina a estrutura e funcionamento dos serviços de saúde;

Considerando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a legislação sanitária e normas regulamentares em vigor;

Art 1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Coordenação dos Serviços de Saúde do Município de Piraquara-PR, conforme segue:

Matrícula	Coordenador	Serviço de Saúde
997291	Bruna Barcellos Lourenço Saraiva	UBS Carlos Jess
9582920889	Marilza de Campos	UBS Maria Francelina dos Santos
992076	Daniela Aparecida Oscar Sorgon	UBS Wanda dos Santos Mallmann
992033	Luisa Denise Portes de Lima da Cruz	UBS Elfride de Oliveira Miguel
997292	Alyce Steberl Lourenço	UBS Flavio Cini
992411	Vivian Nunes Florindo Pagno	UBS Takami Tano
9582921174	Julia Letiere Santos	UBS Nanci Terezinha de Laux Bier
9582921642	Daiane Dalazuana	UBS Osmar Pamplona
992939	Adriana Cristina de Assis Dias da Silva	UBS Sebastiana Batista de Souza
9582922776	Edione dos Santos Pontes	UBS James Ribas Martins
997126	Adriane do Rocio Farias Schmidt	UBS João Airdo Favro
992307	Ceila de Almeida	Centro de Atenção Psicossocial CAPS TM
992415	Cristiano Freitas de Lima	Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD
992502	Rosali Alves Pereira	Centro de Especialidades de Piraquara - CESP
617861	Danielle Fischer Izidoro de Oliveira	Centro de Reabilitação em Saúde - CRES
821801	Fernanda Anelise Fontana Amaral	Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA
718891	Juliana Okagima Martins	Farmácia Central
1000770	Wladimir Cassiano de Barros Junior	Farmácia do Guarituba
9582921553	Rafaela Gomes Martins	Farmácia do Primavera
1001991	Pedro Henrique da Silva Rodrigues	Farmácia Macedo
852271	Silvia Aparecida Schulbalsk	Central de Abastecimento Farmacêutico
530231	Osni Ptaka	Central de Remoções de Piraquara

Art 2º. Os (as) coordenadores (as) ora designados (as) serão responsáveis pela gestão, acompanhamento e condução dos serviços de saúde sob sua responsabilidade, devendo atuar em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como respeitar a legislação sanitária vigente, normas técnicas, protocolos assistenciais e demais regulamentações aplicáveis ao setor público de saúde.

Art 3º. Fica revogada a Portaria n° 20 de 19 de agosto de 2025.

Art 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 05 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:BA26368F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 14/2026

Nomeia os Coordenadores Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara para a confecção, revisão e atualização dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), Protocolos, Notas Técnicas, Manuais, Fluxogramas e demais instrumentos técnicos relativos aos serviços ofertados pelos equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os Técnicos Responsáveis da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara, para realizar a elaboração, revisão, atualização e validação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), Protocolos, Notas Técnicas, Manuais, Fluxogramas e demais instrumentos técnicos relacionados aos serviços e programas desenvolvidos nos equipamentos de saúde do município.

Alexandre Fontoura Laffite;
Alexandre Westphal Losso;
Ana Conceição Abrahão;
Aparecida Filomena da Silva;
Beatriz Schemberg de Oliveira;
Carina Lasara Medeiros da Silva;
Carolina de Andrade Sousa;
Caroline Haninec Iackusch Vieira;
Ceila de Almeida;
Cíntia Camila Dalazen;
Cristiano Freitas de Lima;
Danielle Mayumi Shiba;
Danielle Fischer Izidoro de Oliveira;
Dayane Serra Flores;
Diego Luiz Mikos;
Evelyn Celestina dos Santos Martins;
Fernanda Anelise Fontana Amaral;
Gabriel Lourenço da Silva Fortes;
Glaucia Buss;
Inês Angela Niewiadomski Soares;
Jacqueline Brehm Patricio;
José Roberto Jacomel Júnior;
Josiane de Freitas;
Joseane Sampaio Siqueira;
Juliana Okagima Martins;
Julieanne Reid Arcain;
Louise Blanck Abbud;
Luan Luiz Escarpin;
Marcia Marques da Silva Schemberg;
Marilia da Luz Sauerbier;
Michelle Jacowski;
Milene Diana Benaglia de Melo do Amaral;
Nair Aparecida Tote;
Naiana Boaventura dos Santos;
Patricia dos Santos Oliveira;
Pedro Henrique da Silva Rodrigues;
Rafaela Gomes Martins;
Ramony Filippini Martins;
Rosali Alves Pereira;
Ronaldo dos Santos;
Rubia Minea Scrobotte Verlinde Torquato;
Sacha Testoni Lange;
Silvia Aparecida Schulbalski;
Solange Soares Borges;
Terézio Gapski Filho;
Wladimir Cassiano de Barros Junior;
Vivian Portz Menegatti de Paula.

Art. 2º Os Técnicos atuarão de forma articulada com as Diretorias e Gerências da Secretaria Municipal de Saúde, que serão responsáveis por acompanhar e consolidar as atividades previstas nesta Portaria.

Art. 3º Os Técnicos ora instituídos terão como atribuições:
Identificar necessidades de elaboração ou revisão dos documentos técnicos em suas respectivas áreas de atuação;
Elaborar e revisar os instrumentos técnicos conforme os modelos e diretrizes institucionais;
Garantir que os documentos estejam alinhados às normas legais, sanitárias e às diretrizes do SUS;
Submeter os documentos à apreciação da chefia imediata para validação e aprovação;
Após a aprovação pela chefia imediata, o documento deverá ser remetido à Comissão de Padronização de Documentos da Secretaria Municipal de Saúde, para formatação e, posterior, publicação no site da Prefeitura de Piraquara;
Participar das reuniões técnicas e grupos de trabalho voltados à padronização de processos;

Art. 4º Os documentos elaborados e revisados pelos Técnicos deverão ser registrados e arquivados em repositório oficial digital da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente numerados e datados, conforme normas internas da Comissão de Padronização de Documentos da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 05 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B432CA33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 74/2026

Concede Diária(s) ao(à) Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, ou representante ora designado, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal nº 2437/2022, e regulamentada pelo Decreto nº 85/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Deferir Requerimento e conceder Diária(s) para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

Nome do Beneficiário(a): Gilberto Antonio de Lima Junior
Nº de Matrícula: 50196
Cargo/Função: Motorista
Data de Início: 15/10/2026
Data Fim: 10/11/2026
Nº de Diárias: (10) dez, sem pernoite (Informamos que no período de segunda a sexta – feira, a viagem é realizada por dois motoristas, em sistema de revezamento).
Valor Unitário: 150,00
Valor Total: 1.500,00
Município de Destino: Curitiba/ Pr
Código do IBGE do Município de Destino: 4106902
Objetivo da Viagem: Justifica-se o deslocamento para a cidade de Curitiba PR com o objetivo de levar pacientes para atendimento médico especializado. A viagem é necessária para garantir o acesso aos serviços de saúde que não estão disponíveis no município de origem.
Art. 2º Este Ato de Concessão entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, 01 de Outubro de 2026

ADRIELE ANDREIA INÁCIO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0C7D646C

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, EUNICE RANGEL DA SILVA, portador(a) do CPF nº ***.014.409-**, classificado(a) em 12º lugar para o cargo de ORIENTADOR SOCIAL, do Processo Seletivo Simplificado, Edital 002/2025, DECLARO que estou desistindo da vaga.

Pitanga, 05 de outubro de 2026

EUNICE RANGEL DA SILVA
Original Devidamente Assinado.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:C584EFFA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, PAULA LOHANA NEVES DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº ***.837.729-**, classificado(a) em 14º lugar para o cargo de ORIENTADOR SOCIAL, do Processo Seletivo Simplificado, Edital 002/2025, DECLARO que estou desistindo da vaga.

Pitanga, 06 de outubro de 2026

PAULA LOHANA NEVES DOS SANTOS
Original Devidamente Assinado.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3A102E9F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 19° CHAMADA

O Município de Pitanga, através do Departamento de Recursos Humanos, **CONVOCA** a aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 02/2025, conforme tabela abaixo, para enviarem a documentação exigida do Anexo I (de forma digitalizada legível em formato .pdf) no e-mail rh@pitanga.pr.gov.br, **até o dia 14 de outubro de 2026 às 17:00hs**.

Orientador Social

Nº da Inscrição	Nome	Classificação
185	MARIA IZABELA ANDRADE MONTENEGRO	15
256	ROSENILDA MENDES	16

Pitanga, 06 de outubro de 2026.

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1. Documento de Identidade e Registro Geral e CPF;
2. Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
3. Certidão de quitação eleitoral (Link para solicitação);
4. Cartão do PIS/PASEP ou Extrato Previdenciário Simplificado do INSS – CNIS;
5. Comprovante de residência atualizado;
6. Certidão de Nascimento ou Casamento;
7. Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e dependentes para imposto de renda, com o CPF;
8. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos;
9. Comprovante de conclusão da escolaridade exigida para a função;
10. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela Justiça Estadual (Polícia Civil) expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação Link para solicitação: Solicitar Atestado de Antecedentes Criminais. | Polícia Civil do Paraná;
11. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela Justiça Federal expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação Link para solicitação: Emitir Certidão Federal de Antecedentes Criminais ;
12. Carta de encaminhamento emitida pela Agência do Trabalhador de Pitanga.

Favor nomear o arquivo com o número do item correspondente ao documento digitalizado.

Exemplo: o arquivo contendo a digitalização do RG e CPF deve ter o título “1.pdf”.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:94EC4E18

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL N.º 012/2026 DA 2ª ETAPA DA CONVOCAÇÃO DO EDITAL N.º 006/2026 DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

A Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado do ano de 2026, no uso das atribuições legais:

TORNA PÚBLICO

O RESULTADO da 3ª Etapa da convocação para a comprovação dos títulos declarados no formulário de inscrição do Processo Seletivo Simplificado do município de Pitanga, os candidatos classificados:

do 17º ao 23º lugar do Anexo I - Ampla Concorrência do Edital nº 006/2026:

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
SHIRLENE MARTINS	17º	NÃO COMPARECEU
LUCIANE GULKA	18º	COMPROVOU
SIMONE APARECIDA PADIR	19º	COMPROVOU
JULIANE DOMINGUES	20º	COMPROVOU
SOLANGE EUFRÁSIO COSTA	21º	COMPROVOU
ELIANE ZIMERMANN	22º	NÃO COMPARECEU
BRENDA MAYARA BUENO	23º	COMPROVOU

o 46 º e 70º lugar do Anexo II- do Edital n º 006/2026; que corresponde ao 5º lugar da classificação da seleção de vagas para Afrodescendente.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
ALEXANDRE MURIG ADOLFO	74º	NÃO COMPARECEU

Pitanga, 01 de outubro de 2026.

CLEIDE APARECIDA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Avaliação e Julgamento

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:359AEA3E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 791, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder licença prêmio a servidora Eva Aparecida Kobinski, matrícula nº 504171, no cargo de Gari 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º **CONCEDER** 30 **(trinta)** dias de **LICENÇA PRÊMIO**, à servidora **EVA APARECIDA KOBINSKI,** matrícula nº **504171,** no cargo de **Gari** 44 h, referente ao período aquisitivo de 2010/2015 a contar de 05 de outubro de 2026.
Art.2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 04 de novembro de 2026.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3864A6E7

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 792, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor Cleon Cassius Costa, matrícula nº 50147, ocupante do cargo de Motorista 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O atestado médico do Servidor.

RESOLVE

Art.1º - Conceder **60 (sessenta)** dias de **licença para tratamento de saúde**, ao servidor **CLEON CASSIUS COSTA**, matrícula nº **50147**, ocupante do cargo de Motorista 44 horas, a contar de 25 setembro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 24 de novembro de 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:23B4626C

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 793, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora, Eliceia Pauluk Kraichuk, matrícula nº 505541, no cargo de Agente Comunitário de Saúde PSF 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O Atestado Médico da servidora.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 **(noventa)** dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a servidora **ELICEIA PAULUK KRAICHUK,** matrícula nº **505541**, no cargo de Agente Comunitário de Saúde PSF 40 h no Regime CLT, a contar de 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 29 de dezembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:11C670D5

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 794, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder Progressão Horizontal por tempo de serviço a servidora na classe e nível de vencimentos abaixo evidenciados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão Horizontal por tempo de serviço a servidora na classe e nível de vencimentos abaixo evidenciados, a contar de 01 de outubro de 2026.

Matrícula	Nome	Cargo	De	Para
54044	KAUANA ANTONIELI BIANEK	ENFERMEIRO - 40 HORAS	B-07	B-08

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:FC381C20

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 795, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder férias ao Servidor Marcio Sokoloski, matricula nº 208101, no cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O Requerimento do Servidor.

RESOLVE

Art. 1º Conceder **10 (dez)** dias de **férias,** ao servidor **MARCIO SOKOLOSKI,** matrícula nº **208101**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a contar de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 15 de outubro 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:73007D6D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 796, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Maria Antonia Cavazoni, matrícula nº 183181, no cargo de Gari 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º Conceder **30 (trinta)** dias de **férias** a servidora **MARIA ANTONIA CAVAZONI,** matricula nº **183181,** no cargo de Gari 44 horas, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 03 de novembro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:788995C8

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 797, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder Férias à Servidora Andressa Coutinho Machado Martins, matrícula nº 53068, no cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1° Conceder **10 (dez)** dias de **férias** a servidora **ANDRESSA COUTINHO MACHADO MARTINS,** matricula nº **53068,** no cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas, referente ao período aquisitivo de 2022/2023 – 02 (dois) dias e 2025/2026 – 08 (oito) dias, a contar de 05 de outubro de 2026.
Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 15 de outubro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:981E8885

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 798, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301, no cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder **10 (dez)** dias de **férias** ao servidor **ANDERSON LUIZ PAULUK,** matrícula nº **50301**, no cargo de Auxiliar Administrativo 40 horas, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 07 de outubro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 19 de outubro 2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3AD7B5B7

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO ADITIVO Nº 01 TERMO DE COLABORAÇÃO 59/2025 – PMP

Termo aditivo nº 01, ao Termo de Colaboração nº 59/2025– PMP, De prazo de vigência Município de Pitanga, Paraná e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA
Fica alterado a data de Vigência e execução do referido convênio de 30 de outubro de 2026 para 30 de outubro de 2027 para fim de aditivo de prazo da mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA:
Mantêm-se inalterada as demais cláusulas do convênio ora suprido pelo referido aditivo

Sem Mais para o Momento Subscrevemos.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de Outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E7626872

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
TERMO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº 300/2025 - DISPENSA Nº 23/2025.

TERMO ADITIVO Nº 2
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300/2025

Termo aditivo ao contrato administrativo nº 300/2025, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PITANGA e a empresa SOS COMERCIO DE EXTINTORES LTDA., para prorrogação do prazo de vigência.

O **MUNICÍPIO DE PITANGA – ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **DIRCEU MORAES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **SOS COMERCIO DE EXTINTORES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 28.029.531/0001-26, com endereço na Rua da Liberdade, nº 248, Planalto, Pitanga – PR, neste ato representada pelo Sr. **Renato Dal Santos da Cruz**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 300/2025, decorrente da **Dispensa nº 23/2025**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO
Fica prorrogado por **03 (três) meses** o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 300/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recarga e fornecimento de extintores de incêndio.
A vigência, anteriormente prevista até **30 de setembro de 2026**, fica prorrogada pelo período de **01 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.**
A prorrogação fundamenta-se na previsão constante da Cláusula Segunda do contrato original, que admite a prorrogação do prazo contratual, desde que necessária e de interesse das partes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no **Contrato Administrativo nº 300/2025**, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do presente instrumento, na forma da legislação vigente.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo.

Pitanga – PR, 30 de setembro de 2026

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

RENATO DAL SANTOS DA CRUZ
SOS Comercio de Extintores LTDA.

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:98DF96A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
TERMO ADITIVO Nº. 34 DO CONTRATO Nº. 216/2022.

TERMO ADITIVO Nº. 34
CONTRATO Nº. 216/2022
Termo Aditivo de dilatação de prazo de vigência e execução ao Contrato nº. 216/2022 Celebrado entre o Município de Pitanga e a **IRMANDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, na forma a seguir:
Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e de outro a Entidade: **IRMANDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, inscrita no CNPJ/MF nº. 80.147.804/0001-57, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo ao Contrato, referente à Inexigibilidade de licitação 08/2022, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDIMENTOS DE CONDIÇÕES AGUDAS DE SAÚDE DAS 19:00 HORAS AS 07:00 HORAS EM DIAS UTEIS, 24 HORAS SÁBADOS E DOMINGOS E FERIADOS PARA COBRIR A DEMANDA DESTES ATENDIMENTOS NO PERÍODO EM QUE AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO ESTÃO FECHADAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Conforme o disposto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:
O prazo de vigência do contrato, originalmente previsto e já aditivado sob nº 33, para vencimento em 01/10/2026, fica prorrogado por período 6 (seis) meses, iniciando-se em 02/10/2026 e encerrando-se em 01/04/2027, Conforme solicitação e Justificativa da Secretaria Municipal de Saúde. Em conformidade com o Artigo 57 inciso II, da Lei Federal 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES
O valor mensal atual do contrato, de **R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)**, será mantido para o período prorrogado, totalizando o montante de **R$ 2.280.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta mil reais)**, correspondente a **06 (seis) meses** de prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
REDUZIDO 301 – FONTE 1000, 303, 9303.

CLÁUSULA QUARTA : DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Mantêm-se inalteradas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 216/2022 e seus respectivos termos aditivos, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em assinatura digital eletrônica ou em duas vias impressa de igual teor e forma.

Pitanga, 01 de Outubro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

PEDRO VINICIUS ARRUDA SCHON
Irmandade São Vicente de Paulo

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:168DE161

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 227/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – TRANSFERIR para o dia **30/10/2026 (sexta-feira)**, no âmbito das repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais, a comemoração alusiva ao **Dia do Servidor Público**, comemorado no dia **28/10/2026 (quarta-feira)**.

Art. 2º – As repartições públicas municipais terão expediente normal no dia **28 de outubro de 2026**, não havendo expediente no dia **30 de outubro de 2026**.

Art. 3º – Os serviços públicos considerados essenciais a que se refere o Art. 1º, tais como saúde, transporte e limpeza pública, no que couber, deverão ter escalas de atendimento para o dia **30/10/2026**, elaboradas pelas chefias imediatas dos departamentos responsáveis pela sua execução.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 06 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:CD4EF24D

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para organização e execução da Corrida Pedestre do Município de Pitangueiras, compreendendo o fornecimento de materiais, estruturas e serviços necessários à realização do evento.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 08/10/2026 às 07h59min ao dia 14/10/2026 às 07h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/10/2026 às 08h00min.

ENVIO DAS PROPOSTAS: Através do Protocolo Online, conforme item 5 do edital.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 5 do Edital.

Pitangueiras, 05 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:00E3315E

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
DECISÃO ADMINISTRATIVA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos para as secretarias desse Município.
Recorrente: EMPORIO DAS LICITAÇÕES
Recorrida: HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA
Analisados os autos, decido por concordar integralmente com as disposições da decisão exarada pela pregoeira no despacho nº 16 do presente processo administrativo.

Pitangueiras/PR, 30 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:D422EBEB

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
DECISÃO ADMINISTRATIVA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos para as secretarias desse Município.
Recorrente: EMPORIO DAS LICITAÇÕES
Recorrida: DRS MOVEIS E DECORACOES EIRELI
Analisados os autos, decido por concordar integralmente com as disposições da decisão exarada pela pregoeira no despacho nº 18 do presente processo administrativo.

Pitangueiras/PR, 14 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:9CB642BC

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 21/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: EDER SANDRO DE SOUZA
CPF: 018.931.699-36
OBJETO: Locação de imóvel comercial, destinado a abrigar e guardar a frota oficial de veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pitangueiras-PR.
SECRETARIA DE SAÚDE.
Manter as Ações e Serviços do Pronto Atendimento
DESP Nº 235 -3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSI ...
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - ...
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Eder Sandro de Souza
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:FCDFFFE5

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Concorrência Eletrônico n° 02/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: JGM CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 28.697.127/0001-20
OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a contratação de empresa para construção de 10 (dez) unidades habitacionais, em área regularizada e devidamente disponibilizada pelo Município, mediante aporte financeiro da COHAPAR (Companhia Habitacional do Paraná).
VALOR: R$ 1.298.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e oito e oito mil reais).
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Aperfeiçoamento das Estruturas Administrativas do Executivo Municipal DESP Nº 245 -4.4.90.51.00.0000- OBRAS E INSTALAÇÕES 00020.01005.03.05.01.01.1.701.0000 COHAPAR - Convênio 182/26 - Implant
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Márcio Antônio da Conceição
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:23FD2442

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 17/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: TARUMA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
CNPJ: 18.871.599/0001-02
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção da frota municipal, com fornecimento de peças.
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Manutenção das Atividades de Planejamento e Urbanismo
DESP Nº 269 -3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
Manutenção das Atividades de Planejamento e Urbanismo
DESP Nº 271-3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Cleonir Aparecido Cavallari
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:4CBDA605

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 15/2026

Objeto: Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para as secretarias deste Município.
Recorrente: EMPORIO DAS LICITAÇÕES
Recorrida: HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA

I – DA TEMPESTIVIDADE
O recurso administrativo foi interposto tempestivamente e devidamente fundamentado, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições contidas no edital, razão pela qual dele conheço, passando à análise do mérito.

II – BREVE SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **EMPÓRIO DAS LICITAÇÕES COMÉRCIO LTDA** em face da decisão desta Pregoeira que declarou vencedora do **Item 12 (Tablet)** a empresa **HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA**.
Em síntese, a Recorrente sustenta que o equipamento ofertado pela empresa vencedora não atende às especificações técnicas mínimas previstas no edital, especialmente quanto à resolução mínima da tela, bem como questiona a documentação técnica apresentada e outros aspectos relacionados ao produto ofertado.
Regularmente intimada, a empresa **HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA** apresentou contrarrazões tempestivas, defendendo a manutenção da decisão de habilitação e classificação, sustentando, em síntese, que cumpriu todas as exigências editalícias e que parte dos argumentos recursais extrapola as exigências previstas no instrumento convocatório.
É o breve relatório.

III – DA ANÁLISE RECURSAL
Após análise dos argumentos apresentados pelas partes, bem como da documentação constante dos autos, conclui-se que o recurso merece provimento parcial.
Inicialmente, cumpre destacar que o edital constitui a lei interna da licitação, vinculando tanto os licitantes quanto a Administração Pública, nos termos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto na Lei nº 14.133/2021.
No presente caso, o Termo de Referência estabeleceu, para o Item 12, dentre outras especificações mínimas obrigatórias, que o tablet deveria possuir **tela de 10 polegadas ou superior e resolução mínima de 1920 x 1200 pixels**.
Em análise da ficha técnica apresentada pela empresa HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA durante a fase de habilitação, verifica-se que o próprio documento informa que o equipamento ofertado possui tela de **10,1 polegadas com resolução de 1280 x 800 pixels**, especificação inferior à resolução mínima exigida no edital.
Trata-se de requisito técnico objetivo, cuja verificação independe de interpretação subjetiva, evidenciando o não atendimento às especificações mínimas previstas no instrumento convocatório.
Embora a Recorrida sustente que a especificação exigida seria incompatível com o valor estimado da contratação ou com os produtos disponíveis no mercado, tal alegação não possui o condão de afastar o cumprimento das exigências editalícias. Eventual inadequação da especificação deveria ter sido objeto de impugnação ao edital ou de esclarecimento antes da realização do certame, não sendo possível, após encerrada a fase competitiva, flexibilizar requisito objetivo previamente estabelecido, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da legalidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.
Quanto aos demais argumentos apresentados pela Recorrente, especialmente aqueles relacionados à obrigatoriedade de apresentação de catálogo oficial do fabricante, à versão específica do sistema operacional Android, à existência de sensores, à frequência do processador e à alegada inexequibilidade da proposta, verifica-se que tais alegações não encontram respaldo nas exigências previstas no edital ou não foram acompanhadas de elementos suficientes para demonstrar eventual irregularidade, razão pela qual não merecem acolhimento.
Da mesma forma, quanto aos questionamentos relativos à homologação do equipamento junto à ANATEL, verifica-se que o edital não estabeleceu tal documentação como requisito de habilitação ou de aceitabilidade da proposta, não sendo possível promover a desclassificação exclusivamente com fundamento em exigência não prevista no instrumento convocatório.
Assim, o provimento do presente recurso decorre exclusivamente da constatação objetiva de que o equipamento ofertado pela empresa declarada vencedora não atende à especificação mínima relativa à resolução da tela, exigência expressamente prevista no edital e comprovadamente não atendida pela própria ficha técnica apresentada pela licitante.
Dessa forma, a manutenção da classificação da empresa HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA afrontaria os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo, previstos na Lei nº 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO
Diante do exposto, **conheço do recurso administrativo**, por ser tempestivo, e, **no mérito, dou-lhe provimento parcial**, reformando a decisão anteriormente proferida para **desclassificar a empresa HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA em relação ao Item 12 (Tablet)**, uma vez que o equipamento ofertado não atende à especificação mínima relativa à resolução da tela prevista no Termo de Referência, em desconformidade com o instrumento convocatório.
Dessa forma, determino o regular prosseguimento do certame, com a análise da proposta subsequente, observada a ordem de classificação e o atendimento integral às condições editalícias.

Pitangueiras, 29 de julho de 2026.

ALINE SARRI GONCALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:6E81611D

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 15/2026

Pregão Eletrônico nº 15/2026
Objeto: Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para as secretarias deste Município.
Recorrente: EMPORIO DAS LICITAÇÕES
Recorrida: DRS MOVEIS E DECORACOES EIRELI

I – DA TEMPESTIVIDADE
O recurso administrativo foi interposto tempestivamente e devidamente fundamentado por parte legitimada, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "b", e § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos termos das regras fixadas no Edital. Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, CONHEÇO do recurso e passo à análise do mérito.

II – BREVE SÍNTESE FÁTICA
Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **EMPÓRIO DAS LICITAÇÕES COMÉRCIO LTDA** em face da decisão que declarou vencedora e aceita a proposta da empresa **DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES EIRELI** para o Item 12 (Tablets).
Em suas razões recursais, a Recorrente alegou, em síntese:
Que o modelo ofertado pela Recorrida (Multilaser M10) possui resolução de tela de 1280 x 800 pixels, divergindo expressamente da especificação mínima fixada no Termo de Referência, qual seja, 1920 x 1200 pixels (Full HD);
Invalidez da declaração/ficha técnica elaborada pela própria licitante, sustentando a necessidade de comprovação por meio de catálogo oficial do fabricante;
Que o produto do 2º colocado também não atende às exigências de versão de sistema operacional ("Android 16") e capacidade de bateria.
Regularmente intimada, a Recorrida DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES EIRELI apresentou contrarrazões sustentando a manutenção de sua classificação. Argumentou que a exigência de catálogo oficial caracteriza inovação editalícia; que a declaração apresentada possui presunção de veracidade sob as penas da lei; que atendeu aos requisitos do instrumento convocatório; e defendeu a aplicação dos princípios do formalismo moderado e de proporcionalidade.
É o breve relatório.

III – DA ANÁLISE RECURSAL
Após a análise detalhada das razões, contrarrazões, documentos acostados aos autos e diligências técnicas complementares, conclui-se que o recurso **MERECE PROVIMENTO PARCIAL**.

1. Da Divergência na Resolução da Tela e Inatendimento ao Termo de Referência

O edital constitui a lei interna da licitação, vinculando indistintamente a Administração Pública e os licitantes, conforme os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do

julgamento objetivo, insculpidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.
No caso em tela, o Termo de Referência e Edital estabeleceu como requisito técnico mínimo e obrigatório para o Item 12 que os tablets apresentassem resolução de tela de no mínimo 1920 x 1200 pixels.
Conforme pesquisas realizadas e consulta efetuada junto à equipe do Departamento de Tecnologia da Informação deste Município, restou devidamente apurado e constatado que o modelo ofertado pela Recorrida — Multilaser M10 — de fato não possui a resolução de tela exigida pelo edital, contando nativamente com resolução de 1280 x 800 pixels (HD), sendo, portanto, fisicamente e tecnicamente incapaz de atingir a resolução mínima de 1920 x 1200 pixels estabelecida pela Administração.

Trata-se de requisito técnico essencial e de caráter objetivo. O fato de a licitante ter acostado ficha técnica própria atestando resolução de 1920 x 1200 pixels não afasta a realidade física do produto de prateleira. A aceitação de equipamento com especificações inferiores às editalícias afronta categoricamente a isonomia em relação aos demais participantes e o julgamento objetivo (art. 5º e art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).
Ressalte-se que a aplicação do princípio do formalismo moderado e o instituto da diligência prévia (art. 64 da Lei nº 14.133/2021) prestam-se a sanar dúvidas formais ou corrigir erros materiais sanáveis, mas não possuem o condão de permitir a substituição da proposta ou a aceitação de objeto que descumpra as especificações técnicas mínimas da contratação.
Portanto, acolhe-se a tese recursal neste ponto para desclassificar a proposta da empresa DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES EIRELI no Item 12.

2. Das Demais Alegações do Recurso

Quanto aos demais pontos suscitados pela Recorrente:
Obrigatoriedade de Catálogo do Fabricante: O instrumento convocatório exigiu a apresentação de ficha técnica do produto. Exigir exclusivamente catálogo oficial como condição de habilitação sem previsão expressa no edital configuraria excesso de formalismo e inovação editalícia.
Exigência de "Android 16" e Sensores: Verificou-se que o edital fixou apenas requisitos de sistema operacional atualizado e compatível, sem exigir a versão 16 ou sensores específicos citados pela Recorrente. A Administração não pode desclassificar propostas com base em requisitos não previstos no edital.
Alegações genéricas em face do 2º Colocado: A verificação dos requisitos do 2º colocado ocorrerá na fase oportuna de convocação para aceitabilidade de proposta, nos termos da ordem de classificação do certame.

IV – CONCLUSÃO
Diante do exposto, **conheço do recurso administrativo**, por ser tempestivo, e, **no mérito, dou-lhe provimento parcial**, reformando a decisão anteriormente proferida para **desclassificar a empresa DRS MOVEIS E DECORACOES EIRELI em relação ao Item 12 (Tablet)**, uma vez que o equipamento ofertado não atende à especificação mínima relativa à resolução da tela prevista no Termo de Referência, em desconformidade com o instrumento convocatório. **Nego provimento** quanto aos demais pedidos que extrapolaram as exigências editalícias.
Dessa forma, determino o regular prosseguimento do certame, com a análise da proposta subsequente, observada a ordem de classificação e o atendimento integral às condições editalícias.

Pitangueiras, 11 de setembro de 2026.

ALINE SARRI GONCALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:1BBED632

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 15/2026

Pregão Eletrônico nº 15/2026
Objeto: Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para as secretarias deste Município.
Recorrente: EMPORIO DAS LICITAÇÕES COMERCIO LTDA
Recorrida: 57.945.409 EDUARDO YUKIO WAKIUTI

I – DA TEMPESTIVIDADE
O recurso administrativo foi interposto tempestivamente e devidamente fundamentado por parte legitimada, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "b", e § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos termos das regras fixadas no Edital. Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, CONHEÇO do recurso e passo à análise do mérito.

II – BREVE SÍNTESE FÁTICA
O presente recurso administrativo foi interposto pela empresa **EMPÓRIO DAS LICITAÇÕES COMÉRCIO LTDA** contra a decisão que julgou aceitável e declarou vencedora a proposta apresentada pela licitante **57.945.409 EDUARDO YUKIO WAKIUTI** no Item 12 (Tablets).
Em suas razões, a Recorrente sustenta, em síntese, que:

• Houve irregularidade na aceitação de ficha técnica ou declaração elaborada pela própria empresa vencedora, argumentando ser imprescindível a comprovação das especificações por meio de catálogo oficial do fabricante;
• O produto ofertado não atenderia integralmente às exigências do edital no que tange à versão do sistema operacional (Android 16) e à capacidade da bateria.

Oportunizada a devida ampla defesa e o contraditório, a empresa recorrida (57.945.409 EDUARDO YUKIO WAKIUTI) apresentou contrarrazões postulando a manutenção de sua habilitação e classificação. Em sua defesa, alegou que:

• A imposição de apresentação de catálogo oficial representaria uma inovação não prevista nas regras do edital;
• A declaração prestada goza de presunção de veracidade, sendo firmada sob as penas da lei;
• Foram cumpridos todos os requisitos técnicos exigidos pelo instrumento convocatório, invocando, para tanto, os princípios do formalismo moderado e da proporcionalidade aplicáveis às licitações públicas.

É o breve relatório.

III – DA ANÁLISE RECURSAL
Após a análise detalhada das razões, contrarrazões, documentos acostados aos autos e diligências técnicas complementares, conclui-se que o recurso **NÃO MERECE PROVIMENTO,** mantendo-se incólume a decisão que aceitou a proposta da empresa recorrida.

1. Da Alegada Incompatibilidade com o Sistema Operacional e Capacidade de Bateria

O edital constitui a lei interna da licitação, vinculando indistintamente a Administração Pública e os licitantes, conforme os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, insculpidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.
No que tange à alegação de descumprimento dos requisitos técnicos relativos à versão do sistema operacional e à capacidade da bateria, cumpre destacar o resultado das diligências técnicas realizadas junto à equipe do Departamento de Tecnologia da Informação (TI) deste Município, aliadas à consulta formal junto ao suporte técnico do próprio fabricante:

• Quanto ao Sistema Operacional: Verificou-se que, embora o modelo ofertado tenha sido originalmente lançado com uma versão anterior (Android 14), o equipamento possui plena disponibilidade de atualizações oficiais do sistema, inclusive com suporte garantido para a versão Android 16 exigida ou compatível com as necessidades da Administração. A exigência de atendimento a requisitos de software restringe-se à capacidade operativa do hardware e à entrega do bem

atualizado ou passível de atualização oficial, o que restou plenamente satisfeito pela proponente.

• Quanto à Capacidade da Bateria: A jurisprudência administrativa e a técnica de TI reconhecem que a autonomia e a duração da bateria possuem natureza dinâmica, sofrendo direta interferência de acordo com o modo de uso, brilho de tela, aplicativos em segundo plano e perfil de utilização por parte do usuário. Tratando-se de parâmetro subjetivo na prática cotidiana, o que se avalia objetivamente é o cumprimento das especificações nominais do fabricante constantes na ficha técnica oficial, as quais atendem perfeitamente aos parâmetros mínimos do Termo de Referência.

Portanto, demonstrado o atendimento técnico por meio de diligência junto ao órgão competente, não há falar em desclassificação com base em premissas desatualizadas ou de cunho meramente subjetivo.

2. Das Demais Alegações do Recurso

Quanto aos demais pontos suscitados pela Recorrente:
Obrigatoriedade de Catálogo do Fabricante: O instrumento convocatório exigiu a apresentação de especificação técnica do produto. Exigir exclusivamente catálogo impresso ou formal do fabricante como condição inegociável de aceitabilidade, sem previsão restritiva expressa no edital, configuraria excesso de formalismo, restrição à competitividade e inovação editalícia vedada pela ordem jurídica.

Aplicação do Formalismo Moderado: Ressalte-se que a aplicação do princípio do formalismo moderado (art. 11, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021) orienta a atuação da Administração no sentido de aproveitar os atos e buscar a proposta mais vantajosa, desde que atendidos a segurança e o interesse público, afastando-se exigências burocráticas desnecessárias que não comprometam a utilidade do objeto.

IV – CONCLUSÃO
Diante do exposto, **conheço do recurso administrativo**, por ser tempestivo, e, **no mérito, nego-lhe provimento**, mantendo integralmente a decisão anteriormente proferida que aceitou a proposta e declarou vencedora a empresa **57.945.409 EDUARDO YUKIO WAKIUTI em relação ao Item 12 (Tablet)**, restando devidamente comprovado o atendimento às especificações técnicas editalícias, conforme apurado em diligência junto ao Departamento da Tecnologia da Informação.
Dessa forma, determino o regular prosseguimento do certame para as fases subsequentes, observada a ordem de classificação e as demais formalidades legais.

Pitangueiras, 05 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:63678119

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

62/2026
12/2026 - DL
Dispensa de licitação
05/10/2026
Obedecido o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, suas atualizações e legislação correlata, fica instaurado Processo Administrativo para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de perfuração, instalação, desenvolvimento, teste de vazão e fornecimento dos materias necessários à implantação de poço tubular profundo (poço artesiano).
Participante: BELUCO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Quantidade de itens:	1	**31.916,00**
	Total Geral:	**31.916,00**

Pitangueiras, 05 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:AA2C40DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº07/2026

EDITAL Nº07/2026
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS VAGAS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PLANALTO – PR PARA O ANO LETIVO DE 2027.
A presidente do Conselho Municipal de Educação do município de Planalto Estado do Paraná, conforme a Instrução Normativa 05/2026 e Instrução Normativa 06/2026. Passa a divulgar os resultados das inscrições para as vagas na Educação Infantil e Fundamental em Tempo Integral do município de Planalto – PR para o ano letivo de 2027.

Educação Infantil 04
Escola Municipal Professora **Edejalva Canton Fernandes** EIEF.

COLOCAÇÃO	ALUNO	RESULTADO
CLASSIFICADOS		
01º	LORENA DE ASSIS DA SILVA	Deferido
02º	MARIA ANTÔNIA RECH DE LARA	Deferido
03º	LUNNA MEDEIROS DE MERA	Deferido
04º	ISABELA STEGARIBE CAPITANI	Deferido
05º	MARIA CATARINA MORAES PIRES DOS SANTOS	Deferido
06º	AMAYA DAMARIS PEREZ	Deferido
07º	MARCOS ISAAC MIÑARRO REVERSAT	Deferido
08º	PIETRO LOTHAR WOLF	Deferido
09º	RAFAELLA VITÓRIA RECH	Deferido
10º	LARA ISABELLY D'AVILA	Deferido
11º	KEVILLIN DE GÓIS	Deferido
12º	EDUARDO ANTÔNIO RUCKHABER	Deferido
13º	ANTONELLA ROCHA GLUSZEWICZ FRANÇA	Deferido
14º	VINICIUS DE MATOS GREGGIO	Deferido
15º	MATHEUS HENRIQUE BAIERLE BUDKE	Deferido
16º	ELENA MARIA KUSNIEWSKI DOMINGOS	Deferido
17º	OLÍVIA DE OLIVEIRA DEQUIGIOVANNI	Deferido
18º	HENRIQUE MIGUEL RODRIGUES VIEIRA	Deferido
19º	KEMILLY ALICIA SCHULLER	Deferido
20º	THÁBITA FERNANDA BAICHFELD	Deferido
LISTA DE ESPERA		
01º	ISABELLY REICHERT FERNANDES	Lista de espera
02º	VINICIUS EDUARDO HENN	Lista de espera
03º	ISABELLA VITORIA THOMAS	Lista de espera
04º	JOÃO VICTOR GOETZ	Lista de espera
05º	HELENA KLEINHANS	Lista de espera
06º	SAMANTHA DE ANUNCIAÇÃO KURZ	Lista de espera
07º	AURORA ZEMIANI DE SOUZA	Lista de espera
08º	LEONARDO DE ANDRADE RODRIGUES	Lista de espera
09º	MIRELLA HELOISA NEDEL CECONI	Lista de espera
10º	BERNARDO GABRIEL RIBEIRO FERREIRA	Lista de espera
11º	JÚLIA BEATRIZ DUARTE CAVALHEIRO	Lista de espera
12º	MARIA ALICE MENEGAZZI BARBOSA	Lista de espera
13º	PEDRO OTÁVIO GORMANN	Lista de espera
14º	PIETRO DOS SANTOS MARTINS	Lista de espera
15º	ANNA CECÍLIA KREUZBERG	Lista de espera
16º	HENRIQUE ZENATI DA SILVA	Lista de espera
17º	HELOÍSA GABRIELLY ZACHE SANTOS	Lista de espera
18º	SOPHIA DE PAULO SUZIN	Lista de espera
19º	ISABELLY VITÓRIA ENGSTER DA ROSA	Lista de espera
20º	ELOAH VITÓRIA BORGES	Lista de espera
21º	MIGUEL KUSNIEWSKI DORILEO LOUZICH	Lista de espera
22º	MIGUEL LUCAS KUHN	Lista de espera
23º	LUÍZA GABRIELI LINK RETZLAFF	Lista de espera
24º	ANA LAURA SKOWRONSKI	Lista de espera
25º	SOLAINE DE FÁTIMA GEHN DA ROSA	Lista de espera

26º	NOAH DE LIMA	Lista de espera
27º	ANTONIO MIGUEL DA SILVA	Lista de espera

Educação Infantil 04
Escola Municipal Professora **Solange Bueno da Silva** EIEF.

COLOCAÇÃO	ALUNO	RESULTADO
CLASSIFICADOS		
01º	SAMANTHA DE ANUNCIAÇÃO KURZ	Deferido
02º	AURORA ZEMIANI DE SOUZA	Deferido
03º	LEONARDO DE ANDRADE RODRIGUES	Deferido
04º	MIRELLA HELOISA NEDEL CECONI	Deferido
05º	BERNARDO GABRIEL RIBEIRO FERREIRA	Deferido
06º	JÚLIA BEATRIZ DUARTE CAVALHEIRO	Deferido
07º	QUÉREN NAEH FURTADO	Deferido
08º	MARIA ALICE MENEGAZZI BARBOSA	Deferido
09º	PEDRO OTÁVIO GORMANN	Deferido
10º	FRANCISCO RAMBO	Deferido
11º	PIETRO DOS SANTOS MARTINS	Deferido
12º	ANNA CECÍLIA KREUZBERG	Deferido
13º	HENRIQUE ZENATI DA SILVA	Deferido
14º	HELOÍSA GABRIELLY ZACHE SANTOS	Deferido
15º	SOPHIA DE PAULO SUZIN	Deferido
16º	ISABELLY VITÓRIA ENGSTER DA ROSA	Deferido
LISTA DE ESPERA		
01º	ELOAH VITÓRIA BORGES	Lista de espera
02º	MIGUEL KUSNIEWSKI DORILEO LOUZICH	Lista de espera
03º	MIGUEL LUCAS KUHN	Lista de espera
04º	MIGUEL DAVI SCHNEIDER	Lista de espera
05º	LUÍZA GABRIELI LINK RETZLAFF	Lista de espera
06º	DAVI MIGUEL LOPES BRITO	Lista de espera
07º	ANA LAURA SKOWRONSKI	Lista de espera
08º	LORENA DE ASSIS DA SILVA	Lista de espera
09º	MARIA ANTÔNIA RECH DE LARA	Lista de espera
10º	LUNNA MEDEIROS DE MERA	Lista de espera
11º	ISABELA STEGARIBE CAPITANI	Lista de espera
12º	AMAYA DAMARIS PEREZ	Lista de espera
13º	MARCOS ISAAC MIÑARRO REVERSAT	Lista de espera
14º	PIETRO LOTHAR WOLF	Lista de espera
15º	RAFAELLA VITÓRIA RECH	Lista de espera
16º	KEVILLIN DE GÓIS	Lista de espera
17º	EDUARDO ANTÔNIO RUCKHABER	Lista de espera
18º	ANTONELLA ROCHA GLUSZEWICZ FRANÇA	Lista de espera
19º	VINICIUS DE MATOS GREGGIO	Lista de espera
20º	MATHEUS HENRIQUE BAIERLE BUDKE	Lista de espera
21º	ELENA MARIA KUSNIEWSKI DOMINGOS	Lista de espera
22º	OLÍVIA DE OLIVEIRA DEQUIGIOVANNI	Lista de espera
23º	HENRIQUE MIGUEL RODRIGUES VIEIRA	Lista de espera
24º	KEMILLY ALICIA SCHULLER	Lista de espera
25º	ISABELLY REICHERT FERNANDES	Lista de espera
26º	VINICIUS EDUARDO HENN	Lista de espera
27º	ISABELLA VITORIA THOMAS	Lista de espera
28º	JOÃO VICTOR GOETZ	Lista de espera
29º	HELENA KLEINHANS	Lista de espera
30º	SOLAINE DE FÁTIMA GEHN DA ROSA	Lista de espera
31º	NOAH DE LIMA	Lista de espera
32º	ANTONIO MIGUEL DA SILVA	Lista de espera

Planalto, 06 de outubro de 2026.

Presidente do Conselho Municipal de Educação
Município de Planalto

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:55F84D6F

ADMINISTRATIVO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2026

Processo Administrativo: Nº 030/2026
Amparo Legal: Art. 199, § 1º da Constituição Federal de 1988; Arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990; Lei Municipal nº 2.954/2026; e Art. 3º, IV, da Lei Federal nº 13.019/2014.
Concedente: MUNICÍPIO DE PLANALTO - PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.460.526/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Boni.
Convenente: INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE PLANALTO (ISNSL), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.981.290/0001-09 e CNES nº 2584832, representado por sua Diretora Presidente, Sra. Carla Regina Kuhne.

Objeto: Repasse de recursos financeiros destinados ao custeio e à manutenção dos serviços médicos hospitalares prestados pelo ISNSL em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento de urgência e emergência 24h, consultas, exames e apoio diagnóstico ao Município de Planalto - PR.
Valor Global: R$ 4.282.774,90 (quatro milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa centavos).

• Repasse Concedente: R$ 4.068.636,15 (em 11 parcelas mensais de R$ 339.053,01 e 1 parcela de R$ 339.053,04).
• Contrapartida Convenente: R$ 214.138,75 (em 11 parcelas mensais de R$ 17.844,90 e 1 parcela de R$ 17.844,85).

Vigência: 12 (doze) meses, de 06/10/2026 a 05/10/2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 2.954/2026.
Data de Assinatura: 06 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal de Planalto-PR

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:5B11DE68

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº253/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº253/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 040/2026

DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: MAGNUS DESSOTTI
OBJETO: Fornecimento e instalação de forros, divisórias e portas internas, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Saúde e Educação do Município de Planalto/PR.
VALOR TOTAL: R$203.082,00 (duzentos e três mil e oitenta e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:5E2B4319

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2023

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO TECELAGEM MADRYTEX LTDA.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **TECELAGEM MADRYTEX LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **REGIS PAULO RECKZIEGEL,** resolvem em comum acordo reajustar os valores do contrato administrativo nº 101/2023, firmado entre as partes em data de 24 de março de 2023, cujo objeto é a contratação de empresa visando à Aquisição de material de transformação, material de expediente, onde serão desenvolvidos cursos, projetos e atividades com grupos assistidos pela secretaria de assistência social deste município de Planalto - PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Sétima (dos prazos) Paragrafo Primeiro, prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 23/09/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

REGIS PAULO RECKZIEGEL,
Tecelagem Madrytex LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.0363.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:C7FE0CA4

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 308/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 308/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 050/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E IVAR TERRAPLANAGEM LTDA.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **IVAR TERRAPLANAGEM LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **MATEUS ROGERI**, resolvem em comum acordo prorrogar o Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo de prestação de Serviços nº 308/2024, firmado entre as partes em data de 30 de setembro de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/09/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MATEUS ROGERI
Ivar Terraplanagem LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:667DD8F8

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 248/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 248/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2023

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 248/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E CMM ASSESSORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA - EPP.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **CMM ASSESSORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA - EPP**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 27.015.954/0001-24, com sede à Rua Octaviano Teixeira dos Santos, Nº 1561, Sala 02-A, Cond. Empresar Office One, Quadra 183, Centro, na Cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, neste ato representado pela Administradora a Sra. MARIJANI BLASIUS RIBEIRO, brasileira, administradora, portadora do RG n.º 3.665.445-7, e do CPF sob n.º 580.928.979-72, residente e domiciliada, na Cidade de Francisco Beltrão – PR., doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 248/2023, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 045/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento e acompanhamento presencial e on-line e na área da saúde pública na gestão administrativa de acordo com o preconizado nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) Lei 8.080/90 Portaria de consolidação 06 de 28 de setembro de 2018, com carga horária mensal presencial “in loco” de 16 horas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto – PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo nº 248/2023, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 30 de setembro de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 248/2023 passa a ser até 30 de setembro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 248/2023, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 248/2023, cujo valor global é de R$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 045/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02010	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 248/2023, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 28 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MARIJANI BLASIUS RIBEIRO
CMM Assessoria Tributaria e Projetos LTDA - EPP.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI

RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:6BCE06C9

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 251/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 251/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **CENTRO DE INTEGRACAO NACIONAL DE ESTAGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE,** inscrita no CNPJ sob o nº 07.136.551/0001-26, com sede na cidade de e Pato Branco, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. **GELCIONITA APARECIDA LEIRIA WITT DE LIMA MORAES,** portadora do CPF nº 026.477.869-33, doravante designada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 251/2023, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 047/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de serviços de Agente de Integração para atuar no programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de ensino médio técnico profissionalizante, a fim de atender às necessidades das Secretarias do Município de Planalto – PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo nº 251/2023, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 30 de setembro de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 251/2023 passa a ser até 30 de setembro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.

Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 251/2023, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 251/2023, cujo valor global é de R$ 1.180.897,20 (um milhão, cento e oitenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 047/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pelas dotações orçamentárias, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00270	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.36.00.00.00000
00880	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.36.00.00.00000
01130	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.36.00.00.00000
01700	08.124.27.812.2701.2069	3.3.90.36.00.00.00000
02000	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.36.00.00.00000
02760	10.144.08.244.0801.2024	3.3.90.36.00.00.00000
02880	11.133.20.606.2001.2057	3.3.90.36.00.00.00000
03220	13.136.18.541.0801.2055	3.3.90.36.00.00.00000
03330	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.36.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 251/2023, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 29 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

GELCIONITA APARECIDA LEIRIA WITT DE LIMA MORAES
Centro De Integração Nacional De Estágios Para Estudantes - CEINEE

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:A62B43C1

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 257/2022

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 257/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2022

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 257/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E MAURO CESAR CORDOVA 041156732907.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **MAURO CESAR CORDOVA 041156732907**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 21.984.203/0001-30, com sede à Rua Guaira, 1079, Centro, Ampére/PR, neste ato representado pelo Administrador o Sr. MAURO CESAR CORDOVA, brasileiro, comerciante, portador do CPF sob n.º 041.156.732-07, residente e domiciliado, na Cidade de Ampére/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 257/2022, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 074/2022, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa visando a Contratação de profissional especializado em treinamento de futsal para ministrar treinamentos de futsal masculino e feminino para equipes pré-mirim, mirim, infantil, juvenil e adultos. Acompanhar as equipes como técnico/treinador nas diversas competições que o município de Planalto PR irá participar no decorrer de todo o ano”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo nº 257/2022, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 30 de setembro de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 257/2022 passa a ser até 30 de setembro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 257/2022, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 257/2022, cujo valor global é de R$ 120.500,00 (cento e vinte mil e quinhentos reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 074/2022, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
01500	08.124.27.812.2701.2076	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 257/2022, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 28 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MAURO CESAR CORDOVA
Mauro Cesar Cordova

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:276CF4E2

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 338/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 338/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 338/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E FD SEGURANÇA LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **FD SEGURANÇA LTDA,** Inscrita no CNPJ sob nº 48.352.593/0001-81com sede na cidade de Realeza/PR, neste ato representado pelo Sr. GILSON DOS SANTOS SALVALAGGIO, portador do CPF nº 03730231979, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 338/2024, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 037/2024, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ronda motorizada, segurança não armada e vigilância e zeladoria patrimonial, de apoio e suporte a eventos oficiais realizados pelo Município de Planalto-PR.”
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo nº 338/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 30 de setembro de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 338/2024 passa a ser até 30 de setembro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 338/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei nº 14.133, de 2021e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 338/2024, cujo valor global é de R$ 185.690,00 (cento e oitenta e cinco mil e seiscentos e noventa reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 037/2024, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00300	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00830	05.115.15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01200	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000

01790	06.124.27.812.2701.2069	3.3.90.39.00.00.00000
02090	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.39.00.00.00000
02930	10.144.08.244.0801.2024	3.3.90.39.00.00.00000
02970	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000
03250	12.134.22.661.2201.2062	3.3.90.39.00.00.00000
03310	13.136.18.541.0801.1056	3.3.90.39.00.00.00000
03510	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 338/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 28 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

GILSON DOS SANTOS SALVALAGGIO
FD Segurança LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER MALINSKI
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH
RG nº 10.0363.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:C655B23C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

Inexigibilidade Nº 31/2026
Processo licitatório nº 046/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pontal do Paraná
Cnpj: 01.636.881/0001-02.

CONTRATADA: SUPRA – Consultoria, Treinamentos e Capacitação em Gestão Pública
Cnpj: 40.621.340/0001-54.

OBJETO: "Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, compreendendo a inscrição e participação de 02 (Dois) Servidores, sendo uma Vereadora e um Assessor parlamentar lotado no gabinete, mediante solicitação expressa dos próprios, no curso presencial intitulado Municípios Eficiente-Prologis, Planejamento, Integridade e Gestão por Resultados. evento possui carga horária total de 15 (Quinze) horas técnicas pedagógicas e será realizado entre os dias 07 a 09 de outubro de 2026, no município de Curitiba/PR (nas dependências do Hotel Nacional hinn), sob a coordenação técnica e pedagógica do Instituto de Desenvolvimento Técnico-administrativo (SUPRA) / Método Classe."

VALOR :R$ 4.780,00 (quatro mil, setecentos e oitenta reais).

Dotação; 01001010310001200133900390000 1001
Reduzido: 16 Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

Pontal do Paraná, em02 de outubro de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcela Mendes
Código Identificador:A4BEA867

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 462/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 343/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 343/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de profissionais habilitados para execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude. Empresa Contratada: 50.621.380 JULIO CESAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ n.º 50.621.380/0001-50. Data da ratificação e homologação**:** 02 de OUTUBRO de 2026: **R$ 30.571,20 (trinta mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos).**
Dotação orçamentária: 13001278120032206033900390000-
CR 689 –
FR 1000.

Pontal do Paraná, 06 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:E352B41E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 464/2026 DISPENSA Nº. 37/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 464/2026
Dispensa Nº. 37/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a Dispensa nº 37/2026, que tem por Objeto: "Aquisição de 01(uma) passagem aérea para participação no FIT PARAGUAI no município de Assunção, sendo 01 (uma) passagem com bagagem de mão para atendimento de demanda institucional da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico". Empresa Contratada: 59.094.729 DEBORA DE KASSIA ALVES, inscrita no CNPJ n.º 30.172.403/0001-89. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 6.532,20 (seis mil e quinhentos e trinta e dois reais e vinte centavos).** Dotação orçamentária: 07.005.23.695.0015.2.029.3.3.90.33.00.00 - CR 252 - FR 3000. Pontal do Paraná, 06 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:5F693C97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13711/2026 DE 05/10/2026

MUNICIPIO DE
PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13711/2026 de 05/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$558.099,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil e noventa e nove reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.002		DEP DE RESIDUOS SOLIDOS E AREAS DEGRADADAS	
09.002.18.542.0023.2.037		GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	
332 - 3.3.90.39.00.00	511	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	558.099,00
		Total Suplementação:	558.099,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.002		DEP DE RESIDUOS SOLIDOS E AREAS DEGRADADAS	
09.002.18.542.0023.2.037		GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	
326 - 3.1.71.70.00.00	511	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	12.270,00
329 - 3.3.71.70.00.00	511	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	83.349,00
333 - 4.4.71.70.00.00	511	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	62.490,00
334 - 4.4.90.52.00.00	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	399.990,00
		Total Redução:	558.099,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 5 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B64E5C8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.712 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n.º 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências.*

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica nomeado (a) em seu respectivo cargo de provimento em comissão **DP- DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE IMAGEM E FOTOGRAFIA DO GABINETE DO PODER EXECUTIVO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**,** o **Sr. CLOVIS DOS SANTOS DA SILVA ,** brasileiro, portador do **RG nº. 3.956.000-3 PR e CPF n. º 463.232.799-91** .

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da nomeação do (a) referido (a) servidor (a) a partir desta data**.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 06 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2750436C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 696 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n° 114/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 26.441/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: : AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
NOME: THAYNÁ PAES DOS SANTOS
CLASSIFICAÇÃO: 101º ADMISSÃO:05/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 114/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A1636448

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 697 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n° 114/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 26.441/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: : AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
NOME: THALITA CRISTINA DE LIMA
CLASSIFICAÇÃO: 102º ADMISSÃO:05/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 114/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D42EEA65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 698 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n° 114/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 26.441/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: : PROFESSOR - AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: ZELEY APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA
CLASSIFICAÇÃO: 234º ADMISSÃO:05/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 114/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EE8734DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 699 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DOPARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n° 114/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 26.441/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: : PROFESSOR - AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: MAYARA GOMES KOIYAMA DE CARVALHO
CLASSIFICAÇÃO: 237º ADMISSÃO:05/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 114/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FEAC00D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 700 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n° 114/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 26.441/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO
NOME: ANA LUCIA DENA
CLASSIFICAÇÃO: 67º ADMISSÃO:05/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 114/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A4E4C55D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 701 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DOMUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n° 114/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 26.441/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL - AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME:Silvia Gabrieli Ferreira da Maia
CLASSIFICAÇÃO: 15º ADMISSÃO:05/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 114/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,05 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DAB5F10C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 702 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 25.778/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **RAQUEL ROCHA DE SOUZA GONÇALVES – MATRÍCULA-170861,** ocupante do cargo de **Agente Operacional ,** lotado (a) na **Secretaria Municipal de Segurança Pública - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **25 de setembro de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 06 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EF628C32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
DELIBERAÇÃO Nº 01/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORECATU-PR

DELIBERAÇÃO Nº 01/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Porecatu, no uso de suas atribuições que lhe são conferem a Lei Municipal nº 931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009;
Considerando a Resolução Ad Referendum nº 08/2026 – CMAS, que Aprova a atualização do Plano de
Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS, incluindo ações do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências,
Considerando a reunião realizada no dia 06/10/2026,
DELIBERA:

Art. 1º - Aprova a Resolução Ad Referendum nº 08/2026

Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 06 de Outubro de 2026.

CRISTYANE GISELE PERES DE BRITO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:727D0CA5

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 09/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORECATU-PR

RESOLUÇÃO N° 09/2026
SÚMULA: Aprova a Programação ESTRUTURA SUAS nº 412000220260004 que tem por finalidade estruturar a Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
O Conselho Municipal de Assistência Social de Porecatu/PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009 e 1.690/2015,
Considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho em referendo no dia 06/10/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - APROVAR a Programação nº 412000220260004, elaborada e inserida pela Prefeitura Municipal de Porecatu/PR no Sistema Estrutura SUAS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade que oferta serviço socioassistencial nacionalmente tipificados (Resolução CNAS 109/2009), conforme a seguir:
a) Unidade Beneficiária: Fundo Municipal de Assistência Social
b) Denominação: CNPJ: 14.516.659/0001-00
c) Valor (R$): 100.000,00
d) Classificação do Recurso: Custeio

Art. 2°- Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 06 de Outubro de 2026.

CRISTYANE GISELE PERES DE BRITO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:6B978F4F

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 51/2026

PORTARIA Nº 51/2026

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suasatribuiçõeslegais e regimentais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor Fábio Antonio Garcia Fabiani, ocupante de cargo de Procurador Jurídico, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porecatu.

Parágrafo Único - As férias referem-se ao período aquisitivo de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024, que serão usufruídas parcialmente no período de 13 a 16 de outubro de 2026 (04 dias).

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porecatu, 1º de outubro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente da Câmara

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Sâmela Alline Cavalcante Coelho
Código Identificador:E45C1448

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 52/2026

PORTARIA Nº 52/2026
VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais
RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder férias ao servidor SIDNEY LOPES DA SILVA, ocupante de cargo de Assessor de Orçamento e Contabilidade, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porecatu.

ParágrafoÚnico-As férias referem-se ao período de aquisição dejulho de 2022 a junho de 2023, que serão gozadas parcialmente no período de 13 a 17 de outubro de 2026.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 05 de outubro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:3BAEDCA2

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 124, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2051/25, de 11 de dezembro de 2025.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

1100	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
1101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1.007	Aquisição de Veículos para Secretaria Municipal de Saúde	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	138.000,00

Fonte de Recursos – 3400 – Saúde – Convênio Estadual C/C 220

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1203	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.056	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESOESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.000,00

Fonte de Recursos – 854 – Repasse Viaja Mais Fase III

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso I e III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit financeiro e o Cancelamento Total/Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1203	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.055	Manutenção do Conselho Tutelar	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESOESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.000,00

Fonte de Recursos – 854 – Repasse Viaja Mais Fase III

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionadas.
ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (06.10.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:3A542D1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N°032/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 26.600.117-7/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº032/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Registro de preços, objetivando a para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis e alimentos para necessidades alimentares especiais, para atendimento da merenda escolar do Departamento Municipal de Educação e Cultura; e aos programas assistenciais do Departamento Municipal de Assistência Social, além da demanda, dos eventos e dos cursos promovidos pelos Departamentos municipais de Administração, Esportes e Turismo, Fomento Agropecuário, Obras, Rodoviário e Saúde, de forma fracionada, para entrega no Município de Porto Amazonas, conforme a necessidade deste, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 07:00 horas do dia 21 de outubro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:00 horas do dia 21 de outubro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 523.178,29 (quinhentos e vinte e três mil cento e setenta e oito reais e vinte e nove centavos).

Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 06 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:DF29C7AB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - ALTERAÇÃO EXTEMPORÂNEA DO PCA 2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo Nº 1665/2026, 1666/2026, 1667/2026, 1668/2026, 1703/2026 e 1704/2026
Assunto: Alteração extemporânea do Plano de Contratações Anual – PCA 2026
Interessados: Departamento Municipal de Assistência Social; Departamento de Obras e Serviços Urbanos; Departamento Municipal de Saúde; Departamento Municipal de Administração; Departamento Municipal de Educação e Cultura; Departamento de Fomento Agropecuário e Divisão do Meio Ambiente.

DOS FATOS
Trata-se de processos administrativos instaurados a partir de solicitações apresentadas por Departamentos Municipais, visando à

alteração extemporânea do Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Porto Amazonas para o exercício de 2026, mediante inclusão de novas demandas e alteração da estratégia de contratação de objeto já contemplado no planejamento.
Os pedidos foram submetidos à análise da Comissão de Planejamento das Contratações, que examinou as justificativas apresentadas pelos respectivos Departamentos e as circunstâncias relacionadas a cada demanda, manifestando-se quanto à possibilidade de alteração do planejamento.
Na sequência, os autos foram encaminhados à Procuradoria Geral do Município, para análise jurídica quanto à possibilidade de atualização do PCA, considerando os fundamentos apresentados, a legislação aplicável e os requisitos necessários para alteração extemporânea do planejamento.
É o relatório.

DO DIREITO
A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 12, inciso VII, que, a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.
O § 1º do mesmo dispositivo prevê a possibilidade de elaboração e atualização do Plano de Contratações Anual, observadas as regulamentações aplicáveis.
No âmbito municipal, o PCA constitui instrumento de planejamento que deve refletir as necessidades administrativas previstas para o exercício, sem impedir, contudo, a adequação do planejamento diante de situações supervenientes, alterações das circunstâncias inicialmente consideradas ou modificações justificadas na estratégia administrativa.
A alteração extemporânea do PCA deve ser devidamente motivada e instruída, demonstrando-se a necessidade da modificação e sua compatibilidade com o planejamento e o interesse público, sem que a inclusão ou alteração do objeto no PCA implique, por si só, autorização para a contratação.
No caso concreto, a Comissão de Planejamento das Contratações analisou individualmente as solicitações apresentadas pelos Departamentos Municipais, tendo sido identificadas demandas que apresentam justificativa suficiente para atualização do planejamento, enquanto outras não demonstraram, nos autos, os elementos necessários à alteração extemporânea do PCA.
Quanto à demanda apresentada pelo Departamento de Obras e Serviços Urbanos, referente à contratação de brita corrida e brita 4A, verificou-se a necessidade de alteração da estratégia de contratação anteriormente planejada, diante das circunstâncias apresentadas pelo Departamento, razão pela qual a atualização do PCA se mostra cabível.
Quanto ao Departamento de Fomento Agropecuário e Divisão do Meio Ambiente, a inclusão da contratação destinada à instalação e realocação de biodigestores encontra justificativa nas circunstâncias supervenientes relatadas nos autos, inclusive diante da necessidade de realocação dos equipamentos e do prazo relacionado ao repasse decorrente da parceria existente, mostrando-se pertinente a atualização do planejamento.
No que se refere ao Departamento Municipal de Assistência Social, foi analisada a solicitação relativa à elaboração do Diagnóstico Municipal da Pessoa Idosa e do Plano Municipal da Pessoa Idosa, cuja necessidade decorre da adesão do Município à iniciativa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, circunstância que fundamenta a inclusão do objeto no PCA 2026.
Já a solicitação referente à aquisição de equipamentos para marcenaria não foi acolhida, por não terem sido demonstrados elementos suficientes que caracterizem situação superveniente apta a justificar a alteração extemporânea do planejamento.
Quanto ao Departamento Municipal de Educação e Cultura, a solicitação de inclusão das adequações complementares no novo prédio do CMEI “Cassinha” encontra fundamento na necessidade identificada após a conclusão e avaliação da utilização da edificação. Conforme documentação técnica constante dos autos, o prédio foi executado com base em projeto padrão do Governo Federal, cuja concepção não contemplava determinadas adaptações necessárias às condições climáticas locais, especialmente em razão de períodos de chuva, vento e baixas temperaturas.
As adequações previstas abrangem, entre outras intervenções, o fechamento do refeitório, adaptações no pátio coberto, execução de muretas, instalação de gradis, portas, janelas e elementos de fechamento em vidro, conforme documentação técnica elaborada pelo setor de Engenharia Municipal. Trata-se, portanto, de necessidade identificada posteriormente à elaboração do planejamento original, justificando a inclusão no PCA.
Em relação ao Departamento Municipal de Saúde, foi apresentada demanda para contratação de serviços de vigilância patrimonial, em razão da necessidade de reforço da segurança das instalações e usuários dos serviços municipais de saúde.
Contudo, antes da definição pela contratação de terceiros, mostra-se necessária a análise da estrutura de pessoal do Município, especialmente quanto à existência de cargos vagos de Vigilante e à possibilidade de provimento, ampliação de vagas ou aproveitamento/convocação de candidatos aprovados no Concurso Público realizado no exercício de 2025.
Assim, a demanda da Saúde não será incluída no PCA 2026 neste momento, devendo ser objeto de procedimento administrativo próprio, com planejamento para eventual atendimento da necessidade a partir do exercício de 2027, mediante análise da alternativa administrativa e juridicamente adequada.
Por fim, quanto às solicitações apresentadas pelo Departamento Municipal de Administração, relacionadas às despesas e contratações de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais, segurança e medicina do trabalho, modernização da gestão tributária e realização de concurso público/processo seletivo simplificado, não se verificaram elementos suficientes para caracterizar circunstância superveniente que justifique a alteração extemporânea do PCA 2026, permanecendo o planejamento vigente quanto a tais objetos.

DA DECISÃO
Diante do exposto, considerando a manifestação da Comissão de Planejamento das Contratações, o Parecer Jurídico e os demais documentos constantes dos autos, DECIDO:
AUTORIZAR a atualização do Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Porto Amazonas para o exercício de 2026, contemplando as seguintes alterações:
Departamento de Obras e Serviços Urbanos: alteração da estratégia de contratação de brita corrida e brita 4A, conforme justificativas constantes dos autos;
Departamento de Fomento Agropecuário e Divisão do Meio Ambiente: inclusão da contratação destinada à instalação e realocação de biodigestores;
Departamento Municipal de Assistência Social: inclusão da contratação destinada à elaboração do Diagnóstico Municipal da Pessoa Idosa e do Plano Municipal da Pessoa Idosa, em razão da necessidade decorrente da adesão do Município à iniciativa Cidade Amiga da Pessoa Idosa;
Departamento Municipal de Educação e Cultura: inclusão da contratação destinada à execução das adequações complementares no novo prédio do CMEI “Cassinha”, compreendendo as intervenções previstas na documentação técnica constante dos autos.
QUANTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE, fica consignado que a demanda referente à contratação de serviços de vigilância patrimonial não será incluída no PCA 2026 neste momento.
QUANTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, fica mantido o não acolhimento da solicitação referente à aquisição de equipamentos para marcenaria, diante da ausência dos requisitos necessários para alteração extemporânea do PCA, conforme fundamentação constante dos autos.
QUANTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ficam mantidas as solicitações não acolhidas relativas a energia elétrica, água e esgoto, serviços postais, segurança e medicina do trabalho, modernização da gestão tributária e concurso público/processo seletivo simplificado.
DETERMINAR ao setor responsável pelo Plano de Contratações Anual que proceda às atualizações autorizadas nesta decisão, promovendo a publicação do Decreto Municipal de atualização do PCA 2026, com a correspondente formalização e publicidade do Plano atualizado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

ESCLARECER que a inclusão ou alteração de objeto no Plano de Contratações Anual não constitui, por si só, autorização para a realização da contratação, devendo cada demanda ser posteriormente submetida ao respectivo procedimento licitatório, com observância da Lei Federal nº 14.133/2021, da regulamentação municipal, da disponibilidade orçamentária e dos demais requisitos legais.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, 06 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5F702E5C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 144/2026

DECRETO Nº 144, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Autoriza a alteração do Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Porto Amazonas para o exercício de 2026, aprovado pelo Decreto Municipal nº 215/2025, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso XI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso VII, e no § 1º do art. 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que exigem a elaboração e o acompanhamento do Plano de Contratações Anual;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026 frente a circunstâncias supervenientes e à alteração justificada de estratégias de contratação por parte dos órgãos municipais;
CONSIDERANDO as solicitações formais apresentadas pelos Departamentos Municipais interessados, acompanhadas das respectivas justificativas e fundamentações técnicas, constantes dos Processos Administrativos.
CONSIDERANDO, por fim, a decisão da autoridade competente pelo acolhimento dos pedidos de alteração do Plano de Contratações Anual – PCA 2026, nos termos da análise administrativa e jurídica realizada,

DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado a alteração do Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Porto Amazonas para o exercício de 2026, aprovado pelo Decreto Municipal nº 215/2025, mediante a **inclusão e alteração dos objetos relacionados no Anexo I deste Decreto**, que dele passa a fazer parte integrante.
Art. 2º As inclusões e alterações previstas neste Decreto decorrem das justificativas apresentadas pelos respectivos Departamentos Municipais e da análise quanto à possibilidade de adequação extemporânea do planejamento, observada a legislação aplicável.
Art. 3º A inclusão dos objetos no Plano de Contratações Anual não constitui autorização para a realização das respectivas contratações, ficando estas condicionadas à instauração e regular instrução dos processos administrativos próprios, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
Art. 4º No caso da alteração relativa ao fornecimento de brita corrida e brita 4A, a modificação refere-se à **estratégia de contratação**, ficando eventual renovação da Ata de Registro de Preços nº 134/2025 condicionada à análise e ao atendimento dos requisitos legais em processo administrativo próprio.
Art. 5º O Plano de Contratações Anual – PCA 2026 deverá ser atualizado com as alterações decorrentes deste Decreto, observadas as disposições relativas à publicidade e transparência.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas/PR, 06 de outubro de 2026

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
ALTERAÇÕES DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA 2026

Item	Departamento responsável	Objeto	Modalidade	Tipo de alteração	Previsão de contratação
01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	Fornecimento de brita corrida e material pétreo brita 4A para utilização na manutenção e recuperação das estradas rurais do Município	Pregão	Alteração da estratégia de contratação	Outubro/2026
02	Departamento de Fomento Agropecuário e Divisão do Meio Ambiente	Contratação de empresa especializada para instalação e realocação de biodigestores nas Escolas Municipais Benedita Vieira Iatzseki e Maria de Lourdes Affonso Heimbecher	Inexigibilidade de licitação	Inclusão	Outubro/2026
03	Departamento Municipal de Assistência Social	Contratação de empresa especializada para elaboração do Diagnóstico Municipal da Pessoa Idosa e do Plano Municipal da Pessoa Idosa	Dispensa de Licitação	Inclusão	Outubro/2026
04	Departamento Municipal de Educação e Cultura	Contratação de empresa para execução de adequações complementares no novo prédio do Centro Municipal de Educação Infantil Eveline de Cássia Mendes – CMEI, incluindo fechamento do refeitório, adequações no pátio coberto e execução de muretas, gradis, portas, janelas e painéis em vidro	Conforme definição no processo de contratação	Inclusão	Outubro/2026

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:D1F18DF7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2026 - EMENDA IMPOSITIVA - AMAS

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2026
EMENDA IMPOSITIVA AMAS

PARTES: Município de Porto Amazonas e AMAS – Associação Menonita de Assistência Social de Porto Amazonas.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a destinação da Emenda Impositiva prevista na Lei Municipal nº 1.344/2025 e Lei municipal nº 1.363/2026 destinada a Associação Menonita de Assistência Social no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), Ação nº 14, vinculada ao Protocolo Nº 1182/2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente os artigos 31, inciso II, e 32; Decreto Municipal nº 030/2017, Lei Municipal nº 1.344/2025 e Lei Municipal nº 1.363/2026, referentes às Emendas Impositivas de 2026, conforme Ação nº 14, de autoria dos Vereadores Edson Orchanheski, João Eduardo Cordeiro e Luiz Gomes da Costa Junior.
VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO: 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE: 10.001- Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031.2031-Manutenção do Fundo de Assistência Social.
NATUREZA DE DESPESAS – 3.3.50.43.00.00- SUBVENÇÕES SOCIAIS.
VIGÊNCIA: De 06 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
EXECUÇÃO: Da assinatura até 31 de dezembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

Município de Porto Amazonas, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:88979EE6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2026 - EMENDA IMPOSITIVA - AMAS

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2026
EMENDA IMPOSITIVA AMAS

PARTES: Município de Porto Amazonas e AMAS – Associação Menonita de Assistência Social de Porto Amazonas.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a destinação da Emenda Impositiva prevista na Lei Municipal nº 1.344/2025 e Lei Municipal nº 1.363/2026 destinada a Associação Menonita de Assistência Social – AMAS, no valor de R$ 98.952,93 (noventa e oito mil novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), Ação nº 05, vinculada ao Protocolo Nº 1338/2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente os artigos 31, inciso II, e 32; Decreto Municipal nº 030/2017, Lei Municipal nº 1.344/2025 e Lei Municipal nº 1.363/2026, referentes às Emendas Impositivas de 2026, conforme Ação nº 05, de autoria dos Vereadores Arnaldo Alves, Leonidas Vinicius Schuhli e Marcelo Ferreira.

VALOR: R$ 98.952,93 (noventa e oito mil novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO: 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE: 10.001- Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031.2031-Manutenção do Fundo de Assistência Social.
NATUREZA DE DESPESAS – 3.3.50.43.00.00- SUBVENÇÕES SOCIAIS.
VIGÊNCIA: De 06 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
EXECUÇÃO: Da assinatura até 31 de dezembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.
Município de Porto Amazonas, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:935D1D65

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026 - EMENDA IMPOSITIVA - APAE

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026
EMENDA IMPOSITIVA APAE

PARTES: Município de Porto Amazonas e APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a destinação da Emenda Impositiva prevista na Lei Municipal nº 1.344/2025 e na Lei Municipal nº 1.363/2026, destinada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas - APAE, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), Ação nº 10, vinculado ao Protocolo 1081/2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente os artigos 31, inciso II, e 32; Decreto Municipal nº 030/2017; Lei Municipal nº 1.344/2025 e Lei Municipal nº 1.363/2026, referentes às Emendas Impositivas de 2026, conforme Ação nº 10, de autoria dos Vereadores Edson Orchanheski, João Eduardo Cordeiro e Luiz Gomes da Costa Junior.
VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO: 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE: 10.001- Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031.2031-Manutenção do Fundo de Assistência Social.
NATUREZA DE DESPESAS – 3.3.50.43.00.00- SUBVENÇÕES SOCIAIS.
VIGÊNCIA: De 06 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
EXECUÇÃO: Da assinatura até 31 de dezembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

Município de Porto Amazonas, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:CB416407

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra devidamente instruído, com observância das disposições da Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à Administração.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de pequena compra ou serviço de pronto pagamento, com valor estimado inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 do referido diploma legal, bem como atende às condições estabelecidas no art. 1º da Resolução nº 02/2026, estando dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Fica, assim, **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, entrega e disponibilização de puffs destinados à estruturação, ambientação e utilização do espaço de convivência e descanso dos colaboradores e servidores do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

CONTRATADO: MERCADÃO DAS UTILIDADES LTDA.
CNPJ/CPF: 37.400.783/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 4.764,00 (quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais).

Maringá – PR, 05 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:F91548CD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e após análise da documentação constante dos autos, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o Termo de Referência.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido formalmente justificada a não divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais, bem como a razão da escolha do fornecedor e a compatibilidade do preço com o mercado, além do atendimento das exigências legais, técnicas, orçamentárias e administrativas aplicáveis. Ressalta-se que, em conformidade com o art. 2º da Resolução nº 02/2026, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP Simplificado, por tratar-se de objeto simples, sem complexidade técnica relevante, estando dispensada a elaboração de ETP completo.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito, com o regular prosseguimento dos atos administrativos subsequentes.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Expansão do sistema de segurança eletrônica do CISPAR para o imóvel contíguo à atual sede administrativa, com fornecimento e instalação de equipamentos e monitoramento por 12 meses.

CONTRATADO: CENTROSAT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 05.974.112/0001-67
VALOR TOTAL: R$ 10.658,10 (dez mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e dez centavos),

Maringá – PR, 06 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:A1F407AF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2026

DESPACHO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO
(Dispensa de Licitação)

OBJETO: Prestação de serviço de organização, tratamento, conferência e disponibilização da base cadastral dos municípios consorciados do CISPAR, para consulta administrativa
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 8.760,00 (oito mil, setecentos e sessenta reais)
SETOR DEMANDANTE: Administrativo

Considerando a Solicitação da Demanda, a justificativa da necessidade e a estimativa de despesa apurada na pesquisa de preços que instruem os autos, **TOMO CIÊNCIA** da contratação pretendida e **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para análise do enquadramento da contratação e adoção das demais providências administrativas cabíveis.
Determino a publicação do presente despacho, para fins de publicidade e transparência da instauração do processo administrativo.
A presente autorização refere-se exclusivamente ao prosseguimento da instrução processual, não constituindo autorização definitiva da contratação, que permanecerá condicionada ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Maringá – PR, 02 de outubro de 2026.

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Matrícula nº 67

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:06F6118B

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 05/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 05/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO, Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR a Licitação nº **59/2026,** referente a Concorrência Eletrônica nº **5/2026**, que foi devidamente apreciada pela Comissão de Licitação, designada pelo Senhor Prefeito Municipal, através da Portaria nº 12/2026, conforme consta do termo de ata, devidamente lavrada em que fica classificada a empresa abaixo mencionada, nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais alterações, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS, PARA EXECUÇÃO DE BANHEIROS, BEM COMO SUBSTITUIÇÃO DE PIA DE COZINHA E TANQUE DE LAVAR ROUPAS, FOSSAS SÉPTICAS E SUMIDOUROS INCLUINDO TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS DE ALVENARIA, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E DEMAIS ETAPAS COMPLEMENTARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**, sendo:

CIB COMPANHIA DE INFRAESTRUTURA BRASILEIRA LTDA					
Item	Serviço	Unid.	Qtd	Preço	Preço total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS SANITÁRIOS (BANHEIROS), INSTALAÇÃO DE PIAS DE COZINHA E TANQUES DE LAVAR ROUPA E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO	SERV	1,00	455.661,03	455.661,03
TOTAL					455.661,03

A contratada deverá cumprir o prazo estipulado de 180 (cento e oitenta) dias, para a execução dos serviços, contidos a partir da data de emissão da ordem de serviço
O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 10 (dez) dias úteis, após recepção do recurso financeiro autorizada pela Concedente para ao Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas estabelecidas no edital.
Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a proposta vencedora, obedecidas às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Prado Ferreira, 06/10/2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:75DB4DBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11952/2026

Súmula: Exonera a Senhora ELAINE DE MORAES PASSERA do cargo comissionado que ocupa.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA a pedido, a Senhora ELAINE DE MORAES PASSERA, CPF nº. ***.769.839-**, do cargo comissionado de "ASSESSOR OPERACIONAL DE DEPARTAMENTO", a partir de 01 de Outubro de 2026, com efeitos retroativos.

Quatro Barras, 06 de Outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:0A5C2B05

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2025

OBJETO: Aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no percentual acumulado de 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento) nos últimos 12 (doze) meses, a ser aplicado ao valor mensal do Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2025.
PROCESSO: 15905/2026.
CONTRATANTE: Previdência Social dos Servidores do Município de Quatro Barras – PREVIBARRAS.
CONTRATADO: MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.
VALOR MENSAL: R$ 4.064,71 (quatro mil e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).
VALOR TOTAL: R$ 48.776,52 (quarenta e oito mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.35.00.
EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula sexta do contrato e artigo 136, inciso I, da Lei nº 14.133/21.
DATA DE ASSINATURA: 5 de outubro de 2026.

Quatro Barras, 6 de outubro de 2026.

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:36BE1DAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:

OBJETO: Registro de preços para a eventual necessidade de aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, microcomputadores completos, notebooks, servidores, periféricos, componentes de reposição, licenças de software e insumos hospitalares/de impressão, atendendo às necessidades das diversas secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 07/10/2026 às 08:29 min do dia 20/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 8h30min do dia 20/10/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC - **www.bnc.com.br "Acesso Identificado"**
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 06 de outubro

APARECIDA DE ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:72852193

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 223.2026 CONC 6. PAV PORTO BRASILIO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2026-PMQN/SECID

CONTRATANTE: Município de O MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE, , situado na Rua Waldemar dos Santos, 1197, Querência do Norte, PR, CNPJ 76.973.692/0001-16, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Alex Sandro Fernandes portador da cédula de identidade R.G. n. º 10.***.514-* SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 083.***.979-** em pleno exercício de seu mandato e funções, e

CONTRATADA: CONSTRUTORA LONGUINI LTDA , CNPJ 16.514.870/0001- 19, localizada na Rua Edmundo Mercer Junior, 1564, Jardim Alvorada, Cruzeiro Do Oeste – PR.

OBJETO: O objeto do presente Contrato é Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 159.597,16 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem,drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito,ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.Trecho: Estrada Rural Porto Brasilio (entre Sede e Porto Brasilio).

VALOR: R$ 28.740.000,00 *(*vinte e oito milhoes setecentos e quarenta mil reais*)*

PRAZO DE EXECUÇÃO: 540 (quinhentos e quarenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 1080 (um mil e oitenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01 OUTUBRO DE 2026

Comarca de Loanda, Estado do Paraná.

Querência do Norte,06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:CA8B846C

LICITAÇÃO
PE 35/2026 VEÍCULO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

PONTAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA
CNPJ: 78.909.389/0001-80

LOTE: 01
VALOR: R$ 152.200,00 (Cento e Cinquenta e Dois Mil, Duzentos Reais)

Querência do Norte PR, 06 de Outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:903373E3

LICITAÇÃO
TA INEXIGIBILIDADE 30.2022

4º. TERMO ADITIVO
Inexigibilidade nº 30/2022
CONTRATO Nº. 238/2022
VENCIMENTO: 14/10/2027

CONTRATANTE: "MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, centro, CEP. 87.930-000 – Querência do Norte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.973.692/001-16**, representada** pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALEX SANDRO FERNANDES**, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.560.979-08 e Cédula de Identidade RG 10.236.514-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Waldemar dos Santos, nº 678 , daqui por diante denominada simplesmente Contratante.
CONTRATADO: EDISON RAMALHO, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº. 3115529-0 e CPF nº 397.449.579-72, residente e domiciliado em Querência do Norte, doravante denominado CONTRATADO. Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E META com base no Art. 57 do § 1º. e Art. 65 § 1º, da Lei n º 8666/93.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertado entre as partes o aumento de prazo contados de 14/10/2026 a 14/10/2027, alterando a cláusula quinta do contrato original.
CLÁUSULA SEGUNDA:
O valor mensal será de R$2.376,63 (Dois Mil, Trezentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Três Centavos), reajustados pelo INPC acumulado de 12 meses, de 3,983300% conforme clausula oitava do contrato original.
CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original. E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte PR, 01 de outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal
Contratante

EDISON RAMALHO
Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F._____

_____
C.P.F. _____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:289CD5C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 74, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 74, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

"Suplementação por cancelamento para o orçamento geral do exercício de 2026, no valor de R$ 500.000,00".

O Prefeito Municipal de Quitandinha, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Municipal nº 1.351/2025, de 12 de dezembro de 2025 e Lei Federal n º 4.320/64. :
DECRETA

Art. 1 º - Ficam suplementada as seguintes dotações orçamentárias em R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme abaixo especificadas:

04 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
401 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
04.122.0004.2004 – MANUT DA S M DE DESENV HUMANO, ADM, FINANÇAS E INOVAÇÃO
33.90.30.00.00 – Material de Consumo
680 – 000 - Recursos Livre .....R$ 200.000,00

06 – SECR MUNICIPALM DE DESENV EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33.90.30.00.00 – Material de Consumo
1600 – 303 – Saúde 15% .....R$ 300.000,00

TOTAL.....R$ 500.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será utilizado recurso de cancelamento de dotação, para o orçamento geral do exercício:

Cancelamento:
04 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
401 – S M DE DESENV HUMANO, ADM , FINANÇAS E INOVAÇÃO
04.122.0004.2004 – MANUT DA S M DE DESENV HUMANO, ADM, FINANÇAS E INOVAÇÃO
33.90.40.00.00 – Serv de Tecnologia da informação e Comunicação
760 – 000 - Recursos Livre .....R$ 200.000,00

06 – SECR MUNICIPALM DE DESENV EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas
1380 – 494 – Bloco custeio das Ações e Serv Publicos de Saúde .....R$ 300.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Gabinete do Prefeito – Quitandinha 06 de outubro de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:04BFDBFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 113/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 113/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Eliane Moro Machado
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 02/10/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:7ABCCF91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 25/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 25/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Thalia Monteiro
Objeto: Prestação de serviço na função de Auxiliar Administrativo
Valor mensal: R$ 2.229,11
Duração: 01/10/2026 a 30/09/2027
Data da assinatura: 01/10/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:98DAA3A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 38/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 38/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Dayana Skovronski
Objeto: Prestação de serviço na função de Professor De Ensino Fundamental
Valor mensal: R$ 2.784,01
Duração: 01/10/2026 a 30/09/2027
Data da assinatura: 01/10/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:7F744202

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA 018/2026

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão da Sindicância Investigativa nº 03/2026, e dá outras providências**.**

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei Municipal nº 597/2015, pelo seu Regimento Interno e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para acompanhar, fiscalizar e zelar pela adequada atuação dos membros do Conselho Tutelar, observadas as competências estabelecidas na legislação vigente;
CONSIDERANDO que a Resolução CMDCA nº 008/2026 instaurou a Sindicância Investigativa nº 03/2026, estabelecendo prazo para a conclusão dos respectivos trabalhos;
CONSIDERANDO que a Resolução CMDCA nº 014/2026 prorrogou por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão da Sindicância Investigativa nº 03/2026, tendo o referido período de prorrogação se encerrado em 24 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade da apuração dos fatos objeto da Sindicância Investigativa nº 03/2026, tendo em vista que os trabalhos não foram concluídos dentro do prazo anteriormente estabelecido;
CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão Disciplinar responsável pela condução da Sindicância Investigativa nº 03/2026 e a necessidade de que os membros que passaram a integrar a Comissão procedessem à análise dos autos, dos documentos já produzidos e das providências necessárias ao regular prosseguimento da apuração;
CONSIDERANDO que a complexidade dos trabalhos e a necessidade de adequada análise dos elementos constantes dos autos justificam a concessão de prazo adicional para a conclusão da sindicância e elaboração do respectivo relatório final;
CONSIDERANDO o interesse público na completa apuração dos fatos, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade, segurança jurídica, razoabilidade, eficiência e busca da verdade material;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, evitando-se a conclusão prematura da apuração sem a adequada apreciação dos elementos necessários à formação da convicção da Comissão Disciplinar;
CONSIDERANDO que a necessidade de prazo adicional para conclusão da apuração deve ser formalmente motivada e registrada nos autos, de modo a assegurar transparência, segurança jurídica e regularidade na condução do procedimento;
RESOLVE:
Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, até o dia 06 de novembro de 2026, o prazo para conclusão da Sindicância Investigativa nº 03/2026, instaurada por meio da Resolução CMDCA nº 008/2026.
Art. 2º A prorrogação prevista no art. 1º tem por finalidade possibilitar a conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar, inclusive a análise integral dos autos, a realização das diligências eventualmente necessárias e a elaboração do relatório final, devidamente fundamentado.
Art. 3º A Comissão Disciplinar deverá concluir os trabalhos e apresentar o respectivo relatório final à autoridade competente até o dia 06 de novembro de 2026, acompanhado de todos os documentos e elementos necessários à apreciação da matéria.
Art. 4º Registre-se nos autos da Sindicância Investigativa nº 03/2026 a existência de período entre o encerramento da prorrogação anteriormente concedida e a edição da presente Resolução, ficando consignado que a presente prorrogação não pretende conferir efeito retroativo ao período anterior à sua publicação, mas estabelecer formalmente prazo adicional para a conclusão dos trabalhos a partir da presente deliberação.
Art. 5º Os atos regularmente praticados no âmbito da Sindicância Investigativa nº 03/2026 deverão ser mantidos nos autos para apreciação de sua regularidade pela autoridade competente, assegurando-se, em qualquer hipótese, o contraditório, a ampla defesa e as demais garantias legalmente asseguradas aos interessados.
Art. 6º A Comissão Disciplinar deverá observar, na continuidade dos trabalhos, os prazos, formalidades e garantias previstos na legislação aplicável, nas normas municipais, no Regimento Interno do CMDCA e nas resoluções que disciplinam a sindicância.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos em relação ao prazo da Sindicância Investigativa nº 03/2026 a partir do dia 24 de setembro do ano corrente.

Rancho Alegre d'Oeste/PR, 06 de outubro de 2026.

JANAINA LETÍCIA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:76D71365

CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2026

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021 E ART. 176, II DO MESMO DIPLOMA LEGAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.783/2024
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

Licitação conforme disposição da Lei nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Municipal nº 814/08/2021, com Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos Municípios integrantes da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná comunica aos interessados, que fará realizar procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO de forma física/presencial, sob o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de comunicação visual da fachada da Câmara Municipal, contemplando a confecção de portal central e acabamentos estruturais nas laterais em ACM, letras e brasão do município em PVC expandido de 20 mm de espessura (sem iluminação própria) e sistema decorativo de iluminação em LED embutido, conforme quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste processo.

• **Período para Recebimento de Propostas e Documentos:** Do dia 06 de outubro de 2026 até as 09h00min do dia 15 de outubro de 2026.

• **Data e Hora para Análise e Julgamento das Propostas:** Às 09h30min do dia 15 de outubro de 2026.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos poderão emitidos no endereço eletrônico https://www.ranchoalegredoeste.pr.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos ou ser solicitados pelo e-mail cmrancho@hotmail.com. Demais informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1215.
- Os interessados deverão enviar proposta para o Setor de licitações através do e-mail cmrancho@hotmail.com.

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 6 de outubro de 2026.

VALÉRIA MINERVINO AGUILAR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivanildo Divino Ferreira
Código Identificador:BE933B6C

CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
PORTARIA Nº 22/2026

Dispõe sobre a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, do dia 12 de outubro de 2026 e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, a Sra. VALÉRIA MINERVINO AGUILAR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal,

CONSIDERANDO o feriado do Dia de Nossa Senhora Aparecida (12/10).

RESOLVE:

Art. 1.º Informar os Senhores Vereadores, bem como aos demais interessados, que a referida sessão ordinária do dia 12 de outubro de 2026 (Segunda-feira), será realizada no dia 13/10/2026 (Terça-feira), com início às 19h00min.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL
Rancho Alegre D'Oeste-PR, em 6 de outubro de 2026.

VALÉRIA MINERVINO AGUILAR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivanildo Divino Ferreira
Código Identificador:378B80B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA
ATO DE PROMULGAÇÃO

"Promulga o Projeto de Resolução n.06/2026 de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, que dispõe sobre o Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal de Realeza e aprova o Plano Transitório 2026-2027.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE REALEZA- ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições definidas no art. 35, IV, Art. 56 da Lei Orgânica Municipal e Art. 32, IV do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação pela Câmara Municipal do Projeto de Resolução 06/2026, de autoria do Poder Legislativo;

RESOLVE

Art. 1º. PROMULGAR a Resolução n. 06/2026, oriunda do **Projeto de Resolução 06/2026,** de autoria do Poder Legislativo Municipal, que dispõe sobre o Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal de Realeza e aprova o Plano Transitório 2026-2027.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Câmara Municipal de Realeza-PR, aos 05 de outubro de 2026.

MANOEL ARILTO DE SOUZA COSTA JUNIOR
Presidente da Câmara de Vereadores de Realeza- PR

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Dispõe sobre o Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal de Realeza e aprova o Plano Transitório 2026-2027.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, aprovou e o Presidente promulga a seguinte Resolução:
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído o Plano Anual de Fiscalização - PAF, destinado a organizar as ações prioritárias de fiscalização e controle externo da Câmara Municipal sobre o Poder Executivo.
Parágrafo único. O PAF observará as funções previstas nos arts. 1º, 3º e 4º do Regimento Interno e poderá abranger a gestão fiscal, a execução orçamentária, políticas públicas, obras, serviços, licitações e contratos.
Art. 2º O PAF conterá, no mínimo:
I - Objeto da fiscalização;

II - Comissão responsável;
III - Prazo de execução;
IV - Produto ou resultado esperado.
Art. 3º A Mesa Diretora consolidará o PAF, com fundamento nos arts. 26 e 30 do Regimento Interno, e o submeterá à aprovação do Plenário até 31 de março de cada exercício.
§ 1º A elaboração considerará, de forma documentada, as demandas dos vereadores e das comissões, os registros da Ouvidoria, as contribuições da sociedade e os resultados disponíveis do ProGov e de fiscalizações anteriores.
§ 2º A inexistência de demanda em alguma das fontes previstas no § 1º será apenas registrada, sem impedir a aprovação do PAF.
§ 3º O PAF aprovado e suas alterações serão publicados no sítio oficial da Câmara.
Art. 4º As ações serão executadas pela comissão permanente competente, na forma dos arts. 41, 43, 44, 51 e 73 a 80 do Regimento Interno.
§ 1º A comissão delimitará o objeto, designará relator e registrará seus atos em processo e em ata.
§ 2º Duas ou mais comissões poderão atuar conjuntamente para reduzir a repetição de atos.
§ 3º O Presidente da Câmara não integrará a execução das ações atribuídas às comissões, observado o art. 53 do Regimento Interno.
Art. 5º A fiscalização poderá utilizar pedidos de informações, análise de documentos e dados, audiência pública, reunião, visita técnica e Proposta de Fiscalização e Controle.
§ 1º Os pedidos de informações e as convocações observarão a Lei Orgânica e os arts. 269 a 274 do Regimento Interno.
§ 2º A visita técnica dependerá de deliberação da comissão e de registro de sua finalidade e resultado.
§ 3º As comissões fixarão os dias e horários de suas reuniões ordinárias e lavrarão ata de suas atividades, nos termos do art. 58 do Regimento Interno, sem que cada reunião constitua ação autônoma do PAF.
§ 4º A audiência pública será realizada quando exigida em lei ou, nos demais casos, quando aprovada pelo Plenário, na forma do art. 51 do Regimento Interno, incluindo-se entre as obrigatórias as relativas às metas fiscais e à prestação de contas quadrimestral da saúde.
Art. 6º A Procuradoria Jurídica e as unidades administrativas da Câmara não serão responsáveis pela execução do PAF.
Parágrafo único. A comissão poderá solicitar apoio específico somente quando a providência for indispensável à ação e estiver compreendida nas atribuições legais da unidade consultada.
Art. 7º O PAF não transfere ao controle interno da Câmara qualquer atribuição de fiscalização sobre o Poder Executivo e não substitui a atuação do TCE-PR ou de outros órgãos de controle.
Art. 8º Ao término de cada ação, a comissão aprovará relatório sucinto com objeto, procedimentos, constatações, conclusão e encaminhamentos.
Parágrafo único. Quando a conclusão depender de esclarecimento do órgão fiscalizado, a comissão solicitará manifestação antes da aprovação do relatório.
Art. 9º Os relatórios aprovados serão publicados, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e proteção de dados pessoais.
Art. 10. Até 31 de março do exercício seguinte, a Mesa apresentará ao Plenário e publicará relatório consolidado com:
I - Ações planejadas e executadas;
II - Resultados e encaminhamentos;
III - Ações não realizadas e respectivas justificativas.
Art. 11. Fica aprovado o Plano de Fiscalização Transitório 2026-2027 constante do Anexo I, com vigência da publicação desta Resolução até 31 de março de 2027.
Art. 12. Os casos omissos serão decididos pelo Plenário, observado o Regimento Interno.
Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Realeza, Estado do Paraná, xxx de setembro de 2026.

Mesa Diretora

JUSTIFICATIVA DA RESOLUÇÃO Nº06/2026

Senhores Vereadores,

A Mesa Diretora apresenta este Projeto para formalizar o Plano Anual de Fiscalização exigido no eixo de fiscalização do PROLEGIS. A proposta limita-se aos elementos necessários para comprovar o planejamento e a execução das ações: aprovação plenária, publicação, registro das fontes consultadas, cronograma com responsável e prazo e relatório comparando o planejado com o realizado.
O texto foi ajustado ao Regimento Interno promulgado pela Resolução nº 2/2026, especialmente às competências da Mesa, do Plenário e das comissões. Também considera a estrutura reduzida da Câmara: existem oito comissões permanentes de três membros, o Presidente não pode integrá-las e os demais vereadores acumulam participação em vários colegiados.
Por essa razão, o Plano Transitório mantém somente duas frentes materiais: o acompanhamento fiscal e orçamentário e uma única fiscalização temática escolhida por risco. As reuniões ordinárias e as audiências quadrimestrais de metas fiscais e de saúde constam apenas como rotinas legais, com aproveitamento das atas e documentos já produzidos, sem novas atribuições permanentes para a Procuradoria, a Contabilidade ou o Controle Interno.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Realeza, Estado do Paraná, 05 de outubro de 2026.

Mesa Diretora

Publicado por:
Claiton Farias
Código Identificador:F9DE808E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.306, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Emenda a Lei Municipal n° 1.984/2022 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam extintos os cargos de Coordenador da Casa de Apoio e de Coordenador Técnico Laboratorial e Chefe Geral de Manutenção Predial e Espaços Públicos.

Art. 2°. Inclui-se o cargo de Chefe de recurso de glosa de contas de convênios (administração de hospital), passando o artigo 12 a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. Ficam criados/mantidos, em virtude da nova estrutura administrativa de que trata a presente Lei, os seguintes cargos em comissão:

I - No Gabinete do Prefeito

a) Chefe de Gabinete do Prefeito;
b) Procurador Geral;
c) Controlador de Controle Interno;
d) Assessor Jurídico;
e) Assessor Executivo
f) Assessor de Estatística e Projetos Técnicos;
g) Assessor de Imprensa;

II - Na Secretaria da Administração:

a) Secretário da Administração;
b) Diretor do Departamento Administrativo, de Informática e de Patrimônio;
c) Diretor do Departamento de Licitações e Contratos;
d) Diretor do Departamento de Recursos Humanos;
e) Coordenador de Manutenção Predial e Espaços Públicos. (Redação dada pela Lei nº 2292/2026)
f) Coordenador do Almoxarifado Central;
g) Coordenador de Mídias Sociais.

III - Na Secretaria de Finanças:

a) Secretário de Finanças;
b) Diretor do Departamento de Tributação e Receita;

c) Diretor do Departamento de Controle Contábil e financeiro;
d) Coordenador de Procedimentos Financeiro;
e) Coordenador de Recursos Vinculados
f) Coordenador de Compras;

IV - Na Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo:

a) Secretário de Planejamento, Habitação e Urbanismo;

V - Na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Secretário de Agricultura e Meio Ambiente;
b) Chefe de Meio-Ambiente e Sustentabilidade.
c) Coordenador de Proteção e Bem-Estar Animal. (Redação acrescida pela Lei nº 2292/2026)

VI - Na Secretaria de Assistência Social:

a) Secretário de Assistência Social;
b) Chefe do CRAS.
c) Mãe/Pai/Casal Social.
d) Coordenador de Políticas de Desenvolvimento Humano;
e) Coordenador de Monitoramento e Acompanhamento Social. (Redação dada pela Lei nº 2292/2026)

VII - Na Secretaria da Cultura, Esportes e Lazer:

a) Secretário de Cultura, Esportes e Lazer;
b) Diretor do Departamento de Cultura;
c) Diretor do Departamento de Esportes;
d) Diretor de Lazer e Recriação;
e) Coordenador de Ofícinas Artísticas;
f) Coordenador de Iniciativa Esportivas;
g) Coordenador de Manutenção dos espaços de lazer
h) Coordenador Técnico de Treinamentos, Campeonatos Municipais e Capacitações. (Redação acrescida pela Lei nº 2292/2026)

VIII - Na Secretaria de Desenvolvimento Ecônomico, Turismo e Inovação:

a) Secretário de Desenvolvimento Economico, Turismo e Inovação;
b) Diretor do Departamento de Emprego e Renda;
c) Diretor do Departamento de Turismo;
d) Diretor de Inovação e Tecnologia
e) Assessor de Indústria, Serviços e Comércio;

IX - Na Secretaria da Educação:

a) Secretário da Educação;
b) Diretor do Administrativo e de Planejamento Educacionais;
c) Coordenador do Transporte Escolar;
d) Coordenador de Neurodiversos.
e) Coordenador de Programas Estratégicos de Esporte Escolar (Redação acrescida pela Lei nº 2292/2026)

X - Na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano:

a) Secretário Obras e Desenvolvimento Urbano;
b) Diretor do Departamento de Infraestrutura Rural;
c) Diretor do Departamento de Infraestrutura Urbana;
d) Diretor do Departamento Municipal de Trânsito;
e) Coordenador de Garagem;
f) Coordenador de Oficina Mecânica;
g) Chefe do Aeroporto Municipal;
h) Coordenador de Mobilidade Urbana
i) Chefe da Defesa Civil;
j) Coordenador de Serviços Funerários e Cemiteriais (Redação acrescida pela Lei nº 2292/2026)

XI - Na Secretaria da Saúde:

a) Secretário da Saúde;
b) Diretor do Departamento de Atenção à Saúde;
c) Gestor Municipal Hospitala e Pronto Atendimento;
d) Coordenador do CAPS;
e) Coordenador de Transporte Sanitário
f) Chefe de recurso de glosa de contas de convênios (administração de hospital)

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo, relativamente aos cargos em comissão existentes anteriormente à eficácia desta Lei, implica em manutenção, desmembramento, alteração de denominação, extinção e criação de cargos. (Redação dada pela Lei nº 2192/2025)

Art.3. O Anexo I passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO		
SÍMBOLO	**CARGO**	**VAGAS**
CC-1	Chefe de Gabinete do Prefeito	1
CC-1	Procurador Geral	1
CC-1	Controlador de Controle Interno	1
CC-1	Gestor Municipal Hospitalar e Pronto Atendimento	1
CC-1	Assessor de Estatística e Projetos Técnicos	1
CC-2	Assessor Jurídico	1
CC-3	Assessor de Executivo	1
CC-3	Assessor de Imprensa	1
CC-3	Diretor do Departamento Administrativo, de Informática e de Patrimônio.	1
CC-3	Diretor do Departamento de Licitações; Contratos e Compras	1
CC-3	Diretor do Departamento de Recursos Humanos	1
CC-4	Coordenador de Manutenção Predicais e Espaços Públicos	1
CC-4	Coordenador de Compras	1
CC-4	Coordenador do Almoxarifado Central	1
CC-4	Coordenador de Mídias Sociais	1
CC-3	Diretor do Departamento de Tributação e Receita	1
CC-3	Diretor do Departamento de Controle Contábil e financeiro	1
CC-4	Coordenador de Planejamento Financeiro	1
CC-7	Coordenador de Recursos Vinculados	1
CC-3	Chefe de Meio-Ambiente e Sustentabilidade	1
CC-6	Coordenador de Proteção e Bem-Estar Animal	1
CC-3	Chefe do CRAS.	1
CC-6	Mãe/Pai/Casal Social.	3
CC-6	Coordenador de Políticas de Desenvolvimento Humano.	1
CC-3	Diretor do Departamento de Cultura	1
CC-3	Diretor do Departamento de Esportes	1
CC-3	Diretor de Lazer e Recriação	1
CC-7	Coordenador de Oficinas Artísticas	1
CC-7	Coordenador de Iniciativa Esportiva	1
CC-7	Coordenador de manutenção dos espaços de lazer	1
CC-6	Coordenador Técnico de Treinamentos, Campeonatos Municipais e Capacitações.	**1**
CC-3	Diretor do Departamento de Emprego e Renda	1
CC-3	Diretor do Departamento de Turismo	1
CC-3	Diretor do Departamento de Inovação e Tecnologia	1
CC-4	Assessor de Indústria, Serviços e Comércio	1
CC-3	Diretor do Administrativo e de Planejamento Educacionais	1
CC-5	Coordenador de Programas Estratégicos de Esporte Escolar	1
CC-4	Coordenador do Transporte Escolar	1
CC-4	Coordenador de Neurodiversos	1
CC-3	Diretor do Departamento de Infraestrutura Rural	1
CC-3	Diretor do Departamento de Infraestrutura Urbana	1
CC-3	Diretor do Departamento Municipal de Trânsito	1
CC-4	Coordenador de Oficina Mecânica	1
CC-3	Chefe do Aeroporto Municipal	1
CC-3	Chefe da Defesa Civil	1
CC-5	Coordenador de Mobilidade Urbana;	1
CC-4	Coordenador de Garagem	1
CC-6	Coordenador de Serviços Funerários e Cemiteriais	1
CC-3	Diretor do Departamento de Atenção à Saúde	1
CC-4	Coordenador do CAPS	1
CC-4	Coordenador de Transporte Sanitário	1
CC-4	Chefe de recurso de glosa de contas de convênios (administração de hospital)	1
CC-6	Coordenador de Monitoramento e Acompanhamento Social	1

Art. 4° Exclui-se do anexo V as atribuições dos cargos extintos, ainda, fica modificado a atribuição do Coordenador Técnico de Treinamentos, Campeonatos Municipais e Capacitações e acrescenta a atribuições do Chefe de recurso de glosa de contas de convênios (administração de hospital)

ANEXO V

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO E CARGOS POLÍTICOS

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE E LAZER
CARGO: Coordenador Técnico de Treinamentos, Campeonatos Municipais e Capacitações
CARGA HORÁRIA: Dedicaçao Integral

REQUISITOS
Ensino Médio;
Experiência ou conhecimento na área.

ATRIBUIÇÕES
Assessorar diretamente o(a) Secretário(a) Municipal de Esportes (ou autoridade equivalente) nas definições estratégicas, políticas públicas e diretrizes técnico-desportivas do município;
Representar a Administração Municipal em eventos, reuniões, negociações e parcerias com federações esportivas, ligas regionais, confederações, entidades privadas, clubes, patrocinadores e órgãos governamentais (estaduais e federais) na área de treinamentos, competições e capacitações;
Exercer a chefia e a orientação superior da equipe técnica responsável pela elaboração, organização e fiscalização dos campeonatos municipais oficiais, definindo regulamentos, cronogramas, arbitragem e premiações;
Coordenar e supervisionar a política municipal de treinamentos e peneiras esportivas, estabelecendo prioridades, critérios de seleção de atletas e integração com projetos sociais e de iniciação esportiva;
Dirigir e coordenar o planejamento, execução e avaliação das capacitações, cursos de formação, workshops e treinamentos destinados a professores de educação física, técnicos, árbitros, dirigentes esportivos e monitores municipais;
Propor e acompanhar convênios, termos de fomento, parcerias público-privadas e captação de recursos junto a patrocinadores, emendas parlamentares e editais para viabilização de campeonatos, treinamentos e capacitações;
Decidir, em nome da Administração, sobre questões emergentes e de maior complexidade técnico-desportiva nos campeonatos municipais, inclusive em grau de recurso ou impugnação;
Monitorar e avaliar o desempenho técnico das equipes e projetos esportivos municipais, propondo medidas de reestruturação, substituição de comissões técnicas ou realocação de recursos;
Articular a integração entre o esporte municipal e políticas de outras secretarias (educação, assistência social, saúde, cultura), participando de comitês intersetoriais e representando o órgão em instâncias colegiadas;
Zelar pela imagem institucional do esporte municipal em eventos públicos, mídia e redes sociais, emitindo posicionamentos oficiais em nome da pasta;
Dirigir carros oficiais do Município.

SECRETARIA DE SAÚDE
CARGO: Chefe de recurso de glosa de contas de convênios (administração de hospital)
CARGA HORÁRIA: Dedicaçao Integral

REQUISITOS
Ensino Médio;
Experiência ou conhecimento na área.

ATRIBUIÇÕES
- Coordenar e supervisionar o faturamento hospitalar e ambulatorial.
- Realizar a conferência de prontuários eletrônicos e documentação assistencial.
- Garantir o envio correto da produção ambulatorial (BPA/SIA).
- Monitorar e recuperar repasses financeiros defasados.
- Atuar na resolução de glosas e inconsistências junto à Secretaria Estadual de Saúde e demais órgãos reguladores.
- Capacitar e orientar equipes médicas e administrativas sobre registros e faturamento.
- Gerenciar a liberação de altas hospitalares nos sistemas oficiais, incluindo o GSUS.
- Coordenar e Acompanhar indicadores de produção, faturamento e recebimento.
- Atuar na solução de demandas urgentes relacionadas a escalas, plantões e fluxo assistencial que impactem o faturamento e a receita da instituição.
- Dirigir carros oficiais do Município, quando necessário;
- Auxiliar em demais ação de coordenação administrativa e de supervisão do hospital.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Realeza, 06 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:58C3DE32

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.307, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação e criação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
CAPÍTULO I Disposições Preliminares
Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Realeza em conformidade com a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por Proteção e Defesa Civil o conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, destinadas a evitar ou minimizar a ocorrência de desastres, preservar a vida e restabelecer a normalidade e o bem-estar social da população afetada.
CAPÍTULO II Da Coordenadoria Municipal (COMPDEC)
Art. 3º Fica criado a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), órgão com atuação permanente, vinculado diretamente ao Secretária de Administração, com a finalidade de coordenar e executar as ações de proteção e defesa civil no âmbito local.
Art. 4º Compete à COMPDEC, além das atribuições previstas nas legislações federal e estadual:
I - articular, coordenar e gerenciar as ações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II - promover o mapeamento das áreas de risco de desastres e a identificação de ameaças;
III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
IV - elaborar, manter atualizado e implementar o Plano de Contingência (PLANCON);
V - realizar vistorias em áreas de risco e, se necessário, solicitar ou promover a interdição de locais e a evacuação da população;
VI - manter a população informada sobre os riscos e as formas de prevenção.
CAPÍTULO III Da Estrutura Operacional
Art. 5º A estrutura organizacional da COMPDEC será composta, no mínimo, pelos seguintes cargos, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo:
I – Chefe da Defesa Civil;
II- Secretários
III- Demais servidores que atuam junto a Defesa Civil.
Art. 6º Ao Coordenador Municipal compete:
I - a direção geral do órgão, com a representação da COMPDEC perante os governos Estadual e Federal;
II - a articulação política e institucional da COMPDEC com os diversos órgãos de governo e da sociedade civil organizada;
III - a administração do FUMPDEC;
IV - o gerenciamento amplo das ações de proteção e defesa civil no município.
Art. 7º Ao Chefe da Defesa Civil compete:
I - coordenar e liderar as equipes de campo nas ações de prevenção, socorro, assistência e recuperação;

II - gerenciar a logística de distribuição de ajuda humanitária;
III - orientar e apoiar a atuação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC);
IV - manter em prontidão e controlar o uso de equipamentos, maquinários e viaturas destinados à Defesa Civil;
V - atuar como elo no terreno entre a COMPDEC e as forças de segurança e salvamento.

CAPÍTULO IV Das Situações de Anormalidade

Art. 8º Para os efeitos desta Lei, as situações de anormalidade causadas por desastres serão classificadas em:
I - Situação de Emergência (SE): situação anormal, provocada por desastres, causadora de danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público municipal;
II - Estado de Calamidade Pública (ECP): situação anormal, provocada por desastres, causadora de danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público municipal.
Parágrafo Único. A decretação dessas situações obedecerá aos critérios e ritos normativos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), adotando-se a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

CAPÍTULO V Do Conselho Municipal

Art. 9º. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, órgão colegiado de caráter consultivo, mobilizador e de assessoramento, constituído por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada, englobando entidades de classe, organizações não governamentais, clubes de serviço, órgãos assistenciais e associações comunitárias existentes no município.
§ 1º O Conselho será composto por, no mínimo, seis membros titulares e dois suplentes, sendo:
I — quatro representantes do Poder Público Municipal, indicados pelo Prefeito, preferencialmente das áreas de proteção e defesa civil, planejamento ou obras, assistência social ou saúde, e administração ou finanças;
II — um representante da polícia militar ou do conselho de segurança;
II — um representante da sociedade civil, indicados por entidades, preferencialmente dentre associações comunitárias, organizações da sociedade civil, entidades de classe, instituições de ensino, clubes de serviço, órgãos assistenciais ou entidades representativas do Município.
§ 2º A nomeação dos membros será formalizada por ato do Poder Executivo (portaria ou decreto) para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
§ 3º A participação no Conselho será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
§ 4° A estrutura do Conselho será composta por:
I — Plenário;
II — Presidência;
III — Secretaria-Executiva.
IV- O Presidente será eleito pelo Plenário, dentre os membros titulares, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
V- A Secretaria-Executiva, prestará apoio técnico e administrativo ao Conselho.
§ 5° Compete ao Conselho:
I — acompanhar a implementação da política municipal de proteção e defesa civil;
II — apreciar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil, o Plano de Contingência e o Plano de Aplicação Anual do FUMPDEC;
III — acompanhar receitas, despesas, contratos, metas e resultados do FUMPDEC;
IV — propor medidas de prevenção, redução de riscos, adaptação climática e proteção das populações vulneráveis;
V — promover a participação da comunidade e a divulgação de informações;
VI — solicitar informações e relatórios aos órgãos responsáveis;
VII — acompanhar a execução das ações de proteção e defesa civil;
VIII — elaborar relatório anual de suas atividades;
IX — aprovar seu regimento interno.
§ 6° O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente:
I. As reuniões serão públicas, salvo quando houver necessidade de preservação de informações protegidas por lei.
II. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.
III. As atas das reuniões e as deliberações do Conselho serão divulgadas no Portal da Transparência, ressalvadas as informações protegidas por lei.

CAPÍTULO VI Do Fundo Municipal (FUMPDEC)

Art. 10. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), instrumento de captação e aplicação de recursos, com o objetivo de prover suporte financeiro para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil no município.
Art. 11. Constituem recursos do FUMPDEC:
I - dotações orçamentárias anuais do município;
II - repasses do Fundo Estadual para Calamidades Públicas (FECAP) e do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP);
III - transferências da União e do Estado;
IV - doações, auxílios e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
V - remuneração decorrente de aplicações financeiras de seus próprios recursos.
Art. 12. O FUMPDEC será administrado pelo Coordenador Municipal da COMPDEC, pelo Chefe da Defesa Civil e pela Secretária de Administração, sob a supervisão contábil e financeira da Secretaria Municipal de Finanças, com prestação de contas periódica ao Conselho Municipal.

CAPÍTULO VII Dos Núcleos Comunitários

Art. 13. A COMPDEC apoiará e incentivará a criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) nas áreas de risco, nos bairros e nas localidades do município, com o objetivo de promover a capacitação e a participação ativa da comunidade nas ações de prevenção, preparação e resposta.

CAPÍTULO VIII Disposições Finais

Art. 14. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto.
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, 06 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AE08C1D2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.308, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre o controle da frota municipal, a identificação de condutores, o processamento de multas de trânsito e a apuração de responsabilidades no âmbito do Municipal de Realeza e da outros providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para o controle da frota municipal, o registro da utilização dos veículos oficiais, a identificação de condutores, o acompanhamento de multas de trânsito e a apuração de responsabilidades no âmbito da Administração Pública Municipal.
Art. 2º São objetivos desta Lei:
I – assegurar o uso regular, eficiente e controlado dos veículos oficiais;
II – garantir a identificação tempestiva dos condutores responsáveis por infrações de trânsito;
III – evitar a incidência de multas adicionais decorrentes da ausência de indicação do condutor;
IV – definir as atribuições das secretarias e dos responsáveis pela gestão da frota; e
V – assegurar a apuração de eventual responsabilidade e o ressarcimento ao erário, quando cabível.

Art. 3º A aplicação desta Lei observará a legislação nacional de trânsito, as normas do Conselho Nacional de Trânsito, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e as garantias do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. Esta Lei não altera as competências dos órgãos executivos de trânsito nem cria hipótese de transferência automática da responsabilidade administrativa ou financeira sem a prévia apuração da conduta individual.

CAPÍTULO II - DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DA FROTA

Art. 4º Cada secretaria municipal será responsável pelo controle, acompanhamento e fiscalização dos veículos que estejam sob sua guarda, utilização ou gestão, observada a secretaria de lotação de cada veículo no cadastro municipal.

Art. 5º O Coordenador de Mobilidade Urbano será o gestor geral do controle das multas de trânsito da frota municipal, competindo-lhe:

I – acompanhar, de forma centralizada, os registros de multas e notificações dos veículos da frota municipal;

II – coordenar a verificação semanal dos cadastros dos veículos e dos sistemas oficiais de trânsito;

III – solicitar e receber de cada secretaria as informações necessárias à identificação dos condutores;

IV – manter controle geral das multas, indicações de condutor, pagamentos e procedimentos de apuração; e

V – comunicar à autoridade competente as situações de multa vencida ou sem indicação de condutor.

§ 1º Cada secretaria deverá designar formalmente um servidor responsável pelo acompanhamento semanal das multas dos veículos a ela vinculados, o qual atuará em conjunto com o Coordenador de Mobilidade Urbana e do Diretor de Patrimônio.

§ 2º A designação prevista no § 1º não transfere ao servidor designado não afasta do secretário a responsabilidade de supervisão, controle e adoção das providências previstas nesta Lei.

Art. 6º Compete ao secretário municipal ou dirigente responsável pela pasta:

I – assegurar que os veículos vinculados à secretaria sejam utilizados exclusivamente para finalidades públicas;

II – manter atualizados os registros dos veículos, condutores autorizados e responsáveis pela utilização da frota;

III – garantir o preenchimento regular dos diários de bordo;

IV – designar servidor responsável pelo acompanhamento operacional da frota e das multas;

V – determinar a verificação semanal dos cadastros dos veículos e da existência de autuações, notificações ou penalidades; e

VI – adotar as providências necessárias para a identificação tempestiva do condutor.

Art. 7º A designação de servidor para o acompanhamento operacional não afasta a responsabilidade do secretário ou dirigente da pasta pela supervisão, fiscalização e adoção das providências necessárias ao cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. A responsabilidade do secretário ou do servidor designado dependerá da demonstração de conduta omissiva ou comissiva, do nexo entre a conduta e o prejuízo e dos demais elementos apurados em procedimento administrativo próprio.

CAPÍTULO III - DO DIÁRIO DE BORDO

Art. 8º É obrigatório o uso do diário de bordo, físico ou eletrônico, para todos os veículos integrantes da frota municipal, conforme regulamentação já estabelecida por decreto municipal.

Parágrafo único. O decreto municipal que disciplina o diário de bordo integra as normas de controle da frota e deverá ser observado pelos secretários, servidores responsáveis e condutores.

Art. 9º O diário de bordo deverá conter, no mínimo, a identificação do veículo, a placa, a data e o horário de saída e retorno, a quilometragem inicial e final, o nome do condutor, a secretaria responsável.

Art. 10. O condutor deverá preencher o diário de bordo de forma completa, verdadeira e legível, imediatamente antes e depois da utilização do veículo, respondendo administrativamente por omissões ou informações comprovadamente falsas.

Art. 11. Os diários de bordo deverão ser arquivados pela secretaria responsável pelo prazo definido em regulamento, assegurada a sua disponibilidade para fiscalização, auditoria, sindicância e prestação de informações aos órgãos de controle.

CAPÍTULO IV - DO ACOMPANHAMENTO E DA IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

Art. 12. O Coordenador de Mobilidade Urbana junto com o Diretor de Patrimônio, juntamente com o servidor formalmente designado por cada secretaria, deverá verificar semanalmente os cadastros e registros disponíveis dos veículos da frota municipal, observada a secretaria de lotação, inclusive quanto à existência de multas, notificações de autuação e notificações de penalidade no sistema oficial de multas e no sistema SIDATRAN/DETRAN-PR, quando disponíveis.

Art. 13. Identificada multa ou notificação relacionada a veículo oficial, o servidor designado deverá comunicar imediatamente o secretário da pasta e o Coordenador de Mobilidade Urbana, cabendo à secretaria responsável:

I – registrar a ocorrência em controle próprio;

II – consultar o diário de bordo e os demais documentos de movimentação do veículo;

III – identificar o servidor que conduzia o veículo na data e no horário da infração;

IV – notificar o servidor identificado acerca da autuação ou penalidade;

V – providenciar, dentro do prazo estabelecido pelo órgão de trânsito, a indicação formal do condutor, acompanhada da documentação exigida; e

VI – comunicar o resultado do procedimento ao setor central de controle de frota, à Controladoria Interna e à Secretaria Municipal de Finanças, conforme regulamentação.

Art. 14. Os procedimentos internos deverão ser organizados de modo a assegurar prazo suficiente para a indicação do condutor perante o órgão de trânsito, não sendo admitida a espera pelo vencimento da multa como justificativa para a inércia administrativa.

Art. 15. Quando a identificação imediata do condutor não for possível, o secretário ou dirigente responsável deverá determinar diligências complementares, incluindo a análise de ordens de serviço, escalas, requisições, registros de abastecimento, documentos de manutenção e outros elementos disponíveis.

Art. 16. A identificação do condutor para fins administrativos municipais não substitui a indicação formal perante o órgão executivo de trânsito, que deverá observar os requisitos, prazos e procedimentos próprios da legislação de trânsito.

CAPÍTULO V - DO PAGAMENTO DAS MULTAS E DO RESSARCIMENTO

Art. 17. O Município poderá efetuar o pagamento de multa vinculada a veículo oficial quando necessário à regularização do veículo, à preservação da continuidade do serviço público ou à prevenção de encargos e penalidades adicionais, sem prejuízo da posterior apuração de responsabilidade.

Art. 18. O pagamento da multa pelo Município não implica reconhecimento de responsabilidade pessoal do ente público pela infração nem impede a identificação do condutor, a apuração de eventual falha administrativa e a cobrança dos valores do responsável, quando cabível.

Art. 19. Concluída a apuração administrativa e reconhecida a responsabilidade individual, o responsável poderá ressarcir voluntariamente o Município, mediante procedimento formal e observância da legislação aplicável.

§ 1º O ressarcimento voluntário deverá ser documentado e não afastará, quando necessária, a formalização da decisão administrativa que reconheceu a responsabilidade.

§ 2º Não havendo pagamento voluntário, o Município adotará as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a cobrança do valor, observado o devido processo legal.

Art. 20. O Município assegurará o direito de regresso contra o condutor ou agente responsável quando comprovados o dano, a conduta dolosa ou culposa e o nexo causal, sem prejuízo da responsabilização disciplinar eventualmente aplicável.

CAPÍTULO VI - DA SINDICÂNCIA E DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Art. 21. A ausência de indicação do condutor dentro do prazo aplicável, especialmente quando resultar em multa vencida, multa adicional ou outro prejuízo ao Município, deverá ser comunicada pelo Diretor de Mobilidade Urbana à autoridade competente para avaliação da instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, conforme a natureza dos fatos e a legislação funcional vigente.

Parágrafo único. O procedimento deverá apurar eventual falha do secretário responsável pela pasta, do Coordenador de Mobilidade

Urbana e do servidor designado, conforme as atribuições efetivamente exercidas, sem presunção de responsabilidade automática.
Art. 22. A sindicância deverá apurar, individualmente:
I – a existência e o valor da multa originária e de eventual penalidade adicional;
II – a secretaria responsável pelo veículo;
III – os servidores que utilizaram ou poderiam ter utilizado o veículo;
IV – a existência e a regularidade do diário de bordo;
V – o servidor encarregado do acompanhamento da frota;
VI – as providências adotadas após o recebimento da notificação;
VII – a eventual omissão do condutor, do servidor responsável pelo controle ou do gestor da pasta; e
VIII – a existência de dano ao erário e a possibilidade de ressarcimento.
Art. 23. A instauração de sindicância em razão da ausência de indicação do condutor não implicará responsabilização automática do secretário ou do servidor designado ou do condutor, devendo ser asseguradas a individualização da conduta, a produção de provas, o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único. Os agentes públicos responsáveis pela supervisão, controle ou indicação do condutor poderão responder solidariamente no âmbito do procedimento administrativo somente quando comprovadas condutas convergentes, omissões individualizadas, dano ao erário e nexo causal, observada a legislação aplicável.
Art. 24. Caso a sindicância identifique indícios de infração disciplinar, dano ao erário ou necessidade de aplicação de penalidade, os autos deverão ser encaminhados à autoridade competente para adoção do procedimento adequado, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais normas aplicáveis.
CAPÍTULO VII - DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA
Art. 25. O Coordenador de Mobilidade Urbana, o Diretor de Patrimônio a Secretaria Municipal de Finanças e a Controladoria Interna atuarão de forma integrada no acompanhamento das multas e dos pagamentos realizados pelo Município.
Art. 26. Cada secretaria deverá encaminhar relatório mensal contendo, no mínimo, a relação de multas recebidas, a identificação dos condutores, as indicações realizadas, os pagamentos efetuados, os prazos pendentes e os procedimentos de apuração instaurados.
Art. 27. A Controladoria Interna poderá realizar verificações periódicas nos registros de frota, diários de bordo, multas, indicações de condutor e procedimentos de ressarcimento, comunicando as irregularidades à autoridade competente.
Art. 28. O Poder Executivo regulamentará esta Lei mediante decreto, especialmente quanto ao fluxo eletrônico ou físico de comunicação, aos prazos internos, à designação dos responsáveis setoriais e aos relatórios de controle, mantida a regulamentação do diário de bordo já estabelecida por decreto municipal.
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 29. As multas existentes antes da implantação do sistema previsto nesta Lei serão objeto de levantamento e, quando necessário, de procedimento administrativo específico para identificação do condutor e apuração de eventual responsabilidade.
Art. 30. O Poder Executivo deverá promover a capacitação dos secretários, dirigentes, servidores responsáveis pela frota e condutores quanto às obrigações previstas nesta Lei.
Art. 31. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 32. Esta Lei entra em vigor, de forma retroativa a partir do dia 1º de setembro de 2026.
Realeza/PR, 06 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:A62CAC75

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.145/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º NOMEAR os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora para planejar, coordenar e executar o Processo Seletivo Simplificado Nº 05/2026, destinado ao provimento de cargo por tempo determinado, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

NOME	CARGO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
Dalcio	Secretário M. De Educação	Pedagogia com especialização em Educação Especial	Presidente
Jolsane	Coordenadora Pedagógica	Pedagogia com especialização em gestão escolar	Membro
André	Técnico administrativo	Letras/Português e espanhol	Membro
Aline Padilha	Psicóloga	Especialista em Neuropsicologia	Membro
Aline k	Psicopedagoga	Especialista em Neuropsicopedagogia	Membro
Maiê Dupont	Assistente Social	Especialista em Gestão das Políticas Sociais	Membro
Andrei da Silva	Auxiliar Administrativo	Licenciatura em Filosofia com Especialização em Gestão de Recursos Humanos.	Membro
Christian Lorhan Bechlin Carniel	Procurador Jurídico	Bacharel em Direito com Especialização em Direito Civil	Membro

Art. 2º Os trabalhos efetuados pela Comissão Especial serão considerados de relevância à Prefeitura Municipal de Realeza – PR, porém sem ônus ao erário público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2206844C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.146/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia a comissão especial do Concurso Público nº 01/2026 e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial do Concurso Público nº 01/2026, destinado ao provimento de cargos públicos municipais, nos termos da legislação aplicável e das normas estabelecidas no respectivo Edital:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	FUNÇÃO
Andrei da Silva	254961	Auxiliar de Secretaria	Licenciatura em Filosofia, com Especialização em Gestão de Recursos Humanos	Presidente
Christian Lorhan Bechlin Carniel	3106095	Procurador Jurídico	Graduação em Direito	Membro
Tainara Setti	3106239	Secretária de Administração	Graduação em Administração	Membro

Art. 2º Compete à Comissão Especial acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos relacionados ao Concurso Público nº 01/2026, zelando pelo cumprimento da legislação aplicável, do Edital e das normas pertinentes ao certame.
Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar informações, documentos e esclarecimentos à empresa ou instituição responsável

pela organização e execução do concurso, bem como comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades verificadas.

Art. 3º A Comissão Especial deverá observar, no exercício de suas atribuições, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e transparência.

Art. 4º Os membros da Comissão deverão comunicar eventual situação de impedimento ou suspeição que possa comprometer sua imparcialidade na atuação no certame.

Art. 5º Os trabalhos realizados pelos membros da Comissão Especial serão considerados de relevante interesse público e serão exercidos sem remuneração adicional, não gerando ônus adicional ao erário municipal.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Realeza, 06 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2912916E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.147/2026 06/10/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER qualificação profissional Ensino Médio conforme Leis complementares Nº01 e 02 de janeiro de 2022, a partir de outubro de 2026.

SERVIDOR(A)	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
ANDRÉIA FARIA PRESTES	Agente de Coleta de Resíduos	A02	C02
RENATA LEMOS BUENO	Auxiliar de Serviços Gerais	A02	C02
SONIAMAR DA ROSA DALA ROSA	Auxiliar de Serviços Gerais	A02	C02
SILVANA DE CESARO	Auxiliar de Serviços Gerais	A02	C02

CONCEDER: Qualificação profissional Pós-Graduação conforme Leis complementares Nº01 e 02 de janeiro de 2022, a partir de outubro de 2026.

SERVIDOR(A)	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
SONIA DANIELI BEDRA	Fiscal de Tributos	E04	F05

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E056E48B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.148/2026 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 28 de dezembro de 2026 a 16 de janeiro de 2027:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106642	Gisele Cerezini Mendes	Fonoaudiólogo	13/05/2025 até 12/05/2026

Art. 2º- Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 13 de outubro a 01 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106094	Geovani Alves Rodrigues	Técnico em Radiologia	11/07/2025 até 10/01/2026

Art. 3º- Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 13 a 17 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106707	Aline Maria Kluska	Gestor Municipal Hospitalar e Pronto Atendimento	12/08/2024 até 11/08/2025

Art. 4º- Conceder 05 (cinco) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 03 a 07 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106253	Rodrigo Evaristo de Oliveira Junior	Médico Clínico Geral	01/02/2024 até 31/01/2025

Art. 5º- Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 17 a 31 de dezembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106253	Rodrigo Evaristo de Oliveira Junior	Médico Clínico Geral	01/02/2024 até 31/01/2025

Art. 6º- Conceder 11 (onze) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 09 a 19 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
319251	Gracielle Saracini Bernal	Agente de Endemias	28/10/2025 até 27/10/2026

Art. 7º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 06 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:7F2EBA2D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.149/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Prorroga o prazo para conclusão da Sindicância nº 02/2026.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Portaria nº 9.060/2026, de 28 de agosto de 2026, que instaurou a Sindicância nº 02/2026;

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 223 da Lei Complementar nº 01/2022;

CONSIDERANDO a solicitação do Presidente da Comissão de Sindicância, Sr. Andrei da Silva, para prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão da Sindicância nº 02/2026, a contar de 28 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:7C3A7176

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°027/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REALEZA – ESTADO DO PARANÁ

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde **do Município de Realeza, Estado do Paraná** no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações, **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a inserção das propostas municipais elencadas na XV Conferência Municipal de Saúde de Realeza no Plano Municipal de Saúde 2026-2029, conforme reunião ordinária realizada no dia 27/08/2026.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 31 de agosto de 2026.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:928DB126

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE ANULAÇÃO DE ITEM

AVISO DE INTENÇÃO DE ANULAÇÃO DE ITEM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

O Município de Realeza, por meio do Prefeito Paulo Cezar Casaril, torna pública a intenção de anulação do Item 14 do Pregão Eletrônico nº 90025/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição material escolar e de escritório para atender à demanda das secretarias solicitantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A intenção de anulação decorre da identificação, durante a fase de julgamento das propostas, de divergência insanável nos elementos estruturantes do Item 14, especialmente quanto à descrição do objeto, à unidade de medida e ao valor estimado.
No curso da análise das propostas, ao ser solicitada ao licitante melhor classificado a comprovação da exequibilidade do valor proposto, verificou-se que o objeto e a unidade de medida foram definidos como "caixa", enquanto o valor estimado pela Administração correspondia a uma unidade, evidenciando incompatibilidade que compromete a adequada definição do item.
Diante da inconsistência identificada, esta Pregoeira solicitou esclarecimentos à área demandante quanto à composição e à definição do valor estimado. Após análise, a área demandante confirmou a inconsistência e esclareceu que a divergência decorreu de erro ocorrido durante a fase de planejamento da contratação, manifestando-se pela anulação do referido item.
Considerando que o certame já ultrapassou as fases de publicação e apresentação das propostas, não há possibilidade jurídica de promover alterações ou correções na descrição e no valor estimado do item no curso do julgamento.
Diante do parecer da área demandante, que solicita a anulação do Item 14, atestando a existência de vício insanável na fase de planejamento da contratação, verificou-se que as inconsistências identificadas no referido item, especialmente quanto à descrição do objeto, à unidade de medida e ao valor estimado, decorreram de erros ocorridos durante a fase de planejamento.
Tais inconsistências comprometem a clareza e a precisão das condições estabelecidas no instrumento convocatório para a adequada formulação das propostas, uma vez que as informações constantes do Edital podem ter ocasionado interpretação equivocada por parte dos potenciais licitantes e, consequentemente, limitado a participação e restringido a competitividade do certame.
Considerando que o Item 14 já integra o Edital e que o processo licitatório se encontra em fase de julgamento das propostas, não se mostra juridicamente possível promover, nesta etapa, a correção ou alteração das informações originalmente estabelecidas, sem prejuízo da isonomia entre os licitantes e da regularidade do procedimento.
Dessa forma, diante da impossibilidade de saneamento do vício nesta fase do certame e considerando que a manutenção do Item 14, nos termos atualmente previstos no Edital, poderá comprometer a adequada formulação das propostas e a competitividade da licitação, mostra-se necessária a sua anulação, conforme solicitado pela área demandante.
Assim, com fundamento no parecer técnico conclusivo da área demandante e nos princípios que regem as licitações públicas, especialmente os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, torna-se necessária a anulação do Item 14 do Pregão Eletrônico nº 25/2026.
Da intenção de anulação do Item 14 caberá manifestação dos interessados, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua publicação.
As manifestações poderão ser apresentadas por meio do e-mail do Departamento de Licitação: licitacao2@realeza.pr.gov.br.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kelly Cristina Mello
Código Identificador:584473EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 47

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 110/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS
PROCESSO COMPRASGOV: Nº 987805-21/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção de aparelhos de ar condicionado para atender a demanda de todas as secretarias do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 22 de outubro de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 07 de outubro de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASGOV

REALEZA, AOS seis dias de outubro de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:3745EB81

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE-RP 48

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 119/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO COMPRASGOV: Nº 987805-22/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, destinadas a ALMOÇO E JANTAR, para atendimento das necessidades das Secretarias da Administração Municipal, O fornecimento será realizado sob demanda, de acordo com as necessidades efetivamente identificadas pela Administração, mediante solicitação formal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 23 de outubro de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 07 de outubro de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASGOV

REALEZA, AOS seis dias de outubro de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:7AE5D1C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2764 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município, no valor de R$ 5.000,00

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 4º da Lei Municipal nº 1990, de 10 de dezembro de 2025, decreta:
Art. 1º- Fica aberto ao Orçamento Geral do Município um crédito Adicional Suplementar no valor de**R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, para reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	**06.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
Unidade:	**06.004**	**Departamento de Esportes**
Funcional Programática:	27.812.0025.1.013	*Projetos Desportivos*
Natureza da despesa:	3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições
Fonte:		**000 – RD**
Valor:		R$ 5.000,00
Total:		**R$ 5.000,00**

Art. 2º) – Para cobertura do crédito de que trata o Art. 1º, serão utilizados os recursos no mesmo valor, provenientes do**Cancelamentoparcial**das dotações orçamentárias no valor de**R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, conforme discriminado abaixo:

Órgão:	**06.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
Unidade:	**06.004**	**Departamento de Esportes**
Funcional Programática:	27.812.0025.2.024	*Manutenção das Atividades Desportivas*
Natureza da despesa:	3.3.50.43.00	Subvenções Sociais
Fonte:		**000 – RD**
Valor:		R$ 5.000,00
Total:		**R$ 5.000,00**

Art. 3º) -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:5C6FA393

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 004/2021
(Concorrência Pública Nº 003/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: OSMAR ANTONIO LAMPERT
DO OBJETO: Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência contratual para mais 60 (sessenta) meses.
DA VIGÊNCIA: A presente prorrogação será realizada em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 271/1967 e com o disposto no Edital da Concorrência Pública nº 003/2021 e no Contrato de Concessão de Direito Real de Uso nº 004/2021, que preveem a possibilidade de prorrogação por igual período, mediante concordância entre as partes.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 02 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de outubro de 2026

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:6FA9E859

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 329, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor com Licenciatura Plena 20h e 40h e formação de cadastro de reserva.

A Prefeita Municipal de Renascença, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 2018, de 22 de julho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Simplificado** para contratação temporária **de Professor com Licenciatura Plena 20h e 40h** e formação de cadastro de reserva, sob a presidência da primeira, composta pelas seguintes servidoras:

Servidora	Matrícula	Cargo
Marilia Zimermann Freese	7722-1	Procuradora
Francieli Gaspari	12823-1	Escriturária
Patricia Ludovichak	6599-1	Professora

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:A476062C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ EDITAL N.º 253/2026

1. A Prefeita de Renascença, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido nos Editais nº. 202/2026 e 246/2026 convoca

os candidatos abaixo relacionados para que compareça impreterivelmente até o dia **13 de outubro de 2026** no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Renascença para assumir a vaga.

Classificação	Nome
01	MARIA GABRIELA GOMES
02	ISABELA LETÍCIA DE OLIVEIRA OTTOBELI
03	HEITOR NUNES GIACOMIN
04	LARISSA MEDLEN BUSS
05	JOSYAS TELLES ANTUNES

2. Os candidatos deveram apresentar os seguintes documentos:
a) Cópia e original da Cédula de Identidade;
b) Cópia e original do CPF;
c) Cópia e original do Título de Eleitor
d) Cópia e original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou PDF da página principal da Carteira de Trabalho Digital;
e) Cópia e original da Certidão de Nascimento
f) Cópia e original do Comprovante de Residência atualizado em nome do responsável legal;
g) Uma foto 3X4 recentes;
h) Histórico Escolar e Declaração de Matrícula;
i) Comprovante da renda familiar, conforme declarado na Ficha de Inscrição.
j) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.
l) Caso o jovem seja menor de 18 anos é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos de seu responsável legal: Cópia simples da carteira de identidade – RG ou Certidão de Nascimento, e cópia simples do Cadastro Pessoa Física - CPF

3. A não apresentação dos documentos acima até a data informada no item 1, implicará em impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

4. Não ocorrendo a apresentação, o candidato será considerado desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. O Candidato convocado que não aceitar a vaga, poderá uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos aprovados, desde que requeira este reposicionamento.

6. O Candidato habilitado e convocado a assumir vaga será lotado, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, nas Secretarias e Departamentos que compõem a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal.

7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:26239D48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 250/2026 - INEXIGIBILIDADE N.º 014/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.

CONTRATADO: EMPRESAS FL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.922.286/0001-65, com sede na CALC DOS MIRTILOS, 33 ANDAR 02 - CEP: 06453019 - BAIRRO: CONDOMINIO CENTRO COMERCIAL AL.
LICITAÇÃO: Inexigibilidade 14/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso do sistema de orçamentação automotiva denominado TRAZ VALOR nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
VALOR TOTAL: R$ 30.715,92(Trinta Mil, Setecentos e Quinze Reais e Noventa e Dois Centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:06 de outubro de 2026

Reserva do Iguaçu, 06 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:87D2B3C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 20/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 20/2026
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL – CNPJ nº 77.774.552/0001-81
CONTRATADA: VIDRAÇARIA RIO VIDROS LTDA-ME – CNPJ nº 14.064.519/0001-48
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição e instalação de 03 (três) persianas de rolo, sob medida, para a Câmara Municipal de Rio Azul.

VALOR: R$ 9.321,00 (nove mil, trezentos e vinte e um reais).
PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO: Em até 30 (trinta) dias corridos da publicação do extrato de contratação.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

Rio Azul 06 de outubro de 2026

JUSSARA MARTINS
Presidente da Camara

NELSON MICALISKI JUNIOR
Representante
Vidraçaria Rio Vidros LTDA-ME
Contratada

Publicado por:
Rosa Veridiana Duda
Código Identificador:CCD4011E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 195/2026

DECRETO Nº 195/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Seleção e Avaliação de Mérito Cultural da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, no âmbito do Município de Rio Azul/PR

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB;
Considerando a Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o Marco Regulatório do Fomento à Cultura;
Considerando o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;
Considerando o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura;
Considerando a necessidade de designação dos responsáveis pela análise e avaliação de mérito cultural das propostas apresentadas no âmbito da PNAB,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Seleção e Avaliação de Mérito Cultural da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, responsável pela análise e avaliação das propostas apresentadas nos editais e demais instrumentos de seleção promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura de Rio Azul com recursos da PNAB.
§ 1º Ficam nomeados para compor a Comissão de que trata o *caput*, na condição de pareceristas externos:
I - Rafael Augusto Costa de Almeida;
II - Luzia Viviane Eckstein e
III - Nayara Silviane de Araujo.
§ 2º Compete à Comissão de Seleção e Avaliação de Mérito Cultural:
I - analisar e avaliar o mérito cultural das propostas submetidas aos instrumentos de seleção;
II - atribuir pontuação às propostas, de acordo com os critérios estabelecidos nos respectivos editais;
III - analisar a compatibilidade e a coerência das propostas e dos respectivos orçamentos, quando previsto no instrumento de seleção;
IV - emitir avaliações e pareceres devidamente fundamentados;
V - analisar os recursos interpostos contra os resultados da etapa de seleção, quando assim previsto no respectivo edital; e
VI - registrar suas atividades, avaliações e decisões nos respectivos processos administrativos.

Art. 2º - Os membros da Comissão deverão observar as hipóteses de impedimento e suspeição previstas na legislação aplicável e nos respectivos instrumentos de seleção, devendo comunicar eventual situação que comprometa sua atuação imparcial e abster-se de atuar no respectivo processo.

Art. 3º - A Comissão exercerá suas atribuições em observância à Lei Federal nº 14.399/2022, à Lei Federal nº 14.903/2024, aos Decretos Federais nº 11.740/2023 e nº 11.453/2023, aos respectivos editais e instrumentos celebrados e às demais normas aplicáveis.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Em Rio Azul-PR, 06 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:3FBD8C3D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 15 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe da convocação de Conselheiro (a) Tutelar Suplente para assumir o cargo de Conselheira Tutelar Titular em razão de renúncia.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.069/1991 e a Lei Municipal Nº 1007/2020 e, considerando a deliberação da plenária em reunião ordinária realizada na data de 06 de outubro de 2026, constante na Ata nº 452 - CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Sra. **JOZÉLIA MARTINS PRINCIVAL PALOSCHI** Conselheira Tutelar Suplente, para assumir a vaga de Conselheira Tutelar Titular, em razão da renúncia do(a) Conselheiro(a) anteriormente empossado(a).

Art. 2º A Conselheira Tutelar Suplente deverá se apresentar no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Azul, no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da data da publicação desta Resolução, a convocada deverá ser empossada nos termos da legislação vigente, passando a exercer todas as atribuições inerentes ao cargo de Conselheira Tutelar Titular.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, 06 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE.

ROSANGELA MACHOWSKI PERUCELI
Presidente CMDCA de Rio Azul/PR
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:55704796

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS

EDITAL Nº 45/2026 – PSS Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO DE PESSOAL

APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME DECRETO Nº 142/2025 – HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, resolve:

CONVOCAR
Art. 1º - O candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, conforme publicação de resultado final homologado através do Decreto nº 142/2025, para comparecer à Prefeitura Municipal de Rio Azul, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do presente, para contratação imediata de 01 (um) Educador Social, com carga horária de 40 h/s, munido de cópia da documentação abaixo relacionada, para fins de formalização de contrato:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	EMPREGO
15º	MARISTELA PERCHEBILISKI KOLLARITSCH	Educador Social

Art. 2º - Os documentos a serem apresentados são os seguintes:
Ø Fotocópia da Carteira de Identidade,
Ø Fotocópia do CPF
Ø Fotocópia Título de Eleitor;
Ø Certidão de Quitação Eleitoral atualizada;
Ø Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação;
Ø Fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações militares;
Ø Uma foto colorida 3x4, recente;
Ø Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF do cônjuge;
Ø Fotocópia da Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e CPF dos filhos;

Ø Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública, conforme previsto no quadro do item 2.1. do Edital nº 01/2025– Abertura do PSS 01/2025;
Ø 01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número, série e qualificação;
Ø Fotocópia do número de inscrição do PIS/PASEP;
Ø Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
Ø Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
Ø Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;
Ø Declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual, distrital ou federal;
Ø Certidões negativas dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares onde tenha residido nos últimos oito anos, expedidas no máximo há seis meses;
Ø Atestado de aptidão física e mental, capacitante ou incapacitante, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo;
Ø Conta salário Banco SICREDI.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 06 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:B87F025B

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 95/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: TAMIRES MAYARA KAMINSKI PINTO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 05/10/2026 e termo final em 05/04/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
TAMIRES MAYARA KAMINSKI PINTO
Contratado

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:FD4FD9B1

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 96/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JOCIMARA DOS SANTOS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 05/10/2026 e termo final em 05/04/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JOCIMARA DOS SANTOS
Contratado

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:C5A2A901

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 15 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 15 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe da convocação de Conselheiro (a) Tutelar Suplente para assumir o cargo de Conselheira Tutelar Titular em razão de renúncia.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.069/1991 e a Lei Municipal Nº 1007/2020 e, considerando a deliberação da plenária em reunião ordinária realizada na data de 06 de outubro de 2026, constante na Ata nº 452 - CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Sra. **JOZÉLIA MARTINS PRINCIVAL PALOSCHI** Conselheira Tutelar Suplente, para assumir a vaga de Conselheira Tutelar Titular, em razão da renúncia do(a) Conselheiro(a) anteriormente empossado(a).

Art. 2º A Conselheira Tutelar Suplente deverá se apresentar no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Azul, no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da data da publicação desta Resolução, a convocada deverá ser empossada nos termos da legislação vigente, passando a exercer todas as atribuições inerentes ao cargo de Conselheira Tutelar Titular.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, 06 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE.

ROSANGELA MACHOWSKI PERUCELI
Presidente CMDCA de Rio Azul/PR
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:5CE43F6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDI Nº 07 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO CMDI Nº 07 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e das Prestações de Contas referentes ao exercício de 2025, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a **Lei Federal nº 8.742/1993**, **Lei Federal Nº 10.741/2003 e a Lei Municipal nº 333/2006** e, considerando a deliberação da plenária em reunião ordinária realizada na data de 06 de outubro de 2026, constante na Ata nº 131 - CMDI.

RESOLVE:

Art. 1º Fica **aprovado** o **Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Rio Azul/PR**, instrumento de planejamento e organização das ações, programas, projetos e serviços destinados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa no Município.
Art. 2º O **Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa** deverá orientar a implementação das políticas públicas municipais, observadas as diretrizes estabelecidas na legislação vigente e as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI.
Art. 3º Ficam aprovadas as Prestações de Contas referentes ao exercício financeiro de 2025, apresentadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, após análise da documentação e das informações relativas à execução das ações e dos recursos destinados à política da pessoa idosa.
Art. 4º O CMDI deverá acompanhar e fiscalizar a execução das ações previstas no Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como a aplicação dos recursos destinados à política municipal da pessoa idosa, nos termos da legislação vigente.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI. Rio Azul – PR, 06 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE.

TALBIAN RAONY PRZYBYCZ
Presidente
Gestão 2025/2027

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:5014B41B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CAMARA MUN. DE RIO BRANCO DE IVAÍ
DECRETO Nº 10/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Prestação de Contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 2023.

A Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aprovou e eu, JOSÉ DOS SANTOS, Presidente do Legislativo, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º - Fica rejeitado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas exarado no Acórdão de Parecer Prévio nº 37/2026-S2C, nos termos do Relatório e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal.
Art. 2º - Em consequência, ficam aprovadas as contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 2023.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, 28 de setembro de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Beatriz Emanuelly Araujo
Código Identificador:C63AFE4A

CAMARA MUN. DE RIO BRANCO DE IVAÍ
DECRETO Nº 11/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Prestação de Contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 2024.

A Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aprovou e eu, JOSÉ DOS SANTOS, Presidente do Legislativo, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º - Fica rejeitado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas exarado no Acórdão de Parecer Prévio nº 177/2026-S2C, nos termos do Relatório e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal.
Art. 2º - Em consequência, ficam aprovadas as contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 2024.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, 28 de setembro de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Beatriz Emanuelly Araujo
Código Identificador:1711773F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026

A Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, torna pública a presente retificação do Edital de Contratação Direta por Dispensa Eletrônica nº 009/2026, do Termo de Referência e dos Anexos II e III, relativos à contratação de empresa especializada para execução de serviços de pintura completa das áreas internas e externas do edifício-sede da Câmara Municipal.
1. DA RETIFICAÇÃO
1.1. Nos documentos abaixo relacionados:
a) Edital de Contratação Direta por Dispensa Eletrônica nº 009/2026;
b) Termo de Referência;
c) Anexo II — Planilha Orçamentária; e
d) Anexo III — Especificações de Materiais e Acabamentos,
onde consta a data **"Rio Branco do Sul/PR, 01 de setembro de 2026"**, passa a constar **"Rio Branco do Sul/PR, 01 de outubro de 2026"**.
1.2. A presente retificação corrige exclusivamente erro material relativo à data de formalização dos documentos, sem alteração do objeto, dos quantitativos, do valor estimado, das especificações técnicas, do critério de julgamento, das condições de participação, dos requisitos de habilitação ou das demais regras da contratação.
1.3. A correção não compromete a formulação das propostas nem modifica as condições econômicas ou técnicas do certame, permanecendo íntegros os documentos disponibilizados aos interessados.
A retificação observa a regra de que modificações que não comprometam a formulação das propostas não exigem a reabertura dos prazos originalmente estabelecidos.
2. DA MANUTENÇÃO DO CRONOGRAMA
2.1. Permanecem inalteradas as datas e os horários previstos no Edital, especialmente:

- período de recebimento de propostas: de 05/10/2026, às 09h, até 08/10/2026, às 09h;
- abertura da sessão e disputa de lances: 08/10/2026, às 09h01;
- tempo de disputa aberta: 6 (seis) horas contínuas.

2.2. Permanecem igualmente válidos e inalterados o valor global estimado de R$ 54.564,68, o quantitativo total de 1.292,40 m² e todas as demais condições previstas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

3. DA PUBLICIDADE

3.1. Este Aviso de Retificação será disponibilizado na plataforma BNC — Bolsa Nacional de Compras, publicado no Diário Oficial competente e divulgado no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, para ciência dos interessados.

3.2. Os documentos retificados deverão ser juntados ao processo administrativo e disponibilizados em substituição às versões anteriores, permanecendo válidos os atos praticados e as propostas apresentadas até o momento, observadas as condições deste Aviso.

Rio Branco do Sul/PR, 06 de outubro de 2026.

JEAN ELTHON MARTINS
Agente de Contratação
038/2025

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:F97FE5B1

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 053/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de troféus, medalhas e placas de premiação personalizadas, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Município de Rio Branco do Sul/PR.**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO. **VALOR MAXIMO:** R$ 285.049,82 **PARECER JURÍDICO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**: 950/2026 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 07/10/2026, até às 08:00 horas do dia 22/10/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia 22/10/2026, às 08:30 horas**. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 22/10/2026 às 09:00 horas**,** no endereço eletrônico: https://elicita.atende.net/cidadao – eLicita. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência, do dia 07/10/2026 ao dia 22/10/2026. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 07/10/2026.

RAFAELA LUIZE BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:7451F26B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO - NOMEAÇÃO

CONTRATO TEMPORÁRIO N° 105/2026
PSS 001/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Branco do SulCONTRATADO: **TATIELE LILIAN DE CRISTO**
CPF: 077.XXX.XXX-XX
OBJETO: Prestação de serviço por tempo determinado
CARGO: Educador Social
DATA DA NOMEAÇÃO: 01/10/2026

Rio Branco do Sul, 05 de outubro de 2026.

WELINTON SALES DE LARA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:FC758157

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC DE RIO BRANCO DO SUL – 2026

Aos **trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, quarta-feira, às 19h00**, realizou-se a **5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de Rio Branco do Sul**, de forma **on-line, por meio de videochamada**, possibilitando a participação remota dos membros do colegiado. Estiveram presentes **Jonas Augusto da Silva, Hortência Cavalli Bueno, Ezequiel Sales de Faria, Dieverson Francisco Costa Rosa, Regiane de Jesus Santos e Wilson Monteiro Filho**. Os nomes completos dos conselheiros constantes do ato de nomeação foram conferidos conforme o Decreto Municipal nº 6.779/2023, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Política Cultural de Rio Branco do Sul.

Após a confirmação dos participantes, foram iniciados os trabalhos e apresentados os assuntos previstos para discussão, compreendendo, principalmente, o andamento dos editais culturais promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura; as alterações realizadas nos respectivos cronogramas; o planejamento e a execução da segunda edição do Projeto Cultura Itinerante 2026; a participação do Conselho Municipal de Política Cultural no Desfile Cívico; o acompanhamento das prestações de contas perante o Ministério da Cultura – MinC; a organização da próxima reunião ordinária do Conselho; a necessidade de realização da **2ª Conferência Municipal de Cultura**; a renovação e o processo eleitoral do CMPC; questões relacionadas ao cumprimento dos Termos de Execução Cultural e à eventual devolução de recursos públicos; bem como considerações gerais acerca da importância e do fortalecimento das políticas públicas de cultura no Município de Rio Branco do Sul.

Inicialmente, foram apresentados aos conselheiros esclarecimentos referentes aos **Editais de Chamamento Público nº 01, 02, 03 e 04/2026**, especialmente no que diz respeito aos seus cronogramas, às etapas administrativas ainda necessárias, aos períodos destinados à análise das inscrições e às previsões para publicação dos resultados provisórios e definitivos. Foi destacado que a condução dos processos exige o cumprimento integral das etapas previstas nos respectivos instrumentos convocatórios, devendo a Administração observar os prazos necessários para análise, habilitação, avaliação, publicação dos resultados e demais procedimentos pertinentes.

Nesse contexto, foi esclarecido aos membros do Conselho que houve a necessidade de **prorrogação do cronograma do Edital nº 01/2026**, destinado à seleção dos pareceristas que atuarão na avaliação das propostas apresentadas nos demais editais culturais. A extensão do prazo do referido edital mostrou-se necessária para que fosse possível concluir adequadamente todas as suas etapas e cumprir os procedimentos e prazos legais aplicáveis ao processo, evitando que a necessidade de atendimento ao cronograma inicialmente estabelecido comprometesse a regularidade da seleção e o cumprimento das etapas administrativas necessárias.

Foi ressaltado que o **Edital nº 01/2026 possui relação direta com o andamento dos Editais nº 02, 03 e 04/2026**, uma vez que os profissionais selecionados e habilitados por meio do primeiro certame são responsáveis pela análise e avaliação das propostas apresentadas nos editais subsequentes. Assim, a conclusão regular do Edital nº 01/2026 constitui etapa necessária para o prosseguimento das avaliações dos demais chamamentos públicos.

Em decorrência dessa situação, foi informado ao Conselho que os cronogramas dos **Editais nº 02/2026, nº 03/2026 e nº 04/2026 também precisaram ser postergados e atualizados**, adequando-se às novas datas decorrentes da prorrogação do Edital nº 01/2026. Dessa maneira, todos os certames cujas etapas de avaliação dependiam da conclusão da seleção dos pareceristas tiveram seus cronogramas reorganizados, incluindo os períodos destinados à avaliação das propostas e as datas previstas para divulgação dos resultados provisórios e definitivos.

Durante a discussão, salientou-se que a alteração das datas não representa interrupção ou prejuízo à continuidade dos editais, mas

uma **adequação administrativa necessária**, destinada a permitir que cada uma das etapas seja realizada de maneira regular, segura e organizada. A atualização dos cronogramas teve como objetivo assegurar tempo suficiente para a conclusão do Edital nº 01/2026 e, posteriormente, para que os pareceristas selecionados possam desempenhar adequadamente suas atividades nos Editais nº 02, 03 e 04/2026, respeitando os procedimentos estabelecidos nos respectivos instrumentos.

Também foi ressaltada a importância de que os participantes dos editais e a comunidade cultural tenham acesso às informações referentes às alterações dos cronogramas e às novas datas de cada etapa, especialmente quanto às publicações dos resultados provisórios e definitivos. O acompanhamento e a divulgação das atualizações contribuem para a transparência dos processos e permitem que os interessados acompanhem adequadamente o andamento dos chamamentos públicos.

Na sequência, passou-se à discussão sobre a realização da **2ª edição do Projeto Cultura Itinerante 2026**, iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura de Rio Branco do Sul, por intermédio do Departamento de Fomento Artístico e Cultural – DEFAC. Foi apresentado aos membros do Conselho o planejamento geral das atividades, destacando-se que o projeto foi estruturado para realizar **seis edições descentralizadas**, contemplando diferentes comunidades do Município. O planejamento articula as atrações selecionadas pelo Edital de Chamamento Público nº 02/2026, as ações formativas, a participação comunitária e as apresentações teatrais da **Cia. do Abração**, juntamente com a infraestrutura necessária para a realização das atividades.

Foi ressaltado que o Cultura Itinerante possui como uma de suas principais características a **descentralização das políticas culturais**, possibilitando que apresentações artísticas, atividades formativas e momentos de participação cultural cheguem às comunidades urbanas e rurais, especialmente àquelas que possuem menor acesso permanente aos equipamentos culturais. As atividades serão gratuitas e voltadas à convivência comunitária, à formação de público, à circulação artística e à participação cultural da população.

Quanto à programação, foi explicado que cada uma das seis edições seguirá uma organização semelhante, contando com **duas atrações musicais, uma apresentação teatral, uma ação formativa interativa ou oficina e um momento de Palco Aberto**, além dos intervalos técnicos necessários para adequação e preparação das atividades. A programação terá início às 13h00 e encerramento previsto para as 18h00.

Foi destacado especificamente que a programação teatral será realizada pela **Cia. do Abração**, com o espetáculo **"O Flautista de Ramelim"**, previsto para integrar as seis edições do projeto, com aproximadamente quarenta e cinco minutos de apresentação em cada localidade. Dessa forma, o projeto busca reunir diferentes linguagens e formas de expressão cultural, associando música, teatro, formação cultural e participação comunitária em uma mesma programação.

Foram então apresentadas aos conselheiros as **datas e localidades previstas para as seis edições do Cultura Itinerante 2026**, ficando registrado o seguinte cronograma: **14 de novembro de 2026, na localidade de Florestal; 15 de novembro de 2026, na localidade de Ribeirinha; 21 de novembro de 2026, na localidade de Boqueirão da Serra; 22 de novembro de 2026, na localidade de Mina de Ferro; 28 de novembro de 2026, no Nodari II; e 29 de novembro de 2026, em Tacaniça dos Falcões**, sempre com programação prevista das **13h00 às 18h00**.

Os conselheiros foram informados ainda sobre a necessidade de organização logística de cada edição, considerando as particularidades das comunidades atendidas e a própria natureza itinerante do projeto. Foi destacado que a estrutura destinada às apresentações deverá estar previamente montada, estabilizada e liberada antes do início das atividades, bem como que os sistemas de sonorização e demais equipamentos necessários deverão ser testados antecipadamente.

Também foi ressaltada a necessidade de registro das atividades realizadas em cada localidade, inclusive por meio de registros fotográficos e administrativos, confirmação da execução das atrações e anotação de eventuais ocorrências, de modo a subsidiar os procedimentos de acompanhamento, fiscalização, atesto e formação da memória institucional do projeto.

Durante as discussões relativas ao Cultura Itinerante, destacou-se ainda que o cronograma concentrado no mês de novembro deverá ser considerado no planejamento das demais ações da Secretaria Municipal de Cultura e do próprio Conselho Municipal de Política Cultural, uma vez que serão realizadas seis edições distribuídas em três finais de semana consecutivos, exigindo atuação das equipes responsáveis pela organização, acompanhamento e fiscalização das atividades.

Posteriormente, foi tratado o assunto referente à participação do Conselho Municipal de Política Cultural no **Desfile Cívico**. Foi informado aos presentes que, mesmo diante da **remarcação do desfile**, permanece prevista a participação dos membros do Conselho na atividade. Ficou registrado que os conselheiros deverão desfilar juntamente com o **pelotão da Escola da Comunidade de Santa Cruz**, representando o Conselho Municipal de Política Cultural e contribuindo para dar visibilidade à participação social e à atuação do colegiado no desenvolvimento e acompanhamento das políticas culturais do Município.

A participação no desfile foi mencionada também como uma oportunidade de aproximação entre o Conselho e a população, permitindo que a comunidade tenha maior conhecimento sobre a existência e a atuação do CMPC como instância de representação, participação, diálogo e acompanhamento das políticas públicas municipais de cultura.

Em continuidade à pauta, foram apresentadas informações referentes às **prestações de contas relacionadas aos recursos provenientes do Ministério da Cultura – MinC**. Foi informado que, até a data da realização desta reunião, o Município **não havia recebido nenhuma diligência do Ministério da Cultura relacionada às prestações de contas apresentadas**, sendo essa situação registrada para conhecimento e acompanhamento dos membros do Conselho.

Foi ressaltada a importância da manutenção organizada dos documentos e registros relativos à execução das políticas culturais financiadas com recursos transferidos ao Município, tendo em vista a necessidade de atendimento a eventuais solicitações futuras dos órgãos competentes. O assunto continuará sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Cultura, podendo eventuais diligências ou solicitações posteriormente recebidas serem apresentadas ao Conselho para conhecimento e acompanhamento, quando necessário.

Outro ponto de destaque da reunião foi a organização da **2ª Conferência Municipal de Cultura de Rio Branco do Sul**. Os participantes conversaram sobre a importância da realização da Conferência como espaço ampliado de participação da sociedade civil, dos agentes culturais, artistas, produtores, trabalhadores da cultura e demais interessados na construção, avaliação e aperfeiçoamento das políticas culturais municipais.

Foi ressaltado que a Conferência representa importante oportunidade de diálogo entre Poder Público e sociedade civil, possibilitando a apresentação de propostas, a avaliação das ações desenvolvidas e a discussão das prioridades para a continuidade das políticas culturais no Município. Também foi destacada a importância de promover adequada divulgação e mobilização para a Conferência, buscando favorecer a participação dos diferentes segmentos culturais e das diferentes regiões e comunidades de Rio Branco do Sul.

Associado à Conferência, foi debatido o processo de **renovação e nova eleição do Conselho Municipal de Política Cultural**, tendo em vista a necessidade de observância do período de vigência estabelecido no Regimento do Conselho. Foi discutida inicialmente a possibilidade de realização tanto da Conferência quanto das atividades relacionadas à nova eleição do CMPC durante o **mês de novembro de 2026**.

Contudo, foi observado que o mês de novembro contará com intensa programação em razão da execução do **Projeto Cultura Itinerante 2026**, cujas seis edições estão programadas para os dias 14, 15, 21, 22, 28 e 29 de novembro. Considerando a necessidade de organização, deslocamento, execução e acompanhamento dessas ações, foi discutida a possibilidade de adequação das datas destinadas à Conferência e ao processo eleitoral do Conselho.

Dessa forma, ficou registrado que a intenção é realizar a **2ª Conferência Municipal de Cultura e o processo de renovação do CMPC no mês de novembro**, desde que haja compatibilidade com a programação do Cultura Itinerante. Caso a concentração das atividades previstas para novembro inviabilize a organização adequada desses procedimentos, poderão ser definidas datas posteriores, ainda **até o final do ano de 2026**, de maneira que sejam

cumpridos os prazos correspondentes aos **dois anos de vigência previstos no Regimento do Conselho**.

Os presentes destacaram que a definição das datas deverá considerar não somente o cumprimento dos prazos regimentais, mas também a necessidade de garantir condições adequadas de participação da comunidade cultural, evitando que a realização simultânea de diversos eventos e atividades prejudique a mobilização dos agentes culturais, da sociedade civil e dos próprios membros do Conselho.

Outro tema debatido durante a reunião foi o **cumprimento das propostas aprovadas nos editais culturais e das obrigações estabelecidas nos respectivos Termos de Execução Cultural**. Foi discutido que os proponentes contemplados com recursos públicos assumem o compromisso de executar os objetos culturais de acordo com as propostas aprovadas e com as condições estabelecidas nos instrumentos firmados com a Administração Pública.

Nesse sentido, foi abordada a questão da **devolução de valores nos casos de não cumprimento das propostas e das obrigações assumidas nos Termos de Execução Cultural**, observando-se os procedimentos administrativos e jurídicos aplicáveis a cada situação. O assunto foi discutido especialmente diante da necessidade de assegurar que os recursos destinados às políticas culturais sejam efetivamente aplicados na realização dos objetos para os quais foram concedidos.

Foi mencionado especificamente o caso ocorrido no âmbito da **Lei Paulo Gustavo – LPG**, relacionado ao não cumprimento de proposta prevista em Termo de Execução Cultural. Foi informado aos conselheiros que a situação se encontra **sob análise da Procuradoria Municipal**, motivo pelo qual deverão ser aguardadas as orientações e a manifestação jurídica quanto às providências que deverão ser adotadas pelo Município, inclusive no que diz respeito à eventual necessidade de devolução de valores.

Ficou registrado que o caso deverá ser conduzido em conformidade com as orientações da Procuradoria Municipal e com os procedimentos administrativos aplicáveis, de modo a garantir segurança jurídica tanto para a Administração Pública quanto para os envolvidos. O Conselho continuará acompanhando a questão, respeitando-se a análise jurídica que se encontra em andamento.

A discussão também possibilitou reforçar a importância do acompanhamento da execução dos projetos culturais, desde a celebração dos instrumentos até a apresentação dos respectivos resultados e prestações de contas. Foi ressaltado que o acompanhamento e a fiscalização contribuem para a correta aplicação dos recursos públicos e para maior clareza quanto às obrigações assumidas pelos agentes culturais contemplados.

Ao longo da reunião, os participantes também conversaram de maneira mais ampla sobre a **importância da cultura para o Município de Rio Branco do Sul**, ressaltando seu papel na valorização da identidade local, no reconhecimento dos artistas e agentes culturais, na preservação da memória, na valorização das manifestações culturais, na ocupação dos espaços públicos e na ampliação das oportunidades de acesso da população às diferentes formas de expressão artística e cultural.

Foi destacado que a política cultural não deve ficar restrita à realização de eventos pontuais, mas deve ser compreendida como uma **política pública permanente**, construída mediante planejamento, participação social, continuidade administrativa e diálogo com os diferentes segmentos da sociedade. Nesse sentido, ressaltou-se a importância do Conselho Municipal de Política Cultural como instância de acompanhamento, participação e interlocução entre a Administração Pública, os agentes culturais e a sociedade civil.

Os participantes destacaram ainda a relevância das ações de **descentralização cultural**, especialmente aquelas que possibilitam levar atividades para comunidades mais afastadas da região central do Município. Nesse contexto, o Cultura Itinerante foi mencionado como importante iniciativa de ampliação territorial das políticas culturais, aproximando apresentações artísticas e atividades formativas das comunidades urbanas e rurais e fortalecendo a participação cultural da população.

Também se ressaltou a necessidade de continuidade das ações de valorização dos artistas, agentes e fazedores de cultura do Município, bem como da criação e manutenção de mecanismos que possibilitem o acesso democrático aos recursos públicos destinados ao setor cultural.

O Conselho foi reconhecido como importante espaço para acompanhamento dessas políticas e para manifestação das diferentes representações envolvidas na construção das ações culturais municipais.

Já na parte final da reunião, foi discutida e definida a realização do próximo encontro do colegiado. Após diálogo entre os participantes, ficou estabelecido que a **próxima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC será realizada presencialmente na terça-feira, dia 13 de outubro de 2026, às 19h30, na sede provisória da Secretaria Municipal de Cultura, instalada no prédio do antigo Hospital de Rio Branco do Sul**.

A definição antecipada da data, horário e local teve como objetivo possibilitar a organização e participação dos membros do Conselho, bem como garantir a continuidade das pautas e dos encaminhamentos discutidos na presente reunião. No encontro presencial deverão ter continuidade, entre outros assuntos pertinentes ao colegiado, o acompanhamento dos cronogramas e resultados dos editais culturais em andamento, as providências relacionadas à execução do Projeto Cultura Itinerante 2026, a organização da 2ª Conferência Municipal de Cultura e os encaminhamentos necessários para o processo de renovação e eleição do Conselho Municipal de Política Cultural.

Ao final, foram retomados os principais assuntos debatidos durante a reunião, ficando registrados o acompanhamento e a atualização dos cronogramas dos **Editais nº 01, 02, 03 e 04/2026**; a necessidade de conclusão regular do Edital nº 01/2026 para possibilitar o prosseguimento das etapas de avaliação dos demais chamamentos; o planejamento das seis edições do Projeto Cultura Itinerante 2026; a participação dos conselheiros no Desfile Cívico juntamente com o pelotão da Escola da Comunidade de Santa Cruz; a inexistência, até a data da reunião, de diligências encaminhadas pelo Ministério da Cultura relacionadas às prestações de contas mencionadas; a previsão da 2ª Conferência Municipal de Cultura e da nova eleição do CMPC; o acompanhamento das situações envolvendo eventual descumprimento dos Termos de Execução Cultural; a situação específica decorrente da Lei Paulo Gustavo que se encontra sob análise da Procuradoria Municipal; e, por fim, a definição da **próxima Reunião Ordinária para o dia 13 de outubro de 2026, terça-feira, às 19h30, de forma presencial, na sede provisória da Secretaria Municipal de Cultura, localizada no prédio do antigo Hospital de Rio Branco do Sul**.

Nada mais havendo a tratar e após as considerações finais dos participantes, a **5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de Rio Branco do Sul foi encerrada às 19h58**, perfazendo cinquenta e oito minutos de reunião.

Para fins de registro oficial dos assuntos tratados, das informações apresentadas e dos encaminhamentos realizados pelo colegiado, foi lavrada a presente **Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de Rio Branco do Sul**.

Em conformidade com o procedimento previsto no Regimento do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, a presente ata será encaminhada para publicação no Diário Oficial do Município de Rio Branco do Sul, para fins de publicidade, transparência, registro oficial e conferência da veracidade dos fatos nela consignados.

Rio Branco do Sul, 30 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT
Rio Branco do Sul – Paraná

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:CC7A22D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1061/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 476, de 11 de março de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 1º de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 476, de 11 de março de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados no processo digital nº 5215/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C6386F53

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1062/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1061, de 22 de julho de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 15 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1061, de 22 de julho de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 13213/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:243924BF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1063/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1236, de 19 de agosto de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 12 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1236, de 19 de agosto de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 18843/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:489D7B34

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1064/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1462, de 23 de setembro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 18 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1462, de 23 de setembro de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 20476/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:48A02057

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1065/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1711, de 10 de novembro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 5 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1711, de 10 de novembro de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados no processo digital nº 25450/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1BC8B257

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1066/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 024, de 15 de janeiro de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 12 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 024, de 15 de janeiro de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 22634/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4F3FB43F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1067/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 631, de 1º de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 29 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 631, de 1º de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 7776/2026 referentes ao atendimento nº 55487/2026 da Ouvidoria Geral da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3BE72B8A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1068/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 646, de 9 de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 7 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 646, de 9 de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância, com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no Processo Digital nº 13292/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 7 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:75FCEF30

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1069/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 679, de 16 de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 14 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 679, de 16 de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância, com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no Processo Digital nº 19534/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:FF0A1C1B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1070/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1646, de 29 de outubro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 24 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1646, de 29 de outubro de 2025, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B6AF9BC0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1071/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1848, de 17 de dezembro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 12 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1848, de 17 de dezembro de 2025, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSIGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3C7D5FBF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1072/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 027, de 15 de janeiro de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 12 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 027, de 15 de janeiro de 2026, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F4EDC8B2

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1073/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 474, de 15 de abril de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 12 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 474, de 15 de abril de 2026, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4070866E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1074/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 635, de 1º de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 30 de outubro do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 635, de 1º de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de outubro de 2026.

Rio Negro, 5 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:653958B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 016/2026 COMPRAS.GOV.BR UASG: 987823 CONTRATAÇÃO -34/2026

Processo: 280/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO PARA SUPORTE DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, INCLUINDO O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO EM POLIETILENO, NA LOCALIDADE DE SÍTIO DOS VALÉRIOS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 06/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 06/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **23/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados.

Rio Negro, 02 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:04577C1B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 017/2026 COMPRAS.GOV.BR UASG: 987823 CONTRATAÇÃO -36/2026

Processo: 309/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÕES EM UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 08/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 08/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **27/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 06 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:C30FB144

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 062/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 32/2026

Processo: 293/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 08/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 08/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **21/10/2026** às

08:30h no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 01 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:CEEE2D87

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 145 – PROCESSO N° 310/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais destinados aos atendimentos de fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 06 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A2D79EC9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 307/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 144/2026

OBJETO: Revisão do veículo Fiat Strada Freedom, placa UBD 6G14, em garantia, 10.000 km em concessionária autorizada.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	4,00	L	ÓLEO DE MOTOR	71,00	MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
2	1,00	UN	FILTRO DE ÓLEO	90,27	MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
3	1,00	SRV	SERVIÇOS MECÂNICOS	301,73	MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Rio Negro, 06 de outubro de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:CFE1B5D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 04 AO CONTRATO N.º 80/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025 REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 907.979.739-15, e **CONTRATADA: M. M. BASSO E CIA. LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Avenida PREFEITO FREDERICO HEYSE, nº 1328, Sala 01, CENTRO, na cidade de MAFRA - SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.950.767/0001-14, neste ato representado por seu(ua) Procurador(a) Sr(a). **MARLON MARIO BASSO**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.090.759-46, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REDIMENSIONAMENTO 1.1. Por solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria, fica redimensionado o serviço de MONITORAMENTO ELETRÔNICO em mais 1 (um) serviço mensal, com efeito retroativo ao dia 16 de setembro de 2026. 1.2. O local da prestação do serviço será no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Avenida Afonso Petschow, nº 4040 – Bairro Alto – Rio Negro/PR. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL** 2.1. Considerando o redimensionamento do objeto, o presente termo acrescentará ao contrato o valor mensal de **R$ 87,20 (oitenta e sete reais e vinte centavos).** 2.2. O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 637 – 11.001.10.122.0008.2.126.3.3.90.39.77.02 – Fonte 303. **CLÁUSULA TERCEIRA –** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro/PR, 28 de setembro de 2025

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:110B4EA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CANDIDATOS ELIMINADOS - PUBLICAÇÃO Nº 278/2026

PUBLICAÇÃO Nº 278/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CANDIDATOS ELIMINADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a **ELIMINAÇÃO** do candidato abaixo relacionados, do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
014.703.145-78	PALOMA MOREIRA DA SILVA	TGM-A ADMINISTRATIVO	DESISTÊNCIA DA VAGA ATRAVÉS DO PROTOCOLO Nº 30.728/2026

Rolândia, 02 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:2A87D285

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS - CONVOCAÇÃO Nº 281/2026

CONVOCAÇÃO Nº 281/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO dos candidatos **APROVADOS** constantes nesta convocação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024, para se apresentarem na Secretaria, conforme Anexo I, para tomar posse do cargo.

Rolândia, 02 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
APROVADOS

Data: 07/10/2026
Horário: 08:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.326-69	JESSICA DA SILVA LIMA	PROFESSOR ENSINO BÁSICO 30 HORAS
014.703.197-79	VANUSA MARIA DOS SANTOS	PROFESSOR ENSINO BÁSICO 30 HORAS

Data: 07/10/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.147-93	ANDREIA CRISTINA BELINOVSKI ANSELMO	ASSISTENTE SOCIAL

Data: 07/10/2026
Horário: 16:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.142-60	ROBERTA BARBOSA DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO

Data: 08/10/2026
Horário: 16:00 horas
Local: Prefeitura Municipal de Rolândia - Avenida Presidente Bernardes, 809 - Centro, CEP 86.600-067, Rolândia - PR

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.248-47	GUILHERME HENRIQUE PEIXOTO FERREIRA	TGM-A ADMINISTRATIVO

Data: 08/10/2026
Horário: 16:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Saúde – Rua Duque de Caxias, 331 - Centro

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.279-88	ANDRESSA DE ANDRADE PETRULHO	PSICÓLOGO
014.703.164-20	ELOISA DA SILVA	FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO
014.703.245-67	ENIO RODRIGUES GOMES	CONDUTOR SOCORRISTA

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:C1AAF0E9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024 - CONVOCAÇÃO Nº 280/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 280/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo dos documentos para a nomeação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DO PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E ACEITE DA VAGA

Art. 1º Ficam convocados os candidatos relacionados no anexo I desta convocação, a protocolar no site Oficial da Prefeitura Municipal de Rolândia – PR, através do link https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=12130, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da publicação desta convocação, para apresentar os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
c) Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
d) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
h) Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
i) Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
j) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
k) CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
l) Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
n) Ficha cadastral preenchida (ANEXO II);
o) Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração e Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; (ANEXO III);
p) Declaração de imposto de renda e no caso de ser isento, preencher o formulário próprio de bens e valores que constituem o patrimônio (ANEXO IV);
q) Declaração de dependentes para fins de dedução de imposto de renda (ANEXO V);
r) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido sanção por inidoneidade, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal (ANEXO VI);
s) Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais emitida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da (s) cidade (s) de residência (Justiça Estadual e Justiça Federal) dos últimos cinco anos; Certidão Negativa de Débitos - CND (se positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
t) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de endereço do período de publicação do Edital.

Art. 2º A falta de apresentação dos documentos e declarações mencionados acima caracterizará a desistência do candidato.

Rolândia, 02 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação 280/2026 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.268-33	FLAVIA LIMA DA ROSA SANTOS	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS

Anexo II da Convocação 280/2026

FICHA CADASTRAL

I – DADOS PESSOAIS
Nome: _____ Sexo: _____
Data de nascimento: ___/___/_____ Naturalidade: _____ Estado: _____ Filiação: Pai: _____ Mãe: _____ Estado civil: _____ Nome do cônjuge: _____ Raça/cor: ( ) indígena ( ) branca ( ) negra ( ) amarela ( ) parda
Deficiente: ( ) sim ( ) não
Tipo sanguíneo: _____
_____
Endereço: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Cidade/UF: _____ Telefone: _____ Celular: _____ E-mail: _____ Grau de escolaridade: ( ) nível fundamental ( ) nível médio ( ) nível superior () pós-graduação Curso: _____ Instituição: _____

II – IDENTIFICAÇÕES PESSOAIS
Identidade nº _____Órgão expedidor/UF: _____
Data exp. ___/___/_____ Título de eleitor nº _____ Zona _____
Seção _____ Município/UF _____
Data exp. ___/___/_____
Certificado de reservista nº _____
Categoria_____ CPF _____PIS/PASEP _____
CTPS nº _____ Série _____ UF _____
Data exp. ___/___/_____ Carteira Habilitação nº _____ Categoria _____
Data Validade ___/___/_____ Data emissão ___/___/_____

Rolândia, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura

Anexo III da Convocação 280/2026

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO

Eu, _____, portador (a), do RG _____ e CPF_____, declaro que ao assumir o cargo de _____, nesta Prefeitura Municipal de Rolândia que:

( ) Recebo benefícios (INSS, Previdência, Auxílio Doença e outros). Caso a resposta for positiva, descreva: _____.

( ) Não exerço qualquer outro cargo público (função ou emprego em Entidades Federais, Estaduais ou Municipais), bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas e nem recebo aposentadoria decorrente de cargo público.

( ) Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(ões) ou emprego(s) abaixo:

a) _____, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
b) _____, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
c) _____, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."

Rolândia, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura

Anexo IV da Convocação 280/2026

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

EU, _____
Portador (a) do CPF nº _____ Carteira de Identidade _____Órgão Emissor/UF_____
Domiciliado em: Rua/AV_____ Nº _____,
no bairro _____, na cidade de _____
DECLARO, para os devidos fins de direito e conforme legislação vigente que possuo os seguintes bens:

( ) Não Possuo bens.

Item	Discriminação dos Bens
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Declaro também, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a administração a proceder à digitação das informações constantes neste formulário, bem como, as informações anuais posteriores que atualizarão o presente, resguardado o sigilo destas.

Rolândia, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura

Anexo V da Convocação 280/2026

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

DECLARANTE	
Nome	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Telefone:
CPF:	Identidade:
Estado Civil:	
Local de Trabalho:	

Para fins de dedução da base do cálculo de IRRF, em obediência à legislação, informo à Prefeitura do Município de Rolândia que:

( ) não possuo nenhum dependente como encargo de família;
( ) tenho como encargo de família os dependentes abaixo:

Nº de Ordem	Nome Completo	N° CPF	Data de Nascimento	Naturalidade	Relação de dependência

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, não cabendo ao Município de Rolândia, fonte pagadora, qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Declaro, ainda, estar ciente que é minha responsabilidade renovar esta declaração sempre que ocorrerem alterações nos dados acima informados.

Rolândia, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura

Anexo VI da Convocação 280/2026

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Eu,__ _____, portador (a) do RG n°_____, inscrito (a) no CPF sob o n°_____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo sanção por inidoneidade, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal. Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Rolândia, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:B943CE2E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO DE EXAME MÉDICO EDITAL Nº 001/2024 - PUBLICAÇÃO Nº 279/2026

PUBLICAÇÃO Nº 279/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

RESULTADO DE EXAME MÉDICO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da avaliação médica dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas existentes no Concurso Público para o preenchimento dos cargos da Administração Municipal de Rolândia relacionados conforme abaixo:

A relação dos candidatos considerados **aptos** constam no Anexo I.
A relação dos candidatos considerados **Inaptos /ausentes** constam no Anexo II

Rolândia, 02 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
CANDIDATOS APTOS

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.268-33	FLÁVIA LIMA DA ROSA SANTOS	PROFESSOR ENSINO BÁSICO 20 HORAS

ANEXO II
CANDIDATOS INAPTOS / AUSENTES

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.250-10	JULIANA ISABELE GOMES PROBST C. SILVA	ASSISTENTE SOCIAL
014.703.347-16	PAULA MELGES FELIX	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.146-03	VICTORIA CARVALHO DA SILVA	TGM-A ADMINISTRATIVO
014.703.248-44	YASMIN VITÓRIA DAS NEVES DA SILVA	TGM-A ADMINISTRATIVO
014.703.222-66	FABRICIO VINCENZI DOS SANTOS	TGM-A ADMINISTRATIVO

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:5EA9D643

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 48/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 453/2026 de Aposentadoria da servidora NADIR APARECIDA PAGANINI DEROSSI,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder à servidora NADIR APARECIDA PAGANINI DEROSSI, brasileira, servidora Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional AOPE-C, referência 10, conforme quadro de cargos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com Provento Integral, Sem Paridade, com fundamento no Art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal, a partir de 07 de Outubro de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 2.169,63 (Dois mil cento e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Município de Rolândia, Estado do Paraná, 06 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:139E694A

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 49/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 447/2026 de Aposentadoria do servidor JOÃO DA SILVA,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder ao servidor JOÃO DA SILVA, brasileiro, servidor Público Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Agente de Gestão Municipal A AGMA-I, referência 023, conforme quadro de cargos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com proventos integrais, sem paridade, com fundamento no Art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal, a partir de 07 de Outubro de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 2.338,51 (Dois mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Município de Rolândia, Estado do Paraná, 06 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:C3D831F1

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
PORTARIA – Nº 50/2026 - RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora desta Municipalidade, lotada no Rolândia Previdência, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, conforme Art. 117 e118, da Lei Complementar 55/2011, de acordo com o que segue abaixo:

Matrícula	Nome servidor	Início	Término	Dias
2174-1/4	Eluiza Messiano Bettega	30/09/2026	09/10/2026	10

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Coscrato
Código Identificador:549B63F2

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 492, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 1.235.599,27, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, parágrafo único do artigo 25 da Lei n°4.297 de 30 de junho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, e artigo 8º, 15 e 16 da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 1.235.599,27 (Um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.02.09.272.0005.2.022	3.3.91.97.00.00.00	002	R$ 761.000,00
09.01.28.846.0000.0.011	3.3.90.93.00.00.00	303	R$ 253.000,00
10.03.14.243.0010.6.059	4.4.50.42.00.00.00	3880	R$ 221.599,27
TOTAL			**R$ 1.235.599,27**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.15.451.0007.1.007	4.4.90.51.00.00.00	002	R$ 501.000,00
09.01.10.302.0009.2.127	3.3.50.85.00.00.00	303	R$ 253.000,00
10.03.14.243.0010.5.015	4.4.90.51.00.00.00	3880	R$ 221.599,27
11.01.27.812.0011.1.016	4.4.90.51.00.00.00	002	R$ 260.000,00
TOTAL			**R$ 1.235.599,27**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 1.295.599,27 (Um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
05.02	3.3	002	Outubro	R$ 761.000,00
07.01	4.4	002		R$ 60.000,00
09.01	3.3	303		R$ 253.000,00
10.03	4.4	3880		R$ 221.599,27
TOTAL				**R$ 1.295.599,27**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
07.01	4.4	002	Outubro	R$ 501.000,00
07.01	4.4	002	Novembro	R$ 30.000,00
07.01	4.4	002	Dezembro	R$ 30.000,00
09.01	3.3	303	Outubro	R$ 253.000,00
10.03	4.4	3880		R$ 221.599,27
11.01	4.4	002		R$ 260.000,00
TOTAL				**R$ 1.295.599,27**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:6A92246A

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 493, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SUMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666, de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei 4.360 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas as Receitas de transferências de Capital na Fonte de Recursos – 500 Bloco Investimentos Rede Serviços Saúde, Port. 204-GM, 2007, conforme a seguir demonstrado:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 10/2026	*** Excesso de Arrecadação no Exercício
277	2.4.2.1.50.0.1.03.00.00.00.00	Investimento da Vigilância em Saúde	R$ 20.000,00	R$ 95.730,83	R$ 75.730,83
TOTAL			R$ 20.000,00	R$ 95.730,83	R$ 75.730,83
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.360 de 19 de dezembro 2025;					
** Arrecadado até 10/2026;					
*** Excesso de Arrecadação no Exercício.					

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.01.10.305.0009.2.051	4.4.90.52.00.00.00	500	R$ 15.000,00
TOTAL			R$ 15.000,00

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10 e artigos 15 e 16 da Lei 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 500 Bloco Investimentos Rede Serviços Saude, Port. 204-GM, 2007.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
09.01	4.4	500	Outubro	R$ 15.000,00
TOTAL				R$ 15.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:89AF08FE

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 494 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
1.790/2026	**Contribuinte:** CLEUSA DA SILVA	Rua Pioneira Lucia Paiole, Nº 56, JD. Europa	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU do **ano de 2025 e pendências.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 06 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:9E966FFB

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 496, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia membro da Comissão Permanente de Controle Interno.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando o que dispõe o artigo 7º da Lei Municipal nº 3.812, de 14 de Junho de 2017,
DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora **JÉSSICA RODRIGUES DE AMORIM**, como membro da Comissão Permanente de Controle Interno – CPCI, devido ao afastamento por férias do servidor **MURILO BRAGGION ROSSI**, no período de 07/10/2026 à 16/10/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições contrárias, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:A36A7A8F

SECRETARIA GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Altera a Lei Complementar nº 017, de 22 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Rolândia), para disciplinar a utilização de áreas destinadas ao banho, natação e esportes náuticos em espaços públicos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei complementar:
Art. 1º A Lei Complementar nº 017, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescida da Seção II-A, composta pelos arts. 128-A a 128-E, com a seguinte redação:
SEÇÃO II-A
Da Utilização de Áreas Públicas para Banho, Natação e Esportes Náuticos

Art. 128-A. É proibida a prática de banho, natação ou esportes náuticos em rios, córregos, lagos, lagoas, represas ou demais corpos hídricos situados em áreas públicas municipais que tenham sido previamente classificados pelo Poder Executivo como impróprios para essas atividades.

§ 1º A classificação de que trata o caput será realizada mediante ato do Poder Executivo, fundamentado em critérios técnicos de segurança, saúde pública, proteção ambiental ou interesse público.

§ 2º Poderão justificar a classificação do local como impróprio, dentre outras circunstâncias:
I – risco de afogamento em razão da profundidade ou da correnteza;
II – existência de desníveis acentuados;
III – presença de pedras, galhos, troncos, entulhos, estruturas submersas ou outros obstáculos que ofereçam risco aos usuários;
IV – contaminação ou insalubridade da água;
V – ocorrência de processos erosivos, assoreamento ou instabilidade das margens;
VI – existência de barragens, vertedouros, galerias, tubulações, sistemas de drenagem ou estruturas hidráulicas que possam comprometer a segurança;
VII – inexistência de condições mínimas de segurança para utilização da área;
VIII – outras circunstâncias técnicas devidamente justificadas pelo órgão competente.

Art. 128-B. Os locais classificados como impróprios deverão ser identificados mediante sinalização ostensiva, contendo, no mínimo:
I – indicação da proibição;

II – informação de que o local foi classificado como impróprio;
III – advertência quanto aos riscos existentes.

Art. 128-C. A relação dos locais classificados como impróprios será publicada no sítio eletrônico oficial do Município e poderá ser atualizada sempre que houver alteração das condições técnicas que justificaram a classificação.

Art. 128-D. As restrições previstas nesta Seção não se aplicam:
I – às atividades realizadas por órgãos públicos no exercício de suas atribuições;
II – às ações de salvamento, resgate ou defesa civil;
III – às atividades previamente autorizadas pelo Poder Público competente, quando observadas as normas de segurança aplicáveis.

Art. 128-E. O descumprimento do disposto nesta Seção constitui infração administrativa, sujeitando o infrator às penalidades previstas neste Código, observado o devido processo legal.

Art. 128-F. A classificação de determinado local como próprio ou impróprio para banho, natação ou esportes náuticos constitui medida de polícia administrativa voltada à proteção da segurança coletiva e não afasta a responsabilidade individual dos usuários pela observância das condições de segurança, nem implica assunção, pelo Município, da garantia de inexistência de riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

LUCAS OLIVEIRA SCHAUFF
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Autógrafo Nº 59/2026
Projeto de Lei Complementar nº 004/2026
Autoria: Guilherme Spanguemberg

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:CA1D77BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 154/2025

1º ADITIVO DO CONTRATO N.º 154/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA N.º 027/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **CONSTRUTORA STENGE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.550.699/0001-24, localizada Rua Brasil, n.º 1.814, Vila Brasil, CEP 86010-200, na cidade **LONDRINA - PR**, telefone (43)3156-0646 e (43) 99911-4258, e-mail: **construtorastenge@gmail.com**, neste ato, legalmente representada pela Senhora **LAÍS STEINER**, portadora da Cédula de Identidade/RG n.º 12.343.943-0 e do CPF/MF n.º 078.580.019-06, residente e domiciliada na cidade de LONDRINA - PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica aditivada a cláusula quarta e quinta do contrato, prorrogando por mais 70 (setenta) dias o prazo de execução, com início em **26/07/2026** e término em **04/10/2026,** e 100 (cem) dias para vigência, após o término da execução, para os fins burocráticos da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula segunda do contrato no valor de **R$ 40.953,91** (quarenta mil novecentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos), após a realização da vistoria e observadas a necessidade de inclusão de serviços à execução da obra, que inicialmente não foram previstos.

Parágrafo Único
O valor global do contrato passa de R$ 518.000,00 (quinhentos e dezoito mil reais), para R$ 558.953,91 (quinhentos e cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos) representando um acréscimo aproximado de 7,90% (sete virgula nove por cento) do valor contratado, doravante sendo este valor denominado "VALOR CONTRATUAL".

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, para seus efeitos jurídicos e legais, permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas.
E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste documento, datam e assinam digitalmente, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 24 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*CONSTRUTORA STENGE LTDA*
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

_____
FABRICIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

_____

LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretário Municipal de Serviços Públicos e Infraestrutura

_____

RODRIGO EMANUEL RODRIGUES
CREA PR-145275/D
Fiscal do Objeto do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:25174697

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2026 – PMR. PROCESSO Nº 173/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, torna público que às 13:00 horas do dia 21/10/2026, na plataforma https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado". Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço,por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, deacordo com as especificações do edital, para aquisição de: OBJETO: Veículo Hatch, QUANTIDADE: 1, VALOR TOTAL: R$ 101.333,33, PRAZO: 90 dias. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Rolândia e na plataforma https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado". Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Rolândia, 06 de outubro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretaria de Compras, Licitação e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:2F931D8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2026 – PMR. PROCESSO Nº 174/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de doces, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal, visando suprir as necessidades de ações, projetos, eventos, campanhas e demais atividades institucionais, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: SIM

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 294.535,30.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 15:00 horas do dia 21/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:30 horas do dia 21/10/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 06 de outubro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:65FF3398

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2026 – PMR. PROCESSO Nº 176/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de Resíduos da Construção Civil (RCC) Classes A, B, C e D, provenientes de reformas e construções de interesse do poder público municipal de Rolândia/PR.
Tipo: Menor Preço por LOTE

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 2.537.571,40.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 15:00 horas do dia 22/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:30 horas do dia 22/10/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 06 de outubro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:866343BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 6º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

EXTRATO DO 6º ADITIVO DO CONTRATO N.º 070/2024

CONTRATO N.º: 070/2024.

ADITIVO DE N.º: 06.

PROCESSO N.º: Concorrência n.º 004/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: ROCHAPAVI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.712.958/0001-82, estabelecida na Rodovia BR 376, n.º 4.670, Km 231, sala 01, Parque Industrial, Zona Oeste II, CEP 86800-762, na cidade de APUCARANA - PR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei 14.133/2021 e suas alterações, aplica-se o seguinte aditivo:

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, no valor de **R$ 78.590,04** (setenta e oito mil, quinhentos e noventa reais e quatro centavos), em razão do impacto tributário decorrente da alteração da sistemática de incidência do ISSQN promovida pela Lei Complementar n.º 177/2025, incidente sobre a 8ª e a 9ª medições e sobre o saldo remanescente do contrato.
O valor correspondente ao reequilíbrio econômico-financeiro será apurado da seguinte forma: R$ 5.663,10 (cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e dez centavos), referente à 8ª medição; R$ 27.793,09 (vinte e sete mil, setecentos e noventa e três reais e nove centavos), referente à 9ª medição; e R$ 45.133,85 (quarenta e cinco mil, cento e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos), referente ao saldo remanescente.
PARÁGRAFO ÚNICO: Em decorrência do reequilíbrio econômico-financeiro ora formalizado, o valor global do contrato, anteriormente fixado em R$ 11.637.744,83 (onze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos), passa a ser de **R$ 11.716.334,87** (onze milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos), conforme apuração constante do Protocolo 1Doc n.º 16.006/2026, passando este a constituir o novo **"VALOR CONTRATUAL"**.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:B925337A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 071/2026

PORTARIA N.º 071/2026
DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia os Fiscais das Atas nº 201/2026, 202/2026, 203/2026 Pregão nº 083/2026 referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 12.503/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – Os servidores: **BRUNA SUELLEN SANTOS DE MORAES, MATEUS HENRIQUE AMANSO BATISTA, ADRIANA DA COSTA, ALINE SOUZA MARINHOS, ANGELA CRISTINA SCHNEIDER, RAFAEL ANDRÉ FERREIRA DIAS, ROSIMEIRI DE FARIA BAVILONI ADAS**, como fiscais.

II – Os servidores: **ANDRESSA FERNANDA BUENO FERRO, ALINE BREND ALVES DE ASSIS, ALESSANDRA DA SILVA, FÁBIO MARTINS, ÉRICO ALENCAR DA SILVA IGNÁCIO, MARCIA GRASIELLI GARCIA SERPELONI,** como suplentes dos fiscais.

III – As atribuições dos fiscais de Atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 01 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:2D7BB0B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 072/2026

DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal das Atas nº 198/2026, 199/2026 e 200/2026, Pregão nº 089/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 10.497/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **FERNANDO TIZZO** como fiscal.

II – O servidor **KAIO LUCCAS SOLCIA** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de Atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 02 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:769751A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2024

SEGUNDO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2024

Ref. Pregão Eletrônico nº 143/2024 – Prorrogado – Pedras – PA – 9.867/2024.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADODO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa R. INGÁ – TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 10.982.413/0001-72,com sede à Avenida Valdecir de Brito, nº725, sala 02, Jardim São Clemente, na cidade de Maringá – PR, CEP 87062-000, Fone (44) 99164-4988, e-mail licitacaor.inga@gmail.com, r.inga.mga@gmail.com, representada pela Senhora ISABELLA SILVESTRE POLI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Ficam aditivados os valores dos itens na presente ata de registro de preços conforme tabela abaixo:

Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
1	TON	36927	Pedra Brita Graduada	79,20	P. Ingá
1	TON	44776	Rachão	86,20	P. Ingá
1	TON	37508	PEDRISCO	96,20	P. Ingá
1	TON	36926	Pó de Pedra	85,20	P. Ingá

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 02 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***R. INGÁ – TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSONCINEI APARECIDO MASSON
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:AD469F8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 310, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 310, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede Licença Prêmio para servidor público municipal e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;
RESOLVE:
Artigo 1º - CONCEDER, Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias, à partir desta data, ao Servidor Público Municipal **ALBERTO JACO REICHERT (1243)** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais "A", correspondente ao período aquisitivo de 10.04.2017 a 09.04.2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho Estado do Paraná, ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:855CAC6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 145/2026

PORTARIA Nº 145, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Interrompe Férias Prêmio do Servidor Municipal IBANES DA SILVA e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Interrompe a partir de 05 de outubro de 2026 as Férias Prêmio do servidor municipal **IBANES DA SILVA**, brasileiro, portador da Matrícula 10200/1, ocupante do Cargo de Assistente de Administração do quadro de pessoal efetivo admitido em 02/02/2016, período aquisitivo 2021 a 2026, restando 69 (sessenta e nove) dias para serem usufruídos oportunamente.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 06 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:25B293A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 12/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE INTERNET BANDA LARGA POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 800 MBPS (MEGABITS POR SEGUNDO), DISTRIBUÍDA EM 02 PONTO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA - PR.

FORNECEDOR: K & N TELECOM LTDA - CNPJ SOB Nº 51.319.436/0001-89.

VALOR TOTAL: R$ 1.679,88 (Um mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

SANTA AMÉLIA, 06 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente - CMSA

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:93AF6895

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 82/2026.

Rafael Abner Severino, Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e; Considerando o requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração original emitida pela Justiça Eleitoral,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de folga compensatória, que será usufruída no dia 07 de outubro de 2026, à Servidora GABRIELE CRISTINA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Legislativo, referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 98 da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), art. 1º, parágrafo 2º, da Resolução TSE nº 22.747/2008 e Resolução TSE nº 23.554/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência. Registre-se.
Publique-se. Cumpra-se.

Santa Amélia/PR, em 06 de outubro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente da CMSA/PR

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:6A1DC2D0

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2026.

Súmula: Altera a Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 1992 e regulamenta o processo de trabalho para a atuação das comissões permanentes e temporárias da Câmara Municipal, estabelecendo procedimentos de reuniões, fiscalizações, apuração de denúncias, audiências públicas, estudos temáticos, parecer sobre orçamento e reuniões com Secretários Municipais.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Presidente da Câmara, promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As comissões permanentes e temporárias da Câmara Municipal funcionarão conforme processos de trabalho estabelecidos neste regulamento, garantindo eficiência, transparência e participação democrática.

§ 1º As comissões permanentes são órgãos colegiados responsáveis por:

I - análise e discussão de matérias legislativas;

II - fiscalização de órgãos e entidades da administração pública;

III - realização de audiências públicas;

IV - elaboração de parecer técnico-legislativo;

V - acompanhamento de políticas públicas setoriais.

§ 2º As comissões permanentes poderão receber reclamações e denúncias na forma prevista neste regulamento, cabendo ao Relator emitir parecer conclusivo a ser submetido à análise da comissão.

§ 3º Reclamação é a manifestação de insatisfação, queixa ou protesto apresentada por cidadão, servidor ou entidade, que relate uma irregularidade, ilegalidade, abuso de poder, negligência ou falha na prestação de serviço público municipal.

§ 4º Ao receber uma reclamação, a comissão competente poderá pela decisão da maioria de seus membros:

I - apurar a veracidade dos fatos mediante a realização de fiscalização periódica;

II - solicitar explicações ao Poder Executivo;

III - propor melhorias ao Poder Executivo;

IV - encaminhar a matéria ao órgão competente para análise;

V - determinar o arquivamento da reclamação.

§ 5º Entre outros motivos previstos em lei ou regulamento, são situações que ensejam o arquivamento da reclamação:

I - Ilegitimidade passiva: quando o ato reclamado for imputado a agente público, órgão ou entidade que não integre a administração pública municipal ou que não esteja sujeito à fiscalização do Poder Legislativo;

II - Incompetência: quando o assunto versar sobre matéria alheia às atribuições do município ou do Poder Legislativo;

III - Ausência de provas ou indícios mínimos: quando a reclamação carecer de fundamentação jurídica, elementos materiais ou indícios mínimos de prova que justifiquem a sua inclusão na realização de fiscalização periódica ou em pedido de explicações ao Poder Executivo;

IV - Perda do objeto ou fato sanado: quando o problema apontado na reclamação já tiver sido resolvido pelo órgão competente no decorrer da análise da comissão;

V - Inépcia ou falta de requisitos formais: quando a reclamação não preencher as formalidades exigidas pelo Regimento Interno ou por este Regulamento;

VI - Prescrição ou decadência: quando a reclamação for apresentada fora dos prazos legais estipulados pela legislação;

VII - Reclamação apócrifa: Quando realizada de forma anônima, contenha elementos duvidosos e não esteja acompanhada de indícios mínimos de prova.

Art. 2º As comissões permanentes da Câmara Municipal de Santa Amélia em conformidade com o artigo 48 do Regimento Interno são:

I - Comissão de Justiça e Redação;

II - Comissão de Finanças e Orçamento;

III - Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Meio Ambiente, Comércio, Turismo, Política Urbana e Segurança Pública;

IV - Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 3º Poderão ser criadas Comissões Especiais, nos termos previstos no Regimento Interno, destinadas a proceder ao estudo de assunto de especial interesse do Poder Legislativo, as quais terão sua finalidade especificada na Resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.

CAPÍTULO II
REUNIÕES DAS COMISSÕES

Art. 4º As comissões permanentes realizarão reuniões ordinárias ou extraordinárias conforme os seguintes critérios:

I - Frequência mínima: salvo durante o período de recesso parlamentar, deverão ocorrer, no mínimo, 2 (duas) reuniões ordinárias por mês;

II - Convocação para reunião ordinária: por ofício do Presidente da Comissão enviado aos membros com antecedência mínima de 3 (três) dias;

III - Publicação da pauta dos trabalhos para a reunião ordinária: divulgação no site oficial e em local visível da Câmara Municipal com o mínimo de 3 (três) dias de antecedência;

IV - Quórum mínimo: comparecimento de dois membros para deliberação válida com decisões tomadas pela maioria simples dos membros da comissão;

V - Horário e transmissão: as reuniões ordinárias serão realizadas e transmitidas ao vivo às segundas-feiras, com início às 18h20min e término antes do início da Sessão Ordinária Plenária, salvo na hipótese de problemas técnicos ou quando possuírem caráter reservado, facultada a realização de reuniões extraordinárias em outros horários, por necessidade devidamente justificada pelo presidente da comissão;

VI - Local: Sede da Câmara de Vereadores de Santa Amélia;

VII - Ausência: o Membro da Comissão ausente deverá justificar a sua falta ao Presidente da Câmara Municipal em até 2 (dois) dias a contar da data da reunião;

VIII - Inscrição de interessados: serão aceitas as inscrições com direito a voz de interessados devidamente identificados em participar das reuniões ordinárias que o fizerem mediante solicitação ao endereço eletrônico oficial da Câmara Municipal nos dois primeiros dias a contar do dia de divulgação e publicação da pauta de reunião no site oficial a fim de viabilizar a infraestrutura necessária;

IX - Pontualidade e tolerância: os membros das comissões deverão comparecer com 10 (dez) minutos de antecedência ao início dos trabalhos, admitindo-se tolerância máxima para atraso até 18h25min, sob pena de apresentação de justificativa formal ao Presidente da Câmara Municipal no prazo de até 2 (dois) dias.

§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas conforme necessidade, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e aviso aos membros com publicação da pauta, admitindo-se a inscrição de interessados pelo endereço eletrônico oficial até 4 (quatro) horas antes do início do ato.

§ 2º Para as hipóteses de tramitação de matéria colocada em regime de urgência especial as comissões competentes irão se reunir e emitir parecer em conjunto na ordem do dia da própria sessão e se não for possível obter-se de imediato o parecer conjunto das comissões competentes reunidas o projeto passará a tramitar no regime da urgência simples e o parecer será colhido na próxima Sessão Ordinária Plenária ou em Sessão Extraordinária se for convocada.

Art. 5º A convocação das reuniões conterá:

I - identificação da comissão e de seus membros;

II - data, horário e local da reunião;

III - pauta detalhada com as matérias a serem tratadas;

IV - cópia ou link da documentação relevante para análise prévia (projetos, ofícios, requerimentos, entre outros);

V - informação sobre o acesso à reunião para os interessados (será presencial para reuniões ordinárias ou extraordinárias, salvo se o ato ocorrer de forma remota).

Art. 6º As reuniões das comissões serão públicas e assegurarão:

I - a participação plena de vereadores membros da comissão e dos servidores necessários à condução dos trabalhos;

II - o direito à manifestação de cidadãos, interessados e representantes de órgãos públicos previamente inscritos na forma deste regulamento.

§ 1º O Presidente da Comissão poderá determinar caráter reservado à reunião em questões que envolvam a segurança pública, demandem sigilo legal ou digam respeito ao interesse administrativo interno da Câmara Municipal.

§ 2º A determinação de caráter reservado para outras matérias dependerá de justificativa motivada do Presidente e aprovação da maioria dos membros da comissão.

Art. 7º Das reuniões será lavrada ata que conterá os seguintes elementos:

I - identificação da comissão, data, horário e local;

II - relação de presentes, ausentes e dos que compareceram após o horário de tolerância;

III - pauta tratada com resumo das discussões;

IV - deliberações tomadas;

V – registro da votação, com a indicação dos votos favoráveis e contrários;

VI - encaminhamentos deliberados;

VII - assinatura dos membros presentes.

Parágrafo único. As atas serão:

I - elaboradas pelo servidor designado e assinadas digital ou fisicamente pelos membros presentes da comissão, competindo ao setor administrativo da Câmara proceder ao seu registro nos sistemas eletrônicos internos;

II - inseridas e disponibilizadas publicamente no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL);

III - arquivadas e digitalizadas em formato seguro, observada a tabela de temporalidade adotada pelo Poder Legislativo.

CAPÍTULO III
FISCALIZAÇÕES DAS COMISSÕES

Art. 8º As comissões permanentes realizarão fiscalizações periódicas nas respectivas áreas de atuação, conforme cronograma anual a ser estabelecido pela Mesa da Câmara Municipal e aprovado em Sessão Plenária.

Parágrafo único. As fiscalizações observarão este regulamento, podendo ser detalhado operacionalmente por ato da Mesa ou das comissões no que couber.

Art. 9º O Plano de Fiscalização a ser aprovado em sessão plenária deverá:

I - ser publicado no site oficial da Câmara Municipal;

II - estabelecer cronograma com prazos e responsáveis para a execução das ações fiscalizatórias no exercício corrente;

III - fixar, no mínimo, um período a cada semestre para o recebimento de demandas oriundas de vereadores, comissões, canais de ouvidoria, cidadãos e organizações da sociedade civil do Município;

IV - utilizar, na sua elaboração, os graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCE/PR nas contas do Prefeito Municipal (ProGov);

V - garantir a realização de ao menos uma fiscalização no ano de referência nas áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, administração financeira, aquisições e contratações, transparência, controle e relacionamento com o cidadão.

Parágrafo único. Os dias designados para a realização de atos fiscalizatórios ou estudos de matéria de interesse público equivalem,

para todos os efeitos legais, às reuniões ordinárias de comissão, sendo reconhecidos como atividade legislativa oficial e sujeitando a ausência não justificada dos membros às sanções regimentais cabíveis.

Art. 10. Para a execução de fiscalizações, as comissões constituirão equipes compostas por 3 (três) vereadores e contarão com o auxílio do suporte administrativo e técnico da Câmara Municipal para confecção e o registro das informações decorrentes da fiscalização periódica.

Art. 11. Cada fiscalização incluirá:

I - o objeto: definição precisa do que será fiscalizado;

II - o cronograma: prazos e etapas da fiscalização;

III - a equipe designada: nomes da Comissão e dos vereadores participantes;

IV - o requerimento formal de informações ao Poder Executivo (Prefeito e Secretários) por intermédio da Presidência da Câmara, com prazo legal de até 15 (quinze) dias para resposta, na forma prevista no inciso XXII do art. 31 da Lei Orgânica;

V - o Relatório Final, elaborado conforme modelo padronizado a ser indicado pela Mesa da Câmara Municipal;

VI - a discussão de achados com o gestor público responsável, com base em relatório preliminar, referente à fiscalização realizada a fim de definir resoluções aos problemas encontrados antes da publicação do Relatório Final, assegurando-lhe a oportunidade de apresentar providências ou justificativas;

VII - o encaminhamento da matéria aos órgãos competentes, caso sejam identificadas irregularidades.

Art. 12. O modelo de relatório de fiscalização será elaborado pela Mesa da Câmara Municipal e deverá conter:

I - Identificação completa da fiscalização (objeto, data e responsáveis);

II - Metodologia utilizada (métodos de coleta de informações e documentos analisados);

III - Achados e constatações detalhados;

IV - Análise crítica dos achados;

V - Recomendações para correção das falhas apontadas;

VI - Assinaturas dos membros da equipe;

VII - Data de conclusão.

§ 1º A coleta de informações pelas comissões poderá ser realizada por meio de:

I - requisição de documentos (prova documental);

II - oitivas e depoimentos (prova testemunhal);

III - inspeções e vistorias in loco (prova material);

IV - apoio técnico e pericial (suporte de profissionais técnicos).

§ 2º Para garantir a economia processual, a razoável duração do processo, a eficiência e a cooperação, caberá à comissão decidir pela melhor forma de fiscalização, avaliando estrategicamente as particularidades do caso concreto para aplicar, de maneira isolada ou combinada, os métodos de requisição de documentos, oitivas, inspeções in loco, pedidos de apoio técnico ou encaminhamento a outros órgãos.

§ 3º A Comissão e seus membros, quando da realização de fiscalização, deverão respeitar os limites regulamentados, regimentais e constitucionais para o exercício do poder fiscalizatório do Poder Legislativo.

§ 4º As inspeções in loco em áreas de acesso restrito do Poder Executivo dependerão de prévia comunicação e agendamento com a autoridade responsável.

§ 5º As oitivas não possuem caráter coercitivo e a convocação de pessoas que façam parte da administração para prestar informações irá ocorrer na forma prevista no art. 24 da Lei Orgânica.

Art. 13. Os relatórios de fiscalização observarão o seguinte:

I - Relatórios preliminares: serão discutidos previamente com os gestores responsáveis antes da publicação do Relatório Final;

II - Relatórios finais: serão publicados no site oficial da Câmara Municipal após a discussão dos achados constantes dos Relatórios Preliminares com os gestores;

III - encaminhamentos: os relatórios finais poderão ser encaminhados ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas ou a outros órgãos competentes, conforme a natureza dos achados;

IV – arquivamento: serão mantidos em arquivo pelo tempo previsto em lei e digitalizados para armazenamento em formato digital pelo setor administrativo.

Art. 14. Anualmente, na primeira quinzena do mês de novembro, será elaborado pela Mesa um relatório anual contemplando todas as fiscalizações realizadas no exercício corrente e abrangendo o que foi planejado e o que de fato foi executado.

Parágrafo único. O relatório anual será publicado no site oficial da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV
DA APURAÇÃO DE DENÚNCIAS E RECLAMAÇÕES

Art. 15. As comissões receberão formalmente denúncias e reclamações afetas às suas áreas de atuação, procedendo conforme os seguintes ritos:

I - análise preliminar: verificação prévia a ser realizada pelo suporte administrativo da Câmara Municipal para identificar se a manifestação refere-se à área de competência de uma das comissões permanentes e se possui os requisitos necessários à abertura de processo formal de fiscalização;

II - requisitos formais: a denúncia deverá ser apresentada por escrito, referir-se a matéria de jurisdição da comissão, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, estar acompanhada de indício mínimo de prova e conter assinatura física ou digital;

III - legitimidade ativa: a denúncia poderá ser oferecida por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, não sendo conhecida denúncia insubsistente ou anônima, ressalvada a hipótese do inciso V deste artigo;

IV - condição de parte interessada: ao denunciante será assegurada a condição de parte interessada para acompanhamento da instrução processual;

V - manifestação anônima: quando apócrifa, a manifestação poderá ser processada como reclamação e encaminhada à respectiva comissão permanente apenas se contiver indícios mínimos de prova, observados os critérios de arquivamento previstos no art. 1º, § 5º, VII, deste regulamento;

VI - registro: a denúncia oferecida nos termos previstos neste regulamento será registrada em protocolo específico e será

encaminhada pelo suporte administrativo ao Presidente da Comissão Permanente que indicará o Relator para proceder com a análise nos termos deste Regulamento;

VII - deliberação: a comissão decidirá em reunião ordinária ou extraordinária, sobre a abertura de fiscalização formal acerca da denúncia recebida e, em se tratando de reclamação, adotará as medidas previstas no art. 1º, § 4º, deste regulamento;

VIII - fiscalização formal: formação de equipe ou designação de membros para apurar os fatos;

IX - instrução: coleta de evidências, realização de diligências e entrevistas com os envolvidos;

X - relatório conclusivo: emissão de documento formalizado com as conclusões sobre a denúncia;

XI - encaminhamento: notificação dos órgãos competentes (MP/PR, TCE/PR, autoridade policial, ou outros) a depender da natureza dos achados.

Parágrafo único. O procedimento previsto neste Capítulo possui natureza meramente fiscalizatória, não substituindo o rito de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ou de Comissão Processante destinada à apuração de infrações político-administrativas.

Art. 16. Os prazos para a apuração de denúncias observarão o seguinte:

I - protocolo e análise inicial: até 10 (dez) dias;

II - fiscalização formal: prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

III - prorrogação: a comissão poderá prorrogar o prazo de fiscalização formal por mais 30 (trinta) dias, mediante deliberação fundamentada aprovada pela maioria simples de seus membros;

IV - relatório final: apresentação e voto do Relator dentro do prazo total de apuração, após a conclusão da fiscalização formal e discussão com os demais membros.

Art. 17. O denunciante terá direito:

I - ao sigilo de sua identidade, quando solicitado;

II – à informação sobre o Relatório Final, quando requerido.

Parágrafo único. Em caso de solicitação de sigilo, o servidor responsável pela análise preliminar e os membros da Comissão Permanente deverão adotar as medidas necessárias para resguardar a identidade do denunciante perante terceiros, salvo mediante autorização expressa por escrito do próprio manifestante ou por força de decisão judicial.

CAPÍTULO V
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Art. 18. As comissões permanentes realizarão, no mínimo, 1 (uma) audiência pública anual em suas respectivas áreas de atuação.
Art. 19. A realização de audiência pública pelas comissões observará os seguintes procedimentos:
I - convocação: publicação de edital com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência;
II - divulgação: veiculação no site oficial da Câmara Municipal e em suas redes sociais, bem como a afixação do edital no recinto do Poder Legislativo;
III - tematicidade: deliberação sobre questões de interesse público relacionadas à área de atuação de cada comissão;
IV - inscrição: recebimento de inscrições de Interessados em participar do ato, na forma regulamentada;
V - tempo de fala: concessão da palavra pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos por participante inscrito, visando a razoável duração do ato e à ampla participação comunitária;
VI - registro: gravação integral do ato e lavratura de ata com lista de presença e resumo das manifestações;
VII - transmissão: exibição ao vivo e armazenamento da gravação no site oficial e nas redes sociais da Câmara Municipal.
Parágrafo único. O Presidente da Comissão Permanente deverá adotar as medidas necessárias para que o ato ocorra na forma prevista neste Regulamento, bem como para o fiel cumprimento do previsto na Lei nº 1.702, de 26 de agosto de 2026.
Art. 20. Após a realização da audiência pública, a comissão deverá:
I - compilar todas as contribuições recebidas;
II - analisar as sugestões e demandas da população;
III - elaborar relatório com os principais pontos levantados;
IV - encaminhar as demandas aos órgãos competentes para análise e adoção de providências;
V - publicar o relatório no site oficial da Câmara Municipal.
Art. 21. Os resultados das audiências públicas serão:
I - apresentados em sessão plenária;
II - publicados no portal da transparência;
III - incluídos no Relatório Anual da comissão.
CAPÍTULO VI
DOS ESTUDOS SOBRE TEMAS RELEVANTES
Art. 22. As comissões permanentes promoverão, anualmente, no mínimo 1 (um) estudo sobre tema de interesse público relevante no município, dentro de suas respectivas áreas de atuação.
§ 1º Podem ser realizados estudos em quantidade superior, conforme deliberação da própria comissão ou havendo solicitação da Mesa.
§ 2º Os estudos podem ser prévios ou decorrentes de ações de fiscalização, bem como originados de reuniões com Secretários Municipais para o aprofundamento de matérias, com o objetivo de identificar soluções para os problemas encontrados ou subsidiar elementos para a realização de audiência pública.
§ 3º Caberá às respectivas comissões identificar as necessidades locais e promover o estudo com o escopo de melhorar a qualidade de vida da população ou sanar irregularidades identificadas.
Art. 23. Os estudos sobre temas relevantes compreenderão, sempre que possível:

I - levantamento de dados: coleta de informações junto a órgãos públicos, entidades privadas, instituições de nível superior e outras fontes oficiais;

II - análise legislativa: verificação da adequação das normas municipais vigentes, avaliando se atingem a sua finalidade social e se há efetiva fiscalização sobre o seu cumprimento;

III - consulta técnica: oitiva de profissionais especializados, acadêmicos, conselhos municipais e associações de classe sobre os temas em estudo;

IV - parecer conclusivo: emissão de documento final com diagnóstico e recomendações da comissão;

V - publicação: divulgação do parecer conclusivo no portal da transparência do site oficial da Câmara Municipal.

Art. 24. O resultado dos estudos será:

I - formalizado em Parecer Conclusivo da Comissão;

II - divulgado no site oficial do Poder Legislativo;

III - encaminhado ao Poder Executivo, para subsídio na formulação de políticas públicas, quando aplicável;

IV - apresentado em sessão plenária, para conhecimento dos demais parlamentares.

CAPÍTULO VII
DO PARECER SOBRE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
Art. 25. As comissões permanentes competentes pelas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente emitirão parecer técnico sobre a proposta orçamentária em relação às suas respectivas áreas de atuação, sem prejuízo do parecer global da

Comissão de Finanças e Orçamento na forma prevista no inciso II do art. 118 da Lei Orgânica.

Parágrafo único. As demais comissões poderão emitir parecer sobre as matérias orçamentárias dentro de suas respectivas competências, por iniciativa própria ou por solicitação da Mesa.

Art. 26. O parecer sobre a proposta orçamentária analisará:

I - a adequação das dotações: a suficiência dos recursos alocados frente às ações planejadas;

II - a coerência com as metas: o alinhamento do orçamento aos objetivos e metas setoriais vigentes;

III - o comparativo anual: a evolução dos investimentos na respectiva área em relação aos exercícios anteriores;

IV - as recomendações: as sugestões de emendas para remanejamento, aumento ou otimização da alocação de recursos;

V - os impactos potenciais: a projeção dos reflexos das dotações orçamentárias na prestação de serviços à população e no desenvolvimento das políticas públicas.

Art. 27. A elaboração do parecer sobre a matéria orçamentária observará os seguintes prazos e procedimentos:

I - recebimento da proposta: as comissões permanentes receberão concomitantemente no prazo previsto no art. 212 do Regimento Interno a proposta orçamentária após a sua leitura em Plenário e encaminhamento pelo Presidente;

II - emissão do parecer: terão o prazo máximo de 10 (dez) dias para a emissão do parecer;

III - apresentação: o parecer será juntado ao processo eletrônico e encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, para subsidiar o parecer global, sendo lido na sessão plenária de discussão do orçamento, observando-se o prazo limite de 20 dias previsto no art. 213 do Regimento Interno.

Art. 28. O parecer será:

I - formalizado por escrito e assinado pelos membros integrantes da comissão;

II - publicado no site oficial da Câmara Municipal;

III - anexado à documentação do processo legislativo correspondente.

CAPÍTULO VIII
DAS REUNIÕES COM SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 29. As comissões permanentes realizarão, no mínimo 1 (uma) vez ao ano, reunião de trabalho com os Secretários Municipais das respectivas áreas para fins de:

I - conhecimento de programas: acompanhar as ações e programas em desenvolvimento ou planejados pelo Poder Executivo;

II - discussão de desafios: debater as dificuldades encontradas, as ações para sua superação e as metas de trabalho;

III - coordenação de atividades: alinhar os procedimentos de fiscalização legislativa às ações governamentais, visando à eficiência;

IV - alinhamento de metas: verificar a conformidade das ações governamentais com os planos municipais e a legislação vigente;

V - diálogo democrático: fortalecer a comunicação e a harmonia entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Art. 30. O procedimento para a realização da reunião com os Secretários Municipais obedecerá aos seguintes critérios:

I - agendamento: a comissão convidará o Secretário Municipal por meio de ofício, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, acordando a data e o horário do ato;

II - pauta: indicação prévia dos temas que serão discutidos, a qual constará expressamente do expediente de convite;

III - instrução prévia: encaminhamento de questionários ou pedidos de informações e documentos cuja análise prévia seja necessária para subsidiar os debates da reunião;

IV - participação: presença do Presidente da Comissão, dos demais membros e de vereadores interessados;

V - registro: lavratura de ata formal da reunião, a ser disponibilizada nos canais oficiais de transparência.

Parágrafo único. Caso o Secretário Municipal não atenda ao convite ou inviabilize o agendamento no exercício, a comissão registrará o fato em ata para fins de comprovação do cumprimento de sua obrigação regulamentar, deliberando sobre a conveniência de converter o convite em convocação formal, nos termos do art. 24 da Lei Orgânica.

Art. 31. Das reuniões com Secretários Municipais será lavrada ata que conterá:

I - identificação da comissão e do secretário participante;

II - data, horário e local;

III - pauta tratada;

IV - os principais pontos discutidos;

V - os compromissos e encaminhamentos firmados;

VI - a assinatura dos participantes.

Parágrafo único. As atas serão inseridas e disponibilizadas no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL, mantidas em arquivo pelo tempo previsto em tabela de temporalidade documental e digitalizadas para armazenamento em formato digital pelos servidores ocupantes do cargo de Assistente Legislativo.

CAPÍTULO IX
DO APOIO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

Art. 32. Os servidores ocupantes de cargo de Assistente Legislativo irão compor o suporte administrativo e prestar apoio às Comissões com as seguintes atribuições:

I - fornecimento de modelos padronizados de pautas, atas, relatórios e demais expedientes;

II - apoio logístico e operacional para a realização de reuniões e audiências públicas nas dependências do Poder Legislativo;

III - processamento de informações, compilação de dados estatísticos e organização de acervos temáticos;

IV - auxílio formal na redação e digitação de documentos oficiais das comissões;

V - publicação de atos no site oficial, alimentação do Portal da Transparência e atualização dos sistemas legislativos eletrônicos;

VI - organização, manutenção e digitalização do arquivo documental das comissões.

Art. 33. A Procuradoria Jurídica e a Contabilidade da Câmara Municipal prestarão apoio técnico especializado às comissões, mediante requisição formal fundamentada de seus Presidentes, para a emissão de pareceres.

Parágrafo único. Os pareceres jurídicos e contábeis serão restritos às respectivas áreas de atuação profissional dos servidores, observado o prazo de 10 (dez) dias para manifestação, podendo haver a sua prorrogação por razão de complexidade da matéria mediante justificativa fundamentada.

Art. 34. A organização interna de cada comissão observará a seguinte distribuição de funções entre seus membros:

I - Presidente: responsável pela convocação das reuniões, definição da pauta, direção dos debates e representação externa do colegiado;

II - Vice-Presidente: responsável por substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos ou licenças;

III - Relator: membro designado para analisar a matéria, conduzir a instrução processual, apresentar seu voto e elaborar a proposta de parecer a ser submetida à deliberação dos demais integrantes.

CAPÍTULO X
DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Art. 35. São responsabilidades do Presidente da Comissão:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - definir pautas e cronogramas de trabalho;

III – presidir os debates com imparcialidade;

IV - assegurar o integral cumprimento deste regulamento;

V - designar membro para Relatoria de Fiscalizações e Relatoria de Estudos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento do expediente;

VI - encaminhar documentos e relatórios ao setor administrativo competente;

VII - informar à Mesa Diretora sobre o andamento e o cronograma de atividades da comissão;

VIII - representar a comissão em suas relações institucionais com a Mesa Diretora e o Plenário;

IX - avocar o expediente para emissão de parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quando o Relator descumprir o prazo regimental, comunicando o fato à Mesa Diretora para a adoção das providências cabíveis.

Art. 36. São responsabilidades dos membros da comissão:

I - comparecer pontualmente às reuniões;

II - participar ativamente das discussões e deliberações;

III - executar as fiscalizações e estudos que lhes forem designados pelo Presidente da comissão;

IV - colaborar na elaboração de estudos, relatórios e pareceres;

V - manter estrito sigilo sobre as matérias de caráter reservado e salvaguardar a identidade de denunciantes protegidos;

VI - cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos.

Art. 37. As comissões permanentes deliberarão, por maioria simples de votos, sobre o voto do Relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer do colegiado.

§ 1º Se forem rejeitadas as conclusões do Relator, o parecer consistirá na manifestação da maioria vencedora, assinando-o o Relator original na condição de vencido.

§ 2º A aquiescência às conclusões do Relator poderá ser parcial ou por fundamento diverso.

§ 3º O parecer da comissão permanente deverá ser assinado por todos os seus membros presentes, sem prejuízo da apresentação formal do voto vencido em separado.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Esta Resolução deverá ser:

I - publicada no site oficial da Câmara;

II - distribuída a todos os vereadores pelo setor administrativo;

III - revisada ou atualizada conforme a necessidade do Poder Legislativo.

Art. 39. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Mesa Diretora, ouvida a comissão interessada.

Parágrafo único. Em se tratando de caso omisso e havendo interesse em recorrer da decisão tomada pela Mesa caberá recurso ao Plenário pela comissão interessada no prazo de até 3 (três) dias após ser comunicada da decisão, procedendo-se na forma prevista no art. 236 do Regimento Interno, devendo ser certificado pelo setor administrativo o transcurso do prazo e a interposição de recurso, a preclusão temporal ou intempestividade e o trânsito em julgado.

Art. 40. Esta Resolução regulamenta o previsto no inciso III e demais atividades de fiscalização de que trata o art. 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Amélia.

Art. 41. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo.

Art. 42. O caput do art. 84 da Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 1992 (Regimento Interno), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 84**. À Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídos a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e o processo referente às contas do Município, este acompanhado do parecer prévio correspondente, sem prejuízo da distribuição simultânea das matérias orçamentárias às demais Comissões Permanentes para emissão de parecer nos termos regulamentares."

Art. 43. O art. 64 da Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 1992 (Regimento Interno), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 64**. As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Relatores, a fim de tratar de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente em suas ausências, impedimentos ou licenças, e este pelo terceiro membro da Comissão."

Art. 44. O inciso III do art. 68 da Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 1992 (Regimento Interno), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 68**. (...)

III - receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relatá-las pessoalmente nos casos previstos em regimento ou regulamento;"

Art. 45. O art. 66 da Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 1992 (Regimento Interno), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 66.** As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos 2 (dois) de seus membros, devendo, para tanto, ser convocadas pelo respectivo Presidente."

Art. 46. O § 2º do art. 11 da Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 1992 (Regimento Interno), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 11**. (...)

§ 2º O Presidente convidará em seguida o Prefeito e o Vice-Prefeito para as mesmas solenidades deste artigo, prestando o seguinte compromisso:

PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA E DE-SEMPENHAR, COM LEALDADE E PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DO MEU CARGO."

Art. 47. O art. 174 da Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 1992 (Regimento Interno), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 174.** Terão uma única discussão as seguintes matérias:

I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II - as que se encontrem em regime de urgência simples;

III - o veto;

IV - as moções;

V - as indicações, exclusivamente na hipótese do parágrafo único do art. 138 do Regimento Interno;

VI - os projetos de resolução;

VII - os projetos de decreto legislativo;

VIII - os requerimentos sujeitos a debates."

Art. 48. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se como regra de transição não obrigatória durante o exercício de 2026, tornando-se de cumprimento estritamente obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2027, data em que ficarão revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, em 05 de outubro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO:
Presidente.

EVALMIR APARECIDO SIVIERO:
Vice-Presidente.

MARCIA DE FATIMA MENEGHIN DE SOUZA:
1ª Secretária.

JURANDIR DE CAMPOS:
2º Secretário.

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:8FC97CB1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão - Eletrônico Nº 19/2026
Processo: 78/2026
Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente e materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias do município.
Valor estimado: 707.701,27 (Setecentos e Sete Mil, Setecentos e Um Reais e Vinte e Sete Centavos>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 22/10/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 22/10/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 22/10/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br

Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR.,01/09/2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:2741925C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa ANA CAROLINA DE AZEVEDO SOARES ALMEIDA, CNPJ: 62.856.774/0001-76, no Dispensa nº 31/2026
OBJETO:locação de brinquedos infláveis e mecânicos
VALOR REGISTRADO: 46.890,00 (Quarenta e Seis Mil, Oitocentos e Noventa Reais)
DATA DO REGISTRO:05/10/2026
VALIDADE: 04/10/2027

Locação de brinquedos infláveis e mecânicos

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:CC4019FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE CONTRATAR os itens vencidos pela empresa PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA, CNPJ: 30.592.834/0001-02, no Inexigibilidade nº 8/2026

OBJETO: Contratação de capacitação continuada, em licitações e contratos para os servidores desta municipalidade, através de plataforma de ensino digital.
VALOR CONTRATADO: 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)
DATA DO CONTRATO: 06/10/2026
VALIDADE: 12 MESES

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:D350A5CC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 666/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** a partir do dia 07 de Outubro de 2026, o servidor público municipal **JÚLIO CESAR DE PAIVA**, matrícula 37501, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** , para desempenhar as funções como responsável pela manutenção e conservação do Cemitério Municipal.
Art. 2º **CONCEDER** ao servidor municipal, o adicional de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento básico, conforme Art. 58, parágrafo único da Lei Municipal nº 1.108/2005.
Art. 2 º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 06 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:66C13827

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 667/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º **REVOGAR** a partir do dia 07 de Setembro de 2026 **Portaria Nº 100/2022,** onde concede gratificação de 45% para desempenhar a funções como **Responsável pela manutenção e conservação do Cemitério Municipal**, ao servidor público municipal **JOÃO BORBA NETO**, matrícula , de acordo com a Lei Municipal 1.554/2022.

Art. 2 º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 06 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:3A567BC1

GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA – PARANÁ RESOLUÇÃO 04/2026

Dispõe sobre a alteração do Plano de Ação referente aos recursos da Deliberação nº 019/2023-CEDI/PR, a recomposição da Mesa Diretora e a atualização da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Santa Amélia – PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SANTA AMÉLIA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1192 de 2007, alterada pela lei nº 1431/2017, e conforme reunião realizada no dia 02 de outubro de 2026, de acordo com a ata nº 04/2026 no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a deliberação aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 02 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Ação referente aos recursos da **Deliberação nº 019/2023-CEDI/PR**, especificamente quanto ao quantitativo estimado de pessoas idosas a serem atendidas na ação vinculada à área de Esporte e Lazer, de 20 (vinte) para até 65 (sessenta e cinco) pessoas idosas, considerando a demanda identificada no Município e a necessidade de ampliar a participação das pessoas idosas nas ações de convivência, lazer e integração social.
Art. 2º Fica aprovada a recomposição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e a paridade de seus membros.
Art. 3º Fica autorizado o Município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a proceder à atualização do respectivo Plano de Ação e às providências administrativas necessárias à execução da ação, observadas as disposições da **Deliberação nº 019/2023-CEDI/PR** e demais normas aplicáveis.

Santa Amélia – PR, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:9C948FD2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
ATUALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

ATUALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025
PROCESSO Nº 03/2025

Ref.: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, JUNTO A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE DESTE FAZEM PARTE, CONFORME ADIANTE ESPECIFICADO:

RELAÇÃO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

3º ITEM DENTISTA

DATA /HORARIO	NOME	CPF	CARGO	ORDEM	SITUAÇÃO
05/06/2025 08:00	THAISA LUANA RAYMUNDO	068.***.169-**	DENTISTA	1º	Credenciado
05/06/2025 08:11	HELIO FERNANDES	701.***.049-**	DENTISTA	2º	Desistente
05/06/2025 08:34	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	116.***.399-**	DENTISTA	3º	Credenciado
05/06/2025	ANE CAROLINE	105.***.859-**	DENTISTA	4º	Desclassificada

09:14	GODOI				
05/06/2025 14:30	BRUNA RIBEIRO NUNES	080.***.279-**	DENTISTA	5º	Credenciado
06/10/2026 10:21	AHMAD RACHEID CHEHADE	098.***.479-**	DENTISTA	6º	Credenciado

PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO
8.5. Os critérios serão aplicados na ordem abaixo:
***Divisão equânime** (todos os interessados em credenciar, na data pré-definida para abertura terão direito, a pelo menos, um item). Ex. Considerando que o certame possui 03 (três) itens; se comparecerem 03 (três) pessoas cada uma terá direito a um item; em caso de sobras o próximo critério de desempate será:
***Sorteio** (A pessoa sorteada para um determinado item, não poderá participar dos próximos sorteios, até que todas as pessoas credenciadas tenham participado e sido sorteadas para os itens restantes).
Santa Cecilia do Pavão/PR, 06 de outubro de 2026.

MARCOS VINICIUS DUARTE	
Agente De Contratação	
FABIO CEZAR ALBINO KUROKI	***MARIA EDUARDA SILVA DOS SANTOS***
Membro Da Comissão De Licitação	Membro Da Comissão De Licitação

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:A6715F87

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2026

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO.

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES.	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 26/10/2026	Horário: 08h
Abertura e análise das propostas:	Data: 26/10/2026	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 26/10/2026	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão, 06 de outubro de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:34EFE225

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026 PREGÃO PRESENCIAL 15/2026.

CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº **76.290.691/0001-77**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **CLAUDIO COVRE**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53, residente e domiciliado nesta cidade **CONTRATADA: A.R SANTOS E CIA LTDA ME CPF/CNPJ: 08.434.728/0001-33 estabelecido(a) à Rua VEREADOR GELSON 225 CENTRO - CONGONHINHAS-PR representado(a) neste ato por ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº e do CPF nº 034.669.259-83,** doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA"
OBJETO: Este instrumento tem por objeto registrar preços para aquisição de LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS E SOLENIDADES

FICA ADITIVADO OS ITENS CONFORME TABELA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ORIGINAL	QUANTIDADE ADITIVADA
19	TENDA 10X10 EVENTOS DE ATE 4 DIAS	**20**	**5**

As demais clausulas do presente registro de preço ficam inalteradas.

DATA:06/10/2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:823F538A

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO – CMDCA N.°008/2026

RESOLUÇÃO – CMDCA N.°008/2026

Sumula: Dispõe sobre a aprovação do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Cecília do Pavão – PR, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Cecília do Pavão, no uso de suas atribuições legais conferidas e outorgadas pela Lei Municipal n.°272/2001, alterada pela Lei Municipal n.°295/2002 revogada pela Lei Municipal n.°413 de 08 de junho de 2005, alterada pela Lei Municipal n.°624 de 06 de junho de 2011 e Lei Federal n.°8.069 de 13 de julho de 1990.
CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em reunião ordinária do CMDCA no dia 6 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), que estabelece a doutrina da proteção integral e a prioridade absoluta aos direitos da infância e da juventude;
CONSIDERANDO as diretrizes do Plano Nacional e do Plano Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como as orientações contidas na Nota Conjunta da Coordenação da Política da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento da articulação da rede intersetorial para a construção participativa, transversal e democrática do planejamento decenal no município;
RESOLVE:
Art.1º. – Aprovar o Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Cecília do Pavão – PR (2026/2035);
Art. 2°. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme princípio da publicidade, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE – SE E PUBLIQUE –SE.

Santa Cecília do Pavão, 6 de outubro de 2026.

MARCELA SILVA FREITAS BORTOTTI
Presidente deste CMDCA

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:FC5BC3DE

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N.º 013 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 – CMS/SCP

RESOLUÇÃO N.º 013 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 – CMS/SCP

Súmula: "Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do 2º quadrimestre (maio, junho, julho e agosto) de 2026 pelo conselho municipal de saúde."

O Conselho Municipal de Saúde de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas e outorgadas pela Lei Municipal 051/91, alterada pela Lei Municipal 427/2005, alterada pela Lei 612/2010 e alterada pela Lei nº719/2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde e dando cumprimento ao Decreto Municipal nº1.086/2013, considerando o que foi discutido e deliberado na ata ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Cecília do Pavão de dois mil e vinte e cinco;
RESOLVE:
Art. 1º: O Conselho Municipal de Saúde de Santa Cecília do Pavão aprova Prestação de contas do 2º quadrimestre (maio, junho, julho e agosto) de 2026.
Art. 2º: Esta Resolução será publicada em órgão de imprensa escrita local de acesso aos moradores da região.
Art. 3º: Esta Resolução entra em vigor na sua data de publicação, estando revogadas as disposições contrárias.
Publique-se, leia-se e cumpra-se.
Santa Cecília do Pavão, 25 de setembro de 2026.

EDVARD JOSÉ DE SANTANA
Presidente CMS

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2FD681EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANUÊNCIA QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO Nº 0012/2026

ANUÊNCIA QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO Nº 0012/2026

Declaramos ao **INSTITUTO ÁGUA E TERRA** do Paraná que o empreendimento abaixo descrito, está localizado neste Município e que o local, o tipo de empreendimento e atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável quanto ao uso e ocupação do solo, bem como atendem as demais exigências legais e administrativas perante o nosso município.

A área está em conformidade com a seguinte legislação:
Lei Complementar Municipal nº 030, de 28 de fevereiro de 2024.

Empreendedor: A L M COMERCIO DE ALUMINIOS LTDA.
CPF/CNPJ nº: 59.807.986/0001-02
Atividade: Comércio atacadistas de resíduos e sucatas metálicos
Endereço: Av. Paulo Libânio, N° 1565, JD. Novo Centro
Bairro/Gleba: Centro
Cidade/UF: Santa Cruz de Monte Castelo/PR
CEP: 87.920-000

Esta certidão é emitida sem custos, com aviso de emissão publicado na imprensa oficial. Documento nato-digital, assinado eletronicamente.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 06 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA,
Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:2EE41627

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **03 de dezembro de 2026 às 08h30min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Concorrência Eletrônica nº 015/2026**.

OBJETO: CONCRETIZAÇÃO DO SÉTIMO TERMO DE COMPROMISSO, CELEBRADO ENTRE SANEPAR E ESTA MUNICIPALIDADE QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO/PR, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE 6.336 (SEIS MIL, TREZENTOS E TRINTA E SEIS) METROS DE REDE COLETORA DE ESGOTO, BEM COMO A EXECUÇÃO DE 244 (DUZENTAS E QUARENTA E QUATRO) LIGAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO, em atendimento à **Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo** do município de **Santa Cruz de Monte Castelo/PR**, conforme especificações constantes no termo de referência.

Valor Estimado: **ORÇAMENTO SIGILOSO.**

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e no site https://www.bll.org.br.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 06 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:5AF66AB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º037/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º037/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **AGROFARJ COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 63.610.834/0001-39, sito na Rua Cel. Luiz Pinto, 127, centro, CEP: 14.825-011, na cidade de Santa Lucia, Estado do São Paulo;
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM

PLACAS, INCLUINDO OS MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS.
VALOR ESTIMADO: R$ 162.275,20 (cento e sessenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior a 120 DIAS, contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 036/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 05 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:3BE5BEF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº313/2026

Dispõe sobre nomeação de Conselheiro Tutelar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO O Requerimento e Ata do das Eleições do Conselho Tutelar.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor ANTONIO CESAR RIBEIRO DE SÁ, CPF nº 033.935.648-03 e RG nº 2.180.066-0 – SSP-PR, no cargo de Conselheiro Tutelar para o período de 14/10/26 a 27/10/26, tendo em vista o afastamento de Conselheira para tratamento de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 06 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2D75C3E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº.111/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o protocolado sob o nº.2937/2026,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor IGOR LORAN REBUCI, ocupante do cargo de Secretário de Obras, Viação e Urbanismo, 15 (quinze) dias de férias restantes, referente ao período trabalhado de 01/01/25 a 31/12/25, com início dia 23/10/26 e término dia 06/11/26, Artigo 104, da Lei Complementar nº 003/2011.
Art. 2º - Fica o Servidor JEFERSON TEIXEIRA, Diretor de Serviços Urbanos, matrícula 401.593 e CPF nº 056.353.569-58, designado a responder pela Secretaria de Obras Viação e Urbanismo, durante o período de férias do Secretário.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 06 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:841DFF78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO N° 306/2026

Dispõe sobre a alteração da composição dos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e dá outas providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2039/2018,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, gestão 2025/2027, com os seguintes membros e seus respectivos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil:
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO GOVERNAMENTAL:

Representantes da Secretaria de Assistência Social:

Titular: Marina do Nascimento Gonçalves;

Suplente: Luanna Kruger dos Santos.

Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Ana Paula dos Santos Flores;

Suplente: Silvana Aparecida Oliveira.

Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Gislaine Righeto Ferreira;

Suplente: Nayara Cristina Bottan Vailante.

Representantes da Secretaria de Administração:
Titular: Maria José Pelegrini de Andrade;
Suplente: Maria Sebastiana Ribeiro de Sá.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – NÃO GOVERNAMENTAL:

Escolinha de Futebol:

Titular: Antônio Guerra da Costa;

Suplente: Lourival Ratti.

EOACA:
Titular: Thais Barbosa;
Suplente: Wander Jose de Matos.

APAE:
Titular: Maria Izabel Collar;
Suplente: Beatriz Leite Amaral.

Casa Lar:
Titular: Daniela Moris;
Suplente: Alexsandra da Silva Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs.: 124/2021, 272/2023, 029/2023 e 092/2025.
Paço Municipal Prefeito Salvador do Domênico Sobrinho, em 01 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:FB08CA82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 07/2026

PROCESSO Nº 07/2026

DISPENSA Nº 07/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO O ESTE – PR**, inscrita no CNPJ nº 01.581.447/0001-64, torna público a Dispensa de Licitação, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/, de 01 de abril de 2021, e as exigências estabelecidas no Termo de Referência, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas, horários e locais discriminados a seguir:

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:	**R$ 9.626,81 (nove mil, seiscentos e vinte e seis reais, oitenta e um centavos)**
DATA INICIAL PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	**07/10/2026**
DATA FINAL PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	**16/10/2026**
DATA DE JULGAMENTO	**17/10/2026**
HORÁRIO DE REFERÊNCIA	**Brasília/DF**
ENDEREÇO PARA ENVIO PRESENCIAL DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	**Sede da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR, situada a Rua Canela, 731, centro, Santa Izabel do Oeste – PR, CEP 85650-000**
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	Email: **contato@camarasio.pr.gov.br** Whatsapp: **46 92000-7310**

Integram o presente, os seguintes anexos:
Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Modelo Proposta de Preços;
Anexo III - Modelo de Declaração;
Anexo IV - Declaração de ME e EPP;
Anexo V - Minuta do Contrato.
Todos os anexos podem ser requisitados junto a Secretaria do Legislativo. **Na forma física:** Sede da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR, situada a Rua Canela, 731, centro, Santa Izabel do Oeste – PR, CEP 85650-000; **Na forma eletrônica**: site da Câmara Municipal: **www.camarasio.pr.gov.br;** através do e-mail: **contato@camarasio.pr.gov.br** ou via Whatsapp: **46 92000-7310.**

Santa Izabel do Oeste – PR, de 06 de Outubro de 2026.

EDUARDO MARTINS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:C72C9464

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE A SERVIDORA EMELLY CAMILA DAL MOLIN, A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

PORTARIA Nº 16.081
Data: 07.10.2026

Concede a servidora EMELLY CAMILA DAL MOLIN, a prorrogação de Licença à Gestante.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0261/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora pública municipal **EMELLY CAMILA DAL MOLIN**, CPF nº 073.***.***.-05, lotada na Secretaria da Saúde, a prorrogação da Licença à Gestante, nos termos da Lei nº 1.561, de 17 de março de 2014, e do art. 146 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, pelo período de 07 de outubro de 2026 a 05 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Durante o período da licença, a servidora fará jus à integralidade de sua remuneração, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 07 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:0B19820C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3978/2026 DE 6 DE OUTUBRO DE 2026. DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL /CONVECTIVA - VENDAVAL (13215).

Prefeitura do Município de Santa Izabel do Oeste
DECRETO Nº 3978/2026 de 6 de Outubro de 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215).

O(A) Senhor(a) **Jean Pierr Catto**, Prefeito(a) do município de **Santa Izabel do Oeste**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que ocorreu evento adverso tendo início por volta das 23h15, sendo caracterizado por chuva intensa, acompanhada de fortes rajadas de vento e ocorrência de granizo, ocasionando condições meteorológicas adversas no Município de Santa Izabel do Oeste/PR. Conforme dados da estação meteorológica do CEMADEN instalada no município, foram registrados aproximadamente 53,8 mm de precipitação, além de rajadas de vento de até 100 km/h, acompanhadas de granizo.
Em decorrência do evento, foram registrados danos em imóveis públicos e particulares, destelhamentos, quedas de árvores e galhos, interrupções e danos na rede de energia elétrica, além de outros prejuízos à infraestrutura urbana e rural do município, afetando a população e os serviços essenciais.
Em decorrência do evento adverso, dezenas de pessoas foram diretamente afetadas nas áreas urbana e rural do Município de Santa Izabel do Oeste/PR. Diante da situação, a Administração Pública Municipal instalou Gabinete de Crise por volta das 23h30, passando a coordenar e gerenciar as ações de resposta e atendimento à população atingida.
Equipes municipais foram mobilizadas e deslocadas para as áreas afetadas, realizando o primeiro atendimento às famílias atingidas, com distribuição de lonas, orientações e apoio emergencial. No Paço Municipal, foram realizados atendimentos às pessoas afetadas, com

orientação e encaminhamento para locais de acolhimento e abrigamento. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de
Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)**.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da
COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o
processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 6 de Outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:68845F11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 16.080 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.
INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE – PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 16.080 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui e nomeia a Comissão Municipal de Avaliação e Verificação de Estruturas para Eventos no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste – PR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica do Município de Santa Izabel do Oeste, que confere ao Chefe do Poder Executivo competência para dirigir, organizar e prestar os serviços públicos municipais, bem como expedir os atos administrativos necessários ao funcionamento da Administração Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como norteadores da Administração Pública;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Município para promover, organizar, apoiar e realizar eventos de interesse público, cultural, esportivo, turístico, institucional, comunitário e demais atividades de interesse municipal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas;
CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos administrativos de apoio à avaliação e verificação das estruturas, equipamentos, instalações e demais recursos utilizados nos eventos promovidos, organizados, apoiados ou realizados pelo Município;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior organização, segurança, funcionalidade e adequação das estruturas destinadas à realização dos eventos municipais;
CONSIDERANDO que a avaliação e a verificação das estruturas podem ocorrer em diferentes etapas, inclusive durante o planejamento, preparação, montagem, instalação, funcionamento, utilização e desmontagem, conforme as características de cada evento;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de instituir comissão de caráter permanente, com atribuições abrangentes e aplicáveis aos diferentes eventos promovidos, organizados, apoiados ou realizados pelo Município;
CONSIDERANDO a necessidade de reunir servidores públicos com conhecimento e experiência compatíveis com as atribuições de avaliação e verificação das estruturas utilizadas nos eventos municipais;
CONSIDERANDO que, em razão da natureza ou complexidade de determinados eventos, poderá ser conveniente a participação de pessoas da sociedade civil que possuam conhecimento, experiência, formação, atuação ou expertise relacionada às atividades desenvolvidas pela Comissão;
CONSIDERANDO que a participação de pessoas com conhecimento ou experiência específica poderá contribuir para o aprimoramento das avaliações realizadas pela Administração Pública e para a consecução do interesse público;
CONSIDERANDO que a participação de membros convidados da sociedade civil deverá ocorrer de forma colaborativa, sem prejuízo das competências dos agentes públicos responsáveis pelas contratações, gestão e fiscalização contratual e organização dos eventos;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer claramente as atribuições da Comissão e os limites de atuação dos membros convidados;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste, a Comissão Municipal de Avaliação e Verificação de

Estruturas para Eventos, destinada a atuar na avaliação e verificação das estruturas, equipamentos, instalações e demais condições relacionadas à realização dos eventos promovidos, organizados, apoiados ou realizados pelo Município.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

I – **MOACIR MARÓSTICA** – Presidente;

II – **VITOR MATEUS SERAFINI DE LIMA** – Membro;

III – **GUILHERME K. DALMOLIN** – Membro.

§ 1º Integra ainda a Comissão, na condição de Membro Convidado, a seguinte pessoa da sociedade civil, selecionada em razão de sua experiência, conhecimento, atuação ou expertise considerada de interesse público para as atividades desenvolvidas pela Comissão:

I – **LEONARDO LUCIANO FOLLMANN**;

§ 2º A participação do Membro Convidado prevista no § 1º decorre do interesse público na colaboração de pessoas que detenham conhecimentos, experiência ou expertise que possam contribuir para a adequada avaliação e verificação das estruturas utilizadas nos eventos municipais.

§ 3º O Membro Convidado exercerá suas atividades de forma colaborativa, não sendo considerados servidores públicos municipais e não estabelecendo com o Município vínculo funcional, empregatício ou contratual em razão de sua participação nesta Comissão.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – avaliar e verificar as condições das estruturas destinadas aos eventos municipais;

II – verificar a conformidade das estruturas, equipamentos e instalações com as especificações, requisitos e condições estabelecidos pela Administração para cada evento;

III – realizar ou acompanhar vistorias, inspeções e verificações necessárias antes, durante e, quando pertinente, após a realização dos eventos;

IV – verificar, conforme a natureza do evento, as condições de montagem, instalação, funcionamento, utilização e desmontagem das estruturas;

V – identificar e registrar eventuais desconformidades, inadequações ou situações que possam comprometer a adequada utilização das estruturas ou a realização do evento;

VI – comunicar aos responsáveis pela organização, acompanhamento ou fiscalização do evento as irregularidades ou situações identificadas;

VII – elaborar relatórios, registros, termos de verificação, listas de conferência ou outros documentos necessários à formalização das avaliações realizadas;

VIII – prestar apoio técnico aos setores municipais responsáveis pela organização dos eventos;

IX – solicitar informações, documentos e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

X – exercer outras atividades de avaliação e verificação relacionadas às estruturas dos eventos municipais, desde que compatíveis com as atribuições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 4º A atuação da Comissão poderá ocorrer nas diferentes etapas relacionadas aos eventos municipais, inclusive durante o planejamento, preparação, montagem, realização e desmontagem, conforme a necessidade e as características de cada evento.

Art. 5º Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão poderá realizar inspeções e verificações nos locais destinados à realização dos eventos e solicitar o acompanhamento dos setores municipais envolvidos, dos responsáveis pela organização e, quando for o caso, dos prestadores de serviços responsáveis pelas estruturas.

Art. 6º Os Membros Convidados poderão participar das atividades da Comissão sempre que sua experiência, conhecimento ou expertise forem pertinentes à avaliação ou verificação a ser realizada, podendo prestar informações, esclarecimentos, sugestões e contribuições técnicas relacionadas ao objeto da atividade.

§ 1º A participação dos Membros Convidados terá caráter exclusivamente colaborativo e consultivo, não lhes sendo atribuída competência para deliberar, decidir, determinar providências ou praticar atos administrativos em nome do Município.

§ 2º A participação dos Membros Convidados não afasta nem substitui as competências dos servidores integrantes da Comissão, dos agentes responsáveis pelas contratações públicas, dos gestores e fiscais de contratos, dos responsáveis técnicos ou dos demais agentes públicos competentes.

§ 3º A participação dos Membros Convidados será voluntária e não remunerada, não gerando direito à percepção de gratificação, vantagem, honorário ou qualquer outra forma de remuneração pelo Município.

Art. 7º As avaliações e verificações realizadas pela Comissão poderão ser formalizadas por meio de relatório, termo, registro fotográfico, lista de verificação ou outro instrumento administrativo adequado, conforme a natureza da atividade realizada.

Art. 8º A atuação da Comissão possui caráter técnico, avaliativo, consultivo e de verificação, não substituindo as atribuições legalmente conferidas aos agentes responsáveis pelos procedimentos de contratação pública, aos gestores e fiscais de contratos, aos responsáveis técnicos e aos demais agentes públicos competentes.

Art. 9º As manifestações, registros e avaliações produzidos pela Comissão terão caráter de apoio à Administração e poderão subsidiar a adoção das providências administrativas cabíveis pelos agentes e setores competentes.

Art. 10. Os servidores integrantes da Comissão exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções próprias de seus respectivos cargos e sem percepção de gratificação ou remuneração adicional em razão da participação na Comissão.

Art. 11. A Comissão poderá utilizar formulários, listas de verificação, registros, relatórios e outros instrumentos administrativos necessários à organização e padronização de suas atividades.

Art. 12. A presente Portaria aplica-se exclusivamente à licitação destinada à contratação de estruturas para eventos promovidos, organizados, apoiados ou realizados pelo Município de Santa Izabel do Oeste, ficando a atuação da Comissão limitada às atividades de avaliação e verificação relacionadas ao respectivo procedimento licitatório.

Art. 13. A composição da Comissão poderá ser alterada ou seus membros substituídos mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal, observadas as disposições desta Portaria.

Art. 14. Os casos omissos serão dirimidos pela autoridade competente, observada a legislação aplicável e as atribuições dos órgãos e agentes envolvidos.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:A031B24B

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°297/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO N° 203/2026 AO CONTRATO N° 297/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 05/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Minerpav LTDA.
OBJETO: SUPRESSÃO DE R$ 18.851,96 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos).
DATA: 02/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:86480B81

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°300/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO N° 204/2026 AO CONTRATO N° 300/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 04/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Minerpav LTDA.
OBJETO: SUPRESSÃO DE R$ 18.122,56 (dezoito mil cento e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos).
DATA: 02/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:230AAD7B

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°366/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO N° 205/2026 AO CONTRATO N° 366/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Minerpav LTDA.
OBJETO: SUPRESSÃO DE R$ 22.952,20 (vinte e dois mil novecentos e cinquenta e dois
reais e vinte centavos).
DATA: 02/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:43D0EB32

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°412/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO N° 206/2026 AO CONTRATO N° 412/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 10/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Minerpav LTDA.
OBJETO: SUPRESSÃO DE R$ 20.488,41 (vinte mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos).
DATA: 02/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:4CA581E5

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°492/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO N° 207/2026 AO CONTRATO N° 492/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 08/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Minerpav LTDA.
OBJETO: SUPRESSÃO DE R$ 17.482,55 (dezessete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).
DATA: 02/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:E60B9FDB

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO - LOR

A Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, CNPJ 76.205.715/0001-42, torna público que requereu do IAT a renovação da Licença de Operação de Regularização - LOR do Cemitério Municipal, instalada LT Único–Cemitério, QD 162, Patrimônio do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:5D3C6A9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2026 REF. LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº1/2026 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, DIESEL S10 E S-500) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AGRÍCOLAS E MÁQUINAS. E X T R A
18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 8/2026
Ref. Licitação Inexigibilidade Nº1/2026
Aquisição de combustível (gasolina comum, etanol hidratado, diesel S10 e S-500) para abastecimento da frota municipal de veículos Automotores, Agrícolas e Máquinas.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** AUTO POSTO PARADA SANTA LUCIA LTDA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 957,00 (Novecentos e cinquenta e sete Reais), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme cláusula do contrato em epígrafe e termos do Art. 124 e 125 da Lei n.º 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 17/02/2027.
Prazo de Vigência: 17/02/2027.
Data da Assinatura: 06/10/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:581AF81A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050.2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 050.2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Aquisição de materiais, equipamentos e acessórios destinados ao desenvolvimento de oficinas e atividades socioeducativas, culturais e esportivas, incluindo práticas circenses, ginástica rítmica, dança, ballet, Muay Thai e outras modalidades, bem como vestuários personalizados e materiais de apoio, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Lúcia/PR.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 128.934,80 (cento e vinte oito mil novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 21 de outubro de 2026, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site https://bnc.org.br/.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.
MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 06 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:0F269356

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1303/2026 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Saúde de Santa Lúcia-PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná aprovou, e eu, Silvano Tortelli, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde de Santa Lúcia-PR passa a ser regido por esta Lei, constituindo-se em órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, resolutivo, consultivo, normativo, no âmbito de suas atribuições legais, e fiscalizador do Sistema Único de Saúde

(SUS) no Município de Santa Lúcia-PR, integrante da estrutura básica do Poder Executivo, com suporte orçamentário da Secretaria Municipal de Saúde, cuja composição, organização, funcionamento e competências são fixados nesta Lei e em seu Regimento Interno, observados os termos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 453, de 10 de maio de 2012, nº 454, de 14 de junho de 2012, e nº 554, de 15 de setembro de 2017.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Saúde de Santa Lúcia-PR:
I - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços e as ações de saúde, bem como atuar no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros, nos órgãos e entidades públicas, filantrópicas e privadas integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Lúcia-PR;
II - deliberar sobre as diretrizes de aplicação e os critérios de distribuição dos recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), bem como fiscalizar as programações e execuções orçamentárias e financeiras da Secretaria Municipal de Saúde;
III - discutir, deliberar e aprovar as diretrizes e os critérios da política de contratação e conveniamento de serviços de saúde e da formalização de instrumentos contratuais com prestadores públicos e privados, bem como propor critérios para a construção e instalação de novas unidades, visando à regionalização, à hierarquização e à integração da assistência à saúde;
IV - definir diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Saúde, avaliá-lo e aprová-lo, adequando-o às realidades epidemiológicas e à capacidade organizacional dos serviços, em consonância com as deliberações da Conferência Municipal de Saúde;
V - propor ao Poder Executivo a convocação ordinária da Conferência Municipal de Saúde, a cada 4 (quatro) anos, e convocá-la extraordinariamente, bem como estruturar sua comissão organizadora, aprovar seu regimento e regulamento e acompanhar a implementação de suas deliberações, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 8.142, de 1990;
VI - deliberar sobre sua estrutura administrativa, seu quadro de pessoal e seu orçamento, inclusive da Secretaria Executiva, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde garantir a dotação orçamentária, a infraestrutura e os recursos humanos necessários ao seu pleno funcionamento;
VII - estimular, articular e apoiar a criação, a instituição e o pleno funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) e distritais, bem como de comissões intersetoriais, permanentes ou temáticas, e de grupos de trabalho para subsidiar as decisões do Plenário;
VIII - apreciar e deliberar sobre a Programação Anual de Saúde e sobre as prioridades e propostas da área da saúde a serem consideradas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), observada a compatibilização entre os instrumentos de planejamento do SUS e os instrumentos de planejamento e orçamento governamental, obrigatoriamente antes de seu encaminhamento ao Poder Legislativo;
IX - analisar o Relatório Anual de Gestão (RAG) e emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, nos termos de seu art. 36, § 1º, bem como avaliar, a cada quadrimestre, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), nos termos do art. 41 da mesma Lei Complementar;
X - atuar na formulação, no acompanhamento e na fiscalização das políticas de recursos humanos para o SUS no âmbito municipal, bem como das políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e de saúde do trabalhador;
XI - atuar como instância de recebimento, discussão e encaminhamento de reclamações, denúncias e representações de qualquer cidadão ou entidade relativas a irregularidades no âmbito do SUS, procedendo à sua análise, emitindo os pareceres cabíveis e encaminhando-as, quando for o caso, aos órgãos de controle interno e externo;
XII - manter permanente relacionamento com os demais Conselhos de Saúde e movimentos sociais, visando à consolidação e ao fortalecimento do controle social do SUS;
XIII - elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno, bem como resolver os casos nele omissos;
XIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover programa contínuo de educação permanente para o controle social, destinado aos conselheiros de saúde, com base nas diretrizes nacionais de educação permanente para o controle social do SUS;
XV - dar ampla publicidade às pautas, atas, resoluções, relatórios e demais deliberações do Conselho, garantindo sua divulgação no órgão oficial de imprensa do Município e em sítio eletrônico de fácil acesso ao público;
XVI - monitorar a efetivação das deliberações da Conferência Municipal de Saúde e de suas próprias deliberações, adotando sistemáticas, rotinas e procedimentos de acompanhamento, nos termos da Resolução CNS nº 454, de 2012;
XVII - acompanhar o registro e a atualização dos instrumentos de planejamento, monitoramento, prestação de contas, pareceres e deliberações nos sistemas oficiais do SUS, inclusive no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).
Parágrafo único. A proteção de informações pessoais ou sigilosas não poderá ser utilizada como fundamento para restringir indevidamente o acesso às informações públicas relacionadas à gestão do SUS.

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde de Santa Lúcia-PR terá 16 (dezesseis) membros titulares, cada qual com o respectivo suplente, e composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos, assim distribuídos:
I - 50% (cinquenta por cento) de entidades e movimentos representativos de usuários;
II - 25% (vinte e cinco por cento) de entidades representativas dos trabalhadores da saúde;
III - 25% (vinte e cinco por cento) de representação do governo e de prestadores de serviços privados conveniados ao SUS ou sem fins lucrativos.
§ 1º O número total de membros titulares deverá ser múltiplo de 4 (quatro), de modo a viabilizar aritmeticamente a distribuição percentual prevista no caput, sendo vedada a criação de assento fora dos segmentos previstos neste artigo.
§ 2º Consideram-se entidades representativas do segmento dos usuários aquelas que não possam indicar representantes para quaisquer dos demais segmentos.
§ 3º As entidades titulares e suplentes dos segmentos dos usuários, dos trabalhadores da saúde e dos prestadores de serviços serão eleitas na Conferência Municipal de Saúde ou em plenária convocada para esse fim, mediante processo eleitoral próprio, público, democrático e autônomo por segmento, na forma do regimento da Conferência ou do regulamento da plenária.
§ 4º É vedado que uma mesma entidade ocupe mais de uma vaga no Conselho Municipal de Saúde.
§ 5º Não será permitida a participação, como conselheiros municipais de saúde, de membros eleitos do Poder Legislativo, de membros do Poder Judiciário e de membros do Ministério Público.
§ 6º As vagas de cada segmento serão preenchidas da seguinte forma:
I - 8 (oito) vagas para o segmento dos usuários, dentre:
a) organizações e associações de moradores;
b) entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais, excetuadas as representativas de trabalhadores da saúde;
c) movimentos sociais e populares organizados;
d) associações de pessoas com deficiência;
e) associações de pessoas com patologias;
f) movimentos organizados de mulheres, entidades indígenas, entidades de aposentados e pensionistas e organizações religiosas e demais entidades que se enquadram no segmento de usuários;
II - 4 (quatro) vagas para o segmento dos trabalhadores da saúde, dentre:
a) entidades representativas dos profissionais de saúde, inclusive associações, sindicatos e conselhos de profissões regulamentadas;
b) entidades representativas dos trabalhadores da saúde pública e privada;
III - 2 (duas) vagas para o segmento do governo, sendo:
a) Secretaria Municipal de Saúde;
b) Demais Secretarias Municipais;
IV - 2 (duas) vagas para o segmento dos prestadores de serviços, dentre:
a) hospitais filantrópicos ou privados conveniados ao SUS;

b) outros prestadores de serviços de saúde conveniados ou contratados pelo SUS.
§ 7º A indicação das categorias de entidades nas alíneas dos incisos I, II e IV do § 6º não assegura a qualquer entidade direito automático ou permanente a vaga, cujo preenchimento dependerá do processo eleitoral previsto no § 3º.

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde de Santa Lúcia-PR será dirigido por uma Mesa Diretora, eleita de forma democrática em reunião plenária, dentre os membros titulares que compõem o Conselho, nos termos do Regimento Interno.
§ 1º A Mesa Diretora será composta por 2 (dois) representantes do segmento dos usuários, 1 (um) representante do segmento dos trabalhadores da saúde e 1 (um) representante do segmento do governo ou do segmento dos prestadores de serviços, e será constituída pelas seguintes funções:
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - 1º Secretário;
IV - 2º Secretário.
§ 2º O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição consecutiva para a mesma função, extinguindo-se, em qualquer caso, com o término do mandato da entidade representada ou com a perda da condição de conselheiro.
§ 3º É vedada a candidatura aos cargos de Presidente e de Vice-Presidente de representantes do segmento do governo, incluído o Secretário Municipal de Saúde, a fim de assegurar a segregação entre as funções de execução e de fiscalização, nos termos da Resolução CNS nº 554, de 2017.
§ 4º As atribuições específicas de cada membro da Mesa Diretora, bem como os procedimentos para sua eleição e destituição, serão definidos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde contará com uma Secretaria Executiva, subordinada ao seu Plenário e coordenada por pessoa preparada para a função, competindo-lhe prestar o suporte técnico, operacional e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho.
Parágrafo único. É vedada a participação dos membros da Secretaria Executiva na composição da Mesa Diretora.

Art. 6º As funções de membro do Conselho Municipal de Saúde não serão remuneradas, sendo consideradas de relevância pública.
§ 1º Ao conselheiro que seja servidor público municipal fica assegurada a dispensa do serviço, sem prejuízo de sua remuneração e demais direitos, durante o período das reuniões, capacitações, representações e demais atividades específicas do Conselho Municipal de Saúde.
§ 2º Para fins de justificativa junto a órgãos, entidades, instituições e empregadores, o Conselho Municipal de Saúde emitirá declaração de participação de seus membros durante o período das reuniões, representações, capacitações e demais atividades específicas.
§ 3º As despesas com recursos humanos e estrutura de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como os gastos com transporte, alimentação, diárias e outros decorrentes do exercício da função de conselheiro, serão custeados com recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), conforme a programação aprovada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, observadas a disponibilidade orçamentária e as etapas legais de execução da despesa pela autoridade competente.

Art. 7º O Conselho Municipal de Saúde elaborará e aprovará seu Regimento Interno, podendo alterá-lo a qualquer tempo, mediante deliberação do Plenário, observado o quórum previsto nas normas aplicáveis, nos termos do art. 1º, § 5º, da Lei Federal nº 8.142, de 1990.
§ 1º O Regimento Interno disciplinará o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde quanto à periodicidade das reuniões, impedimentos e faltas dos conselheiros, substituição e exclusão de entidades, prazos, tramitação de propostas e quórum de votação, entre outras matérias.
§ 2º O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua Mesa Diretora ou a requerimento de um terço de seus membros, registrando-se a presença em lista própria e as deliberações em ata.
§ 3º As reuniões plenárias serão abertas ao público e realizadas em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade, devendo a pauta e o material de apoio ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
§ 4º As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo de metade mais um de seus integrantes, ressalvados os casos em que o Regimento Interno exigir quórum especial ou maioria qualificada de votos.
§ 5º O conselheiro deverá declarar-se impedido de participar da discussão e da votação de matérias que envolvam interesse direto ou benefício financeiro, pessoal, econômico ou institucional da entidade, movimento ou prestador de serviços que represente, devendo o fato e a respectiva abstenção constar obrigatoriamente em ata.
§ 6º A cada quadrimestre, constará da pauta do Plenário a prestação de contas do gestor municipal do SUS, em relatório detalhado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012.

Art. 8º O Plenário do Conselho Municipal de Saúde manifestar-se-á por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos.
§ 1º As resoluções do Conselho Municipal de Saúde serão homologadas pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contado de seu recebimento, dando-se-lhes publicidade oficial.
§ 2º No prazo previsto no § 1º, o Prefeito Municipal poderá, mediante justificativa, devolver a resolução ao Conselho Municipal de Saúde com proposta de alteração ou rejeição, a ser apreciada na reunião plenária seguinte.

Art. 9º O mandato das entidades eleitas para o Conselho Municipal de Saúde será de 4 (quatro) anos, contado da data da posse, a qual não poderá coincidir com o início do mandato do Prefeito Municipal.
Parágrafo único. Os segmentos dos usuários, dos trabalhadores da saúde e dos prestadores de serviços buscarão promover, a cada eleição, a renovação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de suas entidades representativas.

Art. 10. As entidades eleitas na Conferência Municipal de Saúde ou em plenária indicarão formalmente, por escrito, seus representantes titular e suplente, no prazo fixado no Regimento Interno, contado de sua eleição, cuja nomeação se dará por ato do Poder Executivo Municipal.
§ 1º O ato do Poder Executivo de que trata o caput possui natureza estritamente homologatória, sendo vedada a recusa, o veto ou a alteração dos nomes indicados pelas entidades e movimentos sociais, de modo a preservar a autonomia de escolha de cada segmento, ressalvada a hipótese de impedimento previsto nesta Lei.
§ 2º A escolha dos representantes é privativa da entidade, desde que o representante não possua impedimento que interfira em sua autonomia representativa.
§ 3º Não poderá representar o segmento dos usuários ou o dos trabalhadores da saúde quem ocupe cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, em qualquer esfera de governo, ou atue como prestador de serviços de saúde.
§ 4º É vedada a indicação, para os segmentos dos usuários e dos trabalhadores da saúde, de representante que tenha vínculo de subordinação, dependência econômica ou conflito de interesses com os demais segmentos integrantes do Conselho Municipal de Saúde.
§ 5º A ocupação de funções na área da saúde que interfiram na autonomia representativa do conselheiro deverá ser avaliada como possível impedimento da representação de usuários e de trabalhadores e, a juízo da entidade, como indicativo de substituição do conselheiro.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará ao Conselho Municipal de Saúde programa permanente de educação na saúde, com prioridade para os representantes dos usuários e dos trabalhadores da saúde, nos termos do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012.

Art. 12. Os atuais conselheiros permanecerão no exercício de seus mandatos até a posse dos novos membros eleitos na forma desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas a Lei Municipal nº 19, de 1993, e a Lei Municipal nº 129, de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Lúcia-PR, 06 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:8ABD8193

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 32/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a ***DISPENSA DE LICITAÇÃO***, referente a **"AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO EYLIA (AFLIBERCEPTE 40MG/ML) PARA 05 (CINCO) APLICAÇÕES INTRAVÍTERAS NO OLHO DIREITO, COM RESPECTIVO PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE NECESSIDADE INDIVIDUAL DE PACIENTE MUNICIPE, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO JUDICIAL Nº0002041-88.2026.8.16.0136."**
Assim, com base no Art. 75, Inciso II da Lei n.º 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 06 de Outubro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 100/2026
REFERENTE: DISPENSA N.º 32/2026

OBJETO: "AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO EYLIA (AFLIBERCEPTE 40MG/ML) PARA 05 (CINCO) APLICAÇÕES INTRAVÍTERAS NO OLHO DIREITO, COM RESPECTIVO PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE NECESSIDADE INDIVIDUAL DE PACIENTE MUNICIPE, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO JUDICIAL Nº0002041-88.2026.8.16.0136."
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr.
CONTRATADO: HOSPITAL DOUTOR PRIME – ASSISTENCIA A SAUDE FAMILIAR S/A , inscrita no CNPJ 18.624.222/0001-40, Sede na Rua Santa Catarina, nº2715, Bairro Alto Alegre, Cascavel/PR, CEP: 85.805-210.
VALOR TOTAL: R$ 12.470,00 (Doze mil quatrocentos e setenta reais)
JUSTIFICATIVA:. De acordo com o Art. 75, Inciso II da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

Santa Maria do Oeste – PR, 06 de Outubro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:D6D3A5C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01371/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01371/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: LUIZ FELIPE MIKULIS PASSARELI **MATRÍCULA n.º** 9997412
CARGO: PSICOLOGO 20 HORAS **CPF N.º** 093.***.***-11

BJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CAMBURIU, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO PARA ADOLESCENTE ACOLHIDA NO MUNICIPIO PARA VISITA A FAMILIAR.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 15/09/2026-
Data de Retorno: 17/09/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMBORIU-SC **Código do IBGE:**03204
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 03 (TRES) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA)
VALOR TOTAL R$: R$450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA)

Santa Maria do Oeste/PR 06 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:A4C40BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01372/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01372/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: SIDINEI CROSKI **MATRÍCULA n.º** 9997476
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 042.***.***-10º
BJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CAMBURIU, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO PARA ADOLESCENTE ACOLHIDA NO MUNICIPIO PARA VISITA A FAMILIAR.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 15/09/2026-
Data de Retorno: 17/09/2026 -

CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMBORIU-SC **Código do IBGE:**03204
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 03 (TRES) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA)
VALOR TOTAL R$: R$450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA)

Santa Maria do Oeste/PR 06 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:C01B55F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4377/2026

DECRETO Nº 4377/2026

SÚMULA: Altera composição dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal que dispõe sobre a Politica da Criança e do Adolescente.

Considerando, Ata nº 02/2026 de 05 de MARÇO de 2026 da reunião Ordinária do referido Conselho.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Altera composição dos membros que compõem o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, de Santo Antônio do Sudoeste, para concluir o mandato do biênio 2025/2027, conforme Ata nº 02/2026, conforme segue:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

Representante da Secretaria de Assistência Social
TITULAR: Deise Crespão
SUPLENTE: Daniela Siluandra Strapazzon Priamo

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
TITULAR: Mariângela Frassão Zamprogna
SUPLENTE: Rita de Cassia Amaral

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
TITULAR: Mariluci Ortlielb
SUPLENTE: Juliana Fedrigo A. Gomides

Representante do Departamento de Esporte.
TITULAR: Paulo Sergio Garbin Junior
SUPLENTE: Leonilda da Silva

Representante do Departamento de Programas Assistenciais.
TITULAR: Hevelin da Rosa Zart Guarda
SUPLENTE: Thuana Suele Candiago Pazzinato

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
TITULAR: Dilce Simone Ogregon
SUPLENTE: Jussara Florentina Bandeira Scopel

Representando a APMF dao Colégio Estadual Humberto de Campos
TITULAR: Leandra Paza Coelho
SUPLENTE: Adriani Sayonara da Motta Moresco Pedroso

Representando a APMF do CMEI Criança Feliz
TITULAR: Michele Elisa Maziero Assolini
SUPLENTE: Inez Brum de Campos

Representando a APMF da Escola Civico Militar Professora Jacinta Rodrigues
TITULAR: Eliane Maria Tavares
SUPLENTE: Elizangela Maria Schineider Giongo

Representando a Instituição Nossa Senhora de Lourdes
Titular: Euzeni Bauer de Azevedo
SUPLENTE: Gisela Pereira Silva

ARTIGO 2º Conforme a Ata nº 06/2025, fica a Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, constituída da seguinte forma:

Presidente: Mariângela Frassão Zamprogna
Vice-Presidente: Dilce Simone Ogregon
Secretária Executiva: Deise Crespão

ARTIGO 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 06 DE OUTUBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:476110AD

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3540/2026

LEI N.º 3540/2026

Autoriza o Poder Executivo a desafetar o Lote Rural nº 54-A, pertencente ao Patrimônio Público Municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar da forma abaixo exposta o seguinte lote:

I - LOTE RUAL Nº 54-A, situado na área rural de nosso Município, com área de 18.150,00m² (dezoito mil e cento e cinquenta metros quadrados) de propriedade do Município de Santo Antonio do Sudoeste, conforme constante da Matricula nº 8.608, passando a área desafetada da sua condição primitiva e sua destinação de "Construção e Instalação de um Britador", para a categoria de bem dominical, conforme Matricula em Anexo.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar no Cartório de Registro de Imóveis todos os trâmites necessários a fim de averbar a área desafetada, para que surta seus efeitos legais.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento do Município de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE SETEMBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE:

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Em

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:C8040C0B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3541/2026

LEI Nº3541/2026

Altera o Anexo 1 da Lei nº2.514, de 20 de fevereiro de 2015, para admitir a Carteira Nacional de Habilitação das categorias C, D ou E como requisito do cargo de Agente Operador de Máquinas e condicionar a operação de máquinas à capacitação do servidor.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art.1º Esta Lei altera, no Anexo 1 da Lei nº2.514, de 20 de fevereiro de 2015, os pré-requisitos e as condições de trabalho do cargo de Agente Operador de Máquinas.
Art.2º A descrição do cargo de Agente Operador de Máquinas, constante do Anexo 1 da Lei nº2.514, de 20 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"PRÉ-REQUISITOS
a) 4ª série do Ensino Fundamental;
b) Carteira Nacional de Habilitação nas categorias C, D ou E, apresentada no ato da posse.
.....
CONDIÇÕES DE TRABALHO
.....
c) O servidor que ingressar no cargo somente operará máquinas depois de capacitado para o manejo seguro dos equipamentos que lhe forem confiados, em treinamento promovido pelo Município no início do exercício, sem ônus para o servidor, ou em curso já concluído cuja equivalência o Município reconheça." (NR)
Art.3º O concurso público cujo edital de abertura tenha sido publicado antes da vigência desta Lei continua regido pelos requisitos nele previstos.
Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Sudoeste, 22 de setembro de 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:BACBB67B

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026.

RESOLUÇÃO Nº 04/2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de contas Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santo Antonio do Sudoeste– CMDI, no uso das suas atribuições regimentais e legais conferidos pela Lei Municipal nº. 2.649/2017 de 20 de outubro de 2017, publicada em 23 de outubro de 2017, e,
Considerando a deliberação da plenária da reunião ordinária do dia 06 de outubro de 2026, Ata nº 08/2026.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, por unanimidade, a **Prestação de Contas do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II, Deliberação nº 034/2024, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR**, referente ao período anual de 2025.
Art. 2º Fica registrado que o recurso recebido correspondeu ao valor de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, permanecendo o recurso em conta durante o exercício de 2025, sem utilização, em razão das circunstâncias administrativas e operacionais apresentadas na prestação de contas.
Art. 3º Fica registrado que, acrescido dos rendimentos financeiros obtidos no período, o saldo total informado na prestação de contas correspondeu a **R$ 27.999,31 (vinte e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos).**
Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa manifesta-se **favoravelmente à aprovação da prestação de contas**, autorizando o devido registro da deliberação e os encaminhamentos necessários junto aos sistemas e órgãos competentes, especialmente quanto ao preenchimento do **SIFF**, dentro do período estabelecido de **14 de setembro de 2026 a 13 de novembro de 2026.**
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Sudoeste, 06 de outubro de 2026.

RODRIGO ISER
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:CD7D700A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0370/2024 PREGÃO Nº 063/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0370/2024
Pregão Nº 063/2024

OBJETO: Aquisição de nitrogênio líquido, destinado ao armazenamento seguro e eficiente de sêmen de gado leiteiro, visando o apoio à reprodução e melhoramento genético do rebanho bovino leiteiro do município..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 06/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: SANDRO HENRIQUE BORELLA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:39798FF0

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0286/2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0286/2026
Chamada Pública nº 08/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE SANTO ANTON
CNPJ Nº 08.691.821/0001-23
Representante: FERNANDO TAVARES POLETTI
CPF nº 087.746.649-13
OBJETO: Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em

atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nas escolas municipais, centros municipais de educação infantil e escola de ensino especial..
VALOR TOTAL: R$ 1.549.425,50 (Um Milhão, Quinhentos e Quarenta e Nove Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais e Cinqüenta Centavos)
VIGÊNCIA: 30/09/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 01/10/2026.

JOSE DORIVAL BANDEIRA **-**
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:ECE9FA35

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0290/2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0290/2026
Chamada Pública nº 08/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: DANIEL PRA DOS SANTOS
CPF Nº 092.083.239-35
Representante: DANIEL PRA DOS SANTOS
CPF nº 092.083.239-35
OBJETO: Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, nas escolas municipais, centros municipais de educação infantil e escola de ensino especial.
VALOR TOTAL: R$ 36.930,00 (Trinta e Seis Mil, Novecentos e Trinta Reais)
VIGÊNCIA: 04/10/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 05/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5928B1AD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0291/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 098/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0291/2026
Inexigibilidade nº 098/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE
CNPJ Nº 07.453.253/0001-60
Representante: VENDELINO KONELL
CPF nº 294.513.459-49
OBJETO: Contratação de Banda para apresentação Musical 2 shows na Abertura de natal, e Desfile de Natal o qual faz parte da programação do Santo Natal 2026..
VALOR TOTAL: R$ 63.800,00 (Sessenta e Três Mil e Oitocentos Reais)
VIGÊNCIA: 05/10/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 06/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C34FF370

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 292/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 292/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: COMERCIO DE PNEUS PAULAO LTDA
CNPJ Nº 72.439.078/0001-18
Representante: PAULO RICARDO DOS SANTOS
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de balanceamento, geometria e cambagem para a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos leves e pesados..
VALOR TOTAL: R$ 59.259,49 (Cinqüenta e Nove Mil, Duzentos e Cinqüenta e Nove Reais e Quarenta e Nove Centavos)
VIGÊNCIA: 05/10/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 06/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3D4891FF

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 293/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 293/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME
CNPJ Nº 82.425.356/0001-31
Representante: EVANDRO LUIZ SCOPEL
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de balanceamento, geometria e cambagem para a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos leves e pesados..
VALOR TOTAL: R$ 159.390,00 (Cento e Cinqüenta e Nove Mil, Trezentos e Noventa Reais)
VIGÊNCIA: 05/10/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 06/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:FC2FF074

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 — PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 778/2026

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
Pregão Eletrônico nº 030/2026 — Processo Administrativo nº 778/2026

1. Identificação do Processo
O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procede à formalização do presente ato com esteio nas informações e registros constantes nos autos:
Processo Administrativo: nº 778/2026
Pregão Eletrônico: nº 030/2026
Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Educação
Objeto: Aquisição de suprimentos originais para atendimento à impressora digital Xerox Color C70 Pro
Autoridade Competente: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA, Prefeito Municipal, em exercício

2. Fundamentação Legal

A presente decisão fundamenta-se expressamente no *Artigo 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021* (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que preconiza o dever da autoridade superior de determinar a anulação do procedimento licitatório, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que for constatada a existência de ilegalidade insanável que macule o desenvolvimento regular do certame.

Ressalta-se ainda a plena consonância com o poder-dever de autotutela atribuído à Administração Pública, consagrado pelo Supremo Tribunal Federal no enunciado da *Súmula nº 473*, segundo o qual "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

3. Da Motivação e Circunstâncias de Fato

Da análise minuciosa e da revisão formal do ato convocatório e de seus anexos técnicos, constatou-se a presença de vício material insanável consubstanciado em evidente contradição entre as cláusulas definidoras da sistemática de disputa e julgamento das propostas comerciais.

No preâmbulo e no corpo principal do **Edital de Pregão Eletrônico nº 030/2026**, fixou-se formalmente como critério de julgamento o *Menor Preço Por Item*. Não obstante, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e, especificamente, a planilha orçamentária do Anexo III (Modelo de Proposta Comercial) estruturam e exigem a cotação e o fornecimento integral dos 21 (vinte e um) itens sob a forma unitária e indivisível de **LOTE 001**.

Tal discrepância não traduz mero erro formal passível de simples errata sem alteração substancial, haja vista que afeta diretamente a formulação das propostas pelos licitantes e o alcance dos objetivos técnicos da contratação. O agrupamento dos suprimentos em lote único figura como premissa técnica e operacional indispensável para este Município, justificada pelas seguintes razões fáticas:

Compatibilidade Técnica e Integridade dos Insumos: O objeto destina-se a equipamento de alta precisão volumétrica (Xerox Color C70 Pro), exigindo a entrega de suprimentos originais e integrados, cuja interoperabilidade funcional garante o correto ciclo de vida dos módulos de imagem, cilindros, reveladores e cartuchos de toner.

Mitigação do Fracionamento de Responsabilidade e Garantia Contratual: A dispersão do fornecimento entre múltiplos licitantes por item isolado acarretaria graves embaraços na fiscalização e na exigência de garantia contra vícios de fabricação e quebras operacionais, inviabilizando a imputação objetiva de nexo causal caso o uso concomitante de itens de diferentes procedências resulte em danos mecânicos ao maquinário público.

Economia de Escala e Eficiência Operacional: O fornecimento globalizado sob lote único viabiliza condições logísticas adequadas e atendimento centralizado pelo mesmo parceiro contratual, preservando a padronização e o princípio da continuidade do serviço público essencial desempenhado pela Secretaria demandante.

A manutenção de convocação pública com disposições frontalmente colidentes vulnera de forma substancial os princípios estruturantes da licitação pública insculpidos no *Artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021*, em particular a transparência pública, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, a segurança jurídica e a busca pela seleção da proposta mais vantajosa para o erário.

4. Da Decisão Administrativa

Diante dos fatos expostos e da imperiosa necessidade de saneamento das diretrizes editalícias para prevenir questionamentos judiciais ou prejuízos de ordem técnica ao Município, o Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, no exercício de suas atribuições legais:

DETERMINA A ANULAÇÃO TOTAL do procedimento licitatório autuado sob o **Pregão Eletrônico nº 030/2026** (Processo Administrativo nº 778/2026), com espeque no *Artigo 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021*.

DETERMINA ao Setor de Licitações e Contratos que adote as providências administrativas imediatas para a devida divulgação e publicidade do presente ato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, bem como nos mesmos canais em que foi dada ciência do edital original.

DETERMINA a remessa dos autos à equipe de planejamento e apoio técnico para a escorreita readequação dos termos do edital e seus anexos, pacificando o critério de julgamento por lote de forma coerente e justificada, com posterior reabertura de novo certame nos prazos estipulados pela legislação de regência.

Santo Antônio do Sudoeste — PR, 23 de setembro de 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste — PR

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D49E8DB5

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

OBJETO: Chamamento Público para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, nas escolas municipais, centros municipais de educação infantil e escola de ensino especial.

Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
DANIEL PRA DOS SANTOS	1	45	MELANCIA – fresca, com grau de maturação adequado ao consumo, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente.	2.000,00	3,09
DANIEL PRA DOS SANTOS	1	51	PEPINO - de primeira qualidade, compacto e firme apresentando grau ideal no desenvolvimento do tamanho, livre de qualquer sinal de deterioração.	1.000,00	10,31
DANIEL PRA DOS SANTOS	1	58	TOMATE - tipo especial, oblongo ou redondo com diâmetro mínimo de 6 cm em embalagens de 2 a 3 kg, com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo mediato e imediato, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes. livre de machucaduras, bolores, sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade.	2.000,00	10,22

Homologo a presente licitação,
Santo Antônio do Sudoeste, em 05/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:370B2891

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 098/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 098/2026

OBJETO: Contratação de Banda para apresentação Musical 2 shows na Abertura de natal, e Desfile de Natal o qual faz parte da programação do Santo Natal 2026.

Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE	1	1	CONTRATAÇÃO DE SHOW WILSEU PAUSE E MARI PAUSE com banda para o Show de Abertura do Santo Natal E Desfile de Natal , com equipe capacitada de músicos; estrutura completa de som e luz; equipe técnica . Com duração de 4	1,00	63.800,00

			horas cada. Data do Evento 13/11/2026 27/11/2026		

Homologo a presente licitação,
Santo Antonio do Sudoeste, em 06/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:E761D556

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
CONCESSÃO DE DIARIA

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Matheus Vinicius Quevedo Navarro
Cargo/Função	Diretor Executivo
Data	07/10/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Andirá - PR
Motivação	Deslocamento ao Município de Andirá/PR, para acompanhamento dos serviços de inspeção e fiscalização no Frigorífico Wolpi e na Agroindústria Souzzi.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Sergio Augusto Milléo Bittencourt
Cargo/Função	Coordenador CODENOP
Data	07/10/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Andirá - PR
Motivação	Deslocamento ao Município de Andirá/PR para realização de serviços de inspeção e fiscalização no Frigorífico Wolpi e na Agroindústria Souzzi.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Carlos Thiago Silveira Alvim Mendes de Oliveira
Cargo/Função	Fiscal CODENOP
Data	07/10/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Andirá - PR
Motivação	Deslocamento ao Município de Andirá/PR para realização de serviços de inspeção e fiscalização no Frigorífico Wolpi e na Agroindústria Souzzi.

Publicado por:
Matheus Vinicius Quevedo Navarro
Código Identificador:349CCA4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1O TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 184/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 167/2024– CONCORRÊNCIA/PREGÃO NO 014/2024.

1o TERMO ADITIVO AO CONTRATO No 184/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO No 167/2024– CONCORRÊNCIA/PREGÃO No 014/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na PRAÇA CORONEL DEOLINDO, no 191, em SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Sr(a). Prefeito(a) VENICIUS DJALMA ROSA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG sob no 8.241.196-8 e inscrito no CPF/MF no 036.270.189-07, residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: F C BRITO NERES ENGENHARIA & SERVIÇOS LTDA, CNPJ 38.660.268/0001-22, localizada na travessa Francisco Martins Bastos, nº 91, Setor 4 Conjunto Aero Rancho, cidade de Campo Grande/MS, endereço eletrônico: engenharia@otrokengenharia.com.br, telefone: (67) 9229-7716, representada por FRANKLIN CLEYTON BRITO NERES, inscrito(a) no CPF sob no 016.055.861-10, residente na cidade de Campo Grande/MS, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato nº 184/2024 celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA e a F C BRITO NERES ENGENHARIA & SERVIÇOS LTDA cujo objeto contratado é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ASSENTAMENTO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ASSENTAMENTO AMÉLIA, DO CONVENIO N° 2203/17, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR E A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA., conforme processo administrativo no 167/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 240 (duzentos e quarenta) DIAS, passando a vencer em 07/06/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, declarando as partes aceitar as disposições estabelecidas neste instrumento.

São Jerônimo da Serra, 6 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR
Contratante

F C BRITO NERES ENGENHARIA & SERVIÇOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:8F2F1AA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 053/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 053/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **13/10/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** QUE TEM POR OBJETO **AQUISIÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS DE CAFÉ ARABICA DAS CULTIVARES ARARA, CATUCAÍ 2SL, IPR 100 E/OU IPR 107, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E O TERMO DE CONVENIO SEAB N° 457/2022, FIRMADO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, CNPJ 76.290.683/0001-20. VALOR ESTIMADO: R$ 28.512,50 (vinte e oito mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos).** A

retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e www.saojeronimodaserra.pr.gov.br, a partir do dia 07 de outubro de 2026 as 08:00 hrs até 13 de outubro de 2026 às 08:30. **AS PROPOSTA DEVERÃO SER ANEXADAS EXCLUSIVAMENTE NO PORTAL COMPRAS.GOV.BR.**

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:CEEAC563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETEMINADO 006/2026 - CAMILA A. BARBOSA

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO – Nº 006/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS – EDITAL Nº. 004/2026 DE 24/04/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.290.683/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, com sede na Praça Coronel Deolindo s/nº, centro, na cidade de São Jerônimo da Serra, CEP: 86.270-097, tel. (43) 3772-2762.
CONTRATADA: _CAMILA AVELAR BARBOSA____, Brasileira (a), Estado Civil: SOLTEIRA__, portadora da Cédula de Identidade CI/RG e/ou CIN/CPF nº _066.728.389-70__, residente e domiciliada á Rua das Orquídeas, 192 – bairro Alto das Palmeiras_ na cidade de NOVA SANTA BARBARA__, Estado do PARANA___, CEP: _86250-000 _, e-mail: _avelarcamila94@gmail.com__, Tel.: (_43_) _9 9153-0027___.
Por este instrumento de **CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, nos termos do Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS sob nº _004_/_2026, as partes concordam com as clausulas a seguir, nos termos da Lei Municipal nº 423/2026 de 25/02/2026, nos seguintes termos:
CLAUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Edital nº 004/2026.
CLAUSULA SEGUNDA - O Objeto do presente contrato de trabalho por prazo temporário é a prestação de serviços de mão de obra de _PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS_, para atendimento das necessidades de excepcional interesse público.
CLAUSULA TERCEIRA – Pelo presente instrumento e suas características precárias, por prazo determinado, ou seja, transitórias, não haverá em hipótese alguma vinculo empregatício, sendo considerado Empregado Público.
CLAUSULA QUARTA – O prazo de vigência deste contrato inicia-se a partir da data da assinatura do presente contrato até o encerramento do período estabelecido no ato da contratualização, ou seja, tem vigência de (07/ 10_/_2026- até _06_/_10_/_2027_), bem como, poderá ser prorrogado pelo mesmo prazo estabelecido, limitado ao prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses;
CLAUSULA QUINTA – O (a) Contratado (a) terá sua jornada de trabalho de 20/h (vinte horas) semanais, e sua lotação será precedida por determinação da Secretaria onde o servidor estará lotado.
CLAUSULA SEXTA – O (a) Contratado (a) receberá, mensalmente a título de remuneração pelos serviços prestados, descontados os encargos legais, a importância de R$ 1.905,15 (hum mil, novecentos e cinco reais e quinze centavos).
CLAUSULA SÉTIMA – O (a) Contratado (a) compromete-se a executar os serviços para o qual foi convocado e/ou contratado cumprindo rigorosamente de acordo com o estabelecido nas ordens emanadas pelo Superior Hierárquico.
CLAUSULA OITAVA – O presente instrumento terá sua extinção através de:
I – Pelo encerramento do prazo contratual, liberando-se os direitos dele inerentes;
II – A qualquer tempo, unilateralmente, pela Administração Municipal, por interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao contratado qualquer direito;
III – Pela inobservância de quaisquer de suas clausulas e condições, ou por incursão nos motivos do Art. 482 da CLT;
IV- Por iniciativa do Contratado;
V – Pela extinção da causa transitória que lhe deu origem;
VI – Pela superveniência de fatos, adição de normas legais ou regulamentares, de ordem superior, que tornem o contrato inexequível;
CLAUSULA NONA – As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, através de orçamento vigente.
CLAUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cornélio Procópio/PR, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do regime de trabalho, e demais cláusulas contratuais no Foro da comarca de São Jerônimo da Serra - PR.
E por estarem assim, juntas e avençadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para fins de publicação e direito.

São Jerônimo da Serra, aos _06, de _outubro____ de __2026___.

_____ _____
CONTRATADO VENICIUS DJALMA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL - CONTRATANTE

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:F7FE6E7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026 MÉDICO - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA / ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE ENSALAMENTO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA OBJETIVA

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026, instituída pela Portaria Municipal nº 205/2026, de 05 de agosto de 2026, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026 e ao Edital nº 03/2026 - Homologação Definitiva das Inscrições, TORNA PÚBLICOS o local de realização da Prova Objetiva, o horário de acesso e o ensalamento dos candidatos com inscrição homologada.

1. DA DATA, LOCAL E HORÁRIOS DA PROVA

Informação	Definição
Data da Prova Objetiva	17 de outubro de 2026
Local	Escola Vera Lúcia Lemos Costa
Endereço	Avenida Prefeito Raul Proença, nº 782, São Jerônimo da Serra - PR
Acesso dos candidatos	Entrada EXCLUSIVAMENTE pelo portão lateral localizado na Rua Simeão Dias, em frente ao Hospital Municipal
Abertura dos portões	07h30
Fechamento dos portões	07h55
Início da prova	08h00
Término da prova	12h00
Duração	4 (quatro) horas

2. DO ENSALAMENTO
1.1. Os portões serão fechados rigorosamente às 07h55, não sendo permitido o ingresso de candidato após esse horário, independentemente do motivo.
1.2. Recomenda-se que o candidato compareça ao local com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, a fim de realizar com tranquilidade os procedimentos de identificação e localização da sala.
1.3. A entrada dos candidatos ocorrerá exclusivamente pelo portão lateral da Escola Vera Lúcia Lemos Costa, localizado na Rua Simeão Dias, em frente ao Hospital Municipal.

2.1. Todos os candidatos com inscrição definitivamente homologada realizarão a prova na SALA 01, conforme relação abaixo:

Ordem	ID/Inscrição	Candidato(a)	Sala
1	26	ALINE TIEMY SAITO	SALA 01
2	27	EDUARDA OLIVEIRA PERIN	SALA 01
3	29	LAUANY JOVIAL DANTAS	SALA 01
4	30	JEAN CARLOS MERGEN	SALA 01
5	31	NATÃ DE JESUS PROENÇA	SALA 01
6	33	MARCO ANTONIO FERREIRA VIANA	SALA 01
7	36	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA TRIZOTE	SALA 01
8	39	KAMILA BEATRIZ PRAXEDES	SALA 01

9	40	CRISTIANY LUCIANO	SALA 01
10	41	KARINE FAFUNDES SILVANO RODRIGUES	SALA 01
11	42	DANIEL MOREIRA RIOS	SALA 01
12	48	MAURICIO CESAR CANTONI CAVALCANTE	SALA 01

2.2. A identificação da sala estará afixada no local de prova e os candidatos deverão seguir as orientações da Comissão Especial e dos fiscais.

3. DOS DOCUMENTOS E MATERIAIS OBRIGATÓRIOS

3.1. Para ingresso e realização da prova, o candidato deverá portar:

I - documento oficial de identificação com fotografia, em condições que permitam sua identificação;

II - caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.

3.2. Poderá ser admitido documento oficial de identificação em meio digital, desde que apresentado no aplicativo oficial correspondente e seja possível verificar sua autenticidade.

3.3. Não será aceita mera fotografia, captura de tela, cópia simples ou reprodução não autenticável de documento.

4. DAS REGRAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

4.1. Não haverá segunda chamada. O não comparecimento implicará eliminação do candidato.

4.2. O cartão-resposta será o único documento válido para correção da Prova Objetiva e deverá ser preenchido exclusivamente com caneta azul ou preta de material transparente.

4.3. Não será permitida consulta de qualquer natureza, comunicação entre candidatos ou utilização de livros, códigos, legislação, anotações, calculadoras ou material não autorizado.

4.4. Telefones celulares, relógios inteligentes, fones de ouvido, tablets e demais equipamentos eletrônicos deverão permanecer completamente desligados e acondicionados conforme orientação da fiscalização durante todo o período de permanência no local de prova.

4.5. A emissão de som, alarme ou sinal por equipamento eletrônico poderá ensejar eliminação, conforme o Edital de Abertura.

4.6. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala após transcorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova.

4.7. Os 3 (três) últimos candidatos da sala deverão permanecer conjuntamente até que o último conclua a prova, entregando os materiais e assinando a ata/termo de encerramento.

4.8. O candidato não poderá levar o caderno de questões, devendo entregá-lo juntamente com o cartão-resposta ao fiscal ao término da prova.

4.9. Será permitida água em recipiente transparente e sem rótulo, bem como lanche de rápido consumo em embalagem adequada, desde que não prejudique a aplicação.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato identificar corretamente o local de realização da prova, o acesso indicado e os horários estabelecidos neste Edital.

5.2. O desconhecimento do local, do portão de entrada ou dos horários não justificará ausência ou atraso.

5.3. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026 e de seus anexos.

5.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra - PR, 06 de outubro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026
Portaria Municipal nº 205/2026

GENAÍS CRISTINA SUTIL DA COSTA
Enfermeira - Presidente da Comissão

MARIA GABRIELA PERSEGUINO FAUSTINO
Enfermeira - Secretária da Comissão

MÁRIO MAKOTO SATO
Médico - Membro

ADRIANA ARASE
Enfermeira - Membro

FÁTIMA KONDO
Cirurgiã-Dentista - Membro

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:6554B920

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 050/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 050/2026

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, em conformidade com o Art. 75, inciso **II** – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal, realizará **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL DAILY MINIBUS 45-160 ANO/MODELO 2025/2025, PLACA UAY3H09, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20,** podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços a contar desta Publicação até a data Limite, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

O valor máximo estimado é de R$ 3.340,13 (três mil, trezentos e quarenta reais e treze centavos).

Abertura da Sessão de Disputa de Preços: 09/10/2026 às 09:30 hrs.

A proposta de preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, sito a Praça Coronel Deolindo, S/N, Centro, na cidade de São Jerônimo da Serra – PR, CEP: 86.270-000, no horário de 08:00 as 17:00, em dias úteis ou pelo e-mail licitacao@saojeronimodaserra.pr.gov.br , até a data limite.
Os documentos integrantes estarão disponíveis e deverão ser retirados pelos interessados junto a Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e as informações serão prestadas através do telefone (43) 3772-2762 Ramal 4504.

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:F7B7BF75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2026

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, em conformidade com o Art. 75, inciso **II** – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal, realizará **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL ONIX 1.0MT LT, PLACA SFL0C79, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.,** podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços a contar desta Publicação até a data Limite, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

O valor máximo estimado é de R$ 1.472,98 (mil quatrocentos e setenta e dois e noventa e oito centavos).

Abertura da Sessão de Disputa de Preços: 09/10/2026 às 09:30 hrs.

A proposta de preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, sito a Praça Coronel Deolindo, S/N, Centro, na cidade de São Jerônimo da Serra – PR, CEP: 86.270-000, no horário de 08:00 as 17:00, em dias úteis ou pelo e-mail licitacao@saojeronimodaserra.pr.gov.br , até a data limite.
Os documentos integrantes estarão disponíveis e deverão ser retirados pelos interessados junto a Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e as informações serão prestadas através do telefone (43) 3772-2762 Ramal 4504.

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:7D801FE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 052/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 052/2026

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, em conformidade com o Art. 75, inciso **II** – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal, realizará **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL ONIX 1.0MT LT, PLACA SFL0C79, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20,** podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços a contar desta Publicação até a data Limite, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

O valor máximo estimado é de R$ 1.710,00 (mil setecentos reais).

Abertura da Sessão de Disputa de Preços: 09/10/2026 às 09:30 hrs.

A proposta de preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, sito a Praça Coronel Deolindo, S/N, Centro, na cidade de São Jerônimo da Serra – PR, CEP: 86.270-000, no horário de 08:00 as 17:00, em dias úteis ou pelo e-mail licitacao@saojeronimodaserra.pr.gov.br , até a data limite.
Os documentos integrantes estarão disponíveis e deverão ser retirados pelos interessados junto a Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e as informações serão prestadas através do telefone (43) 3772-2762 Ramal 4504.

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:5BD51523

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADESÃO À ATA DE REGSITO DE PREÇOS: Nº 04/2026 CONTRATO Nº 155/2026

EXTRATO DE CONTRATO

ADESÃO À ATA DE REGSITO DE PREÇOS: Nº 04/2026
CONTRATO Nº 155/2026
OBJETO: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2026 - PE 05/2026 DO CODENOP - OBJETO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RC-1C-E, DESTINADA À EXECUÇÃO DE MICROPAVIMENTO, COM ENTREGA POSTO NA OBRA, EM TANQUE DO FORNECEDOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS, PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.**
CONTRATADA: **PAVSOL TECNOLOGIA EM PAVIMENTAÇÃO E ENERGIA SOLAR LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Assaí – PR, Rua Dr. Gustavo Américo Hasselman, S/N, Barracão 4, Cotia, Assaí, Paraná, cep: 86.220-000, fone (43) 9 9637-3116 e-mail eudes@evopav.com.br, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 59.200.962/0001-37, neste ato representada pela **SRA. ANA PAULA ZANIN**, portadora do CPF Nº 043.935.939-28, RG nº 7.893.230-9. Com o valor de **R$ 9.250,00 (nove mil, duzentos e cinquenta reais).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 06 de outubro de 2026.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
PAVSOL TECNOLOGIA EM PAVIMENTAÇÃO E ENERGIA SOLAR LTDA.

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:8B702EE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026 PROCEDIMENTO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026
PROCEDIMENTO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2026 - PE 05/2026 DO CODENOP - OBJETO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RC-1C-E, DESTINADA À EXECUÇÃO DE MICROPAVIMENTO, COM ENTREGA POSTO NA OBRA, EM TANQUE DO FORNECEDOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS, PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.**
CONTRATADA: PAVSOL TECNOLOGIA EM PAVIMENTAÇÃO E ENERGIA SOLAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Assaí – PR, Rua Dr. Gustavo Américo Hasselman, S/N, Barracão 4, Cotia, Assaí, Paraná, cep: 86.220-000, fone (43) 9 9637-3116 e-mail eudes@evopav.com.br, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 59.200.962/0001-37, neste ato representada pela **SRA. ANA PAULA**

ZANIN, portadora do CPF Nº 043.935.939-28, RG nº 7.893.230-9. Com o valor de **R$ 9.250,00 (nove mil, duzentos e cinquenta reais).**

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:1430AEF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 253/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

NOMEAR, a Sra. **CAMILA AVELAR BARBOSA, RG** 13.430.942-3, para o CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS – 20 HORAS SEMANAIS, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS, nº 001/2026, homologado em 24/04/2026, pelo período de trabalho de 07/10/2026 a 06/10/2027.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:7097FCD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 254/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao Sr. **DARCY RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR, RG** 6.581.969-4, **OPERADOR DE MÁQUINAS**, contratado por esta Prefeitura Municipal em 07/08/2024, conforme Portaria 246/2024 de 09/08/2024, 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 07/08/2024 a 06/08/2025 a partir de 05/10/2026, devendo retornar ao trabalho em 04/11/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:78DDFDC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 255/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

EXONERAR, o Sr. **ANTONIO BATISTA JUNIOR, matrícula 75352,** CPF 070.779.699-75, do Cargo em COMISSÃO DE DIRETOR DE POLÍTICA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR, "AD-NUTUM", conforme Ofício 243/226-GAB, de 06/10/2026, a partir de 01/10/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 06 de agosto de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:916DF62F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 256/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

NOMEAR, o Sr. **ANTONIO BATISTA JUNIOR,** CPF 070.779.699-75, para o CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PÚBLICA – "AD-NUTUM", conforme Ofício 243/2026-GAB de 06/10/2026, a partir de 02/10/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:6A7F69AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 257/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

NOMEAR, o Sr. **FERNANDO OIZUMI ASHAKURA,** CPF 065.544.299-56, para o CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR CLÍNICO DO HOSPITAL – "AD-NUTUM", conforme Ofício 244/2026-GAB de 06/10/2026, a partir de 01/10/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 06 de outubro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:04D1847E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 258/2026

Institui a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e designa seus membros, bem como organiza o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) do Hospital Municipal de São Jerônimo da Serra/PR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de Programa de Controle de Infecções Hospitalares; e a Portaria GM/MS nº 2.616, de 12 de maio de 1998, que estabelece diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares;
CONSIDERANDO a necessidade de manter a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH), responsáveis, respectivamente, pela deliberação e execução das ações do Programa de Controle de Infecções Hospitalares (PCIH);
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) do Hospital Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, com a finalidade de planejar, implementar, manter e avaliar o Programa de Controle de Infecções Hospitalares (PCIH), de acordo com a legislação vigente.
Art. 2º Ficam designados como membros consultores da CCIH:
I – Fernando Oizumi Ashakura, médico, CRM nº 32.346, representante do serviço médico;
II – Vanessa Ribeiro de Oliveira, enfermeira, COREN nº 715.455, representante do serviço de enfermagem; e
III – William Joseph Alves, farmacêutico, CRF nº 5.070, representante do serviço de farmácia.
Art. 3º Ficam designados como membros executores do SCIH:
I – Vanessa Ribeiro de Oliveira, enfermeira, COREN nº 715.455;
II – Luiz Henrique Faustino Gonçalves, enfermeiro, COREN nº 323.694;
III – Luciana Rezende, enfermeira, COREN nº 224.477; e
IV – Adriana Arase, enfermeira, COREN nº 110.732.
Art. 4º Fica designada como presidente da CCIH e coordenadora técnica do SCIH Adriana Arase, enfermeira, COREN nº 110.732.
Art. 5º Compete à CCIH elaborar, implementar, manter e avaliar o PCIH; aprovar diretrizes, protocolos e medidas de prevenção e controle; avaliar dados epidemiológicos e propor ações corretivas; e comunicar às autoridades sanitárias a composição da Comissão e suas alterações, conforme a legislação aplicável.
Art. 6º Compete ao SCIH executar as ações do PCIH, realizar vigilância epidemiológica das infecções relacionadas à assistência à saúde, orientar e capacitar os profissionais, acompanhar a aplicação das medidas de prevenção e controle e manter os registros e informações pertinentes.
Art. 7º A organização, a carga horária e o dimensionamento dos membros executores deverão observar a Portaria GM/MS nº 2.616/1998, considerando o número de leitos e o perfil assistencial do estabelecimento.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra/PR, 06 de outubro de 2026.

CAMILA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:45D32E7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 259/2026

Institui e designa os membros do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) no âmbito dos serviços municipais de saúde de São Jerônimo da Serra/PR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; a Portaria GM/MS nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente; e a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013;
CONSIDERANDO a necessidade de promover e apoiar ações de gestão de riscos, qualidade do cuidado e segurança do paciente nos serviços municipais de saúde;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), de caráter multiprofissional, para os serviços municipais de saúde de São Jerônimo da Serra/PR, abrangendo as unidades e serviços definidos pela gestão municipal.
Art. 2º Ficam designados para compor o NSP:
I – William Joseph Alves, farmacêutico, CRF nº 5.070;
II – Vanessa Ribeiro de Oliveira, enfermeira, COREN nº 715.455;
III – Luiz Henrique Faustino Gonçalves, enfermeiro, COREN nº 323.694;
IV – Luciana Rezende, enfermeira, COREN nº 224.477;
V – Adriana Arase, enfermeira, COREN nº 110.732; e
VI – Fernando Oizumi Ashakura, médico, CRM nº 32.346.
Art. 3º O(a) profissional responsável pelo NSP será: Adriana Arase, a quem caberá articular o funcionamento sistemático e contínuo do Núcleo e participar das instâncias deliberativas pertinentes.
Art. 4º Compete ao NSP, nos termos da RDC/Anvisa nº 36/2013, apoiar a gestão de riscos; elaborar, implantar, divulgar e manter atualizado o Plano de Segurança do Paciente; acompanhar a implantação dos protocolos e indicadores; promover capacitações; analisar incidentes e eventos adversos; e realizar as notificações e comunicações exigidas às autoridades competentes.
Art. 5º Os membros deverão atuar de forma integrada com as equipes e unidades municipais, resguardando o sigilo das informações e mantendo registros das reuniões, análises e providências adotadas.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra/PR, 06 de outubro de 2026.

CAMILA DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:6905804A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 252/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º- EXONERAR desta Prefeitura, o servidor, Senhor EDNEI BIBIANO DA CRUZ, ocupante do cargo Comissionado de Chefe da Divisão de Viação Urbana, matrícula 24863/1, a partir desta data de 06/10/2026

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:F830B5ED

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 254/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, § 3º, da Lei Municipal nº 571/2003 — Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
CONSIDERANDO o requerimento e os documentos constantes do Processo Administrativo nº 452/2026;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 114/2026;
RESOLVE:
Art. 1º- Reconduzir o servidor **LUAN RAFAEL DA SILVA**, matrícula nº **481/3**, ao cargo efetivo de **PROFESSOR**, anteriormente ocupado no quadro de pessoal do Município de São José da Boa Vista, nos termos do art. 42, § 3º, da Lei Municipal nº 571/2003.
Art. 2º- O servidor deverá reassumir o exercício do cargo em **07/10/2026**, competindo ao setor de Recursos Humanos promover os registros funcionais e as demais providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:506BB4E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 014/2026
DATA: 05 de outubro de 2026

SUMULA: Dispõe sobre Abertura de Credito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providencias.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA
Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R$ 3.000,00 (três mil reais),** incorporando ao orçamento geral do legislativo para o Exercício Financeiro de 2026 as seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2003 – Manutenção atividades do legislativo
3.1.90.16.00.00 – 050 – 001 – Outras despesas variáveis- pessoal civil..... R$ 3.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 3.000,00

Art. 2º - Como recursos para cobertura ao crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos de acordo com o artigo 6º da Lei nº 20/2017 combinado com o artigo 43, Parágrafo 1.º, Inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de março de 1964, provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2003 – Manutenção atividades do legislativo
3.3.90.39.00.00 – 030 – 001 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil..... R$ 3.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO..... R$ 3.000,00

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor com efeitos retroativos, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José das Palmeiras, aos cinco dias do mês de outubro de 2026

JONES SILAS GONÇALVES LOURENÇO
Presidente

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:09B67690

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 777/2026 - INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE CALAMIDADE PÚBLICA E PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (FUMCAPDEC) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 777/2026
Data: 06 de outubro de 2026

EMENTA: Institui o Fundo Municipal de Calamidade Pública e Proteção e Defesa Civil (FUMCAPDEC) do Município de São José das Palmeiras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal, encaminha à apreciação desta Casa Legislativa o seguinte Projeto de Lei:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO
Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Calamidade Pública e Proteção e Defesa Civil (FUMCAPDEC), instrumento de natureza contábil e financeira destinado a captar, controlar e aplicar recursos em ações de proteção e defesa civil no Município de São José das Palmeiras.
Art. 2º O Fundo tem por finalidade assegurar recursos para o financiamento de ações de:
I - prevenção de desastres;
II - mitigação de riscos;
III - preparação para emergências e desastres;
IV - resposta a situações de emergência e calamidade pública;
V - assistência humanitária às populações atingidas;
VI - recuperação de áreas afetadas;
VII - reconstrução de infraestrutura pública danificada;
VIII - recuperação socioambiental;
IX - capacitação e treinamento de equipes de defesa civil;
X - outras ações relacionadas à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.
CAPÍTULO II
DOS RECURSOS FINANCEIROS
Art. 3º Constituem receitas do Fundo:
I - dotações orçamentárias próprias do Município;
II - créditos adicionais que lhe forem destinados;
III - transferências da União;
IV - transferências do Estado do Paraná;
V - recursos provenientes do Fundo Estadual para Calamidades Públicas (FECAP);
VI - recursos oriundos de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres;
VII - emendas parlamentares;
VIII - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
IX - recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC);
X - recursos oriundos de Acordos de Não Persecução Cível;
XI - recursos decorrentes de ações civis públicas, condenações judiciais e outros instrumentos previstos em lei;
XII - rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos;
XIII - outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.
CAPÍTULO III
DA GESTÃO DO FUNDO

Art. 4º A gestão administrativa, financeira e operacional do Fundo será exercida pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).
Art. 5º Compete à COMPDEC:
I - administrar os recursos do Fundo;
II - elaborar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos;
III - acompanhar a execução física e financeira das ações financiadas;
IV - promover a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados;
V - manter atualizados os registros contábeis e patrimoniais do Fundo;
VI - propor ações e investimentos prioritários na área de defesa civil.
Art. 6º A movimentação financeira do Fundo ocorrerá em conta bancária específica, aberta exclusivamente para esta finalidade.

CAPÍTULO IV
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 7º Os recursos do Fundo poderão ser aplicados em:
I - aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo;
II - aquisição de cestas básicas, água potável, medicamentos, colchões, cobertores e demais itens de assistência humanitária;
III - contratação de serviços necessários ao atendimento emergencial;
IV - obras de recuperação de áreas atingidas;
V - obras preventivas de redução de riscos;
VI - elaboração de planos, estudos, projetos e levantamentos técnicos;
VII - capacitação de servidores, voluntários e integrantes da defesa civil;
VIII - manutenção das atividades da COMPDEC;
IX - auxílio às famílias afetadas por desastres, observada a legislação vigente;
X - outras despesas compatíveis com os objetivos desta Lei.

CAPÍTULO V
DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 8º A fiscalização do Fundo será exercida:
I - pelo Sistema de Controle Interno Municipal;
II - pelos órgãos de controle externo competentes;
III - pelos mecanismos de controle social previstos na legislação.
Art. 9º O Poder Executivo manterá seção específica no Portal da Transparência contendo:
I - receitas arrecadadas;
II - despesas realizadas;
III - contratos celebrados;
IV - fornecedores contratados;
V - relatórios de execução física e financeira;
VI - prestações de contas.

CAPÍTULO VI
DO PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO

Art. 10.A COMPDEC elaborará anualmente Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo contendo:
I - metas e objetivos;
II - ações prioritárias;
III - indicadores de desempenho;
IV - cronograma físico-financeiro;
V - critérios para utilização dos recursos.
Art. 11**.** O Plano de Aplicação deverá observar:
I - o Plano Diretor Municipal;
II - o Plano Plurianual (PPA);
III - a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
IV - a Lei Orçamentária Anual (LOA);
V - o Plano de Contingência Municipal;
VI - os instrumentos de gestão de riscos e desastres existentes.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei mediante Decreto no prazo de até 90 (noventa) dias.
Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Jose das Palmeiras/PR, em 06 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:EB2D2DA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 778/2026 - DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS CLASSIFICADAS COMO ÁREAS INSTITUCIONAIS E AUTORIZA SUA NOVA DESTINAÇÃO PARA FINS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

LEI Nº 778/2026
Data: 06 de outubro de 2026

EMENTA: Dispõe sobre a desafetação de áreas públicas classificadas como Áreas Institucionais e autoriza sua nova destinação para fins habitacionais de interesse social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal, encaminha à apreciação desta Casa Legislativa o seguinte Projeto de Lei:
Art. 1º Ficam desafetadas, nos termos do artigo 99, §1º do Código Civil, as seguintes áreas públicas anteriormente classificadas como Áreas Institucionais, conforme previsto nos respectivos decretos, de aprovação de loteamento, passando a integrar o patrimônio disponível do Município, como bens dominicais, com destinação para fins habitacionais de interesse social:
I - Matrícula nº 24.149, do Livro n.º 02, do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Helena/PR, denominada Lote Urbano nº 01 da Quadra nº 05, com área de 1.029,19 m² (um mil, vinte e nove metros e dezenove decímetros quadrados), localizada no loteamento "Residencial Geraldino Lourenço", situado na Gleba São José, Colônia Santa Helena, Município de São José das Palmeiras/PR, conforme Decreto Municipal n.º 84/2023.
II - Matrícula n.º 13.112, do Livro n.º 02, do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Helena/PR, denominada Área Urbana com superfície de 2.177,74 m2 (dois mil cento e setenta e sete metros e setenta e quatro decímetros quadrados), localizada na Quadra n.º 01 do Conjunto Habitacional "Moradias Cardeal", no Município de São Jose das Palmeiras/PR, conforme Decreto Municipal n.º 17/2001.
III - Matrícula n.º 20.880, do Livro n.º 02, do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Helena/PR, denominado Lote Urbano, n.º 21 da Quadra n.º 02, com área de 703,70 m2 (setecentos e três metros e setenta decímetros quadrados), localizado no "Conjunto Habitacional Primavera", situado no Município de São Jose das Palmeiras/PR, conforme Decreto Municipal n.º 33/2017.
Art. 2º As áreas desafetadas serão destinadas à implantação de unidades habitacionais de interesse social, mediante convênio, termo de cooperação ou outro instrumento legal com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, ou com programas habitacionais públicos que atendam às necessidades da população."
Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar todos os atos administrativos necessários à efetivação da nova destinação das áreas, inclusive a celebração de convênios, termos de cooperação, doação ou cessão à COHAPAR, observadas as normas urbanísticas, ambientais e patrimoniais vigentes, bem como a averbação da desafetação junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Jose das Palmeiras/PR, em 06 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D8CB6730

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 103/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 103/2026
DATA: 06 de outubro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 8º, do parágrafo |II da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R$ **451.500,00 (Quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais)**, incorporando ao Orçamento Geral do município para o exercício financeiro de 2026 a seguinte dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA DE FINANCAS
001 – DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA
04.123.0003-2013 – Manutenção do Departamento da Receita e Tesouraria
760 – 3.3.90.40.00.00 – 00000 - Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

05 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0004-2019 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
1240 – 3.3.90.40.00.00 – 00000 - Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

12.365.0004-2020 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – CMEI DE 0 A 5 ANOS
1460 – 3.3.90.40.00.00 – 00000 - Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0007-2034 – Manutenção das Ações e do Fundo Municipal de Saúde
2301 - 3.3.90.30.00.00 - 00494 – Material de Consumo R$ 50.000,00
2440 - 3.3.90.40.00.00 - 00303 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação R$ 10.000,00
2390 - 3.3.90.39.00.00 – 00303 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 20.000,00
07 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.452.0008.2044 – Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Urbanismo
3080 - 3.1.90.94.00.00 - 00000 - Indenização e Restituição Trabalhista R$ 6.500,00
3260 - 3.3.90.40.00.00 - 00000 - Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
002 – DEPARTAMENTO FOMENTO AGROPECUARIO E MEIO AMBIENTE
20.606.0010.2052 – Manutenção da Secretaria Desenvolvimento Econômico Agricultura e Meio Ambiente
3480 – 3.3.90.30.00.00 – 00000 – Material de Consumo R$ 30.000,00

10 – SECRETARIA DE TRANSPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
26.782.0009-2066 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
4420 – 3.3.90.30.00.00 – 0000 – Material de Consumo R$ 250.000,00
4490 – 3.3.90.39.00.00 – 0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

Art. 2º - **Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior será utilizado** como recursos o provável excesso de arrecadação, conforme prevê o artigo 43, § 1º, Inciso I e II da Lei Federal nº 4320/64, da fonte que segue:

Provável Excesso da Fonte 00000 R$ 371.500,00
Provável Excesso da Fonte 00494 R$ 50.000,00
Provável Excesso da Fonte 00303 R$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:5B50A2D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 776/2026 - ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027.

LEI Nº 776/2026

Data: 06 de outubro de 2026

Estima a Receita e Fixa Despesa do Município de São José das Palmeiras para o Exercício Financeiro de 2027.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL, Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027, abrangendo os Órgãos de Administração Direta e Indireta e os Fundos Municipais, estima a Receita e fixa a Despesa em **R$ 41.068.500,00 (quarenta e um milhões, sessenta e oito mil e quinhentos reais).**

Art. 2º A Receita será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES R$ 40.918.500,00
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria R$ 2.525.000,00
Contribuições R$ 350.000,00
RECEITA PATRIMONIAL R$ 807.000,00
Receita De Serviços R$ 71.000,00
Transferências Correntes R$ 37.115.500,00
Outras Receitas Correntes R$ 50.000,00

RECEITAS DE CAPITAL R$ 150.000,00
Operação de Crédito R$ 0,00
Alienação de Bens R$ 150.000,00
Transferências de Capital R$ 0,00

TOTAL R$ 41.068.500,00

Art. 3º A Despesa do Orçamento Fiscal sera realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme o seguintes desdobramentos:

Categoria Economica

DESPESAS CORRENTES R$ 38.240.200,00
Pessoal e Encargos Sociais R$ 19.893.200,00

Juros e Encargos da Dívida R$ 250.000,00
Outras Despesas Correntes R$ 18.297.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R$ 2.425.500,00
Investimentos R$ 1.275.500,00
Amortização da Dívida R$ 1.150.000,00

Reserva de Contingência R$ 402.800,00

TOTAL R$ 41.068.500,00

Órgãos:

CÂMARA MUNICIPAL
Câmara Municipal R$ 1.990.000,00

PODER EXECUTIVO
Governo Municipal R$ 933.000,00
Secretaria de Administração R$ 2.460.500,00
Secretaria de Finanças R$ 1.134.000,00
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte R$ 9.224.000,00
Secretaria de Saúde R$ 9.569.700,00
Secretaria de Obras e Urbanismo R$ 5.724.000,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico R$ 2.084.000,00
Secretaria de Assistência Social R$ 2.185.500,00
Secretaria de Transportes R$ 3.545.500,00
Administração Geral do Município R$ 2.218.300,00

TOTAL R$ 41.068.500,00

Art. 4º A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta lei.

Art. 5º Os Fundos Municipais devidamente criados por Lei possuem contabilização centralizada, como projeto atividade de cada Fundo inserido no Orçamento Geral do Município.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos da Administração Direta e Indireta e dos Fundos Municipais até o limite 20% (vinte por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º. do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março o de 1964.

Parágrafo Único. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder a abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Ato Próprio até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

Art. 7º Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I - entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Art. 8º Igualmente fica o Poder Executivo também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo sexto, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 1º da Lei Federal nº. 4.320 que seguem:

I – o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício que se encerra.

II - o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado, bem como de operação de crédito, não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

Art. 9º Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 7º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

Art. 10 O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Art. 11 Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no "caput" do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.

Art. 12 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

Art. 13 A transferência de recurso do Tesouro Municipal ao setor privado, beneficiará somente aquelas entidades de caráter educativo, assistencial, cultural, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º - Estarão aptas a receber os recursos de que trata o *caput* deste artigo as entidades que estiverem de acordo com o que estabelece a resolução nº. 03/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 2º - A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Executivo Municipal deve ser de conformidade com os elementos dispostos no termo de convênio.

Art. 14 Despesas de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA – Lei Orçamentária Anual.

Art. 15 O saldo orçamentário da Reserva de Contingência, poderá ser utilizada como recurso para abertura de crédito adicional, conforme previsto no parágrafo único do Art. 15 da Lei Municipal n° **772/2026** que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027, somente no segundo semestre da referida execução orçamentária.

Art. 16 No prazo máximo de trinta dias após a Lei do Orçamento Anual ser sancionada deverá o executivo municipal providenciar a publicação das metas bimestrais da receita, bem como o cronograma de desembolso da despesa.

Art. 17 Até o prazo de trinta dias após ser sancionada a LOA – Lei do Orçamento Anual, baixará Ato próprio do Poder Executivo para adequação dos valores das ações de prioridades e metas constantes no PPA – Plano Plurianual e na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2027, conforme previsto no parágrafo único, art. 25 da Lei Municipal - **752/2025**.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2027.

Gabinete do Prefeito, em 06 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:09282D34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 35/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº: 80/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 35/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO (REFEIÇÕES), DESTINADO A ATENDER OS SERVIDORES ATUANTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) LOCAL, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 23 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 06 de outubro de 2026.

ROSIELI CRISTINA DA SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:BBF77989

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 17/2026
O Município de São Pedro do Paraná-Pr torna público que fará realizar, às 09h00m horas do dia 03 de Novembro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS: https://bll.org.br/, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Distrito de Porto São José	Construção sanitário coletivo	71,92 m²	210 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São Pedrod o Paraná e na plataforma BLL COMPRAS: https://bll.org.br/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

São Pedro do Paraná-PR, 06 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:CCC338D5

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 065/2026

LEI MUNICIPAL Nº 065/2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Especial na importância total de R$ 86.717,59 (oitenta e seis mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos), destinado a devolução de Saldos de Convênios, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
04.001.26.782.0015.	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.26.782.0015.1.456.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.93.	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte 32036 Código Local 32036 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO SECID - VEÍCULO 7 LUGARES - ASSISTÊNCIA SOCIAL	167,85
06.	DIRETORIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	
06.001.	DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTOS E LAZER	
06.001.13.	CULTURA	
06.001.13.392.	DIFUSÃO CULTURAL	
06.001.13.392.0020.	CULTURA E TRADIÇÃO NOS EVENTOS CULTURAIS	
06.001.13.392.0020.2.087.	ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.93.	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte TCE 32070 Código Local 32070 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 309/2026 SETU - FESTA DE SÃO PEDRO 2026	64.656,15
09.	DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E FOMENTO AGROPECUÁRIO	
09.001.	DIRETORIA GERAL DA D.I.C.F.A.	
09.001.20.	AGRICULTURA	
09.001.20.605.	ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0028.	INCENTIVO À AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0028.1.403.	AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRICULA COM IMPLEMENTOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.93.	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte TCE 31996 Código Local 996 Fonte Padrão 1006.03.99.01.02	M.A.P. CONVÊNIO 944840/2023 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (Local 3090)	21.893,59
Total do Credito Autorizado		86.717,59

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional especial autorizado na presente lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento vigente, e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a saber:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
06.	DIRETORIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	
06.001.	DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTOS E LAZER	
06.001.13.	CULTURA	
06.001.13.392.	DIFUSÃO CULTURAL	
06.001.13.392.0020.	CULTURA E TRADIÇÃO NOS EVENTOS CULTURAIS	
06.001.13.392.0020.2.087.	ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 32070 Código Local 32070 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 309/2026 SETU - FESTA DE SÃO PEDRO 2026	64.656,15
09.	DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E FOMENTO AGROPECUÁRIO	
09.001.	DIRETORIA GERAL DA D.I.C.F.A.	
09.001.20.	AGRICULTURA	
09.001.20.605.	ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0028.	INCENTIVO À AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0028.1.403.	AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRICULA COM IMPLEMENTOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.93.	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte TCE 31996 Código Local 996 Fonte Padrão 1006.03.99.01.02	M.A.P. CONVÊNIO 944840/2023 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (Local 3090)	21.893,59
Total dos Cancelamentos		86.549,74

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO**	**VALOR**
Fonte 32036 Código Local 32036 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	R.A.F. 1.3.2.1.01.1.1.04.73.00.00.00. Bco Brasil C/C 30726-2 CONVÊNIO SECID - VEÍCULO 7 LUGARES - ASSISTÊNCIA SOCIAL	167,85
Total do Excesso de Arrecadação		167,85
TOTAL GERAL DO CREDITO AUTORIZADO		**86.717,59**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do crédito adicional especial na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:8D79B5EF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 067/2026

LEI MUNICIPAL Nº 067/2026.

SUMULA: Autoriza abertura de um crédito adicional especial e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional especial, na importância total de R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais), cuja consignação far-se-á nas seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.002.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.002.12.	EDUCAÇÃO	
05.002.12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0019.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0019.2.207.	CRECHES MUNICIPAL – RECURSOS FUNDEB	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.04.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	67.000,00
Total do Credito Autorizado		**67.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional especial autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do excesso de arrecadação de alínea de receita do exercício, a seguir descriminado.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - Exercícios Anteriores	67.000,00
	TOTAL GERAL DESTA LEI	**67.000,00**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, da LDO e do Crédito Adicional Especial na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:ABC45C5F

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO CONCORRENCIA 13/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e S KAMEL CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/MF nº 30.809.146/0001-43

Objeto: contratação de empresa prestadora de serviços de obra de pavimentação da Estrada da Marreca do Município de São Pedro do Paraná, conforme Termo de Convênio nº 057/2024 - SEAB

Modalidade: Concorrência nº 13/2026-PMSPPR de 28 de agosto de 2026
04.001.26.451.0015.1.215. - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

No Valor Máximo de R$ 1.411.388,26 (um milhão, quatrocentos e onze mil, trezentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), em favor do proponente:
S KAMEL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.809.146/0001-43, com o lote 1 no valor total de R$ 1.409.800,00 (um milhão, quatrocentos e nove mil e oitocentos reais).

Prazo de Execução: em até 270(duzentos e setenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado.

Prazo de Validade do Contrato: 12 (doze) meses, contados a partir da **data da assinatura citada no extrato** do contrato publicado

São Pedro do Paraná-PR, 01 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:D42695D2

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO
CONCORRENCIA 02-2025

EXTRATO DO 1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE OBRA

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ, CNPJ nº 76.975.259/0001-10 e **HF ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.877.204/0001-08
Modalidade: Concorrência nº 02/2025-PMSPPR de 01 de agosto de 2025.
SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL

Cláusula Primeira – Nos termos do Art. 111 da Lei nº. 14.133/2021, e considerando o Parecer Técnico do Departamento Municipal de Engenharia em anexo, as partes resolvem ADITIVAR o prazo de execução e vigencia da obra para mais 120 (cento e vinte) dias, permanecendo os mesmo valores do contrato original.
Cláusula Segunda - Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 169/2025, datado de 12 de setembro de 2025, consideradas as alterações promovidas pelos Termos Aditivos anteriormente celebrados e atualmente vigentes.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

São Pedro do Paraná-PR, 03 de setembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:129EF32E

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO 1 PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO
DISPENSA 83 - 2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E APROVA DIGITAL S/A, inscrita no **CNPJ sob o nº 24.757.040/0001-40**

Cláusula Primeira – Nos termos do art. 107, da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, as partes resolvem prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 06/10/2026 à 06/10/2027, permanecendo os mesmos valores do contrato original.

Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 06 de outubro de 2025.

São Pedro do Paraná-PR, 06 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:86364A23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO CMDM 338/26

DECRETO N° 338/2026

SÚMULA: Dar-se-á nova composição ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e outras providências. VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas por lei:

DECRETA:
Artigo 1° - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, constituído para o exercício de junho de 2026 a março de 2027, passa a ter a seguinte composição:

Conselheiros Governamentais		
NOME	CARGO	REPRESENTAÇÃO
Natália Ribeiro Ferreira	Titular	Sec. Mun. de Assistência Social
Roseane de Jesus Dias	Suplente	Sec. Mun. de Assistência Social
Simone Milaré Ribeiro da Cruz	Titular	Sec. Mun. de Educação
Bruna Renata Da Silva Melão	Suplente	Sec. Mun. de Educação
Fabricia Elayne Ruiz	Titular	Sec. Mun. de Saúde
Adriane Marmitt Gormann	Suplente	Sec. Mun. de Saúde
Conselheiros Não Governamentais		
Lucinei Aparecida Belotto Gonçales	Titular	APAE
Andrea Ferreira Milaré Tavares	Suplente	APAE
Mara Izabel da Silva	Titular	PROVOPAR AÇÃO SOCIAL
Sônia Solange Casarin	Suplente	PROVOPAR AÇÃO SOCIAL
Maria Helena Vieira Albuquerque Guermandi	Titular	Representante da Igreja Católica
Luci de Fátima Crespilho	Suplente	Representante da Igreja Católica
Diretoria Executiva		
Presidente	Mara Izabel da Silva	
Vice-Presidente	Natália Ribeiro Ferreira	
1° Secretário	Sônia Solange Casarin	
2° Secretário	Roseane de Jesus Dias	

Artigo 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná, 06 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:FA44A613

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 01, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Câmara Municipal de
São Sebastião da Amoreira/PR

REGIMENTO INTERNO

2026

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ

Gestão 2025-2028

PODER LEGISLATIVO:

Vereadores:

Presidente: José Aparecido Braga
Vice-presidente: Wanderley Nobrega Monteiro Filho
1º Secretário: João Batista Alves da Costa
2º Secretário: Osmar Ramalho

Devair Crispim Ferreira
Maria Ap. Ramalho Fernandes
Nelson Ferreira da Silva
Ney Zacarias
Rafael Rocha Teixeira Ricardi

Servidores:

Assessora Jurídica da Presidência: Edilaine Ferreira dos Santos
Diretora: Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Advogado: Gabriel Almeida de Jesus
Contador: Carlos Alberto Sato
Auxiliar de Secretaria: Ariane Jesuino Garcia
Zeladora: Sirley de Oliveira Machado

PODER EXECUTIVO:

Prefeita: Exilaine Gaspar
Vice-Prefeito: Ismael Justino da Silva

SUMÁRIO

TÍTULO I - DA CÂMARA MUNICIPAL.. 6
CAPÍTULO I - Disposições Preliminares. 6
CAPÍTULO II - Da Sessão de Instalação e Posse dos Vereadores. 7
CAPÍTULO III - Da Posse do (a) Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a) 8
CAPÍTULO IV - Da Eleição da Mesa Executiva. 8
CAPÍTULO V - Da Mesa Executiva. 11
CAPÍTULO VI - Do (a) Presidente. 11
CAPÍTULO VII - Do (a) Vice-Presidente. 13
CAPÍTULO VIII - Dos Secretários. 14
CAPÍTULO IX - Do Plenário. 15
CAPÍTULO X - Das Comissões. 16
Seção I - Dos trabalhos das Comissões. 18
Seção II - Dos Pareceres das Comissões. 18
Seção III - Das Competências dos (as) Presidentes das Comissões. 19
Seção IV - Da Comissão de Justiça e Redação. 20
Seção V - Da Comissão de Finanças e Orçamento. 20
Seção VI - Da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Segurança Pública. 21
Seção VII - Da Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente. 21
Seção VIII - Dos Prazos e Procedimento de Tramitação e Análise das Proposições. 21
Seção IX - Das Comissões Especiais. 22
Seção X - Das Comissões de Representação. 23
CAPÍTULO XI - Da Secretaria da Câmara. 23
Seção I - Da Eliminação de Irregularidades, Incertezas Jurídicas ou Situações Contenciosas na Aplicação do Direito Público. 24
Seção II - Do Acordo de Não Persecução Disciplinar. 25
TÍTULO II - DOS VEREADORES. 26
CAPÍTULO I - Do Exercício do Mandato. 26
CAPÍTULO II - Da Remuneração, da Licença e da Substituição. 28
TÍTULO III - DAS SESSÕES. 29
CAPÍTULO I - Das Sessões em Geral 29
Seção I - Das Sessões Ordinárias. 31
Seção II - Das Sessões Extraordinárias. 31
Seção III - Das Sessões Solenes. 32
Seção IV - Da Participação Remota às Sessões da Câmara. 32
CAPÍTULO II - Das Atas. 33
CAPÍTULO III - Do Expediente. 33
CAPÍTULO IV - Da Ordem do Dia. 34
TÍTULO IV - DAS PROPOSIÇÕES. 35
CAPÍTULO I - Das Proposições em Geral 35
Seção I - Dos Projetos. 37
Seção II - Das Indicações. 38
Seção III - Dos Requerimentos. 39
Seção IV - Das Moções. 41
Seção V - Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas. 41
Seção VI - Dos Títulos de Cidadão Benemérito e Honorário. 42
CAPÍTULO II - Do Sistema Eletrônico no Processo Legislativo. 43
TÍTULO V - DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES. 46
CAPÍTULO I - Das Discussões. 46
CAPÍTULO II - Da Votação. 49
CAPÍTULO III - Da Urgência. 51
CAPÍTULO IV - Da Questão de Ordem.. 51
CAPÍTULO V - Da Redação Final 51
TÍTULO VI - DOS CÓDIGOS, CONSOLIDAÇÕES E ESTATUTOS. 52
TÍTULO VII - DO ORÇAMENTO.. 53
TÍTULO VIII - DA TOMADA DE CONTAS DO (A) PREFEITO (A) E DA MESA.. 54
TÍTULO IX - DOS RECURSOS. 56
TÍTULO X - DA REFORMA DO REGIMENTO.. 57
TÍTULO XI - DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO.. 57
TÍTULO XII - DAS INFORMAÇÕES. 58
TÍTULO XIII - DA POLÍCIA INTERNA.. 58
TÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS. 59

RESOLUÇÃO Nº. 01, de 05 de outubro de 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira/PR.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE:

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I - DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I - Disposições Preliminares

Art. 1º A Câmara Municipal é o órgão legislativo do Município e se compõe de nove Vereadores eleitos nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções legislativas e exerce atribuições de fiscalização financeira e orçamentária, controle e assessoramento dos atos do Executivo e a prática de atos de administração interna.
§ 1º A função legislativa consiste em elaborar leis referentes a todos os assuntos de competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado.
§ 2º A função de fiscalização e controle de caráter político–administrativo atinge apenas os agentes políticos do Município (Prefeitos, Secretários Municipais e Vereadores).
§ 3º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicação.
§ 4º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede no Edifício da Municipalidade.
§ 1º Todas as dependências da Câmara destinar-se-ão ao desenvolvimento dos serviços pertinentes às suas funções, definidas no art. 2º, deste Regimento Interno.
§ 2º É facultado o empréstimo da Sala das Sessões a terceiros, desde que:
I – Seja solicitado por representante legal do órgão ou entidade interessada;
II – A atividade a ser realizada seja de interesse público, coletivo e gratuita;
III – Não coincida com os dias e horários de realização de sessões ordinárias ou de sessões já convocadas;
IV – Seja firmado previamente termo de responsabilidade.
§ 3º Compete ao (a) Presidente autorizar o empréstimo de que trata o parágrafo anterior.

Art. 4º Por necessidade, por motivo relevante ou de força maior, a Câmara Municipal poderá funcionar, no todo ou em parte, em outro edifício ou de forma remota.
§ 1º Quando se tratar de necessidade, motivo relevante ou de força maior, a alteração do funcionamento dar-se-á por decisão do (a) Presidente, ad referendum da Mesa Executiva.
§ 2º Para o funcionamento remoto de que trata o caput deste artigo, fica instituído o Sistema de Deliberação Remota para a apreciação de

matérias por meio da utilização de solução tecnológica que dispensa a presença física dos órgãos de deliberação político-administrativa (Plenário, Comissões Legislativas e Mesa Executiva), concomitante, ou não, com o comparecimento presencial dos parlamentares.
§ 3º As diretrizes de funcionamento do Sistema de Deliberação Remota, bem como as normas de teletrabalho dos órgãos de apoio aos serviços político-administrativos, deverão ser regulamentadas pela Mesa Executiva.
§ 4º No caso das Comissões, sejam elas Permanentes ou Especiais, a decisão sobre o funcionamento remoto ficará a cargo do (a) Presidente da Comissão, ad referendum dos demais membros da Comissão.

CAPÍTULO II - Da Sessão de Instalação e Posse dos Vereadores

Art. 5º No primeiro ano de cada legislatura, em 1º de janeiro, às 09:00 horas, em Sessão Solene de Instalação, independentemente de número, sob a presidência do (a) Vereador (a) mais idoso (a) dos presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
§ 1º Caso o (a) Vereador (a) mais idoso (a) não possa ou não queira presidir a primeira sessão, presidi-la-á o (a) segundo (a) mais idoso (a) e assim sucessivamente.
§ 2º O (a) Senhor (a) Presidente, em pé, prestará o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, OBEDECER AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL E AS DEMAIS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM-ESTAR DO MEU POVO".
§ 3º Em seguida, o (a) Secretário (a) designado (a) para esse fim, pelo (a) Presidente, fará a chamada de cada Vereador (a) que declarará: "*Assim o prometo*".
§ 4º O (a) Presidente declarará empossados os Vereadores que prestaram juramento e o respectivo Termo de Posse será assinado por todos os Vereadores.
§ 5º O (a) Vereador (a) que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara, prestando compromisso individualmente perante a Mesa Executiva.
§ 6º Considerar-se-á renunciado ao mandato do (a) Vereador (a) que não tomar posse no prazo estipulado no parágrafo anterior, salvo por motivo justo, devidamente comprovado por escrito e protocolado na Secretaria da Câmara Municipal dentro do mesmo prazo. O motivo deverá ser discutido e aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara em Sessão Ordinária ou Extraordinária realizada imediatamente após o término do prazo.

Art. 6º O (a) Vereador (a) que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação de desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no mesmo prazo previsto no § 5º, do art. 5º deste Regimento, sob pena de extinção do mandato.

Art. 7º Anualmente, os Vereadores deverão apresentar cópia da Declaração do Imposto de Renda e, quando impossível, poderá ser substituída pela declaração pública de seus bens.
§ 1º Caso a entrega mencionada no caput não seja observada, a negativa será comunicada ao Ministério Público da Comarca, sem prejuízo de outras providências cabíveis.
§ 2º Quando do início do mandato, cada Vereador ainda deverá declarar os meios de comunicação, como e-mail e aplicativo de mensagens, que receberão as informações diversas da Câmara Municipal, como convocações, ofícios, intimações, avisos, entre outros.
§ 3º Todas as informações diversas encaminhadas nos meios de comunicação declarados previamente pelos Vereadores serão consideradas válidas e recebidas, independentemente de confirmação pelo Vereador.
§ 4º Caberá ao Vereador, no caso de mudança de seus meios de comunicação, informar a secretaria, sob pena da presunção do recebimento das informações diversas encaminhadas pela Câmara, conforme consta no parágrafo anterior.

CAPÍTULO III - Da Posse do (a) Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a)

Art. 8º O (a) Presidente convidará a seguir o (a) Prefeito (a) e o (a) Vice-Prefeito (a) Municipal, eleitos e regularmente diplomados a prestarem, em pé, compromisso nos seguintes termos: "*Prometo, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade*".
§ 1º O (a) Prefeito (a) e o (a) Vice-Prefeito (a) deverão apresentar, no ato da posse, documento comprobatório de desincompatibilização, sob pena de extinção do mandato.
§ 2º O (a) Prefeito (a) e o (a) Vice-Prefeito (a) deverão apresentar cópia da Declaração do Imposto de Renda e, quando impossível, poderá ser substituída pela declaração pública de seus bens, a ser entregue na secretaria da Câmara Municipal.
§ 3º Caso a entrega mencionada no parágrafo anterior não seja observada, a negativa será comunicada ao Ministério Público da Comarca, sem prejuízo de outras providências cabíveis.
§ 4º Se a Câmara não se reunir, na data prevista no Art. 5º, a posse do (a) Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a) poderá efetivar-se perante o Juiz de Direito da Comarca.
§ 5º Na ausência do (a) Prefeito (a), o (a) Vice-Prefeito (a) será empossado (a) e compromissado (a).

Art. 9º Decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, conforme previsto no art. 72, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, se o (a) Prefeito(a) ou o (a) Vice-Prefeito (a), salvo motivo justificado apresentado por escrito e aceito pela maioria absoluta dos Vereadores, não tiverem assumido o cargo, estes serão declarados vagos, cabendo ao (à) Presidente da Câmara comunicar o fato, imediatamente, à Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO IV - Da Eleição da Mesa Executiva

Art. 10. Imediatamente depois das posses, os Vereadores reunir-se-ão, ainda sob a presidência do (a) Vereador (a) mais idoso (a) dentre os presentes, e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa Executiva para o primeiro biênio do Legislativo.
Parágrafo único. À Mesa competem as funções diretiva, executiva e disciplinadora de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

Art. 11. Proceder-se-á a eleição da Mesa Executiva que regerá os trabalhos da legislatura que será composta pelo (a): Presidente, Vice-Presidente, Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário, os quais se substituirão nesta ordem.

Art. 12. As chapas que concorrerão aos cargos da Mesa Executiva deverão ser apresentadas até 24 (vinte e quatro) horas antes de iniciar a sessão, os candidatos deverão protocolar as inscrições das chapas na Secretaria da Câmara Municipal mediante protocolo formal.
§ 1º Da inscrição deverá constar:
I – A denominação da chapa;
II – Os nomes dos concorrentes e seus respectivos cargos;
III – A assinatura de cada membro participante;
IV – Nome e assinatura dos Vereadores apoiadores da chapa, se houver.
§ 2º Somente será admitida candidaturas de chapas que constem preenchidas todos os cargos da Mesa Executiva, sendo, portanto, rejeitadas candidaturas avulsas e/ou quaisquer outras formas de candidatura para os cargos da Mesa Executiva.
§ 3º Fica vedado aos candidatos concorrerem a mais de um cargo na mesma chapa, ou ainda, a cargos semelhantes ou diferentes em chapas diversas, simultaneamente.
§ 4º É assegurado o direito de voto a todos os Vereadores presentes, inclusive aos candidatos aos cargos da Mesa.
§ 5º A eleição da mesa far-se-á por voto aberto e público.
§ 6º O (a) Presidente fará a chamada nominal dos Vereadores, por ordem alfabética, que deverão comunicar seu voto.
§ 7º Terminada a votação, o (a) Presidente designará dois Vereadores presentes, para juntamente com o (a) Servidor (a) da Câmara apurarem os votos, e, ao final, conhecido o resultado, o (a) Presidente

proclamará eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos, ou no caso de empate entre as chapas, considerar-se-á eleita a chapa que tiver o (a) Presidente mais idoso (a), considerando-se automaticamente empossados a partir do dia 1º de janeiro.

Art. 13. Declarados eleitos e empossados os membros da Mesa, estes assumirão imediatamente a direção dos trabalhos.
Parágrafo único. Será franqueada a palavra ao candidato que for eleito (a) Presidente da Mesa Executiva, que poderá, se assim desejar, utilizar a palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos para suas considerações e agradecimentos.

Art. 14. Inexistindo número legal ou não se efetivando a eleição, o (a) Vereador (a) que tiver assumido a direção dos trabalhos convocará sessões diárias, marcadas sempre às 19 (dezenove) horas, até que seja eleita a Mesa Executiva.
Parágrafo único. Na ocorrência do previsto no caput, a Presidência instituída para a Sessão de Instalação permanecerá desempenhando suas atribuições na plenitude das funções, e o prazo para protocolo de chapas passa a ser até às 16 (dezesseis) horas do dia da sessão.

Art. 15. Não poderão ser votados para qualquer cargo da Mesa Executiva, os Vereadores licenciados ou ausentes no momento da votação.

Art. 16. Em caso de vaga de qualquer cargo da Mesa Executiva, será realizada eleição para o seu preenchimento, na ordem do dia da primeira sessão seguinte à verificação da vaga.

Art. 17. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído de suas funções, por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro (a) Vereador (a) para a complementação do mandato.

Art. 18. A eleição para renovação da Mesa para o segundo biênio realizar-se-á no dia 18 (dezoito) de dezembro do segundo ano de cada legislatura, às 19 (dezenove) horas, considerando-se automaticamente empossados os eleitos através dos mesmos critérios e formalidades contidas neste capítulo.
§ 1º A sessão será presidida pelo (a) Presidente em exercício, que terá direito a voto.
§ 2º A data e horário constante no art. 18 do Regimento Interno poderão, se necessário, ser alterados mediante aprovação por 2/3 (dois terços) dos Vereadores, desde que todos os membros sejam expressamente informados com a nova data e horário da reunião, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 19. O mandato da Mesa Executiva será de 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo na mesma legislatura.

Art. 20. Em suas ausências ou impedimentos, o (a) Presidente será substituído (a), sucessivamente, pelo (a) Vice-Presidente ou Secretários.
§ 1º Ausentes o 1º e 2º Secretários, o (a) Presidente convocará um dos Vereadores presentes para assumir os encargos da Secretaria.
§ 2º Ao abrir uma sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e de seus substitutos legais, assumirá a Presidência o (a) Vereador (a) mais idoso (a) entre os presentes, que escolherá entre seus pares o (a) Secretário (a).
§ 3º A Mesa, composta na forma do parágrafo anterior, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular, ou de seus substitutos legais.

Art. 21. As funções dos membros da Mesa cessarão:
I – Pela posse da Mesa eleita para o período legislativo seguinte;
II – Pelo término do mandato;
III – Pela renúncia apresentada por escrito;
IV – Pela morte;
V – Pela perda ou suspensão dos Direitos Políticos;
VI – Pelos demais casos de extinção ou perda de mandato.

Art. 22. Os membros eleitos da Mesa assinarão o respectivo termo de posse.

Art. 23. Dos membros da Mesa em exercício, apenas o (a) Presidente não pode fazer parte de Comissões.
Parágrafo único. Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição na sessão imediata à que se deu a renúncia, sob a presidência do (a) Vereador (a) mais idoso (a) dentre os presentes, observando o disposto neste capítulo.

CAPÍTULO V - Da Mesa Executiva

Art. 24. Compete à Mesa, dentre outras atribuições:
I – Enviar ao (a) Prefeito (a), até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;
II – Elaborar e encaminhar, até 31 de agosto de cada ano, a proposta orçamentária da Câmara Municipal, a ser incluída na proposta orçamentária do Município;
III – Propor a criação ou extinção de cargos da Secretaria da Câmara e fixação dos respectivos vencimentos;
IV – Propor projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos adicionais, nos termos da legislação vigente;
V – Orientar os serviços da Secretaria da Câmara e elaborar seu Regimento Interno;
VI – Proceder a redação final das resoluções, modificando o Regimento Interno ou tratando de economia interna da Câmara.

Art. 25. As decisões e proposições da Mesa Executiva serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros e em reuniões previamente convocadas pelo (a) Presidente.
§ 1º A convocação de que trata este artigo deverá incluir todos os membros da Mesa Executiva.
§ 2º As reuniões da Mesa Executiva serão registradas e/ou documentadas por escrito por meio de ata.
§ 3º A ata deverá ser assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos integrantes da Mesa presentes à reunião.

CAPÍTULO VI - Do (a) Presidente

Art. 26. O (a) Presidente é o representante da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativa e diretiva de todas as atividades internas.
Parágrafo único. Compete privativamente ao (a) Presidente da Câmara:
I – Representar a Câmara em juízo ou fora dele;
II – Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
III – Interpretar e cumprir o Regimento Interno;
IV – Promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não foram promulgadas pelo (a) Prefeito (a);
V – Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
VI – Declarar extinto o mandato do (a) Prefeito (a), Vice-Prefeito (a) e Vereadores, nos casos previstos em lei;
VII – Requisitar, à conta de Dotações da Câmara, para serem processadas e pagas pelo Executivo, as suas despesas orçamentárias;
VIII – Encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição do Estado;
IX – Representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
X – Manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;
XI – Convocar a Câmara extraordinariamente;
XII – Convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as leis da República e do Estado, as resoluções e leis municipais e as determinações do presente Regimento;
XIII – Determinar ao (a) Secretário (a) a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;
XIV – Conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento, bem como não consentir divagações ou incidentes estranhos aos assuntos em discussão;
XV – Declarar finda a hora destinada ao Expediente, ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos Oradores;

XVI – Prorrogar as sessões, determinando-lhes a hora;
XVII – Determinar, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação da presença;
XVIII – Nomear os Membros das Comissões Especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhes substitutos;
XIX – Preencher, discricionariamente, vagas nas Comissões nos casos do art. 49;
XX – Assinar os editais, as portarias e o expediente da Câmara;
XXI – Dar posse ao (a) Prefeito (a), Vice-Prefeito (a), Vereadores e suplentes bem como presidir a sessão de eleição da Mesa, quando de sua renovação, e dar-lhe posse;
XXII – Declarar a destituição do (a) Vereador (a) de seu cargo na Comissão, nos casos previstos no art. 48;
XXIII – Manter a ordem dos trabalhos, advertindo os Vereadores que infringirem o Regimento, retirando-lhes a palavra ou suspendendo a sessão;
XXIV – Resolver soberanamente qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário quando omisso o Regimento;
XXV – Mandar anotar em livro próprio os precedentes regimentais, para solução dos casos análogos;
XXVI – Superintender e censurar a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo expressões vedadas pelo Regimento;
XXVII – Rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria;
XXVIII – Superintender os serviços administrativos, autorizar nos limites do seu orçamento, as suas despesas, observadas as formalidades legais, e requisitar do Executivo os respectivos pagamentos;
XXIX – Apresentar no fim do mandato de Presidente o relatório dos trabalhos da Câmara;
XXX – Nomear, promover, remover, suspender e demitir funcionários da Câmara, conceder-lhes férias, licenças, abono de faltas, aposentadoria e acréscimo de vencimentos determinado por lei, e promover-lhes a responsabilidade administrativa, civil e criminal;
XXXI – Determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos;
XXXII – Dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus ou da Câmara;
XXXIII – Convocar reuniões da Mesa Executiva;
XXXIV – Propor ou denegar proposta de acordo de não persecução disciplinar a membros da Câmara Municipal, em procedimentos prévios ao processo administrativo-disciplinar.
XXXV – Devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal ao final do exercício.

Art. 27. É ainda atribuição do (a) Presidente:
I – Substituir o (a) Prefeito (a) nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;
II – Zelar pelo prestígio da Câmara e pelos direitos, garantia e inviolabilidade e respeito devidos a seus membros;
III – Contratar serviços junto às instituições bancárias;
IV – Assinar em conjunto com o (a) 1º Secretário (a), atos externos, solicitações, documentos necessários para contratar serviços bancário;
V – Contratar certificação digital para a Câmara;
VI – Delegar poderes específicos para funcionários da Câmara.

Art. 28. Quando o (a) Presidente exorbitar das funções que lhe são conferidas neste Regimento, qualquer Vereador (a) poderá reclamar sobre o fato, cabendo-lhe recursos do ato ao Plenário.
§ 1º Deverá o (a) Presidente submeter-se à decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente.
§ 2º O (a) Presidente não poderá apresentar proposições, nem tomar parte nas discussões, sem passar a Presidência a seu substituto.

Art. 29. O (a) Presidente da Câmara ou seu substituto só terá direito a voto:
I – Quando a matéria exigir, para sua deliberação, o voto favorável da maioria absoluta ou de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
II – Quando houver empate em qualquer votação, simbólica ou nominal;

Art. 30. No exercício da presidência, estando com a palavra, não poderá o (a) Presidente ser interrompido ou aparteado.

Art. 31. Quando o (a) Presidente não se achar no recinto à hora regimental do início dos trabalhos, o (a) Vice-Presidente substitui-lo-á, cedendo-lhe o lugar logo que, presente, desejar assumir a cadeira presidencial.

CAPÍTULO VII - Do (a) Vice-Presidente

Art. 32. Cabe ao (a) Vice-Presidente substituir o (a) Presidente em casos de licença, impedimento ou ausência do Município, por prazo superior a 10 (dez) dias.
Parágrafo único. Compete ainda ao (a) Vice-Presidente da Câmara:
I – Substituir o (a) Presidente na sua ausência, nos termos deste regimento;
II – Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Resoluções e os Decretos Legislativos, sempre que o (a) Presidente, ainda que em exercício, deixe de fazê-lo no prazo estabelecido;
III – Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Leis, quando o (a) Prefeito (a) e o (a) Presidente da Câmara, sucessivamente, deixarem de fazê-lo, sob pena de perda do cargo da Mesa;
IV – Cumprir outras disposições regimentais ou decorrentes de Resoluções da Câmara.

Art. 33. Na hipótese de ausência temporária do Presidente por período de até 10 (dez) dias, o Vice-Presidente o substituirá exclusivamente para fins de representação institucional e continuidade das atividades ordinárias indispensáveis ao funcionamento da administração.
§ 1º Durante o período de substituição previsto no caput, o Vice-Presidente não poderá praticar atos administrativos de caráter decisório, normativo, financeiro, patrimonial ou que impliquem criação, alteração ou extinção de direitos e obrigações.
§ 2º Excepcionalmente, poderão ser praticados atos administrativos pelo Vice-Presidente quando houver autorização expressa e formal do Presidente ausente, especificando os limites e a finalidade do ato autorizado.
§ 3º Encerrado o período de ausência do Presidente, cessam automaticamente as atribuições extraordinárias eventualmente concedidas ao Vice-Presidente.
§ 4º O disposto neste artigo não afasta a adoção de medidas urgentes e indispensáveis à preservação do interesse público, nos casos e limites previstos em lei.
§ 5º Na hipótese de ausência do Presidente em circunstâncias que impossibilitem a emissão de ato formal de autorização, não se aplicarão as restrições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, podendo o Vice-Presidente praticar os atos administrativos necessários à continuidade da administração e à preservação do interesse institucional, observados os princípios da legalidade, necessidade e urgência.
§ 6º Na hipótese prevista neste artigo, não caberá qualquer alteração na remuneração ao Vice Presidente.

CAPÍTULO VIII - Dos Secretários

Art. 34. Compete ao (a) Primeiro (a) Secretário (a):
I – Constatar a presença dos Vereadores, ao abrir-se a sessão, confrontando-a com o Livro de Presença, anotando os que compareceram e os que faltaram, com causa justificada ou não, e consignar outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o referido Livro no final da sessão;
II – Fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo (a) Presidente;
III – Ler a ata, as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da casa;
IV – Fazer a inscrição dos oradores;
V – Superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão, e assiná-la juntamente com o (a) Presidente e demais Vereadores que assim desejarem;
VI – Assinar com o (a) Presidente os atos da Mesa;
VII – Inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o seu Regulamento;
VIII – Assinar, em conjunto com o (a) Presidente, atos externos, solicitações, documentos necessários para contratar serviços.
Parágrafo único. O (a) Primeiro (a) Secretário (a) poderá, sempre que julgar necessário, solicitar o auxílio de Servidor (a) da Câmara Municipal para a realização dos atos descritos nos incisos I a V,

devendo assinar todos os atos conjuntamente com o (a) Servidor (a) da Câmara.

Art. 35. Compete ao (a) Segundo (a) Secretário (a) substituir o (a) Primeiro Secretário (a) nas suas licenças, impedimentos e ausências.
Parágrafo único. Compete ainda ao (a) Segundo (a) Secretário (a) assinar, juntamente com o (a) Presidente, Vice-Presidente e o (a) Primeiro (a) Secretário (a), os atos da Mesa.

CAPÍTULO IX - Do Plenário

Art. 36. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.
§ 1º Local é o recinto de sua sede.
§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão, regida pelo capítulo referente à matéria, estatuído neste Regimento.
§ 3º O número é o quórum determinado em lei ou no Regimento para a realização das sessões e para as deliberações, ordinárias e especiais.

Art. 37. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, por maioria absoluta ou por maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações legais ou regimentais explícitas em cada caso.
Parágrafo único. Sempre que não houver determinação explícita, as deliberações serão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 38. São atribuições do Plenário:
I – Legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
II – Votar a legislação orçamentária, bem como autorizar a abertura de créditos adicionais;
III – Deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
IV – Autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
V – Autorizar a concessão de serviços públicos;
VI – Autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;
VII – Autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
VIII – Autorizar a alienação de bens patrimoniais, nas hipóteses legais;
IX – Autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
X – Criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;
XI – Aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
XII – Autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;
XIII – Delimitar o perímetro urbano;
XIV – Autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
XV – Aprovar o código tributário, de obras e de posturas municipais;
XVI – Concessão de títulos honoríficos e outorga de honrarias, prêmios ou homenagens a pessoas que reconhecidamente tenham prestado direta ou indiretamente relevantes serviços ao Município, nos termos da Lei;
XVII – Sugerir ao (a) Prefeito (a) e ao Governo do Estado, da União, medidas de interesse do Município;
XVIII – Eleger os membros da Mesa e das Comissões Permanentes;
XIX – Elaborar o Regimento Interno;
XX – Tomar e julgar as contas do (a) Prefeito (a) e da Mesa, inclusive aprovar ou rejeitar o parecer do Tribunal de Contas;
XXI – Cassar o mandato do (a) Prefeito (a), Vice-Prefeito (a) e de Vereadores na forma da legislação Vigente;
XXII – Formular representação junto às autoridades federais e estaduais;
XXIII – Julgar os recursos administrativos de atos do (a) Presidente;
XXIV – Decidir sobre homologação de acordo de não persecução disciplinar celebrado entre o (a) Presidente da Câmara Municipal e Servidor (a);
XXV – Decidir sobre pedido de revisão de decisão denegatória, do (a) Presidente, de proposta de acordo de não persecução disciplinar envolvendo Servidor (a) Público da Câmara Municipal.

Art. 39. São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias, para, em seu nome, expressar em Plenário, pontos de vista sobre assuntos em debate.
Parágrafo único. No início de cada sessão legislativa, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes.

CAPÍTULO X - Das Comissões

Art. 40. As comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara Municipal, destinados, em caráter permanente ou transitório, a proceder a estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Legislativo.
Parágrafo único. As Comissões da Câmara são Permanentes, Especiais e de Representação.

Art. 41. As Comissões Permanentes têm por objetivo os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles sua opinião e preparar, por iniciativa própria, ou indicação do Plenário, projetos de lei atinentes à sua especialidade.

Art. 42. As Comissões Permanentes são 4 (quatro), compostas, cada uma, de 3 (três) membros, com as seguintes denominações:
I – Justiça e Redação;
II – Finanças e Orçamento;
III – Obras, Serviços Públicos e Segurança Pública;
IV – Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.

Art. 43. A eleição das Comissões Permanentes será feita por maioria simples, presentes a maioria absoluta dos Vereadores, em votação aberta e pública.

Art. 44. As Comissões Permanentes serão constituídas até o 8º (oitavo) dia a contar da instalação da sessão legislativa, pelo prazo de dois (2) anos, sendo, porém, permitida a recondução de seus membros.
§ 1º A sessão para eleição das Comissões Permanentes deverá ser agendada com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas, mediante publicação da Convocação em diário oficial;
§ 2º Na eleição das Comissões Permanentes, a primeira a ser eleita será a Comissão de Justiça e Redação, seguida pela Comissão de Finanças e Orçamento. Em seguida, será realizada a eleição da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Segurança Pública, e, por último, a eleição da Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.
§ 3º As Comissões Permanentes serão compostas por 3 (três) membros, sendo um deles eleito para a função de Presidente da Comissão.
§ 4º Não podem compor as comissões os Vereadores licenciados.
§ 5º É permitido aos Vereadores concorrerem em até 3 (três) comissões distintas, sendo vedado o exercício da presidência em mais de uma Comissão.
§ 6º É assegurado o direito de voto a todos os Vereadores presentes, inclusive aos candidatos de cargos da Comissão.
§ 7º A eleição das Comissões dar-se-á por voto aberto e público.
§ 8º O (a) Presidente fará a chamada nominal dos Vereadores, por ordem alfabética, que deverão comunicar seu voto.
§ 9º Terminada a votação, o (a) 1º secretário (a) da Mesa ou o (a) Servidor (a) designado (a) por ele (a) redigirá o boletim de apuração com o respectivo resultado da eleição;
§ 10. O (a) Presidente considerará eleito o (a) Vereador (a) que obtiver a maioria simples dos votos para a comissão, ou no caso de empate entre os candidatos, considerar-se-á eleito o (a) Vereador mais idoso (a), seguidamente, o (a) Presidente da Câmara declarará empossados os membros eleitos.

Art. 45. Declarados eleitos os membros da Comissão, estes assumirão imediatamente a direção dos trabalhos.
Parágrafo único. A critério do (a) Presidente da Câmara, poderá ser franqueada a palavra aos Presidentes das Comissões Permanentes, recém eleitas, para que em nome de todos os membros das respectivas comissões, façam suas considerações e agradecimentos.

Art. 46. Compostas as Comissões, a Câmara publicará no Diário Oficial do Município sua relação, nominando seus membros e

discriminando as competências e manterá afixada no quadro próprio em sua sede.
Parágrafo único. No caso de não haver nenhum Vereador (a) inscrito para alguma das Comissões, nos prazos previstos neste Regimento, o (a) Presidente da Câmara designará o membro entre os Vereadores para preenchimento da comissão, não podendo esse Vereador rejeitar a designação, exceto mediante motivo justo, devidamente comprovado e aceito pela maioria dos Vereadores.

Art. 47. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleição do Presidente e deliberar sobre os dias de reunião, ordem dos trabalhos, os quais serão consignados em livro próprio.

Art. 48. Os membros das Comissões serão destituídos por declaração do (a) Presidente da Câmara quando não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias ou 10 (dez) intercaladas, no biênio, sem justificativa ou com justificativa que tenha sido rejeitada pelos demais membros da Comissão.

Art. 49. Nos casos de vaga, licença ou impedimento dos membros das Comissões, cabe ao (a) Presidente da Câmara a designação do substituto, escolhido, sempre que possível, dentro da mesma legenda partidária.
Parágrafo único. Não havendo a possibilidade de designação de acordo com as disposições do caput, proceder-se-á à escolha por eleição, na forma do art. 43 e seguintes deste Regimento Interno.

Seção I - Dos trabalhos das Comissões

Art. 50. As Comissões Permanentes reunir-se-ão em sessões, ordinariamente, no mínimo uma vez por semana, ou extraordinariamente quando necessário, para exame das matérias despachadas e emissão de pareceres no prazo regimental.
Parágrafo único. O dia e horário das sessões serão previamente fixados pela maioria dos membros da comissão e só poderão ser alterados por deliberação da mesma maioria.

Art. 51. Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas em livros próprios, nelas devendo constar os nomes dos membros presentes, o horário de início, relação da matéria distribuída, resumo dos debates e dos trabalhos realizados e assinatura dos membros presentes.
Parágrafo único. Deixando de comparecer todos os membros de qualquer das Comissões Permanentes à sua reunião ordinária ou extraordinária, o (a) Servidor (a) de Câmara consignará tal fato em livro próprio.

Art. 52. A Presidência da Câmara designará sala da Câmara Municipal e demais estruturas para realização das Reuniões das Comissões.

Art. 53. Qualquer Vereador (a) que tenha interesse poderá participar das reuniões de qualquer Comissão e apresentar sugestões, porém, sem direito a voto.

Art. 54. As Comissões deliberarão por maioria simples de votos.
Parágrafo único. Se qualquer membro da Comissão tiver interesse pessoal na matéria ficará impedido de votar e/ou relatar.

Seção II - Dos Pareceres das Comissões

Art. 55. Parecer é a manifestação sobre determinada matéria, devendo ser fundamentados, redigidos com clareza e precisão.
§ 1º O parecer da Comissão a que for submetido o projeto concluirá pela sua adoção ou rejeição, propondo, ainda, as emendas ou substitutivos que julgar necessários.
§ 2º Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.
§ 3º Sempre que o parecer da Comissão concluir pela tramitação urgente de um processo, deverá preliminarmente, na sessão imediata, ser discutido e votado o parecer.
§ 4º O parecer da Comissão deverá ser assinado ao menos pela maioria dos membros, devendo o voto vencido ser apresentado em separado, indicando a restrição feita.

Art. 56. A apresentação de substitutivo e emendas às proposições serão aceitas apenas na forma escrita.

Art. 57. Os pareceres emitidos pela Comissão constarão de no mínimo 3 (três) partes:
I – Exposição da matéria em exame;
II – Voto do relator, em termos objetivos, com a sua opinião sobre a aprovação ou rejeição, total ou
parcial da matéria, ou sobre a necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda;
III – Decisão da Comissão, com assinatura dos membros que votaram a favor do parecer do relator.
§ 1º Acolhido o voto do relator, este constituirá o parecer da Comissão.
§ 2º O membro da Comissão que não concordar com o parecer do Relator, deverá apresentar suas razões em separado.
§ 3º O membro da Comissão que concordar com a conclusão do Relator, porém por outros fundamentos, poderá apresentar suas razões em separado.
§ 4º O voto em separado, acompanhado pela maioria dos membros da Comissão, passará a constituir seu parecer, considerando-se as conclusões rejeitadas do relator a manifestação em contrário.

Art. 58. Nenhum Vereador membro de comissão permanente poderá relatar parecer sobre proposição de sua iniciativa, salvo no caso de a autoria ser de todos os Vereadores ou quando de iniciativa de todos os membros da comissão a quem se pede pronunciamento.

Art. 59. A proposição que receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as comissões, considerar-se-á rejeitado.

Seção III - Das Competências dos (as) Presidentes das Comissões

Art. 60. Compete aos Presidentes das Comissões:
I – Dar publicidade dos dias de reunião da Comissão, dando disso ciência à Mesa;
II – Convocar reunião extraordinária, de ofício ou a requerimento de seus membros, quando houver necessidade;
III – Presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;
IV – Designar relator entre os membros da Comissão para emissão de parecer sobre o projeto em exame ou avocá-lo para tal fim, sempre que o relator não haja emitido parecer no prazo regimental ou esteja impedido nos casos previstos neste Regimento;
V – Zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;
VI – Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;
VII – Conceder vista aos membros da Comissão, pelo prazo de 3 (três) dias, de proposições que se encontram em regime de tramitação ordinária;
VIII – Solicitar substituto à Presidência da Câmara, para os membros da Comissão.
§ 1º O (a) Presidente poderá funcionar como relator nos casos do inciso IV deste artigo, e terá sempre direito a voto.
§ 2º Dos atos do (a) Presidente da Comissão cabe a qualquer membro da Comissão recurso ao Plenário.

Seção IV - Da Comissão de Justiça e Redação

Art. 61. Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.
§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça e Redação sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que, explicitamente, tiverem outro destino por este Regimento.
§ 2º Concluindo a Comissão de Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, deve o parecer vir a Plenário para ser discutido e somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá a tramitação do processo.
§ 3º À Comissão de Justiça e Redação compete manifestar-se sobre o mérito das seguintes proposições:
I – Organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;
II – Contratos, ajustes, convênios e consórcios;
III – Licença ao (a) Prefeito (a) e Vereadores.

Seção V - Da Comissão de Finanças e Orçamento

Art. 62. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e orçamentário, especialmente sobre:
I – As propostas orçamentárias, opinando sobre as emendas apresentadas;
II – A apresentação de contas do Município;
III – As proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos e empréstimos públicos e às que, direta ou indiretamente alterem a receita ou a despesa do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público.
IV – Os balancetes e balanços da Prefeitura, acompanhando por intermédio destes o andamento das despesas públicas;
V – As proposições que fixem as remunerações do funcionalismo, subsídios do (a) Prefeito (a), do (a) Vice-Prefeito (a), Secretários (as) e Vereadores.
§ 1º Compete ainda à Comissão de Finanças e Orçamento apresentar, no segundo trimestre do último ano de cada legislatura, Projeto de Lei fixando a remuneração do (a) Prefeito (a), do (a) Vice-Prefeito (a) e subsídio dos Vereadores.
§ 2º É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matérias citadas neste artigo, em seus incisos I a V, não podendo ser submetidos à discussão e votação do Plenário, sem o parecer da Comissão, ressalvando as disposições relativas à urgência.
§ 3º Compete ainda à Comissão de Finanças e Orçamento proceder à redação final do projeto de lei orçamentária e a apreciação das contas do (a) Prefeito (a).

Seção VI - Da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Segurança Pública

Art. 63. Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar sobre todos os processos atinentes à realização de obras e serviços prestados pelo Município, autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito Municipal, assim como opinar sobre processos referentes a assuntos ligados à Segurança Pública, à indústria, ao comércio, à agricultura e à pecuária.
Parágrafo único. À Comissão de Obras e Serviços Públicos compete também fiscalizar a execução do Plano de Desenvolvimento do Município.

Seção VII - Da Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente

Art. 64. Compete à Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino, artes, patrimônio histórico, esportes, higiene, saúde pública, obras assistenciais e ao meio ambiente.

Seção VIII - Dos Prazos e Procedimento de Tramitação e Análise das Proposições

Art. 65. Ao (a) Presidente da Câmara incumbe encaminhar as proposições recebidas, dentro do prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento, ao setor Jurídico do Poder Legislativo para análise e emissão de parecer.
§ 1º As proposições acompanhadas do parecer jurídico deverão ser despachadas às Comissões competentes dentro do prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, para exarar parecer.
§ 2º Tratando-se de projeto de iniciativa do (a) Prefeito (a) para qual tenha sido solicitada urgência, observar-se-á a previsão do art. 219 deste Regimento.
§ 3º As proposições serão despachadas pelo (a) Presidente da Câmara às comissões competentes, por meio de comunicação pessoal e escrita, ou por meio eletrônico (e-mail e/ou aplicativo de mensagens).
§ 4º Após o despacho, o Relator da Comissão tem a responsabilidade de examinar e emitir parecer acerca da proposição recebida, sendo que, na sua ausência, nos casos em que esteja impedido ou no caso de o mesmo não emitir o parecer no prazo regimental, o (a) Presidente da Comissão avocará para si tal responsabilidade.

Art. 66. O prazo para a Comissão exarar parecer será de 5 (cinco) dias para processos de tramitação ordinária, a contar da data do despacho da matéria pelo (a) Presidente da Câmara, salvo resolução em contrário do Plenário e previsão do art. 219 deste Regimento Interno.
§ 1º O Relator terá o prazo de 3 (três) dias para apresentação do parecer perante a Comissão.
§ 2º Findo o prazo sem que o parecer seja apresentado pelo relator, o (a) Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer da Comissão, no prazo improrrogável de 2 (dois) dia para a sua apresentação.
§ 3º Cabe ao (a) Presidente da Comissão solicitar ao Plenário prorrogação de prazo previsto no caput para exarar parecer por iniciativa própria ou a pedido do Relator.
§ 4º Findo o prazo sem que o parecer seja concluído, e sem prorrogação autorizada, o (a) Presidente da Câmara designará uma Comissão Especial de 3 (três) membros para exarar o parecer dentro do prazo improrrogável de 3 (três) dias.
§ 5º Findo o prazo e sem que a Comissão tenha emitido o parecer referido no parágrafo anterior, o processo seguirá mediante o cumprimento das formalidades necessárias e será incluído na ordem do dia, sem o parecer da Comissão faltosa.
§ 6º Os prazos estabelecidos neste artigo não correm no período de recesso.
§ 7º Tratando-se de projeto de codificação, serão triplicados os prazos deste artigo e seus §§ 1º a 4º.

Art. 67. No exercício de suas atribuições as Comissões poderão convocar pessoas interessadas, tomar depoimentos, solicitar informações e documentos, proceder a todas as diligências que julgar necessárias ao esclarecimento do assunto.

Art. 68. Poderão as Comissões requisitar do (a) Prefeito (a), por intermédio do (a) Presidente da Câmara e independentemente de discussão e votação, todas as informações que julgarem necessárias, desde que o assunto seja de especialidade da Comissão.
Parágrafo único. Sempre que a Comissão solicitar informações do (a) Prefeito (a) ou audiência preliminar de outra Comissão, fica interrompido o prazo a que se refere o caput do art. 66 até o máximo de 3 (três) dias após o recebimento das informações solicitadas, ou se vencido o prazo dentro do qual as mesmas deveriam ter sido prestadas, devendo a Comissão exarar o seu parecer findo o prazo de 3 (três) dias.

Art. 69. As Comissões da Câmara têm livre acesso às dependências, arquivos, livros e papéis das repartições municipais, mediante solicitação ao (à) Prefeito (a), pelo (a) Presidente da Câmara.

Seção IX - Das Comissões Especiais

Art. 70. As Comissões Especiais serão constituídas a requerimento escrito e apresentado por qualquer Vereador (a) na hora do expediente, e terão suas finalidades especificadas no requerimento que as constituírem, cessando suas funções quando finalizadas as deliberações sobre o projeto proposto.
§ 1º As Comissões Especiais serão compostas de 3 (três) membros, salvo expressa deliberação em contrário da Câmara.
§ 2º As Comissões serão constituídas por meio de sorteio em procedimento público.
§ 3º As Comissões Especiais têm prazo determinado para apresentar relatório de seus trabalhos, marcado pelo próprio requerimento de constituição ou pelo (a) Presidente.

Art. 71. A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de inquérito, na forma do artigo anterior, com o fim de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Mesa ou de Vereadores, no desempenho de suas funções, mediante aprovação de maioria absoluta dos membros da Câmara na sessão de apreciação do requerimento.
§ 1º As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.
§ 2º O (a) Vereador (a) denunciante ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante.

§ 3º Se o denunciante for o (a) Presidente da Câmara, passará a presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento.
§ 4º A Comissão de Inquérito terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 10 (dez), desde que aprovado pelo Plenário, para exarar parecer sobre a denúncia e provas apresentadas.
§ 5º Opinando a Comissão pela procedência, elaborará Resolução, sujeita a discussão e aprovação pelo Plenário, sem que sejam ouvidas outras Comissões, salvo deliberação em contrário pelo Plenário.
§ 6º Aos acusados cabe ampla defesa, sendo-lhes facultado o prazo de 10 (dez) dias para elaboração dela e indicação de provas.
§ 7º A Comissão tem o poder de examinar todos os documentos municipais que julgar convenientes, ouvir testemunhas e solicitar através do (a) Presidente da Câmara, as informações necessárias.
§ 8º Comprovada a irregularidade, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis no âmbito político-administrativo, através de Resolução aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
§ 9º Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio do inquérito à Justiça Comum, para aplicação de sanção civil ou penal na forma da Lei.
§ 10. Opinando a Comissão pela improcedência da acusação, será votado preliminarmente o seu parecer.
§ 11. Não será criada Comissão de Inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos duas, salvo por deliberação da maioria da Câmara.

Seção X - Das Comissões de Representação

Art. 72. As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter social, por designação da Mesa ou a requerimento de qualquer Vereador (a), aprovado pelo Plenário.

Art. 73. O (a) Presidente designará uma Comissão de Vereadores para receber e introduzir no Plenário, nos dias de sessão, os visitantes oficiais.
Parágrafo único. Um (a) Vereador (a), especialmente designado (a) pelo (a) Presidente, fará a saudação oficial ao visitante, que poderá discursar para respondê-la.

CAPÍTULO XI - Da Secretaria da Câmara

Art. 74. Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria, e reger-se-ão por regulamento próprio.
Parágrafo único. Todos os serviços da Secretaria serão orientados pela Mesa, que fará observar o regulamento vigente.

Art. 75. A nomeação, exoneração e demais atos administrativos do funcionalismo da Câmara competem ao (a) Presidente, de conformidade com a legislação vigente e o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.
§ 1º A Câmara somente poderá admitir servidores mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos através de lei aprovada pela maioria absoluta dos membros.
§ 2º A lei a que se refere o parágrafo anterior será votada em 2 (dois) turnos com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre eles.
§ 3º A criação e extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação e alteração dos seus vencimentos dependerão de proposição da Mesa.
§ 4º As proposições que modifiquem os serviços da Secretaria ou as condições e vencimentos de seu pessoal, são de iniciativa da Mesa, devendo, por ela, ser submetidas à consideração e aprovação do Plenário.
§ 5º Aplicam-se, no que couber, aos funcionários da Câmara Municipal os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Executivo.
§ 6º Os vencimentos dos cargos da Câmara não poderão ser superiores aos pagos pelo Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas.

Art. 76. Poderão os Vereadores interpelar a Mesa sobre os serviços da Secretaria ou sobre a atuação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões sobre os mesmos em proposição encaminhada à Mesa, que deliberará sobre o assunto.

Art. 77. A correspondência oficial da Câmara será feita pela Secretaria, sob responsabilidade da Mesa.
Parágrafo único. Nas comunicações sobre deliberações da Câmara, indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade ou maioria, não sendo permitido à Mesa e nenhum Vereador (a) declarar-se voto vencido.

Art. 78. As representações da Câmara, dirigidas aos Poderes do Estado e da União, assim como os papéis do expediente comum serão assinadas pelo (a) Presidente.

Seção I - Da Eliminação de Irregularidades, Incertezas Jurídicas ou Situações Contenciosas na Aplicação do Direito Público

Art. 79. Para eliminar irregularidades, incertezas jurídicas ou situações contenciosas na aplicação do direito público, a Câmara Municipal poderá, após parecer do órgão jurídico e, quando necessário, realização de consulta pública, e estando presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
Parágrafo único. O compromisso referido no caput deste artigo deverá:
I – Buscar uma solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;
II – Não conferir desoneração permanente de deveres ou condicionamento de direitos reconhecidos por orientação geral;
III – Prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

Seção II - Do Acordo de Não Persecução Disciplinar

Art. 80. Antes da instauração de processo administrativo disciplinar, o (a) Presidente da Câmara, com base em indícios suficientes de conduta funcional ou pessoal que configure infração disciplinar, poderá propor ao (a) servidor (a) a celebração de um acordo de não persecução disciplinar.
§ 1º O cabimento ou não do acordo de não persecução disciplinar será declarado em decisão fundamentada do (a) Presidente da Câmara Municipal, avaliando-se a presença dos seguintes requisitos:
I – A prática de infração disciplinar passível de advertência ou suspensão, isoladamente ou cumulativamente;
II – As circunstâncias, a gravidade, a repercussão social da infração disciplinar e o histórico funcional do (a) servidor (a) indicarem a suficiência e a adequação da medida em relação à falta disciplinar apurada;
III – O (a) servidor (a) não ter celebrado acordo de não persecução disciplinar nos últimos 4 (quatro) anos, contados a partir da data de homologação do último acordo;
IV – A ausência de concurso da infração disciplinar com outras infrações sujeitas às sanções de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargos em comissão e destituição de função comissionada.
§ 2º O acordo de não persecução disciplinar, em caso de infração passível de suspensão, somente será cabível quando a suspensão, em virtude do número reduzido de servidores, puder causar prejuízos à continuidade dos serviços prestados.
§ 3º O termo de acordo de não persecução disciplinar deverá conter os seguintes elementos:
I – A descrição da conduta que, em tese, configura infração disciplinar passível de advertência ou suspensão, com a respectiva qualificação jurídica, conforme a Lei;
II – A descrição das obrigações a serem cumpridas pelo (a) servidor (a) para recomposição da ordem jurídico-administrativa, mediante regularização ou adequação do serviço e cessação ou remoção do ilícito, conforme o caso;
III – A previsão de medidas para a compensação, mitigação ou reparação das consequências da ação ou omissão ilícita, tais como:
a) atuação cumulativa em outras unidades, com renúncia a indenizações ou licenças compensatórias;
b) assunção da obrigação de pleitear remoção ou promoção;
c) assunção da obrigação de submissão a tratamento de saúde;

d) frequência a cursos de aperfeiçoamento funcional oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou outras instituições de reconhecimento oficial, com certificação de conclusão;
e) adesão a projetos institucionais;
f) prestação pecuniária ao erário público municipal;
g) outras providências que, diante do caso concreto, propiciem a reparação in natura da legalidade administrativa. IV. O prazo e o modo de cumprimento e fiscalização das obrigações assumidas pelo (a) servidor (a); V. A aceitação, pelo (a) servidor (a), de todos os termos do acordo e sua conscientização quanto à necessidade de um desempenho eficiente de suas atribuições, inclusive com o acatamento as recomendações e orientações.
§ 4º Celebrado o acordo, o (a) Presidente da Câmara Municipal encaminhará o procedimento ao Plenário, que poderá:
I – Homologar o acordo e determinar a restituição dos autos ao (a) Presidente da Câmara para fiscalização de seu cumprimento;
II – Recusar a homologação, em caso de inobservância dos requisitos e elementos previstos nos parágrafos anteriores, determinando a restituição dos autos ao (a) Presidente da Câmara para adequação ou instauração de processo disciplinar, conforme o caso.
§ 5º Recebendo os autos com a homologação do acordo de não persecução disciplinar, o (a) Presidente da Câmara determinará a instauração de procedimento de acompanhamento, com notificação ao (a) servidor (a) para que inicie o cumprimento das obrigações assumidas.
§ 6º Caso a proposta de acordo de não persecução disciplinar seja recusada, o (a) Presidente da Câmara instaurará processo administrativo disciplinar, seguindo os ritos legais.
§ 7º O descumprimento injustificado de qualquer das obrigações previstas no acordo de não persecução disciplinar ensejará sua rescisão, por decisão fundamentada do órgão homologador, mediante provocação do (a) Presidente da Câmara.
§ 8º A prática de nova infração disciplinar durante o período de cumprimento do acordo de não persecução disciplinar poderá motivar sua rescisão.
§ 9º A prescrição ficará suspensa durante o período compreendido entre o dia da celebração do acordo de não persecução disciplinar e o dia de sua rescisão.
§ 10. Comprovado o cumprimento integral das cláusulas do acordo de não persecução disciplinar, o (a) Presidente da Câmara determinará o arquivamento do procedimento, o qual constará dos assentos funcionais do (a) servidor (a) apenas para os fins do inciso III do § 1º deste artigo.

TÍTULO II - DOS VEREADORES

CAPÍTULO I - Do Exercício do Mandato

Art. 81. Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de quatro anos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 82. Compete ao (a) Vereador (a):
I – Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário;
II – Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
III – Apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;
IV – Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;
V – Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público;
VI – Participar de Comissões Temporárias.

Art. 83. São obrigações e deveres do (a) Vereador (a):
I – Desincompatibilizar-se;
II – Apresentar anualmente cópia da Declaração do Imposto de Renda ou, quando impossível, poderá ser substituída pela declaração pública de seus bens;
III – Quando do início do mandato, cada Vereador ainda deverá declarar os meios de comunicação, como e-mail e aplicativo de mensagens que receberão as informações diversas da Câmara Municipal, como convocações, ofícios, intimações, avisos, entre outros, com a presunção prevista neste Regimento Interno;
IV – Exercer as atribuições enumeradas no artigo anterior;
V – Comparecer decentemente trajado às sessões, na hora prefixada;
VI – Cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado;
VII – Votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando se tratar de matéria de seu cônjuge, ou de pessoa de que seja parente consanguíneo ou afim até terceiro grau inclusive, podendo, entretanto, tomar parte na discussão;
VIII – Portar-se em Plenário com respeito, não conversando em tom que perturbe os trabalhos;
IX – Obedecer às normas regimentais;
X – Residir no território do Município.
Parágrafo único. Será nula a votação em que haja votado Vereador (a) impedido (a) nos termos do inciso VII deste artigo.

Art. 84. Se qualquer Vereador (a) cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o (a) Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme a gravidade:
I – Advertência pessoal;
II – Advertência em Plenário;
III – Cassação da palavra;
IV – Suspensão da sessão para entendimentos em sala privada;
V – Convocação de sessão para a Câmara deliberar a respeito;
VI – Proposta de cassação do mandato, por infração no disposto no inciso III do art. 7º do Decreto-Lei nº. 201, de 27 de fevereiro de 1967.
Art. 85. Nenhum (a) Vereador (a) poderá, desde a posse:
a) Celebrar ou manter contrato com o Município;
b) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;
c) Ocupar cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas nas alíneas *a* e *b*, ressalvadas a admissão por concurso público;
d) Ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município;
e) Exercer outro cargo eletivo, seja federal, estadual ou municipal;
f) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades que se referem as alíneas *a* e *b*.
§ 1º A infringência de qualquer proibição deste artigo importará na cassação do mandato, observada a Legislação Federal.
§ 2º Não perde o mandato o (a) Vereador (a) que se licenciar para exercer cargo de provimento em Comissão dos Governos Federal e Estadual, ou Secretário do Poder Executivo Municipal.

Art. 86. A Câmara poderá cassar o mandato do (a) Vereador (a) quando:
I – Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
II – Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;
III – Fixar residência fora do Município.

Art. 87. O processo de cassação do mandato do (a) Vereador (a) obedecerá aos preceitos da Lei Federal.

Art. 88. O (a) Presidente poderá afastar de suas funções o (a) Vereador (a) acusado (a), desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o (a) respectivo (a) suplente até o julgamento final. O (a) suplente convocado (a) não intervirá nem votará nos atos do processo do (a) Vereador (a) afastado (a).

Art. 89. Se a denúncia recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara for contra o (a) Presidente, este (a) passará a presidência ao seu substituto legal.

Art. 90. Extingue-se o mandato do (a) Vereador (a), devendo ser declarado pelo (a) Presidente da Câmara Municipal, obedecida a legislação federal, quando:
I – Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, lida em plenário, cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – Deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no Art. 5º deste Regimento;
III – Deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a 5 (cinco) sessões ordinárias consecutivas ou a 3 (três) sessões extraordinárias convocadas pelo (a) Prefeito (a) para a apreciação de matéria urgente, salvo se a convocação das extraordinárias ocorrer durante o período de recesso da Câmara Municipal.
§ 1º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o (a) Presidente da Câmara Municipal, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato, e convocará, imediatamente, o (a) respectivo (a) suplente.
§ 2º Se o (a) Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o (a) suplente, o (a) Vereador (a) ou o (a) Prefeito (a) Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a Lei Federal

CAPÍTULO II - Da Remuneração, da Licença e da Substituição

Art. 91. O mandato de Vereador (a) somente será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal, sendo vedado o pagamento de qualquer outra vantagem pecuniária em razão do mandato, inclusive ajuda de custo, representação ou gratificações.
Parágrafo único. Os subsídios serão fixados mediante lei no final de cada legislatura, para vigorar na seguinte, respeitados os limites legais.

Art. 92. O (a) Vereador (a) poderá licenciar-se somente:
I – Por moléstia devidamente comprovada;
II – Para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;
III – Para tratar de interesses particulares por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.
IV – Para exercer cargo de provimento em comissão dos Governos Federal e Estadual, ou Secretário do Poder Executivo Municipal.
§ 1º Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o (a) Vereador (a) licenciado (a) nos termos dos incisos I e II.
§ 2º O (a) Vereador (a) investido (a) em cargo de provimento em comissão de Secretário do Poder Executivo Municipal, não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.

Art. 93. Nos casos de vaga ou investidura em qualquer dos cargos mencionados no artigo anterior, dar-se-á convocação do (a) suplente, observando os casos em concreto, em até 30 dias após a comunicação da licença.
§ 1º Se o mandato for gratuito, convocar-se-á, também o suplente, em qualquer caso de licença do titular.
§ 2º O (a) suplente convocado (a) deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
§ 3º Em caso de vaga, não havendo suplente, o (a) Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 94. A substituição do (a) Vereador (a) licenciado perdurará pelo prazo solicitado, ainda que o (a) titular não reassuma.
§ 1º O (a) suplente para licenciar-se, precisa antes, assumir e estar no exercício do cargo.
§ 2º A recusa do (a) suplente em assumir a substituição, sem motivo justo aceito pela Câmara, importa em renúncia tácita do mandato, devendo o (a) Presidente, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias, declarar extinto o mandato e convocar o (a) suplente seguinte.

TÍTULO III - DAS SESSÕES

CAPÍTULO I - Das Sessões em Geral

Art. 95. As sessões da Câmara são ordinárias, extraordinárias e solenes.
§ 1º Ordinárias são as realizadas em datas e horários previstos neste Regimento.
§ 2º Extraordinárias são as realizadas em ocasiões diversas das fixadas para as sessões ordinárias.
§ 3º Solenes são as destinadas à:
I – Instalação da legislatura;
II – Posse do (a) Prefeito (a), Vice-Prefeito (a) e Vereadores;
III – Outorga de honrarias ou prestação de homenagens.

Art. 96. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que forem realizadas fora dele, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

Art. 97. As sessões da Câmara Municipal serão públicas.

Art. 98. As sessões só poderão ser abertas com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.
Parágrafo único. Cabe ao (a) Vereador (a), em colaboração com os trabalhos da Câmara, comunicar previamente eventual ausência na sessão.

Art. 99. No horário do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores, e havendo número legal, o (a) Presidente declarará aberta a sessão.
§ 1º Quando o número de Vereadores presentes não permitir o início da sessão, o (a) Presidente aguardará o prazo de tolerância de 10 (dez) minutos.
§ 2º Decorrido o prazo de tolerância, ou antes, se houver número, proceder-se-á a nova verificação de presença.
§ 3º Não se verificando número legal, o (a) Presidente declarará encerrados os trabalhos, determinando a lavratura do termo de ata, que não dependerá de aprovação.
§ 4º A chamada dos Vereadores se fará pela ordem alfabética dos seus nomes parlamentares, comunicados ao (a) Secretário (a) no início da legislatura.
§ 5º Considerar-se-á presente à sessão o (a) Vereador (a) que assinar o livro de folhas de presença até o início da Ordem do Dia, e participar das votações.

Art. 100. Quando ausente na sessão, o (a) Vereador (a) poderá apresentar justificativa, na secretaria da Câmara, até a sessão seguinte, na qual será colocada em apreciação do plenário, por maioria simples, quanto a concessão do abono da falta.

Art. 101. As sessões compõem-se de duas partes: Expediente e Ordem do Dia.

Art. 102. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.
§ 1º A critério do (a) Presidente, serão convocados funcionários da Secretaria necessários ao andamento dos trabalhos.
§ 2º A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador (a), poderão assistir aos trabalhos no recinto do Plenário, autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, personalidades que se resolva homenagear e representantes credenciados da imprensa, do rádio e da televisão, que terão lugar reservado no recinto.
§ 3º Os visitantes, recebidos no Plenário, em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes for feita no Legislativo.

Art. 103. Excetuadas as solenes, as sessões terão a duração máxima de 3 (três) horas, podendo ser prorrogadas por tempo total nunca superior a 1 (uma) hora, por iniciativa do (a) Presidente ou a pedido de qualquer Vereador (a), aprovado pelo Plenário.

Art. 104. Será dada publicidade às sessões da Câmara, publicando-se a pauta e a convocação, quando for o caso, facilitando-se o trabalho da imprensa.

Art. 105. As sessões da Câmara serão transmitidas em tempo real, em áudio e vídeo, via internet em canal oficial mantido ou administrado pela Câmara.
§ 1º O acesso às transmissões será público, gratuito e livre, independentemente de qualquer cadastro ou autenticação.

Art. 106. As sessões serão gravadas integralmente, sem cortes ou edições que comprometam a fidelidade dos trabalhos e conterão a

identificação da data e do tipo de sessão (ordinária, extraordinária ou solene).
§ 1º As gravações das sessões serão disponibilizadas na íntegra, nos canais oficias de divulgação do Poder Legislativo, de maneira a garantir ampla publicidade.
§ 2º Os registros digitais das gravações deverão ser arquivados pelo Legislativo em sistema eletrônico seguro, com backup periódico em servidores internos e externos;
§ 3º O prazo mínimo de guarda das gravações será de 5 (cinco) anos, prorrogável conforme deliberação expressa da Mesa Diretora.
§ 4º Os registros digitais passarão a constituir documentos oficiais, podendo ser utilizados como prova em processos administrativos e judiciais.
§ 5º As gravações poderão ser disponibilizadas a quem requerer por meio de protocolo na secretaria, em formato acessível.

Seção I - Das Sessões Ordinárias

Art. 107. A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, independentemente de convocação, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto à 15 de dezembro, nos termos do Art. 11. da Lei Orgânica do Município.
Parágrafo único. Serão realizadas, no mínimo, 30 (trinta) sessões ordinárias anuais.

Art. 108. As sessões Ordinárias da Câmara Municipal serão realizadas todas as segundas-feiras com início às 19:00 horas.
§ 1º Ocorrendo feriado, ponto facultativo ou qualquer outro fator que cancele ou impeça a realização da sessão ordinária no dia previsto, esta será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.
§ 2º Dispensa-se a necessidade de comunicação prévia e formal aos Vereadores sobre a transferência automática da data da sessão ordinária prevista no caput, em razão do prévio conhecimento deste Regimento.

Art. 109. Durante o recesso parlamentar, considerando a redução das demandas e com o objetivo de promover a economia de recursos públicos, fica a Presidência da Câmara Municipal autorizada a implementar o regime de trabalho remoto (home-office) para a prestação de serviços administrativos, com revezamento entre os servidores para atendimento presencial na sede da Câmara Municipal.
Parágrafo único. A Presidência poderá convocar os servidores para o retorno às atividades presenciais, caso haja necessidade, durante o período mencionado no caput.

Seção II - Das Sessões Extraordinárias

Art. 110. A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente.
§ 1º A convocação extraordinária poderá ser feita:
I – Pelo (a) Prefeito (a) Municipal;
II – Pelo (a) Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa.
§ 2º As Sessões Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e nelas não se poderá tratar de matéria estranha à convocação.
§ 3º A convocação será comunicada aos Vereadores pelo (a) Presidente da Câmara, por meio de comunicação pessoal, telefônica ou eletrônica (e-mail e/ou via aplicativo de mensagens), com a devida certificação nos autos do processo legislativo. Além disso, será divulgado Edital afixado no local de costume e publicado no Órgão Oficial do Município. Sempre que possível, a convocação será realizada durante a sessão, sendo comunicada pelos meios cabíveis apenas aos vereadores ausentes.
§ 4º As Sessões Extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive nos domingos e feriados.

Seção III - Das Sessões Solenes

Art. 111. As sessões solenes serão convocadas pelo (a) Presidente ou por deliberação da Câmara, para o fim específico que lhes for determinado.
§ 1º Nessas sessões, não haverá expediente, serão dispensadas a leitura da ata e a verificação da presença, e não haverá tempo determinado para encerramento.
§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.
§ 3º Nas sessões solenes poderão ser executados o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Município.

Seção IV - Da Participação Remota às Sessões da Câmara

Art. 112. A participação dos vereadores às Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreia, poderão ser realizadas de forma semipresencial, possibilitando a participação remota por sistema de videoconferência disponibilizado pela Câmara, desde que apresentada justificativa e aceita pelo Presidente, no prazo de 12 (doze) horas antes do início da sessão.
Parágrafo único. Rejeitada a justificativa apresentada para participação remota, o vereador deverá comparecer à sessão pessoalmente, sob pena de ser considerado ausente e ter falta contabilizada, salvo se apresentada justificativa de ausência por caso fortuito ou força maior, nos termos do Regimento Interno.

Art. 113. Para participação remota nas sessões, será de inteira responsabilidade do vereador providenciar os recursos tecnológicos necessários à conexão com a internet e à transmissão segura e estável de áudio e vídeo durante o período total de realização da sessão.
§ 1º Na ocorrência de problemas de qualquer natureza que prejudique ou impeçam a participação remota, nos termos do caput deste artigo, o vereador será considerado ausente à sessão e terá a falta registrada, salvo se apresentada justificativa de ausência por caso fortuito ou força maior nos termos do Regimento Interno.
§ 2º Ainda que participe das sessões de forma semipresenciais, o vereador deverá, obrigatoriamente, estar trajado de acordo com as normas de vestimenta previstas no Regimento Interno desta Casa.
§ 3º Na participação semipresencial nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias, o vereador deverá manifestar seu voto oralmente, de forma clara e inequívoca, observando-se o mesmo procedimento de votação adotado presencialmente.

Art. 114. Fica vedada a participação de vereador de forma semipresencial nas sessões da Câmara Municipal que tratem da eleição da Mesa Diretora ou de cassação de mandato.

CAPÍTULO II - Das Atas

Art. 115. De cada sessão da Câmara, lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo os assuntos tratados, a fim de ser submetida a Plenário.
§ 1º As proposições e documentos apresentados às sessões serão somente identificados apenas pela declaração do objeto a que se referem, salvo se houver requerimento de transcrição integral aprovado pela Câmara Municipal.
§ 2º A transcrição de declaração de voto, feita por escrito, em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao (a) Presidente.

Art. 116. Nos casos das sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, a ata da sessão poderá ser lida e deliberada na sessão própria ou na sessão ordinária seguinte.
§ 1º A ata da sessão anterior estará disponível para consulta pelos Vereadores 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão. Ao iniciar a reunião, o (a) Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada.
§ 2º Cada Vereador (a) poderá falar uma vez sobre a ata, para pedir a sua retificação ou impugná-la.
§ 3º Se o pedido de retificação não for contestado, a ata será considerada aprovada com a retificação. Em caso contrário, o Plenário deliberará a respeito e, se mantido o pedido de retificação, esta será realizada posteriormente à sessão, e a ata retificada será novamente lida na sessão ordinária subsequente.
§ 4º Feita a impugnação da ata, o Plenário deliberará a respeito. Aceita a impugnação, será lavrada nova ata, e a mesma será novamente lida na sessão ordinária subsequente, e o fato será mencionado na ata da sessão em que ocorrer tal deliberação.

§ 5º Aprovada, a ata será assinada pelo (a) Presidente e Primeiro (a) Secretário (a), e ainda pelos demais Vereadores presentes que assim desejarem.
§ 6º Cópia da ata aprovada somente será fornecida mediante requerimento com justificativa e após deliberação e despacho do (a) Presidente.

Art. 117. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na mesma sessão, com qualquer número.

CAPÍTULO III - Do Expediente

Art. 118. O Expediente terá duração máxima e improrrogável de 1 (uma) hora, e se destina à aprovação da ata da sessão anterior e à leitura de documentos procedentes do Executivo ou de outras origens, e apresentação de proposições pelos Vereadores.

Art. 119. Aprovada a ata, o (a) Presidente determinará ao (a) Secretário (a) a leitura da matéria do Expediente, obedecendo a seguinte ordem:
I – Expediente recebido do (a) Prefeito (a);
II – Expediente recebido de diversos;
III – Expediente apresentado pelos Vereadores.
§ 1º As proposições dos Vereadores deverão ser protocoladas até o término do expediente da Secretaria da Câmara Municipal do dia que antecede a Sessão, exceto avisos, convites e demais documentos urgentes. Contudo, a critério do (a) Presidente, poderão ser lidos mesmo que protocolados no mesmo dia da sessão.
§ 2º Se a entrada da matéria ocorrer após o horário estabelecido no parágrafo anterior, figurará no expediente da sessão ordinária seguinte.
§ 3º Na leitura das proposições obedecer-se-á a seguinte ordem:
I – Projeto de lei;
II – Projeto de decreto legislativo;
III – Projeto de resolução;
IV – Requerimentos;
V – Indicações;
VI – Moções;
VII – Recursos;
§ 4º Encerrada a leitura das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, exceto as de urgência, nos termos deste Regimento Interno;
§ 5º Dos documentos apresentados no Expediente, serão dadas cópias, quando solicitadas pelos interessados.
§ 6º As proposições apresentadas seguirão as normas ditadas nos Capítulos seguintes sobre a
matéria.

CAPÍTULO IV - Da Ordem do Dia

Art. 120. Findo o expediente, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia.
§ 1º Será realizada a verificação de presença, e a sessão somente prosseguirá se estiver a maioria absoluta dos Vereadores.
§ 2º Não se verificando o quórum regimental, o (a) Presidente aguardará 5 (cinco) minutos, antes de declarar encerrada a sessão.

Art. 121. Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia.
§ 1º Quando solicitado pelo (s) Vereador (es), a Secretaria poderá fornecer cópia das proposições e pareceres, assumindo ele a responsabilidade com relação aos dados constantes nas proposições.
§ 2º O Secretário lerá o conteúdo da ementa da proposição que se houver de discutir e votar, podendo ser dispensada a leitura, a requerimento verbal, aprovado pelo Plenário.

Art. 122. A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação:
I – Matéria em regime especial;
II – Vetos e matéria em regime de urgência;
III – Matéria em regime de preferência (substitutivo, emendas, subemendas ou outros);
IV – Matérias em primeira discussão;
V – Matérias em segunda discussão;
VI – Matéria em discussão única;
VII – Recursos.

§ 1º Obedecida a classificação prevista no caput deste artigo, as matérias figurarão ainda segundo a ordem cronológica.
§ 2º A disposição da matéria na Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de Urgência, Preferência, Adiamento ou Vistas, mediante requerimento apresentado durante a Ordem do Dia, e aprovado pelo Plenário.

TÍTULO IV - DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I - Das Proposições em Geral

Art. 123. Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário.
§ 1º As Proposições poderão consistir em projetos de lei, projetos de decretos legislativos, projetos de resoluções, requerimentos, indicações, substitutivos, emendas, subemendas, pareceres, moções e recursos.
§ 2º Toda proposição deverá ser redigida com clareza e em termos explícitos e sintéticos.

Art. 124. A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição:
I – Que versar sobre assunto alheio à competência da Câmara;
II – Que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo;
III – Que, ao fazer referência a leis, decretos, regulamentos ou quaisquer outros dispositivos legais, não se inclua a transcrição completa, redigindo-se de maneira que a providência objetiva não possa ser claramente identificada à simples leitura;
IV – Fazendo menção a cláusula de contratos ou de concessões, não a transcreva por extenso;
V – Que apresentada por qualquer Vereador (a) verse sobre assuntos de competência privativa do (a) Prefeito (a);
VI – Que seja antirregimental;
VII – Que seja apresentada por Vereador (a) ausente à sessão;
VIII – Que tenha sido rejeitada e novamente apresentada, exceto nos casos previstos neste Regimento.
Parágrafo único. Da decisão da Mesa caberá recurso ao Plenário, que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia e apreciação pelo Plenário.

Art. 125. Considerar-se-á autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.
§ 1º As assinaturas que se seguem à do autor serão consideradas de apoiamento, implicando na concordância dos signatários com o mérito da proposição subscrita.
§ 2º As assinaturas de apoiamento não poderão ser retiradas após a entrega da proposição à Mesa.

Art. 126. Os processos serão organizados pela Secretaria da Câmara, conforme regulamento baixado pela Presidência.

Art. 127. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o respectivo processo, pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua tramitação.

Art. 128. O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de sua proposição.
§ 1º Se a matéria ainda não recebeu parecer favorável da Comissão, nem foi submetida à deliberação do Plenário, compete ao (a) Presidente deferir o pedido.
§ 2º Se a matéria já recebeu parecer favorável da Comissão ou já tiver sido submetida ao Plenário, a este compete a decisão.

Art. 129. A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do (a) Prefeito (a).

Art. 130. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura

anterior, que estejam sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes.
§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei ou de resolução oriundos do Executivo, da Mesa ou de Comissão da Câmara, que deverão ser consultadas a respeito.
§ 2º Cabe a qualquer Vereador (a), mediante requerimento dirigido ao (a) Presidente, solicitar o desarquivamento do projeto e o reinício da tramitação regimental.

Art. 131. As proposições deverão observar os seguintes requisitos:
I – Quando destinadas a autoridades municipais, deverão indicar expressamente o cargo e o nome do agente público ao qual se dirigem;
II – Quando encaminhadas a outras esferas de governo, entidades públicas ou privadas ou a pessoas físicas, deverão conter o respectivo nome completo e endereço, incluindo município, CEP e logradouro e, sempre que possível, endereço eletrônico;
III – as moções de pesar, aplauso ou congêneres, após a conclusão da fase de deliberação e o respectivo registro no sistema oficial do Poder Legislativo, serão entregues ao vereador proponente, sob sua inteira responsabilidade, fiando vedado à Câmara Municipal o custeio das respectivas entregas;
IV – o protocolo de indicações, requerimentos e moções observará o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e as orientações do Departamento Legislativo, especialmente quanto aos prazos e à organização da pauta.

Art. 132. As proposições deverão estar devidamente assinadas por seus autores, admitida a assinatura por meio digital, e deverão ser protocoladas até o término do expediente do dia útil anterior ao da sessão, sob pena de não serem incluídas na pauta, salvo autorização da Presidência em casos devidamente justificados.
§ 1º É vedada a apresentação de proposições idênticas durante a mesma legislatura, ficando a primeira protocolada vinculada ao respectivo autor até o término do mandato, devendo as demais apresentadas posteriormente ser arquivadas, conforme registro no sistema oficial.
§ 2º Os protocolos de indicações ou requerimentos que apresentem objeto genérico ou indeterminado deverão ser devolvidos ao autor para reformulação, a fim de que sejam corrigidos e reapresentados com a devida especificação e clareza, sob pena de arquivamento definitivo pelo setor competente.

Seção I - Dos Projetos

Art. 133. Toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal com sanção do (a) Prefeito (a) será objeto de Projeto de Lei e todas as deliberações privativas da Câmara tomadas em Plenário terão forma de Decreto Legislativo ou de Resolução.
§ 1º Destinam-se os Decretos Legislativos a regulamentar as matérias de exclusiva competência da Câmara que tenham efeito externo, tais como:
I – Concessão de licença ao (a) Prefeito (a) para afastar-se do cargo ou ausentar-se, por mais de 20 (vinte) dias e do País por qualquer tempo;
II – Aprovação ou rejeição do parecer prévio proferido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do (a) Prefeito (a) e da Mesa da Câmara;
III – Representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;
IV – Mudança do local de funcionamento da Câmara;
V – Cassação do mandato do (a) Prefeito (a);
§ 2º Destinam-se as Resoluções a regulamentar matéria de caráter político ou administrativo de sua economia interna sobre os quais deve a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:
I – Perda de mandato de Vereador (a);
II – Concessão de licença a Vereador (a) para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
III – E outros.

Art. 134. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador (a), à Mesa, às Comissões da Câmara e ao (a) Prefeito (a).
§ 1º Os projetos de lei originários do Poder Legislativo Municipal que resultem em aumento de despesa ou redução de receita para o Poder Executivo Municipal, além das demais exigências aplicáveis, deverão ser propostos, aprovados e encaminhados à Prefeitura até o dia 30 de junho do ano em curso, e somente entrarão em vigor a partir do início do exercício financeiro subsequente à sua publicação.
§ 2º A não observância do disposto no § 1º deste artigo transferirá a vigência da lei em questão para o início do exercício financeiro subsequente ao mencionado no parágrafo anterior.

Art. 135. O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

Art. 136. O (a) Prefeito (a) poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco (45) dias, a contar do recebimento.
§ 1º A fixação de prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento desse pedido com o seu termo inicial.
§ 2º Esgotado o prazo sem deliberação, serão os projetos considerados aprovados.
§ 3º O prazo previsto neste artigo aplica-se também aos projetos de lei para os quais se exija aprovação por quórum qualificado.
§ 4º O prazo fixado neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara.
§ 5º O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação.

Art. 137. Os projetos de lei com prazo de aprovação deverão constar obrigatoriamente da Ordem do Dia, independentemente de parecer das Comissões, para discussão e votação, pelo menos nas 3 (três) últimas sessões antes do término do prazo.

Art. 138. Lido o projeto pelo (a) Secretário (a) na hora do expediente, será encaminhado às Comissões, que, por sua natureza, deverão opinar sobre o assunto.
Parágrafo único. Em caso de dúvida, consultará o (a) Presidente ao Plenário sobre quais Comissões devam ser ouvidas, podendo igual medida ser solicitada por qualquer Vereador (a).

Art. 139. Os projetos elaborados pelas Comissões Permanentes ou Especiais, ou pela Mesa em assuntos de sua competência, serão dados à Ordem do Dia da sessão seguinte, independentemente de seu parecer, salvo requerimento de outra Comissão, discutido e aprovado pelo Plenário.

Seção II - Das Indicações

Art. 140. Indicação é a proposição em que o (a) Vereador (a) sugere medidas de interesse público aos órgãos competentes.
Parágrafo único. Não é permitido dar a forma de indicação a assuntos reservados por este Regimento, para constituir objeto de requerimento previsto no art. 143 deste Regimento.

Art. 141. As indicações serão lidas na hora do Expediente e encaminhadas a quem de direito, após deliberação do Plenário.
§ 1º No caso de entender o Presidente, que a indicação não deva ser encaminhada ao órgão competente, encaminhará a indicação à Comissão de Justiça e Redação para emissão de parecer e dará conhecimento da decisão ao autor.
§ 2º Para emitir parecer, a Comissão de Justiça e Redação terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias corridos, sendo que o parecer deverá ser discutido e votado na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária subsequente.
§ 3º Se for aprovado o parecer favorável ao não encaminhamento da indicação, esta será arquivada.
§ 4º Se rejeitado pelo plenário parecer favorável ao não encaminhamento da indicação, esta será encaminhada ao órgão competente.

Art. 142. A indicação poderá consistir na sugestão de se estudar determinado assunto para convertê-lo em projeto de lei ou de resolução ou decreto legislativo, sendo pelo (a) Presidente encaminhado à Comissão competente.
§ 1º Aceita a sugestão, elaborará a Comissão o projeto que deverá seguir os tramites regimentais.

§ 2º Opinando a Comissão em sentido contrário, será o parecer discutido na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Seção III - Dos Requerimentos

Art. 143. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito feito ao (a) Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre qualquer assunto, por Vereador (a) ou Comissão.
Parágrafo único. Quanto à competência para decidi-los, os requerimentos são de duas espécies:
I – Sujeitos apenas a despacho do (a) Presidente;
II – Sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 144. Serão verbais os requerimentos que solicitem:
I – A palavra ou a desistência dela;
II – Permissão para falar sentado;
III – Posse de Vereador (a) ou suplente;
IV – Leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
V – Observância de disposição regimental;
VI – Retirada pelo (a) autor (a), de proposição com parecer contrário ou sem parecer, ainda não submetido à deliberação do Plenário;
VII – Verificação de votação ou de presença;
VIII – Informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;
IX – Requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;
X – Preenchimento de lugar em comissão;
XI – Justificativa de voto.

Art. 145. Serão escritos os requerimentos que solicitem:
I – Renúncia de membro da Mesa;
II – Audiência de Comissão, quando apresentada por outra;
III – Designação de Comissão Especial para relatar parecer no caso previsto no § 4º, do art. 66;
IV – Juntada ou desentranhamento de documentos;
V – Informações em caráter oficial, sobre atos da Mesa ou da Câmara;
VI – Votos de pesar por falecimento.

Art. 146. A Presidência é soberana na decisão sobre os requerimentos citados nos artigos anteriores, salvo os que, pelo próprio Regimento, devam receber a sua simples anuência.
Parágrafo único. Informando a Secretaria haver pedido anterior, formulado pelo (a) mesmo (a) Vereador (a), sobre o mesmo assunto e já respondido, fica a Presidência desobrigada de fornecer novamente a informação solicitada.

Art. 147. Dependerão de deliberação do Plenário, serão verbais e votados sem preceder discussão, os requerimentos que solicitem:
I – Prorrogação da sessão de acordo com o art. 103 deste Regimento;
II – Destaque da matéria para votação;
III – Votação por determinado processo;
IV – Encerramento de discussão nos termos do Art. 202.
Art. 148. Dependerão de deliberação do Plenário, serão escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem:
I – Votos de louvor ou congratulações;
II – Audiência de Comissão sobre assuntos em pauta;
III – Inserção de documentos ou ato;
IV – Preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;
V – Retirada de proposições já sujeitas à deliberação do Plenário;
VI – Informações solicitadas ao (a) Prefeito (a) ou por seu intermédio;
VII – Informações solicitadas a outras entidades públicas ou particulares;
VIII – Constituição de Comissões Especiais ou de Representação.
§ 1º Os requerimentos a que se refere este artigo devem ser apresentados até o fim do horário de expediente da secretaria da Câmara do dia de realização da sessão ordinária, serão lidos e encaminhados para as providências solicitadas no Expediente da Sessão, se nenhum (a) Vereador (a) manifestar intenção de discuti-los.
§ 2º Manifestando qualquer Vereador (a) intenção de discutir, serão os requerimentos encaminhados à Ordem do Dia da sessão seguinte, salvo se tratar de requerimento em regime de urgência, que será encaminhado à Ordem do Dia da mesma sessão.
§ 3º A discussão do requerimento de urgência se procederá na Ordem do Dia da mesma sessão, cabendo ao propositor e aos líderes partidários 5 (cinco) minutos para manifestar os motivos da urgência ou sua improcedência.
§ 4º Aprovada a urgência, a discussão e votação serão realizadas imediatamente.
§ 5º Denegada a urgência, passará o requerimento para a Ordem do Dia da sessão seguinte, juntamente com os requerimentos comuns, devendo ser tornados sem efeito pelo (a) Presidente ou pelo (a) propositor (a), por terem perdido a oportunidade, os requerimentos a que se refere os incisos I, II, e IV deste artigo.
§ 6º O requerimento que solicitar inserção em ata de documentos não oficiais somente será aprovado sem discussão, por dois terços (2/3) dos Vereadores presentes.

Art. 149. Durante a discussão da pauta da Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes de representações partidárias.
Parágrafo único. Excetuados os requerimentos mencionados nos incisos I e VIII do artigo anterior, os demais poderão ser apresentados também na Ordem do Dia desde que se refiram ao assunto em discussão.

Art. 150. Os requerimentos ou petições de interessados não Vereadores serão lidos no Expediente e encaminhados pelo (a) Presidente ao (a) Prefeito (a) ou às Comissões.
Parágrafo único. Cabe ao (a) Presidente indeferir e mandar arquivar os requerimentos que se refiram a assuntos estranhos às atribuições da Câmara, ou não estiverem propostos em termos adequados.

Art. 151. As representações de outras edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão lidas no Expediente e encaminhadas às Comissões competentes, salvo requerimento de urgência apresentado na forma regimental, cuja deliberação se fará na Ordem do Dia da mesma sessão, na forma do determinado nos parágrafos do art. 148.
Parágrafo único. O parecer da Comissão será votado na Ordem do Dia da sessão em cuja pauta for incluída o processo.
Seção IV - Das Moções

Art. 152. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, aplaudindo, hipotecando solidariedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando.

Art. 153. Subscrita no mínimo por 1/3 (um terço) dos Vereadores, a Moção, depois de lida, será despachada à pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária seguinte, independentemente de parecer de Comissão, para ser apreciada em discussão e votação únicas.
Parágrafo único. Sempre que requerida por qualquer Vereador (a), será previamente apreciada pela Comissão competente, para ser submetida à apreciação do Plenário.

Seção V - Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas

Art. 154. Substitutivos, é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um (a) Vereador (a) ou Comissão, para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.
Parágrafo único. Não é permitido ao (a) Vereador (a) apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 155. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 156. As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.
§ 1º Emenda supressiva é a que manda suprirem parte ou no todo o artigo, parágrafo ou inciso do projeto.
§ 2º Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lugar do artigo, parágrafo ou inciso do
projeto.
§ 3º Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos do artigo, parágrafo ou inciso do
projeto.

§ 4º Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, parágrafo ou inciso, sem alterar a sua substância.

Art. 157. A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 158. Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou indireta com a matéria da proposição principal.
§ 1º O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranhos ao seu objeto, terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao (a) Presidente decidir sobre a reclamação e cabendo recurso ao Plenário da decisão do (a) Presidente.
§ 2º Idêntico direito de recurso ao Plenário contra ato do (a) Presidente que refutar a proposição, caberá ao autor dela.
§ 3º As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto serão destacadas para constituírem projeto em separado, sujeito à tramitação regimental.

Seção VI - Dos Títulos de Cidadão Benemérito e Honorário

Art. 159. A indicação e a concessão dos títulos honoríficos de Cidadão Benemérito ou Cidadão Honorário do Município de São Sebastião da Amoreira obedecerão aos seguintes critérios:
§ 1º O indicado ao título de Cidadão Benemérito de São Sebastião da Amoreira deverá satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos:
I – Ter nascido no Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná;
II – Residir no Município de São Sebastião da Amoreira;
III – Ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Município de São Sebastião da Amoreira;
IV – Possuir idoneidade moral e reputação ilibada.
§ 2º O indicado ao título de Cidadão Honorário de São Sebastião da Amoreira deverá satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos:
I – Não ter nascido no Município de São Sebastião da Amoreira, PR;
II – Ter praticado atos de relevante interesse social para a população do Município de São Sebastião da Amoreira;
III – Possuir idoneidade moral e reputação ilibada.
§ 3º A fundamentação para a concessão dos títulos honoríficos, especialmente quanto ao atendimento dos requisitos previstos no § 1º, incisos III e IV, e §2º, incisos II e III deste artigo, bem como a apresentação dos documentos necessários à comprovação dos requisitos, serão de inteira responsabilidade do vereador proponente da homenagem.

Art. 160. Fica vedada a concessão dos títulos previstos nesta Seção a detentores de cargos políticos e servidores ocupantes de cargos em comissão.
§ 1º É vedada ainda a concessão de novo título honorífico previsto nesta Seção à pessoa que já tenha recebido qualquer dos títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Município de São Sebastião da Amoreira.

Art. 161. A concessão das honrarias referidas nos artigos anteriores será proposta por meio de projeto de lei, que deverá ser assinado por, no mínimo, 01 (um) vereador e protocolizado na Secretaria da Câmara Municipal.

Art. 162. Cada vereador poderá apresentar, no máximo, 3 (três) projetos de lei destinados à concessão dos títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito por ano legislativo.

Art. 163. A tramitação dos projetos de lei que tratarem da concessão dos títulos de Cidadão Honorário e/ou Cidadão Benemérito observará os procedimentos e os prazos previstos neste Regimento Interno, especialmente os estabelecidos nos arts.s 64 a 68.

Art. 164. Após o protocolo do projeto de lei na Secretaria da Câmara e até o término do prazo para emissão de parecer pela Comissão de Justiça e Redação, qualquer cidadão ou vereador poderá apresentar denúncia acerca de fato que possa comprometer o atendimento dos requisitos ou impedir concessão dos títulos de Cidadão Benemérito e Cidadão Honorário de São Sebastião da Amoreira, desde que apresentada por escrito, devidamente fundamentada e protocolada na Secretaria da Câmara Municipal.
§ 1º Havendo denúncia nos termos previstos no caput, caberá à Comissão de Justiça e Redação analisa-la e emitir parecer no prazo de 3 (três) dias. Somente após a análise e a emissão de parecer sobre a denúncia poderá ser exarado parecer relativo ao projeto de lei.
§ 2º Caso a Comissão de Justiça e Redação opine pelo acatamento da denúncia e, consequentemente, pela rejeição da concessão do título honorífico, o projeto de lei encerrado e arquivado, ficando o homenageado impedido de ser indicado à mesma honraria durante a mesma legislatura.
§ 3º Caso a Comissão opine pela aprovação da concessão da honraria e, consequentemente, pela rejeição da denúncia, o projeto de lei, acompanhado dos respectivos pareceres, retornará à tramitação normal, conforme as normas regimentais.

Art. 165. Da decisão da Comissão de Justiça e Redação, caberá recurso ao Plenário, interposto por qualquer vereador, mediante requerimento escrito, devidamente fundamentado e protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, ou oralmente durante sessão ordinária do Legislativo, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, contados da data da decisão da Comissão.

Art. 166. A entrega dos títulos honoríficos previstos nessa Seção dar-se-ão em sessão solene, após aprovação do respectivo projeto de lei por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 167. É vedada a indicação e entrega dos títulos de Cidadão Benemérito e Cidadão Honorário de São Sebastião da Amoreira no período compreendido entre 30 (trinta) dias antes e 30 (trinta) dias depois da data da realização das eleições gerais ou municipais.

Art. 168. Excepcionalmente e mediante justificativa fundamentada, o título honorífico poderá ser concedido a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Estado do Paraná, à União, à Democracia ou à causa da humanidade, ficando dispensado, nesses casos, o cumprimento do requisito previsto no inciso III do § 1º ou no inciso II do § 2º do art. 159 deste Regimento.

CAPÍTULO II - Do Sistema Eletrônico no Processo Legislativo

Art. 169. Os processos legislativos poderão contar o sistema eletrônico no âmbito da Câmara Municipal, assim considerado toda e qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais, além de transmissão eletrônica com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores, e, assinatura eletrônica.
§ 1º O sistema eletrônico no processo legislativo é o conjunto de atos e arquivos eletrônicos correspondentes à elaboração e tramitação das proposições.
§ 2º A assinatura eletrônica, como forma de identificação inequívoca do signatário é a assinatura digital, emitido por Autoridade Certificadora credenciada, baseada em certificado digital de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas (ICP) Brasil, estabelecidas pela legislação vigente.
§ 3º Poderá a Câmara optar pela assinatura eletrônica, baseada em certificados de assinatura digital e mídias fornecidos pela Câmara Municipal, e que serão de uso exclusivo nas atividades legislativas, vedada a sua utilização para quaisquer outras finalidades.
§ 4º Em qualquer dos casos, será sempre mediante prévia autenticação no sistema de processo legislativo da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira.
§ 5º A assinatura digital de documentos com o uso de mídias contemporâneas, fica sempre condicionada a possibilidade e o consequente desenvolvimento das funções sistêmicas informatizadas que suportem a tecnologia em questão, suficientes para assegurar a autenticidade da assinatura.

Art. 170. São usuários do sistema eletrônico no processo legislativo os Vereadores da Câmara Municipal.
§ 1º Poderá ser cadastrado como usuário o Presidente da Câmara Municipal para envio e recebimento de matérias legislativas, bem como ofícios e mensagens legislativas em geral, diretamente no sistema.

§ 2º Serão também habilitados para acessar o sistema, os servidores responsáveis pelo andamento e tramitação dos documentos protocolados.

Art. 171. O sistema de processamento legislativo eletrônico da Câmara Municipal será utilizado como meio eletrônico de apresentação de proposições e tramitação do processo legislativo apenas àqueles previstos nos §§ 1º e 2º do art. 2º deste Regimento.
Parágrafo único. A Câmara poderá disponibilizar aos Vereadores e Servidores os dispositivos eletrônicos necessários ao acesso do processo legislativo eletrônico, sendo proibido a utilização para fins pessoais e fora da sede da Câmara.

Art. 172. Os usuários credenciados pela Câmara, mediante uso de identificação pessoal previamente fornecida, terão acesso ao sistema de processamento legislativo.

Art. 173. A autenticidade e a integridade das proposições deverão ser garantidas por sistema de segurança eletrônica acessível por conexão criptografada SSL, mediante uso de certificação digital emitida de acordo com as regras da infraestrutura de chaves públicas e privadas.

Art. 174. As proposições e documentos produzidos de forma eletrônica deverão ser assinados digitalmente por seu autor, como garantia da origem e de seu signatário, assim como os documentos anexados à proposição ou documento principal.

Art. 175. O sistema também deverá prever forma para assinatura de proposições e documentos que dependam de duas ou mais assinaturas eletrônicas, assim como para subscrição de documentos.

Art. 176. É de exclusiva responsabilidade do titular de certificação digital o uso e sigilo de sua senha pessoal e da chave privada da sua identidade digital, não cabendo alegação de seu uso indevido.

Art. 177. As proposições e seus documentos vinculados deverão ser produzidos eletronicamente e enviados pelo sistema de processamento eletrônico da Câmara Municipal.

Art. 178. Na hipótese de indisponibilidade do sistema deverão ser adotadas as seguintes providências:
I – Nas interrupções programadas, autorizadas pela Presidência da Câmara, as medidas indicadas no documento que as anunciar;
II – Nos demais casos, o registro da ocorrência com a indicação da data e hora do início e do término da indisponibilidade.
§ 1º Em caso de indisponibilidade técnica do sistema, o documento físico poderá ser recebido com posterior digitalização e inserção no sistema pela unidade protocoladora.
§ 2º A indisponibilidade do sistema ou impossibilidade técnica deverão ser informadas no site da Câmara Municipal.

Art. 179. A correta formação do processo legislativo eletrônico é de responsabilidade dos servidores do Legislativo, dos Vereadores e Presidente da Câmara, que deverão preencher corretamente os campos obrigatórios.

Art. 180. Em razão do expediente, consideram-se protocolados os atos realizados em dias úteis, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 16:00 horas de segunda a sexta feira, salvo feriados, recessos administrativos e outras datas alteradas oficialmente.
Parágrafo único. Os documentos enviados fora do dia e horário previsto no caput, serão considerados protocolados no dia e horário subsequente em que houver expediente.

Art. 181. Será fornecido, pelo sistema de processamento legislativo eletrônico da Câmara Municipal, recibo eletrônico dos atos praticados, e que conterá as informações relativas à data, à hora da prática do ato e à identificação da proposição.

Art. 182. O sistema de processamento legislativo eletrônico da Câmara Municipal estará ininterruptamente disponível para acesso, salvo nos períodos de manutenção do sistema previamente comunicados.

Art. 183. É livre a consulta, no site da Câmara Municipal, às proposições e aos atos relativos ao processo legislativo eletrônico.

Art. 184. As proposições e documentos produzidos eletronicamente com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida neste Decreto, serão considerados originais para todos os efeitos legais.
§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.
§ 2º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume, ilegibilidade ou outro motivo justificado, deverão ser apresentados na Secretaria da Câmara, no prazo regimentalmente permitido, em original ou cópia autenticada.

Art. 185. A apresentação de documentos de forma física ainda será admitida, desde que devidamente assinados.
Parágrafo único. A apresentação de documentos em papel fica condicionada à sua digitalização em formato PDF e juntados no sistema pela unidade protocoladora, passando o processo a tramitar em meio eletrônico.

Art. 186. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada totalmente por meio eletrônico, ou simultaneamente por meio eletrônico e físico.
Parágrafo único. Os autos dos processos legislativos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados.
Art. 187. Os sistemas utilizados no processo legislativo eletrônico deverão ser programas em código aberto, escritos e acessíveis por meio da rede mundial de computadores.
Parágrafo único. Havendo necessidade ou vantagem competitiva de mercado, o acesso poderá ser realizado por meio local.

Art. 188. Os autos eletrônicos que tiverem de ser remetidos a outros órgãos que não disponham do sistema compatível, serão impressos e formalizados para fins de encaminhamento.

TÍTULO V - DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I - Das Discussões

Art. 189. Discussão é a fase dos trabalhos destinados ao debate em Plenário.
§ 1º Os projetos de lei, resolução ou de decreto legislativo, sofrerão duas discussões e duas votações, com interstício mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.
§ 2º Terão apenas uma discussão os requerimentos, as moções, as indicações, os recursos contra atos do Presidente, os votos e os projetos de resolução propostos por Comissão de Inquérito.
§ 3º Havendo mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

Art. 190. Na primeira discussão, o projeto será debatido artigo por artigo, ou ainda, a critério do (a) Presidente ou por solicitação de qualquer Vereador (a), será discutido de forma global, neste caso, desde que não haja manifesta objeção de nenhum (a) Vereador (a).
§ 1º Caso qualquer Vereador (a) apresente objeção à realização da primeira discussão do projeto de forma global, a objeção será deliberada pelo Plenário. Se a objeção for acolhida pela maioria simples dos Vereadores presentes, o projeto será debatido artigo por artigo, separadamente. Se a objeção for rejeitada pela mesma maioria, o projeto seguirá para debate de forma global.
§ 2º Na fase da discussão prevista no caput deste artigo, é permitida a apresentação de substitutivos, emendas e subemendas.
§ 3º Apresentado o substitutivo pela Comissão competente ou pelo autor, será o mesmo discutido preferencialmente em lugar do projeto. Sendo o substitutivo apresentado por outro (a) Vereador (a), o Plenário deliberará sobre a suspensão da discussão, para envio à Comissão competente.
§ 4º Deliberando o Plenário o prosseguimento da discussão, ficará prejudicado o substitutivo.

§ 5º As emendas e subemendas serão aceitas, discutidas e, se aprovadas, será o projeto, com as emendas encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para ser de novo redigido conforme o aprovado.
§ 6º A emenda rejeitada na primeira discussão não poderá ser renovada na segunda.
Art. 191. Na segunda discussão, debater-se-á o projeto em globo.
Parágrafo único. Nesta fase de discussão não será permitida a apresentação de emendas, subemendas ou substitutivos.

Art. 192. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender as seguintes determinações regimentais:
I – Dirigir-se sempre ao (a) Presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a um aparte;
II – Não fazer uso da palavra sem previamente solicitá-la e sem obter o consentimento do (a) Presidente;
III – Referir-se ou dirigir-se a outro (a) Vereador (a) pelo tratamento de Senhor (a) ou Excelência.

Art. 193. O (a) Vereador (a) só poderá falar:
I – Para apresentar retificação ou impugnação da ata;
II – Para discutir matéria em debate;
III – Para apartear, na forma regimental;
IV – Para levantar questão de ordem;
V – Para encaminhar a votação, nos termos do art. 219;
VI – Para justificar a urgência de requerimento, nos termos do Art. 219 e parágrafos;
VII – Para justificar o seu voto, nos termos do art. 218;
VIII – Para apresentar requerimento, na forma dos arts. 143 e seguintes.

Art. 194. O (a) Vereador (a) que solicitar a palavra deverá inicialmente declarar a que título do artigo pede a palavra e não poderá:
I – Usar da palavra com finalidade diferente da alegada para a solicitar;
II – Desviar-se da matéria em debate;
III – Falar sobre a matéria vencida;
IV – Usar de linguagem imprópria;
V – Ultrapassar o prazo que lhe competir;
VI – Deixar de atender as advertências do (a) Presidente.

Art. 195. O (a) Presidente solicitará ao (a) Orador (a) por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador (a), que interrompa seu discurso nos seguintes casos:
I – Para leitura de requerimento de urgência;
II – Para comunicação importante à Câmara;
III – Para recepção de visitantes;
IV – Para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
V – Para atender pedido de palavra "pela ordem", feito para propor questão de ordem regimental.

Art. 196. Quando mais de um (a) Vereador (a) solicitar a palavra simultaneamente, o (a) Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:
I – Ao autor;
II – Ao relator;
III – Ao autor da emenda.
Parágrafo único. Cumpre ao (a) Presidente dar a palavra alternadamente a quem seja a favor ou contra a matéria em debate, quando não prevalecer a ordem determinada no artigo.
Art. 197. Aparte é a interrupção do (a) orador (a) para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.
§ 1º O aparte deve ser expresso em termos corteses e não pode exceder a 3 (três) minutos.
§ 2º Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador.
§ 3º Quando o (a) orador (a) nega o direito de apartear, não é permitido ao aparteante dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

Art. 198. Aos oradores são concedidos os seguintes prazos para o uso da palavra:
I – 5 (cinco) minutos para apresentar retificação ou impugnação;
II – 5 (cinco) minutos para exposição de urgência especial de requerimento;
III – 15 (quinze) minutos para discussão de projeto em primeira discussão; quando englobadamente, em discussão, artigo por artigo, 3 (três) minutos no máximo para cada um, nunca superando o prazo de 30 (trinta) minutos;
IV – 15 (quinze) minutos para a discussão do projeto englobado em segunda discussão;
V – 10 (dez) minutos para a discussão da Redação Final;
VI – 5 (cinco) minutos para a discussão de requerimento ou indicação sujeita a debate;
VII – 3 (três) minutos para falar pela ordem;
VIII – 3 (três) minutos para apartear;
IX – 5 (cinco) minutos para encaminhamento de votação ou justificação de voto;
X – 7 (sete) minutos para a Palavra Livre.
Parágrafo único. Não prevalecem os prazos estabelecidos neste artigo quando o Regimento explicitamente determinar outro.

Art. 199. Preferência é a primazia na discussão de uma proposição sobre outra, requerida por escrito e aprovada pelo Plenário.

Art. 200. O adiamento da discussão de qualquer proposição será sujeito à deliberação do Plenário, e somente poderá ser proposto durante a discussão do processo.
§ 1º A apresentação do requerimento não pode interromper o (a) orador (a) que estiver com a palavra.
§ 2º O adiamento requerido será sempre por tempo determinado.
§ 3º Apresentados dois ou mais requerimentos de adiamento, será votado de preferência o que marcar menor prazo.
§ 4º Não será aceito requerimento de adiamento nas proposições em regime de urgência.

Art. 201. O pedido de vistas para estudo será requerido por qualquer Vereador (a) e deliberado pelo Plenário apenas com encaminhamento de votação, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência.
Parágrafo único. O prazo máximo para vistas é de 5 (cinco) dias.

Art. 202. O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.
§ 1º Somente será permitido requerer-se o encerramento da discussão, após terem falado dois Vereadores favoráveis e dois contrários, entre os quais o autor, salvo desistência expressa.
§ 2º A proposta deverá partir do (a) orador (a) que estiver com a palavra, perdendo-o (a) a vez de falar se o encerramento for recusado.
§ 3º O pedido de encerramento é sujeito à discussão, devendo ser votado pelo Plenário.

CAPÍTULO II - Da Votação

Art. 203. Salvo as exceções previstas na Legislação Federal e na Lei Orgânica do Município, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos, presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 204. Dependerão de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:
I – A aprovação e as alterações das seguintes matérias:
Regimento Interno da Câmara;
Código Tributário do Município;
Código de Obras ou Edificações e Posturas;
Estatuto dos Servidores Municipais;
Criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores.
II – O recebimento de denúncia contra o (a) Prefeito (a), no caso de infração político-administrativa.
Parágrafo único. Entende-se por maioria absoluta, o primeiro número inteiro acima da metade do total de membros da Câmara.

Art. 205. Dependerão de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara:
I – Leis concernentes a:
a) Aprovação e a alteração do plano de desenvolvimento municipal, inclusive as normas relativas a zoneamento;

b) Concessão de serviços públicos;
c) Concessão de direito real de uso;
d) Alienação de bens imóveis;
e) Aquisição de bens imóveis por doação com encargo;
f) Obtenção de empréstimo particular;
g) Concessão de moratória e remissão de dívida;
h) Proposta à Assembleia Legislativa do Estado, da transferência da sede do Município;
II – Rejeição de veto;
III – Rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o (a) Prefeito (a) deve prestar anualmente;
IV – Aprovação de representação sobre modificação territorial do Município, sob qualquer forma, bem como sobre alteração de nome.

Art. 206. O (a) Presidente da Câmara, ou seu (sua) substituto (a) só terá direito a voto nos casos de empate em qualquer votação e nos casos de:
I – A matéria exigir, para sua deliberação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;
II – Eleição das Comissões Permanentes e Especiais;
III – Eleição da Mesa;
IV – Tomada de Contas do (a) Prefeito (a) e da Mesa;
V – Nas deliberações sobre a perda de mandato de Vereadores, Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a).

Art. 207. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

Art. 208. O Processo Simbólico praticar-se-á conservando-se sentados os Vereadores que aprovam, e levantando-se os que desaprovam a proposição.
§ 1º Ao anunciar o resultado da votação, o (a) Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente ou em contrário.
§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, o (a) Presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestam novamente.
§ 3º O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou a requerimento aprovado pelo Plenário.
§ 4º Do resultado da votação simbólica, qualquer Vereador (a) poderá requerer verificação, mediante votação nominal.

Art. 209. A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, pelo (a) Secretário (a), devendo os Vereadores responder SIM ou NÃO, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.
§ 1º O (a) Presidente proclamará o resultado, mandando ler o número total e os nomes dos Vereadores que tenham votado SIM e dos que tenham votado NÃO.
§ 2º O resultado das votações nominais, serão descritos na ata da sessão, identificando os votos de cada parlamentar por matéria.

Art. 210. Em todas as deliberações da Câmara, a votação será pública.

Art. 211. As votações devem ser feitas logo após o encerramento da discussão, só se interrompendo por falta de número.
Parágrafo único. Quando se esgotar o tempo regimental da sessão e a discussão de uma proposição já estiver encerrada, considerar-se-á a sessão prorrogada até ser concluída a votação da matéria.

Art. 212. O (a) Vereador (a) presente à sessão não poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de matéria do interesse particular seu, ou de seu cônjuge, ou de pessoa de que seja parente consanguíneo ou afim até 3º grau, inclusive, quando não poderá votar, podendo, entretanto, tomar parte na discussão.
§ 1º Será nula a votação em que haja votado Vereador (a) impedido nos termos deste artigo.
§ 2º Qualquer Vereador (a) poderá requerer a anulação quando dela haja participado Vereador (a) impedido nos termos deste artigo.

Art. 213. Durante a votação, nenhum Vereador (a) deverá deixar o Plenário.

Art. 214. Ao término da primeira discussão, dar-se-á início a primeira votação que poderá ser feita artigo por artigo do projeto ou englobadamente.

Art. 215. Na segunda discussão, a votação será feita sempre englobadamente.

Art. 216. Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas e substitutivos oriundos das Comissões.
Parágrafo único. Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação de emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, sem preceder discussão.

Art. 217. Destaque é o ato de separar parte do texto de uma proposição para possibilitar a sua apreciação isolada pelo Plenário.

Art. 218. Justificativa de voto é a declaração feita pelo (a) Vereador (a) sobre as razões de seu voto.

CAPÍTULO III - Da Urgência

Art. 219. Urgência é a dispensa de exigências regimentais, excetuada a inclusão na Ordem do Dia, o número legal e a publicação.
§ 1º A concessão de urgência dependerá de apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:
I – Pela Mesa, em proposição de sua autoria;
II – Por Comissão, em matéria de sua competência;
III – Por maioria simples dos Vereadores presentes.
§ 2º Não será concedida urgência a qualquer proposição em detrimento de outra já priorizada com urgência, exceto em situações de segurança pública ou calamidade.
§ 3º Somente será considerado motivo de urgência a discussão de matéria cujo adiamento torne a deliberação ineficaz ou resulte em grave prejuízo à coletividade.

CAPÍTULO IV - Da Questão de Ordem

Art. 220. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação, ou sobre sua legalidade.
§ 1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.
§ 2º Não observando o propositor o disposto neste artigo, poderá o (a) Presidente cassar-lhe a palavra e não tomar em consideração a questão levantada.

Art. 221. Cabe ao (a) Presidente resolver, soberanamente, as questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador (a) opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for requerida.
Parágrafo único. Cabe aos Vereadores recurso da decisão, que será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer será submetido ao Plenário.

Art. 222. Em qualquer fase da sessão, poderá o (a) Vereador (a) pedir a palavra “pela ordem”, para fazer reclamações quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no art. 195, inciso V.

CAPÍTULO V - Da Redação Final

Art. 223. Terminada a fase de votação, será o projeto, com as emendas aprovadas, encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para elaboração da redação final, de acordo com o deliberado, dentro do prazo de 3 (três) dias.
§ 1º Excetuam-se o disposto neste artigo os projetos:
I – Da Lei Orçamentária Anual;
II – Do Plano Plurianual;
III – Da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IV – De Decreto Legislativo, quando de iniciativa da Mesa;
V – De Resolução, quando de iniciativa da Mesa, ou modificando o Regimento Interno.
§ 2º Os projetos citados nos incisos I a III do parágrafo anterior, serão submetidos à Comissão de Finanças e Orçamento, para elaboração da redação final.

§ 3º Os projetos mencionados nos incisos IV e V do § 1º, serão enviados à Mesa para elaboração da redação final.

Art. 224. O projeto com o parecer da Comissão ficará pelo prazo de 3 (três) dias na Secretaria da Câmara, para exame dos Vereadores.

Art. 225. A redação final será discutida e votada na sessão imediata, salvo requerimento de dispensa do interstício regimental proposto e aprovado.
Parágrafo único. Aceita a dispensa do interstício, a redação será feita na mesma sessão pela Comissão, com a maioria de seus membros, devendo o (a) Presidente designar outros membros para a Comissão, quando ausentes do Plenário os titulares.

Art. 226. Assinalada a incoerência ou contradição na redação poderá ser apresentada emenda modificativa que não altere a substância do aprovado.
Parágrafo único. Rejeitada, só poderá ser novamente apresentada a proposição, decorrido o prazo regimental.

TÍTULO VI - DOS CÓDIGOS, CONSOLIDAÇÕES E ESTATUTOS

Art. 227. Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover completamente a matéria tratada.
Art. 228. Consolidação é a reunião de diversas leis em vigor, sobre o mesmo assunto, sem sistematização.

Art. 229. Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas disciplinares fundamentais, que regem a atividade de uma sociedade ou corporação.

Art. 230. Os projetos de Códigos, Consolidações e Estatutos depois de apresentados em Plenário, serão disponibilizadas cópias digitais aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Justiça e Redação.
§ 1º Durante o prazo de 20 (vinte) dias, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emenda e sugestões a respeito.
§ 2º A critério da Comissão, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria.
§ 3º A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas e sugestões que julgar convenientes.
§ 4º Decorrido o prazo, ou antes, se a Comissão antecipar o seu parecer, entrará o processo para pauta da Ordem do Dia.

Art. 231. Na primeira discussão, o projeto será discutido e votado por capítulo, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.
§ 1º Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão para incorporação das emendas aprovadas.
§ 2º Ao atingir-se este estágio da discussão, seguir-se-á a tramitação normal dos demais projetos.

Art. 232. Os Orçamentos Anuais e Plurianuais do Investimento obedecerão aos preceitos da Constituição Federal e às normas Gerais de Direito Financeiro.

TÍTULO VII - DO ORÇAMENTO

Art. 233. Recebida do (a) Prefeito (a) a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o (a) Presidente mandará disponibilizar cópias digitais aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento.
§ 1º A Comissão de Finanças e Orçamento tem o prazo de 10 (dez) dias, para exarar parecer e oferecer emendas.
§ 2º Oferecido o parecer, será o mesmo distribuído por cópia aos Vereadores, entrando o projeto para a Ordem do Dia da sessão imediatamente seguinte, com o item único, para primeira discussão.

Art. 234. É da competência do órgão Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.
§ 1º Não será objeto de deliberação emenda de que decorra aumento de despesa global de cada órgão, projeto ou programa, ou que vise a modificar o seu montante, natureza ou objetivo.
§ 2º O projeto de lei referido neste artigo, somente sofrerá emendas nas Comissões da Câmara. Será final o pronunciamento das Comissões sobre emendas, salvo se maioria simples solicitar ao (a) Presidente a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas Comissões.

Art. 235. Aprovado o projeto com emenda, voltará à Comissão de Finanças e Orçamento, para colocá-lo na devida forma, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 236. As sessões em que se discutir o orçamento, terão a Ordem do Dia reservada a essa matéria, e o Expediente ficará reduzido a 30 (trinta) minutos.
§ 1º Nas discussões, o (a) Presidente, de ofício, prorrogará as sessões até a discussão e votação da matéria.
§ 2º A Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, de modo que a votação do orçamento esteja concluída em tempo de ser o mesmo devolvido para sanção.

Art. 237. A Câmara apreciará proposição de modificações do orçamento, feitas pelo Executivo, desde que ainda não esteja concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 238. Se o (a) Prefeito (a) usar o direito de veto total ou parcial, a discussão e votação do veto seguirão as normas prescritas no arts. 259 e 260 e seus parágrafos.

Art. 239. Aplicam-se ao projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as regras do processo legislativo.

TÍTULO VIII - DA TOMADA DE CONTAS DO (A) PREFEITO (A) E DA MESA

Art. 240. A fiscalização financeira e orçamentária será exercida pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.

Art. 241. A Mesa da Câmara enviará suas contas ao (à) Prefeito (a), em data prévia ao limite fixado pelo órgão competente, para encaminhamento, juntamente com as do (a) Prefeito (a) ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.

Art. 242. A Câmara não poderá deliberar sobre as contas encaminhadas pelo (a) Prefeito (a), sem o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.
§ 1º O julgamento das contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas, far-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do parecer, não correndo esse prazo durante o recesso da Câmara.
§ 2º Exaurido o prazo previsto no parágrafo anterior, sem que ocorra o julgamento das contas acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas, as mesmas serão automaticamente inclusas na ordem do dia da sessão seguinte.
§ 3º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o (a) Prefeito (a) deve prestar anualmente.

Art. 243. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independentemente da leitura em Plenário, o (a) Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do Balanço Anual a todos os Vereadores no prazo de até dois dias úteis, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para opinar sobre as contas do Município, apresentando ao Plenário o respectivo projeto de Decreto Legislativo.
§ 1º Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores, de informações sobre itens determinados da prestação de contas.
§ 2º Para responder aos pedidos de informações previstos no parágrafo anterior, ou para aclarar pontos obscuros da prestação de contas, pode

a Comissão de Finanças e Orçamento vistoriar as obras e serviços, examinar os processos, documentos e papéis nas repartições da Prefeitura e, ainda, solicitar esclarecimentos complementares ao (a) Prefeito (a).

Art. 244. Cabe a qualquer Vereador (a) o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamento, no período em que o processo estiver entregue à mesma.

Art. 245. Emitido o parecer pela Comissão de Finanças e Orçamento, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo propondo a aprovação ou rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, o presidente da Câmara promoverá a notificação do prefeito ou ex-prefeito titular das contas, por meio de ofício que será encaminhado com cópia integral do parecer da Comissão e do projeto correspondente.
§ 1º No mesmo oficio deverá constar informação acerca do local, data e horário destinados ao julgamento das contas, com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da sessão destinada ao julgamento.
§ 2º A comunicação prévia, poderá ser realizada pessoalmente, por correspondência com aviso de recebimento, por meio eletrônico oficial ou por publicação no Diário Oficial, a fim de cientificar o interessado acerca do conteúdo do parecer da Comissão e da data prevista para a deliberação em plenário.
§ 3º O comprovante de publicação ou de recebimento do ofício será juntado aos autos do processo de prestação de contas e arquivado pela secretaria da Câmara.

Art. 246. O titular das contas, após a notificação, poderá apresentar defesa prévia por escrito, se assim desejar, e esta deverá ser protocolizada na secretaria da Câmara até o prazo máximo de 48 horas antes da sessão de julgamento das contas pelo Plenário.
§ 1º Caberá ao presidente da Câmara disponibilizar a Comissão de Finanças e Orçamento e aos demais vereadores o conteúdo da defesa prévia imediatamente após o protocolo.
§ 2º Havendo protocolo de defesa previa, a sessão destinada ao julgamento das contas será reagendada para nova data, no mínimo 10 (dez) dias úteis após a data do protocolo.
§ 3º Caberá a Comissão de Finanças e Orçamento analisar a referida defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo modificar ou não, o posicionamento da comissão e eventual alteração do parecer.
§ 4º Após análise da defesa previa e reemissão de parecer e de Projeto de Decreto pela comissão, será o interessado notificado novamente nos mesmos termos do § 2º, do art. 245 deste Regimento, para ciência, e informado acerca da nova data e horário da sessão de julgamento.

Art. 247. O gestor interessado ou seu representante legal poderá, ainda:
I – Apresentar alegações finais por escrito, que deverão ser protocolizadas na Secretaria da Câmara até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão de julgamento das contas, para serem lidas durante a sessão, antes da deliberação do Projeto de Decreto;
II – Apresentar alegações finais pessoalmente, de forma oral, durante a sessão, antes da deliberação do Projeto de Decreto da Comissão de Finanças e Orçamento, em momento destinado à sua manifestação.
§ 1º Na eventual ocorrência de manifestação oral para alegações finais durante a sessão, o interessado deverá fazê-lo no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, prorrogável por igual período, mediante solicitação do interessado e aprovação do Plenário, por maioria simples.
§ 2º A ausência de manifestação ou de comparecimento do gestor municipal ou de seu representante legal não prejudicará o prosseguimento do julgamento das contas.

Art. 248. O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento, sobre a prestação de contas, será submetido à discussão e votação nominal, em sessão extraordinária, pública e exclusivamente dedicadas ao assunto.
§ 1º Encerrada a discussão, o projeto de decreto legislativo será imediatamente submetido à votação.
§ 2º Nos termos do § 2º do art. 31 da Constituição da República Federativa do Brasil, será de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara o quórum de aprovação do projeto de decreto que discordar do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, ao passo que será de maioria absoluta o quórum de aprovação do projeto de decreto que concordar com o aduzido parecer.
§ 3º Não obtida aprovação do projeto de decreto pelo quórum do parágrafo anterior será considerado acatado o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando-se aprovadas ou reprovadas as contas nos termos do aduzido parecer.

Art. 249. Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o Projeto de Decreto Legislativo conterá os motivos da discordância.

Art. 250. Após o julgamento das contas e a publicação do Decreto Legislativo, será informado ao Tribunal de Contas e/ou ao Controle Interno o resultado do julgamento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

Art. 251. Rejeitadas as contas, estas serão remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 252. Após a deliberação do Plenário e a promulgação do respectivo Decreto Legislativo, caberá à Presidência da Câmara proceder à notificação final do Prefeito ou ex-Prefeito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, comunicando o resultado do julgamento e as providências decorrentes.
§ 1º O ofício de que trata o caput será instruído com cópia do Decreto e da ata da sessão em que se deu o julgamento, e a comunicação será realizada nos mesmos termos do art. 245, § 2º, deste Regimento.
§ 2º A ausência de recebimento da notificação pelo gestor não suspenderá os efeitos do julgamento.
§ 3º O comprovante de publicação ou de recebimento da notificação final será juntado aos autos do processo de prestação de contas e arquivado pela Secretaria da Câmara.

Art. 253. As decisões da Câmara sobre as prestações de contas de sua Mesa e do (a) Prefeito (a) deverão ser publicadas no Órgão Oficial do Município.

TÍTULO IX - DOS RECURSOS

Art. 254. Os recursos contra atos do (a) Presidente serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição, a ele dirigida.
§ 1º O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para opinar e elaborar o projeto de resolução dentro de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento do recurso.
§ 2º Apresentado o parecer, com o projeto de resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata e submetido a uma única discussão e votação.
§ 3º Os prazos marcados neste artigo serão contados em dias corridos.

TÍTULO X - DA REFORMA DO REGIMENTO

Art. 255. Qualquer projeto de Resolução modificando o Regimento Interno, depois de lido em Plenário, será encaminhado à Mesa, que deverá opinar sobre o mesmo dentro do prazo de 5 (cinco) dias.
§ 1º Dispensam-se desta tramitação os projetos oriundos da própria Mesa.
§ 2º Após esta medida preliminar, seguirá o projeto de Resolução a tramitação normal dos demais projetos.

Art. 256. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, e as soluções poderão constituir precedente regimental.

Art. 257. As interpretações do Regimento, feitas pelo (a) Presidente em assunto controverso, também poderão constituir precedente, desde que a Presidência assim o declare, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador (a).

Art. 258. Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio para orientação na solução dos casos análogos.
Parágrafo único. Ao final de cada ano legislativo, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes adotados, publicando-a em separata.

TÍTULO XI - DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 259. Aprovado o projeto de lei na forma regimental, o (a) Presidente da Câmara, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o enviará ao (a) Prefeito (a) que, concordando, o sancionará.
§ 1º Usando o (a) Prefeito (a) o direito do veto no prazo legal, será ele apreciado dentro de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento em uma só discussão, considerando-se mantido o veto que não obtiver o voto contrário de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara em votação pública. Se o veto não for apreciado nesse prazo considerar-se-á mantido pela Câmara.
§ 2º O veto total ou parcial do projeto de lei orçamentária deverá ser apreciado dentro de 10 (dez) dias.
§ 3º Se a lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo (a) Prefeito (a), nos casos do art. 66, da Lei Orgânica do Município, o (a) Presidente da Câmara o promulgará, e se este não o fizer, em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente.
§ 4º O prazo previsto no § 1º não corre nos períodos de recesso da Câmara.
§ 5º Recebido o veto, será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.
§ 6º As Comissões têm prazo conjunto e improrrogável de 10 (dez) dias, para manifestação.
§ 7º Se a Comissão de Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata, designando em sessão uma Comissão Especial de 3 (três) Vereadores, para exarar parecer.

Art. 260. A discussão do veto será feita englobadamente, e a votação poderá ser por partes, se requerida e aprovada pelo Plenário.

Art. 261. Os projetos de Resolução e de Decreto Legislativo, quando aprovados pela Câmara, e as leis com sanção tácita ou com rejeição de veto serão promulgados pelo Presidente do Legislativo.
Parágrafo único. A fórmula de promulgação a ser usada pelo Presidente é a seguinte: "*Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte (Lei, Resolução ou Decreto Legislativo)*".

TÍTULO XII - DAS INFORMAÇÕES

Art. 262. Compete à Câmara solicitar ao (a) Prefeito (a) quaisquer informações sobre assuntos referentes à administração municipal.
§ 1º As informações serão solicitadas por requerimento, proposto por qualquer Vereador (a).
§ 2º Pode o Prefeito (a) solicitar à Câmara prorrogação de prazo para prestar as informações, sendo o pedido sujeito à aprovação do Plenário.

Art. 263. Os pedidos de informações podem ser reiterados, se não satisfizerem ao autor, mediante novo requerimento, que deverá seguir a tramitação regimental.

TÍTULO XIII - DA POLÍCIA INTERNA

Art. 264. Compete privativamente à Presidência dispor sobre o policiamento do recinto da Câmara, que será feito normalmente pelos funcionários, podendo o Presidente solicitar a força necessária para esse fim.

Art. 265. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:
I – Apresente-se decentemente trajado;
II – Não porte armas;
III – Conserve-se em silêncio, durante os trabalhos;
IV – Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;
V – Respeite os Vereadores;
VI – Atenda as determinações da Mesa;
VII – Não interpele os Vereadores.
§ 1º Pela inobservância desses deveres poderão os visitantes serem obrigados, pela Mesa, a retirarem-se imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.
§ 2º O (a) Presidente poderá ordenar a retirada de todos os visitantes, se a medida for julgada necessária.
§ 3º Se no recinto da Câmara for cometida qualquer infração penal, o (a) Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente. Se não houver flagrante, o (a) Presidente deverá comunicar o fato a autoridade policial competente, para a instauração do inquérito.

Art. 266. No recinto do Plenário e em outras dependências da Câmara, reservadas, a critério da Presidência, só serão admitidos Vereadores e funcionários da Secretaria Administrativa, estes quando em serviço.
Parágrafo único. Cada jornal e emissora solicitará à Presidência o credenciamento de representantes, em número não superior a 2 (dois) de cada órgão, para os trabalhos correspondentes à cobertura jornalística ou de radiodifusão.

TÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 267. Nos dias de sessão, deverão estar hasteadas na Sala das Sessões as Bandeiras do Brasil, do Estado e do Município.

Art. 268. O prazo previsto neste Regimento Interno, quando não se mencionar expressamente dias úteis, serão contados em dias corridos e não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.
Parágrafo único. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

Art. 269. Fica mantido na sessão legislativa em curso, o número vigente de membros das Comissões Permanentes.

Art. 270. Todas as proposições apresentadas em obediência às disposições regimentais, terão tramitação normal.

Art. 271. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:01A2A879

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 244/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
Concede férias ao Senhor RENAN HENRIQUE BRAGA ocupante do cargo SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO em conformidade com o artigo 7º da Constituição Federal, suas férias regulamentares adquiridas no período de 01 de fevereiro de 2024 a 01 de fevereiro de 2025, a contar do dia 15 de outubro de 2026 a 04 de novembro de 2026, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário conforme art. 119 do estatuto dos servidores.

Ciente: _____
Assinatura do empregado.

Registra-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira – PR, 10 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:F6923931

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA N.º 273/2026

Súmula: Dispõe sobre comissão de Avaliação de Desempenho prevista na Lei nº 2.158/25, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Decreto nº192/2026:

- CONSIDERANDO a Lei nº 2.158/2025 que institui o plano de desenvolvimento na carreira dos servidores municipais;

- CONSIDERANDO o item ¨DA PROGRESSSÃO POR MERECIMENTO¨, e todos os seus artigos e incisos;

- CONSIDERANDO o Art 8º sobre a composição da comissão de avaliação de desempenho;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar pública composição da comissão de avaliação de desempenho da servidora LUCIANE VALERIA MIRANDA FIERAMOSCA, nos termos do artigo 8º da Lei nº 2.158/25.

Art. 2º - Conforme Decreto nº 192/2026 que regulamenta o Plano de Desenvolvimento na Carreira dos Servidores Municipais, conforme Art.7º, item III – Fase deliberativa, os membros da Comissão de Avaliação terão o prazo de 10 dias para a realização das avaliações, conforme anexo II da lei, nos moldes do artigo 8º do mesmo diploma (§§1º, 2º e 3º), cabendo a cada membro diligenciar junto ao RH para a devida documentação do ato.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Matricula	Nome Completo	Cargo	Membro 01	Membro 02	Membro 03
495	LUCIANE VALERIA MIRANDA FIERAMOSCA	FONOAUDIOLOGO	PRISCILA SOUZA DERBLI	BRUNA SIQUEIRA DA SILVA	FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 06 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ADÃO RODRIGUES DA COSTA
Diretor do Departamento de Recursos Humanos
Portaria nº 260/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:56611F8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 280 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Regulamenta a elaboração, execução, acompanhamento e atualização do Plano de Contratações Anual – PCA, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e revoga o Decreto Municipal nº 418/2025.

A PREFEITA do Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, inc. I, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o planejamento, a racionalização e o alinhamento das contratações públicas com o planejamento orçamentário e financeiro do Município;

DECRETA:
Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Plano de Contratações Anual – PCA, instrumento de planejamento destinado a consolidar as contratações de bens, serviços, obras, serviços de engenharia, locações e demais necessidades previstas para cada exercício financeiro.
Art. 2º O PCA será elaborado anualmente com base nas necessidades apresentadas pelas Secretarias e demais unidades administrativas municipais, considerando, especialmente:
I – o histórico de consumo e as necessidades administrativas;
II – os contratos vigentes e suas respectivas vigências;
III – a previsão de novas demandas;
IV – a continuidade dos serviços públicos; e
V – a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 3º Compete:
I – às Secretarias e unidades administrativas, realizar o levantamento e encaminhamento de suas demandas;
II – a Equipe de Planejamento, analisar, organizar e consolidar as demandas no Plano de Contratações Anual;
III – ao Departamento de Contabilidade e Tesouraria, manifestar-se quanto à compatibilidade orçamentária e financeira das demandas; e
IV – à autoridade competente, aprovar o Plano de Contratações Anual.
Art. 4º A execução das contratações previstas no PCA estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município e à observância da Lei Orçamentária Anual – LOA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e do Plano Plurianual – PPA.
Parágrafo único. A inclusão de determinada contratação no PCA não implica obrigatoriedade de sua realização, devendo ser observada a necessidade administrativa e a disponibilidade de recursos no momento de sua execução.
Art. 5º O PCA poderá ser alterado durante sua execução, mediante inclusão, exclusão ou redimensionamento de demandas, desde que devidamente justificado pela unidade solicitante e aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.
Art. 6º O acompanhamento da execução do PCA será realizado pela Equipe de Planejamento, em conjunto com o Controle Interno, mediante avaliação periódica das contratações previstas e efetivamente realizadas.
Parágrafo único. As contratações planejadas e não realizadas deverão ser justificadas pela unidade responsável e, permanecendo a necessidade, poderão ser incluídas no PCA do exercício subsequente.
Art. 7º O Plano de Contratações Anual aprovado e suas posteriores atualizações deverão ser disponibilizados nos meios oficiais de transparência do Município, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 8º Os procedimentos, prazos operacionais, cronogramas e demais orientações necessárias à elaboração e execução do PCA poderão ser definidas no próprio Plano de Contratações Anual de cada exercício ou por ato administrativo complementar.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal nº 418/2025.

São Sebastião da Amoreira, 06 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:1A2377A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EDITAL Nº 002-26 - RELAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

PROCESSO SELETIVO ENFERMEIRO 001/2026

RELAÇÃO PRELIMINAR DAS INSRIÇÕES HOMOLOGADAS

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Comissão Especial de Processo Seletivo criada pela Portaria n°201/2026 torna público aos interessados o Edital das relações preliminares das Homologação das Inscrições do PSS 001/2026.

Art. 1º Consta no Anexo I deste Edital a relação preliminar das inscrições HOMOLOGADAS na Ampla Concorrência,

Art. 2º Consta no Anexo II deste Edital a relação preliminar das inscrições HOMOLOGADAS na condição de Pessoa com Deficiência e/ou Condição Especial.

Art. 3º Consta no Anexo III deste Edital a relação preliminar das inscrições HOMOLOGADAS na condição de Negro (Preto/Pardo).

Art. 4º Os candidatos que protocolaram recurso contra o Indeferimento das Inscrições poderão consultar suas respostas no dia 08/10/2026.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 06 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

JOAO MIGUEL ROSA
Presidente da Comissão

ANEXO I – AMPLA CONCORRÊNCIA

	Protocolo	Requerente	SITUAÇÃO
1	6501/2026	Bruna Cristina Miguel	DEFERIDO
2	6494/2026	Dayane Cristina Cremone Costa	DEFERIDO
3	6382/2026	Fernanda Correia de Oliveira	DEFERIDO
4	6376/2026	Gabrielly Santos Gaspar	INDEFERIDO
5	6407/2026	Josiane Rodrigues da Silva	DEFERIDO
6	6364/2026	Kauana Rebeka Oliveira Reis	DEFERIDO
7	6378/2026	Keila Cristiane bernardo Franco	DEFERIDO
8	6459/2026	Kelly Midori Oyamada	DEFERIDO
9	6506/2026	Maria Gabriela Perseguino	DEFERIDO
10	6499/2026	Mayara Aparecida Gonçalves da Silva Souza	DEFERIDO
11	6502/2026	Paulino Jose Paiva	DEFERIDO
12	6503/2026	Sérgio Santana	DEFERIDO
13	6394/2026	Taynná Larissa Fernandes Francelino	DEFERIDO
14	6435/2026	Teresinha Vicentini	INDEFERIDO

ANEXO II – PCD
SEM INCRIÇÕES

ANEXO III – NEGROS

	Protocolo	CANDIDATO	NEGRO	SITUAÇÃO
1	6364/2026	Kauana Rebeka Oliveira Reis	SIM	DEFERIDO
2	6499/2026	Mayara Aparecida Gonçalves da Silva Souza	SIM	DEFERIDO
3	6503/2026	Sérgio Santana	SIM	DEFERIDO

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:6DEE050D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 271 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Designa a Equipe de Planejamento como responsável pela elaboração, consolidação, acompanhamento e revisão do Plano de Contratações Anual – PCA, e dá outras providências

A PREFEITA do Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, inc. I, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 280/2026, que regulamenta o PCA;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a equipe que conduzirá o processo de planejamento das contratações;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Equipe de Planejamento do Município de São Sebastião da Amoreira como responsável pela elaboração, consolidação, acompanhamento e revisão do Plano de Contratações Anual – PCA, composta pelos seguintes servidores.
I – Isabella Lourenço Paraizo Fiori, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Local;
II – Bruna de Souza Gaspar Vidotti, Diretora Geral da Secretaria de Administração;
III – Karen Rocha da Costa, Diretora do Departamento de Compras e Licitação;
IV – João Miguel Dias Rosa, Chefe dos Contratos.
Parágrafo Único. Os trabalhos serão desenvolvidos de forma integrada entre os membros da Equipe de Planejamento, podendo contar com o auxílio das Secretarias e demais unidades administrativas sempre que necessário.

Art. 2º Compete à Equipe de Planejamento:
I – orientar as Secretarias e unidades administrativas quanto ao levantamento e formalização de suas demandas;
II – receber, analisar, organizar e consolidar as demandas apresentadas para composição do PCA;
III – avaliar as justificativas, quantitativos, estimativas e períodos previstos para as contratações;
IV – encaminhar o PCA para manifestação quanto à disponibilidade orçamentária e financeira e, posteriormente, para aprovação da autoridade competente;
V – acompanhar a execução das contratações previstas no PCA;
VI – receber e analisar as solicitações de inclusão, exclusão ou redimensionamento de demandas ao longo do exercício; e
VII – promover a revisão e atualização do PCA sempre que necessário.

Art. 3º As Secretarias e demais unidades administrativas deverão prestar à Equipe de Planejamento todas as informações necessárias à elaboração, atualização e acompanhamento do PCA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 06 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:B68AD03E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 272 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

EMENTA: Designa servidor municipal para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Esporte durante o período de férias do Secretário da pasta, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 66, e inciso II do art. 96 da Lei Orgânica do Município de São Sebastião da Amoreira;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para responder interinamente pelas atribuições e pela assinatura dos atos afetos à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, durante o período de férias do secretário da Pasta:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO:

Titular: Renan Henrique Braga
Substituto Interino: Gustavo Vaz Silva, matrícula funcional nº 854
Período: 15/10/2026 a 03/11/2026

Art. 2º O servidor designado acumulará as funções de seu cargo de origem com as atribuições interinas, com plenos poderes para ordenação de despesas, movimentação bancária e gestão administrativa da respectiva pasta durante os períodos indicados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 06 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:060BD975

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA 01/2026 - CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

OBJETO: Credenciamento para contratação de empresa especializada em fornecimento, sob demanda, de *Coffee Break*, destinado ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de São Sebastião da Amoreira – PR.

1. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL
Às **09h00min do dia 06 de outubro de 2026**, na sala do Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, situada à Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, reuniu-se a Comissão de Credenciamento/Licitação, designada pela Portaria nº 78/2025, para realizar a sessão de recebimento, abertura e análise da documentação referente ao Edital de Chamada Pública nº 04/2026.

2. DA COMISSÃO E DOS PRESENTES

• **Presidente / Agente de Contratação:** Rômulo Ricardo Janoni Soares
• **Membros da Comissão / Apoio:** Anderson Caetano Claro da Silva, Lais Aparecida de Oliveira Lacerda da Silva e Wagner Minoru Tamehiro.
• **Proponente Cadastrada:**

• **Empresa / Razão Social:** Vera Lúcia dos Santos Pinto

CNPJ: 22.866.000/0001-32
Representante: Vera Lúcia dos Santos Pinto

3. DOS TRABALHOS E ANÁLISE DOCUMENTAL
Abertos os trabalhos pela Presidência, registrou-se o recebimento dos envelopes contendo o Requerimento de Credenciamento (Anexo II) e os documentos de habilitação apresentados dentro do prazo estipulado no Edital.
A Comissão procedeu à verificação minuciosa da documentação de habilitação apresentada pela interessada, abrangendo:

• **Habilitação Jurídica e Regularidade de Funcionamento:** Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, Ato Constitutivo / MEI / Empresário Individual e Licença/Alvará Sanitário;
• **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Certidões Negativas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT;
• **Qualificação Técnica e Econômico-Financeira:** Atestado de Capacidade Técnica e Certidão Negativa de Falência;
• **Declarações Complementares:** Anexos III (Responsabilidade), IV (Inexistência de Fato Impeditivo), V (Trabalho do Menor) e VI (Atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR).

Registrou-se que este credenciamento é regido pelo art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, caracterizando-se por seleção paralela e não excludente. Não há julgamento de propostas por menor preço nem exclusividade, adotando-se a tabela fixada no edital e o critério de **rateio / rotatividade por ordem de credenciamento**.
4. DO RESULTADO DA ANÁLISE
Após análise da documentação apresentada:

• **EMPRESA:** Vera Lúcia dos Santos Pinto

• **CNPJ:** 22.866.000/0001-32
• **Situação: HABILITADA E CREDENCIADA**
• **Lote(s) / Itens cadastrados: Todos os Itens dos Lotes 1, 2 e 3** (Bebidas, Salgados, Doces/Bolos e Kits Lanche).
• **Observações:** A empresa cumpriu integralmente as exigências editalícias constantes no item 9 do Edital.

5. DAS AMOSTRAS E DISPOSIÇÕES FINAIS
A Comissão relembrou à proponente credenciada quanto à obrigatoriedade de apresentação das amostras dos produtos para apreciação e validação das Secretarias solicitantes antes da execução dos fornecimentos, conforme estabelecem os itens 13.3 e 22.20 do Edital.
Fica consignado que o credenciamento permanecerá aberto durante todo o período de vigência de 12 (doze) meses, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados nos termos do art. 79, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021.
A presente Ata será encaminhada à Autoridade Competente para homologação, nos termos do item 10.9 do Edital, expedindo-se posteriormente o ato de autorização para publicação no Diário Oficial.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Credenciamento e pela representante da empresa credenciada.

São Sebastião da Amoreira – PR, 06 de outubro de 2026.

RÔMULO RICARDO JANONI SOARES
Agente de Contratação

ANDERSON CAETANO CLARO DA SILVA
Equipe de Apoio

LAIS APARECIDA DE OLIVEIRA LACERDA DA SILVA
Equipe de Apoio

WAGNER MINORU TAMEHIRO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:B6309CE2

SETOR DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026

OBJETO: Aquisição de panos de prato de algodão, toalhas de mesa redondas em tecido Oxford, tintas para tecido 250 ml em diversas cores e tinta para tecido fosca incolor/clareador, destinados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas das disciplinas diversificadas ofertadas nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR **ITEM.**
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00 do dia 22/10/2026.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300 – RAMAL 8320.

São Sebastião da Amoreira, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:7F9C0B7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇAO E EXTRATO DE CONTRATO INEXIBILIDADE Nº 18/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇAO E EXTRATO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ
INEXIBILIDADE Nº 18/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2025, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) MICRO-ÔNIBUS RODOVIÁRIO DE TRANSPORTE SANITÁRIO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAPOPEMA/PARANÁ.
O Prefeito Municipal de Sapopema torna pública a Inexigibilidade de Licitação, na forma do Artigo 86, § 2º, inciso l e II da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal Nºs 57/2024 e 58/2023.
CONTRATADA: *ITALBUS CARROCERIAS DE ÔNIBUS LTDA.*
CNPJ: 16.557.958/0001-18
VALOR TOTAL: R$ 593.700,00 (quinhentos e noventa e três mil e setecentos reais)
CONTRATO Nº: 161/2026
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Sapopema-Pr, 06 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4DE6DBD5

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 253/2026

DECRETO Nº 253/2026

INSTITUI E REGULAMENTA A OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO COM IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Sapopema - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulgada nesta data, e

CONSIDERANDO que o Município de Sapopema convencionou a obrigação de manter registros de frequência e carga horária dos servidores públicos municipais, DECRETA:

Art. 1 º Fica instituída a obrigatoriedade de utilização do sistema de registro eletrônico de ponto com identificação biométrica e/ou facial, tendo como objetivo o controle da jornada de trabalho dos servidores em exercício neste Município.

Parágrafo único. A identificação biométrica consiste na leitura da imagem das impressões digitais dos servidores em confronto com os elementos biométricos previamente armazenados no banco de dados, registro por aplicativos, reconhecimento facial, geolocalização ou biometria, leitura da imagem facial por aparelho celular particular ou através de computador.

Art. 2º O sistema de registro eletrônico de ponto com identificação biométrica tem por finalidades:
- Racionalizar a rotina de controle de assiduidade e pontualidade, proporcionando transparência no processo de registro;
- Armazenar dados de forma sistematizada;
- Permitir acesso rápido às informações pelo servidor.

Art. 3º A Direçãode RecursosHumanostem a atribuição de supervisionar a implantação e de coordenar a gestão do sistema de registro eletrônico de ponto.
§ 1º Quando possível, serão armazenadas as impressões digitais de pelo menos dois dedos distintos, sendo um da mão esquerda e o outro da mão direita.
§ 2º Na impossibilidade de captura das imagens digitais por motivos físicos, devidamente atestado por laudo médico pericial, o controle de frequência será realizado pela digitação de senha pessoal no computador da prefeitura.
§ 3º As imagens capturadas serão utilizadas exclusivamente para o controle de frequência dos servidores, ficando vedado o seu uso para fins não previstos em lei.

Art. 4º O armazenamento e a preservação dos dados obedecerão ao prazo estipulado na
Tabela de Temporalidade de Documentos Arquivísticos do Arquivo Nacional.

Art. 5º Os equipamentos de registro eletrônico de ponto serão instalados em locais de acesso às dependências das principais Unidades Públicas do Município, quando for utilizado esse método, com a anuência de cada servidor, a Prefeitura poderá solicitar a instalação de aplicativo de ponto em seus celulares

Art. 6º Os servidores deverão registrar a entrada e saída nas respectivas unidades de
trabalho nas seguintes circunstâncias:

- Início da jornada diária de trabalho;
- início do intervalo para alimentação ou descanso - saída;
- Fim do intervalo para alimentação ou descanso - entrada;
- Fim da jornada diária de trabalho.

§ 1º O intervalo para alimentação ou descanso não poderá ser inferior a uma hora nem superior a duas horas.

§ 2º Na hipótese de o servidor não efetuar os registros referentes aos intervalos para alimentação ou descanso, para aqueles que tem a obrigação de registrar ponto no intervalo, presumir-se-á que ele tenha usufruído uma hora e meia, as quais serão descontadas da jornada diária de trabalho. Serão descontados os atrasos acima de 03 (três)/mês, na proporção de 4 a 10 atrasos será descontado meio dia de trabalho, de 10 em diante será descontado um dia de trabalho

Art. 7º A jornada de trabalho terá início e término conforme ajuste prévio entre os servidores e as respectivas secretarias/chefias imediatas, atendendo ao interesse institucional e as peculiaridades de cada unidade de lotação e respeitada a jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e de 40 (quarenta) horas semanais, excetuando os cargos com jornada de trabalho reduzida e a escala de 1 2 x 36.

Parágrafo único. O horário do servidor poderá ser flexibilizado pela chefia imediata, de acordo com a necessidade da unidade e sem prejuízo do cumprimento da jornada de trabalho.

Art. 8º Estão dispensados do registro eletrônico de ponto apenas os cargos de Secretários Municipais, os demais cargos, inclusive o corpo médico, é obrigatório o registro de ponto biométrico.

Parágrafo único. As chefias imediatas deverão registrar e justificar as ausências de marcação, parcial ou total, justificando o motivo, caso haja justificativa legal para a ocorrência.

Art. 9º As atividades realizadas fora da sede do órgão em que tenha exercício o servidor e que por essa razão inviabilizem o registro da frequência no ponto eletrônico, deverão justificar no aplicativo a jornada cumprida e atestada pelo superior imediato.

Art. 10ºO sistema de registro eletrônico de ponto deverá permitir que a chefia imediata tenha acesso ao relatório de ponto dos servidores para fins de homologação.

Art. 11º Para o pleno funcionamento do sistema de registro eletrônico de ponto deverá o
servidor:
- apresentar-se à unidade administrativa do RH para fins de cadastramento das imagens digitais quando solicitado e instalação do aplicativo:
- registrar diariamente no equipamento de ponto eletrônico ou aplicativo no celular os movimentos indicados no artigo 6º por meio da leitura de sua impressão digital ou captura de imagem facial;
- apresentar documentação comprobatória das ausências autorizadas por lei;
- acompanhar o registro diário de sua frequência mediante emissão de comprovante pelo equipamento de registro eletrônico de ponto, nos locais em que os equipamentos apresentam esta disponibilidade, nos demais através do espelho de ponto mensal ou no aplicativo instalado no celular;
- comunicar imediatamente à chefia imediata a inoperância ou irregularidade no funcionamento do equipamento de leitura biométrica, celular, etc.

Art. 12º São responsabilidades da chefia imediata:
- orientar os servidores para o fiel cumprimento das disposições deste decreto;
- homologar as faltas atrasos no sistema da empresa via computador;
- tornar sem efeito os registros de períodos trabalhados em desacordo com as
disposições deste decreto, informando o RH desconto dos atrasos e/ou faltas sem justificativas;
- validar períodos trabalhados, em caráter excepcional, fora do horário de
funcionamento da unidade.

Art. 13º São atribuições da Direção do Departamento de RecursosHumanos:
- gerir o sistema de registro eletrônico de ponto;
- manter sob sua guarda os registros eletrônicos e atender às solicitações dos
órgãos de controle interno e externo;
- registrar no sistema de registro eletrônico de ponto as ocorrências de sua alçada;
- promover o acompanhamento do funcionamento regular do sistema de registro eletrônico de ponto, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e efetuando as atualizações exigidas;
- capacitar os usuários para a sua correta utilização;
- fornecer aos usuários as informações constantes do banco de dados do sistema eletrônico;
- zelar pelo uso adequado dos equipamentos e componentes;
- realizar os descontos referentes às ocorrências que acarretem a perda da
remuneração.

Art. 14º Em caso de esquecimento de registro biométrico pelo servidor, será tolerado o máximo de 03 (três) dias de falta de registro por mês, devendo tal fato ser comunicado a
chefia imediata para evitar registro de falta injustificada com desconto em folha de pagamento.

Art. 15ºA comprovação da prestação do serviço extraordinário, assimentendido aquele que excede a jornada de trabalho normal, dar-se-á por meio do registro eletrônico da frequência, cabendo à chefia atestar o cumprimento do serviço extraordinário.

Art. 16º Responderá civil, penal e administrativamente o servidor que causar danos ao
sistema de registro eletrônico de ponto quando a Município utilizar esse método de registro de pontos.

Art. 17º O servidor que não concordar com a instalação do aplicativo em seu celular particular, deverá comunicar imediatamente o Departamento de RH, e será disponibilizado um computador para que o mesmo utilize o sistema para o registro de pontos.

Art. 18º Diante da inação do servidor em comunicar a discordância, a Prefeitura Municipal entende que o servidor aceitou o modelo de registro de pontos.

Art. 19º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Sapopema-PR, em 06 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4CB365C3

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 115/2026(CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 115/2026(CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 01/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e consider ando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **01/2025**, homologado pelo Decreto nº. 119/2025 de 17 de março de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais, comprovante de escolaridade.
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA	BAIRRO
15º	TATIANE MALAQUIAS DOS SANTOS DOMINGUES	46,5	Reta Grande, Barra Grande e Cordeiros

Sapopema, 06 de outubro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:1550087E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 116/2026(CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 116/2026(CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 01/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e consider ando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **01/2025**, homologado pelo Decreto nº. 119/2025 de 17 de março de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais, comprovante de escolaridade.
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

CLASSIFI CAÇÃO	NOME	NOTA	BAIRRO
16º	ANI GABRIELI PEREIRA DE PAULA	44,5	Reta Grande, Barra Grande e Cordeiros
17º	VALDIRENE APARECIDA MACIEL SUTIL DO NASCIMENTO	40	

Sapopema, 06 de outubro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:CF4153E7

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 117/2026(CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 117/2026(CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 01/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e consider ando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **01/2025**, homologado pelo Decreto nº. 119/2025 de 17 de março de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais, comprovante de escolaridade.
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

CLASSIFI CAÇÃO	NOME	NOTA	BAIRRO
18º	JOCELINE LUZ CORDEIRO	31	Reta Grande, Barra Grande e Cordeiros

Sapopema, 06 de outubro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:91B40784

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 181/2024

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 181/2024

Processo Dispensa 25/2024.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA ICARUS - PONTO ELETRONICO INTELIGENTE LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **ICARUS-PONTO ELETRONICO INTELIGENTE LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.122.093/0001-90, sediada na Rod Jose Carlos Daux,4150, Impact Hub Sala 01 e 02, Bairro Saco Grande, CEP: 88.032-005 em Florianópolis-SC, Telefone (48) 3220-0873, E-mail michel.orth@pontoicarus.com.br , doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Michel Orth, CPF: 034.558.571-24, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% do valor do contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor de R$: 4.675,00 (Quatro Mil, Seiscentos e Setenta e Cinco Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que

seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema Pr, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D5EA9D90

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N.º 1699/2026

LEI N.º 1699/2026

Súmula: "*Autoriza o Município a criar 02 (duas) vagas de motoristas através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025, autorizado pela Lei Municipal nº 1654/2025 e dá outras providências.*"

A **Câmara Municipal de Sapopema** – Estado do Paraná aprovou, e eu, PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
LEI
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar 02 (dois) vagas de motoristas através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025.
Art. 2º - O período de contratação, vencimentos e obrigações são as constantes da Lei Municipal nº 1654/2025.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Sapopema, em: 06 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:77C5F7BA

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
PORTARIA Nº 19-2026-REFERENTE FERIADO NOSSA SENHORA APARECIDA 12 DE OUTUBRO.

PORTARIA Nº. 19/2026.

O Senhor **EDMAR VIEIRA RODRIGUES,** Presidente da Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa de Leis, devido ao feriado dia de Nossa Senhora Aparecida no dia 12/10/2026.

DETERMINA:
Que no dia 12 de outubro não haverá expediente, retornando no dia 13 de outubro, devido ao feriado fica cancelada a sessão ordinária do dia 12/10/2026.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Sapopema, 05 de Outubro de 2026.

EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Sapopema.

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:0C84722D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0013/2026
CONTRATAÇÃO COMPRASGOV.BR Nº 929307-06/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO
Recebimento das propostas e documentos de habilitação: Até às 08h59min do dia 27 de outubro de 2026.

Data e horário da abertura da sessão: dia 27 de outubro de 2026, às 09h00.

LOCAL: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

Para obter o EDITAL e anexos, os interessados poderão fazer o *download* do material nos endereços eletrônicos www.aguasdesarandi.com.br/licitacao, ou www.gov.br/compras, ou https://sarandi.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/4/ ou solicitá-los através do e-mail licitacao@aguasdesarandi.com.br, onde receberão um *link* para baixar o material, ou ainda dirigir-se à Divisão de Compras e Licitações da Autarquia Águas de Sarandi – SMSA, na Avenida Londrina, n.º 1764, Jardim Independência, Sarandi-PR, munidos de mídia eletrônica *pen drive* para cópia do edital e anexos. As informações complementares poderão ser obtidas através do e-mail pregoeiro3aguasdesarandi@gmail.com, ou pelo telefone (44) 3264-4870.

Sarandi, 06 de outubro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor-Geral
Águas de Sarandi-SMSA

Publicado por:
Luiza Emi Oyama Yamashiro
Código Identificador:C406E8B4

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/2026

Concede Título de Cidadão Honorário ao Capitão Gilberto Kummer Junior.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e o senhor Presidente, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, em especial pelos incisos IV e V do art. 18, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte:

Decreto Legislativo
Art. 1º A Câmara de Sarandi, Estado do Paraná, nos termos do inciso XVI do art. 32, da Lei Orgânica do Município de Sarandi -— LOM, concede ao Capitão Gilberto Kummer Junior do 32º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná o título de Cidadão Honorário, em reconhecimento de sua atuação que impactou positivamente na cidade de Sarandi e região.
Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo, a Mesa Diretora da Câmara Municipal, fica autorizada a utilizar-se de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 3º A láurea será entregue em Sessão Solene deste Poder Legislativo, em data a ser definida pela Presidência da Câmara Municipal.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 6 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Vereador
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:D1CFDF14

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20/2026 – PMS CONTRATAÇÃO COMPRAS GOV: 988461-45/2026

OBJETO: *Contratação de empresa especializada em obras de engenharia/arquitetura para a construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro Jardim EcoValley, no Município de Sarandi/PR, em conformidade com o Termo de Adesão nº 23.770.810-5/2025, celebrado junto à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/PR*
Data e horário de abertura da Sessão: **dia 29 de outubro de 2026 às 09:00 horas**.
LOCAL: http://www.compras.gov.br/
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8600.
E-MAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br
O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br e Portal Transparência

Sarandi, 06 de outubro de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Agente de Contratações

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:2B3ECC95

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0057/2026 - UASG 988461

Contratação de serviços de diagnóstico por imagem (Raio-X), com realização de exames e emissão de laudos radiológicos, de forma contínua, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os postos de Técnicos em Radiologia, para atendimento das demandas da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **27 de outubro de 2026 às 09:00 horas**.

Local: http://www.compras.gov.br/(Contratação: 988461-44/2026)

As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro1@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, Portal Transparência e http://www.sarandi.pr.gov.br,

Sarandi, 06 de outubro de 2026.

RENAN BATISTA MEYRING
Pregoeiro

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:636CF388

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
CITAÇÃO POR EDITAL

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - PORTARIA n° 2272/2026

Prefeitura do Município de Sarandi - Estado do Paraná

Citação por Edital

Ilmo. Servidor:
WILLIAN GABRIEL TAVARES COSTA

Portaria n°2272/2026

Através do presente expediente e em cumprimento a Portaria n° 2272/2026 o Poder Executivo Municipal, a Comissão Sindicante, composta pelos membros que ao final assinam, considerando declaração firmada por servidor público Municipal que atestou Sr. WILLIAN GABRIEL TAVARES COSTA encontra-se em lugar incerto e não sabido, vem CITÁ-LO por Edital de acordo com o artigo 248 $3° da Lei Municipal 10/92 para querendo apresentar defesa escrita Sindicância Administrativa, onde Vossa Senhoria figura como indiciado sob a acusação, em tese, de ter violado, em tese, o artigo do Estatuto dos Servidores – Art. 224 da LC10/92.

Para o exercício da ampla defesa e do contraditório fica-lhe assegurado o direito de fazer-se representar/acompanhar por advogado, devidamente constituído para este fim. Fica facultado também, vistas ao processo e/ou cópias no local onde funciona a Comissão Sindicante, Prédio da Prefeitura do Município de Sarandi, sito a Rua José Emiliano de Gusmão, nº 565, Centro neste Município. onde também deverá ser protocolada a vossa defesa.

PAÇO MUNICIPAL, 25 de setembro de 2026.

Publique-se

DIEGO WILLIAM SANCHES
Presidente

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:58C55894

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 188/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2025, aberto pelo Edital n.º 56/2025, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5(cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);

- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- Registro no órgão de classe (ex.: CRC, CRQ, OAB, etc.) e comprovante de pagamento da última anuidade (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que
tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado (Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa);
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade e/ou inidoneidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
017.603.821-83	72	JÉSSICA CRISTINA QUEIROZ DO NASCIMENTO	74,50

PAÇO MUNICIPAL, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:64148A66

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2617/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 2859/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **CARMELUCI MARINHO SANTANA,** matrícula 8171, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO), lotada no Gabinete do Prefeito, para o desempenho da função de **GESTOR DE BIOMETRIA,** símbolo GEE-08.

Art. 2º Fica concedido à servidora, conforme disposto no art. 16º da Lei 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 16 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:EAEE2290

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2615/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação do **Gabinete do Prefeito**:

Matricula	Nome	CPF
10362	Reinaldo Laurindo	569.XXX.939-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 2302/2026, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 16 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:2D65A288

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2616/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 485/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 485/2025 de 18 de março de 2025, que concedia ao servidor municipal **CARMELUCI MARINHO SANTANA**, matrícula 8171, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO), gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de GESTOR DE CONTRATOS, símbolo GEE-05, no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 16 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:15FA9209

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2696/2026

SÚMULA: Torna sem efeito a Portaria Municipal sob n.º 2529/2026, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

1º - Tornar sem efeito a Portaria Municipal n.º 2529/2026 de 26 de agosto de 2026, a qual suspendia a servidora ocupante do cargo de Educadora Infantil.
2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:8744D12A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2697/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no relatório final do Processo Administrativo, instaurado pela Portaria n.º 1300/2025;

R E S O L V E

1º - Aplicar pena de **Suspensão** de acordo com o art. 220 da Lei Complementar 10/92.

- Edna Aparecida Nasser, por infringir o inciso I do art. 209, o inciso II do art. 217 e art. 218 da Lei Complementar 10/92 aplica-se a pena de suspensão, pelo prazo de 30 (trinta) dias sem remuneração;
2º- Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 05 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:BB89C3AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 2552/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela lei nº 2897/2023 e lei nº 3144/2026, publicada em 21 de julho de 2026.

RESOLVE:

1º Autorizar a concessão de diárias para os servidores abaixo relacionados, conforme previsto na Lei n.º 2754/2021, alterada pela lei nº 2897/2023, publicada em 31 de janeiro de 2023, Capítulo II, Seção I, Da Concessão de diária a Motoristas e Acompanhantes, dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao mês de Agosto do ano de 2026.

Nome: Elisangela Rodrigues Botelho : xxx193.208.xx
Cargo/Função: Coordenadora de Acolhimento de Crianças e Adolescentes - PAIM
Valor total recebido da diária : R$ 482,00 ((quatrocentos e oitenta e dois reais)Valor recebido de adiantamento de viagem : Não se aplica.
Data de Saída : 17/08/2026 Horário de Saída : 06h00min.
Data de Retorno: 17/08/2026 Horário de retorno:18h00min.
Local de destino: Cascavel/PR, 280 km de distância deste Município (aproximadamente).
Quilometragem inicial: 168163
Quilometragem inicial final: 1169018
Meio de Transporte: BDZ7D43 frota 398
Finalidade: A viagem foi realizada no exercício da função, onde realizou o acompanhamento da acolhida até o Município de Cascavel/PR.

Nome: Jorge Jó Fernando Amâncio Francisco : xxx.224.169-xx
Cargo/Função: Motorista
Valor total recebido da diária : R$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais)Valor recebido de adiantamento de viagem : Não se aplica.
Data de Saída : 17/08/2026 Horário de Saída : 06h00min.
Data de Retorno: 17/08/2026 Horário de retorno:18h00min.
Local de destino: Cascavel/PR, 280 km de distância deste Município (aproximadamente).
Quilometragem inicial: 168163
Quilometragem inicial final: 1169018
Meio de Transporte: BDZ7D43 frota 398
Finalidade: A viagem foi realizada no exercício da função de motorista, efetuando o translado da Coordenadora de Acolhimento de Crianças e Adolescentes - PAIM e da da acolhida até o Município de Cascavel/PR.

Nome: Silvana Aparecida C. Carvalho Icherbaty : xxx. 585.479-xx
Cargo/Função: Pedagoga/Psicopedagoga
Valor total recebido da diária : R$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais)Valor recebido de adiantamento de viagem : Não se aplica.
Data de Saída : 24/08/2026 Horário de Saída : 03h30min.
Data de Retorno: 24/08/2026 Horário de retorno:14h30min.
Local de destino: Cascavel/PR, 280 km de distância deste Município (aproximadamente).
Quilometragem inicial: 142318
Quilometragem inicial final: 142909
Meio de Transporte: ATQ21358 frota 523
Finalidade: A viagem foi realizada no exercício da função, onde realizou o acompanhamento do adolescente até o Município de Cascavel/PR.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE.

PAÇO MUNICIPAL, 04 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alves de Oliveira
Código Identificador:80921FFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 125/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 125/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
MARCOS ANTONIO SOARES	31755	24	10	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A.
LUCIMAR DE LOURDES MOURA	440320	16	25	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
ARLETE APARECIDA DA SILVA HASHIMOTO	417920	35	3	RESIDENCIAL SAO JOSE III
MAICON ANTONIO PEREZ	393763	40	23	PARQUE RESIDENCIAL ALVAMAR II
WAGNER ROSENA DA LUZ	309362	8	5	RESIDENCIAL SAO JOSE
LUCIANO DA SILVA JESUS	399593	11	1	JARDIM FRANCA
LAERCIO TOBIAS LOPES	399636	15	8	JARDIM FRANCA
ALESSANDRA ALVES DA SILVA	398193	57	11	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
DANIEL ALAN FERREIRA LOPES	441890	55	6	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
WILLIAN FILADELFO PINHEIRO	395886	69	10	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
SONIA MARIA DINIZ	437920	4	17	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
ROBERTO KAZUO SAKATA	396178	286	286	CONDOMINIO RESIDENCIAL BELLA VILLE
LUCIANO BAZAN	428760	41	20	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
RONI AMARAL DOS SANTOS	116114	35	5	JARDIM VERAO
SEBASTIAO CARLOS MARTINS	121401	51	26	JARDIM VERAO
MARIA EDNA DE ASSIS RODRIGUES	440200	16	13	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
BRUNO CANDIDO DE SOUZA	439520	10	40	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
GUSTAVO MAIA DOS SANTOS	398316	86	12A	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2
DANIELLE APARECIDA MARTINEZ CAMARA	414690	5	17	RESIDENCIAL SAO JOSE III
IDAELSO MARCIEL BARBOSA	417200	9	30A	PARQUE SAO PEDRO

Paço Municipal, 29 de Setembro de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS
Diretor de Departamento Administração de Receitas
Decreto nº 1276/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:6A1F26FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 127/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 127/2026

Em conformidade com a Įei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Įei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
MARCOS VINICIUS DUTRA CAMPOS	399545	6		JARDIM FRANCA
RENAN ODY WARKEN	395868	5	14A	JARDIM IMPERIAĮ
FERNANDO PIMENTA	400609	4	7	JARDIM MONTE CARMEĮO
FENIX GRUAS ĮOCACAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP	434070	7	11	CONDOMINIO ECOGARDEN RESIDENCE
MARIA JOSE SIĮVERIO	410640	13	14A	JARDIM CAĮIFORNIA
RAFAEĮ DE SOUZA FORTUNATO	400227	207A		RESIDENCIAĮ ARVOREDO
RODRIGO FIORDERIZZO DE OĮIVEIRA	390306	9	19A	JARDIM OURO VERDE II
MICHEĮE FERMINO DE JESUS	395695	16/11	1/11D	JARDIM OURO VERDE II E IV
DAIANE PANONTIM RODRIGUES	396943	26	25	JARDIM OURO VERDE III
HEĮIO ORFEU MARIANI	397117	31	24	JARDIM OURO VERDE III
ESPOĮIO JOSE PEREIRA PEDROSO	255610	6	8	CONJUNTO RESIDENCIAĮ VAĮE AZUĮ II
OĮIVIA ROSANA DOS SANTOS	438580	7	7	CONJUNTO RESIDENCIAĮ MAUA
MARIA ĮIRA DE JESUS DE ĮIMA	437780	4	3	CONJUNTO RESIDENCIAĮ MAUA
GIVAĮDO NOGUEIRA AĮVES	401057	2	10Į	JARDIM KUSUMOTO
RENATA FERNANDA DA SIĮVA	399069	8	13	JARDIM KUSUMOTO
TIAGO ANTONIO DA SIĮVA	398812	27	8A	JARDIM TROPICAĮ
MARCEĮO APARECIDO ĮOURENCA	400351	168	168HB	GĮEBA PATRIMONIO SARANDI
BRUNO VINICIUS ĮARROSA MARIANO	394384	9	4	RESIDENCIAĮ SAO JOSE II
ERICA CASAGRANDE MUĮIZINE	400994	154	154H	GĮEBA PATRIMONIO SARANDI
IVETE RODRIGUES DA MAIA	440100	16	3	CONJUNTO RESIDENCIAĮ MAUA

Paço Municipal, 29 de Setembro de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS
Diretor de Departamento Administração de Receitas
Decreto nº 1276/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:08DD1D4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – Edital nº 001/2025
O Exm. Sr. Gerson Nunes, Prefeito Municipal de Sengés, através da Secretaria Municipal de Administração – Depto de Recursos Humanos, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:
CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 001/2025, de acordo com o cargo e classificação relacionados nos quadros abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Sengés, Departamento de Recursos Humanos, sito a Travessa Senador Souza Naves, 95, Bairro Centro, desse Município, no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da publicação deste Edital, para fins de tomar ciência da documentação necessária para investidura no cargo e demais providências.

CARGO: EXECUTOR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Marilene Bozoki	10ª

Obs. o não comparecimento para entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Sengés, 06 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:4B43FB28

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5206/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e Sete Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 47.000,00 (Quarenta e Sete Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.002	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0004.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.006	DEPARTAMENTO DE COMPRAS	
12.361.0029.2046	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4190	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	32.000,00
	SUBTOTAL	32.000,00
	TOTAL	47.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO	
05.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO	
15.451.0006.1001	INFRA ESTRUTURA, OBRAS DE SANEAMENTO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
12.361.0011.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2100	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	32.000,00
	SUBTOTAL	32.000,00
	TOTAL	47.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 05/10/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:1DDAFC7A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.207/2026

SÚMULA: EXONERA Comandante da GCMS - VINICIUS CLETO PERUCIO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1.º - Fica o Sr. VINICIUS CLETO PERUCIO, brasileiro, matrícula funcional de n.º 972954 EXONERADO, do cargo de Comandante da GCMS, do Departamento de Segurança Publica da Secretaria Municipal de Administração, deixando de perceber mensalmente os vencimentos correspondentes ao nível 3CC.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01/10/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:61DDE436

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.208/2026

SÚMULA: EXONERA Subcomandante da GCMS - ALAN FERREIRA MARTINS

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1.º - Fica o Sr. ALAN FERREIRA MARTINS, brasileiro, matrícula funcional de n.º 972958 EXONERADO, do cargo de Subcomandante da GCMS, do Departamento de Segurança Pública da Secretaria Municipal de Administração, deixando de perceber mensalmente os vencimentos correspondentes ao nível 03A.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01/10/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:8BA99698

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 843/2026.

"EMENTA: Altera o quantitativo de vagas para o cargo de Agente de Apoio Educacional no Anexo I da Lei Municipal nº 603, de 23 de janeiro de 2023 que Dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e salários do funcionalismo público no Município de Sengés, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica ampliado em 10 (dez) o número de vagas para o cargo de Agente de Apoio Educacional, pertencente ao Grupo II – Pessoal Técnico de Nível Médio, constante no Plano de Cargos, Vencimentos e Salários do Funcionalismo Público Municipal.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no art. 1º, a linha correspondente ao cargo de Agente de Apoio Educacional no Anexo I da Lei Municipal nº 603, de 23 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
[...]
GRUPO II – PESSOAL TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
[...]

N.º DE CARGOS	*DENOMINAÇÃO*	*NIVEL*	*JORN/SEMANAL*
44	*Agente de Apoio Educacional*	*03*	*40 horas*

[...]

Art. 3°. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:330A9FCD

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTÓGRAFO DE LEI Nº 850/2026

"EMENTA: Altera o quantitativo de vagas para o cargo de Agente de Apoio Educacional no Anexo I da Lei Municipal nº 603, de 23 de janeiro de 2023 que Dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e salários do funcionalismo público no Município de Sengés, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica ampliado em 10 (dez) o número de vagas para o cargo de Agente de Apoio Educacional, pertencente ao Grupo II – Pessoal Técnico de Nível Médio, constante no Plano de Cargos, Vencimentos e Salários do Funcionalismo Público Municipal.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no art. 1º, a linha correspondente ao cargo de Agente de Apoio Educacional no Anexo I da Lei Municipal nº 603, de 23 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
[...]
GRUPO II – PESSOAL TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
[...]

N.º DE CARGOS	*DENOMINAÇÃO*	*NIVEL*	*JORN/SEMANAL*
44	*Agente de Apoio Educacional*	*03*	*40 horas*

[...]

Art. 3°. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
(Esta Lei foi Decretada pela Câmara Municipal de Sengés, em Sessão Extraordinária realizada em data de 06-10-2026, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis deste Legislativo).

Sala das Sessões, em 06 de Outubro de 2026.

ANÁRIO ALVES FILHO –
Presidente

MARIANE LUPINACCI –
1ª Secretária

Publicado por:
Luciane Aparecida Vieira
Código Identificador:B74D9599

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO I AO CONTRATO N.º 213/2026

Concorrência Eletrônica n.º 012/2026 - Processo Licitatório nº 136/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **CONCREVALI – CONCRETO VALE DO IVAÍ LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 10.506.134/0001-32.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência e execução contratual em mais 120 (cento e vinte) dias.
DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Em razão do presente Termo aditivo, o novo prazo de vigência do Contrato original será de 320 (trezentos e vinte dias). Dessa forma, o *caput* da Cláusula Quinta do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "A contratação se dará através da formalização de Contrato Administrativo com vigência de 320 (trezentos e vinte) dias, contados da data de assinatura."
DO NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO: Em razão do presente Termo aditivo, o novo prazo de execução do Contrato original será de 180 (cento e oitenta dias). Dessa forma, o *caput* da Cláusula Sexta do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "O prazo previsto para a execução do objeto é de 180 (cento e oitenta) dias, iniciada em até 15 dias contados da data de assinatura do contrato."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 05/10/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 06 de outubro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:DEF4DA28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO I AO CONTRATO N.º 231/2026

Concorrência Eletrônica n.º 011/2026 - Processo Licitatório nº 135/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **CONCREVALI – CONCRETO VALE DO IVAÍ LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 10.506.134/0001-32.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência e execução contratual em mais 120 (cento e vinte) dias.
DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Em razão do presente Termo aditivo, o novo prazo de vigência do Contrato original será de 320 (trezentos e vinte dias). Dessa forma, o *caput* da Cláusula Quinta do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "A contratação se dará através da formalização de Contrato Administrativo com vigência de 320 (trezentos e vinte) dias, contados da data de assinatura."
DO NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO: Em razão do presente Termo aditivo, o novo prazo de execução do Contrato original será de 180 (cento e oitenta dias). Dessa forma, o *caput* da Cláusula Sexta do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "O prazo previsto para a execução do objeto é de 180 (cento e oitenta) dias, iniciada em até 15 dias contados da data de assinatura do contrato."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 05/10/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 06 de outubro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:9872CFE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
LEI MUNICIPAL N.º 3.420, DE 6 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS**, Estado do Paraná, aprovou e a Prefeita Municipal, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto nos artigos 165, § 2º inciso II, da Constituição Federal, 4º da Lei complementar nº 101/2000, as diretrizes orçamentárias relativa ao exercício financeiro de 2027, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
III - a diretrizes especificas para o Poder Legislativo;
IV - as Diretrizes para a Elaboração e a execução do Orçamento do Município e suas alterações;
V - as Disposições sobre Dívida Pública Municipal;
VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - as Disposições Gerais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;
II – Anexo de Metas Anuais;

I – DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As Ações/Metas constantes do Anexo de Metas e Prioridades desta Lei, aprovadas por meio de emendas, ficam agregadas ao Plano Plurianual - PPA, período 2026-2029.

§1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo.

§2º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão dotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual.

Art. 3º Em conformidade com o disposto nos artigos 165, § 2º, da Constituição Federal, 4º da Lei Complementar nº 101/2000, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027 são as constantes em Anexo próprio desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

§1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2027 será dada maior prioridade:

I - à promoção do desenvolvimento sustentável:
II - à inclusão social;
III - à educação integral;
IV - ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
V - à saúde;
VI - às ações que visem garantir a cidade limpa, segura e com excelência em qualidade de vida;
VII - à geração de emprego e renda;
VIII - à gestão dinâmica, eficaz e transparente;
IX – ao atendimento de idosos;

§2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 4º Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto nos artigos 227 da Constituição Federal e 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo Único. O Poder Executivo encaminhará, anexo à Proposta Orçamentária, quadro demonstrativo dos gastos públicos em benefício da criança e do adolescente - Orçamento Criança.

Art. 5º O Município de Sertanópolis implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

Art. 6º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

II – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Sertanópolis relativo ao exercício de 2027 deverá obedecer aos princípios de justiça social, de controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;
II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
IV - o princípio da economicidade implica, na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 8º Para efeito desta lei entende-se por:

I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
III - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
V - ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos que devem ser detalhados em unidades e medidas;
VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;
VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;
IX - órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido;
X - unidade orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;
XI - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;

Art. 9º O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2026, nos termos do inciso III do art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo, Executivo do Município e Autarquias.

Art. 10. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a fonte de recursos.

§1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas correntes - 3; e
II - Despesas de capital - 4.

§2º Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;
II - juros e encargos da dívida - 2;
III - outras despesas correntes - 3;
IV - investimentos - 4;
V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e
VI - amortização da dívida - 6.

§3º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;
II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§4º Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I - transferências à União - 20;
II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;
III - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
IV - transferências a consórcios públicos - 71;
V - aplicações diretas - 90; e

§5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2027 e em seus Créditos Adicionais.

§6º A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§7º A Lei Orçamentária Anual para 2027 conterá a destinação de recursos, classificados pelo Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR.

I - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 6º deste artigo;
II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e
III - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§8º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§9º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas, exclusivamente pelo Departamento de Administração, mediante publicação de decreto no Jornal Oficial do Município, com as devidas justificativas.

Art. 11. A Reserva de Contingência prevista no art. 46 desta lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na proposta orçamentária de 2027 as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento ao Poder Legislativo do projeto de lei das diretrizes orçamentárias correspondente.

Art. 14. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;
II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
III - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e o desenvolvimento do ensino;
IV - o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000;

Art. 15. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei;
II - quadros orçamentários consolidados;
III - anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

Parágrafo Único. Integrarão o Orçamento Fiscal, todos os quadros previstos no inciso III, do art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 31 de março de 1964.

III – DAS DIRETRIZES ESPECIFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 16. O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas no § 5º, do artigo 153, e nos art. 158 e 159, da Constituição Federal/88 efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com a Emenda Constitucional nº. 25/2000;

§1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II, do § 2º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.

§2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88, e conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 19, da Lei Orgânica do Município.

Art. 17. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 31 de julho do corrente exercício, observadas as disposições desta lei.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

SEÇÃO I
Diretrizes Gerais

Art.18. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2027 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no *caput* do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000**.**
II - pelo Poder Executivo:
a) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
b) as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
c) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
d) o Relatório de Gestão Fiscal.

§2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por meio do Departamento de Administração e Assessoramento Superior e da Divisão de Controladoria Geral, deverá:

I - providenciar as medidas previstas no inciso I do § 1º deste artigo, a partir da execução da lei orçamentária anual do exercício de 2027, e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 20. O Poder Executivo, sob a coordenação Do Departamento de Fazenda, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§1º O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2027, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2027.

Art. 21. No prazo previsto no §2º do artigo anterior, o Poder Executivo, sob a coordenação do Departamento de Fazenda, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por fonte de recursos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§1º Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§2º Em caso de superveniência da hipótese mencionada no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 23. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 24. As propostas parciais dos Poderes Legislativo Executivo, bem como as de seus órgãos e autarquias, serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de junho de 2026 e apresentadas à Departamento de Administração até o dia 31 de julho de 2026, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 25. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

§1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 26. É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único. Somente serão incluídas, na proposta orçamentária anual, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal até 30 de junho de 2026.

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2027 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:
I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 28. O Departamento Jurídico do Município encaminhará ao Departamento de Administração, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários inscritos até 1º de julho de 2026 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2027 devidamente atualizados, conforme determinado pelo § 1º do art. 100 da Constituição Federal e pela Emenda Constitucional nº 62/2009, discriminada conforme detalhamento constante do art. 12 desta lei, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;
II - número do precatório;
III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
IV - enquadramento (alimentar ou não-alimentar);
V - data da autuação do precatório;
VI - nome do beneficiário;
VII - valor do precatório a ser pago;
VIII - data do trânsito em julgado; e
IX - número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2027, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no § 1º do art. 100 da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto Municipal nº 014/2010.

Art. 29. Na programação da despesa não poderão:

I – ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
II – ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública, na forma dos artigos 167, § 3º, da Constituição Federal;
III – ser classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada; e
IV – ser incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 30. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou em concorrência com demais entes da Federação, ou com ações que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente.

Art. 31. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com **ou** sem fins lucrativos.

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam os arts. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e Lei 13.019/2014.

Art. 32. A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;
II - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;
III - contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os Planos de Previdência Social.
IV - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;
V - pagamento de condenações oriundas de sentenças judiciais;
VII - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e
VIII - reserva de contingência, conforme especificado no art.40 desta lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 33. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 34. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos nos artigos 4º, inciso I, alínea "e", e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e a avaliação dos programas de governo serão realizados pela Controladoria-Geral do Município.

SEÇÃO II
Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 35. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art. 36. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 37. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e
III - as alterações tributárias.

Art. 38. O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 39. O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 40. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência, para os seguintes casos específicos:

I. No valor de até meio por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

II. No valor de dois por cento da Receita Corrente Líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, destinadas as emendas impositivas individuais da Câmara dos Vereadores de Sertanópolis, Estado do Paraná, conforme o art. 98-A da Lei Orgânica do Município.

§1º A reserva de contingência prevista nos incisos I e II deste artigo será constituída exclusivamente pelas fontes de recursos 000.

§2º Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência prevista no inciso I deste artigo, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado apenas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde e educação e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

§3º Em relação a reserva de contingência prevista no inciso II, será observado o disposto no art. 98-A da Lei Orgânica do Município de Sertanópolis.

§4º As emendas impositivas individuais, deverão ser indicadas, apreciadas e votadas juntamente com a Lei Orçamentária Anual.

§5º Não sendo apresentadas as emendas individuais no prazo previsto no parágrafo 4º, poderá o Poder Executivo municipal, utilizar o saldo remanescente para a abertura de Créditos Adicionais, nos termos do art. 41 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 41. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos dos artigos 167, VI, da Constituição Federal, e 42 e 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir crédito adicional - Transposição.

§1º Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos.

§2º Ficam as alterações limitadas a 30% (trinta por cento) o valor total da despesa fixado.

Art. 42. Fica o Poder Executivo, nos termos dos artigos 167, VI, da Constituição Federal, e 42 e 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir crédito adicional – Remanejamento.

§ 1º Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.

§2º Ficam as alterações limitadas a 30% (trinta por cento) do valor total despesas fixado.

Art. 43. Fica o Poder Executivo, nos termos dos artigos 167, VI, da Constituição Federal, e 42 e 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir crédito adicional - Transferência.

§1º Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

§2º Ficam as alterações limitadas a 30% (trinta por cento) do valor total despesas fixado.

Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto nos arts. 167, § 2º, da Constituição Federal e 104, § 2º, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos previstos no *caput*, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos nos incisos I, II e IV do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 45. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à UGT.

SEÇÃO III
Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 46. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL

Art. 47. A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Créditos para atendimento à Despesas de Capital, observando o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Liquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 48. A contratação de operações de credito dependerá de autorização em lei especifica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 49. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 50. As despesas com pessoal e encargos sociais para 2027 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/98, na Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação municipal em vigor.

Art. 51. No exercício de 2027, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no art. 62 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de competência do ordenador da despesa, respeitados os limites orçamentários de cada órgão.

Art. 52. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I – corte na remuneração dos servidores ocupantes de cargo em comissão;
II – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
IV – eliminação das despesas com horas-extras;
V – eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 53. Para efeito desta Lei o registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18 § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal , ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 54. O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentaria de 2027, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação especifica, observando os limites do art. 20, inciso III e do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Ficam os Poderes Legislativos e Executivo autorizados no mês de janeiro de 2027 a efetuar a recomposição dos vencimentos e proventos dos servidores públicos municipais ativos, aposentados e pensionistas, comissionados, pertencentes aos quadros de pessoal estatutário e celetista, conforme disposto no art. 169 § 1º inciso I e II da Constituição Federal, referente ao período de janeiro de 2026 a dezembro de 2026.

§2º A recomposição dos vencimentos e proventos mencionados no §1º observará a variação do INPC de janeiro de 2026 a dezembro 2026, ou de outro índice que vier a substitui-lo.

§3º A recomposição dos vencimentos e proventos mencionados nos §1º ocorrerá mediante Decretos do Poder Executivo e Portaria do Presidente do Poder Legislativo.

§4º Para atender ao disposto neste artigo serão observados os limites estabelecidos nos art. 29 e 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 55. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 56. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 57. Os impostos sobre a propriedade predial e territorial urbano – IPTU do exercício de 2027 terão desconto de vinte por cento do valor lançado para pagamento em conta única.

Art. 58. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Art. 59. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, II, da LRF.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. Cabe ao Departamento de Administração a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta lei.

Parágrafo único. O Departamento de Administração disciplinará:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, autarquias; e
III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 61. Ficam os Poderes Legislativo, Executivo e Administração Indireta, nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal e artigos 7º, 42 e inciso I do artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, autorizados a abrir Créditos Adicionais – Superávit Financeiro, por Fonte de Recursos.

§1º Entende-se por Superávit Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31/12/2026.

§2º Ficam excluídos do limite fixados na Lei Orçamentária os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 62. Fica o Poder Executivo e Administração Indireta, nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal e artigos 7º, 42 e inciso II do artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, autorizados a abrir Créditos Adicionais – Excesso de Arrecadação, por Fonte de Recursos.

§1º Entende-se por Excesso de Arrecadação o recebimento de recursos de convênios não previstos na Lei Orçamentária de 2027 e a diferença positiva entre a receita prevista na Lei Orçamentária de 2027 e a receita efetivamente realizada, por Fonte de Recursos.

§2º Ficam excluídos do limite fixados na Lei Orçamentária os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 63. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2027, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei orçamentária anual.

Art. 64. Serão considerado legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 65. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reaberto no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 66. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 67. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 ao Poder Legislativo.

Art. 68. Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Santo Soriani", 6 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ORIGEM: Projeto de Lei 012/2026
AUTORIA: Poder Executivo

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:581F01AF

ASSESSORIA GERAL
LEI MUNICIPAL N.º 3.421, DE 6 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Altera a Lei Municipal 3.329/2024, que "Altera a nomenclatura de logradouros dos bairros Residencial das Palmeiras, Residencial Santo Soriani, Jardim Aeroporto, Jardim Aeroporto II e Residencial Cesar Soriani" e Denomina vias do Residencial Maria Casagrande Favoreto e do Jardim Maria Casagrande Favoreto.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS**, Estado do Paraná, aprovou e a Prefeita Municipal, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Súmula da Lei 3.329/2024 passa a ser a seguinte:

SÚMULA: Altera a nomenclatura de logradouros dos bairros Residencial das Palmeiras, Residencial Santo Soriani, Jardim Aeroporto, Jardim Aeroporto II, Residencial Cesar Soriani e Residencial Bersanetti.

Art. 2º. Os incisos II, VI, VII e XIII da Lei 3.329/2024 passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

II – A Rua Angelo Tedardi, do Residencial das Palmeiras e do Residencial Bersanetti, passa a se chamar Rua Flores do Campo;

(...)

VI – A Rua Marcelino Refundini, do Residencial das Palmeiras e do Residencial Bersanetti, passa a se chamar Rua Girassol;

VII – A Rua José Victorino Fernandes, do Residencial das Palmeiras e do Residencial Bersanetti, passa a se chamar Rua Jacarandá;

(...)

XIII – A Rua Pedro Terassi, do Residencial das Palmeiras e do Residencial Bersanetti, passa a se chamar Rua Íris Branco;

Art. 3º A Avenida "A" do Residencial Maria Casagrande Favoreto e a Avenida "B" do Jardim Maria Casagrande Favoreto passam a ser denominadas Avenida Ângelo Favoreto.
Art. 4º A Rua "A" do Residencial Maria Casagrande Favoreto e a Rua "B" do Jardim Maria Casagrande Favoreto passam a ser denominadas Rua Sebastião Favoreto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com ratificação do Decreto 126/2026.

Art. 6º. Fica autorizada a compilação desta Lei com as Lei 3.329/2024 e 3.329/2025 e divulgação, sempre que possível, da forma compilada.

Paço Municipal "Santo Soriani", 6 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ORIGEM: Projeto de Lei 020/2026
AUTORIA: Poder Executivo

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:149EC0CF

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE COLABORAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
EXTRATO ADITIVO 001/2026 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 019/2026
PARTÍCIPES: Prefeitura Municipal de Sertanópolis e Obras Sociais Santa Terezinha (Asilo São Vicente).
OBJETO: Repasse de Recursos Financeiros para atendimento aos idosos no regime de internato.
VIGÊNCIA: Até 31/03/2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.020.08.241.0009.2046.3.3.50.41.00.00
VALOR: R$ 3.270,00 (Três mil e duzentos e setenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026
AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL.

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:BDEE0466

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 145/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 145/2026, decorrente de Pregão n°36/2026 de Registro de Preços para aquisição de brinquedos para doação aos alunos do ensino público municipal, em comemoração ao dia das crianças.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **PADUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 38.013.510/0001-76, com sede no endereço PEDRO FAVORETO, nº 166, RESIDENCIAL HOFFMANN, SERTANOPOLIS-PR neste ato representada por **GABRIEL BARBIERI EUGENIO,** portador do CPF sob n° 08369752942, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 3.664,50 (três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), corresponde ao acréscimo de 6,00% do item 06, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Educação que justificou o aumento da demanda, com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	Conjunto artístico com no mínimo 145 itens, com livro de colorir capa dura. Conforme Termo de Referência.	21,00	R$ 174,50	R$ 3.664,50

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 06 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*PADUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:DE24994C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 93/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo ao Contrato nº. 93/2025, decorrente de Pregão n°51/2025 de Contratação de empresa especializada em seguro para veículos.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **SEGUROS SURA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº. 33.065.699/0001-27, com sede no endereço Avenida Padre Antonio José dos Santos, nº 1530, Cidade Moções, São Paulo, SP, CEP: 04563-004 - neste ato representada por **ANA PAULA ARAUJO SANTANA,** portador do CPF sob n° 405.321.168-95, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 20 de outubro de 2027 e Reajuste de Valores na importância de R$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais), em decorrência da prorrogação deste Contrato, com finalidade de atender ao pedido do Departamento de Administração

que justificou a necessidade e a vantajosidade, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/21, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Seguro Veicular Total para o Veículo FIAT STRADA FREEDOM CD 1.3 FLEX, ano modelo 2025/2026, Placa TBQ4B87, CHASSI: 9BD281BKPT9940262.	1.00	R$ 600,00	R$ 600,00
1	2	Seguro Veicular Total para o veículo: VOLKSWAGEN Constelation 2p 17.190 E, ano 2022/2023, Placa SHX4G94, RENAVAN 0133732779-1	1.00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
1	3	Seguro Veicular Total para o Veículo Mercedes-Benz, modelo Sprinter 517 CDI 2024/2025 Placa TAO5C03 RENAVAM: 01412601603	1.00	R$ 1.850,00	R$ 1.850,00
1	4	Seguro Veicular Total para o Veículo VW/NEOBUS 8.160 ESCOLAR 2022/2023 Placa SEF3D70 RENAVAM: 01340164822	1.00	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 06 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*SEGUROS SURA S/A*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:6C343B38

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 43/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

4° Termo Aditivo ao Contrato nº. 43/2025, decorrente da Concorrência n°1/ 2025 de Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a retomada da obra de Infraestrutura do Loteamento Maria Betiol Secco, sendo: Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem de Águas Pluviais, Calçadas, Sinalização, Água, Esgoto e Arborização, com área a ser pavimentada de 8.709,80 m², com fornecimento de peças, equipamentos, materiais, mão de obra e demais equipamentos que atendem a completa execução, conforme Pedido, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, ART n° 1720234551856 e 1720235823299, RRT n° 13707111, Memorial Descritivo, Projetos, Cronograma Físico Financeiro e planilha orçamentária

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **AFJ PAVIMENTACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 53.795.645/0001-24, com sede no endereço RUA AMéRICA CâNDIDA DIAS DE ALMEIDA, nº 115, PARQUE DAS FLORES, ASSIS-SP neste ato representada por **MARIA JOSE DE PAULA,** portador do CPF sob n° 30781919827, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 30 de janeiro de 2027, com finalidade de atender ao Memorando nº 047/2026 – Departamento de Planejamento Urbano, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 30 de setembro de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*AFJ PAVIMENTACAO LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:4E79EEDC

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
ATA Nº 085/2026 - DISPENSA Nº 240/2026

ATA Nº 085/2026 - DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO DESIGNADA PARA PROCEDER A HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS RELATIVAS À DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 240/2026 – LEI FEDERAL N.º 14.133/2021 E DECRETO 055/2023.

Aos seis dias do mês de outubro de 2026, às 09h00min, reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio designada pela designada pelo Decreto n.º .093-2023 de 31 de março de 2023, para proceder à habilitação e julgamento das propostas da Dispensa de Licitação n.º 240/2026 – Lei Federal n.º 14.133/2021, destinada a Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos confeccionados em aço inoxidável sob medida para a escola Santo Tomás de Aquino conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. Presentes os seus membros, o Agente de Contratação verificou que o Extrato do Aviso de Dispensa de Licitação foi devidamente publicado em data de 24 de setembro de 2026, e cumpriu com o requisito de publicidade de 03 (três) dias úteis e ainda, que a integra do Aviso foi disponibilizado no site da municipalidade. Do certame classificou o seguinte proponente na fase interna: MARILEI SOARES – MEI – CNPJ: 45.737.430/0001-29 com o valor total de R$ 28.793,00 (vinte e nove mil setecentos e noventa e três reaiss). Na fase externo não houve interessados. As documentações deste processo incluindo as propostas apresentada estão disponíveis no portal da transparência. Nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão de cujos trabalhos eu, André Solano Souto, Agente de Contratação, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelos membros da Equipe de Apoio.

ANDRÉ SOLANO SOUTO –	*MARCIA ADRIANA REIS SILVA –*
Agente de Contratação	Equipe de Apoio
CRISTIANA ALBINO LOURETO –	*OLGA JOSIANI ROSA –*
Equipe de Apoio	Equipe de Apoio

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:15F2B055

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 252/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 252/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: TORNO E SOLDA SERTANOPOLIS LTDA-ME.
OBJETO: REFORMA DE PEÇAS E ESTRUTURAS DECORATIVAS NATALINAS.
VALOR: R$1.820,00(UM MIL, OITOCENTOS E VINTE REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 06 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:51BC6AFD

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

DESPACHO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

Procedo à Inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa Pedro Giovani Queisada Tangara Produções Artísticas, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 14.614.428/000139, com sede na Rua José Ernani Neves, Jardim Guararapes, no Município de Londrina, estado do Paraná, CEP 86.038-400, neste ato representado por Pedro Giovani Queisada, portador da cédula de identidade nº8.098.700-5 SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 053.850.499-48, mediante Inexigibilidade de Licitação, visando Contratação de empresa especializada em produção artística para execução de espetáculo temático natalino, no valor total de R$ 75.000,00(setenta e cinco mil reais), com base no artigo 74, II, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, eis que empresária exclusiva de artistas de consagração nacional.

Paço Municipal Santo Soriani, 05 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:4B7ED7B6

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
COMPRAS.GOV.BR SRP Nº 927971 - 07/2026

O Serviço Municipal De Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no ***dia 23 de outubro de 2026*****, às 08:30 horas** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras** o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de **Licitação nº 26/2026 na modalidade Pregão Eletrônico**. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e /ou e-mail **compras.sermusa@sertanopolis.pr.gov.br**
Objeto: Registro de preço, para futura aquisição de material odontológico para atender as necessidades da clínica odontológica municipal (UBS I, UBS II e UBS III) do serviço municipal de saúde – Sermusa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA.

Publicado por:
Lucilene de Fátima Morilho da Silva
Código Identificador:52AC0BD4

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2027
COMPRAS.GOV.BR - Nº 927971 - 08/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
COMPRAS.GOV.BR - Nº 927971 - 08/2026
O Serviço Municipal De Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no ***dia 29 de outubro de 2026*****, às 08:30 horas** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras** o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de **Licitação nº 27/2026 na modalidade Pregão Eletrônico**. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e /ou e-mail **compras.sermusa@sertanopolis.pr.gov.br**
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para atuação de fisioterapeuta e farmacêutico para atendimento das demandas do Serviço Municipal de Saúde Sertanópolis Pr., nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA.

Publicado por:
Lindinalva de Andrade Moura
Código Identificador:AE020A03

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 67/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, e

CONTRATADA: GASPAROTO & GUILLEN COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ: 31.827.323/0001-87.

OBJETO: Aquisição de Máquina de Lavar Roupas, para Hospital São Lucas, do Serviço Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 1.629,00 (Um Mil, seiscentos e vinte e nove reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(doze) meses.

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 05 de outubro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:F3D39309

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
NOTIFICAÇÕES LEI 9.452/1997

NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 8.240,08 (oito mil, duzentos e quarenta reais e oito centavos), destinados ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - BL PSB, em 25 de setembro de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 460,02 (quatrocentos e sessenta reais e dois centavos), destinação ao Bloco de

Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - BL PSE, em 25 de setembro de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 2.097,00 (dois mil e noventa e sete reais), destinação ao Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Apoio ao Uso de Plantas Medicinais, em 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:7337E16B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 120/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e, Artigos 97 a 105 da Lei Municipal 1.139/2023 de 27/09/2023,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder féria aos servidores abaixo relacionados, e autorizar o devido pagamento do terço de férias na folha competência.

NOME DO SERVIDOR	DIAS DE FÉRIAS	PERÍODO DAS FÉRIAS	PERÍODO AQUISITIVO
ALEXANDRO BORGES FERNANDES	10	13/10/2026 A 22/10/2026	2025/2026
ANTONIO LUIZ PAZIN	10	13/10/2026 A 22/10/2026	2025/2026
DIOGO M. PAULINO MARTINS	10	13/10/2026 A 22/10/2026	2025/2026
GIAN JACOB NEDEL	10	13/10/2026 A 22/10/2026	2025/2026
JOSIANE DA ROSA	10	03/11/2026 A 12/11/2026	2025/2026
JOSLEIDA A. DA SILVA SEMIN	10	07/10/2026 A 16/10/2026	2026/2027
RONAN ERNZEN	10	04/11/2026 A 13/11/2026	2023/2023
SIRLEI MINUZZI	10	05/10/2026 A 14/10/2026	2025/2026

Artigo 2º Por necessidade da Administração, autorizar o pagamento de 10 dias de abono pecuniário de férias aos servidores de matrícula 9296/1 (período aquisitivo 2024/2025), 6351/1 (período aquisitivo 2026/2027), 7781/1(período aquisitivo 2026/2026) e 1010/3 (período aquisitivo 2025/2026).
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná em 06 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
em 06/10/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:CB65D971

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DEJULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 49/2026 - CONTRATAÇÃO: 988477-6/2026

Em relação à impugnação ao edital apresentada pela empresa **SECURITTÁ ENGENHARIA,** no Pregão Eletrônico nº 49/2026, **DECIDO CONHECER DO PEDIDO APRESENTADO** e no **MÉRITO INDEFERI-LO INTEGRALMENTE,** em face da pertinência das alegações e acolher integralmente os pareceres elaborados pelo Coordenador do NSST, Sr. Sandro José Morló (relatório e fundamentos de mérito), mantendo-se inalterado o edital ora impugnado e dá-se prosseguimento ao processo licitatório, com abertura da sessão pública marcada para o dia **07 de outubro de 2026**, às **09:00 horas**. Sulina, 07 de outubro de 2026.

EDICÉIA SCHAEFER ROSA,
Pregoeira.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:56DD1283

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2025

Extrato de Termo de Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 194/2025, Referente Pregão Eletrônico nº 53/2025. Contratada: **TITÃ UNIFORMES LTDA**, CNPJ nº 59.021.193/0001-00. Objeto do distrato: Fica **CANCELADA** a Ata de Registro de Preços nº 194/2025, decorrente do Processo Licitatório nº 87/2025 – Pregão Eletrônico nº 53/2025, relativamente ao registro da empresa **TITÃ UNIFORMES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 59.021.193/0001-00, em razão de fato superveniente que impossibilitou a continuidade da execução das obrigações assumidas. O presente cancelamento possui **natureza administrativa e não punitiva.** Fundamento: art. 82, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições do instrumento convocatório e nas cláusulas da própria Ata de Registro de Preços. Sulina, 05 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:AE718471

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 16/2026

Processo Administrativo nº. 47/2026

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ	75.801.738/0001-57
CONTRATADO	FAMILIA ARAUJO TRANSPORTES LTDA
CNPJ	59.120.065/0001-13
VALOR TOTAL	R$ 27.750,00 (VINTE E SETE MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE UM DIA DE LAZER PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE TAPIRA, NO ÂMBITO DO PROJETO VIAJA MAIS 60, COMPREENDENDO TRANSPORTE RODOVIÁRIO ATÉ SALTO BANDEIRANTES, ALIMENTAÇÃO E ATIVIDADES DE LAZER, CONVIVÊNCIA E INTEGRAÇÃO
BASE LEGAL	ARTIGO 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Tapira/PR, 06 de outubro de 2026.

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:BAA3ED80

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 17/2026

Processo Administrativo nº. 48/2026

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ	75.801.738/0001-57
CONTRATADO	INFATEC COMPUTADORES LTDA
CNPJ	03.858.720/0001-80
VALOR	R$ 4.770,00 (QUATRO MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS)

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SETOR DE LICITAÇÃO DO MUNICIPIO DE TAPIRA
BASE LEGAL	ARTIGO 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Tapira/PR, 06 de outubro de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:2DD1A1F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026
DESTINADO AO CREDENCIAMENTO PARA FISIOTERAPIA DOMICILIAR

O Município de Teixeira Soares, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 75.963.850/0001-94, com sede à Rua XV de Novembro, nº 135, Centro, torna público que fará realizar, **a partir das 09:30 do dia 19/10/2026**, o Chamamento Público NA FORMA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DOMICILIAR DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR.
Conforme Art. 79 parágrafo único I da Lei Federal 14.133/2021, o edital ficará disponível permanentemente no site do município para novos interessados, em tempo, condicionado a contratação à necessidade daAdministração.
A documentação poderá ser encaminhada a contar da data de publicação deste Chamamento, estando aberto para avaliação e emissão do termo de credenciamento dos interessados a partir do dia 19/10/2026.
As proponentes interessadas que atenderem a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a formalizar a parceria estabelecida pela administração pública para os serviços objetos da Chamada Pública para os quais se candidatou, com vigência igual à do referido Edital.
Informações complementares sobre o edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, no endereço supra citado, ou através do telefone (42) 3460 1155 ou pelo e-mail **licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br**

Teixeira Soares - PR, 07 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:A0AF786B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE proveniente de um Chamamento público 03/2026, com adoção da modalidade Credenciamento, por meio do qual serão selecionados os Micro Empreendedores Individuais (MEI) aptos e interessados a prestarem serviços profissionais.

CONTRATADO: ALDAIR JOSÉ FERREIRA, inscrita no CNPJ nº 69.468.456/0001-87, com sede na RUA JOÃO RIBEIRO DOS REIS, 220, CENTRO, TEIXEIRA SOARES/PR, representada nesse ato pela Sr. ALDAIR JOSÉ FERREIRA, CPF: 055.059.139-70.

Valor Total: R$ 81.000,00 (OITENTA E UM MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:66DB67DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 227/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 227/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE proveniente de um Chamamento público 03/2026, com adoção da modalidade Credenciamento, por meio do qual serão selecionados os Micro Empreendedores Individuais (MEI) aptos e interessados a prestarem serviços profissionais.

CONTRATADO: 69.447.840 GLAUCIA APARECIDA ALVES, inscrita no CNPJ nº 69.447.840/0001-01, com sede na RUA DOS IPES, 29, PARQUE CIDADE NOVA, TEIXEIRA SOARES/PR, representada nesse ato pela Sr.ª GLAUCIA APARECIDA ALVES, CPF: 102.852.929-51.

Valor Total: R$ 80.948,00 (oitenta mil, novecentos e quarenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 06/10/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:A071CB30

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 161/2025.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 161/2025.

ADITIVO DE VALORES
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 06/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Valorização de Recicláveis, de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia

CONTRATADA: JORGE ANTOSZCZYSZEN LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.370.831/0001-22, com sede na Rua PEDRO PAULO WEBER, Nº 219, SALA, PARQUE CIDADE NOVA - Teixeira Soares/PR - CEP 84530-000
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA O Presente Termo Aditivo, de acordo com os Artigo Nº 124 e 125, da Lei Federal Nº 14.133/2021, promove o aditivo de valor do contrato nº.161/2025, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Valorização de Recicláveis, de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia, conforme planilha em anexa que comprovam o acréscimo dos serviços e materiais referentes a obra, juntamente com o parecer técnico do setor de Engenharia do Município. O valor total do aditivo é de R$23.689,62 (vinte e três mil seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos) equivalente a aproximadamente 2,19% (dois virgula dezenove por cento) do valor original do contrato, sendo assim, o valor total do contrato passa a ser de R$1.160.652,80(um milhão cento e sessenta mil seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

Teixeira Soares-PR, 05 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:A9EFF9F4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 161/2025.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 161/2025.

ADITIVO DE VALORES
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 06/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Valorização de Recicláveis, de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia
CONTRATADA: JORGE ANTOSZCZYSZEN LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.370.831/0001-22, com sede na Rua PEDRO PAULO WEBER, Nº 219, SALA, PARQUE CIDADE NOVA - Teixeira Soares/PR - CEP 84530-000
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA O Presente Termo Aditivo, de acordo com os Artigo Nº 124 e 125, da Lei Federal Nº 14.133/2021, promove o aditivo de valor do contrato nº.161/2025, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Valorização de Recicláveis, de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia, conforme planilha em anexa que comprovam o acréscimo dos serviços e materiais referentes a obra, juntamente com o parecer técnico do setor de Engenharia do Município. O valor total do aditivo é de R$23.410,38 (vinte e três mil quatrocentos e dez reais e trinta e oito centavos) equivalente a aproximadamente 2,15% (dois virgula quinze por cento) do valor original do contrato, sendo assim, o valor total do contrato passa a ser de R$1.184.063,26(um milhão cento e oitenta e quatro mil e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

Teixeira Soares-PR, 06 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:7E8A8F5E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 09 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 09 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2026 ENTRE O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES E A EMPRESA SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA S.A, NONO TERMO ADITIVO AO PREGÃO 90030/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, inscrita no CNPJ/MF sob N° 75.963.850/0001-94 pessoa jurídica de direito público, sito a Rua XV de Novembro, 135, CEP – 84.530-000 Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Prefeita Municipal em Exercício, Senhor **IVANOR LUIZ MÜLLER**, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CPF – 84530-000, portador do RG n°101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF n° 281.427.480-53, a seguir denominado **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente Contrato **nº148/2026**, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 1482026 de 27/07/2023, por parte da Administração, visando **REAJUSTE DOS ITENS CONTRATADOS,** O OBJETO é a ***Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de óleo diesel S-10 e, óleo diesel S-500, destinados ao abastecimento da frota municipal, incluindo a disponibilização, instalação e manutenção de sistema de abastecimento em regime de comodato,*** o decréscimo do valor do item 01 diesel S10 é de 0,03 (três centavos) passando de R$6,13(seis reais e treze centavos) para o valor de R$6,10(seis reais e dez centavos), e o acréscimo do item 02 diesel S500 é de R$0,09(nove centavos) passando de R$5,56(cinco reais e cinquenta e seis centavos), para o valor de R$5,65(Cinco reais e sessenta e cinco centavos), impactando em um acréscimo de R$6.509,10(seis mil quinhentos e nove reais e dez centavos) para o saldo restante do contrato

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 148/2026 de 27/07/2026, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FATOS
O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES efetuou os reajustes, os quais foram calculados pelo percentual de descontos obtidos na licitação, sobre o valor da média dos valores praticados na região de Ponta Grossa, pesquisa da ANP.

CLÁUSULA QUARTA – DA PREVISÃO CONTRATUAL
Os reajustes estão previstos na Cláusula Sétima do contrato.

Teixeira Soares, 05 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:CC5514A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 317/2026

DECRETO Nº 317/2026

INSTITUI A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, DISPÕE SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E

COMPETÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 73 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 204 e 227 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio da articulação permanente entre os órgãos governamentais, instituições e organizações da sociedade civil;
CONSIDERANDO a importância da atuação integrada, intersetorial e compartilhada para a promoção, prevenção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;
CONSIDERANDO a Resolução nº 15/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que aprova a criação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Teixeira Soares;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Teixeira Soares, instância permanente de articulação intersetorial e Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social, destinada ao fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º A Rede de Proteção tem por finalidade promover a integração entre os órgãos públicos, instituições e organizações da sociedade civil para assegurar a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Rede:
I – fortalecer o trabalho intersetorial;
II – prevenir situações de violência, negligência, abuso, exploração e demais violações de direitos;
III – estabelecer fluxos e protocolos integrados de atendimento;
IV – acompanhar situações de maior complexidade, respeitado o sigilo legal;
V – promover ações preventivas e educativas;
VI – qualificar continuamente os profissionais da rede;
VII – produzir diagnósticos e propor políticas públicas voltadas à infância e adolescência;
VIII – subsidiar o planejamento das ações do Município relacionadas à garantia de direitos.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A Rede observará os seguintes princípios:
I – proteção integral;
II – prioridade absoluta;
III – intersetorialidade;
IV – corresponsabilidade entre os órgãos;
V – respeito à dignidade da pessoa humana;
VI – sigilo das informações protegidas por lei;
VII – atuação articulada e resolutiva;
VIII – respeito às competências legais de cada instituição.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º Integram a Rede de Proteção, entre outros:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação;
IV – Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, quando existente;
V – Secretaria Municipal de Administração;
VI – Conselho Tutelar;
VII – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
VIII – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
IX – Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG;
X – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
XI – Conselho da Comunidade;
XII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
XIII – Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – COMDIM;
XIV – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
XV – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
XVI – instituições de ensino estaduais e municipais;
XVII – Núcleo Regional de Educação;
XVIII – Polícia Militar;
XIX – Polícia Civil;
XX – Ministério Público;
XXI – Poder Judiciário;
XXII – Defensoria Pública, quando houver atuação no Município;
XXIII – organizações da sociedade civil que atuem na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
XXIV – Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres;
XXV – demais órgãos e instituições convidados conforme a necessidade.

§ 1º Cada órgão deverá indicar, formalmente, um representante titular e um suplente.
§ 2º Os representantes deverão possuir conhecimento da política pública da infância e adolescência e condições de representar institucionalmente seu órgão.
§ 3º Sempre que possível, os representantes deverão possuir competência para deliberar e encaminhar as demandas discutidas pela Rede.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete à Rede:
I – promover reuniões periódicas;
II – elaborar e reavaliar os fluxos de atendimento;
III – discutir situações coletivas, observadas as normas de sigilo;
IV – propor campanhas e ações preventivas;
V – recomendar melhorias nos serviços públicos;
VI – produzir relatórios de atividades;
VII – promover a articulação dos fluxos de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, visando evitar a revitimização.

CAPÍTULO VI
DAS REUNIÕES

Art. 7º A Rede reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.
Art. 8º As reuniões serão convocadas pela coordenação da Rede.
Art. 9º Cada instituição deverá assegurar a participação de seu representante.

§ 1º Na impossibilidade de comparecimento do titular, deverá participar o suplente.
§ 2º As ausências deverão ser justificadas por escrito, conforme o modelo e no prazo estabelecido pelo Regimento Interno.

§ 3º Ausências reiteradas poderão ensejar solicitação formal de substituição do representante junto ao órgão de origem, visando garantir a efetiva participação institucional.

CAPÍTULO VII
DA COORDENAÇÃO

Art. 10. A coordenação da Rede será exercida por Coordenador(a), Vice-Coordenador(a) e Secretário(a), escolhidos entre os membros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme definido em reunião e registrado em ata.

Art. 11. Compete ao(à) Coordenador(a):
I – convocar e coordenar as reuniões;
II – receber e elaborar as pautas;
III – representar a Rede quando necessário;
IV – acompanhar os encaminhamentos deliberados;
V – promover a articulação entre os integrantes da Rede;
VI – articular com os órgãos integrantes da Rede o cumprimento dos fluxos, protocolos e pactuações estabelecidas coletivamente;
VII – zelar pelo cumprimento deste Regimento.

Art. 12. Compete ao(à) Vice-Coordenador(a):
I – substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos;
II – auxiliar na coordenação das atividades;
III – acompanhar a execução dos encaminhamentos.

Art. 13. Compete ao(à) Secretário(a):
I – elaborar convocações;
II – organizar listas de presença;
III – elaborar atas e registros das reuniões;
IV – manter atualizados os documentos da Rede;
V – controlar a frequência dos membros;
VI – organizar os arquivos e registros administrativos.

CAPÍTULO VIII
DO REGIMENTO INTERNO

Art. 14. A Rede de Proteção contará com Regimento Interno próprio, aprovado pelos seus membros, que disciplinará:
I – funcionamento;
II – competências dos participantes;
III – organização das reuniões;
IV – procedimentos para justificativas de ausência;
V – grupos de trabalho;
VI – fluxos de atendimento;
VII – demais normas necessárias ao seu funcionamento.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. A participação dos representantes na Rede constitui atividade de relevante interesse público, não sendo remunerada.

§ 1º Os funcionários públicos que compõem a Rede de Proteção deverão ser liberados pela sua chefia para que possam participar das reuniões e formações da Rede.
§ 2º Os membros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente serão nomeados através de Portaria.

Art. 16. Os órgãos municipais deverão prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento da Rede.

Art. 17. Os integrantes da Rede deverão preservar o sigilo das informações compartilhadas no âmbito das reuniões e atividades, observando a legislação vigente e as normas éticas de suas respectivas áreas de atuação.

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Rede de Proteção, observadas a legislação vigente e o Regimento Interno.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, ____ de _____ de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:571CBB7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
LEI N.° 1.881/2026

Altera o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.306, de 18 de dezembro de 2014, que instituiu o auxílio alimentação aos servidores públicos municipais ativos e aos contratados pelo regime CLT, para assegurar a manutenção do benefício aos servidores afastados por atestado médico decorrente de doença grave devidamente comprovada, ou de acidente comprovado mediante laudo médico pericial, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º O parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.306, de 18 de dezembro de 2014, passa a vigorar acrescido da parte final adiante destacada, mantendo-se inalterado o restante do seu texto:
"Art. 1º (...)
§1º Excetuam-se do benefício constante deste artigo os servidores municipais aposentados e os pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou outro Órgão de Previdência Federal ou Estadual, os servidores em licença por motivo de doença em pessoa da família, licença para concorrer a cargo eletivo, em auxílio doença, bem como em gozo de atestados médicos e faltas não justificadas, acima de 3 (três) dias e na somatória ultrapassar a 3 (três) dias durante o mês de competência, ***ressalvado, em qualquer caso, o disposto no §1º-A deste artigo.*** [NR]
§1º-A Não se aplica a vedação de que trata a parte final do §1º deste artigo, relativa ao servidor em auxílio-doença ou em gozo de atestado médico e faltas não justificadas acima de 3 (três) dias, ao servidor afastado por atestado médico decorrente de doença grave devidamente comprovada, ou por acidente, desde que este último devidamente comprovado mediante laudo médico pericial, hipótese em que o auxílio-alimentação será mantido durante todo o período do afastamento, inclusive após o eventual início da percepção de auxílio-doença ou benefício assemelhado concedido pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, pelo Regime Geral de Previdência Social - INSS ou por outro Órgão de Previdência Federal ou Estadual ao qual o servidor esteja vinculado, enquanto perdurar a incapacidade laborativa decorrente da doença grave ou do acidente. [NR]
§1º-B Para os fins do §1º-A, consideram-se doenças graves aquelas elencadas no art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e suas alterações posteriores, tais como neoplasia maligna, cardiopatia grave, insuficiência renal crônica, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), hanseníase, esclerose múltipla, dentre as demais ali previstas. [NR]
§1º-C A comprovação da doença grave ou do acidente, para fins de manutenção do benefício nos termos do §1º-A, dar-se-á mediante laudo médico pericial, com indicação do CID correspondente, emitido por médico oficial do Município ou, na sua falta, por serviço público de saúde, devendo ser renovado a cada 12 (doze) meses, ou sempre que solicitado pela Administração, para fins de controle da manutenção do benefício." [NR]
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, destinadas ao custeio do auxílio-alimentação, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Terra Boa - Paraná, 06 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Muni

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:399A572C

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 386/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 58.892.523/0001-70, com sede Tapira, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). DIRLENE ALVES DA ROCHA SCHERER, CPF: 782.280.779-04, carteira de Identidade nº 49707541.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **37.250,00 (trinta e sete mil, duzentos e cinquenta reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:48C44E67

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 389/2026
REF: PREGÃO N° 58/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA, CNPJ nº 66.663.797/0001-15, com sede Sertanópolis, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). BRUNO JOSUE MARTINS, CPF: 079.906.409-29, carteira de Identidade nº 4989597.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa para aquisição de eletrodomésticos e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **69.016,00 (sessenta e nove mil e dezesseis reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 29 de setembro de 2026, com vencimento até 29 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:49121716

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 414/2026
REF: PREGÃO N° 91/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CIAFORT PECAS E ACESSORIOS PARA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA ME, CNPJ nº 85.073.153/0001-11, com sede Cianorte, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). YSNELSON TERABE RIBEIRO DIAS, CPF: 394.220.209-30, carteira de Identidade nº 1970065.

OBJETO: Registro de Preços para uma eventual contratação de serviço especializado e aquisição de peças para manutenção de tratores, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **310.000,00 (trezentos e dez mil reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 05 de outubro de 2026, com vencimento até 05 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 05 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D8125280

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 415/2026
REF: PREGÃO N° 86/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CIAFORT PECAS E ACESSORIOS PARA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA ME, CNPJ nº 85.073.153/0001-11, com sede Cianorte, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). YSNELSON TERABE RIBEIRO DIAS, CPF: 394.220.209-30, carteira de Identidade nº 1970065.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual aquisição de lubrificantes, fluídos, ARLA, estopa, graxa e afins referente à manutenção dos veículos e máquinas do município..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **265.146,16 (duzentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e dezesseis centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 06 de outubro de 2026, com vencimento até 06 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 06 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:1322DD4C

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 416/2026
REF: PREGÃO N° 86/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: L DE B FLORENTINO LTDA, CNPJ nº 43.468.704/0001-04, com sede Campo Mourão, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LUANA DE BRIDA FLORENTINO, CPF: 116.727.619-13, carteira de Identidade nº 142721244.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual aquisição de lubrificantes, fluídos, ARLA, estopa, graxa e afins referente à manutenção dos veículos e máquinas do município..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **250.798,00 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e oito reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 06 de outubro de 2026, com vencimento até 06 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 06 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:25A9159F

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 449/2024 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 29/2024

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS SANDRA PEREIRA S/S LTDA,** inscrita CNPJ/MF n°. 46.407.602/0001-69, sediada na Av. Brasil, 1182, na Cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado pelo(a) Sr(a) **SANDRA REGINA SILVEIRA ALVES PEREIRA,** portadora do CPF nº 489.575.779-04 e do RG nº 1.941.670-4, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº29/2024, nos termos da Lei nº. 14.133/2021 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 449/2024, que tem por objeto o **credenciamento de pessoa jurídica para realização de exames laboratoriais (patologia clínica), conforme tabela I do termo de referência, e exames Laboratoriais complementares de Urgência e Emergência/Eletivos: atendimento de exames laboratoriais não contemplados na Tabela SUS, tabela II do termo de referência** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 07 de outubro de 2027, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6BB473D3

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 92/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 92/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de peças e manutenção de Impressoras, Calculadoras e Monitores, em atendimento das necessidades das secretarias municipais.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP inscrito no CNPJ/CPF Nº 01.027.088/0001-06 no valor total dos itens vencidos de R$ 93.475,70 (noventa e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta centavos).

Terra Boa, 06 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:8B083F97

SECRETARIA DE FAZENDA
ATA DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026 – GESTÃO FISCAL E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal, sito à Rua Presidente Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 37, desta cidade e comarca de Terra Boa – Pr, reuniram-se a equipe da Secretaria de Fazenda, responsáveis pela elaboração e apresentação dos demonstrativos contábeis quanto a execução orçamentária do 2º quadrimestre de dois mil e vinte e seis. A apresentação foi conduzida pelo Contador da Prefeitura Sr. Luiz Henrique Taveraz de Oliveira, que iniciou agradecendo a presença de todos e explicou a finalidade de tal apresentação e obrigatoriedade conforme determina o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Posteriormente passou a apresentar os dados técnicos da execução da Receita Pública, com o comparativo entre as receitas previstas e arrecadadas e respectivos percentuais. Logo após, detalhou as receitas próprias, transferências estaduais e transferências federais.
Em seguida, explanou sobre a execução da despesa fazendo o comparativo entre as despesas orçadas e empenhadas, orçadas e pagas, e consolidadas por secretaria.
Dando continuidade, apresentou os gastos referentes às despesas de pessoal, apurando o cumprimento do limite legal.
Em atendimento ao dispositivo legal, foram demonstradas as despesas referentes aos gastos com ações e serviços públicos em educação e saúde, bem como, apuração do percentual exigido conforme emenda constitucional.
Sequencialmente, o Sr. Luiz apresentou os valores apurados de restos a pagar de exercícios anteriores e saldos contábeis constantes no Anexo 16 – Dívida Fundada e Anexo 17 – Dívida Flutuante.
Logo após, demonstrou o comparativo do saldo em 31/08/2026 dos valores de recursos livres, saúde, educação, social e outras fontes. Devido ao COVID, incluiu também o saldo dos recursos para enfrentamento da pandemia.
Por fim, foram divulgados os dados financeiros referentes ao Fundo de Previdência Municipal e concedida a palavra para questionamentos e sugestões.
Não havendo, encerrou a apresentação.
Sem mais para o momento, eu, Valdir Batista Gonçalves Junior, lavrei a presente Ata que vai por mim, e pelos presentes assinada.

"A lista de Presença assinada desta Audiência Pública encontra-se disponível no Gabinete Municipal de Terra Boa, a disposição".

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:240CF3C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 316/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: 37.899.141 RENATO RESENDE BENEDITO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **37.899.141/0001-06**.

DOMICÍLIO: RUA BAHIA, 751 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, Terra Rica/PR.

OBJETO: Contratação de empresa para executar oficina de artesanato, balé, capoeira, coral, dança, fanfarra, violão e xadrez para execução de projetos junto a Secretaria de Assistência Social., do Pregão - Eletrônico 51/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 25/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **12.001,60 (Doze Mil e Um Reais e Sessenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 25/09/2026(vinte e cinco dias de setembro de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

37.899.141 Renato Resende Benedito
RENATO RESENDE BENEDITO
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:BA53563D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S A , pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **90.180.605/0001-02**.

DOMICÍLIO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450 - CEP: 90020060 - BAIRRO: CENTRO HISTÓRICO, Porto Alegre/RS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro veicular para os seguintes veículos pertencentes à frota municipal Cruze ltz 1.4 16v turbo flex 4p aut. Placa RHD-2D35 - VWVirtus mb. Placa UBE-1I, do Pregão - Eletrônico 83/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 06/10/2026.

VALOR TOTAL: R$ **1.300,00 (Um Mil e Trezentos Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 06/10/2026(seis dias de outubro de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Gente Seguradora S A
JOHNATAN MARINI DA SILVA
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:32AF0202

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 443/2026

SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA CINTIA APARECIDA DA SILVA SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADA,** a Sra. **CINTIA APARECIDA DA SILVA SANTOS**, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 021/2022, a partir de 06 de Outubro 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (06/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:333A85C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 444/2026

SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA ISABELLE PEREIRA NAVARRO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADA,** a Sra. **ISABELLE PEREIRA NAVARRO DA SILVA,** do cargo em comissão de **DIRETOR(A) DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA,** do Município de Terra Rica, Símbolo CC-2, do Anexo "I", da Lei Municipal nº 117/2005, a partir do dia 06 de Outubro do ano de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (06/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:FBC349E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 433/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução dos serviços;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços da **ESCOLA MUNICIPAL RITA DE CÁSSIA GONÇALVES LEHN.**

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADO** o servidor público municipal Sr. **BRUNA BARBOZA DOS SANTOS**, matrícula nº **12143**, ocupante do cargo de **PROFESSOR 40 HORAS.**

Artigo 2°. - A partir do dia 06/10/2026, o servidor nominado no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto a **ESCOLA MUNICIPAL RITA DE CÁSSIA GONÇALVES LEHN.**

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

***"Art. 104.** - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:*
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (06/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:390DA413

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 434/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHORA ROBERTA REGINA LAGE ALEIXO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ROBERTA REGINA LAGE ALEIXO,** matrícula Nº 929, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO(A) PADRÃO,** referente ao período aquisitivo de 01/08/2021 a 31/07/2022, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **01/10/2026 a 20/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (06/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:D1F75D4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
DECLARA ESTABILIDADE SERVIDOR

PORTARIA Nº 0072/2026

EMENTA: DECLARA A ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa:

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Constituição Federal, que assegura estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, Processo n. 31462/23, após 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as condições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 2.274/2026 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa, segundo o qual o servidor ocupante de cargo de carreira adquire estabilidade depois de 3 (três) anos de efetivo exercício no serviço público, não sendo computados, para esse fim, os períodos de afastamento ou de faltas injustificadas;

CONSIDERANDO o resultado das avaliações de desempenho realizadas durante o estágio probatório e o respectivo parecer da comissão de estágio probatório, que concluiu pela aptidão, capacidade e aprovação do servidor para o exercício do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica DECLARADA E RECONHECIDA A ESTABILIDADE do servidor CLEBER ALVES SCHIZATE, matrícula nº 12867-01, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Terra Roxa/PR, em razão do cumprimento do período de 3 (três) anos de efetivo exercício e da aprovação no estágio probatório.

Art. 2º A estabilidade de que trata esta Portaria produz efeitos a partir de 20/07/2026, data em que o servidor completou 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa.

Art. 3º O reconhecimento da estabilidade não altera o cargo, a remuneração, as atribuições ou o regime jurídico do servidor, permanecendo submetido às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos servidores públicos municipais.

Art. 4º Determina-se ao setor competente da Câmara Municipal que proceda às anotações necessárias no assentamento funcional do servidor, fazendo constar o reconhecimento da estabilidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao reconhecimento da estabilidade a partir da data estabelecida no art. 2º.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 06 de outubro de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:6E6783EA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
DECLARA ESTABILIDADE SERVIDOR

PORTARIA Nº 0073/2026

EMENTA: DECLARA A ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa:

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Constituição Federal, que assegura estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, Processo n. 31462/23, após 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as condições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 2.274/2026 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa, segundo o qual o servidor ocupante de cargo de carreira adquire estabilidade depois de 3 (três) anos de efetivo exercício no serviço público, não sendo computados, para esse fim, os períodos de afastamento ou de faltas injustificadas;

CONSIDERANDO o resultado das avaliações de desempenho realizadas durante o estágio probatório e o respectivo parecer da comissão de estágio probatório, que concluiu pela aptidão, capacidade e aprovação do servidor para o exercício do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica DECLARADA E RECONHECIDA A ESTABILIDADE do servidor IGOR SOARES DE SOUZA, matrícula nº 12870-01, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Terra Roxa/PR, em razão do cumprimento do período de 3 (três) anos de efetivo exercício e da aprovação no estágio probatório.

Art. 2º A estabilidade de que trata esta Portaria produz efeitos a partir de 26/07/2026, data em que o servidor completou 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa.

Art. 3º O reconhecimento da estabilidade não altera o cargo, a remuneração, as atribuições ou o regime jurídico do servidor, permanecendo submetido às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos servidores públicos municipais.

Art. 4º Determina-se ao setor competente da Câmara Municipal que proceda às anotações necessárias no assentamento funcional do servidor, fazendo constar o reconhecimento da estabilidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao reconhecimento da estabilidade a partir da data estabelecida no art. 2º.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 06 de outubro de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:57C559AD

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
DECLARA ESTABILIDADE SERVIDOR

PORTARIA Nº 0074/2026

EMENTA: DECLARA A ESTABILIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa:

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Constituição Federal, que assegura estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, Processo n. 31462/23, após 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as condições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 2.274/2026 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa, segundo o qual a servidora ocupante de cargo de carreira adquire estabilidade depois de 3 (três) anos de efetivo exercício no serviço público, não sendo computados, para esse fim, os períodos de afastamento ou de faltas injustificadas;

CONSIDERANDO o resultado das avaliações de desempenho realizadas durante o estágio probatório e o respectivo parecer da comissão de estágio probatório, que concluiu pela aptidão, capacidade e aprovação da servidora para o exercício do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica DECLARADA E RECONHECIDA A ESTABILIDADE da servidora ADRIELLE ALMEIDA SILVA, matrícula nº 12872-01, ocupante do cargo efetivo de ADVOGADA, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Terra Roxa/PR, em razão do cumprimento do período de 3 (três) anos de efetivo exercício e da aprovação no estágio probatório.

Art. 2º A estabilidade de que trata esta Portaria produz efeitos a partir de 01/08/2026, data em que a servidora completou 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa.

Art. 3º O reconhecimento da estabilidade não altera o cargo, a remuneração, as atribuições ou o regime jurídico da servidora, permanecendo submetido às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos servidores públicos municipais.

Art. 4º Determina-se ao setor competente da Câmara Municipal que proceda às anotações necessárias no assentamento funcional da servidora, fazendo constar o reconhecimento da estabilidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao reconhecimento da estabilidade a partir da data estabelecida no art. 2º.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 06 de outubro de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:B3991BCB

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
DECLARA ESTABILIDADE SERVIDOR

PORTARIA Nº 0075/2026

EMENTA: DECLARA A ESTABILIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa:

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Constituição Federal, que assegura estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, Processo n. 31462/23, após 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as condições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 2.274/2026 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa, segundo o qual a servidora ocupante de cargo de carreira adquire estabilidade depois de 3 (três) anos de efetivo exercício no serviço público, não sendo computados, para esse fim, os períodos de afastamento ou de faltas injustificadas;

CONSIDERANDO o resultado das avaliações de desempenho realizadas durante o estágio probatório e o respectivo parecer da comissão de estágio probatório, que concluiu pela aptidão, capacidade e aprovação da servidora para o exercício do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica DECLARADA E RECONHECIDA A ESTABILIDADE da servidora AMANDA DOS SANTOS FREITAS, matrícula nº 12871-01, ocupante do cargo efetivo de RECEPCIONISTA, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Terra Roxa/PR, em razão do cumprimento do período de 3 (três) anos de efetivo exercício e da aprovação no estágio probatório.

Art. 2º A estabilidade de que trata esta Portaria produz efeitos a partir de 01/08/2026, data em que a servidora completou 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa.

Art. 3º O reconhecimento da estabilidade não altera o cargo, a remuneração, as atribuições ou o regime jurídico da servidora, permanecendo submetido às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos servidores públicos municipais.

Art. 4º Determina-se ao setor competente da Câmara Municipal que proceda às anotações necessárias no assentamento funcional da servidora, fazendo constar o reconhecimento da estabilidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao reconhecimento da estabilidade a partir da data estabelecida no art. 2º.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 06 de outubro de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:8C80C582

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
DECLARA ESTABILIDADE SERVIDOR

PORTARIA Nº 0076/2026

EMENTA: DECLARA A ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, EM RAZÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa:

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Constituição Federal, que assegura estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, Processo n. 31462/23, após 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as condições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 2.274/2026 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa, segundo o qual o servidor ocupante de cargo de carreira adquire estabilidade depois de 3 (três) anos de efetivo exercício no serviço público, não sendo computados, para esse fim, os períodos de afastamento ou de faltas injustificadas;

CONSIDERANDO o resultado das avaliações de desempenho realizadas durante o estágio probatório e o respectivo parecer da comissão de estágio probatório, que concluiu pela aptidão, capacidade e aprovação do servidor para o exercício do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica DECLARADA E RECONHECIDA A ESTABILIDADE do servidor ULISSES GENGUINI, matrícula nº 12873-01, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Terra Roxa/PR, em razão do cumprimento do período de 3 (três) anos de efetivo exercício e da aprovação no estágio probatório.

Art. 2º A estabilidade de que trata esta Portaria produz efeitos a partir de 02/08/2026, data em que o servidor completou 3 (três) anos de efetivo exercício, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa.

Art. 3º O reconhecimento da estabilidade não altera o cargo, a remuneração, as atribuições ou o regime jurídico do servidor, permanecendo submetido às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos servidores públicos municipais.

Art. 4º Determina-se ao setor competente da Câmara Municipal que proceda às anotações necessárias no assentamento funcional do servidor, fazendo constar o reconhecimento da estabilidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao reconhecimento da estabilidade a partir da data estabelecida no art. 2º.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 06 de outubro de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:CEBF1D9B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17627/2026

PORTARIA N° 17627/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 18009/2026 de 05 de outubro de 2026

RESOLVE

Art. 1°. – Revogar a partir de 05 de outubro de 2026 as aulas extraódinárias com carga horária de 20(vinte) horas semanais concedidas a Professora CARLA CRISTINA SIMÕES, matrícula 141682-02, através da portaria nº 17145/2026 de 19 de fevereiro de 2026.
Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:F685015F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17628/2026

PORTARIA N° 17628/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 18041/2026 de 05 de outubro de 2026

RESOLVE

Art. 1°. – Revogar a partir de 01 de outubro de 2026 as aulas extraódinárias com carga horária de 20(vinte) horas semanais concedidas a Professora CLEIDE HONORATO, matrícula 148903-02, através da portaria nº 17145/2026 de 19 de fevereiro de 2026.
Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:818E7DE1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17629/2026

PORTARIA N° 17629/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 17983/2026 de 05 de outubro de 2026

RESOLVE

Art. 1°. – Revogar a partir de 01 de setembro de 2026 as aulas extraódinárias com carga horária de 20(vinte) horas semanais concedidas a Professora SILVANA DE LIMA MARSARI, matrícula 154032-00, através da portaria nº 17234/2026 de 09 de abril de 2026.
Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:2A330EF9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17630/2026

PORTARIA N° 17630/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 18003/2026 de 05 de outubro de 2026

RESOLVE

Art. 1°. – Revogar a partir de 01 de outubro de 2026 as aulas extraódinárias com carga horária de 20(vinte) horas semanais concedidas a Professora GISLAINE DA SILVA, matrícula 212423-00, através da portaria nº 17145/2026 de 19 de fevereiro de 2026.
Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:6B2736EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17631/2026

PORTARIA N° 17631/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). BIANCA FRASSETTO PEDRAL, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). BIANCA FRASSETTO PEDRAL, portador(a) do CPF ***.***.549-**, no cargo de Professor, Classe III, com carga horária de 20 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 07 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:E0263D1D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17632/2026

PORTARIA N° 17632/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). GEIZIBEL DA COSTA PORTO GONÇALVES, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). GEIZIBEL DA COSTA PORTO GONÇALVES, portador(a) do CPF ***.***.839-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 07 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:3ED778EC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17626/2026

PORTARIA Nº 17626/2026
IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no parágrafo 5° do artigo 36° da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o processo nº 16753/2026 de 15 de setembro de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Convocar a Professora abaixo relacionada, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais para prestar serviço na Rede Municipal de Ensino.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO	
1280449-00	MARCIA CRISTINA PASCOA PREIS	16/09/2026	18/12/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 16 de setembro de 2026.
Art. 3° – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:84CFCBEB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ERRATA - PORTARIA 17621/2026

ERRATA

Na PORTARIA N.º 17621/2026, de 05 de outubro de 2026, publicado em 06.10.2026, edição n.°3631, Página n.º 449 do Diário Oficial da Associação dos Municípios do Paraná,

Onde se Lê:
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto nos artigos 215 a 248 da Lei Municipal nº 86 de 18 de maio de 1995.

Se lê:

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto nos artigos 214 a 313 da Lei Municipal nº 2274 de 15 de abril de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:1E6B7A1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-37/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 22/10/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 097/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, EVENTUAL E FUTURA, NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR,** no valor máximo de R$ 459.737,71 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 06 de Outubro de 2026.

FERNANDA MARTINS DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:074FE297

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 89-2026

Termo de Adjudicação
Processo n°: 154/2026
Licitação n°: 89/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO NATAL LUZ 2026 - TERRA ROXA, COMPREENDENDO MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA SOLDAGEM, COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS PARA PINTURA, FERRAMENTAS ELÉTRICAS E A BATERIA, MATERIAIS ELÉTRICOS, UTENSÍLIOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS, MATERIAIS METÁLICOS E FERRAGENS, BEM COMO MATERIAIS EQUIPAMENTOS E ELEMENTOS DESTINADOS À ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO NATALINA INCLUINDO A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE PEÇAS DECORATIVAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
ROCCO BARROCO ILUMINAÇÃO EIRELI	19, 20, 26, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53
R$137.924,00 (cento e trinta e sete mil e novecentos e vinte e quatro reais)	
ALISSON MORAIS DOS SANTOS LTDA	2, 3, 17, 32, 35, 38, 40
R$103.537,50 (cento e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)	
KW INFORMATICA LTDA	14, 15, 16, 55, 56
R$6.987,80 (seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)	
D33D COMERCIO LTDA	1
R$9.420,00 (nove mil e quatrocentos e vinte reais)	
LISBOA NEGOCIOS E LICITACOES LTDA	4
R$4.611,00 (quatro mil e seiscentos e onze reais)	
CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA	5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13
R$7.357,10 (sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dez centavos)	
MAIS ENERGIA COMPONENTES ELETRICOS LTDA	8
R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais)	
MM DISTRIBUIDORA LTDA	18
R$7.000,00 (sete mil reais)	
HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA	21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 39
R$86.490,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos e noventa reais)	
JPLED LTDA	31, 46, 47, 58, 60
R$70.059,78 (setenta mil, cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos)	
B2G IMPORTS LTDA	41
R$5.883,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta e três reais)	
D. BRITO GOMES LTDA	59
R$3.200,00 (três mil e duzentos reais)	
BID COMERCIO LTDA	61, 62, 63
R$11.900,00 (onze mil e novecentos reais)	
VELHA GRAFICA LTDA	33
R$6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 6 de outubro de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:789DF204

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – Nº 20/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – nº 20/2026
Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

Dispensa de Licitação nº 20/2026.
Processo Administrativo nº 27/2026.
Tipo: Menor preço por item.
Objeto: Aquisição de lanches para os participantes da visita guiada à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), referente às atividades do Projeto Câmara Mirim da Câmara Municipal de Tijucas do Sul.

Valor total máximo estimado: **R$ 516,02 (Quinhentos e dezesseis reais e dois centavos)**
Dotação orçamentária:
01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul;

01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.30.00.00- Material de Consumo;
3.3.90.30.07.99 – Outras Despesas com Gêneros Alimentícios.
Prazo para apresentação de propostas adicionais: até o dia 13/10/2026 às 08:50 horas.
Abertura e julgamento das propostas: 13/10/2026 às 09:00 horas.
Endereço para entrega da proposta: Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul, Rua Jorge Leprevost, 417, Tijucas do Sul – Paraná, OU pelo endereço eletrônico licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br
Poderão ser obtidas informações complementares através do telefone (41) 3629-1510 ou através do e-mail: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br.
O termo de referência poderá ser retirado direto na Câmara Municipal, situada à Rua Jorge Leprevost, 417, bairro Centro, Tijucas do Sul/PR; ou através de e-mail ou pelo site www.tijucasdosul.pr.leg.br.
Tijucas do Sul, Paraná, 06 de outubro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:AA526B44

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – Nº 21/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – nº 21/2026
Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

Dispensa de Licitação nº 21/2026.
Processo Administrativo nº 28/2026.
Tipo: Menor preço por item.
Objeto: Contratação de empresa especializada em transporte de passageiros, para visita guiada dos participantes / representantes do Projeto Câmara Mirim na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 06 de novembro de 2026; evento com início a partir das 14 horas, e término previsto para 17h30.
Valor máximo estimado: R$ 1.462,00 (Um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais).
Dotação orçamentária:
01 – Poder Legislativo;
01 – Câmara Municipal;
2001 – Manutenção do Poder Legislativo;
3.3.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção;
3.3.90.33.99.00 – Outras Despesas com Locomoção.

Prazo para apresentação de propostas adicionais: até o dia 13/10/2026 às 09:20 horas.
Abertura e julgamento das propostas: 13/10/2026 às 9:30 horas.
Endereço para entrega da proposta: Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul, Rua Jorge Leprevost, 417, Tijucas do Sul – Paraná, OU pelo endereço eletrônico licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br
Poderão ser obtidas informações complementares através do telefone (41) 3629-1510 ou através do e-mail: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br.
O termo de referência poderá ser retirado direto na Câmara Municipal, situada à Rua Jorge Leprevost, 417, bairro Centro, Tijucas do Sul/PR; ou através de e-mail ou pelo site www.tijucasdosul.pr.leg.br.
Tijucas do Sul, Paraná, 06 de outubro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:E9CE05B4

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – Nº 22/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – nº 22/2026
Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

Dispensa de Licitação nº 22/2026.
Processo Administrativo nº 29/2026.
Tipo: Menor preço por item.
Objeto: Aquisição de ventiladores de parede, luminárias de emergência e adaptadores elétricos, para manutenção e segurança das instalações da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

Valor total máximo estimado: **R$ 4.402,74 (Quatro mil, quatrocentos e dois e setenta e quatro centavos).**
Dotação orçamentária:
01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul;
01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
3.3.90.30.26.00 – Material Elétrico e Eletrônico
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.52.12.00 – Aparelhos e Utensílios Domésticos

Prazo para apresentação de propostas adicionais: até o dia 13/10/2026 às 09:50 horas.
Abertura e julgamento das propostas: 13/10/2026 às 10:00 horas.
Endereço para entrega da proposta: Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul, Rua Jorge Leprevost, 417, Tijucas do Sul – Paraná, OU pelo endereço eletrônico licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br
Poderão ser obtidas informações complementares através do telefone (41) 3629-1510 ou através do e-mail: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br.
O termo de referência poderá ser retirado direto na Câmara Municipal, situada à Rua Jorge Leprevost, 417, bairro Centro, Tijucas do Sul/PR; ou através de e-mail ou pelo site www.tijucasdosul.pr.leg.br.

Tijucas do Sul, Paraná, 06 de outubro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:ECCA6243

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6396, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Prorroga o contrato de trabalho da servidora JULIANE DOS SANTOS CAMARGO SCHMIDT para o cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado até 04 de outubro de 2027, o contrato de trabalho da servidora **JULIANE DOS SANTOS CAMARGO SCHMIDT**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 12.678.637-9/SSP/PR, matrícula funcional nº 119850, para o cargo de Professora.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:3731FA0F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua DECISÃO de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 286/2025, apresentado por Marcos Roberto Cardoso Gomes (CPF 020.***.***-07), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) por meio de legitimação fundiária em área privada urbana, na localidade Colono do Município de Tijucas do Sul, contendo 1.017,94m², conforme documentos que integram o processo administrativo
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, pelo instituto jurídico de legitimação fundiária, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:970C74B0

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 201/2025, apresentado por **Prescila Cristina da Silva Leme** (CPF 075.***.***-19), convivente em união estável com **Sandro Márcio da Silva** (CPF 037.***.***-73), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) por meio de legitimação de posse em área privada rural, na localidade Ambrósios do Município de Tijucas do Sul, contendo 1.378,38m², conforme documentos que integram o processo administrativo
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, pelo instituto jurídico de legitimação de posse, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:29536924

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 419, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Prorroga por 60 (sessenta) dias o Processo administrativo disciplinar n° 09/2026.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Prorrogar pelo período de mais 60 (sessenta) dias o processo administrativo disciplinar nº 09/2026 instaurado por meio da Portaria nº 307/2026, conforme previsto no art. 144 da Lei Municipal nº 50/2005.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:CC6B3B35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL RETIFICADO - P.E. Nº 34/2026

ESTADO DO PARANÁ	PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL	Nr.:34/2026 - PR

AVISO DE REPUBLICAÇÃO LICITAÇÃO Nº. 34/2026
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 6110 de 06 de março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 07/10/2026 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 34/2026-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE. Informamos que a íntegra do Edital RETIFICADO encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br
Objeto da Licitação:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.

Tijucas do Sul, 06 de outubro de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:83116E93

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 98 ANO 2024

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 98/2024	Concorrência Eletrônica n° 04/2024	Prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias (24.10.2026).	LUIS CARLOS ALVES CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 84.812.833/0001-47	25/09/2026

Publicado por:
Fernando Cesar Alves da Rocha
Código Identificador:D2EEC1CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA - P.E. Nº 24/2026

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

A Pregoeira do Município de Tijucas do Sul/PR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispões o item 11. Do termo de referência, em conformidade com o parecer de análise das amostras apresentadas pelas primeiras colocadas, convoca as próximas proponentes classificadas a enviar amostra dos itens 01 ao 05, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme determinado em edital.

11.1.4. *As amostras deverão ser enviadas, em até 3 (três) dias úteis, para o* ***Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Jorge Leprevost, nº 1000, Centro, CEP 83.190-093, Tijucas do Sul – PR.***

Empresas convocadas:

Papelaria São Bento Ltda, CNPJ Nº 07.634.816/0001-16, para o item 01 ao 03 e item 05

Cirurgica União Ltda, CNPJ Nº 04.063.331/0001-21, para o item 04.

As licitantes que não enviarem a amostra dentro do período estipulado serão desclassificadas.

Tijucas do Sul, 06 de outubro de 2026

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeira

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:5AF652C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
RES. N. 30 - ADIANTAMENTO SESSÃO ORDINÁRIA

RESOLUÇÃO N.º 30/2026

Dispõe sobre o adiantamento de data e horário de sessão ordinária.

O Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná aprovou, e eu, Antenor Carlos da Motta, Presidente, promulgo a seguinte
RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica adiantada a data e o horário da sessão ordinária que realizar-se-ia no dia 12 de outubro de 2026, passando para o dia 09 de outubro de 2026, as 10:00h.

Parágrafo único. Ficam as Comissões Permanentes obrigadas a reagendarem as suas reuniões para análise dos projetos que lhes competirem.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, aos 06 de outubro de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Sergio Fernandes
Código Identificador:D4933145

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 52/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 103/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **20 DE OUTUBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, AGASALHOS, CALÇADOS E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDIMENTO DAS ATLETAS E DO TREINADOR DO PROJETO FUTSAL FEMININO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, PARA UTILIZAÇÃO EM TREINAMENTOS, COMPETIÇÕES E DEMAIS ATIVIDADES DO PROJETO, COM RECURSOS DO PROESPORTE, MEDIANTE INCENTIVO DA COPEL.
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 06 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:3636915D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7315/2026

Data: 06/10/2026

Substitui membro do Comitê do Transporte Escolar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR **GERSO FRANCISCO GUSSO,** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONSIDERANDO O CONTIDO NO OFÍCIO Nº 275/2026 DA SEMED, datado de 05 de outubro de 2026.
DECRETA:
Art. 1º Fica substituído membro do Comitê do Transporte Escolar, como abaixo especificamos.

RRepresentação	Membro Atual	RRepresentação	MMembro Substituto	CCPF
Secretaria Municipal de Educação	Douglas Sonai	Secretaria Municipal de Educação	Leonardo Henrique Rotta	***516.659.**

Art. 2º Após a substituição o Comitê do Transporte Escolar ficará com a seguinte composição.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Leandro Mocelin Salla	Representante do Poder Legislativo
Sandra Regina Cancelier	Representante de Diretores da Rede Estadual
Rosane Félix	Representante de Diretores da Rede Municipal
Augusto Cesar Bueno Ferreira	Representante de pais e alunos
Leonardo Henrique Rotta	Representante da Secretaria Municipal de Educação

Art. 3º Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 6855/2025, de 22 de dezembro de 2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:0EE6B635

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7317/2026

Data: 06/10/2026

Constitui Comissão Especial de Avaliação para acompanhamento e avaliação do estágio probatório

da servidora Andrea Carolina de Almeida, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.626, de 05 de março de 2024, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Três Barras do Paraná;
CONSIDERANDO que o art. 18 da Lei Municipal nº 2.626/2024 estabelece que o servidor nomeado em caráter efetivo sujeitar-se-á a estágio probatório com duração de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, período durante o qual serão realizadas avaliações especiais para fins de confirmação funcional;
CONSIDERANDO que o § 1º do art. 18 da Lei Municipal nº 2.626/2024 determina a constituição de Comissão Especial de Avaliação, com atribuição de formalizar e validar as avaliações do servidor, bem como realizar a avaliação final, a ser submetida à homologação da autoridade competente;
CONSIDERANDO que o § 4º do art. 18 da Lei Municipal nº 2.626/2024 estabelece que o Chefe do Poder regulamentará a metodologia das avaliações, a designação dos avaliadores e os demais procedimentos relacionados ao estágio probatório.
DECRETA:
Art. 1º Fica constituída a **Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório** da servidora **ANDREA CAROLINA DE ALMEIDA**, matrícula funcional nº **1600-4/1**, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, composta pelas seguintes servidoras:
I. **MARIA DO SOCORRO MARINHO DOS SANTOS PRESTES**;
II. **DELINA GOMES DA SILVA OENNING**;
III. **MARLICE CRISTINA MARIANO.**
§ 1º A Comissão Especial de Avaliação será responsável pelo acompanhamento, formalização e validação das avaliações realizadas durante o período de estágio probatório da servidora, bem como pela realização da avaliação final.
§ 2º As integrantes da Comissão deverão atuar de forma objetiva, imparcial e fundamentada, observando os critérios previstos na legislação municipal e os registros relacionados ao efetivo desempenho funcional da servidora avaliada.
Art. 2º Para a avaliação do estágio probatório deverão ser considerados os critérios estabelecidos no art. 18, § 3º, da Lei Municipal nº 2.626/2024, compreendendo:
I. idoneidade moral;
II. disciplina e boas práticas comportamentais;
III. assiduidade e pontualidade;
IV. dedicação ao serviço e produtividade;
V. eficiência funcional.
Art. 3º Durante o período de estágio probatório serão elaborados boletins semestrais para verificação do desempenho da servidora, conforme determina o art. 18, § 5º, da Lei Municipal nº 2.626/2024.
§ 1º Os boletins e pareceres conclusivos deverão ser encaminhados ao setor responsável pela gestão de pessoas para registro na pasta funcional da servidora e demais providências administrativas cabíveis.
§ 2º Os boletins de avaliação deverão ser disponibilizados à servidora avaliada, assegurando-lhe, quando cabível, o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 18, § 6º, da Lei Municipal nº 2.626/2024.
Art. 4º A Comissão Especial de Avaliação deverá realizar a avaliação final da servidora e submetê-la à homologação da autoridade competente com antecedência de 04 (quatro) meses do término do estágio probatório, conforme previsto no art. 18, § 1º, inciso II, da Lei Municipal nº 2.626/2024.
Art. 5º As integrantes da Comissão poderão acumular as atribuições decorrentes desta designação com as funções próprias de seus cargos ou com outras designações especiais, nos termos do art. 18, § 9º, da Lei Municipal nº 2.626/2024.
Art. 6º A Comissão deverá observar as disposições da Lei Municipal nº 2.626/2024 e os demais atos regulamentares aplicáveis à avaliação do estágio probatório.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 06 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:1EC71347

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS EVENTUAIS PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: IN9VE CONSTRUÇÕES & PAVIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ N° 12.873.443/0001-76

LOTE 01 – SERVIÇOS DE PEDREIRO DE OBRAS

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1.150	HORA/ TRABALHADA	SERVIÇOS DE SERVENTE DE OBRAS	37,98	43.677,00
02	1.150	HORA/ TRABALHADA	SERVIÇOS DE AJUDANTE DE PEDREIRO	28,80	33.120,00
				TOTAL	R$ 76.797,00

LOTE 03 – SERVIÇO DE CARPINTEIRO

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	1.000	HORA/ TRABALHADA	SERVIÇOS DE CARPINTEIRO DE ESQUADRIA	45,35	45.350,00
05	1.000	HORA/ TRABALHADA	SERVIÇOS DE AJUDANTE DE CARPINTEIRO	28,40	28.400,00
				TOTAL	R$ 73.750,00

Valor total registrado para o fornecedor: R$150.547,00 (Cento e cinquenta mil e quinhentos e quarenta e sete reais).
Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado conforme especificado na Ata de Registro de Preços.
Prazo: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogada conforme Art.84 da Lei 14.133/2021.
Data da assinatura: 05/10/2026.

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:178CB55D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESOLUÇÃO: 009/CMAS/2026

Súmula: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão ao Cofinanciamento Estadual, referente ao Piso Único de Assistência Social - PAS, em conformidade com a Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS/PR, para o exercício de 2027.

RESOLUÇÃO: 009/CMAS/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2057/2021 e,

Considerando deliberação e aprovação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião realizada no dia 05/10/2026, Ata nº 010/2026;

Resolve:

Art. – 1º Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão ao Cofinanciamento Estadual, referente ao Piso Único de Assistência Social - PAS, em conformidade com a

Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS/PR, para o exercício de 2027.

Art. – 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras do Paraná, 05 de outubro de 2026.

FERNANDO CEZIMBRA GUIMARÃES,
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:99563CD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 326 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 326 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de candidato aprovado em Processo Seletivo Simplificado 02/2026 e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, chefe do poder executivo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, torna público o seguinte

DECRETO

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo temporário de ***MONITOR(A) DE TRANSPORTE ESCOLAR TEMPORÁRIO(A)*** a senhorita ***KARINA DA SILVA LIMA***, portadora do CPF/MF. 087.XXX.XXX-64, aprovado pelo Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026.

Art. 2º. O Contrato temporário inicia-se na presente data e findará em 04 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos moldes do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 05 de outubro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:E326F42A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 327 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 327 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Licença Prêmio a Servidor(a) Publico(a) de Provimento Efetivo e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e fundamentado no artigo 127 de Lei Municipal nº 374 de 03 de março de 2008

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a licença prêmio, com período aquisitivo de 07 de abril de 2014 a 06 de abril de 2019, pelo período de 3 (três) meses, iniciando-se em 06 de outubro de 2026 e findando em 03 de janeiro de 2027, a servidora **JOSIANE BONETE DE FARIA**, matrícula n°. 792, ocupante do cargo efetivo de ***EDUCADOR INFANTIL.***

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 06 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:76590F4D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 328 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 328 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de candidato aprovado em Processo Seletivo Simplificado 02/2026 e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, chefe do poder executivo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, torna público o seguinte

DECRETO

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo temporário de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS TEMPORÁRIO(A)*** a senhora ***ANA PAULA CARRIEL DOS SANTOS DE PONTES***, portadora do CPF/MF. 335.XXX.XXX-62, aprovado pelo Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026.

Art. 2º. O Contrato temporário inicia-se na presente data e findará em 05 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos moldes do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 06 de outubro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:DEE33608

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 329 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 329 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de candidato aprovado em Processo Seletivo Simplificado 02/2026 e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, chefe do poder executivo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, torna público o seguinte

DECRETO

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo temporário de ***MONITOR(A) DE TRANSPORTE ESCOLAR TEMPORÁRIO(A)*** a senhorita ***ADRIELE DA LUZ DE OLIVEIRA***, portadora do CPF/MF. 133.XXX.XXX-82, aprovado pelo Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026.

Art. 2º. O Contrato temporário inicia-se na presente data e findará em 05 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos moldes do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 06 de outubro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:4EDAD366

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA APRESENTAÇÃO DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA)

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA APRESENTAÇÃO DA LDO
(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA)

O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Marco Antônio Baldão, convida todos os munícipes para participarem da **Audiência Pública** que tem como objetivo a apresentação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o Exercício de 2027 do Município de Tunas do Paraná.
A audiência acontecerá no dia 09 de outubro as 16:30h na **Câmara Municipal** de Vereadores de Tunas do Paraná.

Tunas do Paraná, 05 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Sec. Mun. Planejamento e Finanças

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:E96D3676

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS MESTRES E FUNCIONÁRIOS (APMF) DA ESCOLA MUNICIPAL ELZA MARIA DE CASTRO BARH

O Conselho Fiscal da APMF da Escola Municipal Elza Maria de Castro Barh, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e comunidade em geral para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia **14 de outubro de 2026**, às **09h00**, nas dependências da Instituição de Ensino:

A referida Assembleia terá com a seguinte pauta:
- Aprovação do Novo Estatuto da APMF da Escola Municipal Elza Maria de Castro Barh;
- Eleição da Nova Diretoria da APMF da Escola Municipal Elza Maria de castro Barh.

Contamos com a presença e participação de todos.

Tunas do Paraná, 06 de outubro de 2026

Conselho Fiscal (Titular e Suplente) da APMF da Escola Municipal Elza Maria de Castro Barh,

ELISANDRA GONÇALVES CALIXTO
Titular

ELISANGELA DOS SANTOS GONÇALVES
Suplente

GISLAINE DE CASTRO DO AMARAL
Titular

VALÉRIA DOS SANTOS PINHEIRO
Suplente

GABRIELA DE PAULA BERNARDI DOS SANTOS
Titular

ROSIMERI MOREIRA
Suplente

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:7668CF06

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 68/2026 cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Prestação de Serviços**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENRO DE KIT MATERIAIS (MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS, MATERIAL ELÉTRICO, MATERIAL HIDRAULICO) PARA IMPLANTAÇÃO DE FONTE ORNAMENTAL (CHAFARIZ) da praça MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ,** conforme especificações contidas no Anexo I do Edital, para a empresa:

CONSTRUTUNAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- CNPJ: 61.279.583/0001-26

LOTE 01: no valor total de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).
LOTE 02: no valor total de R$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais).
LOTE 03: no valor total de R$ 65.600,00 (sessenta e cinco mil e seiscentos reais).
LOTE 04: no valor total de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 05 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:E5C8E0BB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente a Concorrência Pública n.º 04/2026 cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 02 (DOIS) BARRACÕES INDUSTRIAIS EM TUNAS DO PARANÁ**, para a empresa:

J. COSTA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ: 19.042.881/0001-31
LOTE 01: no valor total de R$ 1.227.000, (Um milhão, duzentos e vinte sete mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. º14.135/2021.

Tunas do Paraná, 05 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:686C20C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2026

Sumula: Dispõe sobre as contas municipais referentes ao exercício financeiro de 2024.

A Câmara Municipal de Turvo, estado do Paraná, faz saber que aprovou as contas do Poder Executivo de Turvo, referentes ao exercício financeiro de 2024.

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo Municipal de Turvo, Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 2024, de acordo com o acordão de parecer prévio nº 149/2026, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Turvo, estado do Paraná em 06 de outubro de 2026

JOSNEI NEVES
Presidente

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:6A9701D8

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
RESOLUÇÃO 33/2026

RESOLUÇÃO Nº33/2026

SÚMULA: Abre no Orçamento do Legislativo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar tendo como fonte a anulação parcial de dotação do próprio orçamento

O Presidente da Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Municipal 82/2025, de 24 de novembro de 2025, resolve;
Art. 1º - Abre no orçamento do Legislativo Municipal de Turvo para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
01	CÂMARA MUNICIPAL	
01.001	CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal	
4.4.90.52.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA	
90	00001-Recursos do Tesouro (Descentralizados)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 2º - Os Recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, que trata o art. 1º desta Resolução, decorrerão da Anulação parcial de dotação do orçamento do exercício, conforme abaixo detalhada:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
01	CÂMARA MUNICIPAL	
01.001	CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
150	00001-Recursos do Tesouro (Descentralizados)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 3° Revogadas as disposições em contrário.

Turvo-PR, em 06 de Outubro de 2026.

JOSNEI NEVES
Presidente

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:3DF7F81A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA COMISSÃO JULGADORA DOS PROJETOS ALDIR BLANC 2026 E RESULTADO PRELIMINAR

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis (05/09/2026), reuniram-se os membros da Comissão Julgadora dos Projetos Aldir Blanc, com a finalidade de realizar a análise e seleção dos projetos inscritos no referido edital.
Serão selecionados até 15 (quinze) projetos, totalizando o valor de R$ 125.688,83 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos), distribuídos entre as cotas e a concorrência concomitante, conforme estabelecido no edital.
Fizeram parte da Comissão Julgadora os seguintes membros: Douglas Domingos Grzeszezesyn, Valéria Motta e Larissa Klosovski.
Os membros da Comissão de Seleção realizaram a análise do mérito cultural dos projetos, considerando tanto as características individuais de cada proposta quanto seu contexto social e os aspectos relevantes dos projetos culturais concorrentes dentro de uma mesma categoria de apoio.
A análise foi realizada mediante a atribuição fundamentada de notas, de acordo com os critérios estabelecidos no edital, observando-se os requisitos e parâmetros definidos para a seleção.
Sobre as categorias artesanato 10 vagas e a categoria multiartes 5 vagas, totalizando as 15 vagas.
No quadro abaixo temos os interessados no credenciamento com seus respectivos projetos:

Nº	Interresados	Nome dos projetos
01	Edilaine Ap Rosario de Oliveira	Artesanato, canecas personalizadas, crochê e chinelos bordado etc
02	Renilda Oliveira Araujo	O projeto EcoArte: Reciclar para Educar
03	Bianca Mª Ferreira Voitis	Bordando Ancestralidade
04	Alisson dos Santos Peron	Fanfarra Trilheiros da Mata
05	Rosenilda Marcelo Frederico	Artesanato Indígena Kaingang: Grafismos e Histórias das Metades Kamé e Kanhru
06	Vanessa Lara de L. Eurick	Tarde das Oficinas
07	Susamara Weber	Guardados
08	Verediane Galvão Fonseca	Fotolivro Didático dos Animais Silvestres de Turvo
09	Mauricio Grande Pilati	Catálogo e Oficinas dos Artesanatos Tradicionais Turvenses
10	Edina Apª Binde Lopes	O Jardim da Abelha Tatá - A Abelhinha Curiosa e as Descobertas do CMEI Vó Luiza
11	Danilo de Lima	Produzir clip de duas músicas autorais; - Fazer um EP/conjunto digital com as 2 músicas
12	Sirlei Mª Rech	Oficina de Artezanato em Juta
13	Antonio Calixto	Cantos da Terra: A Música de Seu Antônio Calixto
14	Gilmar Moreira do Amaral	Viva Turvo - Plataforma de Difusão da Cultura Turvense
15	Valdinei Ribeiro dos Santos	Resgatando as raízes da religiosidade de Turvo
16	Jocinei de Andrade	Expedição Caminhos de São Francisco
17	Valter Kraçoski	Receitas antigas: Valores e Sabores
18	Mariane de O. R. Kraçoski	Oficina de Artesanato – Amor em Crochê
19	Associação Radio Comunitária	A Voz da Cultura
20	Cristian de Arruda Luz	Jornal Colégio Professores – Estúdio de Rádio e Comunicação
21	Acir Batista dos Santos	Memória, Cultura e a Importância do Hospital Bom Pastor na Nossa Comunidade
22	Silmara Yva Pires de Lima	MBAÉ PU RENDA: MÚSICA, MEMÓRIA E CULTURA GUARANI
23	Genoario G. Rocha	GUYRAPÁ: ARTESANATO EM MADEIRA, MEMÓRIA E CULTURA GUARANI
24	Ana Paula P Moreira	Fio Conduzido para Iniciantes
25	Leonilda F. P. Moreira	Ponto Cruz Fácil

Segue tabela abaixo com as notas dos projetos dos proponentes e resultado preliminar do edital.

•

Categoria Multiartes

Nome	Nº vagas	notas	classificação
Valdinei Ribeiro dos Santos	Negro 1 vaga	68,2	classificado
Silmara Yva Pires de Lima	Indígena 1 vaga	84,4	classificado
Gilmar Moreira do Amaral	Pcd 1 vaga	66,5	classificado
Verediane Galvão Fonseca	Ampla concorrência	85,0	classificado
Alisson dos Santos Peron	Ampla concorrência	79,5	classificado
Valter Kraçoski	Ampla concorrência	77,9	desclassificado
Cristian de Arruda Luz	Ampla concorrência	74,3	desclassificado
Edina Apª Binde Lopes	Ampla concorrência	72,1	desclassificado
Jocinei de Andrade	Ampla concorrência	67,8	desclassificado
Antonio Calixto	Ampla concorrência	60,9	desclassificado
Danilo de Lima	Ampla concorrência	56,8	desclassificado
Associação Radio Comunitária	Ampla concorrência	52,8	desclassificado
Acir Batista dos Santos	Ampla concorrência	55,1	desclassificado

•

Categoria Artesanato

Nome	Nº vagas	Notas	classificação
Genoario G. Rocha	indígena	71,5	classificado
Rosenilda Marcelo Frederico	indígena	59,3	classificado
Susamara Weber	Ampla concorrência	79,8	classificado
Mauricio Grande Pilati	Ampla concorrência	74,9	classificado
Mariane de O. R. Kraçoski	Ampla concorrência	74,8	classificado
Sirlei Mª Rech	Ampla concorrência	72,6	classificado
Vanessa Lara de L. Eurick	Ampla concorrência	72,4	classificado
Renilda Oliveira Araujo	Ampla concorrência	71,7	classificado
Ana Paula P Moreira	Ampla concorrência	71,2	classificado
Bianca Mª Ferreira Voitis	Ampla concorrência	66,6	classificado
Leonilda F. P. Moreira	Ampla concorrência	59,2	desclassificada

Ressaltamos ainda que a proponente Edilaine Ap Rosario de Oliveira, não preencheu o anexo III, do edital, sendo inviável a avaliação do projeto. Sendo assim o mesmo foi desclassificado por falta de informações na inscrição.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e, para constar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Julgadora.

DOUGLAS DOMINGOS GRZESZEZESYN
Membro da Comissão

VALÉRIA MOTTA
Membro da Comissão

LARISSA KLOSOVSKI
Membro da Comissão

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:31D5C1F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2025

Segundo Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 149/2025 – Pregão Eletrônico Nº 86/2025– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:C. MOTEKA PRESTACAO DE SERVICOS,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.809.227/0001-85, com sede localizada na Est Principal, Banhado Vermelho, S/N no Município de Turvo/Pr, Cep 85.150-000 neste ato representada por Cristofor Moteka, portador da cédula de identidade Nº 7041073-7 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 016.626.979-45– **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM ESPAÇOS PÚBLICOS, COMPREENDENDO ATIVIDADES COMO ROÇADA, VARRIÇÃO, MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES E CONSERVAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS E ESPAÇOS URBANOS EM GERAL - **Valor do aditivo:** Fica repactuado conforme CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2028 no valor de R$ 1.062.520,32 (um milhão, sessenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e trinta e dois centavos), sendo aplicado o reajuste de 2,16% pelo IGP-M, exclusivamente sobre os itens de insumos – **Prazo de Vigência:** Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 149/2025, por 12 (doze) meses, com **início em 08/10/2026 e encerrando em 07/10/2027**. – **Gestor:** Sebastião Almir Barbosa – **Fiscais:** Patricia Gasparetto Zin / Alisson Elias dos Santos Medeiro - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:7D8A01FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2026 COMPRAS.GOV N° 60/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e demais itens destinados ao atendimento das necessidades da vigilância em saúde.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 23 de outubro de 2026.
Início da Sessão:23 de outubro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 211.150,82 (duzentos e onze mil, cento e cinquenta reais e oitenta e dois centavos).
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 06 de outubro de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:B2D02E81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE COMPRA Nº 001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria

Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 19.830,60 (dezenove mil, oitocentos e trinta reais e sessenta centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 002/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: PAULO SÉRGIO CARVALHO – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 890,00 (oitocentos e noventa reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 003/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: MIGRA DISTRIBUIDORA LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 004/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: P H NOTARIZE LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 1.555,00 (mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 005/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: R. E SILVA LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 006/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: LAST MOON EQUIPAMENTOS LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 1.788,00 (mil, setecentos e oitenta e oito reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 007/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: AVANTI OFFICE LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de

lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 008/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: DIPAR FERRAGENS LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 3.348,53 (três mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 009/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos.
Vigência: 24/09/2026 a 24/09/2027.
Valor: R$ 2.364,97 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/312 e no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.219/2026, em 21 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 23 de setembro de 2026, edição nº. 3622, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 06 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:AF8D1820

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 305/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: DEMAY SERVICOS DE ENFERMAGEM LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de enfermeiro ao Município de Umuarama, atendendo na Secretaria Municipal de Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde urbanas e distritais que atuam como porta de entrada do Sistema Único de Saúde do Município de Umuarama-PR., conforme **Edital de Chamamento Público nº 014/2024 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 124.791,12 (cento e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e um reais e doze centavos)
Vigência: 28/09//2026 a 28/09/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/08/785, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 204/2026, autorizado em 23 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 28 de setembro de 2026, edição nº 3.625, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com alterações posteriores, pela Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, pela Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações pertinentes, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.

Umuarama, 06 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:76132F46

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 097/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ANA PAULA AURELIO DE FIGUEIREDO
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 14 de abril de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 3.282,00 (três mil, duzentos e oitenta e dois reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$19.692,00 (dezenove mil, seiscentos e noventa e dois reais).
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE, inscrito no CPF sob nº ***.109.749-**, para MARIA ANDREA DOS SANTOS DE MORAIS, inscrita no CPF sob. nº ***.996.519-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145. – ED: 3.3.90.36.00.00. – D:125 – F:303 – 15%
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 02 de outubro de 2027.

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 196/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Contratado: JAMILE GUBANI VAQUERO
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 14 de abril de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 3.282,00 (três mil, duzentos e oitenta e dois reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$19.692,00 (dezenove mil, seiscentos e noventa e dois reais).
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE, inscrito no CPF sob nº ***.109.749-**, para MARIA ANDREA DOS SANTOS DE MORAIS, inscrita no CPF sob. nº ***.996.519-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145. – ED: 3.3.90.36.00.00. – D:125 – F:303 – 15%
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 02 de outubro de 2027.

Umuarama, 06 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:D96A9D7D

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA
EDITAL Nº 04/2026 – MULTIARTES

EDITAL Nº 04/2026 – MULTIARTES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 – MULTIARTES
A Fundação Cultural de Umuarama torna público o Edital de Chamamento Público nº 04/2026 – 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, destinado à seleção de projetos culturais diversos (Multiartes).
O edital prevê a seleção de 18 projetos culturais, contemplando diversas áreas da cultura, com investimento total de R$ 184.000,00.
As inscrições estarão abertas no período de 07 a 28 de outubro de 2026, até às 23h59min, exclusivamente por meio de formulário on-line:
Inscrições: https://forms.gle/jZCFDXg2pwRKMP5NA
Edital completo: https://umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoDiversos/arquivo/1791228573.pdf
Confira o edital e seus anexos para conhecer todas as categorias, requisitos, documentos necessários, critérios de seleção e demais condições para participação.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E3EF99FC

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
TERMO ADITIVO Nº 04/2026 DO CONTRATO Nº 06/2022 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL DAS INSTALAÇÕES DO FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA.

RESUMO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 04/2026 DO CONTRATO Nº 06/2022 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL DAS INSTALAÇÕES DO FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA.

Contratante: Fundo de Previdência Municipal de Umuarama.

Contratada: Adriana Cristina Gamino Halabi.

Objeto: Constitui-se objeto do presente contrato a continuidade da locação do imóvel para manter o aluguel das instalações físicas onde se situa o Fundo de Previdência Municipal de Umuarama.

Valor Total: O valor mensal do Termo Aditivo nº 04/2026, será de **R$ 4.698,99 (quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos).**
Vigência: 15/09/2026 a 15/09/2027.

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com dispensa de licitação, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

Umuarama/PR, 02 de outubro de 2026.

Atenciosamente,

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D5C4066B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/09/500.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.210,00 (três mil, duzentos e dez reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **EUROPC COMPUTADORES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 32.294.930/0001-91**, para fornecimento de 01 (uma) impressora multifuncional para apoio administrativo da secretaria no Município de Umuarama-PR., com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/09/500, de 29 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 06 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EF244196

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 253/2026

DECRETO Nº 253/2026

Libera imóvel caucionado com garantia hipotecária do loteamento denominado "JARDIM SÃO ROQUE", localizado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91, inciso I, alínea "i" da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n.º 434/17 e suas alterações, além da Lei Complementar Municipal n.º 441/17 e suas alterações, e,

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo n.º 2026/08/13103, oriundo de requerimento formulado pela empresa JARDIM SÃO ROQUE LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 42.633.343/0001-33, com sede nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, por meio do qual solicita a liberação da caução referente ao

Data n.º 04, da Quadra n.º 04, do Jardim Santiago, oferecido em garantia hipotecária para assegurar a execução das obras de infraestrutura do empreendimento, nos termos do artigo 3.º do Decreto n.º 145/2022;

CONSIDERANDO que a empresa é legítima proprietária do imóvel onde encontra-se implantado o loteamento denominado "JARDIM SÃO ROQUE", conforme a matrícula n.º 70778, do 1º Serviço de Registro de Imóveis desta cidade e comarca de Umuarama, Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Declaração CA n.º 56/2026-GRUM, expedida pela SANEPAR, certificando a implantação das redes de distribuição de água e de coleta de esgoto do loteamento "JARDIM SÃO ROQUE", conforme projeto aprovado e supervisionado pela concessionária;

CONSIDERANDO a manifestação da COPEL declarando-se favorável a aprovação, vistoria e recebimento das obras de infraestrutura de Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública através da Carta Resposta ao protocolo n.º 01.20223096107126;

CONSIDERANDO o Laudo de vistoria da SESTRAM manifestado através da Comunicação Interna n.º 079/2022-DET, acolhendo de forma satisfatória a infraestrutura de Sinalização Viária;

CONSIDERANDO o cumprimento integral, por parte do loteador, das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta n.º 01/2026, com a quitação das parcelas de ressarcimento ao erário nele previstas;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 462/2026, expedida pela Diretoria de Planejamento Urbano em 01 de setembro de 2026, solicitando a baixa da caução do imóvel.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica liberada a caução do loteamento denominado "JARDIM SÃO ROQUE", constituído pelo lote de terras n° 15/Q-1, da subdivisão do lote n° 15/Q, este da subdivisão do lote n° 15 — Gleba 12 — Jaborandi, Colônia Núcleo Cruzeiro, Município de Umuarama, Estado do Paraná, o seguinte imóvel, caucionado nos termos do artigo 3º, do Decreto Municipal n.º 145, de 09 de maio de 2022, para fins de garantia das obras relativas à infraestrutura tais como: rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, rede de esgoto sanitário, rede de água potável, sinalização viária:

I – A Data n.º 04 (quatro) da quadra n.º 04 (quatro), do loteamento denominado Jardim Santiago, nesta cidade de Umuarama/PR, matrícula n.º 58.985 do Registro de Imóveis do 1° ofício, com todas as benfeitorias eventualmente existentes, de propriedade da empresa EMERSON — ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS — LTDA, CNPJ n.º 36.237.511/0001-79, NIRE n.º 41209266655;

Art. 2º As despesas com registro e/ou averbação, referente às áreas objeto do presente Decreto, correrão por conta da empresa loteadora.

Art. 3º Nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n.º 434/17, é fixado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto, para que a empresa requerente providencie as averbações e ou registros da liberação dos imóveis descaucionados, junto ao Cartório de Registro de Imóveis correspondente da circunscrição desta cidade e comarca de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0E806464

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.247/2026

PORTARIA Nº 1.247/2026

Designa a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos termos da Lei Federal n.º 13.019/2014 e do Decreto Municipal n.º 108/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto Municipal n.º 108, de 8 de junho de 2017;

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam designadas as seguintes servidoras para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas com a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**:

I - **VANESSA DIOVANA BIASSI SOARES**, inscrita no CPF sob n.º 091.***.***-92
II - **KLARA BEATRIZ PEIXOTO DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob n.º 107.***.***-18
III - **MARIA POLIDO GUERRA**, inscrita no CPF sob n.º 068.***.***-60

Art. 2º São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria, sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, exercer também as seguintes funções:
I - Monitorar e avaliar as parcerias celebradas com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente juntamente com a Associação de Senhoras de Rotarianos;
II - Realizar visitas in loco à entidade para subsidiar o monitoramento da parceria, emitindo Relatório de Visita Técnica in loco quando essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
III - Realizar, quando solicitado pelo Gestor, pesquisa de satisfação com os beneficiários dos planos de trabalho das parcerias;
IV - Fiscalizar, quando assim solicitado pelo Gestor, a prestação de contas da entidade;
V - Avaliar e homologar relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, por ocasião da análise da prestação de contas bimestral e anual;
VI - Reunir-se periodicamente, para análise das informações acerca do processamento da parceria constante da plataforma eletrônica; consultas às movimentações da conta bancária específica; análise e manifestação sobre denúncias;
VII - Elaborar proposta de aprimoramento dos procedimentos, padronização de objetos, custos e indicadores.

Art. 3º As deliberações e as decisões da Comissão serão tomadas mediante o expresso consentimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º Para o desempenho de suas funções, a Comissão de que trata esta Portaria poderá, mediante expressa autorização do Gestor da Parceria, valer-se de apoio técnico de terceiros.

Art. 5º A Comissão de que trata esta Portaria é vinculada à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**.

Art. 6º As servidoras nomeadas através desta Portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar as parcerias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5A4C0D2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.250/2026

PORTARIA Nº 1.250/2026

Designar a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada com a Secretaria Municipal da Fundação Cultural, nos termos da Lei Federal 13019/2014 e do Decreto Municipal 108/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e, em especial, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 108/2017,
R E S O L V E :
Art. 1º Fica designada a Comissão de Monitoramento e Avaliação responsável pelo monitoramento e avaliação da parceria celebrada pelo Município de Umuarama, por intermédio da Fundação Cultural, com a organização da sociedade civil Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos da Vila Tiradentes, para execução do projeto da Escola de Samba, composta pelos seguintes membros:

I – ALESSANDRO APARECIDO SALGADO – CPF n.º 045.xxx.xxx-25;
II – MARIZETE DA SILVA DOS SANTOS DE ALMEIDA – CPF n.º 800.xxx.xxx-53;
III – SOFIA PAGANI DE MELO BARRETO – CPF n.º 143.xxx.xxx-06.

Art. 2º Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação aplicável:
I - Monitorar e Avaliar as parcerias celebradas com a Fundação Cultural;
II - Realizar visitas in loco a entidade para subsidiar o monitoramento da parceria, emitindo Relatório de Técnica in loco quando essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;
III - Realizar, quando solicitado pelo gestor, pesquisa de satisfação com os beneficiários dos planos de trabalhos das parcerias;
IV - Fiscalizar, quando assim solicitado pelo Gestor, a prestação de contas da entidade;
V - Avaliar e homologar relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborados pelo Gestor da Parceria, por ocasião da análise da prestação de contas bimestral e anual;
VI - Reunir-se periodicamente, para análise das informações acerca do processamento da parceria constante da plataforma eletrônica; consultas às movimentações da conta bancária específica; análise e manifestação sobre denúncias;
VII - Elaborar proposta de aprimoramento dos procedimentos, padronização e objetos, custos e indicadores.

Art. 3º As Deliberações e as decisões da Comissão serão tomadas mediante o expresso consentimento da maioria absoluta de seus membros.
Art. 4º Para o desempenho de suas funções, a Comissão de que trata essa Portaria poderá, mediante expressa autorização do Gestor da Parceria, valer-se de apoio técnico de terceiros.

Art. 5º A Comissão de Monitoramento e Avaliação ficará vinculada à Fundação Cultural.

Art. 6º Os servidores nomeados através desta portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar as parcerias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 28 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

RODRIGO FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal da Fundação Cultural

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F627B4A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.274/2026

PORTARIA Nº 1.274/2026

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ROSELI COSTA ROSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **ROSELI COSTA ROSA,** portadora da Cédula da Identidade RG nº 9.585.115-0-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 062.693.779-51, nomeada em 02 de março de 2015, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Enfermagem, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 20 (vinte) dias de Licença Prêmio por Assiduidade referente ao período aquisitivo de 2020/2025, de acordo com a Lei Complementar n.º 513 de 04 de agosto de 2022, nos termos do Processo n.º 13.185/2026, com fruição no período de 26 de outubro de 2026 a 14 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:33AE4683

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.279/2026

PORTARIA Nº 1.279/2026

Exonera a pedido LUIZ CARLOS FERNANDES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Exonerar a pedido **LUIZ CARLOS FERNANDES,** portador da Cédula de Identidade nº 1.272.499-3 SSP, inscrito no CPF nº 27778720906, nomeado em 08 de Janeiro de 2025, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial - CC-8, lotado na Sec. Mun. de Obras, Planejamento Urbano, Projetos Técnicos, a partir de

01/10/2026, ficando revogada a portaria nº 77/2025 de 06 de Janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 01 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:585CC61C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.289/2026

PORTARIA Nº 1.289/2026

Concede licença maternidade a servidora DANIELE CAVAGNINO DE OLIVEIRA DUARTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder a servidora **DANIELE CAVAGNINO DE OLIVEIRA DUARTE**, matricula 998561, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.753.967-7 – SSP-PR e inscrita no CPF nº 064.759.979-19, nomeada em 22 de maio de 2015, para ocupar o cargo de carreira de Professor(a), pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no período de 27 de setembro de 2026 à 25 de março de 2027, sem prejuízo de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7E6E8DAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.293/2026

PORTARIA Nº 1.293/2026

Revogar a Portaria nº 592, de 30 de abril de 2026, que designou a servidora MARLEI CARVALHO DA COSTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria nº 592, de 30 de abril de 2026, que designou a servidora **MARLEI CARVALHO DA COSTA**, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 6.495.509-8-SESP-PR, inscrita no CPF sob n° 899.307.549-20, matrícula n° 847003, ocupante do cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, nomeada em 04 de julho de 2008, pelo Regime Estatutário, para desempenhar a função de Diretora Interina do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Rachel de Queiroz, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 05 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:32FE92E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 36, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Convoca, respeitada a ordem de classificação, os(as) suplentes habilitados(as) para que manifestem interesse em assumir temporariamente a titularidade do cargo de Conselheiro(a) Tutelar do Município de Umuarama, no período de 13 a 22 de outubro de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; na Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015; nas alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 4.209, de 14 de agosto de 2017, e nº 4.830, de 23 de novembro de 2024; e em conformidade com seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO o Ofício nº 466/2026, do Conselho Tutelar, que solicita a convocação de suplente para substituição temporária de Conselheira Tutelar durante o período de férias;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 56 da Lei Municipal nº 4.069/2015, que estabelece que o Conselho Tutelar deve funcionar em sua composição plena;
RESOLVE:
Art.1º Convocar os(as) suplentes habilitados(as), por ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir temporariamente a titularidade do cargo de Conselheiro(a) Tutelar do Município de Umuarama, em substituição à Conselheira Tutelar **Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga**, durante o período de férias, de 13 a 22 de outubro de 2026.
Relação de suplentes por ordem de classificação:
Marineusa Rodrigues
Keyse Morgana da Silva
Kelly Aparecida Freitas
Franciane Louize Amadeu Gomes da Costa
Kelly Costa da Silva de Lima
Jessyka Karyna de Lima Guedes
Elaine Cristina Danelon Corradini
Ariane Ricarte de Sá
Ludmila Todero Duarte
Marcio Caires de Almeida
Odila Barizon dos Santos
Ilsiana Cristina Alves Fagundes
Alexandre Yamashita.
Art. 2º Os(as) convocados(as) deverão apresentar-se na Secretaria Executiva dos Conselhos, localizada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 3370, salas 05 e 06, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da data de publicação desta Resolução, para manifestar interesse na substituição, devendo apresentar cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, CNH, PIS, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e comprovante de residência.
Parágrafo único. Caso não haja interesse em assumir a vaga, o(a) convocado(a) deverá manifestar-se formalmente, por escrito.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 06 de outubro de 2026.

ELAINE CRISTINA FLORIAN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B70CD75A

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS
TERMO DE COMPROMISSO URBANÍSTICO

TERMO DE COMPROMISSO URBANÍSTICO

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco n.º 3717, Centro Cívico, CEP 87501-130, Umuarama/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente "**MUNICÍPIO**", e de outro lado, **PACAEMBU UMUARAMA 541, 542, 543 E 548 - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 60.310.770/0001-62, com sede na Rua Sete de Setembro, n.º 11-07, Sala 150, Centro, Município de Bauru/SP, CEP 17.015-032, doravante denominada simplesmente "**COMPROMISSÁRIA**".
CONSIDERANDO as normas do Estatuto das Cidades que estabelecem a possibilidade de outorga onerosa do direito de construir, em que o direito de construir pode ser condicionado a uma contrapartida do empreendedor, podendo ser financeira ou por execução direta de obras públicas;
CONSIDERANDO o bom desenvolvimento do empreendimento habitacional denominado "Bem Viver Umuarama", a ser implantado no Município de Umuarama/PR, nos imóveis objeto das matrículas n.ºs 3.953, 3.954, 39.068, 39.069, 39.070 e 39.071 do Oficial Registro de Imóveis de Umuarama/PR ("Imóvel"), dividido em fases de execução;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de medidas compensatórias e contrapartidas urbanísticas vinculadas ao impacto decorrente da implantação do empreendimento;
CONSIDERANDO a existência de CONSENSO entre as partes pela necessidade de estabelecimento de medidas compensatórias e contrapartidas urbanísticas vinculadas ao impacto decorrente da implantação do empreendimento em questão, em especial, o aumento da população naquela localidade e a necessidade de maior disponibilidade de equipamentos públicos, como creches;
Resolvem, **de forma razoável e proporcional**, firmar o presente **TERMO DE COMPROMISSO E CONTRAPARTIDA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto constituição da obrigação de contrapartidas urbanísticas assumidas pela **COMPROMISSÁRIA PACAEMBU UMUARAMA 541, 542, 543 E 548 - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA** em favor do **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, vinculadas à implantação do empreendimento habitacional "Bem Viver Umuarama", compreendido pelo conjunto de lotes com a construção de unidades habitacionais. O referido empreendimento é localizado na Estrada Paca.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRIMEIRA FASE DO EMPREENDIMENTO
Como contrapartida urbanística referente à primeira fase do empreendimento compreendendo aproximadamente 1.618 (mil seiscentos e dezoito) lotes, a COMPROMISSÁRIA compromete-se a:

- Realizar aporte financeiro no valor de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), em favor do Município de Umuarama, que se responsabiliza pela destinação à futura execução das obras de implantação/adequação de acesso viário ao empreendimento ou outras intervenções do interesse público, que atendam à legislação aplicável.
§ 1º O valor referente à contrapartida financeira destinada à construção do acesso viário será realizado em 06 (seis) parcelas, sendo, as 03 (três) parcelas iniciais no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, pagas a partir do mês de março de 2027, e posteriormente, 03 (três) parcelas finais no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme cronograma de vencimento abaixo:
10 de março de 2027 – R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
10 de abril de 2027 – R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
10 de maio de 2027 – R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
10 de junho de 2027 – R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
10 de julho de 2027 – R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
10 de agosto de 2027– R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
- Realizar a entrega de 01 (um) Centro Municipal de Educação Infantil ("CEMEI"), contemplando exclusivamente a edificação, sem considerar equipamentos internos, conforme projeto "padrão – Creche Infância Feliz" em anexo, elaborado **dentro dos padrões exigidos pelo Ministério da Educação e demais órgãos competentes**, a ser aprovado pelo **MUNICÍPIO**.
§ 1º O projeto da "padrão – Creche Infância Feliz", prevista no inciso II, deverá ser protocolado em até 90 (noventa) dias contados da emissão do Decreto de Aprovação da primeira fase do empreendimento, e a respectiva obra deverá ser concluída e entregue concomitantemente à implantação da primeira fase do empreendimento habitacional.
§ 2º Para tanto, o **MUNICÍPIO** compromete-se a aprovar o projeto em 90 (noventa) dias, contados do protocolo do projeto, garantindo tempo hábil para a execução das obras dentro do período previsto no parágrafo anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SEGUNDA FASE DO EMPREENDIMENTO
Como contrapartida urbanística referente ao restante do empreendimento, composta por aproximadamente 3.200 (três mil e duzentos) lotes com unidades habitacionais, que poderão ainda ser dividida em etapas, a **COMPROMISSÁRIA** compromete-se à execução de mais 01 (um) Centro de Educação Municipal Infantil ("CEMEI"), contemplando exclusivamente a edificação, sem considerar equipamentos internos, observando o mesmo projeto aprovado para a CEMEI objeto da primeira fase.

Parágrafo único. A segunda unidade educacional deverá ser concluída e entregue de forma concomitante à conclusão da totalidade das obras de infraestrutura e das unidades habitacionais previstas no projeto da primeira etapa (se for o caso) da segunda fase do empreendimento apresentado e aprovado pelo Município, ainda que não sejam contempladas o total restante das aproximadamente 3.200 (três mil e duzentas) unidades habitacionais previstas no projeto inicial dividido em duas fases.

CLÁUSULA QUARTA - DAS APROVAÇÕES E LICENCIAMENTOS
As obras objetos deste Termo deverão observar a legislação urbanística vigente, bem como as normas técnicas aplicáveis, ficando sujeitas à aprovação dos projetos e licenciamentos pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO
As obras objeto deste Termo ficam vinculadas aos processos administrativos de aprovação de cada fase do empreendimento, passando a integrar as condicionantes urbanísticas relativas à implantação das respectivas fases do loteamento,
O descumprimento das obrigações de contrapartidas, assumidas neste Termo, constituirá impedimento à emissão do "Habite-se", do Termo de Verificação de Obras – TVO e das demais autorizações municipais necessárias à conclusão da respectiva fase do empreendimento, ressalvada a hipótese de inadimplemento, especificamente quanto à construção dos "CEMEIs". decorrente de fato imputável ao MUNICÍPIO, desde que este tena sido devidamente notificado pela COMPROMISSÁRIA.
Na hipótese prevista no parágrafo anterior, os prazos para cumprimento da obrigação ficarão suspensos enquanto perdurar o fato imputável ao MUNICÍPIO, independentemente da formalização imediata de aditivo, devendo, as Partes, tão logo cessado o impedimento, formalizar instrumento aditivo para estabelecer o novo prazo para aplicável ao cumprimento da obrigação.

A emissão do "Habite-se", do Termo de Verificação de Obras – TVO ou de quaisquer outras autorizações municipais necessárias à

conclusão da respectiva fase do empreendinento, não ficará condicionada à prévia assinatura do referido aditivo, que poderá ser formalizado posteriormente, sem prejuízo da obrigação de cumrpimento da contrapartida no novo prazo que vier a ser estabelecido.
A desistência voluntária de qualquer fase do empreendimento ou a revisão do respectivo projeto ensejará a reavaliação das contrapartidas a ela vinculadas, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do equilíbrio entre os impactos urbanísticos eventualmente gerados e as medidas compensatórias exigidas, ressalvada a obrigação assumida pela COMPROMISSÁRIA no inciso I da Cláusula Segunda, que permanecerá integralmente exigível.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA
Considerando o interesse público que rege a celebração deste termo, fica estabelecido que a COMPROMISSÁRIA ofertará SEGURO-GARANTIA específico para cada uma das obrigações assumidas, compreendendo a construção das 02 (duas) unidades educacionais e o pagamento em pecúnia firmado.
Os seguros-garantia referentes às obrigações de construção e entrega das CEMEIs deverão ser apresentados após a elaboração do projeto executivo "padrão", correspondendo ao custo apurado com base nesse projeto, e a garantia da obrigação assumida pela COMPROMISSÁRIA no inciso I da Cláusula Segunda deverá ser fixado no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).
A garantia, ora estabelecida, poderá ser substituída por outro instrumento, desde que não haja prejuízos ao interesse público e seja autorizado pelo Município de Umuarama.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
As obrigações previstas neste Termo representam a integralidade das medidas mitigadoras e compensatórias relacionadas aos impactos urbanísticos do empreendimento objeto do presente instrumento, não sendo exigíveis novas contrapartidas decorrentes dos mesmos impactos já avaliados, ressalvadas alterações supervenientes do projeto.

Sem prejuízo das demais convenções anteriores, o descumprimento das obrigações previstas neste Termo poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis pelo **MUNICÍPIO**, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação aplicável.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma.

Para que surta seus efeitos legais, o presente termo de Compromisso Urbanístico será publicado no Diário Oficial do Município de Umuarama-PR.

Umuarama, 10 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE UMUARAMA

PACAEMBU UMUARAMA 541, 542, 543 E 548 - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:531F03B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO

Por meio da **Secretaria Municipal de Saúde,** torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com o **LIONS CLUBE DE UMUARAMA PARANÁ,** com sede nesta cidade de Umuarama – PR,, com vistas ao atendimento do interesse público**,** tendo como objeto Repasse financeiro para o fortalecimento e ampliação da capacidade de atendimento do Banco Ortopédico do **Lions Clube de Umuarama** por meio da aquisição de novos equipamentos ortopédicos e hospitalares, garantindo a manutenção do estoque e a ampliação da oferta de itens destinados à população em situação de vulnerabilidade social que necessita de suporte para mobilidade, reabilitação e cuidados domiciliares e durante o período do Termo de Convênio.

Objetivo específico:

Atendimento do Banco Ortopédico do Lions Clube de Umuarama, por meio da aquisição de novos equipamentos ortopédicos e hospitalares;

Manutenção e reposição do estoque de equipamentos, assegurando a continuidade dos atendimentos prestados à comunidade;

Ampliação da disponibilidade de itens destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social;

Garantia de acesso a equipamentos que promovam a mobilidade, a reabilitação, a recuperação funcional e os cuidados domiciliares dos usuários;

Fortalecimento da capacidade de atendimento do Banco Ortopédico, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e para a efetivação da assistência social e da atenção à saúde.

Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração.
Base Legal: Lei Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal 108/2017, Leis Municipais 4.937/2026 de 05 de março de 2026 e 4.983 de 24 de Julho de 2026,
Organização da Sociedade Civil: **LIONS CLUBE DE UMUARAMA PARANÁ**, com sede nesta cidade de Umuarama – PR.
Valor total da parceria: R$: 40.000,00 (Quarenta mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração
Dotação Orçamentária

70.001.10.122.0002.1.564 - ED:3.3.50.43.00.00 – D:305 - F :300085
70.001.10.122.0002.1.564 - ED:4.4.50.42.00.00 – D:339 - F ;300085

Fonte de financiamento

Através da Lei nº 4.937/2026 de 05 de março de 2026 e Lei 4.983/2026, de 24 de Julho de 2026. que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse a título emenda impositiva para o **LIONS CLUBE DE UMUARAMA PARANÁ.**

DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO

Considerando que, em atendimento ao art. 31, II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se devidamente autorizada através da LOA, aprovado através da Lei n° 4.937 de 05/03/2026 e da Lei 4.983/2026, 24/07/2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro para o **LIONS CLUBE DE UMUARAMA PARANÁ** denominada Organização da Sociedade Civil – OSC, garantida também pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017;

Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto.
Considerando que, o valor que será repassado para o **LIONS CLUBE DE UMUARAMA PARANÁ** através de emenda impositiva, são alterações no orçamento do Município para o ano seguinte, feita pelos vereadores. O orçamento Impositivo é o instrumento pelo qual os vereadores têm espaço para apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual, indicando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições de seu interesse.

Considerando que, a fiscalização dos serviços prestados será realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor

da parceria, que designados através das **portarias 14/2025 e 11/2025**, respectivamente.

Considerando que, as demais disposições da Lei nº 13019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com o **LIONS CLUBE DE UMUARAMA PARANÁ,** e que providenciou toda a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração, **devidamente autorizada** através das Leis 4.937 de 05 de março de 2026 e 4.983 de 24 de julho de 2026, situação que caracteriza e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público.

DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar parceria, por meio de TERMO DE COLABORAÇÃO com LIONS CLUBE DE UMUARAMA PARANA**,** tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**

Publique-se o presente **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO**, no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de

acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na **Secretaria Municipal de Saúde,** situada na rua Ministro Oliveira Salazar,4150 Centro , cujo teor será analisado pela Secretária Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama – PR.,25 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5BD98536

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 009/2026 - SMS

Extrato do Termo de Colaboração nº 009/2026, que celebram entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA,** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,**e de outro o **LIONS CLUBE DE UMUARAMA,**em razão da inexigibilidade de Chamamento público, com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017, em conformidade com as Leis Municipais 4.937 de 06 de março de 2026 e 4.983 de 24 de Julho de 2026, nos termos das cláusulas a seguir e do Termo de colaboração 009/2026-SMS

- Objeto Geral da Parceria: Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e o **Lions Clube de Umuarama**, com vistas ao atendimento do interesse público**,** tendo como objeto Repasse financeiro para o fortalecimento e ampliação da capacidade de atendimento do Banco Ortopédico do **Lions Clube de Umuarama** por meio da aquisição de novos equipamentos ortopédicos e hospitalares, garantindo a manutenção do estoque e a ampliação da oferta de itens destinados à população em situação de vulnerabilidade social que necessita de suporte para mobilidade, reabilitação e cuidados domiciliares, com a devida comprovação documental em sede de prestação de contas, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela **Secretaria Municipal de Saúde**, constituindo parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração **009/2026.**

- Objetivo especifico:A parceria possibilitará:
Atendimento do Banco Ortopédico do Lions Clube de Umuarama, por meio da aquisição de novos equipamentos ortopédicos e hospitalares;
Manutenção e reposição do estoque de equipamentos, assegurando a continuidade dos atendimentos prestados à comunidade;
Ampliação da disponibilidade de itens destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social;
Garantia de acesso a equipamentos que promovam a mobilidade, a reabilitação, a recuperação funcional e os cuidados domiciliares dos usuários;
Fortalecimento da capacidade de atendimento do Banco Ortopédico, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e para a efetivação da assistência social e da atenção à saúde.
- Do Repasse: Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC, o montante de até **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais),** que será repassado em uma única parcela, cujo recurso esta de acordo e devidamente autorizados através das Leis Municipais Lei 4.937 de 05 de Março de 2026, e da Lei 4.983 de 24 de julho de 2026.

- **Da Vigencia:** O presente termo terá sua vigência a contar da data da publicação desse documento até 27 de julho de 2027, podendo ser denunciado pelos participes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito , com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.
A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada através de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do **MUNICÍPIO**, por período equivalente ao atraso.

Umuarama-PR, 04 de setembro de 2026.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7519406F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 51/26

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:
P O R T A R I A

Art. 1º Exonera a partir do dia 6 de outubro de 2026 o Senhor REGINALDO MARQUES, para o cargo em comissão de Assessor Geral do Presidente, constante da Lei nº 4845/2019.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

PROFESSOR CORDOVAN NETO (PSB)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:0AD84AD4

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 52/26

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A

Art. 1º Nomeia a partir de 07 de outubro de 2026 o Senhor RONALDO MOCHNACZ, para o cargo em comissão de Assessor Geral do Presidente, constante da Lei nº 4845/2019.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

PROFESSOR CORDOVAN NETO (PSB)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:BCA92D0A

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
RESOLUÇÃO Nº 10/26

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA A FIRMAR CONVÊNIO PARA A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SEUS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno

R E S O L V E:
Art. 1º Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal de União da Vitória autorizada a celebrar convênios, contratos ou instrumentos congêneres com instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, para viabilizar a consignação facultativa em folha de pagamento destinada aos servidores públicos efetivos, comissionados e agentes políticos do Poder Legislativo.
Art. 2º O limite máximo global (margem consignável) para o desconto de consignações facultativas não poderá exceder a **40% (quarenta por cento)** da remuneração ou subsídio base percebido pelo consignado, resguardados os descontos obrigatórios e compulsórios previstos em lei.
§ 1º O percentual limite fixado no *caput* deste artigo será distribuído da seguinte forma:
I – **30% (trinta por cento)** destinados exclusivamente para operações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis;
II – **5% (cinco por cento)** reservados exclusivamente para amortização de despesas ou saques contraídos por meio de cartão de crédito consignado;
III – **5% (cinco por cento)** reservados exclusivamente para amortização de despesas ou saques contraídos por meio de cartão consignado de benefício.
§ 2º Para os ocupantes de cargos em comissão e para os agentes políticos (Vereadores), o número de parcelas das operações de crédito de que trata esta Resolução **não poderá ultrapassar o mês de término da respectiva legislatura ou o encerramento do vínculo com a Administração Pública**, o que ocorrer primeiro.
Art. 3º A base para apuração da margem consignável será o somatório das verbas de natureza permanente percebidas pelo servidor ou agente político, excluídas expressamente as vantagens de caráter transitório ou indenizatório, tais como diárias, terço constitucional de férias, auxílios e verbas rescisórias.
Art. 4º Os procedimentos operacionais, o fluxo de inclusão e exclusão de consignações, as salvaguardas em caso de exoneração e o credenciamento das instituições financeiras serão disciplinados por Ato da Mesa Diretora, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Justificativa: Senhores Vereadores,
Submetemos à elevada apreciação dos Nobres Pares o presente Projeto de Resolução, que tem por objetivo autorizar a Câmara Municipal de União da Vitória a firmar convênios com instituições financeiras para viabilizar a consignação em folha de pagamento de seus servidores efetivos, comissionados e agentes políticos. A matéria insere-se na competência exclusiva desta Casa de Leis para deliberar sobre assuntos de sua economia interna e organizar seus serviços administrativos, conforme preceituam o artigo 15, inciso XIII, e o artigo 53 da Lei Orgânica do Município.
O mérito da proposição reside na necessidade de proporcionar aos servidores e vereadores do Poder Legislativo o acesso a linhas de crédito com taxas de juros significativamente mais baixas do que as praticadas no mercado convencional. A modalidade de empréstimo consignado, por oferecer garantia de repasse direto na folha de pagamento, reduz o risco de inadimplência para as instituições financeiras, benefício este que é repassado ao tomador do crédito por meio de condições mais justas e favoráveis, auxiliando no planejamento financeiro e no bem-estar das famílias.
Faz-se oportuno destacar que o Poder Executivo Municipal já regulamentou a matéria para os seus servidores por meio da Lei Municipal nº 5.297, de 24 de junho de 2026. Nesse sentido, o presente projeto busca garantir a isonomia de tratamento entre os servidores públicos do Município de União da Vitória, estabelecendo para o Legislativo o mesmo limite prudencial de 40% de margem consignável, com as devidas subdivisões para empréstimos e cartões.
Adicionalmente, a redação foi estruturada com rigor técnico para resguardar o erário municipal. Para os ocupantes de cargos em comissão e agentes políticos, cujos vínculos são transitórios, instituiu-se a trava de segurança que proíbe a contratação de parcelas que ultrapassem o término do respectivo mandato ou a extinção do vínculo administrativo, prevenindo qualquer passivo financeiro para a Câmara Municipal.
Diante do inegável interesse público interno, da legalidade da medida e dos benefícios diretos trazidos ao quadro de pessoal desta Casa, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para a célere tramitação e aprovação deste Projeto de Resolução.

PROFESSOR CORDOVAN NETO (PSB)
Presidente da Mesa Diretora
MARCO BORRACHA CAUS (PL)
1º Secretário

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:C9A4182C

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
TERMO DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N° 01/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2026

Atendendo o disposto nas Cláusulas Edilícias do Credenciamento n° 01/2025 – Processo Administrativo n° 22/2026; após a conferência e análise da documentação de habilitação da empresa **LPW LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA** CNPJ nº 80.792.385/0001-06-Endereço: Av. Presidente Getulio Vargas, 14, sala 02- centro –União da Vitoria - PR, temos que a referida proponente foi considerada HABILITADA nos termos do edital, que tem por objeto: CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas (empresas ou microempresas) para prestação de serviços na área médica, hospitalar, maternal, laboratorial de análises clínicas e patológicas, clínicas, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, compreendendo consultas médicas de todas as especialidades regulamentadas, exames e complementação de diagnóstico, cirurgias e internamento hospitalar de acordo com as especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência do presente Edital.
União da Vitória 05 de outubro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO DO IMAS
Portaria nº 301/2026

ARLETE REBEIKA
Presidente

MARISTELA BAIAK
Membro

_____
MARLISE CERETTA KUYAVA

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:F3350BE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026

UASG: 987937

OBJETO: Aquisição de equipamentos e utensílios para cozinha e refeitório, armários e arquivos de aço, camas empilháveis infantis, bem como ferramentas, materiais e utensílios destinados à jardinagem, para a estrutura, organização e manutenção dos espaços das Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de União da Vitória – PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ, por intermédio da Pregoeira, pautada no Princípio da Competitividade, torna público, a todas as empresas interessadas em participar da Licitação supracitada, a **RETIFICAÇÃO** do Edital, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, relativamente ao item 1 – Das Condições Gerais da Contratação, do Anexo I – Termo de Referência, especificamente quanto à divisão do Lote nº 3, bem como a alteração do subitem 10.1 do item 10 – Da Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor.

Por força das alterações, fica reagendada a abertura da sessão pública do pregão supracitado para o dia**22 de outubro de 2026, às 09h00min.**

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas. A presente retificação tem efeito imediato, sendo válida a partir da data de sua publicação. O Município de União da Vitória/PR reitera a importância de que os interessados consultem a versão RETIFICADA do Edital, disponível no Porta da Transparência (*www.uniaodavitoria.pr.gov.br*), no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como no site*www.gov.br/compras*. Outras informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos por meio do telefone nº (42) 3521-1238.

E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br - ***links LICITAÇÃO e PORTAL DA TRANSPARÊNCIA***
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória - PR, 06 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melissa Banhuk Ribeiro
Código Identificador:EE5FA28C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 508/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada candidata aprovada em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, aas pessoa abaixo identificada, conforme a respectiva data:

Cargo: PROFESSOR(A)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
480º	ROSANGELA DA APARECIDA DE LARA	08/10/2026	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:62E3D006

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 509/2026

Institui o Regulamento de Procedimentos Administrativos para os processos de desapropriação no âmbito do Município de União da Vitória e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a competência privativa da União para legislar sobre desapropriação e a necessidade de observância estrita da legislação federal aplicável;
CONSIDERANDO o Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, e, quando aplicável, a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar a instrução, a tramitação, o controle e a guarda dos processos administrativos de desapropriação;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, na forma do Anexo Único deste Decreto, o **Regulamento de Procedimentos Administrativos de Desapropriação**, de observância obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Municipal.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 2 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 509/2026
REGULAMENTO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DESAPROPRIAÇÃO
CAPÍTULO I
DO OBJETO, DA COMPETÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE DESAPROPRIAÇÃO
1.1. Este Regulamento disciplina o procedimento administrativo interno para a instrução, tramitação, decisão, negociação, ajuizamento, acompanhamento e encerramento dos processos de desapropriação promovidos pelo Município de União da Vitória.
1.2. As desapropriações observarão estritamente as normas federais de regência, especialmente:
I - quanto à utilidade pública, o Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941, especialmente seus arts. 5º, 6º, 10, 15, 20, 26, 32 e 34;
II - quanto ao interesse social, a Lei Federal nº 4.132/1962, especialmente seus arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º;
III - quanto às áreas de preservação permanente e às situações ambientais submetidas a regime especial, a Lei Federal nº 12.651/2012, quando incidente no caso concreto.
1.3. Este Regulamento não cria hipóteses materiais autônomas de utilidade pública ou de interesse social, não altera o regime de

indenização e não substitui as exigências previstas na legislação federal.
1.4. A declaração de utilidade pública ou de interesse social deverá indicar, de modo específico, o dispositivo da legislação federal em que se fundamenta e a finalidade pública ou social concreta pretendida.
1.5. A interpretação dos pressupostos materiais da desapropriação será restritiva, vedada a utilização do instituto para atender interesse exclusivamente particular ou interesse privado preponderante. A finalidade deverá beneficiar a coletividade e estar demonstrada documentalmente no processo.
1.6. A existência de finalidade ambiental não dispensa o enquadramento na legislação federal de regência. Quando o caso envolver área de preservação permanente, o processo deverá indicar também a incidência da Lei Federal nº 12.651/2012, inclusive quanto às definições, restrições e hipóteses ambientais aplicáveis.

CAPÍTULO II
DAS FASES DO PROCESSO

2.1. O procedimento administrativo de desapropriação compreenderá, sem prejuízo dos atos específicos exigidos pela legislação federal:
I - fase instrutória;
II - fase decisória;
III - fase legislativa, destinada à autorização específica para a aquisição do imóvel;
IV - fase executória, amigável ou judicial; e
V - fase de incorporação e encerramento.
2.2. Cada imóvel ou conjunto de imóveis submetido a procedimento expropriatório deverá possuir processo administrativo próprio, individualizado e completo, ressalvada a possibilidade de tramitação conjunta de imóveis contíguos pertencentes ao mesmo titular ou abrangidos por projeto único, desde que a reunião seja justificada e não prejudique a identificação individual dos bens, proprietários, valores e atos praticados.

CAPÍTULO III
DA GOVERNANÇA DOCUMENTAL E DO SISTEMA BETHA PROTOCOLO

3.1. Todo ato tendente a uma desapropriação será obrigatoriamente precedido da autuação de um Processo Administrativo Expropriatório individualizado, o qual será registrado pela Secretaria solicitante e tramitado através do sistema de Protocolo Eletrônico, garantindo sua rastreabilidade e publicidade interna.
3.2. No campo "Ementa" do sistema Betha Protocolo deverão constar, no mínimo, as seguintes informações, nesta ordem ou em ordem equivalente:
I - a palavra-chave "Desapropriação";
II - o número da matrícula do imóvel, no formato "Matrícula nº x.xxx";
III - o nome completo do proprietário ou dos titulares do domínio;
IV - a finalidade pública ou social específica, como "construção de ponte de acesso", "implantação de equipamento público", "regularização de área de risco" ou outra descrição objetiva.
3.3. A aba "Documentos" será utilizada exclusivamente para a inserção da peça inaugural e dos documentos iniciais que instruem o requerimento, observada a seguinte ordem mínima:
I - Memorando ou Ofício inaugural da Secretaria solicitante;
II - relatório técnico ou RVTEA;
III - documentos registrais do imóvel;
IV - certidões fiscais e forenses;
V - peças técnicas, plantas, croquis, levantamentos e memoriais; e
VI - demais documentos iniciais pertinentes.
3.4. Todos os arquivos inseridos na aba "Documentos" deverão ser individualmente nomeados, de forma objetiva e padronizada, preferencialmente com a identificação do tipo documental, do imóvel e da data de emissão.
3.5. Após a autuação e a inserção dos documentos iniciais, as manifestações produzidas durante a tramitação deverão ser inseridas na aba "Pareceres", incluindo despachos, informações, manifestações técnicas, laudos, pareceres jurídicos, decisões administrativas, respostas a diligências e documentos supervenientes.
3.6. É vedada a juntada aleatória de documentos em campos de remessa, comentários, encaminhamentos ou outros espaços que não correspondam à natureza do documento. Se houver juntada indevida, o setor destinatário deverá devolver os autos para saneamento, certificando a ocorrência.
3.7. É vedada a produção, circulação ou arquivamento de laudos, avaliações, memoriais, croquis, certidões ou pareceres relativos à desapropriação fora do respectivo processo administrativo, salvo cópia de trabalho expressamente autorizada, que deverá ser posteriormente incorporada aos autos.
3.8. O descumprimento das regras de autuação, organização, juntada ou guarda documental deverá ser comunicado à Controladoria-Geral do Município para avaliação das providências cabíveis.

CAPÍTULO IV
DA FASE INSTRUTÓRIA

4.1. A fase instrutória será iniciada pela Secretaria solicitante, que deverá demonstrar a necessidade da aquisição compulsória do imóvel e promover a autuação do processo no sistema Betha Protocolo.
4.2. O processo deverá conter, no mínimo:
I - Relatório de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - RVTEA, elaborado e subscrito por agente ou profissional competente, contendo a finalidade da desapropriação, o interesse coletivo envolvido, o enquadramento na legislação federal e a justificativa da escolha do imóvel;
II - matrícula atualizada e certidão de ônus reais do imóvel, expedidas pelo respectivo Cartório de Registro de Imóveis;
III - certidões de distribuição de ações cíveis e reipersecutórias em nome dos proprietários, obtidas nos distribuidores das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho correspondentes à Comarca do imóvel;
IV - certidão ou informação fiscal municipal relativa aos tributos, taxas e contribuições de melhoria incidentes sobre o imóvel, positiva ou negativa, emitida pelo órgão municipal competente;
V - quando houver pertinência com a situação dominial, cadastral ou fiscal do imóvel, certidão ou informação perante o Estado do Paraná quanto à existência de débitos que possam repercutir sobre a aquisição ou o pagamento da indenização;
VI - quando houver pertinência com a situação dominial, cadastral ou fiscal do imóvel, certidão ou informação relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União que possam repercutir sobre a aquisição ou o pagamento da indenização;
VII - levantamento topográfico, planta, croqui e memorial descritivo, com identificação precisa da área e de suas confrontações;
VIII - manifestação do órgão municipal competente quanto à compatibilidade urbanística, territorial e ambiental da medida;
IX - estimativa preliminar do valor da aquisição e dos demais custos previsíveis; e
X - manifestação da Secretaria Municipal de Finanças quanto à disponibilidade ou previsão de recursos orçamentários e financeiros.
4.3. A existência de certidão positiva não impedirá, por si só, a instauração ou o prosseguimento do procedimento administrativo de desapropriação. Os débitos identificados deverão ser individualizados quanto à sua natureza, origem, sujeito passivo, vínculo com o imóvel, certeza, liquidez e exigibilidade.
4.3.1. Os débitos tributários incidentes sobre o imóvel deverão ser considerados antes do pagamento ou levantamento da indenização, observada a legislação aplicável e a sub-rogação dos ônus no preço, quando cabível, nos termos do art. 31 do Decreto-Lei nº 3.365/1941.
4.3.2. A retenção, o depósito judicial ou o encaminhamento de valores para quitação de débitos somente poderão ocorrer mediante fundamento jurídico específico, comprovação do débito, identificação do respectivo ente credor e observância do procedimento próprio perante a autoridade competente, sem prejuízo da liberação ou do levantamento do saldo remanescente quando inexistir impedimento legal.
4.3.3. Na fase de pagamento ou levantamento da indenização, deverá ser observada a exigência de prova de quitação das dívidas fiscais que recaiam sobre o bem, conforme o art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/1941.
4.3.4. Débitos pessoais do proprietário que não estejam vinculados ao imóvel ou ao preço da desapropriação não impedirão, por si sós, o prosseguimento do procedimento nem autorizarão a retenção da indenização, ressalvada determinação judicial ou outra hipótese legal específica.
4.3.5. A Secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria-Geral do Município deverão manifestar-se, cada qual no âmbito de sua competência, sobre a natureza do débito, a possibilidade jurídica de retenção ou depósito e a destinação dos valores eventualmente sujeitos a quitação.

4.4. O RVTEA deverá conter, no mínimo:
I - descrição da obra, serviço, política pública ou finalidade social a ser implementada;
II - demonstração objetiva do benefício coletivo;
III - enquadramento em dispositivo específico do Decreto-Lei nº 3.365/1941, da Lei nº 4.132/1962 ou, quando aplicável, da Lei nº 12.651/2012;
IV - análise das alternativas locacionais, técnicas ou administrativas consideradas;
V - justificativa da escolha do imóvel;
VI - demonstração de que a medida não atende predominantemente a interesse particular;
VII - indicação de eventual situação de risco, restrição ambiental, área de preservação permanente ou outra condição relevante; e
VIII - indicação dos documentos e dados utilizados na elaboração do relatório.
4.5. Quando a finalidade envolver área de preservação permanente, o RVTEA deverá identificar a condição ambiental do imóvel, a legislação ambiental incidente, a finalidade pública ou social que justificaria a medida e as autorizações, licenças ou manifestações técnicas eventualmente necessárias.
4.6. Concluída a instrução inicial, a Secretaria solicitante encaminhará os autos à Procuradoria-Geral do Município, que poderá determinar diligências, solicitar complementação documental ou devolver o processo para saneamento.
4.7. A Procuradoria-Geral do Município terá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento de processo devidamente instruído, para analisar a regularidade jurídica, ressalvada a necessidade de diligências ou a complexidade devidamente justificada.
4.8. A análise jurídica compreenderá, entre outros aspectos:
I - competência do Município para promover o ato administrativo;
II - adequação da finalidade ao regime federal aplicável;
III - identificação do proprietário e da situação dominial;
IV - regularidade da instrução documental;
V - existência de ônus, ações, restrições ou dúvidas quanto ao domínio;
VI - adequação da descrição do imóvel;
VII - observância da finalidade pública ou social;
VIII - necessidade ou não de declaração de urgência; e
IX - viabilidade da edição do ato declaratório e do encaminhamento da lei autorizativa específica.
4.9. Sendo juridicamente viável o prosseguimento, a Procuradoria-Geral do Município elaborará:
I - minuta de Decreto Declaratório de Utilidade Pública, quando o enquadramento for no Decreto-Lei nº 3.365/1941;
II - minuta de Decreto Declaratório de Interesse Social, quando o enquadramento for na Lei nº 4.132/1962; e
III - minuta de Projeto de Lei específico para autorizar o Poder Executivo a adquirir o imóvel por desapropriação amigável ou judicial.

CAPÍTULO V
DA FASE DECISÓRIA E LEGISLATIVA

5.1. Recebido o parecer favorável da Procuradoria-Geral do Município, o processo será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para decisão quanto à edição do ato declaratório.
5.2. O Decreto Declaratório deverá individualizar o imóvel, indicar sua matrícula, localização, proprietário conhecido, finalidade da desapropriação, fundamento legal federal e, quando cabível, a declaração de urgência.
5.3. O Decreto Declaratório será publicado no órgão oficial do Município e juntado ao processo administrativo, com a respectiva comprovação de publicação.
5.4. Após a publicação do Decreto Declaratório, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal Projeto de Lei específico, solicitando autorização para adquirir, por desapropriação amigável ou judicial, o imóvel nele identificado.
5.5. O Projeto de Lei será instruído com, no mínimo, o Decreto Declaratório, o parecer jurídico, o RVTEA, a identificação registral do imóvel, o memorial descritivo, a estimativa de custo e os demais documentos necessários à compreensão da medida.
5.6. A Lei autorizativa deverá identificar o imóvel e autorizar expressamente sua aquisição por desapropriação amigável ou judicial, sem alterar o fundamento federal do ato declaratório.
5.7. A declaração de urgência, quando necessária, deverá constar do ato juridicamente adequado e ser concretamente motivada no processo administrativo, especialmente quando destinada a fundamentar pedido de imissão provisória na posse.
5.8. O prazo para efetivação da desapropriação por utilidade pública será controlado a partir da publicação do respectivo ato declaratório, observado o art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/1941. Na desapropriação por interesse social, será observado o prazo previsto no art. 3º da Lei nº 4.132/1962, contado da decretação da desapropriação.
5.9. A Secretaria solicitante e a Procuradoria-Geral do Município deverão acompanhar os prazos e registrar no processo as providências adotadas para evitar a caducidade do ato declaratório.

CAPÍTULO VI
DA FASE EXECUTÓRIA

6.1. Publicada a Lei autorizativa, a Procuradoria-Geral do Município encaminhará os autos à Comissão Permanente de Avaliação para elaboração do Laudo de Avaliação Administrativa.
6.2. A Comissão Permanente de Avaliação terá prazo autônomo de até 30 (trinta) dias úteis, contado do recebimento dos autos devidamente instruídos, para elaborar e juntar o Laudo de Avaliação Administrativa, salvo justificativa técnica formalizada nos autos.
6.3. O prazo previsto no item 6.2 não se confunde com o prazo de análise jurídica da Procuradoria-Geral do Município previsto no item 4.7.
6.4. O Laudo de Avaliação Administrativa deverá:
I - identificar o imóvel e a área avaliada;
II - indicar a metodologia empregada;
III - apresentar os elementos comparativos e fontes de pesquisa;
IV - considerar as características físicas, registrais, urbanísticas e ambientais do bem;
V - indicar eventuais ônus, restrições ou limitações que influenciem a avaliação;
VI - apresentar o valor da indenização de forma fundamentada; e
VII - ser subscrito pelos integrantes da Comissão ou pelos profissionais responsáveis.
6.5. Recebido o laudo, a Procuradoria-Geral do Município notificará o proprietário e, quando identificados, os demais interessados relevantes, encaminhando cópia do Decreto Declaratório, da Lei autorizativa e da avaliação, com proposta de composição amigável.
6.6. A notificação deverá informar o prazo para manifestação, o canal de resposta, a possibilidade de apresentação de documentos e a advertência de que a ausência de acordo poderá resultar no ajuizamento da ação de desapropriação.
6.7. Havendo concordância quanto à desapropriação e ao valor, a Procuradoria-Geral do Município elaborará o Termo de Acordo e promoverá a lavratura do instrumento jurídico adequado, observada a situação dominial, a existência de ônus e a necessidade de anuência de terceiros.
6.8. Antes do pagamento, deverão ser conferidos a titularidade, a capacidade das partes, a inexistência de impedimentos à transferência, a existência de débitos e a destinação dos valores eventualmente sujeitos a retenção ou depósito.
6.9. A Secretaria Municipal de Finanças processará o pagamento conforme a disponibilidade orçamentária, a legislação financeira aplicável, o instrumento de acordo e as orientações da Procuradoria-Geral do Município.
6.10. Não havendo acordo, havendo recusa, ausência de manifestação, dúvida fundada sobre o domínio ou impossibilidade de identificação segura do titular da indenização, a Procuradoria-Geral do Município avaliará e, sendo o caso, ajuizará a ação de desapropriação, instruindo-a com os documentos administrativos e registrais pertinentes.
6.11. Havendo urgência validamente declarada, a Procuradoria-Geral do Município poderá requerer a imissão provisória na posse, observados os requisitos, depósitos e demais condições previstos no Decreto-Lei nº 3.365/1941.

CAPÍTULO VII
DO ACOMPANHAMENTO JUDICIAL

7.1. A Procuradoria-Geral do Município manterá registro atualizado de todas as ações judiciais de desapropriação, com indicação do número do processo, imóvel, proprietário, valor ofertado, valor depositado, fase processual, decisões relevantes e providências pendentes.
7.2. As principais peças processuais e decisões deverão ser juntadas ao processo administrativo no sistema Betha Protocolo, na aba

"Pareceres", com nomenclatura padronizada e identificação da data e do ato correspondente.
7.3. A Secretaria solicitante, a Secretaria Municipal de Finanças, a Comissão Permanente de Avaliação e a Secretaria Municipal de Administração prestarão as informações e providências requisitadas pela Procuradoria-Geral do Município para o acompanhamento dos processos judiciais.

CAPÍTULO VIII
DA INCORPORAÇÃO E DO ENCERRAMENTO

8.1. Concluída a desapropriação pela via amigável ou judicial, a Secretaria Municipal de Administração promoverá, conforme o caso:
I - a lavratura ou recebimento do título hábil;
II - o registro da transferência perante o Cartório de Registro de Imóveis competente;
III - a atualização do cadastro imobiliário e patrimonial;
IV - o tombamento do bem no patrimônio municipal; e
V - a comunicação ao órgão responsável pela finalidade que justificou a desapropriação.
8.2. O processo administrativo somente será encerrado após a juntada do comprovante de pagamento ou depósito, do título de transferência ou da decisão judicial pertinente, do registro imobiliário quando cabível e da certidão de cumprimento das providências administrativas finais.
8.3. A unidade responsável pelo processo deverá elaborar termo de encerramento, indicando as etapas cumpridas, a forma de aquisição, a destinação do bem, os valores pagos ou depositados e a localização dos documentos essenciais.
8.4. O processo encerrado será mantido no sistema Betha Protocolo e submetido às regras de arquivo, preservação, acesso e guarda documental aplicáveis ao Município.

CAPÍTULO IX
DAS RESPONSABILIDADES E DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Compete à Secretaria solicitante iniciar o processo, apresentar a justificativa técnica, providenciar os documentos iniciais e acompanhar a finalidade pública ou social do bem.
9.2. Compete à Procuradoria-Geral do Município exercer o controle jurídico, elaborar as minutas dos atos, conduzir a negociação quando designada, acompanhar a tramitação legislativa e representar o Município judicialmente.
9.3. Compete à Comissão Permanente de Avaliação elaborar os laudos com independência técnica, fundamentação suficiente e observância do prazo estabelecido.
9.4. Compete à Secretaria Municipal de Finanças manifestar-se sobre a disponibilidade orçamentária, processar os pagamentos ou depósitos e informar os débitos fiscais identificados.
9.5. Compete à Secretaria Municipal de Administração promover o registro patrimonial, a incorporação do bem e a guarda administrativa dos títulos e documentos finais.
9.6. Os casos omissos serão submetidos à Procuradoria-Geral do Município, sem prejuízo da aplicação direta da legislação federal de regência e da atuação dos órgãos de controle interno.
9.7. Este Regulamento deverá ser revisto sempre que houver alteração relevante na legislação federal, na estrutura administrativa municipal ou no sistema eletrônico de tramitação de processos.

União da Vitória, 02 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:75F2B368

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 510/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PÚBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PÚBLICOS
PROJETO/ATIV 1.003 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	198.000,00

ÓRGÃO 21 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
UNIDADE 01 – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
PROJETO/ATIV 2.077 – Programa de Proteção Animal

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	30.000,00
TOTAL CRÉDITO			**228.000,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PÚBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PÚBLICOS
PROJETO/ATIV 1.003 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	49.000,00
000	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	149.000,00

ÓRGÃO 21 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
UNIDADE 01 – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
PROJETO/ATIV 2.077 – Programa de Proteção Animal

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			**228.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 510/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.

Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.

Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite estabelecido no art. 7º da LOA.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1486146E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 746/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 564/2026, para averiguação dos fatos e relatório final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 20665/2026, referente ao DESPACHO Nº 48/2026 - Controladoria-Geral do Município – Divisão de Corregedoria,** devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5AFB25EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 747/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 564/2026, para averiguação dos fatos e relatório final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 20670/2026, referente ao DESPACHO Nº 47/2026 - Controladoria-Geral do Município – Divisão de Corregedoria,** devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:03049707

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 748/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná e **ENIO RIBAS JÚNIOR,** Procurador-Geral do Município, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1° Em atendimento ao constante no **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, **PROCESSO SOB PROTOCOLO Nº 2534/2026**, **DETERMINAR** o **ARQUIVAMENTO** do referido processo.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ENIO RIBAS JÚNIOR*
Prefeito Municipal	Procurador Geral do Município

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C6A1A5F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 749/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2026
TERMO DE CONTRATO Nº. 17/2026
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:SIPRODATA INFORMATICA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº09.462.248/0001-49, sediado(a) na Rua Avenida Paula Freitas,1796,sala 01,Bairro São Braz em União da Vitoria -PR
Valor Global...: **R$9.600,00 (Nove mil e sesicentos reais)**
Objeto.: O objeto do referido Chamamento consiste na Contratação de empresa especializada para criação e adequação do Sotware utilizado, para aprimorar as atividades,em conformidade legal dos procedimentos relativos à fase de entrega dos valores apurados no faturamento, gerando arquivos com os descontos de mensalidade e co-particapação de exames para integralizar com o sistema da Betha (software que a Prefeitura Municipal de União da Vitoria utiliza para processar a folha de pagamento), em cumprimento de demanda do setor e adequado aos parametros do E-Social.
Data de Assinatura.:05/10/2026
Prazo de Vigência.....: Início: 05/10/2026-Término: 04/12/2026–60 (sessenta dias) dias.
Licitação.....: Dispensa de Licitação 03/2026.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 7, Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 076
Despesa orçamentaria 7, Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76
Gestor:Marlise Ceretta Kuyava– Presidente do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Arlete Rebeika - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5E5493FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 4/2026 AO CONTRATO N.º 118/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023 – PROCESSO Nº 144/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Quantitativo e do Prazo de Vigência.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, de empresa que ofereça soluções integradas no gerenciamento de cardiodiagnósticos através de central de telemedicina, 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, serviços a serem utilizados nas unidades de saúde pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória – PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*
CONTRATADO: CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA – CNPJ Nº 04.071.210/0001-21.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência do Termo de Contrato n° 118/2023 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 05/10/2026 e a terminar em 04/10/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato n.º 118/2023, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 191.700,00 (Cento e noventa e um mil e setecentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º, Inciso II da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 01 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:4E481334

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA PR - COMUSUV RESOLUÇÃO N° 026/2026

A prova o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior — RDQA do exercício de 2026 do Municipio de União da Vitória — PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal n° 8 080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal n° 8 142. de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Municipal n° 1 622, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts 36 e 41 da Lei Complementar Federal n° 141. de 13 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO a apresentação, pela Secretaria Municipal de Saúde, do 2º Relatôrio Detalhado do Quadrimestre Anterior — RDQA do exercício de 2026, referente ao período de maio a agosto de 2026;

CONSIDERANDO a apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Sa úde de União da V‹tória, em reunião ordinária realizada em 29 de setembro de 2026 que aprovou o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior — RDQA do exercicio de 2026;

RESOLVE.

Art 1º Aprovar o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior — RDQA do exercicio de 2026, do Município de União da Vitória — PR, referente ao periodo de maio a agosto de 2026.

Art 2º Determinar o encaminhamento desta Resolução à Secretaria Municipal de Saúde, para conhecimento, registro e adoção das providências necessárias quanto à sua divulgação e inserçáo nos sistemas e meios oficiais pertinentes, nos termos da legislaçào vigente

Art 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ooservada a homologação, quando exigida, nos termos da legislação municipal vigente

União da Vitória — PR, 29 de setembro de 2026

MARLENE SONNENSTRAHL
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:07E7A19C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 001/2026

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 001/2026.
AUTUADO: FARMÁCIA MACLIV LTDA
CNPJ: 14.157.277/0001-37
ENDEREÇO: Avenida Paula Freitas, n.º 1250, bairro Nossa Senhora da Salete, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Autos de Infração n.º 522/2025 e n.º 523/2025, lavrados em 10/12/2026.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: 1) Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XI, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 543, XI; **2)** Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, IV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 543, IV c/c RDC ANVISA n.º 44/2009, Art. 30; Resolução SESA-PR n.º 590/2014, Art. 30; RDC ANVISA n.º 243/2018, Art. 4º.
INFRAÇÃO COMETIDA: 1) Ter sido constatada a manutenção em estoque e a exposição à venda de suplementos e produtos para saúde com prazo de validade expirado, representando risco à saúde dos consumidores; **2)** Ter sido constatada a manutenção em estoque e a exposição à venda de suplementos contendo alimentos e aditivos não autorizados, compostos fitoterápicos e produtos correlatos sem o devido registro sanitário junto à Anvisa, representando risco à saúde dos consumidores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 001/2026 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 21 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:D80B4BC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 003/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 003/2025.
AUTUADO: MONTAGNOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA
CNPJ: 05.684.574/0001-40

ENDEREÇO: Rua Nono Zortea, n.º 4300, bairro São Gabriel, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 299/2024, lavrado em 28/08/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, XLI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, XLI c/c Decreto Estadual nº 5.711/2002, Arts. 124, 126, 128; NR 12, itens 12.4.1, 12.5.1, 12.5.10.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado o funcionamento de máquinas e equipamentos com partes móveis desprotegidas e, em alguns casos, sem mecanismos adequados para intervenção em situações de emergência, permitindo o acesso dos trabalhadores às zonas de risco, inclusive em equipamento envolvido em acidente de trabalho fatal, configurando risco grave e iminente à integridade física dos trabalhadores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 003/2025 transitou em julgado em 3ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI e Art. 542, III.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 23 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:92F73217

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 004/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 004/2025.
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE CAVILHAS LUFRA LTDA
CNPJ: 75.006.643/0001-41
ENDEREÇO: Rodovia João Paulo Reolon, n.º 6262, bairro São Gabriel, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 221/2024, lavrado em 09/07/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, XLI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, XLI c/c Decreto Estadual nº 5.711/2002. Art. 124, 125, 126, 127 e 128; NR 12 (12.4.1, 12.5.1, 12.5.10).
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado o funcionamento de máquinas e equipamentos com partes móveis desprotegidas e, em alguns casos, sem mecanismos adequados para intervenção em situações de emergência, permitindo o acesso dos trabalhadores às zonas de risco e configurando risco grave e iminente à sua integridade física.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 004/2025 transitou em julgado em 3ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI e Art. 542, II.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:2126EB69

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 009/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 009/2025.
AUTUADO: G A LIGESKI CHARAVARA COMERCIO
CNPJ: 18.918.440/0001-98
ENDEREÇO: Rua Ivaldo Tomazi, n.º 482, bairro Cidade Jardim, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 323/2024, lavrado em 05/09/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, XI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, XI c/c RDC Anvisa n.º 216/04, Anexo, itens 4.8.6, 4.8.18, 4.9.1.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatada a manutenção e o armazenamento de alimentos sem identificação de procedência, validade e fracionamento, bem como a exposição à venda de produtos alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza com prazo de validade expirado e/ou sem identificação e regularização adequadas, configurando risco à saúde dos consumidores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 009/2025 transitou em julgado em 2ª instância administrativa, tendo sido aplicadas as penalidades de **INUTILIZAÇÃO** e **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, IV, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, IV, XI, 536 e 542, II.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 23 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:D044604E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 018/2026

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 018/2026.
AUTUADO: LELL SCARAMELLA LTDA
CNPJ: 37.301.515/0001-31
ENDEREÇO: Avenida Manoel Ribas, n.º 689, bairro Centro, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 021/2026, lavrado em 27/01/2026.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, XI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, XI.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado durante a inspeção sanitária, que o estabelecimento acima identificado mantinha em estoque e encontrava-se utilizando de produtos para uso com prazo de validade expirado (essências).
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 018/2026 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI e Art. 542, I.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:E6386339

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 033/2026

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 033/2026.
AUTUADO: FARMACIA CONTESTADO LTDA
CNPJ: 32.000.006/0001-55
ENDEREÇO: Avenida Manoel Ribas, n.º 1551, bairro Centro, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 048/2026, lavrado em 05/05/2026.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, IV, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, IV c/c RDC Anvisa nº 44/2009, Art. 30; Resolução SESA-PR n.º 590/2014, Art. 30; RDC Anvisa n.º 243/2018, Art. 4º.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado, em inspeção sanitária realizada, que o estabelecimento acima descrito mantinha em estoque, bem como disponibilizava para venda, suplementos alimentares contendo alimentos e aditivos não autorizados, compostos fitoterápicos e produtos correlatos sem registro de medicamento junto a Anvisa. Tais itens foram identificados na área de auto-serviço do estabelecimento, configurando relevante risco sanitário à saúde pública, uma vez que sua utilização pode ocasionar danos à saúde aos pacientes/clientes atendidos pelo estabelecimento.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 033/2026 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI e Art. 542, I.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 21 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:D02F083A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 048/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 048/2025.
AUTUADO: VANESSA DA SILVA
CNPJ: 21.891.161/0001-92
ENDEREÇO: Rua Miguel Schastalo, n.º 123, bairro Nossa Senhora do Rocio, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 220/2025, lavrado em 08/08/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XL, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 543, XL c/c RDC n.º 216/2004/ANVISA, itens 4.2.1; 4.2.4; 4.26 e 4.27.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatada a exposição à venda de produtos alimentícios sem identificação de fabricante e sem informações de produção e abertura, comprometendo sua rastreabilidade, bem como mantidos em temperatura ambiente, sem controle adequado das condições de conservação.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 048/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 17 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:1A8BE2C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 061/2026

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 061/2026.
AUTUADO: LURDES RIBEIRO BET
CPF: 938.878.049-72
ENDEREÇO: Rua André Juck, n.º 418, bairro Limeira, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 509/2026, lavrado em 22/09/2023.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, XXXIV, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 543, XXXIII, XXXIV c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 120 e 124, NTC (Norma Técnica COPEL) n.º 901100, item 4.20
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatada a execução de obra em proximidade inadequada à rede elétrica de alta tensão, incluindo a execução de elementos estruturais próximos ao cabeamento e a presença de poste de concreto incorporado à obra, configurando risco grave e iminente à saúde e segurança dos trabalhadores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 061/2026 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA** e **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI, Art. 533, e Art. 542, I.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 08 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:4171F5A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 074/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 074/2025.
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE CAVILHAS LUFRA LTDA
CNPJ: 75.006.643/0001-41
ENDEREÇO: Rodovia João Paulo Reolon, n.º 6262, bairro São Gabriel, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 455/2024, lavrado em 28/11/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, XLI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543,

XLI c/c Decreto Estadual nº 5.711/2002. Art. 124; NR 12 (12.5.1, 12.5.2 – d,12.5.11-g).
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatada a ocorrência de acidente de trabalho com amputação de dedos durante a operação de máquina destopadeira, evidenciando a ineficiência das medidas de proteção adotadas no equipamento, bem como a ausência de comprovação da capacitação do trabalhador para sua operação, configurando risco grave e iminente à integridade física dos trabalhadores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 074/2025 transitou em julgado em 3ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI e Art. 542, III.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:F8BF004D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 082/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 082/2025.
AUTUADO: LAS POHL & CIA LTDA
CNPJ: 14.147.528/0001-00
ENDEREÇO: Rua Dom Pedro II, n.º 387, bairro Centro, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 138/2025, lavrado em 09/06/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, IV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 543, IV c/c Resolução RE n.º 1282/2025.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado em inspeção sanitária no estabelecimento acima qualificado, a presença de frascos de suplemento alimentar Ora-pro-nóbis, produto proibido pela Anvisa.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 082/2025 transitou em julgado em 2ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:7836440F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 086/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 086/2025.
AUTUADO: LOURDES CHIRASKI
CNPJ: 14.263.616/0001-60
ENDEREÇO: Avenida Paula Freitas, n.º 1132, bairro Nossa Senhora da Salete, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 169/2025, lavrado em 01/07/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, IV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 543, IV c/c Resolução RE n.º 1282/2025; Resolução RE n.º 1855/2025; Resolução RE n.º 883/2025.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatada a exposição à venda de produtos com prazo de validade expirado, bem como de produto Ora-pro-nóbis, cuja comercialização se encontrava proibida pela Anvisa, representando risco à saúde dos consumidores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 086/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 22 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:51E2CF55

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 090/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 090/2025.
AUTUADO: G A LIGESKI CHARAVARA COMERCIO
CNPJ: 18.918.440/0001-98
ENDEREÇO: Rua Ivaldo Tomazi, n.º 482, bairro Cidade Jardim, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Autos de Infração n.º 130/2024 e n.º 328/2024, lavrados em 06/09/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: 1) Auto de Infração n.º 130/2024: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, XLI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, XLI c/c Decreto Estadual nº 5.711/2002, Arts. 124, 126, 127, 128. **2)** Auto de Infração n.º 328/2024: Lei estadual nº 13.331/01, art. 63, VIII, XI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, VIII, XI c/c RDC Anvisa n.º 216/04, Anexo, itens 4.7.1, 4.7.2, 4.7.3, 4.7.4, 4.7.5, 4.7.6.
INFRAÇÃO COMETIDA: 1) Auto de Infração n.º 130/2024: Ter sido constatado o funcionamento de máquinas e equipamentos com partes móveis desprotegidas e, em alguns casos, sem mecanismos adequados para intervenção em situações de emergência, permitindo o acesso dos trabalhadores às zonas de risco e configurando risco grave e iminente à sua integridade física. **2)** Ter sido constatada a manutenção em estoque e a exposição à venda de produtos de origem animal sem identificação de procedência, lote, validade e fracionamento, comprometendo sua rastreabilidade e segurança e representando risco à saúde dos consumidores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 090/2025 transitou em julgado em 2ª instância administrativa, tendo sido aplicadas as penalidades de **ADVERTÊNCIA** e **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I, XI, 533 e 542, II.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 23 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:6383AA65

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 091/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 091/2025.
AUTUADO: G A LIGESKI CHARAVARA COMERCIO
CNPJ: 18.918.440/0001-98
ENDEREÇO: Rua Ivaldo Tomazi, n.º 482, bairro Cidade Jardim, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 344/2024, lavrado em 06/09/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13331/01, Art. 63, VIII, XL, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, Art. 543, VIII, XL c/c RDC Anvisa n.º 216/04, Anexo, itens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.14, 4.2; Resolução SESA-PR n.º 469/2016.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado o funcionamento do estabelecimento em condições higiênico-sanitárias, estruturais e operacionais inadequadas à manipulação segura de alimentos, incluindo falhas no fluxo, higienização, conservação das instalações e equipamentos, armazenamento de alimentos, controle de vetores e gerenciamento de resíduos, configurando risco de contaminação e à saúde dos consumidores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 091/2025 transitou em julgado em 2ª instância administrativa, tendo sido aplicadas as penalidades de **ADVERTÊNCIA** e **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I, XI, 533 e 542, II.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 23 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:C299D83F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 027/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 027/2025.
AUTUADO: MERCADO E AÇOUGUE CRYSTAL LTDA
CNPJ: 49.172.012/0001-92
ENDEREÇO: Rua Rigoleto Conti, n.º 1170, bairro São Braz, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 116/2026, lavrado em 22/05/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, II, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/02, Art. 543, II c/c Resolução SESA-PR n.º 469/2016.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado o fracionamento e a comercialização de produtos de origem animal na ausência do consumidor, sem o devido registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e sem o correspondente ramo de atividade cadastrado no CNAE do estabelecimento.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 027/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 17 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:6F178078

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 028/2026

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 028/2026.
AUTUADO: Daiane Bueno Ruda
CNPJ: 077.777.989-79
ENDEREÇO: Rua Dr. Cruz Machado, 362, bairro Centro, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: 1) Auto de Infração nº 53/2026; 2) Auto de Infração nº 59/2026, 3) Auto de Infração n.º 62/2026; 4) Auto de Infração n.º 105/2026
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: 1) Auto de Infração n.º 53/2026: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, XLI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 543, XLI c/c RDC 611/2022, Art. 22, I, Art. 58, Art. 59, I e II, NR 06, item 6.4.1; 2) Auto de Infração n.º 59/2026 : Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, XL, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 543, XL c/c RDC 509/2021, Art. 8.º; 3) Auto de Infração n.º 62/2026: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, XI, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 543, XI; 4) Auto de Infração n.º 105/2026: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, VIII, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 543, VIII c/c Art. 455 do Decreto Estadual 5.711/2002;
INFRAÇÃO COMETIDA: 1) Auto de Infração n.º 53/2026: Ter sido constatado que o estabelecimento operava equipamento de raios x, sem avental plumbifero para utilização durante as atividades ocupacionais. 2) Auto de Infração n.º 59/2026: Ter siso contatado que o estabelecimento não realizava testes de monitoramento do processo de esterilização (químicos e biológicos); 3) Auto de Infração n.º 62/2026: Ter sido constatado que o estabelecimento apresentava produtos com validade expirada; 4) Auto de Infração n.º 105/2026, ter sido constatado que o estabelecimento encontrava-se funcionando sem o devido licenciamento sanitário.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 028/2026 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada as penalidades de ADVERTÊNCIA para os Autos de Infração n.º 053/2026 e 105/2026 de **MULTA**, para os Autos de Infração n.º 059/2026 e 062/2026 com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI e Art. 542.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 04 de Agosto de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:CE938376

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 049/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 049/2025.

AUTUADO: TOPASIO ASMIM APARECIDA DO CARMO
CNPJ: 34.191.425/0001-47
ENDEREÇO: Avenida Abilon de Souza Naves, n.º 1155, bairro Cidade Jardim, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 226/2025, lavrado em 08/08/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13.331/01, Art. 63, IV, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 543, IV c/c RDC ANVISA n.º 216/04, Anexo, item 4.8.6, 4.8.18, 4.9.1
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatada a manutenção, na área de manipulação de alimentos, de produtos de origem animal sem identificação de procedência e sem informações de fabricação, validade e fracionamento, comprometendo sua rastreabilidade e segurança e representando risco à saúde dos consumidores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 049/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 17 de setembro de 2026.

VICTOR GABRIEL EMIDIO
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 226/2026

Publicado por:
Victor Gabriel Emidio
Código Identificador:E7753D0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO 97/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 97/2025

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98, doravante denominado de **LOCATÁRIO**, e de outro, SOLISMAR COSTA. situada à cidade Vitorino - Pr, inscrito no CPF/MF sob nº 738xxxxx04, doravante denominado **LOCADOR**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com protocolo 5611/2025, 6683/2026 e pareceres técnico e jurídico.

Cláusula Primeira: Da vigência – passa sua vigência para 10/10/2027.

Cláusula Segunda: Do valor mensal - R$ 3.300,00 (três mil, trezentos reais), ficando acrescido o valor total de R$ 39.600,00 (trinta e nove mil, seiscentos reais) ao contrato original.

Cláusula Terceira: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 06/10/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Locatário

SOLISMAR COSTA.
Locador

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:392A49EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO CH 04/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar parcialmente a presente Licitação nestes termos:
a) Nr. Processo: 004/20266/2025,
b) Nr. Licitação: 04/2026 - CH,
c) Modalidade: Chamamento Publico ,
d) Data de Homologação:02/10/2026,
e) Objeto da Licitação: **CREDENCIAMENTO DE OFICINEIROS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS.**
Credenciados Mariliza Cataneo Drei (15.592.653/0001-84), Raiana Camila Miranda Dias (30.819.404/0001-72), Robótica de Sucesso Ltda / Ulisses Ricardo Roehrs (47.347.671/0001-97), Isabela Santos Reis (27.643.274/0001-55), Geovana Carolina Borges (67.005.617/0001-70), Rosvel Antonio Vieira Filho (36.582.240/0001-99), Ana Caroline Bernardi (66.790.256/0001-58), Alcione Maria Nunes (12.820.705/0001-34)

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:4E9D787C

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO DL 30/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 97/2026, b) Nr. Licitação: 30/2026 – DE, c) Modalidade: Dispensa eletrônica, Dispensa eletrônica: 06/10/2026, e) Objeto da Licitação: Contratação de serviços técnicos especializados de georreferenciamento rural . Participante: TEIXEIRA SETTE CONSULTORIA, NEGOCIOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA (17.721.467/0001-23)

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:F391152C

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO PE 31/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 100/2026, b) Nr. Licitação: 31/2026 – DE, c) Modalidade: Dispensa eletrônica, Dispensa eletrônica: 06/10/2026, e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE BOLSAS INSTITUCIONAIS E MOCHILAS DESTINADAS AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL, Participante: 52.098.237 FABIANO BRAGHETTO BIANO (52.098.237/0001-50).

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:6862F024

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO PE 36/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 92/2026, b) Nr. Licitação: 36/2026 – PE, c) Modalidade: Pregão eletrônico, d) Data de Homologação: 05/10/2026, e) Objeto da Licitação: **REGISTRO DE PREÇO** para contratação do fornecimento de empresa especializada na prestação de serviços de coffe break e decoração, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, insumos e itens necessários, destinados à realização de eventos institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e pela Secretaria Municipal de Saúde, Participante: ZUFFO EVENTOS LTDA (52.081.904/0001-92), Participante: PIUBELLE MARMITARIA E COZINHA INDUSTRIAL LTDA (53.730.995/0001-02)

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:7FB56AB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 125/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 125/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2024;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2024, já homologado**;**

PROFESSOR 40 HORAS

IN	Candidato	Classificação
295	Patricia Sarturi	69º
1137	Jerusa Bastos Espelocin	70º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **07/10/2026** até **14/10/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 07 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:5B6000F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 481, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 481, de 06 de outubro de 2026

Súmula: Designa servidor para exercerem suas atividades em Regime Suplementar, conforme disposto na Lei Municipal nº 1971/2022.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

I - Designar a servidora Fabiana Daibs Todescatto, portadora do CPF/MF nº. 047.828.xxx-xx, ocupante do cargo público de Professora - 20 horas, para exercer suas atividades em jornada de Regime Suplementar de 20 horas, conforme Lei Municipal 1971/2022, art. 54º;
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 06 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:37671173

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO DA ATA RP ENFEITES NATALINOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026. LICITAÇÃO: MODALIDADE PREGÃO Nº 007/2026.

Processo Administrativo Nº 009/2026.
Licitação: Modalidade Pregão Nº 007/2026.
OBJETO: **EVENVUTAL contratação de empresa especializada em decoração e iluminação temática comemorativa, mediante locação, transporte, instalação, manutenção, suporte técnico e desmontagem de enfeites, estruturas metálicas tridimensionais, elementos cenográficos, equipamentos interativos e serviços correlatos, em atendimento aos Entes consorciados ao CISMEL/NCP.** Cumpridas as formalidades legais e considerada a adjudicação do procedimento licitatório, bem como a devida homologação pelo Presidente, segue a empresa e seus respectivos registros de preços:

ATIVA LUZES E DECORAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE DECORAÇÃO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.063.632/0001-05. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT.	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE RENA 2D ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$1.990,00	R$39.800,00
2	LOCAÇÃO DE RENA DE NARIZ VERMELHO ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$5.990,00	R$119.800,00
3	LOCAÇÃO DE BALANÇO BORBOLETA GRANDE ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	5	R$20.990,00	R$104.950,00
4	LOCAÇÃO DE ASA DE ANJO	PRÓPRIA	Un	50	R$2.990,00	R$149.500,00

	INSTAGRAMÁVEL ILUMINADA LED					
5	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO ESTILO NATURAL ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	40	R$12.990,00	R$519.600,00
6	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA MASTRO ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	40	R$2.990,00	R$119.600,00
7	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 12M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	10	R$76.990,00	R$769.900,00
8	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 21M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	5	R$239.990,00	R$1.199.950,00
9	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 24M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$269.990,00	R$539.980,00
10	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO 27,0M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$369.990,00	R$739.980,00
11	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA ESPIRAL 3,65M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	40	R$6.990,00	R$279.600,00
12	LOCAÇÃO DE ÁRVORE DE GALHOS 5,00M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$11.990,00	R$239.800,00
13	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA RGB ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	10	R$104.990,00	R$1.049.900,00
14	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA ESPIRAL 9,0M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$26.990,00	R$539.800,00
15	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA TWINKLY ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$549.990,00	R$1.099.980,00
16	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA RGBW DIGITAL ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$749.990,00	R$1.499.980,00
17	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA RGBW DIGITAL ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$999.990,00	R$1.999.980,00
18	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO RGBW DIGITAL ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$999.990,00	R$1.999.980,00
19	LOCAÇÃO DE ÁRVORE PINHEIRO TWINKLY ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	2	R$1.290.990,00	R$2.581.980,00
20	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 12M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	4	R$59.990,00	R$239.960,00
21	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 15M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	4	R$99.990,00	R$399.960,00
22	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 18M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$109.990,00	R$219.980,00
23	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CÔNICA 21M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	2	R$139.990,00	R$279.980,00
24	LOCAÇÃO DE ÁRVORE CEREJEIRA ESTILO NATURAL ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	30	R$8.990,00	R$269.700,00
25	LOCAÇÃO DE ÁRVORE NOSSA SENHORA 15M ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	4	R$139.990,00	R$559.960,00
26	LOCAÇÃO DE BALÃO GRANDE ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	4	R$36.960,00	R$147.840,00
27	LOCAÇÃO DE BALSA PEQUENA 2,00 x 2,00	PRÓPRIA	Un	50	R$4.990,00	R$249.500,00
28	LOCAÇÃO DE BALSA MÉDIA 3,00 x 3,00	PRÓPRIA	Un	50	R$6.990,00	R$349.500,00
29	LOCAÇÃO DE BALSA MUNDIAL 20,30 x 20,70	PRÓPRIA	m2	2500	R$1.990,00	R$4.975.000,00
30	LOCAÇÃO DE BENGALA DUPLA 3D ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	20	R$7.533,60	R$150.672,00
31	LOCAÇÃO DE BISCOITO FEMININO 2D ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	20	R$4.990,00	R$99.800,00
32	LOCAÇÃO DE BISCOITO MASCULINO 2D ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	20	R$4.990,00	R$99.800,00
33	LOCAÇÃO DE BOLA DE LED 0,70M	PRÓPRIA	Un	10	R$1.890,00	R$18.900,00
34	LOCAÇÃO DE DUPLA DE BOLA GRANDE ILUMINADA LED	PRÓPRIA	Un	10	R$2.190,00	R$21.900,00
35	LOCAÇÃO DE TRIO DE BOLAS NATAL ILUMINADAS LED	PRÓPRIA	Un	10	R$2.290,00	R$22.900,00
36	LOCAÇÃO DE CAIXA DE PRESENTE 1,90M	PRÓPRIA	Un	10	R$7.990,00	R$79.900,00
37	LOCAÇÃO DE BANCO CAIXA DE PRESENTE ILUMINADO LED	PRÓPRIA	Un	10	R$8.990,00	R$89.900,00
38	Casinha do Papai Noel Cenográfica	PRÓPRIA	Un	10	R$159.990,00	R$1.599.900,00
39	LOCAÇÃO DE COMETA PAPAI NOEL ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$5.490,00	R$274.500,00
40	LOCAÇÃO DE COMETA COM ARABESCO ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$4.490,00	R$224.500,00
41	LOCAÇÃO DE COMETA PEQUENO ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$4.290,00	R$214.500,00
42	LOCAÇÃO DE COMETA SLIM COM FLOCO DE NEVE ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	50	R$3.990,00	R$199.500,00
43	LOCAÇÃO DE ELEMENTO DE POSTE ÁRVORE DE NATAL	PRÓPRIA	Un	50	R$2.290,00	R$114.500,00
44	LOCAÇÃO DE FLOR DE LÓTUS DECORATIVA ILUMINADA	PRÓPRIA	Un	20	R$15.990,00	R$319.800,00
45	LOCAÇÃO DE LETREIRO FELIZ NATAL EM LED 6M	PRÓPRIA	Un	5	R$24.990,00	R$124.950,00
46	LOCAÇÃO DE PORTAL BOLA COM ARABESCO	PRÓPRIA	Un	30	R$14.990,00	R$449.700,00
47	LOCAÇÃO DE PORTAL BISCOITO COM LAÇO	PRÓPRIA	Un	30	R$2.990,00	R$89.700,00
48	LOCAÇÃO DE PORTAL BISCOITO COM TOUCA	PRÓPRIA	Un	30	R$2.990,00	R$89.700,00
49	LOCAÇÃO DE PORTAL OGIVAL COM ESTRELAS	PRÓPRIA	Un	30	R$7.990,00	R$239.700,00
50	LOCAÇÃO DE PORTAL URSO	PRÓPRIA	Un	5	R$14.990,00	R$74.950,00
51	LOCAÇÃO DE PORTA RETRATO TOUCA	PRÓPRIA	Un	10	R$5.990,00	R$59.900,00
52	LOCAÇÃO DE URSO COM PORTA RETRATO	PRÓPRIA	Un	10	R$17.990,00	R$179.900,00
53	LOCAÇÃO DE PRESÉPIO 2D ILUMINADO	PRÓPRIA	Un	20	R$4.990,00	R$99.800,00
54	LOCAÇÃO DE TÚNEL CICLOVIA	PRÓPRIA	Un	20	R$6.990,00	R$139.800,00
55	LOCAÇÃO DE TÚNEL REDONDO	PRÓPRIA	Un	20	R$9.990,00	R$199.800,00
56	Carrossel Mecânico Elétrico Infantil	PRÓPRIA	Un	2	R$269.814,00	R$539.628,00
57	RODA GIGANTE MINI	PRÓPRIA	Un	2	R$159.990,00	R$319.980,00
58	LOCAÇÃO DE RODA GIGANTE	PRÓPRIA	Un	2	R$299.990,00	R$599.980,00
59	SERVIÇO DE PROJEÇÃO MAPEADA COM	PRÓPRIA	Un	3	R$299.990,00	R$899.970,00

	CRIAÇÃO DE CONTEÚDO – MÉDIO PORTE					
60	ÁRVORE ANIMATRÔNICA INTERATIVA (ÁRVORE FALANTE)	PRÓPRIA	Un	4	R$69.990,00	R$279.960,00
61	PAPAI NOEL ANIMATRÔNICO 3,00M	PRÓPRIA	Un	2	R$99.990,00	R$199.980,00
62	ÁRVORE ANIMATRÔNICA INTERATIVA 3,00M	PRÓPRIA	Un	2	R$59.990,00	R$119.980,00
63	CAPIVARA ANIMATRÔNICA INTERATIVA 2,50M	PRÓPRIA	Un	2	R$89.990,00	R$179.980,00
64	ÁRVORE ANIMATRÔNICA INTERATIVA 3,00M COM ELEMENTO CENOGRÁFICO	PRÓPRIA	Un	2	R$59.990,00	R$119.980,00
65	BICICLETA GERADORA DE ENERGIA COM ILUMINAÇÃO LED Ø1,90M	PRÓPRIA	Un	4	R$29.990,00	R$119.960,00
66	ELEVADOR MÁGICO INTERATIVO – EXPERIÊNCIA IMERSIVA	PRÓPRIA	Un	10	R$97.750,00	R$977.500,00
67	DECORAÇÃO CASA DO NOEL	PRÓPRIA	Un	20	R$39.990,00	R$799.800,00
68	Trem Pequeno	PRÓPRIA	Un	2	R$179.990,00	R$359.980,00
69	TREM TURÍSTICO GRANDE	PRÓPRIA	Un	3	R$249.900,00	R$749.700,00
70	Trenzinho Turístico Recreativo Combustível	PRÓPRIA	Un	3	R$299.990,00	R$899.970,00
71	Trem de LED	PRÓPRIA	Un	5	R$99.990,00	R$499.950,00
72	Luminária Interativa LED	PRÓPRIA	Un	2	R$69.990,00	R$139.980,00
73	Balanço com acessibilidade Iluminado – Estrutura Decorativa LED	PRÓPRIA	Un	10	R$49.990,00	R$499.900,00
74	ÁRVORE DE NATAL CENOGRÁFICA COM ESCORREGADOR	PRÓPRIA	Un	10	R$119.990,00	R$1.199.900,00
75	GANGORRA DE NATAL	PRÓPRIA	Un	10	R$49.990,00	R$499.900,00
76	BOLA NATALINA CENOGRÁFICA INTERATIVA	PRÓPRIA	Un	10	R$39.990,00	R$399.900,00
77	BOLA NATALINA CENOGRÁFICA COM ESCORREGADOR	PRÓPRIA	Un	10	R$44.990,00	R$449.900,00
78	XÍCARA GIRATÓRIA CENOGRÁFICA	PRÓPRIA	Un	10	R$34.990,00	R$349.900,00
79	Soldado de Chumbo Cenográfico	PRÓPRIA	Un	10	R$24.990,00	R$249.900,00
80	Torre de Bolas de Natal Cenográfica	PRÓPRIA	Un	10	R$13.990,00	R$139.900,00
81	Papai Noel Cenográfico	PRÓPRIA	Un	10	R$59.990,00	R$599.900,00
82	Veículo Cenográfico Tipo Calhambeque	PRÓPRIA	Un	10	R$69.990,00	R$699.900,00
83	Bengala de Natal Cenográfica	PRÓPRIA	Un	10	R$14.990,00	R$149.900,00
84	ESCULTURA CENOGRÁFICA DE CACHORRO	PRÓPRIA	Un	10	R$34.990,00	R$349.900,00
85	Boneco Cenográfico Tipo Urso	PRÓPRIA	Un	10	R$36.990,00	R$369.900,00
86	Escorregador Cenográfico Tremzinho	PRÓPRIA	Un	10	R$19.990,00	R$199.900,00
87	Escorregador Cenográfico com Escalada e Túnel	PRÓPRIA	Un	10	R$59.990,00	R$599.900,00
88	Presépio em Fibra de Vidro	PRÓPRIA	Un	10	R$199.990,00	R$1.999.900,00
89	Sagrada Família Fibra de Vidro	PRÓPRIA	Un	10	R$89.990,00	R$899.900,00
90	PINHEIRINHO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.790,00	R$37.900,00
91	BOLA NATALINA EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$4.990,00	R$49.900,00
92	BOTA GIGANTE EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.590,00	R$35.900,00
93	BISCOITO COM CASACO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.590,00	R$35.900,00
94	PAPAI NOEL “MERRY CHRISTMAS” EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.990,00	R$39.900,00
95	BONECO DE NEVE G EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$7.590,00	R$75.900,00
96	SOLDADINHO DE CHUMBO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.690,00	R$36.900,00
97	RENA EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.890,00	R$38.900,00
98	RENA COMENDO EM VACUUM	PRÓPRIA	Un	10	R$3.890,00	R$38.900,00
99	Cordão de LED Cristal Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
100	Cordão de LED Cristal Laranja Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
101	Cordão de LED Cristal Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
102	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
103	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
104	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
105	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
106	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
107	Cordão de LED Fio Verde Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
108	Cordão de LED Fio Verde Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
109	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
110	Cordão de LED Fio Verde Verde Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
111	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
112	Cordão de LED Fio Verde Azul Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
113	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
114	Cordão de LED Fio Verde Rosa Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
115	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado Warm	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
116	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado Warm	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
117	Cordão de LED Transparente Branco Frio Alternado Warm	ATIVA LED	Un	200	R$54,90	R$10.980,00
118	Cordão de LED Transparente Branco Quente Alternado Warm	ATIVA LED	Un	200	R$54,90	R$10.980,00
119	Cordão de LED Transparente Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
120	Cordão de LED Transparente Verde Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
121	Cordão de LED Transparente Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
122	Cordão de LED Transparente Azul Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
123	Cordão de LED Transparente Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
124	Cordão de LED Transparente Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
125	Cordão de LED Transparente Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
126	Cordão de LED Transparente Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
127	Cordão de LED Transparente Verde Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
128	Cordão de LED Transparente Vermelho Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
129	Cordão de LED Transparente Azul Fixo	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00
130	Cordão de LED Transparente Branco Quente	ATIVA LED	Un	2000	R$54,90	R$109.800,00

	Fixo					
131	Cordão de LED Transparente Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
132	Cordão de LED Transparente Verde Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
133	Cordão de LED Transparente Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
134	Cordão de LED Transparente Azul Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
135	Cordão de LED Transparente Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
136	Cordão de LED Transparente Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
137	Cordão de LED Transparente Roxo Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
138	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
139	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
140	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
141	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
142	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
143	Cordão de LED Fio Verde Rosa Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$79,90	R$79.900,00
144	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	500	R$59,90	R$29.950,00
145	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Fixo	ATIVA LED	Un	500	R$59,90	R$29.950,00
146	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
147	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
148	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
149	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
150	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	300	R$129,00	R$38.700,00
151	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Fixo	ATIVA LED	Un	200	R$139,00	R$27.800,00
152	Cordão de LED Fio Verde Verde Fixo	ATIVA LED	Un	200	R$139,00	R$27.800,00
153	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Fixo	ATIVA LED	Un	200	R$139,00	R$27.800,00
154	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
155	Cordão de LED Fio Verde Verde Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
156	Cordão de LED Fio Verde Vermelho Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
157	Cordão de LED Fio Verde Azul Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
158	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	200	R$199,00	R$39.800,00
159	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$129,00	R$258.000,00
160	Cordão de LED Fio Verde Warm Alternado	ATIVA LED	Un	2000	R$129,00	R$258.000,00
161	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$229,00	R$229.000,00
162	Cordão de LED Fio Verde Warm Alternado	ATIVA LED	Un	1000	R$229,00	R$229.000,00
163	Cordão de LED Fio Verde Branco Frio Alternado	ATIVA LED	Un	100	R$259,00	R$25.900,00
164	Cordão de LED Fio Verde Branco Quente Alternado	ATIVA LED	Un	100	R$259,00	R$25.900,00
165	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
166	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
167	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
168	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
169	Mangueira Transparente 9mm Fixa 18 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$599,00	R$59.900,00
170	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
171	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
172	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
173	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
174	Mangueira Transparente 11mm Fixa 24 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
175	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$799,00	R$79.900,00
176	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
177	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
178	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
179	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
180	Mangueira Cristal 11mm Fixa 24 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
181	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
182	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
183	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
184	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
185	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
186	Mangueira Transparente 13mm Fixa 36 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
187	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
188	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
189	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
190	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00

	LEDs Branco Quente					
191	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
192	Mangueira Transparente 13mm Alternada 36 LEDs Roxo	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
193	Mangueira Cristal 13mm Alternada 36 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
194	Mangueira Cristal 13mm Alternada 36 LEDs Roxo	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
195	Mangueira Cristal 13mm Alternada 36 LEDs Laranja	ATIVA LED	Un	100	R$899,00	R$89.900,00
196	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
197	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
198	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Verde	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
199	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
200	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
201	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Roxo	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
202	Mangueira Transparente 13mm Alternada 40 LEDs Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$999,00	R$99.900,00
203	Cascata de LED Fio Branco Branco Frio Fixa	WF	Un	2000	R$109,90	R$219.800,00
204	Cascata de LED Transparente Branco Frio Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
205	Cascata de LED Transparente Branco Quente Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
206	Cascata de LED Transparente Azul Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
207	Cascata de LED Transparente Rosa Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
208	Cascata de LED Transparente Roxo Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$139,90	R$279.800,00
209	Cortina de LED Fio Transparente Branco Quente Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$199,90	R$399.800,00
210	Cortina de LED Fio Transparente Branco Frio Alternada	ATIVA LED	Un	2000	R$199,90	R$399.800,00
211	Cordão de LED Blindado 220V Full Flash– Cor Branco Quente (Warm)	ATIVA LED	Un	1000	R$69,90	R$69.900,00
212	Conjunto Snow Fall 10 Hastes Branco Frio	ATIVA LED	Un	500	R$69,90	R$34.950,00
213	Conjunto Snow Fall 10 Hastes Branco Frio	ATIVA LED	Un	500	R$99,90	R$49.950,00
214	Tubo Snow Fall 80cm 45 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	500	R$69,90	R$34.950,00
215	Snow Fall 80cm Branco Frio	ATIVA LED	Un	1000	R$69,90	R$69.900,00
216	Tubo Snow Fall 80cm 45 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	500	R$69,90	R$34.950,00
217	Festão de LED Fio Verde Branco Frio	ATIVA LED	Un	200	R$64,90	R$12.980,00
218	Festão de LED Fio Verde Branco Quente	ATIVA LED	Un	200	R$64,90	R$12.980,00
219	LOCAÇÃO DE VARAL DE LÂMPADAS	ATIVA LED	Un	200	R$169,90	R$33.980,00
220	Luminária Solar Tipo Vagalume com Espeto de Jardim	ATIVA LED	Un	200	R$149,90	R$29.980,00
221	Luminária Solar Tipo Vagalume com Espeto de Jardim	ATIVA LED	Un	200	R$149,90	R$29.980,00
222	LÂMPADA STROBO 3W WARM	ATIVA LED	Un	100	R$54,90	R$5.490,00
223	LÂMPADA STROBO 3W BRANCO FRIO	ATIVA LED	Un	500	R$54,90	R$27.450,00
224	Elemento Decorativo Sputnik 20 Tubos 160 LEDs Branco Quente	ATIVA LED	Un	200	R$339,90	R$67.980,00
225	Elemento Decorativo Sputnik 20 Tubos 160 LEDs Azul	ATIVA LED	Un	200	R$339,90	R$67.980,00
226	Elemento Decorativo Sputnik 20 Tubos 160 LEDs Rosa	ATIVA LED	Un	200	R$339,90	R$67.980,00
227	Elemento Decorativo Floco de Neve Branco Frio	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
228	Elemento Decorativo Floco de Neve Branco Quente	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
229	Elemento Decorativo Floco de Neve Azul	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
230	Elemento Decorativo Floco de Neve Vermelho	ATIVA LED	Un	100	R$499,90	R$49.990,00
231	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Frio	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
232	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Quente	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
233	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Verde	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
234	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Vermelho	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
235	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Azul	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
236	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Rosa	ATIVA LED	Un	50	R$77,90	R$3.895,00
237	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Frio	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
238	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Quente	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
239	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Verde	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
240	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Vermelho	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
241	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Azul	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
242	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Rosa	ATIVA LED	Un	50	R$99,90	R$4.995,00
243	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Frio	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
244	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Branco Quente	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
245	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Verde	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
246	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Vermelho	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
247	Bola Vazada em Polipropileno com LED	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00

	Alternado Azul					
248	Bola Vazada em Polipropileno com LED Alternado Rosa	ATIVA LED	Un	50	R$134,90	R$6.745,00
VALOR TOTAL						**R$59.095.000,00**

Obs.: As quantidades e os valores registrados tratam-se de uma mera estimativa de uso para o prazo não superior a 12 (doze) meses, podendo ou NÃO ser utilizado/contratado pela Administração.
O prazo de vigência tem início em 06 de outubro de 2026 e se encerra em 06 de outubro de 2027.
Ficando a adjudicatária convocada para a retirada da Ata de Registro de Preços, consoante o contido no Item 4.1 do instrumento convocatório, sob as penalidades da lei.
Dê-se publicidade ao ato. Afixe-se em lugar de costume.

Londrina, 06 de outubro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Presidente do CISMEL/NPC

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:29818E30

GABINETE DO PRESIDENTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E TÊNIS ESCOLARES

Processo Administrativo Nº 025/2024.
Licitação: Modalidade Pregão Nº 002/2025.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL aquisição de UNIFORMES e TÊNIS ESCOLARES para os alunos da rede pública municipal dos municípios integrantes ao Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região – CISMEL, conforme descrito no presente Edital e Termo de Referência.** Cumpridas as formalidades legais e considerada a adjudicação do procedimento licitatório, bem como a devida homologação pelo Presidente, segue a empresa e seus respectivos registros de preços:

NKS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO DE CALÇADOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.744.999/0001-83. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	1	TENIS COM VELCRO - VULCANIZADO - INFANTIL	Par	110.000	R$ 87,29	R$ 9.601.900,00
	2	TÊNIS ESCOLAR NUMERAÇÃO 33 AO 44 (WASTER) - ANOS INICIAIS - COM CADARÇO	Par	110.000	R$ 87,29	R$ 9.601.900,00
	3	SANDALIA TIPO BABUCHE	Par	110.000	R$ 69,00	R$ 7.590.000,00
VALOR LOTE 01						**R$ 26.793.800,00**

Obs.: As quantidades e os valores registrados tratam-se de uma mera estimativa de uso para o prazo não superior a 12 (doze) meses, podendo ou NÃO ser utilizado/contratado pela Administração.
O prazo de vigência tem início em 06 de outubro de 2026 e se encerra em 06 de outubro de 2027.
Ficando a adjudicatária convocada para a retirada da Ata de Registro de Preços, consoante o contido no Item 4.1 do instrumento convocatório, sob as penalidades da lei.
Dê-se publicidade ao ato. Afixe-se em lugar de costume.

Londrina, 06 de outubro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Presidente do CISMEL/NPC

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:D79ABA60

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO R G LISBOA AR CONDICONADO E INSTALACAO ELETRICA LTDA - ME

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	36/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	06/10/2026
e) Objeto da Homologação:	Contratação de empresa especializada para a prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva, higienização, instalação e remanejamento de aparelhos de ar-condicionado tipo hi-wall, com capacidades entre 9.000 e 60.000 BTUs, e de cortinas de ar, bem como manutenção de freezers e bebedouros, incluindo recarga de gás refrigerante, fornecimento e substituição de peças, componentes, acessórios, materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços, destinados ao atendimento

	das necessidades do Município e da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

15.452.0006.2.604. - Manter o Cemitéiro Municipal.
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.711. - Manter os Programas APS - Atenção Primária em Saúde
10.301.0007.2.715. - Manter o Programa Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.723. - MANTER A UNIDADE DE MENDESLÂNDIA
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.303.0007.2.713. - Manter os Programas da Farmácia Básica
10.303.0007.2.713. - Manter os Programas da Farmácia Básica
10.303.0007.2.713. - Manter os Programas da Farmácia Básica
10.303.0007.2.719. - Manter a Academia da Saúde
10.303.0007.2.725. - Manter os Serviços de Fisioterapia
10.304.0000.2.709. - Manter os Programas de Vigilância em Saúde
10.304.0000.2.709. - Manter os Programas de Vigilância em Saúde

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: R G LISBOA AR CONDICONADO E INSTALACAO ELETRICA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 47.606.139/0001-47

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Serviço de limpeza e higienização de aparelhos de ar condicionado de 9.000 a 38.000 btus. Modelo: hiwall	249	R$ 158,00	R$ 39.342,00
2	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE 38.000 A 60.000 BTUS.	6	R$ 378,00	R$ 2.268,00
3	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	33	R$ 400,00	R$ 13.200,00
4	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	34	R$ 430,00	R$ 14.620,00
5	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 15.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	11	R$ 415,00	R$ 4.565,00
6	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	25	R$ 378,00	R$ 9.450,00
7	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	25	R$ 475,00	R$ 11.875,00
8	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 30.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	13	R$ 668,00	R$ 8.684,00
9	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	5	R$ 870,00	R$ 4.350,00
10	INSTALAÇÃO COMPLETA E/OU REMANEJAMENDO DE AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS, E TUBULAÇÕES. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS)	2	R$ 995,00	R$ 1.990,00
11	RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R22	40	R$ 385,00	R$ 15.400,00
12	RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R410 e R134A	44	R$ 385,00	R$ 16.940,00
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO – COMPREENDENDO A TROCA DE CAPACITOR, TROCA DE COMPRESSOR, MOTOR DE VENTILADOR, REPARO E DESOBSTRUÇÃO DE DRENO DE AR. (COMPREENDENDO TODAS AS FERRAMENTASA SEREM UTILIZADAS)	75	R$ 365,00	R$ 27.375,00
14	SERVIÇO DE TROCA DE ISOLADORES/ ISOLAMENTOS DE PVC.	31	R$ 100,00	R$ 3.100,00
15	INSTALAÇÃO E/OU REMANEJAMENDO DE CORTINA DE AR DE 2 METROS	20	R$ 345,00	R$ 6.900,00
16	INSTALAÇÃO E/OU REMANEJA-MENDO DE CORTINA DE AR DE 90 CM	14	R$ 199,00	R$ 2.786,00
17	INSTALAÇÃO E/OU REMANEJA-MENDO DE CORTINA DE AR DE 150CM	14	R$ 199,00	R$ 2.786,00
18	MANUTENÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE CONTROLE REMOTO DE AR CONDICIONADO	31	R$ 59,00	R$ 1.829,00
19	HELICE DE VENTILADOR– VENTOINHA 9.000 A 12.000 BTUS	12	R$ 229,00	R$ 2.748,00
20	HELICE DE VENTILADOR– VENTOINHA 18.000 A 36.000 BTUS	9	R$ 349,00	R$ 3.141,00
21	MOTOR DE VENTILADOR 9.000 A 12.000 BTUS	10	R$ 540,00	R$ 5.400,00
22	MOTOR DE VENTILADOR 18.000 A 36.000 BTUS	9	R$ 1.269,00	R$ 11.421,00
23	COMPRESSOR 9.000 BTUS	6	R$ 1.220,00	R$ 7.320,00
24	COMPRESSOR 12.000 BTUS	10	R$ 1.495,00	R$ 14.950,00
25	COMPRESSOR 18.000 A 24.000 BTUS	8	R$ 1.580,00	R$ 12.640,00
26	COMPRESSOR 36.000 BTUS	9	R$ 1.990,00	R$ 17.910,00
27	CAPACITOR DO MOTOR – VENTOINHA 9.000 A 12.000 BTUS	9	R$ 172,00	R$ 1.548,00
28	CAPACITOR DO MOTOR – VENTOINHA 18.000 A 24.000 BTUS	8	R$ 203,00	R$ 1.624,00
29	CAPACITOR DO MOTOR – VENTOINHA 36.000 BTUS	8	R$ 234,00	R$ 1.872,00
30	CAPACITOR DO COMPRESSOR 9.000 BTUS	8	R$ 152,00	R$ 1.216,00
31	CAPACITOR DO COMPRESSOR 12.000 A 18.000 BTUS	9	R$ 162,00	R$ 1.458,00
32	CAPACITOR DO COMPRESSOR 24.000 A 36.000 BTUS	9	R$ 200,00	R$ 1.800,00
33	PLACA DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	8	R$ 890,00	R$ 7.120,00
34	PLACA DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	10	R$ 890,00	R$ 8.900,00
35	PLACA DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	6	R$ 890,00	R$ 5.340,00

36	PROTETOR DA MAQUINA EXTERNA (GRADE METAL)	7	R$ 289,00	R$ 2.023,00
37	CHAVE CONTATORA TRIPOLAR 36.000 BTUS	7	R$ 599,00	R$ 4.193,00
38	SENSOR DE AR CONDICIONADO (TEMPERATURA)	10	R$ 149,00	R$ 1.490,00
39	Serviço de Troca de Filtro e Compressor de Freezer, com garantia mínima de 6 meses.	22	R$ 998,00	R$ 21.956,00
40	Serviço de Troca de Filtro e Compressor de Bebedouro, com garantia mínima de 6 meses.	20	R$ 930,00	R$ 18.600,00
41	Serviço de Troca de Gás de Compressor	32	R$ 438,00	R$ 14.016,00

Valor Total Homologado - R$ 356.146,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 06 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:030B81A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO - 101/2026

Nº PROCESSO	MOD.	Nº LICITAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
104/2026	DL	46	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS À COZINHA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL.	05/10/2026	02 MESES	R$ 9.980,00	WSR MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - CNPJ 25.421.065/0001-31

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:0DC39BE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 441, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 441, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas de registro de preços e dos contratos,por representantes da Administração;
R E S O L V E
Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, o servidor abaixo relacionado:

Contrato:	101/2026	**Vigência:**	05/10/2026 à 04/12/2026
Modalidade:	Dispensa de Licitação	**Nº:**	46/2026
Contratada:	WSR MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - CNPJ 25.421.065/0001-31		
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS À COZINHA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL.		
Gestor:	Viviane Picazewicz	**CPF:**	***.746.189-**
Fiscal:	Jennifer Nogueira Bueno	**CPF:**	***.390.669-**

Art. 2º - O servidor será responsável pela gestão e fiscalização da execução do contrato mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.

Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 06 de outubro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:83C4F698

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL Nº 01/2026

SELEÇÃO DE AGRICULTORES BENEFICIÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTUFAS AGRICOLAS (CULTIVO PROTEGIDO)

Disposições preliminares

O Município de Agudos do Sul torna público o presente Edital de Chamada Pública para seleção de agricultores familiares interessados em serem beneficiários de estufas agrícolas destinadas ao cultivo protegido de olerícolas e outras culturas agrícolas compatíveis, a serem implantadas em suas

propriedades no âmbito do convênio a ser celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, vinculado ao Programa Rota do Progresso.
Finalidade: fortalecer a agricultura familiar por meio da implantação de 05 estufas agrícolas completas e operacionais, com vistas ao o propósito de fortalecer a economia municipal, elevar a produtividade e ampliar a oferta regular de alimentos saudáveis.
Fundamentos: princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.
O convênio a ser firmado possui vigência de até 24 meses contados da publicação do Termo de Convênio no DIOE podendo ser prorrogado por meio de aditivo. A execução (aquisição e instalação das estufas) será licitada pelo Município.
Objeto da chamada pública

Selecionar agricultores familiares residentes e atuantes no Município de Agudos do Sul e seus distritos para receberem a implantação de estufas agrícolas em suas propriedades, nos termos deste Edital.

Quantitativo, abrangência e benefícios

Vagas: Serão 05 estufas a serem implantadas em propriedades distintas de agricultores familiares selecionados.
Abrangência territorial: todo o Município Agudos do Sul com possibilidade de distribuição por distritos mediante critérios deste Edital.
Benefício: implantação (fornecimento de materiais e serviços de construção/instalação) e entrega das estufas em condições de uso. Manutenção e insumos serão de responsabilidade do beneficiário (ver item 10 desse edital).
Publicidade e canais oficiais

Publicação do Edital: Diário Oficial do Município e portal institucional.

Divulgação complementar: emissoras de rádio locais, murais da Prefeitura/Secretaria Municipal de Agricultura, feiras e mercados municipais, redes sociais institucionais e meios comunitários.
Comunicação oficial: agricultura@agudosdosul.pr.gov.br e balcão de atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura, AV. Brasil Nº 477 Centro de Agudos do Sul.
Inscrições

Período: de 13/10/2026 a 20/10/2026

Forma: presencial diretamente na Secretaria Municipal de Agricultura.

Documentação mínima adicionais (cópia ou versão digital legível):

Documento de identificação e CPF do proponente.

Comprovação de enquadramento como agricultor familiar (CAF e/ou DAP válida).

Comprovante de residência no Município no nome do proponente.

Comprovação de exercício de atividade agrícola no Município. (CADPRO)

Comprovação de titularidade do imóvel ou direito de uso legítimo/posse, com prazo mínimo restante de 5 anos contados da seleção (matrícula, contrato, autorização idônea).

Declaração de disponibilidade de área apta para a estufa (croqui simples, dimensões, acesso, disponibilidade hídrica).
Declaração de autorização de acesso para fiscalização municipal e estadual.

Declaração de ciência de que manutenção/insumos serão custeados pelo beneficiário.
Declaração LGPD (consentimento e ciência sobre tratamento e publicidade mínima de dados).
5.3.10. Fotos da propriedade (local aonde será instalado)

Falta de documento essencial implica inabilitação. É facultada diligência para sanar vício formal, a critério da comissão, sem prejuízo da isonomia.
Elegibilidade (critérios mínimos)

Estar regularmente inscrito no CAF/DAP.

Residir e exercer atividade agrícola no Município e/ou distritos.

Comprovar atuação direta na produção agrícola, preferencialmente em culturas compatíveis com cultivo protegido.
Comprovar titularidade/posse/direito de uso do imóvel com horizonte mínimo de 5 anos.
6.5 Dispor de área apta (acesso, topografia, disponibilidade hídrica).

Autorizar o acesso dos órgãos fiscalizadores (municipais e estaduais) ao local de instalação/operação.
Comprometer-se com a manutenção e operação da estufa e com a aquisição de insumos após a entrega.
Manifestar interesse em participar de capacitações e dias de campo, inclusive com uso da unidade como demonstrativa para difusão tecnológica.
Comissão de seleção e vedações

Institui-se Comissão de Seleção por Portaria, composta por 3 membros sem conflito de interesses, responsável por análise, pontuação, classificação e julgamento de recursos.
Vedações: impedir participação de candidatos com vínculo de parentesco em 2º grau com membros da comissão ou gestores do convênio; demais impedimentos legais.
Etapas do processo

Habilitação documental (apto/inapto).

Pontuação segundo a Matriz de Julgamento (item 9).

Classificação preliminar e publicação.

Recursos e contrarrazões.

Homologação do resultado e publicação da lista final.

Assinatura do Termo de Compromisso (Anexo II)

Matriz de pontuação (julgamento)

Critérios objetivos de priorização: em caso de empate na última vaga, aplicar os critérios de desempate; persistindo o empate, realizar sorteio público.

Pontuação por critérios técnicos, produtivos e sociais (0–100 pontos)

Culturas de olerícolas e outras culturas agrícolas compatíveis: **0–15 pontos**

Disponibilidade hídrica e elétrica adequada: **0–15 pontos**

Produção convencional **0–10 pontos**

Produção orgânica: **0–25 pontos**

Mulher rural como proponente ou co-titular: **0–10 pontos**

Jovem rural (até 29 anos) diretamente envolvido: **0–15 pontos**

Povos/comunidades tradicionais: **0–10 pontos**

Pontuação máxima total: **100 pontos**

Desempate (ordem):

Mulher rural como proponente ou co-titular;

Jovem rural diretamente envolvido

Povos/comunidades tradicionais ou situação de vulnerabilidade social

Sorteio público, se persistir o empate.

Obrigações do beneficiário

Manter a estufa em bom estado, operando e destinada à produção agrícola por até
(5) anos.

Arcar com insumos (sementes, mudas, fertilizantes, substratos), água, energia e mão de obra para operação e manutenção.
Permitir vistorias, acompanhamento técnico e realização de dias de campo (com agendamento e apoio técnico).
Comunicar danos relevantes ou impedimentos de uso; adotar medidas para mitigação de riscos.
Não alienar/remover a estrutura sem anuência do Município/Seab; em caso de desvio de finalidade/abandono, sujeita-se à reversão do benefício e demais penalidades previstas.

Obrigações do Município

Conduzir o processo seletivo com transparência, registrar atas e publicar resultados.

Providenciar vistoria técnica prévia quando aplicável; acompanhar instalação, recebimento e aceite.
Manter os registros (fotos, relatórios, termos) no processo do convênio.

Promover ou articular capacitações e ações de difusão tecnológica.

Prestar informações ao fiscal da Seab e aos órgãos de controle quando solicitado.

Fiscalização e monitoramento

Fiscalização estadual: a cargo da Seab, por fiscal designado de acordo com o termo de convênio.
Monitoramento municipal: por técnico responsável, com relatórios sobre operação, produção e uso da unidade como demonstrativa.
O resultado final (lista homologada) será publicado no Diário Oficial do Município e portal institucional, com indicação de classificados e cadastro reserva.

Recursos e prazos

Pedidos de esclarecimento ao Edital: até 03 dias antes do prazo final de inscrição.

Recursos contra inabilitação/classificação preliminar: até 02 dias úteis após a publicação; contrarrazões em 01 dias úteis.
Autoridade julgadora: Comissão de Seleção; homologação pelo(a) Secretário(a) Municipal competente.
Disposições finais e LGPD
Casos omissos serão resolvidos pela Comissão, observados os princípios administrativos.
Tratamento de dados pessoais conforme LGPD; a publicação de resultados observará a publicidade mínima necessária, preservando dados sensíveis.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

AGUDOS DO SUL, 06 DE OUTUBRO DE 2026

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados do Candidato:

Item	Informação
Nome completo:	
CPF:	
Endereço completo:	
Município:	
Telefone/WhatsApp:	
E-mail:	
CAF/DAP nº:	
Área da propriedade (ha):	
Tipo de cultivo (compatível com estufa):	
Comprovante de titularidade/pose/direito do uzo do imóvel com horizonte mínimo de 5 anos:	
Possui recurso hídrico e elétrico	SIM ( ) NÃO ( )

Declaro que as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras e que aceito integralmente as condições do Edital nº xxxx/2026, comprometendo-me a cumprir todas as exigências e obrigações.

Assinatura: _____ Data: xx/*xx*/2026

ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO DO BENEFICIÁRIO

Pelo presente, eu, [nome do candidato] CPF [número do CPF], agricultor (a) familiar, residente em [Endereço Completo], **declaro**:
Receber a implantação de 1 (uma) estufa agrícola na propriedade [nome da propriedade], comprometendo-me a utilizá-la exclusivamente para produção agrícola, mantendo-a em bom estado de conservação e operação por até (5) anos.
Assumo integralmente os custos de manutenção, insumos, água, energia e mão de obra necessários ao funcionamento da estufa.
Autorizo o acesso de fiscais municipais e estaduais para vistorias, sempre que solicitado.
Comprometo-me a participar das capacitações oferecidas (SENAR/prefeitura) e, quando requisitado, disponibilizar a unidade para dias de campo e atividades demonstrativas, com agendamento e apoio técnico.
Comprometo-me a comunicar imediatamente quaisquer danos relevantes, sinistros ou impedimentos de uso, colaborando com as medidas de mitigação.
Tenho ciência de que a alienação/remoção da estrutura ou desvio de finalidade sem anuência poderá implicar reversão do benefício, responsabilização e impedimento de participação em novas chamadas pelo prazo de [xx anos município estipula] anos.

[NOME DO MUNICÍPIO], [DIA] de [MÊS] de 2025.

[Nome do Beneficiário] Assinatura do beneficiário

Prefeitura Municipal de Agudos do Sul
Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

ANEXO - III Matriz de Pontuação para Seleção de Beneficiários

Nome do Candidato	Culturas compatíveis (0–15)	Disponibilidade hídrica e elétrica (0–15)	Produção Convencional (0–10)	Produção orgânica (0–25)	Mulher rural (0–10)	Jovem rural (0–15)	Povos/comunidades tradicionais (0–5)	Pontuação Total (0–100)

ANEXO IV- Declaração de Aptidão da Área para Implantação de Estufa

Eu, [nome do responsável], [cargo/função] do Município de [nome do município], declaro, para fins de seleção de beneficiários do projeto de implantação de estufas:

Que o imóvel localizado em [endereço/descrição da propriedade], destinado ao(a) agricultor(a) [nome do beneficiário], apresenta condições adequadas para a implantação da estufa, considerando:

Acesso viário adequado;
Topografia compatível com a instalação da estufa;
Insolação e orientação favoráveis;
Disponibilidade hídrica suficiente para o cultivo protegido;
Espaço livre necessário para a instalação da estufa conforme Projeto Técnico;
Existência de infraestrutura mínima de apoio, incluindo segurança e possibilidade de ancoragem;
Comprovação de titularidade ou posse legítima do imóvel por período mínimo de 5 (cinco) anos.

Declaro que, com base na vistoria e análise realizada, a área é:
Apta

Apta com ressalvas. Obs.
Inapta

[NOME DO MUNICÍPIO], [DIA] de [MÊS] de 2025.

[Nome do Responsável]

Assinatura do responsável municipal

Anexo V – Modelos de Atas [DEVERÁ SER FEITA PELO MUNICIPIO] Ata 1 – Sessão de abertura e habilitação
Data/hora/local; membros presentes; quantidade de inscrições; documentos analisados; relação de aptos/inaptos e motivos; assinatura dos membros.
Ata 2 – Sessão de pontuação e classificação preliminar

Metodologia aplicada (Matriz); pontuações por critério; classificação preliminar; disponibilização para vista; prazos de recurso; assinatura dos membros.
Ata 3 – Julgamento de recursos e homologação

Recursos recebidos; decisões fundamentadas; classificação final homologada; cadastro reserva; encaminhamentos; assinatura dos membros e da autoridade homologadora.
Ata 4 – Sorteio público (se necessário)

Motivo (empate na última vaga); relação de empatados; procedimento de sorteio; resultado; assinatura dos membros e registro audiovisual/fotográfico.

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:844DF4B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (06/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 045/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Obras**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **RAS SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **13.137.437/0001-13**, com endereço na Rua Antonio Menarim, nº 465, Esquina - Lote 3A – Quadra J, bairro: Jardim das Nações, CEP: 84.172-390 na cidade de Castro/PR, Telefone (41) 99707-0073, endereço eletrônico e-mail financeiro@rasservicos.com.br, neste ato representado pelo Sr. LUCAS ANTONIO DE CARVALHO NETO, inscrito no CPF sob nº 076.873.249-27 e portador do RG nº 12.576.083-0, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de roçada e corte de vegetação, limpeza urbana, limpeza e desobstrução de sarjetas, caixas coletoras, bueiros, canaletas, meia-cana e valas de drenagem, incluindo transporte e destinação final dos resíduos, para atendimento das demandas no município de Balsa Nova-PR**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 45/2026.

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Serviço, Nota de Empenho, e/ou formalização de contrato, por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 045/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
A contratada deverá apresentar junto a nota fiscal os seguintes documentos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:
Prova de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conforme Portaria Conjunta RFB / PGFN nº.1.751 de 02/10/2014. 4.4.2.;
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei.
Relação de Empregados - RE (do SEFIP) completa, referente ao mês do serviço realizado, acompanhada dos seguintes relatórios:
a) Analítico GRF (Valor do FGTS);
b) Analítico GPS (Valor do INSS);
c) Comprovante de Declaração à Previdência (Fatos Geradores);
d) Protocolo de Envio do Arquivo SEFIP à Previdência Social (Conectividade Social);
e) Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP) quitada;
f) Guia de Recolhimento do INSS (GPS) quitada.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.

O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 045/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 045/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 045/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

RAS SERVIÇOS LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 153/2026

Signatário da Ata: Empresa **RAS SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **13.137.437/0001-13.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	1	SERVIÇO DE CAPINA MANUAL E RASPAGEM EM PAVIMENTO DE PAVER, LAJOTA, PARALELEPÍPEDO, OU EM CALÇADAS, INCLUINDO CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS.	M²	104.580	1,8509	193.567,12
2	2	LIMPEZA DE CANALETAS, MEIA CANA, SARJETA, MEIO FIO E VALAS DE DRENAGEM, INCLUINDO CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS.	M	192.300	1,1660	224.221,80
2	3	LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CAIXAS COLETORAS E BUEIROS, INCLUINDO CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS.	UNID	500	323,2807	161.640,35
2	4	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL.	M	54.800	1,8472	101.226,56
2	5	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DIÁRIA DAS EQUIPES.	DI	252	381,644	96.174,29
VALOR TOTAL: R$ 776.830,12 (setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e trinta reais e doze centavos)						

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:4AE2CADC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO - REPUBLICADO

1° Termo aditivo do contrato nº127 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **DENTAL IPO LTDA** portador do CPF/CNPJ sob nº50.567.060/0001-69
ELCI TRICHES BERTI portador do CPF sob n° 828.231.039-53, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$28.142,80 Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	55685	ALGINATO USO ODONTOLÓGICO, TIPO:TIPO II, APRESENTAÇÃO:PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PRESA NORMAL; PCT 410GR.	Pct	50,00	24,57	1.228,50
1	2	55701	CIMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:TAMPÃO ALVEOLAR C/ AÇÃO CICATRIZANTE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:SEM EUGENOL, ASPECTO FÍSICO:PASTA; FRASCO 10GR.	UNID	20,00	37,65	753,00
1	3	53431	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:4-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:1/2 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:1,50 CM, ESTERILIDA	UNID	600,00	1,54	924,00
1	4	60226	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL, MATERIAL:ESPONJA DE GELATINA LIOFILIZADA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EM CUBO, 1 CM; CX C/ 10UNID	CAIXA	20,00	39,66	793,20
1	5	60237	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL, TIPO: PRÉ-CONTORNADA, FORMATO: SECCIONADA, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	13,93	5.572,00
1	6	60238	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: ALUMÍNIO E AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:PRÉ-CONTORNADA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO INTEGRADO, APLICAÇÃO: DENTES POSTERIORES (MOLARES), TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	9,55	3.820,00
1	7	60239	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: ALUMÍNIO E AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:PRÉ-CONTORNADA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO INTEGRADO, APLICAÇÃO: DENTES POSTERIORES (PRÉ-MOLARES) , TIPO USO:DESCARTÁVEL	UNID	400,00	9,55	3.820,00
1	8	60240	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: DENTE PERMANENTE ANTERIOR, FORMATO: COROA, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	5,25	2.100,00
1	9	60241	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: DENTE PERMANENTE POSTERIOR, FORMATO: COROA, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	4,33	1.732,00
1	10	60248	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL: SILICONE C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO: 07 PONTAS SORTIDAS, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: RESINAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO, COMPATIBILIDADE: C	UNID	15,00	74,94	1.124,10
1	11	53469	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:SILICONE C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO:CHAMA, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:RESINAS, COMPATIBILIDADE:CONTRA ÂNGULO	UNID	20,00	76,90	1.538,00
1	12	60249	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL: BORRACHA C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO: 07 PONTAS SORTIDAS, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: RESINAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO, COMPATIBILID	UNID	30,00	90,54	2.716,20
1	13	60263	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TIPO " BULK FILL ", ASPECTO FÍSICO:FLUÍDA, BAIXA VISCOSIDADE (COR: A2)	UNID	10,00	101,09	1.010,90
1	14	60264	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TIPO " BULK FILL ", ASPECTO FÍSICO:FLUÍDA, BAIXA VISCOSIDADE (COR: A3)	UNID	10,00	101,09	1.010,90

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Dental Ipo LTDA
CNPJ 50.567.0
ELCI TRICHES BERTI
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:CD9B4951

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Pregão 30/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIAGENS TURÍSTICAS (AGÊNCIA DE VIAGEM), DEVIDAMENTE CADASTRADA NO CADASTUR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
DANILO BONIFACIO TRANSPORTES & NEGOCIOS LTDA	29.432.753/0001-58	R$ 68.700,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1	Transporte em ônibus de turismo 44 lugares equipado com ar-condicionado, poltronas reclináveis, agua mineral, wi-fi, tomadas com voltagem 100V, banheiro. seguro viagem. guia de Turismo. Agencia de Viagens. Passagens de trem a Morretes. Pontos turísticos. Praça Matriz, Paroquia Nossa Senhora do Bom Sucesso, Morro do Cristo, Praça dos Namorados. Hospedagem em Guaratuba (2 diárias) com café da manhã, 3 almoços e 2 jantares.	Serviço	Srv	1	45.700,00	45.700,00
2	1	Transporte com ônibus rodoviário com capacidade mínima para 40 pessoas, equipado com ar-condicionado, poltronas reclináveis, agua mineral, banheiro. Seguro viagem. Guia de Turismo. Agencia de Viagens. Ingresso Parque das Aves. Ingresso Cataratas do Iguaçu. Café da manhã completo e almoço com bebida inclusa para o dia 09/10/2026.	Serviço	Srv	1	23.000,00	23.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 68.700,00 (SESSENTA E OITO MIL E SETECENTOS REAIS)

Barbosa Ferraz, 6 de Outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:AB7E8405

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 03/26

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do município de Boa Ventura de São Roque!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever. Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Política Nacional Aldir Blanc objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da Política Nacional Aldir Blanc foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Municipio de Boa Ventura de São Roque.
Deste modo, a Secretaria Municipalde Educação, Cultura e Esporte torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc, na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Boa Ventura de São Roque, Paraná.

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 03 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 30.871,23 (Trinta mil oitocentos e setenta e um reais e vinte e três centavos).

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 13.392.0562.2054 Manutenção das atividades do departamento de Cultura. 3.3.90.36.00.00 outros serviços de terceiros- pessoa Juridica.
03111 E 01086 Transferência da Politica Nacional Aldir- REPASSE ALDIR BLANC 2023
Sobre o valor total repassado pelo município de Boa Ventura de São Roque ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 07/10/2026 até às 17:00 horas do dia 14/10/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que reside no Município de Boa Ventura de São Roque, Paraná há pelo menos 1 ano.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
- Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
- Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
- Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
- tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
- sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsávelpelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
- sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios,

diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 01 projeto e poderá ser contemplado com no máximo 01 projeto.

ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio físico na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a seguinte documentação obrigatória:
Formulário de inscrição (Anexo II)
Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;
Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Autodeclaração étnico-racialou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

COTAS
Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.

A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
- pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
- pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
- pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
- outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo IX.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.

O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Municípiode Boa Ventura de São Roque, Paraná de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados até 06 meses após pagamento.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:

- no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
- no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

- utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos

Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão SERVIDORES DO MUNICÍPIO, nomeados pelo Decreto nº 225/2026.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
- tiverem interesse direto na matéria;

- tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
- no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica outenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
- sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural

Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária

Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente culturalcom tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem

considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente culturaldiscorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial, no site oficial e redes sociais oficiais de Boa Ventura de São Roque.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que deve ser apresentado por meio físico no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº
14.903/2024, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial, no site oficial e redes sociais oficiais de Boa Ventura de São Roque.

REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma vaga da Categoria Multiartes não seja preenchida, os recursos poderão ser remanejados para outros projetos aprovados, conforme as seguintes regras:
A comissão avaliadora, fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana. A distribuição do remanejamento poderá ser feita entre todos os projetos aprovados ou apenas para o(s) projeto(s) deliberado pela comissão;
Se houver propostas contempladas com recursos remanejados, estas devem reenviar a tabela orçamentária para aprovação da Comissão Avaliadora (mediante ata). Caso a nova tabela orçamentária seja aprovada, será anexada no Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (Anexo III) e o proponente deverá prestar contas no Relatório de Execução do Objeto (Anexo VI). Caso a nova tabela orçamentária não seja aprovada, a proposta recebera o valor originalmente indicado no Anexo I.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da Política Nacional Aldir Blanc.

ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 05 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por meio físico na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
– documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

- certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União; III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
- pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
- que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
- inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
– documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
- certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;

- certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
– documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
- certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo; II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, em nome do representante do grupo
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
- comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente culturalesteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão de Avaliação, que deve ser apresentado por meio físico na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial, no site oficial e redes sociais oficiais de Boa Ventura de São Roque.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente culturalselecionado neste Editale pela Secretaria Municipalde Educação, Cultura e Esporte contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Boa Ventura de São Roque, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pelo Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
- quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
- quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no diário oficial e site oficial de Boa Ventura de São Roque.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no diário oficial, no site oficial e redes sociais oficiais de Boa Ventura de São Roque.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas diretamente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Os casos omissos ficarão a cargo do jurídico municipal.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 02 meses após a publicação do resultado final.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos: Anexo I - Categorias de apoio; Anexo II - Formulário de Inscrição/ Anexo III - Plano de Trabalho;
Anexo IV - Critérios de seleção
Anexo V - Termo de Execução Cultural;
Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo; Anexo VIII - Declaração étnico-racial
Anexo IX – Declaração PCD
Anexo X – Formulário de interposição de recurso

CRONOGRAMA DO EDITAL PNAB 2026

Abertura do edital: 07/10/2026 Prazo de inscrição: 07 a 14/10/2026
Resultado preliminar de seleção: 16/10/2026 Período de recurso de seleção: 19 a 21/10/2026 Resultado final de seleção: 22/10/2026
Prazo para entrega de documentação de habilitação: 23 a 27/10/2026 Resultado preliminar de habilitação: 28/10/2026
Período de recurso de habilitação: 29/10 a 02/11/2026 Resultado Final de habilitação: 03/11/2026
Prazo para assinatura de termo de execução cultural: 04 a 06/11/2026 Prazo para pagamento: a partir de 09/11/2026

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de R$ 30.871,23 (Trinta mil oitocentos e setenta e um reais e vinte e três centavos) distribuídos da seguinte forma:
Até R$ 30.871,23 (Trinta mil oitocentos e setenta e um reais e vinte e três centavos) para CATEGORIA MULTIARTES;
DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
CATEGORIA MULTIARTES – Propostas culturais em artes visuais, artesanato, música, dança, audiovisual e demais áreas que abranja os agentes culturais do município.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA MULTIARTES	01	01	00	01	03	R$ 10.290,41	R$ 30.871,23

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Tipo de agente cultural individual:
( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

CPF:
[14 dígitos, apenas números]

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

E-mail:
[campo de e-mail validado]

Telefone:
[apenas números]

Endereço completo:

[Texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais. ( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas ( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros ( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba ( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto ( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos ( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros ( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais ( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais ( ) Povo pomerano

( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana ( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu ( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia ( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros ( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?
( ) Sim
( ) Não

Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti ( ) Outro
Orientação sexual:
( ) Lésbica ( ) Gay
( ) Heterossexual ( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

Raça, cor ou etnia:

( ) Branca ( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena ( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora ( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista ( ) Sim, Outra (indicar qual)

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2025, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.525,00.)

( ) Nenhuma renda ( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00

Possui quantos anos de experiência na área cultural?

[Número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

1. Tipo de agente cultural:
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)

( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

1.1. CNPJ:
[campo CNPJ validado]

1.2. Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

1.3. Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

1.4. Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

1.5. Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

1.6. CPF do representante legal:
[campo CPF validado]

1.7. E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

1.8. Telefone de contato:

[Apenas números]

1.9. CEP:
[campo CEP validado]

1.10. Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

1.11. Cidade:
[lista municípios IBGE]

1.12. Estado:
[lista estados IBGE]

1.13. Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

2. Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

CPF do representante :
[campo CPF validado]

E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

Telefone de contato:
[apenas números]

Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

Cidade:
[lista municípios IBGE]

Estado:
[lista estados IBGE]

CEP:
[campo CEP validado]

Anos de atuação na área cultural?

[número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

DADOS DO PROJETO

Vai concorrer às cotas?
( ) Não
( ) Sim, Pessoa negra
( ) Sim, Pessoa indígena
( ) Sim, Pessoa com deficiência ( ) Sim, outros grupos

Nome do Projeto:
[Texto – 100 caracteres]

Valor da proposta:
[Monetário]

A ação cultural proposta será realizada em qual formato?
( ) Presencialmente em local fixo ( ) Presencialmente itinerante
( ) Remotamente/Online ( ) Em formato híbrido
( ) Outros
( ) Não aplicável

Qual o CEP do local de realização? (se aplicável)
[Campo CEP validado]

Quantas pessoas serão remuneradas com o recurso do edital?
[Número inteiro]

Qual o principal segmento contemplado pela proposta?
( ) Acervos ( ) Arquivos
( ) Artes Visuais ( ) Artesanato
( ) Audiovisual ( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares ( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial ( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos ( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores ( ) Moda
( ) Museu ( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material ( ) Patrimônio Cultural Imaterial ( ) Patrimônio Natural
( ) Performance ( ) Teatro

( ) Outros

Qual a principal etapa do ciclo cultural contemplada pela proposta?
( ) Criação
( ) Produção
( ) Comercialização e Distribuição ( ) Difusão e Circulação
( ) Acesso, mediação e fruição ( ) Formação
( ) Pesquisa e reflexão
( ) Memória e preservação ( ) Organização e gestão
( ) Monitoramento e avaliação ( ) Outra (especificar)

Qual a principal pauta temática contemplada pela proposta?
( ) Cultura Alimentar ( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas ( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos ( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas ( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas ( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa ( ) Cultura e Educação

( ) Cultura e Gênero ( ) Cultura e Idosos ( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente ( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade ( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos ( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo ( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana ( ) Outra (especificar)

A proposta prevê ações em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural ( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social ( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH ( ) Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais ( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

Quais as principais entregas previstas pela proposta?
( ) Álbum musical
( ) Aplicativo / Software
( ) Apresentação ao vivo / Show
( ) Aquisição de acervos e bens culturais
( ) Arte gráfica / Desenho / Gravura / Ilustração ( ) Artesanato
( ) Artigo / Ensaio ( ) Audiolivro
( ) Aula / Palestra / Conferência ( ) Blog / Site
( ) Caderno / Cartilha / Apostila ( ) Circulação / Turnê
( ) Coleção
( ) Congresso / Encontro / Seminário / Simpósio ( ) Curso / Oficina / Workshop
( ) Desfile
( ) Digitalização de acervos ( ) Livro
( ) Livro eletrônico (e-Book) ( ) Ensaio fotográfico
( ) Escultura
( ) Espetáculo cênico ( ) Feira
( ) Exibição / Exposição ( ) Festa Popular
( ) Festival / Mostra
( ) Filme de curta-metragem ( ) Filme de longa-metragem
( ) Filme de média-metragem ou telefilme

( ) Grafitti / Mural ( ) Intercâmbio
( ) Instalação artística / videoarte ( ) Jogo eletrônico
( ) Licenciamento
( ) Manutenção de grupos / iniciativas / espaços culturais ( ) Melhoria em espaço cultural
( ) Pesquisa
( ) Plataforma digital
( ) Podcast / Programa de TV ou Rádio ( ) Residência Artística
( ) Revista / Jornal / Periódico ( ) Roteiro de filme ou episódio ( ) Sarau / Slam
( ) Série / websérie
( ) Videoclipe / Álbum visual ( ) Outros (especificar)

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)

ANEXO III PLANO DE TRABALHO

Mini Currículo ou Mini portfólio da organização:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se preferir)
Resumo do projeto:
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto.
Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto:
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas:
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou
resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto:
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto:
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a

pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Para mais informações sobre acessibilidade cultural, acesse o GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO
À CULTURA: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/arquivos/materiais-de-orientacao/guias-manuais-e-cartilhas/25_minc_guia-de-acessibilidade-pnab-4-22-10.pdf .

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada;
( ) Outra

Acessibilidade comunicacional:
( ) Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) sistema Braille;
( ) sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) audiodescrição;
( ) legendas;
( ) linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; ( ) Outra

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Data de início da execução do projeto
Data de término da execução do projeto

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, incluindo NOME, FUNÇÃO NO PROJETO, CPF/CNPJ, MINI-CURRÍCULO. Use o modelo de quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto, incluindo ATIVIDADE, ETAPA, DESCRIÇÃO, INÍCIO e FIM. Use o modelo de quadro a seguir:

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Planilha orçamentária

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando a META/ETAPA RELACIONADA, DESCRIÇÃO, JUSTIFICATIVA, UNIDADE DE MEDIDA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL e REFERÊNCIA DE PREÇO.
OBS.: Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.
DICA PARA O ENTE FEDERATIVO! A PLANILHA ABAIXO PODE SER DISPONIBILIZADA TAMBÉM EM FORMATO EXCEL PARA FACILITAR A SOMA DOS VALORES.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros ( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal ( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual ( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional ( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas ( ) Cobrança de ingressos ( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

Documentos complementares
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO IV
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;

Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificaç ão do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Boa Ventura de São Roque** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do **Município de Boa Ventura de São Roque**	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -** considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** - Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70 PONTOS

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino, negros, indígenas e com deficiência	5
I	Agentes culturais com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres,	5
	LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência, por mulheres, pessoas negras ou indígenas	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura será de até 70 pontos, podendo chegar a 80 pontos com a pontuação extra.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: PROPONENTE COM MAIOR IDADE.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
- receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
- apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO V
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº *03/2026*, NOSTERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

PARTES
A (INDICAR NOME DO ORGÃO), RESPONSAVEL (INDICAR NOME DO RESPONSAVEL PELO ORGÃO) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL
CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem
firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
PROCEDIMENTO
Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
OBJETO
Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº 03/2026.
RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
Serão transferidos à conta do(a) (NOME DO AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO) , especialmente aberta no (NOME DO BANCO), Agência(NUMERO DA AGENCIA), Conta Corrente nº(NOMERO DA CONTA), para recebimento e movimentação.
APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
OBRIGAÇÕES
São obrigações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
executar a ação cultural aprovada;
aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
prestar informações à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por meio de Relatório de Execução do Objeto apresentado no prazo máximo de 6 meses contados do término da vigência do termo de execução cultural;
atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a contar do recebimento da notificação;
divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO
O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.
O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:
- pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- solicitar documentação complementar;
- aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
pagamento de multa, nos termos do regulamento;

suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.
[OU]
PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- solicitar documentação complementar;

- aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
pagamento de multa, nos termos do regulamento;
suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

TITULARIDADE DE BENS

Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

[OU]

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade d

EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- extinto por decurso de prazo;
- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
má administração de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

[DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

VIGÊNCIA

A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 meses, podendo ser prorrogado por 7 meses.

PUBLICAÇÃO

O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado Site da prefeitura.

FORO

Fica eleito o Foro de Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Boa Ventura de São Roque, ** de ** de 2026.

Pelo Órgão:

Pelo Agente Cultural:

ANEXO VI
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL

DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

RESULTADOS DO PROJETO
Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:
META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc. ( ) Sim
( ) Não

Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades. ( ) Publicação

( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line) ( ) Vídeo
( ) Documentário ( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa ( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato

( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical ( ) Site
( ) Música
( ) Outros:

Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação. ( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido. ( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

EQUIPE DO PROJETO
Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

LOCAIS DE REALIZAÇÃO

De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial. ( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção. ( )Youtube
( )Instagram / IGTV ( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.

( )Outros:

Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

Em que município e Estado o projeto aconteceu?

Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal. ( )Equipamento cultural público estadual. ( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros

DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL] [DATA]

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu,
, CPF nº, RG nº , DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou (informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu,
, CPF nº, RG nº , DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 03/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:

.
Local, data.

Assinatura Agente Cultural NOME COMPLETO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Com base na Etapa de Habilitação do Edital 03/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)
venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:

.
Local, data.

Assinatura Agente Cultural NOME COMPLETO

Publicado por:
Lucimara Moreira de Almeida
Código Identificador:C457E374

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 266/2026

DECRETO N.º 266/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2026 no total de R$ 422.902,44 (quatrocentos e vinte e dois mil e novecentos e dois reais e quarenta e quatro centavos).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.320/2025 resolve:

DECRETAR
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2026, na importância de R$ 422.902,44 (quatrocentos e vinte e dois mil e novecentos e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante as seguintes providências:
· Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
811	1077 Apoio Financeiro aos Municípios AFM	9.661,14
	SUBTOTAL	9.661,14
04	Secretaria de Finanças	
04.003	Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização	
4.129.401.2.22	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
1190	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.003	Divisão de Cultura	
13.392.562.2.54	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3123	1178 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 510/2026 SETU - SIT 88179 - PARANÁ MAIS EVENTOS 31 ANIVERSÁRIO	191.241,30
	SUBTOTAL	191.241,30
09	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	
09.001	Departamento de Agricultura	
20.606.901.2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5940	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
09.002	Atividades do Fundo Municipal Agropecuário	
20.606.902.2.126	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO FUNDAF - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7041	1160 Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)	199.000,00
	SUBTOTAL	219.000,00
	TOTAL	422.902,44

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Remanejamento		
Códigos	Descrição	Valor
04	Secretaria de Finanças	
04.001	Departamento de Contabilidade	
4.121.401.2.19	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
910	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
Transferência		
09	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	
09.001	Departamento de Agricultura	
20.122.901.2.124	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5790	0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5781	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	**23.000,00**

2. O Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.9.99.0.1.10.00.00.00.00	CONVENIO 510/2026 - SETU - SIT 88179 PARANÁ MAIS EVENTOS - 31º ANIVERSÁRIO	191.241,30
2.4.1.9.51.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	199.000.00
	TOTAL	390.241,30

3. O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025 das fontes de recursos abaixo relacionadas, conforme previsto no inciso I, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Fonte			
Código Despesa	Fonte	Descrição	Valor
811	01077	Apoio Financeiro aos Municípios AFM	9.661.14
TOTAL			**9.661,14**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.302/2025, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.303/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026 no que couber.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 02 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:231932AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PREFEITURA MUNICIPAL BOM SUCESSO DO SUL - PR CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO ARTIGO 8º DA LC N.º 101/2000 (LRF) JANEIRO A SETEMBRO/2026

DESPESAS	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Cronograma	Fixação
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Desembolso	Atualizada
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	3.355.258,93	3.484.400,71	4.393.034,20	3.550.858,72	4.045.153,64	3.615.557,12		
	3.193.654,38	3.744.953,64	4.377.893,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	43.117.625,90	43.117.625,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.454.431,05	1.682.786,95	1.642.250,15	1.350.824,45	1.157.824,45	1.799.024,45		
	1.389.824,45	1.791.824,45	1.396.994,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	17.793.258,20	17.793.258,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.480,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00		
	133.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	500.000,00	500.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.867.347,88	1.768.293,76	2.717.464,05	2.166.714,27	2.854.009,19	1.783.212,67		
	1.670.509,93	1.919.809,19	2.947.579,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	24.824.367,70	24.824.367,70
Despesas de Capital	1.317.004,86	35.192.963,85	11.606.420,38	1.728.193,53	427.173,53	170.173,53		
	1.375.657,70	204.573,53	1.176.233,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	54.458.915,03	54.458.915,03
INVESTIMENTOS	1.258.331,16	35.134.570,55	11.548.027,08	1.669.800,23	368.780,23	111.780,23		
	867.264,40	146.180,23	1.117.840,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	53.307.915,03	53.307.915,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.757,70	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30		
	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	21.000,00	21.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	56.916,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00		
	506.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	1.130.000,00	1.130.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	36.655,96	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79		
	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	437.944,65	437.944,65
Total da Unidade Gestora 0	4.708.919,75	38.713.845,35	16.035.935,37	5.315.533,04	4.508.807,96	3.822.211,44		
	4.605.792,87	3.986.007,96	5.590.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	98.014.485,58	98.014.485,58
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	71.145,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00		
	70.805,00	40.905,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	820.100,00	820.100,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.418,20	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80		
	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	686.000,00	686.000,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.726,80	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20		
	13.661,20	-16.238,80	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	134.100,00	134.100,00
Despesas de Capital	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
INVESTIMENTOS	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
Total da Unidade Gestora 1	72.819,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00		
	72.471,00	42.571,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	840.100,00	840.100,00
TOTAL GERAL	4.781.738,75	38.786.316,35	16.108.406,37	5.388.004,04	4.581.278,96	3.894.682,44		
	4.678.263,87	4.028.578,96	5.663.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	98.854.585,58	98.854.585,58

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:0ED98C3A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2026
Processo Licitatório Nº 98/2026 **– HOMOLOGADO EM 02/10/2026.**
DETENTORA: NAIZ & SILVA LTDA- ME– CNPJ: 28.636.965/0001-94.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de cordões e cascatas de LED, enfeites e efeitos luminosos especiais, cordas, mangueiras e fitas de LED, festões, telas decorativas e bolas natalinas, destinados à ornamentação do Natal de Luz 2026 do Município de Bom Sucesso do Sul/PR, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos**,** relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 43/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

LOTE 01						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
1	CORDÕES 100 LEDS, FIO VERDE C/ DIÂMETRO 2,2 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS NA COR DOS LEDS (80 FIXOS E 20 ESTROBINHOS). EXTENSÃO 10 MTS, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 10 CORDÕES. POTÊNCIA MÍNIMA: 5 WATTS. IP- 44. CORDÃO CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERMELHO, VERDE, AZUL, ROSA, ROXO, OURO, VERDE CLARO, AZUL CLARO, LARANJA.	Unid.	720	WT	20,00	14.400,00
2	CORDÕES 150 LEDS, FIO VERDE C/ DIÂMETRO 2,2 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS NA COR DOS LEDS (120 FIXOS E 30 ESTROBINHOS). EXTENSÃO 15 MTS, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 7 CORDÕES. POTÊNCIA MÍNIMA: 7 WATTS. IP- 44. CORDÃO CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERMELHO, VERDE, AZUL, ROSA, ROXO, OURO, LARANJA, VERDE CLARO, AZUL CLARO.	Unid.	240	Fortlux	36,30	8.712,00
3	CORDÕES 150 LEDS, FIO CRISTAL TRANSPARENTE, C/ DIÂMETRO 2,2 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS NA COR BRANCA (120 FIXOS E 30 ESTROBINHOS). EXTENSÃO 15 MTS, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 7 CORDÕES. POTÊNCIA MÍNIMA: 7 WATTS. IP-44. CORDÃO CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA NA COR BRANCA, IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERMELHO, VERDE, AZUL.	Unid.	240	Fortlux	36,50	8.760,00
4	CASCATAS 400 LEDS, LEDS FIXOS, FIO BRANCO 1,8 MM, COM RESINA NA BASE DOS LEDS, 220 VOLTS, 75 CAÍDAS: 50CM; 40 CM; 30 CM, IP44, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 5 CASCATAS, TOMADA FONTE IP65 BLINDADA NO COR BRANCA, EXTENSÃO 10 METROS + 1 METRO DE CABO DE FORÇA (TOTAL 11 METROS), POTÊNCIA 10 WATTS. ANEL DE BORRACHA DE VEDAÇÃO NAS TOMADAS. M - CORES DISPONÍVEIS: BRANCA QUENTE.	Unid.	60	WT	70,00	4.200,00
5	CASCATA 504 LEDS, FIO BRANCO C/ DIÂMETRO 1,8 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS COR BRANCA (408 FIXOS E 96 ESTROBINHOS), C/ 72 CAIDAS: 90 CM, 70 CM, 50 CM, COMPRIMENTO: 10 METROS + 1 METRO DE CABO DE FORÇA (TOTAL 11 METROS), TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 5 CASCATAS. POTÊNCIA MÍNIMA: 19 WATTS. IP-44. CASCATA CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL, ROSA, ROXO.	Unid.	30	Fortlux	110,00	3.300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					**R$ 39.372,00**	
LOTE 05						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
14	TELA DECORATIVA FLEXÍVEL TIPO SILICONE, DESTINADA AO REVESTIMENTO E ACABAMENTO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS E NATALINAS, CONFECCIONADA EM FILAMENTOS SINTÉTICOS ENTRELAÇADOS, COM MALHA VAZADA E ACABAMENTO UNIFORME, BRILHANTE OU TRANSLÚCIDO. ESPESSURA MÍNIMA DOS FILAMENTOS DE 1,00 MM E ESPAÇAMENTO MÁXIMO DA MALHA DE 12 MM. MATERIAL MALEÁVEL, RECORTÁVEL, RESISTENTE AO MANUSEIO E ADEQUADO PARA FIXAÇÃO EM ESTRUTURAS METÁLICAS OU PLÁSTICAS. ROLO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 10 M DE COMPRIMENTO POR 1 M DE LARGURA, TOTALIZANDO, NO MÍNIMO, 10 M². CORES A SEREM DEFINIDAS PELO MUNICIPIO NO ATO DO PEDIDO DE COMPRA. PRODUTO NOVO, SEM RASGOS, EMENDAS, DEFORMAÇÕES OU FALHAS NA TRAMA. UNIDADE: ROLO. SUGESTÃO DE MARCA: Euro, Star LED e Top Light, ou outras equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que o produto ofertado comprove integralmente o atendimento às especificações técnicas estabelecidas	Rolo	50	WT	820,00	41.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05					**R$ 41.000,00**	

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 80.372,00 (oitenta mil trezentos e setenta e dois reais)**

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 80.372,00 (oitenta mil trezentos e setenta e dois reais). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 11.00 – Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; 11.01 – Divisão de Indústria, Comércio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacionais e Apoio a Indústria, Comércio e ao Turismo; Despesa 578; Fonte de Recurso Livre.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 06 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:547D48FE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2026
Processo Licitatório Nº 98/2026 – **HOMOLOGADO EM 02/10/2026.**
DETENTORA: JPLED LTDA - ME – CNPJ: 32.683.888/0001-09.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de cordões e cascatas de LED, enfeites e efeitos luminosos especiais, cordas, mangueiras e fitas de LED, festões, telas decorativas e bolas natalinas, destinados à ornamentação do Natal de Luz 2026 do Município de Bom Sucesso do Sul/PR, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos**,** relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 43/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

LOTE 03						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
10	CORDA/MANGUEIRA LUMINOSA EM LEDS, 13MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 40 LEDS POR METRO COM ESTROBINHOS. CADA METRO CONTÉM 8 ESTROBINHOS E 32 LEDS FIXOS. LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA: 3W/MT. USO INTERNO/EXTERNO. MANGUEIRA DE 2 FIOS. TENSÃO 220 VOLTS. ROLO COM 100 METROS CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS (CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS DE TERMINAÇÃO 13MM. IP-44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERDE, AZUL, VERMELHO, ROSA, ROXO, AZUL CLARO.	Rolo	30	Própria	552,20	16.566,00
11	MANGUEIRA COB NEON, MEDIDA 10MM X 14MM, TOTALMENTE FLEXÍVEL, ALTO BRILHO, CORTE A CADA 50 CM, COM 288 LEDS POR METRO. UMA VISÃO EM 180 GRAUS. POTÊNCIA 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO. TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO COM 100 METROS, CONTENDO: 15 CABOS DE FORÇA, 15 EMENDAS (CONECTORES DE INTERCONEXÃO) E 15 CAPAS DE TERMINAÇÃO. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL, VERDE, VERMELHO, ROXO, ROSA E OURO.	Rolo	10	Própria	956,62	9.566,20
12	FITA DE LED COM MOVIMENTOS, MOVING LEDS, COM 7 FUNÇÕES DE VELOCIDADE, COM MEMÓRIA, TOMADA BIVOLT, CABO DE FORÇA DE 70CM, ROLO COM 12 METROS. POTÊNCIA MÍNIMA: 24 WATTS. MEDIDAS DA FITA: LARGURA 1 CM, ALTURA 0,5 CM. CORTE A CADA 15 LEDS, 120 LEDS POR METRO. ROLO COM 1.440 LEDS. USO INTERNO E EXTERNO. IP 44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL CLARO, AZUL VERDE E OURO.	Rolo	100	Própria	212,84	21.284,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03					**R$ 47.416,20**	
LOTE 04						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
13	FESTÃO NATALINO ARAMADO VERDE EM PVC, CONFECCIONADO COM ESTRUTURA CENTRAL EM ARAME FLEXÍVEL E RESISTENTE, REVESTIDA POR GALHOS/PONTAS EM PVC NA COR VERDE, PERMITINDO ABERTURA, MODELAGEM E AJUSTE DO VOLUME CONFORME A ESTRUTURA A SER DECORADA. COM 240 GALHOS/PONTAS DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,70 M E LARGURA OU DIÂMETRO APROXIMADO DE 25 CM, ADMITIDA TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5% NAS DIMENSÕES. ADEQUADO PARA DECORAÇÃO NATALINA DE PORTAS, JANELAS, CORRIMÃOS, COLUNAS, ARCOS, MESAS E OUTRAS ESTRUTURAS, EM AMBIENTES INTERNOS OU ÁREAS EXTERNAS COBERTAS. DEVERÁ SER FORNECIDO NOVO, INTEIRO, SEM FALHAS RELEVANTES NA DISTRIBUIÇÃO DOS GALHOS, PONTAS SOLTAS, RASGOS, OXIDAÇÃO APARENTE, DEFORMAÇÕES PERMANENTES OU OUTROS DEFEITOS QUE PREJUDIQUEM A UTILIZAÇÃO.	Unid.	300	Própria	36,40	10.920,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04					**R$ 10.920,00**	
LOTE 06						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
15	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 6 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 6 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO OBSERVADA EM TUBOS OU KITS, GERALMENTE COM 6 UNIDADES. SUGESTÃO DE MARCA: CROMUS, FLORARTE E FERTIN, OU OUTRAS	Tubo	50	Própria	16,50	825,00

	EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.					
16	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 8 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 8 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO OBSERVADA EM TUBOS OU KITS COM 6 UNIDADES, CONFORME O FABRICANTE. SUGESTÃO DE MARCA: CROMUS, FLORARTE E RIO DE OURO, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Tubo	50	Própria	22,09	1.104,50
17	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 10 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 10 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO OBSERVADA EM KITS, CAIXAS OU POR UNIDADE, COM EMBALAGENS DE 6 UNIDADES. SUGESTÃO DE MARCA: FLORARTE, BIANCHINI E BELA FLOR, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Tubo	50	Própria	31,57	1.578,50
18	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 20 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 20 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA RESISTENTE PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. SUGESTÃO DE MARCA: FLORARTE, BEKASA E CROMUS, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Unid.	100	Própria	51,17	5.116,90
19	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 30 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 30 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA RESISTENTE PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO PREDOMINANTEMENTE POR UNIDADE.SUGESTÃO DE MARCA: FLORARTE, CROMUS E VF, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Unid.	50	Própria	154,35	7.717,56
VALOR TOTAL DO LOTE 06					**R$ 16.342,46**	
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 74.678,66** **(setenta e quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 74.678,66 (setenta e quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 11.00 – Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; 11.01 – Divisão de Indústria, Comércio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacionais e Apoio a Indústria, Comércio e ao Turismo; Despesa 578; Fonte de Recurso Livre.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 06 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:5D8D6F2E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2026
Processo Licitatório Nº 98/2026 **– HOMOLOGADO EM 02/10/2026.**
DETENTORA: MEGA LUZ COMERCIO E SERVICOS LTDA -EPP – CNPJ: 60.362.895/0001-36.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de cordões e cascatas de LED, enfeites e efeitos luminosos especiais, cordas, mangueiras e fitas de LED, festões, telas decorativas e bolas natalinas, destinados à ornamentação do Natal de Luz 2026 do Município de Bom Sucesso do Sul/PR, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos**,** relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 43/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

LOTE 02						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
6	ENFEITE DECORATIVO TIPO OURIÇO ILUMINADO COM 27 GALHOS DOURADOS EM ARAME REVESTIDO, CADA GALHO COM 20 CM DE COMPRIMENTO E 20 LEDS, SENDO 16 LEDS FIXOS E 4 ESTROBINHOS. AO TODO, SÃO 540 LEDS, SENDO 432 FIXOS E 108 ESTROBINHOS, COM DIÂMETRO DE 40 CM. CABO DE FORÇA COM FIO CRISTAL, TOMADA BIVOLT, COM 2,50M. USO INTERNO E EXTERNO. IP44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO QUENTE, OURO.	Unid.	100	Toplight top 1320	240,00	24.000,00
7	CONJUNTO COM 12 TUBOS, 80 CM, 36 LEDs DE CADA LADO,	Unid.	60	Toplight topTB12	130,00	7.800,00

	TOTAL: 72 LEDs CADA TUBO. TOTAL: 864 LEDs, MEDIDA 5 METROS, BIVOLT, TOMADA M/F, UNIÃO DE 5 CONJUNTOS, POTÊNCIA 7,5 W. CORES: DISPONÍVEIS BRANCO QUENTE, BRANCO FRIO					
8	TUBO SNOWFALL DE 80 CM, C/ 42 CHIPS DE LEDS EM CADA LADO, TOTALIZANDO 84 LEDS EM CADA TUBO. BIVOLT. RABICHO/CABO DE ALIMENTAÇÃO MEDINDO 50 CM. IP-44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE/WARM.	Unid.	120	Toplight top8162	14,00	1.680,00
9	ESTRELA SPUTINIK DE NATAL COM 160 LEDS EM MOVIMENTOS SEQUENCIAIS E ALTERNADOS COM MEMÓRIA PARA CADA FUNÇÃO. ESTRELA COM 20 TUBOS, EFEITO FOGOS DE ARTIFÍCIO EM LEDS PARA USO EXTERNO. MULTIFUNÇÕES. TUBO PLÁSTICO NA COR BRANCO LEITOSO COM HASTES RÍGIDAS DE LEDS ENCAPADOS COM SILICONE. DIÂMETRO DA ESTRELA: 100 CM. BIVOLT. IP-44. POTÊNCIA MÍNIMA: 7,2 WATTS. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL, VERMELHO, VERDE, ROSA, ROXO, OURO, LARANJA.	Unid.	30	Toplight	420,00	12.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					**R$ 46.080,00**	
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 46.080,00 (quarenta e seis mil e oitenta reais)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 46.080,00 (quarenta e seis mil e oitenta reais). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 11.00 – Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; 11.01 – Divisão de Indústria, Comércio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacionais e Apoio a Indústria, Comércio e ao Turismo; Despesa 578; Fonte de Recurso Livre.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 06 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:E88A30FF

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 – *REGISTRO DE PREÇOS 32/2026 (Processo Licitatório 103/2026)*
De acordo com o parecer jurídico e em concordância com a Ata Eletrônica, de Abertura do processo licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 44/2026**, que teve como objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de decoração natalina destinados ao Natal de Luz 2026, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.** O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital**, HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor da empresa: **LEANDRO DA SILVA DE LIMA – ELETRICA- ME,** com o **CNPJ nº 26.826.790/0001-52,** conforme lote, itens e valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	**SERVIÇOS DE DECORAÇÃO NATALINA** - Execução integral dos 27 itens/grupos do Anexo I, totalizando 424 referências. Inclui conferência e limpeza; conservação/substituição seletiva de festões; remoção e triagem de cordões e mangueiras para reaproveitamento; substituição dos elementos luminosos onde indicada; aplicação de tela de silicone nos itens e quantitativos previstos; aplicação/reorganização de adornos; reparos pontuais com solda no item 22; ornamentação e instalação dos elementos luminosos nas 348 estruturas/peças dos itens 1 a 23 e nos 76 pontos existentes dos itens 24 a 27; manutenção durante a exposição; e retirada dos componentes instalados pela contratada. Não inclui carga, transporte, descarga, distribuição, posicionamento, montagem ou fixação estrutural das peças móveis.	Serviço	1	48.900,00	48.900,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 48.900,00 (quarenta e oito mil e novecentos reais)**				

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO
R$ 48.900,00
(quarenta e oito mil e novecentos reais)

Bom Sucesso do Sul, 06 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:F615DD0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 51/2026

Decreto n° 51/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 937/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$987.774,47 (novecentos e oitenta e sete mil e setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002		ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA DO GABINETE DO PREFEITO	
6 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.648,65
02.002		CHEFIA DE GABINETE	
02.002.04.122.0002.2.004		GESTÃO E SUPORTE INSTITUCIONAL MUNICIPAL	
13 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.067,99
23 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500,00
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
04.001.04.123.0005.2.013		GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
54 - 3.3.90.39.00.00	1510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
57 - 3.3.90.47.00.00	1504	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.200,00
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001		GABINETE DO SECRETARIO	
05.001.12.122.0002.2.037		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
67 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.241,21
68 - 3.1.90.13.00.00	1103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.824,70
68 - 3.1.90.13.00.00	1104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.473,72
71 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	3.040,00
74 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.603,00
74 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40,00
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.017		ACESSO E QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	
80 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.544,38
80 - 3.1.90.11.00.00	4101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	42.416,72
81 - 3.1.90.13.00.00	1101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.856,17
81 - 3.1.90.13.00.00	1104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.960,32
81 - 3.1.90.13.00.00	4101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.856,17
84 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	140,00
85 - 3.3.90.32.00.00	31111	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.829,85
87 - 3.3.90.36.00.00	1103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
87 - 3.3.90.36.00.00	4102	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.000,00
91 - 3.3.90.47.00.00	4102	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	700,00
05.002.12.361.0011.2.022		FORTALECIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	
97 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	2.011,00
97 - 3.3.90.30.00.00	31119	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
99 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.715,00
Suplementação			
05.002.12.361.0011.2.023		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
104 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	13.980,00
104 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
104 - 3.3.90.30.00.00	1107	MATERIAL DE CONSUMO	1.100,00
105 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.477,00
05.002.12.365.0011.2.044		FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPA PRÉ-ESCOLA	
114 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	37.897,98
114 - 3.1.90.11.00.00	4101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.092,78
115 - 3.1.90.13.00.00	1104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.101,18
115 - 3.1.90.13.00.00	4101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.252,21
118 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	400,00
119 - 3.3.90.32.00.00	31111	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00
05.002.12.365.0018.2.016		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	
126 - 3.1.90.13.00.00	1101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	26.595,34
128 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	1.600,00
129 - 3.3.90.32.00.00	31111	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	6.422,29
130 - 3.3.90.36.00.00	1103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	37.000,00
135 - 4.4.90.52.00.00	1107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.245,00
05.002.12.367.0027.2.035		QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	
138 - 3.1.90.11.00.00	4101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.667,36
145 - 3.3.90.36.00.00	1103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
05.003		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
05.003.13.392.0013.2.024		DESENVOLVIMENTO CULTURAL – GESTÃO E FUNDO MUNICIPAL	
151 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	615,86
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.026		MANUTENÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
167 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	828,00
06.001.10.301.0029.2.028		SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE MUNICIPAL	
170 - 3.1.90.11.00.00	1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.383,49
170 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	140.616,54
170 - 3.1.90.11.00.00	1491	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	44.713,66
170 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	57.708,33
171 - 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	25.436,22
171 - 3.1.90.13.00.00	1491	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.837,53

171 - 3.1.90.13.00.00	1494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.651,72
174 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	5.322,00
175 - 3.3.90.32.00.00	1494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.650,00
177 - 3.3.90.36.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.650,00
178 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	84.075,00
06.001.10.302.0031.2.030		SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE – ATENÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
188 - 3.1.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.000,00
06.001.10.303.0030.2.049		MANUTENÇÃO DO CONSORCIO INTERGESTORES	
194 - 3.3.72.32.00.00	1303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	60.000,00
06.001.10.306.0033.2.040		Assistência Integral a Saúde	
Suplementação			
195 - 3.3.90.32.00.00	1303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	24.670,00
06.003		DEPARTAMENTO DE FARMACIA	
06.003.10.301.0030.2.029		SUPORTE ESTRUTURAL À FARMÁCIA MUNICIPAL	
209 - 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	396,95
209 - 3.1.90.13.00.00	1491	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.918,78
06.004		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
06.004.10.304.0032.2.031		VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR – MONITORAMENTO E CONTROLE	
219 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.074,36
06.004.10.305.0032.2.032		AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
228 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.542,12
228 - 3.1.90.11.00.00	1306	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	383,30
228 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.466,60
229 - 3.1.90.13.00.00	1494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.365,08
07		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002.20.606.0002.2.085		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
247 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.153,50
07.002.20.606.0012.2.039		DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DIVERSIFICADO	
258 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.340,00
259 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.006,88
260 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
08		SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	
08.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS	
08.002.04.451.0006.2.042		SUPORTE OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	
279 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.342,76
282 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.745,00
08.003		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E PAISAGISMO	
08.003.15.452.0010.2.086		EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA	
308 - 3.1.90.11.00.00	1511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.408,87
309 - 3.1.90.13.00.00	1511	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.874,27
08.004		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
08.004.26.782.0007.1.004		PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO VIÁRIA MUNICIPAL	
319 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.499,43
323 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	22.356,00
09		SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
09.002		DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO	
09.002.04.122.0002.2.090		MANUTEÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE INDUSTRIA,	
		COMERCIO E TURISMO	
340 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.546,08
09.002.23.695.0023.2.067		DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TURISMO LOCAL	
354 - 3.3.90.31.00.00	1000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.290,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.004		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.004.08.244.0014.2.064		ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CENTROS COMUNITÁRIOS 1	
391 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.480,00
394 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.231,69
Suplementação			
10.004.08.244.0014.2.077		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- CRAS	
403 - 3.1.90.11.00.00	1940	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.892,48
404 - 3.1.90.13.00.00	1940	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	280,48
407 - 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	885,00
408 - 3.3.90.32.00.00	1934	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	180,00
410 - 3.3.90.39.00.00	1934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.400,00
411 - 3.3.90.40.00.00	1934	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	35,00
10.004.08.244.0016.2.075		FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS	
419 - 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	220,00
428 - 4.4.90.52.00.00	1812	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.600,00
10.006		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
10.006.08.241.0014.2.073		SUPORTE ÀS PESSOAS IDOSAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
459 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.661,44
460 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.159,09
11		SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
11.002		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
11.002.27.812.0020.2.068		ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESPORTE E LAZER MUNICIPAL	
471 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.617,11
472 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	366,83
474 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.397,00
		Total Suplementação:	987.774,47

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
03.001.04.122.0002.2.008		GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
32 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	949.810,02

05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.022		FORTALECIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	
99 - 3.3.90.39.00.00	31119	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.588,45
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.028		SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE MUNICIPAL	
179 - 3.3.90.40.00.00	1494	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	828,00
06.001.10.306.0033.2.040		Assistência Integral a Saúde	
195 - 3.3.90.32.00.00	1494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.812,00
08		SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	
08.004		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
08.004.26.782.0007.1.004		PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO VIÁRIA MUNICIPAL	
321 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	22.356,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.004		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.004.08.244.0014.2.077		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- CRAS	
403 - 3.1.90.11.00.00	1934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.780,00
10.004.08.244.0016.2.075		FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS	
416 - 3.1.90.11.00.00	1812	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.600,00
		Total Redução:	987.774,47

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, Estado do PR, em 1 de Setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:F43DDD1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 52/2026

Decreto n° 52/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 937/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.544.461,83 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002		ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA DO GABINETE DO PREFEITO	
9 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100,00
02.002		CHEFIA DE GABINETE	
02.002.04.122.0002.2.004		GESTÃO E SUPORTE INSTITUCIONAL MUNICIPAL	
484 - 3.3.90.40.00.00	31000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
03.001.04.122.0002.2.008		GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
32 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.292.690,27
37 - 4.4.90.52.00.00	31000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.398,00
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
04.001.04.123.0005.2.013		GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
54 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.500,00
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001		GABINETE DO SECRETARIO	
05.001.12.122.0002.2.037		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
79 - 4.4.90.52.00.00	33107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.500,00
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.017		ACESSO E QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	
84 - 3.3.90.30.00.00	31080	MATERIAL DE CONSUMO	5.515,00
92 - 4.4.90.52.00.00	31080	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.800,00
92 - 4.4.90.52.00.00	33107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.702,00
05.002.12.361.0011.2.023		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
104 - 3.3.90.30.00.00	31080	MATERIAL DE CONSUMO	31.026,06
105 - 3.3.90.39.00.00	31080	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
105 - 3.3.90.39.00.00	33107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.865,00
05.003		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
05.003.13.392.0013.2.024		DESENVOLVIMENTO CULTURAL – GESTÃO E FUNDO MUNICIPAL	
154 - 3.3.90.30.00.00	31000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
159 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.094,98
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.026		MANUTENÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
167 - 3.3.90.39.00.00	33484	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.644,89

06.001.10.301.0029.2.028		SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE MUNICIPAL	

Suplementação			
174 - 3.3.90.30.00.00	33484	MATERIAL DE CONSUMO	39.555,00
178 - 3.3.90.39.00.00	33484	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
06.003		DEPARTAMENTO DE FARMACIA	
06.003.10.301.0030.2.029		SUPORTE ESTRUTURAL À FARMÁCIA MUNICIPAL	
212 - 3.3.90.30.00.00	33383	MATERIAL DE CONSUMO	2.200,00
217 - 4.4.90.52.00.00	33348	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.612,00
217 - 4.4.90.52.00.00	33371	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.424,90
06.004		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
06.004.10.304.0032.2.031		VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR – MONITORAMENTO E CONTROLE	
227 - 4.4.90.52.00.00	33371	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
07		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002.20.606.0002.2.085		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
253 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.735,60
08		SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	
08.004		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
08.004.26.782.0007.1.004		PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO VIÁRIA MUNICIPAL	
323 - 3.3.90.39.00.00	3512	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.398,13
11		SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
11.002		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
11.002.27.812.0020.2.068		ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESPORTE E LAZER MUNICIPAL	
477 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.200,00
		Total Suplementação:	1.544.461,83

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Fonte	
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	3.398,00
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	8.735,60
33371 - PROGRAMA FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE- PROVIGIA RESO 808-2022	6.000,00
31080 - Transferencia do Fundeb - Complementacao uniao - ETI	8.800,00
33107 - Salário Educação - Recursos do Tesouro - Ex. Anteriores	5.865,00
33383 - PROG FINAN. DO INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA- IOF- CUSTEIO	2.200,00
33371 - PROGRAMA FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE- PROVIGIA RESO 808-2022	14.424,90
33348 - PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACEUTICA - INVESTIMENTO	1.612,00
3512 - CIDE - Exercicio anteriores	20.398,13
33107 - Salário Educação - Recursos do Tesouro - Ex. Anteriores	7.500,00
33107 - Salário Educação - Recursos do Tesouro - Ex. Anteriores	25.702,00
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	11.500,00
31080 - Transferencia do Fundeb - Complementacao uniao - ETI	31.026,06
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	1.292.690,27
31080 - Transferencia do Fundeb - Complementacao uniao - ETI	6.000,00
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	1.500,00
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	2.000,00
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	7.094,98
33484 - EMENDA INDIVIDUAL Nº 44450003	1.644,89
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	16.200,00
33484 - EMENDA INDIVIDUAL Nº 44450003	25.000,00
31080 - Transferencia do Fundeb - Complementacao uniao - ETI	5.515,00
31000 - Recursos Ordinários (Livre)- Recursos do tesouro- Ex. Corrente	100,00
33484 - EMENDA INDIVIDUAL Nº 44450003	39.555,00
Total da Fonte:	1.544.461,83

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, Estado do PR, em 1 de Setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:812F2ACB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 53/2026

Decreto n° 53/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 937/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.023.689,15 (um milhão, vinte e três mil e seiscentos e oitenta e nove reais e quinze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	

04.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
04.001.04.123.0005.2.013		GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
59 - 3.3.90.93.00.00	1843	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.987,37
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.017		ACESSO E QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	
84 - 3.3.90.30.00.00	1081	MATERIAL DE CONSUMO	4.363,00
92 - 4.4.90.52.00.00	1081	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.200,00
05.002.12.365.0011.2.044		FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPA PRÉ-ESCOLA	
118 - 3.3.90.30.00.00	1081	MATERIAL DE CONSUMO	5.977,00
05.002.12.365.0018.2.016		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	
125 - 3.1.90.11.00.00	1081	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	61.739,39
126 - 3.1.90.13.00.00	1081	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	11.318,81
128 - 3.3.90.30.00.00	1081	MATERIAL DE CONSUMO	11.318,82
135 - 4.4.90.52.00.00	1081	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	29.030,00
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.028		SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE MUNICIPAL	
178 - 3.3.90.39.00.00	1376	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.663,84
178 - 3.3.90.39.00.00	1474	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	74.508,92
06.002		DEPARTAMENTO DE SAUDE	
06.002.04.122.0002.2.025		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE	
203 - 3.3.90.39.00.00	1376	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.367,05
06.004		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
06.004.10.304.0032.2.031		VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR – MONITORAMENTO E CONTROLE	
227 - 4.4.90.52.00.00	1391	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.370,00
07		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002.20.606.0002.2.085		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
257 - 4.4.90.52.00.00	1860	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	670.000,00
08		SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	
08.004		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
08.004.26.782.0007.1.004		PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO VIÁRIA MUNICIPAL	
323 - 3.3.90.39.00.00	1478	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.011,80
323 - 3.3.90.39.00.00	1512	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.985,58
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.004		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.004.08.244.0014.2.077		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- CRAS	
403 - 3.1.90.11.00.00	1852	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.522,06
404 - 3.1.90.13.00.00	1852	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.887,59
10.004.08.244.0016.2.075		FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS	
416 - 3.1.90.11.00.00	1812	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.620,94
416 - 3.1.90.11.00.00	1852	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.620,94
417 - 3.1.90.13.00.00	1852	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.196,04
		Total Suplementação:	1.023.689,15

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita		
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal - Fonte: 1512	1.845,46
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal - Fonte: 1843	1.987,37
Receita: 1.7.1.5.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA	142.947,02
Receita: 1.7.1.9.99.0.1.02	EMENDA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS	74.508,92
Receita: 1.7.1.9.99.0.1.03	Emenda individual Impositivas- Paulo Litro - Fonte: 1478	15.011,80
Receita: 1.7.2.1.53.0.1	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	9.140,12
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.06	Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde-	33.030,89
Receita: 1.7.2.9.51.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA	40.847,57
Receita: 2.4.1.9.51.0.2	Aquisição de equipamentos- Expansão da rede de atenção à Saúde. Reso	34.370,00
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.03	Convenio SEAB- Maquinas - Fonte: 1860	670.000,00
	Total da Receita:	1.023.689,15

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, Estado do PR, em 1 de Setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:677D5DAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 471/2026 - DRH

PORTARIA N. º 471/2026-DRH

SÚMULA: Reenquadra Servidora Pública Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º REENQUADRAR servidora ocupante de cargo efetivo em conformidade com a Lei Municipal Lei Nº 1.143/2011 Plano de Cargos, Carreira e Salários de Cafelândia – PCCS Art. 15,§ 2º, V e Lei Municipal Nº 1.200/2012, por conclusão de estudos de graduação.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	GRUPO	TABELA SALARIAL	NÍVEL	REF.
MIRIAN DE ALMEIDA RODRIGUES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	767321628	GEM	B	Q-I	A11

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 06 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:3957ED49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR CONTABILIDADE
LIBERAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PARANÁ
Exercício: 2026
LIBERAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
Período: 01/09/2026 a 30/09/2026
De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de CAMPINA GRANDE DO SUL recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	01/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	4.166,66
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	01/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.166,66
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	01/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.166,66
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	01/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	4.166,66
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	01/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	4.166,66
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00.00.	01/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIGILÂNCI	4.166,66
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00.	01/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIGILÂNCI	4.166,66
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	03/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	2.605,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	03/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.605,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	03/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	2.605,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	03/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	2.605,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	03/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	2.605,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00.00.	03/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIGILÂNCI	2.605,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00.	03/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIGILÂNCI	2.605,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	08/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	104.617,40
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	08/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	104.617,40
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	08/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	104.617,40
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	08/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	104.617,40
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	08/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	104.617,40
1.7.1.3.50.2.0.00.00.00.00.00.	08/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO E	104.617,40
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00.	08/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO E	104.617,40
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	4.437.410,72
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.437.410,72
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.437.410,72
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	4.437.410,72
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	4.432.480,96
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	1.458.694,03

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de CAMPINA GRANDE DO SUL recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	1.458.694,03
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS	2.973.786,93
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	2.973.786,93
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	4.929,76
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	4.929,76
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	409.558,92
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	409.558,92
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	409.558,92
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	351.185,17
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	351.185,17
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO P	351.185,17
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE	351.185,17

			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO P
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FNDE
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA
			NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00.	11/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE - PRINCIPAL
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	14/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	14/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	14/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	14/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FNDE
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00.	14/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00.	14/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE - PRINCIPAL
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	15/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	15/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	15/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00.	15/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FNAS
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00.	15/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FNAS
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00.	15/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FNAS - PRINCIPAL
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	16/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	16/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	16/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	16/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de CAMPINA GRANDE DO SUL recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00.00.00.	16/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	12.914,32
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00.	16/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM - PRINCIPAL	12.914,32
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	1.154.866,92
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.154.866,92
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.154.866,92
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	850.173,82
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	843.357,95
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	843.357,95
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	843.357,95
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	6.815,87
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	6.815,87
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FNDE	304.693,10
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	304.693,10
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00.	18/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	304.693,10
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	24/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	24.985,50
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	24/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.985,50
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	24/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	24.985,50
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	24/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	24.985,50
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	24/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	24.985,50
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00.00.00.	24/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ASSISTÊNC	24.985,50
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00.00.00.	24/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ASSISTÊNC	24.985,50
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	25/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	20.144,75
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	25/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.144,75
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	25/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	20.144,75
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00.	25/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FNAS	20.144,75
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00.	25/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FNAS	20.144,75
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00.	25/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FNAS - PRINCIPAL	20.144,75
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	137.600,99
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	137.600,99
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	137.600,99
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	131.116,99

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de CAMPINA GRANDE DO SUL recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	131.116,99
1.7.1.2.52.1.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO LEI N 7.990/89	3.350,14
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	3.350,14
			PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO LEI N 7.990/89 - PRINCIPAL	
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP	127.766,85
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP - PRINCIPAL	127.766,85
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	6.484,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	6.484,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIGILÂNCI	6.484,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00.	29/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIGILÂNCI	6.484,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	1.567.863,12
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.567.863,12
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.567.863,12
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	1.350.792,55
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	1.344.646,19
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	1.344.646,19
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	1.344.646,19
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	6.146,36
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	6.146,36
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	24.580,20
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	24.580,20
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO P	24.580,20

1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO P	24.580,20
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ED	170.952,87
1.7.1.5.52.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAR	170.952,87
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAR - PRINCIPAL	170.952,87
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	21.537,50
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 176/2020	21.537,50
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00.	30/09/2026	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 176/2020 - PRINCIPAL	21.537,50
			Total:	**8.008.535,11**

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Francielli Maschio
Código Identificador:99212DC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO 001/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº055/2026 (ATO DE PROVIMENTO – NOMEAÇÃO)

O Município de Campo do Tenente – PR, por intermédio de seu Prefeito, Weverton Willian Vizentin, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO a homologação final do resultado do concurso público do Edital nº 01/2024, para provimento de cargos do seu quadro de pessoal permanente, **TORNA PÚBLICO** o presente edital, nos seguintes termos:

1 – **DA CONVOCAÇÃO**
Convoca-se os seguintes servidores:
Cargo: Motorista

Classif	Lista	Nome
22º FF	AC	Laércio Miguel Figura Taick
24º FF	AC	Anderson Ton Karas
25º FF	AC	Ronaldo Nassif Ribas
30º FF	AC	Daniela Caroline Derbli

1.1 O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.
1.2 Caso o candidato não tenha interesse na vaga, deverá assinar o termo de desistência da vaga, que será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

2 – DOS DOCUMENTOS E DAS DECLARAÇÕES:
2.1 O convocado deverá apresentar e protocolar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Campo do Tenente – PR, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação deste Edital de convocação, os documentos abaixo elencados:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, para o sexo masculino (dispensável caso o candidato tenha 46 anos ou mais).
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Título de Eleitor;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade, com histórico escolar, exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
i) Cópia do comprovante de residência;
j) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;
n) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral;
o) Atestado médico que comprove a deficiência alegada (somente para candidatos optantes pelas vagas PCD).
p) Apresentar ao Departamento de Pessoal as declarações a seguir, devidamente assinadas e reconhecidas em cartório, conforme modelos dos Anexos 1, 2 e 3 (Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992; Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um, sob pena de desclassificação; Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
q) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
r) Carteira de Trabalho e PIS/PASEP
s) Comprovante de residência atual
t) Certidão de Casamento e CPF do cônjuge, se houver.
u) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores, se houver.
v) Dados de conta corrente na Instituição Financeira indicada pelo município.
x) Consulta à Qualificação Cadastral do e-Social.
2.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente, independentemente da assinatura do termo de desistência.

2.4 Protocolada toda a documentação, o candidato será submetido a inspeção médica, para atestar aptidão ao exercício do cargo.

3. DO EXAME MÉDICO
3.1 – Apresentados os documentos elencados no item 2, será designado o exame admissional perante a junta médica do Município de Campo do Tenente.
3.2 – De acordo com o cargo, cada candidato deverá apresentar os exames exigidos conforme o **ANEXO 4 no ato do exame admissional.**
3.3 – O exame clínico e o de acuidade visual serão realizados pelo Município, os demais deverão ser providenciados pelo convocado.
3.4 – O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.
3.5 Os candidatos com deficiência serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
3.6 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato de mesma condição, conforme a ordem de classificação.

4. DA POSSE E DO EXERCÍCIO
4.1 A posse será precedida da apresentação dos documentos (item 2) e de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal (item 3).
4.2 Estando correta a documentação solicitada no item 2, bem como sendo considerado apto pela inspeção médica, será emitida a portaria de nomeação e o candidato assinará o termo de posse.
4.3 A contar da assinatura do termo de posse o servidor terá 30 dias para entrar em exercício.

Campo do Tenente, PR, 05 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

ANEXO 1
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
CPF:	
Endereço:	
Relação de bens, direitos e valores	
Especificação	Valor (R$)
Total:	R$

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU FUNÇÕES

Nome:

CPF:

Eu, acima nominado, declaro, nos termos do art. 37, inciso XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações desta são expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.
Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.
Ser detentor do cargo/emprego de _____ , na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas semanais e remuneração de R$ _____.
Receber proventos de aposentadoria, por ter se inativado(a) no cargo, emprego e/ou função pública de _____, na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas e proventos de R$ _____.
Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante
ANEXO 3
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nome:

CPF:

Eu, acima nominado, declaro:
Não ter exercido cargo efetivo ou em comissão, ou emprego de natureza temporária (PSS), nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo efetivo ou em comissão nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo temporário federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 4

Funções	**Exames** **ADMISSIONAL**
•ADVOGADO •ARQUITETO •ASSISTENTE SOCIAL •AGENTE ADMINISTRATIVO •ANALISTA ADMINISTRATIVO •TÉCNICO DE CONTABILIDADE •AUXILIAR DE FARMÁCIA •CONTADOR •ENGENHEIRO •FISCAL GERAL •MONITOR DE ALUNO •ORIENTADOR EDUCACIONAL •TÉCNICO ADMINISTRATIVO •TÉCNICO AGRIMENSURA •TÉCNICO AMBIENTAL •TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO •TÉCNICO DE INFORMÁTICA, •TÉCNICO DE RECURSOS HUMANOS •TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO •TESOUREIRO •VIGIAS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296
•MÉDICO CLÍNICO GERAL •CIRURGIÃO DENTISTA •ENFERMEIRO •TÉCNICO ENFERMAGEM •TÉCNICO HIGIENE BUCAL •AUXILIAR DE ENFERMAGEM •AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo:• TGO: • TGP • Ureia • Creatinina: •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV:
•MOTORISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536• ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999 Exame toxicológico – PODERÁ SER DISPENSADO SE VIGENTE O CONSTANTE NA CNH
•FISIOTERAPEUTA •FARMACÊUTICA •FONOALDIOLOGA •PROFESSOR •PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA •PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL •PSICOLOGO PROFESSOR CMI •VIGILANTE SANITARIO •EDUCADOR INFANTIL	Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693
•AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV: 9999
•TÉCNICO EM RADIOLOGIA	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 • TGO: 9999 • TGP: 9999 • Ureia: 1242 • Creatinina: 0456 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Contagem de plaquetas: 9999
•MECÂNICO GERAL •GARI •SEPULTADOR	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999
•NUTRICIONISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EPF: 0974 VDRL

•OPERADOR DE MAQUINAS	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Audiometria: 0281 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536 • ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:35C95D67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 784/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.023 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
3.3.90.36.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa física	0915	2.000,00
TOTAL			**2.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), proveniente da fonte: 0915.

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.023 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0915	2.000,00
TOTAL			**2.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 05 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:52F73AD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 349/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 349/2026
PROCESSO Nº 2.482/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.xxx.xxx-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12Rxxxxxx2 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado Bombeável (C25) para atendimento ao Programa "Infra-Leite", PR, conforme quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 065/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 748.000,00** (setecentos e quarenta e oito mil reais).

3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: IMPERIO CONCRETOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 48.689.661/0001-00, com sede na ROD BR 373 KM 400, n° s/n, Barracão 1, Bairro Colônia Xaxim, CEP 85.140-000, Candói-PR, endereço eletrônico: sulbritaspedreira@hotmail.com, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. MARISTELA DE GASPERIN, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF n° 675.***.***-49, residente e domiciliado na Rodovia BR 373, Km 396, s/nº, Colônia Xaxim, CEP 85.140-000, Candói-PR, endereço eletrônico: maristeladegasperin@hotmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	Concreto Usinado Bombeável, classe de resistência C25 (fck=25 Mpa) com consistência pelo abatimento do tronco de cone ' slump test' 100 +/- 20 mm. Deverá conter agregados graúdos (brita 0 + brita 1) e agregados miúdos (areia) de acordo com a ABNT NBR 7211/2019 (Agregados para concreto) e NBR 12655/2015 (Concreto de cimento Portland — Preparo, controle, recebimento e aceitação — Procedimento). O material deve ser entregue no local da obra com serviço de bombeamento incluso. Os materiais utilizados a serem entregues deverão ser de primeira qualidade e deverão obedecer aos requisitos e padrões mínimos exigidos por órgãos fiscalizadores tais como: INMETRO e ABNT, em especiais as NBR 7212 (Execução de Concreto Dosado em Central) e NBR 12655 (Preparo, Concreto e Recebimento). Deverá também ser atendido as recomendações do DNIT em relação a dosagem do concreto para a fabricação de pisos.	IMPERIO CONCRETOS	M3	1.000,00	748,00	748.000,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária (SAP)

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão por escopo e terão vigência de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária e Financeira constante do Processo Digital nº 2.482/2026 – Despacho 4, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3860	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3940	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sra. **Maristela de Gasperin** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:C9C7FC90

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 353/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 353/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026
PROCESSO Nº 3.255/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.xxx.xxx-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12Rxxxxxx2 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital,

sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026), conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 063/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada, conforme Lei Federal n° 14.133/2021.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 11.000,90** (onze mil reais e noventa centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 48.483.406/0001-07, com sede na Rua Cambé, n° 4759, Sala, Bairro Zona II, CEP 87.502-160, Umuarama-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. RICARDO DA SILVA AMORIM, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF n° 017.***.***-92, residente e domiciliado na Rua Cambé, n° 4759, Bairro Zona II, CEP: 87.502-160, Umuarama-PR endereço eletrônico: rc.amorim.financeiro@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Un	Qtde	Preço	Preço total
4	Óleo 75w80, sintético, GL5, embalagem contendo 1 litro.	PANTHER	GEAR SYNTHETIC SAE VALOR UNIT VALOR TOTAL 75W80 API GL-5 1 LITRO	L	90,00	52,87	4.758,30
8	Óleo mineral 20w50 4T API SL, para moto, frasco contendo 1 litro	PANTHER	ADVANCE MOTO 4T SAE 20W50 API SL JASO MA2 1 LITRO	L	25,00	48,08	1.202,00
9	Pano trapo para limpeza mecânica retalho de malha costurado	ESTOVEL	MALHA DE PANO COSTURADO	KG	372,00	13,55	5.040,60

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família
2	Secretaria de Educação
3	Secretaria de Esportes e Lazer
4	Secretaria de Saúde
5	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
6	Secretaria de Viação e Serviços Públicos

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	880	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1010	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1130	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1480	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1490	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1500	06.002.12.782.0005.2019	132	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1500	06.002.12.782.0005.2019	132	3.3.90.30.01.00	Do Exercício
2026	1510	06.002.12.782.0005.2019	151	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1510	06.002.12.782.0005.2019	151	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1610	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1660	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1940	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1950	08.001.10.301.0007.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2340	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2350	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2440	08.003.10.301.0007.2030	493	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2690	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2700	08.005.10.304.0007.2035	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2810	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2960	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3040	09.003.08.122.0006.2041	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3045	09.003.08.122.0006.2041	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3230	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3240	09.003.08.245.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3330	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	3340	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3410	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3610	10.001.04.122.0003.2052	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3620	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3710	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3750	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3760	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4230	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4310	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	4350	13.002.18.541.0003.2064	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4380	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sr. **Ricardo da Silva Amorim** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:E143F56A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 267/2026

DECRETO Nº 267/2026

SÚMULA: Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3290 de 10 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 1.446.560,94 (Um Milhão, Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil, Quinhentos e Sessenta Reais e Noventa e Quatro Centavos), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
202	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	3.100,00
211	11512-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766972 C/C 28303-7	40.100,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	54.150,00
266	00478-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE U.B.S. CLINICA DA MULHER	0,04
267	00505-Royalties Tratado de Itaipú Binacional	39,62
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
326	04942-SIT N 67042- AQUISIÇÃO 426 TON. CALCÁRIO	34.877,22
	SUBTOTAL	132.266,88
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
970	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	7.000,00
1026	11509-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768603 C/C 28277-4	37.000,00
1025	11514-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA DE COMISSAO PROPOSTA 803827 C/C 28341-X	40.000,00
10.306.0004.2030	Manutenção das Atividades de Segurança Alimentar Infantil	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.100,00
1281	11512-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766972 C/C 28303-7	40.100,00
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
991	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1011	11510-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768591 C/C 28270-7	38,25
	SUBTOTAL	147.238,25
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DEPARTAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
08.244.0008.2032	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	902,56
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0009.2039	Manutenção das Atividades do CRAS - PSB	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1651	02940-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	879,99
	SUBTOTAL	1.782,55
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	

12.306.0013.2046	Manutenção das Atividades da Cozinha Central - Alimentação Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1930	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2280	00107-Salário-Educação	53,08
	SUBTOTAL	3.553,08
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	159.497,27
3100	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	51.147,09
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	950.000,00
	SUBTOTAL	1.160.644,36
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.608.0018.2061	Manutenção das Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.075,82
	SUBTOTAL	1.075,82
	TOTAL	1.446.560,94

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
211	11512-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766972 C/C 28303-7	40.100,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.150,00
	SUBTOTAL	42.250,00
05	SECRETARIA DE FAZENDA	
05.002	DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
28.843.0003.0015	Amortização de Parcelamentos da Dívida Previdenciária - Geral	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	34.877,22
	SUBTOTAL	34.877,22
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.001	DIRETORIA EXECUTIVA DE SAÚDE	
10.302.0005.2022	Contribuição com o Consórcio CISMEPAR	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
773	11510-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768591 C/C 28270-7	38,25
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	179.597,27
10.306.0004.2030	Manutenção das Atividades de Segurança Alimentar Infantil	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.075,82
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	0,04
	SUBTOTAL	195.711,38
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DEPARTAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
08.244.0008.2035	Manutenção da Cozinha Popular Comunitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	902,56
	SUBTOTAL	902,56
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.306.0013.2046	Manutenção das Atividades da Cozinha Central - Alimentação Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1940	00107-Salário-Educação	53,08
	SUBTOTAL	53,08
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3110	00505-Royalties Tratado de Itaipú Binacional	39,62
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3180	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	51.147,09
	SUBTOTAL	51.186,71
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.002	DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	
18.541.0018.2062	Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	990.500,00
	SUBTOTAL	990.500,00
	TOTAL	1.315.480,95

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	26.066,65
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	3.100,00
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00.00.00	TRANSF. DE REC. SUS - PAGAMENTO DOS A.C.S. - FONTE 1051	58.311,53
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00.00.00	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - PORT 113/2015-IGDBF	879,99
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	77.100,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	40.000,00
	TOTAL	205.458,17

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superavit Financeiro nas seguintes rubricas:

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.
Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	26.066,65
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	3.100,00
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00.00.00	TRANSF. DE REC. SUS - PAGAMENTO DOS A.C.S. - FONTE 1051	58.311,53
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00.00.00	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - PORT 113/2015-IGDBF	879,99
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	77.100,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	40.000,00
	TOTAL	205.458,17

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 01 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:979131EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1273/2026 DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS COMO RESPONSÁVEIS PELOS MÓDULOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS – ACOMPANHAMENTO MENSAL (SIM-AM), DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – TCE-PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado do Paraná, pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada organização, alimentação, conferência, validação, correção de inconsistências e encaminhamento das informações municipais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer formalmente os servidores responsáveis pelos respectivos módulos do **Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM)**, de acordo com as atribuições administrativas de cada unidade;
CONSIDERANDO que a qualidade, a consistência, a tempestividade e a fidedignidade das informações encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dependem da adequada atuação dos agentes envolvidos na geração, conferência e transmissão dos dados;
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam designados os servidores públicos municipais abaixo relacionados para atuarem como responsáveis pelos respectivos módulos do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR:

MÓDULO DO SIM-AM	SERVIDOR RESPONSÁVEL	CPF
Tabelas Cadastrais	**JOÃO HENRIQUE MOTTIM**	**092.XXX.XXX-10**
Planejamento e Orçamento	**CLEVERSON DE FREITAS**	**975.XXX.XXX-20**
Contábil	**CLEVERSON DE FREITAS**	**975.XXX.XXX-20**
Tesouraria	**GISELE RIBEIRO DE SOUZA**	**044.XXX.XXX-73**
Licitações e Contratos	**RODRIGO AUGUSTO NAVARETE**	**064.XXX.XXX-70**
Patrimônio	**MATHEUS HENRIQUE LACERDA DA SILVA**	**056.XXX.XXX-78**
Controle Interno Frotas	**MATHEUS HENRIQUE LACERDA DA SILVA**	**056.XXX.XXX-78**
Folha de Pagamento	**ANDRÉ LUIZ GUSTAVO ANDOLFATO**	**007.XXX.XXX-12**
Tributário	**VINICIO OBLADEN**	**943.XXX.XXX-68**
Obras Públicas	**JOÃO ROBERTO LINS**	**093.XXX.XXX-02**

Parágrafo único. A designação prevista neste artigo não afasta a responsabilidade dos demais agentes públicos que participem da elaboração, geração, conferência, validação, aprovação ou fornecimento das informações que compõem os dados encaminhados por meio dos respectivos módulos.
Art. 2º - Compete aos servidores designados, no âmbito dos respectivos módulos e de acordo com suas atribuições funcionais:

I – Providenciar a alimentação e atualização das informações no sistema correspondente;
II – Acompanhar a consistência e a integridade dos dados inseridos;
III – Realizar, quando cabível, a conferência e validação das informações antes de seu encaminhamento;
IV – Acompanhar eventuais apontamentos, inconsistências ou pendências identificadas no sistema;
V – Providenciar, dentro de sua esfera de competência, as correções necessárias;
VI – Observar os prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná para alimentação, fechamento, correção e encaminhamento das informações;
VII – Manter, quando aplicável, os documentos e registros que fundamentem as informações prestadas, de forma organizada e disponível para eventual verificação pelos órgãos competentes.

Art. 3º - A responsabilidade pela fidedignidade, exatidão, consistência e tempestividade das informações encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná será atribuída aos agentes públicos responsáveis pela geração, elaboração, conferência, validação e transmissão dos dados, cada qual no limite de suas respectivas atribuições e competências funcionais.

Parágrafo único. A designação de que trata esta Portaria não implica transferência de responsabilidade administrativa, técnica ou legal de outros servidores, gestores ou unidades que tenham participação na produção, conferência, validação ou disponibilização das informações.

Art. 4º - Os servidores designados deverão comunicar ao superior hierárquico e, quando necessário, ao setor responsável pelo acompanhamento do SIM-AM, qualquer impossibilidade, inconsistência, impedimento técnico ou circunstância que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou a qualidade das informações a serem encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 5º - Os servidores designados nesta Portaria deverão assegurar o adequado acompanhamento e alimentação dos respectivos módulos do SIM-AM relativamente às informações produzidas durante o exercício financeiro de 2026, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º - As Secretarias, Departamentos e demais unidades administrativas do Município deverão fornecer, dentro de suas respectivas competências, as informações e documentos necessários à adequada alimentação, conferência e validação dos módulos do SIM-AM.

Art. 7º - A Controladoria-Geral Municipal poderá acompanhar, orientar e, no âmbito de suas atribuições, requisitar informações acerca do cumprimento das obrigações relacionadas ao SIM-AM, sem prejuízo das competências dos demais órgãos e unidades administrativas responsáveis pela produção e encaminhamento dos dados.

Art. 8º - O eventual descumprimento injustificado das atribuições estabelecidas nesta Portaria poderá ensejar a adoção das providências administrativas cabíveis, observado o devido processo legal e a legislação aplicável.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:D48DEC02

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
EDITAL 16/2026 DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE CRIANÇAS QUE PERMANECEM AGUARDANDO VAGA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE, CONFORME CADASTROS REALIZADOS JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO DE 2026.

Edital 16/2026

Dispõe sobre a publicação da relação de crianças que permanecem aguardando vaga em instituições de Educação Infantil – Creche, conforme cadastros realizados junto à Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2026.

A **Secretaria Municipal de Educação de Cerro Azul**, representada pela Senhora **Adriana Chaves da Silva**, no uso de suas atribuições legais,
TORNA PÚBLICO:

Art. 1º – A relação das crianças que permanecem aguardando vaga em instituições de Educação Infantil – Creche, conforme os cadastros realizados junto à Secretaria Municipal de Educação, para o mês de outubro de 2026, conforme relação constante no anexo deste Edital.

Art. 2º – O presente Edital **não implica convocação, concessão ou atendimento de vaga**, permanecendo as crianças relacionadas na condição de **aguardando vaga**, até que haja disponibilidade e posterior publicação de novo edital de convocação ou atendimento.

Art. 3º – A classificação constante no anexo deste Edital permanecerá vigente até a publicação de novo edital que venha a atualizá-la ou substituí-la.

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Secretaria Municipal de Educação de Cerro Azul, **06 de outubro de 2026**.

PUBLIQUE-SE

ADRIANA CHAVES DA SILVA
Decreto nº 266/2026
Secretária Municipal de Educação
Cerro Azul-Pr

ANEXO I
INFANTIL I

	MÃE	CRIANÇA	CMEI	RESULTADO
1	Vaniele da Apª M. Carvalho	R. M. P	Lista de espera	37 pontos
2	Alice Vitória P. De Jesus	W.H.N	Lista de espera	37 pontos
3	Stefani do Nascimento Brandt	M. B. R.	Lista de espera	25 pontos
4	Letícia Lourenço Aleluia	A.S. L. S.	Lista de espera	24 pontos
5	Eliane da Apª Desplanches	M.S.D.	Lista de espera	24 pontos
6	Maiara Lima de Freitas	G. F	Lista de espera	24 pontos
7	Maira Priscila Lagrange	M. J. L. C.	Lista de espera	24 pontos

8	Ramene Aparecida da Silva	A.M.C.S	Lista de espera	24 pontos
9	Cibele Apª Platner Silva	J.F.S.R.	Lista de espera	24 pontos
10	Rosenilda Veloso de Suss	E. G. S. O.	Lista de espera	24 pontos
11	Laryssa Cristina Meri Faria	R. G. B. F.	Lista de espera	24 pontos
12	Kemeli Vitória Borges da Silva	B. B. M.	Lista de espera	24 pontos
13	Aline dos Santos Board	L. B. O.	Lista de espera	12 pontos
14	Vanessa Camargo de O. Depetris	E.C.O.D	Lista de espera	12 pontos
15	Vanessa Enhorrania de Lima	M.L.L.S	Lista de espera	12 pontos
16	Thais Santos Machado	A.A.S.C.	Lista de espera	12 pontos
17	Larissa Muller dos Reis	L. M. L	Lista de espera	12 pontos
18	Taynara Cristina Apª Bonfim	R.M.T	Lista de espera	12 pontos
19	Josiele da Apª C. de Mattos	A.C. M	Lista de espera	12 pontos
20	Cristiana da Apª de Paula Ribas	F. S. A	Lista de espera	10 pontos
21	Emanuelly Mattos Fagundes	M. L. F. N	Lista de espera	10 pontos
22	Karen Whunny Ricci Cordeiro	L. A. R. C. B. V. D. O.	Lista de espera	8 pontos
23	Arieli Pinheiro da Silva	G.P.P.	Lista de espera	8 pontos
24	Gabriela F. G. Feitosa Lima	L.G.F	Lista de espera	8 pontos
25	Marcele Pereira da Silva	J.A.M	Lista de espera	8 pontos

INFANTIL II

	MÃE	CRIANÇA	CMEI	RESULTADO
•	Thifany Gabrielle da S. R. França	A.H. S. F.	Lista de espera	10 pontos
•	Arieli Pinheiro Silva	M. P. P	Lista de espera	8 pontos

INFANTIL III

	MÃE	NOME	CMEI	RESULTADO
1	Cristiane dos Santos	K. S. S. G.	Lista de espera	37 pontos
2	Paola Nascimento dos Santos	L. L. T. S.	Lista de espera	37 pontos
3	Helen Apª dos Santos	A.C. P. S	Lista de espera	37 pontos
4	Letícia Tavares	W. H. S. T	Lista de espera	25 pontos
5	Claudete de Oliveira	H. O. M	Lista de espera	24 pontos
6	Soliana Apª de Souza	B. C. S	Lista de espera	24 pontos
7	Letícia dos Santos Ribas	M.C.A.S.	Lista de espera	23 pontos
8	Larissa Silva G. dos Santos	J.M.L.S	Lista de espera	12 pontos
9	Thalyta Tome Falkemback	H.F.M.	Lista de espera	12 pontos
10	Luciele Paiano dos Santos	J.L.S.G.	Lista de espera	12 pontos
11	Giselle de Menezes Rohr Coimbra	D.R.C	Lista de espera	8 pontos

Publicado por:
Angela Maria Hilman
Código Identificador:61197FD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N.359/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
C.N.P.J.: 76.105.626/0001-24
Município: CERRO AZUL
DECRETO Nº 359/2026, de 23 de Setembro de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CERRO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CERRO AZUL e autorização contida na Lei Municipal nº 61/2025, de 18 de Novembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.871.047,40, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
09.001.10.301.160.2011-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$180.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	180.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
11.001.12.361.190.2044-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$288.000,00
00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 FUNDEB 60%	288.000,00
03.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
03.001 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
03.001.2.62.20.2005-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$180.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	180.000,00
04.000 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
04.001 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	
04.001.4.124.30.2073-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$60.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	60.000,00
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.001 - DEPARTAMENTO FINANCEIRO	
06.001.4.123.40.2009-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$190.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	190.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
11.001.12.361.190.2044-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$100.000,00

00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 FUNDEB 60%	100.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.001 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
13.001.15.452.260.2007-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$10.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	10.000,00
07.000 - SECRETARIA DE PROJETOS	
07.001 - DEPARTAMENTO DE PROJETOS	
07.001.4.121.40.2062-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$24.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	24.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
09.001.10.301.160.2016-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$40.000,00
00494/00494.09.02.06.20.2.600.0000 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.4.122.40.2006-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$25.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	25.000,00
10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001 - DEPARTAMENTO DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
10.001.8.122.40.2019-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$20.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	20.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
09.001.10.301.160.2011-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R$90.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	90.000,00
03.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
03.001 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
03.001.2.62.20.2005-3.1.91.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$14.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	14.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.002 - DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
09.002.10.302.160.2063-3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	R$50.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	50.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.4.122.40.2006-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E	R$5.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	5.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.004 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.004.13.392.230.2058-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$9.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	9.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.001 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
13.001.15.452.260.2007-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$30.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	30.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
13.002.18.541.270.2061-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	10.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT	
12.001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
12.001.20.606.300.2056-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$30.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	30.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
11.001.12.361.190.2043-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$50.000,00
00107/00107.99.01.00.00.2.550.0000 (SF) - Salário Educação	50.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
09.001.10.301.160.2011-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$70.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	70.000,00
08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO	
08.001 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	
08.001.26.782.320.2079-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$242.000,00
00504/00504.99.99.00.00.2.704.0000 (SF) - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	242.000,00
02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001 - DEPARTAMENTO DE GOVERNO, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇ	
02.001.6.182.30.2003-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$54.047,40
01071/01071.09.99.06.18.1.759.0000 Recursos Defesa Civil	54.047,40
03.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
03.001 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
03.001.28.846.0.0001-3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R$40.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	40.000,00
02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001 - DEPARTAMENTO DE GOVERNO, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇ	
02.001.4.122.30.2002-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$60.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$10.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	10.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$14.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	14.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$24.000,00

00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	24.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$40.000,00
00494/00494.09.02.06.20.2.600.0000 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$180.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	180.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$60.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	60.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$25.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	25.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$190.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	190.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$20.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	20.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$180.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	180.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$90.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	90.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$10.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	10.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$30.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	30.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$50.000,00
00107/00107.99.01.00.00.2.550.0000 (SF) - Salário Educação	50.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$70.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários	70.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$242.000,00
00507/00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	242.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$54.047,40
01071/01071.09.99.06.18.1.759.0000 Recursos Defesa Civil	54.047,40
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
11.001.12.361.190.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$288.000,00
00102/00102.02.01.00.00.1.540.0000 FUNDEB 40%	288.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
11.001.12.361.190.2044-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$100.000,00
00102/00102.02.01.00.00.1.540.0000 FUNDEB 40%	100.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.4.122.40.2006-3.3.20.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES	R$5.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	5.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
09.001.10.301.160.2017-3.3.72.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$50.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	50.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.001 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
13.001.15.452.260.2007-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	R$10.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	10.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.004 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.004.13.392.230.2058-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$2.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	2.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.001 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
13.001.15.452.260.2007-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	R$10.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	10.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
13.002.18.541.270.2061-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	R$10.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	10.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.004 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.004.13.392.230.2058-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	R$3.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	3.000,00
11.004.13.392.230.2058-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$4.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	4.000,00
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.003 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
06.003.99.999.999.9001-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$40.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	40.000,00
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.003 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
06.003.99.999.999.9001-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$60.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários	60.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 23 de Setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
..159-**
Prefeito

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:0472C85D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 83, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

"Autoriza o Executivo Municipal a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 159.696,16 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos)."

Helder Luiz Lazarotto, Prefeito do Município de Colombo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64, na Lei Municipal nº1.882/2025 decreta,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, crédito adicional suplementar no valor de R$ 159.696,16 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), como segue:

SUPLEMENTAÇÃO		
07	**OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
01	**OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
04.122.0004.2011	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE OUVIDORIA MUNICIPAL	
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa física	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.700,00
16	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
03	**DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE**	
10.301.0018.2062	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	
0.1.352	Emendas Individuais Impositivas - Investimento/Saúde	12.700,00
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	
0.2.352	Emendas Individuais Impositivas - Investimento/Saúde – Exercício Anterior	92.896,16
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
02	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08.122.0016.2.080	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa física	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	400,00
21	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO**	
01	**DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA**	
22.661.0028.2.111	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A INDUSTRIA NO MUNICÍPIO	
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
02	**DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**	
23.691.0028.2.121	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO E SERVIÇOS	
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
26	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E ORDEM PÚBLICA**	
02	**SUPERINTENDÊNCIA DA ORDEM PÚBLICA**	
06.182.0013.2.175	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	**159.696,16**

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, serão utilizados recursos de conformidade com as disposições da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 43, § 1º item I – o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior no valor de R$ 92.896,16 (noventa e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos) e item II – os provenientes de excesso de arrecadação no valor de R$ 66.800,00 (sessenta e seis mil e oitocentos reais).
Art. 3º. Ficam compatibilizados a partir desta abertura de crédito adicional suplementar, os demais instrumentos de planejamento orçamentário correspondentes.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo
Em, 06 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:E3530F8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 005/2026 - RESULTADO DEFINITIVO E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS PÚBLICAS DE ENSINO - GESTÃO 2027-2030

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 005/2026
RESULTADO DEFINITIVO E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR(A) DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS PÚBLICAS DE ENSINO
GESTÃO 2027–2030

A Comissão Avaliadora do Processo de Escolha de Diretor(a) das Instituições Municipais Públicas de Ensino de Coronel Vivida – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e pelo Edital nº 001/2026, de 1º de setembro de 2026, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, com as alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 3.505, de 27 de agosto de 2025, e nº 3.650, de 26 de agosto de 2026,

CONSIDERANDO a publicação do Edital nº 004/2026, que tornou público o Resultado Preliminar da Análise das Inscrições dos candidatos ao Processo de Escolha de Diretor(a) das Instituições Municipais Públicas de Ensino de Coronel Vivida – PR;

CONSIDERANDO que o período destinado à interposição e análise de recursos relativos ao deferimento ou indeferimento das inscrições compreendeu os dias 2 a 6 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO que, transcorrido o prazo estabelecido, não houve interposição de recursos contra o resultado preliminar;

CONSIDERANDO que o Edital nº 004/2026 estabeleceu a divulgação do resultado definitivo após o encerramento do período recursal e a homologação das inscrições para o dia 7 de outubro de 2026;

TORNA PÚBLICO o RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES, A HOMOLOGAÇÃO DAS CANDIDATURAS ELEGÍVEIS E O CRONOGRAMA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO, referentes ao Processo de Escolha de Diretor(a) das Instituições Municipais Públicas de Ensino de Coronel Vivida – PR, para a Gestão 2027–2030, nos seguintes termos:

1. DO RESULTADO DEFINITIVO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1. Em razão da inexistência de recursos interpostos no prazo estabelecido, fica mantido o resultado das inscrições deferidas constante do Edital nº 004/2026.

1.2. Ficam, portanto, DEFINITIVAMENTE DEFERIDAS E HOMOLOGADAS as inscrições das seguintes candidatas, consideradas ELEGÍVEIS PARA PROSSEGUIR NAS DEMAIS ETAPAS DO PROCESSO:

CANDIDATA	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	SITUAÇÃO
Angelita da Silva Tomalak	Escola Municipal São Cristóvão	ELEGÍVEL
Claudiele Althaus	Escola Municipal Rural Santa Lúcia	ELEGÍVEL
Daiane Fischer de Lima	Escola Municipal Juventino Rufatto	ELEGÍVEL
Deise Raquel Hanzen	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Emma Boing Hort	ELEGÍVEL
Ioleane Paula Galvão Librelato	Escola Municipal Sete de Setembro	ELEGÍVEL
Janete Aparecida Vieira Iaguczeski	Centro Municipal de Educação Infantil Arco-Íris	ELEGÍVEL
Janes Piva	Escola Municipal São Cristóvão	ELEGÍVEL
Larissa de Carvalho Lasta	Escola Municipal Rural Maria da Luz	ELEGÍVEL
Liliane Renata Rakowski	Centro Municipal de Educação Infantil Primavera	ELEGÍVEL
Marilde Lodi Manica	Escola Municipal Tiradentes	ELEGÍVEL
Nilse Maria Polis	Escola Municipal Vista Alegre	ELEGÍVEL
Patrícia de Oliveira Dalmaso	Centro Municipal de Educação Infantil Vó Erna	ELEGÍVEL
Poliane Fagundes dos Santos	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Emma Boing Hort	ELEGÍVEL
Scheila Cristina Couto Schwarz	Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela	ELEGÍVEL
Tatiani Marinho de Mello	Escola Municipal Prefeito Paulino Stedile	ELEGÍVEL

2. DA INSCRIÇÃO INDEFERIDA

2.1. Permanece INDEFERIDA a inscrição da candidata Celoi Galvan Debacker, da Escola Municipal Doutor Ulisses Guimarães, tendo em vista a ausência de interposição de recurso no prazo estabelecido, tornando-se definitiva a decisão publicada no Edital nº 004/2026.

2.2. O indeferimento decorreu da não apresentação da autenticação do documento de identidade (RG) e CPF, conforme exigência prevista na alínea "b" do item 3.1 do Edital nº 001/2026.

3. DO CRONOGRAMA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

3.1. As candidatas com inscrições definitivamente deferidas e homologadas deverão realizar a apresentação do Plano de Gestão no dia 22 de outubro de 2026, no Centro Cultural Professor Benedito Rakowski, observados os horários definidos mediante sorteio e constantes do cronograma abaixo.

3.2. A ordem e os respectivos horários das apresentações serão definidos mediante sorteio realizado pela Comissão Avaliadora, assegurando-se publicidade e transparência ao procedimento.

CANDIDATA	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	HORÁRIO
Angelita da Silva Tomalak	Escola Municipal São Cristóvão	8:00
Daiane Fischer de Lima	Escola Municipal Juventino Rufatto	8:30
Tatiani Marinho de Mello	Escola Municipal Prefeito Paulino Stedile	9:00
Claudiele Althaus	Escola Municipal Rural Santa Lúcia	9:30
Janes Piva	Escola Municipal São Cristóvão	10:00
Scheila Cristina Couto Schwarz	Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela	10:30
Liliane Renata Rakowski	Centro Municipal de Educação Infantil Primavera	11:00
Janete Aparecida Vieira Iaguczeski	Centro Municipal de Educação Infantil Arco-Íris	11:30
Nilse Maria Polis	Escola Municipal Vista Alegre	13:00
Patrícia de Oliveira Dalmaso	Centro Municipal de Educação Infantil Vó Erna	13:30
Larissa de Carvalho Lasta	Escola Municipal Rural Maria da Luz	14:00
Marilde Lodi Manica	Escola Municipal Tiradentes	14:30
Deise Raquel Hanzen	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Emma Boing Hort	15:00

Poliane Fagundes dos Santos	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Emma Boing Hort	15:30
Ioleane Paula Galvão Librelato	Escola Municipal Sete de Setembro	16:00

3.3. As candidatas deverão observar rigorosamente o horário definido por sorteio e as demais orientações estabelecidas no Edital nº 001/2026 e nos atos do Processo de Escolha de Diretor(a).

4. DO PROSSEGUIMENTO NO PROCESSO

4.1. As candidatas relacionadas no item 1.2 deste Edital encontram-se com suas inscrições definitivamente deferidas e homologadas, estando aptas a prosseguir nas etapas subsequentes do Processo de Escolha de Diretor(a), observadas as condições e exigências previstas no Edital nº 001/2026 e demais atos regulamentadores.

4.2. A homologação da inscrição não dispensa a candidata do cumprimento das obrigações, prazos e demais requisitos previstos para as etapas subsequentes do processo.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente Edital consolida o resultado definitivo da etapa de análise das inscrições e encerra a fase recursal relativa ao deferimento e indeferimento das candidaturas.

5.2. As candidatas deverão acompanhar as publicações, comunicados e demais atos referentes às próximas etapas do Processo de Escolha de Diretor(a).

5.3. Os casos omissos serão apreciados pela instância competente, nos termos da legislação municipal vigente e do Edital nº 001/2026.

5.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Vivida – PR, 7 de outubro de 2026.

GRASIELI CERBATTO
Comissão Avaliadora
Processo de Escolha de Diretor(a) Escolar – Gestão 2027–2030

VANESSA SCHUASTZ
Comissão Avaliadora
Processo de Escolha de Diretor(a) Escolar – Gestão 2027–2030

VANESSA MARIA PALIOSA STANGARLIN
Comissão Avaliadora
Processo de Escolha de Diretor(a) Escolar – Gestão 2027–2030

JESSICA SCOLARI ASSONI
Comissão Avaliadora
Processo de Escolha de Diretor(a) Escolar – Gestão 2027–2030

GLEIDE REGIANE MARTINI
Comissão Avaliadora
Processo de Escolha de Diretor(a) Escolar – Gestão 2027–2030

THAIS GABRIELY DE OLIVEIRA
Comissão Avaliadora
Processo de Escolha de Diretor(a) Escolar – Gestão 2027–2030

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:2717605D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO CONTRATUAL CHP 43/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e os senhores (as) abaixo qualificados. Processo Licitatório sob nº 120/2026; Dispensa por Chamada Pública sob nº. 43/2026; Objeto: A aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para Programa Nacional da Alimentação Escolar do Município, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Diamante D'Oeste/PR; Contrato sob nº 265/2026; com vigência de 12 meses, ou seja, até 05-10-2027; devendo os produtos ser entregues conforme a solicitação do responsável.

Contratados	Produtos	Valor Global R$
"ASSOCIAÇÃO DIAMANTENSE DA AGRICULTURA FAMILIAR - CNPJ Nº 08.043.466/0001-86".	abacate, abóbora cabotiá picada, abobrinha verde, acelga, alface, alho in natura, banana caturra/nanica, banana prata/maça, batata doce, berinjela, beterraba, bolacha caseira, bolo simples, bolo de cacau de banana ou de maça sem açúcar, brócolis, calça virada (doce e salgada), caqui, cebola, cebolinha verde, cenoura, chuchu, colorau, couve-flor, couve manteiga, cuca caseira sem recheio, doce de leite cremoso, doce em pasta de frutas, feijão preto ou em cores, fruta congelada abacaxi, fruta congelada acerola, fruta congelada manga, fruta congelada melão, fruta congelada morango, geleia de fruta (sem açúcar), goiaba, inhame, iogurte frasco (natural e/ou sabores), iogurte pacote (natural e/ou sabores), iogurte sem lactose, jabuticaba, lanche assado (pastel, kibe ou esfiha), laranja, leite pasteurizado, macarrão caseiro nutritivo, mamão, mandioca, manga, manteiga, mel, melancia, melão, milho verde, mini pizza (bacon, calabresa, frango, quatro queijos), morango, nata, ovo, pão caseiro, pão caseiro de fubá, pão de queijo, pepino, pimentão (amarelo, verde, vermelho), pitaya, poncã/tangerina/bergamota, queijo minas frescal, quiabo, rabanete, repolho, requeijão, sal temperado, salsinha, sanduiche (natural, presunto e queijo ou patê), tomate, torta salgada, vagem.	437.195,54
"ALÁDIA KOZAK - CPF Nº 989.675.849-20".	abacate, abóbora cabotiá picada, abobrinha verde, banana caturra/nanica, banana prata/maça, doces em pasta de frutas, fruta congelada acerola, fruta congelada manga, mandioca, manga, melancia, milho verde.	7.162,25
"ANDRÉIA BERNARDO DOS SANTOS - CPF: 088.441.569-46".	Abacate, abobrinha verde, beterraba, cebolinha verde, cenoura, couve manteiga, laranja, poncã/tangerina/bergamota, rabanete.	2.66,45
"EDERSON BERNARDO DOS SANTOS – CPF: 011.269.439-08".	Abacate, abóbora cabotiá picada, abobrinha verde, banana caturra/nanica, banana prata/maça, doce em pasta de frutas, fruta congelada acerola, fruta congelada manga, mandioca, manga, melancia, milho verde.	7.162,28

"JAQUELINE JECHAUKA MIRI CHAMORRO - CPF: 074.340.459-90".	abacate, abobrinha verde, acelga, alface, banana caturra/nanica, banana prata/maça, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, caqui, cebolinha verde, cenoura, chuchu, couve manteiga, jabuticaba, mamão, manteiga, melancia, melão, milho verde, pepino, pimentão (verde, vermelho ou amarelo), quiabo, repolho, salsinha.	13.386,78
"DIONILSON RICCI - CPF: 706.900.309-91".	beterraba, cenoura, ovo, pepino, repolho.	2.154,80
"MAIKEL GRETSCHMANN HENDGES - CPF: 102.360.219-90".	Feijão (preto ou em cores), mandioca, milho verde.	3.843,33
"MARIA APARECIDA PAULETTO FERREIRA TONIN - CPF: 012.069.599-59".	Abobrinha verde, alface, cebolinha verde, cenoura, chuchu, jabuticaba, mamão, morango, pepino, pimentão (verde, vermelho ou amarelo), repolho, salsinha.	5.816,34
"MARIA CRISTINA DAWIES GOLIN - CPF: 028.500.099-38".	Bolacha caseira, bolo simples, calça virada (doce e salgada), cuca caseira sem recheio, lanche assado (pastel, kibe ou esfiha), mini pizza, pão caseiro de fubá, pão de queijo, sanduíche (natural, presunto e queijo e/ou patê), torta salgada.	36.273,40
"VALMOR JOSÉ DIETRICH – CPF: 661.934.869-68.	Banana caturra/nanica, banana prata/maça, mamão, manga, ovo.	4.874,64

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:E74B1B39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
METAS_FISICAS_E_FISCAIS_DA_DESPESA_LDO_POR_ACOES

Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, S/N - Centro - 85.408-000 - Diamante do Sul/ PR			**Usuário:**Rose Campanholi	
CNPJ: 95.595.120/0001-95 Fone: (45)3230-1297 https://diamantedosul.pr.gov.br/			**Chave de autenticação:**1993-2689-483	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.48 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE OBRAS				
Objetivo: CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE OBRAS				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			1.082.000,00
			Total:	**1.082.000,00**
Ação: 1.74 PROGRAMA ASFALTO NOVO, VIDA NOVA				
Objetivo: PROGRAMA ASFALTO NOVO, VIDA NOVA				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
			Total:	**0,00**
Ação: 1.75 PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES				
Objetivo: PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
			Total:	**0,00**
Ação: 1.76 PROGRAMA ESTRADA BOA (VILA UNIÃO)				

Objetivo: PROGRAMA ESTRADA BOA (VILA UNIÃO)

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS

Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação			
			Total:	**0,00**

Ação: 1.77 PROGRAMA ESTRADA BOA (ALTO PINHALITO E ALTO CASCUDO)

Objetivo: PROGRAMA ESTRADA BOA (ALTO PINHALITO E ALTO CASCUDO)

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS

Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação			
			Total:	**0,00**

Ação: 1.78 PROGRAMA ESTRADA BOA (Pinhalito/Pinhalzinho)

Objetivo: PROGRAMA ESTRADA BOA (Pinhalito/Pinhalzinho)

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS

Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação			
			Total:	**0,00**

Ação: 1.79 CONSÓRCIO CIDELPARNA

Objetivo: CONSÓRCIO CIDELPARNA

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Classificação Funcional

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Classificação Programática

Programa: 2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS

Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES QUE GARANTAM A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TRANSPORTE VIÁRIO DO MUNICIPIO GARANTINDO DESTE MODO O ESCOAMENTO DA POPULAÇÃO AGRICOLA.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação			
			Total:	**0,00**

Ação: 2.1 ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL

Objetivo: Realizar sessões legislativas para apreciação de projetos de lei e de resolução, propostas de emendas à Lei Orgânica, requerimentos ao Executivo municipal e a autoridades constituídas, com pedidos de informações e outros assuntos, indicações e recursos, com vistas a atender o interesse público e reivindicações da população; fixar os subsídios dos agentes políticos; Gerir as funções administrativa, legislativa, fiscalizadora e assessora; dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos a Câmara unicipal, para atendimento das suas competências e decisões; prestar homenagens e comemorar eventos históricos; realizar audiências públicas; fiscalizar os atos do Executivo municipal; constituir comissões especiais; referendar atos do Executivo acerca de convênios, contratos, consórcios e outras obrigações gravosas assumidas; julgar as contas anuais do Executivo, após a emissão do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado; conceder licenças e afastamento ao prefeito e vereadores; apreciar relatório sobre a execução de planos de governo; atender com a previdência social, servidores não-efetivos da Câmara Municipal e satisfazer a legislação relativa aos servidores públicos municipais; instituir e manter a escola do legislativo; adquirir mobiliário, equipamentos de informática, softwares para informática e sua manutenção; implantação de novas ferramentas de divulgação via internet (portal modelo); aquisição de materiais de consumo e prestação de serviços para manutenção da Câmara Municipal; aquisição de veículos; aquisição de livros, assinaturas de periódicos, assinaturas de jornais; manutenção e conservação da Câmara Municipal; realizar concursos públicos.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Câmara Municipal de Vereadores de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul				
Classificação Funcional				
Função: 1 - Legislativa				
Subfunção: 31 - Ação Legislativa				
Classificação Programática				
Programa: 101 - GESTÃO LEGISLATIVA				
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO, EM CONSONÂNCIA COM OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS E DISPOSIÇÕES EXPRESSAS NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OFERECENDO PLENAS CONDIÇÕES AOS VEREADORES NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES; LEGISLAR SOBRE TODOS OS ASSUNT				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			1.514.800,00
			Total:	**1.514.800,00**
Ação: 2.2 MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO				
Objetivo: MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE				
Objetivo: DAR SUPORTE ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALISTICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			661.102,00
			Total:	**661.102,00**
Ação: 2.3 MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA				
Objetivo: MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 2002 - ASSESSORIA TÉCNICA-JURIDICA				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE				
Objetivo: DAR SUPORTE ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALISTICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			151.480,00
			Total:	**151.480,00**

Ação: 2.4 MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO				
Objetivo: MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE				
Objetivo: DAR SUPORTE ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALISTICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			102.790,00
			Total:	**102.790,00**
Ação: 2.5 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				

Programa: 402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE				
Objetivo: DAR SUPORTE ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALISTICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			2.581.540,00
			Total:	**2.581.540,00**
Ação: 2.6 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 3003 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE				
Objetivo: DAR SUPORTE ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALISTICOS DO GOVERNO MUNICIPAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			63.838,00
			Total:	**63.838,00**
Ação: 2.7 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS				
Objetivo: MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 4001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA				
Objetivo: EFETIVAR A GESTÃO DOS RECURSOS DO MUNICPIO, COMPREENDENDO O CONTROLE E A APLICAÇÃO DE TAIS RECURSOS E ZELAR PELA CORRETA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS BEM COMO PELO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			129.840,00
			Total:	**129.840,00**
Ação: 2.8 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA				
Objetivo: EFETIVAR A GESTÃO DOS RECURSOS DO MUNICPIO, COMPREENDENDO O CONTROLE E A APLICAÇÃO DE TAIS RECURSOS E ZELAR PELA CORRETA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS BEM COMO PELO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			381.946,00
			Total:	**381.946,00**
Ação: 2.9 MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 4003 - DEPTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA				
Objetivo: EFETIVAR A GESTÃO DOS RECURSOS DO MUNICPIO, COMPREENDENDO O CONTROLE E A APLICAÇÃO DE TAIS RECURSOS E ZELAR PELA CORRETA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS BEM COMO PELO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			126.594,00
			Total:	**126.594,00**
Ação: 2.10 GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO				

Objetivo: GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 5001 - GABINETE SEC. AGRICULTURA , MEIO AMBIENTE E TURISMO				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 606 - Extensão Rural				
Classificação Programática				
Programa: 2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS				
Objetivo: OFERECER CONDIÇÕES PARA O PRODUTOR RURAL OBJETIVANDO A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E O AUMENTO DA SUA PRODUTIVIDADE E DA RENDA, MELHORANDO SUA CONDIÇÃO DE VIDA BUSCANDO A DIMINUIÇÃO DO EXODO RURAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			116.800,20
			Total:	**116.800,20**
Ação: 2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP				
Objetivo: PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 606 - Extensão Rural				
Classificação Programática				
Programa: 2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS				
Objetivo: OFERECER CONDIÇÕES PARA O PRODUTOR RURAL OBJETIVANDO A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E O AUMENTO DA SUA PRODUTIVIDADE E DA RENDA, MELHORANDO SUA CONDIÇÃO DE VIDA BUSCANDO A DIMINUIÇÃO DO EXODO RURAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			378.700,00
			Total:	**378.700,00**
Ação: 2.12 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 606 - Extensão Rural				
Classificação Programática				
Programa: 2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS				
Objetivo: OFERECER CONDIÇÕES PARA O PRODUTOR RURAL OBJETIVANDO A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E O AUMENTO DA SUA PRODUTIVIDADE E DA RENDA, MELHORANDO SUA CONDIÇÃO DE VIDA BUSCANDO A DIMINUIÇÃO DO EXODO RURAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			2.033.371,42
			Total:	**2.033.371,42**
Ação: 2.13 PROGRAMA APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR				
Objetivo: PROGRAMA APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 606 - Extensão Rural				
Classificação Programática				
Programa: 2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS				
Objetivo: OFERECER CONDIÇÕES PARA O PRODUTOR RURAL OBJETIVANDO A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E O AUMENTO DA SUA PRODUTIVIDADE E DA RENDA, MELHORANDO SUA CONDIÇÃO DE VIDA BUSCANDO A DIMINUIÇÃO DO EXODO RURAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			432.800,00
			Total:	**432.800,00**

Ação: 2.14 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Objetivo: GAB SEC EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Classificação Funcional
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			108.200,00
	Total:			**108.200,00**
Ação: 2.15 MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo: MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			86.560,00
	Total:			**86.560,00**
Ação: 2.16 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL				
Objetivo: MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			70.330,00
	Total:			**70.330,00**
Ação: 2.17 MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR- RECURSOS FEDERAIS				
Objetivo: MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR- RECURSOS FEDERAIS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			81.150,00
	Total:			**81.150,00**
Ação: 2.18 MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO				
Objetivo: MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	

			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			205.580,00
	Total:			**205.580,00**
Ação: 2.19 MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo: MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			2.953.860,00
	Total:			**2.953.860,00**
Ação: 2.20 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PROPRIOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PROPRIOS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			987.866,00
	Total:			**987.866,00**
Ação: 2.21 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			543.000,00
	Total:			**543.000,00**
Ação: 2.22 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			303.960,00

	Total:	**303.960,00**

Ação: 2.23 MANUTENÇÃO FUNDEB 30%
Objetivo: MANUTENÇÃO FUNDEB 30%
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Classificação Programática
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-	59.510,00
	Total:	**59.510,00**

LDO 2027
Ação: 2.24 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL
Objetivo: MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Classificação Programática
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-	194.760,00
	Total:	**194.760,00**

LDO 2027
Ação: 2.25 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Classificação Programática
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-	270.500,00
	Total:	**270.500,00**

LDO 2027
Ação: 2.26 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DE ENSINO
Objetivo: AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DE ENSINO
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Classificação Programática
Programa: 1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSPORTE, MERENDA ESCOLAR E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ATUANDO NO APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SUPRIMENTO E SUPLÊNCIA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-	108.200,00
	Total:	**108.200,00**

LDO 2027
Ação: 2.27 MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ ESCOLA)
Objetivo: MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ ESCOLA)

Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO				
Objetivo: REALIZAÇÃO DE AÇÕES OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA FAIXA ETÁRIA DE NO MAXIMO 6 ANOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			32.460,00
			Total:	**32.460,00**
LDO 2027				
Ação: 2.28 MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ ESCOLA)				
Objetivo: MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ ESCOLA)				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO				
Objetivo: REALIZAÇÃO DE AÇÕES OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA FAIXA ETÁRIA DE NO MAXIMO 6 ANOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			216.400,00
			Total:	**216.400,00**
LDO 2027				
Ação: 2.29 MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL (CRECHE)				
Objetivo: MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL (CRECHE)				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO				
Objetivo: REALIZAÇÃO DE AÇÕES OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA FAIXA ETÁRIA DE NO MAXIMO 6 ANOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			32.460,00
			Total:	**32.460,00**
LDO 2027				
Ação: 2.30 MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO INFANTIL (CRECHE)				
Objetivo: MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO INFANTIL (CRECHE)				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO				
Objetivo: REALIZAÇÃO DE AÇÕES OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA FAIXA ETÁRIA DE NO MAXIMO 6 ANOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			216.400,00
			Total:	**216.400,00**
LDO 2027				
Ação: 2.31 MANUTENÇÃO FUNDEB - EDUCAÇÃO ESPECIAL				
Objetivo: MANUTENÇÃO FUNDEB - EDUCAÇÃO ESPECIAL				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 365 - Educação Infantil				
Classificação Programática				
Programa: 1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO				

Objetivo: REALIZAÇÃO DE AÇÕES OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA FAIXA ETÁRIA DE NO MAXIMO 6 ANOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			73.576,00
			Total:	**73.576,00**
LDO 2027				
Ação: 2.32 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA				
Objetivo: Alteração por força de Lei, criação da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 6003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Classificação Programática				
Programa: 1301 - RESGATANDO A CULTURA				
Objetivo: INCENTIVAR AS ATIVIDADES RELACIONADAS A CULTURA, FOLCLORE E OUTRAS MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS DA POPULAÇÃO, COORDENAR EVENTOS COMEMORATIVOS E FESTIVAIS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			21.640,00
			Total:	**21.640,00**
LDO 2027				
Ação: 2.33 MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE				
Objetivo: MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7001 - GABINETE SECRETARIO SAUDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			135.250,00
			Total:	**135.250,00**

Ação: 2.34 COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PISO ENFERMAGEM				
Objetivo: COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PISO ENFERMAGEM				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			98.462,00
	Total:			**98.462,00**
Ação: 2.35 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE BUCAL				
Objetivo: PROGRAMA APSUS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**

0 - Sem fonte de recurso	-			108.200,00
	Total:			**108.200,00**
Ação: 2.36 PROGRAMA ESTADUAL ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE - APS				
Objetivo: PROGRAMA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE - APS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			75.740,00
	Total:			**75.740,00**
Ação: 2.37 MANUTENÇÃO SAÚDE AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE				
Objetivo: MANUTENÇÃO SAÚDE AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			384.110,00
	Total:			**384.110,00**
Ação: 2.38 CONSORCIO CONSAMU OESTE				
Objetivo: CONSORCIO CONSAMU OESTE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			75.740,00
	Total:			**75.740,00**
Ação: 2.39 MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE - CISOP/CONSAMU/PARANÁ SAÚDE				
Objetivo: MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE - CISOP/CONSAMU/PARANÁ SAÚDE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			1.217.250,00
	Total:			**1.217.250,00**
Ação: 2.40 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL				
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Classificação Programática
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	809.336,00
	Total:	**809.336,00**

Ação: 2.41 MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
Objetivo: MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Classificação Programática
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	64.920,00
	Total:	**64.920,00**

Ação: 2.42 PROGRAMA AGENTE COMBATE DE ENDEMIAS
Objetivo: PROGRAMA AGENTE COMBATE DE ENDEMIAS
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Classificação Programática
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	85.478,00
	Total:	**85.478,00**

Ação: 2.43 MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE FEDERAL
Objetivo: MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE FEDERAL
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Classificação Programática
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	32.460,00
	Total:	**32.460,00**

Ação: 2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Tipo: 2 - Atividades
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação Funcional
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Classificação Programática
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.
Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			227.220,00
			Total:	**227.220,00**
Ação: 2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Objetivo: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			2.272.200,00
			Total:	**2.272.200,00**
Ação: 2.46 MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA				
Objetivo: MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
Classificação Programática				
Programa: 1001 - SAUDE DE VERDADE				
Objetivo: OFERTAR E PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DIAMANTENSE MELHOR QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			281.320,00
			Total:	**281.320,00**
Ação: 2.47 MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			119.020,00
			Total:	**119.020,00**
Ação: 2.49 MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo: MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			21.640,00
			Total:	**21.640,00**
Ação: 2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				

Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			2.561.094,00
			Total:	**2.561.094,00**
Ação: 2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES				
Objetivo: MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES				
Classificação Funcional				
Função: 26 - Transporte				
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário				
Classificação Programática				
Programa: 2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES QUE GARANTAM A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TRANSPORTE VIÁRIO DO MUNICIPIO GARANTINDO DESTE MODO O ESCOAMENTO DA POPULAÇÃO AGRICOLA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			2.310.651,58
			Total:	**2.310.651,58**
Ação: 2.52 RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS				
Objetivo: RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES				
Classificação Funcional				
Função: 26 - Transporte				
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário				
Classificação Programática				
Programa: 2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES QUE GARANTAM A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TRANSPORTE VIÁRIO DO MUNICIPIO GARANTINDO DESTE MODO O ESCOAMENTO DA POPULAÇÃO AGRICOLA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			541.000,00
			Total:	**541.000,00**
Ação: 2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE				
Objetivo: MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES				
Classificação Funcional				
Função: 26 - Transporte				
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário				
Classificação Programática				
Programa: 2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS				
Objetivo: DESENVOLVER AÇÕES QUE GARANTAM A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TRANSPORTE VIÁRIO DO MUNICIPIO GARANTINDO DESTE MODO O ESCOAMENTO DA POPULAÇÃO AGRICOLA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			16.230,00
			Total:	**16.230,00**
Ação: 2.54 GABINETE SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Objetivo: GABINETE SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 9001 - GABINETE SECRETARIO ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 801 - BEM VIVER				
Objetivo: DIMINUIR A DESIGUALDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			140.660,00
			Total:	**140.660,00**

Ação: 2.55 MANUTENÇÃO PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS

Objetivo: MANUTENÇÃO PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	80.843,50
	Total:	**80.843,50**

Ação: 2.56 APOIO A POPULAÇÃO CARENTE - LEI 742/2013

Objetivo: APOIO A POPULAÇÃO CARENTE - LEI 742/2013

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 801 - BEM VIVER

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	35.724,50
	Total:	**35.724,50**

Ação: 2.57 BENEFICIO EVENTUAL - CESTAS BÁSICAS

Objetivo: BENEFICIO EVENTUAL - CESTAS BÁSICAS

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 801 - BEM VIVER

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	153.105,00
	Total:	**153.105,00**

Ação: 2.58 MANUTENÇÃO DE CONFERÊNCIAS

Objetivo: MANUTENÇÃO DE CONFERÊNCIAS

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 801 - BEM VIVER

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	10.207,00
	Total:	**10.207,00**

Ação: 2.59 PROGRAMA FEDERAL PROCAD SUAS

Objetivo: PROGRAMA FEDERAL PROCAD SUAS

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 801 - BEM VIVER

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	12.248,40
	Total:	**12.248,40**

Ação: 2.60 PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMILIA

Objetivo: PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMILIA

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 801 - BEM VIVER

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	51.035,00
	Total:	**51.035,00**

Ação: 2.61 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 801 - BEM VIVER

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	688.972,50
	Total:	**688.972,50**

Ação: 2.62 AUXILIO CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE CASAS

Objetivo: AUXILIO CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE CASAS

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 801 - BEM VIVER

Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
0 - Sem fonte de recurso	-	551.178,00
	Total:	**551.178,00**

Ação: 2.63 PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF

Objetivo: PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática				
Programa: 801 - BEM VIVER				
Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			61.242,00
	Total:			**61.242,00**
Ação: 2.65 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Objetivo: MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 801 - BEM VIVER				
Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			15.310,50
	Total:			**15.310,50**

Ação: 2.66 MANUTENÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS				
Objetivo: MANUTENÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 10001 - ENCARGOS GERAIS				
Classificação Funcional				
Função: 28 - Encargos Especiais				
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna				
Classificação Programática				
Programa: 0 - Operações Especiais				
Objetivo: Pagamento das despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			1.837.260,00
Total:				**1.837.260,00**
Ação: 2.67 GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE				
Objetivo: Alteração por força de Lei - Criação da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 11001 - Gabinete Sec Esportes, Lazer e Juventude				
Classificação Funcional				
Função: 27 - Desporto e Lazer				
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário				
Classificação Programática				
Programa: 2701 - ESPORTE AGORA				
Objetivo: INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO DESPORTO COMUNITÁRIO E ESTUDANTIL ATRAVES DE APOIO A EVENTOS DESPORTIVOS, Á PARTICIPAÇÃO EM JOGOS REGIONAIS E OFERECER A POPULAÇÃO A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA PARA PRATICA DESPORTIVA.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			112.277,00
Total:				**112.277,00**
Ação: 2.68 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE				
Objetivo: Alteração por força de Lei - Criação da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 11002 - Depto de Esportes, Lazer e Juventude				
Classificação Funcional				
Função: 27 - Desporto e Lazer				
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário				
Classificação Programática				
Programa: 2701 - ESPORTE AGORA				
Objetivo: INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO DESPORTO COMUNITÁRIO E ESTUDANTIL ATRAVES DE APOIO A EVENTOS DESPORTIVOS, Á PARTICIPAÇÃO EM JOGOS REGIONAIS E OFERECER A POPULAÇÃO A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA PARA PRATICA DESPORTIVA.				
Meta prioridade / Meta física				

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			244.968,00
Total:				**244.968,00**
Ação: 2.70 PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS - CAMINHÃO				
Objetivo: PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS - CAMINHÃO				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Ação: 2.71 PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS				
Objetivo: PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Ação: 2.72 PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS (CAMINHÃO CAÇAMBA)				
Objetivo: PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS (CAMINHÃO CAÇAMBA)				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Ação: 2.73 PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (escavadeira hidráulica)				
Objetivo: PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (escavadeira hidráulica)				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS				
Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO EM PRAÇAS E PAISAGISMO URBANO E MANTER OS VARIOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO E CEMITÉRIOS.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			
Total:				**0,00**
Ação: 6.64 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Objetivo: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Tipo: 6 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE				

Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA				
Objetivo: DIMINUIR A DESIGULDADE SOCIAL SUPRINDO AS CARENCIAS DA POPULAÇÃO, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DEFICIENTES, DESEMPREGADOS E OUTROS DESVALIDOS, PROPORCIONANDO A TODOS OS MUNICIPES UMA VIDA COM DIGNIDADE.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			153.105,00
Total:				**153.105,00**
Ação: 9.69 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Tipo: 9 - Não Orçamentária				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul				
Unidade orçamentária: 90099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Classificação Funcional				
Função: 99 - Reserva de Contingência				
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência				
Classificação Programática				
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Objetivo: ATENDIMENTO DE PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS EVENTUAIS FISCAIS IMPREVISTOS CONSOANTE O DISPOSTO NO INCISO 3 DO ARTIGO 5º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
0 - Sem fonte de recurso	-			420.528,40
Total:				**420.528,40**

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:5B628DC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
RELACAO_DE_DESPESAS_LDO

Prefeitura Municipal de Diamante do Sul	
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, S/N - Centro - 85.408-000 - Diamante do Sul/ PR	**Usuário:** Rose Campanholi
CNPJ: 95.595.120/0001-95 Fone: (45)3230-1297 https://diamantedosul.pr.gov.br/	**Chave de autenticação:** 1211-2798-772
Relação de Despesas LDO	
Unidade gestora:	**0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul**
Despesa LDO:	1134 - 0 . 9002 . 8 . 243 . 802 . 2.55 . 0 . 449052
Despesa PPA:	310
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	2.55 - MANUTENÇÃO PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1135 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.56 . 0 . 339008
Despesa PPA:	311
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.56 - APOIO A POPULAÇÃO CARENTE - LEI 742/2013
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO:	1136 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.56 . 0 . 339032
Despesa PPA:	312
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.56 - APOIO A POPULAÇÃO CARENTE - LEI 742/2013
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1137 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.56 . 0 . 339039
Despesa PPA:	313
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.56 - APOIO A POPULAÇÃO CARENTE - LEI 742/2013
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1138 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.57 . 0 . 339032
Despesa PPA:	314
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.57 - BENEFICIO EVENTUAL - CESTAS BÁSICAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1139 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.58 . 0 . 339030
Despesa PPA:	315
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.58 - MANUTENÇÃO DE CONFERÊNCIAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1140 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.58 . 0 . 339039
Despesa PPA:	316
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.58 - MANUTENÇÃO DE CONFERÊNCIAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1141 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.59 . 0 . 339030
Despesa PPA:	317
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.59 - PROGRAMA FEDERAL PROCAD SUAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1142 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.59 . 0 . 339039
Despesa PPA:	318
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.59 - PROGRAMA FEDERAL PROCAD SUAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1143 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.60 . 0 . 339014
Despesa PPA:	319
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.60 - PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMILIA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1144 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.60 . 0 . 339030
Despesa PPA:	320
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.60 - PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMILIA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1145 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.60 . 0 . 339039
Despesa PPA:	321
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.60 - PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMILIA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1146 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.60 . 0 . 449052
Despesa PPA:	322
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.60 - PROGRAMA IGD INDICE DE GESTÃO DESC. BOLSA FAMILIA
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1147 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 319011
Despesa PPA:	323
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Despesa LDO:	1148 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 319013
Despesa PPA:	324
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1149 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 319094
Despesa PPA:	325
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1150 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 339014
Despesa PPA:	326
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1151 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 339030
Despesa PPA:	327
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1152 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 339036
Despesa PPA:	328
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1153 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 339039
Despesa PPA:	329
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1154 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 449051

Despesa PPA:	330
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1155 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.61 . 0 . 449052
Despesa PPA:	331
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.61 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1156 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.62 . 0 . 339032
Despesa PPA:	332
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.62 - AUXILIO CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE CASAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1157 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.63 . 0 . 319011
Despesa PPA:	333
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER

Ação:	2.63 - PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1158 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.63 . 0 . 319013
Despesa PPA:	334
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.63 - PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1159 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.63 . 0 . 339014
Despesa PPA:	335
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.63 - PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1160 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.63 . 0 . 339030
Despesa PPA:	336
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.63 - PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1161 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.63 . 0 . 339039
Despesa PPA:	337
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.63 - PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1162 - 0 . 9002 . 8 . 244 . 801 . 2.63 . 0 . 449052
Despesa PPA:	338
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.63 - PROGRAMA PSB FAMÍLIA PAIF
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1163 - 0 . 9003 . 8 . 243 . 802 . 6.64 . 0 . 319011
Despesa PPA:	339
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	6.64 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1164 - 0 . 9003 . 8 . 243 . 802 . 6.64 . 0 . 319013
Despesa PPA:	340
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	6.64 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1165 - 0 . 9003 . 8 . 243 . 802 . 6.64 . 0 . 339030
Despesa PPA:	341
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	6.64 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1166 - 0 . 9003 . 8 . 243 . 802 . 6.64 . 0 . 339036
Despesa PPA:	342
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	6.64 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1167 - 0 . 9003 . 8 . 243 . 802 . 6.64 . 0 . 339039
Despesa PPA:	343
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	6.64 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1168 - 0 . 9003 . 8 . 243 . 802 . 6.64 . 0 . 449052
Despesa PPA:	344
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	6.64 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1169 - 0 . 9003 . 8 . 244 . 801 . 2.65 . 0 . 339014
Despesa PPA:	345
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.65 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1170 - 0 . 9003 . 8 . 244 . 801 . 2.65 . 0 . 339030
Despesa PPA:	346
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.65 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1171 - 0 . 9003 . 8 . 244 . 801 . 2.65 . 0 . 339039
Despesa PPA:	347
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.65 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1172 - 0 . 9003 . 8 . 244 . 801 . 2.65 . 0 . 449052
Despesa PPA:	348
Unidade orçamentária:	9003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.65 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1173 - 0 . 10001 . 28 . 843 . 0 . 2.66 . 0 . 329021
Despesa PPA:	349
Unidade orçamentária:	10001 - ENCARGOS GERAIS
Função:	28 - Encargos Especiais
Subfunção:	843 - Serviço da Dívida Interna
Programa:	0 - Operações Especiais
Ação:	2.66 - MANUTENÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato
Despesa LDO:	1174 - 0 . 10001 . 28 . 843 . 0 . 2.66 . 0 . 469071
Despesa PPA:	350
Unidade orçamentária:	10001 - ENCARGOS GERAIS
Função:	28 - Encargos Especiais
Subfunção:	843 - Serviço da Dívida Interna

Programa:	0 - Operações Especiais
Ação:	2.66 - MANUTENÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS
Subação:	
Natureza da despesa:	4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado
Despesa LDO:	1175 - 0 . 11001 . 27 . 812 . 2701 . 2.67 . 0 . 319011
Despesa PPA:	351
Unidade orçamentária:	11001 - Gabinete Sec Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.67 - GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1176 - 0 . 11001 . 27 . 812 . 2701 . 2.67 . 0 . 319013
Despesa PPA:	352
Unidade orçamentária:	11001 - Gabinete Sec Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.67 - GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Despesa LDO:	1177 - 0 . 11001 . 27 . 812 . 2701 . 2.67 . 0 . 339014
Despesa PPA:	353
Unidade orçamentária:	11001 - Gabinete Sec Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.67 - GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1178 - 0 . 11001 . 27 . 812 . 2701 . 2.67 . 0 . 339030
Despesa PPA:	354
Unidade orçamentária:	11001 - Gabinete Sec Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.67 - GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1179 - 0 . 11001 . 27 . 812 . 2701 . 2.67 . 0 . 339039
Despesa PPA:	355
Unidade orçamentária:	11001 - Gabinete Sec Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.67 - GAB SEC MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1180 - 0 . 11002 . 27 . 812 . 2701 . 2.68 . 0 . 319011
Despesa PPA:	356
Unidade orçamentária:	11002 - Depto de Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.68 - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1181 - 0 . 11002 . 27 . 812 . 2701 . 2.68 . 0 . 319013
Despesa PPA:	357
Unidade orçamentária:	11002 - Depto de Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.68 - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1182 - 0 . 11002 . 27 . 812 . 2701 . 2.68 . 0 . 339030
Despesa PPA:	358
Unidade orçamentária:	11002 - Depto de Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.68 - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1183 - 0 . 11002 . 27 . 812 . 2701 . 2.68 . 0 . 339039
Despesa PPA:	359
Unidade orçamentária:	11002 - Depto de Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.68 - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1184 - 0 . 11002 . 27 . 812 . 2701 . 2.68 . 0 . 449052
Despesa PPA:	360
Unidade orçamentária:	11002 - Depto de Esportes, Lazer e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	2701 - ESPORTE AGORA
Ação:	2.68 - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE

Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1185 - 0 . 90099 . 99 . 999 . 9999 . 9.69 . 0 . 999999
Despesa PPA:	361
Unidade orçamentária:	90099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Função:	99 - Reserva de Contingência
Subfunção:	999 - Reserva de Contingência
Programa:	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Ação:	9.69 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subação:	
Natureza da despesa:	9.9.99.99.00 - A Classificar
Despesa LDO:	1186 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.70 . 0 . 449052
Despesa PPA:	362
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS

Ação:	2.70 - PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS - CAMINHÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1187 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.71 . 0 . 449052
Despesa PPA:	363
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.71 - PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1188 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.72 . 0 . 449052
Despesa PPA:	364
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.72 - PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS (CAMINHÃO CAÇAMBA)
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1189 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.73 . 0 . 449052
Despesa PPA:	365
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.73 - PROGRAMA EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (escavadeira hidráulica)
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1190 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.74 . 0 . 449051
Despesa PPA:	366
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.74 - PROGRAMA ASFALTO NOVO, VIDA NOVA
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1191 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.75 . 0 . 449051
Despesa PPA:	367
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.75 - PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1192 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.77 . 0 . 449051
Despesa PPA:	368
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.77 - PROGRAMA ESTRADA BOA (ALTO PINHALITO E ALTO CASCUDO)
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1193 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.76 . 0 . 449051
Despesa PPA:	369
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.76 - PROGRAMA ESTRADA BOA (VILA UNIÃO)
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1194 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.78 . 0 . 449051
Despesa PPA:	370
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.78 - PROGRAMA ESTRADA BOA (Pinhalito/Pinhalzinho)
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Despesa LDO:	1195 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 1.79 . 0 . 337170
Despesa PPA:	371
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	1.79 - CONSÓRCIO CIDELPARNA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
Despesa LDO:	1205 - 0 . 2001 . 4 . 122 . 401 . 2.2 . 0 . 319011
Despesa PPA:	83
Unidade orçamentária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1206 - 0 . 2001 . 4 . 122 . 401 . 2.2 . 0 . 319013
Despesa PPA:	84
Unidade orçamentária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1207 - 0 . 2001 . 4 . 122 . 401 . 2.2 . 0 . 339014
Despesa PPA:	85
Unidade orçamentária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1208 - 0 . 2001 . 4 . 122 . 401 . 2.2 . 0 . 339030
Despesa PPA:	86
Unidade orçamentária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1209 - 0 . 2001 . 4 . 122 . 401 . 2.2 . 0 . 339036
Despesa PPA:	87
Unidade orçamentária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1210 - 0 . 2001 . 4 . 122 . 401 . 2.2 . 0 . 339039
Despesa PPA:	88
Unidade orçamentária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1211 - 0 . 2001 . 4 . 122 . 401 . 2.2 . 0 . 449052
Despesa PPA:	89
Unidade orçamentária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1212 - 0 . 2002 . 4 . 122 . 401 . 2.3 . 0 . 319011
Despesa PPA:	90
Unidade orçamentária:	2002 - ASSESSORIA TÉCNICA-JURIDICA
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.3 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1213 - 0 . 2002 . 4 . 122 . 401 . 2.3 . 0 . 319013
Despesa PPA:	91
Unidade orçamentária:	2002 - ASSESSORIA TÉCNICA-JURIDICA
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.3 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1214 - 0 . 2002 . 4 . 122 . 401 . 2.3 . 0 . 339014

Despesa PPA:	92
Unidade orçamentária:	2002 - ASSESSORIA TÉCNICA-JURIDICA
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.3 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Despesa LDO:	1215 - 0 . 2002 . 4 . 122 . 401 . 2.3 . 0 . 339030
Despesa PPA:	93
Unidade orçamentária:	2002 - ASSESSORIA TÉCNICA-JURIDICA
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.3 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1216 - 0 . 2002 . 4 . 122 . 401 . 2.3 . 0 . 339039
Despesa PPA:	94
Unidade orçamentária:	2002 - ASSESSORIA TÉCNICA-JURIDICA
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.3 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1217 - 0 . 2002 . 4 . 122 . 401 . 2.3 . 0 . 449052
Despesa PPA:	95
Unidade orçamentária:	2002 - ASSESSORIA TÉCNICA-JURIDICA
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	401 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPONSABILIDADE
Ação:	2.3 - MANUTENÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1218 - 0 . 3001 . 4 . 122 . 402 . 2.4 . 0 . 319011
Despesa PPA:	96
Unidade orçamentária:	3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.4 - MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1219 - 0 . 3001 . 4 . 122 . 402 . 2.4 . 0 . 319013
Despesa PPA:	97
Unidade orçamentária:	3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.4 - MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1220 - 0 . 3001 . 4 . 122 . 402 . 2.4 . 0 . 339014
Despesa PPA:	98
Unidade orçamentária:	3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.4 - MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1221 - 0 . 3001 . 4 . 122 . 402 . 2.4 . 0 . 339030
Despesa PPA:	99
Unidade orçamentária:	3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.4 - MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1222 - 0 . 3001 . 4 . 122 . 402 . 2.4 . 0 . 339036
Despesa PPA:	100
Unidade orçamentária:	3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.4 - MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1223 - 0 . 3001 . 4 . 122 . 402 . 2.4 . 0 . 339039
Despesa PPA:	101
Unidade orçamentária:	3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.4 - MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1224 - 0 . 3001 . 4 . 122 . 402 . 2.4 . 0 . 449052
Despesa PPA:	102
Unidade orçamentária:	3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE

Ação:	2.4 - MANUTENÇÃO GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1225 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 319011
Despesa PPA:	103
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1226 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 319013
Despesa PPA:	104
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1227 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 319091
Despesa PPA:	105
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO:	1228 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 319094
Despesa PPA:	106
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1229 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 329091
Despesa PPA:	107
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.2.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Despesa LDO:	1230 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 339014
Despesa PPA:	108
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1231 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 339030
Despesa PPA:	109
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1232 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 339036
Despesa PPA:	110
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1233 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 339039
Despesa PPA:	111
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1234 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 339040
Despesa PPA:	112
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral

Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1235 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 339047
Despesa PPA:	113
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas
Despesa LDO:	1236 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 339093
Despesa PPA:	114
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO:	1237 - 0 . 3002 . 4 . 122 . 402 . 2.5 . 0 . 449052
Despesa PPA:	115
Unidade orçamentária:	3002 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.5 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1238 - 0 . 3003 . 4 . 122 . 402 . 2.6 . 0 . 319011
Despesa PPA:	116
Unidade orçamentária:	3003 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.6 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1239 - 0 . 3003 . 4 . 122 . 402 . 2.6 . 0 . 319013
Despesa PPA:	117
Unidade orçamentária:	3003 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.6 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1240 - 0 . 3003 . 4 . 122 . 402 . 2.6 . 0 . 339014
Despesa PPA:	118
Unidade orçamentária:	3003 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.6 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1241 - 0 . 3003 . 4 . 122 . 402 . 2.6 . 0 . 339030
Despesa PPA:	119
Unidade orçamentária:	3003 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.6 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1242 - 0 . 3003 . 4 . 122 . 402 . 2.6 . 0 . 339039
Despesa PPA:	120
Unidade orçamentária:	3003 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.6 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1243 - 0 . 3003 . 4 . 122 . 402 . 2.6 . 0 . 449052
Despesa PPA:	121
Unidade orçamentária:	3003 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	402 - ADMINISTRAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA E VERDADE
Ação:	2.6 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1244 - 0 . 4001 . 4 . 123 . 403 . 2.7 . 0 . 319011
Despesa PPA:	122
Unidade orçamentária:	4001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Função:	4 - Administração

Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.7 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1245 - 0 . 4001 . 4 . 123 . 403 . 2.7 . 0 . 319013
Despesa PPA:	123
Unidade orçamentária:	4001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.7 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1246 - 0 . 4001 . 4 . 123 . 403 . 2.7 . 0 . 339014
Despesa PPA:	124
Unidade orçamentária:	4001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.7 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1247 - 0 . 4001 . 4 . 123 . 403 . 2.7 . 0 . 339030
Despesa PPA:	125
Unidade orçamentária:	4001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.7 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1248 - 0 . 4001 . 4 . 123 . 403 . 2.7 . 0 . 339039
Despesa PPA:	126
Unidade orçamentária:	4001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.7 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1249 - 0 . 4002 . 4 . 123 . 403 . 2.8 . 0 . 319011
Despesa PPA:	127
Unidade orçamentária:	4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.8 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1250 - 0 . 4002 . 4 . 123 . 403 . 2.8 . 0 . 319013
Despesa PPA:	128
Unidade orçamentária:	4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.8 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1251 - 0 . 4002 . 4 . 123 . 403 . 2.8 . 0 . 339014
Despesa PPA:	129
Unidade orçamentária:	4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.8 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1252 - 0 . 4002 . 4 . 123 . 403 . 2.8 . 0 . 339030
Despesa PPA:	130
Unidade orçamentária:	4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.8 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1253 - 0 . 4002 . 4 . 123 . 403 . 2.8 . 0 . 339036
Despesa PPA:	131
Unidade orçamentária:	4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.8 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1254 - 0 . 4002 . 4 . 123 . 403 . 2.8 . 0 . 339039

Despesa PPA:	132
Unidade orçamentária:	4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.8 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1255 - 0 . 4002 . 4 . 123 . 403 . 2.8 . 0 . 449052
Despesa PPA:	133
Unidade orçamentária:	4002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	123 - Administração Financeira
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.8 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1256 - 0 . 4003 . 4 . 122 . 403 . 2.9 . 0 . 319011
Despesa PPA:	134
Unidade orçamentária:	4003 - DEPTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.9 - MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1257 - 0 . 4003 . 4 . 122 . 403 . 2.9 . 0 . 319013
Despesa PPA:	135
Unidade orçamentária:	4003 - DEPTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.9 - MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1258 - 0 . 4003 . 4 . 122 . 403 . 2.9 . 0 . 339014
Despesa PPA:	136
Unidade orçamentária:	4003 - DEPTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.9 - MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1259 - 0 . 4003 . 4 . 122 . 403 . 2.9 . 0 . 339030
Despesa PPA:	137
Unidade orçamentária:	4003 - DEPTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.9 - MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1260 - 0 . 4003 . 4 . 122 . 403 . 2.9 . 0 . 339039
Despesa PPA:	138
Unidade orçamentária:	4003 - DEPTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.9 - MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1261 - 0 . 4003 . 4 . 122 . 403 . 2.9 . 0 . 449052
Despesa PPA:	139
Unidade orçamentária:	4003 - DEPTO DE RECEITA CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Função:	4 - Administração
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	403 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
Ação:	2.9 - MANUTENÇÃO DEPTO RECEITA, CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1262 - 0 . 5001 . 20 . 606 . 2001 . 2.10 . 0 . 319011
Despesa PPA:	140
Unidade orçamentária:	5001 - GABINETE SEC. AGRICULTURA , MEIO AMBIENTE E TURISMO
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.10 - GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1263 - 0 . 5001 . 20 . 606 . 2001 . 2.10 . 0 . 319013
Despesa PPA:	141
Unidade orçamentária:	5001 - GABINETE SEC. AGRICULTURA , MEIO AMBIENTE E TURISMO
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.10 - GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Despesa LDO:	1264 - 0 . 5001 . 20 . 606 . 2001 . 2.10 . 0 . 339014
Despesa PPA:	142
Unidade orçamentária:	5001 - GABINETE SEC. AGRICULTURA , MEIO AMBIENTE E TURISMO
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.10 - GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1265 - 0 . 5001 . 20 . 606 . 2001 . 2.10 . 0 . 339030
Despesa PPA:	143
Unidade orçamentária:	5001 - GABINETE SEC. AGRICULTURA , MEIO AMBIENTE E TURISMO
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.10 - GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1266 - 0 . 5001 . 20 . 606 . 2001 . 2.10 . 0 . 339036
Despesa PPA:	144
Unidade orçamentária:	5001 - GABINETE SEC. AGRICULTURA , MEIO AMBIENTE E TURISMO
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.10 - GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1267 - 0 . 5001 . 20 . 606 . 2001 . 2.10 . 0 . 339039
Despesa PPA:	145
Unidade orçamentária:	5001 - GABINETE SEC. AGRICULTURA , MEIO AMBIENTE E TURISMO
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.10 - GAB SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1268 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.11 . 0 . 339030
Despesa PPA:	146
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.11 - PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1269 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.11 . 0 . 339039
Despesa PPA:	147
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.11 - PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1270 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.11 . 0 . 339047
Despesa PPA:	148
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.11 - PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas
Despesa LDO:	1271 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.12 . 0 . 319011
Despesa PPA:	149
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.12 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1272 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.12 . 0 . 319013
Despesa PPA:	150
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.12 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1273 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.12 . 0 . 319094
Despesa PPA:	151
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.12 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Subação:	

Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1274 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.12 . 0 . 339014
Despesa PPA:	152
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.12 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1275 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.12 . 0 . 339030
Despesa PPA:	153
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.12 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1276 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.12 . 0 . 339039
Despesa PPA:	154
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.12 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1277 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.12 . 0 . 449052
Despesa PPA:	155
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.12 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1278 - 0 . 5002 . 20 . 606 . 2001 . 2.13 . 0 . 339032
Despesa PPA:	156
Unidade orçamentária:	5002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Função:	20 - Agricultura
Subfunção:	606 - Extensão Rural
Programa:	2001 - AGRICULTURA FAMILIAR NOVOS RUMOS
Ação:	2.13 - PROGRAMA APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1279 - 0 . 6001 . 12 . 361 . 1201 . 2.14 . 0 . 319001
Despesa PPA:	157
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.14 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.01.00 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas
Despesa LDO:	1280 - 0 . 6001 . 12 . 361 . 1201 . 2.14 . 0 . 319011
Despesa PPA:	158
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.14 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1281 - 0 . 6001 . 12 . 361 . 1201 . 2.14 . 0 . 319013
Despesa PPA:	159
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.14 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1282 - 0 . 6001 . 12 . 361 . 1201 . 2.14 . 0 . 339014
Despesa PPA:	160
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.14 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1283 - 0 . 6001 . 12 . 361 . 1201 . 2.14 . 0 . 339030
Despesa PPA:	161
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.14 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1284 - 0 . 6001 . 12 . 361 . 1201 . 2.14 . 0 . 339039
Despesa PPA:	162
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.14 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1285 - 0 . 6001 . 12 . 361 . 1201 . 2.14 . 0 . 449052
Despesa PPA:	163
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.14 - MANUTENÇÃO GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1286 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.15 . 0 . 339032
Despesa PPA:	164
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.15 - MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1287 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.16 . 0 . 339039
Despesa PPA:	165
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.16 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1288 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.17 . 0 . 339032
Despesa PPA:	166
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.17 - MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR- RECURSOS FEDERAIS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1289 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.18 . 0 . 339030
Despesa PPA:	167
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.18 - MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1290 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.18 . 0 . 339039
Despesa PPA:	168
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.18 - MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1291 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.18 . 0 . 449052
Despesa PPA:	169
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.18 - MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1292 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.19 . 0 . 319011
Despesa PPA:	170
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.19 - MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1293 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.19 . 0 . 319013
Despesa PPA:	171
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE

Ação:	2.19 - MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1294 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.19 . 0 . 319094
Despesa PPA:	172
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.19 - MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1295 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.20 . 0 . 339030
Despesa PPA:	173
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.20 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PROPRIOS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1296 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.20 . 0 . 339039
Despesa PPA:	174
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.20 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PROPRIOS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1297 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.21 . 0 . 319011
Despesa PPA:	175
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.21 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1298 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.21 . 0 . 319013
Despesa PPA:	176
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.21 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1299 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.21 . 0 . 339014
Despesa PPA:	177
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.21 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1300 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.21 . 0 . 339030
Despesa PPA:	178
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.21 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1301 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.21 . 0 . 339032
Despesa PPA:	179
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.21 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1302 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.21 . 0 . 339039
Despesa PPA:	180
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.21 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1303 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0 . 319011
Despesa PPA:	181
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental

Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1304 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0 . 319013
Despesa PPA:	182
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1305 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0. 319094
Despesa PPA:	183
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1306 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0 . 339014
Despesa PPA:	184
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1307 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0. 339030
Despesa PPA:	185
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1308 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0. 339032
Despesa PPA:	186
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1309 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0 . 339034
Despesa PPA:	187
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
Despesa LDO:	1310 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0 . 339039
Despesa PPA:	188
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1311 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0 . 339093
Despesa PPA:	189
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO:	1312 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.22 . 0. 449052
Despesa PPA:	190
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.22 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1313 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.23 . 0 . 319011
Despesa PPA:	191
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação

Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.23 - MANUTENÇÃO FUNDEB 30%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1314 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.23 . 0 . 319013
Despesa PPA:	192
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.23 - MANUTENÇÃO FUNDEB 30%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1315 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.23 . 0 . 319094
Despesa PPA:	193
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.23 - MANUTENÇÃO FUNDEB 30%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1316 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.23 . 0 . 339030
Despesa PPA:	194
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.23 - MANUTENÇÃO FUNDEB 30%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1317 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.23 . 0 . 339039
Despesa PPA:	195
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.23 - MANUTENÇÃO FUNDEB 30%
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1318 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.24 . 0 . 339030
Despesa PPA:	196
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.24 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1319 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.24 . 0 . 339039
Despesa PPA:	197
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.24 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1320 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 319011
Despesa PPA:	198
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1321 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 319013
Despesa PPA:	199
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1322 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 339014
Despesa PPA:	200
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1323 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 339030
Despesa PPA:	201
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1324 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 339032
Despesa PPA:	202
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1325 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 339034
Despesa PPA:	203
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
Despesa LDO:	1326 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 339036
Despesa PPA:	204
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1327 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 339039
Despesa PPA:	205
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1328 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.25 . 0 . 449052
Despesa PPA:	206
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.25 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1329 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.26 . 0 . 339030
Despesa PPA:	207
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.26 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DE ENSINO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1330 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.26 . 0 . 339039
Despesa PPA:	208
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.26 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DE ENSINO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1331 - 0 . 6002 . 12 . 361 . 1201 . 2.26 . 0 . 449051
Despesa PPA:	209
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental
Programa:	1201 - EDUCAÇÃO É PRIORIDADE
Ação:	2.26 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DE ENSINO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1332 - 0 . 6001 . 12 . 365 . 1202 . 2.27 . 0 . 339032
Despesa PPA:	210
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.27 - MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ ESCOLA)
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1333 - 0 . 6002 . 12 . 365 . 1202 . 2.28 . 0 . 319011
Despesa PPA:	211

Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.28 - MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ ESCOLA)
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1334 - 0 . 6002 . 12 . 365 . 1202 . 2.28 . 0 . 319013
Despesa PPA:	212
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.28 - MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ ESCOLA)
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1335 - 0 . 6002 . 12 . 365 . 1202 . 2.29 . 0 . 339032
Despesa PPA:	213
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.29 - MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL (CRECHE)
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1336 - 0 . 6002 . 12 . 365 . 1202 . 2.30 . 0 . 319011
Despesa PPA:	214
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.30 - MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO INFANTIL (CRECHE)
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1337 - 0 . 6002 . 12 . 365 . 1202 . 2.30 . 0 . 319013
Despesa PPA:	215
Unidade orçamentária:	6002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.30 - MANUTENÇÃO FUNDEB - ENSINO INFANTIL (CRECHE)
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1338 - 0 . 6001 . 12 . 365 . 1202 . 2.31 . 0 . 319011
Despesa PPA:	216
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.31 - MANUTENÇÃO FUNDEB - EDUCAÇÃO ESPECIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1339 - 0 . 6001 . 12 . 365 . 1202 . 2.31 . 0 . 319013
Despesa PPA:	217
Unidade orçamentária:	6001 - GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função:	12 - Educação
Subfunção:	365 - Educação Infantil
Programa:	1202 - PRIMEIRA EDUCAÇÃO
Ação:	2.31 - MANUTENÇÃO FUNDEB - EDUCAÇÃO ESPECIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1340 - 0 . 6003 . 13 . 392 . 1301 . 2.32 . 0 . 339030
Despesa PPA:	218
Unidade orçamentária:	6003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
Função:	13 - Cultura
Subfunção:	392 - Difusão Cultural
Programa:	1301 - RESGATANDO A CULTURA
Ação:	2.32 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1341 - 0 . 6003 . 13 . 392 . 1301 . 2.32 . 0 . 339039
Despesa PPA:	219
Unidade orçamentária:	6003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
Função:	13 - Cultura
Subfunção:	392 - Difusão Cultural
Programa:	1301 - RESGATANDO A CULTURA
Ação:	2.32 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1342 - 0 . 7001 . 10 . 301 . 1001 . 2.33 . 0 . 319011
Despesa PPA:	220
Unidade orçamentária:	7001 - GABINETE SECRETARIO SAUDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1343 - 0 . 7001 . 10 . 301 . 1001 . 2.33 . 0 . 319013

Despesa PPA:	221
Unidade orçamentária:	7001 - GABINETE SECRETARIO SAUDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1344 - 0 . 7001 . 10 . 301 . 1001 . 2.33 . 0 . 339014
Despesa PPA:	222
Unidade orçamentária:	7001 - GABINETE SECRETARIO SAUDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1345 - 0 . 7001 . 10 . 301 . 1001 . 2.33 . 0 . 339030
Despesa PPA:	223
Unidade orçamentária:	7001 - GABINETE SECRETARIO SAUDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1346 - 0 . 7001 . 10 . 301 . 1001 . 2.33 . 0 . 339039
Despesa PPA:	224
Unidade orçamentária:	7001 - GABINETE SECRETARIO SAUDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE

Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1347 - 0 . 7001 . 10 . 301 . 1001 . 2.33 . 0 . 449052
Despesa PPA:	225
Unidade orçamentária:	7001 - GABINETE SECRETARIO SAUDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1348 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.34 . 0 . 319011
Despesa PPA:	226
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.34 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PISO ENFERMAGEM
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1349 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.34 . 0 . 319013
Despesa PPA:	227
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.34 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PISO ENFERMAGEM
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1350 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.35 . 0 . 339030
Despesa PPA:	228
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.35 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE BUCAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1351 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.35 . 0 . 339039
Despesa PPA:	229
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.35 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE BUCAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1352 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.36 . 0 . 339030
Despesa PPA:	230
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.36 - PROGRAMA ESTADUAL ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE - APS

Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1353 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.36 . 0 . 339039
Despesa PPA:	231
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.36 - PROGRAMA ESTADUAL ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE - APS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1354 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.37 . 0 . 319011
Despesa PPA:	232
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.37 - MANUTENÇÃO SAÚDE AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1355 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.37 . 0 . 319013
Despesa PPA:	233
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.37 - MANUTENÇÃO SAÚDE AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1356 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.38 . 0 . 337170
Despesa PPA:	234
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.38 - CONSORCIO CONSAMU OESTE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
Despesa LDO:	1357 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.39 . 0 . 327170
Despesa PPA:	235
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.39 - MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE - CISOP/CONSAMU/PARANÁ SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.2.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
Despesa LDO:	1358 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.39 . 0 . 337170
Despesa PPA:	236
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.39 - MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE - CISOP/CONSAMU/PARANÁ SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
Despesa LDO:	1359 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.39 . 0 . 447170
Despesa PPA:	237
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.39 - MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE - CISOP/CONSAMU/PARANÁ SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
Despesa LDO:	1360 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.40 . 0 . 319011
Despesa PPA:	238
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1361 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.40 . 0 . 319013
Despesa PPA:	239
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1362 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.40 . 0 . 339030
Despesa PPA:	240
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE

Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1363 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.40 . 0 . 339039
Despesa PPA:	241
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1364 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.40 . 0 . 339040
Despesa PPA:	242
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1365 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.40 . 0 . 339048
Despesa PPA:	243
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Despesa LDO:	1366 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.40 . 0 . 339093
Despesa PPA:	244
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO:	1367 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.41 . 0 . 339030
Despesa PPA:	245
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.41 - MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1368 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.41 . 0 . 339039
Despesa PPA:	246
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.41 - MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTADUAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1369 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.42 . 0 . 319011
Despesa PPA:	247
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.42 - PROGRAMA AGENTE COMBATE DE ENDEMIAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1370 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.42 . 0 . 319013
Despesa PPA:	248
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.42 - PROGRAMA AGENTE COMBATE DE ENDEMIAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1371 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.43 . 0 . 339030
Despesa PPA:	249
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.43 - MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1372 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.43 . 0 . 339039
Despesa PPA:	250
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica

Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.43 - MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE FEDERAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1373 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.44 . 0 . 319011
Despesa PPA:	251
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1374 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.44 . 0 . 319013
Despesa PPA:	252
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1375 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.44 . 0 . 339030
Despesa PPA:	253
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1376 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.44 . 0 . 339034
Despesa PPA:	254
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
Despesa LDO:	1377 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.44 . 0 . 339036
Despesa PPA:	255
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1378 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.44 . 0 . 339039
Despesa PPA:	256
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1379 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.44 . 0 . 449052
Despesa PPA:	257
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.44 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1380 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 319011
Despesa PPA:	258
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1381 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 319013
Despesa PPA:	259
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1382 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 319094
Despesa PPA:	260
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde

Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1383 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 339014
Despesa PPA:	261
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1384 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 339030
Despesa PPA:	262
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1385 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 339034
Despesa PPA:	263
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
Despesa LDO:	1386 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 339036
Despesa PPA:	264
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1387 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 339039
Despesa PPA:	265
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1388 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 449051
Despesa PPA:	266
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1389 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.45 . 0 . 449052
Despesa PPA:	267
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1390 - 0 . 7002 . 10 . 301 . 1001 . 2.46 . 0 . 339032
Despesa PPA:	268
Unidade orçamentária:	7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica
Programa:	1001 - SAUDE DE VERDADE
Ação:	2.46 - MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1391 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.47 . 0 . 319011
Despesa PPA:	269
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.47 - MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1392 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.47 . 0 . 319013
Despesa PPA:	270
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.47 - MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1393 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.47 . 0 . 339014
Despesa PPA:	271
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.47 - MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1394 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.47 . 0 . 339030
Despesa PPA:	272
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.47 - MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1395 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.47 . 0 . 339039
Despesa PPA:	273
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.47 - MANUT GAB SEC OBRAS URBANISMO E TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1396 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.48 . 0 . 339030
Despesa PPA:	274
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.48 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE OBRAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1397 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.48 . 0 . 339039
Despesa PPA:	275
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.48 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE OBRAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1398 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 1.48 . 0 . 449051
Despesa PPA:	276
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	1.48 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE OBRAS
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1399 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.49 . 0 . 339030
Despesa PPA:	277
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.49 - MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1400 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.49 . 0 . 339039
Despesa PPA:	278
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.49 - MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1401 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 319003
Despesa PPA:	279
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.03.00 - Pensões
Despesa LDO:	1402 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 319011
Despesa PPA:	280

Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1403 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 319013
Despesa PPA:	281
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1404 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 319094
Despesa PPA:	282
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
Despesa LDO:	1405 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 339014
Despesa PPA:	283
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1406 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 339030
Despesa PPA:	284
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1407 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 339034
Despesa PPA:	285
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
Despesa LDO:	1408 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 339036
Despesa PPA:	286
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1409 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 339039
Despesa PPA:	287
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1410 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 339093
Despesa PPA:	288
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
Despesa LDO:	1411 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 449052
Despesa PPA:	289
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1412 - 0 . 8002 . 15 . 451 . 1501 . 2.50 . 0 . 449061

Despesa PPA:	290
Unidade orçamentária:	8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:	1501 - CIDADE DE TODOS
Ação:	2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis
Despesa LDO:	1413 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.51 . 0 . 319011
Despesa PPA:	291
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.51 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1414 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.51 . 0 . 319013
Despesa PPA:	292
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.51 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1415 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.51 . 0 . 339030
Despesa PPA:	293
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.51 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1416 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.51 . 0 . 339039
Despesa PPA:	294
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.51 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1417 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.51 . 0 . 449052
Despesa PPA:	295
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.51 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
Despesa LDO:	1418 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.52 . 0 . 339030
Despesa PPA:	296
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.52 - RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1419 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.52 . 0 . 339039
Despesa PPA:	297
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.52 - RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1420 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.53 . 0 . 339030
Despesa PPA:	298
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.53 - MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1421 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.53 . 0 . 339039
Despesa PPA:	299
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.53 - MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Despesa LDO:	1422 - 0 . 8003 . 26 . 782 . 2601 . 2.53 . 0 . 339047
Despesa PPA:	300
Unidade orçamentária:	8003 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	2601 - PROGRAMA NOVOS CAMINHOS
Ação:	2.53 - MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas
Despesa LDO:	1423 - 0 . 9001 . 8 . 244 . 801 . 2.54 . 0 . 319011
Despesa PPA:	301
Unidade orçamentária:	9001 - GABINETE SECRETARIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.54 - GABINETE SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1424 - 0 . 9001 . 8 . 244 . 801 . 2.54 . 0 . 319013
Despesa PPA:	302
Unidade orçamentária:	9001 - GABINETE SECRETARIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.54 - GABINETE SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1425 - 0 . 9001 . 8 . 244 . 801 . 2.54 . 0 . 339014
Despesa PPA:	303
Unidade orçamentária:	9001 - GABINETE SECRETARIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.54 - GABINETE SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1426 - 0 . 9001 . 8 . 244 . 801 . 2.54 . 0 . 339030
Despesa PPA:	304
Unidade orçamentária:	9001 - GABINETE SECRETARIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.54 - GABINETE SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1427 - 0 . 9001 . 8 . 244 . 801 . 2.54 . 0 . 339039
Despesa PPA:	305
Unidade orçamentária:	9001 - GABINETE SECRETARIO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
Programa:	801 - BEM VIVER
Ação:	2.54 - GABINETE SECRETARIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1428 - 0 . 9002 . 8 . 243 . 802 . 2.55 . 0 . 339008
Despesa PPA:	306
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	2.55 - MANUTENÇÃO PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
Despesa LDO:	1429 - 0 . 9002 . 8 . 243 . 802 . 2.55 . 0 . 339030
Despesa PPA:	307
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	2.55 - MANUTENÇÃO PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1430 - 0 . 9002 . 8 . 243 . 802 . 2.55 . 0 . 339032
Despesa PPA:	308
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	2.55 - MANUTENÇÃO PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Despesa LDO:	1431 - 0 . 9002 . 8 . 243 . 802 . 2.55 . 0 . 339039
Despesa PPA:	309
Unidade orçamentária:	9002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	802 - CRIANÇA E ADOLESCENTE A HORA É AGORA
Ação:	2.55 - MANUTENÇÃO PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS
Subação:	

Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Unidade gestora:	**1 - Câmara Municipal de Vereadores de Diamante do Sul**
Despesa LDO:	1196 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 319011
Despesa PPA:	74
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesa LDO:	1197 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 319013
Despesa PPA:	75
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Despesa LDO:	1198 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 339014
Despesa PPA:	76
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
Despesa LDO:	1199 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 339030
Despesa PPA:	77
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Despesa LDO:	1200 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 339036
Despesa PPA:	78
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Despesa LDO:	1201 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 339039
Despesa PPA:	79
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1202 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 339040
Despesa PPA:	80
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Despesa LDO:	1203 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 449051
Despesa PPA:	81
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Despesa LDO:	1204 - 1 . 1001 . 1 . 31 . 101 . 2.1 . 0 . 449052
Despesa PPA:	82
Unidade orçamentária:	1001 - Câmara Municipal de Diamante do Sul
Função:	1 - Legislativa
Subfunção:	31 - Ação Legislativa
Programa:	101 - GESTÃO LEGISLATIVA
Ação:	2.1 - ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL
Subação:	
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:A07A5CA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23826/2026

DECRETO Nº 23826/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 2.727.022,92 e dá outras providências.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 6º, parágrafo III, da Lei 2919/2025 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 2.727.022,92 (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, vinte e dois reais e noventa e dois centavos) de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
06.182.0003.2002	AÇÕES NA DEFESA CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	78.764,00
	SUBTOTAL	78.764,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
04.122.0003.2004	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.004	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
26.782.0003.2005	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	409.000,00
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
04.001	DEPTO DE FOMENTO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA	
19.126.0004.2007	DEPTO DE FOMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO TECNOLOGIO, EMPREGO E RENDA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	145.000,00
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2025	ATIVIDADES DOS SETORES INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
04.121.0003.2026	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E RECEITA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	41.000,00
	SUBTOTAL	421.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.306.0006.2033	MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	272.000,00
07.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0013.2040	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
3540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	322.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3752	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
10.304.0007.2048	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
4310	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	15.000,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	

3933	00496-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	40.000,00
	SUBTOTAL	75.000,00
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0015.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	110.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2065	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
5500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	278.758,92
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5400	00967-Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	10.000,00
08.122.0010.2066	BLOCO GESTÃO SUAS - IGD SUAS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
5140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	293.758,92
11	SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
11.001	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
14.244.0016.2070	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
	SUBTOTAL	2.500,00
12	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
12.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
16.482.0014.2071	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.542.0012.2089	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00
	SUBTOTAL	272.000,00
14	SECRETARIA DE TURISMO, COMUNICAÇÃO SOCIAL, MARKETING E EVENTOS	
14.001	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MARKETING	
04.695.0011.2083	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MARKETING	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
	SUBTOTAL	90.000,00
15	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
15.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0009.2042	DEPTARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
7010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
7020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	308.000,00
	TOTAL	2.727.022,92

Art. 2º - Os recursos necessários à cobertura do presente crédito decorrerão do cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
06.182.0003.2002	AÇÕES NA DEFESA CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
	SUBTOTAL	9.000,00
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
04.002	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
11.661.0004.1009	PARQUE INDUSTRIAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
20.606.0005.2018	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	600.758,92
	SUBTOTAL	600.758,92
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2025	ATIVIDADES DOS SETORES INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	182.500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	74.764,00

	SUBTOTAL	257.264,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
3730	00496-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	40.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3770	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	35.000,00
10.301.0007.1043	VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS NA SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	45.000,00
08.002	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2049	CONSÓRCIOS DE SAÚDE	
3.3.72.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
4390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00
	SUBTOTAL	290.000,00
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0015.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	600.000,00
09.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
15.451.0008.1056	PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
15.451.0015.1057	REURBANIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00
	SUBTOTAL	1.500.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5380	00967-Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	10.000,00
08.122.0010.2061	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
	TOTAL	2.727.022,92

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUÍS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3F957807

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23827/2026

DECRETO Nº 23827/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 6.192.964,20 e dá outras providências.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos/PR, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 6.192.964,20 (seis milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos) proveniente dos excessos de arrecadação abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.004	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
26.782.0003.2005	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
590	00509-Gerenciamento do Trânsito	19.000,00
	SUBTOTAL	19.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2035	EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2670	00101-FUNDEB 60%	200.000,00
12.365.0006.2082	ESCOLA DO CAMPO - INFANTIL	

3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3040	00101-FUNDEB 60%	60.000,00
12.782.0006.2034	TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
3341	01264-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	22.800,00
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
2460	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.188.000,00
	SUBTOTAL	1.470.800,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.304.0007.2048	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4190	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	200.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4210	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	200.000,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3691	01337-EMENDA BANCADA 7117007 - PROP 36000782290/2026-00	160.508,92
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3752	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3796	01337-EMENDA BANCADA 7117007 - PROP 36000782290/2026-00	32.500,00
10.301.0007.2045	FARMÁCIA BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3643	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	8.000,00
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4091	01350-PROPOSTA 63000766457/2026-00 - SERGIO SOUZA	28.220,23
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
4123	01350-PROPOSTA 63000766457/2026-00 - SERGIO SOUZA	107.361,00
4122	01352-PROPOSTA 63000724898/2026-00 - SPERAFICO	210.000,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3918	01335-EMENDA 40740003-PROP 36000750560/2026-00 VERMELHO	14.020,00
3922	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	2.000,00
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4165	01350-PROPOSTA 63000766457/2026-00 - SERGIO SOUZA	45.000,00
4167	01352-PROPOSTA 63000724898/2026-00 - SPERAFICO	155.000,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3990	00495-Atenção Básica	60.000,00
08.002	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2049	CONSÓRCIOS DE SAÚDE	
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4374	01337-EMENDA BANCADA 7117007 - PROP 36000782290/2026-00	296.554,05
	SUBTOTAL	1.529.164,20
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4453	01317-CONVÊNIO 691/2025 - SEAB	3.000.000,00
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0015.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4550	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	100.000,00
	SUBTOTAL	3.100.000,00
11	SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
11.002	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
08.241.0016.2060	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6060	01133-Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0012.2015	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6510	00555-SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
15	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
15.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0009.2042	DEPTARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7071	01341-FMEL - PERCAPTA	9.000,00
	SUBTOTAL	9.000,00
	TOTAL	6.192.964,20

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se

Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ED859088

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23828/2026

DECRETO Nº 23828/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R$ 113.994,27 e dá outras providências.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos-Pr, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 113.994,27 (cento e treze mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos) proveniente do superavit financeiro do exercício de 2025 abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3924	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	11.737,50
08.002	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2049	CONSÓRCIOS DE SAÚDE	
3.3.72.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
4393	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	20.708,96
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4407	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	55.334,40
	SUBTOTAL	87.780,86
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5402	01319-EMENDA 4074004-PROC 7100109317/2025-15 VERMELHO	20.000,00
10.003	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0010.2067	FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA-/FMDCA/ECA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5751	01279-INC.EST VOLTADOS A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	6.200,83
	SUBTOTAL	26.200,83
11	SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
11.001	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
14.244.0016.2070	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6011	01197-SEMIPI - APOIO POLÍTICA DA MULHER	12,58
	SUBTOTAL	12,58
	TOTAL	113.994,27

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUÍS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:21AB6D08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 310/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 310/2026 de 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 75.236,68 (setenta e cinco mil duzentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.059.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	
231 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS- PESSOAL CIVIL	1.621,00
232 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	129,68
233 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	282,05
09.001.12.361.0004.2.017.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	
587 - 3.1.90.94.00.00	01101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	8.488,66
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
333 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.030,00
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
340 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	14.921,74
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.056.		Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
409 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	48.763,55
		Total Suplementação:	**75.236,68**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.2.50.02.00.00000000	Fonte: 1001	752,08
Receita:1.1.1.3.03.11.02.00000000	Fonte: 1001	6.390,48
Receita:1.1.1.3.03.41.01.01000000	Fonte: 1001	16.266,72
Receita:1.1.1.9.99.04.01.00000000	Fonte: 1001	1.140,94
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1001	558,06
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1022	10.521,39
Receita:1.7.1.9.58.01.00.00000000	Fonte: 1001	3.186,38
Receita:1.7.2.1.51.01.00.00000000	Fonte: 1001	16.727,92
Receita:1.9.2.2.99.01.99.01000000	Fonte: 1001	1.306,98
Receita:1.9.2.3.99.01.01.00000000	Fonte: 1001	2.433,99
Receita:1.7.1.2.52.41.00.00000000	Fonte: 1001	14.921,74
Receita:1.1.1.3.03.11.02.00000000	Fonte: 1001	1.030,00
	Total da Receita:	**75.236,68**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0FFFE077

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 257 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 257/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

O Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e em conformidade com a Lei Municipal nº 900 de 01 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026, no valor de 853.600,00 (Oitocentos e Cinquenta e Três Mil e Seiscentos Reais), mediante as seguintes providências:
1 – Suplementação de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	

04.001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
4.122.201.2.4	MANTER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
200	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
220	0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	SUBTOTAL	140.000,00
06	SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO	
06.002	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.601.2.13	MANTER E DESENVOLVER O ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
550	0000 Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
06.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.601.2.16	MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1100	0000 Recursos Ordinários (Livres)	28.000,00
06.006	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.601.2.20	MANTER O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1530	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	220.000,00
	SUBTOTAL	283.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FDO MUN. SAUDE -DEPTO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.701.2.22	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1610	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS DA MULHER	
08.001	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO BEM ESTAR SOCIAL	
8.244.801.2.31	MANTER O DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2590	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.801.2.34	AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2780	0839 TRANS FEAS PISO UNICO ASSIST SOC PAS 839	700,00
2790	0934 BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	900,00
8.244.801.2.35	AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3100	0782 TRANSF. PROGRAMA FEDERAL FNAS PAEFI REG	1.000,00
	SUBTOTAL	22.600,00
09	SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.901.2.42	MANTER E ADEQUAR ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3870	0000 Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3890	0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
09.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS	
26.782.902.1.46	PAVIMENTAR ESTRADAS RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4141	0675 Operações de Crédito Interna FINISA 2023	72.000,00
26.782.902.2.47	MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4230	0000 Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	308.000,00
	TOTAL	853.600,00

TOTAL: 853.600,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito referido no artigo primeiro, serão utilizados:
I) os recursos oriundos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024, conforme o previsto no inciso I, do parágrafo 1° do art. 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, a seguir especificados:

Fonte			
Código Despesa	**Fonte**	**Descrição**	**Valor**
4141	00675	Operações de Crédito Interna FINISA 2023	55510.31
	TOTAL	55.510,31	

II) Excesso de arrecadação dos recursos assegurados pelos repasses a seguir especificados, em conformidade com o Inciso II, do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.3.2.1.01.1.1.05.14.00.00.00	REM.DEP.BANC. OP.CREDITO FINISA 675 - 710996	16489.69
	TOTAL	16.489,69

II) – Anulação parcial ou total das Dotações Orçamentárias a seguir descritas, em conformidade com o inciso III, do §1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
28.846.202.0.6	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL AO FUNDOFEP	
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	

280	0000 Recursos Ordinários (Livres)	248.000,00
	SUBTOTAL	248.000,00
06	SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO	
06.002	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.601.2.13	MANTER E DESENVOLVER O ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
580	0000 Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
760	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
790	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	18.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
820	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	109.000,00
06.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.601.1.15	CONSTRUIR E ADEQUAR UNIDADES EDUCACIONAIS INFANTIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
930	0000 Recursos Ordinários (Livres)	48.000,00
12.365.601.2.16	MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1090	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	63.000,00
	SUBTOTAL	303.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS DA MULHER	
08.001	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO BEM ESTAR SOCIAL	
8.244.801.2.32	CONSTRUIR E REFORMAR RESIDÊNCIAS DA POPULAÇÃO CARENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2710	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.801.2.34	AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2860	0839 TRANS FEAS PISO UNICO ASSIST SOC PAS 839	700,00
2870	0934 BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	900,00
8.244.801.2.35	AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3160	0782 TRANSF. PROGRAMA FEDERAL FNAS PAEFI REG	1.000,00
	SUBTOTAL	22.600,00
09	SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.901.2.41	MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3720	0000 Recursos Ordinários (Livres)	48.000,00
17.512.901.1.44	SANEAMENTO BÁSICO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4070	0504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	20.000,00
09.002	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS	
15.452.901.2.45	MANTER O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4130	0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
09.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS	
26.782.902.2.47	MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4250	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	208.000,00
	TOTAL	781.600,00

TOTAL: 853.600,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:5CA45493

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5136 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N. º 5136/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei n.º 803/2025 de 19 de dezembro de 2025:
DECRETA
Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Flórida para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 345.472,27 (trezentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e sete centavos) para o reforço e criação das seguintes dotações:

04			**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
04.003			**Divisão de Material e Patrimônio**	
04.003.04.122.0002.2.011			**Manutenção da Divisão de Licitação, Material e Patrimônio**	
61	3.1.90.11.00.00	01000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.000,00
06			**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
06.002			**Divisão da Família**	
06.002.08.122.0006.2.015			**Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social**	
110	3.1.91.13.00.00	01000	Obrigações Patronais	10.000,00
06.003			**Fundo Municipal de Assistência Social**	
06.003.08.244.0006.2.018			**Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único**	
125	3.1.90.11.00.00	01000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00
06.003.08.245.0008.2.022			**Bloco da Proteção Social Especial da Média e Alta Complexidade (MAC)**	
168	3.3.90.39.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.500,00
07			**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.004			**Fundo Municipal de Saúde**	
07.004.10.301.0009.2.033			**Atenção Primária a Saúde**	
677	3.1.90.11.00.00	31323	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.000,00
655	3.1.90.11.00.00	31324	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.872,27
07.004.10.305.0009.2.040			**Fortalecimento da Política de Vigilância Sanitária**	
285	3.1.90.11.00.00	11051	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.000,00
288	3.1.91.13.00.00	11051	Obrigações Patronais	5.000,00
08			**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**	
08.005			**Divisão de Esportes**	
08.005.27.812.0012.2.053			**Manutenção de Atividades Esportivas e Recreativas**	
408	3.1.90.11.00.00	01000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.000,00
09			**SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**	
09.003			**Divisão de Obras e Urbanismo**	
09.003.15.452.0013.2.061			**Manutenção do Cemitério Municipal**	
500	3.3.90.37.00.00	01000	Locação de Mão-de-Obra	16.100,00
10			**SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE**	
10.002			**Divisão de Meio Ambiente**	
10.002.18.541.0014.2.068			**Desenvolvimento de Atividades de Proteção ao Meio Ambiente**	
549	3.3.90.39.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.000,00
			Total das Suplementações	**345.472,27**

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional descrito no Art. 1.º deste Decreto serão provenientes do excesso de arrecadação da receita 1.3.2.1.01.11.01.00.00.00.00 fonte 31324, no valor de R$ 1.872,27, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64 e da anulação das dotações abaixo no valor de R$ 343.600,00, conforme Art. 43 § 1.º, III da Lei Federal 4.320/64.

02			**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001			**Gabinete do Prefeito**	
02.001.04.122.0002.2.002			**Manutenção do Gabinete do Prefeito**	
8	3.3.90.40.00.00	01000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	900,00
02.001.08.243.0002.2.004			**Manutenção do Conselho Tutelar**	
12	3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	4.100,00
02.002			**Procuradoria Jurídica**	
02.002.04.122.0002.2.005			**Manutenção da Procuradoria Jurídica Municipal**	
21	3.3.90.33.00.00	01000	Passagens e Despesa com Locomoção	1.900,00
04			**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
04.002			**Divisão de Recursos Humanos**	
04.002.04.122.0002.2.010			**Manutenção da Divisão de Recursos Humanos**	
56	3.3.90.33.00.00	01000	Passagens e Despesa com Locomoção	1.900,00
57	3.3.90.36.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.200,00
04.003			**Divisão de Material e Patrimônio**	
04.003.04.122.0002.2.011			**Manutenção da Divisão de Licitação, Material e Patrimônio**	
67	3.3.90.39.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
05			**SECRETARIA DE FINANÇAS**	
05.001			**Divisão de Contabilidade**	
05.001.28.843.0005.0.001			**Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna**	
78	3.2.90.21.00.00	01000	Juros sobre a Dívida por Contrato	10.000,00
79	3.2.91.21.00.00	01000	Juros sobre a Dívida por Contrato	4.000,00
81	4.6.90.71.00.00	01000	Principal da Dívida Contratual Resgatado	20.000,00
06			**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
06.003			**Fundo Municipal de Assistência Social**	
06.003.08.244.0007.2.019			**Gestão de Benefícios Eventuais**	
135	3.3.90.32.00.00	01000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	27.000,00
06.003.28.245.0006.2.020			**Bloco de Gestão do SUAS - IGD - SUAS**	
140	3.3.90.33.00.00	01000	Passagens e Despesa com Locomoção	1.000,00
06.005			**Fundo Municipal do Idoso**	
06.005.08.241.0007.2.027			**Ações de Apoio a Melhor Idade**	
189	3.1.91.13.00.00	01000	Obrigações Patronais	3.000,00
07			**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.004			**Fundo Municipal de Saúde**	
07.004.10.301.0009.2.032			**Incentivo Financeiro da Atenção Primária da Saúde por Desempenho**	
215	3.1.90.11.00.00	11051	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.000,00
219	3.1.91.13.00.00	11051	Obrigações Patronais	5.000,00
07.004.10.301.0009.2.033			**Atenção Primária em Saúde**	
233	3.3.90.30.00.00	31323	Material de Consumo	100.000,00
245	3.3.90.39.00.00	31323	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
08			**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**	
08.004			**Divisão de Cultura**	
08.004.13.392.0011.2.052			**Manutenção de Atividades Esportivas e Recreativas**	
392	3.1.90.11.00.00	01000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00
12			**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**	
12.001			**Divisão de Indústria**	
12.001.22.122.0015.2.071			**Manutenção da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo**	
554	3.1.90.11.00.00	01000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00

189	3.1.91.13.00.00	01000	Obrigações Patronais	5.000,00
12.001.22.661.0015.2.072			**Manutenção do Programa Municipal de Transporte do Trabalhador**	
567	3.3.90.39.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	400,00
12.001.23.691.0015.2.075			**Fortalecimento da Feira do Produtor Rural**	
581	3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	2.000,00
12.003			**Divisão de Turismo**	
12.003.27.695.0015.2.076			**Promoção ao Turismo Local**	
586	3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	4.900,00
587	3.3.90.39.00.00	01000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.900,00
13			**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**	
13.001			**Unidade Central de Controle Interno**	
13.001.04.124.002.2.079			**Manutenção da Secretaria Municipal de Controle Interno**	
596	3.3.90.33.00.00	01000	Passagens e Despesa com Locomoção	1.400,00
			Total dos Cancelamentos	**343.600,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Florida, aos 14 de Agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:F07B351F

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5155 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5155/2026 de 24/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 803/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO	
04.001.04.122.0002.2.008.		Manutenção da Secretaria de Municipal de Administração	
35 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
36 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
04.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
04.002.04.122.0002.2.010.		Manutenção da Divisão de Recursos Humanos	
59 - 3.3.90.46.00.00	01000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	55.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.004.10.304.0009.2.039.		Fortalecimento da Política de Vigilância Sanitária	
272 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
08.001.12.122.0010.2.041.		Gestão da Secretaria Municipal de Educação	
302 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.001.12.306.0010.2.042.		Distribuição de Merenda Escolar aos Alunos do Ensino Fundamental	
309 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
08.001.12.361.0010.2.043.		Ações de Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
318 - 3.1.91.13.00.00	01103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
08.002.12.306.0010.2.046.		Distribuição de Merenda Escolar aos Alunos da Educação Infantil	
350 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
08.002.12.365.0010.2.047.		Manutenção da Educação Infantil Municipal	
354 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
358 - 3.1.91.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO	
09.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO	
09.003.15.452.0013.2.059.		Manutenção da Secretaria de Obras e Manutenção dos Próprios Públicos Municipais	
489 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
09.003.15.452.0013.2.061.		Manutenção do Cemitério Municipal	
501 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
09.003.15.452.0013.2.063.		Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública e Coleta Seletiva de	Lixo
509 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		DIVISAO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.122.0014.2.066.		Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
528 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
10.002.00.000.0000.0.000.		DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	
10.002.18.541.0014.2.068.		Desenvolvimento de Atividades de Proteção ao Meio Ambiente	
549 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00

		Total Suplementação:	**192.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
5 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500,00
02.001.08.243.0002.2.004.		Manutenção do Conselho Tutelar	
13 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500,00
14 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	900,00
03.000.00.000.0000.0.000.		JUNTA DO SERVICO MILITAR	
03.001.00.000.0000.0.000.		JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	
03.001.05.153.0003.2.006.		Manutenção da Junta de Alistamento Militar	
25 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	900,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO	
04.001.04.122.0002.2.007.		Instrumentalizar as Secretarias Municipais com Sistema de Gestão	Integrado
34 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.900,00
04.001.04.122.0002.2.008.		Manutenção da Secretaria de Municipal de Administração	
39 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
04.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	
04.003.04.122.0002.2.011.		Manutenção da Divisão de Licitação, Material e Patrimônio	
65 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANCAS	
05.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TESOURARIA	
05.002.04.123.0004.2.013.		Manutenção da Divisão de Tesouraria	
93 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	900,00
05.002.04.129.0004.2.014.		Operacionalização do Sistema Tributário Municipal	
102 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.400,00
106 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.200,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.245.0007.2.021.		Bloco de Proteção Social Básica	
157 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
162 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	4.200,00
06.003.08.245.0008.2.022.		Bloco da Proteção Social Especial da Média e Alta Complexidade	(MAC)
164 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
165 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.900,00
166 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.900,00
167 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.900,00
06.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.004.08.243.0006.2.023.		Fortalecimento do Controle Social - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.	
169 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
170 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
171 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
172 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.900,00
06.004.08.243.0007.2.024.		Ações de Atendimento a Criança e ao Adolescente	
175 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
06.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
06.005.08.241.0007.2.027.		Ações de Apoio a Melhor Idade	
190 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	400,00
06.006.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
06.006.08.242.0006.2.028.		Fortalecimento do Controle Social - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
196 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
06.006.08.242.0008.2.029.		Subvenções Sociais a APAE	
198 - 3.3.50.43.00.00	01000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	3.900,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.004.10.301.0009.2.033.		Atenção Primária em Saúde	
251 - 3.3.90.40.00.00	01303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
08.001.12.122.0010.2.041.		Gestão da Secretaria Municipal de Educação	
303 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
304 - 3.3.90.36.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.900,00
306 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
08.001.12.361.0010.1.009.		Reforma e Melhorias na Escola Municipal Duque de Caxias	
311 - 4.4.90.51.00.00	01104	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.300,00
08.001.12.361.0010.2.043.		Ações de Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
328 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.900,00
329 - 3.3.90.36.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
08.001.12.361.0010.2.044.		Manutenção do Transporte Escolar no Município	
341 - 3.3.90.08.00.00	01104	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	400,00
342 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	3.200,00
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE EDUCAÇÀO INFANTIL	
08.002.12.365.0010.2.047.		Manutenção da Educação Infantil Municipal	
365 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.400,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
09.001.26.782.0013.2.054.		Manutenção do Parque de Máquinas Municipal	
430 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
09.001.26.782.0013.2.055.		Manutenção e Conservação de Ruas, Avenidas e Estradas Vicinais	
437 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	900,00
09.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO	
09.002.17.512.0013.2.056.		Manutenção do Sistema Municipal de Distribuição e Tratamento de Água	

446 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	900,00
449 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO	400,00
		SERVIDOR E DO MILITAR	
451 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	200,00
452 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.900,00
453 - 3.3.90.37.00.00	01000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	900,00
09.002.17.512.0013.2.057.		Manutenção do Sistema Municipal de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário	
465 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.900,00
09.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO	
09.003.15.452.0013.2.059.		Manutenção da Secretaria de Obras e Manutenção dos Próprios Públicos Municipais	
490 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
491 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.400,00
09.003.15.452.0013.2.061.		Manutenção do Cemitério Municipal	
499 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
09.003.15.452.0013.2.062.		Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
502 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.900,00
503 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	900,00
504 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.100,00
505 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	400,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		DIVISAO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.0014.2.067.		Promoção das Atividades Agropecuárias	
539 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	900,00
542 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
543 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
10.002.00.000.0000.0.000.		DIVISAO DE MEIO AMBIENTE	
10.002.18.541.0014.2.068.		Desenvolvimento de Atividades de Proteção ao Meio Ambiente	
545 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.300,00
546 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	900,00
547 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.100,00
10.002.18.541.0014.2.069.		Recuperação e Proteção de Nascentes	
550 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	900,00
551 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	900,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
12.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE INDUSTRIA	
12.001.22.122.0015.2.071.		Manutenção da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	
557 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.700,00
559 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
12.001.22.661.0015.2.072.		Manutenção do Programa Municipal de Transporte do Trabalhador	
567 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
12.001.23.691.0015.2.073.		Manutenção da Sala do Empreendedor	
573 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
575 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	500,00
		Total Redução:	**192.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:DB708E6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE SRP N.º 30/2025-PMFJ.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.° 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Objeto: "CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (FEDERAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, LIGAS, ENTRE OUTRAS) PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS AMADORAS, MODALIDADES DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR."

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 202/2026.
Detentor da Ata: LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DE GUARAPUAVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 76.179.175/0001-70, sediada à RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 2707, 0 GINASIO SANTA TEREZINHA - CEP: 85010000 - BAIRRO: DOS ESTADOS, Guarapuava/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) SERGIO FIRMAN, inscrito (a) no CPF sob nº 472.881.249-91, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS					
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Preço unitário
LOTE: 002 - Lote 002	1	27899	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SETE COMPREENDE O ENVIO DE EQUIPE COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO, PARA O TEMPO DE JOGO DE 50 (CINQUENTA) MINUTOS, DIVIDIDOS EM 02 TEMPOS DE 25 (VINTE E	JOGO	294,64

			CINCO) MINUTOS, COM 10 (DEZ) MINUTOS DE INTERVALO ENTRE CADA TEMPO JOGOS PARA CATEGORIAS: MASCULINO, FEMININO E DE BASE.		
LOTE: 003 - Lote 003	1	27900	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL COMPREENDE O ENVIO DE EQUIPE COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO, PARA O TEMPO DE JOGO DE 50 (CINQUENTA) MINUTOS, DIVIDIDOS EM 02 TEMPOS DE 25 (VINTE E CINCO) MINUTOS CORRIDOS (E OU (VINTE) MINUTOS COM O ÚLTIMO MINUTO CRONOMETRADO DE ACORDO COM O REGULAMENTO) 5 (CINCO) MINUTOS DE INTERVALO ENTRE CADA TEMPO. JOGOS PARA CATEGORIAS: MASCULINO, FEMININO E DE BASE.	JOGO	317,85

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 7 Dias
VALOR TOTAL: R$ 55.820,40 (Cinqüenta e Cinco Mil, Oitocentos e Vinte Reais e Quarenta Centavos).
DATA DE ASSINATURA: 05/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:14F39D5A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 620/2026

Concede Progressão Funcional e da outras providências.

O senhor Adilson Souza de Brito, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 31 § 1º da Lei Municipal nº 1.884/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2026, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, conforme art. 31 § 1º, da Lei Municipal nº 1.884/2009:

Nome do servidor	Cargo	Do nível	Para o nível
Jurandir Toffoli	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11
Maria Aparecida Martins Gomes	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-09	GOB1-10
Maria Aparecida Monteiro de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11
Ney Luiz Viana	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11
Nilson Agnelo da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	GOB1-10	GOB1-11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 06 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:74347D9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.009/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 381.576,98 (trezentos e oitenta e um mil e quinhentos e setenta e seis reais e noventa e oito centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$13.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	13.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$12.000,00
01064.01064.09.02.06.20.1.605.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	12.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2044-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	R$40.000,00
01042.01042.09.01.06.00.1.552.0000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	40.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$18.000,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	18.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$3.300,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	3.300,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	R$42.777,09
01042.01042.09.01.06.00.1.552.0000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	42.777,09
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.000,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.700,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.700,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$40.648,89
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	40.648,89
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.000,00
00002.00002.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	10.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2078-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$40.000,00
00002.00002.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	40.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2078-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$100.000,00
00002.00002.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	100.000,00
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL COMPRAS,LICIT.CONTR.ADMINISTR	
20.001 - GABINETE SECR.MUN.COMPRAS,LIC.CONTR.ADMINISTRATIVO	
20.001.4.122.2.2081-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$8.151,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	8.151,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$82.777,09
01042.01042.09.01.06.00.1.552.0000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	82.777,09
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$12.000,00
01064.01064.09.02.06.20.1.605.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	12.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.303.6.2029-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$13.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	13.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$21.300,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	21.300,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$5.700,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.700,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$10.000,00

00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$40.648,89
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	40.648,89
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.1010-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.1010-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$150.000,00
00002.00002.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	150.000,00
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL COMPRAS,LICIT.CONTR.ADMINISTR	
20.001 - GABINETE SECR.MUN.COMPRAS,LIC.CONTR.ADMINISTRATIVO	
20.001.4.122.2.2081-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$8.151,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	8.151,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 06 de outubro de 2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:C53FEC6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026 – DISPENSA Nº 16/2026.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: MEDLAB - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
OBJETO: Aquisição de seringa descartável de 1ML

LOTE	*ITEM*	*CÓDIGO ELOTECH*	*QTDE*	*UND*	*DESCRIÇÃO*	*VALOR UNITÁRIO (R$)*	*VALOR TOTAL (R$)*
1	*1*	*10814*	*12.500*	*Und*	Seringa descartável 01 ml para insulina sem agulha, bico luer lock, com pistão sistema zero resíduo para evitar o desperdício de medicamentos, estéril, apirogênica, atóxica, embalada individualmente, indicada para procedimento, cilíndrica atraloc. com registro na ANVISA	*0,96*	*12.000,00*

PROC. ADM.: 761/2026.
VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais).
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
DATA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026

ASSINATURAS	Thiago Daross Stefanello
	João Gabriel Avanci
	Denise Sieben

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:2F1A2056

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N°03

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Elpídio dos Santos, n° 541 –Fone (46) 3245-1130 CEP – 85548-000 – Honório Serpa – PR

CONTRATO DE TRABALHO Nº 03/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA		CNPJ 95585444/0001-42
Endereço: Rua Elpídio dos Santos, 541	Cidade: Honório Serpa	Estado: PARANÁ
Contratada (a): Weverton Luiz Lamonato		UF: PARANÁ
CPF: 094.166.079-67		
Endereço:	Cidade:	Estado: PR

Rua Leopoldo Ferreira	Honório Serpa	

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas contratante e contratado(a), celebram contrato de trabalho por prazo determinado e passam adiante a ser denominadas de a primeira de contratante e a segunda de empregada, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O empregado(a) exercerá o Emprego de OPERADOR MAQUINAS RODOVIÁRIA PSS, com jornada semanal de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado, aberto através do Edital nº. 02/2026 e Edital 07/L de homologação do resultado final de 03 de agosto de 2026 e Edital de Convocação nº 03-O/2026 de 28 de setembro de 2026, cumprindo entre outras as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado que correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do emprego o empregado(a) receberá mensalmente, o valor de R$ 2.248,12 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais e doze centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do empregado(a) será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o empregado(a) informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica porem ciente que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o contratante é obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízos econômicos.
CLÁUSULA QUARTA: O empregado(a) fica a disposição do Departamento de Serviços Urbanos e trabalhara na zona rural e ou urbana deste Município.
CLÁUSULA QUINTA: O empregado(a) responde pelos prejuízos que causar com dolo ou culpa.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por prazo determinado podendo ser rescindido a qualquer tempo por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor em 05 de outubro de 2026, vencendo-se em 04 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado uma vez por mais seis meses, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O empregado(a) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, contratante e empregado (a) assinam este instrumento em duas vias na presença das testemunhas infra-subscritas.

Honório Serpa, 06 de outubro de 2026

Empregador	Empregad0(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***WEVERTON LUIZ LAMONATO***
Prefeito Municipal	

EDERSON LUIZ DOS SANTOS
Diretor Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:7A5FFE8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 024/2026-PMI

CONTRATO Nº. 119/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **CENTRO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA – CECAF, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 01.812.024/0001-08.**
OBJETO: **Contratação de Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social**
FISCAL DESIGNADO: **Naligia de Fatima Mori, lotada na Secretaria de Assistência Social.**

Grupo	Item	Unid.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Total do item
1	1	Mês	12	Manutenção de duas vagas mensais em favor do município	7.200,00	86.400,00
	2	Acolhimento	24	Mensalidade de acolhimento efetivo para cada criança	2.750,00	66.000,00
TOTAL						**152.400,00**

VALOR: **R$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **06 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **06 de dezembro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 06 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:68B77551

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005/2026
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico Nº 005/2026
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Item
ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul – PR.
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.
OBJETO:Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar, destinados ao atendimento do Programa Saúde da Família e da Unidade Mista de Saúde São Francisco de Assis, com fornecimento realizado conforme a necessidade, no decorrer do período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA:

	Empresa Vencedora	CNPJ	V. Total
01	A.D. DAMINELLI LTDA	10.749.758/0001-80	R$ 232.088,90
02	BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	21.438.123/0001-89	R$ 6.562,50
03	CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP	32.743.242/0001-61	R$ 17.549,95
04	CIRURGICA NOSSA SENHORA - LTDA	24.586.988/0001-80	R$ 55.665,42
05	EPG COMERCIAL LTDA	60.860.141/0001-06	R$ 77.125,99
06	ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	19.336.532/0001-22	R$ 25.261,97
07	G2 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	47.647.493/0001-10	R$ 9.800,00
08	LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	34.223.536/0001-98	R$ 10.905,00
09	MEDINGA COMERCIAL LTDA	57.742.953/0001-42	R$ 3.891,89
10	NEXXA FARMACÊUTICA LTDA	61.812.902/0001-17	R$ 5.191,75
11	OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA	61.828.536/0001-94	R$ 132.917,56
12	PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA	45.107.793/0001-80	R$ 13.755,00
13	R P HOSPITALAR LTDA	59.903.312/0001-58	R$ 3.383,57
14	RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	35.042.079/0001-06	R$ 13.283,15
15	SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	58.676.108/0001-89	R$ 35.959,00
16	SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	28.643.008/0001-95	R$ 38.002,50
		Valor Total	R$ 681.344,15

Dá-se a presente Ata o valor total estimado de R$ 681.344,15 (Seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e quarenta equatro reais e quinze centavos.) pela totalidade dos itens.

Jundiaí do Sul- PR, 15 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:F6261E26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO 013/2025 - PML

Chamamento Público nº. 013/2025-PML Processo nº. 155/2025-PML

OBJETO: Credenciamento de pessoas Físicas e Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Gerais de Saúde para Limpeza Hospitalar, conforme cargo do Município, de forma complementar, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, do Município de Loanda-PR.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATÓRIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponentes **HABILITADAS:**

1º lugar - ELZA DE SOUZA, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 581.753.699-49, protocolo de nº 6129/2026, de 19/08/2026, às 09:58:33 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	08	2.958,79	284.043,84

2º lugar- NICE APARECIDA MEDEIROS DE CARVALHO, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 408.220.282-04, protocolo de nº 6867/2026, de 15/09/2026, às 16:54:48 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$

01	**SERVIÇOS GERAIS SAÚDE**	**40h**	**12**	**08**	**2.958,79**	**284.043,84**

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-PR, 06 de outubro de 2026.

JOÃO VICTOR BELTRAMINI DA SILVA
Agente de Contratação

JULIANA CARLA PEREIRA DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio

SIMONE REGINA DA SILVA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:419901A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 193/2026

DECRETO Nº. 193/2026

Súmula - Concede Progressão Horizontal.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Artigo 1º. Fica concedido aos servidores relacionados no anexo único do presente decreto, avanço horizontal, nos termos dos artigos 29 e 30, da Lei Complementar nº 002/2012, de 03/04/2012, alterada pela Lei Complementar nº. 09/2025 de 10 de novembro de 2025.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANEXO ÚNCO DO DECRETO N° 193/2026							
Matricula	**Nome**	**Cargo**	**Grupo Ocupacional**	**Faixa a ser Promovido**	**Posse**		
					Dia	**Mês**	**Ano**
965883	TEREZA AXELSON MOREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	GOSP1	A-16	1	10	2008
967037	JESSIKA MAYUMI SUGUIYAMA	FARMACEUTICO	GOP	XXIV-03	2	10	2023
966485	BRUNO DE SOUZA ROSA	MOTORISTA	GOSG1	XVI-11	2	10	2015
966500	LUCIANO FERRO TAQUETE	MOTORISTA	GOSG1	XVI-11	21	10	2015
90751	LUCIMAR VICENTE DA SILVA	OPERARIO	GOSG	VI-25	10	10	2001
966497	CRISTIANE HELOISA DA SILVA ARAUJO	SERVENTE	GOSG1	VI-10	20	10	2015
966486	CRISTINA PATRICIA DIAS BERNARDES	SERVENTE	GOSG1	VI-11	2	10	2015
966487	DEBORA CRISTINA RODRIGUES	SERVENTE	GOSG1	VI-11	2	10	2015
966670	IRAIDES ALVES FERREIRA DE GOES	SERVENTE	GOSG1	VI-09	9	10	2017
966499	LUCIANE MARIA CRUZ	SERVENTE	GOSG1	VI-11	21	10	2015
967039	CAMILA PELISSON SORGE MUNHOZ	VETERINARIO (40 Hs)	GOP	XXVII-03	3	10	2023
966484	CARLOS JOSE DOS SANTOS	VIGIA	GOSG	VI-11	2	10	2015
966731	ROBSON COSTA DE OIVEIRA	VIGIA	GOSG	VI-08	8	10	2018

Servidora abaixo relacionada não terá progressão horizontal no mês de OUTUBRO/2026. De acordo com o inciso II, do artigo 30 da LC nº002/2012.

Matricula	**Nome**	**Cargo**	**Grupo Ocupacional**	**Faixa que permanece**	**Posse**		
					Dia	**Mês**	**Ano**
966322	FABIANA GRASSI PIRES	AUXILIAR ENF. DIURNO	GOSP	VI-10	14	10	2013

Servidora abaixo relacionada não terá progressão horizontal no mês de OUTUBRO/2026. De acordo com o inciso VII, do artigo 30 da LC nº002/2012.

Matricula	**Nome**	**Cargo**	**Grupo Ocupacional**	**Faixa que permanece**	**Posse**		
					Dia	**Mês**	**Ano**
966498	FABIA FATIMA PONTES DA SILVA	SERVENTE	GOSG1	VI-09	20	10	2015

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:47C85E80

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 104/2026

LEI N°. 104/2026

Súmula – *Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º **-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) destinado ao reforço de dotações do Projeto Expansão dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

11.000	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo-SELT	
11.001	Secretaria e Dependências	
27.000.0000.0.000	Desporto e Lazer	
27.812.0000.0.000	Desporto Comunitário	
27.812.0011.0.000	Cultura e Esportes	
27.812.0011.1.075	Expansão dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer	
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
Fonte 32031	CEE/PR Deliberação 01/2026 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer	450.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	450.000,00

Artigo 2º **-**A cobertura do crédito adicional ESPECIAL autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Excesso de Arrecadação das Alíneas de Receitas 1321.01.11.01.00.00 e 2429.99.01.09.00.00.

a)	**RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA**	
2429.99.01.09.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal - CEE Del.01/2026	400.000,00
1321.01.11.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	50.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	450.000,00

Artigo 3º **-** Fica as Ações criadas por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2026 e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, com a definição dos seguintes objetivos e metas:

DENOMINAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE NO PPA	**Expansão dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer**
OBJETIVOS -	Manter as Atividades Desportivas do Município com participação e realização de jogos oficiais.
METAS 2026	Reforma e Ampliação dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer.

Artigo 4º **-** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:0ECC89A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 204/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 204/2026

Súmula: Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias, ***pelo período especificado***, a servidora pública municipal ocupante do respectivo cargo, na forma discriminada na lista abaixo, a saber:

Matric.	**Nome Funcionário**	**Data Admissão**	**Cargo**	**Período de Gozo**		**Período Aquisitivo**	
				Início	**Fim Gozo**	**Início**	Fim
15/01/2025	ALINE DORA DA SILVA FARIA	15/01/2020	Tecnico De Enfermagem De Revezamento	06/10/2026	15/10/2026	15/01/2025	14/01/2026

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (06/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:8B47439E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2025 – PE 29/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2025 – PE 29/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
FORNECEDOR: MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 07.734.903/0001-45
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de 08 de outubro de 2026 até 08 de outubro de 2027
DA PRORROGAÇÃO, QUANTITATIVO E VALOR

2.1 Prorroga-se por este Termo Aditivo o prazo de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, por mais 12 (doze) meses, a partir de 08 de outubro de 2026 até 08 de outubro de 2027, respeitando o disposto no artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.2 O quantitativo será renovado, e os valores não serão reajustados em concordância com manifestação expressa da contratada no ofício de manifestação de interesse da renovação da ata, mantendo-se as mesmas condições estabelecidas inicialmente, c:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5	**Escavadeira Hidráulica**, nova de fabricação, motor a diesel, certificação de emissões Tier III, potência bruta mínima de **120** cavalos, peso operacional mínimo de **17.000 kg**, lança do tipo monobloco com alcance de escavação mínimo de 9.025 mm e profundidade mínima de 6.012,5 mm, caçamba com capacidade mínima de 1,08 m³, sistema hidráulico com bomba de pistões de deslocamento variável com controle eletrônico, esteiras de aço com sapatas removíveis e largura mínima de 600 mm, cabine fechada com proteção ROPS/FOPS, ar-condicionado de fábrica, rádio AM/FM, câmera de ré, sistema de monitoramento multifuncional. Garantia mínima de 12 meses, sem limite de horas, com instalações para assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil, vedada a terceirização de mão de obra e serviços. MARCA: LIUGOG 922E	Un	1	R$ 629.000,00	R$ 629.000,00
6	**Pá Carregadeira,** articulada, nova de fabricação, motor a diesel, com potência líquida mínima de **135** cavalos, transmissão automática, sistema de freios de serviço multidisco em banho de óleo, freio de estacionamento eletro-hidráulico por botão, sistema antideslizamento com diferenciais de deslizamento limitado em ambos os eixos, volume da caçamba de no mínimo **2 m³** com dentes tipo encaixe rápido, altura de descarga mínima de **2.7mm,** alcance de descarga mínimo de **1.000 mm**, altura máxima do pino da caçamba de pelo menos **3.800 mm**, carga operacional mínima de **3.225 kg**, peso operacional mínimo de **11.900 kg**, tempo total de ciclo máximo de **13** segundos, sistema hidráulico com bomba de pistões axiais, sistema de arrefecimento com ventilador reversível, sistema de filtragem de ar ciclônico, cabine fechada ROPS/FOPS com ar-condicionado original de fábrica, ampla visibilidade, rádio AM/FM. Garantia mínima de **12** meses, sem limite de horas, com instalações para assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil, vedada a terceirização de mão de obra e serviços. MARCA: LIUGONG 838 T	Un	2	R$ 539.000,00	R$ 1.079.800,00
7	**Rolo Compactador Vibratório**, novo de fabricação, motor a diesel, com certificação de emissões Tier III, potência bruta mínima de **105** cavalos, potência líquida mínima de **100** cavalos. peso operacional mínimo de **11.700 kg**, largura mínima de compactação de **2.100** mm, tambor com frequência mínima de vibração de **30 Hz**, força centrífuga mínima de **25.175 kg**, sistema de propulsão hidrostático, tração nas rodas traseiras e tambor vibratório, cabine fechada ROPS/FOPS com ar-condicionado original de fábrica, banco com suspensão, cinto de segurança, espelhos retrovisores, iluminação de trabalho dianteira e traseira. Garantia mínima de **12** meses, sem limite de horas, com instalações para assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil, vedada a terceirização de mão de obra e serviços. MARCA: LIUGONG 6612 E	Un	3	R$ 444.900,00	R$ 1.334.700,00
10	**Motoniveladora**, nova de fabricação, motor a diesel, certificação de emissões Tier III, mínimo de **6** cilindros, com potência bruta mínima de **215** HP, transmissão automática, mínimo de 6 velocidades a frente e 3 a ré, Sistema Hidráulico sensível à carga com bomba de pistão de deslocamento variável, com acionamento através de 2 joysticks, Lâmina com sistema de flutuação, com mínimo de **610** mm de altura x **4200** mm de largura, Lamina Dianteira, Pneus mínimo de **17,5 - 25**, Freios a disco em banho de óleo. Trava-destrava do diferencial, capacidade do tanque de combustível mínimo de **315** litros, conter Ripper e Escarificador traseiro com mínimo 5 dentes, retrovisores externos, lavador e limpador de para-brisa inferior intermitente, rádio AM/FM, peso operacional mínimo de 18.000 Kg. Cabine Fechada ROPS/FOPS, com ar condicionado original de fábrica. Garantia mínima de 12 meses, sem limite de horas, com instalações para assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil, vedada a terceirização de mão de obra e serviços. LIUGONG 4215 D	Un	2	R$ 1.030.000,00	R$ 2.060.000,00

2.3 O Valor total registrado à empresa signatária do presente Termo Aditivo é de R$ 5.103.500,00 (cinco milhões cento e três mil e quinhentos reais).
DATA: 06/10/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:ECBA140F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2025 – PE 29/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2025 – PE 29/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
FORNECEDOR: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 06.224.121/0006-08
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de 08 de outubro de 2026 até 08 de outubro de 2027

DA PRORROGAÇÃO, QUANTITATIVO E VALOR

2.1 Prorroga-se por este Termo Aditivo o prazo de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, por mais 12 (doze) meses, a partir de 08 de outubro de 2026 até 08 de outubro de 2027, respeitando o disposto no artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.2 O quantitativo será renovado, e os valores não serão reajustados em concordância com manifestação expressa da contratada no ofício de manifestação de interesse da renovação da ata, mantendo-se as mesmas condições estabelecidas inicialmente, c:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	**Retroescavadeira**, nova de fabricação, motor a diesel, turbo, certificação de emissões Tier III, com potência líquida mínima de **87 HP,** torque máximo de **410 Nm** a **1.250 rpm,** transmissão Power Shuttle com conversor de torque, tração **4x4,** mínimo velocidades de 4 a frente e 2 a ré, velocidade máxima de **38** km/h (frente) e **46** km/h (ré), freios a disco em banho de óleo, direção hidrostática com válvula prioritária, freio de mão elétrico na cabine, cabine fechada ROPS/FOPS, duas portas, com vidro frontal laminado, design ergonômico, maior visibilidade e conforto, capacidade da caçamba frontal mínima de **1 m³**, altura máxima de operação da caçamba de **4.300** mm, altura de despejo da caçamba mínima de **2.660** mm, peso operacional mínimo de **7.200** kg, tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros, distância entre eixos mínima de **2.100** mm, largura mínima da caçamba frontal de 2.300 mm, altura da cabine mínima de **2.800** mm, comprimento total de **6.900** mm. Garantia mínima de **12** meses, sem limite de horas, com instalações para assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil, vedada a terceirização de mão de obra e serviços. MARCA: NEW HOLLAND	Un	1	R$ 415.000,00	R$ 415.000,00
8	**Motoniveladora,** nova de fabricação, motor a diesel, certificada quanto a emissões Tier III, com no mínimo **6** cilindros, potência bruta mínima de **160** cavalos, potência líquida mínima de **150** cavalos. Transmissão automática com conversor de torque e bloqueio, com no mínimo **6** marchas à frente e **3** à ré, atingindo velocidade máxima de **40** km/h à frente e **30** km/h à ré. Sistema hidráulico com bomba de pistões axiais de fluxo variável, dotado de sistema antideslizamento. Freios a disco em banho de óleo nos cubos das rodas. Equipamento montado com pneus **14x24 – 12 L – G2** e aros tripartidos de **10** polegadas. Peso operacional mínimo de **15.000** kg. Capacidade mínima do tanque de combustível de **360** litros, fabricado em material plástico de alta resistência. **Cabine fechada** com certificação de proteção (estrutura de segurança), equipada com ar-condicionado de fábrica. Ângulo de articulação do chassi de no mínimo **23°, giro de 40°,** inclinação das rodas dianteiras **de 20°,** oscilação do eixo dianteiro de **15°.** Comprimento total mínimo de **8,5** metros, altura até o topo da cabine mínima de **3,4** metros, bitola mínima de **2,1** metros e raio de giro mínimo de **7,5** metros. O equipamento deve possuir interruptor de transmissão automática de marchas. A cabine, localizada no chassi traseiro, facilita ao operador realizar manobras de marcha à ré, visualização da lâmina e articulação do chassi. A sela com no mínimo **5** posições deve permitir a inclinação da lâmina em **45°** e **90°** para ambos os lados, recurso utilizado para a construção de valas, taludes e curvas de nível. O equipamento também deve possuir um círculo de giro com dentes externos, evitando danos ao mecanismo de giro em casos de operação com ajuste inadequado, além de facilitar a limpeza dos dentes. Garantia mínima de **12** meses, sem limite de horas, com instalações para assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil, vedada a terceirização de mão de obra e serviços. MARCA: NEW HOLLAND	Un	2	R$ 1.090.000,00	R$ 2.180.000,00
9	**Motoniveladora,** nova de fabricação, motor a diesel, certificada quanto a emissões Tier III, com no mínimo **6** cilindros, potência bruta mínima de **200** cavalos, potência líquida mínima de **190** cavalos. Transmissão automática com conversor de torque e bloqueio, com no mínimo **6** marchas à frente e **3** à ré, atingindo velocidade máxima de **40** km/h à frente e **30** km/h à ré. Sistema hidráulico com bomba de pistões axiais de fluxo variável, dotado de sistema antideslizamento. Freios a disco em banho de óleo nos cubos das rodas. Equipamento montado com pneus **17.5x25 – 12 L – L2** e aros tripartidos de **14** polegadas. Peso operacional mínimo de **17.000** kg. Capacidade mínima do tanque de combustível de **360** litros, fabricado em material plástico de alta resistência. **Cabine fechada** com certificação de proteção (estrutura de segurança), equipada com ar-condicionado de fábrica. Ângulo de articulação do chassi de no mínimo **23°, giro** mínimo **de 40°,** inclinação das rodas dianteiras de no mínimo **20°,** oscilação do eixo dianteiro de no mínimo **15°.** Comprimento total mínimo de **8,5** metros, altura mínima até o topo da cabine de **3,4** metros, bitola mínima de **2,1** metros e raio de giro mínimo de **7,5** metros. O equipamento deve possuir interruptor de transmissão automática de marchas. A cabine, localizada no chassi traseiro, facilita ao operador realizar manobras de marcha à ré, visualização da lâmina e articulação do chassi. A sela com no mínimo **5** posições deve permitir a inclinação da lâmina em **45°** e **90°** para ambos os lados, recurso utilizado para a construção de valas, taludes e curvas de nível. O equipamento também deve possuir um círculo de giro com dentes externos, evitando danos ao mecanismo de giro em casos de operação com ajuste inadequado, além de facilitar a limpeza dos dentes. Garantia mínima de **12** meses, sem limite de horas, com instalações para assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil, vedada a terceirização de mão de obra e serviços. MARCA: NEW HOLLAND	Un	2	R$ 1.129.000,00	R$ 2.258.000,00

2.3 O Valor total registrado à empresa signatária do presente Termo Aditivo é de R$ 4.853.000,00 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e três mil reais).
DATA: 06/10/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:8FA8942F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PE 17/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E TRATORES COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.
PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 17/2026
Processo Adm.: 52/2026
Data do Processo: 28/04/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:	
a) Nr. Processo:	52/2026
b) Nr. Licitação:	17/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	29/09/2026
e) Objeto da Licitação:	*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS E TRATORES COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA*

Lote: 1
Participante: MEDPRIME, CLINICA GESTAO E SAUDE S/A - CNPJ: 23.481.981/0001-31

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Operador de Trator - Operador de Trator	24,000	UN	6.316,73	151.601,52
2	L	OPERADOR DE MAQUINA - OPERADOR DE MAQUINA	84,000	UN	7.689,61	645.927,24
3	L	Operador de Rolo Compactador - Operador de Rolo Compactador	36,000	UN	6.725,73	242.126,28
Total do Participante:						**1.039.655,04**

Lote: 2
Participante: TATIANE CUSTIN BUENO LTDA - CNPJ: 29.460.288/0001-69 - *Enquadrado como MPE/EPP*

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4	L	Motorista caminhão "Categoria C" - Motorista caminhão "Categoria C"	108,000	UN	6.054,45	653.880,60
5	L	Motorista caminhão "Categoria E" - Motorista caminhão "Categoria E"	12,000	UN	7.360,69	88.328,28
6	L	Motorista de ônibus "Categoria D" - Motorista de ônibus "Categoria D"	72,000	UN	6.485,68	466.968,96
7	L	Motorista veículo leve "Categoria B" sem insalubridade - Motorista veículo leve "Categoria B" sem insalubridade	24,000	UN	5.704,37	136.904,88
8	L	Motorista veículo utilitário "Categoria D" sem insalubridade - Motorista veículo utilitário "Categoria D" sem insalubridade	12,000	UN	5.704,37	68.452,44
9	L	Motorista veículo leve "Categoria B" insalubridade 20% - Motorista veículo leve "Categoria B" insalubridade 20%	12,000	UN	6.386,28	76.635,36
10	L	Motorista veículo leve "Categoria B" insalubridade 20% e adicional noturno - Motorista veículo leve "Categoria B" insalubridade 20% e adicional noturno	24,000	UN	6.517,59	156.422,16
11	L	Motorista Van "Categoria D" insalubridade 20% - Motorista Van "Categoria D" insalubridade 20%	12,000	UN	6.386,28	76.635,36
12	L	Motorista Van "Categoria D" insalubridade 20% e adicional noturno - Motorista Van "Categoria D" insalubridade 20% e adicional noturno	24,000	UN	6.648,94	159.574,56
13	L	Motorista Ambulância "Categoria D" insalubridade 20% - Motorista Ambulância "Categoria D" insalubridade 20%	12,000	UN	7.188,55	86.262,60
14	L	Motorista Ambulância "Categoria D" insalubridade 20% e adicional noturno - Motorista Ambulância "Categoria D" insalubridade 20% e adicional noturno	24,000	UN	7.340,80	176.179,20
15	L	Motorista Micro ônibus "Categoria D" insalubridade 20% e adicional noturno - Motorista Micro ônibus "Categoria D" insalubridade 20% e adicional noturno	12,000	UN	7.066,70	84.800,40
Total do Participante:						**2.231.044,80**
Total Geral:						**3.270.699,84**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):		
Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	09.002.12.361.0005.2019.3.3.90.37.00	R$ 227.831,70
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	08.002.10.122.0007.2013.3.3.90.37.00	R$ 400.262,30
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	12.002.26.782.0003.2043.3.3.90.37.00	R$ 693.414,00
MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO	11.001.15.452.0003.2040.3.3.90.37.00	R$ 81.975,35
MANUTENÇÃO ARMAZÉM DA FAMÍLIA	14.001.20.608.0004.2052.3.3.90.37.00	R$ 112.836,60
BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.001.08.244.0006.2028.3.3.90.37.00	R$ 100.341,00

Mandirituba, 29 de Setembro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:EF6E994C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PE 29/2026 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - BIODIGESTOR PARA ATIVIDADES DESTINADAS A MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE N.° 4114302/2023

ESTADO DO PARANÁ	PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	Nr.: 29/2026
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba	Processo Adm.: 77/2026
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122	Data do Processo: 02/07/2026
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	77/2026
b) Nr. Licitação:	29/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	06/10/2026
e) Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - BIODIGESTOR PARA ATIVIDADES DESTINADAS A MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE N.° 4114302/2023 PELA ITAIPU - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA

Lote: 1
Participante: GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 06.176.620/0001-62

Item	Cota		Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	L	Biodigestor – Pequeno porte - Biodigestor – Pequeno porte para resíduos orgânicos voltado para atividades de Educação Ambiental em ambiente escolar com garantia mínima de 12 meses. Especificações e Requisitos Técnicos: Volume do tanque de gás de 2.500l; Volume do tanque biodigestor de 4.000l; Utiliza resíduos de alimentos (cozinha) e/ou animais; Material: fabricado em lona de polietileno com proteção UV; O kit de instalação deve conter: um fogareiro de biogás, tubulação de gás externa (mínimo 20 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 10 metros) filtro de gás, saída combinada de gás e fertilizante, guia de montagem detalhado (arquivo digital); Equipamento deve corresponder com característica de Biodigestor Urbano; Equipamento deve utilizar como referência a norma ABNT NR ISSO 23590 – Requisitos do sistema de biogás caseiro – Projeto, instalação, operação, manutenção e segurança; - Destaca-se que o biodigestor não deve possuir necessidade de instalação na rede elétrica para seu funcionamento, devendo ser equipamentos autônomos, autossuficiente, que realizam a biodigestão anaeróbia de forma contínua; Ademais, deverão ser de fácil montagem, instalação, manuseio, transporte e manutenção, tendo dentre seus recursos de segurança praticidade e eficiência; Os filtros, tanques vedados e válvula de liberação do gás automática, instalado acima do solo minimizando os riscos de contaminação; A câmera de gás deve ser acoplado ao equipamento, de forma que equipamento não possua ou dependa de estruturas complementares para instalação, facilitando o desenvolvimento das atividades almejadas e mudança de local instalado futuro quando for o caso. O equipamento deverá conter na sua superfície adesivo de identidade visual conforme requisito pelo instrumento de repasse n°4114302/2023 pela Itaipu – programa mais que energia (20cmx30cm)	1,000	UN	8.900,00	8.900,00
		conforme segue modelo anexo ao processo. (Vincula Também a descrição da Proposta apresentada)				
		Marca: GT-BIODIGEST				
2	L	Instalação e treinamento para utilização do objeto. - Instalação e treinamento para utilização do objeto. (Vincula Também a descrição da Proposta apresentada)	1,000	SERV	4.000,00	4.000,00
Total do Participante:						12.900,00
Total Geral:						12.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE	14.002.18.542.0004.2054.4.4.90.52.00	R$ 1.800,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE	14.002.18.542.0004.2054.3.3.90.39.00	R$ 5.731,84
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE	14.002.18.542.0004.2054.3.3.90.39.00	R$ 4.218,16
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE	14.002.18.542.0004.2054.3.3.90.39.00	R$ 13.600,00

Mandirituba, 6 de Outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:4C8159F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DL 30-2026 - EMERGENCIAL MANUTENÇÃO AUTOCLAVE

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**DISPENSA DE LICITAÇÃO** **Nr.:** 30/2026 **Processo:** 111/2026 **Data do Processo:** 06/10/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 75, VIII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 111/2026

b) Licitação Nr.: 30/2026 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data Homologação: 06/10/2026
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMRPESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA AUTOCLAVE DO HOSPITAL MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

Participante: KJA MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - CNPJ: 26.051.141/0001-27 – Enquadrado como MPE/EP

Item	Cota	Descrição	Qtd	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Manutenção corretiva auto-clave – PHOENIX LUTERCO - horizontal, 200LT	1,000	SER	1.250,00	1.250,00
2	L	PEÇAS EM GERAL – PHOENIX LUTERCO - horizontal, 200LT	1,000	UN	6.103,00	6.103,00
Total do Participante: 7.353,00						

Total do Geral: 7.353,00

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	08.003.10.302.0007.2017.3.3.90.30.00	R$ 6.103,00
MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	08.003.10.302.0007.2017.3.3.90.39.00	R$ 1.250,00

Mandirituba, 06 de Outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:93272388

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0296//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0296//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº0296/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	LUCAS RAFAIN HOBOLD		**MATR.**	**1012231**
CARGO/FUNÇÃO	AGENTE DE EDEMIAS	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		FIAT STRADA
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA TAJ-0J45
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
21/09/2026	21/09/2026	SÃO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	PARA ; PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DE OVITRAMPAS , COMBATE AO AEDS AEGYPTI PROMOVIDA PELA 8ª REGIONAL DE SAÚDE .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR,01 de outubro de 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:DE43D156

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 355/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 355/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: ALFA CADEIRAS LTDA
CNPJ: 36.513.239/0001-02
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	38581	Mocho Odontológico de Elevação do assento a gás através de alavanca na base do assento. Altura regulável. Encosto regulável com ajuste de aproximação. Base com 5 rodízios. Estofamento resistente e com base rígida. Revestimento em PVC sem costura. Espuma de densidade controlada. Garantia de 1 (um) ano. CATMAT 415993	UND	8	R$369,00	R$2.952,00
TOTAL						R$2.952,00

VALOR: R$2.952,00 (dois mil novecentos e cinquenta e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:988771BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 356/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 356/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: BHDENTAL COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 29.312.896/0001-26
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	38579	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO: IDEAL PARA 01 OU 2 CONSULTÓRIOS; isento de óleo, com capacidade mínima de 45 litros; 2 HP, 220 v ; Dois manômetros: um para verificar a pressão interna do reservatório e outro para a pressão de saída de ar , rele térmico (protetor de sobrecarga de tensão). Ruído até 60 Db. Garantia de 12 meses. Obs.: A instalação deverá ser feita por técnico autorizado e a empresa vencedora da licitação deverá arcar com as despesas de diária e locomoção do mesmo, tanto na instalação como no período de garantia caso necessário. A instalação dos equipamentos será em locais diferentes e poderá ser em dias diferentes. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT 413212	UND	7	R$3.000,00	R$21.000,00
3	29811	Fotopolimerizador odontológico com luz fria (azul) gerada por LED Timer (5, 10, 15 e 20 seg), com bip sonoro indicativo no final da operação. Comandos de programação na própria caneta, display digital, sem fio, bivolt, ponteira de fotopolimerização confeccionada em fibra óptica orientada (sem fuga de luz), autoclavável a 134ºc e com giro de 360º, com protetor ocular. Com número de série e registro da ANVISA. Garantia de 12 meses. CATMAT 410459	UND	14	R$289,90	R$4.058,60
7	38584	Micromotor Intra com refrigeração; spray externo através de mangueira siliconada. Confeccionado em alumínio anodizado, o que possibilita leveza excelente acabamento superficial, facilitando a assepsia e desinfecção. Sistema intra de encaixe rápido, permitindo o giro de 360° das peça acopladas. Conexão tipo borden (universal 2 furos); velocidade (rotação) de 3.000 a 20.000 rpm Possui anel giratório acoplado ao corpo que permite a reversão da rotação, baixo nível de ruído autoclavável até 135°C por mais de 1000 ciclos Especificações: Spray: Com spray externo ac corpo. Conexão: INTRA. Velocidade: 3.000 a 20.000 rpm, com reversão. Pressão Ar: 60 a 8C PSI.) Consumo de ar: 65 (L/min). Razão de Transmissão de velocidade: 1:1. Autoclavable 135°C, Peso: 90 g, Ruído: 70 dbs. Registro ANVISA e assistência técnica em todo Estado do Paraná. Com gravação a laser na peça da Marca, modelo, número de série, símbolo oficial de autoclavagem (esterilização a vapor), definido pela norma ISO 7000-2868. CATMAT 407016	UND	14	R$199,90	R$2.798,60
8	38585	Contra Ângulo Intra MX com refrigeração externa ao corpo, acoplável ao micromotor com sistema intra onde o torque e a rotação são transmitidos è broca através de um conjunto de eixos c engrenagens com rotação de transmissão 1:1 Corpo em alumínio anodizado, giro livre de 360' sobre o micro motor, ângulo de 20° graus entre o longo eixo e o pescoço da cabeça, trava da broca por lâmina de aço deslocável lateralmente em ângulo ângulo com encaixe para adaptar-se ao canal da broca, tamanho com Especificações: Spray: Com spray externo ao corpo, Conexão: INTRA Velocidade: 3.000 a 20.000 rpm com reversão Pressão Ar:60 a 80 (PSI), Consumo de ar: 65 (L/min), Razão de Transmissão de velocidade: 1:1 Autoclavável: 135°C, Peso: 90 g, Ruído: 70 dbs Registro ANVISA e assistência técnica em todo Estado do Paraná. Com gravação a laser na peça da Marca, modelo, número de série, símbolo oficial de autoclavagem (esterilização a vapor), definido pela norma ISO 7000-2868. CATMAT 407106	UND	30	R$199,90	R$5.997,00
9	38586	Caneta de alta rotação com cabo invertido no mesmo sentido da cabeça, aumentando a visibilidade do operador durante o procedimento cirúrgico. Cabeça mediana, angulação de 45°. Alto torque, confeccionada em alumínio anodizado, que possibilita leveza e excelente acabamento superficial, facilitando a desinfecção; cabeça com linhas arredondadas; baixo nível de ruído; sistema de rolamentos apoiados e cerâmicos. Peso g 38 a 44. Rotação (rpm) 0 a 450.000. Fixação da broca tipo push botton. Com jatos quádruplos e sistema anti retração. Nível sonoro (dB)69 - Registro ANVISA e assistência técnica em todo Estado do Paraná. Com gravação a laser na peça da Marca, modelo, número de série, símbolo oficial de autoclavagem (esterilização a vapor), definido pela norma ISO 7000-2868. CATMAT 437552 DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA.	UND	30	R$425,80	R$12.774,00
TOTAL						R$46.628,20

VALOR: R$46.628,20 (quarenta e seis mil e seiscentos e vinte e oito reais e vinte centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:CC86B80C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 357/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 357/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: DENTAL MIG COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ: 59.024.369/0001-87
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
10	38587	Cavitador Sônico desenvolvido para remoção eficiente de tártaro, placas e biofilmes. Compatível com conexões Borden, baixo ruído, autoclavável. Movimento elíptico da ponta, construído em alumínio, frequência de 3000 a 8000 Hz. Compatível com ponta ultrassônica Dentflex rosca padrão ISO M3.5x0.35 6g, em ponta para ultrassom rosca externa. Com gravação a laser na peça da Marca, modelo, número de série, símbolo oficial de autoclavagem (esterilização a vapor), definido pela norma ISO 7000-2868 CATMAT 410409 DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA.	UND	14	R$531,31	R$ 7.438,34
TOTAL						R$ 7.438,34

VALOR: R$7.438,34 (sete mil e quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:3B9F6DE7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 358/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 358/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: VASPJ REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
CNPJ: 10.841.010/0001-03
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	38583	Consultório Odontológico, sendo, conjunto de equipamentos compatíveis e produzidos pelo mesmo fabricante, composto pelos componentes abaixo relacionados: Cadeira Odontológica. Estrutura fabricada em aço. Tratamento anticorrosivo. Pintura epóxi ou eletrostática lisa. Estabilidade estática e dinâmica em todas as posições de uso na sua capacidade máxima Base c/ proteção em borracha ou material similar Revestimento do estofamento em material PVC laminado, sem costuras, na cor cinza. Proteção plástica p/ os pés do paciente. Braço da cadeira e formato e rebatível em 90° que facilitem o acesso do paciente Encosto da cabeça articulável, c/ movimento longitudinal. Acionamento através de comandos elétricos c/ atuadores hidráulicos ou motor redutores Controle de pé (pedal) p/ os movimentos de subida e descida do assento e do encosto. Alimentação elétrica 110 ou 220 v (60 Hz), de acordo c/ a rede local do município de entrega. Resistência de carga aproximada 200 Kg sem necessidade de fixação no solo. Fornecimento de plantas baixas e outras necessárias p/ a perfeita instalação de equipamento, c/ todas as informações sobre alimentações elétricas, hidráulicas e pneumáticas. Fornecimento de manuais de operação e manuais de serviço c/ vista explodida e detalhamento das peças, principais defeitos e correções, c/ diagramas dos sistemas elétricos mecânicos e hidráulicos. Garantia mínima do conjunto de 12 meses. Equipo odontológico tipo acoplado (Tipo Acoplado: braço articulado, com movimento horizontal, c/ batentes de fim de curso e movimento vertical). Quatro terminais, sendo 01 micromotor, c/ spray (tipo borden), 01 p/ alta rotação tipo borden), 01 para ultrassom (tipo borden) e 01 seringa tríplice . Suporte das pontas com acionamento individual e automático. Pintura epóxi ou eletrostática, totalmente lisa. Sistema desinfecção de dutos de água e spray c/ válvula anti- refluxo. Pedal de acionamento do equipo com controle variável (progressivo da rotação dos instrumentos). Com caixa de ligação (distribuição), sendo as mangueiras arredondadas e lisas e contendo todos os acessórios necessários à sua instalação. Caixa de ligação (distribuição) independente da cadeira. Reservatório de água do equipo e sistema de desinfecção, material transparente ou translúcido de no mínimo 500ml. Bandejas removíveis de aço . Unidade auxiliar acoplada à cadeira rebatível em 90°, para total mobilidade,com bacia cuspideira removível, em porcelana ou cerâmica. Ralo separador de detritos fixado à unidade de água ou à caixa de ligação, conectado a mangueira de sucção. Registro para acionamento de água da cuspideira, mínimo de 02 (dois) terminais de sucção com diâmetro aproximado de 6,5mm, com mangueiras e terminais lisos. Formas arredondadas; estrutura em alumínio ou aço, com proteção anti-corrosão. Pintura epóxi ou eletrostática, totalmente lisa. Refletor de LED com intensidade, com dupla proteção e alças duplas. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT 407885	UND	2	R$22.981,00	R$45.962,00
TOTAL						R$45.962,00

VALOR: R$45.962,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e sessenta e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:4C26ED1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA UEME CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

CONTRATADA	UEME CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 79.785.432/0001-05, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 921, Centro, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, CEP: 84.010-380, telefone: (42) 3028-1575, celular (42) 9994-19294 e endereço eletrônico: ueme@uemeconstrutora.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Mario Jorge Ramos Gregorczyk, portador do RG nº 65015897 SSP e inscrito no CPF sob nº 007.033.149-98.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e UEME CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, no Contrato Administrativo n.º 048/2025, Concorrência Eletrônica N° 003/2025 e Processo n° 058/2025 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GAIVOTAS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA

PREFEITURA DE MATINHOS/PR, ATRAVÉS DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, PROPOSTA N° 10951.0610001/24-001, firmam o presente TERMO ADITIVO conforme as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA
Fica prorrogada a execução e a vigência do Contrato nº 048/2025 pelo prazo de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO AUMENTO QUALITATIVO
As partes de comum acordo procedem ao acréscimo de item na Planilha de Orçamento Sintético conforme tabela:

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit com BDI	Valor Unit com desc.	Total
REMOÇÃO DE ENTULHOS 1045,00 m² x 0,30 H 313,00 m³= 495 ton x 10 km							R$ 15.229,90
100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M³). AF_02/2026	m²	313,50	R$ 12,60	R$ 10,37	R$ 3.251,33
93594	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: T x 10 KM).	T x KM	4950	R$ 2,94	R$ 2,42	R$ 11.978,57
ATERRO 812,00 m² X 0,40 = 325 m³ X 1,5 = 487 ton x 10 km							R$ 54.393,58
104739	SINAPI	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023	m²	325	R$ 159,28	R$ 131,10	R$ 42.608,59
93594	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: T x 10 KM).	T x KM	4870	R$ 2,94	R$ 2,42	R$ 11.784,98
Total							R$ 69.623,48

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR
Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 2.200.451,08 (dois milhões duzentos mil quatrocentos cinquenta e um reais e oito centavos)
CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do Aditivo Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
433	12	1	1003	3449051000000000000	303

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 048/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 18 de setembro de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Contratante

MARIO JORGE RAMOS GREGORCZYK
CPF nº 007.033.149-98
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:2D96D899

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº44/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 44/2026

O Prefeito Municipal de Mato Rico no uso de suas atribuições legais, com base na Lei n.º 14.133/2021, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa de licitação nº 44/2026 – Aquisição de sistema de segurança para vigilância e monitoramento dos prédios públicos do município de Mato Rico – PR. Tendo em vista a documentação referente à Dispensa de Licitação atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação n° 44/2026, para contratação do objeto supramencionado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
03.003.04.122.0201.2005 – Manutenção dos Serviços Administrativos
3.3.90.39.00.0 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FORNECEDOR: ELETROHOME LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 45.683.510/0001-49

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor unt.	Valor total
1	Camera Ip 30m Intelbras Ou De Marca Similar/Equivalente, Até Mesmo Superior		UND	49	360,00	17.640,00
2	NVD 8 Canais C/Hd 1t Intelbras Ou De Marca Similar/Equivalente, Até Mesmo Superior		UND	1	1.700,00	1.700,00
3	Cabeamento CAT5		UND	49	190,00	9.310,00
4	Instalação Sistema		SERV.	54	85,00	4.590,00
5	Radio Wom Mimo Intelbras Ou De Marca Similar/Equivalente, Até Mesmo Superior		UND	11	640,00	7.040,00
6	Caixa Hermétrica		UND	6	200,00	1.200,00
7	NVD 16 Canais Poe C/Hd 4t Intelbras Ou De Marca Similar/Equivalente, Até Mesmo Superior		UND	2	3.200,00	6.400,00
8	SWITCH 5P		UND	1	340,00	340,00
Total					48.200,00	

Dessa forma, o valor total adjudicado e homologado é de R$ 48.220,00 (quarenta e oito mil duzentos e vinte reais).

Mato Rico-Pr, 06 de outubro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:2D1A7C5C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Mato Rico/Pr, Edelir de Jesus Ribeiro da Silva no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº	23/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico
Data pregão	30/09/2026
Objeto	Aquisição de baterias automotivas destinadas à manutenção da frota de veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Mato Rico – PR.

Dotações Orçamentárias:
02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR
02.001.04.122.0201.2002 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.30.00.00 – material de consumo
03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
03.003.04.122.0201.2005 – Manutenção dos Serviços Administrativos
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
05.001.26.782.2601.2011 – Manutenção do Departamento de Transportes
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2017– Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
06.001.12.361.1201.2.023 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2028 – Manutenção das Atividades de Esportes e Lazer
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
08 - SECRETARIA DE SAÚDE
08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.08.245.0801.2031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
09.002.08.244.0801.2033 – Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
09.003.08.243.0801.6036 - Manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
10 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
10.001 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

10.001.20.608.2001.2038 – Manutenção das Atividades Agropecuárias
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2041 – Manutenção das Atividades de Proteção ao Meio Ambiente
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
13 - SECRETARIA DA MULHER
13.001 – DEPARTAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS PARAAS MULHERES
13.001.14.422.1401.2050 – Promoção das Políticas Públicas para As Mulheres
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

FORNECEDOR: EDUARDO TELES MEDEIROS COMERCIAL – ME **–** CNPJ: 30.410.185/0001-73

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
1	Bateria automotiva com capacidade nominal de 45 Ah, tensão de 12 volts, polos positivo e negativo, do tipo selada, livre de manutenção, apresenta peso total de 11,5 kg, corrente de partida 330A (CCA), compatível com veículos leves, garantia mínima de 18 meses.	Econ	UND	35	R$ 295,00	R$ 10.325,00
Valor total					10.325,00	

Fornecedor: Eduardo Teles Medeiros Comercial – Me **–** CNPJ: 30.410.185/0001-73
Valor total R$10.325,00 **(**dez **mil trezentos e vinte e cinco reais).**

FORNECEDOR: ANDRE B. BOSCATTO – CNPJ: 21.992.579/0001-96

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
2	Bateria automotiva com capacidade nominal de 60 Ah, tensão de 12 volts, polos positivo e negativo, do tipo selada, livre de manutenção, apresenta peso total de 14,2 kg, corrente de partida 480A (CCA), compatível com veículos leves, garantia mínima de 18 meses.	Pioneiro	UND	30	336,99	10.109,70
Total					10.109,70	

Fornecedor: ANDRE B. BOSCATTO – CNPJ: 21.992.579/0001-96
Valor total R$ 10.109,70 (dez mil cento e nove reais e setenta centavos).

FORNECEDOR: MARCIO J. M. AZEVEDO - ME – CNPJ: 10.599.987/0001-66

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
3	Bateria automotiva com capacidade nominal de 70 Ah, tensão de 12 volts, polos positivo e negativo, do tipo selada, livre de manutenção, apresenta peso total de 17 kg, corrente de partida 600A (CCA), compatível com veículos leves, garantia mínima de 18 meses.	MARTE	UND	10	394,00	3.940,00
4	Bateria automotiva com capacidade nominal de 90 Ah, tensão de 12 volts, polos positivo e negativo, do tipo selada, livre de manutenção, apresenta peso total de 21,8 kg, corrente de partida 650A (CCA), compatível com veículos médio, garantia mínima de 18 meses.	MARTE	UND	15	575,00	8.625,00
5	Bateria automotiva com capacidade nominal de 100 Ah, tensão de 12 volts, polos positivo e negativo, do tipo selada, livre de manutenção, apresenta peso total de 24,2 kg, corrente de partida 700A (CCA), compatível com veículos pesado, garantia mínima de 12 meses.	MARTE	UND	35	544,00	19.040,00
6	Bateria automotiva com capacidade nominal de 150 Ah, tensão de 12 volts, polos positivo e negativo, do tipo selada, livre de manutenção, apresenta peso total de 39,1 kg, corrente de partida 930A (CCA), compatível com veículos pesado, garantia mínima de 12 meses.	MARTE	UND	30	753,00	22.590,00
7	Bateria automotiva com capacidade nominal de 180 Ah, tensão de 12 volts, polos positivo e negativo, do tipo selada, livre de manutenção, apresenta peso total de 45,5 kg, corrente de partida 1080A (CCA), compatível com veículos pesado, garantia mínima de 12 meses	MARTE	UND	5	982,00	4.910,00
Total					59.105,00	

Fornecedor: Marcio J. M. Azevedo - Me – CNPJ: 10.599.987/0001-66
Valor total R$ 59.105,00 (cinquenta e nove mil cento e cinco reais).

Dessa forma, o valor total homologado é de 79.539,70 (setenta e nove mil quinhentos e trinta e nove reais e setenta centavos).

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03-**CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de 05- (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, comparecer na Prefeitura Municipal de Mato Rico, na Avenida das Araucárias, s/n, a fim de assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Mato Rico/PR, 06 de outubro 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:7C00199E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

Contratante: FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 48.402.912/0001-16, com sede no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83350-000, neste ato representado pela **DIRETOR (A) GERAL INTERINO (A) - MAYARA ARIADNE DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022.

Objeto: Prorrogação da vigência de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado celebrados no âmbito do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Vigência Anterior: O Contrato de Trabalho por Prazo Determinado foi celebrado pelo período inicial de 06 (seis) meses, contados das respectivas datas de assinatura.

Nova Vigência: Ficam prorrogados por mais 06 (seis) meses os Contratos de Trabalho por Prazo Determinado relacionados abaixo, a contar do término da vigência originalmente pactuada, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Fundamento Legal: Cláusula 3.1 dos respectivos Contratos de Trabalho por Prazo Determinado, artigo 4º da Lei Municipal nº 141/2011, Lei Complementar Municipal nº 50/2022 e Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.

Contratado (a):

ENFERMEIRO (A)						
NOME	**CPF**	**N° CONTRATO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**DATA INICIAL DO 1° TERMO ADITIVO**	**VIGÊNCIA**
GIZELE DANA XAVIER BUZATO	034.XXX.989-XX	13/2026	44 HRS	R$ 4.750,00	06/10/2026	06 (seis) meses.
GIAN PEREIRA CORREA	222.XXX.628-XX	14/2026	44 HRS	R$ 4.750,00	06/10/2026	06 (seis) meses.

MAYARA ARIADNE DE SOUZA
Diretor (a) Administrativo (a) e Financeiro (a)
Diretor (a) Geral – Interino (a)
Portaria n° 27/2025
Decreto n° 2963/2026

Publicado por:
Mayara Ariadne de Souza
Código Identificador:80213267

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 108/2026
Dispensa de Licitação n.º 21/2026

OBJETO: Trata-se de Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento por meio de dosimetria de radiação ionizante, destinados ao acompanhamento das exposições ocupacionais dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Morretes que atuam em atividades com utilização da radiação ionizante, em conformidade com as normas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN e demais legislações vigentes.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo Senhor Manoel Medeiros Machado, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA:
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 131/2026 – ID 299/2026
SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA.
CNPJ n.º 50.429.810/0001-36
Lote Único.
Valor total de R$ 2.112,00 (Dois mil, cento e doze reais).
Assinatura: Yvone Maria Mascarenhas, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

ITEM	**CATSER**	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL**
1	15121	Serviço de monitoração individual externa por dosimetria de radiação ionizante, com fornecimento mensal de 08 (oito) dosímetros, sendo 07 (sete) individuais para profissionais ocupacionalmente expostos à radiação ionizante e 01 (um) dosímetro padrão, incluindo o processamento das leituras, a emissão	Mês	12	R$ 176,00	R$ 2.112,00

		dos relatórios dosimétricos e as despesas de envio e devolução das remessas mensais, em conformidade com as normas aplicáveis da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN.				

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:80357F10

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 56/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA
C.N.P.J.: 75.827.204/0001-08
Município: NOVA AMÉRICA DA COLINA
DECRETO Nº 56/2026, de 2 de Outubro de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA e autorização contida na Lei Municipal nº 618/2025, de 30 de Agosto de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 2.150.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001 - DEP. SAUDE, VIG. SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	
07.001.10.301.7.2022-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$150.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	150.000,00
06.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP E RECREAÇÃO	
06.001 - MANUT. DOS DEPARTAMENTOS	
06.001.12.368.6.2016-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR.CONTRATOS	R$300.000,00
00101.00101.02.01.00.00.1.540.1070 FUNDEB 60%	300.000,00
05.000 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV PÚBLICOS	
05.001 - MANUTENCAO DOS DEPARTAMENTOS	
05.001.26.782.5.2011-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$350.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	350.000,00
06.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP E RECREAÇÃO	
06.001 - MANUT. DOS DEPARTAMENTOS	
06.001.12.361.6.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$300.000,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	150.000,00
00107.00107.99.01.00.00.1.550.0000 Salário Educação	150.000,00
03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E DESENVOLVIMENTO	
03.001.4.122.3.2005-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$100.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
06.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP E RECREAÇÃO	
06.001 - MANUT. DOS DEPARTAMENTOS	
06.001.12.368.6.2016-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$300.000,00
00102.00102.02.01.00.00.1.540.0000 FUNDEB 30%	300.000,00
06.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP E RECREAÇÃO	
06.001 - MANUT. DOS DEPARTAMENTOS	
06.001.13.392.6.2019-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$500.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
08.000 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001 - MANUT. DOS DEPARTAMENTOS	
08.001.8.243.8.2027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$150.000,00
00767.01011.09.99.05.18.1.749.0000 FIA SCFV	150.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$350.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	350.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$300.000,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	300.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$100.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$300.000,00
00102.00102.02.01.00.00.1.540.0000 FUNDEB 30%	300.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$300.000,00
00101.00101.02.01.00.00.1.540.1070 FUNDEB 60%	300.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$150.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	150.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$500.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$150.000,00
00767.01011.09.99.05.18.1.749.0000 FIA SCFV	150.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 2 de Outubro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
..039-**
Prefeita

JOSÉ CARLOS BEZERRA DE MELO
..309-**
Contador

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:8BDC256A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EDITAL PEDIDO DE ISENÇÃO CONCURSO 01/2026

EDITAL Nº ___/2026
EDITAL RESULTADO PEDIDO DE ISENÇÃO
CONCURSO PÚBLICO 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu/PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL RESULTADO PEDIDO DE ISENÇÃO**, conforme segue:

Art.1º - Quanto ao indeferimento do pedido de isenção, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 08/10/2026 até às 23h59min do dia 09/10/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Nova Prata do Iguaçu, 07 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

CLEONE MARA SCHMITZ PAZ
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 6259/2026

EDITAL RESULTADO PEDIDO DE ISENÇÃO
CONCURSO PÚBLICO 01/2026

INSC	CARGO	NOME	SITUAÇÃO
23822865	ADVOGADO	ALEXANDRE MATOS LIMA	DEFERIDO
23823341	ADVOGADO	ALISON GIOVANE GOMES	DEFERIDO
23823059	ADVOGADO	ARGEMIRO NETO DA LUZ RODRIGUES	INDEFERIDO
23822779	ADVOGADO	CARLOS MAYKEL GONÇALVES	DEFERIDO
23823354	ADVOGADO	CAROLINE DE GOES BONIN	DEFERIDO
23823224	ADVOGADO	DANIEL DA SILVA COSTA LAZZARI	DEFERIDO
23822976	ADVOGADO	ELIANA LARISSA SCHIRMANN	INDEFERIDO
23823342	ADVOGADO	JOAO PEDRO DELANI DOS SANTOS	INDEFERIDO
23823003	ADVOGADO	KATHIUCIA OTTO CARRION	DEFERIDO
23823040	ADVOGADO	LUCAS CIGERZA BONADIMAN	DEFERIDO
23822910	ADVOGADO	LUCILA DE ALMEIDA COSTA	DEFERIDO
23822621	ADVOGADO	MAIKON ANDRE CEOLATO	DEFERIDO
23823243	ADVOGADO	NATÁLIA ZEFERINO CASTANHEIRA	INDEFERIDO
23823211	ADVOGADO	THALIA DE JESUS MACHADO	INDEFERIDO
23822557	ADVOGADO	WELLEN PEREIRA AUGUSTO	DEFERIDO
23823055	AGENTE ADMINISTRATIVO	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	DEFERIDO
23823357	AGENTE ADMINISTRATIVO	ELEANDRO VALENDORFF	DEFERIDO
23822876	AGENTE ADMINISTRATIVO	GESSICA MOREIRA RIBEIRO	DEFERIDO
23823009	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JANETE TERNOUSKI VEIGA	INDEFERIDO
23823053	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	DEFERIDO
23822819	CONTADOR	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	DEFERIDO
23823272	CONTADOR	BLONDY LOUISE VOIDA	DEFERIDO
23822559	CONTADOR	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN	DEFERIDO
23823343	CONTADOR	GABRIEL MORETTI IOP	DEFERIDO

23822655	CONTADOR	MICHAEL BUSSOLA	DEFERIDO
23822705	CONTADOR	PEDRO HENRIQUE PETRY	DEFERIDO
23822673	CONTADOR	THIAGO FELIPE DE OLIVEIRA	DEFERIDO
23823391	CONTADOR	TRINE SCHMOLLER	INDEFERIDO
23822928	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	ANGELA KARLA DE FRANÇA	DEFERIDO
23823060	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	DOUGLAS AFONSO BONIN	DEFERIDO
23823361	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	ELEANDRO VALENDORFF	DEFERIDO
23823376	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	EMERSON VERA CASTILHO	DEFERIDO
23822837	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	FRANCIELE FERREIRA RODRIGUES	INDEFERIDO
23823348	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	GEZIELI BRITES DE MIRANDA	DEFERIDO
23823298	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	JANAINE BOARÃO	DEFERIDO
23823366	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	JOAO PEDRO DELANI DOS SANTOS	INDEFERIDO
23822992	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	JOÃO PEDRO VEIGA	INDEFERIDO
23822903	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	LUCILA DE ALMEIDA COSTA	DEFERIDO
23822624	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	MAIKON ANDRE CEOLATO	DEFERIDO
23823408	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	MATHEUS BECKER	INDEFERIDO
23823021	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	MICHELI TASSIANA SCHMITZ MARCA	INDEFERIDO
23822605	TÉCNICO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	WILLIAN BORTOLOTTO	DEFERIDO
23822972	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	CAIO GUILHERME TOSCAN	DEFERIDO
23822847	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	CARLOS EDUARDO RODRIGUES	INDEFERIDO
23823387	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	DEIVID SCHULTZ	DEFERIDO
23822666	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	LUCAS FERREIRA DE LIMA	DEFERIDO
23823315	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	REGINALDO DE OLIVEIRA JUNIOR	DEFERIDO
23823022	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	TAINAN REZENDE FLORES	DEFERIDO
23822604	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	WILLIAN BORTOLOTTO	DEFERIDO
23822820	TESOUREIRO	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	DEFERIDO
23823204	TESOUREIRO	ANDRESSA FERNANDA VALENTINI	DEFERIDO
23822850	TESOUREIRO	CARLOS EDUARDO RODRIGUES	INDEFERIDO
23823355	TESOUREIRO	ELIANE MASSOCHIN	INDEFERIDO
23823403	TESOUREIRO	FERNANDA MICHELS GOMES	INDEFERIDO
23823360	TESOUREIRO	GEZIELI BRITES DE MIRANDA	DEFERIDO
23823000	TESOUREIRO	JOÃO PEDRO VEIGA	INDEFERIDO
23822923	TESOUREIRO	KAREN ALINE DOS PASSOS	DEFERIDO
23822885	TESOUREIRO	KARINA MARIANO	DEFERIDO
23823443	TESOUREIRO	KARINE ORTHMANN GANZALA	DEFERIDO
23822612	TESOUREIRO	LETICIA BORTOLI GARCIA DA SILVA	INDEFERIDO
23822615	TESOUREIRO	MAIKON ANDRE CEOLATO	DEFERIDO
23823016	TESOUREIRO	RICARDO AFFONSO MARCA	INDEFERIDO
23822981	TESOUREIRO	RODRIGO VANDERLINDE	DEFERIDO
23822995	TESOUREIRO	TAINAN REZENDE FLORES	DEFERIDO

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:3964E015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 002 PEDIDO DE ISENÇÃO

MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL Nº 002/2026
EDITAL RESULTADO PEDIDO DE ISENÇÃO
CONCURSO PÚBLICO 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu/PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL RESULTADO PEDIDO DE ISENÇÃO,** conforme segue:

Art.1º - Quanto ao indeferimento do pedido de isenção, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 08/10/2026 até às 23h59min dodia 09/10/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Nova Prata do Iguaçu, 07 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

CLEONE MARA SCHMITZ PAZ
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 6259/2026

EDITAL RESULTADO PEDIDO DE ISENÇÃO
CONCURSO PÚBLICO 01/2026

INSC	CARGO	NOME	SITUAÇÃO
23823091	ACS ÁREA - I	EDILAINE KESTRING	INDEFERIDO
23823225	ACS ÁREA - I	ELIANE MORARI	DEFERIDO
23823353	ACS ÁREA - I	EMANUELE PICKLER GROSS	DEFERIDO
23823162	ACS ÁREA - II	MILENA DE OLIVEIRA DA SILVA	DEFERIDO
23823144	ACS ÁREA - III	DAIANE MACEDO	DEFERIDO
23823073	ACS ÁREA - III	IZABELI PAZIN DOS SANTOS	DEFERIDO
23823072	ACS ÁREA - IV	IZABELI PAZIN DOS SANTOS	DEFERIDO
23822842	ACS ÁREA - V	DAIANA FRANCIELA HANSEN	DEFERIDO

23823066	ACS ÁREA - V	GIZIANE PAZIN	DEFERIDO
23823068	ACS ÁREA - V	IZABELI PAZIN DOS SANTOS	DEFERIDO
23823314	ACS ÁREA - V	SIDIANE DE CAMPOS	DEFERIDO
23823071	ACS ÁREA - VI	IZABELI PAZIN DOS SANTOS	DEFERIDO
23822849	AGENTE ADMINISTRATIVO	BRUNA CRISTIANE DIS SANTOS	DEFERIDO
23823141	AGENTE ADMINISTRATIVO	DAIANE MACEDO	DEFERIDO
23822667	AGENTE ADMINISTRATIVO	LUCAS FERREIRA DE LIMA	DEFERIDO
23822731	AGENTE ADMINISTRATIVO	VITAMAR DE SOUZA	INDEFERIDO
23823350	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EMANUELE PICKLER GROSS	DEFERIDO
23822980	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	GIOVANA DE LIMA OLIVEIRA	DEFERIDO
23823048	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	DEFERIDO
23823266	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ROSEMARI DE OLIVEIRA ALVES	DEFERIDO
23822680	ENGENHEIRO CIVIL	BRUNO DOS SANTOS	DEFERIDO
23823351	ENGENHEIRO CIVIL	DIEGO APARECIDO DE SOUZA	INDEFERIDO
23823423	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO BELLEI	DEFERIDO
23823041	ENGENHEIRO CIVIL	GUILHERME DOS SANTOS LISBOA	INDEFERIDO
23823199	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO VICTOR SOUSA DA SILVA	DEFERIDO
23822611	ENGENHEIRO CIVIL	KATIA GABRIELI SANTOS ZILLI	DEFERIDO
23822676	ENGENHEIRO CIVIL	LAUANA DOS ANJOS MUTTONI	DEFERIDO
23823054	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS GALVÃO KUNS	DEFERIDO
23823299	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS MENSCH	DEFERIDO
23823017	ENGENHEIRO CIVIL	LUIZ FELIPE DE LIMA RAMOS	DEFERIDO
23823119	ENGENHEIRO CIVIL	MATEUS FAVARO BORTOLUZZI	DEFERIDO
23823306	FARMACÊUTICO	DIANA MORRA DE LIMA OLIVEIRA CARVALHÊDO	INDEFERIDO
23822619	FARMACÊUTICO	DIEGO CALDAS CARVALHÊDO	INDEFERIDO
23822561	FARMACÊUTICO	GESSICA MOREIRA RIBEIRO	DEFERIDO
23823051	FARMACÊUTICO	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	DEFERIDO
23822679	MÉDICO	CINTIA TRINDADE DE SIQUEIRA	INDEFERIDO
23823103	MÉDICO	FERNANDO VICTOR SANCHES	DEFERIDO
23823268	MÉDICO	GABRIEL CORDOVA	DEFERIDO
23822947	MÉDICO	GEOVANA CORREIA DE MENEZES	DEFERIDO
23823365	MÉDICO	JAQUELINE BRAGA ENGEL	DEFERIDO
23823221	MÉDICO	JULIANA PERES	DEFERIDO
23823397	MÉDICO	LARISSA PORTILHO AGUIAR	INDEFERIDO
23823110	MÉDICO	LURIAN NATHALIA FRITSCH DOS REIS	DEFERIDO
23823173	MÉDICO	MARIA JULIA TODERO	DEFERIDO
23822984	MÉDICO	VITOR DIAS ESPINDOLA	DEFERIDO
23823426	MÉDICO ESF	AMANDA LETICIA SCHELL FLANDOLI	DEFERIDO
23823127	MÉDICO ESF	DÉBORAH GOMES DA SILVA	INDEFERIDO
23822991	MÉDICO ESF	DYLSON JUNYOR NECKEL LINDEN	DEFERIDO
23822827	MÉDICO ESF	ESTER CRISTINA DA SILVA	INDEFERIDO
23822884	MÉDICO ESF	EWERTON DAVIS GUSMAO DE SOUZA	INDEFERIDO
23823104	MÉDICO ESF	GIOVANNA LOURENÇO CAVAGNOLI	DEFERIDO
23823226	MÉDICO ESF	JULIANA PERES	DEFERIDO
23823277	MÉDICO ESF	LUCAS AUGUSTO BERNARDES DE PINHO	DEFERIDO
23823108	MÉDICO ESF	LURIAN NATHALIA FRITSCH DOS REIS	DEFERIDO
23823174	MÉDICO ESF	MARIA JULIA TODERO	DEFERIDO
23823189	MÉDICO ESF	MATHEUS ZAGO	DEFERIDO
23823283	MÉDICO ESF	MILENA CARVALHO	DEFERIDO
23822693	MÉDICO ESF	NATALIA MAGAGNIN SILVA	DEFERIDO
23822821	MÉDICO ESF	SAMUEL SANTANA BALIEIRO	DEFERIDO
23823128	MÉDICO ESF	VILMAR DA SILVA	INDEFERIDO
23822695	MÉDICO ESF	VITOR DIAS ESPINDOLA	DEFERIDO
23823074	MOTORISTA	DEIVID SCHULTZ	DEFERIDO
23822809	MOTORISTA	LUIZ FELIPE MACHADO DOS SANTOS	INDEFERIDO
23822614	MOTORISTA	WILLIAN BORTOLOTTO	DEFERIDO
23822728	OPERADOR DE MÁQUINAS	VITAMAR DE SOUZA	INDEFERIDO
23823195	PEDAGOGA	ALCELIRA DE OLIVEIRA ZANARDI	INDEFERIDO
23823061	PEDAGOGA	GIZIANE PAZIN	DEFERIDO
23823142	PROFESSOR	DAIANE MACEDO	DEFERIDO
23822854	PROFESSOR	EDILAINE KESTRING	INDEFERIDO
23823139	PROFESSOR	EDINA CAROLINA LAURINDO	INDEFERIDO
23823258	PROFESSOR	ELIANE FERREIRA VARGAS	DEFERIDO
23823138	PROFESSOR	ERLANE REGINA BONIN	DEFERIDO
23822805	PROFESSOR	EVERLIN DA SILVA RIBEIRO	DEFERIDO
23823092	PROFESSOR	FERNANDA CRYS FRACALOSSI	DEFERIDO
23823064	PROFESSOR	GIZIANE PAZIN	DEFERIDO
23823069	PROFESSOR	IZABELI PAZIN DOS SANTOS	DEFERIDO
23823014	PROFESSOR	JANETE TERNOUSKI VEIGA	INDEFERIDO
23822952	PROFESSOR	JEINNIFER MARIA TATIM	DEFERIDO
23823165	PROFESSOR	ROSELEI DA SILVA MACHADO	INDEFERIDO
23823205	PROFESSOR	SAYONARA ELEUTERIO PICKLER	DEFERIDO
23822867	PROFESSOR	THAIS REGINA CRESCENCIO MAAS	DEFERIDO
23822591	PROFESSOR	YURI CARDOSO QUEVEDO RODRIGUES	DEFERIDO
23822970	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDE	CARLOS EDUARDO RODRIGUES	INDEFERIDO
23823385	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDE	DEIVID SCHULTZ	DEFERIDO
23823271	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDE	REGINALDO DE OLIVEIRA JUNIOR	DEFERIDO
23822616	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDE	WILLIAN BORTOLOTTO	DEFERIDO
23822886	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARISA SOUZA CORREA	DEFERIDO
23823297	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PAULO RICARDO DUARTE COSTA	INDEFERIDO
23823065	TERAPEUTA OCUPACIONAL	GIZIANE PAZIN	DEFERIDO

Publicado por:
Cleone Mara Schmitz Paz
Código Identificador:DDA6F0E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.P 13-2026

FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Responsavel: THIAGO ALVES CÉFALO no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:	
a) Licitação Nº :	31 /2026
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	06/10/2026
d) Objeto Homologado :	Pregão Presencial, na modalidade registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de Oxigênio Medicinal, para atender as necessidades da Fundação de Saúde.

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor

PIRILAMPO COMERCIO DE OXIGENIO LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	OXIGÊNIO MEDICINAL CONDICIONADO A ENTREGA DE		Ud	300,000	150,0000	45.000,00
2	OXIGÊNIO MEDICINAL CONDICIONADO A ENTREGA DE		Ud	120,000	225,0000	27.000,00
3	OXIGÊNIO MEDICINAL CONDICIONADO A ENTREGA DE		Ud	316,000	280,0000	88.480,00
4	OXIGÊNIO MEDICINAL CONDICIONADO A ENTREGA DE		Ud	949,000	280,0000	265.720,00
5	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO COM		Ud	20,000	430,0000	8.600,00
				Total:		434.800,00

Paiçandu, 06/10/2026

THIAGO ALVES CÉFALO
Dir. Presidente Fundação Saude

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:A1FCFAAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE HOMOLOGAÇÃO D.E 28/2026

MUNICIPIO DE PAICANDU			
PAIÇANDU-PR			
ATA DE HOMOLOGAÇÃO			
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 28/2026			
Processo Administrativo Nº 100/2026			
Tipo: AQUISIÇÃO			
CONDUTOR: VERÔNICA SIMÃO BENATTI			
Data de Publicação: 28/08/2026 10:08:04			
LOTE 1 - HOMOLOGADO - 06/10/2026 11:37:00			
LOTE 1			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: SERVICO	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONSULTORIA TÉCNICA EM IPM-ICMS - SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONSULTORIA TÉCNICA EM IPM-ICMS- Acompanhamento e incremento do VAF (todos os segmentos) e da Produção Agropecuária (SEAB/DERAL); elaboração e acompanhamento de recursos junto à SEFA/AAET e ao DERAL; entrega de relatório técnico mensal ao Gestor do Contrato.			
Quantidade: 12	**Valor Unit.:** 3.200,00		**Valor Total:** 38.400,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ALOCIR GOMES DOMICIANO LTDA	049	10.548.288/0001-97	3.230,00	3.200,00		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	600	55.591.803/0001-50	3.230,00	3.100,00		Sim

ISMAEL BATISTA
Autoridade

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:3B212CA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026 – S3416

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO - ELETRÔNICO NORMAL Nº 36/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 71/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: ATITUDE LOGISTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à ROD. PR 466 KM 13, 46613 - CEP: 79108670 - BAIRRO: PALMEIRINHA, Guarapuava/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº41.176.170/0001-09, neste ato por seu representante Legal, Senhor GUSTAVO JOSÉ SPIELMANN, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-42.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), CLASSIFICADOS NOS GRUPOS (A, B, E), GERADOS NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR

ITENS								
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
001	1	4752	COLETA DE RESIDUOS DA SAUDE GRUPO "A"/"E" COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS GRUPO "A" / "E" , (RESÍDUOS INFECTANTES E PERFUROCORTANTES).	Serviço	MÊS	12,00	6.200,00	74.400,00
002	1	4753	COLETA DE RESIDUOS DA SAUDE GRUPO "B" COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS GRUPO "B" (RESÍDUOS QUÍMICOS).	Serviço	KG	2.000,00	15,00	30.000,00
TOTAL								104.400,00

DATA DO CONTRATO: 06/10/2026 (seis dias de outubro de 2026)
VIGÊNCIA: 05/10/2027 (cinco dias de outubro de 2027).
VALOR TOTAL: R$ 104.400,00 (Cento e Quatro Mil e Quatrocentos Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Gestor

EVANDRO DA COSTA PEDRO
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:AC2D5A04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026 – S3417

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Dispensa Normal Nº 32/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 99/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: ALLINE HELLEN DE SOUSA ME, pessoa jurídica de direito privado com endereço à AVENIDA DESEMBARGADOR MUNHOZ DE MELO, 0 PREDIO COMERCIAL - CEP: 87900000 - BAIRRO: VILA VITORIA, Loanda/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº17.377.226/0001-09, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) ALLINE HELLEN DE SOUSA, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-14.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS/UNIFORMES DESTINADOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PALMITAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS E PARTICIPANTES DOS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE

ITENS								
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
001	1	39102	CAMISETA MANGA CURTA, MALHA POLIVISCOSE, COR: AZUL TURQUESA, LOGO DA APAE NO PEITO ESQUERDO E DUAS LISTRAS AMARELAS NOS OMBROS. TAMANHOS: 8, 12, 14, P, M, G, GG E EG – A SEREM FORNECIDOS CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA REQUISITANTE, DE ACORDO COM A DEMANDA E A NUMERAÇÃO INFORMADA NO MOMENTO DO PEDIDO.	Própria	UND	120,00	24,90	2.988,00
TOTAL								2.988,00

DATA DO CONTRATO: 06/10/2026
VIGÊNCIA: 05/10/2027
VALOR TOTAL: R$ 2.988,00 (Dois Mil, Novecentos e Oitenta e Oito Reais).
FORO: Comarca de Palmital - PR.

VIVIANE AURELIO DUTRA FRANCO
Gestor

DANIELI FERNANDA AURELIO
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:E8850E13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2026 – S3418

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Dispensa Nº 33/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 100/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2026 – S3418

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: FELEMI COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à ROD BR 153, 153 - CEP: 84560800 - BAIRRO: SANTA TEREZINHA, Rio Azul/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº64.037.416/0001-67, neste ato por seu representante Legal, Senhor FERNANDO LERIN MILKIEVICZ, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-95.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PARQUE INFANTIL TIPO PLAYGROUND DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITENS								
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
001	1	40085	ESCORREGADOR: DIMENSÕES (A × C × L): 1,20 × 2,00 × 0,42 M ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS TIPO: ESCORREGADOR INFANTIL METÁLICO. ALTURA DA RAMPA: 1,20 M. COMPRIMENTO DA RAMPA: 2,00 M. LARGURA DA PISTA: 0,42 M. ESCADA: COM 4 (QUATRO) DEGRAUS, PROPORCIONANDO ACESSO SEGURO À PLATAFORMA. MATERIAL DE FABRICAÇÃO: ESTRUTURA CONFECCIONADA EM FERRO. ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COM ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO, INTEMPÉRIES E DESGASTE. CAPACIDADE DE CARGA: SUPORTA ATÉ 90 KG. FAIXA ETÁRIA RECOMENDADA: A PARTIR DE 5 (CINCO) ANOS, SEM LIMITE MÁXIMO DE IDADE, DESDE QUE RESPEITADA A CAPACIDADE DE CARGA DO EQUIPAMENTO. REQUISITOS DE SEGURANÇA O EQUIPAMENTO DEVERÁ: POSSUIR ESTRUTURA FIRME E ESTÁVEL; APRESENTAR SUPERFÍCIES LIVRES DE REBARBAS, ARESTAS CORTANTES OU PONTOS DE ESMAGAMENTO; TER ACABAMENTO UNIFORME E RESISTENTE ÀS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS PARA EQUIPAMENTOS DE PLAYGROUND, ESPECIALMENTE À ABNT NBR 16071 – PLAYGROUND – EQUIPAMENTOS PARA ÁREAS DE RECREAÇÃO, EM SUAS PARTES APLICÁVEIS.	Brinquedos Paraná	UND	6,00	1.089,00	6.534,00
002	1	40086	GANGORRA PARA PARQUINHO ESPECIFICAÇÕES DA PRANCHA DE EQUILÍBRIO COMPRIMENTO DA PRANCHA: ENTRE 2,00 M E 2,50 M. LARGURA DA PRANCHA (ASSENTO): MÍNIMO DE 20 CM. ALTURA DO CAVALETE (EIXO CENTRAL): 70 CM EM RELAÇÃO AO SOLO. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS	Brinquedos Paraná	UND	6,00	1.289,00	7.734,00
TOTAL								14.268,00

DATA DO CONTRATO: 06/10/2026
VIGÊNCIA: 05/10/2027
VALOR TOTAL: R$ 14.268,00 (Quatorze Mil, Duzentos e Sessenta e Oito Reais).
FORO: Comarca de Palmital - PR.

ANDRESSA NAIRNE
Gestor

DILCELIA REGINA MARTINS
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:4C156902

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 32/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 92/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 32/2026** teve por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO**", conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

ARENA ESPORTES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	APITO ARBITRO COM CORDÃO- APITO MEDE 5 CM E É FEITO DE PLÁSTICO	Dalebol	Plástico com cordão	UND	50,00	4,93	246,50
4	1	APITO PARA JUIZ PROFISSIONAL ARBITRAGEM ESPORTIVA- O APITO POSSUI POTÊNCIA ALTÍSSIMA DE APROXIMADAMENTE 125 DECIBÉIS FREQUÊNCIA EM HERTZ: 3.74 KHZ E 4.10 KHZ - ALCANCE EXTREMO, E DESTAQUE ABSOLUTO EM RELAÇÃO A RUÍDOS E ALTO BARULHO EXTERNO. MATERIAL: ABS + LIGA TITANIUM COR: PRETO E PRATA ITENS	Dalebol	Plástico com bocal e cordão	UND	10,00	10,99	109,90

		INCLUSOS: ESTOJO, CORDÃO PESCOÇO, CORDÃO DE PUNHO, PROTETOR BOCAL DE SILICONE.						
10	1	BOLA DE VOLEI EVA INICIAÇÃO-CIRCUNFERÊNCIA: 66 CM TAMANHO IDEAL PARA VÔLEI DE PRAIA RECREATIVO E INFANTIL) PESO: 130 A 140 G (SUPER LEVE E FÁCIL DE CONTROLAR) CÂMARA DE AR: VINIL – BOA RETENÇÃO E INFLÁVEL SIMPLES COMPOSIÇÃO: FIO DE POLIÉSTER + COLA + EVA – MACIA, RESISTENTE E FLUTUANTE CONSTRUÇÃO: COSTURA SOLDADA – MANTÉM A FORMA, MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA À ÁGUA CORES: VARIADAS (SORTIDAS) – CADA UNIDADE VEM EM COR ALEATÓRIA VIBRANTE INDICAÇÃO: PRAIA, PISCINA, QUADRA RECREATIVA E LAZER AO AR LIVRE	Dalebol	Vôlei EVA	UND	120,00	19,95	2.394,00
14	1	CRONÔMETRO DE MÃO DIGITAL COM DESIGN ESPORTIVO, ALTA PRECISÃO DE 99,99% E UNIDADE DE MEDIDA DE 1/100 DE SEGUNDO, INDICADO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, TREINAMENTOS, COMPETIÇÕES E USO ESCOLAR. POSSUI CAPACIDADE DE EXIBIÇÃO DE ATÉ 9 HORAS, 59 MINUTOS E 59,99 SEGUNDOS, COM VISOR DIGITAL DE FÁCIL LEITURA, ACIONAMENTO PRÁTICO E ESTRUTURA LEVE E RESISTENTE. PRODUTO COM PESO APROXIMADO DE 44 GRAMAS, PROPORCIONANDO FÁCIL TRANSPORTE E MANUSEIO	Dalebol	Digital	UND	10,00	51,68	516,80
23	1	REDE DE VOLEIBOL, FIO 2,5 MM DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA COM TRATAMENTO UV. COM 4 FAIXAS EM LONAS DE 1.8 MM E COSTURA DUPLA, RESISTENTES AO SOL, CHUVA E AÇÕES CLIMÁTICAS. FAIXA INFERIOR E LATERAIS COM 5 CM. REVESTIMENTO INTERNO PASSANTE. MALHA 10 X 10 CM. TAMANHO OFICIAL 1,00 X 10,00 METROS. CONFECCIONADA DE ACORDO COM CBV	Dalebol	Vôlei PE 4mm 4 faixas de algodão	UND	10,00	124,95	1.249,50
24	1	REDE DE FUTSAL EM FIO DE SEDA (POLIPROPILENO) DE 5 MM DE ESPESSURA, MALHA 10X10 CM, SEM NÓS, COM TRATAMENTO UV. DIMENSÕES: 3,10 M (LARGURA) X 2,10 M (ALTURA) X 1,00 M (RECUO SUPERIOR) X 1,50 M (RECUO INFERIOR). COR BRANCA. RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 150 KGF. EM CONFORMIDADE COM PADRÕES CBFS. GARANTIA DE 12 MESES. FORNECIMENTO DE PAR DE REDES. MARCAS DE REFERÊNCIA SUGERIDAS A TÍTULO EXEMPLIFICATIVO, ADMITINDO-SE EQUIVALENTES QUE ATENDAM INTEGRALMENTE A ESTA ESPECIFICAÇÃO.	Dalebol	Futsal PP 6mm	UND	20,00	329,95	6.599,00
25	1	REDE PARA FUTEBOL SOCIETY, FIO 5,0 MM DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) 100% VIRGEM, TORCIDO, MALHA QUADRADA 15X15 CM, COR BRANCA. TRATAMENTO UV E HIDROFÓBICO. DIMENSÕES: 5,20M LARGURA X 2,20M ALTURA, RECUO SUPERIOR 0,80M, RECUO INFERIOR 2,00M. ACABAMENTO REFORÇADO, CORDA DE SUSTENTAÇÃO 6MM. RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA 150 KGF/FIO. CONFORME ABNT NBR 16016:2012. GARANTIA 12 MESES. PAR DE REDES	Dalebol	Society PE 6mm 5mt	UND	10,00	419,95	4.199,50
26	1	PRANCHETA TÁTICA MAGNÉTICA FUTSAL SALÃO IMÃ E CANETA AZUL, A PRANCHETA É FEITA DE MATERIAL RÍGIDO E RESISTENTE, COM DIMENSÕES DE 23 CM DE LARGURA X 36 CM DE COMPRIMENTO. CARACTERÍSTICAS: MATERIAL: METAL E PLÁSTICO TAMANHO: 23 X 36 CM PESO: 650 G INCLUI MARCADOR E CONJUNTO COMPLETO DE ÍMÃS.	Dalebol	Prancheta futsal	UND	5,00	69,53	347,65
27	1	QUADRO TRIPÉ FUTSAL- O QUADRO TÁTICO MAGNÉTICO COM TRIPÉ. É FABRICADO COM NÚCLEO EM MDF, LÂMINA METÁLICA E MOLDURA EM ALUMÍNIO. ACOMPANHA CANETA COM LIMPEZA DOS TRAÇOS A SECO, IMÃS QUE SIMULAM OS JOGADORES E A BOLA QUE PELAS SUAS DIMENSÕES FAVORECEM A VISUALIZAÇÃO. O QUADRO ESTÁ FIXADO EM UM TRIPÉ RETRÁTIL DE ALUMÍNIO QUE POSSUI SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO O QUE FACILITA O SEU POSICIONAMENTO EM QUALQUER AMBIENTE. CONTA COM UMA BOLSA EM 'NYLON' RESISTENTE COM COMPARTIMENTO LATERAL E UM ESTOJO PARA CANETAS E OS IMÃS, GARANTINDO UMA FORMA PRÁTICA E SEGURA DE TRANSPORTE. - DUAS OPÇÕES PARA DEMONSTRAÇÕES NUM MESMO QUADRO. CANETA PARA QUADRO BRANCO. IMÃS QUE SIMULAM OS JOGADORES E A BOLA.TRIPÉ RETRÁTIL EM ALUMÍNIO COM SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO. BOLSA EM ‘‘NYLON’’ COM COMPARTIMENTO LATERAL E UM ESTOJO PARA A CANETA E OS IMÃS.DIMENSÕES: ESPESSURA: 6 CM / ALTURA: 150CM / LARGURA: 51 CM / COMPRIMENTO: 85 CM / PESO: 7,5 KG.	Dalebol	Quadro tático	UND	2,00	499,50	999,00
28	1	CARRINHO DE BOLAS - POSSUI UMA BOLSA RESISTENTE EM POLIÉSTER 600, QUE REVESTE UMA ESTRUTURA RETRÁTIL DE ALUMÍNIO COM RODINHAS DE PVC (ABRE E FECHA).UTILIZADO EM ATIVIDADES DE QUADRA, INDOOR E OUTDOOR.ESTRUTURA DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO.BOLSA 100% POLIÉSTER 600, CAPACIDADE DE ACORDO COM AS MODALIDADES: 12 BOLAS BASQUETE / 24 BOLAS VÔLEI / 20 BOLAS FUTEBOL-DIMENSÕES BOLSA: ALTURA: 55 CM / LARGURA: 60 CM / COMPRIMENTO: 60 CM -DIMENSÕES CARRINHO: ALTURA: 103 CM / LARGURA: 60 CM / COMPRIMENTO: 60CM,PESO: 4,5 KG	Dalebol	Carrinho de transporte	UND	5,00	508,71	2.543,55
30	1	CALIBRADOR DE BOLAS MODELO CANETA	Dalebol	Caneta	UND	6,00	21,62	129,72
33	1	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL, FIO DE POLIPROPILENO (SEDA) 4,0 MM, MALHA 12X12 CM, COR BRANCA. DIMENSÕES: 7,50M LARGURA X 2,50M ALTURA X 2,00M RECUO SUPERIOR/INFERIOR. TRATAMENTO UV. CONFORME ABNT NBR 16070-1 E 16070-2. RESISTÊNCIA A IMPACTOS E INTEMPÉRIES	Dalebol	Campo PP 4mm	UND	4,00	348,35	1.393,40
TOTAL								20.728,52

FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
15	1	CANELEIRA MUAY THAI KICKBOXING PROTETOR DE CANELA - 1 PAR DO PROTETOR DE CANELA - TAMANHO ÚNICO (30CM PERNA X 15CM PÉ) FICHA TECNICA: - REVESTIMENTO EXTERNO SINTÉTICO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA. - ENCHIMENTO EM ESPUMA. - FORRO DE POLIÉSTER DE FÁCIL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. - CANELEIRA COM FORMATO ANATÔMICO PARA MELHOR AJUSTE AO CORPO. - FECHAMENTO RÁPIDO EM VELCRO PARA MAIOR AGILIDADE E SEGURANÇA NA HORA DE CALÇA-LA. - TAMANHO ÚNICO.	FHERAS	CANELEIRA	UND	12,00	88,79	1.065,48
16	1	PROTETOR DE CABEÇA FECHADO COM GRADE CAPACETE - MUAYTHAI FECHADO COM GRADE DE PROTEÇÃO FACIAL. INDICADO PARA MUAY THAI E ARTES MARCIAIS DE CONTATO. PROTEÇÃO REFORÇADA PARA ROSTO E CABEÇA REVESTIMENTO EM COURO SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. ESTRUTURA ACOLCHOADA PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS. AJUSTE FIRME E CONFORTÁVEL.DESIGN PROFISSIONAL PARA TREINOS INTENSOS.ADULTO/INFANTIL.	FHERAS	PROTETOR	UND	10,00	221,59	2.215,90
20	1	APARADOR DE CHUTES TIPO KICK PAD - PARA TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS E ESPORTES DE COMBATE, INDICADO PARA PRÁTICAS DE MUAY THAI, KICKBOXING, BOXE, MMA, TAEKWONDO E TREINAMENTOS FUNCIONAIS. FABRICADO EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA DE ALTA DENSIDADE PARA MELHOR ABSORÇÃO DE IMPACTOS E PROTEÇÃO DURANTE OS TREINOS. POSSUI ALÇAS REFORÇADAS E EMPUNHADURA ANATÔMICA QUE PROPORCIONAM FIRMEZA, SEGURANÇA E CONFORTO AO USUÁRIO. PRODUTO RESISTENTE AO DESGASTE, IDEAL PARA USO CONTÍNUO EM ACADEMIAS, CENTROS ESPORTIVOS, ESCOLAS DE LUTA E TREINAMENTOS PROFISSIONAIS OU RECREATIVOS.	FHERAS	APARADOR	UND	10,00	198,31	1.983,10

TOTAL								5.264,48
K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
19	1	CORDA NAVAL ROPE CROSS TRAINING 34MM X 6MTS PRETO FUNCIONAL MARCA: GUPA. COMPRIMENTO: 6 METRO ESPESSURA: 34MM COR: PRETO. IDEAL PARA TREINO FUNCIONAL E CROSS TRAINING. MATERIAL RESISTENTE E DURÁVEL. EXCELENTE PEGADA E CONFORTO DURANTE O USO. INDICADA PARA TREINOS DE ALTA INTENSIDADE	própria/rm	corda naval 6m	UND	1,00	243,08	243,08
31	1	PORTA BOLAS- CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER, COM CORDA AJUSTÁVEL PARA TORNAR O TRANSPORTE MAIS SEGURO E FÁCIL, COM CAPACIDADE PARA 8 BOLAS. DESCRIÇÃO: MATERIAL: 100% POLIÉSTER, CAPACIDADE: 8 BOLAS, ESCUDO: COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA: 20 CM X 40 CM X 65 CM	própria/própria	porta bolas	UND	30,00	72,19	2.165,70
TOTAL								2.408,78
PATRIUS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	BOLA DE FUTSAL OFICIAL MAX 1000 - PESO: 410G A 430G CIRCUNFERÊNCIA: 62,5CM A 63,5CM GOMOS: 14 GOMOS COM DUPLA COLAGEM TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO: TERMOTEC (SEM COSTURA) CÂMARA DE AR: 6D COM CÁPSULA SIS (MIOLO LUBRIFICADO E SUBSTITUÍVEL. AMORTECIMENTO: NEOTEC (COMPOSTO ECOLÓGICO QUE REDUZ O IMPACTO SEM PERDER VELOCIDADE.	Penalty	Max 1000 XXVI	UND	100,00	247,50	24.750,00
8	1	BOLA DE VÔLEI ADULTO PRÓ 8.1- PESO: 260-280 G CIRCUNFERÊNCIA:65-67CM , GOMOS: 18 LAMINADO MICROFIBRA: MATERIAL EXTREMAMENTE MACIO QUE PROPORCIONA CONFORTO E CONTROLE EM CONTATO COM A BOLA. CONSTRUÇÃO TERMOTEC + DUPLA COLAGEM: TERMO FUSÃO QUE GARANTE 0% DE ABSORÇÃO DE AGUA; DUPLA CAMADA DE COLAGEM, REFORÇA AINDA MAIS A JUNÇÃO DOS GOMOS E GARANTE A VIDA ÚTIL DA BOLA POR MUITO MAIS TEMPO. CÂMARA 6D: CÂMARA DE BORRACHA BUTÍLICA, COMPOSTA POR 6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE PARA EQUILÍBRIO TOTAL DA BOLA. CAMADA INTERNA NEOGEL: CAMADA DE AMORTECIMENTO INTERNO A BASE DE BORRACHA COM ALTA ELASTICIDADE, ENTREGA CONTROLE E VELOCIDADE A BOLA. SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO: A CÂMARA É ENROLADA COM 3 MIL METROS DE FIOS SINTÉTICOS EM UM SISTEMA MULTIAXIAL, QUE RECEBE UM TRATAMENTO TÉRMICO COM BORRACHA NATURAL. MIOLO CÁPSULA SIS: LUBRIFICADO E SUBSTITUÍVEL. CALIBRAGEM: 4-5 LIBRAS	Penalty	8.1 Pró	UND	80,00	300,00	24.000,00
9	1	BOLA DE VÔLEI DE AREIA, CONFECCIONADA EM PU (POLIURETANO), COM CÂMARA INTERNA EM BUTIL, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA, RETENÇÃO DE AR E DURABILIDADE. POSSUI CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 65 E 67 CM, PESO APROXIMADO ENTRE 260 E 280 GRAMAS, ESTRUTURA COSTURADA E MIOLO REMOVÍVEL PARA FACILITAR MANUTENÇÃO E ENCHIMENTO. INDICADA PARA PRÁTICA ESPORTIVA RECREATIVA, ESCOLAR E COMPETITIVA EM QUADRAS DE AREIA, OFERECENDO RESISTÊNCIA, CONFORTO E BOM DESEMPENHO DURANTE O USO	Penalty	Volei de Praia	UND	20,00	97,77	1.955,40
TOTAL								50.705,40
R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	PAR DE APARADOR DE SOCO COR PRETO: IDEAL PARA TREINOS DE BOXE, MUAY THAI E ARTES MARCIAIS. PRODUZIDO EM POLIÉSTER RESISTENTE, POSSUI ESPUMA EXPANDIDA PARA MELHOR ABSORÇÃO DE IMPACTO E MODELO CÔNCAVO QUE GARANTE CONFORTO, SEGURANÇA E ENCAIXE PERFEITO NAS MÃOS. EXCELENTE PARA TREINOS DE VELOCIDADE, PRECISÃO E POTÊNCIA DOS GOLPES.	FM	PAR DE APARADOR DE SOCO	UND	10,00	123,98	1.239,80
21	1	LUVA DE BOXE REVESTIMENTO EXTERNO SINTÉTICO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA. – ENCHIMENTO COM CAMADA DENSA DE ESPUMA PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS. - CANO DA LUVA COM TAMANHO REGULAR. - COSTURAS REFORÇADAS. - REVESTIMENTO INTERNO: TECIDO BACTERICIDA. - FECHAMENTO RÁPIDO AUTOCOLANTE RESISTENTE. - POLEGAR PRESO PARA MAIOR SEGURANÇA DO PRATICANTE. - PALMA DA LUVA 100% MESH (TECNOLOGIA EVERFRESH). SISTEMA DE VENTILAÇÃO E TECIDOS ESPECIAIS QUE PERMITEM MELHOR "RESPIRAÇÃO" DAS MÃOS DURANTE A PRATICA DO ESPORTE.	BKS	LUVA DE BOXE	UND	12,00	131,88	1.582,56
TOTAL								2.822,36
VANINHA UTILIDADES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
7	1	BOLA DE FUTSAL OFICIAL, MAX 500 TERMOTEC, INDICADA PARA TREINAMENTOS, COMPETIÇÕES E ATIVIDADES ESPORTIVAS DE ALTO DESEMPENHO. FABRICADA COM LAMINADO EM PU DE ALTA RESISTÊNCIA, POSSUI CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 62 E 64 CM, PESO ENTRE 400 E 440 GRAMAS E ESTRUTURA COMPOSTA POR 8 GOMOS. CONTA COM CONSTRUÇÃO TERMOTEC SEM COSTURAS, PROPORCIONANDO MENOR ABSORÇÃO DE ÁGUA, MAIOR DURABILIDADE E MELHOR DESEMPENHO DURANTE O JOGO. POSSUI CÂMARA 6D PARA MAIOR ESTABILIDADE E PRECISÃO, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, CAMADA INTERNA NEOGEL PARA MAIOR MACIEZ E CONFORTO NOS CHUTES, ALÉM DE PROCESSO EXTRA DE DUPLA COLAGEM QUE REFORÇA A RESISTÊNCIA ESTRUTURAL DO PRODUTO. EQUIPADA COM MIOLO CÁPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, FACILITANDO A MANUTENÇÃO E GARANTINDO VEDAÇÃO EFICIENTE	NEDEL	NEDEL	UND	100,00	128,56	12.856,00
11	1	BOMBA DUPLA AÇÃO COM MANÔMETRO PARA ENCHER BOLAS. BOMBA DE AR MANUAL PARA ENCHIMENTO DE BOLAS ESPORTIVAS, COM SISTEMA DE DUPLA AÇÃO (FLUXO DE AR NOS MOVIMENTOS DE EMPURRAR E PUXAR), EQUIPADA COM MANÔMETRO INTEGRADO PARA MEDIÇÃO E REGULAGEM PRECISA DA PRESSÃO. FABRICADA EM MATERIAL RESISTENTE E DE ALTA DURABILIDADE, COM DESIGN ERGONÔMICO E FÁCIL MANUSEIO. COMPATÍVEL COM BOLAS DE FUTEBOL, FUTSAL, VÔLEI, BASQUETE, HANDEBOL E DEMAIS BOLAS INFLÁVEIS. PRODUTO ACOMPANHADO DE BICO/AGULHA PARA ENCHIMENTO, INDICADO PARA USO ESPORTIVO, ESCOLAR, RECREATIVO E INSTITUCIONAL.	CONVOY	CONVOY	UND	20,00	32,49	649,80
12	1	BOMBA DE ENCHER BOLA : PLÁSTICO RÍGIDO (ABS) • MATERIAL DO BICO: METAL (ZINCO E COBRE) • MATERIAL DO PROLONGADOR: BORRACHA • DIMENSÕES: 23 CM (COMPRIMENTO) X 2 CM (ALTURA) X 12 CM (LARGURA) • PESO: 60 G	PUMP	PUMP	UND	30,00	14,00	420,00
32	1	KIT MINI BAND - COMPRIMENTO: 25 CM (DOBRADO) LARGURA: 4 CM COMPOSIÇÃO: LÁTEX 100% NATURAL, 3 MINI BAND COM INTENSIDADE LE MÉDIO E FORTE.	NEDEL	NEDEL	UND	30,00	9,17	275,10

TOTAL	14.200,90

A empresa acima descrita apresentou a proposta condizente e válida ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.
Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 06 de outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:D56778C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.208

DECRETO Nº 2.208

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 589.714,73 (quinhentos e oitenta e nove mil e setecentos e quatorze reais e setenta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
04		Controladoria Geral do Município	
04.001		Controladoria Geral	
04.001.04.124.0050.2.015		Controladoria	
53 - 3.3.90.14.00.00	000	Diárias - civil	7.000,00
56 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.002		Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002.12.365.0017.2.082		Desenvolvimento da Educação Infantil	
420 - 3.3.90.39.00.00	103	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	200.614,80
12		Secretaria Municipal de Obras Públicas	
12.003		Departamento de Logística	
12.003.04.122.0058.2.102		Gestão Estratégica da Frota e Manutenção	
470 - 3.3.90.39.00.00	510	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	369.099,93
20		Secretaria Municipal de Segurança	
20.001		Gabinete do Secretario	
20.001.06.122.0023.2.200		Coordenação e Supervisão dos Assuntos ligados a Segurança.	
1057 - 3.3.90.14.00.00	000	Diárias - civil	8.000,00
Total Suplementação:			589.714,73

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
04		Controladoria Geral do Município	
04.001		Controladoria Geral	
04.001.04.124.0050.2.015		Controladoria	
54 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	12.000,00
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.001		Gabinete do Secretario	
11.001.12.361.0016.2.080		Manutenção, Conservação e Remuneração dos profissionais das Escolas	
394 - 4.4.90.52.00.00	1103	Equipamentos e material permanente	54.000,00
11.002		Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002.12.365.0017.2.082		Desenvolvimento da Educação Infantil	
418 - 3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	146.614,80
12		Secretaria Municipal de Obras Públicas	
12.003		Departamento de Logística	
12.003.04.122.0058.2.102		Gestão Estratégica da Frota e Manutenção	
468 - 3.3.90.30.00.00	1510	Material de consumo	369.099,93
20		Secretaria Municipal de Segurança	
20.002		Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002.06.181.0023.2.201		Manutenção do comando do Guarda Municipal.	
1059 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	2.200,00
1061 - 3.3.90.36.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.800,00
Total Redução:			589.714,73

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 06 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B0AF1E39

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 407/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABG1J90	277450T000061808	28/09/2026	55411
ACJ2C43	277450T000063661	01/10/2026	55411
AEI3259	277450T000057894	29/09/2026	55411
AEZ6G52	277450T000060883	01/10/2026	51851
AFJ3J16	277450T000063659	01/10/2026	60412
AGS9D81	277450T000059838	01/10/2026	55411
AHG2G21	277450NIC0046275	12/09/2026	50020
AHK7C07	277450T000056570	16/09/2026	57200
AIN6266	277450NIC0046282	12/09/2026	50020
AKG6C00	277450T000057180	28/09/2026	55411
AKM4F57	277450T000057729	30/09/2026	55411
ALR8418	277450T000054970	28/09/2026	65992
ALS0711	277450T000061901	29/09/2026	55680
ALX6051	277450T000059169	29/09/2026	55411
AMF6G21	277450T000057397	28/09/2026	57463
AMP1225	277450T000063445	01/10/2026	51851
AMQ8620	277450T000057959	28/09/2026	54100
ANK1D34	277450T000057730	30/09/2026	55411
ANQ0H17	277450T000058909	01/10/2026	55411
AOV1G50	277450T000063424	30/09/2026	51851
APM8D41	277450T000062284	30/09/2026	51851
AQG0B69	277450T000063440	30/09/2026	60412
AQL6G81	277450T000063426	30/09/2026	55411
ARQ8E26	277450T000063430	30/09/2026	66371
ARX6J66	277450T000063423	30/09/2026	51851
ARZ6657	277450T000058502	28/09/2026	50450
ASA5B59	277450T000063432	30/09/2026	76331
ASC6E56	277450T000060885	01/10/2026	51851
ASM8A62	277450T000057515	28/09/2026	66371
ASM8C18	277450T000062288	30/09/2026	60412
ATB5E54	277450T000063450	01/10/2026	57463
ATB7E48	277450NIC0046281	12/09/2026	50020
ATC0F50	277450T000061805	28/09/2026	55500
ATL6H04	277450T000057960	01/10/2026	51851
ATP0924	277450T000053849	01/10/2026	55500
ATQ2G57	277450T000063655	01/10/2026	57463
ATV6375	277450T000063444	01/10/2026	51851
AUL2I89	277450NIC0046277	12/09/2026	50020
AUL2I89	277450NIC0046280	12/09/2026	50020
AUQ6C61	277450T000062289	30/09/2026	60412
AVM6G75	277450T000057399	29/09/2026	65992
AVM6G75	277450T000057398	29/09/2026	73400
AVX7G59	277450T000061552	29/09/2026	50100
AWL2E00	277450T000048125	30/09/2026	55411
AWN4C37	277450T000061655	01/10/2026	51851
AWP5E98	277450T000063653	01/10/2026	76332
AWU5D79	277450T000062282	30/09/2026	51851
AXH2A24	277450T000061807	28/09/2026	55411
AXS6187	277450T000060818	01/10/2026	76251
AYF7H96	277450T000055810	01/10/2026	70561
AYF7H96	277450T000055812	01/10/2026	65992
AYF7H96	277450T000055811	01/10/2026	50610
AYM3G43	277450T000063436	30/09/2026	51851
AYS5E64	277450T000063433	30/09/2026	76332
AYT3248	277450T000062285	30/09/2026	61220
AYW2743	277450T000063434	30/09/2026	76252

AZP3E35	277450T000058762	28/09/2026	55500
AZZ2E14	277450T000060991	29/09/2026	76332
BAG4E20	277450T000058175	29/09/2026	76332
BAX0E37	277450T000059837	01/10/2026	51851
BBB8257	277450T000061654	01/10/2026	51851
BBL8G45	277450T000061902	30/09/2026	57380
BCD9J50	277450T000059835	01/10/2026	51851
BCG6707	277450T000061810	29/09/2026	66531
BCG6707	277450T000061809	29/09/2026	66371
BCG9E01	277450T000049629	30/09/2026	55500
BCG9E01	277450T000059832	30/09/2026	55411
BCN3C77	277450T000063660	01/10/2026	76332
BCT7C95	277450T000062287	30/09/2026	60412
BCX5H47	277450T000061811	29/09/2026	51852
BCY3D98	277450T000059834	01/10/2026	51851
BDJ7G84	277450T000060879	30/09/2026	55250
BDP7C62	277450T000061903	01/10/2026	55411
BDX7B68	277450T000059836	01/10/2026	51851
BEB2F14	277450T000063425	30/09/2026	76332
BEE3G68	277450T000057458	30/09/2026	55411
BEF3F59	277450T000054971	28/09/2026	76252
BEG5D90	277450NIC0046278	12/09/2026	50020
BEP3I57	277450T000057891	28/09/2026	76332
BEP5F53	277450T000048127	01/10/2026	55411
BES7E78	277450T000049438	28/09/2026	54527
BEZ4G91	277450T000059915	29/09/2026	57200
BWE0I70	277450T000060993	29/09/2026	57463
BXI6F90	277450T000063449	01/10/2026	55411
CYJ5D27	277450T000048124	29/09/2026	55413
DOD8072	277450T000060819	01/10/2026	76251
DRL6604	277450T000063442	30/09/2026	51851
EQC0B90	277450T000060992	29/09/2026	76331
EUY4D63	277450T000063446	01/10/2026	51851
FCG2C50	277450T000059839	01/10/2026	50100
FCG2C50	277450T000059840	01/10/2026	51180
FMV2B89	277450T000036423	28/09/2026	58191
FSZ2B62	277450T000060884	01/10/2026	51851
GVQ9A66	277450T000061804	28/09/2026	55500
HIE4C68	277450T000049630	30/09/2026	55417
HIV7I73	277450T000063437	30/09/2026	60412
IQB9109	277450T000063654	01/10/2026	51851
IRW1758	277450T000061658	01/10/2026	51851
IRW1758	277450T000057731	01/10/2026	55411
IWD3H45	277450T000062283	30/09/2026	51851
IWL2H48	277450T000060886	01/10/2026	51851
JYZ1A02	277450T000057181	29/09/2026	55411
KAX8B97	277450T000060815	30/09/2026	55500
LNO5491	277450T000063447	01/10/2026	51851
LXV5J63	277450T000060887	01/10/2026	55411
LYE2B01	277450T000048126	01/10/2026	55411
LYF8B92	277450T000063652	01/10/2026	51851
LYG9J01	277450T000061656	01/10/2026	51851
LZQ1B74	277450T000063448	01/10/2026	54521
MAK3B59	277450T000053850	01/10/2026	55411
MAS0E06	277450T000061806	28/09/2026	55411
MAS9825	277450T000060816	30/09/2026	55500
MBC8J07	277450T000059909	28/09/2026	55250
MBN0962	277450T000060881	01/10/2026	51851
MDU2552	277450T000061251	29/09/2026	66371
MDU2552	277450T000061252	29/09/2026	53710
MDW4288	277450T000057178	28/09/2026	55411
MDX1C98	277450T000059833	01/10/2026	51851
MED6753	277450T000061657	01/10/2026	51851
MFZ8F94	277450T000063422	30/09/2026	51851
MIT7E77	277450NIC0046276	12/09/2026	50020
NUE1C02	277450T000063427	30/09/2026	60412
OAM9J32	277450T000057890	28/09/2026	60412
OAW8B22	277450T000063657	01/10/2026	55680
OKG3718	277450T000062290	30/09/2026	60412
OVF0I84	277450T000057182	29/09/2026	55411
PLR7B42	277450T000063658	01/10/2026	76332
QHD1J29	277450T000063441	30/09/2026	60412
QIO1287	277450T000060817	30/09/2026	55680
QOV4A44	277450T000063439	30/09/2026	60412
QSU5H58	277450T000049627	30/09/2026	55500
QSU5H58	277450T000048121	29/09/2026	55411
QSU5H58	277450T000063435	30/09/2026	55411
QYP6I56	277450T000059914	29/09/2026	76332
RBT5A63	277450T000057400	29/09/2026	55680
RHK0E59	277450T000061553	29/09/2026	50100
RHK0E59	277450T000061554	29/09/2026	73400
RHM0I18	277450T000058173	29/09/2026	76332
RHY5D30	277450T000062291	30/09/2026	60412
RQT9B58	277450T000063431	30/09/2026	73400
RTT9D47	277450T000059910	29/09/2026	76332
RYT7C08	277450NIC0046279	12/09/2026	50020
SEE3E80	277450T000063656	01/10/2026	55680
SEJ4H82	277450T000057179	28/09/2026	55411
SEX1H12	277450T000057183	29/09/2026	55411

SFD5B40	277450T000057893	29/09/2026	55411
SFI6I66	277450T000059841	01/10/2026	73400
SFN1H15	277450T000063651	01/10/2026	55411
TAI4C39	277450T000054807	01/10/2026	58780
TAO6G12	277450T000063443	30/09/2026	60412
TAR1H62	277450T000057459	30/09/2026	60501
TAW7E50	116100T002320887	24/09/2026	55500
TBJ2F41	277450T000060814	30/09/2026	55500
TBL9G81	277450T000059168	29/09/2026	55411
TBO8A86	277450T000059170	29/09/2026	55411
TBP1C68	277450T000060880	30/09/2026	73400
TUK3A02	277450T000048123	29/09/2026	53800
TXN3F03	277450T000058955	01/10/2026	55414
UBA9I42	277450NIC0046274	12/09/2026	50020
UBF9F08	277450T000061551	28/09/2026	72261
UBF9F08	277450T000039050	28/09/2026	70561
UBH2I93	277450T000057961	01/10/2026	59080
UBN6B66	277450T000060990	29/09/2026	57463
UBP2B88	277450T000059912	29/09/2026	57200
UBP2B88	277450T000059913	29/09/2026	50531
UBP2B88	277450T000059911	29/09/2026	60501
UCG8E70	277450T000062292	30/09/2026	60412
UCP0H72	277450T000058174	29/09/2026	76332
UDY1H33	277450T000062286	30/09/2026	55411
UDY1H33	277450T000049628	30/09/2026	55500
UDY1H33	277450T000048122	29/09/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:E9D8A503

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 408/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
FKC1J51	116100T000217341	25/09/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:7893110F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 22/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2026 Número

- Minuta - Licitação: 52 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2026 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica Nº 22/2026

Processo Administrativo: 51/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 33/2026.

Homologa

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Eletrônica nº. 22/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

1753 - D.H BRINQUEDOS E CONFECCAO LTDA

Lote: 1 - LOTE 1

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CAMISETA EM MALHA 100% POLIÉSTER, TECIDO LEVE, RESPIRÁVEL E MACIO, COM GRAMATURA DA MALHA DE NO MÍNIMO 165G/M², CORTE TRADICIONAL OU RETO COM CAIMENTO CONFORTÁVEL AO CORPO, COSTURAS REFORÇADAS NOS OMBROS E LATERAIS, GOLA REDONDA COM ACABAMENTO EM RIBANA REFORÇADA DE 2CM COM VIÉS INTERNO NA COSTURA PARA MAIOR RESISTÊNCIA, BARRA COM BAINHA SIMPLES REFORÇADA, ESTAMPA COLORIDA POR SUBLIMAÇÃO APLICADA NAS PARTES FRONTAL, TRASEIRA E MANGAS, COM BOA DEFINIÇÃO, SEM FALHAS OU MANCHAS, DISPONÍVEIS NA COR BRANCA, NOS TAMANHOS P, M, G, GG E EXG	UNIDADE	Marca propria Modelo proprio	250	R$16,89	R$4.222,50
Total do Fornecedor:						R$4.222,50
Total Geral:						R$4.222,50

Dos recursos orçamentários:

13 - 00.000.0000.3339030150000000000.00000000 - Material para festividades e homenagens

25 - 00.000.0000.3339030150000000000.00000000 - Material para festividades e homenagens

_____

Direção Geral

CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:3CB5ECBC

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAQ6I54	277490W000042561	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AAQ7070	277490F000213261	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ABF6464	277490NIC0044827	11/07/2026	50020	R$ 586,94
ABJ0J07	277490F000212983	23/07/2026	56732	R$ 130,16
ABJ5D81	277490F000213335	27/07/2026	56732	R$ 130,16
ABV9G63	277490F000212779	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ABY8958	277490F000213156	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ACE6097	277490F000212749	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ACG2I02	277490F000213235	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ACL0953	277490F000212906	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ACS8G68	277490W000042511	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ACS8G68	277490F000213282	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ACX8C98	277490F000213021	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ADG3671	277490F000213325	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ADI4B25	277490F000213288	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ADI4B25	277490F000213050	24/07/2026	60503	R$ 293,47
ADN4422	277490F000213205	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ADP3589	277490W000042549	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AEO5J09	277490NIC0044762	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AEO5J09	277490F000213005	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AEU6452	277490F000212806	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AEU7D47	277490F000213119	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AEU9087	277490F000213278	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AEZ7907	277490F000212934	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AFA3448	277490W000042502	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AFA4552	277490F000213090	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AFE5907	277490F000213130	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AFO3F55	277490W000042476	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AFO3F55	277490W000042453	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AFP3616	277490F000212863	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AFR2644	277490F000212847	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AGA5080	277490W000042375	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AGX8131	277490F000213168	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AHU7473	277490F000213114	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AHW7H11	277490F000213096	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AHZ2E55	277490F000213046	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AIA1227	277490F000213289	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AID1494	277490W000042595	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AIF9007	277490F000213252	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AII3F23	277490W000042463	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AIL9D88	277490W000042370	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AIX0218	277490F000213309	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AIY0056	277490F000212887	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AIZ8I18	277490F000212918	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AJC5272	277490F000212937	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AJF7309	277490W000042601	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AJJ3C78	277490W000042371	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AJQ2393	277490F000212888	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AJU2607	277490W000042355	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AJW6289	277490F000213097	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AJY3353	277490F000213052	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AJY6639	277490F000212795	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3039	277490F000213243	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000213207	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000213328	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000212814	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AKB4761	277490F000212977	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AKC6462	277490F000213198	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AKL8315	277490F000212914	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AKN8684	277490F000213315	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AKR3570	277490F000212807	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AKR3570	277490F000213022	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AKR3570	277490W000042581	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AKS7D31	277490F000213136	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AKT5C63	277490F000213225	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AKZ8620	277490W000042516	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ALB5538	277490F000213345	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ALD3E21	277490F000213299	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ALN8A58	277490F000213316	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ALQ8J11	277490F000213242	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ALR0567	277490F000212970	22/07/2026	60503	R$ 293,47
ALR7H16	277490F000212810	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ALX9860	277490F000213043	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ALZ9020	277490NIC0044771	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AMA2E49	277490F000205903	24/04/2026	60503	R$ 293,47
AMF4541	277490F000212828	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AMG1C70	277490F000213271	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AMJ6299	277490F000213224	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AMK4695	277490W000042596	16/07/2026	55412	R$ 195,23

AMM3603	277490W000042600	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AMO7D58	277490W000042575	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AMT9575	277490W000042445	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AMY4F00	277490F000212985	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ANB8A65	277490W000042504	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ANC2J52	277490F000212993	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ANC7A73	277490F000213248	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AND0J83	277490F000213212	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ANE7973	277490F000213265	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ANF0873	277490F000212805	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ANF9D20	277490F000212751	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ANI3231	277490F000213101	24/07/2026	60503	R$ 293,47
ANK0910	277490F000213016	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ANM1132	277490F000212948	22/07/2026	60503	R$ 293,47
ANP0I52	277490F000212935	22/07/2026	60503	R$ 293,47
ANR6412	277490F000212976	22/07/2026	60503	R$ 293,47
ANR9E13	277490F000212907	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ANR9E13	277490F000212840	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ANS7972	277490F000213187	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ANT1042	277490W000042563	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT2996	277490W000042541	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT2996	277490W000042585	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ANT8G78	277490W000042587	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ANV5352	277490F000212787	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AOB5397	277490W000042348	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AOJ0C47	277490W000042411	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AOJ0C47	277490W000042362	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AOJ0E14	277490W000042560	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042404	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042440	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042478	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000042347	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AOT9J81	277490F000213104	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000213032	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212922	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000212963	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000213068	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000213239	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000213064	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000213037	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000213142	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOU5572	277490F000212758	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AOW7D26	277490F000213134	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOW7D26	277490F000212908	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AOW7D26	277490F000213195	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOW7D26	277490F000213039	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AOW7D26	277490F000213133	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOW7D26	277490F000213148	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOY8A05	277490W000042427	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AOY8A05	277490W000042500	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AOZ4E66	277490F000212897	21/07/2026	60503	R$ 293,47
APE7F24	277490F000213001	23/07/2026	60503	R$ 293,47
APH5F65	277490F000212791	20/07/2026	60503	R$ 293,47
APH9499	277490W000042446	15/07/2026	55412	R$ 195,23
APJ1G60	277490F000212909	21/07/2026	60503	R$ 293,47
APJ5826	277490W000042558	16/07/2026	55412	R$ 195,23
APK8350	277490W000042450	15/07/2026	55412	R$ 195,23
APL1162	277490F000212974	22/07/2026	60503	R$ 293,47
APM8896	277490W000042517	16/07/2026	55412	R$ 195,23
APN2075	277490F000212798	20/07/2026	60503	R$ 293,47
APQ8307	277490F000212816	20/07/2026	60503	R$ 293,47
APT5I75	277490F000213319	27/07/2026	60503	R$ 293,47
APU3604	277490F000213070	24/07/2026	60503	R$ 293,47
APX6361	277490W000042486	15/07/2026	55412	R$ 195,23
APY1441	277490F000213145	25/07/2026	60503	R$ 293,47
APY5574	277490W000042552	16/07/2026	55412	R$ 195,23
APY9F34	277490F000213300	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AQD6405	277490F000212820	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AQE6G12	277490F000213056	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AQG1480	277490F000213330	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AQG5934	277490W000042591	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AQG9I81	277490F000212778	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AQJ4586	277490W000042551	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AQS1113	277490F000213189	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AQV2B36	277490F000213301	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AQW5723	277490W000042534	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AQX8280	277490F000212880	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AQZ7976	277490W000042455	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ARH2191	277490F000212889	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ARH5631	277490F000213137	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ARI3E90	277490F000213012	23/07/2026	56732	R$ 130,16
ARI3I53	277490F000213342	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ARN0179	277490F000212954	22/07/2026	60503	R$ 293,47
ARN8124	277490F000213017	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000213344	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000212885	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000212958	22/07/2026	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000213018	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ARV2283	277490F000212962	22/07/2026	60503	R$ 293,47

ARY0I98	277490F000212785	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ASD2A52	277490F000212802	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ASE2D64	277490W000042513	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ASI4063	277490W000042426	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000042392	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490F000212740	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ASJ8490	277490W000042487	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ASK3A58	277490F000213190	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ASN8849	277490W000042532	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ASN8849	277490W000042467	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ASQ5078	277490F000212978	22/07/2026	60503	R$ 293,47
ASR3403	277490F000213343	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ASR7952	277490W000042387	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042373	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042481	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042457	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042431	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042508	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042419	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000042345	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AST5617	277490F000212783	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ASZ8A41	277490F000212832	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ATA8A89	277490W000042429	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ATB3F22	277490F000212746	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ATE3866	277490F000213176	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ATH0J31	277490F000213222	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ATK7G49	277490W000042396	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ATK8843	277490F000213045	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ATM5359	277490W000042359	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ATQ0581	277490F000213041	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ATQ1B95	277490W000042400	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ATQ2515	277490F000212882	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ATQ5901	277490F000212827	21/07/2026	60503	R$ 293,47
ATU3G23	277490F000212997	23/07/2026	60503	R$ 293,47
ATV5281	277490F000213126	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AUB6A11	277490F000212809	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AUE1A84	277490F000212830	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AUL2E30	277490F000213159	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AUM5295	277490F000213158	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AUO8942	277490W000042519	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AUP7F91	277490F000212998	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AUR4561	277490W000042447	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AUS2629	277490F000212781	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AUT2998	277490F000212800	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AUW9621	277490F000212767	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AUY6854	277490F000212804	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AUZ4C82	277490W000042354	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AUZ6394	277490F000213246	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AVC7349	277490NIC0044825	11/07/2026	50020	R$ 586,94
AVC9648	277490W000042526	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AVE7J10	277490F000212782	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AVG3B81	277490W000042527	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK3564	277490W000042589	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042441	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042398	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042529	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042578	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042493	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000042364	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AVM7C13	277490W000042553	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AVM7F98	277490F000212817	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AVO4B80	277490F000213162	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AVQ1H66	277490F000212860	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AVV4I31	277490F000213323	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AVX8D63	277490F000212923	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AWB8298	277490W000042460	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042559	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042435	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042353	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042515	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042388	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB8298	277490W000042379	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE1545	277490W000042383	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042357	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042381	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042520	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042425	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042459	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042436	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042395	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042477	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042579	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042510	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000042548	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE8D01	277490F000213304	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AWI2702	277490F000213250	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AWJ6322	277490W000042399	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWJ9H48	277490F000213117	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AWM9338	277490W000042537	16/07/2026	55412	R$ 195,23

AWM9338	277490W000042556	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AWN0I46	277490F000213327	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AWO4896	277490F000212868	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AWQ1A40	277490F000213226	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AWR7045	277490W000042368	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AWR8E97	277490W000042423	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AXF1F17	277490F000212748	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AXI3225	277490W000042544	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AXL1309	277490F000213069	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AXL4448	277490NIC0044736	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AXQ5J89	277490W000042546	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AXQ5J89	277490W000042592	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AXS2C89	277490F000212773	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AXT2C10	277490F000212896	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AXU1F04	277490F000213182	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AXU2348	277490NIC0044779	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AXU9E55	277490F000213310	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AXX4G16	277490W000042518	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AXY1F79	277490W000042464	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AXZ6650	277490F000213241	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AXZ9D96	277490W000042485	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AYA3348	277490F000212945	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AYE5G65	277490F000213249	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AYF6F22	277490F000212764	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AYI4B57	277490F000213273	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AYJ4946	277490W000042363	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AYJ6708	277490F000212873	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AYK3315	277490F000213264	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AYL9233	277490F000213151	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AYM7485	277490F000213120	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AYS1711	277490F000213002	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AYS2H37	277490F000213122	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AYT4314	277490W000042393	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AYU2G41	277490W000042583	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AYU4E18	277490F000213218	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AYU5A44	277490F000213135	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AYV7J63	277490W000042568	16/07/2026	55412	R$ 195,23
AYV9G60	277490F000212877	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000212879	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000212823	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AYY7H27	277490F000212835	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AZC0703	277490F000213254	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AZC7G05	277490F000212753	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AZI2821	277490W000042412	14/07/2026	55412	R$ 195,23
AZI5708	277490F000213211	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AZJ9289	277490F000213255	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AZM3708	277490F000213007	23/07/2026	60503	R$ 293,47
AZN5876	277490F000212883	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AZP3952	277490F000213172	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AZQ7A85	277490F000212837	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AZT4F62	277490W000034209	10/02/2026	55412	R$ 195,23
AZT9E92	277490F000213236	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AZU2668	277490F000213183	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AZV2821	277490F000212771	20/07/2026	60503	R$ 293,47
AZX2D71	277490F000213169	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AZX5J25	277490F000212869	21/07/2026	60503	R$ 293,47
AZX6J16	277490F000212865	21/07/2026	56732	R$ 130,16
BAG9G39	277490W000042594	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BAM2397	277490F000212859	21/07/2026	60503	R$ 293,47
BAM2397	277490F000213086	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BAM2397	277490F000212818	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BAM2397	277490F000213199	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BAM2397	277490F000212969	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BAM9D49	277490W000042365	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BAN7H10	277490F000212925	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BAQ7596	277490F000213081	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BAR1268	277490F000212979	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BAR9527	277490NIC0044777	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BAW6223	277490W000042342	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BAY6C75	277490F000212763	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BAY6C75	277490NIC0044769	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BBE1261	277490W000042542	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BBI1527	277490W000042468	15/07/2026	55412	R$ 195,23
BBJ8956	277490W000042382	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BBK7466	277490NIC0044828	11/07/2026	50020	R$ 390,46
BBL9J97	277490F000212734	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BBS6375	277490F000212854	21/07/2026	60503	R$ 293,47
BBU4772	277490F000212742	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BBU6035	277490W000042490	15/07/2026	55412	R$ 195,23
BBW7635	277490F000213058	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BBX5J90	277490F000212739	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BBY7D08	277490F000213193	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BBY8752	277490F000212774	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BBZ1F58	277490F000212875	21/07/2026	60503	R$ 293,47
BBZ5705	277490F000213108	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BCB5C15	277490F000213268	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BCD3239	277490NIC0044774	07/07/2026	50020	R$ 586,94
BCD3G60	277490F000212864	21/07/2026	60503	R$ 293,47
BCD8D48	277490F000213054	24/07/2026	60503	R$ 293,47

BCE6J83	277490F000213165	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BCE9D89	277490F000213269	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BCJ3B52	277490F000212913	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BCN5076	277490F000213317	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BCS3E79	277490W000042405	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BCS4H37	277490F000212960	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BCT2A52	277490W000042567	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT2C23	277490NIC0044851	11/07/2026	50020	R$ 586,94
BCT3G20	277490W000042580	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT3G20	277490W000042372	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT3G20	277490W000042521	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT3G20	277490W000042346	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT3G20	277490W000042432	15/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT4A69	277490F000213313	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BCW3E94	277490F000212929	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BCY5C23	277490W000042402	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BDD2817	277490F000212946	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BDD7E44	277490F000212999	23/07/2026	60503	R$ 293,47
BDE4E69	277490F000212933	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BDI1C74	277490W000042557	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BDK5F26	277490NIC0044842	11/07/2026	50020	R$ 260,32
BDL4I04	277490F000213311	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BDN2H34	277490F000212857	21/07/2026	60503	R$ 293,47
BDN2H39	277490F000213100	24/07/2026	56732	R$ 130,16
BDN7J24	277490F000213284	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BDT4I36	277490W000042524	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BDX0C19	277490W000042562	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BEB1213	277490F000213306	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BEB1213	277490F000213171	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BEB4I88	277490F000213107	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BED1H46	277490W000042489	15/07/2026	55412	R$ 195,23
BED5I18	277490F000213044	23/07/2026	60503	R$ 293,47
BEK2E47	277490F000213035	23/07/2026	56732	R$ 130,16
BEP5B34	277490F000212972	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BEU4B99	277490F000212772	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BEV9F65	277490F000213026	23/07/2026	60503	R$ 293,47
BEX4J93	277490W000042377	14/07/2026	55412	R$ 195,23
BFM1H90	277490W000042545	16/07/2026	55412	R$ 195,23
BOA7B99	277490F000212927	22/07/2026	60503	R$ 293,47
BOV2E93	277490F000212980	23/07/2026	60503	R$ 293,47
BRY7J68	277490W000042475	15/07/2026	55412	R$ 195,23
BTJ5G13	277490F000212902	21/07/2026	60503	R$ 293,47
BUA4517	277490F000212741	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BZM5D22	277490F000213201	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BZT6157	277490F000212872	21/07/2026	60503	R$ 293,47
CCP5080	277490F000213071	24/07/2026	60503	R$ 293,47
CGF5182	277490F000212955	22/07/2026	60503	R$ 293,47
CHU9B76	277490W000042442	15/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000042352	14/07/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000042390	14/07/2026	55412	R$ 195,23
CKR0425	277490F000212957	22/07/2026	60503	R$ 293,47
CKT4A76	277490F000212965	22/07/2026	60503	R$ 293,47
CLJ2C44	277490F000213275	26/07/2026	60503	R$ 293,47
CNN5H73	277490W000042415	14/07/2026	55412	R$ 195,23
COH0439	277490F000213210	26/07/2026	60503	R$ 293,47
COL4802	277490F000213167	25/07/2026	60503	R$ 293,47
CYH4H80	277490W000042566	16/07/2026	55412	R$ 195,23
CZR0099	277490F000212884	21/07/2026	60503	R$ 293,47
CZZ8C52	277490F000213079	24/07/2026	60503	R$ 293,47
DAD7936	277490F000213274	26/07/2026	60503	R$ 293,47
DAO6B20	277490F000212949	22/07/2026	60503	R$ 293,47
DCK4B96	277490F000213029	23/07/2026	60503	R$ 293,47
DDM0J21	277490W000042494	15/07/2026	55412	R$ 195,23
DEF5C82	277490W000042389	14/07/2026	55412	R$ 195,23
DEZ4817	277490W000042361	14/07/2026	55412	R$ 195,23
DGP1700	277490F000212898	21/07/2026	60503	R$ 293,47
DIT2858	277490F000213031	23/07/2026	60503	R$ 293,47
DJN4F56	277490W000042410	14/07/2026	55412	R$ 195,23
DMA1117	277490F000212967	22/07/2026	60503	R$ 293,47
DMV7713	277490F000213048	24/07/2026	60503	R$ 293,47
DNZ6H04	277490W000042593	16/07/2026	55412	R$ 195,23
DOG4A25	277490F000199084	04/02/2026	60503	R$ 293,47
DPY9462	277490F000213320	27/07/2026	60503	R$ 293,47
DQI8083	277490F000213123	25/07/2026	60503	R$ 293,47
DRC1757	277490W000042498	15/07/2026	55412	R$ 195,23
DRG0H34	277490F000213314	27/07/2026	60503	R$ 293,47
DRI9A50	277490W000042539	16/07/2026	55412	R$ 195,23
DSN4611	277490F000213209	26/07/2026	60503	R$ 293,47
DUK4772	277490F000212846	21/07/2026	60503	R$ 293,47
DWT5I91	277490F000213293	27/07/2026	60503	R$ 293,47
DXG3481	277490W000042473	15/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042576	16/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042530	16/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042509	15/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042444	15/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042350	14/07/2026	55412	R$ 195,23
DXG3481	277490W000042406	14/07/2026	55412	R$ 195,23
DYD2995	277490F000212759	20/07/2026	60503	R$ 293,47
ECZ8516	277490W000042512	16/07/2026	55412	R$ 195,23

ECZ8516	277490W000042385	14/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042550	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042479	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000042461	15/07/2026	55412	R$ 195,23
EDL3508	277490F000212938	22/07/2026	60503	R$ 293,47
EDM1B08	277490F000213051	24/07/2026	60503	R$ 293,47
EEL7F67	277490F000213266	26/07/2026	60503	R$ 293,47
EEU9A96	277490F000213042	23/07/2026	60503	R$ 293,47
EGV9A79	277490F000212905	21/07/2026	60503	R$ 293,47
EJC6968	277490F000213213	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ELG7838	277490F000213280	26/07/2026	60503	R$ 293,47
EOW0429	277490F000213295	27/07/2026	60503	R$ 293,47
EPW4853	277490F000213206	26/07/2026	60503	R$ 293,47
EPZ7I70	277490F000213247	26/07/2026	60503	R$ 293,47
EQL5A15	277490W000042474	15/07/2026	55412	R$ 195,23
ESA8I62	277490W000042360	14/07/2026	55412	R$ 195,23
EUI6B76	277490F000213173	25/07/2026	60503	R$ 293,47
EVD3D30	277490F000213283	27/07/2026	60503	R$ 293,47
EWW2C74	277490F000212822	21/07/2026	60503	R$ 293,47
EYZ9A33	277490NIC0044763	07/07/2026	50020	R$ 586,94
FDF2A96	277490F000213141	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FEC3H47	277490NIC0044748	07/07/2026	50020	R$ 586,94
FER2H79	277490F000213181	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FFN0F11	277490F000213116	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FFR4C96	277490F000212826	21/07/2026	60503	R$ 293,47
FFR4C96	277490F000212894	21/07/2026	60503	R$ 293,47
FFZ5690	277490F000212862	21/07/2026	60503	R$ 293,47
FIW6I13	277490F000212990	23/07/2026	60503	R$ 293,47
FKG2G68	277490F000198905	02/02/2026	60503	R$ 293,47
FMI4G55	277490F000213076	24/07/2026	60503	R$ 293,47
FMR7F93	277490NIC0042439	20/01/2026	50020	R$ 586,94
FMV3324	277490F000213132	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FRH4658	277490F000213197	25/07/2026	56732	R$ 130,16
FSD2E45	277490F000213003	23/07/2026	60503	R$ 293,47
FSN7457	277490F000213109	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FUY4I83	277490F000213019	23/07/2026	60503	R$ 293,47
FWZ7J46	277490F000213200	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FZY7F43	277490F000212813	20/07/2026	60503	R$ 293,47
GCP9F79	277490F000213010	23/07/2026	60503	R$ 293,47
GEJ0H95	277490F000212761	20/07/2026	60503	R$ 293,47
GGK2E67	277490W000042533	16/07/2026	55412	R$ 195,23
GGL1B90	277490F000213221	26/07/2026	60503	R$ 293,47
GHB7B16	277490F000213084	24/07/2026	60503	R$ 293,47
GIN5C46	277490W000042495	15/07/2026	55412	R$ 195,23
GIN6I58	277490F000213157	25/07/2026	60503	R$ 293,47
GTZ9183	277490F000212941	22/07/2026	60503	R$ 293,47
GYQ7I86	277490W000042469	15/07/2026	55412	R$ 195,23
HAA3F96	277490F000212833	21/07/2026	60503	R$ 293,47
HDH9F81	277490F000213339	27/07/2026	60503	R$ 293,47
HGR2D32	277490F000213175	25/07/2026	60503	R$ 293,47
HHD8993	277490F000213281	26/07/2026	60503	R$ 293,47
HJR9A82	277490W000042499	15/07/2026	55412	R$ 195,23
HLB8I41	277490F000212912	22/07/2026	60503	R$ 293,47
HMD6224	277490F000213080	24/07/2026	60503	R$ 293,47
HMW1327	277490F000213170	25/07/2026	60503	R$ 293,47
HRC8975	277490F000212735	20/07/2026	60503	R$ 293,47
HRR4D43	277490F000213321	27/07/2026	60503	R$ 293,47
HRR4D43	277490F000213326	27/07/2026	60503	R$ 293,47
HRW0F11	277490F000212825	21/07/2026	60503	R$ 293,47
HSB9387	277490W000042588	16/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042349	14/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042491	15/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042438	15/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042523	16/07/2026	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000042403	14/07/2026	55412	R$ 195,23
HSG9J91	277490W000042535	16/07/2026	55412	R$ 195,23
HSJ3A65	277490F000212951	22/07/2026	60503	R$ 293,47
HSP5H87	277490F000212743	20/07/2026	60503	R$ 293,47
HTG8H39	277490F000212973	22/07/2026	60503	R$ 293,47
IKP0G49	277490W000042577	16/07/2026	55412	R$ 195,23
ISQ1A37	277490F000213333	27/07/2026	60503	R$ 293,47
IYW0H70	277490W000042554	16/07/2026	55412	R$ 195,23
JSF7338	277490W000042465	15/07/2026	55412	R$ 195,23
JSF7338	277490W000042501	15/07/2026	55412	R$ 195,23
JST5A46	277490F000212904	21/07/2026	60503	R$ 293,47
JUI1G60	277490W000042484	15/07/2026	55412	R$ 195,23
JYP5720	277490F000212801	20/07/2026	60503	R$ 293,47
KAN3774	277490F000213047	24/07/2026	60503	R$ 293,47
KMI8G39	277490F000212839	21/07/2026	60503	R$ 293,47
LBK7959	277490F000213149	25/07/2026	60503	R$ 293,47
LWT7261	277490F000212849	21/07/2026	60503	R$ 293,47
MBC8002	277490W000042416	14/07/2026	55412	R$ 195,23
MCC2477	277490F000213223	26/07/2026	60503	R$ 293,47
MCS3046	277490F000212995	23/07/2026	60503	R$ 293,47
MCS3046	277490F000213030	23/07/2026	60503	R$ 293,47
MCW8640	277490F000212930	22/07/2026	60503	R$ 293,47
MGC0G47	277490F000213073	24/07/2026	60503	R$ 293,47
MHI8G16	277490F000213208	26/07/2026	60503	R$ 293,47
MHN3H41	277490W000042482	15/07/2026	55412	R$ 195,23

MJA4F17	277490F000213177	25/07/2026	60503	R$ 293,47
MJR0F92	277490F000213099	24/07/2026	60503	R$ 293,47
MPL8D36	277490W000042369	14/07/2026	55412	R$ 195,23
MPL8D36	277490W000042409	14/07/2026	55412	R$ 195,23
MRO6A53	277490F000213253	26/07/2026	60503	R$ 293,47
MRO6A53	277490F000213004	23/07/2026	60503	R$ 293,47
NGQ9930	277490F000212821	21/07/2026	60503	R$ 293,47
NJJ1175	277490W000042428	15/07/2026	55412	R$ 195,23
NUF3A79	277490F000213061	24/07/2026	60503	R$ 293,47
NWD3589	277490F000213024	23/07/2026	60503	R$ 293,47
OAP1E02	277490W000042586	16/07/2026	55412	R$ 195,23
OBA1D52	277490F000212975	22/07/2026	60503	R$ 293,47
OBR2I00	277490F000213153	25/07/2026	60503	R$ 293,47
OCV8053	277490F000213270	26/07/2026	60503	R$ 293,47
OOG7I55	277490A000166304	28/01/2026	55414	R$ 195,23
OOL8C70	277490F000212829	22/07/2026	60503	R$ 293,47
OON8C49	277490F000212831	21/07/2026	60503	R$ 293,47
OZS4B84	277490F000212924	22/07/2026	60503	R$ 293,47
PBY0J60	277490F000213234	26/07/2026	60503	R$ 293,47
PJZ0B00	277490W000042505	15/07/2026	55412	R$ 195,23
PST5F59	277490W000042421	14/07/2026	55412	R$ 195,23
PUM7I18	277490W000042547	16/07/2026	55412	R$ 195,23
PYH7B45	277490NIC0044753	07/07/2026	50020	R$ 586,94
QAA3E90	277490F000213277	26/07/2026	60503	R$ 293,47
QAG6F01	277490F000213106	24/07/2026	60503	R$ 293,47
QAR9J71	277490W000042420	14/07/2026	55412	R$ 195,23
QCB1C06	277490F000212819	20/07/2026	60503	R$ 293,47
QCQ7D98	277490W000042605	16/07/2026	55412	R$ 195,23
QEB1B73	277490F000213092	24/07/2026	60503	R$ 293,47
QFY8I88	277490F000213237	26/07/2026	60503	R$ 293,47
QFY8I88	277490F000213067	24/07/2026	60503	R$ 293,47
QHV2C40	277490W000042573	16/07/2026	55412	R$ 195,23
QJR0E79	277490F000213143	25/07/2026	60503	R$ 293,47
QNS8I27	277490F000213025	23/07/2026	60503	R$ 293,47
QPG1F61	277490F000213285	27/07/2026	60503	R$ 293,47
QPU8C34	277490F000212931	22/07/2026	60503	R$ 293,47
QQP9C46	277490F000213180	25/07/2026	60503	R$ 293,47
QRU2B50	277490F000213245	26/07/2026	60503	R$ 293,47
QSE5B59	277490F000213102	24/07/2026	60503	R$ 293,47
QTC8H70	277490F000213128	25/07/2026	60503	R$ 293,47
QUE3H08	277490F000212886	21/07/2026	60503	R$ 293,47
RCC5J13	277490F000212866	21/07/2026	60503	R$ 293,47
RER2A64	277490F000212760	20/07/2026	60503	R$ 293,47
RHD6C56	277490F000212943	22/07/2026	60503	R$ 293,47
RHE3F33	277490W000042471	15/07/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000042397	14/07/2026	55412	R$ 195,23
RHF2F73	277490F000212901	21/07/2026	60503	R$ 293,47
RHK7C13	277490W000042603	16/07/2026	55412	R$ 195,23
RHM3J40	277490T000000063	05/03/2026	59910	R$ 293,47
RHQ3D22	277490F000212793	20/07/2026	60503	R$ 293,47
RHR7C12	277490NIC0044848	11/07/2026	50020	R$ 586,94
RHT2D81	277490F000213088	24/07/2026	60503	R$ 293,47
RHU6F93	277490F000212892	21/07/2026	60503	R$ 293,47
RHV0D19	277490F000213006	23/07/2026	60503	R$ 293,47
RHX8I31	277490F000213312	27/07/2026	60503	R$ 293,47
RHZ7I70	277490F000212757	20/07/2026	60503	R$ 293,47
RMD8E00	277490F000212856	21/07/2026	60503	R$ 293,47
RMD8E00	277490F000213121	25/07/2026	60503	R$ 293,47
RRO4B39	277490NIC0044819	11/07/2026	50020	R$ 586,94
RTB0E09	277490F000213087	24/07/2026	60503	R$ 293,47
RTV3F97	277490F000212768	20/07/2026	60503	R$ 293,47
RWA8F15	277490F000212940	22/07/2026	60503	R$ 293,47
RWA8F15	277490F000212950	22/07/2026	60503	R$ 293,47
RYE7G96	277490W000042449	15/07/2026	55412	R$ 195,23
RYI4C32	277490F000212752	20/07/2026	60503	R$ 293,47
SCE9F85	277490F000213040	23/07/2026	60503	R$ 293,47
SDP9D34	277490F000213083	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SDR2E74	277490F000213053	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SDR8I83	277490F000213094	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SDT6J54	277490F000213188	25/07/2026	60503	R$ 293,47
SDT9D20	277490W000042597	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SDX4B92	277490W000042451	15/07/2026	55412	R$ 195,23
SDX9B31	277490F000213286	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SDY8H04	277490W000042384	14/07/2026	55412	R$ 195,23
SEA1C24	277490W000042604	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SEB4A51	277490F000212992	23/07/2026	60503	R$ 293,47
SEB6J89	277490F000213091	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SEC6D57	277490W000042606	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SED9A79	277490F000212861	21/07/2026	60503	R$ 293,47
SEE7B21	277490F000212947	22/07/2026	60503	R$ 293,47
SEF4C75	277490F000198805	01/02/2026	60503	R$ 293,47
SEF6F69	277490W000042448	15/07/2026	55412	R$ 195,23
SEH2G18	277490F000213337	27/07/2026	56732	R$ 130,16
SEI1J99	277490NIC0044821	11/07/2026	50020	R$ 586,94
SEI8J11	277490F000213011	23/07/2026	60503	R$ 293,47
SEJ6C37	277490F000213065	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SEK2C59	277490W000042538	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SEL7I52	277490F000212780	20/07/2026	60503	R$ 293,47
SEN6J36	277490F000213105	24/07/2026	60503	R$ 293,47

SEN8H18	277490F000212799	20/07/2026	60503	R$ 293,47
SEO5C43	277490F000213298	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SEO5C43	277490F000213290	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SEO8B90	277490W000042433	15/07/2026	55412	R$ 195,23
SEQ3D00	277490F000212919	22/07/2026	60503	R$ 293,47
SEQ5F81	277490F000212900	21/07/2026	60503	R$ 293,47
SEU5C62	277490W000042439	15/07/2026	55412	R$ 195,23
SEV2C05	277490F000213098	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SEV4B53	277490W000042582	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SEV8J86	277490F000213147	25/07/2026	60503	R$ 293,47
SEW6C94	277490F000212903	21/07/2026	60503	R$ 293,47
SEW8E39	277490F000212981	23/07/2026	60503	R$ 293,47
SEY7A32	277490F000213292	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SEY7A71	277490NIC0044770	07/07/2026	50020	R$ 586,94
SEZ0E13	277490F000213279	26/07/2026	60503	R$ 293,47
SEZ1F42	277490F000213308	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SFA2G78	277490NIC0044778	07/07/2026	50020	R$ 586,94
SFA7H48	277490F000213049	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SFF5D04	277490F000212770	20/07/2026	60503	R$ 293,47
SFF8H69	277490F000213160	25/07/2026	60503	R$ 293,47
SFG6H86	277490W000042452	15/07/2026	55412	R$ 195,23
SFH3A58	277490F000212790	20/07/2026	60503	R$ 293,47
SFH7H84	277490W000042607	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SFH8G81	277490F000212936	22/07/2026	60503	R$ 293,47
SFI0H16	277490F000212794	20/07/2026	56732	R$ 130,16
SFO4J12	277490W000042358	14/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042458	15/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042565	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042408	14/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042434	15/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042380	14/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000042522	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO5F87	277490F000212915	22/07/2026	60503	R$ 293,47
SFO6B43	277490W000042572	16/07/2026	55412	R$ 195,23
SHI1D91	277490F000213336	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SIS4F34	277490F000212881	21/07/2026	60503	R$ 293,47
SMB4E73	277490W000042488	15/07/2026	55412	R$ 195,23
STV0D44	277490F000213014	23/07/2026	60503	R$ 293,47
SXZ9D48	277490F000213262	26/07/2026	60503	R$ 293,47
TAN3C41	277490W000042584	16/07/2026	55412	R$ 195,23
TAO0F71	277490F000212953	22/07/2026	60503	R$ 293,47
TAS4H78	277490W000042394	14/07/2026	55412	R$ 195,23
TAS6E70	277490NIC0044854	07/07/2026	50020	R$ 586,94
TAT3G82	277490F000213055	24/07/2026	60503	R$ 293,47
TAT7C77	277490W000042492	15/07/2026	55412	R$ 195,23
TAT7C77	277490W000042367	14/07/2026	55412	R$ 195,23
TAV3A03	277490NIC0044834	11/07/2026	50020	R$ 586,94
TAV4B48	277490F000212944	22/07/2026	60503	R$ 293,47
TAV9D41	277490F000213038	23/07/2026	60503	R$ 293,47
TAW5D40	277490F000213057	24/07/2026	60503	R$ 293,47
TAW6G37	277490F000213085	24/07/2026	60503	R$ 293,47
TBD7E18	277490F000213077	24/07/2026	60503	R$ 293,47
TBH8D04	277490NIC0044836	11/07/2026	50020	R$ 586,94
TBN3J03	277490F000213214	26/07/2026	60503	R$ 293,47
TBQ6G40	277490F000212765	20/07/2026	60503	R$ 293,47
TBU6F66	277490NIC0044756	07/07/2026	50020	R$ 586,94
TBY6H19	277490F000213174	25/07/2026	60503	R$ 293,47
TDY8F97	277490W000042356	14/07/2026	55412	R$ 195,23
TJJ3F21	277490W000042506	15/07/2026	55412	R$ 195,23
UAU7J04	277490NIC0044765	07/07/2026	50020	R$ 586,94
UAV3C65	277490NIC0044811	11/07/2026	50020	R$ 586,94
UAV5I55	277490A000166443	27/02/2026	55411	R$ 195,23
UAW5D36	277490F000213322	27/07/2026	60503	R$ 293,47
UAX3H61	277490F000212874	21/07/2026	60503	R$ 293,47
UAX6G46	277490F000213227	26/07/2026	60503	R$ 293,47
UAY2H82	277490F000212841	21/07/2026	60503	R$ 293,47
UAZ0J57	277490F000213095	24/07/2026	60503	R$ 293,47
UBF0C42	277490F000212994	23/07/2026	60503	R$ 293,47
UBG6C93	277490F000213297	27/07/2026	60503	R$ 293,47
UBH7F54	277490NIC0044743	07/07/2026	50020	R$ 586,94
UBH7G48	277490W000042599	16/07/2026	55412	R$ 195,23
UBJ9A89	277490F000213305	27/07/2026	60503	R$ 293,47
UBM3A00	277490F000212845	21/07/2026	60503	R$ 293,47
UBO5D27	277490F000212876	21/07/2026	60503	R$ 293,47
UBP1A83	277490F000213196	25/07/2026	56732	R$ 130,16
UBQ7E91	277490NIC0044761	07/07/2026	50020	R$ 586,94
UBQ9B16	277490F000212916	22/07/2026	60503	R$ 293,47
UBR5G22	277490F000213008	23/07/2026	60503	R$ 293,47
UBS5H36	277490F000213258	26/07/2026	60503	R$ 293,47
UBT4H76	277490F000213082	24/07/2026	60503	R$ 293,47
UBU6A39	277490F000212926	22/07/2026	60503	R$ 293,47
UCC6E27	277490F000212961	22/07/2026	60503	R$ 293,47
UCH9D06	277490F000212792	20/07/2026	60503	R$ 293,47
UDB3E37	277490F000213324	27/07/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:BD36DA19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: CONTRATO Nº 194/2026

CONTRATO Nº 194/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelaSecretária Municipal de Educação Sra. WANESSA DURANTE, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92, doravante denominado contratante e a empresa , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.556.342/0001-25, estabelecida àRua General Andrade Neves, na cidade de Paranavaí– PR, CEP 87710-04, neste ato representada pelo Sr. ELSON DIAS AMORIN, inscrito no CPF 511.714.659-04, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1 O presente contrato está vinculado à Inexigibilidade n° 07/2026e ao Processo Administrativo nº 06/2026e ao edital de credenciamento, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023,Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente as NRs 06, 10, 18 e 35, Lei nº 12.305/2010, as normas técnicas aplicáveis da ABNTe demais legislações pertinentes, observadas as disposições e o regulamento constantes no Edital.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1.O prazo de vigência deste contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado, a critério da administração, caso a demanda não seja suprida; ou, com possibilidade de rescisão em caso de suprir a demanda.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto do presente contrato é Credenciamento de empresas prestadora de serviçospara execução de reparos e manutenções emergenciais e rotineiras nas unidades de ensino da Rede Municipal de Educação.

Tabela com os itens e valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNDE	QTDE	VL. UNIT.
01	Troca de lâmpadas internas	UND	4.000	R$40,00
02	Troca de lâmpadas externas	UND	1.000	R$46,67
03	Troca de reatores	UND	1.000	R$40,00
04	Troca de soquetes	UND	1.000	R$40,00
05	Instalação de novas luminárias ou relocação de pontos de iluminação	UND	3.000	R$42,72
06	Troca de tomadas danificadas	UND	2.500	R$41,67
07	Troca de interruptores danificados	UND	2.500	R$42,72
08	Instalação de luminárias de emergência	UND	500	R$38,42
09	Troca de chuveiros elétricos	UND	400	R$131,67
24	Troca de boia de caixa d'agua	UND	50	R$119,06
25	Reparo em tubulações de alimentação	M	50	R$32,11
26	Verificação de vazamentos	UND	350	R$81,67
28	Troca de vasos sanitários	UND	200	R$166,67
31	Troca de torneiras	UND	500	R$41,67
32	Substituição de válvulas de descarga	UND	300	R$133,33
33	Troca de sifões	UND	200	R$17,95
34	Troca de registros	UND	200	R$76,67
35	Reparo de infiltrações pisos e paredes	M²	10.000	R$111,67
36	Instalação de novos pontos hidráulicos	M	500	R$96,67
37	Instalação de ralos novos ou troca de grelhas	UND	200	R$104,93
38	Correção de vazamentos em tubulações externas	M	200	R$106,67
39	Reparo de trincas superficiais (fechamento com argamassa ou massa corrida)	M²	10.000	R$50,88
40	Substituição de lajotas ou pisos soltos (troca de peças danificadas e rejunte)	M²	800	R$130,00
41	Raspagem e refação de reboco solto (remoção e aplicação de nova camada)	M²	4.000	R$196,67
42	Troca de fechaduras (ajuste ou substituição de peças defeituosas)	UND	400	R$112,00
45	Pintura corretiva de pequenas áreas internas e externas	M²	12.000	R$106,67
46	Aplicação de Massa Corrida	M²	12.000	R$14,89
47	Rejuntamento de pisos e revestimentos cerâmicos	M²	16.000	R$136,67
48	Correção de desníveis em soleiras e degraus	UND	1.200	R$146,67
49	Reparo de pequenos trechos de pátio	M²	150	R$58,33
50	Reparo de pequenos trechos de calçadas	M²	15.000	R$68,33
53	Revisão e reaplicação de selantes e rejuntes	M²	8.000	R$48,33
54	Troca de Telha Barro	UND	5.000	R$16,67
59	Pintura de estrutura metálica (tratamento anticorrosivo e acabamento)	M²	15.000	R$55,56
61	Tratamento de ferrugem e pintura de bases metálicas	M²	15.000	R$23,33
63	Ajuste de dobradiças, puxadores e fechaduras de armários	UND	700	R$38,33
64	Pintura e revitalização de bancos de madeira	UND	1.500	R$58,42
65	Fixação ou substituição de bancos soltos	UND	2.500	R$51,67
66	Adequação para acessibilidade	M²	7.500	R$45,00

CLÁUSULA 4ª: REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução deste contrato é:Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

CLÁUSULA 5ª: LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

5.1. O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste contrato.

5.2. O prazo de entrega / execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato em momento anterior à data de entrega ou conclusão do serviço.

CLÁUSULA 6ª: FONTE DE RECURSOS E VALOR A SER PAGO

6.1. A despesas decorrente deste credenciamento correrão por conta dasdotaçõesorçamentarias:

CÓDIGO REDUZIDO:588
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 1 - FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
AÇÃO: 2440 - Educação Básica - FUNDEB 30%
VÍNCULO: 102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF
SUBELEMENTO:3339039160000000000 - Manutenção e conservação de bens imóveis

CÓDIGO REDUZIDO:588
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 1 - FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
AÇÃO: 2440 - Educação Básica - FUNDEB 30%
VÍNCULO: 102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF
SUBELEMENTO:3339039170000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos

CÓDIGO REDUZIDO:588
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 1 - FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
AÇÃO: 2440 - Educação Básica - FUNDEB 30%
VÍNCULO: 102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF
SUBELEMENTO: 3339039200000000000 - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas

CÓDIGO REDUZIDO:722
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 2 - COORDENAÇÃO EDUCACIONAL
AÇÃO: 2450 - Manutenção do Ensino Fundamental
VÍNCULO: 104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica
SUBELEMENTO: 3339039160000000000 - Manutenção e conservação de bens imóveis

CÓDIGO REDUZIDO:722
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 2 - COORDENAÇÃO EDUCACIONAL
AÇÃO: 2450 - Manutenção do Ensino Fundamental
VÍNCULO: 104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica
SUBELEMENTO: 3339039170000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos

CÓDIGO REDUZIDO:722
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 2 - COORDENAÇÃO EDUCACIONAL
AÇÃO: 2450 - Manutenção do Ensino Fundamental
VÍNCULO: 104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica
SUBELEMENTO: 3339039200000000000 - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas

6.2. O valor unitário para os serviços prestados, é de acordo com estabelecido na tabela 3.2. sendo o valor total da contratação R$ 18.484.574,60 (dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA 7ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente atestada pela fiscalização da Secretaria Municipal de Educação, observada a execução integral do serviço, a conformidade com o levantamento prévio aprovado e a entrega do relatório técnico simplificado. Pagamentos somente serão processados após a verificação de regularidade da contratada junto aos requisitos legais aplicáveis, sendo que este prazoé similar com a iniciativa privada.

7.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

7.3. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

7.4. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

7.5. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

7.6. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

7.7. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

7.8. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

7.9. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 8ª: REAJUSTE DOS PREÇOS

8.1. O preço será reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação doIPCA (IBGE), após 12 (doze) meses contados da data de **08dejaneirode 2026**.

8.2. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

8.3. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

8.4. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

CLÁUSULA 9ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Constituem obrigações do contratado:

a) Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021;

b) Comunicar ao fiscal do contrato, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a execução regular de suas obrigações;

c) Atender às determinações do fiscal do contrato, destinadas ao regular cumprimento do contrato;

d) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

e) Declarar o descumprimento das condições de habilitação, sob pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

f) Manter contatos com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis;

g) Manter atualizado, durante a vigência do presente contrato, o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

h) Executar todos os serviços solicitados pela Secretaria Municipal de Educação dentro dos prazos estabelecidos, incluindo atendimento emergencial em até 2 horas, realização de vistoria em até 48 horas e início da execução dos serviços em até 24 horas após a disponibilização dos materiais pela Secretaria Municipal de Educação.

Disponibilizar profissionais qualificados, capacitados e devidamente habilitados para cada especialidade de manutenção, garantindo a adequada execução das atividades.

j) Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e cumprir integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho, especialmente as NRs aplicáveis ao objeto.

k) Apresentar levantamento dos materiais detalhados e padronizado para cada demanda, conforme modelo fornecido pela Administração.
.
l) Emitir relatório técnico simplificado ao término de cada execução, contendo a descrição dos serviços realizados, data, horário, local, equipe envolvida e registro fotográfico, bem como materiais fornecidos pela Administração utilizados.
.
m) Realizar todas as correções, ajustes ou retrabalhos necessários em decorrência de falhas na execução, sem ônus adicional para o Município, dentro do prazo de garantia estabelecido.

n) Zelar pela segurança e integridade das instalações, mobiliários e equipamentos das unidades escolares durante a execução dos serviços.

o) Garantir a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados, atendendo à legislação ambiental e às normas específicas de descarte.

Manter comunicação eficaz com a unidade escolar e com a Secretaria Municipal de Educação, reportando dificuldades, necessidades e eventuais impossibilidades de execução.

q)Atuar com eficiência, economicidade, transparência e respeito às normas técnicas aplicáveis, assegurando a qualidade e confiabilidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA 10ª: OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações do contratante:

realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, registrando as eventuais ocorrências;

comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto deste contrato;

informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado;

·Solicitar os serviços de manutenção às empresas credenciadas, indicando com clareza o problema identificado, o local de execução e o nível de urgência.

·Autorizar previamente a execução dos serviços, após análise e aprovação do levantamento de materiais apresentado pela contratada e a respectiva disponibilização dos mesmos.

·Providenciar, quando necessário, os materiais indispensáveis à execução dos serviços, assegurando sua disponibilidade no momento da intervenção.

·Disponibilizar acesso às áreas onde os serviços serão executados, garantindo condições adequadas para atuação da equipe técnica.

·Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado, verificando o cumprimento dos prazos, a qualidade das atividades e a conformidade com o levantamento previamente aprovado.

·Registrar, analisar e comunicar eventuais não conformidades, determinando à contratada a realização das correções necessárias sem ônus para a Administração.

·Receber e conferir os relatórios técnicos simplificados apresentados pela contratada, garantindo a rastreabilidade e o controle das intervenções realizadas.

·Manter atualizados os fluxos internos de solicitação, autorização e acompanhamento dos serviços, assegurando comunicação eficiente entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação.

·Efetuar o pagamento dos serviços devidamente executados e aceitos, conforme as condições estabelecidas no contrato e na legislação vigente.

·Não realizar pagamento acima do valor total estimado no edital de credenciamento.

CLÁUSULA 11ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "Processo Sancionatório".
11.2. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.
11.3. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.
11.4. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
11.5. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
11.6. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
11.7. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 12ª: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A Fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços será realizada por servidores com capacidade técnica, devidamente nomeados por portaria pela Autoridade competente.

12.2. Os fiscais designados acompanharão as execuções dos serviços e o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no credenciamento, a qualidade dos serviços prestados, a obediência à legislação e demais normas pertinentes, o faturamento apresentado, bem como qualquer tipo de ocorrência que mereça ação fiscalizadora ou apuração de responsabilidades e/ou irregularidades.

12.3. Caberá aos fiscais dos contratos orientarem as empresas habilitadas sobre as particularidades da prestação dos serviços, assegurando que estejam cientes das regulamentações municipais.

12.4. Os fiscais de contrato acompanharão a evolução dos saldos empenhados, solicitando novos empenhos se necessário, e também acompanharão o prazo de vigência dos contratos, notificando a empresa interessada e promovendo a solicitação de renovação de prazo contratual quando necessário.

12.5. O acompanhamento da execução do contrato será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de fiscalização técnica e administrativa contínua. Cada solicitação de serviço deverá ser formalizada pela unidade escolar ou pela própria Secretaria, gerando registro de demanda para fins de rastreabilidade. Após o atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico simplificado contendo a descrição das atividades executadas, local, data, horário, equipe envolvida, registro fotográfico e materiais da Administração utilizados. A fiscalização verificará a conformidade dos serviços com o levantamento prévio aprovado, bem como o atendimento aos prazos estabelecidos para emergências, vistorias e execuções. Os principais pontos de controle incluem: cumprimento dos prazos de resposta e execução; qualidade técnica dos serviços prestados; uso adequado de EPIs e observância às normas de segurança; correta destinação dos resíduos; compatibilidade entre o levantamento prévio aprovado e serviço entregue; e completude dos relatórios técnicos. A Administração poderá realizar vistorias in loco sempre que necessário, registrar não conformidades e solicitar correções, garantindo transparência, eficiência e regularidade na execução contratual.

CLÁUSULA 13ª: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescer, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

13.2. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

13.3. Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais/produtos, no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

CLÁUSULA 14ª: NORMAS AMBIENTAIS E LOGÍSTICA REVERSA

14.1. O contratado deverá cumprir as normas ambientais aplicáveis na produção, entrega e execução do objeto contratado.

14.2. Responsabilidade pelo descarte adequado dos resíduos sólidos e materiais resultantes dos serviços de manutenção, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assegurando a destinação ambientalmente correta e evitando acúmulo de entulhos nas unidades escolares;

14.3. A contratada deverá também observar as normas específicas do Decreto regulamentador nº 10.936/2022, bem como as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, que tratam do gerenciamento dos resíduos da construção civil, e a Resolução CONAMA nº 275/2001, que estabelece o código de cores para segregação de resíduos. Além disso, deverá seguir as normas técnicas aplicáveis da ABNT, especialmente a NBR 10.004, que classifica resíduos sólidos, e demais padrões relacionados ao manejo, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços.

14.4. Prioridade à economicidade e eficiência, evitando desperdícios de materiais e promovendo o uso racional de recursos públicos.

CLÁUSULA 15ª: SUBCONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

15.2. No credenciamento, será utilizado o sistema de Rodízio entre as empresas credenciadas para a prestação dos serviços, este é conforme estabelecido no art. 79, Inciso I - Paralela e não excludente, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 16ª: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTRAVÉRSIA

16.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei n° 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

CLÁUSULA 17ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

17.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, prevista no art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023, devendo ser observadas as exigências dos §§ 1º e 2º art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023.

17.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.

17.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 60 (sessenta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto os pedidos de repactuação, que tem prazo de um mês.

17.4. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

17.5. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

CLÁUSULA 18ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1. O contratante, por intermédio da Diretoria Especial de Compras e em conjunto com a Secretaria Municipal deEducação, acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze)

dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

18.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

18.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

18.3.1. O contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

18.4. Será aplicada multa mensal de 5% (cinco por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade.

18.5. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

CLÁUSULA 19ª: PROTEÇÃO DE DADOS

19.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n° 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

19.1.1. Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

19.1.2. Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

19.1.3. Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

19.1.4. Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

19.1.5. Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

19.1.6. Adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

19.1.7. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

19.1.7.1. A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

19.1.7.2. As informações sobre os titulares envolvidos;

19.1.7.3. A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

19.1.7.4. Os riscos relacionados ao incidente;

19.1.7.5. Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

19.1.7.6. As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

19.1.8. Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

19.1.9. Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

19.1.10. Armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

19.1.11. Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

19.1.12. Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

19.1.13. Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

19.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA 20ª: GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

20.1. Garantia exigida do objeto: A contratada deverá garantir a qualidade e a integridade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 90 dias, conforme o Código de Defesa do Consumidor e boas práticas de manutenção predial, obrigando-se a corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, defeitos ou vícios decorrentes da execução inadequada, sempre que constatados durante o período de garantia.

20.2. Condições de manutenção: A contratada deverá assegurar que todos os serviços sejam executados de acordo com as normas técnicas vigentes, garantindo a durabilidade das intervenções realizadas. Sempre que constatados defeitos, falhas ou retrabalhos decorrentes da execução inadequada, a empresa deverá realizar a correção sem custos adicionais para a Administração, dentro do prazo de garantia estabelecido. A contratada também deverá manter equipe qualificada e disponível para atendimento contínuo, respeitando os prazos definidos para vistoria, execução e atendimento emergencial, de modo a preservar a funcionalidade e a segurança das instalações das unidades escolares.

20.3. Condições de assistência técnica: A contratada deverá disponibilizar assistência técnica sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo atendimento às demandas emergenciais, corretivas e preventivas dentro dos prazos estabelecidos. A empresa deverá manter profissionais qualificados e habilitados em cada especialidade, assegurar suporte técnico para esclarecimento de dúvidas, apresentar orientações necessárias ao adequado funcionamento das instalações atendidas e realizar eventuais correções decorrentes de falhas na execução, sem ônus para a Administração, durante o período de garantia.

CLÁUSULA 21ª: CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO:

21.1. O cancelamento do credenciamento poderá ser realizado mediante requerimento do interessado, formalizado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos atendimentos já designados para o credenciamento na data do pedido.

CLÁUSULA 22ª: RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO:

22.1. Na hipótese de a Credenciada descumprir, total ou parcialmente o contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, formalizar sua rescisão e aplicação de demais penalidades, se assim julgar necessário.

22.2 O descredenciamento é conforme art. 23, do Decreto Federal nº 11.878/2024 e art. 95, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 23ª: FORO

23.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

Paranavaí-PR, 06 de outubro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

ELSON DIAS AMORIN
Contratado

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:1CCA71FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 53614/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 53614/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativana Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra.**WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal Fomento Econômico e Inovação (Interino) Sr. **FELIPE CESCA VILASBOA DE VASCONCELOS**, inscrito no CPF sob nº 076.224.889-09; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF sob nº 101.727.179-81; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, inscrito no CPF sob nº 361.953.089-00, formalizam este termo de apostila para reajuste de valores,nasseguintescondições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de Registro de Preços é Registro de Preços Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, através das Secretarias Municipais de: Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Fazenda, Fundação Cultural, Gabinete, Infraestrutura, Esporte e Lazer, Procuradoria Geral, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Administração. Educação e Proteção a Vida patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,223453% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 049/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro– Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 049/2025, conforme segue:

Fornecedor:GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO					
Item	**Especificação**		**Quant.**	**Preço Únit.**	**Preço Total**

25	Envelope, Material: Offset, Modelo: Saco Padrão, Tamanho (C X L): 260 X 360 MM, Cor: Branco, Gramatura: 90 G/M2, Características Adicionais: Impressão Personalizada. Código CATMAT 463527. Observações Complementares: Arte a definir pela Secretaria Solicitante. Pedido Mínimo: 5000 unidades por modelo.	UND	26.250	R$ 0,76	R$ 19.950,00
40	Serviço Gráfico - Policromia. Código CATSER 17353. Observações Complementares: Cartilha Material: papel reciclado. Gramatura 90 G/M2. Comprimento 14,80 cm. Largura 21 cm. Cor 4/4. Quantidade de páginas: Máximo de 32. Características adicionais: impressão offset. Acabamento canoa, grampeado. Formato aberto 21cm X 30 aproximadamente. O modelo e a arte serão disponibilizados pela Secretaria solicitante. Pedido mínimo: 8000 unidades por modelo.	UND	6.000	R$ 1,31	R$ 7.860,00
R$ 27.810,00 (vinte e sete mil, oitocentos e dez reais)					

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2025), datada de 25 de março de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

WANESSA DURANTE
Secretário Municipal de Educação

FELIPE CESCA VILASBOA DE VASCONCELOS
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação (Interino – Portaria nº 1.711/2026)

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Fornecedor:
Empresa: Gráfica Alta Definição
CNPJ: 13.919.051/0001-63
Endereço: Rua TERRA RICA, 42 - SAO CRISTOVAO, São José dos Pinhais - PR, 83.040-260
Nome do Representante:
MAURICIO TALASESCO SOARES
CPF: 860.009.349-04

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:499ADBC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.035/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28035 de 06 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 543.720,00 (quinhentos e quarenta e três mil e setecentos e vinte reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 543.720,00 (quinhentos e quarenta e três mil e setecentos e vinte reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (1014)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2645	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	R$ 7.670,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (756)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0365.0005.2461	**Atividade:** Atividades do Ensino Infantil (Pré-escola)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3150430000 - Subvenções sociais	00103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 362.050,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (646)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0367.0005.2444	**Atividade:** Educação Especial - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3350430000 - Subvenções sociais	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 24.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (653)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0367.0005.2444	**Atividade:** Educação Especial - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4450420000 - Auxílios	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 112.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (830)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2520	**Atividade:** Salário Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00107 - Salário Educação	R$ 38.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 543.720,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (1017)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2645	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	R$ 7.670,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (748)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0365.0005.2460	**Atividade:** Atividades do Ensino Infantil (Creche)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 35.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (746)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0365.0005.2460	**Atividade:** Atividades do Ensino Infantil (Creche)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3350430000 - Subvenções sociais	00103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 260.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (754)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0365.0005.2460	**Atividade:** Atividades do Ensino Infantil (Creche)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 67.050,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (639)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0367.0005.2444	**Atividade:** Educação Especial - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3150430000 - Subvenções sociais	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 24.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (639)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0367.0005.2444	**Atividade:** Educação Especial - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3150430000 - Subvenções sociais	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 112.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (828)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2520	**Atividade:** Salário Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00107 - Salário Educação	R$ 38.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 543.720,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 6 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:7A832DDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 217/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 6010 - Decreto n° 217/2026 de 05/10/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações		100.000,00
Despesa				
07		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Anulação	100.000,00
07.004		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.452.1501.2056		Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
2890	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
07		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	100.000,00
07.004		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.452.1501.2056		Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		
2941	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo	100.000,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação	100.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CCFD4CD4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1158/2026

LEI Nº. 1.158/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a reconhecer, consolidar e pagar, de forma parcelada, diferenças remuneratórias decorrentes de progressões funcionais e adicional por tempo de serviço de servidores públicos municipais, e dá outras providências.

Paulo Falcade de Oliveira, Prefeito do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições constitucionais e legais, observando os princípios e as normas da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reconhecer administrativamente, consolidar e pagar os créditos remuneratórios individualizados de servidores públicos municipais efetivos em exercício identificados no Anexo I desta Lei, decorrentes exclusivamente:
I - de diferenças de progressão horizontal;
II - de diferenças de progressão vertical;
III - de diferenças de adicional por tempo de serviço; e
IV - dos reflexos remuneratórios expressamente indicados nas respectivas planilhas individuais.

§ 1º A apuração de cada crédito encontra-se formalizada em apenso individualizado, de acesso restrito e vinculado ao Processo Administrativo nº 01/2026, contendo ficha funcional, atos de carreira, relatório técnico, parecer individualizado, memória discriminada de cálculo, indicação das competências alcançadas, fundamento legal, conferência e manifestação formal do Departamento de Recursos Humanos.

§ 2º A Contabilidade e a Procuradoria Jurídica emitiram manifestações gerais sobre as premissas comuns, sem prejuízo de manifestação específica nos casos impugnados, controvertidos ou que apresentem situação individual diferenciada.

§ 3º O reconhecimento previsto nesta Lei não cria vantagem funcional, não amplia os requisitos previstos na legislação de carreira e não autoriza pagamento a quem não tenha preenchido as condições legais no período apurado.

§ 4º O pagamento limitar-se-á às parcelas não prescritas e efetivamente devidas, observados o marco interruptivo ou suspensivo da prescrição reconhecido no processo administrativo.

Art. 2º O valor global estimado dos créditos abrangidos por esta Lei, apurado na data-base de julho de 2026 corresponde a R$ 1.263.256,98 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos), conforme consolidação constante do Anexo I.

§ 1º Os encargos patronais são estimados em R$ 252.651,39 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos), perfazendo o limite máximo estimado de desembolso de R$ 1.515.908,37 (um milhão, quinhentos e quinze mil, novecentos e oito reais e trinta e sete centavos).

§ 2º O desembolso efetivo dependerá da adesão dos beneficiários, das decisões proferidas em eventuais impugnações e dos encargos efetivamente incidentes.

§ 3º Integram o valor de cada beneficiário as rubricas, competências e reflexos discriminados na planilha individual.

§ 4º A correção de erro material, aritmético, duplicidade ou inexatidão documental poderá ser realizada de ofício ou a requerimento, mediante decisão motivada no processo administrativo, assegurados contraditório e prévia ciência ao interessado.

Art. 3º Cada crédito individual será pago da seguinte forma:

§ 1º Os créditos de até R$ 10.000,00 (dez mil reais) serão pagos em 3 (três) parcelas mensais e sucessivas, observado o cronograma financeiro do Anexo I e as seguintes regras:

I - a primeira parcela vencerá no dia 20 do mês subsequente à homologação do Termo Individual de Adesão, Reconhecimento de Crédito e Quitação devidamente assinado pelo beneficiário, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes;
II - o valor-base mensal corresponderá a 1/3 (um três avos) do crédito individual nominal homologado;
III – as parcelas serão de igual valor, não incidindo atualizações;
IV - diferenças de centavos decorrentes da divisão serão ajustadas na última parcela;
V - o Município fornecerá demonstrativo de cada pagamento, com saldo anterior, valor bruto, retenções, valor líquido e saldo remanescente.

§ 2º Os créditos superiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais) serão pagos em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, observado o cronograma financeiro do Anexo I e as seguintes regras:
I - a primeira parcela vencerá no dia 20 do mês subsequente à homologação do Termo Individual de Adesão, Reconhecimento de Crédito e Quitação devidamente assinado pelo beneficiário, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes;
II - o valor-base mensal corresponderá a 1/24 (um vinte e quatro avos) do crédito individual nominal homologado;
III – as parcelas serão de igual valor, não incidindo atualizações;
IV - diferenças de centavos decorrentes da divisão serão ajustadas na última parcela;
V - o Município fornecerá demonstrativo de cada pagamento, com saldo anterior, valor bruto, retenções, valor líquido e saldo remanescente.

Art. 4º A participação no programa de pagamento dependerá de adesão expressa do beneficiário, mediante assinatura do Termo Individual de Adesão, Reconhecimento de Crédito e Quitação, do qual constarão, no mínimo:
I - a identificação do beneficiário;
II - as rubricas e competências alcançadas;
III - o valor bruto reconhecido, a data-base e a memória de cálculo;
IV - o número de parcelas e as retenções legais;
V - a declaração de não existir ação judicial ou procedimento administrativo com objeto coincidente;
VI - as hipóteses e o alcance da quitação; e
VII - o direito de acesso à planilha e de impugnação antes da assinatura.

§ 1º Será assegurado ao beneficiário o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, contado da ciência formal e da efetiva disponibilização dos documentos individualizados, para examinar os cálculos, solicitar esclarecimentos ou apresentar impugnação fundamentada.

§ 2º A impugnação será decidida por autoridade competente, após manifestação técnica dos setores responsáveis, e a adesão somente será colhida após a ciência da decisão.

Art. 5º A não adesão não importará renúncia ao crédito, mas impedirá o pagamento na forma parcelada instituída por esta Lei, sem prejuízo das vias administrativas ou judiciais cabíveis e da prescrição aplicável.

Art. 6º A assinatura do termo individual:
I - importa concordância com os valores, rubricas, competências e critérios expressamente descritos na planilha que o integra;
II - não implica novação da obrigação;
III - não produz quitação antecipada das parcelas ainda não pagas;
IV - não abrange direitos, competências, rubricas ou fatos não discriminados na planilha individual.

Art. 7º A quitação será produzida progressivamente:
I - cada pagamento dará quitação apenas da parcela efetivamente creditada, pelo valor bruto, ressalvado erro material ou descumprimento de retenção legal;
II - após o pagamento integral das parcelas, o beneficiário dará quitação plena, irrevogável e irretratável exclusivamente quanto às diferenças de progressão funcional, adicional por tempo de serviço, competências e reflexos discriminados na planilha individual.

Art. 8º Não poderá aderir ao programa de pagamento administrativo o beneficiário que mantenha ação judicial, cumprimento de sentença, requisição de pequeno valor, precatório ou outro processo ou requerimento administrativo de cobrança, diverso da instrução vinculada ao Processo Administrativo nº 01/2026, que tenha por objeto crédito total ou parcialmente coincidente com aquele abrangido por esta Lei.
§ 1º No momento da adesão, o beneficiário deverá declarar, sob as penas da lei, a inexistência das situações previstas no caput.
§ 2º A constatação de ação, procedimento ou medida não declarada impedirá a adesão ou, se verificada posteriormente, acarretará a exclusão imediata do beneficiário do programa, a suspensão dos pagamentos ainda não realizados e a apuração dos valores eventualmente recebidos em duplicidade.
§ 3º Os valores indevidamente recebidos deverão ser restituídos ao Município, devidamente atualizados, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal decorrente da falsa declaração.
§ 4º A vedação prevista neste artigo aplica-se ainda que a ação, o procedimento ou a medida abranja somente parte do período ou dos valores incluídos no pagamento administrativo.
Art. 9º A indisponibilidade momentânea de dotação não extingue o crédito nem produz quitação, devendo a Administração adotar as providências orçamentárias cabíveis.

Art. 10. Sobre as parcelas, quando cabíveis, incidirão contribuição previdenciária, imposto de renda e demais retenções obrigatórias, nos limites e segundo as competências previstas na legislação aplicável.

Parágrafo único. O Município efetuará os recolhimentos patronais e funcionais devidos ao regime previdenciário competente.

Art. 11. Na hipótese de falecimento do beneficiário, o saldo será pago ao espólio ou aos sucessores ou dependentes legalmente habilitados, mediante comprovação e observância da legislação aplicável, mantidos o número de parcelas remanescentes.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei, no exercício financeiro de 2026, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

I – Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo
Órgão: 05 - Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo
Unidade: 002 Departamento de Ensino

Projeto Ou Atividade: 12.361.1201.2400 – Folha Complementar Processo Administrativo n° 001/2026 – Manter e Implementar Ações da Secretaria
Natureza de Despesa: 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Conta de Despesa: 24001
Fonte de Recurso: 103 – 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Natureza de Despesa: 3.1.90.13.00.00 Contribuições Patronais
Conta de Despesa: 24002
Fonte de Recurso: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

II – Secretaria de Viação Obras e Urbanismo:
Órgão: 07 - Secretaria de Viação Obras e Urbanismo
Unidade: 002 – Departamento de Viação e Transportes
Projeto Ou Atividade: 15.451.2601.2900 – Folha Complementar Processo Administrativo nº 001/2026 – Rodoviário
Natureza de Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Conta de Despesa: 29001
Fonte de Recurso: 00000 – recursos ordinários
Natureza de Despesa: 3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta de Despesa: 29002
Fonte de Recurso: 00000 – recursos ordinários

III – Secretaria de Administração
Órgão: 03 – Secretaria de Administração
Unidade: 001 – Secretaria de Administração
Projeto Ou Atividade: 04.122.0402.2300 – Folha Complementar Processo Administrativo nº 001/2026 – Administração
Natureza de Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Conta de Despesa: 23001
Fonte de Recurso: 00000 – Recursos Ordinários
Natureza de Despesa: 3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta de Despesa: 23002
Fonte de Recurso: 00000 – Recursos Ordinários

IV - Secretaria de Saúde
Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 002 – Departamento de Saúde
Projeto Ou Atividade: 10.301.1001.2600 – Folha Complementar Processo Administrativo nº 001/2026 – Agente Comunitário
Natureza de Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Conta de Despesa: 26001
Fonte de Recurso: 00303 – saúde – receitas vinculadas (E.C. 29/00-15%)
Natureza de Despesa: 3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta de Despesa: 26002
Fonte de Recurso: 00303 – saúde – receitas vinculadas (E.C. 29/00-15%)

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 002 – Departamento de Saúde
Projeto Ou Atividade: 10.301.1001.2700 – Folha Complementar Processo Administrativo nº 001/2026 – saúde
Natureza de Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Conta de Despesa: 27001
Fonte de Recurso: 00303 – saúde – receitas vinculadas (E.C. 29/00-15%)
Natureza de Despesa: 3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Conta de Despesa: 27002
Fonte de Recurso: 00303 – saúde – receitas vinculadas (E.C. 29/00-15%)

V – Secretaria de Assistência Social
Órgão: 08 – Secretaria de Assistência Social
Unidade: 005 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Ou Atividade: 08.244.0801.2800 – Folha Complementar Processo Administrativo nº 001/2026 – Ação Social
Natureza de Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Conta de Despesa: 28001
Fonte de Recurso: 00000 – Recursos Ordinários
Natureza de Despesa: 3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Cont0a de Despesa: 28002
Fonte de Recurso: 00000 –Recursos Ordinários

§ 1º As dotações indicadas no caput poderão ser suplementadas, se necessário, mediante a utilização das fontes de recursos legalmente admitidas e observada a legislação.

§ 2º Nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas correrão à conta das dotações próprias consignadas nos respectivos orçamentos.

Art. 13. O Anexo I identifica os beneficiários exclusivamente por matrícula funcional, permanecendo CPF, dados bancários, informações de saúde, documentos funcionais, planilhas individualizadas e demais dados pessoais nos respectivos apensos de acesso restrito, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar os procedimentos necessários à execução desta Lei, vedada a alteração do objeto, do número de parcelas, do alcance da quitação ou dos valores homologados sem fundamento legal e processo administrativo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Pinhal de São Bento/PR, 06 de outubro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I – CRÉDITOS REMUNERATÓRIOS INDIVIDUALIZADOS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS EM EXERCÍCIO

	Matricula	Valor Atualizado dos Créditos Sem encargos
1	3991	R$ 50.115,01
2	3591	R$ 37.665,73
3	3111	R$ 52.854,08
4	3101	R$ 54.597,19
5	3221	R$ 50.585,56
6	3271	R$ 52.126,30
7	3281	R$ 50.985,32
8	4381	R$ 18.861,15
9	2051	R$ 50.919,28
10	2471	R$ 38.307,84
11	3791	R$ 16.997,65
12	3871	R$ 24.161,05
13	3801	R$ 19.281,94
14	3061	R$ 25.213,53
15	2881	R$ 32.637,93
16	4391	R$ 19.873,82
17	3171	R$ 30.811,06
18	4311	R$ 33.916,09
19	4671	R$ 37.004,01
20	2861	R$ 105.802,05
21	4601	R$ 27.493,00
22	4321	R$ 21.860,89
23	2291	R$ 14.226,10
24	3581	R$ 24.875,33
25	321	R$ 49.140,67
26	3211	R$ 51.979,05
27	3571	R$ 21.635,96
28	2151	R$ 29.086,04
29	3931	R$ 18.884,00
30	1221	R$ 11.542,31
31	1561	R$ 13.913,30
32	3951	R$ 20.043,08
33	4431	R$ 12.558,17
34	4371	R$ 10.753,15
35	3021	R$ 29.403,18
36	2071	R$ 8.223,91
37	4501	R$ 6.813,41
38	4801	R$ 1.345,49
39	4451	R$ 7.423,14
40	4471	R$ 8.204,85
41	4731	R$ 6.346,32
42	4481	R$ 7.867,04
43	4401	R$ 7.816,11
44	3381	R$ 4.058,25
45	4341	R$ 6.465,98
46	4581	R$ 6.051,14
47	4681	R$ 9.451,78
48	2931	R$ 6.818,27
49	2921	R$ 7.744,77
50	4361	R$ 8.515,70
VALOR TOTAL SEM ENCARGOS		**R$ 1.263.256,98**

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A distribuição por exercício possui caráter estimativo, considera a adesão dos 50 beneficiários e a previsão de início dos pagamentos em outubro de 2026, devendo ser ajustada conforme as datas efetivas de homologação dos termos individuais.

COMPOSIÇÃO DO DESEMBOLSO

Componente	Valor
Faixa A — créditos de até R$ 10.000,00	R$ 103.146,16
Faixa B — créditos superiores a R$ 10.000,00	R$ 1.160.110,82
Total dos créditos brutos — Faixas A + B	R$ 1.263.256,98
Encargos patronais estimados	R$ 252.651,39
Desembolso total estimado	R$ 1.515.908,37

PROGRAMAÇÃO MENSAL CONSOLIDADA

Período	Créditos brutos mensais	Encargos patronais	Desembolso mensal
Meses 1 a 3 — 3 vencimentos mensais	Faixa A ÷ 3 + Faixa B ÷ 24	20%	Principal + encargos
Meses 4 a 24 — 21 vencimentos mensais	Faixa B ÷ 24	20%	Principal + encargos
Ajuste final	Diferenças de centavos na última parcela de cada crédito	Ajuste correspondente	Sem superar o total estimado

DISTRIBUIÇÃO POR EXERCÍCIO

Exercício	Créditos brutos	Encargos patronais	Total
2026	R$ 296.497,95 (Setembro/outubro/novembro/dezembro)	R$ 59.299,59	R$ 355.797,54

2027	R$ 580.055,42 (janeiro a dezembro)	R$ 116.011,08	R$ 696.066,50
2028	R$ 386.703,61 (janeiro a agosto)	R$ 77.340,72	R$ 522.049,87
TOTAL	R$ 1.263.256,98	R$ 252.651,39	R$ 1.515.908,37

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:D65E25CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO Nº 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 363/2025 - PREGÃO Nº 44/2025

TERMO ADITIVO Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 363/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025

Termo aditivo à Ata de Registro de Preços nº 363/2025, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PITANGA e a empresa NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. Conforme disposto a Seguir.

O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **DIRCEU MORAES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **09.492.811/0001-21**, estabelecida na Avenida Pio XII, nº 1847, Centro, Cascavel – PR, neste ato representada pelo Sr. **Sandro Henrique Borella**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 363/2025**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 44/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 363/2025 por mais 01 (um) ano, com renovação do quantitativo originalmente registrado**, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das Cláusulas Primeira e Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência da **Ata de Registro de Preços nº 363/2025** pelo período de **01 (um) ano**, passando sua vigência de **10 de outubro de 2026 até 10 de outubro de 2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS
Em razão da prorrogação da vigência, ficam **renovados os quantitativos originalmente registrados**, até o limite do quantitativo original, conforme autorizado pela Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços.

Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade Renovada	Valor Unitário	Valor Total
01	63760	Nitrogênio líquido, grupo químico considerado como gás inerte, com elemento N_2, grau de pureza mínimo 99,99%, conforme especificações da Ata	LT	**3.500**	**R$ 13,26**	**R$ 46.410,00**

Valor total dos quantitativos renovados: R$ 46.410,00 (quarenta e seis mil, quatrocentos e dez reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Termo Aditivo fundamenta-se no **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como na **Cláusula Terceira, itens 3.1, 3.2 e 3.3, da Ata de Registro de Preços nº 363/2025**, que prevê expressamente a prorrogação e a renovação dos quantitativos registrados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam **ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 363/2025 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Pitanga PR, 02 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

SANDRO HENRIQUE BORELLA
Nitrotec Comercio De Produtos Agropecuários LTDA
Original Devidamente Assinado.

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:12817ACC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO Nº 5 DO CONTRATO Nº 234/2021 - PREGÃO N.°62/2021.

TERMO ADITIVO Nº 5
CONTRATO Nº 234/2021

Termo de Aditivo de prazo de vigência ao Contrato nº. 234/2021, celebrado entre o Município de Pitanga e a empresa MGP COMUNICAÇÕES LTDA., na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e, de outro lado, a empresa **MGP COMUNICAÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF nº. 10.846.416/0003-40, sediado na Rua Arlindo Ribeiro, 595, CEP; 85.010-070, Centro Guarapuava PR, já qualificados, tem ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo, ao Contrato N°234/2021, referente à licitação N°62/2021, na modalidade Pregão, qual o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALISTICA PARA EFETUAR PUBLICAÇÕES DIÁRIAS DOS AVISOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PITANGA EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Conforme o disposto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência originalmente previsto e já aditivado, com vencimento em 30/09/2026, fica prorrogado por período de 60 dias, passando a vigorar de 01/10/2026 a 30/11/2026, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Pública. Em conformidade com Artigo 57, Inciso II da Lei Federal 8666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA: Os valores originalmente previstos, renovam-se para o período Prorrogado, totalizando R$6.015,92 (seis mil quinze reais e noventa e dois centavos). Conforme tabela abaixo:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	62948	PUBLICAÇÕES DIÁRIAS DE ATOS OFICIAIS RELACIONADOS A EDITAIS E AVISOS DE LICITAÇÃO. O JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL DEVERÁ MANTER DISPONIVEL SERVIÇO ELETRÔNICO, POR MEIO DO QUAL SE GARANTA AMPLO E LIVRE ACESSO AS PUBLICAÇÕES DOS AVISOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO. LEI 8666/93, COM CIRCULAÇÃO DA CIDADE DE PITANGA DE NO MINIMO 05 (CINCO) DIAS POR SEMANA. DEVERÁ ENTREGAR NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA NO MÍNIMO 10 EXEMPLARES TRÊS VEZES POR SEMANA.	SERV	2	R$ 3.007,96	6.015,92

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Pitanga, 30 de Setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

_____
MGP COMUNICACOES LTDA.

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:AC1DDF1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
TERMOS ADITIVOS DAS ATAS N.°318/2025 E N.°319/2025 DO PREGÃO Nº 36/2025.

TERMO ADITIVO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025

Primeiro termo aditivo à ata de registro de preços nº 318/2025, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PITANGA e a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS GISKELY LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **DIRCEU MORAES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS GISKELY LTDA**, inscrita no CNPJ nº **85.028.892/0001-91**, estabelecida na Rua Silva Fagundes, nº 198, Centro, Pitanga – PR, representada pelo Sr. **VALDECI MENDES DE MIRANDA**, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO
Fica prorrogada a vigência da **Ata de Registro de Preços nº 318/2025**, por mais **12 (doze) meses**, passando sua vigência de **25 de setembro de 2026 para 25 de setembro de 2027**, mantidas as demais condições estabelecidas na Ata.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS
Ficam renovados, pelo período da prorrogação, os quantitativos registrados na Ata, até o limite dos quantitativos originalmente registrados, conforme previsto na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços.

Lote	Código	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	16702	Paver cimento 10 x 20 x 0,8 cm	M²	300	R$ 56,00	**R$ 16.800,00**
13	16703	Paver cimento 10 x 20 x 0,6 cm	M²	300	R$ 45,50	**R$ 13.650,00**
17	73877	Placa pré-moldada 92 x 50 x 3 cm	UN	200	R$ 32,00	**R$ 6.400,00**
18	73962	Pé direito canto para placa de pré-moldado 0,10 x 0,10 x 3,2 m	UN	96	R$ 69,10	**R$ 6.633,60**
20	67786	Tubo de concreto simples MF 1,00 x 1,00 m	UN	100	R$ 245,00	**R$ 24.500,00**
VALOR TOTAL DA RENOVAÇÃO						**R$ 67.983,60**

Valor total da renovação: R$ 67.983,60 (sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº 318/2025** que não foram modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento.

Pitanga – PR, 25 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

VALDECI MENDES DE MIRANDA
Indústria E Comércio De Artefatos Giskely LTDA

TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 319/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Dirceu Moraes**, de outro lado, a empresa **TANIA DEQUECH FERREIRA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.934.272/0001-02, estabelecida na Rodovia PRC 466, Km 181, s/n, Parque Industrial, Pitanga – PR, neste ato representada por **TANIA DEQUECH FERREIRA**, doravante denominada **FORNECEDORA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 319/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência da **Ata de Registro de Preços nº 319/2025** pelo período de **1 (um) ano**, de **26 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2027**. Em conformidade com Artigo 84 da Lei Federal 14133/21, Previsto na **Cláusula Terceira da Ata,** nos itens 3.1, 3.2 e 3.3.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 319/2025 ficam reajustados em **4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento)**, correspondente ao **IPCA acumulado nos 12 (doze) meses até agosto de 2026**, conforme indicador divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Conforme previsto na Cláusula quinta da Ata.

Parágrafo único. O reajuste será aplicado aos valores unitários dos itens renovados, passando os preços a vigorar conforme a tabela constante da Cláusula Terceira deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS E DOS NOVOS VALORES

Em razão da prorrogação da Ata, ficam renovados os quantitativos originalmente registrados, até o limite do quantitativo original, com aplicação do reajuste de 4,22%, conforme segue:

Lote	Descrição	Quant.	Valor Unit. Atual	Valor Unit. Reajustado 4,22%	Valor Total
1	Tubo de Concreto Simples MF 0,30 x 1,00 M	300	R$ 54,90	**R$ 57,22**	R$ 17.166,00
2	Tubo de Concreto Simples MF 0,40 x 1,00 M	825	R$ 64,50	**R$ 67,22**	R$ 55.456,50
3	Tubo de Concreto Simples MF 0,60 x 1,00 M	612	R$ 123,60	**R$ 128,82**	R$ 78.837,84
4	Tubo de Concreto Simples MF 0,80 x 1,00 M	300	R$ 247,50	**R$ 257,94**	R$ 77.382,00
5	Tubo de Concreto armado PA1 MF 0,80 x 1,00 M	200	R$ 325,50	**R$ 339,24**	R$ 67.848,00
6	Tubo de Concreto Simples MF 1,00 x 1,00 M	300	R$ 249,00	**R$ 259,51**	R$ 77.853,00
7	Tudo de Concreto Armado MF 1,00 x 1,00 M	150	R$ 429,00	**R$ 447,10**	R$ 67.065,00
8	Tubo de Concreto Armado MF 1,20 x 1,00 M	150	R$ 745,00	**R$ 776,44**	R$ 116.466,00
9	Tubo de Concreto Armado MF 1,50 x 1,00 M	113	R$ 1.101,00	**R$ 1.147,46**	R$ 129.662,98
10	Meio fio alto 0,80 MT X 0,25 CM	600	R$ 34,80	**R$ 36,27**	R$ 21.762,00
11	Meio fio baixo 0,80 MT X 0,15 CM	200	R$ 29,70	**R$ 30,95**	R$ 6.190,00
14	PAVER CIMENTO10 X 20 X 0,4	300	R$ 53,00	**R$ 55,24**	R$ 16.572,00
15	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39	1.000	R$ 4,95	**R$ 5,16**	R$ 5.160,00
16	PLACA PRÉ MOLDADO 1,50 X 50 X 3CM (PRODUTO NÃO PODE ESTAR DANIFICADO OU QUEBRADO)	100	R$ 42,67	**R$ 44,47**	R$ 4.447,00
19	Tubo de Concreto Simples MF 0,80 x 1,00 M	100	R$ 198,00	**R$ 206,36**	R$ 20.636,00
21	Tubo de Concreto Armado MF 1,20 x 1,00 M	50	R$ 745,00	**R$ 776,44**	R$ 38.822,00
22	Tubo de Concreto Armado MF 1,50 x 1,00 M	37	R$ 1.101,00	**R$ 1.147,46**	R$ 42.456,02

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO ADITIVO

Em decorrência da renovação dos quantitativos e da aplicação do reajuste de **4,22%**, o valor total dos quantitativos renovados passa de **R$ 809.612,70** para **R$ 843.782,34 (oitocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos)**.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, observada a disponibilidade orçamentária para cada contratação decorrente da Ata.

A Ata original prevê recursos específicos para as despesas decorrentes da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na **Ata de Registro de Preços nº 319/2025**, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Pitanga – PR, 25 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga

TANIA DEQUECH FERREIRA
Tania Dequech Ferreira LTDA

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:C66F47C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2024, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SELECT SERVICOS AMBIENTAIS LTDA.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI**, e **SELECT SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, neste ato representada por sua Administradora, Sra. **THAMARA CAROLINA CARNEIRO STANG**, resolvem, em comum acordo, aditar o Contrato Administrativo nº 290/2024, firmado entre as partes em 16 de setembro de 2024, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada visando a execução de prestação de serviços de coleta e

transporte dos resíduos sólidos orgânicos, resíduos sólidos recicláveis e de resíduos rejeitos de reciclagem, de classe II, e destinação final dos resíduos sólidos orgânicos e dos resíduos rejeitos de reciclagem, de classe II, produzidos no Perímetro Urbano e Rural do Município de Planalto-PR, para coleta diária do Município de Planalto-PR, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude da aplicação do reajuste contratual de 3,98% (três vírgula noventa e oito por cento), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ficam reajustados os valores unitários dos itens constantes na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 290/2024, conforme planilha demonstrativa abaixo:

Item	Objeto	Quant	Un	Valor Unit.	Valor Reajuste	Valor Da Diferença	Valor Total
01	Execução de prestação de serviços de coleta diária e transporte Execução de prestação de serviços de coleta diária e transporte dos resíduos sólidos orgânicos e de resíduos rejeitos de reciclagem, de classe II, produzido no Perímetro Urbano e Rural do Município de Planalto. Com uma média de 3.800km mensal.	12	MÊS	45.141,95	46.938,60	1.796,65	21.559,80
02	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e de resíduos rejeitos de reciclagem, de classe II e materiais inservíveis oriundos de campanhas de combate contra a dengue produzido no Perímetro Urbano e Rural do Município de Planalto, em aterro sanitário devidamente licenciado. Quantidade aproximada para 12 (doze) meses.	1.600	TON	251,26	261,26	10,00	16.000,00
TOTAL							**37.559,80**

CLÁUSULA SEGUNDA: Em decorrência do reajuste previsto na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo, o valor do Contrato Administrativo nº 290/2024, originalmente estabelecido em R$ 943.719,40 (novecentos e quarenta e três mil, setecentos e dezenove reais e quarenta centavos), fica acrescido em R$ 37.559,80 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), passando o valor total do contrato para R$ 981.279,20 (novecentos e oitenta e um mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua dos serviços contratados, a previsão de prorrogação contratual e a manutenção das condições e dos preços vantajosos para a Administração, fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 290/2024 por mais 12 (doze) meses, com vencimento final em 30 de setembro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e nos respectivos orçamentos dos exercícios subsequentes, conforme a disponibilidade orçamentária.

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 290/2024 e nos termos aditivos anteriores, desde que não contrariem o disposto neste instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

THAMARA CAROLINA CARNEIRO STANG
Select Serviços Ambientais LTDA.

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:3F312C28

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 312/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 312/2024, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SELECT SERVICOS AMBIENTAIS LTDA.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **SELECT SERVICOS AMBIENTAIS LTDA**, neste ato representada pela Administradora a Sra. **THAMARA CAROLINA CARNEIRO STANG**, resolvem em comum acordo aditar os valores do contrato administrativo nº 312/2024, firmado entre as partes em data de 16 de setembro de 2024, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada visando a execução de prestação de serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos recicláveis, produzido no Perímetro Urbano e Rural do Município de Planalto- PR, para coleta diária do Município de Planalto- PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude da aplicação do reajuste contratual de 3,98% (três vírgula noventa e oito por cento), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ficam reajustados os valores unitários dos itens constantes na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 312/2024, conforme planilha demonstrativa abaixo:

Item	Objeto	Quant	Un	Valor Unit.	Valor Reajuste	Valor Da Diferença	Valor Total
01	Execução de prestação de serviços de coleta diária e transporte dos resíduos sólidos recicláveis, produzido no Perímetro Urbano e Rural do Município de Planalto. Com	12	MÊS	40.969,50	42.600,08	1.630,58	19.566,96

	uma média de 2.500 km mensal.						
TOTAL							19.566,96

CLÁUSULA SEGUNDA: Em decorrência do reajuste previsto na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo, o valor do Contrato Administrativo nº 312/2024, originalmente estabelecido em R$ 491.632,80 (quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta centavos). fica acrescido em R$ 19.566,96 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), passando o valor total do contrato para R$ 511.199,76 (novecentos e oitenta e um mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua dos serviços contratados, a previsão de prorrogação contratual e a manutenção das condições e dos preços vantajosos para a Administração, fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 312/2024 por mais 12 (doze) meses, com vencimento final em 30 de setembro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e nos respectivos orçamentos dos exercícios subsequentes, conforme a disponibilidade orçamentária.

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 312/2024 e nos termos aditivos anteriores, desde que não contrariem o disposto neste instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

THAMARA CAROLINA CARNEIRO STANG
Select Serviços Ambientais LTDA.

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:80842D80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (VERSÃO ATUALIZADA - OUTUBRO/2026) PONTAL DO PARANÁ, MAIO DE 2025 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL POLÍTICA MU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL
POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Versão Atualizada - Outubro/2026)

Pontal do Paraná, Maio de 2025

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rudisney Gimenes Filho
Prefeito

Patrícia Millo Marcomini
Vice-prefeita

Kathia Salomão de Souza
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Cristiane Luiz
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Responsável técnica pela elaboração do documento:
Lisiane Camila Pereira

Assistente Social da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Contato:
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social
Endereço: Rodovia PR-407, Km 19 215 - Praia de Leste, PR CEP 83255-000
assistenciasocial@pontaldoparana.pr.gov.br
(41) 3455-9608

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 5
1. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL 5
1.1 Aspectos sociodemográficos 6
1.2 Infraestrutura do município 8
1.3 Economia e Mercado de Trabalho 9
1.4 Saúde 9
Acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família. 11
1.5 Educação 12
Acompanhamento das condicionalidades da Educação do Programa Bolsa Família..... 15
1.6 Vulnerabilidade Social e Cadastro Único 17
2. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 21
2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF..... 24
2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV..... 27
SCFV CRAS Canoas.... 27
SCFV CRAS Ipanema.... 29
2.3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas 31
2.4 Indicadores de atendimento da Política de Assistência Social..... 32
2.4.1 Benefícios Eventuais..... 32
2.4.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC)..... 34
Distribuição territorial do BPC Pessoa Idosa.... 36
Distribuição territorial do BPC Pessoa com Deficiência.... 37
3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 38
3.1 Média Complexidade 39
3.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) 40
3.1.2 Serviço de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade 42
3.1.3 Violências e violações de direitos..... 44
3.1.4 Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial 45
3.1.5 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias 48
3.2 Alta Complexidade..... 48
3.2.1 Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes..... 48
4. GESTÃO DO SUAS 50
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 51

APRESENTAÇÃO

O presente Diagnóstico Socioterritorial é um instrumento técnico e estratégico elaborado pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social de Pontal do Paraná, com o objetivo de subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação da Política Municipal de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Este documento apresenta uma análise detalhada do território municipal, contemplando aspectos sociodemográficos, econômicos, educacionais, de saúde, infraestrutura, bem como dados sobre a rede socioassistencial, os serviços ofertados, os indicadores de vulnerabilidade social e a atuação das proteções sociais básica e especial.

A partir de dados estatísticos, registros administrativos e informações dos serviços, o diagnóstico visa identificar as demandas e potencialidades existentes, permitindo a formulação de estratégias mais assertivas para a promoção da inclusão social, a garantia de direitos e o fortalecimento da proteção social no município.

A construção deste diagnóstico reafirma o compromisso da gestão municipal com o aprimoramento contínuo da política pública de assistência social, a transparência na gestão dos recursos e a participação social como elementos centrais para a consolidação de uma rede de proteção que atenda com qualidade e equidade às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

1. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

1.1 Aspectos sociodemográficos

É pela Lei Estadual nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995 (alterada pela Lei Ordinária nº 21.873, de 6 de fevereiro de 2024) que Pontal do Paraná torna-se município do Estado do Paraná. Sua área territorial é de 202,242 km², sendo 23 km de extensão de praias, e faz divisa com os municípios de Matinhos ao sul e Paranaguá ao oeste e leste e norte é banhado pelo Oceano Atlântico, sendo a norte pela baía de Paranaguá. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2022), a população estimada do município é de 32.426 habitantes e apresenta uma densidade demográfica de 151,81 hab/km², já em 2025 a estimativa populacional é de 33.131 residentes no município.

Comparando os Censos de 2010 e 2022, percebe-se que o crescimento anual médio foi de aproximadamente 3,5% ao ano. Diante desse expressivo crescimento, o município apresenta inúmeros desafios com crescente demanda na busca de emprego, moradia e a sobrecarga nos sistemas de saúde e educação.

Pontal do Paraná é um município que possui 48 balneários distribuídos ao longo de seu litoral. Dentre eles, os principais são: Praia de Leste, Santa Terezinha, Atami, Monções, Mirassol, Shangri-lá, Ipanema, Grajaú e Pontal do Sul. Além disso, o município abriga duas aldeias indígenas: Guaviraty e Caraguatá Poty, onde residem atualmente 25 famílias. Também há comunidades tradicionais, como as de pescadores artesanais, que

estão presentes em diversos balneários, incluindo Ipanema, Carmery, Barrancos, Shangri-lá, Pontal do Sul e Ilha do Maciel. Por fim, há uma comunidade rural, chamada Colônia Pereira.
Em relação à população residente dividida por sexo, observa-se distribuição próxima à paridade no Censo de 2022, com 15.005 pessoas do sexo masculino e 15.420 do sexo feminino, conforme o gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO DIVIDIDA POR SEXO

Fonte: IBGE, 2023. Elaborado pelo autor, 2026.

A distribuição etária do município compreende 5.633 habitantes de 0 a 14 anos,
18.211 de 15 a 59 anos e 6.581 com 60 anos ou mais. O índice de envelhecimento é de 116,83 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas de 0 a 14 anos.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POPULACIONAL

Fonte: IBGE, 2023. Elaborado pelo autor, 2026.

Quanto à cor ou raça, 61,2% da população considera-se branca, 33,2% parda, 4,7% preta, 0,35% amarela e indígena 0,42%. A importância dos dados étnico-raciais reside na sua capacidade de fornecer informações essenciais para a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade e a inclusão social.
Conforme os dados de 2022, há 128 pessoas indígenas residindo no município, sendo que a maioria delas tem idade entre 15 e 59 anos, totalizando cerca de 77 habitantes. A população indígena de 0 a 14 anos é composta por aproximadamente 31 pessoas, enquanto a de 60 anos ou mais conta com cerca de 20 habitantes. Em relação ao sexo, a divisão é praticamente igual, com 64 pessoas do sexo feminino e 64 do sexo masculino.
Sobre o quantitativo de pessoas com deficiência, até o momento, o IBGE não divulgou os resultados da última pesquisa, cuja publicação estava prevista para o segundo semestre de 2024.

1.2 Infraestrutura do município

O município de Pontal do Paraná tem avançado de forma significativa em sua infraestrutura urbana, buscando atender às necessidades da população e impulsionar o desenvolvimento local. No que se refere ao saneamento básico, cerca de 93,67% da população possui acesso à água potável por meio da rede geral de distribuição, refletindo a cobertura satisfatória dos serviços essenciais. Paralelamente, obras de pavimentação e revitalização têm sido realizadas em diversas regiões, com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana, valorizar o espaço público e oferecer melhores condições de tráfego.
A drenagem urbana também tem sido uma prioridade, com investimentos expressivos, como os R$ 3,4 milhões aplicados na instalação de galerias de concreto para mitigar alagamentos em áreas vulneráveis. Essas ações contribuem diretamente para a segurança das famílias e a conservação das vias públicas. Além disso, o município vem promovendo melhorias na iluminação pública, com projetos de modernização que aumentam a visibilidade noturna e a sensação de segurança da população.
Outro ponto de destaque na infraestrutura local é a presença do Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma referência em pesquisa e formação acadêmica voltada ao ambiente costeiro. A instituição contribui com a produção de conhecimento científico e com a capacitação profissional de estudantes de todo o país, fortalecendo o papel estratégico de Pontal do Paraná no cenário da educação e da pesquisa ambiental.
Esses investimentos em saneamento, mobilidade, drenagem, iluminação e educação demonstram o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

1.3 Economia e Mercado de Trabalho

Pontal do Paraná apresenta uma economia diversificada, com participação dos setores de serviços, indústria e agropecuária, conforme dados do PIB municipal do IBGE. Segundo o Sistema de Contas Regionais, o PIB per capita do município foi de R$ 26.613,26 em 2023, dado mais recente disponível, indicando a relevância da atividade econômica na dinâmica municipal.

O setor de serviços possui significativa participação na economia local, sendo influenciado pela atividade turística e pela sazonalidade característica do município, especialmente durante os meses de verão, período em que se intensifica a demanda por comércio, hospedagem, alimentação e demais serviços.
No mercado de trabalho formal, em 2023, a Agência do Trabalhador de Pontal do Paraná apresentou destaque no Litoral do Paraná, sendo reconhecida pela Secretaria Estadual do Trabalho, Qualificação e Renda como a unidade mais produtiva da região e uma das quatro de melhor desempenho no Estado. O resultado esteve relacionado às ações de captação de vagas, qualificação profissional e inserção de trabalhadores no mercado formal.

1.4 Saúde

No município de Pontal do Paraná, o Sistema Único de Saúde (SUS) dispõe de uma rede composta por 82 estabelecimentos de saúde cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) em 2025. Desse total, 24 estabelecimentos pertencem à Administração Pública, 50 correspondem a entidades empresariais e 8 estão registrados como estabelecimentos de saúde sob responsabilidade de pessoas físicas (CNES, 2025).
No âmbito da Rede de Atenção à Saúde (RAS), o município conta com 23 equipamentos públicos próprios, distribuídos territorialmente de forma a atender às demandas da população nas diferentes áreas do município.
A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a principal porta de entrada da população no SUS e desempenha papel estratégico na organização do cuidado, na prevenção de agravos, na promoção da saúde e no acompanhamento longitudinal dos usuários. No município, a APS está estruturada em 5 Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas na área urbana, que concentram 11 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF). Dentre essas unidades, quatro possuem duas equipes e uma possui três equipes.

Como estratégia de ampliação do acesso e de aproximação dos serviços de saúde às populações residentes em áreas de menor densidade demográfica, o município dispõe ainda de 2 Postos de Saúde localizados na área rural, em Guaraguaçu e Colônia Pereira. Esses equipamentos funcionam como extensões da UBS Sila Maria Crisanto, contribuindo para a descentralização das ações de saúde e para a redução de barreiras territoriais de acesso aos serviços.
Em 2025, a cobertura da Atenção Primária à Saúde alcançou 118,73%, indicador que demonstra elevada capacidade de abrangência da população pelas equipes de atenção primária. O percentual superior a 100% deve ser interpretado considerando a metodologia de cálculo do indicador e a capacidade potencial de cobertura das equipes, não significando, necessariamente, que 118,73% da população esteja efetivamente vinculada ou acompanhada de forma integral.

A atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família está fundamentada nos princípios da territorialização, do acompanhamento familiar e da identificação de situações de vulnerabilidade e risco. Nesse contexto, as equipes desenvolvem ações de promoção, prevenção, assistência e acompanhamento contínuo, considerando as especificidades dos diferentes territórios.

Acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família

No acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF), observa-se redução da cobertura entre o 2º semestre de 2025 e o 1º semestre de 2026. No primeiro período, das 3.776 pessoas que compunham o público para acompanhamento, 3.033 foram acompanhadas, correspondendo a 80,32%. No 1º semestre de 2026, o público aumentou para 3.903 pessoas, enquanto 2.959 foram acompanhadas, resultando em uma cobertura de 75,80%. Assim, houve aumento de
127 pessoas no público-alvo e redução de 4,52 pontos percentuais na taxa de acompanhamento.

Entre as crianças de até 7 anos, a redução foi mais expressiva: em 2025, foram acompanhadas 617 das 1.049 crianças, correspondendo a 58,82%; em 2026, foram acompanhadas 565 das 1.149, alcançando 49,17%. O indicador aponta uma redução de 9,65 pontos percentuais, mesmo com o aumento do público infantil em 100 crianças, configurando um importante ponto de atenção para a rede de proteção social.
Entre mulheres e gestantes, o acompanhamento apresentou maior estabilidade, passando de 87,73% em 2025, com 2.416 acompanhamentos, para 86,94% em 2026, com 2.394 acompanhamentos.
A seguir, serão apresentados os dados comparativos referentes aos dois semestres analisados.

GRÁFICO 3 - TAXA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PBF

Fonte: organizado pelo autor, 2026.

De forma geral, os dados evidenciam a necessidade de fortalecimento das estratégias de busca ativa e de articulação entre Saúde e Assistência Social, especialmente para ampliar o acompanhamento das crianças de até 7 anos e das famílias que permanecem fora do acompanhamento das condicionalidades. O monitoramento desses indicadores pode contribuir para identificar situações de dificuldade de acesso e subsidiar o planejamento de ações nos territórios com menor cobertura.

1.5 Educação

No âmbito da educação, o município de Pontal do Paraná possui 30 instituições de ensino: 22 municipais, seis estaduais e duas privadas. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2025, essas instituições registraram 7.041 matrículas, das quais 4.128 pertenciam à rede municipal, 2.650 à rede estadual e 263 à rede privada. Assim, a rede pública reunia 6.778 matrículas, correspondentes a aproximadamente 96,3% do total municipal. Os quantitativos foram conferidos a partir da Sinopse Estatística da Educação Básica do Inep e da listagem municipal baseada nos microdados do Censo Escolar de 2025, disponibilizada pelo Escolas Brasil.
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) combina informações sobre o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e as taxas de aprovação escolar, variando de zero a dez. Em 2025, Pontal do Paraná registrou IDEB de 6,4 nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando a rede municipal. O resultado representa crescimento de 0,2 ponto em relação a 2023, quando o índice foi de 6,2. A definição e os resultados oficiais do indicador são disponibilizados pelo Inep, enquanto a série municipal pode ser consultada no QEdu, com dados provenientes do Inep.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE MUNICIPAL)

Ano	Taxa de aprovação
2007	4,8
2009	4,9
2011	5,0
2013	5,5
2015	5,8
2017	6,0
2019	6,1
2021	5,7
2023	6,2
2025	6,4

Fonte: Inep, IDEB 2025. Elaboração do autor, 2026.

Os dados demonstram uma trajetória predominantemente positiva no desempenho dos anos iniciais da rede municipal. O IDEB passou de 4,8, em 2007, para 6,4, em 2025, representando crescimento de 1,6 ponto ao longo do período. Entre 2007 e 2019, o indicador apresentou evolução contínua, alcançando 6,1. Em 2021, ocorreu uma redução para 5,7, seguida de recuperação em 2023, quando o índice chegou a 6,2, e de novo avanço em 2025. Os resultados indicam melhora sustentada na qualidade da educação municipal, embora seja necessário manter ações voltadas à aprendizagem, permanência e acompanhamento dos estudantes.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE PÚBLICA

Ano	Taxa de aprovação
2007	3,8
2009	4,2
2011	3,9
2013	4,2
2015	4,4
2017	4,6
2019	4,9
2021	5,4
2023	5,3
2025	5,9

Fonte: Inep, IDEB 2025. Elaboração do autor, 2026.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o IDEB da rede pública passou de 3,8, em 2007, para 5,9, em 2025, correspondendo a um aumento de 2,1 pontos. Apesar das oscilações observadas em 2011 e 2023, a tendência geral do período é de crescimento. Destaca-se a evolução registrada entre

2015 e 2021, quando o índice passou de 4,4 para 5,4. Em 2025, o resultado de 5,9 foi o maior da série histórica analisada, evidenciando avanço no desempenho educacional, mas também a importância da continuidade das estratégias de fortalecimento da aprendizagem nos anos finais.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO IDEB DO ENSINO MÉDIO - REDE ESTADUAL

Ano	Taxa de aprovação
2017	4,0
2019	4,3
2021	4,7
2023	4,4
2025	5,2

Fonte: Inep, IDEB 2025. Elaboração do autor, 2026.

O IDEB do Ensino Médio da rede estadual apresentou crescimento de 4,0, em 2017, para 5,2, em 2025. Após avançar até 4,7 em 2021, o indicador recuou para 4,4 em 2023. Contudo, em 2025, houve recuperação de 0,8 ponto, resultando no melhor desempenho da série apresentada. Embora a evolução seja positiva, os resultados reforçam a necessidade de articulação entre o município, a rede estadual e as políticas de assistência social, especialmente para prevenir abandono escolar, infrequência e situações de vulnerabilidade que possam comprometer a permanência dos adolescentes na escola.

Acompanhamento das condicionalidades da Educação do Programa Bolsa Família

Em Pontal do Paraná, o acompanhamento das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família apresentou elevada cobertura e trajetória de melhora no período analisado. O percentual de pessoas acompanhadas passou de 93,61%, em fevereiro de 2025, para 97,35%, em junho de 2026, representando um avanço de 3,74 pontos percentuais.

TABELA 4 - RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL DO PBF (FEV/2025 A JUN/2026)

Período	Público para acompanhamento	Pessoas acompanhadas	Não acompanhadas	Cobertura
Fev/2025	2.629	2.461	168	93,61%
Abr/2025	2.597	2.442	155	94,03%
Jun/2025	2.576	2.454	122	95,26%
Ago/2025	2.237	2.169	68	96,96%
Out/2025	2.194	2.120	74	96,63%
Fev/2026	2.453	2.348	105	95,72%
Abr/226	2.384	2.306	78	96,73%
Jun/2026	2.491	2.425	66	97,35%

Fonte: Sicon, 2026. Dados sistematizados pelo autor.

Na composição do público em agosto de 2026, conforme o SICON, foram registradas 2.458 pessoas com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação. A maior parcela estava na faixa etária de 6 a 15 anos.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO PÚBLICO ACOMPANHADO POR FAIXA ETÁRIA - AGOSTO/2026

Faixa do público	Quantidade	Participação
Crianças de 4 a 5 anos	427	17,4%
Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	1.741	70,8%
Adolescentes BVA	290	11,8%
Total	**2.458**	**100%**

Fonte: Sicon, 2026. Dados sistematizados pelo autor.

Os dados demonstram melhora na capacidade de acompanhamento das condicionalidades educacionais no município. Apesar das oscilações no tamanho do público, o número de pessoas não acompanhadas caiu de 168 para 66, uma redução de aproximadamente 60,7%. O percentual de 97,35%, registrado em junho e julho de 2026, foi o maior da série analisada.

A predominância do público de 6 a 15 anos, correspondente a 70,8% do total em agosto de 2026, reforça a importância da articulação entre as políticas de assistência social e educação, principalmente para a identificação de dificuldades de frequência escolar, realização de busca ativa e orientação às famílias beneficiárias.

1.6 Vulnerabilidade Social e Cadastro Único

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), busca identificar situações de vulnerabilidade e exclusão social que não são plenamente captadas pelos indicadores tradicionais de desenvolvimento. O índice varia entre 0 e 1, sendo que valores mais próximos de zero representam menor vulnerabilidade. Sua composição considera três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

Em Pontal do Paraná, o IVS passou de 0,335, em 2000, para 0,198, em 2010. Essa redução de 0,137 ponto, equivalente a aproximadamente 40,9%, fez com que o município passasse da faixa de média vulnerabilidade social para a faixa de vulnerabilidade social muito baixa. O resultado indica melhora nas condições sociais avaliadas pelo índice durante o período.

Entretanto, não foram identificados valores municipais mais recentes do IVS calculados com a mesma metodologia e abrangência. Dessa forma, os dados de 2010 permanecem como referência para comparações históricas. Essa defasagem exige cautela, pois mudanças populacionais, econômicas, habitacionais e territoriais ocorridas posteriormente podem não estar refletidas no indicador. Por isso, sua interpretação deve ser complementada por informações mais atuais do Cadastro Único, do Censo Demográfico e dos registros administrativos municipais.

Situação semelhante ocorre com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Embora existam estimativas mais recentes de desenvolvimento humano para unidades territoriais mais amplas, o último IDHM oficialmente disponível para todos os municípios brasileiros permanece baseado no Censo Demográfico de 2010. O IDHM reúne as dimensões longevidade, educação e renda e varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 representam maior desenvolvimento humano.

Em 2010, Pontal do Paraná apresentou IDHM de 0,738, classificado como alto. Entre suas dimensões, o melhor resultado foi observado em Longevidade, com índice de 0,831, classificado como muito alto. A dimensão Renda alcançou 0,737, considerada alta, enquanto Educação registrou 0,655, permanecendo na faixa de desenvolvimento médio. Os resultados demonstram que, apesar do desempenho geral positivo, a educação constituía a dimensão com maior necessidade de avanço no município.

TABELA 6 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) - 2010

Indicador	Valor
IDH Geral	0,738
IDH Educação	0,655
IDH Longevidade	0,831
IDH Renda	0,737

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro, com dados do Censo Demográfico de 2010. Elaborado pelo autor, 2026.

Os dados relacionados aos sujeitos e famílias em situação de vulnerabilidade são apresentados pela base de dados do Cadastro Único (CadÚnico), uma ferramenta essencial para identificar as condições socioeconômicas da população brasileira. O CadÚnico reúne informações detalhadas sobre as famílias de baixa renda, permitindo que o governo federal e as gestões municipais e estaduais possam acessar dados precisos sobre a situação de vulnerabilidade social. Por meio dessa base de dados, é possível verificar aspectos como a renda familiar, o acesso a serviços de saúde e educação, as condições de moradia e outros fatores que indicam o grau de exclusão social e as necessidades da população.
Essa base de dados tem um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, pois fornece informações essenciais para direcionar os programas sociais, como o Bolsa Família, e outros benefícios. Ao organizar essas informações de maneira estruturada, o Cadastro Único possibilita uma abordagem mais eficaz no enfrentamento da pobreza e na promoção da inclusão social, atendendo com mais precisão as famílias em situação de maior vulnerabilidade. Assim, o CadÚnico se torna uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento de ações sociais voltadas à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em situação de risco.
Conforme dados coletados no CECAD referentes a setembro de 2026, Pontal do Paraná possui 8.380 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo 2.577 (31%) em situação de pobreza, 2.092 (25%) em situação de baixa renda e 3.711 (44%) famílias com renda por pessoa acima de meio salário mínimo. No total, há 17.920 pessoas cadastradas no CadÚnico, e a taxa de atualização registrada no mês mencionado é de 91%.
O gráfico a seguir irá expor a taxa de famílias cadastradas e atualizadas de agosto de 2012 a fevereiro de 2025.

GRÁFICO 4 - FAMÍLIAS CADASTRADAS x FAMÍLIAS ATUALIZADAS

Fonte: CECAD 2.0, 2025

O gráfico demonstra crescimento expressivo do número de famílias inscritas no Cadastro Único em Pontal do Paraná. Após oscilações entre 2012 e 2017, quando o total permaneceu próximo de 2,5 mil a 3 mil famílias, observa-se crescimento contínuo a partir de 2018, intensificado entre 2021 e 2023. Ao final da série, em 2026, o município alcança aproximadamente 8,3 mil famílias cadastradas.
O número de famílias com cadastro atualizado também apresentou crescimento, passando de aproximadamente 1,5 mil, em 2015, para cerca de 7,7 mil em 2026. Apesar de períodos de estabilidade ou redução, especialmente ao longo de 2024, a série mostra recuperação acentuada a partir de 2025, com aproximação entre as famílias atualizadas e o total cadastrado.
No período mais recente, estima-se que mais de 90% das famílias cadastradas estejam com as informações atualizadas, indicando melhora na qualidade da base cadastral. A diferença restante corresponde às famílias com registros desatualizados, que devem ser priorizadas em ações de busca ativa e atualização cadastral.
O crescimento do número de cadastros não representa, isoladamente, aumento da pobreza no município. Essa expansão também pode estar relacionada ao crescimento populacional, à ampliação da busca ativa, à inclusão de novos públicos e ao maior uso do Cadastro Único como requisito para acesso a programas sociais.
É importante observar que a redução acentuada no total de famílias cadastradas entre 2014 e 2015 pode decorrer de revisão, exclusão de registros ou mudança operacional na base do Cadastro Único, não devendo ser interpretada automaticamente como redução da vulnerabilidade social.
Em agosto de 2026, o Programa Bolsa Família atendeu 2.406 famílias em Pontal do Paraná, com repasse de R$ 1.623.739,00 e benefício médio aproximado de R$ 674,87 por família. Entre junho e agosto, houve redução de 56 famílias beneficiárias, equivalente a 2,3%. Do total atual, 452 eram famílias unipessoais e 359 estavam na Regra de Proteção, indicando a presença de beneficiários em processo de aumento de renda. O crescimento das famílias sem saque, de 43 para 62, reforça a necessidade de acompanhamento e orientação para evitar a interrupção do acesso ao benefício.

TABELA 7 - RESUMO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PONTAL DO PARANÁ (JUNHO A AGOSTO DE 2026)

Período	Famílias beneficiárias	Benefícios bloqueados	Incluídas no mês	Famílias unipessoais	Regra de Proteção	Famílias sem saque
Jun/2026	2.462	10	152	460	376	43
Jul/2026	2.425	40	5	444	355	48
Ago/2026	2.406	32	7	452	359	62

Fonte: Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, 2026. Elaborado pelo autor, 2026.

Para fins de compreensão da tabela, a Regra de Proteção corresponde ao período em que a renda mensal por pessoa da família pode ultrapassar a linha de pobreza de R$ 218,00 sem ocasionar o cancelamento imediato do benefício por motivo de renda, desde que sejam respeitados os limites e prazos estabelecidos pela Portaria MDS nº 1.084/2025. As famílias unipessoais são aquelas compostas por apenas uma pessoa. Já os benefícios bloqueados correspondem a pagamentos temporariamente impedidos em razão de pendências cadastrais ou outras situações que necessitam de regularização, não significando cancelamento definitivo. As famílias sem saque são aquelas cujo benefício foi disponibilizado, mas ainda não havia sido retirado até a data de referência. Ressalta-se que essas categorias podem se sobrepor e, por isso, não devem ser somadas para representar o total de famílias beneficiárias.

2. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco, promovendo o desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente da pobreza, falta de renda, acesso precário a serviços públicos ou fragilização de laços afetivos.
Para isso, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo responsável pela organização e oferta dos serviços de proteção social básica. Como unidade pública estatal descentralizada, o CRAS atende populações em áreas de vulnerabilidade e risco social, ampliando o acesso das famílias à rede de proteção assistencial.
O planejamento das ações do CRAS exige um conhecimento detalhado do território, das necessidades e potencialidades das famílias atendidas, além do mapeamento das situações de risco e da oferta de serviços já disponíveis. Esse trabalho permite estruturar ações mais eficazes para a promoção da inclusão social e do bem-estar da comunidade.

Por se tratar de um município de Pequeno Porte II, a capacidade de referenciamento dos CRAS do município de Pontal do Paraná é de 2.501 a 3.500 famílias, conforme o parágrafo 3º, do art. 64, da NOB-SUAS.
De acordo com os dados do IDS, sistema utilizado na Política de Assistência Social municipal, em setembro de 2026 foram identificadas 3.413 famílias referenciadas no CRAS Canoas e 4.483 no CRAS Ipanema.
No presente momento há 3 equipamentos que compõem a rede de serviços da Proteção Social Básica, sendo eles:
-CRAS Canoas;
-CRAS Ipanema;
-Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) desenvolvem diversos serviços essenciais para a promoção da inclusão social e garantia de direitos. Entre esses serviços, destacam-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção Social no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, além da oferta de benefícios eventuais e o cadastramento/atualização do Cadastro Único.
Com o objetivo de facilitar o atendimento às famílias em Pontal do Sul, em 2024, foi implantado, na Subprefeitura, um espaço destinado à avaliação e concessão de benefícios eventuais, além da realização das ações do Cadastro Único. Essa iniciativa surgiu devido à significativa distância em relação ao CRAS Ipanema, que dificultava o acesso de muitas famílias aos serviços socioassistenciais, comprometendo a inclusão e a garantia de direitos.
Entre 2025 e agosto de 2026, o CRAS Canoas realizou 10.479 atendimentos, incluindo atendimentos técnicos, individuais, familiares, em grupo e ações relacionadas ao Cadastro Único, além de 1.140 visitas domiciliares. No mesmo período, o CRAS Ipanema contabilizou 10.439 atendimentos e 694 visitas domiciliares.
Os dados evidenciam a ampla demanda pelos serviços da Proteção Social Básica e o trabalho desenvolvido pelas equipes no acolhimento, acompanhamento e fortalecimento de vínculos de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
O Centro de Convivência do Idoso (CCI) é outro serviço importante, voltado ao atendimento de pessoas idosas, promovendo a socialização, o fortalecimento de vínculos e a melhoria da qualidade de vida. Seu principal objetivo é prevenir situações de isolamento, exclusão social e vulnerabilidade, incentivando a participação ativa na comunidade.

No CCI, são desenvolvidas diversas atividades socioculturais, recreativas e educativas, como oficinas de artesanato, dança, música, atividades físicas, palestras sobre saúde e direitos da pessoa idosa, além de passeios e eventos comemorativos. Essas ações contribuem para a autonomia, a valorização da experiência de vida dos idosos e a ampliação de suas redes de apoio.

2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), desenvolve ações continuadas de caráter preventivo, protetivo e proativo. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir situações de ruptura de vínculos, ampliar o acesso a direitos e contribuir para o fortalecimento das relações familiares e comunitárias.
Em agosto de 2026, os CRAS Canoas e Ipanema acompanhavam, conjuntamente, 94 famílias pelo PAIF, sendo 44 vinculadas ao CRAS Canoas e 50 ao CRAS Ipanema. A distribuição territorial desses acompanhamentos permite identificar as áreas com maior presença de famílias inseridas no serviço e oferece subsídios para o planejamento das ações da Proteção Social Básica. Os gráficos apresentados a seguir demonstram a distribuição das famílias acompanhadas por território de residência, considerando separadamente as áreas de abrangência de cada unidade do CRAS.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAIF - CRAS CANOAS

Fonte: listagem do PAIF/CRAS Canoas. Elaborado pelo autor, 2026.

No território de abrangência do CRAS Canoas, a maior concentração ocorre em Canoas, com 10 famílias, correspondentes a 22,7% do total. Em seguida aparecem Primavera, com 8 famílias (18,2%); Jardim Canadá, com 6 (13,6%); e Praia de Leste, com 5 (11,4%). Juntos, esses quatro territórios concentram 29 famílias, equivalentes a 65,9% dos acompanhamentos realizados pela unidade.
Também estão inseridas no PAIF famílias residentes na Chácara São Pedro, com 4 registros (9,1%); Tabuleiro, com 3 (6,8%); Santa Terezinha e Guaraguaçu, com 2 famílias cada (4,5%); além de Colônia Pereira, Luciane, Jacarandá e Vila Progresso, com uma família em cada localidade (2,3%). Embora apresentem quantitativos menores, esses registros demonstram a abrangência territorial do serviço e a necessidade de assegurar capacidade de atendimento também às localidades com menor concentração e maior dispersão geográfica.

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAIF - CRAS IPANEMA

Fonte: listagem do PAIF/CRAS Ipanema. Elaborado pelo autor, 2026.

No território atendido pelo CRAS Ipanema, observa-se concentração mais acentuada em Shangri-lá, onde residem 24 das 50 famílias acompanhadas, representando 48% do total. Na sequência aparecem Ipanema, com 8 famílias (16%), e Grajaú, com 6 (12%). Somados, esses três balneários reúnem 38 famílias e correspondem a 76% dos acompanhamentos da unidade.
Os demais registros estão distribuídos entre Carmery e Pontal do Sul, com 4 famílias cada (8%); Leblon, com 3 (6%); e Olho d'Água, com uma família (2%). Essa distribuição evidencia Shangri-lá como o principal território de concentração dos acompanhamentos realizados pelo CRAS Ipanema, indicando a importância de considerar essa localidade no planejamento de ações coletivas, atividades de acompanhamento familiar e estratégias de busca ativa.
A análise conjunta dos dados evidencia maior concentração de famílias acompanhadas pelo PAIF em determinados territórios, o que pode sinalizar maior incidência de situações de vulnerabilidade social e maior demanda pelos serviços da Proteção Social Básica. De modo geral, o público acompanhado pelo PAIF é composto por famílias que vivenciam dificuldades relacionadas à insuficiência de renda, desemprego ou trabalho informal, fragilidade no acesso a direitos e serviços públicos, enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários, discriminação e outras situações que comprometem sua capacidade de proteção.

2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é desenvolvido por meio de atividades coletivas organizadas de acordo com os ciclos de vida e as características dos territórios. Articulado ao trabalho social com famílias, o serviço busca prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar a convivência comunitária, estimular a participação social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
Em agosto de 2026, o município possuía sete grupos vinculados ao SCFV, distribuídos entre os CRAS Canoas e Ipanema. Após a conferência nominal das listas e a exclusão de possíveis duplicidades, foram identificados 98 participantes, sendo 69 vinculados aos grupos do CRAS Canoas e 29 aos grupos do CRAS Ipanema.

SCFV CRAS Canoas

O CRAS Canoas desenvolvia quatro grupos, contemplando crianças, adolescentes, adultos, pessoas idosas e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

TABELA 8 - GRUPOS E PARTICIPANTES DO SCFV DO CRAS CANOAS (AGOSTO DE 2026)

Grupo	Público Atendido	Participantes
Colônia Pereira: Crianças e Adolescentes	12 a 15 anos	17
Intergeracional: Horta, Artesanato, Alfabetização e Teatro	Intergeracional, com predominância de pessoas com 60 anos ou mais	28
Artesanato: Mulheres PBF e BPC	Mulheres de 18 a 29 anos	10
Teatro Adolescentes	15 a 17 anos	14
Total	**69**	

Fonte: SISC, 2026. Organizado pelo autor.

No que se refere à distribuição por faixa etária, o gráfico a seguir apresenta as idades dos participantes inscritos nos grupos.

GRÁFICO 7 - PARTICIPANTES DO SCFV POR FAIXA ETÁRIA

Fonte: SISC, 2026. Organizado pelo autor.

Em relação ao sexo, foram identificadas 51 participantes do sexo feminino e 18 do sexo masculino. A maior presença feminina está relacionada, entre outros aspectos, à existência de um grupo de artesanato destinado especificamente às mulheres beneficiárias do PBF e do BPC, além da participação predominante de mulheres nas atividades intergeracionais.
Os dados evidenciam que o CRAS Canoas apresenta a oferta mais diversificada do SCFV no município. A presença de grupos direcionados às crianças e aos adolescentes fortalece as ações preventivas e protetivas durante essas etapas da vida. O grupo intergeracional, por sua vez, favorece a troca de experiências, a socialização e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, especialmente entre as pessoas idosas.

SCFV CRAS Ipanema

Em agosto de 2026, o CRAS Ipanema desenvolvia três grupos intergeracionais, com maior direcionamento ao público com 60 anos ou mais. Ao todo, foram identificados 29 participantes.

TABELA 9 - GRUPOS E PARTICIPANTES DO SCFV DO CRAS IPANEMA (AGOSTO DE 2026)

Grupo	Público Atendido	Participantes
Conexão em Cena	Intergeracional	13
Yoga		8
Boneca de Pano		9
Total	**29**	

Fonte: SISC, 2026. Organizado pelo autor.

A distribuição etária confirma a predominância das pessoas idosas: 26 participantes possuem 60 anos ou mais e três encontram-se na faixa etária de 18 a 59 anos. Não foram identificados participantes com menos de 18 anos nos grupos analisados.
A distribuição por faixa etária será ilustrada no gráfico abaixo, no qual será identificado um número expressivo de idosos participando dos grupos.

GRÁFICO 8 - PARTICIPANTES DO SCFV POR FAIXA ETÁRIA

Fonte: SISC, 2026. Organizado pelo autor.

Quanto ao sexo, foram contabilizadas 25 participantes do sexo feminino e 4 do sexo masculino, demonstrando ampla predominância feminina nos grupos ofertados pelo equipamento.
Enfim, no conjunto da oferta municipal, as pessoas com 60 anos ou mais constituem o maior público atendido, com 50 participantes. Também se destaca a participação de crianças e adolescentes, que somam 30 usuários entre 0 e 17 anos. Em relação ao sexo, observa-se predominância feminina, com 76 mulheres e 22 homens.
A expressiva presença de pessoas idosas está relacionada ao perfil da oferta existente, especialmente porque os grupos do CRAS Ipanema e o grupo intergeracional do CRAS Canoas possuem maior participação do público com 60 anos ou mais. Além disso, o envelhecimento pode ser acompanhado pela redução das redes de convivência, afastamento de familiares, perda de vínculos, diminuição da participação comunitária e situações de isolamento social. Nesse contexto, o SCFV oferece oportunidades de socialização, participação, desenvolvimento da autonomia e fortalecimento do sentimento de pertencimento.
A predominância feminina também está associada à existência de atividades direcionadas às mulheres beneficiárias do PBF e do BPC, à maior longevidade feminina e à presença frequente das mulheres como responsáveis familiares e referências nos serviços socioassistenciais. Muitas também vivenciam sobrecarga de cuidados, dependência econômica, trabalho informal ou fragilidade nas redes de apoio, fatores que podem ampliar sua procura e vinculação às atividades coletivas.
Ressalta-se, contudo, que a inclusão no SCFV não ocorre somente em razão da idade ou do sexo. A inserção considera situações como isolamento, fragilização dos vínculos familiares e comunitários, baixa participação social, vulnerabilidade de renda, dificuldades de acesso a direitos, violência, negligência ou outras necessidades identificadas pelas equipes. Assim, o serviço atua preventivamente, buscando evitar o agravamento das vulnerabilidades e fortalecer as relações familiares, sociais e comunitárias dos participantes.

2.3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O serviço tem como objetivo prevenir situações que possam levar ao rompimento dos vínculos familiares e sociais dos usuários. Busca assegurar direitos, promover a inclusão social, ampliar oportunidades e incentivar a participação e autonomia de pessoas com deficiência e idosos. A partir das necessidades e potencialidades de cada indivíduo, a iniciativa atua na prevenção de riscos, exclusão e isolamento, fortalecendo a convivência e a integração social.

2.4 Indicadores de atendimento da Política de Assistência Social

As informações apresentadas neste Diagnóstico Socioterritorial dizem respeito aos serviços prestados pela rede socioassistencial do município. Além desses, o CRAS também oferece atendimentos relacionados a:

- Benefícios eventuais;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Cadastro Único.

2.4.1 Benefícios Eventuais

Os Benefícios Eventuais são destinados a situações temporárias de vulnerabilidade, causadas ou agravadas por eventos como nascimentos, falecimentos, dificuldades temporárias ou calamidades. A oferta desses benefícios deve assegurar os princípios de gratuidade, transparência, e a disponibilização clara das informações sobre os critérios e formas de acesso, garantindo a qualidade e a agilidade no atendimento. Além disso, devem ser criados espaços que permitam a manifestação e a defesa dos direitos dos cidadãos.
Serão ofertados a pessoas e famílias com renda igual ou menor que meio salário-mínimo por cada pessoa da família (renda per capita), que residem e estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no município de Pontal do Paraná com data de atualização que não ultrapasse um ano.
No município de Pontal do Paraná os benefícios eventuais são regulamentados pela Lei 1547/2015, sendo:
I - Auxílio Funeral constitui-se no custeio de despesa com urna social, funerária e/ou sepultamento e traslado visando minimizar as vulnerabilidades causadas por situação de morte ocorrida em família em situação de vulnerabilidade social
II - Auxílio Natalidade constitui-se no repasse de bens de consumo, temporário, não contributivo da Assistência Social, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.
III- Situação de Vulnerabilidades Temporárias é a concessão de gêneros alimentícios, acesso à documentação, foto, acesso a serviços sociais e passagens intermunicipais/municipais.
Entre janeiro de 2025 e agosto de 2026, foram concedidos benefícios eventuais. A Tabela 10 detalha os tipos de benefícios e as quantidades ofertadas.

TABELA 10 - BENEFÍCIOS SOCIAIS E QUANTIDADES OFERTADAS

BENEFÍCIOS SOCIAIS	QUANTIDADE
Cesta Básica	2.699
Auxílio Natalidade	12
Auxílio Funeral	107
Vale Transporte Municipal	116
Vale Transporte Intermunicipal	241

Fonte: IDS. Elaborado pelo autor, 2026.

A cesta básica destaca-se como o principal benefício procurado pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, refletindo a crescente demanda por apoio emergencial diante das dificuldades enfrentadas por grande parte da população.
Dentre os equipamentos da rede socioassistencial, o CRAS Ipanema foi o que mais atendeu às demandas por cestas básicas, ofertando um total de 1.723 unidades ao longo do ano. O CRAS Canoas forneceu 1.050 cestas e foi seguido pelo CREAS, com 126 entregas. Além disso, para atender situações emergenciais decorrentes de calamidades, foram entregues 12 cestas, destinadas a famílias em contextos de maior urgência.
O segundo benefício mais concedido foi o vale-transporte intermunicipal e municipal, fundamental para garantir o acesso das famílias a serviços essenciais localizados dentro e fora do município. Esse benefício atende a famílias que necessitam se deslocar até órgãos como, por exemplo, o INSS, a Defensoria Pública e a Receita Federal, viabilizando o acesso a direitos. Além disso, o vale-transporte também tem sido utilizado para o recâmbio de pessoas em situação de rua, considerando o número expressivo de indivíduos nessa condição que, muitas vezes, precisam retornar ao município de origem ou a locais onde possuam rede de apoio familiar ou institucional.
O auxílio-funeral apresentou crescimento expressivo no período analisado, passando de 58 concessões em 2024 para 107 em 2026, o que representa um aumento de aproximadamente 84%. Esse resultado pode estar relacionado à maior divulgação do benefício, à ampliação do acesso à informação e ao fortalecimento da orientação oferecida pelos serviços socioassistenciais às famílias que vivenciam essa situação de vulnerabilidade.
Em relação ao auxílio-natalidade, sua provisão ocorreu, em sua maioria, por meio do Kit Nascer Bem Paraná, iniciativa do Governo do Estado que oferece itens essenciais para os primeiros cuidados com o bebê. Foram entregues 24 kits estaduais e 12 kits próprios do município, totalizando 36 benefícios concedidos.

A maior parte dos benefícios eventuais é concedida diretamente pelos CRAS e CREAS, a partir do atendimento e da avaliação das necessidades de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social. O auxílio-funeral, por sua vez, é o único benefício cuja concessão permanece sob responsabilidade exclusiva do órgão gestor da política de assistência social. Essa organização permite a distribuição de responsabilidades entre os equipamentos da rede, assegurando maior acesso e continuidade da proteção social.

2.4.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, assegura um salário mínimo mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência de qualquer idade que atendam aos critérios de elegibilidade. Trata-se de benefício assistencial, sem exigência de contribuição previdenciária prévia. Entre os requisitos estão a renda familiar por pessoa de até um quarto do salário mínimo, a inscrição atualizada no Cadastro Único e, para a pessoa com deficiência, a avaliação pertinente pelo INSS.
Segundo o Relatório de Monitoramento e Avaliação (RMA) de 2026, Pontal do Paraná possui 1.362 beneficiários: 860 pessoas idosas (63,1%) e 502 pessoas com deficiência (36,9%). A distribuição por sexo apresenta perfis distintos nas duas modalidades, conforme o Gráfico 9.

GRÁFICO 9 - BENEFICIÁRIOS DO BPC POR MODALIDADE E SEXO

Fonte: RMA, 2026.

Entre as pessoas idosas beneficiárias, 485 são mulheres (56,4%) e 375 são homens (43,6%). Na modalidade destinada à pessoa com deficiência, 297 são homens (59,2%) e 205 são mulheres (40,8%). Essas diferenças descrevem a composição dos grupos atendidos e, isoladamente, não permitem concluir suas causas. O planejamento deve considerar as necessidades específicas de cada público e a articulação entre assistência social, saúde e demais políticas de garantia de direitos.

Distribuição territorial do BPC Pessoa Idosa

A extração do Sistema IDS Social identificou 847 registros de pessoas idosas beneficiárias, enquanto o RMA informou 860 benefícios nessa modalidade, diferença de 13 registros. Para conciliar as bases, as quantidades por território foram estimadas proporcionalmente, tomando como

referência o total do RMA. Os resultados indicam a distribuição provável dos benefícios e não constituem uma nova contagem individual por endereço. As localidades de menor quantitativo foram agrupadas em “Demais localidades”.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DE BENEFICIÁRIOS DO BPC PESSOA IDOSA POR TERRITÓRIO

Região/balneário	Estimativa de beneficiários	Participação estimada
Shangrilá	152	17,7%
Ipanema	94	10,9%
Praia de Leste	90	10,5%
Canoas	73	8,5%
Pontal do Sul	69	8,0%
Jardim Canadá	65	7,6%
Marissol	36	4,2%
Chácara São Pedro	36	4,2%
Primavera	36	4,2%
Grajaú	30	3,5%
Santa Terezinha	28	3,3%
Guarapari	22	2,6%
Demais localidades	129	15,0%
Total estimado	**860**	**100%**

Fonte: Sistema IDS Social e RMA, 2026.

Distribuição territorial do BPC Pessoa com Deficiência

Para essa modalidade, a listagem do IDS Social contém 479 registros, enquanto o RMA contabiliza 502 beneficiários, diferença de 23 pessoas. As estimativas territoriais preservam a distribuição observada na listagem e foram ajustadas ao total municipal informado pelo RMA. O registro sem localização compreensível foi classificado como “Não identificado”; as localidades de menor quantitativo foram reunidas em “Demais localidades”.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DE BENEFICIÁRIOS DO BPC PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR TERRITÓRIO

Região/balneário	Estimativa de beneficiários	Participação estimada
Shangrilá	95	18,9%
Ipanema	70	13,9%
Pontal do Sul	47	9,3%
Jardim Canadá	42	8,3%
Canoas	31	6,1%
Chácara São Pedro	29	5,7%
Grajaú	23	4,5%
Praia de Leste	22	4,3%
Marissol	17	3,3%
Primavera	16	3,1%
Beltrami	15	2,9%
Santa Terezinha	14	2,7%
Demais localidades	80	15,9%
Não identificado	1	0,2%
Total estimado	502	100%

Fonte: Sistema IDS Social e RMA, 2026.

Em conjunto, as tabelas do BPC Pessoa Idosa e do BPC Pessoa com Deficiência mostram que a presença de beneficiários se concentra em alguns territórios, especialmente Shangrilá e Ipanema, mas se estende por diferentes localidades do município. Por se tratar de um benefício voltado a pessoas em situação de baixa renda, essa distribuição contribui para identificar áreas que exigem maior atenção da rede socioassistencial. O planejamento deve combinar ações nas regiões de maior concentração com estratégias que garantam acesso aos beneficiários que vivem em localidades mais dispersas. Como os dados por território são estimativas, sua leitura deve ser complementada por informações sobre a população residente e as condições sociais de cada região.

3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial é um dos componentes fundamentais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), voltada para o atendimento de indivíduos e famílias que vivenciam situações de risco social e pessoal decorrentes de violações de direitos. Diferente da Proteção Social Básica, que atua na prevenção das vulnerabilidades, a Proteção Especial entra em ação quando há agravamento dessas situações, exigindo intervenções mais complexas e especializadas.

Essa proteção é destinada a pessoas em contextos como abandono, violência física, psicológica ou sexual, negligência, trabalho infantil, situação de rua, tráfico de pessoas, entre outros. O objetivo é restabelecer os direitos violados, promover a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, e garantir acolhimento e proteção quando necessário.

A Proteção Social Especial está organizada em dois níveis de complexidade:

l **Média complexidade:** atende casos em que, apesar de haver violação de direitos, ainda não é necessário o afastamento do convívio familiar. Os serviços são ofertados principalmente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e incluem acompanhamento familiar, apoio psicológico, orientação jurídica, entre outros.

l **Alta complexidade:** direcionada a situações em que há necessidade de afastamento do núcleo familiar ou comunitário para garantir a integridade e a segurança do indivíduo. Nessa modalidade, incluem-se os serviços de acolhimento institucional (como abrigos, casas-lares, repúblicas) e famílias acolhedoras.

No município, a Proteção Social Especial (PSE) conta com dois equipamentos:

l Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); e
l Casa de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Corais do Mar.

A atuação da PSE também é apoiada pelo Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial (P.R.A.I.A.), voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.

3.1 Média Complexidade

Atualmente, o CREAS oferta diversos serviços especializados para atender às necessidades de famílias e indivíduos em situação de risco social. Entre os principais serviços oferecidos estão o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Conforme os registros do IDS Social, o CREAS realizou aproximadamente 3.729 atendimentos e 616 visitas domiciliares entre janeiro de 2025 e agosto de 2026. Em 2024, foram registrados 1.113 atendimentos e 208 visitas domiciliares. Considerando a duração distinta dos períodos, a média mensal de atendimentos aumentou de aproximadamente 93 para 186 (101%), enquanto a de visitas domiciliares passou de 17 para 31 (78%).

A elevação da demanda não decorreu de ampliação da equipe técnica. Segundo a avaliação do serviço, está associada ao aumento das situações de violação de direitos identificadas e encaminhadas ao CREAS, que exigem atendimento especializado, acompanhamento continuado, visitas domiciliares e articulação com a rede de proteção. Esse cenário representa maior volume de trabalho para a equipe e deve ser considerado no planejamento da capacidade de atendimento do equipamento.

3.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O serviço é destinado a famílias com um ou mais membros em situação de violação de direitos, oferecendo apoio, orientação e acompanhamento. O foco está na promoção dos direitos, no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e no fortalecimento da função protetiva das famílias, ajudando-as a lidar com as condições que as expõem a riscos. Além disso, o serviço atua em articulação com outras políticas públicas e com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Em 2025, foram registrados 83 atendimentos no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Entre janeiro e agosto de 2026, esse número chegou a 131, superando em 57,8% o total registrado ao longo de todo o ano anterior. Em agosto de 2026, 45 famílias e indivíduos encontravam-se em acompanhamento pelo serviço.

Na distribuição territorial dos acompanhamentos, observa-se maior concentração de famílias e indivíduos residentes em Shangri-lá, seguida pelos balneários Ipanema e Canoas. O gráfico a seguir apresenta essa distribuição por território e contribui para identificar as áreas com maior presença de usuários acompanhados pelo PAEFI.

GRÁFICO 10 - FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ACOMPANHADOS PELO PAEFI (AGOSTO/2026)

Fonte: IDS Social, 2026. Organizado pelo autor.

O gráfico aponta Shangri-lá como o balneário com maior presença de famílias e indivíduos em acompanhamento pelo PAEFI. Essa concentração, observada também em outros dados apresentados neste diagnóstico, reforça a necessidade de atenção às situações de vulnerabilidade e violação de direitos identificadas no território.

A categoria “Outros” apresentada reúne os balneários que apresentaram apenas um registro de família ou indivíduo em acompanhamento cada, permitindo visualizar que a demanda pelo serviço também está distribuída por diferentes áreas do município.

3.1.2 Serviço de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade

A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma medida socioeducativa aplicada a adolescentes em conflito com a lei, com o objetivo de proporcionar atividades educativas e reparadoras, em vez de privação de liberdade. A PSC visa à reintegração social do adolescente, oferecendo-lhe a oportunidade de realizar tarefas em benefício da comunidade, como forma de compensar o dano causado. Essas atividades são supervisionadas, promovendo o desenvolvimento de habilidades e a reflexão sobre o impacto de seus atos, além de contribuir para a melhoria da comunidade.

O levantamento realizado a partir dos registros do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) permitiu identificar os tipos de medidas e encaminhamentos registrados entre janeiro e dezembro de 2025 e entre janeiro e agosto de 2026. A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) apresentou o maior quantitativo nos dois períodos, seguida, em 2026, pela Liberdade Assistida (LA). Os relatórios também apresentam registros relacionados à frequência escolar e à inclusão em serviços de tratamento e orientação, discriminados na tabela a seguir.

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS REGISTROS POR TIPO DE MEDIDA OU ENCAMINHAMENTO

Tipo de medida ou encaminhamento	Janeiro a dezembro de 2025	Janeiro a agosto de 2026
Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	25	27
Liberdade Assistida (LA)	1	7
Matrícula e frequência obrigatórias no ensino fundamental	3	0
Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico	3	1
Inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos	1	0
Total	**33**	**35**

Fonte: IDS, 2026. Organizado pelo autor.

Quanto à situação das MSE, os registros foram distribuídos entre cumpridas, em cumprimento, em descumprimento e baixadas, conforme apresentado a seguir.

TABELA 14 - LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DAS MSE (CONFORME PERÍODO)

Situação registrada	Janeiro a dezembro de 2025	Janeiro a agosto de 2026
Cumprida	12	5
Em cumprimento	7	10
Em descumprimento	7	8
Baixada	7	12
Total	**33**	**35**

Fonte: IDS, 2026. Organizado pelo autor.

Os adolescentes acompanhados apresentam, com frequência, situações de vulnerabilidade social que podem contribuir para o envolvimento em atos infracionais. Entre os aspectos observados destacam-se dificuldades no processo de escolarização e permanência na escola, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental; fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e comunitários; contextos de vulnerabilidade socioeconômica; acesso limitado a oportunidades de desenvolvimento social, cultural e profissional; além da influência de grupos vinculados à criminalidade organizada em determinados territórios.

Os dados indicam a continuidade da demanda por medidas socioeducativas em meio aberto no município, com predominância da PSC. As diferentes situações de cumprimento reforçam a necessidade de acompanhamento individualizado, considerando o contexto familiar e territorial dos adolescentes, e de articulação contínua entre o Sistema de Justiça e a rede socioassistencial.

3.1.3 Violências e violações de direitos

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) atende e acompanha pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de violências e violações de direitos. Essas situações incluem violência física, psicológica, sexual, doméstica e patrimonial, além de negligência, abandono, trabalho infantil, exploração sexual e discriminação. O atendimento especializado busca apoiar os usuários no enfrentamento dessas situações, fortalecer sua capacidade de proteção e promover o acesso a direitos, em articulação com a rede de serviços e os órgãos de defesa de direitos.

Em 2025, foram contabilizados 170 registros de violências e violações de direitos vinculados ao CREAS, com predominância da violência doméstica. Também foram registradas situações de violência sexual, negligência, violência psicológica, física e patrimonial, trabalho infantil, abandono e exploração sexual. O gráfico abaixo apresenta a distribuição desses registros por tipo de violação.

GRÁFICO 11 - VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS ATENDIDAS/ACOMPANHADAS EM 2025

Fonte: IDS, 2026. Organizado pelo autor.

A predominância da violência doméstica entre as demandas do CREAS pode ser compreendida a partir das relações de poder e dependência presentes no ambiente familiar. A proximidade com o autor da violência, o compartilhamento da moradia e os vínculos afetivos podem dificultar o afastamento e prolongar a exposição às agressões. Nas situações de violência contra as mulheres, as desigualdades de gênero também contribuem para práticas de controle e restrição da autonomia, muitas vezes naturalizadas como parte da relação conjugal. Esses fatores ajudam a interpretar a expressividade dessa demanda, sem constituírem causas comprovadas para todos os casos registrados pelo serviço.

3.1.4 Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial

O Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial (P.R.A.I.A.), instituído pela Lei Ordinária nº 2.198/2021, tem como objetivo oferecer suporte integral às pessoas em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis.

Localizado no Jardim Canadá, em Praia de Leste, o Centro P.R.A.I.A. desenvolve ações de abordagem e acolhimento, com oferta de alimentação e apoio ao acesso à documentação. Também promove cursos de capacitação e atividades laborais, buscando fortalecer a autonomia dos usuários, ampliar o acesso a direitos e favorecer a reinserção social e o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Em 2025, o PRAIA contabilizou 4.233 ofertas, incluindo alimentação, acesso à higiene pessoal, apoio à documentação, transporte e concessão de itens para atendimento às necessidades dos usuários. Ressalta-se que uma mesma pessoa pôde receber essas ofertas diversas vezes ao longo do ano, conforme suas demandas. Assim, o quantitativo apresentado corresponde ao total de ofertas realizadas, e não ao número de pessoas distintas atendidas. O quantitativo de ofertas será apresentado a seguir.

TABELA 15 - OFERTAS REALIZADAS PELO P.R.A.I.A. EM 2025

Tipo de oferta	Quantidade
Café da manhã	2.719
Banho	874
Marmita abordagem	236
Vale-Transporte Intermunicipal	272
Cobertores	57
Vale-transporte municipal	38
2ª via de documentos	32
Demais ofertas	5
Total	**4.233**

Fonte: IDS, 2026. Organizado pelo autor.

Já entre os meses de janeiro e agosto de 2026, o PRAIA contabilizou 290 ofertas, com destaque para a concessão de vale-transporte intermunicipal. A tabela apresenta os dados referentes ao período.

TABELA 16 - OFERTAS REALIZADAS PELO P.R.A.I.A. EM 2026

Tipo de oferta	Quantidade
Café da manhã	3
Banho	60
Marmita abordagem	6
Vale-Transporte Intermunicipal	151
Cobertores	13
Vale-transporte municipal	4
2ª via de documentos	51
Demais ofertas	2
Total	**290**

Fonte: IDS, 2026. Organizado pelo autor.

Os dados apontam uma concentração das ofertas no atendimento de necessidades imediatas, como alimentação, higiene e transporte. Os quantitativos expressivos estão relacionados aos atendimentos realizados durante a temporada de verão, período em que o município recebe uma população transitória e registra aumento de pessoas em situação de rua, ampliando a demanda pelo P.R.A.I.A. Esse contexto exige que o planejamento considere as variações sazonais, tanto na organização da equipe quanto na disponibilidade de recursos para atender às necessidades identificadas. A recorrência das ofertas para uma mesma pessoa também evidencia a importância da continuidade do acompanhamento, para além do atendimento pontual. Nesse sentido, a articulação com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas é fundamental para favorecer o acesso a direitos e construir respostas às diferentes situações de vulnerabilidade, considerando as particularidades de quem reside no município e de quem permanece nele temporariamente.

3.1.5 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias tem como objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas e PCD, seus cuidadores e suas famílias. Desenvolve ações para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária, bem como o acesso aos serviços socioassistenciais das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos.

3.2 Alta Complexidade

3.2.1 Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes

O Abrigo Institucional Corais do Mar atua em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), oferecendo proteção integral, cuidados básicos, acompanhamento psicossocial e apoio pedagógico, com foco na garantia de direitos, na preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na reintegração familiar. Nos casos em que a reintegração não se mostra possível, o serviço atua em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos para viabilizar o encaminhamento à família substituta, conforme previsto na legislação vigente.

A equipe técnica e operacional do serviço é composta por uma (01) assistente social, uma (01) psicóloga, uma (01) coordenadora e oito (08) cuidadoras sociais, garantindo o acompanhamento contínuo das crianças e adolescentes acolhidos e o desenvolvimento das ações necessárias ao atendimento de suas demandas individuais e familiares.

Em maio de 2026, o serviço registrava 14 crianças e adolescentes acolhidos, correspondendo a 70% de sua capacidade instalada. Do total de acolhidos, oito (08) eram adolescentes e seis (06) crianças, evidenciando uma maior incidência de acolhimentos na faixa etária da adolescência. Quanto ao sexo, observou-se predominância do público feminino, representado por nove (09) acolhidas, enquanto cinco (05) eram do sexo masculino.

No que se refere à caracterização étnico-racial, seis (06) acolhidos foram identificados como brancos, quatro (04) como negros, três (03) como pardos e um (01) não possuía informação registrada no momento do levantamento. A distribuição territorial dos acolhidos demonstra concentração dos casos nos balneários Praia de Leste, Primavera e Shangri-lá, cada um com quatro (04) acolhidos, enquanto Ipanema e Pontal do Sul registraram um (01) acolhido cada.

Em relação aos fatores que motivaram a aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional, destacam-se os conflitos familiares e a negligência como as principais violações de direitos identificadas. Tais situações demonstram a ocorrência de fragilidades nas funções protetivas familiares e revelam a necessidade de intervenções precoces e continuadas por parte da rede de proteção social.

A análise dos dados evidencia que a demanda pelo acolhimento institucional no município está diretamente relacionada a contextos de vulnerabilidade social e relacional, nos quais os conflitos intrafamiliares e a negligência comprometem a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A predominância de adolescentes entre os acolhidos também aponta para a necessidade de estratégias específicas voltadas a esse público, considerando os desafios próprios dessa etapa do desenvolvimento e os impactos decorrentes do afastamento do convívio familiar.

Observa-se ainda a concentração dos acolhimentos em determinados territórios do município, o que pode indicar a necessidade de aprofundamento das ações de vigilância socioassistencial e do fortalecimento da atuação preventiva da rede de proteção nesses locais. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar as ações intersetoriais de acompanhamento familiar, fortalecimento de vínculos, orientação parental, prevenção das violências e promoção da convivência familiar e comunitária, visando reduzir a incidência de situações que resultem na aplicação da medida excepcional de acolhimento institucional.

Considerando que o acolhimento institucional deve ocorrer de forma provisória e excepcional, os dados reforçam a importância da articulação permanente entre a assistência social, saúde, educação, Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, assegurando intervenções qualificadas que promovam a proteção integral, a superação das situações de violação de direitos e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

4. GESTÃO DO SUAS

A função da gestão da assistência social no município de Pontal do Paraná consiste em organizar, coordenar e executar a política pública de assistência social de forma integrada, planejada e participativa. Cabe à gestão assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados com qualidade, equidade e de acordo com as necessidades dos territórios. Isso envolve o planejamento das ações, a articulação da rede socioassistencial, a alocação de recursos, a capacitação das equipes e o acompanhamento dos resultados, sempre em conformidade com os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A gestão também deve promover a participação social, garantir o controle social por meio do Conselho Municipal de Assistência Social e assegurar a articulação com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação e segurança. Trata-se, portanto, de uma função estratégica e contínua, fundamental para garantir os direitos socioassistenciais e a proteção social à população em situação de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diagnóstico Socioterritorial apresenta um panorama da realidade social de Pontal do Paraná, reunindo dados históricos e informações atualizadas em 2026, conforme os períodos de referência indicados em cada seção. As informações foram extraídas da documentação dos equipamentos da rede socioassistencial e de fontes secundárias, como IBGE, CAGED, SUAS Web, CECAD e RMA.

A sistematização desses dados permite identificar os principais desafios e necessidades do município, além de orientar o planejamento de ações e políticas públicas mais eficazes e alinhadas às especificidades do território. Trata-se de um instrumento fundamental para fortalecer a gestão, garantir a oferta qualificada dos serviços e assegurar os direitos da população em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único para Programas Sociais – CECAD**. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php. Acesso em: fevereiro 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SICON).** Disponível em: https://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/carregarTelaLogin.jsf. Acesso em: março 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS)**, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **SUASWeb – Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília**: MDS, 2025. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb. Acesso em: abril 2025.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 e 2022.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: fevereiro 2025.

IBGE. **Indicadores sociais, demográficos e econômicos de Pontal do Paraná**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: fevereiro 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.**
Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: março 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Índice de Vulnerabilidade Social.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: fevereiro 2025.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995.** Dispõe sobre a criação do município de Pontal do Paraná. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-11252-1995-parana-cria-o-municipio-de-pontal-do-parana-desmembrado-do-municipio-de-paranagua. Acesso em: fevereiro 2025.
PONTAL DO PARANÁ. **Lei Ordinária nº 2.198, de 29 de setembro de 2021.** Institui no Município de Pontal do Paraná o Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial –
P.R.A.I.A. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontal-do-parana/lei-ordinaria/2021/220/2198/lei-ordinaria-n-2198-2021-institui-no-municipio-de-pontal-do-parana-o-programa-de-abordagem-e-inclusao-assistencial-praia. Acesso em: abril 2025.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2026-2029

Pontal do Paraná, Dezembro 2025

Plano Municipal de Assistência Social (2026-2029)
Rudisney Gimenes Filho
Prefeito
Patrícia Millo Marcomini
Vice-prefeita
Kathia Salomão de Souza
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social
Cristiane Luiz
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Responsável técnica pela elaboração do documento:
Lisiane Camila Pereira
Assistente Social da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social
Contato:
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social
Endereço: Rodovia PR-407, Km 19 215 - Praia de Leste, PR
CEP 83255-000
assistenciasocial@pontaldoparana.pr.gov.br
(41) 3455-9608

1. DIRETRIZES E PRIORIDADES

O Plano Municipal de Assistência Social é o principal instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e orienta a execução da Política de Assistência Social, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
No âmbito municipal, a gestão do SUAS está alicerçada em diretrizes essenciais:
I – A primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
II – A descentralização político-administrativa, garantindo comando único das ações em cada esfera de governo;
III – O financiamento compartilhado entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
IV – A centralidade da família como referência para a proteção social (matricialidade sociofamiliar);
V – A organização das ações com base nos territórios (territorialização);
VI – O fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
VII – O exercício do controle social e da participação popular.

Em Pontal do Paraná, além dessas diretrizes, a elaboração e o planejamento deste plano consideraram as prioridades e metas pactuadas coletivamente, tomando como referência os instrumentos orçamentários, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), o diagnóstico socioterritorial elaborado e as deliberações discutidas na XIII Conferência Municipal de Assistência Social.
Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais deliberações para o município, conforme registradas no Relatório Final da Conferência.

Deliberações da XIII Conferência Municipal de Assistência Social			
Deliberações		**Eixo ao qual está relacionado**	
1	Direitos dos surdos, ter em cada equipamento UM intérprete de libras e garantir um atendimento mais humanizado.	1	Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades
2	Criação de fluxos e protocolos de atendimento.		
3	Ampliar as vagas de técnicos de nível superior no SUAS no quadro geral do município através de concurso público aprovando a ampliação na câmara dos vereadores.	2	Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional
4	Assegurar a equipe técnica mínima nos equipamentos do SUAS, bem como a sua ampliação para garantir a qualidade dos serviços ofertados e sua manutenção durante férias e afastamentos.		
5	Implantação de setor de Vigilância Socioassistencial, com constante aprimoramento dos sistemas de informação;		
6	Realizar melhorias na estrutura física dos equipamentos.	3	Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS
7	Ampliar a divulgação dos serviços disponibilizados nos equipamentos.		
8	Garantir sede própria para os conselhos de direitos e políticas públicas, com estrutura administrativa e recursos humanos.	4	Gestão Democrática, informação e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS
9	Criar fórum dos usuários e trabalhadores do SUAS.		
10	Garantir orçamento fixo a nível de município para a assistência social, expansão dos serviços já existentes acompanhando o aumento da demanda do município.	5	Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS

2. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS ESTABELECIDAS

GESTÃO DO SUAS							
Objetivo	**Metas**	**Ações Estratégicas**	**Indicador De Meta**	**Período**			
				2026	**2027**	**2028**	**2029**
Implementar e consolidar a Vigilância Socioassistencial	- Produzir e sistematizar informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco social;	- Estruturar equipe responsável pela Vigilância Socioassistencial no município;	- Número de relatórios e diagnósticos produzidos anualmente pela Vigilância; - Frequência da atualização de dados do	X			

	- Mapear a rede socioassistencial; - Planejar e monitorar os serviços socioassistenciais.	- Elaborar relatórios periódicos de diagnóstico e monitoramento das vulnerabilidades sociais do território; - Realizar mapeamento e atualização contínua dos indicadores sociais e da rede socioassistencial. - Adquirir programas para processamento de dados estatísticos.	CadÚnico e Censo SUAS; - Criação e funcionamento regular da equipe de Vigilância Socioassistencial; - Criação e manutenção de banco de dados atualizado sobre vulnerabilidades e oferta de serviços; - Capacitar técnicos para utilização dos sistemas de informação do SUAS.				
Assegurar o aperfeiçoamento contínuo da gestão municipal do SUAS	Implementar um processo contínuo de monitoramento, capacitação e avaliação, que assegure a atualização dos instrumentos de gestão, a formação de trabalhadores e a integração entre serviços, programas e benefícios.	- Atualizar periodicamente os instrumentos de gestão do SUAS; - Realizar periodicamente capacitações para gestores, trabalhadores e conselheiros; - Implantar rotina sistemática de monitoramento e avaliação das metas do PMAS; - Fortalecer a integração da assistência social com as demais políticas públicas; - Garantir reuniões periódicas de avaliação com a equipe técnica e o CMAS.	- Percentual de atualização dos instrumentos de gestão dentro dos prazos legais; - Número de capacitações realizadas por ano e percentual de profissionais participantes; - Quantidade de relatórios de monitoramento e avaliação elaborados e apresentados ao CMAS; - Existência de parcerias intersetoriais formalizadas.	X	X	X	X
Utilizar os recursos financeiros de forma eficiente para o desenvolvimento e ampliação dos serviços, programas e benefícios da assistência social no município, garantindo a efetividade da política	- Executar os recursos financeiros conforme as prioridades definidas no PMAS; - Ampliar a captação de recursos financeiros para a Assistência Social.	- Planejar a gestão dos recursos financeiros do SUAS; - Planejar e executar ações em conjunto com os Conselhos de Direitos para a captação de recursos federais e estaduais destinados aos fundos municipais da Assistência Social; - Garantir o funcionamento regular dos conselhos e fundos municipais.	- Percentual de execução das atividades em consonância com os recursos financeiros disponíveis; - Regularidade de funcionamento dos Conselhos de Direitos; - Regularidade de funcionamento dos fundos municipais da Assistência Social, com prestação de contas dentro dos prazos legais; - Número de ações planejadas e executadas em conjunto com os Conselhos de Direitos para captação e gestão de recursos;	X	X	X	X
Fortalecer a participação da sociedade civil e o funcionamento regular do CMAS na gestão do SUAS	- Garantir a realização regular das reuniões ordinárias do CMAS conforme o calendário anual; - Fomentar a participação dos conselheiros nas reuniões e atividades previstas; - Divulgar amplamente as ações do SUAS e a atuação do CMAS; - Garantir a representatividade e renovação periódica dos conselheiros de acordo com os critérios legais.	- Elaborar e divulgar o calendário anual de reuniões do CMAS; - Capacitar conselheiros para atuação em controle social e monitoramento do SUAS; - Promover campanhas de mobilização social para participação em conferências e reuniões; - Garantir processos eleitorais regulares e democráticos para composição e renovação do CMAS.	- Percentual de reuniões do CMAS realizadas com quórum; - Percentual de participação dos conselheiros nas reuniões e capacitações; - Realização da Conferência Municipal dentro do período legal; - Percentual de divulgação das ações e decisões do CMAS junto aos serviços e à população; - Percentual de renovação de conselheiros dentro do prazo previsto.	X	X	X	X
Fortalecer as redes intersetoriais do município	Garantir o funcionamento articulado das redes municipais, com participação efetiva da assistência social e das demais políticas setoriais.	- Planejar e mobilizar ações integradas com outras políticas setoriais, garantindo atuação coordenada; - Garantir espaços permanentes de articulação para definição de objetivos comuns e estratégias conjuntas; - Disponibilizar informações de monitoramento e indicadores para subsidiar a atuação das redes intersetoriais; - Acompanhar e avaliar periodicamente o funcionamento das redes intersetoriais, garantindo a efetividade das ações conjuntas.	- Número de ações integradas realizadas; - Número de reuniões e espaços de articulação permanentes; - Percentual de informações de monitoramento e indicadores compartilhados com as redes intersetoriais; - Percentual de redes intersetoriais acompanhadas e avaliadas regularmente.	X	X	X	X
Garantir transparência e comunicação efetiva das ações, recursos e resultados da assistência social à população	- Divulgar as informações sobre recursos, serviços e programas da assistência social em canais de fácil acesso à população; - Produzir e disponibilizar relatórios quadrimestrais de gestão e prestação de contas ao CMAS e à sociedade; - Implementar e manter canais de comunicação direta com a população, como site, redes sociais, murais informativos e boletins; - Garantir que as ações estratégicas e indicadores do PMAS sejam comunicados periodicamente.	- Criar e atualizar canais digitais e físicos de comunicação sobre a assistência social; - Elaborar relatórios periódicos de execução financeira, metas e resultados do PMAS; - Promover campanhas de divulgação das ações e serviços da rede socioassistencial; - Estabelecer rotinas de prestação de contas ao CMAS e participação da sociedade;	- Percentual de informações divulgadas sobre recursos, serviços e programas; - Número de relatórios de gestão e prestação de contas produzidos e divulgados; - Número de canais de comunicação ativos e acessíveis à população; - Frequência de divulgação periódica de metas e resultados do PMAS.	X	X	X	X
Fortalecer a assistência social no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade racial	- Implementar ações integradas de promoção da igualdade racial no âmbito da assistência social, incluindo banco de dados, plano municipal, capacitações e campanhas educativas.	- Criar um banco de dados municipal sobre a população negra atendida pelos serviços da Assistência Social. - Elaborar e implementar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.	- Banco de dados municipal sobre a população negra criado e em funcionamento. - Número de capacitações realizadas sobre igualdade racial. - Número de campanhas de conscientização desenvolvidas.	X	X	X	X

		- promover capacitações anuais para profissionais do SUAS sobre temas relacionados à igualdade racial, combate ao racismo e valorização da diversidade étnico-racial. - Desenvolver campanhas de conscientização sobre pertencimento e valorização da identidade da população negra. - Fortalecer a articulação intersetorial com órgãos e movimentos sociais ligados à promoção da igualdade racial.	- Percentual de profissionais capacitados sobre o tema.				
Fortalecer as ações voltadas à juventude	- Ampliar o número de adolescentes e jovens inseridos no Programa Aprendiz Pontal, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social acompanhados pelo SUAS. - Viabilizar vagas específicas no Programa Aprendiz Pontal para adolescentes indígenas. - Criar programa de planejamento de carreira para adolescentes. - Implantar o Centro da Juventude de Pontal do Paraná e fortalecer espaços de participação e controle social juvenil em articulação com outras secretarias municipais.	- Firmar parcerias com empresas e instituições públicas e privadas para ampliar vagas no Programa Aprendiz Pontal. - Articular com lideranças indígenas e empresas locais a destinação de vagas no Programa Aprendiz Pontal. - Desenvolver oficinas de orientação vocacional, cidadania e mundo do trabalho em parceria com escolas e o SINE. - Garantir estrutura física, equipe técnica e parcerias intersetoriais para o funcionamento do Centro da Juventude.	- Número de adolescentes e jovens inseridos no Programa Aprendiz Pontal. - Número de adolescentes indígenas inseridos no Programa Aprendiz Pontal. - Programa Municipal de Planejamento de Carreira criado e em execução. - Centro da Juventude implantado.		X	X	X

GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA				
Objetivo	**Metas**	**Ações Estratégicas**	**Indicador De Meta**	**Período**

				2026	2027	2028	2029
Ampliar a cobertura do Cadastro Único no município	- Ampliar em 12% o número de famílias cadastradas em até 2029. - Elevar o percentual de cadastros atualizados para 85% até dezembro de 2029.	- Realizar buscas ativas em territórios de baixa cobertura. - Promover mutirões de cadastramento. - Manter o atendimento itinerante nas comunidades distantes.	- Percentual de aumento de famílias cadastradas e cadastros atualizados. - Número de mutirões realizados.	X	X	X	X
Fortalecer a gestão e operacionalização do cadastro único	- Capacitar os entrevistadores sociais do cadastro único. - Garantir estrutura física e tecnológica adequada em todos os pontos de atendimento.	- Promover capacitações periódicas sobre as normativas do MDS, sistemas de gestão e fluxos de atendimento. - Assegurar equipamentos e conectividade adequados. - Implantar rotinas de supervisão e monitoramento da qualidade dos atendimentos. - Realizar reuniões periódicas de gestão com a equipe do CadÚnico e CRAS para análise de indicadores e fluxos.	- Percentual de servidores capacitados. - Número de capacitações realizadas. - Percentual de unidades com estrutura adequada. - Número de reuniões de monitoramento realizadas.	X	X	X	X
Promover a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e vulnerabilidade social	- Assegurar o acesso à renda às famílias em maiores condições de desproteção e vulnerabilidade.	- Acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades e em fase de suspensão no SICON. - Fortalecer articulação intersetorial com implementação de ações de divulgação de programas sociais. - Promover ações comunitárias voltadas especificamente aos catadores de materiais recicláveis, visando à atualização e inscrição no Cadastro Único, bem como ao acesso aos benefícios e programas socioassistenciais. - Realizar ações individuais e coletivas em articulação com PAIF e PAEFI.	- Número de famílias em descumprimento de condicionalidades acompanhadas pela equipe de referência no SICON. - Ações de divulgação realizadas, como campanhas, palestras ou distribuição de materiais informativos à população. - Catadores de materiais recicláveis cadastrados ou com dados atualizados no Cadastro Único. - Quantidade de atendimentos individuais e coletivos realizados em conjunto com os serviços do PAIF e PAEFI.	X	X	X	X

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo	Metas	Ações Estratégicas	Indicador De Meta	Período			
				2026	2027	2028	2029
Assegurar e aprimorar a execução dos serviços de Proteção Social Básica, garantindo continuidade, qualificação e padronização das ofertas	- Realizar capacitações periódicas de aprimoramento dos serviços de PSB. - Garantir os recursos necessários, como estrutura física, transporte e recursos humanos. - Garantir a execução anual e contínua dos serviços PAIF e SCFV. - Ampliar a oferta de oficinas, atendimentos e ações coletivas.	- Realizar capacitações para qualificação das equipes dos CRAS e SCFV. - Assegurar infraestrutura, transporte e equipe técnica adequados aos serviços da PSB. - Planejar e monitorar a execução anual e contínua dos serviços PAIF e SCFV. - Expandir oficinas e ações coletivas conforme demandas territoriais identificadas. -	- Número de capacitações realizadas por ano. - Percentual de unidades com estrutura adequada - Número de profissionais conforme tipificação. - Percentual de execução anual dos serviços PAIF e SCFV. - Quantidade de oficinas realizadas.	X	X	X	X
Fortalecer a execução de serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica voltados aos públicos prioritários	- Ampliar o acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de maior vulnerabilidade e risco social. - Desenvolver ações específicas voltadas a idosos, pessoas com deficiência e famílias monoparentais. - Fomentar a execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. - Fortalecer o atendimento a catadores de materiais recicláveis, pescadores artesanais e povos tradicionais. - Promover a articulação intersetorial para garantir o acesso dos públicos prioritários às políticas públicas. - Acompanhar usuários do BPC, de benefícios eventuais e beneficiários do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades.	- Intensificar o acompanhamento familiar e domiciliar por meio dos CRAS, priorizando públicos vulneráveis. - Promover oficinas, grupos e campanhas temáticas voltadas a esses segmentos. - Estruturar e implementar o PSB a domicílio, garantindo equipe técnica, transporte e acompanhamento domiciliar contínuo. - Realizar ações comunitárias e articulação com a rede para garantir acesso a benefícios e programas. - Realizar reuniões periódicas entre Assistência Social, Saúde e Educação.	- Número de famílias acompanhadas e atendidas. - Quantidade de ações realizadas e participantes atendidos. - Alimentação periódica do SICON com registro de acompanhamento familiar efetivado.	X	X	X	X
Garantir serviços de Proteção Social Básica para povos indígenas e comunidades tradicionais	Efetivar ações socioassistenciais para garantir o acesso de povos indígenas e comunidades tradicionais aos serviços da Proteção Social Básica, assegurando o atendimento de suas necessidades sociais, culturais e territoriais de forma contínua e articulada.	- Articular atendimento especializado e itinerante do CRAS, considerando especificidades culturais, linguísticas e territoriais. - Desenvolver oficinas e grupos, respeitando tradições culturais e saberes locais. - Promover a participação social de representantes indígenas e de comunidades tradicionais nos espaços de controle social. - Ofertar as equipes orientações e capacitações quanto ao atendimento culturalmente diferenciado, respeitando tradições e costumes.	- Cobertura territorial do atendimento itinerante. - Percentual de participação efetiva dos usuários nas oficinas e grupos. - Quantidade de conselhos e fóruns com representação desses grupos. - Percentual de profissionais capacitados em atendimento culturalmente diferenciado.	X	X	X	X
Promover a inclusão social por meio do acesso ao trabalho e à geração de renda	- Desenvolver e apoiar iniciativas de inclusão produtiva, formação profissional e promoção de renda destinadas a famílias em vulnerabilidade social. - Incentivar a constituição e o fortalecimento de cooperativas e associações comunitárias. - Promover cursos profissionalizantes.	- Articular com instituições públicas e privadas a oferta de cursos, oficinas e programas de qualificação voltados à inclusão produtiva e ao fortalecimento da autonomia das famílias atendidas. - Apoiar tecnicamente grupos comunitários na formalização e gestão de cooperativas e associações, estimulando práticas de economia solidária e geração coletiva de renda. - Ofertar cursos de capacitação técnica e profissional, priorizando pessoas em situação de vulnerabilidade social, em parceria com instituições de ensino e o setor produtivo.	- Número de famílias participantes de ações de inclusão produtiva. - Quantidade de cooperativas e associações apoiadas ou criadas. - Número de cursos profissionalizantes realizados.	X	X	X	X
Promover o envelhecimento ativo, saudável e digno da pessoa idosa, prevenindo situações de vulnerabilidade	- Ampliar a participação da pessoa idosa em atividades socioeducativas, culturais e de convivência ofertadas pela assistência social. - Garantir o acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade social, risco e violação de direitos. - Promover ações intersetoriais voltadas à saúde, autonomia e valorização da pessoa idosa. - Ofertar cursos para o público citado. - Criar e institucionalizar a Semana Municipal da Pessoa Idosa.	- Realizar atendimentos e visitas domiciliares para identificação, acompanhamento e encaminhamento de idosos. - Planejar e ofertar cursos e oficinas que estimulem a autonomia, o aprendizado e a socialização da pessoa idosa. - Estabelecer parcerias intersetoriais com órgãos que atendem os idosos no município.	- Percentual de idosos atendidos e acompanhados. - Número de idosos participantes dos cursos e demais atividades. - Parcerias efetivadas.	X	X	X	X
Reestruturar e qualificar o	- Reformar e adequar o	- Executar obras de	- Reformas e melhorias				

Centro de Convivência do Idoso (CCI)	espaço físico do CCI. - Garantir equipe conforme orientações técnicas e padrões do SUAS.	melhoria (estrutura, pintura, mobiliário, acessibilidade). - Contratar equipe técnica para atendimento e acompanhamento dos idosos.	executadas. - Número de técnicos contratados.	X	X	X	X
Garantir e qualificar a execução dos benefícios socioassistenciais.	- Alterar a Lei Municipal que regulamenta os benefícios eventuais. - Ofertar os benefícios eventuais de forma integrada aos serviços socioassistenciais, fortalecendo o acompanhamento das famílias. - Divulgar de maneira acessível e transparente os programas, critérios e formas de acesso aos benefícios.	- Atualização da legislação do benefício eventual. - Elaborar e distribuir materiais informativos em linguagem simples e acessível. - Desenvolver e implantar sistema de cartão alimentação.	- Legislação revisada, atualizada e oficialmente publicada. - Materiais informativos elaborados e distribuídos à população, em linguagem simples e acessível. - Sistema de cartão alimentação desenvolvido e implantado para concessão do benefício eventual.	X	X	X	X

	- Aprimorar a oferta do auxílio-alimentação por meio da implementação de cartões para compra de gêneros alimentícios.						
Ampliar a Cobertura de Atendimento da Proteção Social Básica	- Viabilizar a implementação do novo CRAS em Pontal do Sul.	- Realizar diagnóstico territorial e adequar estrutura, equipe e cofinanciamento para implantação da nova unidade.	- Possibilidade de implantação do novo CRAS até 2029.	X	X	X	X

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Objetivo	Metas	Ações Estratégicas	Indicador De Meta	Período			
				2026	2027	2028	2029
Assegurar e aprimorar o desenvolvimento dos serviços do CREAS, garantindo continuidade, qualificação e padronização das ofertas de PSE.	- Garantir recursos físicos, financeiros, materiais e humanos adequados para todos os serviços do CREAS. - Ofertar capacitação contínua aos profissionais. - Garantir equipe mínima conforme NOB-RH/SUAS. - Ampliar as instalações do CREAS ou implementar nova unidade, conforme a demanda territorial.	- Realizar diagnóstico anual das necessidades estruturais e de recursos e elaborar plano de aplicação orçamentária. - Executar cronograma anual de capacitações. - Monitorar o quadro técnico e propor adequações. - Realizar estudo de demanda e elaborar projeto de expansão para o equipamento.	- Percentual de recursos destinados ao CREAS. - Número de capacitações realizadas. - Capacidade de atendimento conforme demanda local.	X	X	X	X
Fortalecer o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	- Garantir acompanhamento contínuo e individualizado das famílias e indivíduos atendidos. - Padronizar procedimentos e fluxos de atendimento. - Fortalecer o trabalho intersetorial com o Sistema de Garantia de Direitos.	- Planejar atendimentos e visitas domiciliares conforme plano de acompanhamento. - Revisar instrumentos técnicos e formalizar protocolos de atendimento. - Participar de comissões, reuniões e fluxos integrados com Judiciário, MP, Conselho Tutelar e rede local.	- Percentual de famílias/indivíduos com acompanhamento ativo. - Quantidade de ações/reuniões intersetoriais realizadas.	X	X	X	X
Qualificar a execução das medidas socioeducativas e o acompanhamento (MSE) de adolescentes em meio aberto.	- Implementar programa municipal para execução da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA). - Realizar trabalho social com as famílias e adolescentes em cumprimento da MSE em meio aberto, articulado com o PAEFI. - Priorizar e incentivar a inserção dos adolescentes nos grupos do SCFV.	- Elaborar proposta técnica e garantir estrutura e equipe para execução da LA. - Realizar acompanhamento social ao adolescente durante o cumprimento da medida, bem como sua inserção em outros serviços, programas e projetos. - Realizar encaminhamentos ao SCFV. - Ofertar oficinas aos adolescentes em cumprimento de MSE.	- Programa implantado. - Quantidade de adolescentes atendidos. - Número de adolescentes encaminhados ao SCFV. - Total de oficinas realizadas.	X	X	X	X
Implantar e fortalecer o SIMASE como ferramenta de gestão da informação.	- Instituir, organizar e manter o SIMASE em funcionamento, garantindo sua estruturação e atualização contínua das informações municipais.	- Desenvolver e implementar procedimentos, fluxos e normativas do SIMASE, assegurando a integração dos dados e a padronização do registro das informações municipais.	- SIMASE instituído formalmente. - Frequência de atualização das informações registradas.		X		
Ampliar e qualificar a atenção à população em situação de rua.	- Constituir e manter equipe de referência completa e multidisciplinar na Unidade P.R.A.I.A, composta por 1 coordenador(a), 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 educador social, 1 cadastrador e 1 recepcionista, assegurando o pleno funcionamento da unidade e a qualidade dos atendimentos. - Fortalecer/contratar a equipe de abordagem social. - Garantir estrutura física, material e mobiliário necessários ao pleno funcionamento do Centro PRAIA.	- Realizar admissão ou realocação de profissionais para compor equipe. - Fornecer e manter equipamentos, mobiliário e materiais necessários. - Realizar cursos de qualificação profissional.	- Número de técnicos. - Quantidades de equipamentos destinados para o equipamento. - Quantidade de qualificações ofertadas.	X	X	X	X
Promover cuidado e inclusão social do idoso, com apoio às famílias	- Construir e estruturar o Centro Dia, oferecendo atendimento diário qualificado aos idosos e suporte às famílias, com equipe técnica capacitada e ambiente acessível.	- Construir e estruturar o Centro Dia. - Constituir equipe técnica especializada. - Ofertar acompanhamento e orientações às famílias.	- Centro Dia construído e equipado. - Percentual da equipe técnica composta e capacitada.				X
Garantir proteção, apoio e acompanhamento integral às mulheres vítimas de violência, promovendo segurança, autonomia e fortalecimento familiar.	- Criar e operacionalizar um Centro de Atendimento Especializado para acolhimento e suporte integral. - Constituir equipe técnica qualificada para atendimento das vítimas. - Desenvolver ações de apoio e orientação às famílias das vítimas.	- Criar espaço de referência para mulheres vítimas de violência. - Estruturar local e garantir equipe necessária para desenvolver atividade de proteção às mulheres. - Adquirir equipamentos e materiais permanentes.	- Espaço criado e em funcionamento.			X	X
Garantir proteção e promoção de direitos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.	- Elaborar Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. - Realizar ações de enfrentamento ao trabalho infantil.	- Desenvolver o plano com diagnóstico local, definição de objetivos, metas e estratégias de enfrentamento. - Promover campanhas educativas, oficinas, palestras e ações de fiscalização para prevenir e combater o trabalho infantil.	- Plano Municipal elaborado, aprovado e publicado. - Número de ações de prevenção e enfrentamento realizadas.	X	X	X	X
Garantir proteção integral e adequada às crianças e adolescentes em situação de risco social ou violência	- Assegurar condições estruturais e materiais necessárias para a oferta qualificada do serviço de acolhimento institucional. - Garantir acompanhamento social, psicológico e educativo para os acolhidos. - Fortalecer o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes acolhidos. - Promover acesso a esporte, lazer e cultura.	- Manter equipe técnica capacitada e atualizada. - Elaborar e atualizar planos individuais de atendimento para cada criança/adolescente. - Desenvolver atividades educativas, culturais e de lazer no abrigo. - Incluir os acolhidos em atividade fornecida pelas Políticas de esporte e cultura.	- Número de capacitações realizadas com equipe técnica. - Percentual de PIA atualizados. - Quantidade de atividades socioeducativas, culturais e recreativas executadas.	X	X	X	X
Fortalecer o Programa de Apadrinhamento Municipal	- Ampliar o número de padrinhos/madrinhas. - Garantir a participação das crianças/adolescentes acolhidas em atividades do programa.	- Promover campanhas de sensibilização sobre apadrinhamento. - Capacitar padrinhos/madrinhas sobre direitos da criança e adolescente e sobre o papel de apoio emocional e social. - Acompanhar regularmente a relação entre criança/adolescente e padrinho/madrinha.	- Número de padrinhos/madrinhas ativos. - Quantidade de crianças e adolescentes participantes.	X	X	X	X
Criar e operacionalizar serviço de acolhimento temporário para mulheres em situação de violência	- Implantar o acolhimento para as vítimas . - Garantir atendimento integral para as mulheres acolhidas. - Garantir equipe técnica.	- Elaborar estudo de viabilidade técnica e financeira para implantação da casa de passagem no município. - Assegurar atendimento psicossocial, jurídico e de saúde por meio de articulação direta com a rede intersetorial. - Compor equipe multiprofissional qualificada, conforme parâmetros da PSE, para atuação direta no serviço de acolhimento.	- Implantação do serviço.			X	X

CONTROLE SOCIAL

Objetivo	Metas	Ações Estratégicas	Indicador De Meta	Período			
				2026	2027	2028	2029
Fortalecer a participação e o engajamento dos conselheiros nas atividades dos conselhos municipais	- Ampliar a participação dos conselheiros nas reuniões e decisões do conselho. - Promover formação contínua que favoreça o engajamento e a compreensão das atribuições do controle social.	- Divulgar previamente o calendário das reuniões. - Enviar pautas e documentos com antecedência. - Realizar momentos de formação e diálogo com os conselheiros. - Organizar reuniões com pautas claras, objetivas e acessíveis.	- Registro de participação nas reuniões. - Quantidade de formações realizadas.	X	X	X	X

Qualificar tecnicamente os conselheiros e garantir equipe mínima de apoio técnico-administrativo aos conselhos	- Ampliar a qualificação dos conselheiros sobre legislação, funcionamento e atribuições do conselho. - Assegurar apoio técnico e administrativo adequado ao desenvolvimento das atividades dos conselhos. - Organizar e disponibilizar materiais de orientação aos conselheiros.	-Realizar capacitações e encontros de formação, principalmente logo após a posse da nova composição - Elaborar e disponibilizar guia,	- Disponibilização de materiais orientativos aos conselheiros. - Presença de apoio administrativo/técnico nas atividades.	X	X	X	X

		manual ou materiais de apoio ao conselheiro.					
Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento dos conselhos municipais	- Garantir a instituição de - Instituir Secretaria uma equipe de Executiva exclusiva Secretaria Executiva, a para apoio técnico- qual deverá ser administrativo aos composta por Conselhos vinculados à profissional de nível SMFDS. superior, preferencialmente por - Implantar sede própria servidor efetivo ou de para os Conselhos, carreira do quadro do distinta da prefeitura, poder executivo, bem garantindo autonomia e como profissionais de funcionamento regular. apoio técnico e administrativo para exercer as funções pertinentes, de acordo com a Resolução CNAS nº 100/2023, para atuar exclusivamente no apoio técnico e administrativo dos Conselhos de Direitos e Políticas Públicas vinculados à SMFDS. - Implantar sede própria para os Conselhos de Direitos e Políticas Públicas vinculados à SMFDS, em local distinto da prefeitura, garantindo autonomia, acessibilidade, funcionamento regular, atendimento ao público e condições adequadas para o exercício das atribuições dos conselheiros, incluindo a fiscalização da política de assistência social.		- Secretaria Executiva instituída e em funcionamento, com profissional designado e equipe de apoio formalmente vinculada. - Sede própria implantada e em funcionamento, com espaço físico adequado e distinto da prefeitura.	X	X	X	X

3. RECURSOS FÍSICOS			
Proteções e Gestão	**Equipamentos**	**Quantidade**	**Localização**
Proteção Social Básica	CRAS	2	Zona Urbana
	Centro de Convivência	1	Zona Urbana
	Posto avançado de atendimento	1	Zona Urbana
Proteção Social Especial	CREAS	1	Zona Urbana
	Programa de Abordagem e Inclusão Assistencial (PRAIA)	1	Zona Urbana
	Acolhimento Institucional	1	Zona Urbana
4. RECURSOS HUMANOS			

4.1 GESTÃO						
Local de Trabalho	**Profissão/ Cargo/Função**	**Carga horária**	**Quantidade**	**Servidor temporário**	**Servidor comissionado**	**Servidor efetivo**
Secretaria da Família e Desenvolvimento Social	Administrativo	40h	4		x	x
	Técnica da Gestão	30h	1			x
	Coordenadora Afrolip	20h	1			x
4.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA						
Local de Trabalho	**Profissão/ Cargo/Função**	**Carga horária**	**Quantidade**	**Servidor temporário/ terceirizado**	**Servidor comissionado**	**Servidor efetivo**
CRAS Canoas	Coordenadora	40h	1			x
	Assistente Social	30h	2			x
	Psicóloga	30h	1			x
	Educador Social	40h	1			x
	Gestor CadÚnico	40h	1			x
	Cadastrador Social	40h	2		x	x
	Recepcionista	40h	1			x
	Serviços Gerais	40h	2	x		x
	Motorista	40h	1	x		
CRAS Ipanema	Coordenadora	40h	1			x
	Assistente Social	30h	2			x
	Psicóloga	30h	1			x
	Cadastrador	40h	3		x	x
	Social					
	Recepção	40h	1	x		
	Serviços Gerais	40h	1	x		
	Motorista	40h	1	x		
Centro de Convivência do Idoso	Coordenadora	40h	1		x	
	Serviços Gerais	40h	1	x		
4.3 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL						
Local de Trabalho	**Profissão/ Cargo/Função**	**Carga horária**	**Quantidade**	**Servidor temporário**	**Servidor comissionado**	**Servidor efetivo**
CREAS	Coordenadora	40h	1			x
	Assistente Social	30h	1			x
	Psicóloga	30h	1			x
	Advogada	30h	1			x
	Pedagogo	20h	2			x
	Recepcionista	40h	1	x		
	Serviços Gerais	40h	1			x
	Motorista	40h	1	x		
Acolhimento Institucional - Corais do Mar	Coordenadora	40h	1		x	
	Assistente Social	30h	1			x
	Psicóloga	30h	1			x
	Cuidadora Social	12x36	9	x		
	Administrativo	40h	1			x
	Auxiliar de Serviços Gerais	40h	1	x		

4.4 UNIDADES NÃO TIPIFICADAS						
Local de Trabalho	**Profissão/ Cargo/Função**	**Carga horária**	**Quantidade**	**Servidor temporário**	**Servidor comissionado**	**Servidor efetivo**
PRAIA - Programa de Abordagem e Inclusão Socioassistencial	Coordenador	40h	1			x
	Administrativo	40h	1		x	
	Cadastrador Social	40h	1			x
Posto Avançado Pontal do Sul	Assistente Social	8h	1			x
	Cadastrador Social	8h	1		x	

5. FONTES DE FINANCIAMENTO				
GESTÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	401.960,00	327.100,00	556.700,00	510.800,00
Recurso União	X	X	X	X

TOTAL	401.960,00	327.100,00	556.700,00	510.800,00
MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	5.000,00	500,00	500,00	500,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	5.000,00	500,00	500,00	500,00
GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	591.000,00	395.000,00	391.000,00	392.600,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	591.000,00	395.000,00	391.000,00	392.600,00
REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PRÉDIOS PRÓPRIOS				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**

Recursos Próprios	250.000,00	20.000,00	100.000,00	20.000,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	250.000,00	20.000,00	100.000,00	20.000,00
GESTÃO DO PROGRAMA DE ABORDAGEM E INCLUSÃO ASSISTENCIAL				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	40.000,00	40.000,00	285.300,00	151.300,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	40.000,00	40.000,00	285.300,00	151.300,00
PROJETO BARRACÃO INDUSTRIAL				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	100.000,00	50.000,00	10.000,00	50.000,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	100.000,00	50.000,00	10.000,00	50.000,00
GESTÃO DE POLÍTICAS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE				

FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	136.000,00	198.500,00	330.900,00	316.100,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	136.000,00	198.500,00	330.900,00	316.100,00
EQUIP. E INFRAESTRUTURA P/ POLÍTICAS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	80.000,00	50.000,00	50.000,00	86.000,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	80.000,00	50.000,00	50.000,00	86.000,00
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL				
FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	1.243.000,00	1.009.300,00	1.183.700,00	1.062.300,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	1.243.000,00	1.009.300,00	1.183.700,00	1.062.300,00
APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA IGDPBF				

FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	X	X	X	X
Recurso União	122.000,00	127.000,00	142.200,00	150.500,00
TOTAL	122.000,00	127.000,00	142.200,00	150.500,00

AAPOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS

FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	150,00	X	X	150,00
Recurso União	900,00	2.900,00	3.100,00	900,00
TOTAL	1.050,00	2.900,00	3.100,00	1.050,00

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	X	X	X	X
Recurso União	88.800,00	90.500,00	96.000,00	103.450,00
TOTAL	88.800,00	90.500,00	96.000,00	103.450,00

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	366.500,00	375.300,00	394.600,00	439.900,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	366.500,00	375.300,00	394.600,00	439.900,00

APOIO E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DO PBF E CADÚNICO (10%)

FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	X	X	X	X
Recurso União	1.000,00	1.000,00	1.000,00	100,00
TOTAL	1.000,00	1.000,00	1.000,00	100,00

APOIO E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DO SUAS (10%)

FONTE	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Recursos Próprios	X	X	X	X
Recurso União	100,00	100,00	100,00	100,00

TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - BL MAC - FNAS

FONTE	2026	2027	2028	2029
Recursos Próprios	X	X	X	X
Recurso União	88.000,00	93.000,00	95.200,00	99.500,00
TOTAL	88.000,00	93.000,00	95.200,00	99.500,00

PROGRAMA BPC NA ESCOLA

FONTE	2026	2027	2028	2029
Recursos Próprios	150,00	150,00	100,00	150,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	150,00	150,00	100,00	150,00

GESTÃO DE POLÍTICAS PARA ATENDIMENTO DO IDOSO

FONTE	2026	2027	2028	2029
Recursos Próprios	122.000,00	42.300,00	98.200,00	105.700,00
Recurso União	X	X	XX	X
TOTAL	122.000,00	42.300,00	98.200,00	105.700,00

CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS EM PRAIA DE LESTE

FONTE	2026	2027	2028	2029
Recursos Próprios	50.000,00	50.000,00	10.000,00	30.000,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	50.000,00	50.000,00	10.000,00	30.000,00

GESTÃO DE POLÍTICAS PARA A MULHER

FONTE	2026	2027	2028	2029
Recursos Próprios	45.000,00	45.000,00	60.000,00	75.000,00
Recurso União	X	X	X	X
TOTAL	45.000,00	45.000,00	60.000,00	75.000,00

DELIBERAÇÕES FUNDO A FUNDO ESTADUAL

DELIBERAÇÃO	DESCRIÇÃO	FUNDO	VALOR DE REPASSE
CEAS 82/2024	Incentivo verão	FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social	130.000,00
CEAS 50/2023	Incentivo de Prot.Social Básica e Ben. Eventual		54.000,00
CEAS 59/2023	Piso Único de Assistência Social - PAS		50.000,00
CEDIPI 24/2026	Incentivo Paraná Viaja Mais 60	FIPAR - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso	50.000,00
CEDIPI 019/2026	Incentivo UNAPI - Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa		25.000,00
CEDIPI 005/2026	Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de atividades físicas e de est. cognitivas" - FASE II Del. 005/2026		65.000,00
CEDIPI 19/2023	Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa		50.000,00
CEDIPI 15/2022	Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência		25.000,00
CEDM 4/2024	Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres	FEDIM - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher	70.000,00
CEDM 15/2025	Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CAPITAL		60.000,00
CEDM 7/2026	Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CUSTEIO - Del. 007/2026		75.000,00
CEDCA 47/2022	Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância	FIA - Fundo da Infância e Adolescência	75.000,00
CEDCA 60/2023	Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches		1.994.362,02
CEDCA 78/2022	Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima		15.000,00
CEDCA 13/2025	Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes		400.000,00
CEDCA 13/2024	Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviços à Comunidade(PSC)		54.000,00

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação constituem instrumentos fundamentais da Política de Assistência Social, permitindo o aprimoramento contínuo da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Por meio desses processos, torna-se possível acompanhar o desenvolvimento das ações, verificar o alcance das metas estabelecidas e ajustar as estratégias conforme as demandas identificadas no território.

As ações previstas neste plano serão monitoradas anualmente, mediante acompanhamento sistemático do órgão gestor, das equipes técnicas e do Conselho Municipal de Assistência Social. Esses atores serão responsáveis pela análise dos resultados, identificação de fragilidades e proposição de encaminhamentos que contribuam para o fortalecimento da gestão e para a efetividade das respostas socioassistenciais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Diário Oficial da União, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2012.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109/2009.
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 33/2012.
Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Brasília, 2012.
PONTAL DO PARANÁ. Plano Plurianual – PPA 2026–2029. Pontal do Paraná: Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, 2025. Disponível em: <https://pontaldoparana.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/orcamento>. Acesso em: 17 de Nov. 2025.

PONTAL DO PARANÁ. Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2022–2025. Pontal do Paraná: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2022. Disponível em:< https://pontaldoparana.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/publicacoes/2464>. Acesso em: 16 de Set. 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9717A6DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11946, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 de dezembro de 2025:
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):		
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 03.001	Gabinete do Secretário de Administração, Finanças e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0002.2008	**Atividade:**Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 15.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.003	FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	
Funcional Programática: 22.003.0006.0182.0007.2090	**Atividade:**Ações para Manutenção e Prevenção de Situações de Emergências e Desastres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 21.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.004	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
Funcional Programática: 22.004.0018.0304.0033.2043	**Atividade:**Ações de Defesa e Bem Estar Animal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 2.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$38.500,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):		
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
Unidade Orçamentária: 07.005	Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	
Funcional Programática: 07.005.0022.0661.0041.2221	**Atividade:** Ações para Manutenção do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 38.500,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$38.500,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 30 de setembro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:C328748A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11950, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 608.020,61 (seiscentos e oito mil, vinte reais e sessenta e um centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 de Dezembro de 2025:
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 608.020,61 (seiscentos e oito mil, vinte reais e sessenta e um centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 04.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 04.003.0008.0244.0005.2206	**Atividade:** Ações para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 2.784,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0302.0031.2081	**Atividade:** Ações para Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 145.178,28
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0302.0031.2081	**Atividade:** Ações para Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 8.931,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 31.001	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 31.001.0015.0451.0016.2213	**Atividade:** Ações para Gerenciamento do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.649,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária: 21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática: 21.001.0006.0181.0007.2021	**Atividade:** Ações para Manutenção da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 7.531,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS		
Unidade Orçamentária: 15.002	Departamento de Logística e Frotas	
Funcional Programática: 15.002.0015.0452.0022.2011	**Atividade:** Ações para a Manutenção da Frota Oficial de Veículos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras não Previdenciárias	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0012.2076	**Atividade:** Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 34.553,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
Unidade Orçamentária: 25.008	Departamento de Juventude	
Funcional Programática: 25.008.0027.0812.0015.2031	**Atividade:** Ações para Promoção das Modalidades Esportivas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 13.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0302.0031.2014	**Atividade:** Ações para Manutenção do Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 166.578,68
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0012.2076	**Atividade:** Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3371700000 - Rateio pela participação em consórcio público	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 16.812,99
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0302.0031.2081	**Atividade:** Ações para Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 41.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS		
Unidade Orçamentária: 15.002	Departamento de Logística e Frotas	
Funcional Programática: 15.002.0015.0452.0022.2011	**Atividade:** Ações para a Manutenção da Frota Oficial de Veículos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 70.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$608.020,61**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 31.001	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 31.001.0015.0451.0016.2213	**Atividade:** Ações para Gerenciamento do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.649,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 03.002	Departamento de Finanças e Planejamento	
Funcional Programática: 03.002.0099.0999.0999.9999	**Atividade:** Reserva de Contingência	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
9999990000 - Reserva de contingência	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 13.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA		
Unidade Orçamentária: 21.001	Departamento de Ordem Pública	
Funcional Programática: 21.001.0006.0181.0007.2010	**Atividade:** Ações para Manutenção da Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 7.531,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS		
Unidade Orçamentária: 15.001	Departamento de Infraestrutura	
Funcional Programática: 15.001.0015.0451.0032.2175	**Atividade:** Ações para Manutenção e Conservação Viária	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras não Previdenciárias	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		

Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0012.2076	**Atividade:** Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - PAB FIXO	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 34.553,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 04.005	CONSELHO TUTELAR	
Funcional Programática: 04.005.0008.0243.0006.6007	**Atividade:** Ações a Cargo do Conselho Tutelar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 1.854,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS		
Unidade Orçamentária: 15.001	Departamento de Infraestrutura	
Funcional Programática: 15.001.0015.0451.0032.2175	**Atividade:** Ações para Manutenção e Conservação Viária	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 70.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 04.005	CONSELHO TUTELAR	
Funcional Programática: 04.005.0008.0243.0006.6007	**Atividade:** Ações a Cargo do Conselho Tutelar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 750,63
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 04.005	CONSELHO TUTELAR	
Funcional Programática: 04.005.0008.0243.0006.6007	**Atividade:** Ações a Cargo do Conselho Tutelar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01000 - RECURSOS LIVRES (Descentralizados)	R$ 179,37
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 06.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 06.001.0010.0122.0022.2227	**Atividade:** Ações para Gestão de Terceirização da Secretaria Municipal de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde percentual vinvulado s/a receita de impostos	R$ 378.501,76
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$608.020,61**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 5 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:120395F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 010/2026

Edital 010/2026
PREFEITURA MUNICIPIO DE RANCHO
ALEGRE D'OESTE – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO**, **Prefeito do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais e, considerando as disposições contidas no **Edital nº 001/2026**, e com o objetivo de adequar a realização do **Concurso Público** encetado pela Prefeitura Municipal de **Rancho Alegre D'Oeste,** a disponibilidade de espaços físicos regionais, **RESOLVE** realizar o citado Concurso Público na cidade de **Goioerê – Paraná,** informar detalhes e divulgar **os Locais das Provas e Ensalamento** dos Candidatos, a saber:

1º. Informações Gerais:
1. As **Provas Objetivas** do Concurso Público de **Rancho Alegre D'Oeste - Paraná**, serão realizadas em Unidades Escolares, no dia **11 de outubro** de 2026, na cidade de **Goioerê - Paraná / Pr.**
2, O **Concurso Público** será realizado em **02 Turnos - da Manhã e da Tarde,** tendo por local as seguintes Instituições: **Escola Municipal Monteiro Lobato, Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski, Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus de Goioerê e no Campus Regional da UEM em Goioerê.**
3. Para o **Turno da Manhã**, os portões serão abertos às 08 horas e fechados impreterivelmente às 08h30. As Provas terão início as 09 horas e encerrar-se-ão às 12 horas.
4. Para o **Turno da Tarde**, os portões serão abertos às 13h30 e fechados impreterivelmente às 14 horas. As Provas terão início as 14h30 e encerrar-se-ão às 17h30.
2º. Endereços:
Escola Municipal Monteiro Lobato – Turno da Manhã e tarde
Rua Andirá, 565 – Goioerê – Paraná

Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski
Rua da Garças, 515 – Goioerê – Pr

Instituto Federal do Paraná – IFPR
Campus Goioerê – Pr.
Rod. Luiz Dechiche, Km 215

Campus Regional da UEM – Goioerê – Pr.
Av. Reitor Zaferino Vaz / Jardim Universitário s/n

3º. Alerta:

Você deve imprimir o seu **comprovante de inscrição** a partir da data do **ensalamento oficial** – **dia 06/10/26**. Poderão ocorrer inconsistências em comprovantes impressos antes do ensalamento oficial.

4º. Ensalamento:

Turno da Manhã

Nº	Candidato	Cargo	Local	Sala
41902	Adelita Sari Araujo de Souza	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
42607	Ana Julia Santoni Fernandes	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
41596	Andre Luiz Gentil	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
43460	Andrieli Lemes Pavan	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
41703	Anelise Mendes de Souza	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
41570	Caroline Vassoler Sartorato	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
39605	Cesar Augusto Branco	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
40242	Daniel Andrade Rodrigues de Souza	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
39674	Debora Karoline da Silva Jaques	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
39977	Dierci Jordana Oliveira de Paula	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
41636	Eliezer Roberto Hauth	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
40459	Fatima Gabrielli Basso Lustoza	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
40547	Fernanda Profeta Leonel	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
39652	Geisimara Zanuto	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
43412	Gustavo Lima Tristao	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
41647	Isabella Amancio Roio Paiva	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
41145	Jenifer Miqueline Barbosa	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
43376	Joao Paulo Alba Mignaca	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
39733	Juliana Claudia Fantinati	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
40561	Karina Cristina Azevedo de Medeiros	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 1
41818	Leonardo Richard Nogueira Soares de Souza	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
43464	Lucas Gabriel Cavasini	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40255	Manoel Hermes Pupim Neto	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40316	Marcio Rodrigues Dias	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40393	Marcos Antonio Dantas	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40717	Maria Carolina Dassie Betioli	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40345	Nicolle Ohara Chignalia	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
41228	Pedro Mendes dos Santos	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
41544	Reinaldo Leal de Ramalho Junior	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
43192	Sabrina Miki Miyata Sugavara	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
39461	Suelen Paiva da Silva	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
41763	Talita Gabriela Duarte	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40237	Vanessa Elaine Fernandes Mecca	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
39413	Vanessa Karen Rosa	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40145	Vitoria Gabriela da Cruz Gomes da Silva	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
39702	Yoni de Souza do Valle	04 - Arquiteto	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
39953	Adriane Nascimento Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
39995	Adriano Jose Sugigan	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41362	Alcione Alves	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
41874	Alessandra Pereira de Lima	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
43277	Ana Carolina de Oliveira dos Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
43163	Ana Karoline Pepinelli	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
41507	Ana Paula Carvalho Priore	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
39436	Angela da Silva Oliveira	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
39438	Angela Galdino	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
43108	Angela Machado	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
39507	Angela Maria Lavezzo Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
40065	Antonio Siqueira Cavalcante Neto	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
43234	Bruna Verber	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
41246	Camila Andressa Gaspar	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
43194	Camila Sarah dos Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
39591	Carlos Eduardo de Paula	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
39818	Caroline Aparecida Marques de Brito	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
40914	Caroline Vitoria da Costa Maia	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
41978	Cassia Fernanda Mercurio	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
39473	Claudenice Aparecida da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
39681	Cledi Bairros Flores dos Passos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
40522	Dandara Raiane de Paula	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
41450	Daniela Buckoski	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
40169	Danielle Bortolini de Oliveira	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
41089	Djuliet Ingridi Cora	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
40334	Ednalva Alves dos Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
41510	Elesandra da Silva Salvador	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
40102	Eliane Alves de Souza	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
40625	Eliane de Paula Sobrinho	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39969	Eliane Nunes da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39371	Elisa dos Santos Rodrigues	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
42625	Emanuelly Maria Beraldo	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39994	Evens Pierre	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39653	Everton Ledo da Rocha	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
41842	Fabiana Araujo da Silva Esteves	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39647	Fabiana de Carvalho Aniceto Ortiz	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39758	Fabio Cristian Kuhn Pazinato	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3

41430	Fernanda Mayara dos Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39469	Flavia Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
40319	Franciele Luci Barreiro	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39482	Geovani dos Santos da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
41591	Gessica Kauane Zampronio	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
40573	Gilda Gomes Alves	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39447	Janaina Taborda	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
43236	Jeanilso Munhoz Macedo Munhoz	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39592	Jeanine Magalhaes de Lima	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
40076	Jéssica Chaiane Pacheco Malonyai	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
41476	Jheane Breitkreitz Oliveira Duminelli	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39503	Joseane Matias Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
43257	Josiane de Paula	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
41309	Josiele Morais Ferreira Assuncao	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39525	Josieli Veloso	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39855	Jucelia Aparecida de Ramos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
42979	Karina Helena de Carvalho	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
39567	Karine Eliane Bergamini	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
39972	Kerollen Any Areco da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
43437	Ledinalva de Oliveira Souza	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
40325	Lilian Katiele Lopes de Roma	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
39669	Lourisley Siqueira Gil	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
39962	Luciane Aparecida Barchaki Gielinski	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
40601	Lucineia Raimunda de Souza	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
41286	Luiz Fernandes de Lima	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
40382	Luzia Batista dos Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
40505	Luzinete Teixeira de Oliveira	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
41133	Lygia Mariane Bordonal	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
41187	Mara Terezinha Cordeiro	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
39554	Marcos Lopes de Carvalho	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
39687	Marcos Vieira Brandao	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
39557	Maria Aparecida Goncalves da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
42687	Maria Catia Santos da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
40950	Maria Cristina da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
43351	Maria Eduarda Bernardo Mazoni Alves	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
41318	Maria Graciela Alves de Lima	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
43183	Mariana de Farias	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
41071	Mariana Fonseca Maciel Sa Barbosa	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
41685	Marilia Garcia	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
40615	Marinete de Souza Nascimento Duda	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
42219	Marlene Gomes Baptista da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39496	Mayara Fernanda de Medeiros	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
43011	Patricia Alves de Oliveira	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39820	Queli do Nascimento da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41530	Reginaldo Victor da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41384	Rita Daiane de Oliveira	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41829	Rosana Vieira de Assuncao Souza	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39731	Rosane Bispo da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40061	Rosane Soto Juliao da Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39454	Rosiléia Aparecida Fantin Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40090	Sandra da Silva Firme	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40224	Sandra Silva Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41375	Silvana Zanata Perez	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41469	Simara da Ross Obata	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39725	Simone Alves dos Santos	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39843	Sirlei Aparecida Oliveira	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39978	Suzana Vergutz Vargas	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
42994	Sylvia Maria Abbade Tesser Nunes	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40137	Tamy Suelen Vargas Picolli	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41846	Tavane Norma Ferreira Witt	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40528	Thaynan Aparecida Goudinho de Souza	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40181	Zuleide Higute dos Reis Silva	05 - Assistente Social	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40136	Alexandre Kehl Pereira	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
41270	Aline Batista Silvestre Brandao	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
43268	Andressa de Oliveira Pascuin	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
39402	Anne Karolyna de Freitas da Silva	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 2
40705	Blondy Louise Voida	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39784	Brenda Gabrieli de Lima de Oliveira	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39764	Brendow Matheus Willian Gemin	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
43085	Cleiton Alves	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
41288	Debora Kleinibing	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39495	Driely Fernanda Faria Guilhermino	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
41702	Eliane Alves Moreira	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39392	Elonia Kezia da Silva Souza	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39377	Elton Otto Back	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
41296	Emerson de Andrade Januskevicius	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39470	Fabio Jose Pepece	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39417	Felipe Gustavo Cardozo Gomes	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
40442	Fernanda Franca Rossi da Silva	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
40356	Fernando Borgert	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39395	Gabriela Lupo de Camargo	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39448	Gabrielle de Lima Souza Silva	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
40707	Jair Florentino da Silva	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
41853	Jaqueline Goncalves Sussai	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
41971	Josiane Furioso Caires	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39363	Lucas Rodrigues dos Santos	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 3
39971	Lucas Tozi Trevilin	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41688	Luis Henrique Cabral	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
40192	Luiz Felipe Barbosa da Silva	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4

39710	Marcos Jose Novakoski	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
40773	Mauro Albrecht	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
43427	Michael Bussola	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
39794	Nathan Vulczak da Luz	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
39488	Oliver Mateus Boreck Rosa	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41326	Reinaldo Sebastiao Iadicola	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
42954	Rodrigo Araujo Nunes	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41840	Tiago Costa Ventura	11 - Contador	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
42575	Alsidéa Lice de Carvalho Jennings Pereira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
42785	Amanda Fiorillo	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39678	Ana Eliza Perri da Silva	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41698	Ana Livia da Silva Fogaca de Almeida	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40093	Ana Paula Gaban	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39754	Andre Ricardo Olegario	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40568	Andreia Roldi Pereira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39838	Antonio Jose Canezin	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41518	Ariane Rodrigues Ferreira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41600	Ariele Stefani Zamora Gentil	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
42298	Bruna Vitoria Schmidt	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40722	Bruno Jose Tomas	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41726	Camilla Juliani	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40698	Carlos Henrique Cordeiro	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39571	Celso Fernando Bolonha	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43089	Claudia Helena Gobbo Boschetti	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40340	Daiser Patricia Costa Marioti Marinho	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40887	Douglas Lucas dos Santos Carlos	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40115	Edclaudio Gato Catelli	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39412	Eliete Borges Leandro	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39707	Fabio Luis Carbonera	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40861	Fabio Silveira Von Hertwig	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39383	Faena Gabriela Ehlers da Silva	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43148	Felipe Alexandre Santos Monteiro	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41433	Fernanda Ota Coqueiro	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39865	Filipe Magalhães Marcelino de Oliveira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41569	Flavio Henrique Dota Goncalves	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41011	Francielly Cristina da Cruz	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39430	Gabriel Julio Alexandre Schuingel	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43038	Gabrielly Jacomeli Silva	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39804	Gean Lucas Silvestre Farias	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41454	Geraldo Gabriel Souza	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39441	Gisele dos Santos Iorino Bernardes	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40344	Greice Melissa dos Santos Braga	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40386	Guilherme Jose Goncalves dos Santos	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43182	Gustavo Pereira Schuengue	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41460	Heloisa Maria Piveta Coutinho	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39941	Jadder Gustavo de Souza Canario	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43384	Januaria Andrade da Silva	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43272	Jean Carlos Almeida de Oliveira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43074	Joao Victor Gomes de Peder	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43136	Jose Edenilson Burnat	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39671	Keilla Jaiane Batista de Oliveira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43109	Leandro Ferreira da Silva	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43302	Leandro Pio da Costa	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40686	Luciano Junio Dada	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39484	Luiz Fernando Gomes de Santana	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41775	Marcos Leandro Pereira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41705	Maria Eduarda Barbosa Gomes dos Santos	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40489	Mariana de Freitas Santiago	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41237	Mariane Cristina Marcilio	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40211	Mariza Rodler	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41521	Mateus Daniel Goncalves	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41573	Matheus Bigotto Pimenta	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39708	Matheus Delain	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41409	Mauricio Alexandre Campaner Bachixta	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39379	Mirian Guimaraes Semeghini Martins	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39468	Oscar Frank Junior	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40864	Patricia Fernanda da Silva Fagundes	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40556	Patricia Zamprone	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39920	Patrick Jose Gomes Braga	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39460	Pedro Augusto Severo Josefi	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39851	Renato Spinoza Andreo	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43430	Ricardo Ortega Rodrigues	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40848	Robson Antonio da Silva	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
42125	Sidnei Pereira Goulart Junior	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40187	Telciomar Aparecido de Souza	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40763	Thiago Henrique Sales	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40964	Vivaldo Jose Pereira	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39442	Zilma Fernandes dos Santos Soares	12 - Controlador Interno	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39572	Andressa da Silva Guimaraes	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41534	Dayana Mendes Zanuto	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43378	Edina Maria da Silva	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40680	Eleomar Vilela de Moraes	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39877	Larissa Gomes Rodrigues	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39380	Lilian Andreza Ohara	16 - Enfermeiro em Vigilância	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1

		Epidemiológica		
42477	Marco Antonio Ribeiro Demay	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40152	Matheus Massaranduba da Silva	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
39369	Paulo Cesar de Souza	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40217	Vitoria da Nobrega de Oliveira	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43275	Wilmara Pereira de Oliveira	16 - Enfermeiro em Vigilância Epidemiológica	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
42800	Maycon Jhonatan da Silva Almeida	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
39476	Alceu Mendes do Nascimento	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41099	Allison Aparecido de Oliveira	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39698	Beatriz Caiado Rodrigues	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39859	Beatriz Vitoria Somariva	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39411	Bruno da Silva Pasquino	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39526	Bruno dos Santos	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
40171	Carlos Eduardo Celoni Agneli	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39608	Diego Aparecido de Souza	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39845	Giliane Zanuto	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39737	Giovana Thais Malfato	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
40353	Gustavo de Carvalho Gorges	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
40476	Helen Fernanda Avila de Oliveira	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41529	Henrique Malagutti Fazolin	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41780	Herlan Aparecido Ramos	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39700	Ivanildo Cardoso Campos	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41229	Jackson Archimedes Cabreira	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
40819	Joas Bruno Bezerra Muniz	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39478	Jose Marcos Alves de Oliveira	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41655	Ketlen Maria Baena da Silva	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41358	Lauane Jankoski	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41511	Leandro da Silva	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41113	Liliane Caetano Marcon de Oliveira	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39376	Lucas Galvão Kuns	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41608	Luis Omar Nunes de Mello	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
41762	Matheus Willian de Oliveira	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
42035	Willian Santana Martinez	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 10
39699	Mirian Okamoto Husch	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 2
40535	Nemias Junior Bispo de Souza	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 3
39627	Patricia Alves Mercial dos Reis	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 4
40823	Samis Saibert Sarmento	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41709	Thaina Coutinho da Luz	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
42922	Tiago Cherone da Luz	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40259	Tiago Jose da Cruz	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39986	Valéria Francisca da Silva Manoel	17 - Engenheiro Civil	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39891	Adrian Daniel Piveta	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41514	Adriana Alves dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
40883	Alessandra Leite Prado Ludwig	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41520	Aline Coutinho da Luz	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39741	Alisson Andre Ernesto Pinto	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40324	Allan Vinicius Felismino de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42774	Amanda Arrabal	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42964	Ana Claudia de Faria Palhao	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41290	Ana Gabriela Detoni Rolim	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42649	Ana Paula Bomfim de Brito	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39578	Andre Luiz Silva Rocha	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41207	Andre Ulbano das Neves	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40507	Andressa Fernanda Valentini	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39712	Andressa Veloso de Araújo Rizo.	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41657	Aparecida Nelia Garcia	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43462	Bruno Octavio Tessarolo Goncalves	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43067	Caio Cesar Hernandes Bomfim	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41677	Carlos Henrique Canezin	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41837	Cheila Cristiane Viana	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41424	Cleber de Oliveira Paulique	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39822	Cleverson Chioca Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43225	Cleyton de Lima Ulbano	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42120	Daniele de Oliviera Eufrazio Costa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42702	Danilo Polato Ricci	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40195	Denivilson Anderson Frasson	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40455	Diego Antonio da Silva Faxo	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41649	Diego Benhossi Perandre	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40303	Diego Henrique Almeida de Gaspari	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42830	Diego Magalhaes Rumaquela	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43313	Diogenes Issano Honda Belbit	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40077	Domingos Tavela Ribeiro	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39535	Douglas Vinicius de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39982	Ederson Miranda da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40654	Eduardo Masaji Endo	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42771	Eleandro Paz Domingos	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40533	Elizeu Ambrosio dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40918	Emerson Junior Jacomini Lemes	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40400	Emerson Junior Miranda	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39847	Evelise Brocco Maria Mantovi	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41632	Fabio Plaza Ferreira Barbosa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39595	Fatima da Silva Correa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41114	Felipe Dalarte da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41141	Fernando Jose Agostini	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40006	Filipe Rodrigues da Silva Correia	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório

43260	Francielli de Souza Alves	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42880	Gabriel Felipe Bernardo Greghi	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39596	Gabriela Caju Toniato	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39989	Gabriela Fernanda Bloemer dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39797	Geilza Garatini	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42497	Helio Enrique Colman Fal	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39864	Henrique Pinheiro Urbano	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40626	Igor Ventura Pelegrim	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40003	Isabely de Oliveira Molina	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39423	Isis Barbara Hasegawa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39375	Izac Vinicius Pires de Araujo	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43208	Jaqueline dos Santos Firmino	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40672	Jessica Alessandra Silva Goes	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41070	Jessica Ayumi Matushita	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41323	Jhon Rós Pereira de Franca	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42870	João Marcos Molonha	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41955	Joao Ricardo Michalczuk	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43117	Joceli Burnat	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40379	Julia dos Santos Pimentel de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40445	Julia Rangel Jose	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41826	Julia Vicente Rodrigues	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41612	Juliana Carla dos Santos Justo	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40689	Karine Alessandra Correa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40143	Karla Hikari Akutagawa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42854	Larissa Mayra Rodrigues Amorim	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40337	Leandro Henrique Mazutti	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40015	Leonardo Sabino Juchem do Nascimento	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41256	Leonardo Yoshio Abe	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43096	Lucas Francisco Rabello	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40622	Lucileide Alves Pereira Moreira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43271	Lucimara Fatima de Paula	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40212	Maikon Andre Ceolato	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40946	Manoel Roberto Maron	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40326	Marcelo Barbosa Povh	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41361	Marcelo Bednarczuk	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42246	Marcia Aparecida da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43425	Marcio Rafael Farias	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43363	Maria Eduarda Boroski Ribeiro	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43171	Mauricio de Oliveira Pires	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41517	Mauricio Henrique Novais Furtado	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43165	Mauro Junior Meneghetti	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41519	Mayara Santos Vian	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42921	Milene de Souza Pereira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41577	Natalia de Cassia Stefanuto	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41849	Nielsen de Souza Holanda	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43309	Patricia Estanislau	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41873	Paulo Henrique Delallo Martins Lampa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39399	Paulo Henrique Ribeiro Pedrozo	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41622	Paulo Roberto de Lima Neto	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40025	Pedro Henrique da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40018	Rafael Ribeiro Granado	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39880	Rebeca Kalita de Oliveira Urbano	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41539	Reynaldo Leite de Carvalho Junior	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40350	Ricardo Klem Moreira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43166	Rodrigo Fernandes da Costa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41678	Rogerio da Silva dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39666	Rosilaine de Fatima Procopiuk	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39760	Silmax Correia Borges	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40336	Silvana Aparecida Fasani	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40223	Sofya Mercial	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40477	Stenio Cesar da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39422	Tailla Fernanda Guimaraes	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40594	Thais Ayumi Ishikawa	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41725	Tiago Henrique de Rezende Salles	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43446	Valdenir dos Reis Machado	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42622	Valdiney Soares de Mello	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41513	Valter Favoretto de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41399	Vanessa Jose da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41453	Vinícius Alexandre Ferreira Dias	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40635	Virgilio Jose Marchesini de Souza	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40724	Wendel Junior Rodrigues Souza	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42750	Weslen Diego Martinez	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41123	William Borges Gomes	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40911	William Henrique Delatre Machado de Lima	20 - Fiscal de Tributos	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43023	Adriana Alves de Oliveira	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39451	Alex Yuiti Ogura	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39720	Aline Gabrielly Alves de Souza	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41740	Amanda Brunetti Monteiro	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40248	Ana Gabrielly Constante	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40696	Arthur Aylon Gimenes Tameirao	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39677	Beatriz Bertoli Ludwig	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39493	Beatriz Maria Peterlini	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39716	Bianca Soares Magalhaes	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39437	Bruna Eduarda Hacul	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40699	Cauani Barbara dos Santos Niro	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40987	Daniele Cionek Lourenceto	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43418	Diogo Henrique do Amaral	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39599	Edneia Maria dos Santos	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório

39795	Enio Henrique Vazata	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40920	Franciele Lemes Pieruzzi	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41230	Gabrielle Cavalcante da Silva da Rocha	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40238	Guilherme dos Santos Kozlowski	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41735	Gustavo Henrique Huben	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43319	Ingrid Munique Alemao Masculi Sant'anna	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40122	Jaqueline Fernandes de Oliveira	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40228	Jaqueline Teodoro da Silva dos Santos	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39757	Joao Augusto Binatti	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42714	Juan Pablo Pedroso Decini	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
42571	Júlia Munuera Santiago	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40275	Karina Suellen Nolasco Bento	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40368	Mariane Ariel Medeiros de Paula	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43360	Mayara de Lima Cavalheiro	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39500	Naiara Alessandra do Nascimento Schoninger	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
43290	Natalia Christina Landgraf	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41456	Natiely Galdioli Senko	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
39615	Nicole Maiante Laverde	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40902	Paulo Cesar Santiago da Silva	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
41640	Rayane Coltre dos Santos	22 - Fisioterapeuta	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala Auditório
40916	Alana Ribeiro Guirro da Silva	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39548	Aline de Moraes Milani	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
40566	Ana Keli de Almeida Oliveira	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
43338	Ana Lucia Inhanse de Souza	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41687	Bruna Caroline da Silva Nunes	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39759	Daiane Regina Alves Menezes	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41224	Daniela Santana Ribeiro	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39717	Edith Elaine Hawlitschek	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
40227	Elaine Godoi de Lima Peres	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
40098	Fabia Corbacho Ribeiro	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
40295	Isabela Franco Godofredo	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41062	Isadora Chaves Garibaldi	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41142	Josiane Mayara dos Santos Matos	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41531	Katiuscia Carvalho de Souza Oliveira	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39738	Lara Eduarda Camargo de Oliveira	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
40205	Luana Alves Demariceia	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39398	Lucieli Carmem Thomazi Borsa	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39703	Maiara Matos da Silva	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
42842	Nelma de Oliveira Rodrigues	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
40178	Ronaldo da Silva	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
40004	Tatiane de Campos Cavalcante	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41900	Thalia Maria de Lemos	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
42227	Vitoria Aparecida Rocinholi Machea	23 - Fonoaudiólogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41571	Alexandre Antonio Agnolin	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
39705	Amanda Rodrigues de Souza	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41613	Amanda Thayna Menoncin	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41250	Ana Carolina Vieira Duarte de Souza	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
40774	Augusto dos Santos Gomes	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41327	Cintia Trindade de Siqueira	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41863	Fernanda Paiva Yenikomshian	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
39739	Flavia Polatto Pepece	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 4
41144	Giulia Boito de Oliveira	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
43028	Gustavo Silva Santos	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
40159	Ingra Monique Duarte Lopes	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
40551	Isabella Okamoto Moleiro	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
42549	Jaqueline Martins Dutra	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
39808	Joao Alexandre de Oliveira Paz	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
43250	Joao Victor Silva Faccin	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
41413	Laila Kawane Azevedo de Aguiar	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
40980	Laura Cristofolli Rodrigues	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
43058	Luciana Maciel Pantoja Mendes	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
40517	Luiz Henrique Vanin	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
41303	Maria Eduarda de Almeida Souza	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
39910	Maria Fernanda de Lima Barradas	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
39786	Maria Rita Menegazzo Del Bel	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
40207	Matheus Aleixo da Costa	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
40788	Rafael Coan Sardinha Pontes	24 - Médico Clínico Geral	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
41934	Alini Lemes Pavan	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40308	Ananda Valquiria Moura dos Santos	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40288	Cristiany Luciano	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40740	Eduarda Oliveira Perin	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40039	Elvis Cunha Cotrim Ribeiro	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40605	Ewerton Davis Gusmao de Souza	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40108	Francielly Fachin	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
41010	Gabriel Borgo Loquetti	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
39684	Gabriel Cordova	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40746	Gabriel Mahl	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
43292	Giovanna Vitorino Spadacio	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
41939	Hayumi Natalia Yamamoto Higashi	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7

40279	Heloisa Pedro Germano	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40173	Josafa Fabricio dos Santos	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
42540	Jose Samuel Medeiros do Nascimento	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40585	Julia Ines Sitta	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
39394	Manoela de Moura Gervazoni	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
42670	Marcondes Cavalcante de Sousa	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
41910	Maria Carolina Rebechi Cruz	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40473	Maria Luísa Domingues Jacinto	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40264	Maria Luiza Bernardo de Lima	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
42857	Maria Luiza Rodrigues Miguel	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
39531	Marilia Yukie Takaki de Oliveira Alves	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40529	Marina Boito de Oliveira	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40243	Matheus Bonzanini	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
41832	Mayibet Matos Camejo	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
43356	Michelle Policanti Morais	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
43401	Murilo Adona Ribeiro	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
41386	Paulo Rennan Schineider Sobral	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
41850	Rafael Madeiras Ferrari	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40256	Tamires de Oliveira da Silva	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
42919	Tatiany Vieira Martins	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
41516	Taynara Sucupira Pelizer	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 7
40960	Kamuni Akkache Coutinho	27 - Médico Pediatra	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43394	Ana Claudia Alves Feitosa	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
43239	Ana Paula Lopes Maciel	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
41706	Andersson Cleiton Morais	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
40179	Angelica dos Santos Perbelin	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39729	Anielle Alves Lustosa	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39654	Bruna Beatriz Barbosa Padilha	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
41628	Cassia Caetano Barbara de Castro	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39593	Dayele Sao Pedro Mota Bavaresco	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39479	Edson Martin Vieira	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
40034	Gessiane Vieira Rodrigues	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
40467	Isabella Cristina Reichardt	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39397	Jessica Farias Lopes	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
41264	Jessika Eloisa Suzano Souza	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
43082	Joao Miguel Araujo Kozar	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39985	Kamila de Paula Bento Menegat	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
40669	Kauanni Feitosa Prezotti	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
41917	Keytlyn Gessyca Abreu	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
40302	Leticia da Silva Souza	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39512	Leticia Macedo Graci	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
40081	Monica Cordeiro dos Santos	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
43039	Nayelle Acorsi Horizonte	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39762	Patricia da Silva Barros	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
41267	Suzany Lucas dos Santos	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
40933	Tatiane Aparecida Guis da Silva	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
39951	Thais Cristina Pelegati de Moraes Perini Polido	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 8
41843	Vitoria Magnani Kovalski	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
41748	Yahane Marques do Prado	30 - Nutricionista	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 9
39997	Ademir Lucas Amorim dos Santos	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39888	Adriano dos Santos de Resende	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41293	Alessandro Yudi Fujiwara	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39863	Alexandre Matos Lima	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
40463	Amanda Guidetti Malagutti	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39559	Ana Belly Pacheco Coimbra	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39706	Ana Julia Vivan de Carvalho	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
43252	Ana Vitoria Padilha	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41066	Andressa Borges de Queiroz	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
43341	Andressa Oliveira Canonico	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39745	Andrew Picioneri Salme	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39453	Arthur dos Santos Tavares	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
40395	Átila da Silveira Strapasson	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39899	Bonifacio Cionek Neto	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
40389	Brunna Kirnev Wichoski	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39475	Bruno Cazatti Freire	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
43450	Bruno Cezar Oliveira de Castro	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
42635	Bruno Vinicius Guarnieri Agostinho	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
42256	Cassiano Jose de Oliveira Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41696	Cicero Allysson Barbosa Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
40193	Cristian Pereira do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
40651	Daniel de Oliveira Moreira	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41248	Diana Vieira de Lima Souza	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1

40206	Djansley Siriaco	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41368	Edegard Alves da Rocha Junior	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41451	Edimar Tolentino Leme	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
43445	Eduarda Ferreira Tunin	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39841	Elcio João Gonçalves Moreira	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41463	Elen Caroline Bezerra Muniz	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
43322	Emanueli Kottvitz	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
42772	Emerson Ribeiro Soares	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41606	Emily Takeda Kondratoski	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39405	Eraldo Celso do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
41427	Evanei de Jesus Souza	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
39382	Felipe Carvalho Romero	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 1
42617	Fernanda Bueno de Cerqueira	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
41824	Fernanda Franco Campos	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39529	Fernando César Nunes Alves	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
43323	Fernando de Lima Fogaca	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
42688	Filipe Varlos Pereira de Sousa	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
43259	Gabriel Fabiano Zuchoski	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40557	Gabriel Vieira Rocha	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39734	Gabriela da Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40306	Gabriela de Oliveira Domingos Tavares	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
41734	Gabriela Fabricio dos Santos	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40990	Geraldo Gabriel Souza	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
42749	Giancarlo Gracioli	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39750	Giovana da Silva de Paula	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39928	Glenn William Rodrigues Barbosa	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40026	Guilherme Aguiar Garcia	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40240	Guilherme Alexandre Alves	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
41262	Guilherme de Carvalho Macagnan	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39616	Guilherme Grillo Ferraz	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39823	Guilherme Neris Martins	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39573	Gustavo Pista Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39581	Halan Kiosh Miahira de Lima	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
41580	Hanthony Fhelipe dos Santos	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
43079	Hany Carulliny Petrachim Iadicola	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
41804	Hely de Jesus Gomes	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40711	Igor Barbosa de Carvalho	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40893	Isabela Caroline Lage	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40708	Izabela Silva Santos Almeida	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39543	Jaqueline da Silva Paulichi	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
43280	Jeniffer Santana do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40617	Jessica Karoline Alves Bento	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39545	Jhonathan Vieira dos Santos	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
39724	Joao Vagner Borges	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
41838	Joao Victor Nogueira Horn	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40653	Jonatas Evangelista de Resende	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
41334	Josiane Araujo da Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 2
40886	Josiane Ferreira da Conceição	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40500	Josiane Flores Munis da Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40130	Joyce Suzano Souza	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40955	Juliana de Lima Bancke	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39787	Julio Cesar Idalgo	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
43199	Junior Cesar Dias Pires	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40086	Karina Aparecida Lima Costa	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40643	Karine Lopes dos Santos	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
41563	Kathiucia Otto Carrion	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39659	Lais Karoline Silva Rodrigues	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39588	Leilane Linhares de Sousa Cheles	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
42961	Leonardo Dannenhauer	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40189	Leonardo Matheus Saragiotto	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39744	Lorrane Ferreira da Cunha	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
42743	Lucas Cigerza Bonadiman	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39425	Lucas Henrique Fontana	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40764	Lucas Willian Santos de Souza	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40075	Luciane Guedes de Carvalho	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39996	Luciano Hasper	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39735	Lucimara Andrade Machado Vieira	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39449	Luiz Carlos Bertipalha Junior	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
41499	Luiz Otavio Pereira do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39689	Mara Daniele Gambetta	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
43140	Marcelo Luiz Rodrigues Faria	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40437	Marciel Alves Ferreira	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
41695	Marcio Juliano Rodrigues do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39620	Marcos Paulo Pinto de Arruda Sodre	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
41859	Marcos Vinicius Campos Sousa	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
43357	Maria Luiza Albuquerque Mochi	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
43402	Mateus Antonio Camargo	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40014	Mateus de Oliveira Martins	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
40372	Matheus Heron Martins	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
41346	Matheus Oreste Lopes da Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
39898	Matheus Vinicios Antério	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
41548	Milena Borges da Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 3
43162	Millena dos Reis Severino	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39373	Natalia Prates Faria	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
42138	Orlando Cheliga	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
40901	Pedro Henrique Perbeline Barreto	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39370	Piettra Paula Lomas de Oliveira	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39980	Rafael Faccini Faustino	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41796	Rafael Garcia Saraceni	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4

40749	Rafael Lopes Barbosa	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39539	Rafael Soares de Albuquerque	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
40732	Rafaela Pedroso Serpa	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41085	Rafaela Thieny Freire Perbelini	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41393	Reinaldo Fabricio dos Santos Junior	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
40488	Renan Alcides Moraes Wenneck	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41515	Renan Gabriel Barbato da Silva	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41602	Renata de Melo Borges	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39991	Renata Tikako de Jesus Kato	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41465	Rodrigo Begui Bartz	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39530	Rodrigo Pignato	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39569	Rogerio Calixto Kazama	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39668	Rui Cezar Alves Veridiano	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
40600	Sabrina Harumi Funashima	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39429	Sara Julia Rodrigues de Carvalho Willwock	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39948	Silvana Cristina Cavichio	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
40241	Tarcis Henrique Sant Anna	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39472	Thariani Favaro	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41699	Thiago Campos Macedo	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
43286	Thiago Ramon Aguiar	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
39879	Tiago Batista	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41164	Vanderlei da Silva Sampaio	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
40676	Victor Hugo Vilela de Toledo	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
43375	Vinicius Gomes Fazuline	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41277	Vitor Hugo Marcon Forsetto	32 - Procurador Municipal	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Manhã	Sala 4
41625	Adriana Chimiloski Pereira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41872	Adriana Ferreira de Paula Neves	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40837	Adriele dos Santos Martins	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
43143	Aghata Natiely Alves da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40702	Alessandra Pereira da Cruz	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
39943	Alexandra Aniceto	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
39828	Alice Apolinario Cardoso	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
43069	Aline Aparecida Bueno	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41027	Aline Aparecida Teodoro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40491	Aline Franciele de Oliveira Lima	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40978	Aline Heidrich Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
39793	Amanda Caroline Pontes Guimaraes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40609	Amanda dos Santos Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
43414	Ana Clara Lima dos Reis	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
42940	Ana Lucia da Silva Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41314	Ana Paula da Silva Soares	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
43310	Ana Paula Lourenco da Paz	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41325	Ana Paula Muniz de Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
42975	Ana Rosa da Silva Carmo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
42257	Andreia Pereira Vitor da Cruz	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41898	Andressa Amaral Almeida	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41315	Andressa Silva dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41076	Andrey dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41629	Andriele Ventura Martins	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41814	Ane Caroline Tolentino de Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40112	Anna Paula dos Santos Nascimento	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41562	Beatriz de Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40036	Beatriz Gabriela dos Santos Ferreira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40023	Bianca Maria Ramos Lima	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40383	Bruna Aparecida Campos dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
39381	Bruna Bueno Cavalcanti	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41638	Camila da Silva Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41474	Camila de Souza Benetolli	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41627	Camila Eduarda de Souza Zigante	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
42459	Camila Mariane Korchak Bisotto	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
42828	Camila Regina Sales Gorri	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41736	Camila Ribeiro Freiria da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41446	Camilla Domingos Osti	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40618	Camilli Vitoria dos Santos Niro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40472	Carina Aguiar Moura da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41226	Carla Carolaine Graca dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40231	Carla Rafaela Cardoso de Souza Peloi	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41512	Carla Santos Almeida	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
39378	Carla Vanessa dos Santos Chaves	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
39391	Cassia Natieli Cardoso Lima	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
42026	Christyane Batista de Novais Pacagnan	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41637	Cicera Rodrigues da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41308	Claudia Maria Alves Ribeiro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
39837	Cleide Tavares	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
40578	Cleverson Fernando da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 01
41200	Cristiane Fernandes Ota Rodrigues	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
42944	Daiany Barbosa Conceicao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39816	Daniela Caroline da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
42988	Daniela Cruz Antonio	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41662	Danielle Azevedo Ferreira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
43366	Dayani Angelista dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41797	Debora Catherine Fernandes Saraceni	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41719	Dejanilsa Tavares Silva Dias dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41831	Denise Bueno Rodrigues de Cristo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41255	Diandra Gonçalves Góis	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41676	Dirce Amadeu	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40085	Dorvalino Ribeiro de Alcantara Junior	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40153	Edimara Mendes dos Santos Trindade	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41798	Edna Regina da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02

42821	Elaina Rocha dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40726	Elaine Ferreira Xavier	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39713	Eliane Albino Pascuim	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40120	Eliane da Silva Vergutz	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41484	Eliane Duarte da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40453	Eliete Jesus de Souza Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41466	Elis Cristina Mariano	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40863	Elizabete da Silva Santos Leandro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39970	Emanuelly Vitória Araújo Petergatto	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40074	Emanuely Velozo Aragao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39988	Erica Thayrini Pereira dos Anjos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39490	Ester de Araujo Pinheiro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
43373	Eva Claudia Szumilo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
43201	Evellin Juliana dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41666	Fernanda Cardoso Costa	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41658	Fernanda Ribeiro de Barros	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40218	Flavia Cristina de Castro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39387	Flavia Torres	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40089	Franciele Fortunato	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
43110	Franciele Soares de Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39802	Francielli Maciel Azevedo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41765	Francielly Goncalves de Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39511	Gabriel Batista de Amorim	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
40882	Gabriela Vitória Gandolfi da Costa da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
42328	Gabriele Vitoria Gomes Rodrigues	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41169	Gabrielly Alonso Matias Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41825	Geicy Aparecida da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41479	Geisebel Barbosa de Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
39850	Geovana de Brito Alves Ferreira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41668	Gina Mara da Silva Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 02
41173	Giovana de Oliveira Bosa	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41488	Giovanna Castro Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41642	Gisele de Souza Conceicao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41339	Giseli Frasson	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41654	Gracielle Aparecida de Azevedo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
42977	Graziele de Souza Conceicao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41331	Grazieli Rorato Soares	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41707	Grazielle dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40851	Gustavo Gadiel Ribeiro Batista	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41694	Heloisa da Silva Lago	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41461	Heloisa Malvera da Silva Ferreira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40119	Heloize Francieli Zemiani dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
39719	Igor Dias Alves	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40979	Ivanilde Rodrigues da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
43005	Jacqueline de Castro Mariz	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41101	Jaine Borgo Soares	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40300	Jaine Wellen Marques Campos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40230	Janaina de Lima Pereira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
43211	Janaina Rodrigues da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41901	Jane Marcela Goncalves	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41579	Jaqueline Francisca de Moura da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41648	Jaquelini de Andrade	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41721	Jennifer Eduarda dos Santos da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41884	Jessica Cristina dos Santos Carlucci	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40681	Jéssica da Silva Soares Duarte	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
39853	Jessica Martins Freitas	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41439	Jhenifer Beatriz Mendonca dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40329	Jhenifer dos Santos Lopes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
41329	Joao Gasque Neto	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40250	Joice Mayara Bueno Gomes Monte	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 03
40679	Joilse Diniz	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41568	Josefa Gilsilvania Alves dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40502	Joselaine Bispo Guimaraes de Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41353	Josiane da Conceicao Davanso	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
42466	Joziane Aparecida Lemos da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41432	Julia Ferreira Tunin	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40897	Julia Santana Mourao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
42963	Juliana Caju de Andrade	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
43270	Juliana da Silva Martins	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40690	Juliana Ferreira da Silva de Jesus	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41554	Juliana Fragoso	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41263	Juliana Goncalves Ceniz	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
39491	Juliana Lichman Afonso	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
43124	Karen da Silva de Mello	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
43106	Karla Eduarda da Silva Kovalski	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40577	Karla Sophia Altran Bortoletti	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40220	Katia Tatiane Bloemer Henz Feniman	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41093	Katlen Tayna Sanches de Cristo da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41359	Kauany Vitoria da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41834	Kelly Cristina Santos Zanuto Depollo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41781	Kethelin Borges de Lima	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40062	Kethelin Eduarda de Brito	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41455	Kethelin Mayara da Silva Lemes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41355	Kethlyn Camila Braga dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41440	Laisa do Nascimento da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
39830	Layla Monic de Mattos Evangelista	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41621	Leiliane Rodrigues Fernandes Paulique	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
43291	Leisiane Araujo de Melo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
42341	Leticia Goncalves da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04

40209	Letícia Souza José	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
39384	Lidiane Maira Lopes Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40234	Ligia Daniela Schmidt	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40747	Loana Nunes Machado Barra	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41718	Luana Cardozo dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41805	Luana Machado Barbosa	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41862	Luana Vanessa de Amorim	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41405	Luciana Recordi de Lima Toquero	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41350	Lucimar Aparecida Torres	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40035	Luzia Pinheiro Felix	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41559	Magda Deiorio de Melo Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41369	Maiara Quaresma Coelho	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
43287	Marcia Cristina Tataro de Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
41360	Marcia Ferreira Nogueira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40497	Marcio da Costa Cervantes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 04
40899	Marcos Orso da Fonseca	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41289	Maria Aparecida dos Santos Rocha	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39672	Maria Daniela de Oliveira da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
43155	Maria de Lourdes Sastre dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41979	Maria Eduarda Santos Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
42781	Maria Eduarda Silva Costa	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41489	Maria Gabriella Mattos Martins dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
43340	Maria Helena Franco Campos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41793	Maria Ines Ferreira de Lima	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
43173	Maria Laura Guimaraes Rangel	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
40132	Maria Lucia Vidal Vargas	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41769	Maria Madalena da Silva Filha Heidrick Franca	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39597	Mariana Araujo Ferreira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41808	Mariana Machado Barbosa	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
43451	Mariana Vitoria Bizetti	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39644	Mariane Fonseca Marchi	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
43119	Marieli Paixao de Farias Evangelista	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
40668	Marilene Lais Pereira dos Santos de Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39761	Marilza de Araujo Rocha	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39945	Marinalva da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41475	Marinilza Cristina Botareli Frei	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41616	Marleide Mota Soares Fonseca	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41442	Marlet Amaro de Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
40576	Meirielli de Oliveira Araujo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
40627	Merilin Goncalves Miranda	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39590	Micheli dos Santos Gomes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41861	Milena Aparecida Costa	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41480	Milene de Paula	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41739	Miriã Tavares Lourenco	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41418	Monique Franzo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41088	Mychelle dos Santos Costim	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39736	Nagila da Silva Brito	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
40516	Naina Beatriz Caires de Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
42796	Nataly Cardoso de Moura	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41701	Natasha Nayara Cagnan Nunes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
43264	Nathalia Fernanda Silva Faccin	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41363	Natiele da Silva Brito	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
42694	Nayara Araujo de Peder	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
43344	Neide da Silva Abril Abreu	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
40956	Patricia Barbosa da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39829	Patricia Munuera	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41486	Patricia Silva Jesus Barros	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
39396	Paula Aparecida Lopes Goncalves	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 05
41754	Poliani Cristina Ferreira Cavalier	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
43329	Polyana Aparecida Oliveira Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
39421	Priscila Tatiane Goncalves Plaza Pereira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
43388	Rafaela Evangelista dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
41940	Rafaele dos Santos Duarte	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
39518	Rafaella Silva Saraiva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
40499	Regine Simone Simao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
39984	Renata de Almeida	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
41435	Renata Souza Vasconcelos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
40056	Rodrigo da Silva de Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
41330	Rosa Maria Polatto Pepece	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
39892	Rosana Benfica Fernandes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
41651	Rosangela de Oliveira dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
40512	Rubia Santana Mourao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
41445	Rutiellen Ferrera de Campos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
40073	Sandra Aparecida de Lima Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
40174	Sarai Jireh Delgado Giraldo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
40548	Sheeina Alves Lima das Neves	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
39805	Silvana Aparecida Ribeiro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
43064	Silvana Cristina de Gois	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
41001	Silvana Nunes Machado	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
41086	Silvania Aparecida Bernardo de Souza	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
43273	Simone Rodrigues de Novaes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
39600	Solange Rosa da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 19
40493	Solange Soares Cardoso	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41107	Sonia Conceicao de Macedo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
39594	Suzana Rodrigues da Silva Gomes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
43114	Tainã Freitas Ribeiro	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
42767	Taine Oliveira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41682	Talita Aparecida dos Santos Machado	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24

39882	Tania dos Santos de Mira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41379	Tatiane Medeiro dos Santos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41788	Thais Alessandra Ribeiro da Mota	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41560	Thais Lopes	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
40553	Thais Moreira Mourao	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
39568	Thayssa Sao Pedro Laurindo	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
40856	Valdir Medeiros	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41575	Valquiria Batista	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41509	Vanessa Bispo de Campos	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
43228	Vanessa dos Santos Ferreira	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
39844	Vanessa Moura Cotrin	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
42488	Vitoria Caroline Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
40552	Vitoria Elen de Brito da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
39990	Viviane Marques dos Santos Krachinski	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
41800	Washington Luiz Henrique da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
40154	Welliton Celestino Barbosa da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
40444	Zenilda Pimentel da Silva	33 - Professor	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
42072	Andreia Aparecida Roque	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Bloco v 02 Sala 24
43411	Eduarda de Jesus do Nascimento	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
42471	Francisca Raimunda dos Santos Goncalves	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40222	Hugo Caliari Velasco	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43299	Joyce Oliveira Bernardo Ferreira	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
42923	Lia Leal Maciel	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
40346	Patricia Heidrich Pereira	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
41618	Rafael Santana	34 - Professor de Língua Inglesa	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Manhã	Sala Auditório 1
43042	Adrielle Benhossi Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
40466	Alana Caroline da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
42614	Alannis Santos Suguimoto	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
41147	Allana Theany Garcia Fell Kumagae	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 5
39440	Amadna Cristina Felix Leite da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
40884	Amanda Machado Dantas Leite	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
40416	Ana Beatriz Cardoso	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
41004	Ana Carolina Leite Canteiro	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
41322	Ana Caroline Guimaraes Rossi	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
41731	Ana Cristina Zaluchi Giroto do Couto	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
41378	Ana Paula de Souza Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
42958	Andreia Mara Fernandes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
40954	Andressa Fernanda Feliciano Tochio	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
40314	Angelo Yano Dezoti	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
41043	Antonio Augusto Lage	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
39867	Aparecida de Fatima de Barros Alves	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
39388	Ayla Cecile de Amorim Vilas Boas	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
40163	Beatriz de Oliveira Boza	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
41317	Beatriz de Souza Candido	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
43311	Bruna Eduarda Estercio Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
43251	Bruno Urbano da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
40246	Camili Ros Colhado Valente	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
41715	Camilly Brizzi de Carvalho	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
39917	Caren Eduarda Soares Bonfim	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 6
39563	Carla Roberta Aniceto	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
39665	Carolaine Mileide Gomes Afonso	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
43200	Carolina Chaves Santos Lopes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
41000	Caroline Lorscheitter da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
43386	Cintia Mayara da Silva Miguel	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
43300	Clara Adrieli Gulhak do Nascimento	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
39628	Dominique Angélica dos Santos Passos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
40013	Driely Cristina Milani	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
40196	Eduarda Akemi Otake	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
40682	Emylly Camille Santos Modaelli	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
41782	Eriele Ferraz dos Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
40033	Fabiana Felix de Oliveira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
43221	Fabio Cardoso Lopes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
41605	Felipe Antonio Sampaio Lima	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
40598	Fernanda Aparecida Nery Ventury Bueno	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
39562	Fernanda Gomes Sentone	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
41431	Fernanda Silva de Oliveira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
39586	Flavia Gisele dos Santos Carnizal	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
41008	Gabriel Abner Kutne Armelin	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
40602	Gabriel Felipe Fernandes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 7
42993	Gabriel Vaneti Escudeiro	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
39585	Gabriela Neves da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
41854	Gabriela Yumi Namiki	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
41557	Gabriele Mello de Souza da Purificacao	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
39911	Giovana Inácio da Rocha	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
39746	Giovana Moreira dos Santos Souza	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
43428	Guilherme Nobrega Costa	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
40628	Hellen Hayanne Alixandre Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
40485	Heloisa de Lima Barradas	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
40926	Heloisa Rafaela Rosolen	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
43181	Igor Felipe da Silva Soethe	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
42795	Isabela de Lima Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
42599	Isabela Leite Papaite	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
41347	Isabela Mourão Bitencourt	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
41691	Isabella Silva Novakosky	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
40045	Isadora Alves Batista	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
43220	Jaine Guilherme Henquemeier	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
39617	Janaina Gomes de Souza	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
39918	Janaina Roseli Simoes Dias	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8
40443	Jaqueline Felix de Sousa	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 8

42945	Jessica Trevizan Castanheira Caeiro	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
43423	Jhenyfeer Aparecida Batista Polonio	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40267	Joao Victor Koch	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40392	Joice Marcondes Correia	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40733	Jose Augusto Geronimo Ferreira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
41525	Jose Julio Marques	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
39386	Joseval Henrique Soares dos Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40318	Julia da Silva Cabral	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
39773	Julia Leal Hypolyti	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40465	Juliana Miguel da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
39854	Kamila Moreira Scaco	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
43123	Kamille Bahia Lopes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40449	Karina Vieira de Souza	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40885	Kaysa Guimarães da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
42512	Kelly Cristina Borges da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
39463	Lais Zetolis Barba	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
39515	Larissa Ascanio	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
39611	Larissa Felix Araújo	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
40335	Larissa Martins Alexandre	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
41452	Laura Sensato Pasti	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 9
41328	Leticia Maziero	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
41886	Lidiane Sposito	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40215	Logans Vithor Ferreira Marques	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40352	Lucas Awadallak	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40650	Lucas de Jesus Cruz	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
43189	Lucas dos Santos Menezes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
43245	Lucas Ladwig Santiago	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
43070	Lucas Shigueo Zama Haguihara	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
42608	Lucas Yuji Calixto Yokoyama	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
41493	Luisa Berti Fiorin	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
39414	Luiz Silverio Martins de Carvalho Filho	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40213	Maeli de Araujo Farias	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
39551	Marcia Henrique Medeiros	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40299	Maria Daniela Barbara de Castro	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40204	Maria Eduarda do Banho Oliveira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
43393	Maria Eduarda Vieira da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
39485	Maria Rita Zancanaro de Oliveira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
41097	Maria Vitória da Silva Sobral	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
39781	Mariana Gabriela Silva dos Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40474	Mariana Honorato da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 10
40834	Mariana Postal Salvador	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40197	Maribel Targa	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40305	Marieli dos Santos Malta	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
39690	Meirieli Fantin	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
41532	Michele Bloemer de Pontes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
41857	Murilo Lazzari Reis	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40369	Naiara da Silva Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
39664	Natália Amaral Pereira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
41163	Natália Brischiliari	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
39858	Natalia Prado Marinho	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
39906	Natalia Stofalete	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
39780	Nathalia Aline Almeida da Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
39550	Nathalia Mazzetto Saraiva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40483	Nathiely Araujo Cabral Cipriano	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40985	Nicolas Antonio Michelon	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40441	Nicole de Oliveira Romano	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40371	Nuniany Sezeremeta	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
41855	Paloma Cristina dos Santos Ferreira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
43178	Paulo Cesar Comar	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
40375	Pedro Henrique Vieira Miranda	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 11
39983	Rafaela de Souza Silva	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
42997	Roberto Carlos Novak Roman	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
41080	Rogerio Pietro Bom	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40731	Ruan Schardosim de Oliveira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40523	Sabrina Eddy Batistussi	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
43352	Sabrina Lima Melo	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40525	Samuel Jardim Santos	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40068	Sandra Regina Fava	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
41340	Sara Suda Estevao	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40832	Sophia Ayumi Kato Pacagnan	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40830	Stéfany Antunes de Almeida	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
39521	Taís Carla Dias Nunes	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
42969	Tamiris Tomilheiro Pereira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
39418	Thais Luara Teske	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
39778	Tulio Yudi Ishikawa	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
41879	Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
39618	Vanessa Smaha de Araujo	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40521	Victoria Navarro Miranda	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40994	Viviane Arruda Sanches	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
42701	Yan Patrick Merhet Padilha	35 - Psicólogo	A Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Manhã	Sala 12
40797	Aline Alves Lustosa	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
43112	Bruna Faria Favaro Carlis	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
43336	Bruna Rafaela Lúcio Honorato	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
39643	Brunna Carolina da Silva	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
40066	Daniel Bruno Moreira	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
40534	Elaine Evangelista Domene	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41875	Geovana de Jesus Graci	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
39798	Ingrid Emanuelle de Souza Rodrigues	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41811	Jeisiani Aparecida Lemos	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1

41590	Keli Osvania Almeida Barreto da Silva	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41646	Loana Cristina Neves Gregorio	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
42517	Ludemila Regina Piccirilo	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41601	Luzia dos Santos Goncales	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41733	Maria Lucimara dos Santos	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
40729	Murillo Simoes Ferreira	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
39886	Paulo Henrique Camargo Pinas	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
39987	Renata de Almeida	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
40312	Semirami de Godoy Borges	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41680	Tamyres Patricia Vargas Picolli	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41761	Thais Regina Candido de Vasconcelos de Almeida da Silva	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
43027	Valderez de Lima Martins	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41410	Valdirene Aparecida Avancini Dias	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
41111	Vanessa de Souza	36 - Psicopedagogo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 1
43105	Aline Aparecida Rodrigues	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
40002	Ana Claudia Ludwig	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
39497	Beatriz Maria Peterlini	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 5
41816	Bruna Loreny Furbringer Rofino	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
39771	Crislaine Cassia Rosa	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
41598	Elaine Nogueira	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
41149	Etenoellen Janai Damaceno Ferreira Schuck	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40660	Ezequias Alves da Silva	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40071	Fabiane de Lama	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
42995	Flavia Samara Mayer da Cunha	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40688	Helen Renali de Santana Oliveira	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
41904	Henrique Fernando de Almeida Silva	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
39547	Jessica Volpato Craveiro	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40559	Luiz Fernando Borges de Oliveira	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
41496	Maria Eduarda Oliveira da Silva	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
42375	Marta Ribeiro da Silva	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
39629	Otaviano de Castro Rifa	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
43054	Solange Soares Cardoso	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
40903	Valquiria Marcon Peres de Souza	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6
41716	Vania Cristina Pereira Alves	38 - Terapeuta Ocupacional	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Manhã	Sala 6

Turno da Tarde

Nº	Candidato	Cargo	Local	Sala
43422	Aline Rezende Salles	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
39999	Alline Pereira Sampaio	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
40691	Ana Clara de Oliveira Pimentel dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
39534	Ana Paula dos Santos Pedro	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
39974	Ana Paula Neves de Souza	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43138	Andreia Aparecida Lopes Gomes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43188	Angelica de Carvalho Fagundes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43454	Anne Caroline Terto de Andrade	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
42883	Antonino Batista Jorge	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43407	Beatriz da Silva Lemes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43395	Breno Tavares Souza da Silva	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41617	Camilla Torres	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41417	Chaiemy Fernandes de Morais	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41241	Claudia Alves da Silva	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
39721	Daiane Alves Cordeiro	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
39730	Daiane Cristina de Oliveira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
40285	Daniele Renata Pereira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41674	Diego Bavaresco de Souza	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41527	Emily Karla dos Santos Lima	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41683	Erick Luan Dias Ferreira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41035	Evellin Juliana dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41823	Fatima Patricia Francisca dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
39446	Francieli de Aquino Estevam	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
43091	Francielli dos Santos Nascimento	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40067	Gisele Aparecido Dias	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40057	Gislaine Ferreira Ruiz	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
43416	Gustavo da Silva Araujo	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41473	Helen Silverio Millare	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40919	Jaqueline Santos Oliveira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40826	Joelma Aline Geremia do Nascimento	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41714	Kethelin Carolina Fernandes dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40229	Larissa de Souza Siqueira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41444	Leandro Farias Fagundes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40737	Leiliane Aparecida Alves	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
42006	Leonice Kobori	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
43361	Lucas Teodoro dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
43135	Luciana Lopes Gomes de Peder	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
43358	Luiz Felipe de Novaes Silverio	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40673	Marcos Andre Schimit Lopes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41349	Maria Aparecida de Paula	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
43036	Maria Aparecida de Souza	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
42047	Meirielen Duvoizem Motta	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
42968	Odair dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40147	Pamela Daniele de Souza	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41276	Paulo Alexandre da Silva	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41669	Raone Favaro de Aragao	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
39456	Rayane da Silva Oliveira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
41626	Rodrigo Cezar Pinto	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40146	Simone Diniz Martins	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2

39409	Tais Larissa Teodoro Ferreira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40852	Thiago Henrique Silva Trindade	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40771	Willian Júnior Felipe	01 - Agente Comunitário de Saúde	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
43320	Ademir Goulart	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40720	Adriana Olivares de Souza	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41749	Adriano Lombardi	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
42663	Adriano Neves dos Santos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40530	Alex Martins da Fonseca	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
42438	Ana Lucia Damasceno Rodrigues	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
43263	Andressa Martins de Araujo	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41541	Andriele Ketlen Pereira dos Santos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41390	Angela Maria da Silva Costa	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41758	Bruna Cristina Santos Maia	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41942	Bruna Marques da Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39826	Bruno Aparecido Pereira Lima	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41245	Bruno Silva Granado	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
43128	Camila Martins Araujo	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
39625	Carla Fernanda dos Santos Calais	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
41352	Cesar Santos de Souza	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
41299	Cicero Erivan de Oliveira Nascimento	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40420	Clarice Batista de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
41064	Cristiano Luiz Ambrosio	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
42498	Cristiano Pacagnan	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40017	Cristiano Santana Borges	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
39813	Dhionata Carvalho Faria	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
43120	Edivanio da Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
42978	Edna Cardoso de Souza	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
42693	Eduardo Monteiro dos Santos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
43146	Eliane Teixeira Goncalves	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40103	Eliel Paulo Godoy	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40160	Elisangela Aparecida Cabral	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40982	Ernani de Almeida Costa	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
41457	Evelyn Mayara da Silva Azevedo Ferreira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
41159	Fabiana Olivares de Souza	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40558	Fabiana Souza da Luz	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
41595	Felipe Eduardo de Andrade da Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40913	Flavia Santos Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40571	Francisca Tomaz	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
41784	Gabrielly de Lima Damasceno	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 19
40968	Guilherme Peres de Padua	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41732	Guilherme Ribeiro de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
42942	Gustavo Azevedo de Assis	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
40492	Gustavo Henrique Rodrigues Leite	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
40801	Gustavo Oliveira Teixeira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
43348	Hector Luigi de Oliveira Leoni	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41252	Irani Pereira de Moraes	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41365	Ivonete de Jesus Motta de Araujo	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
40825	Jefferson Dionatas dos Santos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41555	Jhonny Cesar Mattos de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
43197	Joel Bispo dos Santos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41523	Joice dos Santos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41522	Jorge Ferreira Castilho	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
40117	Josenilda Leal de Brito Kehl Pereira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
42491	Julio Cesar do Couto	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41888	Karina Aparecida Rezende de Almeida	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41887	Karla Mayara Domingues Vieira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
40052	Laidenise de Oliveira Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41344	Lilian Martinez da Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41574	Lucas Gabriel Pereira de Souza	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
39955	Maicon Vinicius de Paula Porreti	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41285	Maike Gregui	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
43026	Marcio Tesser Nunes	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
43317	Maria Jose Silverio	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 24
41620	Moises Goncalves dos Santos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41420	Monica dos Santos Alves	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41742	Monica Sales Rodrigues	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41704	Murilo Antonio Zocatelli	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40323	Natalia Braga Zati	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41367	Oliria Maria Vieira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40758	Omar Aparecido Garcia	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39613	Orlei Dziurkowski	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39809	Pricila Pereira Baraus	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40935	Rosilda Vieira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40260	Silvana Fidelis de Ramos	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41540	Silvilene Pereira da Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41848	Tathiane Rodrigues Vital de Lima	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40865	Tayane Caroline de Oliveira Valese	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41864	Thiago Custodio	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41232	Tiago da Costa do Prado	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40415	Valmir Ribeiro da Silva	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39631	Willian Alves	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
42389	Willian Júnior Felipe	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43269	Wilmara Pereira de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43288	Aline Cristina Paro	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
39963	Aline Darlene Mafra	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
43258	Ana Beatriz Monteiro de Souza	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
41158	Ana Clara Ferreira Goncalves	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
40642	Ana Paula Camargo	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
43453	Anderson Alves Macedo	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7

41991	Andressa Maraes de Lima	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
42444	Andressa Senna Moncao	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
39498	Antonia Uberlandia Queiroz Nascimento	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
39783	Bianca Gabriele Ferreira Batista	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
43308	Bianca Souza Olivares	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
41332	Brenda Aparecida dos Santos Dias	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
42696	Brenda Keli Furtunato Gerardelli	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
40647	Bruna Lívia de Souza Oliveira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
42390	Camila Veloso da Silva	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43118	Caroline do Nascimento de Aragao	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43167	Cleiton Aparecido Gusao de Souza	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41871	Daiara de Souza Vieira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41477	Dalgiza Cristina Geremia do Nascimento	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43355	Danilo Vicente Ferreira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
39964	Diana Stevens Santos Oliveira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43139	Dirce Francisco de Oliveira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43333	Eduarda dos Santos Souza	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
42985	Emilaine da Silva Santos	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43380	Evandro Batista Alves	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
40703	Fabiana de Cassia Santos Polinarski	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41464	Fabrina da Silva Soriano	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43372	Felipe Augusto Lopes Bedendo	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43190	Fernando Farias dos Santos	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
40469	Gabriel Dias Sitko	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41239	Gisele Cristina Paulino	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41467	Gustavo Vinicius Mafra de Jesus	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
39896	Heloiza Mariana dos Santos	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41494	Jhonny Stevens Santos de Oliveira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
39667	Josue Ricardo Aparecido da Silva Santos	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41828	Kamille Dairis dos Santos Rocha	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41766	Kaue da Costa Matos	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
43353	Kaylane Macedo Tiberio	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 8
41381	Kelly Cristina Teodoro Ferreira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43242	Ketwllin Caroline de Oliveira Lopes	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
41189	Larissa Dias Soares	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43097	Larissa Ferreira Dias	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
39516	Lucas dos Santos Ferreira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
40526	Luciana Mathias Brunetti	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
41593	Lucieni Luzia dos Santos de Moura	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
42691	Madis Marques Dias Ferreira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
42392	Marcos Henrique Galdino Gomes	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
41419	Maria Eduarda Lele da Silva	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
41258	Mickelly Heidrich Pereira do Carmo	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43417	Nataly Cardoso de Moura	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43012	Nicoly Nascimento de Oliveira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
41727	Rafael Claudino da Silva	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
41551	Raissa Sousa de Jesus	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
40804	Raul Henrique da Silva	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43315	Renata de Paula Silva	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
39812	Roseanne Cristina Herbert Faria	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
41443	Thaisyla de Oliveira da Conceicao	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
39606	Uliane Lopes Silva	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43441	Valdenir dos Reis Machado	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43161	Valdomiro Aparecido Bossa	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
43227	Vivian da Cruz Moreira	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
40244	Willian Júnior Felipe	06 - Auxiliar Administrativo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
40421	Ana Beatriz Barbara de Haro	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41607	Angela da Silva	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41266	Fabiana Aparecida da Silva	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
40376	Jaqueline Menezes de Souza	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
42647	Jessica Cristina de Oliveira Piveta	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
40432	Yasmin Izidio Sousa	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
40249	Alex Martins Garcia	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40685	Amanda Amaro Alves	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40541	Ana Karolyna Polato Batista	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 2
40216	Andre Fornazier	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40280	Ayrton Senna Van Dal Lima	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41729	Bruna dos Anjos Santos Cipriano	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
42272	Bruna Maiara da Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41924	Chaieny Maria Rossi de Araujo Rocha	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41670	Daiane de Souza	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40245	Daiani Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41495	Daniela Guimaraes e Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39909	Eliane Domingos Alves dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40770	Erica Costa dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39900	Gabriela Aparecida Couto da Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39509	Grasiele Chekaliski Rangel	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39560	Janiete Silva Ferreira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41645	Jaqueline Santos de Araujo	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
43009	Joaneide Oliveira de Souza	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41271	Joao Eduardo dos Santos Carvalho	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41671	Jonas Nascimento Araujo	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40253	Joyce Luana Melo de Jesus Fuzinato	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40739	Julia Fernanda Goncalves de Araujo	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39789	Kailany Camily Sabino dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
43457	Keila Procopio Rodrigues	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40538	Larissa de Souza Furlan	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41392	Leandro Francisco das Neves	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41397	Lucinete Maria Rodrigues	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3

40475	Maiara Aparecida de Souza Ferreira Coqueiro	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41545	Marcelo Alexandre de Souza	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40032	Marcia Aparecida Forcato de Oliveira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41253	Marcos Andre Schimit Lopes	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
42935	Maria Aparecida Fonseca Marchi	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39998	Maria de Fatima dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39817	Maria Eduarda Martins Pereira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41713	Marta Mateus dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
39922	Milena Martins Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
43215	Naia Monteiro	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
41336	Natalia Milena da Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 3
40282	Noemi Neres Goncalves	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
41710	Pamela Caroline Marques	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
39393	Patricia Ferreira da Silva Lopes	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40365	Raquel Bueno Cavalcanti Ferreira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40210	Renata de Freitas Braz Schulz	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40384	Rosenilda Batista Pereira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
41280	Rosimeide Machado da Cruz	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40527	Samuel Nunes Sanches	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
41216	Sandrely de Siqueira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
43210	Sibeli Campos de Oliveira Marques	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
43303	Simone Rodrigues de Novaes	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40973	Suzana da Costa	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
41919	Tamires Eduarda Alves Dias	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
39890	Thais Alonso Matias Oliveira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40009	Thais de Souza dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
42931	Vanessa Bento Azevedo	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
43206	Vanuza Francisca da Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40809	Viviane Leao Rocha	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
43075	Wilma Jacinto dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
39815	Agostinho Espinola Neto	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40714	Alessandra Barbizan Cordeiro	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40810	Alexandre Hoffmann Raimundo	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41305	Alicia Giovana Rocha	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41589	Amanda Toyokawa Sperandio	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
42712	Ana Caroline Carbone	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41371	Ana Julia Schenato Delafiori	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41615	Anayara Perri da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40111	Andre Luis Dias Carvalho	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40462	André Luiz Stevanelli Ribeiro	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39542	Andreia da Silva Guedes Furlan	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40135	Anielly Nogueira Barbosa	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40921	Arissa Ayumi Okabayashi	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
43409	Arles Naisa Amaral Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40200	Arthur Maeda Cassiano Gomes	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41407	Aurick Baldwin Buttenmuller Vilas Boas	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39679	Beatriz de Paula Barreto	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40648	Beatriz Patricio de Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41501	Bianca Flavia Coutinho Biasuz	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39965	Bianca Paulino Fideli	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39785	Bianca Pires Cardozo	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40167	Brunna de Oliveira Pereira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41090	Camila Pereira Goncalves	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39483	Carla Moreno Lopes da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39364	Carolina Silva Topa	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40562	Caue Alves da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39630	Clarice Moreira Duarte	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39471	Clarice Neves Luna Adati	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
43421	Cristiane Orizio Goncalves	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
43229	Daniel Keiti Matsuoka	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40683	Daniela Cristina Varago	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41760	Douglas dos Santos Vieira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41767	Eduarda Coltre Fernandes Santos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39799	Elizabete Lucas de Jesus Ferreira Graciano	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39624	Emanuely Ahuendrya da Silva dos Santos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41310	Endrew Emanoel Stopassola Metzler	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
42376	Evilin Ariane Pereira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41746	Fabio Andre Dezanoski	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40125	Fabiola Bento da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39756	Felipe Souza de Moura Balancieri	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
43413	Fernanda Carvalho Marques Lima	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
42718	Fernando Silva Santeiro	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41165	Fernando Vieira Lopes	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
40431	Frida Ariadni Budach Camargo de Almeida	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41722	Gabriel Hideharu Mesquiari Kiyohara	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39474	Gabriel Negri Pagan	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41819	Gabriela da Silva Canezin	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
41543	Gabriela Lino Girotto	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39776	Gabrielle de Andrade Pereira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39450	Gabrielle Lopes de Souza	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 01
39925	Gervania Pereira Gigante	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
41553	Giovanna Beatriz dos Santos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40748	Graciele Jordan	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39688	Grasiele Tieme Hirata da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40079	Guilherme Barbosa Alves de Freitas	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39639	Guilherme Carlos da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40022	Gustavo Henrique Amador Meloquero	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
43160	Gustavo Massi Batista	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42980	Helio Fernandes	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02

41320	Henrique Pereira Gomes	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39709	Ieda Carla Candido	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40554	Igor Fernando Ribeiro Ehlers	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39801	Isadora Bitencourte Ribeiro Mariano	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40083	Jeann Toniato Fiorotto	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40142	Jefferson Giovani da Veiga	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
41072	Jessica Luana dos Santos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39976	Jhulia Fernanda Amann de Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42481	Jose Eduardo Baliski Carvalho	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42592	Julia Delazari Américo	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40261	Juliete Milani Mathias	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39775	Karyn Rodrigues Viana	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42485	Kênia Cristina da Costa Gonçalves	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40972	Kevelyn Gabriela Leandro de Souza	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40387	Lariane Rodler Sturion	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39510	Larissa Sanches de Sousa Ramos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40878	Laura da Silva Martins	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
43337	Leticia Dantas Grossi	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40321	Luana da Silva Duarte	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42904	Luiz Felipe Piveta Zanzarini	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42860	Luiz Fernando Bernardino Bartozek	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
41827	Maiara Alves da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40418	Maila Jamili de Oliveira Santos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40281	Manuela Lupes Rodrigues	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39410	Marcos Yamamoto Inoue	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39538	Maria Antonia Casali Verdecanna	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40330	Maria Eduarda Basso	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
41644	Maria Luiza Santos Bonanni	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
43342	Maria Rita Gasparello	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42537	Mariana Beatriz Hartmann	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
42204	Mariana Corrêa Gandolfo	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
41391	Mariana Rafaela Schommer	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
41502	Mateus Henrique Hladezuk	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
39501	Matheus Ferreira Faleiros da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
40997	Mayara Olivo de Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 02
41609	Mayara Yumi Zama Haguihara	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
43391	Michelle Silva Casali	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
40828	Miriani Sempre Bom	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
42859	Mylena Oliveira Diniz	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41146	Natalia Coqueiro Siqueira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41079	Natalia Gabriela Lino Carlis Almeida	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41182	Natielly Almeida Correa	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41411	Pablo Henrique Lima Cavalcante	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41847	Pamela Vitória Moreira dos Santos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39428	Paula Fernanda Moro Puga	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41723	Pedro Henrique Cristino de Sousa	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39465	Rafael Dal Santos Marcon	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
40787	Rafaela Farias	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39835	Raquieli Rodrigues Soares	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39694	Renan Velozo Aragao	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39840	Sabrina de Almeida Trevisan	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41448	Stefany Baldwin Buttenmuller Vilas Boas	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39480	Taina Coqueiro Mazur	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41773	Tamires de Souza Macedo	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41036	Tayna Coelho Armando	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39852	Thaila Fernanda de Abreu Landgraf	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41302	Thaina Caroline Pereira Espindola	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
43022	Tomaz Manoel Joppert Minatti	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39481	Valeria Suemi dos Santos	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39683	Victoria Regina Ferreira Pinto	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39861	Vinícius Siqueira da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39544	Vitoria Caetano Cervantes	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
41406	Vitoria Lourenco de Souza	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
43179	Vitoria Medeiros Silva	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
39824	Vitoria Mykaely Rodrigues Bonifacio	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 03
40896	Yuri de Carvalho Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39769	Alice Mascalhusk Silva	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 9
39523	Cleitson Rodrigo Ribeiro	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
41552	Dionis Alves de Oliveira	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
43289	Eduardo Aparecido Sobrinho	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
43246	Fabio Domingos da Silva	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
41624	Jorge Manoel de Souza	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
42564	Marcio Gomes	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
40358	Márcio Monteiro dos Santos	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
41415	Milton Cezar Araujo de Lima	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
42443	Valmir Silva Amorim	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
40579	Vinicius dos Santos Ribeiro	10 - Coletor de Lixo	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 10
43013	Adriano Gomes	13 - Coveiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
39872	Adriana Goncalves da Costa da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
40101	Andreia Batista dos Santos	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
40000	Andreia Moreno de Jesus	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
40024	Andreia Xavier da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
43218	Andressa Pereira dos Santos	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
43094	Angelita Jose da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
41078	Bruna Rodrigues de Andrade	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
40363	Chaeine Aparecida de Oliveira Santos	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
40716	Claldenice Rosa de Oliveira	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
39520	Cleide Barbosa	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
40597	Crislaine Gezica Sobrinho	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1

40543	Cristina Andreia Polato	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
39919	Debora Cristina Alves dos Santos da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
42855	Edmilson Baena Aguilar	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
42470	Elizabete Cristina de Souza	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
41364	Fabiana Batista Ferreira	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
43025	Franciele da Silva Costa	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
41836	Francielle Moreira dos Santos Ferreira	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
40051	Genilda Aparecida dos Santos	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 1
41052	Grasieli Aparecida Feitosa Pereira	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
40332	Jessica Aparecida Ribeiro	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
42886	Jocelene Teresinha da Luz	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
43349	Josiane dos Santos Souza	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
40857	Juliana Alves Aguilar	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
40808	Juliana dos Santos Ferreira Sena	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
40194	Leandra da Silva Rodrigues	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
43193	Leiliane Aparecida Alves	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
43398	Lucineia da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
43238	Maria Ana de Moraes	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
43364	Maria Aparecida Barbosa Frasson	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
41383	Marina Gomes da Silva Clara	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
41665	Marlene Favaro de Aragao	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
41282	Milton Ribas	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
43029	Natasha Nayara Cagnan Nunes	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
39791	Neriane de Mello Andrade Ferez	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
42925	Sandra Damasceno Rodrigues da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
39555	Selma Ferreira de Araujo	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
41524	Selma Mara de Oliveira	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
39942	Silvana Pereira da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 2
41100	Sineia Cristina Barbosa Moreira	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
40338	Sirlei Aparecida Bezerra dos Santos	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
40355	Sueli da Silva	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
41387	Suzana Kissilevitch	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
42981	Suzilene Araujo de Lima	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
43420	Taiane Franciele Sales	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
40088	Terezinha Ferreira Maia	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
39714	Valdirene Aparecida Alves Seabra	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
41752	Vanessa Patricia Kapiche	14 - Cozinheiro	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
39528	Acassio Luiz Rossetto Barreto	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40572	Adriana de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41021	Allan Serafim Nunes Biondaro	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
42892	Amanda Caroline Tupa Cano	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41916	Ana Claudia da Silva	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39603	Ana Maria Santos da Costa	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40575	Ana Paula dos Santos Souza	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
42950	Ana Paula Moreira de Lima	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40661	Ana Paula Schultz	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40751	Anielen Laís Leite Goulart	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40991	Anne Caroline Lustosa Correia	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41272	Camila Cagnam de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40756	Cristina Aparecida dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40695	Debora Batista de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40704	Diego Paulino	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39803	Edielica Neves de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39718	Eduarda Gilio	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
42903	Eliane Moreira dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40391	Elizangela Gregui de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41294	Eloara Caroline Rodrigues Rebonato	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
43455	Eva Pinto de Andrade	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41023	Fabio Rodrigo da Paixao	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39541	Fernanda de Oliveira Macedo	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41259	Fernanda dos Santos Galvao	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40694	Fernanda Pires Dolizny	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40080	Franciele Cardoso de Souza	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40149	Francielly Alves Nunes dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40877	Gabriella Himauary Sato dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39874	Gabrielly Vieira Leite	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39831	Giulia Munuera Halben	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40430	Gracieli de Oliveira Jose	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41389	Grete de Oliveira Fragoso Vesco	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39580	Helena Demeterko Cordeiro Romagnoli	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41891	Hermes Morateli dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40027	Igor Henrique Batista	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39582	Isabella Thaissa Franzoia	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40513	Jessica Del Bel da Silva	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41881	Joslaine Antunes dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41503	Juliana Aparecida Silverio	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40620	Karoline Brianesi Miloch	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
43362	Kauany Santos Leandro	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
39697	Leonardo Lucas da Silva	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
40486	Leonardo Vinicius Antunes Lisboa	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 04
41643	Leticia de Souza Marin	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40307	Leticia de Souza Matias	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40894	Leticia Kamilly Donato	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40953	Letycia Lima	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40963	Loana Regina Leperes	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41770	Luana Gabriela de Oliveira Fuzinato	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41738	Lucivania Paula de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40341	Maria Cristina Oleczuk Michaliszyn	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40001	Maria Eduarda de Souza Canario	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05

40805	Maria Gabriela Bavaresco Taavres	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41697	Michelli Marques Pivovar	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41852	Neide Maria Pereira Moreno	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39832	Nelson Brandt	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40320	Odaisa Borges de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41737	Paulo Cezar da Silva	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
42704	Pollyana Albertini	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39954	Rebecca Brasil de Oliveira	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39434	Rosangela Mendes Batista Alves	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41304	Sabrina Goncalves Simoes	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41338	Sandra Ferreira da Silva dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39926	Severino da Rocha Silva Junior	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40715	Silmara Tamires dos Santos Farias	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41044	Sueli Sobrera Nunes dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39749	Tamiris Marina Ortega Fagundes	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40440	Valdomiro Pimentel dos Santos	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
40725	Viviane dos Santos Fernandes Batista	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39635	Yara Helena Magella	15 - Enfermeiro	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41903	Adriel da Trindade Pacanhan	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
41720	Afonso Luiz Supriano Rosa	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
43130	Alceu Mendes do Nascimento	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
40735	Alexia Elis da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
41274	Alice de Souza	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
40007	Alleson Diego Mortean	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
43432	Allisson Campos de Araujo	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
40939	Amanda Cristina Tarcizio	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
41785	Ana Julia do Carmo Cestak	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
42966	André Luis Palhão Lima	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
42058	Andreia da Silva Nascimento	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
40162	Angela Beatriz Ribeiro Dantas	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
42753	Aparecida Rosana Borgo de Assis	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
41747	Arthur Feraso Noronha	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
42626	Beatriz Bueno Marques	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
43033	Beatriz Gabriela dos Santos Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
39936	Beatriz Piveta Coutinho	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
40656	Brayan Kurik Fujihara de Assuncao	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
42623	Breno Jose Pereira Bernal	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
39420	Bruna Santiago Correa	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
39807	Bruna Souza Barroso	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
41860	Bruno Bonfim de Medeiros	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
41728	Bruno da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
41468	Bruno Domingos Ribeiro	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
40390	Bryan Nykollas Aparecido Lima Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 1
40820	Camila Cristini Moreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
41403	Camila Santana da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
40121	Carlos Eduardo dos Santos	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
40042	Carlos Henrique Dangelo Pereira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
40019	Caroline Gilio Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
41906	Cintia Thaiane Rodrigues de Oliveira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
43157	Claudia Daiane Pereira Gusão	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
39790	Cleyton Henrique Borgo de Assis	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
39834	Crislaine Fatima Barbosa Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
41981	Daiane Lima de Moura	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
41426	Daniel da Silva Desanoski	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
43440	Daniel dos Santos Rodrigues	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
41307	Daniela Goes Arrabal	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
40937	Daniela Pinheiro Bortolucci	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
39968	Daniele Camargo Mariano	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
40270	Danilo Morais Mota	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
43241	Dayele Sao Pedro Mota Bavaresco	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
43255	Dienifer Aparecida Frasson	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
39676	Edilaine Rocha	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
41982	Eduardo Gasque de Almeida	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
41002	Elbertt Enrique de Oliveira Ribeiro	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
39753	Elen Tamires dos Santos Tomaz	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
40623	Eliana Pinheiro da Trindade	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
39873	Eriane Latre de Abreu	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 2
43134	Fabiano Konrad	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
39893	Fabio Rorato de Aguiar	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
43103	Fabio Silveira Von Hertwig	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
43080	Fatima Gabriela Stefeneti Cavalcante	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
40545	Felipe Polatto Pepece	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
43180	Fernanda Aparecida da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
40508	Fernanda Aparecida Martins Pereira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
41597	Fernanda da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
39901	Fernanda Machado Batista	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
43204	Franco Pereira Hoffchneider	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
40976	Gabriel da Conceicao Dias	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
41856	Gabriel Damasceno de Moraes	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
40092	Gabriel Oliveira Aguilar	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
41268	Gabriel Rodrigues Corrêa	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
42601	Gabriel Teodoro dos Santos	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
40188	Gabrielli Trevisoli Almeida	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
43145	Gabrielly Sampaio Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
43294	Gabrielly Vieira Leite	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
39827	Geovana Antonela da Silva de Jesus	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
39763	Giliardi Arantes	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
41487	Giovanni Ribeiro Zanini	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3

40286	Gleyson Lima Marques	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
40296	Gustavo Munhoz da Silva Bonache	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
41586	Heloisa Pedro Angeli	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
43253	Iara Milena Salvetti	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 3
40087	Igor da Silva Costa	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41866	Igor Emanoel Claro de Medeiros	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
39908	Irineu Marcio Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
39632	Isalia Maria dos Santos Carolino	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
39365	Jaime Barboza de Jesus	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41558	Janaina da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41949	Jaqueline dos Santos Firmino	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
43279	Jeizieli Frasson	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
40247	Jennifer Candido de Rezende	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
40532	Jessica Cristina de Oliveira Piveta	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41660	Joao Alex Lagos Coelho	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
43168	Joao Pereira Neto	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
43321	João Victor de Oliveira Cavalcante	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
40457	Joao Vitor Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
43127	Joceli Burnat	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41592	Jones Antonio Cunha	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
40184	José Claudio Batista de Oliveira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
43137	Jose Edenilson Burnat	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
40044	Julia Karina Costa Coutinho	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41295	Juliana da Silva Marques	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41876	Kaike Henz Feniman	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41273	Kailany Camily Sabino dos Santos	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
43247	Kailon Rezende de Almeida	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41786	Kamila Lauane Krachinski Bezerra	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
40164	Karen de Sousa Gimenes	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 4
41932	Karina Inacio Almeida	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
43087	Lara Marques Gouvea Jatoba	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
40697	Laryssa Aparecida dos Santos	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41075	Leslie Karine Borgo Perandre	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41009	Lia Leal Maciel	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
39424	Lidiane Maira Lopes Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41700	Lilian Rocha Feres	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41366	Lorena de Novaes Braniz Viana	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41408	Luan Albuquerque Fortunato	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
43176	Lucas Rodrigues de Aguiar	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
40214	Luis Felipe Batista Nandi Martins	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
43004	Luiz Henrique Torres	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41261	Maiara de Souza	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41425	Manoela Goncalves Vilela	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
42494	Mara Rubia Henrique Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
40411	Marcelo dos Santos	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
40161	Marciel de Almeida de Andrade	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41550	Maria Clara Chornobai	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41599	Maria Clara Leão da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
42595	Mariele Nunes da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
40419	Mario Alceu Teles Medeiros	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
43350	Mayara da Fonseca Fogaca de Almeida	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
42949	Meirielli de Oliveira Araujo	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
43387	Micheli Francisca da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
41227	Muryelli Campos do Nascimento	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 5
40728	Naiani Aparecida Caires de Souza	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
43282	Nathalia Carbone	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40670	Nathalia Inez Tomiatti Campos	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40904	Nayara Araujo de Peder	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40283	Neide Menezes de Souza	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41802	Patricia Pereira da Silva Maia	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41342	Paulo Eduardo Calixto Martelli	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40970	Ponciane Lopes da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40678	Rafael Kouji Kina Berengue	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41231	Raquel Carolline Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41567	Renan Ortiz da Rosa	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40106	Ricardo Augusto Lombardi	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
43448	Ricardo Ortega Rodrigues	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
42577	Rogeria Rossi	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40765	Rogerio Cunegundes	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
43463	Rone Souza Olivares	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41774	Ruan Felipe da Rocha Ciriaco	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
43266	Sabrina Sousa da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40975	Sandra Gonçalves da Conceição	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41483	Sara Juliane Cotrim Candido	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
40719	Shelder Malaquias dos Santos Leal	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
39810	Silvia Clarice da Costa	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41356	Siulymar Yanys Maraima Chanchamire	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
39979	Tais Aparecida Furtado Parteka	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
41429	Talia Domingos Osti	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 6
39408	Tatiane Paiao Lopes	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
41542	Tiago Faquineti de Aragao	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
41984	Tiago Henrique Gusberti	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
43419	Ueliton Marciano da Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
41975	Valeria de Souza Gomes	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
43307	Valeria Minervino Aguilar	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
42937	Valquiria Bento Azevedo	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
43297	Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
41561	Vinicius Augusto Batista Pereira	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
40684	Vitor Amaro Alves	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7

43235	Yan Ribeiro da Luz Silva	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
41372	Zaqueu de Jesus Antunes	18 - Escriturário	Escola Municipal Monteiro Lobato Turno Tarde	Sala 7
40584	Adrielly Martins Favaro	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41538	Alana Luciani	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43196	Aline Calixto da Silva da Paixão	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41641	Alline Silva Oliveira	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40208	Ana Flavia Cadan dos Santos	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
42582	Ana Maria Borges Ferreira Altran	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41091	Anderson de Vechi	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
42293	Anderson Marcio Trindade	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39727	Bianca Padilha Andrade	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40496	Bruna Aparecida Soares Favaro	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40425	Bruna Chagas Lemos	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43371	Bruna Poturlhak Letenski	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41806	Bruno Pereira Bernal	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40257	Caciane Aparecida de Aquino Moreira	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43367	Carolina Correia Barreto	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39561	Caroline Calixto Kazama	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41753	Daiane Franco Siena	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41190	Daiane Izabel Pereira Vigil Santos	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39492	Daiane Kelly de Souza Amaral Moura	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43153	Daiani Galhardo	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39537	Daniela de Souza Toniato	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41300	Daniely Oliveira Santos	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
42926	Edcarlos Augusto Caloi	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43149	Edilaine Rocha	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40850	Eliane Sayuri Kato Pacagnan	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43016	Emilly Heloisa Rabelo	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43449	Fernando de Brito Roratto	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39536	Flavia Barbosa	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40012	Gabriely Monteiro Batista	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41081	Giovana Ribeiro de Moura	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39502	Gislaine Teodoro Ferreira de Almeida	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39506	Hellen Ota Iatecola Rodrigues Alves	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41506	Hellen Rafaeli Malfato	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40446	Hemilly Gabrielly Cordeiro de Souza	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40072	Ingrid Aparecida Cassemiro Perez	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40550	Jamilly da Silva Moretto	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40084	Jaqueline Toniato Fiorotto	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41690	Jhenifer Mikaelly Teodoro de Souza	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40366	Josiany Farias Lopes	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43426	Karina Garcia Moreira	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43306	Larissa Baldoino dos Santos	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39432	Lucas Francelino de Araújo	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41572	Maria Eduarda de Melo Ferreira	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41269	Maria Gabriela Passafaro	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40401	Mariani Pizzolio	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39875	Marines Minuk	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41297	Micheli da Silva Carpejani	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43330	Paloma Oliveira Melo	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40490	Sabrina Amrein Silva	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43374	Samuel Barbosa Lima	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40464	Simone Martins de Oliveira	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
39426	Tatiana Aparecida Guirao de Luna Pieruzzi	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41447	Tatiane Gomes de Souza	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
40610	Thamires Thaty de Oliveira Rodrigues	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
41414	Victor Hugo Chanan	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
43301	Vitor da Silva Rocha	19 - Farmacêutico	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Sala Auditório 01
1584	Joao Victor de Souza Silva	21 - Fiscal Municipal	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39439	Lucelia Aparecida Ribeiro	21 - Fiscal Municipal	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
43284	Luiz Bergamasco Neto	21 - Fiscal Municipal	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
43158	Maycon Jhonatan da Silva Almeida	21 - Fiscal Municipal	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
41564	Vera Lucia Luiz	21 - Fiscal Municipal	Campus Regional de Goioerê da UEM Turno Tarde	Bloco V 02 Sala 05
39641	Adriano Neves dos Santos	28 - Motorista I	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
41385	Benedito dos Santos	28 - Motorista I	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
41750	Eduardo Alves de Oliveira	28 - Motorista I	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
42484	Filipe Ferreira de Paula Neves	28 - Motorista I	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
41789	Jose Vitor Pereira Mourao	28 - Motorista I	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
43377	Juarez Rosa da Costa	28 - Motorista I	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
42679	Adailton Alves Cordeiro	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
41578	Adao Aparecido dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
40396	Ademilson Pereira de Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
42936	Adilson Santos da Cruz	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
40840	Adriano Lombardi	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 3
43092	Alessandro dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39522	Alessandro dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
43243	Alexandre Elias Estevam	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
40157	Anderson Costa de Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
41337	Andre Celestino de Almeida	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
40043	Antonio Marcos Marques	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
43456	Ari Rufino da Trindade	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
40687	Benhur Benvindo de Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39743	Bruno Henrique Alves Barbosa	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39374	Bruno Vieira Lopes da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
43431	Caio Leite Pereira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39967	Celso Ricardo Gomes da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
42699	Claudemir de Oliveira Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
42816	Claudinei de Oliveira Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39401	Claudinei Pereira de Lima	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4

39732	Cleber Lisboa Pinto	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
41498	Cleiton Ambrosio Cavalvante	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39553	Cleiton dos Santos Ferreira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39726	Cleverson Jeronimo de Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
40564	Cristiano dos Reis Oliveira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 4
39457	Cristiano Jose Emidio	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
39782	Daniel Vicente Ferreira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
41730	Diego Mateus Favarao Rodrigues	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
40298	Edilson Inacio	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
39640	Edimilson da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
42882	Ednaldo Macedo da Cruz	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
40785	Edson Cordeiro	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
42713	Eduardo da Silva Dias	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
41437	Eduardo de Souza Fernandes	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
41623	Elessandro de Oliveira da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
41485	Elio Martins	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
42794	Elvis Henrique Martins Ferreira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
39656	Endrio Marllon Rodrigues da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
42689	Ezequias Batista Jorge	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
40148	Fabiana Simoes	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
40518	Fabiano da Mota	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
41042	Fernando dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
41382	Flavio Borges de Pelle	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
40570	Floriano Mazur	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
40967	Francisco Barbosa Conceicao	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 5
39642	Gabriel Magalhaes Barbosa	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
42158	George Mayke Bernal da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
40592	Guilherme Leal do Nascimento	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
40470	Guilherme Ricieri de Alencar da Trindade	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
40645	Helio Rogerio Ferreira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
43262	Hermes Morateli dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
39584	Igor da Conceicao Bavaresco	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
42778	Ismael Cicero da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
42927	Ivo Noga	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
39427	Jader Ronan Alves Hyldebrando	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
42111	Jairo de Souza Motta	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
40542	Joao Antonio Perandre	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
39372	Joao Pedro Magalhaes Barbosa	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
42404	Jofre Bortolucci de Goes	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
41005	Jose Aparecido Araujo	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
40191	Jose Claudio Rodrigues Goncalves	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
39723	Jose Homero Ferreira Gomes	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
41068	Juarez Rosa da Costa	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
39637	Juliano Scalvin dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
40762	Lindinalva Francisco Piva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 6
40846	Luan Aparecido Mota	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
43177	Luiz Henrique Azevedo de Assis	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
39549	Maicon Rafael Pimentel de Oliveira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
40524	Marcelo Alves Evangelista	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
40514	Marcelo dos Santos Franco	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
43129	Marcos Antonio Araujo Ferreira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
43439	Marcos de Oliveira Bezerra	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
39360	Matheus Gomes dos Santos de Araujo	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
41281	Matheus Henrique Monteiro dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
42324	Michael Goncalves da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
41914	Moises Vilas Junior	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
41120	Otavio dos Santos Cipriano	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
40030	Paulino Rodrigues Mendes de Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
43115	Paulo Cezar Ferreira Adao	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
40055	Paulo Roberto dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
40587	Paulo Sergio Tavares	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
40361	Pedro Clezio de Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
41743	Rafael Felipe Triano dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
43434	Reginaldo Ota Rodrigues	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
40254	Rhoan Fernando de Paula Fuzinato	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 7
41013	Ricardo de Oliveira Alves	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
40144	Rogerio Triano	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
40723	Ronaldo Batista Barbosa	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
39806	Ronaldo Vigil Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
41324	Severino Martins	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
40540	Thiago Senna Barbosa	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
41745	Valmir Pereira de Souza	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
39362	Vanessa Coelho Bertechini	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
41810	Vanildo Serafim da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
39645	Vinicius Moura da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
42746	Vorley Cezar Pinto	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
39467	Walter de Oliveira	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
40116	Wellinton Gabriel dos Santos	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
41556	Wesley Piccinini	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
43132	Wiliams Assis Cardoso	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
39715	Zenildo Jose da Silva	29 - Motorista II	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
40757	Carlos Pinheiro dos Santos	31 - Operador de Máquinas	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
42177	Edmar Tavares de Oliveira	31 - Operador de Máquinas	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
39519	Gehas Taylon Batista Ferreira	31 - Operador de Máquinas	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
39638	Gustavo Antonio Iadicola	31 - Operador de Máquinas	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
40869	Jose Antonio Borgo	31 - Operador de Máquinas	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
43226	Luciano da Silva Machado	31 - Operador de Máquinas	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
42559	Silvio Ferreira dos Santos	31 - Operador de Máquinas	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 4
43147	Aghata Natiely Alves da Silva	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1

42773	Ana Maria da Silva	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
40701	Angelica dos Santos Heidrick	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43000	Chirlei Aparecida da Silva Santos Godoy	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
42799	Eloisa Alves Linhares Machado	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
42124	Gehavila Thafila Batista Ferreira	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
42989	Gessica Pirucelli	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
40907	Heloisa Marcon Peres de Souza	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
42192	Juliane Magalhaes Sabino	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
42875	Lucilene Fonseca Ferreira	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41031	Luzia Menezes de Souza	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
41603	Maria Aparecida da Silva	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43203	Maria Aparecida de Melo	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
43100	Mariany Vitória Silva Matias	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
40961	Rozilene Mendes Batista de Almeida	37 - Telefonista	Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Goioerê Turno Tarde	Sala 1
40362	Ademir Inácio	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
40406	Adevair Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
39614	Ageu de Souza Lima	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
43125	Alcidio dos Santos Junior	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 8
40403	Alisson de Oliveira Lima	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
41233	Almir Rogerio Araujo de Azevedo	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
42535	Antonio Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
43345	Ariel Sao Pedro Mota	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
43429	Caio Leite Pereira	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
41132	Carlos Eduardo Souza Gomes	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
39564	Celso Jose da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
39361	Cicero Erivan de Oliveira Nascimento	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
39433	Cleiton Alves dos Santos	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
40761	Darci Moreira Neres	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
43452	Edson Barboza	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
39924	Eduardo Inacio	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
41401	Elaine Beatriz Araujo Ribeiro	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
40252	Eliel Paulo Godoy	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
41423	Eucilene Ramos Pereira da Silva Andrade	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
43305	Everton Luiz da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
43261	Fabio Domingos da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
42724	Francisco Marcio Noronha	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
41968	Gabriel Martins Pereira Novinski	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 9
40932	Geraldo da Silva Alves	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
40644	Gilmar Mendes Batista	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
41082	Guilherme Rodrigues dos Santos	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
43274	Hiago Henrique da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
42295	Ivair Celio Frasson	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
43276	Iwenderson de Souza	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
39533	Joao Vitor da Silva de Matos	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
41835	Jobson Antonio Melo de Jesus	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
40461	Jose Batista de Assis	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
40139	Jose Carlos Galvao da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
39459	Jose Henrique Fioroto Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
42566	Kesia Batista Jorge	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
42852	Leonardo Ferreira da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
42957	Lucas Odair Barbosa Gomes	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
41404	Luis Belo Alves	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
39612	Luiz Carlos Simao	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
41963	Marcelo da Silva Almeida	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
43202	Marcelo Ferreira Pedro	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
41376	Marcos Cunha de Souza	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
43369	Marcos Tavares Lourenco	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 10
40037	Nelson Monteiro Ferreira	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
40666	Noel Rodrigues dos Santos	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
39768	Ocelano Alves	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
39940	Odair Jose Ferreira Machado	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41254	Orlando Ferreira Mariz	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41764	Pedro Alves da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
43316	Pedro Barbosa da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41251	Pedro Francisco Lima das Neves	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41223	Renata dos Santos Rosa	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41794	Rodrigo Aparecido de Souza	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41759	Rudson Domingos de Lima	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
41098	Silvany Alves Moreira	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
40239	Vilson Eduardo da Silva	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11
39636	Willian Tome da Cunha	39 - Vigia	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorski Turno Tarde	Sala 11

Rancho Alegre D'Oeste / PR, 06 de outubro de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal
Rancho Alegre D'Oeste / PR

Publicado por:
Thiago de Souza Mourão
Código Identificador:60CF5E4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO NEXXA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 187/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: NEXXA FARMACEUTICA LTDA
OBJETO: objeto Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para Farmácia Municipal, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.

ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas resolvem, por mútuo acordo, reequilibrar economicamente Ata registro de Preços, conforme faculta o disposto o inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/21 e o art. 9º do Decreto Municipal n.º 4.604/2023.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Valor Reequilibrado
LOTE: 001 - Lote 001	37	81935	BUDESONIDA 32 MCG 120 DOSES 6ML CÓDIGO BR 452913	EMS	FR	500,00	10,279	16,76

REFERENTE: PREGÃO Nº 16/2026
DATA DA ASSINATURA:06/10/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:A9AE0A71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO - 2° SESSÃO PUBLICO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
O Agente de contratação e equipe de apoio tornam público o resultado do Credenciamento que tem como objeto **CREDENCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ANO DE 2026 E 2027, COM O OBJETIVO DE ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IDA KUMMER, E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL GIRASSOL,** conforme segue:
DARCI FRANCISCO DOS SANTOS

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25.	100	UND	CHOCOLATE EM PÓ (açúcar mascavo e cacau em pó), composto por açúcar mascavo e cacau em pó. Apresentação em embalagens de polietileno de 1kg. Reposição em caso de alterações antes da data de vencimento, prazo de validade vencido ou embalagens violadas. O produto deve conter obrigatoriamente rótulo identificando o produtor, data de fabricação e data de validade.	31,63	3.163,00

Renascença, 06 de outubro de 2026.

MAYARA ELOY DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:FC51D188

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, sediado na rua Guilherme Pereira, 482, Centro, Rio Azul/PR, CEP 84.560-000, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura, regido pela Lei nº 14.399/2022 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Política Nacional Aldir Blanc objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da Política Nacional Aldir Blanc foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Rio Azul.
Deste modo, a Secretaria Municipal de Cultura torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc, na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Rio Azul - PR.

2.2 Quantidade de projetos selecionados

Serão selecionados 43 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais).
A despesa correrá à conta de Dotação Orçamentária específica relativa a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).
Sobre o valor total repassado pelo Município de Rio Azul ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição

Das 08 horas do dia 07/10/2026 até às 17 horas do dia 14/10/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5 Quem pode participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que resida noMunicípio de Rio Azulhá pelo menos12 meses.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.

2.6 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo01e poderá ser contemplado com no máximo01.

3. ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
● **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
● **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
● **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
● **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar, por meio físico, na Casa de Cultura Alexandre Kaminski (Localizada na Avenida Manoel Ribas, nº 1023, Centro, Rio Azul/PR) a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;

c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
e) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
f) Modelo de Portfólio (Anexo 11).

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) pessoas afrodescendentes;
b) pessoas indígenas;
c) pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas afrodescendentes, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas afrodescendentes, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas afrodescendentes, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas afrodescendentes, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo IX.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de Rio Azul de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados até12 meses da data do recebimento.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1 Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão, nos termos do Decreto nº 195/2026:
- Rafael Augusto Costa de Almeida, maestro, professor de música, formado em Licenciatura Plena em Música, pós-graduado em Cognição Musical e Musicoterapia. Possui especializações musicais realizadas em Paris, na França, e em Helsinque, na Finlândia.
- Luzia Viviane Eckstein, professora formada em Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Música.
- Nayara Silviane de Araujo, formada em Administração de Empresas - Gestão de Negócios; formada em Canto pelo Conservatório Belas Artes de Joinville; formada em Musicalização e Canto Coral pela Allegromusic. Vencedora do Concurso The Voice of de Sea 2025. Em 2026, atuou como professora de Música em 5 escolas de Irati credenciada pela Secretaria da Cultura.
Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.2 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.3 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.4 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.5 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do e no site oficial do Município de Rio Azul.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a comissão de seleção que deve ser apresentado por meio físico na Casa de Cultura Alexandre Kaminski (Avenida Manoel Ribas, 1023) no prazo de 3 dias úteis, (CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024)a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial e site oficial do município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
8.1 A comissão avaliadora, em conjunto com o conselho municipal de cultura, fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana.

8.2 Se houver propostas contempladas com recursos remanejados, estas devem reenviar a tabela orçamentária para aprovação da Comissão Avaliadora (mediante ata). Caso a nova tabela orçamentária seja aprovada, será anexada no Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (Anexo III) e o proponente deverá prestar contas no Relatório de Execução do Objeto (Anexo VI). Caso a nova tabela orçamentária não seja aprovada, a proposta receberá o valor originalmente indicado no Anexo I.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 3 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por meio físico na Casa de Cultura Alexandre Kaminski (Avenida Manoel Ribas, 1023) os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado ao Jurídico Municipal que deve ser apresentado por meio de físico na Casa de Cultura Alexandre Kaminski (Avenida Manoel Ribas, 1023) no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no Diário Oficial e site oficial do município.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretária Municipal de Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Rio Azul, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Cultura

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.2 Como o agente cultural presta contas a Secretaria Municipal de Cultura

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.

O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado em até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no siteoficial da prefeitura do Município de Rio Azul.

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site oficial da Prefeitura do Município de Rio Azul e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas presencialmente na Casa de Cultura Alexandre Kaminski (Localizada na Avenida Manoel Ribas, nº 1023, centro, Rio Azul/PR)

Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura.

13.4 Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 06 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;

Anexo II - Formulário de Inscrição

Anexo III - Plano de Trabalho;

Anexo IV - Critérios de seleção

Anexo V - Termo de Execução Cultural;

Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;

Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo;

Anexo VIII - Declaração étnico-racial

Anexo IX – Declaração PCD

Anexo X – Formulário de interposição de recurso

Anexo XI – Modelo de Portfólio

Rio Azul-PR, 06 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI

Prefeito Municipal

CRONOGRAMA DO EDITAL

Ocorrência	Prazo
Inscrições do Edital	07/10 a 14/10
Resultado preliminar de Seleção	19/10
Período de recurso de seleção	20 a 22/10
Resultado Final de Seleção	23/10
Entrega de certidões para habilitação	26 a 28/10
Resultado preliminar de habilitação	03/11
Período de recurso de habilitação	04 a 06/11
Resultado final de habilitação	09/11
Assinatura do Termo de Execução Cultural	10 a 13/11
Pagamentos	a partir de 23/11

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais) distribuídos da seguinte forma:

a) Até R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para CATEGORIA MÚSICA SOLO INFANTIL/JUVENIL;
b) Até R$ 12.000,00 (doze mil reais) para CATEGORIA MÚSICA SOLO ADULTO;
c) Até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para CATEGORIA MÚSICA - DUPLAS;
d) Até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para CATEGORIA MÚSICA – GRUPOS, BANDAS E CONJUNTOS;
e) Até R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para CATEGORIA ARTESANATO E SABERES TRADICIONAIS;
f) Até R$ 6.000,00 (seis mil reais) para CATEGORIA ARTES VISUAIS – PINTURA E EXPRESSÕES VISUAIS;
g) Até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para CATEGORIA DANÇA;
h) Até R$ 12.000,00 (doze mil reais) para CATEGORIA TEATRO E ARTES CÊNICAS;
i) Até R$ 12.000,00 (doze mil reais) para a CATEGORIA MEMÓRIA CULTURAL – AUDIOVISUAL.
j) Até R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) para CATEGORIA FESTIVAL DE MÚSICA

2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

a) CATEGORIA MÚSICA SOLO INFANTIL/JUVENIL: Destinada a agentes culturais com até 18 anos que desenvolvam atividades musicais como cantores ou instrumentistas, individualmente. O projeto deverá apresentar uma proposta de atuação cultural relacionada à música, podendo envolver apresentações, formação, criação, produção ou circulação. Para a seleção, será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural**, contendo registros que comprovem a trajetória do participante, como fotos, vídeos, cartazes, divulgações, certificados, declarações, matérias, links ou outros documentos comprobatórios. Serão consideradas as atividades culturais desenvolvidas **em Rio Azul e em outros municípios**, incluindo apresentações em eventos, festivais, encontros, projetos e demais ações culturais. A quantidade, continuidade e diversidade das atividades comprovadas poderão contribuir para a pontuação da trajetória cultural.

b) CATEGORIA MÚSICA SOLO ADULTO: Destinada a agentes culturais maiores de 18 anos que desenvolvam atividades musicais individualmente, como cantores ou instrumentistas. A proposta deverá estar relacionada à atuação musical do agente cultural, podendo contemplar apresentações, criação, produção, formação ou circulação. Para participar da seleção, será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural**, com documentos que comprovem a atuação e a trajetória do candidato, como fotos, vídeos, cartazes, matérias, divulgações, certificados, declarações, links e demais registros pertinentes. Serão consideradas as atividades realizadas **em Rio Azul e também fora do município**, inclusive participações em eventos, festivais, apresentações, projetos e outras ações culturais. A trajetória cultural comprovada, considerando a quantidade, continuidade e diversidade das atividades desenvolvidas, será utilizada como elemento de pontuação na seleção.

c) CATEGORIA MÚSICA - DUPLAS: Destinada a duplas que desenvolvam atividades musicais de forma conjunta, abrangendo diferentes estilos e manifestações da música popular e tradicional. A proposta deverá demonstrar a atuação cultural da dupla e poderá envolver apresentações, produção musical, circulação, participação em eventos, formação ou outras ações relacionadas à música. Será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural da dupla**, contendo registros que comprovem sua trajetória, como fotos, vídeos, cartazes, divulgações, matérias, certificados, declarações, links e outros documentos. Na seleção, serão consideradas as atividades culturais comprovadas **realizadas em Rio Azul e em outros municípios**, inclusive participações em eventos, festivais, shows, encontros e projetos culturais. A quantidade, continuidade e diversidade da atuação cultural comprovada poderão resultar em maior pontuação na avaliação da trajetória.

d) CATEGORIA MÚSICA – GRUPOS, BANDAS E CONJUNTOS: Destinada a grupos, bandas e conjuntos musicais que desenvolvam atividades culturais de forma coletiva, incluindo manifestações da música tradicional, popular, gaúcha e demais estilos musicais. A proposta deverá apresentar a atuação do grupo e poderá contemplar apresentações, produção, circulação, formação, participação em eventos e outras ações de desenvolvimento cultural. Será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural do grupo, banda ou conjunto**, contendo registros que comprovem sua trajetória e atuação, tais como fotos, vídeos, cartazes, matérias, divulgações, certificados, declarações, links e outros documentos comprobatórios. Serão consideradas as atividades realizadas **em Rio Azul e fora do município**, incluindo apresentações em eventos, festivais, encontros, bailes, projetos e demais atividades culturais. A trajetória comprovada, considerando a quantidade, continuidade e diversidade das ações realizadas, será considerada na pontuação da seleção.

e) CATEGORIA ARTESANATO E SABERES TRADICIONAIS: Destinada a artesãos e agentes culturais que desenvolvam trabalhos relacionados ao artesanato, à produção manual e à preservação de técnicas, conhecimentos e saberes tradicionais. A proposta deverá demonstrar a atividade cultural desenvolvida pelo agente, podendo envolver produção, participação em feiras, exposições, demonstrações, oficinas, transmissão de conhecimentos e outras formas de valorização do artesanato e dos saberes culturais. Será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural**, com registros que comprovem a trajetória e a produção do agente, incluindo fotografias dos trabalhos, participação em feiras e eventos, certificados, divulgações, matérias, declarações, links e outros documentos. Serão consideradas atividades realizadas **em Rio Azul e fora do município**, valorizando a participação efetiva em ações culturais e a continuidade da atuação. A quantidade, diversidade e continuidade das atividades comprovadas poderão contribuir para a pontuação na seleção.

f) CATEGORIA ARTES VISUAIS – PINTURA E EXPRESSÕES VISUAIS: Destinada a agentes culturais que desenvolvam trabalhos nas áreas de pintura, desenho, ilustração, fotografia, produção visual e outras manifestações relacionadas às artes visuais. O projeto deverá apresentar a atividade cultural desenvolvida pelo agente, podendo envolver criação, produção, exposição, circulação, formação ou difusão de trabalhos artísticos. Será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural**, contendo registros dos trabalhos realizados e da trajetória do agente, como fotografias das obras, exposições, divulgações, certificados, matérias, links, catálogos e demais documentos comprobatórios. Serão consideradas atividades desenvolvidas **em Rio Azul e também em outros municípios**, sendo possível comprovar participação em exposições, eventos, feiras, mostras, projetos e outras ações culturais. A trajetória cultural comprovada será considerada na pontuação da seleção.

g) CATEGORIA DANÇA: Destinada a agentes culturais, grupos e coletivos que desenvolvam atividades relacionadas à dança, contemplando diferentes estilos, manifestações e expressões culturais. A proposta poderá envolver apresentações, criação coreográfica, formação, oficinas, circulação, participação em eventos e outras ações de desenvolvimento e difusão da dança. Será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural**, contendo registros que comprovem a trajetória e a atuação do agente, grupo ou coletivo, como fotos, vídeos, cartazes, divulgações, certificados, matérias, declarações, links e outros documentos comprobatórios. Serão consideradas as atividades realizadas **em Rio Azul e em outros municípios**, incluindo apresentações, festivais, eventos, oficinas, projetos e demais ações culturais. A trajetória comprovada, considerando a quantidade, continuidade e diversidade das atividades, será utilizada como critério de pontuação na seleção.

h) CATEGORIA TEATRO E ARTES CÊNICAS: Destinada a agentes culturais, grupos e coletivos que desenvolvam atividades de teatro e outras manifestações das artes cênicas. A proposta poderá contemplar montagem e apresentação de espetáculos, criação, produção, formação, oficinas, circulação, participação em eventos e outras ações relacionadas às artes cênicas. Será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural**, contendo registros que comprovem a trajetória artística, como fotos, vídeos, cartazes de espetáculos, divulgações, matérias, certificados, declarações, links e outros documentos. Serão consideradas as atividades culturais desenvolvidas **em Rio Azul e fora do município**, incluindo apresentações, festivais, eventos, projetos, oficinas e outras ações culturais. A quantidade, continuidade e diversidade das atividades comprovadas serão consideradas na pontuação da trajetória cultural.

i) CATEGORIA MEMÓRIA CULTURAL – AUDIOVISUAL: Destinada à realização de projetos audiovisuais voltados ao registro, à preservação e à divulgação da memória e da história cultural de Rio Azul. O projeto deverá apresentar uma proposta de produção de documentário ou outro registro audiovisual que contribua para preservar histórias, personagens, manifestações, grupos, eventos, espaços, tradições ou ações

relacionadas à cultura do município. Será **obrigatória a apresentação de portfólio cultural do proponente**, contendo registros que comprovem sua experiência e trajetória na área cultural e/ou audiovisual, como vídeos, fotografias, produções anteriores, matérias, divulgações, certificados, links e outros documentos comprobatórios. Na seleção, também poderão ser consideradas as atividades culturais realizadas **em Rio Azul e em outros municípios**, demonstrando a experiência, participação e atuação efetiva do agente cultural. A trajetória comprovada poderá contribuir para a pontuação da seleção.

j) CATEGORIA FESTIVAL DE MÚSICA SERTANEJA E POPULAR: Categoria destinada à realização de **festivais de música sertaneja e popular**, voltados à valorização, promoção e divulgação dos talentos musicais de Rio Azul.

O festival deverá proporcionar espaço para a participação de **cantores, músicos, duplas, grupos e demais artistas musicais**, promovendo apresentações públicas e o acesso da comunidade à produção musical local.

Poderão ser contemplados os gêneros **sertanejo, gaúcho, gospel, música popular brasileira e outras expressões musicais compatíveis com a proposta**, conforme referência do **Festival Canta Rio**, que tem como objetivo valorizar e divulgar a cultura local e os talentos artísticos da comunidade.

O projeto deverá apresentar:

- conceito e objetivos do festival;
- formato e metodologia de realização;
- público-alvo;
- programação e cronograma;
- critérios e forma de participação dos artistas;
- composição do corpo de jurados, quando houver competição;
- critérios de avaliação;
- estrutura necessária para realização;
- plano de divulgação;
- orçamento detalhado;
- forma de registro e divulgação dos resultados
- Quando o festival possuir caráter competitivo, deverá prever **premiação,** podendo contemplar troféus e premiação em dinheiro.

• DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS INDÍGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA MÚSICA SOLO INFANTIL/JUVENIL	02	01	01	01	05	R$ 1.000,00	R$ 5.000,00
CATEGORIA MÚSICA SOLO ADULTO	05	03	01	01	10	R$ 1.500,00	R$ 15.000,00
CATEGORIA MÚSICA - DUPLAS	03	01	01	01	06	R$ 3.000,00	R$ 18.000,00
CATEGORIA MÚSICA – GRUPOS, BANDAS E CONJUNTOS	03	01	01	01	06	R$ 4.000,00	R$ 24.000,00
CATEGORIA ARTESANATO E SABERES TRADICIONAIS	02	01	01	01	05	R$ 1.500,00	R$ 7.500,00
CATEGORIA ARTES VISUAIS – PINTURA E EXPRESSÕES VISUAIS	01	01	-	-	02	R$ 3.000,00	R$ 6.000,00
CATEGORIA DANÇA	01	01	01	01	04	R$ 5.000,00	R$ 20.000,00
CATEGORIA TEATRO E ARTES CÊNICAS	01	-	-	-	01	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
CATEGORIA MEMÓRIA CULTURAL - AUDIOVISUAL	01	01	-	-	02	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00
CATEGORIA FESTIVAL DE MÚSICA	01	01	-	-	02	R$ 11.250,00	R$ 22.500,00

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

• Tipo de agente cultural individual:

( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

1.1. Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

1.2. Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

1.3. CPF:
[14 dígitos, apenas números]

1.4. CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

1.5. Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

1.6. E-mail:
[campo de e-mail validado]

1.7. Telefone:
[apenas números]

1.8. Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

1.9. Cidade:
[lista municípios IBGE]

1.10. Estado:
[lista estados IBGE]

1.11. CEP:
[campo CEP validado]

2. **Pertence a alguma comunidade tradicional?**
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. **É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?**
( ) Sim
( ) Não

• **Gênero:**

( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro

• **Orientação sexual:**

( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

• **Raça, cor ou etnia:**

( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena

( ) Amarela

• Você é uma Pessoa com Deficiência?

( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual)

• Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

• Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2025, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.525,00.)

( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00

• Possui quantos anos de experiência na área cultural?

[Número inteiro]

• Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

• Tipo de agente cultural:

( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

1.1. CNPJ:
[campo CNPJ validado]

1.2. Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

1.3. Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

1.4. Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

1.5. Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

1.6. CPF do representante legal:

[campo CPF validado]

1.7. E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

1.8. Telefone de contato:
[Apenas números]

1.9. CEP:
[campo CEP validado]

1.10. Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

1.11. Cidade:
[lista municípios IBGE]

1.12. Estado:
[lista estados IBGE]

1.13. Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

2. Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

1. Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

2. Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

3. Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

4. CPF do representante :
[campo CPF validado]

5. E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

6. Telefone de contato:
[apenas números]

7. Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

8. Cidade:
[lista municípios IBGE]

9. Estado:
[lista estados IBGE]

10. CEP:
[campo CEP validado]

11. Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

12. Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

DADOS DO PROJETO

• Vai concorrer às cotas?

( ) Não
( ) Sim, Pessoa negra

( ) Sim, Pessoa indígena
( ) Sim, Pessoa com deficiência
( ) Sim, outros grupos

• **Nome do Projeto:**

[Texto – 100 caracteres]

• **Valor da proposta:**

[Monetário]

• **A ação cultural proposta será realizada em qual formato?**

( ) Presencialmente em local fixo
( ) Presencialmente itinerante
( ) Remotamente/Online
( ) Em formato híbrido
( ) Outros
( ) Não aplicável

• **Qual o CEP do local de realização? (se aplicável)**

[Campo CEP validado]

• **Quantas pessoas serão remuneradas com o recurso do edital?**

[Número inteiro]

• **Qual o principal segmento contemplado pela proposta?**

( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

• **Qual a principal etapa do ciclo cultural contemplada pela proposta?**

( ) Criação
( ) Produção
( ) Comercialização e Distribuição
( ) Difusão e Circulação
( ) Acesso, mediação e fruição
( ) Formação
( ) Pesquisa e reflexão
( ) Memória e preservação
( ) Organização e gestão
( ) Monitoramento e avaliação
( ) Outra (especificar)

• Qual a principal pauta temática contemplada pela proposta?

( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

• A proposta prevê ações em algum território prioritário?

( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( ) Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

• Quais as principais entregas previstas pela proposta?

( ) Álbum musical
( ) Aplicativo / Software
( ) Apresentação ao vivo / Show
( ) Aquisição de acervos e bens culturais
( ) Arte gráfica / Desenho / Gravura / Ilustração
( ) Artesanato
( ) Artigo / Ensaio
( ) Audiolivro
( ) Aula / Palestra / Conferência
( ) Blog / Site
( ) Caderno / Cartilha / Apostila
( ) Circulação / Turnê
( ) Coleção
( ) Congresso / Encontro / Seminário / Simpósio
( ) Curso / Oficina / Workshop
( ) Desfile
( ) Digitalização de acervos
( ) Livro
( ) Livro eletrônico (e-Book)
( ) Ensaio fotográfico
( ) Escultura
( ) Espetáculo cênico
( ) Feira

( ) Exibição / Exposição
( ) Festa Popular
( ) Festival / Mostra
( ) Filme de curta-metragem
( ) Filme de longa-metragem
( ) Filme de média-metragem ou telefilme
( ) Grafitti / Mural
( ) Intercâmbio
( ) Instalação artística / videoarte
( ) Jogo eletrônico
( ) Licenciamento
( ) Manutenção de grupos / iniciativas / espaços culturais
( ) Melhoria em espaço cultural
( ) Pesquisa
( ) Plataforma digital
( ) Podcast / Programa de TV ou Rádio
( ) Residência Artística
( ) Revista / Jornal / Periódico
( ) Roteiro de filme ou episódio
( ) Sarau / Slam
( ) Série / websérie
( ) Videoclipe / Álbum visual
( ) Outros (especificar)

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)

ANEXO III
PLANO DE TRABALHO

1. Mini Currículo ou Mini portfólio da organização:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se preferir)
2. Resumo do projeto:
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
3. Objetivos do projeto:
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
4. Metas:
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
5. Perfil do público a ser atingido pelo projeto:
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
6. Medidas de acessibilidade empregadas no projeto:
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Para mais informações sobre acessibilidade cultural, acesse o GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/arquivos/materiais-de-orientacao/guias-manuais-e-cartilhas/25_minc_guia-de-acessibilidade-pnab-4-22-10.pdf .

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) sistema Braille;
( ) sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) audiodescrição;
( ) legendas;
( ) linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela;
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

7. Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

8. Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

9. Data de início da execução do projeto
10. Data de término da execução do projeto

11. Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, incluindo NOME, FUNÇÃO NO PROJETO, CPF/CNPJ, MINI-CURRÍCULO. Use o modelo de quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetóriada pessoa que será contratada)

12. Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto, incluindo ATIVIDADE, ETAPA, DESCRIÇÃO, INÍCIO e FIM. Use o modelo de quadro a seguir:

Atividade	**Etapa**	**Descrição**	**Início**	**Fim**
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

13. Planilha orçamentária

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando a META/ETAPA RELACIONADA, DESCRIÇÃO, JUSTIFICATIVA, UNIDADE DE MEDIDA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL e REFERÊNCIA DE PREÇO.
OBS.: Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.
DICA PARA O ENTE FEDERATIVO! A PLANILHA ABAIXO PODE SER DISPONIBILIZADA TAMBÉM EM FORMATO EXCEL PARA FACILITAR A SOMA DOS VALORES.

Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço (opcional)**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

14. Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

15. O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

16. Documentos complementares
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO IV
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;

• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Rio Azul**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município de Rio Azul	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70 PONTOS

● A pontuação final de cada candidatura seráde até 70 pontos;
● Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
● Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
● Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: PROPONENTE COM MAIOR IDADE;
● Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
● Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
● A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO V
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº _____/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE RIO AZUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Guilherme Pereira, 482, inscrito no CNPJ nº: 75.963.256/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Leandro Jasinski, e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do Município de Rio Azul/PR:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL] por meio de Relatório de Execução do Objeto [SE A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO, ALTERAR ESSE ITEM], apresentado no prazo máximo de [INDICAR PRAZO MÁXIMO] contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo [NOME DO ÓRGÃO] a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.
7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.
[OU]
7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações ocorrerá por meio de comissão específica designada para este fim.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (doze) meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário dos Municípios do Estado do Paraná.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Rebouças/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Rio Azul/PR, ____ de _____ de 2026.

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO VI
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.
5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]
ANEXO VIII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO X

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital nº 01/2026, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

Ao Município de Rio Azul/PR,

Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital nº 01/2026, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

ANEXO XI

MODELO DE CURRÍCULO – (NOME DO PROPONENTE)

IDENTIFICAÇÃO

NOME COMPLETO:

NOME ARTÍSTICO:

ENDEREÇO:

ÁREA(S) CULTURAL(IS) DE ATUAÇÃO:

WHATS: ( )

E-MAIL:

PNAB - (NOME DO ENTE)

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO
- Caso o agente cultural tenha uma titulação acadêmica. Exemplo: Graduado em Música pela Universidade da Música. Especialista em Musicalização no Ensino pela Faculdade XXXX. Mestrado em Ensino de Música no PPG em Educação da Universidade XXXX.
- Caso o agente cultural não tenha uma titulação acadêmica. Exemplo: Artista autodidata na área da Música com 15 anos de experiência com bandas, shows e 2 discos lançados de maneira independente.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Aqui o agente cultural pode descrever de maneira clara e objetiva a sua atuação profissional. Exemplo: Músico há 15 anos, professor de violão e compositor.

INFORME SOBRE PRODUÇÕES CULTURAIS
-Aqui o agente cultural pode descrever de maneira cronológica as suas produções culturais: apresentações, produções, participações em eventos, oficinas, cursos, palestras, formações, publicações, organização (mostras, eventos, seminários etc), exposições, projetos, assessoria artística e outras prestações de serviços na área artística. Exemplos:
● Show com a banda Largatos no Festival de Inverno de Lugar Nenhum (2010);
● Apresentações como músico em Barzinhos de Lugar Nenhum entre 2010 – 2013;
● Aulas de violão ministradas para alunos da rede pública municipal com duração de 6 meses, sendo 2 horas por semana, na Secretaria de Cultura de Lugar Nenhum (2010);
● Show com a banda Largatos no Pub Luna (2010);
● Participação como músico convidado na banda Universitária para apresentações em formaturas acadêmicas (de 2011 a 2014);
● Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011);
● Participação no Workshop de Música da Faculdade XXX com tema: Música como empreendedorismo (2012);
● Show beneficente em prol do Hospital de Lugar Nenhum (2013);
● Participação como ouvinte no evento “Como ser um Músico de Sucesso nas Redes Sociais” no SESC de Lugar Nenhum (2013);
● Apresentação na Noite Cultural da Faculdade XXXX (2013).

DOIS ÚLTIMOS TRABALHOS REALIZADOS
- Aqui o agente cultural vai selecionar os dois últimos trabalhos (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
● Participação como ouvinte no evento “Como ser um Músico de Sucesso nas Redes Sociais” no SESC de Lugar Nenhum (2013);
● Apresentação na Noite Cultural da Faculdade XXXX (2013).

DUAS PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS CULTURAIS
- Aqui o agente cultural vai selecionar as duas principais participações em eventos (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
● Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011);
● Participação no Workshop de Música da Faculdade XXX com tema: Música como empreendedorismo (2012);

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
- Aqui o agente cultural vai destacar as suas principais realizações (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
● Membro fundador da Banda Largatos;
● Professor de Violão para alunos da rede pública;

PRÊMIOS E TÍTULOS RECEBIDOS
- Aqui o Agente Cultural coloca os prêmios ou títulos. Exemplo:
● Primeiro colocado no Festival de Rock na festa de aniversário do Município de Lugar Nenhum (2012);
● Menção honrosa no Concurso de Novos Talentos de Lugar Nenhum (2010).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES - LINKS, FANPAGES, SITES, ETC.
- Aqui o agente cultural coloca os links de algumas das suas produções, seja das redes sociais ou outro meio de comunicação. Exemplo:
● Link YouTube Show com a banda Largatos no Festival de Inverno de Lugar Nenhum (2010)https://www.youtube.com/watch?v=6iUt6h8XXf0;

● Link postagem redes sociais Aulas de violão na Secretaria de Cultura de Lugar Nenhum (2010)https://www.facebook.com/aulas;
● Link YouTube Show com a banda Largatos no Pub Luna (2010)https://www.youtube.com/watch?v=B8PR5SxFGwY
● Links de postagens em redes sociaisde shows como músico convidado na banda Universitária (de 2011 a 2014)
https://www.instagram.com/fomatura01
https://www.instagram.com/fomatura02
https://www.instagram.com/fomatura03
https://www.instagram.com/fomatura04
● Link postagem matéria jornal local daPalestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011)
https://www.globo.com/?utm_source=barraGCOM
● Link reportagem sobre o Workshop de Música da Faculdade XXX (2012)
https://g1.globo.com/?utm_source=globo.com&utm_medium=header
Caso o agente cultural não tenha os links e queira comprovar com prints de publicações, reportagens ou fotos, poderá acrescentar de maneira cronológica e devidamente identificado.

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:0DD035DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 336/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 336/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: LEANDRO JUNIOR ROCHA BARROS				CPF: 073.632.979-08		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: PREFEITURA MUNICIPAL		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL ANGELINA CARON						
Saída: 29/09/2026				Chegada: 30/09/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE - CONSULTA MEDICA.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$450,00		
Valor Total das Diárias: R$450,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 29 de SETEMBRO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:3FC7B798

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 304/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 143/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos veterinários.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	6,00	UN	FÁRMACOS - Fármacos para de 20mg para 5,1kg à 10kg. Fármaco em comprimido que contém a substância ativa sarolaner. *Indicado para o tratamento e prevenção de infestações por pulgas, tratamento e controle de infestações de carrapatos	71,50	NOVA AGRO SAO LOURENCO LTDA
2	10,00	UN	FÁRMACOS - Fármacos para de 10,1 a 20 kg: 40 mg. Fármaco em comprimido que contém a substância ativa sarolaner. *Indicado para o tratamento e prevenção de infestações por pulgas, tratamento e controle de infestações de carrapatos	85,00	NOVA AGRO SAO LOURENCO LTDA
3	6,00	UN	FÁRMACOS - Fármacos para de 20,1 a 40 kg: 80 mg. Fármaco em comprimido que contém a substância ativa sarolaner. *Indicado para o tratamento e prevenção de infestações por pulgas, tratamento e controle de infestações de carrapatos	104,50	NOVA AGRO SAO LOURENCO LTDA

Rio Negro, 06 de outubro de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:07920ADB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024 - CONVOCAÇÃO Nº 282/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 282/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo de Exames Médicos, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DA PERÍCIA ADMISSIONAL OFICIAL

Para realização da Perícia Admissional Oficial, o candidato deverá comparecer, IMPRETERIVELMENTE, na data e horário também indicados no Anexo I, na empresa NOVATERRA Consultoria em Medicina e Segurança do Trabalho, localizada na Rua Santos Dumont nº 690 – Centro – Rolândia/PR, com todos os EXAMES ADMISSIONAIS arrolados no Anexo III. As despesas dos respectivos exames admissionais ocorrerão às expensas do candidato.
A data e o horário determinados para a realização da Perícia Admissional Oficial não poderão ser alterados a critério do candidato, sendo realizado por ordem de chegada.
Para a avaliação médica, o candidato deverá apresentar-se munido de documento de identidade original.
O não comparecimento no período marcado para a Avaliação Clínica ou a não apresentação de todos os Exames Gerais Obrigatórios descritos no anexo II desta Convocação importará na eliminação do Candidato do Concurso.
Será considerado apto o candidato que não apresentar quaisquer alterações patológicas que o contraindiquem ao desempenho do cargo/função para o qual se inscreveu.
Dúvidas acerca da Perícia Admissional poderão ser sanadas por meio do telefone (43) 3255-8664, das 12:00 às 18:00h, ou pelo e-mail rh@rolandia.pr.gov.br

ANEXOS

Anexo I – Relação de Candidatos Convocados;
Anexo II – Ficha de Informações Para Exame Pré-admissional;
Anexo III - Relação de Exames Médicos;

Rolândia, 05 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação nº 282/2026 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Cargo: Técnico de Gestão Municipal A - Administrativo

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
84	014.703.142-19	ALEX JUNIOR DA SILVA	06/11/2026	08:00h
85	014.703.249-29	CAIO JOSE DE SOUZA SILVA	06/11/2026	08:00h
350	014.703.314-28	ANDRÉ LUÍS CAMARGO [2]	06/11/2026	08:00h
356	014.703.265-95	BRUNA OLIVEIRA MORAIS FRANÇA [2]	06/11/2026	08:00h

Cargo: Assistente Social

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
30	014.703.145-72	PAULA VAVIANE MATTOS E SILVA	06/11/2026	08:00h

* Candidatos concorrentes às vagas reservadas conforme itens 6 e 8 do Edital 001/2024.
[1] Pessoa com Deficiência - PCD
[2] Negros

Anexo II da Convocação nº 282/2026 – FICHA DE INFORMAÇÕES PARA EXAME PRÉ-ADMISSIONAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE
(Deverá ser preenchido pelo candidato com letra legível)

Eu,_, portador do CPF n.º __e RG n.º_, candidato(a) ao ingresso no Serviço Público Municipal, declaro que todas as informações por mim preenchidas na Ficha de Informações Cadastrais, no Questionário Para Identificação de Indivíduos com Epilepsia e no Questionário Para Exame Médico Admissional, são verdadeiras, corretas e completas.
Declaro ter conhecimento de que qualquer fato informado incorretamente ou omissão cometida no preenchimento das respostas dos quesitos, poderá me imputar sanções legais ou penalidades jurídicas, já que fazem parte do conjunto de elementos que compõem a avaliação de meu estado de saúde.
Declaro estar ciente de que devo comparecer ao local indicado para perícia pré-admissional com antecedência mínima de 15 minutos.
Declaro estar ciente da data e horário do exame pré-admissional, sendo que o não comparecimento na data e horário agendados portando **todos** os exames indicados na convocação implicará em comunicação oficial de ausência e resultará na imediata desclassificação do (a) candidato (a).

Data:___/____/____.

Assinatura do Candidato

QUESTIONÁRIO MÉDICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA-CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO
01	Você tem ou teve crises (ataques, acesso, convulsão) na qual perde a consciência e cai subitamente? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
02	Você tem ou teve crises em que perde o contato com a realidade (meio) e fica como se estivesse Fora do ar? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
03	Você tem ou teve crises na qual tem repuxões incontroláveis em braços, pernas, na boca ou vira a Cabeça para o lado? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
04	Você tem ou teve crises de desmaio e que ao acordar nota que fez xixi ou cocô na roupa sem perceber? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
05	Você tem ou teve crises na qual sente sensação ruim de "fundeza" ou bola na "boca do estômago"e que sobe até a garganta e em seguida sai fora do ar, e depois dizem que você ficou mexendo em algo com as mãos ou mastigando ou olhando para algo distante? E na sua família, alguém tem Essas crises?	( )	( )
06	Algum médico ou profissional de saúde ou mesmo familiares já lhe disse que você tem ou teve convulsão febril na infância; ou durante alguma doença grave qualquer? E na sua família, alguém teve este problema?	( )	( )
07	Você tem rápidos abalos tipo "choque" nos braços (as coisas caem da mão) ou pernas, com ou sem queda, principalmente pela manhã?	( )	( )
08	Há alguém na sua família com epilepsia?	( )	( )
Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato: _____ Assinatura: Rolândia,___/___/____			

QUESTIONÁRIO PARA EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir. Se tiver dúvidas, deixe a resposta em branco e pergunte ao médico na ocasião da sua perícia.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO	NÃO SEI
01	Usa óculos por indicação médica?	( )	( )	( )
02	Tem dificuldade para enxergar?	( )	( )	( )
03	Tem ou já teve alguma inflamação ou doença em seus olhos?	( )	( )	( )
04	Tem sua audição diminuída em um ou ambos os ouvidos?	( )	( )	( )
05	Teve alguma doença nos ouvidos (infecções, zumbidos, etc.)?	( )	( )	( )
06	Tem dores de cabeça frequentes?	( )	( )	( )
07	Tem ou teve tonturas?	( )	( )	( )
08	Ficou alguma vez "sem sentido"(desmaiou?)	( )	( )	( )
09	Teve alguma parte do corpo paralisada?	( )	( )	( )
10	Sua pele tem alguma anormalidade?	( )	( )	( )
11	Sua pele tem alguma doença crônica?	( )	( )	( )
12	Tem alergias ou intolerâncias (alimentos, fatores ambientais, substâncias, etc.)	( )	( )	( )
13	Tossiu ou cuspiu sangue alguma vez?	( )	( )	( )
14	Tem ou teve alguma doença pulmonar (do pulmão)?	( )	( )	( )
15	Sente falta de ar?	( )	( )	( )
16	Tem pressão alta/hipertensão arterial?	( )	( )	( )
17	Seu coração, às vezes, bate mais rápido ou teve alguma doença do coração?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Perguntas relacionada a própria saúde		SIM	NÃO	NÃO SEI
18	Possui alguma deficiência, limitação ou deformidade física?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
19	Tem tido inchaço (edema) nas pernas?	( )	( )	( )
20	Tem ou teve problemas de hemorroidas ou varizes?	( )	( )	( )
21	Seus dentes necessitam de tratamento?	( )	( )	( )
22	Tem problemas intestinais ou estomacais?	( )	( )	( )
23	Eliminou sangue nas suas fezes?	( )	( )	( )
24	Sua pele já ficou totalmente amarelada (icterícia)?	( )	( )	( )
25	Tem ou teve algum problema de rins ou bexiga?	( )	( )	( )
26	Perdeu alguma vez sangue ou proteínas pela urina?	( )	( )	( )
27	Tem ou teve doenças sexualmente transmissíveis?	( )	( )	( )
28	Tem dores ou outros problemas na sua coluna vertebral?	( )	( )	( )
29	Tem habitualmente dores nas juntas?	( )	( )	( )
30	As suas juntas as vezes ficam inchadas?	( )	( )	( )
31	Engordou ou emagreceu mais de 5 quilos nos últimos 6 meses?	( )	( )	( )
32	Tem ou já teve problemas com peso inadequado?	( )	( )	( )
33	Foi tratado(a) de algum câncer ou tumor?	( )	( )	( )
34	Foi operado(a)? (fez alguma cirurgia)–inclusive cesárea.	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
35	Teve alguma ferida séria?	( )	( )	( )
36	Sofreu algum acidente em que se machucou?	( )	( )	( )
37	Quebrou, trincou ou deslocou algum osso?	( )	( )	( )

38	Faz ou fez uso de cigarro? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
39	Faz ou fez uso de bebidas alcoólicas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
40	Faz ou já fez uso de outras drogas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
41	Tem ou teve insônia ou dificuldade para dormir?	( )	( )	( )
42	Tem se sentido muito nervoso(a)?	( )	( )	( )
43	Já fez ou está fazendo acompanhamento psiquiátrico ou psicológico?	( )	( )	( )
44	Faz ou já fez uso de medicações calmantes, para dormir, para ansiedade ou depressão?	( )	( )	( )
45	Tem intranquilidade no lar?	( )	( )	( )
46	Esteve internado em hospital/Clínicas?	( )	( )	( )
47	Já recebeu transfusões sanguíneas?	( )	( )	( )
48	No momento está fazendo algum tratamento médico?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
49	Faz ou tem feito uso habitual de algum medicamento?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
50	Faz atividades físicas, esportivas e/ou de lazer?	( )	( )	( )
Se sim, quais e com que frequência?				
51	Tem ou teve algum distúrbio da voz ou rouquidão? Fez ou faz tratamento?	( )	( )	( )
52	Esteve em consulta médica nos últimos 12 meses?	( )	( )	( )
Quais especialidades?				
53	Faz acompanhamento médico regular?	( )	( )	( )
Se sim, quais e/ou porquê?				
Você é ou foi portador de algumadas doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
54	Colesterol alto?	( )	( )	( )
55	Doença cardíaca/ docoração?	( )	( )	( )
56	Asma?	( )	( )	( )
57	Rinite?	( )	( )	( )
58	Tuberculose?	( )	( )	( )
59	Bronquite?	( )	( )	( )
60	Doenças do fígado(hepatite,cirrose ou outras)?	( )	( )	( )
61	Refluxo gastresofágico ou gastrite?	( )	( )	( )
62	Algum tipo de hérnia?	( )	( )	( )
63	Doença do pâncreas?	( )	( )	( )
64	Diabetes/açúcar alto no sangue?	( )	( )	( )
65	Doença dos Rins (cálculos,infecções,cólica,etc.)?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Você é ou foi portador de alguma das doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
66	Reumatismo?	( )	( )	( )
67	Tendinite e/ou bursite?	( )	( )	( )
68	Lúpus e/ou psoríase?	( )	( )	( )
69	Doença de Parkinson?	( )	( )	( )
70	Esquizofrenia?	( )	( )	( )
71	Problemas hormonais(tireoide,entre outros)?	( )	( )	( )
72	Doenças do sangue e/ou da coagulação?	( )	( )	( )
73	Outras doenças não mencionadas?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				

Antecedentes Familiares–Seus familiares diretos têm ou tiveram alguma das doenças abaixo:

Doença		**Sim**	**Não**	**Parentesco**	**Doença**		**Sim**	**Não**	**Parentesco**
74	Diabetes	( )	( )		**81**	Cardiopatia	( )	( )	
75	Hipertensão	( )	( )		**82**	Câncer	( )	( )	
76	Distúrbiomental	( )	( )		**83**	Surdez	( )	( )	
77	Alcoolismo	( )	( )		**84**	Tuberculose	( )	( )	
78	Asma	( )	( )		**85**	Alergia	( )	( )	
79	Parkinson	( )	( )		**86**	Artrose/Artrite	( )	( )	
80	Esquizofrenia	( )	( )		**87**	AVC/ derrame	( )	( )	

Perguntas relacionadas aos antecedentes ocupacionais		**SIM**	**NÃO**	**NÃOSEI**
88	Já trabalhou em local insalubre?	( )	( )	( )
89	Já sofreu algum acidente de trabalho?	( )	( )	( )
90	Já sofreu alguma doença do trabalho ou doença profissional?	( )	( )	( )
91	Já esteve afastado(a) por doença relacionada ao trabalho?	( )	( )	( )
Se sim, quando, por qual doença e por quanto tempo?				
92	Já esteve submetido a riscos ocupacionais (ruído,prod.Químico,biológicos)?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
93	Já recebeu adicional de insalubridade ou periculosidade?	( )	( )	( )
Por quê?				
94	Usava equipamentos de proteção?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				

95	Quais foram os seus últimos dois vínculos empregatícios	Função	Tempo
Ultimo:			
Penúltimo:			
96	A seu ver, tem alguma condição de saúde que o impeça ou faça restrições ao exercício do seu cargo? Qual?		
97	Há alguma outra informação sobre sua saúde atual ou passada que julgue importante?		

Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato:

Assinatura: Rolândia, / / .

ANEXO III da Convocação 282/2026 – RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames Obrigatórios

AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA realizada por médico especialista em psiquiatria (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame psiquiátrico**, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OSTEOMUSCULAR realizada por médico especialista em ortopedia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame físico ortopédico** com avaliação de membros superiores, inferiores e coluna vertebral,

diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).
AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA realizada por médico especialista em oftalmologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório contendo, **no mínimo**, exame da acuidade visual com e sem correção para longe e para perto com cada olho separadamente e com ambos os olhos (testes de Snellen e Jaeger ou semelhantes), fundoscopia, tonometria, teste para visão em cores, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).
RAIO-X DE COLUNA POR SEGMENTOS - cervical, torácica e lombossacra - (duas incidências - AP e Perfil) com medida da angulação do grau para escoliose - com laudo emitido por médicoespecialista em radiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).
EXAMES LABORATORIAIS: Tipagem sanguínea ABO e Rh; Hemograma Padrão; VHS; Glicemia em jejum; Colesterol Total; Colesterol HDL; Colesterol LDL; Triglicerídeos; Ureia; Creatinina; Gama Glutamil Transferase (GGT); Transaminase Glutâmico-oxalacética (TGO); Transaminase Glutâmico-pirúvica (TGP); Ácido Úrico; TSH; VDRL; Parcial de Urina;
Anti-HCV; HBsAg; Anti-HBs (exames para os candidatos da área da saúde)
AVALIAÇÃO OTORRINOLARINGOLÓGICA:(exame para os candidatos da área da Educação) laudo descritivo e conclusivo de consulta médica realizada por médico especialista em otorrinolaringologia (otorrinolaringologista com Registro de Qualificação de Especialista – RQE – junto ao Conselho Federal de Medicina) que deve adicionar e obrigatoriamente citar o resultado dos seguintes exames complementares e seus respectivos laudos, considerando: Audiometria tonal e vocal, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame; Impedanciometria ou imitanciometria, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame.
COMPROVANTE DE ATUALIZAÇÃO VACINAL conforme Calendário de Vacinaçãodo Adulto e do Idoso instituído pelo Ministério da Saúde (Xerox da carteira de vacinação e atestado de vacinação emitido pelo Posto de Saúde - UBS ou clínicas privadas de vacinação que estejam de acordo com a legislação vigente).
Candidatos que responderem "SIM" a qualquer uma das perguntas que compõe o "QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA", parte integrante da "FICHA DE INFORMAÇÕES PARA
EXAME PRÉ- ADMISSIONAL" deverão apresentar adicionalmente o exame de eletroencefalograma com laudo emitido por médico neurologista/neurocirurgião (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).
Candidatos(as) com 40 anos completos ou mais:
Eletrocardiograma
Teste de esforço/Teste ergométrico
Avaliação cardiológica realizada por médico especialista em cardiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório médico contendo diagnóstico, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).PSA total e PSA livre (para homens).

***Poderão ser solicitados novos exames a critério do Perito Oficial.**
**** Os exames apresentados devem ter data de emissão máxima de 180 dias anteriores da data de realização da perícia.**

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:0B93990C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024 - CONVOCAÇÃO Nº 283/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 283/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo de Exames Médicos, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DA PERÍCIA ADMISSIONAL OFICIAL

Para realização da Perícia Admissional Oficial, o candidato deverá comparecer, IMPRETERIVELMENTE, na data e horário também indicados no Anexo I, na empresa Aptus Medicina do Trabalho, localizada na Rua Monteiro Lobato nº 563 sala A – Centro – Rolândia/PR, com todos os EXAMES ADMISSIONAIS arrolados no Anexo III. As despesas dos respectivos exames admissionais ocorrerão às expensas do candidato.
A data e o horário determinados para a realização da Perícia Admissional Oficial não poderão ser alterados a critério do candidato, sendo realizado por ordem de chegada.
Para a avaliação médica, o candidato deverá apresentar-se munido de documento de identidade original.
O não comparecimento no período marcado para a Avaliação Clínica ou a não apresentação de todos os Exames Gerais Obrigatórios descritos no anexo II desta Convocação importará na eliminação do Candidato do Concurso.
Será considerado apto o candidato que não apresentar quaisquer alterações patológicas que o contraindiquem ao desempenho do cargo/função para o qual se inscreveu.
Dúvidas acerca da Perícia Admissional poderão ser sanadas por meio do telefone (43) 3255-8664, das 12:00 às 18:00h, ou pelo e-mail rh@rolandia.pr.gov.br

ANEXOS

Anexo I – Relação de Candidatos Convocados;
Anexo II – Ficha de Informações Para Exame Pré-admissional;
Anexo III - Relação de Exames Médicos;

Rolândia, 05 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação nº 283/2026 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Cargo: Professor do Ensino Básico 20h

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
85	014.703.336-70	THAINÁ JAINE XAVIER SANTOS ASSALIN	06/11/2026	13:30

Cargo: Professor do Ensino Básico 30h

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
88	014.703.265-40	GABRIELA APOLINARIO MICHELETTI PINHEIRO	06/11/2026	13:30

Cargo: Auxiliar de Cirurgião Dentista

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
11	014.703.296-60	LIAMAR DE ANDRADE	06/11/2026	13:30
12	014.703.154-84	SUELLEN DOS SANTOS VASCONCELOS	06/11/2026	13:30
13	014.703.219-09	DENISE EVANGELISTA DA SILVA	06/11/2026	13:30

* Candidatos concorrentes às vagas reservadas conforme itens 6 e 8 do Edital 001/2024.
[1] Pessoa com Deficiência - PCD
[2] Negros

Anexo II da Convocação nº 283/2026 – FICHA DE INFORMAÇÕES PARA EXAME PRÉ-ADMISSIONAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE
(Deverá ser preenchido pelo candidato com letra legível)

Eu,_, portador do CPF n.º __e RG n.º_, candidato(a) ao ingresso no Serviço Público Municipal, declaro que todas as informações por mim preenchidas na Ficha de Informações Cadastrais, no Questionário Para Identificação de Indivíduos com Epilepsia e no Questionário Para Exame Médico Admissional, são verdadeiras, corretas e completas.
Declaro ter conhecimento de que qualquer fato informado incorretamente ou omissão cometida no preenchimento das respostas dos quesitos, poderá me imputar sanções legais ou penalidades jurídicas, já que fazem parte do conjunto de elementos que compõem a avaliação de meu estado de saúde.
Declaro estar ciente de que devo comparecer ao local indicado para perícia pré-admissional com antecedência mínima de 15 minutos.
Declaro estar ciente da data e horário do exame pré-admissional, sendo que o não comparecimento na data e horário agendados portando **todos** os exames indicados na convocação implicará em comunicação oficial de ausência e resultará na imediata desclassificação do (a) candidato (a).

Data:___/____/____.

Assinatura do Candidato

QUESTIONÁRIO MÉDICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA-CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO
01	Você tem ou teve crises (ataques, acesso, convulsão) na qual perde a consciência e cai subitamente? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
02	Você tem ou teve crises em que perde o contato com a realidade (meio) e fica como se estivesse Fora do ar? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
03	Você tem ou teve crises na qual tem repuxões incontroláveis em braços, pernas, na boca ou vira a Cabeça para o lado? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
04	Você tem ou teve crises de desmaio e que ao acordar nota que fez xixi ou cocô na roupa sem perceber? E na sua família, alguém tem?	( )	( )
05	Você tem ou teve crises na qual sente sensação ruim de "fundeza" ou bola na "boca do estômago"e que sobe até a garganta e em seguida sai fora do ar, e depois dizem que você ficou mexendo em algo com as mãos ou mastigando ou olhando para algo distante? E na sua família, alguém tem Essas crises?	( )	( )
06	Algum médico ou profissional de saúde ou mesmo familiares já lhe disse que você tem ou teve convulsão febril na infância; ou durante alguma doença grave qualquer? E na sua família, alguém teve este problema?	( )	( )
07	Você tem rápidos abalos tipo "choque" nos braços (as coisas caem da mão) ou pernas, com ou sem queda, principalmente pela manhã?	( )	( )
08	Há alguém na sua família com epilepsia?	( )	( )
Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato: _____ Assinatura: Rolândia,___/___/____			

QUESTIONÁRIO PARA EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL CONFIDENCIAL
Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir. Se tiver dúvidas, deixe a resposta em branco e pergunte ao médico na ocasião da sua perícia.

Perguntas relacionadas a própria saúde		SIM	NÃO	NÃO SEI
01	Usa óculos por indicação médica?	( )	( )	( )
02	Tem dificuldade para enxergar?	( )	( )	( )
03	Tem ou já teve alguma inflamação ou doença em seus olhos?	( )	( )	( )
04	Tem sua audição diminuída em um ou ambos os ouvidos?	( )	( )	( )
05	Teve alguma doença nos ouvidos (infecções, zumbidos, etc.)?	( )	( )	( )
06	Tem dores de cabeça frequentes?	( )	( )	( )

07	Tem ou teve tonturas?	( )	( )	( )
08	Ficou alguma vez "sem sentido"(desmaiou?)	( )	( )	( )
09	Teve alguma parte do corpo paralisada?	( )	( )	( )
10	Sua pele tem alguma anormalidade?	( )	( )	( )
11	Sua pele tem alguma doença crônica?	( )	( )	( )
12	Tem alergias ou intolerâncias (alimentos, fatores ambientais, substâncias, etc.)	( )	( )	( )
13	Tossiu ou cuspiu sangue alguma vez?	( )	( )	( )
14	Tem ou teve alguma doença pulmonar (do pulmão)?	( )	( )	( )
15	Sente falta de ar?	( )	( )	( )
16	Tem pressão alta/hipertensão arterial?	( )	( )	( )
17	Seu coração, às vezes, bate mais rápido ou teve alguma doença do coração?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Perguntas relacionada a própria saúde		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
18	Possui alguma deficiência, limitação ou deformidade física?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
19	Tem tido inchaço (edema) nas pernas?	( )	( )	( )
20	Tem ou teve problemas de hemorroidas ou varizes?	( )	( )	( )
21	Seus dentes necessitam de tratamento?	( )	( )	( )
22	Tem problemas intestinais ou estomacais?	( )	( )	( )
23	Eliminou sangue nas suas fezes?	( )	( )	( )
24	Sua pele já ficou totalmente amarelada (icterícia)?	( )	( )	( )
25	Tem ou teve algum problema de rins ou bexiga?	( )	( )	( )
26	Perdeu alguma vez sangue ou proteínas pela urina?	( )	( )	( )
27	Tem ou teve doenças sexualmente transmissíveis?	( )	( )	( )
28	Tem dores ou outros problemas na sua coluna vertebral?	( )	( )	( )
29	Tem habitualmente dores nas juntas?	( )	( )	( )
30	As suas juntas as vezes ficam inchadas?	( )	( )	( )
31	Engordou ou emagreceu mais de 5 quilos nos últimos 6 meses?	( )	( )	( )
32	Tem ou já teve problemas com peso inadequado?	( )	( )	( )
33	Foi tratado(a) de algum câncer ou tumor?	( )	( )	( )
34	Foi operado(a)? (fez alguma cirurgia)–inclusive cesárea.	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
35	Teve alguma ferida séria?	( )	( )	( )
36	Sofreu algum acidente em que se machucou?	( )	( )	( )
37	Quebrou, trincou ou deslocou algum osso?	( )	( )	( )
38	Faz ou fez uso de cigarro? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
39	Faz ou fez uso de bebidas alcoólicas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
40	Faz ou já fez uso de outras drogas? (mesmo eventual)	( )	( )	( )
41	Tem ou teve insônia ou dificuldade para dormir?	( )	( )	( )
42	Tem se sentido muito nervoso(a)?	( )	( )	( )
43	Já fez ou está fazendo acompanhamento psiquiátrico ou psicológico?	( )	( )	( )
44	Faz ou já fez uso de medicações calmantes, para dormir, para ansiedade ou depressão?	( )	( )	( )
45	Tem intranquilidade no lar?	( )	( )	( )
46	Esteve internado em hospital/Clínicas?	( )	( )	( )
47	Já recebeu transfusões sanguíneas?	( )	( )	( )
48	No momento está fazendo algum tratamento médico?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
49	Faz ou tem feito uso habitual de algum medicamento?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
50	Faz atividades físicas, esportivas e/ou de lazer?	( )	( )	( )
Se sim, quais e com que frequência?				
51	Tem ou teve algum distúrbio da voz ou rouquidão? Fez ou faz tratamento?	( )	( )	( )
52	Esteve em consulta médica nos últimos 12 meses?	( )	( )	( )
Quais especialidades?				
53	Faz acompanhamento médico regular?	( )	( )	( )
Se sim, quais e/ou porquê?				
Você é ou foi portador de algumadas doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
54	Colesterol alto?	( )	( )	( )
55	Doença cardíaca/ docoração?	( )	( )	( )
56	Asma?	( )	( )	( )
57	Rinite?	( )	( )	( )
58	Tuberculose?	( )	( )	( )
59	Bronquite?	( )	( )	( )
60	Doenças do fígado(hepatite,cirrose ou outras)?	( )	( )	( )
61	Refluxo gastresofágico ou gastrite?	( )	( )	( )
62	Algum tipo de hérnia?	( )	( )	( )
63	Doença do pâncreas?	( )	( )	( )
64	Diabetes/açúcar alto no sangue?	( )	( )	( )
65	Doença dos Rins (cálculos,infecções,cólica,etc.)?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Você é ou foi portador de alguma das doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
66	Reumatismo?	( )	( )	( )
67	Tendinite e/ou bursite?	( )	( )	( )
68	Lúpus e/ou psoríase?	( )	( )	( )
69	Doença de Parkinson?	( )	( )	( )
70	Esquizofrenia?	( )	( )	( )
71	Problemas hormonais(tireoide,entre outros)?	( )	( )	( )
72	Doenças do sangue e/ou da coagulação?	( )	( )	( )
73	Outras doenças não mencionadas?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				

Antecedentes Familiares–Seus familiares diretos têm ou tiveram alguma das doenças abaixo:

Doença		**Sim**	**Não**	**Parentesco**	**Doença**		**Sim**	**Não**	**Parentesco**
74	Diabetes	( )	( )		**81**	Cardiopatia	( )	( )	
75	Hipertensão	( )	( )		**82**	Câncer	( )	( )	
76	Distúrbiomental	( )	( )		**83**	Surdez	( )	( )	
77	Alcoolismo	( )	( )		**84**	Tuberculose	( )	( )	

78	Asma	( )	( )		**85**	Alergia	( )	( )	
79	Parkinson	( )	( )		**86**	Artrose/Artrite	( )	( )	
80	Esquizofrenia	( )	( )		**87**	AVC/ derrame	( )	( )	
Perguntas relacionadas aos antecedentes ocupacionais							**SIM**	**NÃO**	**NÃOSEI**
88	Já trabalhou em local insalubre?						( )	( )	( )
89	Já sofreu algum acidente de trabalho?						( )	( )	( )
90	Já sofreu alguma doença do trabalho ou doença profissional?						( )	( )	( )
91	Já esteve afastado(a) por doença relacionada ao trabalho?						( )	( )	( )
Se sim, quando, por qual doença e por quanto tempo?									
92	Já esteve submetido a riscos ocupacionais (ruído,prod.Químico,biológicos)?						( )	( )	( )
Se sim, quais?									
93	Já recebeu adicional de insalubridade ou periculosidade?						( )	( )	( )
Por quê?									
94	Usava equipamentos de proteção?						( )	( )	( )
Se sim, quais?									
95	Quais foram os seus últimos dois vínculos empregatícios				Função		Tempo		
Ultimo:									
Penúltimo:									
96	A seu ver, tem alguma condição de saúde que o impeça ou faça restrições ao exercício do seu cargo? Qual?								
97	Há alguma outra informação sobre sua saúde atual ou passada que julgue importante?								
Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato: **Assinatura: Rolândia, / /.**									

ANEXO III da Convocação 283/2026 – RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames Obrigatórios

AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA realizada por médico especialista em psiquiatria (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame psiquiátrico**, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OSTEOMUSCULAR realizada por médico especialista em ortopedia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame físico ortopédico** com avaliação de membros superiores, inferiores e coluna vertebral, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA realizada por médico especialista em oftalmologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório contendo, **no mínimo**, exame da acuidade visual com e sem correção para longe e para perto com cada olho separadamente e com ambos os olhos (testes de Snellen e Jaeger ou semelhantes), fundoscopia, tonometria, teste para visão em cores, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

RAIO-X DE COLUNA POR SEGMENTOS - cervical, torácica e lombossacra - (duas incidências - AP e Perfil) com medida da angulação do grau para escoliose - com laudo emitido por médicoespecialista em radiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).

EXAMES LABORATORIAIS: Tipagem sanguínea ABO e Rh; Hemograma Padrão; VHS; Glicemia em jejum; Colesterol Total; Colesterol HDL; Colesterol LDL; Triglicerídeos; Ureia; Creatinina; Gama Glutamil Transferase (GGT); Transaminase Glutâmico-oxalacética (TGO); Transaminase Glutâmico-pirúvica (TGP); Ácido Úrico; TSH; VDRL; Parcial de Urina;

Anti-HCV; HBsAg; Anti-HBs (exames para os candidatos da área da saúde)

AVALIAÇÃO OTORRINOLARINGOLÓGICA:(exame para os candidatos da área da Educação) laudo descritivo e conclusivo de consulta médica realizada por médico especialista em otorrinolaringologia (otorrinolaringologista com Registro de Qualificação de Especialista – RQE – junto ao Conselho Federal de Medicina) que deve adicionar e obrigatoriamente citar o resultado dos seguintes exames complementares e seus respectivos laudos, considerando: Audiometria tonal e vocal, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame; Impedanciometria ou imitanciometria, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame.

COMPROVANTE DE ATUALIZAÇÃO VACINAL conforme Calendário de Vacinaçãodo Adulto e do Idoso instituído pelo Ministério da Saúde (Xerox da carteira de vacinação e atestado de vacinação emitido pelo Posto de Saúde - UBS ou clínicas privadas de vacinação que estejam de acordo com a legislação vigente).

Candidatos que responderem "SIM" a qualquer uma das perguntas que compõe o "QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA", parte integrante da "FICHA DE INFORMAÇÕES PARA

EXAME PRÉ- ADMISSIONAL" deverão apresentar adicionalmente o exame de eletroencefalograma com laudo emitido por médico neurologista/neurocirurgião (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).

Candidatos(as) com 40 anos completos ou mais:

Eletrocardiograma

Teste de esforço/Teste ergométrico

Avaliação cardiológica realizada por médico especialista em cardiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório médico contendo diagnóstico, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).PSA total e PSA livre (para homens).

***Poderão ser solicitados novos exames a critério do Perito Oficial.**

**** Os exames apresentados devem ter data de emissão máxima de 180 dias anteriores da data de realização da perícia.**

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:96DF0F45

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 089/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da

empresa ARACENTER CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 82.498.759/0001-00, com sede à Rua Cegonha, nº 71, Vila Araponguinha, na cidade de Arapongas – PR, CEP 86.705-635, Fone (43) 3152-7567, e-mail tacarietacari2@hotmail.com, representada pelo Senhor RODRIGO CÉSAR TACARI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para eventual prestação de serviços mecânicos especializados para os veículos e maquinários pertencentes à frota municipal, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 089/2026, devidamente homologado pelo Município em 01/10/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
11	H/H	600,00	61267	REGULAGEM DE MOTOR de veículo automotor tipo utilitário leve	154,70	92.820,00
12	H/H	900,00	61270	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO de veículo automotor tipo utilitário leve	154,70	139.230,00
13	H/H	600,00	68753	REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOTOR em veículo automotor a álcool ou gasolina, tipo utilitário leve (Kombi).	154,70	92.820,00
14	H/H	600,00	68754	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MOTOR em veículo automotor movido a álcool ou gasolina , tipo utilitário leve.	154,70	92.820,00
15	H/H	1.000,00	65411	REGULAGEM DE MOTOR de veículo automotor tipo utilitário vans	185,30	185.300,00
16	H/H	1.000,00	65412	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO de veículo automotor tipo utilitário vans	185,30	185.300,00
17	H/H	600,00	68755	REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOTOR em veículo automotor a diesel, tipo utilitário vans	185,30	111.180,00
18	H/H	600,00	68756	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MOTOR em veículo automotor movido a Diesel Vans	185,30	111.180,00
63	H/H	320,00	68766	ALINHAMENTO de direção, em veículo automotor, incluindo convergência, tipo utilitário vans.	210,50	67.360,00
64	H/H	600,00	68767	BALANCEAMENTO DE RODA comum, em veículo automotor tipo utilitário vans.	210,50	126.300,00
65	H/H	400,00	68768	MONTAGEM DE PNEU em veículo automotor utilitario pesado(vans).	55,54	22.216,00
70	H/H	600,00	65342	SUSPENSÃO DAS RODAS DIANTEIRAS PARA VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO VANS E TIPO PASSEIO, MOVIDOS A DIESEL.	185,30	111.180,00
72	H/H	600,00	65331	SUSPENSÃO DAS RODAS TRASEIRA PARA VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO VANS E TIPO PASSEIO, MOVIDOS A DIESEL.	185,30	111.180,00
74	H/H	1.000,00	65333	SERVIÇOS DE FREIO de veículo automotor tipo utilitário vans	185,30	185.300,00

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser

considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 1.634.186,00 (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e oitenta e seis reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a

nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.

V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.

V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;

• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021
.Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo para execução dos serviços será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da aprovação do orçamento pela Secretaria responsável, salvo nos casos específicos em que a natureza ou complexidade do serviço demande prazo superior, devidamente justificado pela contratada e previamente autorizado pela Administração.
2. Os orçamentos deverão ser encaminhados à Prefeitura Municipal por meio do sistema 1Doc, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da entrada do veículo, máquina ou equipamento na oficina da contratada, salvo situações que demandem prazo adicional para diagnóstico e análise técnica, mediante justificativa formal.
3. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, localizadas em endereço informado na proposta e dentro dos limites estabelecidos no processo licitatório, quando houver restrição geográfica devidamente justificada.
4. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
5. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
6. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
6.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
7. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
8. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
9. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
10. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
11. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, em 01 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***ARACENTER CENTRO AUTOMOTIVO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:EAFC2911

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 089/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa MUNGO CENTRAUTO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 31.739.107/0001-80, com sede à Avenida Tiradentes, nº 353, Centro, na cidade de Rolândia – PR, CEP 86.600-101, Fone (43) 3255-5076, e-mail guto.adm@jcmungo.com.br, representada pelo Senhor CARLO AUGUSTUS MUNGO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para eventual prestação de serviços mecânicos especializados para os veículos e maquinários pertencentes à frota municipal, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 089/2026, devidamente homologado pelo Município em 01/10/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
1	H/H	1.500,00	72754	LANTERNAGEM EM VEÍCULO AUTOMOTOR	219,00	328.500,00
10	H/H	1.200,00	65347	SERVIÇOS DE TAPEÇARIA E RAPAROS com material incluso	148,00	177.600,00
27	H/H	400,00	68761	LIMPEZA DE BICO INJETOR em veículo automotor movido a álcool ou gasolina, tipo passeio.	171,00	68.400,00
29	H/H	200,00	68763	LIMPEZA DE BICO INJETOR em veículo automotor movido a diesel, tipo utilitário pesado (vans).	195,00	39.000,00
30	H/H	500,00	65423	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO em bombas e bicos injetores.	195,00	97.500,00
32	H/H	600,00	61268	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO de veículo automotor tipo utilitário leve	186,00	111.600,00
33	H/H	600,00	65425	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO de veículo automotor tipo utilitário vans	205,00	123.000,00
35	H/H	600,00	72758	SERVIÇOS DE DIREÇÃO de veículo automotor tipo utilitário leve,	171,00	102.600,00
36	H/H	1.000,00	65389	SERVIÇOS DE DIREÇÃO de veículo automotor tipo utilitário vans.	205,00	205.000,00
39	H/H	800,00	61260	REPARO, REGULAGEM OU REFORMA NOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS (SISTEMAS) de veículo automotor tipo passeio	185,00	148.000,00
40	H/H	600,00	61261	REPARO, REGULAGEM OU REFORMA NOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS (SISTEMAS) de veículo automotor tipo utilitário VANS	195,00	117.000,00
43	H/H	300,00	65394	SERVIÇO DE ALTERNADOR - linha leve	185,00	55.500,00
44	H/H	300,00	65395	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA - linha leve	185,00	55.500,00
45	H/H	300,00	65396	SERVIÇO DE CHICOTE/ LIMPADOR/ CURTO-CIRCUITO/ SINALIZAÇÃO - linha leve	185,00	55.500,00
46	H/H	300,00	65397	SERVIÇO DE ALTERNADOR - linha vans	205,00	61.500,00
47	H/H	300,00	65398	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA - linha vans	205,00	61.500,00
48	H/H	300,00	65399	SERVIÇO DE CHICOTE/ LIMPADOR/ CURTO-CIRCUITO/ SINALIZAÇÃO - linha vans	205,00	61.500,00
55	H/H	500,00	65406	SERVIÇOS DE RASTREAMENTO SISTEMA ELETRÔNICO (raster) para linha leve (alcool e gasolina)	185,00	92.500,00
56	H/H	350,00	65407	SERVIÇOS DE RASTREAMENTO SISTEMA ELETRÔNICO (raster) para linha pesada (diesel)	319,00	111.650,00
58	H/H	2.000,00	61325	Serviço de ar condicionado, reparo, carga de gás e manutenção do sistema	146,00	292.000,00
59	H/H	600,00	65409	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ALARMES, vidros e travas elétricas de veículos	186,00	111.600,00
60	H/H	160,00	61262	ALINHAMENTO de direção, incluindo convergência, em veículo automotor, tipo passeio.	143,00	22.880,00
61	H/H	600,00	68764	BALANCEAMENTO DE RODA comum, em veículo automotor, tipo passeio.	147,00	88.200,00
62	H/H	800,00	68765	MONTAGEM DE PNEU em veículo automotor tipo passeio e utilitário leve.	39,50	31.600,00
69	H/H	600,00	61251	SUSPENSÃO DAS RODAS DIANTEIRAS PARA VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO LEVE E TIPO PASSEIO, MOVIDOS A ÀLCOOL/GASOLINA.	171,00	102.600,00
73	H/H	1.000,00	61269	SERVIÇOS DE FREIO de veículo automotor tipo utilitário leve	171,00	171.000,00
77	H/H	500,00	65336	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO em veículo automotor tipo utilitário leve.	171,00	85.500,00
78	H/H	500,00	65337	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO em veículo automotor tipo utilitário pesado van.	205,00	102.500,00

89	H/H	500,00	68776	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO DIANTEIRO	218,00	109.000,00
90	H/H	500,00	61312	Serviço de reparo e troca do pistão hidráulico	225,00	112.500,00
91	H/H	500,00	65436	REPAROS MECÂNICOS EM GERAL, TROCA MANGUEIRA, CRUZETAS, MANCAIS ETC.....	171,00	85.500,00
93	H/H	1.500,00	61319	Mão de obra mecânica especializada em veículo automotor a diesel tipo utilitário pesado (vans).	205,00	307.500,00
94	H/H	1.500,00	61320	Mão de obra mecânica especializada em veículo automotor a álcool ou gasolina tipo utilitário leve	171,00	256.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 3.952.230,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e trinta reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021
.Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. O prazo para execução dos serviços será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da aprovação do orçamento pela Secretaria responsável, salvo nos casos específicos em que a natureza ou complexidade do serviço demande prazo superior, devidamente justificado pela contratada e previamente autorizado pela Administração.
2. Os orçamentos deverão ser encaminhados à Prefeitura Municipal por meio do sistema 1Doc, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da entrada do veículo, máquina ou equipamento na oficina da contratada, salvo situações que demandem prazo adicional para diagnóstico e análise técnica, mediante justificativa formal.
3. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, localizadas em endereço informado na proposta e dentro dos limites estabelecidos no processo licitatório, quando houver restrição geográfica devidamente justificada.
4. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
5. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
6. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
6.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
7. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
8. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
9. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
10. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
11. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, em 01 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal de Rolândia	***MUNGO CENTRAUTO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:E4382B5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 089/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa UNIÃO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 00.545.887/0001-01, com sede à Rua Vinte e Dois de Abril, nº 167, Jardim União, na cidade de Cambé – PR, CEP 86.185-550, Fone (43) 3251-1734, e-mail uniaoequip@uol.com.br, representada pela Senhora ELIZONETE FERNANDES MASSEI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para eventual prestação de serviços mecânicos especializados para os veículos e maquinários pertencentes à frota municipal, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 089/2026, devidamente homologado pelo Município em 01/10/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
2	H/H	1.500,00	72755	PINTURA SOLIDA EM VEÍCULO AUTOMOTOR	220,00	330.000,00
3	H/H	2.000,00	61323	Serviço de funilaria com material incluso	220,00	440.000,00
4	H/H	1.200,00	72756	SERVIÇO DE PINTURA DE VEICULOS COM MATERIAL INCLUSO	220,00	264.000,00
5	H/H	1.200,00	65343	SERVIÇO DE MARTELINHO DE OURO	220,00	264.000,00
6	H/H	1.600,00	65344	SERVIÇOS DE SOLDA AUTOMOTIVA ELÉTRICA	169,00	270.400,00
7	H/H	950,00	65345	SERVIÇOS DE SOLDA AUTOMOTIVA MIG	169,00	160.550,00
8	H/H	950,00	65346	SERVIÇOS DE SOLDA AUTOMOTIVA OXIGÊNIO	169,00	160.550,00
9	H/H	1.600,00	61317	Recuperação de peças de aço modular e ferro fundido	169,00	270.400,00
19	H/H	300,00	65416	REGULAGEM DE MOTOR em veículo automotor tipo utilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	65.700,00
20	H/H	1.000,00	65417	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO de veículo automotor tipo PESADO (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	219.000,00
21	H/H	600,00	72757	REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOTOR em veículo automotor a diesel, tipo caminhoes e onibus	219,00	131.400,00
22	H/H	800,00	68757	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MOTOR em veículo automotor tipo utilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	202,00	161.600,00
23	H/H	600,00	65339	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	319,00	191.400,00
24	H/H	240,00	68758	REGULAGEM DE MOTOR de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	319,00	76.560,00
25	H/H	800,00	68759	REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOTOR de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	319,00	255.200,00
26	H/H	800,00	68760	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MOTOR de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	319,00	255.200,00
28	H/H	400,00	68762	LIMPEZA DE BICO INJETOR em veículo automotor movido a diesel, tipo utilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	195,00	78.000,00
31	H/H	800,00	65424	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	320,00	256.000,00
34	H/H	500,00	65426	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO em veículo automotor tipo utilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	109.500,00
37	H/H	300,00	65390	SERVIÇOS DE DIREÇÃO em veículo automotor tipo utilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	65.700,00
38	H/H	400,00	65391	SERVIÇOS DE DIREÇÃO de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	319,00	127.600,00
41	H/H	600,00	65392	REPARO, REGULAGEM OU REFORMA NOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS (SISTEMAS) de veículo automotor tipo utilitário PESADO (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	320,00	192.000,00
42	H/H	600,00	65393	REPARO, REGULAGEM OU REFORMA NOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS (SISTEMAS) de EQUIPAMENTOS PESADOS PÁ CARREGADEIIRA, MOTONIVELADORA ETC....	320,00	192.000,00
49	H/H	300,00	65400	SERVIÇO DE ALTERNADOR - Para veículos tipo ultilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	65.700,00
50	H/H	300,00	65401	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA - Para veículos tipo ultilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	65.700,00
51	H/H	300,00	65402	SERVIÇO DE CHICOTE/ LIMPADOR/ CURTO-CIRCUITO/ SINALIZAÇÃO - Para veículos tipo ultilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	65.700,00
52	H/H	300,00	65403	SERVIÇO DE ALTERNADOR - de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	320,00	96.000,00
53	H/H	300,00	65404	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA -de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	320,00	96.000,00
54	H/H	300,00	65405	SERVIÇO DE CHICOTE/ LIMPADOR/ CURTO-CIRCUITO/ SINALIZAÇÃO - de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	320,00	96.000,00
57	H/H	350,00	65408	SERVIÇOS DE RASTREAMENTO SISTEMA ELETRÔNICO (raster) de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	320,00	112.000,00
66	H/H	200,00	68769	ALINHAMENTO de direção, incluindo convergência, em veículo automotor, tipo utilitário pesado (peso acima de 3.500 kg - caminhões, ônibus e micro-ônibus).	241,00	48.200,00
67	H/H	300,00	72759	BALANCEAMENTO DE RODA comum, em veículo automotor tipo utilitário pesado (peso acima de 3.500 kg caminhões, ônibus e micro-ônibus).	241,00	72.300,00
68	H/H	400,00	72760	MONTAGEM DE PNEU em veículo automotor tipo pesado (micro onibus, onibus, caminhões e equipamentos rodoviarios)	77,00	30.800,00
71	H/H	600,00	65330	SUSPENSÃO DAS RODAS DIANTEIRAS PARA VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO CAMINHÃO, MICRO ONIBUS ONIBUS ETC...	219,00	131.400,00
75	H/H	300,00	65334	SERVIÇOS DE FREIO em veículo automotor tipo utilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	65.700,00
76	H/H	500,00	65335	SERVIÇOS DE FREIO de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.)..	219,00	109.500,00
79	H/H	450,00	65338	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO em veículo automotor tipo utilitário pesado (caminhões, ônibus e micro-ônibus).	219,00	98.550,00
80	H/H	500,00	65339	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO de equipamento pesado (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	319,00	159.500,00
81	H/H	300,00	68771	SERVIÇO DE TROCA DE MOLAS E PINO DE CENTRO DE ÔNIBUS E CAMINHÕES	219,00	65.700,00
82	H/H	300,00	68772	SERVIÇO DE TROCA DE MOLAS E PINO DE CENTRO DE CAMIONETES ATÉ 3.500 Kg	206,00	61.800,00
83	H/H	600,00	68773	SERVIÇO GERAL EM MOLEJO(balança, etc.)	226,00	135.600,00

84	H/H	100,00	68774	SERVIÇO DE TROCA DE MOLAS, PINO DE CENTRO COM ARQUEAMENTO PARA VEICULOS LEVE	172,00	17.200,00
85	H/H	300,00	68775	SERVIÇO DE TROCA DE MOLAS, PINO DE CENTRO COM ARQUEAMENTO PARA VEICULOS MEDIOS E PESADOS	219,00	65.700,00
86	H/H	2.500,00	61297	Mão de obra mecânica especializada em maquinas rodoviárias e caminhões	219,00	547.500,00
87	H/H	2.500,00	61301	Reparos mecânicos gerais em maquinas leves como tratores, mini tratores, roçadeira jan, roçadeira tatu, roçadeira baldan, carreta de 4 rodas e outros: troca de cardam, cruzetas, engates, rolamentos, retentores, travas, etc.	171,00	427.500,00
88	H/H	1.000,00	65434	SERVIÇO HIDRÁULICOSDE EQUIPAMENTO PESADO (retro-escavadeira, motoniveladora etc.).	319,00	319.000,00
92	H/H	2.500,00	65437	CONSERTOS GERAIS EM MAQUINAS DE PAVIMENTAÇÃO (maquina de lama e usina de micro pavimento) como troca de facas do picador, rolamentos, esteira, etc...	319,00	797.500,00
95	H/H	1.500,00	61257	REVISÃO DE FREIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS COM PESO ACIMA DE 3.500 KG, CAMINHÕES, CAMINHONETE, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS. MOVIDOS A ÀLCOOL, DIESEL OU GASOLINA.	219,00	328.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 8.615.810,00 (oito milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e dez reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021
.Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. O prazo para execução dos serviços será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da aprovação do orçamento pela Secretaria responsável, salvo nos casos específicos em que a natureza ou complexidade do serviço demande prazo superior, devidamente justificado pela contratada e previamente autorizado pela Administração.

2. Os orçamentos deverão ser encaminhados à Prefeitura Municipal por meio do sistema 1Doc, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da entrada do veículo, máquina ou equipamento na oficina da contratada, salvo situações que demandem prazo adicional para diagnóstico e análise técnica, mediante justificativa formal.

3. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, localizadas em endereço informado na proposta e dentro dos limites estabelecidos no processo licitatório, quando houver restrição geográfica devidamente justificada.

4. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.

5. A prorrogação estará condicionada:

a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;

b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;

c. à necessidade administrativa devidamente justificada;

d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.

6. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

6.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.

7. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

8. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.

9. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.

10. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.

11. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:

I – Pelo Município de Rolândia:

Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;

Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;

Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;

Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:

Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;

Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete

Classificação Orçamentária:

Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.

Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, em 01 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***UNIÃO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:50FE779B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2026

Ref. Pregão nº 083/2026 – Figurinos – PA- 12.503/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa DANCIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 17.119.770/0001-50 com sede à Avenida Joaquim Constantino, nº 4063, Vila Nova Prudente, CEP nº 19.053-300, fone nº(18)3321-9878, (18)3321-8090, (18)99631-5652, e-mail: licitacao@dancin.com.br, focuscon@terra.com.br, na cidade de Presidente Prudente - SP, representada pela Senhora NATÁLIA OLIVEIRA DUARTE ROSAN, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Figurinos e Uniformes para Eventos Culturais, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 083/2026, devidamente homologado pelo Município em 01/10/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
3	KIT	250,00	72632	kit. Ballet: uniforme para crianças e adultos participantes das oficinas de balé (collant, meia calça fio 60, sapatilha de meia ponta, rede para coque e uma saia). Com Brasão do Município de Rolândia no canto superior do collant. Tamanhos: P, M, G ,GG E XG. Collant em Suplex 90% poliamida e 10% elastano. Sapatilhas tamanho: do 34 ao 42. Material do calçado: Lona Sarja 100% algodão, calcanhar em Cotton 97% Algodão e 3% elastano, com solado dividido em raspa couro legítimo e palmilha em sarja 100% algodão. Forma do bico: Redondo Modelo: meia com dois elásticos transpassados em cima. Cores a escolher	159,00	39.750,00	PRÓPRIA
4	KIT	250,00	72633	kit. Ballet: uniforme para crianças participantes das oficinas de balé (collant, meia calça fio 60, sapatilha de meia ponta, rede para coque e uma saia). Com Brasão do Município de Rolândia no canto superior do collant. Tamanhos: Tamanhos 4 ao 16 . Collant em Suplex 90% poliamida e 10% elastano. Sapatilhas tamanho: do 34 ao 44. Material do calçado: Lona Sarja 100% algodão, calcanhar em Cotton 97% Algodão e 3% elastano, com solado dividido em raspa couro legítimo e palmilha em sarja 100% algodão. Forma do bico: Redondo Modelo: meia com dois elásticos transpassados em cima. Cores a escolher	150,00	37.500,00	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 20 dias corridos.
A ser entregue preferencialmente na Secretária de Cultura e Turismo, situado à Avenida Presidente Getúlio Vargas 2170– Centro – Rolândia/PR, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira.
Todos os locais de entrega estão listados no arquivo LISTA DE LOCAIS DE ENTREGA MUNICIPAIS, disponibilizado no site do Município de Rolândia através do link: https://www.rolandia.pr.gov.br/pagina-site-submenu/147.
Toda Mercadoria entregue deverá ser entregue no local indicado na nota de empenho, e descarregada, acondicionada e acomodada no local apontado pelo responsável pelo recebimento.
CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 77.250,00 (setenta e sete mil e duzentos e cinquenta reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;

• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da autorização de compras.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 13 – Agricultura e Meio Ambiente; 14 – Cultura e Turismo;
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 01 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***DANCIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:99FF9E2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2026

Ref. Pregão nº 083/2026 – Figurinos – PA- 12.503/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa FERNANDA MARIA DA SILVA DEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 55.948.661/0001-35 com sede à Rua 104, QD 10 Lote 13, s/n, Jardim Ana Amélia, CEP nº75.195-000, fone nº(62)98621-0650, e-mail misturafinab@hotmail.com, na cidade de Bonfinópolis - GO, representada pela Senhora FERNANDA MARIA DA SILVA DEUS, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Figurinos e Uniformes para Eventos Culturais, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 083/2026, devidamente homologado pelo Município em 01/10/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	und	2.577,00	72630	CAMISETA EM TECIDO 100% POLIAMIDA COM TECNOLOGIA DRY FIT, GRAMATURA MÍNIMA DE 110GM2, TIPO MULTI CREPE PARA CAMISARIA, COM TRATAMENTO ANTIBACTERIANO E PARA ABSORÇÃO DA TRANSPIRAÇÃO, MANGA CURTA ACABAMENTO NAS MANGAS E GOLA EM V COM DOBRA COM COR A ESCOLHER, TAMANHOS ADULTO e INFANTIL P, M, G, GG, XG E EXG. DESCRIÇÃO DE ACORDO COM O ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA.	31,80	81.948,60	PRÓPRIA
5	KIT	2,00	72634	Fantasia Coelho da Páscoa Fantasia temática de Coelho da Páscoa, modelo corpo inteiro, confeccionada em material peluciado sintético de alta qualidade, proporcionando conforto, resistência e excelente acabamento visual. Fantasia composta por macacão inteiriço na cor branca, com enchimento leve e estrutura anatômica para melhor mobilidade do usuário. Cabeça em formato de coelho com estrutura reforçada, contendo olhos expressivos, nariz em destaque na cor rosa, dentes aparentes e orelhas longas com acabamento interno rosa. Modelo com ventilação adequada para uso em eventos e apresentações. Descrição de acordo com o Anexo I - Termo de Referência.	699,90	1.399,80	PROPRIA
6	KIT	6,00	72635	FANTASIA PAPAI NOEL LUXO COMPLETA Fantasia de Papai Noel modelo luxo adulto, composta por casaco longo confeccionado em tecido veludo premium na cor vermelha, com acabamento em pelúcia sintética branca de alta densidade nas barras, mangas e gola. Casaco com detalhes decorativos dourados nas laterais e fechamento frontal por botão ou velcro reforçado. Calça confeccionada em veludo vermelho, com acabamento em pelúcia branca na barra inferior, cós com elástico para ajuste confortável. Descrição de acordo com o Anexo I - Termo de Referência.	599,90	3.599,40	PROPRIA
7	KIT	2,00	72636	FANTASIA SAMUZINHO Descrição complementar: Fantasia tipo mascote Samuzinho , confeccionada em conformidade com o modelo institucional adotado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU, destinada à	3.799,00	7.598,00	PROPRIA

				utilização em campanhas, ações educativas e eventos de promoção da saúde. A estrutura da fantasia deverá ser composta por cabeça, corpo (macacão), luvas, calçados e acessórios, conforme especificações abaixo: De acordo com a descrição no Anexo I - Termo de Referência.			

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 20 dias corridos.
A ser entregue preferencialmente na Secretária de Cultura e Turismo, situado à Avenida Presidente Getúlio Vargas 2170– Centro – Rolândia/PR, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira.
Todos os locais de entrega estão listados no arquivo LISTA DE LOCAIS DE ENTREGA MUNICIPAIS, disponibilizado no site do Município de Rolândia através do link: https://www.rolandia.pr.gov.br/pagina-site-submenu/147.
Toda Mercadoria entregue deverá ser entregue no local indicado na nota de empenho, e descarregada, acondicionada e acomodada no local apontado pelo responsável pelo recebimento.
CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 94.545,80 (noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo

6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da autorização de compras.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 13 – Agricultura e Meio Ambiente; 14 – Cultura e Turismo;
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 01 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***FERNANDA MARIA DA SILVA DEUS LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:A1755005

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2026

Ref. Pregão nº 083/2026 – Figurinos – PA- 12.503/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 55.078.312/0001-00, com sede à Avenida Americo Belay, nº1661, Sala b, Jardim Imperial , CEP nº87.023-000, fone nº(44)99172-2072, (44)3346-1661, e-mail: lmhr_mga@hotmail.com, contato@cflicitacoes.com.br, na cidade de P - , representada pelo Senhor REGINALDO CRISTIANO HENRIQUE, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Figurinos e Uniformes para Eventos Culturais, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 083/2026, devidamente homologado pelo Município em 01/10/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
2	und	2.347,00	72631	CAMISETA EM TECIDO 100% POLIAMIDA COM TECNOLOGIA DRY FIT, GRAMATURA MÍNIMA DE 110GM2, TIPO MULTI CREPE PARA CAMISARIA, COM TRATAMENTO ANTIBACTERIANO E PARA ABSORÇÃO DA TRANSPIRAÇÃO, MANGA CURTA ACABAMENTO NAS MANGAS E GOLA EM V COM DOBRA COM COR A ESCOLHER, TAMANHOS ADULTO e INFANTIL P, M, G, GG, XG E EXG. ETIQUETA COM ESPECIFICAÇÃO DO TECIDO E TAMANHO VISÍVEL NA PARTE INTERNA DAS COSTAS; CAMISETAS ACONDICIONADAS INDIVIDUALMENTE, CONTENDO UM ADESIVO NA EMBALAGEM COM O TAMANHO DA CAMISETA. DESCRIÇÃO DE ACORDO COM O ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA.	36,00	84.492,00	PROPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 20 dias corridos.
A ser entregue preferencialmente na Secretária de Cultura e Turismo, situado à Avenida Presidente Getúlio Vargas 2170– Centro – Rolândia/PR, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira.
Todos os locais de entrega estão listados no arquivo LISTA DE LOCAIS DE ENTREGA MUNICIPAIS, disponibilizado no site do Município de Rolândia através do link: https://www.rolandia.pr.gov.br/pagina-site-submenu/147.
Toda Mercadoria entregue deverá ser entregue no local indicado na nota de empenho, e descarregada, acondicionada e acomodada no local apontado pelo responsável pelo recebimento.
CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 84.492,00 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.

Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.

Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. O prazo de entrega dos itens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da autorização de compras.

2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.

3. A prorrogação estará condicionada:

a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.

4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.

5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.

7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 13 – Agricultura e Meio Ambiente; 14 – Cultura e Turismo;
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 01 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:39E1B6BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS

+

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS
(APOIO DIRETO A PROJETOS)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SALGADO FILHO - PARANÁ
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais.
Deste modo, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de **SALGADO FILHO-PR.**

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 03 (três) projetos culturais, correspondentes a 03 (três) vagas, distribuídas entre as categorias previstas no Anexo I, sendo 01 (uma) vaga para cada categoria.

Cada projeto deverá ser inscrito em apenas uma categoria.
O mesmo agente cultural poderá apresentar até 03 (três) projetos neste Edital, desde que seja apresentado 01 (um) projeto distinto para cada categoria, podendo ser contemplado em até 03 (três) projetos, caso obtenha classificação suficiente em cada uma das categorias para as quais tenha se inscrito.
A classificação será realizada de forma independente em cada categoria.
Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, o Edital poderá ser suplementado, observada a legislação aplicável e a disponibilidade de recursos da PNAB.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de **R$ 51.000,00**
Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
2.4.1 As inscrições permanecerão abertas pelo prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação deste Edital, com encerramento às 17h00 do último dia do prazo.
2.4.2 As datas correspondentes ao período de inscrição constarão no cronograma oficial do Edital, podendo ser ajustadas, se necessário, mediante publicação de retificação.

Quem pode participar
Pode inscrever-se neste Edital exclusivamente o agente cultural pessoa física ou jurídica com sede, domicílio ou residência no município de Salgado Filho/PR.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, cooperativa, etc.)

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá inscrever até 03 (três) projetos, limitado a 01 (um) projeto por categoria.
O mesmo agente cultural poderá ser contemplado em mais de uma categoria e, inclusive, nas 03 (três) categorias deste Edital, desde que seus respectivos projetos obtenham classificação suficiente em cada categoria e sejam cumpridos todos os requisitos de seleção e habilitação.
A inscrição, avaliação, classificação e eventual contemplação de cada projeto ocorrerão de forma independente.

3.ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Resultado - O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado após a conclusão da análise dos projetos, em data estabelecida no cronograma do presente Edital, mediante publicação no Diário Oficial e no portal eletrônico oficial do Município.
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação (caso for necessário)
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

4.INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de física ou email: esporteeculturadesalgadofilhopr@outlook.com a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG
d) Comprovante de Residência

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

5.AÇÕES AFIRMATIVAS

5.1 Da aplicação das ações afirmativas
O presente Edital adotará medidas de ações afirmativas destinadas a:

a) pessoas negras (pretas e pardas);
b) pessoas indígenas;
c) pessoas com deficiência.

As ações afirmativas serão aplicadas exclusivamente por meio de bonificação de pontuação na etapa de avaliação dos projetos e de critério prioritário de desempate, conforme regras previstas neste Edital e no Anexo III.
Para obtenção da pontuação adicional correspondente, o agente cultural deverá apresentar autodeclaração, conforme modelo constante nos anexos deste Edital.
A autodeclaração poderá ser apresentada por escrito, áudio, vídeo ou outro formato acessível, quando aplicável.

5.2 Bonificação de pontuação
Os agentes culturais que se enquadrarem nas ações afirmativas previstas neste Edital poderão obter bonificação de pontuação na etapa de avaliação dos projetos, mediante apresentação da autodeclaração correspondente e observância dos critérios estabelecidos no Anexo III.
A bonificação será acrescida à pontuação técnica obtida pelo projeto, sem constituição de vagas reservadas específicas.

5.3 Critério prioritário de desempate
Em caso de empate na pontuação final entre projetos, será assegurada prioridade ao agente cultural beneficiário das ações afirmativas previstas neste Edital, observados os critérios e a ordem de desempate estabelecidos no Anexo III.

5.4 Aplicação das ações afirmativas a pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e os coletivos sem CNPJ poderão ser beneficiários das ações afirmativas previstas neste Edital, mediante bonificação de pontuação e aplicação dos critérios de desempate, desde que atendam a pelo menos um dos seguintes requisitos:
I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios sejam pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
II - Pessoas jurídicas, grupos ou coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ cuja equipe do projeto cultural seja majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; ou
IV - Outras formas de composição que demonstrem o efetivo protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica, no grupo ou no coletivo sem personalidade jurídica.

O enquadramento deverá ser comprovado mediante autodeclaração e demais documentos previstos neste Edital, quando aplicável.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.

O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando a **Prefeitura Municipal de Salgado Filho/PR** de qualquer responsabilidade civil ou penal, independentemente da secretaria ou órgão responsável pela gestão do certame.

Previsão de execução do projeto
Os projetos deverão ser executados durante o período de vigência do respectivo Termo de Execução Cultural, conforme cronograma apresentado no Plano de Trabalho e aprovado pela Administração Municipal.
Conforme o Plano de Ação (PAR) nº 30882120250002-025396

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
A classificação será elaborada separadamente para cada categoria, sendo contemplado o projeto que alcançar a melhor classificação em cada uma delas, observadas as demais regras deste Edital.

O mesmo agente cultural poderá figurar como contemplado em mais de uma categoria, inclusive nas três, caso seus projetos obtenham classificação suficiente.
Farão parte desta comissão: Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, bem como servidores da Secretaria de Administração Municipal.

6.2 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial, e no site oficial do Município.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito através do e-mail: esporteeculturadesalgadofilhopr@outlook.com no prazo de3 dias úteis, conforme

inciso III do Art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado nosite do Município: https://salgadofilho.pr.gov.br/

Havendo interposição de recurso contra o resultado provisório da etapa de seleção, será assegurado aos demais interessados o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação de contrarrazões, nos termos do art. 9º, III, da Lei Federal nº 14.903/2024.

7.REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria de maior pontuação geral.

8. ETAPA DE HABILITAÇÃO
Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo 3 (três) dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por e-mail os seguintes documentos:
Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais;
IV - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Agente cultural pessoa **jurídica**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V-Certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VI - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
III - Certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, em nome do representante do grupo
IV - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito através do e-mail: esporteeculturadesalgadofilhopr@outlook.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nosite do Município: https://salgadofilho.pr.gov.br/
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será **convocado em até 3 (três) dias úteis a** assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de **Salgado Filho** contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural **receberá no prazo de até 03 dias uteis** os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

10.DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

11.1 Monitoramento e avaliação realizados pela Administração Municipal.
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

11.2 Como o agente cultural presta contas a Administração Municipal.
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência do respectivo Termo de Execução Cultural.
O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

12.DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site**https://salgadofilho.pr.gov.br/**
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos as publicaçõesno site oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp**(46) 984025907**
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 6 meses após a publicação do resultado final.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção;
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo VI – Autodeclaração étnico-racial.
Anexo VII – Autodeclaração de Pessoa com Deficiência.

Salgado Filho, 05 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO – ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CULTURA

ANEXO I – CATEGORIAS DE APOIO E VALORES
1. DOS RECURSOS FINANCEIROS DO EDITAL
O presente edital, elaborado em estrita conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc - PNAB), com o Decreto Federal nº 11.740/2023, com o Decreto Federal nº 11.453/2023 e com a Instrução Normativa MinC nº 10/2023, dispõe de recursos federais para a fomento de projetos de relevância sociocultural no município. O valor total destinado ao Edital é de **R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais),** distribuído em 03 (três) vagas, correspondentes à seleção de 03 (três) projetos culturais, sendo 01 (uma) vaga para cada categoria de fomento prevista neste Anexo.

O mesmo agente cultural poderá ser contemplado em mais de uma categoria, inclusive nas 03 (três) categorias, desde que tenha apresentado projeto específico para cada uma delas e obtenha classificação suficiente em cada processo de classificação.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS CATEGORIAS

Categoria I – Culinária Típica do Município – 2ª Edição Melhor Cuca do Município

•Valor Total da Categoria: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

• Vagas Disponíveis: 01 (uma) vaga para o município de Salgado Filho (com bonificação para ações afirmativas).

• Foco de Atuação: Foco de Atuação: Fomento a projeto cultural voltado à valorização, preservação e difusão da culinária típica, dos saberes tradicionais e do patrimônio cultural imaterial de Salgado Filho.

A proposta deverá apresentar ações culturais autorais que promovam a transmissão de conhecimentos, a valorização das tradições gastronômicas locais e a participação da comunidade, podendo contemplar atividades como demonstrações culinárias, oficinas, ações formativas, registros audiovisuais, exposições, rodas de conversa, degustações ou outras atividades compatíveis com o objeto cultural proposto.

As atividades deverão ser de acesso gratuito ao público e contribuir para a valorização da memória, dos saberes e das práticas relacionadas à culinária tradicional do Município.

Categoria II – Fomento à Música e aos Talentos Musicais - Festival Canta Salgado Filho – 5ª Edição

SEMI FINAL E FINAL

•Valor Total da Categoria: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

• Vagas Disponíveis: 01 (uma) vaga para o município de Salgado Filho (com bonificação para ações afirmativas).

• Foco de Atuação: Fomento à projeto cultural autoral voltado à música, à valorização de artistas e talentos locais, à formação de público e à difusão da produção musical.

A proposta deverá prever ações culturais relacionadas à linguagem musical, podendo contemplar apresentações artísticas, mostras, encontros musicais, ações de valorização de artistas locais, produção ou circulação artística, entre outras iniciativas compatíveis com o objeto proposto.

O projeto deverá promover o acesso gratuito da população às atividades culturais e contribuir para o fortalecimento da produção musical, da formação artística e da participação cultural no Município de Salgado Filho.

Categoria III – Chegada do Papai Noel

• Valor Total da Categoria: R$ 9.000,00 (nove mil reais).

• Vagas Disponíveis: 01 (uma) vaga para o município de Salgado Filho (com bonificação para ações afirmativas).

• Foco de Atuação: Fomento a manifestações e espetáculos artísticos natalinos integrando a programação festiva oficial de Salgado Filho. O projeto selecionado deverá abranger:

Presença indispensável do personagem típico de festividade natalina devidamente caracterizado de forma profissional para interação com crianças, famílias e toda a comunidade, promovendo a ludicidade. Conceber e realizar apresentação cênica, ou espetáculo natalino voltado ao entretenimento público e à promoção da cultura popular, de acesso inteiramente gratuito. Providenciar figurinos completos de alto nível de qualidade, adereços, cenografia mínima e os equipamentos necessários para a adequada realização da ação em datas e locais coordenados com o município.

3. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS, RECURSOS E INDUÇÃO AFIRMATIVA

Considerando que cada categoria deste certame dispõe de apenas 1 (uma) vaga global, resta matematicamente inviabilizada a aplicação direta de reserva percentual de vagas (cotas). Para salvaguardar os objetivos de equidade da PNAB (IN MinC nº 10/2023), adota-se o Mecanismo de Indução de Nota (bonificação de pontuação técnica) e critérios de desempate prioritários, conforme tabela abaixo:

Categoria / Segmento	Vagas AC	Bonif. Pessoa Negra	Bonif. Pessoa indígena	Bonif. Pessoa com deficiência	Total Vagas	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Categoria I – Festival de Cuca	**1**	+5 pontos	+5 pontos	+5 pontos	**1**	**12.000,00**	**12.000,00**
Categoria II – Festival Canta Salgado Filho	**1**	+5 pontos	+5 pontos	+5 pontos	**1**	**30.000,00**	**30.000,00**
Categoria III – Evento Natalino	**1**	+5 pontos	+5 pontos	+5 pontos	**1**	**9.000,00**	**9.000,00**
TOTAL GERAL	**3**	—	—	—	**3**	—	**R$ 51.000,00**

As vagas previstas neste Anexo não estão sujeitas à reserva direta de cotas. As ações afirmativas serão aplicadas exclusivamente mediante bonificação de pontuação e critério de desempate prioritário, conforme regras estabelecidas no Edital e no Anexo III.

4. DIRETRIZES DE ENQUADRAMENTO E REGRAS GERAIS

• Inscrição e Participação Única: Cada proponente poderá inscrever até 03 (três) projetos neste Edital, limitado a 01 (um) projeto em cada categoria.

Cada projeto deverá ser apresentado separadamente e será avaliado exclusivamente na categoria em que tiver sido inscrito.

O mesmo proponente poderá ser contemplado em 01 (uma), 02 (duas) ou nas 03 (três) categorias, desde que seus respectivos projetos obtenham classificação suficiente em cada categoria e o proponente cumpra os requisitos previstos no Edital.

Não haverá impedimento à contemplação do mesmo proponente em mais de uma categoria exclusivamente em razão de já ter sido selecionado em outra.

• Compatibilidade de Valores: Todas as despesas previstas na planilha orçamentária do Plano de Trabalho (Anexo II) devem estar diretamente vinculadas à execução do objeto cultural e condizentes com os preços reais praticados no mercado local e regional.

• Isenção Tributária de fomento: Conforme diretrizes da PNAB, não incidirá Imposto de Renda ou ISS sobre o repasse do fomento cultural ao proponente, visto que o Termo de Execução Cultural (TEC) configura fomento direto e não prestação de serviço de mercado.

• Dispensa de Nota Fiscal no Recebimento: É expressamente proibido exigir a emissão de nota fiscal do proponente como condição para a liberação do repasse financeiro, em obediência às regras do Regime Próprio de Fomento Cultural (Lei nº 14.903/24).

• Prestação de Contas Simplificada (Foco no Objeto): A comprovação da correta aplicação das verbas focará exclusivamente na entrega do Relatório de Execução do Objeto (Anexo V). Documentações financeiras de compras (notas fiscais de despesas) somente serão avaliadas em caráter de exceção, caso o objeto seja considerado inconclusivo ou haja denúncia justificada de irregularidade.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

DADOS DO AGENTE CULTURAL

Nome Completo:

Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):

RG:

Data de nascimento:

E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família

( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

O proponente se enquadra em alguma das condições previstas no Edital para concessão de bonificação de pontuação?
( ) Sim
( ) Não

Em caso positivo, assinale:
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com deficiência – PCD

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual

Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:(Atenção: cada formulário de inscrição corresponde a 01 (um) projeto e deverá indicar apenas 01 (uma) categoria. O agente cultural que desejar concorrer em mais de uma categoria deverá apresentar um formulário de inscrição e um Plano de Trabalho distintos para cada projeto, limitado a 01 (um) projeto por categoria).

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
LGBTQIAPN+
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e

( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	__/__/___	__/__/___

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 5 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.
Os projetos serão avaliados e classificados separadamente dentro da categoria para a qual foram inscritos.

Será selecionado o projeto que obtiver a maior pontuação final em cada categoria, observado o atendimento aos requisitos mínimos de classificação, as regras de ações afirmativas e os critérios de desempate previstos neste Edital.
A eventual seleção do mesmo proponente em uma categoria não impede sua seleção nas demais categorias em que tenha apresentado projeto.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino	5
I	Agentes culturais negros e indígenas	5
J	Agentes culturais com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
L	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura seráPOR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate na pontuação final, terá preferência, sucessivamente, o proponente beneficiário das ações afirmativas previstas nos critérios de pontuação bônus deste Anexo. Persistindo o empate, será considerada a maior nota obtida nos critérios A, B, C e D, sucessivamente. Permanecendo o empate, será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou, quando se tratar de pessoa jurídica ou coletivo, de seu representante legal, sem prejuízo de outro critério objetivo previsto no Edital.
Serão desclassificados os projetos que:
I – Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
II – Contenham informações falsas, imprecisas ou inverídicas, cuja constatação poderá acarretar, além da desclassificação imediata, a aplicação de sanções administrativas e/ou criminais cabíveis;
III – **Não atendam aos critérios mínimos de qualidade técnica exigidos para a execução das atividades propostas**, incluindo clareza na descrição, viabilidade de execução, coerência entre objetivos e ações, e compatibilidade com os parâmetros estabelecidos neste edital.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
A presente minuta possui caráter exemplificativo e será devidamente preenchida e individualizada com os dados do agente cultural contemplado por ocasião da celebração do Termo de Execução Cultural.

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.699/0001-98 com sede no endereço Rua Francisco Floriano Anater, n. 50 neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esporte e Cultura, Senhor Marcelo João Barilli, portador do RG nº 10.343.276-6 CPF nº ----------085.074.809-77, residente: na Linha Peroba, CEP: 85620 000, telefone: 46 9979-2446 , e o(a) AGENTE CULTURAL, XXXXXXXXXXXX portador(a) do RG nº ----------0.000.000-0, CPF nº ---------- 000.000.000-00, residente: Rua XXXXXXXX, 000, CEP: 00000-000, telefones: (XX) 00000 0000, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- XXXXXXXXXXXXXXX para cidade de Salgado Filho- CATEGORIA XXXXXXXXX, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO XXXXXXXXX S.A-INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, Agência 0000/, Conta Corrente nº 00000000-0, para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da **Administração Municipal**:
I) Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, a administração pública deverá transferir os recursos conforme o edital ao AGENTE CULTURAL. O repasse ocorrerá em desembolso único, em conta bancária específica aberta exclusivamente para o recebimento e movimentação dos recursos deste Edital.
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) **Agente Cultural:**
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta
especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.
7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - Pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Solicitar documentação complementar;
II - Aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial e no site oficial do Município de Salgado Filho.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Barracão-PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

xxxxxxxxx – XX, xx de xxxxxxxx de 2026.

MARCELO JOÃO BARILLI
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

XXXXXXXXXXXXXXX
Agente Cultural

ANEXO V
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais que se autodeclaram negros ou indígenas, para fins de aplicação das ações afirmativas previstas no Edital)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital N.o_____/2026, que me autodeclaro:

( ) NEGRO (A) – PRETO (A) OU PARDO (A)
( ) INDÍGENA

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Salgado Filho-PR, _____ de _____de 2026.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais que se enquadrem como pessoa com deficiência, para fins de aplicação das ações afirmativas previstas no edital)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital N.o_____/2026, que sou pessoa com deficiência, nos termos da legislação aplicável.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Salgado Filho-PR, _____ de _____de 2026.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:52089EA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 146/2026

PORTARIA N° 146, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Regulares aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Restabelece 15 (quinze) dias de Férias Regular ao Servidor Municipal abaixo especificado:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Nº Portaria
01	Fabiano Romani	Agente Educacional II	13/02/2012	2023/2024	05/10/2026 a 19/10/2026	823/2024

Art. 2º - Concede 30 (trinta) dias de Férias Regular a Servidora Municipal abaixo especificada:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Tania Sineia Sumenssi	Fiscal de Tributos	01/08/2002	2025/2026	05/10/2026 a 03/11/2026

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 06 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:2A84CEA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 664/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022

I – Secretaria Municipal de Educação

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Veículo	Valor
A	Rodrigo Aparecido Rossi	Motorista de veículo pesados	Jacarezinho/Pr	08/10/2026 e 09/10/2026	Transportar alunos	UBD7J70	90,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 06 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:1C969248

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 665/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Valor	Data
A	Luiz Paulo Bratz	Motorista de Veiculos pesados	Curitiba /Pr	SHE5D40	280,00	07/10 a 08/10/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 06 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2B0A83B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL 31/2026

PREGÃO PRESENCIAL 31/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 31/2026
Validade da ata: de 06/10/2026 até 06/10/2027

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

68.946.596 ANEZIA APARECIDA NICOLETTI

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Aluguel de brinquedos infláveis contendo: tobogã médio, futebol de sabão P, mini Tobogã, pula pula, futebol de sabão G, Guerra cotonete, piscina de bolinhas, Cama elástica P, cama elástica G, touro Mecânico, multiplay 3 em1, Tobogã G.	AGS	d	15,0000	R$ 8.280,00	R$ 124.200,00
Valor total						**R$ 124.200,00**

META - TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA.

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Contratação de empresa especializada para locação de veículo recreativo (carreta) contendo no mínimo 3 monitores e um motorista.		d	3,0000	R$ 8.800,00	R$ 26.400,00
Valor total						**R$ 26.400,00**

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2B9A6D2C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 31/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO							
PROCESSO ADMINISTRATIVO							
	Modalidade:	Pregão Presencial					
	Número/Ano:	31/2026		**Data de abertura:**		18/09/2026	
	Data adjudicação:	05/10/2026		**Data homologação:**		06/10/2026	
	Tipo de avaliação:	Por item		**Critério de avaliação:**		Menor preço	
	Modo de disputa:	Proposta - Lance		**Condição de pagamento:**		Parcelada	
	Credenciamento:	Não		**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	
	Objeto da licitação:						
	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEI E TRANSPORTE RECREATIVO						
Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo							
	Licitante			**CNPJ/CPF**			
	META - TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA.			34.821.878/0001-00			
	68.946.596 ANEZIA APARECIDA NICOLETTI			68.946.596/0001-50			
	Total:						
	META - TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA. - Não Exclusivo						
	Código	**Descrição do item**		**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	
	18734	Contratação de empresa especializada para locação de veículo recreativo (carreta) contendo no mínimo 3 monitores e um motorista.		d	3,0000	R$ 8.800,0000	
	Valor Total: R$ 26.400,00						
	68.946.596 ANEZIA APARECIDA NICOLETTI - Não Exclusivo						
	Código	**Descrição do item**		**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	
	18735	Aluguel de brinquedos infláveis contendo: tobogã médio, futebol de sabão P, mini Tobogã, pula pula, futebol de sabão G, Guerra cotonete, piscina de bolinhas, Cama elástica P, cama elástica G, touro Mecânico, multiplay 3 em1, Tobogã G.		d	15,0000	R$ 8.280,0000	
	Valor Total: R$ 124.200,00						

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 6 de outubro de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:42AF68C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO NO 2835/2026 DE 28/09/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 2835/2026 de 28/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 883/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.980.000,00 (um milhão novecentos e oitenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
1 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	111.000,00
2 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
02.005.00.000.0000.0.000.		JUNTA MILITAR	
02.005.06.153.0005.2.006.		Manutenção da Junta do Serviço Militar	
39 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	21.000,00
40 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.003.04.123.0007.2.013.		Manutenção das Atividades de Tributação e Fiscalização	
135 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	184.000,00
137 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	

05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC OBRAS, V. E URB	
05.001.04.122.0012.2.016.		Administração Geral da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	
171 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	332.000,00
172 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	63.000,00
05.001.08.244.0017.2.108.		Manutenção do Cemitério Municipal	
201 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
203 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.800,00
05.001.15.451.0019.2.021.		Manutenção do Terminal Rodoviário	
264 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.100,00
05.001.15.452.0020.2.022.		Manutenção da Limpeza Pública	

313 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	302.000,00
315 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	58.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0024.2.028.		Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
419 - 3.1.90.04.00.00	01101	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	206.300,00
424 - 3.1.90.11.00.00	1127	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.100,00
06.001.12.361.0024.2.029.		Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
448 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	156.200,00
450 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	43.000,00
06.001.12.365.0025.2.032.		Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche	
550 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
553 - 3.1.90.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	14.100,00
06.001.27.812.0028.2.036.		Desenvolvimento das Atividades Desportivas e de Lazer	
736 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	39.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0030.2.040.		Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	
808 - 3.1.90.13.00.00	11051	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
07.001.10.301.0030.2.044.		PAB - Programa de Atenção Básica	
863 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	44.300,00
867 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	65.000,00
874 - 3.1.90.13.00.00	31494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	31.000,00
07.001.10.301.0034.2.049.		Programa de Assistência Odontológica	
928 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.000,00
930 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	14.700,00
07.001.10.302.0030.2.045.		PAB - Unidade Pronto Atendimento	
969 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.400,00
972 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	25.000,00
07.001.10.305.0035.2.051.		Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
1048 - 3.1.90.04.00.00	31494	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	14.000,00
1051 - 3.1.90.11.00.00	31494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.400,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0040.2.120.		Gestão Administrativa do FMAS	
1084 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	19.600,00
08.001.08.244.0040.2.123.		Bloco da Proteção Social Básica	
1130 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.243.0037.6.002.		Apoio Financeiro ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	

1257 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
1258 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.500,00
		Total Suplementação:	**1.980.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
6 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	4.000,00
10 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
12 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
02.004.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	
02.004.04.131.0004.2.130.		Manutenção das Atividades de Comunicação Social	
32 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
36 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
37 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
02.005.00.000.0000.0.000.		JUNTA MILITAR	
02.005.06.153.0005.2.006.		Manutenção da Junta do Serviço Militar	
44 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
46 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.600,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0006.2.007.		Manutenção das Atividades Administrativas	
52 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.800,00
57 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.600,00
62 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00
63 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.000,00
03.002.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA	
03.002.04.122.0006.2.008.		Manutenção das Atividades de Assessoria e Procuradoria Jurídica	
68 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
70 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
73 - 3.3.90.35.00.00	01000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.200,00

74 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
75 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
76 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.100,00
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE PESSOAL	
03.003.04.122.0006.2.009.		Manutenção das Atividades de Recursos Humanos	
82 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.500,00

83 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.200,00
84 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
85 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.100,00
90 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
03.004.00.000.0000.0.000.		SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL	
03.004.06.182.0021.2.132.		Manutenção das Atividades de Segurança Pública e Defesa Civil	
93 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
94 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
97 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.100,00
98 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
99 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
100 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
102 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	
04.002.04.123.0007.2.012.		Manutenção dos Serviços de Contabilidade e Orçamento	
119 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00
121 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	18.000,00
122 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
123 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.900,00
124 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.800,00
125 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.500,00
126 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.200,00
127 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.200,00
129 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
132 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
04.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.003.04.123.0007.2.013.		Manutenção das Atividades de Tributação e Fiscalização	
133 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.600,00
139 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.600,00
141 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
143 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.200,00
145 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.600,00
149 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.100,00
150 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.100,00
156 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
04.004.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA TESOURARIA	
04.004.04.123.0007.2.014.		Manutenção das Atividades da Tesouraria	
157 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.800,00

158 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
159 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
160 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.600,00
161 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.600,00
162 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.200,00
163 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.500,00
168 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC OBRAS, V. E URB	
05.001.04.122.0012.2.016.		Administração Geral da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	
176 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
178 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
179 - 3.3.90.34.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	5.200,00
182 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
183 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
05.001.04.122.0015.2.019.		Administração Geral dos Distritos	
188 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
189 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
190 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.200,00
194 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
195 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.200,00
05.001.06.183.0021.1.093.		Implantação de Sistema de Monitoramento Urbano	
198 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
199 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
05.001.08.244.0017.2.108.		Manutenção do Cemitério Municipal	
205 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
207 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
209 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.000,00
211 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
215 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.100,00
05.001.08.244.0017.2.109.		Manutenção da Capela Mortuária	
217 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.200,00
218 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.500,00
05.001.15.451.0013.1.004.		Implantação de Extensão de Rede de Iluminação Pública e Distribuição de Energia	

221 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00
05.001.15.451.0014.1.006.		Construção e Recuperação de Bueiros de Galerias de Águas Pluviais	
226 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.100,00
227 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.200,00
228 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00

05.001.15.451.0014.1.007.		Urbanização e Paisagismo	
230 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.200,00
232 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.100,00
234 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.300,00
05.001.15.451.0014.2.118.		Manutenção do Portal de Entrada do Município	
235 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
236 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
237 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
238 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
05.001.15.451.0019.1.016.		Pavimentação, Meio Fio, Sargetas e Calçadas	
239 - 3.3.30.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00
240 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00
244 - 4.4.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.100,00
05.001.15.451.0019.1.019.		Implantação da Nova Sinalização Urbana	
253 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.600,00
255 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.400,00
257 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
05.001.15.451.0019.1.020.		Combate à Erosão Urbana	
259 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
260 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
261 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.000,00
05.001.15.451.0019.2.021.		Manutenção do Terminal Rodoviário	
265 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
266 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.200,00
267 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.100,00
268 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
269 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
270 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
05.001.15.451.0019.2.105.		Manutenção do Consórcio Público - CINDEPAR	
271 - 3.1.71.70.00.00	01000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.000,00
273 - 3.3.71.70.00.00	01000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.000,00
05.001.15.452.0013.2.017.		Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	

281 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
283 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.200,00
05.001.15.452.0014.2.018.		Recuperação e Adequação de Praças, Avenidas e Demais Logradouros Públicos	
290 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
292 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.300,00
293 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.200,00
297 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
05.001.15.452.0020.1.053.		Apoio a Projetos de Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos	
298 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.200,00
299 - 3.3.50.41.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES	5.200,00
300 - 3.3.50.43.00.00	01000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.300,00
302 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.800,00
304 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.100,00
308 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.600,00
05.001.15.452.0020.2.022.		Manutenção da Limpeza Pública	
317 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.100,00
319 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.600,00
321 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.200,00
325 - 3.3.90.34.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	5.200,00
330 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
05.001.15.452.0020.2.023.		Manutenção do Aterro Sanitário	
332 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
333 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
334 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.100,00
335 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	53.000,00
336 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.200,00
339 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
05.001.17.512.0019.1.098.		Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	
342 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
05.001.26.782.0022.1.024.		Construção e Recuperação de Pontes	
343 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
344 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.200,00
05.001.26.782.0022.1.025.		Readequação de Estradas Vicinais	
346 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
347 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.400,00
05.001.26.782.0022.1.059.		Aquisição de Equipamentos Rodoviários	

349 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
05.001.26.782.0022.2.024.		Manutenção de Estradas Vicinais	
351 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.100,00
353 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
354 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.200,00
356 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
358 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.100,00
359 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
360 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
05.001.26.782.0022.2.025.		Manutenção do Parque de Máquinas	
361 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
365 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0023.1.026.		Renovação e Ampliação da Frota da Secretaria de Educação	
372 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
06.001.12.361.0023.2.026.		Administração Geral da Secretaria de Educação	
383 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	8.000,00

385 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
387 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	3.100,00
392 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500,00
394 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
396 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
399 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.100,00
402 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.200,00
404 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.100,00
06.001.12.361.0024.1.027.		Melhoria no Sistema do Transporte Escolar	
408 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.200,00
06.001.12.361.0024.1.076.		Expansão da Rede Municipal de Ensino e Anexos - MDE	
416 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
06.001.12.361.0024.2.028.		Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
421 - 3.1.90.04.00.00	1127	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100,00
430 - 3.1.90.16.00.00	1127	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
436 - 3.3.90.30.00.00	1127	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
441 - 3.3.90.39.00.00	1127	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
06.001.12.361.0024.2.029.		Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
452 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
454 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00

456 - 3.3.50.41.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES	8.300,00
457 - 3.3.50.43.00.00	01000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.200,00
458 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
460 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	3.200,00
479 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
482 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
06.001.12.361.0024.2.030.		Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
494 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
507 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
516 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
06.001.12.361.0024.2.116.		Manutenção da Cozinha Central	
523 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
525 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.400,00
06.001.12.365.0025.1.077.		Expansão da Rede Municipal de Ensino e Anexos - Educação Intantil	
541 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.400,00
06.001.12.365.0025.2.032.		Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche	
554 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
557 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.100,00
560 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.100,00
563 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
573 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
576 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.100,00
579 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
582 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.200,00
584 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.100,00
06.001.12.365.0025.2.033.		Manutenção da Pré-Escola	
588 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.100,00
06.001.12.365.0025.2.090.		Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche (FUNDEB)	
648 - 3.1.90.04.00.00	01101	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	206.300,00
06.001.13.392.0027.2.035.		Desenvolvimento das Atividades Culturais	
706 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	7.200,00
707 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.000,00
708 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.200,00
06.001.13.392.0027.2.094.		Manutenção da Biblioteca Cidadã	
716 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
721 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.100,00
06.001.13.392.0027.2.111.		Manutenção da Casa da Cultura	
727 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.200,00
06.001.27.812.0028.1.030.		Reforma, Ampliação e Adequação dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer	

729 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
730 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.600,00
732 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
733 - 4.4.90.61.00.00	01000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00
06.001.27.812.0028.2.036.		Desenvolvimento das Atividades Desportivas e de Lazer	
735 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.100,00
738 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.100,00
739 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.100,00
743 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0030.1.031.		Reequipamento das Unidades de Saúde	
761 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
07.001.10.301.0030.1.032.		Reforma, Ampliação e Adequação das Unidades de Saúde	
769 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	21.600,00
07.001.10.301.0030.1.054.		Renovação e Ampliação da Frota da Saúde	
775 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
777 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
07.001.10.301.0030.2.040.		Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	
804 - 3.1.90.04.00.00	31494	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
806 - 3.1.90.11.00.00	31494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
809 - 3.1.90.13.00.00	31494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.400,00
812 - 3.1.90.94.00.00	11051	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
817 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
07.001.10.301.0030.2.042.		Manutenção da Medicação Básica	
822 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.000,00
828 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00

830 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
832 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
837 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
839 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.800,00
841 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.200,00
842 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
844 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.200,00
07.001.10.301.0030.2.044.		PAB - Programa de Atenção Básica	
875 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.200,00
882 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00

902 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.200,00
07.001.10.301.0032.2.047.		Programas e Campanhas de Vacinação	
916 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
07.001.10.301.0034.2.049.		Programa de Assistência Odontológica	
926 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.100,00
934 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.100,00
936 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
939 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
07.001.10.301.0049.2.133.		Programa de Apoio ao Tratamento Fora do Município	
955 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00
960 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
964 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.100,00
07.001.10.302.0030.2.045.		PAB - Unidade Pronto Atendimento	
966 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
983 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	6.200,00
989 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.200,00
993 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	14.000,00
996 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.000,00
1002 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
07.001.10.304.0035.2.050.		Manutenção das atividades da Vigilância Sanitária	
1015 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.000,00
1020 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
1021 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.100,00
1022 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1036 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
1039 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00
07.001.10.304.0036.2.052.		Manutenção das Atividades de Controle de Zoonoses	
1044 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.600,00
1045 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
07.001.10.305.0035.2.051.		Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
1053 - 3.1.90.13.00.00	11051	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7.000,00
1055 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
1058 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
1061 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1066 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
1072 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00

1075 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
1077 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00
1079 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0040.2.120.		Gestão Administrativa do FMAS	
1085 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
1086 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
1087 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1090 - 3.3.90.31.00.00	01000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	2.000,00
1091 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.000,00
1092 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
1093 - 3.3.90.34.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	2.000,00
1094 - 3.3.90.35.00.00	01000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.000,00
1098 - 3.3.90.48.00.00	01000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	2.000,00
1099 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00
1100 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
08.001.08.122.0040.2.121.		Bloco de Gestão do SUAS - (IGD-SUAS)	
1102 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
1108 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
1110 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
1113 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
08.001.08.122.0040.2.127.		Fortalecimento do Controle Social (Conselho de Assistência Social)	
1123 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
1124 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
1125 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
1126 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
1127 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
1128 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
1129 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
08.001.08.244.0040.2.123.		Bloco da Proteção Social Básica	
1138 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
1140 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
1143 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1147 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00

1151 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00
1161 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
1163 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00

1164 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
08.001.08.244.0040.2.124.		Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
1172 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
1175 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
1177 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
1180 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1182 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
1184 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
1187 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00
1190 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
1192 - 3.3.90.34.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	2.000,00
1196 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
1202 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00
08.001.08.244.0040.2.125.		Gestão de Benefícios Eventuais	
1206 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
1208 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.200,00
1209 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08.001.08.244.0040.2.126.		Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
1210 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
1211 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
1212 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
08.001.08.244.0040.2.128.		Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	
1213 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
1214 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
1215 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
1216 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
1217 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00
1218 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.241.0039.2.059.		Atividades de Atendimento ao Idoso	
1225 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.100,00
1226 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00
1227 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00

08.002.08.242.0038.2.058.		Atividades de Atendimento aos Portadores de Deficiência	
1231 - 3.3.50.43.00.00	01000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	10.000,00
1232 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
1234 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
1235 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
08.002.08.243.0037.5.003.		Execução do Projeto FIA - Fundo da Infância e Adolescencia	
1237 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
1239 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
1241 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
1242 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
08.002.08.243.0037.6.001.		Atendimento Crianças 06 a 15 anos - SCFV	
1243 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.000,00
1246 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
1247 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
1248 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1249 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
1250 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00
1251 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
1252 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
1254 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
1255 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	14.000,00
1256 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
08.002.08.243.0037.6.002.		Apoio Financeiro ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	
1259 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
1261 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1264 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
1268 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
1269 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.002.08.243.0037.6.005.		Manutenção da Casa Lar	
1270 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.000,00
1273 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
1274 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
1275 - 3.3.90.08.00.00	01000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
1276 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
1277 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.000,00
1281 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
08.002.08.243.0037.6.007.		Manutenção do Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente	

1282 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
1283 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
1284 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
1285 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.000,00
1286 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
1287 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
1288 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
1289 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
1290 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
1291 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, FOMENTO AGROPECUÁRIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
09.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC IND, COM, FOM AGR, M. AMB E TUR	
09.001.04.122.0041.2.063.		Administração Geral da Indústria, Comércio, e Fomento Agropecuário	
1294 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
1295 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	100,00
1296 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.100,00

1298 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
1299 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
1302 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
1303 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
1304 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
09.001.17.512.0045.1.090.		Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Áreas Rurais	
1305 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.400,00
		Total Redução:	**1.980.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:43F982DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 85/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 85 de 01/09/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Santa Maria do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no Art. 7º, da Lei Municipal n.º 718/2025 de 19/12/2025, resolve e decreta:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento do Município de Santa Maria do Oeste, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.719.897,27 (Dois Milhões, Setecentos e Dezenove Mil, Oitocentos e Noventa e Sete Reais e Vinte e Sete Centavos), para cobertura das despesas abaixo especificadas:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004	Departamento de Compras e Licitações	
04.122.0401.2019	Atividades do Departamento de Compras, Licitações e Encargos Gerais	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
03.005	Departamento de Material e Patrimonio	
04.122.0401.2020	Atividades do Departamento de Material e Patrimônio	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	31.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
06.002	Departamento de Industria e Comércio	
22.661.2201.2029	Atividades do Departamento de Indústria e Comércio	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
07.002	Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
20.605.2001.2034	Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.002	Departamento de Ensino Fundamental	
12.361.1201.2041	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
08.003	Departamento de Educação Infantil	
12.365.1201.2045	Manutenção da Educaçao Infantil	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1850	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	220.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1860	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
08.004	Departamento de Educação Especial	
12.367.1201.2048	Manutenção da Educação Especial - FUNDEB 70%	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2070	00101-Fundeb 60%	50.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2080	00101-Fundeb 60%	10.000,00

08.005	Departamento de Transporte Escolar	
12.361.1201.2049	Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
2210	00135-Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	30.000,00
	SUBTOTAL	403.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER	
09.002	Departamento de Cultura	
13.392.1301.2051	Atividades do Departamento de Cultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
09.003	Departamento de Esportes e Lazer	
27.812.2701.2054	Atividades do Departamento de Esportes e Lazer	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	
12.002	Departamento de Serviços Urbanos	
15.452.1501.2071	Atividades do Departamento de Serviços Urbanos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1001.2076	Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3270	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	622.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3310	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	120.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3380	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	500.000,00
10.302.1001.2077	Manutenção da Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3550	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00
10.301.1001.2076	Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5040	00493-Emendas Parlamentares - Saúde	200.000,00
3460	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	500.000,00
10.302.1001.2077	Manutenção da Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3560	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	101.000,00
	SUBTOTAL	2.093.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002	Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.245.0801.2088	Atividades do Fundo Municipal de Assistencia Social	
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
14.005	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
08.244.0801.2089	Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4710	00960-APOIO POLÍTICA DA MULHER - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA MULHER	3.897,27
	SUBTOTAL	17.897,27
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
15.002	Departamento de Meio Ambiente	
18.541.1801.2094	Atividades do Departamento de Meio Ambiente	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	2.719.897,27

Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior será utilizado:

a) O cancelamento total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	Departamento Técnico Administrativo	
04.122.0401.1016	Reequipamento Administração	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
03.004	Departamento de Compras e Licitações	
04.122.0401.2019	Atividades do Departamento de Compras, Licitações e Encargos Gerais	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	31.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
06.002	Departamento de Industria e Comércio	
22.661.2201.2029	Atividades do Departamento de Indústria e Comércio	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
22.661.2201.1030	Infraestrutura Parque Industrial	

4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
07.002	Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
20.605.2001.2034	Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário e Geração de Renda	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.002	Departamento de Ensino Fundamental	
12.361.1201.2043	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1700	00101-Fundeb 60%	50.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1720	00101-Fundeb 60%	10.000,00
12.361.1201.1038	Expansão da Rede Física de Ensino	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	110.000,00
08.003	Departamento de Educação Infantil	
12.365.1201.2045	Manutenção da Educaçao Infantil	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1930	00135-Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	30.000,00
12.365.1201.1039	Reequipamento Educação Infantil	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
08.005	Departamento de Transporte Escolar	
12.361.1201.2049	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2230	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00
	SUBTOTAL	243.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER	
09.002	Departamento de Cultura	
13.392.1301.2051	Atividades do Departamento de Cultura	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
13.392.1301.2052	Atividades do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO	
10.002	Departamento de Viação	
26.782.2601.1058	Pavimentação de Vias	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00
26.782.2601.1057	Reequipamento Secretaria de Viação	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	270.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E OBRAS	
11.002	Departamento de Obras e Manutenção	
04.122.0401.1064	Contrapartida e Execução de Convênios	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
11.003	Departamento de Habitação	
16.482.1601.1068	Núcleos de Habitação Popular	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	
12.002	Departamento de Serviços Urbanos	
15.452.1501.2071	Atividades do Departamento de Serviços Urbanos	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
13.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.302.1001.2077	Manutenção da Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3550	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.000,00
10.301.1001.1075	Expansão da Rede Física de Saúde	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	272.000,00
	SUBTOTAL	273.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002	Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.245.0801.2088	Atividades do Fundo Municipal de Assistencia Social	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
4110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
14.004	Departamento de Assistencia Social	
08.244.0801.1103	Construção do CRAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
08.245.0801.1105	Construção de Capela Mortuária	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
	SUBTOTAL	174.000,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	

15.002	Departamento de Meio Ambiente	
18.541.1801.1093	Investimentos Política Municipal dos Resíduos Sólidos	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	1.366.000,00

b) O excesso de arrecadação das rubricas de receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	TRANSF SUS FUNDO A FUNDO - ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA 2026 - INCREMENTO PAP - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	200.000,00
1.7.1.3.50.1.1.09.00.00.00.00	TRANSF SUS FUNDO A FUNDO - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	1.000.000,00
	TOTAL	1.200.000,00

c) O Superávit Financeiro do exercício anterior das fontes especificadas abaixo:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	150.000,00
00960	APOIO POLÍTICA DA MULHER - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA MULHER	3.897,27
	TOTAL	153.897,27

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que couber.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, 01 de setembro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Renata Rosa
Código Identificador:6750DB1D

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 095/2026, elaborado na Modalidade **Pregão Eletrônico** nº 031/2026, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO ONDULADAS, SEM AMIANTO, ESPESSURA NOMINAL DE 4MM, PARA REPOSIÇÃO DAS COBERTURAS DE RESIDENCIAS DANIFICADAS PELA TEMPESTADE DE GRANIZO NO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR",** pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDORES CONFORME PLANILHA:

CAMILO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 44.561.648/0001-02, localizada na Rua Generoso Karpinski, 771, Centro, Santa Maria do Oeste - Pr.

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	TELHA DE FIBROCIMENTO COMPOSIÇÃO: CIMENTO PORTLAND REFORÇADO COM FIBRAS SINTETICAS E CELULOSICAS, SEM AMIANTO; FORMATO: CHAPA ONDULADA; ESPESSURA NOMINAL: 4 MM; COMPRIMENTO NOMINAL: 2,44 M; LARGURA NOMINAL: 0,50 M; TOLERANCIAS DIMENSIONAIS: CONFORME ABNT NBR 15210-1; COR: CINZA NATURAL; ACABAMENTO: SUPERFICIE HOMOGENEA, SEM REVESTIMENTO; BORDAS REGULARES; IMPERMEABILIDADE, RESISTENCIA A FLEXÃO E DESEMPENHO FISICO CONFORME ABNT NBR 15210-1; MÉTODOS DE ENSAIO CONFORME ABNT NBR 15210-2; APRESENTAÇÃO: TELHA SEM PERFURAÇÃO E SEM ACESSORIOS DE FIXAÇÃO; GARANTIA MINIMA: 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	Multilit	4.280,00	UN	17,86	76.440,80
Total						**76.440,80**

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 06 de outubro de 2026.

LUIZ ZENAIDE GOMES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:1C2198A2

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 097/2026, elaborado na Modalidade **Pregão Eletrônico** nº 033/2026, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE LANÇA ELEVATÓRIA (CESTO AÉREO ISOLADO 46 KV ALCANCE 13M)",** pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDORES CONFORME PLANILHA:

EQUIP NEXT COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 20.294.467/0001-07, localizada na Estrada Jornalista Francisco Aguirre Proença, KM 26,5 – Galpão B, Janguada Branca, Monte Mor – SP.

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	LANÇA ELEVATORIA DO TIPO CESTO AÉREO -Lança elevatória (cesto aéreo) com isolamento elétrico de 46 kV, para trabalhos em altura; -Alcance de até 13 (treze) metros de altura de trabalho, considerando 1,5 m relativos à estatura do operador; -Altura do solo à base do cesto aéreo de até 11,5 m; -02 (dois) braços e torre de giro fabricados em chapa de aço anticorrosiva (padrão mínimo SAC 50), com parte do segundo braço construída em fibra de vidro para assegurar o isolamento de 46 kV; -01 (um) cesto aéreo simples em fibra de vidro com isolamento de 46 kV, com capacidade de carga de até 130 kg, para elevação de 01 (uma) pessoa; -Cesto dotado de nivelamento automático, degrau de acesso e alças para fixação de cinto de segurança; -Giro de 360º (contínuo) à direita ou à esquerda, com sistema de cremalheira; -Duplo comando: alavancas na torre de giro e caixa de comando por botões no próprio cesto aéreo; -Movimentos dos braços e de giro em conformidade com as Normas Brasileiras (ABNT) aplicáveis; -01 (um) par de sapatas hidráulicas de funcionamento individual, acionadas por alavancas na parte traseira; -Sinalização operacional, incluindo 01 (um) farol tipo trator no cesto aéreo para trabalhos noturnos; -Iluminação de tráfego em conformidade com as exigências do CONTRAN; -Tomada de força (TF) compatível com o câmbio do veículo, com instalação por conta da Contratada; -Mangueiras com 02 (duas) tramas de aço de alta resistência e terminais prensados; -Cilindros hidráulicos dimensionados para operação a 120 BAR, com válvula direcional no sistema hidráulico; -Válvula de segurança tipo HOLD em todos os cilindros hidráulicos; -Cigarra sonora para os movimentos de subida e descida da lança elevatória; -Sistema de emergência com bomba manual que permita abaixar o cesto aéreo em caso de pane; -Carroceria de aço tipo carga seca, com piso em chapa xadrez antiderrapante, caixas de ferramentas laterais e suporte para cones; -Fitas refletivas nas laterais e na traseira, protetor lateral e para-choque traseiro homologados, paralamas e apara-barros traseiros, conforme normas de trânsito; -Índice de nacionalização: equipamento 100% nacional; -Classificação fiscal (NCM) de referência: 8426.99.00. Constituem ainda requisitos da contratação: garantia técnica mínima de 06 (seis) meses contra defeitos de fabricação; assistência técnica do fornecedor; e tratamento de pintura com limpeza química da superfície, aplicação de primer anticorrosivo e acabamento em tinta PU. A instalação do equipamento será realizada sobre chassi de veículo a ser disponibilizado pela Administração, cabendo à Contratada a instalação da tomada de força compatível,	NEXT SKYCITY 13	1,00	UN	164.900,00	164.900,00
TOTAL						**164.900,00**

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 06 de outubro de 2026.

LUIZ ZENAIDE GOMES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:32C1F265

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2026 - PROCESSO Nº 737/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2026 - Processo nº 737/2026
OBJETO: Chamamento Público para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, nas escolas municipais, centros municipais de educação infantil e escola de ensino especial

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: aplicando-se no que couberem, as disposições do art. 79 e incisos contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por item

COOPERATIVA AMPERENSE DOS PRODUTORES DE VINHO - COOPEVI						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	14	BERGAMOTA POCAN - de primeira qualidade, peso médio 200gr, fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano.	KG	3.000,00	4,66	13.980,00
1	39	LARANJA - fresca, limpa, cada laranja deverá ter peso entre 100 e 120gr, em embalagens de 2 a 3 kg, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes, sem rachaduras ou cortes na casca, sem manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade.	KG	10.000,00	5,79	57.900,00
1	41	MAMÃO - de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras ou outros que alterem o produto.	KG	1.000,00	8,99	8.990,00
1	44	MELÃO - fresca, frutos com 70 a 80% de maturação climatizada, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente, livre de resíduos de fertilizantes, devendo ser prioritariamente orgânicos e/ou agroecológicos.	KG	1.000,00	7,66	7.660,00
1	45	MELANCIA – fresca, com grau de maturação adequado ao consumo, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente.	KG	2.000,00	3,09	6.180,00
1	47	MORANGO - limpo em perfeito estado, íntegros de tamanho médio, firmes e sem batidas, embalagem limpa e integra identificada com nome do produtor e data de validade.	KG	300,00	26,09	7.827,00
1	52	PÊSSEGO - de primeira qualidade, compacto e firme apresentando grau ideal no desenvolvimento do tamanho, livre de qualquer sinal de deterioração.	KG	1.000,00	8,71	8.710,00
1	54	POLPA DE FRUTA - natural integral, congelados vários sabores, sem conservantes e aditivos, embalagem contendo 1,0 Kg.	PACOT	1.200,00	33,76	40.512,00
1	57	SUCO DE UVA INTEGRAL - processado de acordo com as normas com Registro no MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em embalagens de 1,5 litro.	UN	1.500,00	28,32	42.480,00
1	58	TOMATE - tipo especial, oblongo ou redondo com diâmetro mínimo de 6 cm em embalagens de 2 a 3 kg, com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo mediato e imediato, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes. livre de machucaduras, bolores, sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade.	KG	2.000,00	10,22	20.440,00
TOTAL						214.679,00

COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE SANTO ANTON						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ABACATE - de primeira qualidade, com boa aparência, sem machucadura, coloração uniformes ou outros que alterem o produto.	KG	300,00	4,42	1.326,00
1	2	ABÓBORA - descascada picada à vácuo de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras, ou outros que alterem o produto, com grau de maturação completa. Apresentar cor de polpa intensa, odor agradável, consistência firme, não apresentar perfurações, machucados.	KG	1.000,00	11,53	11.530,00
1	3	ABOBRINHA VERDE - de primeira qualidade, com boa aparência sem machucaduras ou outros que alterem o produto, com grau de maturação completa, odor agradável, consistência firme, não apresentar perfurações.	KG	1.000,00	5,26	5.260,00
1	4	AÇUCAR MASCAVO - contendo no mínimo 90% de sacarose elaborado a partir do caldo de cana livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais.	PACOT	200,00	19,99	3.998,00
1	5	AÇÚCAR MASCAVO COM CACAU EM PÓ. Padronizado para servir com leite. Embalagem de 1 kg, na embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricional e data de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Apresentar Licença Sanitária atualizada.	PACOT	1.000,00	31,63	31.630,00
1	6	ALFACE - de primeira qualidade, tipo terra extra, sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescente, intactas, firmes e bem desenvolvidas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Entregar em pacotes de 1 kg.	KG	3.000,00	16,51	49.530,00
1	7	ALHO - de primeira qualidade, fresco, com bulbos de no mínimo 4 cm de diâmetro transversal e cada bulbo contendo entre 8 a 20 dentes, bulbo inteiro são, em brotos, sem grão chochos, ardidos, manchados ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Entregar em pacotes de 1 kg.	KG	120,00	28,66	3.439,20
1	8	AMENDOIM DESCASCADO - isento de matéria terrosa, de parasitas, de detritos animais e vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, chochos, manchados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e qualidade. Produção de última safra, contendo peso liquida de 1kg.	PACOT	300,00	24,32	7.296,00
1	9	BANANA CATURRA - de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras.	KG	6.000,00	3,89	23.340,00
1	10	BANANA PRATA - de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras.	KG	6.000,00	7,32	43.920,00
1	11	BANHA REFINADA – apresentando coloração branca ou levemente amarelada e odor característico, isenta de produtos estranhos, parasitas e rancidez, ingredientes: gordura de suíno (tecido adiposo), não contém glúten. Adicionada em embalagem plástica hermeticamente vedada, impermeável, atóxica e resistente, com peso líquido 1kg. Na embalagem deve constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, validade e registro no serviço de inspeção federal (SIF), serviço de inspeção estadual (SIE) ou serviço de inspeção municipal (SIM).	KG	500,00	18,91	9.455,00
1	12	BATATA DOCE - - de primeira qualidade, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade de tamanho e cor, ausência de rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças.	KG	2.000,00	5,09	10.180,00
1	13	BEBIDA LACTEA - em embalagem de um litro, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalado e rotulado de acordo com a legislação vigente.	LITRO	7.000,00	6,82	47.740,00
1	14	BERGAMOTA POCAN - de primeira qualidade, peso médio 200gr, fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano.	KG	3.000,00	4,66	13.980,00
1	15	BETERRABA - de primeira qualidade, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho que lhe permita suportar manipulação, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; com ausência de sujidades, parasitos e larva aderente a superfície externa.	KG	2.000,00	6,22	12.440,00
1	16	BISCOITO SORTIDO - produzido dentro das normas da ANVISA, com registro na vigilância Sanitária Municipal, embalado em pacote de 600g.	PACOT	2.000,00	11,49	22.980,00
1	17	BISCOITO TIPO CASEIRO – sabores melado, nata, manteiga, em embalagem	PACOT	2.500,00	33,29	83.225,00

		plástica, transparente, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalado e rotulado de acordo com a legislação vigente. Pacote 1kg .				
1	18	BISCOITO TIPO MARIA - produzida dentro das normas da ANVISA, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalado em pacote de 660 g.	PACOT	2.000,00	11,32	22.640,00
1	19	BRÓCOLIS - de primeira qualidade, em perfeito estado de desenvolvimento, aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, folhas inteiras, de coloração uniforme e sem manchas, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.	KG	1.000,00	12,32	12.320,00
1	20	CANJICA AMARELA E BRANCA - tipo 1, após cozimento manter-se macia. Embalagem plástica, atóxica, transparente e não violada, contendo 01Kg.	PACOT	500,00	7,15	3.575,00
1	21	CARNE DE FRANGO - tipo coxa e sobrecoxa resfriada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto própria, não amolecida nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitos e larvas e devidamente inspecionada. Com certificado de Inspeção Municipal, acondicionada em embalagem adequada de 1 kg, com rótulo indicando data de validade.	PACOT	12.500,00	13,21	165.125,00
1	22	CARNE DE FRANGO - PEITO - com certificado de Inspeção Municipal, acondicionada em embalagem adequada de 1 kg, com rótulo indicando a data de validade.	PACOT	4.000,00	22,40	89.600,00
1	23	CENOURA - sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos e terra aderida à superfície externa.	KG	1.200,00	8,62	10.344,00
1	24	CHÁ DIVERSOS - Chá diversos, composto por folhas, flores, frutos e/ou ervas desidratadas, próprios para infusão, destinado ao consumo humano. apresentando-se seco, limpo, isento de impurezas, sujidades, parasitas, materiais estranhos e sinais de mofo ou deterioração.??Deve possuir coloração, aroma e sabor característicos da(s) espécie(s) que compõem o produto, podendo incluir variedades como camomila, erva-doce, hortelã, cidreira, entre outras, conforme disponibilidade do produtor.??O produto deverá ser entregue em embalagens de 500g, íntegras, atóxicas, devidamente vedadas e rotuladas, contendo no mínimo as seguintes informações: nome do produto, identificação do produtor, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade e orientações de armazenamento.	PACOT	500,00	135,50	67.750,00
1	25	CHEIRO VERDE - Salsinha e cebolinha verde, de primeira qualidade, fresca, embalada em saco plástico, com cheiro e sabor próprios, firme e intacta, livre de fertilizantes e sujidades e sem nenhum tipo de sinal de deterioração. Embalagem de 1 kg.	KG	400,00	15,24	6.096,00
1	26	CHUCHU - de primeira qualidade, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade de tamanho e cor, ausência de rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças	KG	1.300,00	5,06	6.578,00
1	27	COUVE-FLOR - de primeira qualidade, em perfeito estado de desenvolvimento, aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, olhas inteiras, de coloração uniforme e sem manchas, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.	KG	900,00	11,25	10.125,00
1	28	COUVE FOLHA - de primeira qualidade, em perfeito estado de desenvolvimento, aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, olhas inteiras, de coloração uniforme e sem manchas, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.	KG	200,00	11,58	2.316,00
1	29	CUCA - em embalagem plástica, transparente, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalado e rotulado de acordo com a legislação vigente. Embalagem 1kg.	KG	1.500,00	20,96	31.440,00
1	30	DOCE DE FRUTAS - próprio para passar no pão, com Licença Sanitária atualizada, em embalagens de vidro com 715g.	POTE	350,00	27,66	9.681,00
1	31	DOCE DE FRUTAS SEM AÇÚCAR - próprio para passar no pão, com Licença Sanitária atualizada, em embalagens de vidro com aproximadamente 600g.	POTE	240,00	37,64	9.033,60
1	32	DOCE DE LEITE - próprio para passar no pão, com Licença Sanitária atualizada, em embalagens de vidro com 640g.	POTE	350,00	41,31	14.458,50
1	33	DOCE DE LEITE SEM AÇÚCAR - próprio para passar no pão, com Licença Sanitária atualizada, em embalagens de vidro com aproximadamente 600g.	POTE	240,00	49,28	11.827,20
1	34	FARINHA DE TRIGO TIPO 1 - especial, enriquecida com ferro e ácido fólico, com embalagem de 5 kg, de papel resistente, com solda reforçada e íntegra, que contenha data de fabricação e validade.	PACOT	9.500,00	22,46	213.370,00
1	35	FEIJÃO PRETO - TIPO 1, safra nova, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies, embalagem contendo 01Kg.	PACOT	5.000,00	7,72	38.600,00
1	36	FUBÁ DE MILHO – composição básica: milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, fabricada a partir de matérias primas sã e limpa. produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos de animais e vegetais, odores estranhos, bolor e umidade. entrega em embalagem de polietileno atóxico, resistente, pacote de 1 kg, com prazo de validade superior a 150 dias no momento da entrega. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	PACOT	2.000,00	5,76	11.520,00
1	37	IOGURTE – em embalagem de um litro, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalado e rotulado de acordo com a legislação vigente. acondicionado em saco plástico de polietileno - sache, resfriado entre 1 e 6º C, Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	PACOT	4.000,00	10,04	40.160,00
1	38	IOGURTE NATURAL – em embalagem de 850 ml, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalado e rotulado de acordo com a legislação vigente. Acondicionado em embalagem de plástico de polietilen, resfriado entre 1 e 6º C, Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	UN	200,00	13,32	2.664,00
1	39	LARANJA - fresca, limpa, cada laranja deverá ter peso entre 100 e 120gr, em embalagens de 2 a 3 kg, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes, sem rachaduras ou cortes na casca, sem manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade.	KG	10.000,00	5,79	57.900,00
1	40	LIMÃO - de primeira qualidade, peso médio 100gr, destinado ao consumo 'in natura', devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano.	KG	200,00	5,09	1.018,00
1	41	MAMÃO - de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras ou outros que alterem o produto.	KG	1.000,00	8,99	8.990,00
1	42	MANDIOCA CONGELADA DESCASCADA - graúda, de primeira qualidade, raiz limpa e sem cascas, de boa qualidade, sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade de tamanho e cor, ausência de rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças. As raízes devem ser próprias para o consumo humano e oriundos de vegetais sadios, com colheita recente, isentos de umidade externa anormal, odor e aspectos estranhos. Embalagem de 1kg.	PACOT	1.500,00	8,19	12.285,00

1	43	MELADO DE CANA - em embalagem de 1Kg, com indicação na embalagem e rotulagem nutricional conforme legislação vigente, com Licença Sanitária atualizada.	PACOT	250,00	20,32	5.080,00
1	44	MELÃO - fresca, frutos com 70 a 80% de maturação climatizada, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente, livre de resíduos de fertilizantes, devendo ser prioritariamente orgânicos e/ou agroecológicos.	KG	1.000,00	7,66	7.660,00
1	45	MELANCIA – fresca, com grau de maturação adequado ao consumo, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente.	KG	2.000,00	3,09	6.180,00
1	46	MILHO VERDE – sem palha, de primeira qualidade, limpo e embalado em pacotes de 5 kg de primeira qualidade sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor dos grãos típicos da variedade.	KG	2.000,00	7,64	15.280,00
1	47	MORANGO - limpo em perfeito estado, íntegros de tamanho médio, firmes e sem batidas, embalagem limpa e integra identificada com nome do produtor e data de validade.	KG	300,00	26,09	7.827,00
1	48	OVOS DE GALINHA - tipo colonial, casca lisa, sem trincos, limpos, em embalagem apropriada com nome do produtor e data de validade. Conforme legislação vigente, com Licença Sanitária atualizada.	DUZIA	3.000,00	11,32	33.960,00
1	49	PÃO DE LEITE - deve ser preparado com matérias-primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação, com consistência adequada, fresca. Em embalagem plástica, transparente, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalado e rotulado de acordo com a legislação vigente. Cada unidade com peso mínimo de 70 gr, com Licença Sanitária atualizada. Pacotes de 1kg.	PACOT	1.800,00	15,79	28.422,00
1	50	PÃO DE MILHO - Pronto para o consumo. Pão fresco, macio, de cor uniforme. O produto deverá ter em sua composição farinha de milho e não poderá apresentar corantes ou aromatizantes. O odor, a coloração, o formato e o sabor deverão ser próprios do produto. O produto não deverá apresentar impurezas de qualquer tipo. Quando houver leite na composição, o mesmo deverá ser sem lactose. O produto deverá apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega. O rótulo deverá seguir a legislação vigente.	KG	250,00	15,96	3.990,00
1	51	PEPINO - de primeira qualidade, compacto e firme apresentando grau ideal no desenvolvimento do tamanho, livre de qualquer sinal de deterioração.	KG	1.000,00	10,31	10.310,00
1	52	PÊSSEGO - de primeira qualidade, compacto e firme apresentando grau ideal no desenvolvimento do tamanho, livre de qualquer sinal de deterioração.	KG	1.000,00	8,71	8.710,00
1	53	PIMENTÃO - de primeira qualidade, compacto e firme apresentando grau ideal no desenvolvimento do tamanho, livre de qualquer sinal de deterioração.	KG	100,00	16,66	1.666,00
1	54	POLPA DE FRUTA - natural integral, congelados vários sabores, sem conservantes e aditivos, embalagem contendo 1,0 Kg.	PACOT	1.200,00	33,76	40.512,00
1	55	QUEIJO - tipo colonial, deve apresentar textura, cor, odor e características físico/químicas compatíveis ao produto. Devidamente embalados e armazenados conforme legislação vigente. Com licença sanitária atualizada.	KG	500,00	56,52	28.260,00
1	56	REPOLHO - de primeira qualidade, compacto e firme apresentando grau ideal no desenvolvimento do tamanho, livre de qualquer sinal de deterioração.	KG	3.500,00	5,11	17.885,00
1	57	SUCO DE UVA INTEGRAL - processado de acordo com as normas com Registro no MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em embalagens de 1,5 litro.	UN	1.500,00	28,32	42.480,00
1	58	TOMATE - tipo especial, oblongo ou redondo com diâmetro mínimo de 6 cm em embalagens de 2 a 3 kg, com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo mediato e imediato, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes. livre de machucaduras, bolores, sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade.	KG	2.000,00	10,22	20.440,00
1	59	VAGEM - de primeira qualidade, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento, aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho que lhe permita suportar manipulação, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larva aderentes à superfície externa.	KG	350,00	21,96	7.686,00
1	60	VINAGRE DE VINHO TINTO COLONIAL - processado de acordo com as normas com Registro no MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em embalagens de 2 litros.	UN	1.200,00	18,66	22.392,00
TOTAL						1.549.425,50

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste - PR, em 01/10/2026.

JOSE DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:290CBBAF

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - PROCESSO Nº 806/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - Processo nº 806/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de balanceamento, geometria e cambagem para a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos leves e pesados.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por lote
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por lote.

COMERCIO DE PNEUS PAULAO LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total

		Marca Modelo				
3	1	BALANCEAMENTO para automóvel/utilitário.	SERV	564,00	19,89	11.217,96
3	2	GEOMETRIA para automóvel/utilitário.	SERV	564,00	59,89	33.777,96
3	3	CAMBAGEM para automóvel/utilitário.	SERV	564,00	25,29	14.263,56
TOTAL						59.259,48
COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME						
Lote	Item	Produto/Serviço Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	BALANCEAMENTO para ambulâncias e vans.	SERV	132,00	35,00	4.620,00
1	2	GEOMETRIA para ambulâncias e vans.	SERV	132,00	85,00	11.220,00
1	3	CAMBAGEM para ambulâncias e vans.	SERV	132,00	30,00	3.960,00
2	1	BALANCEAMENTO para micro-ônibus, ônibus e caminhões.	SERV	282,00	65,00	18.330,00
2	2	GEOMETRIA para micro-ônibus, ônibus e caminhões.	SERV	282,00	185,00	52.170,00
2	3	CAMBAGEM para micro-ônibus, ônibus e caminhões.	SERV	282,00	245,00	69.090,00
TOTAL						159.390,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 06/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5F3F31AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA -BALANCETE DA RECEITA - 09/2026

ESTADO DO PARANÁ						
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA						Exercício de 2026
Balancete da Receita (Comparativo orçado/arrecadado (Líquido)) Período de: Setembro à Setembro						
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA						
Parâmetros: Demonstrar receitas: A; Mês Início: 9; Consolidado: N; Assinatura: {"valor":"8793","descricao":"Balancete de Despesa CM / 1990-01-01"}; Listar recursos e deduções: N; Demonstrar naturezas no nível: 8; Mês Fim: 9; Exercício: 2026; Tipo de Período: NO; Colunas: O; Entidades: [{"valor":"2726","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA"}]; Listar naturezas sintéticas: S; Tipo do recurso: TODOS; Categoria do recurso: TODOS; Demonstrar deduções ao final do relatório: N - Versão: 60 de 22/09/2026 13:58:11						
Receita	Núm.	Previsão inicial	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
Receitas extraorçamentárias						
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - CAIXA		0,00	8.340,54	86.037,81	0,00	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - SICREDI		0,00	11.000,02	94.280,18	0,00	0,00
I.N.S.S.		0,00	9.656,51	86.908,59	0,00	0,00
IRRF A REPASSAR DE PESSOAS JURÍDICAS		0,00	35,04	3.012,10	0,00	0,00
IRRF A REPASSAR DE SERVIDORES ATIVOS		0,00	8.535,43	71.810,62	0,00	0,00
ISS A REPASSAR PESSOAS JURÍDICAS		0,00	0,00	3.903,25	0,00	0,00
REPASSE DUODÉCIMO		0,00	225.000,00	2.025.000,00	0,00	0,00
	Total:	**0,00**	**262.567,54**	**2.370.952,55**	**0,00**	**0,00**
	Total Geral:	**0,00**	**262.567,54**	**2.370.952,55**	**0,00**	**0,00**

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	***PAULA CRISTINA DIAS***	***ANDREA DE LIMA SILVA***
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:3AB07C34

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - DEMONSTRATIVO DAS DIÁRIAS - 09/2026

ESTADO DO PARANÁ										
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA										
Demonstrativo das Diárias Concedidas							**Período:** 01/09/2026 **até** 30/09/2026			
Nº NE.	**Data Empenho**	**Valor**	**Nº Diária**	**Beneficiário**	**Finalidade**	**Destino**	**Data Saída**	**Data Retorno**	**Qtdade**	
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA										
319	01/09/2026	880,94	54	KELY NELI ROLIM	VIAGEM DESTINADA A PARTICIPAR NO EVENTO "DESAFIO EL NINO - PREPARAR HOJE PARA PROTEGER AMANHÃ", REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ TCE-PR, NA CIDADE DECURITIBA/PR, DIA 03/09/2026, DAS 8H ÁS 17H.	Curitiba	02/09/2026	03/09/2026	1,500	
320	01/09/2026	880,94	55	ANDREA DE LIMA SILVA	VIAGEM DESTINADA A PARTICIPAR NO EVENTO "DESAFIO EL NINO - PREPARAR HOJE PARA PROTEGER AMANHÃ", REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ TCE-PR, NA CIDADE DECURITIBA/PR, DIA 03/09/2026, DAS 8H ÁS 17H.	Curitiba	02/09/2026	03/09/2026	1,500	
321	01/09/2026	880,94	56	CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	VIAGEM DESTINADA A PARTICIPAR NO EVENTO "DESAFIO EL NINO - PREPARAR HOJE PARA PROTEGER AMANHÃ", REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ TCE-PR, NA CIDADE DECURITIBA/PR, DIA 03/09/2026, DAS 8H ÁS 17H.	Curitiba	02/09/2026	03/09/2026	1,500	
329	14/09/2026	2.231,70	57	RAFAEL SILVA DE AZEVEDO	VIAGEM DESTINADA A PARTICIPAR DO "SEMINÁRIO LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, PROMOVIDO PELA EMPRESA DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA", A SER REALIZADO NOS DIAS 15, 16, 17 E 18 DE SETEMBRO DE 2026, NA CIDADE DE CURITIBA/PR.	Curitiba	15/09/2026	18/09/2026	3,800	
Valor		**4.874,52**								

Entidade:										
Valor Total:		**4.874,52**								
CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA			***PAULA CRISTINA DIAS***		***ANDREA DE LIMA SILVA***					
..389-**			***.***.059-**		***.***.649-**					
Presidente			Contadora		Controle Interno					

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:5C798EEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 064/2026

LEI MUNICIPAL Nº 064/2026.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 16.776.309,66 (dezesseis milhões setecentos e setenta e seis mil trezentos e nove reais e sessenta e seis centavos), destinados para a execução do Convênio nº 253/2026 SEAB – Estrada Bahu, e ao reforço de dotação do orçamento vigente, cuja consignação far-se-á na seguinte dotação:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.28.	ENCARGOS ESPECIAIS	
03.001.28.846.	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
03.001.28.846.0006.	DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES	
03.001.28.846.0006.2.016.	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.47.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	100.000,00
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.04.	ADMINISTRAÇÃO	
04.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.001.04.122.0009.	GERENCIAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
04.001.04.122.0009.2.020.	Administração da Diretoria de Viação, Obras e Urbanismo	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.14.	DIÁRIAS - CIVIL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	20.000,00
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPORTE RODOVIARIO	
04.001.26.782.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE	
04.001.26.782.0015.1.215.	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 32090 Código Local 32090 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 253/2026 SEAB - ESTRADA BAHU	16.576.309,66
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICÍPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	80.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		16.776.309,66

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento, e da utilização do Excesso de Arrecadação Alínea de Receita do Exercício Corrente a seguir discriminados, a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPORTE RODOVIARIO	
04.001.26.782.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE	
04.001.26.782.0015.2.038.	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	100.000,00
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICÍPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.40.	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	100.000,00
Total dos Cancelamentos		200.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA	VALOR
Fonte TCE 32090 Código Local 32090 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.2.2.54.0.1.43.00.00.00.00. Bco BB C/C 32031-5 CONVÊNIO Nº 253/2026 SEAB - ESTRADA BAHU	16.576.309,66
	Total do Excesso de Arrecadação	16.576.309,66
	Total Geral desta Lei	16.776.309,66

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:AB301B8D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 066/2026

LEI MUNICIPAL Nº 066/2026.

SUMULA: Autoriza abertura de um crédito adicional suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional SUPLEMENTAR, na importância total de R$ 181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), cuja consignação far-se-á nas seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.002.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.002.12.	EDUCAÇÃO	
05.002.12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0019.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0019.2.207.	CRECHES MUNICIPAL – RECURSOS FUNDEB	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	160.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	20.000,00
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	

3.3.90.08.	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	1.000,00
Total do Credito Autorizado		**181.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do excesso de arrecadação de alínea de receita do exercício, a seguir descriminado.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - Exercícios Anteriores	181.000,00
	TOTAL GERAL DESTA LEI	**181.000,00**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, da LDO e do Crédito Adicional SUPLEMENTAR na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:91DB4D42

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 88/2026

PORTARIA N.º 88/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...

Art. 1º - Conceder aos servidores municipais relacionados nesta portaria, suas férias, bem como determinar o pagamento do adicional de 1/3 de seus vencimentos.

N.º Ordem	Nome do Servidor / Matricula	Período Aquisitivo	Período de Fruição
1	Andressa Vanazzi Marcon - 409	01-10-2025/30-09-2026	25-01-2027/03-02-2027 09-06-2027/18-06/2027
2	Rafael Vinicius De Souza - 382	04-09-2025/03-09-2026	04-11-2026/13-11-2026 09-12-2026/18-12-2026 04-01-2027/13-01-2027
3	Patrícia Magnus Luciano Boer-532	01-10-2025/30-09-2026	01-05-2027/20-05-2027
4	Josival Bacagini Leite – 731	21-10-2025/20-10-2026	21-12-2026/19-01-2026
5	Márcia Cristina Costa Silva - 671	04-10-2025/03-10-2026	23-12-2025/21-01-2026
6	Rosineide Dias Pereira Perin - 670	04-10-2025/03-10-2026	23-12-2025/21-01-2026
7	Fernanda Crespilho F. Correa - 610	06-09-2025/05-09-2026	08-03-2027/22-03-2027 05-07-2027/19-07-2027
8	Dhebora Lopes Farinha Alves - 779	01-10-2025/30-09-2026	01-10-2026/30-10-2026
9	Ane Marcelly Colombo Buzetti - 698	01-08-2025/31-07-2026	23-12-2025/21-01-2026

Art. 2º - Conceder aos servidores municipais acima relacionados no **número de ordem 1 e 3,** a conversão de 10 (Dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme artigo 101, do § 5º da Lei municipal 07/1993.

Art. 3º - Revogas as disposições em contrário, está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 05 de Outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:DA1C6AA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL Nº 1698/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1698/2026

Súmula: Altera Lei Municipal nº 1446/2023 e dá outras providencias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ, usando de suas atribuições legais, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO, a seguinte,

LEI

Art. 1º. Altera-se a Lei Municipal nº 1446/2023 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e dos Cargos de Provimento em Comissão e Função Gratificada da Administração Pública Municipal de Sapopema/PR.

Art. 2º. Cria os cargos de Diretor de Escola de Futebol vinculado a Secretaria Municipal de Esportes, Diretor Departamento de Projetos Sociais vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Cargo	Símbolo Comissão	Vaga	Carga horária	Escolaridade
Diretor de Escola de Futebol	CC1-A	01	40 horas semanais	Ensino Médio QualificaçãoTécnica

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo	Símbolo Comissão	Vaga	Carga horária	Escolaridade
Diretor Departamento de Projetos Sociais	CC1-A	01	40 horas semanais	Ensino Médio QualificaçãoTécnica

Símbolo	Valor
CC1-A	R$ 4.156,84

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA/PR, em: 06 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR.
Prefeito Municipal

DIRETOR DE ESCOLA DE FUTEBOL

Atribuições
- Planejar e conduzir treinamentos técnicos, táticos;
- Analisar desempenho individual e coletivo para identificar pontos de melhorias;
- Motivar e liderar os atletas dentro e fora de campo;
- Acompanhar a evolução física e psicológica dos atletas para otimizar a performance;
- Responsável por orientar, educar e desenvolver jovens atletas (desde escolinhas até o sub-20), preparando-os tanto para o esporte profissional quanto para a vida;
- Criar planos de treino focados no desenvolvimento individual do atleta, e não apenas no resultado imediato do jogo;
- Orientar planejar, coordenar e executar ações técnicas, táticas e emocionais para potencializar habilidades individuais e o desempenho coletivo da equipe.
- Analisar desempenho, elaborar planos de treino (físico, técnico, tático, psicológico), define formações e estratégias, toma decisões e faz substituições em tempo real.
- Colabora com preparador físico, fisioterapeuta e analista de desempenho para alinhar condicionamento, prevenção e tática.
- Responsável também, pelas equipes adultas e veteranos, treinando e participando de campeonatos municipal e regional.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

DIRETOR DE PROJETOS SOCIAIS
- Ministrar aulas de instrumentos de percussão (como caixa, surdo e bumbo) e de sopro, dependendo da formação do grupo.
- Orientar os ensaios, define marcações de tempo, dinâmicas de som e gestos de comando para desfiles e apresentações.
- Treinar o alinhamento, a postura, a movimentação corporal e os passos do corpo coreográfico ou baliza.
- Cuidar da manutenção dos instrumentos e planeja repertórios para campeonatos e datas comemorativas
- Ensinar música, dar aula de violão;
- Reger e dirigir grupos instrumentais ou marciais.
- Orientar sobre disciplina, postura, civismo e trabalho em equipe
- Instrutor de karatê

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D690EC37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 9-0042/2024
CONTRATO N° 705/2024– ID: 10205

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 9-0042/2024**
CONTRATANTE:	**MUNICÍPIO DE SARANDI – PR**
CONTRATADA:	**COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA**
CNPJ:	**07.192.414/0001-09**
OBJETO:	"Contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, gerados no Município de Sarandi/PR, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra".
ADITIVO:	**CLÁUSULA I** - DO OBJETO O presente Termo tem por objeto formalizar a rescisão consensual do Contrato nº 705/2024, reconhecer as repactuações e reajustes contratuais decorrente do Pregão Eletrônico nº 9-0042/2024. **CLÁUSULA II** - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 A presente extinção consensual fundamenta-se no art. 138, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas cláusulas do Contrato nº 705/2024, nas disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 9-0042/2024 e respectivos anexos, na decisão da autoridade competente e no parecer jurídico nº 875/2026. **CLÁUSULA III**- DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE 3.1 Ficam reconhecidas, nos termos das memórias de cálculo, planilhas e documentos de suporte constantes dos autos, as diferenças decorrentes das Convenções Coletivas FETROPAR 2024, FETROPAR 2025, FETROPAR 2026, SIEMACO 2025 e SIEMACO 2026, bem como do reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, no valor total de R$ 856.748,66 (oitocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos). 3.2. O valor indicado no item 3.1 será pago em parcela única até 30 de outubro de 2026, mediante prévio empenho, liquidação da despesa e observância das exigências contábeis, orçamentárias e financeiras aplicáveis Para fins deste Termo, considera-se adimplida a obrigação somente com o efetivo crédito do valor na conta da CONTRATADA até 30/10/2026. 3.3. As faturas relativas aos serviços efetivamente prestados até 31 de outubro de 2026 serão processadas, atestadas e pagas na forma prevista no Contrato nº 705/2024 e no Termo de Referência, não se confundindo com o valor previsto no item 3.1. Para agosto, setembro e outubro de 2026, fica reconhecido o preço unitário final recomposto de R$ 239,40 por tonelada, com complementação de eventual faturamento inferior. §1°. Consolidada a quitação, nenhuma das partes terá qualquer outro valor, indenização, recomposição, multa, glosa, ressarcimento, penalidade, encargo, custo de desmobilização, lucro cessante, dano, honorário ou pretensão de qualquer natureza a reclamar da outra relativamente ao contrato n°. 705/2024. §2°. Ainda, a Contratada, renuncia à pretensão de indenização por lucros cessantes decorrentes da extinção antecipada do contrato. A proposta homologada prevê lucro de 6,39% sobre o faturamento mensal, sendo o quantum determinável por simples cálculo aritmético sobre os valores mensais do período contratual remanescente. A renúncia somente se aperfeiçoará com o pagamento integral até 30/10/2026. Não pago o valor e confirmada a extinção pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO reconhece os lucros cessantes de 6,39%, calculados por simples operação aritmética sobre base mensal de R$ 710.220,00 (178.000 t / 60 meses x R$ 239,40/t), pro rata die quando necessário, até o termo final da vigência. **CLÁUSULA IV**- ENCERRAMENTO DEFINITIVO DOS PROCESSOS 4.1. Após o cumprimento integral das obrigações previstas neste termo, especialmente o pagamento previsto na Cláusula Terceira, o Município promoverá, mediante decisão da autoridade competente, o encerramento dos processos sancionatórios e rescisórios instaurados em face da CONTRATADA e relacionados ao Contrato nº 705/2024. Desde a assinatura, o MUNICÍPIO reconhece a ausência de culpa ou inexecução imputável à CONTRATADA e considera definitivamente superadas as controvérsias sancionatórias abrangidas pelo acordo, inclusive as relativas ao quantitativo e à composição da frota, vedadas sanções, glosas, ressarcimentos, retenções, execução de garantia ou registros restritivos pelos mesmos fatos. Consolidada a extinção, será liberada a garantia contratual; optando a CONTRATADA pela continuidade, a garantia permanecerá válida. 4.2. Na mesma condição, a CONTRATADA renuncia e se obriga a desistir de quaisquer pedidos, medidas administrativas ou ações judiciais em face do Município que decorram diretamente do Contrato nº 705/2024, ressalvadas as obrigações expressamente previstas neste instrumento e as faturas referidas no item 3.3. 4.3. Cumpridas integralmente as obrigações deste termo, as partes outorgarão quitação recíproca, plena e definitiva quanto às parcelas e fatos expressamente abrangidos por este instrumento, inclusive quanto a pretensões de recomposição, indenização, multa, glosa, ressarcimento, custo de desmobilização, lucros cessantes, danos e honorários relacionados ao Contrato nº 705/2024. 4.4. A CONTRATADA renuncia, sob a condição prevista no item 4.3, a eventual pretensão de indenização por lucros cessantes decorrente da extinção antecipada do contrato. **CLÁUSULA V** – DA EXTINÇÃO 5.1 Fica extinto o Contrato n°. 705/2024, a partir do dia 01/11/2026, sem prejuízo da quitação das faturas ainda pendentes. Entretanto consolidação definitiva da extinção fica subordinada ao pagamento integral do crédito reconhecido na Clausula III. §1°. Caso o pagamento integral previsto na CLAUSULA III, não ocorra, a CONTRATADA considerar-se-á não consolidada a extinção amigável, do contrato n°. 705/2024, prosseguindo normalmente em sua execução pelo prazo contratual remanescente, ou, confirma a extinção do Contrato Administrativo, a partir de 01 de novembro de 2026, hipótese em que ficarão sem efeito exclusivamente a quitação, a renuncia e as concessões patrimoniais outorgadas pela contratada, permanecendo-lhe assegurado o direito de cobrar todos os créditos, perdas e danos e indenizações juridicamente cabíveis. A escolha entre as alternativas caberá exclusiva e unilateralmente à CONTRATADA, por comunicação escrita até 31/10/2026. Confirmada a extinção, permanecem preservados inclusive os lucros cessantes. Pagamento após 30/10/2026 não afasta o direito de opção já constituído, salvo concordância expressa da CONTRATADA. Confirmada a extinção, tornam-se imediatamente vencidos e exigíveis o crédito do item 3.1, se não pago, e os lucros cessantes definidos no §2º da Cláusula III, ambos passíveis de execução deste instrumento. **CLAUSULA VI**- DISPOSIÇÕES FINAIS 6.1 O presente termo constitui a manifestação integral da vontade das partes quanto à extinção consensual do Contrato n°. 705/2024, e substitui, no que conflitar as pretensões administrativas anteriormente formuladas. 6.3. Assinado pelas partes e por 2 (duas) testemunhas, o instrumento constitui título executivo extrajudicial, abrangendo o crédito do item 3.1 e, em caso de inadimplemento com confirmação da extinção pela CONTRATADA, os lucros cessantes apuráveis por simples cálculo aritmético, na forma dos arts. 783, 784, III, e 910 do CPC.
ASSINATURA	**05 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:C15A7119

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 124/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 124/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
VANESSA KULICHESKI MATIAS DS SANTOS	397313	4	121314B	JARDIM DAS TORRES
ANTONIO ALVES DE MOURA	355470	3	4	JARDIM DAS TORRES
ANGEL THOMAZ AUGUSTO DE OLIVEIRA DA SILVA	393732	9	8A1	JARDIM NOVO BERTIOGA
VALMIR RIBEIRO DOS SANTOS	398896	43	7A	JARDIM UNIVERSAL
JULIANO MOREIRA DA LUZ	432610	35	6A	JARDIM UNIVERSAL
FABIANO CREPALDI	398516	48	21A	JARDIM UNIVERSAL
EDVALDO CANDIDO DA SILVA	395889	16	17A	JARDIM UNIVERSAL
SILVIA FLORENTINA SANCHES	439870	13	4	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
RENATO RODRIGUES DE FREITAS	396733	20	14	JARDIM OURO VERDE III
MARIANA APARECIDA POLETTO	396737	20	18	JARDIM OURO VERDE III
FLAVIA GRAZIELLE CORDEIRO DA SILVA	396393	5	29	JARDIM OURO VERDE III
PATRICIA RODRIGUES DE CARVALHO	394623	13	9	JARDIM OURO VERDE IV
ANDRESSA CORREA DE FREITAS	396314	3	23	JARDIM OURO VERDE III
THAIS KIMBERLLY ALVES DE SOUZA	396515	10	23	JARDIM OURO VERDE III
NILVA CISMER	443045	26	8A	JARDIM OURO VERDE III

DANIEL DE OLIVEIRA	398813	8	14A	JARDIM OURO VERDE III
JOSE MARCIO DA SILVA	397539	10	2	JARDIM SAO PAULO
SANDRO BERNABE	436410	14	25B	JARDIM OURO VERDE II

Paço Municipal, 29 de Setembro de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS
Diretor de Departamento Administração de Receitas
Decreto nº 1276/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:03957D10

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 126/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 126/2026
Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
ADRIELE CRISTINA SPINELLI	398848	1	9A	JARDIM ORIENTAL
FERNANDA CRISTINA DO CARMO SOUZA SANTANA	399604	12	1	JARDIM FRANCA
ESPOLIO DE NAIR RODRIGUES MEDEIRA	372749	24D	9	JARDIM MONTE REY
MARCIEL ERNESTO DE SOUZA	395472	13	3/4A	JARDIM MONTE REY
JOANA KAREN FERREIRA	391853	24	4	CONJUNTO RESIDENCIAL GOVERNADOR JOSE RICHA
MARCELI APARECIDA PINHEIRO DA SILVA	391582	11	11	CONJUNTO RESIDENCIAL GOVERNADOR JOSE RICHA
ANA GALVAO DA ROSA SOLTYS	391374	3	3	CONJUNTO RESIDENCIAL GOVERNADOR JOSE RICHA
MARIA REGINA BARBOZA PILER	391819	21	7	CONJUNTO RESIDENCIAL GOVERNADOR JOSE RICHA
MARIA DOS SANTOS SILVA	215104	5	3A	JARDIM DAS FLORES 1 P.
FRANCISCO RIBEIRO DOS SANTOS	144193	10	6	JARDIM ESPERANCA 1 P.
WALESKA HADASSA BORRASCA	400157	207A		RESIDENCIAL ARVOREDO
ODAIR JOSE NOGUEIRA JUNIOR	399223	9		JARDIM MONTE LIBANO
ROQUE DOMINGUES MACIEL	437600	3	23	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
VIVIANE VIEIRA DA SILVA	440310	16	24	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
ELI TEREZINHA RIBEIRO	439570	11	3	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
CLEUSA PEREIRA DA SILVA	439720	11	18	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
VERISSIMO BUENO NETTO	439020	9	12	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
TATIANE VIEIRA DA SILVA	439500	10	38	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
JOSIANE BURY	439320	10	20	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA
TEREZINHA FIRMINO DA PAZ	438210	5	12	CONJUNTO RESIDENCIAL MAUA

Paço Municipal, 29 de Setembro de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS
Diretor de Departamento Administração de Receitas
Decreto nº 1276/2026

Publicado por:
Natalia Mazzocco Machado Costa
Código Identificador:859986AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5211/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 53.000,00 (Cinqüenta e Três Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 53.000,00 (Cinqüenta e Três Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.002	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0004.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	

620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	23.000,00
	SUBTOTAL	23.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
07.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.605.0009.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
	TOTAL	53.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0004.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
04.006	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
06.181.0004.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
	SUBTOTAL	23.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
07.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.605.0009.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
	TOTAL	53.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 06/10/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:FAD2BD7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO DISPENSA 240/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	322/ 2026
b) Licitação Nº:	240/2026
c) Modalidade:	Dispensa
d) Data Homologação:	06/10/2026
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos confeccionados em aço inoxidável sob medida para a escola Santo Tomás de Aquino.

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
97	05020123610005203544905200000	1102	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: MARILEI SOARES - MEI - CNPJ: 45.737.430/0001-29 - Valor total homologado: R$ 28.793,00						
LOTE	**ORDEM**	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	1	Pia em aço inox 430/22 escovado medindo 2500x700x900mm, contendo espelho, prateleira fenestrada na parte de baixo, pés em tubo de aço inox 1 1/2x 18, sapata regulável e 2 cuba de aço medindo 700x500x300mm e 500x400x300mm	UNID	1	R$ 3.785,00	R$ 3.785,00
1	2	Pia em aço inox 430/22 escovado, medindo 1600x900x900mm, contendo espelho, com prateleira fenestrada na parte de baixo, pés em tubo de aço inox 2 2/x18, sapata regulável e 1 cuba d aço inox medindo 500x400x200 mm.	UNID	2	R$ 2.355,00	R$ 4.710,00
1	3	Bancada de apoio lisa em alo, inox 430/22 escovado medindo 1920x700mm, comtendo prateleira fenestrada na parte de baixo, pés em tubo de aço 1 1/2x18 e sapata de aluguel.	UNID	1	R$ 2.210,00	R$ 2.210,00
1	4	Bancada de apoio em avo inox 430-22 escovado medindo 1100x700x900mm, contendo espelho e prateleira fenestra na parte de baixo, pés em tubo de aço inos 2 2/2x18 e sapata regulável.	UNID	1	R$ 1.478,00	R$ 1.478,00
1	5	Prateleiras em aço inox430/22 escovado, fixado na mão francesa, medindo aprox. 4900x300mm	UNID	2	R$ 1.000,00	R$ 2.000,00
1	6	Prateleiras em aço inox 430/22 escovado, fixado na mão francesa, medidas aproximadas 1650x300 mm	UNID	2	R$ 725,00	R$ 1.450,00
1	7	Coifa em aço inox 430/22 escovado, contendo filtro de gordura, com 1 exaustor de 40 cm, chapéu chinês, medidas de 2200x550 mm	UNID	1	R$ 6.985,00	R$ 6.985,00

1	8	Carro para transporte, fabricado em aço inox 304/22 escovado, com prateleira fenestrada na parte de baixo, ded. aprox. 800x600x800mm (cozinha)	UNID	5	R$ 1.235,00	R$ 6.175,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 28.793,00 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e três reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 06 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:C2D44998

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 54/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	311/2026
b) Licitação Nº:	54/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	06/10/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de preços para prestação de serviços veterinários de castração cirúrgica (ovariossalpingohisterectomia e orquiectomia) de cães e gatos, destinados a animais resgatados pelo Canil Municipal e de tutores em situação de vulnerabilidade socioeconômica

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
272	08050183040014218333903900000	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
272	08050183040014218333903900000	1510	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: M MARCON MENEGHEL ULBRICH & CIA LTDA - CNPJ: 28.037.009/0001-96
Valor total homologado: R$ 189.100,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Castração de cadelas e gatas (ovariosalpingohisterectomia) fêmeas, com pós-operatório oferecido pela empresa contratada conforme Termo de Referência.	Serviço	125	R$ 273,00	R$ 34.125,00
1	2	Castração de cães e gatos (Orquiectomia) machos, com pós-operatório oferecido pela empresa contratada, conforme Termo de Referência.	Serviço	200	R$ 263,00	R$ 52.600,00
1	3	Castração de cadelas e gatas (ovariosalpingohisterectomia) fêmeas, com pós-operatório oferecido pela empresa contratada conforme Termo de Referência.	Serviço	375	R$ 273,00	R$ 102.375,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 189.100,00 (cento e oitenta e nove mil e Cem reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 06 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:4C16FCE4

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025 – decorrente do pregão eletrônico sob Nº. 05/2025, **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVAS NOS MOTORES ELÉTRICOS DO SAAE SERTANÓPOLIS/PR.**

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 81.442.428/0001-96, situada a Avenida Seis de Junho, 825, Centro, Sertanópolis/PR, CEP 86170-000, neste ato representado pelo Diretor Superintendente o Sr. **Flávio Marcelino Fantin** e a empresa **ELETRO MECÂNICA ASSISTEC LTDA**, CNPJ n.º 00.884.677/0001-30, com sede na Av. Winston Churchill, 502, Jardim Andes, Londrina/PR, CEP 86076-000, telefone: (43) 3334-3555, e-mail adm@nishimotores.com.br, representada por seu representante legal, Sr. **Masaru Takahara**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Londrina/PR, RG 438.021SSP/PR, CPF 013.692.459-04, acordam por meio deste o que segue:

Cláusula Primeira – do objeto
O presente Termo Aditivo tem por objeto – Dilatação do Prazo de Vigência com término em **07 de outubro 2027** e reajuste de valores na importância de R$ 516.477,78 (quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos), em decorrência da prorrogação deste contrato com o reestabelecimento do quantitativo inicial acrescida da atualização monetária INPC/IBGE 3,445381%, com fundamento art. 105 e 106, da lei nº 14133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE 01 – MOTOR 150 CV

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 13.658,92	R$ 54.635,68
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 772,93	R$ 3.091,72
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 772,93	R$ 3.091,72
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 1.320,36	R$ 5.281,44
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 1.320,36	R$ 5.281,44
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	4	R$ 795,51	R$ 3.182,04
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 594,31	R$ 2.377,24
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 594,31	R$ 2.377,24
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.654,63	R$ 6.618,52
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.306,99	R$ 5.227,96
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 100,28	R$ 401,12
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 66,85	R$ 267,40
13	TAMPA LA	4	R$ 2.061,49	R$ 8.245,96
14	TAMPA LOA	4	R$ 1.996,39	R$ 7.985,56
15	VENTILADOR	4	R$ 169,71	R$ 678,84
16	ROLAMENTO 6316 C3	8	R$ 628,81	R$ 5.030,48
LOTE 02 – MOTOR 75 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 8.691,31	R$ 34.765,24
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 860,51	R$ 3.442,04
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 860,51	R$ 3.442,04
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 1.268,09	R$ 5.072,36
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 1.268,09	R$ 5.072,36
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	4	R$ 846,57	R$ 3.386,28
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 456,56	R$ 1.826,24
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 456,56	R$ 1.826,24
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.380,95	R$ 5.523,80
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.084,66	R$ 4.338,64
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 88,18	R$ 352,72
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 61,73	R$ 246,92
13	TAMPA LA	4	R$ 1.815,44	R$ 7.261,76
14	TAMPA LOA	4	R$ 1.779,10	R$ 7.116,40
15	VENTILADOR	4	R$ 165,72	R$ 662,88
16	ROLAMENTO 6314 C3	8	R$ 447,16	R$ 3.577,28
LOTE 03 – MOTOR 60 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 5.718,55	R$ 22.874,20
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 478,99	R$ 1.915,96
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 478,99	R$ 1.915,96
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 924,68	R$ 3.698,72
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 924,68	R$ 3.698,72
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	4	R$ 991,87	R$ 3.967,48
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 453,27	R$ 1.813,08
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 453,27	R$ 1.813,08
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.617,98	R$ 6.471,92
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.270,83	R$ 5.083,32
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 103,31	R$ 413,24
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 72,32	R$ 289,28
13	TAMPA LA	4	R$ 1.793,54	R$ 7.174,16
14	TAMPA LOA	4	R$ 1.682,66	R$ 6.730,64
15	VENTILADOR	4	R$ 208,83	R$ 835,32
16	ROLAMENTO 6314 C3	8	R$ 464,34	R$ 3.714,72
LOTE 04 – MOTOR 40 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 5.237,09	R$ 20.948,36
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 519,54	R$ 2.078,16
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 459,03	R$ 1.836,12
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 1.236,12	R$ 4.944,48
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 1.236,12	R$ 4.944,48
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	4	R$ 744,78	R$ 2.979,12
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 422,32	R$ 1.689,28
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 422,32	R$ 1.689,28
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.261,98	R$ 5.047,92
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 1.013,72	R$ 4.054,88
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 41,37	R$ 165,48
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 41,37	R$ 165,48
13	TAMPA LA	4	R$ 972,53	R$ 3.890,12
14	TAMPA LOA	4	R$ 888,66	R$ 3.554,64
15	VENTILADOR	4	R$ 123,73	R$ 494,92
16	ROLAMENTO 6312 C3	8	R$ 416,25	R$ 3.330,00
17	ROLAMENTO 6212 C3	8	R$ 231,09	R$ 1.848,72
18	V RING	8	R$ 24,76	R$ 198,08
19	KIT PLACA DE BORNE	4	R$ 136,80	R$ 547,20
20	DEFLETORA	4	R$ 526,91	R$ 2.107,64
LOTE 05 – MOTOR 15 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	8	R$ 2.242,26	R$ 17.938,08
2	EMBUCHAR TAMPA LA	8	R$ 265,17	R$ 2.121,36
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	8	R$ 233,10	R$ 1.864,80
4	METALIZAR EIXO LA	8	R$ 713,74	R$ 5.709,92
5	METALIZAR EIXO LOA	8	R$ 646,51	R$ 5.172,08
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	8	R$ 362,31	R$ 2.898,48
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	8	R$ 236,10	R$ 1.888,80
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	8	R$ 222,66	R$ 1.781,28
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	8	R$ 587,55	R$ 4.700,40
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	8	R$ 386,87	R$ 3.094,96

11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	8	R$ 15,51	R$ 124,08
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	8	R$ 15,51	R$ 124,08
13	TAMPA LA	8	R$ 243,86	R$ 1.950,88
14	TAMPA LOA	8	R$ 226,05	R$ 1.808,40
15	VENTILADOR	8	R$ 41,79	R$ 334,32
16	ROLAMENTO 6308 ZZC3	16	R$ 104,89	R$ 1.678,24
17	ROLAMENTO 6207 ZZC3	16	R$ 65,72	R$ 1.051,52
18	V RING	16	R$ 10,09	R$ 161,44
19	KIT PLACA DE BORNE	8	R$ 68,81	R$ 550,48
20	DEFLETORA	8	R$ 110,96	R$ 887,68
LOTE 06 – MOTOR 12,5 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 1.900,01	R$ 7.600,04
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 307,67	R$ 1.230,68
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 192,03	R$ 768,12
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 478,78	R$ 1.915,12
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 440,33	R$ 1.761,32
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	4	R$ 412,94	R$ 1.651,76
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 234,48	R$ 937,92
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 221,03	R$ 884,12
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 587,53	R$ 2.350,12
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 386,85	R$ 1.547,40
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 15,51	R$ 62,04
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 15,51	R$ 62,04
13	TAMPA LA	4	R$ 293,36	R$ 1.173,44
14	TAMPA LOA	4	R$ 276,73	R$ 1.106,92
15	VENTILADOR	4	R$ 56,76	R$ 227,04
16	ROLAMENTO 6308zz	8	R$ 104,89	R$ 839,12
17	ROLAMENTO 6207zz	8	R$ 65,72	R$ 525,76
18	V RING	4	R$ 15,51	R$ 62,04
19	SELO MECANICO	4	R$ 124,12	R$ 496,48
20	KIT PLACA DE BORNE	4	R$ 82,75	R$ 331,00
21	DEFLETORA	4	R$ 143,78	R$ 575,12
LOTE 07 – MOTOR 10 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 1.489,58	R$ 5.958,32
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 236,41	R$ 945,64
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 164,35	R$ 657,40
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 384,58	R$ 1.538,32
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 351,14	R$ 1.404,56
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	4	R$ 262,36	R$ 1.049,44
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 235,86	R$ 943,44
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 222,42	R$ 889,68
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 587,49	R$ 2.349,96
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 386,82	R$ 1.547,28
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 15,51	R$ 62,04
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 15,51	R$ 62,04
13	TAMPA LA	4	R$ 197,46	R$ 789,84
14	TAMPA LOA	4	R$ 184,62	R$ 738,48
15	VENTILADOR	4	R$ 36,69	R$ 146,76
16	ROLAMENTO 6308 ZZC3	8	R$ 104,88	R$ 839,04
17	ROLAMENTO 6207 ZZC3	8	R$ 65,72	R$ 525,76
18	V RING	8	R$ 10,09	R$ 80,72
19	KIT PLACA DE BORNE	4	R$ 66,23	R$ 264,92
20	DEFLETORA	4	R$ 110,95	R$ 443,80
LOTE 08 – MOTOR 04 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	10	R$ 1.084,50	R$ 10.845,00
2	EMBUCHAR TAMPA LA	10	R$ 200,30	R$ 2.003,00
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	10	R$ 147,09	R$ 1.470,90
4	METALIZAR EIXO LA	10	R$ 312,77	R$ 3.127,70
5	METALIZAR EIXO LOA	10	R$ 260,45	R$ 2.604,50
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	10	R$ 208,29	R$ 2.082,90
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	10	R$ 166,71	R$ 1.667,10
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	10	R$ 148,09	R$ 1.480,90
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	10	R$ 387,89	R$ 3.878,90
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	10	R$ 212,04	R$ 2.120,40
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	10	R$ 15,51	R$ 155,10
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	10	R$ 15,51	R$ 155,10
13	TAMPA LA	10	R$ 173,28	R$ 1.732,80
14	TAMPA LOA	10	R$ 172,38	R$ 1.723,80
15	VENTILADOR	10	R$ 36,52	R$ 365,20
16	ROLAMENTO 6206 ZZ	20	R$ 43,43	R$ 868,60
17	ROLAMENTO 6204zz C3	20	R$ 29,95	R$ 599,00
18	O-RING	10	R$ 10,33	R$ 103,30
19	RETENTOR	10	R$ 36,20	R$ 362,00
20	CAIXA DE LIGAÇÃO	10	R$ 205,84	R$ 2.058,40
21	KIT PLACA DE BORNE	10	R$ 42,71	R$ 427,10
22	DEFLETORA	10	R$ 72,90	R$ 729,00
23	SELO MECANICO	10	R$ 113,78	R$ 1.137,80
24	BUCHA BRONZE SEDE SELO	10	R$ 567,86	R$ 5.678,60
LOTE 09 – MOTOR 03 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 858,79	R$ 3.435,16
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 169,29	R$ 677,16
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 128,03	R$ 512,12
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 262,83	R$ 1.051,32
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 240,94	R$ 963,76
6	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 160,27	R$ 641,08

7	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 143,73	R$ 574,92
8	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 336,06	R$ 1.344,24
9	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 211,97	R$ 847,88
10	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 15,51	R$ 62,04
11	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 15,51	R$ 62,04
12	TAMPA LA	4	R$ 178,00	R$ 712,00
13	TAMPA LOA	4	R$ 125,24	R$ 500,96
14	VENTILADOR	4	R$ 30,46	R$ 121,84
15	ROLAMENTO 6205zz	8	R$ 39,24	R$ 313,92
16	ROLAMENTO 6204zz C3	8	R$ 29,94	R$ 239,52
17	V RING	8	R$ 10,33	R$ 82,64
18	KIT PLACA DE BORNE	4	R$ 51,70	R$ 206,80
19	DEFLETORA	4	R$ 65,14	R$ 260,56
LOTE 10 – MOTOR 3,5 CV				
1	REBOBINAGEM MOTOR	4	R$ 957,18	R$ 3.828,72
2	EMBUCHAR TAMPA LA	4	R$ 113,00	R$ 452,00
3	EMBUCHAR TAMPA LOA	4	R$ 112,66	R$ 450,64
4	METALIZAR EIXO LA	4	R$ 359,36	R$ 1.437,44
5	METALIZAR EIXO LOA	4	R$ 336,09	R$ 1.344,36
6	BALANCEAMENTO DE ROTOR	4	R$ 121,37	R$ 485,48
7	ENCHER E RETIFICAR EIXO DIANTEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 121,37	R$ 485,48
8	ENCHER E RETIFICAR EIXO TRASEIRO SEDE DO ROLAMENTO	4	R$ 115,02	R$ 460,08
9	ENCHER EIXO DIANTEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 155,50	R$ 622,00
10	ENCHER EIXO TRASEIRO SEDE DA CHAVETA	4	R$ 211,99	R$ 847,96
11	VEDAR CAIXA DE LIGAÇÃO	4	R$ 15,51	R$ 62,04
12	VEDAR TAMPA COM SILICONE	4	R$ 15,51	R$ 62,04
13	TAMPA LA	4	R$ 128,10	R$ 512,40
14	TAMPA LOA	4	R$ 147,51	R$ 590,04
15	VENTILADOR	4	R$ 18,49	R$ 73,96
16	ROLAMENTO 6203zz	8	R$ 23,55	R$ 188,40
17	ROLAMENTO 6204 ZZ	8	R$ 29,95	R$ 239,60
18	V RING	8	R$ 10,33	R$ 82,64
19	KIT PLACA DE BORNE	4	R$ 51,70	R$ 206,80
20	DEFLETORA	4	R$ 65,15	R$ 260,60

Cláusula Segunda – da ratificação dos demais termos pactuados
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem ajustados, firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 06 de outubro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente
Contratante

MASSARU TAKAHARA
Sócio Administrador
Contratada

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:A9B338AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 445/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 63/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 63/2026 de 10/07/2026(dez dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Aquisição de tratores e implementos.**

Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	GRADE NIVELADORA Especificações técnicas mínimas: - Tipo leve ou intermediária; - Mínimo de 28 discos; - Discos com diâmetro mínimo de 22 polegadas; - Espaçamento entre discos de 170 mm a 200 mm; - Mancais com rolamentos; - Regulagem de	TATU	GNL 28X22X170	UND	1,00	24.400,00	24.400,00

		trabalho; - Sistema de levante hidráulico; - Estrutura reforçada em aço de alta resistência; - Rodado compatível com a capacidade operacional do equipamento; - Discos fabricados em aço de elevada resistência ao desgaste; - Sistema de acoplamento compatível com tratores agrícolas da categoria correspondente; - Equipamento novo, sem uso; - Garantia mínima de 12 meses.						
TOTAL								24.400,00
ALBANI MATTÃ‰ INDÃŠSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
5	1	ARADO SUBSOLADOR Especificações técnicas mínimas: - Destinado à descompactação do solo e rompimento de camadas adensadas; - Mínimo de 5 hastes subsoladoras; - Sistema de desarme automático das hastes por mola, parafuso fusível ou tecnologia equivalente; - Discos de corte; - Rolo destorroador ou equivalente; - Estrutura reforçada em aço de alta resistência; - Sistema de acoplamento ao engate de três pontos do trator; - Compatível com tratores de potência adequada para sua operação; - Equipamento novo, sem uso; - Garantia mínima de 12 meses.	PRÃ“PRIA	SAM - 5HDD	UND	1,00	34.500,00	34.500,00
TOTAL								34.500,00
DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PEÃ§AS E IMPLEMENTOS AGRÃ-COLAS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	ADUBADORA E SEMEADORA PENDULAR Especificações técnicas mínimas: - Destinado à distribuição de fertilizantes granulados, sementes e corretivos; - Sistema de distribuição pendular a lanço; - Capacidade mínima da caçamba de 600 litros; - Estrutura da caçamba confeccionada em material resistente à corrosão e aos esforços decorrentes da operação agrícola; - Acionamento pela tomada de força (TDP) do trator; - Regulagem da taxa de aplicação dos produtos; - Distribuição uniforme dos insumos; - Chassi e componentes estruturais reforçados; - Sistema de acoplamento ao sistema hidráulico de três pontos do trator; - Equipamento novo; - Garantia mínima de 12 meses.	NOGUEIRA	ROYAL FLOW 600	UND	2,00	8.385,00	16.770,00
TOTAL								16.770,00
GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA - MATRIZ								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
10	1	TRATOR AGRÍCOLA 110CV Potência Mínima: 110 CV (Cento e dez cavalos-vapor), Tração: 4X4 (Quatro rodas motrizes), Motor: Ciclo Diesel (mín. 4 cilindros, preferencialmente Turbo Intercooler), Cabine: Cabinado com ROPS e sistema de ar-condicionado/aquecimento, Levante Hidráulico: 3 pontos (Categoria II ou superior) com capacidade mínima de 3.000 kgf, TDP: Independente, 540 e 1000 rpm, Transmissão: Mecânica ou sincronizada (c/ reversor). Vazão Hidráulica: Mín. 50 L/min. Deve possuir Garantia Mínima de 12 Meses.	LOVOL	P4110	UND	2,00	192.850,00	385.700,00
TOTAL								385.700,00
HAYAH SOLUCOES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	GRADE ARADORA Especificações técnicas mínimas: - Tipo intermediária ou pesada; - Mínimo de 14 discos; - Discos com diâmetro mínimo de 28 polegadas; - Espaçamento entre discos de 230 mm a 270 mm; - Mancais com rolamentos; - Regulagem do ângulo de ataque dos discos; - Sistema de levante hidráulico; - Estrutura reforçada para trabalhos agrícolas; - Sistema de acoplamento compatível com tratores agrícolas da categoria correspondente; - Equipamento novo, sem uso; - Garantia mínima de 12 meses.	DIRAMAK	TGA 1.6 14 DISCOS	UND	2,00	23.500,00	47.000,00
11	1	GRADE ARADORA DE CONTROLE REMOTO DE ARRASTO Especificações técnicas mínimas: Quantidade de Discos: 18 (Dezoito), Diâmetro dos Discos: Mínimo 26 polegadas, Mancais: A graxa com vedação eficiente, Acionamento: Controle Remoto Hidráulico para regulagem de rodado e ângulo de corte, Estrutura:	DIRAMAK	TGA 2.0 18 DISCOS	UND	1,00	25.700,00	25.700,00

		Chassi robusto (vigas tubulares) e eixos de alta resistência, Pneus: Para transporte (rodado acionado hidraulicamente), Compatibilidade: Trator de 95 a 115 CV.						
12	1	GRADE ARADORA DE CONTROLE REMOTO DE ARRASTO Especificações técnicas mínimas: Quantidade de Discos: 18 (Dezoito), Diâmetro dos Discos: Mínimo 26 polegadas, Mancais: A graxa com vedação eficiente, Acionamento: Controle Remoto Hidráulico para regulagem de rodado e ângulo de corte, Estrutura: Chassi robusto (vigas tubulares) e eixos de alta resistência, Pneus: Para transporte (rodado acionado hidraulicamente), Compatibilidade: Trator de 95 a 115 CV.	DIRAMAK	TGA 2.0 18 DISCOS	UND	3,00	25.700,00	77.100,00
TOTAL								149.800,00
METALURGICA FREITAS LTDA - EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
9	1	ROÇADEIRA AGRÍCOLA DE ARRASTO Especificações técnicas mínimas: Acionamento pela TDF (Tomada de Força), Largura de Corte: Mínimo 1,70 m, Posição: Central e Lateral (deslocamento lateral), Altura de Corte: Regulável de 5 a 20 cm (por sapatas e roda traseira), Facas: 2 unidades de Aço Especial com corte reversível e duplo, Transmissão: Caixa Multiplicadora, Estrutura: Tipo Caixa em Chapa de Aço reforçada, Direção: Acoplamento no levante hidráulico. Compatibilidade: Trator de 75 a 110 CV.	PRÃ“PRIA	RTE 200	UND	3,00	11.000,00	33.000,00
TOTAL								33.000,00
PRIMUM COMERCIO DE IMPLEMENTOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS, CALCÁRIO, FERTILIZANTES E COMPOSTO ORGÂNICO Especificações técnicas mínimas: - Destinado à distribuição de adubos, calcário, fertilizantes e composto orgânico; - Capacidade volumétrica mínima de carga de 1,5 m³; - Sistema de distribuição de materiais sólidos; - Estrutura reforçada em aço de alta resistência ou material equivalente; - Reservatório (caçamba) resistente à corrosão e ao desgaste provocado pelos materiais distribuídos; - Acionamento pela tomada de força (TDP) do trator; - Sistema de distribuição uniforme dos produtos; - Regulagem da dosagem e da largura de distribuição; - Acoplamento ao sistema hidráulico de três pontos do trator ou sistema compatível com a categoria do equipamento; - Proteções de segurança conforme normas técnicas aplicáveis; - Equipamento novo, sem uso. - Garantia mínima de 12 meses.	IAC	DAS 1,5MÂ³ 1 EIXO COM PNEUS	UND	1,00	39.000,00	39.000,00
TOTAL								39.000,00
SCHLICKMANN & ROTTA LTDA - EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
7	1	TRATOR AGRÍCOLA 80CV 12X12 Especificações técnicas mínimas: - Trator agrícola novo; - Mínimo 80 cv; - Motor diesel 4 cilindros turbo/intercooler; - Torque mínimo 280 Nm; - Transmissão 12x12 com reversor; - Tração 4x4; - Sistema hidráulico = 44 L/min; - 2 VCR; - Levante hidráulico = 3.600 kg; - TDP 540/540E; - Direção hidrostática; - com toldo ou cabine; - Pesos dianteiros e traseiros.	BUDNY	8040SL	UND	1,00	179.460,50	179.460,50
7	2	CONJUNTO FRONTAL TIPO CARREGADOR AGRÍCOLA NOVO Especificações técnicas mínimas: - Destinado à movimentação e carregamento de materiais diversos; - Compatível com tratores agrícolas de potência mínima 80cv ou superior; - Sistema de acoplamento universal ou adaptável - Estrutura reforçada e resistente; - Concha frontal com largura mínima de 2,0 metros; - Sistema de engate universal amplamente utilizado no mercado; - Sistema autonivelante da concha ou tecnologia equivalente que mantenha o nivelamento durante os movimentos de elevação e descida; - Acionamento hidráulico por meio do sistema hidráulico do trator; - Comandos de operação acessíveis ao operador; - Componentes, mangueiras e conexões hidráulicas	PANTER	PHP	UND	1,00	35.518,00	35.518,00

		inclusos e compatíveis com o equipamento; - Equipamento novo, sem uso anterior; - Garantia mínima de 12 (doze) meses.						
TOTAL								214.978,50
TERRAMAQ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÃ-COLAS								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
8	1	ARADO DE AIVECA MONTADO Especificações técnicas mínimas: Tipo: Acoplamento de 3 Pontos (direto ao levante hidráulico), Número de Aivecas: 3 Lisas, Material: Aço de alta resistência. Equipado com Roda de Profundidade para regulagem de trabalho e Disco de Corte (facão) para pré-corte. Estrutura: Chassi robusto com sistema de desarme (segurança). Compatibilidade: Trator de 75 a 100 CV.	TATU	AAH3	UND	3,00	17.500,00	52.500,00
TOTAL								52.500,00
TOTAL MAQUINAS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	TRATOR AGRÍCOLA NOVO, GABINADO 80CV 20x12 Especificações técnicas mínimas: - Potência mínima de 80 cv; - Motor diesel turbo intercooler, mínimo 4 cilindros e cilindrada mínima 3.908cc; - Tração 4x4 com acionamento eletro-hidráulico; - Transmissão sincronizada com no mínimo 20x12 incluindo na ré posição lateral das alavancas de marcha; - Sistema super redutor (Creeper); - Capacidade mínima do tanque de combustível de 140 litros; - Levante hidráulico com acionamento por botão e como memória de posição, categoria II; - Capacidade mínima de levante hidráulico de 3.600 kg; - Vazão do sistema hidráulico mínima de 44,5 l/min; - Mínimo de 2 válvulas de controle remoto; - Tomada de força independente de 540/540E rpm de acionamento mecânico; - Sistema de freios nas quatro rodas; - Cabine fechada com ar condicionado; - Sistema elétrico completo com faróis de serviço; - Contrapesos nas rodas dianteiras e traseiras; - Pneus compatíveis com a potência e capacidade operacional do equipamento, medidas aproximadas para pneu dianteiro 12.4x24 e traseiros 18.4x30 ou equivalentes; - Equipamento novo, sem uso, com garantia mínima de 12 meses.	LS TRACTOR	PLUS 90 CABINADO	UND	1,00	269.000,00	269.000,00
TOTAL								269.000,00

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos seis dias de outubro de 2026. (06/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:A569C6F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 89-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 154/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 89/2026

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 154/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 89/2026, o(s) participante(s):

138657 - ROCCO BARROCO ILUMINAÇÃO EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
19	ESCADA EXTENSIVA 2X10: INDICADO PARA MANUTENÇÃO MATERIAL ALUMÍNIO COR PREDOMINANTE CINZA CAPACIDADE 150 KG INFORMAÇÕES IMPORTANTES MEDIDAS: MODO SIMPLES - 59CM X 6,5CM X 3,02M MODO ABERTA - 1,82M X 59CM X 2,95M MODO EXTENSÍVEL - 59CM X 11CM X 5,05M OBSERVAÇÕES OS OBJETOS QUE AMBIENTAM AS IMAGENS NÃO ACOMPANHAM O PRODUTO!	UNIDADE		2	R$810,00	R$1.620,00

	GARANTIA 3 ANOS ALTURA 13,50 CM LARGURA 59,00 CM COMPRIMENTO 3,09 M PESO 10,15 KG					
20	ESCADA EXTENSIVA MOR 2X15: INDICADO PARA MANUTENçãO MATERIAL ALUMíNIO COR PREDOMINANTE CINZA CAPACIDADE 150 KG INFORMAçõES IMPORTANTES MEDIDAS: MODO SIMPLES - 71CM X 6,5CM X 4,42M MODO ABERTA - 2,65M X 71CM X 4,30M MODO EXTENSíVEL - 71CM X 12CM X 7,57M OBSERVAçõES OS OBJETOS QUE AMBIENTAM AS IMAGENS NãO ACOMPANHAM O PRODUTO! GARANTIA 3 ANOS ALTURA 14,00 CM LARGURA 71,00 CM COMPRIMENTO 4,49 M PESO 16,70 KG	UNIDADE		2	R$1.198,00	R$2.396,00
26	PISCA DE NATAL LED STROBINHO: QUANTIDADE DE LEDS: 100 LEDS (80 LUZES FIXAS COR DA LUZ DO LED: OURO E 20 LUZES STROBO BRANCO FRIO) MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DO FIO: OURO; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO.	UNIDADE		500	R$39,90	R$19.950,00
42	AQUISIçãO DE FIGURA LUMINOSA "PORTAL ESTRELA 3D", CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METáLICA DE TUBOS METALON 20X20 MM, FERROS CHATOS 3/8" X 1/8" E REDONDOS 3/8", COM PINTURA NA COR ALUMíNIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 330 X 392 X 30 CM. CONTORNADA COM MANGUEIRA LED 13 MM,NA COR BRANCO FRIO COM STROBO, E PREENCHIDA COM CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR DOURADO (OURO) COM STROBO FRIO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V.	UNIDADE		11	R$5.990,00	R$65.890,00
43	AQUISIçãO DE FIGURA LUMINOSA EM FORMATO DE "7" EM 3D, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA, COMPOSTA POR TUBOS METALON, FERROS CHATOS E/OU FERROS REDONDOS, COM DIMENSõES APROXIMADAS DE 245 X 170 X 30 CM. COM ACABAMENTO EM PINTURA DOURADA, APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO QUENTE COM STROBO FRIO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V.	UNIDADE		1	R$2.490,00	R$2.490,00
44	AQUISIçãO DE FIGURA LUMINOSA EM FORMATO DE "7" EM 3D, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA, COM TUBOS METALON, FERROS CHATOS E/OU FERROS REDONDOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 190 X 145 X 30 CM, COM ACABAMENTO EM PINTURA BRANCA. ILUMINAçãO COMPOSTA POR APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO QUENTE COM STROBO FRIO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V.	UNIDADE		1	R$2.490,00	R$2.490,00
45	AQUISIçãO DE LETREIRO ILUMINADO "EU TERRA ROXA", COM APROXIMADAMENTE 1,80 X 15,00 X 0,30 M, SENDO 160 CM DE ALTURA PARA O CORAçãO E 180 CM PARA AS LETRAS. CONFECCIONADO EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA, COMPOSTA POR TUBOS METALON, FERROS CHATOS E/OU FERROS REDONDOS, COM APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO FRIO COM STROBO FRIO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V E MANGUEIRA LED EM BRANCO FRIO COM STROBO DE 13 MM, COM 30 LEDS POR METRO. AS LETRAS "EU" E "TERRA ROXA" DEVERãO SER NA COR BRANCO FRIO, E O CORAÇÃO NAS CORES PADRãO	UNIDADE		1	R$12.998,00	R$12.998,00
48	AQUISIÇÃO DE FLOCOS DE NEVE (0,70M) PRODUZIDO EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA DE TUBOS METALON 20X20, FERROS CHATOS 3/8 X 1/8 E REDONDOS 3/8, CONTORNADO COM MANGUEIRA LUMINOSA LED 13MM, 30 LâMPADAS POR METRO. - CORES BRANCO, AZUL	UNIDADE		20	R$280,00	R$5.600,00
49	AQUISIÇÃO DE FLOCOS DE NEVE (1,00M) PRODUZIDO EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA DE TUBOS METALON 20X20, FERROS CHATOS 3/8 X 1/8 E REDONDOS 3/8, CONTORNADO COM MANGUEIRA LUMINOSA LED 13MM, 30 LâMPADAS POR METRO. - CORES BRANCO, AZUL	UNIDADE		20	R$300,00	R$6.000,00
50	LOCAÇÃO DE "BONECO DE NEVE 3D" ARAMADO, PRODUZIDO COM ESTRUTURA METáLICA DE TUBOS METALON, FERROS CHATOS OU FERROS REDONDOS MEDINDO APROXIMADAMENTE 280X230X200CM, COM APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO FRIO COM STROBO; COR DO FIO: BRANCO; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V, DECORADO COM CARTOLA E CACHECOL NA COR OURO COM FIO OURO E BOTõES COLORIDOS	UNIDADE		1	R$6.390,00	R$6.390,00
51	LOCAÇÃO DE "BONECO DE NEVE 3D" ARAMADO, PRODUZIDO COM ESTRUTURA METáLICA DE TUBOS METALON, FERROS CHATOS OU FERROS REDONDOS MEDINDO APROXIMADAMENTE 160X140X140CM, COM APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO FRIO COM STROBO; COR DO FIO: BRANCO; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V, DECORADO COM CARTOLA E CACHECOL NA COR OURO COM FIO OURO E BOTõES COLORIDOS	UNIDADE		1	R$3.200,00	R$3.200,00
52	LOCAÇÃO DE "BONECO DE NEVE 3D" ARAMADO, PRODUZIDO COM ESTRUTURA METáLICA DE TUBOS METALON, FERROS CHATOS OU FERROS REDONDOS MEDINDO APROXIMADAMENTE 100X80X80CM, COM APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO FRIO COM STROBO; COR DO FIO: BRANCO; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V, DECORADO COM CARTOLA E CACHECOL NA COR OURO COM FIO OURO E BOTõES COLORIDOS.	UNIDADE		1	R$3.000,00	R$3.000,00
53	LOCAÇÃO DE "BOLA ESPANHOLA" ARAMADO, PRODUZIDO COM ESTRUTURA METáLICA DE TUBOS METALON, FERROS CHATOS OU FERROS REDONDOS MEDINDO APROXIMADAMENTE 160X160X30CM, COM APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR COLORIDO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V.	UNIDADE		2	R$2.950,00	R$5.900,00
				Total do Fornecedor: R$137.924,00		

394638 - ALISSON MORAIS DOS SANTOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	CABO ELéTRICO DUPLO 2,5MM²:CABO FLEXíVEL DUPLO PP 2X2,5 MM², COBRE ELETROLíTICO CLASSE 5, ISOLAçãO PVC ANTICHAMA 300/500V. NBR NM 247-5. ROLO DE 100 M, COM SELO INMETRO. PRIMEIRA LINHA.	METROS		7.000	R$4,46	R$31.220,00
3	CABO ELéTRICO DUPLO 4,0MM²: CABO FLEXíVEL DUPLO PP 2X4,0 MM², COBRE ELETROLíTICO CLASSE 5, ISOLAçãO PVC ANTICHAMA 300/500V (OU 0,6/1 KV). NBR NM 247-5. ROLO DE 100 M. PRIMEIRA LINHA.	METROS		500	R$7,23	R$3.615,00
17	ABRAçADEIRA NYLON: ABRAçADEIRA NYLON CINTA 15CM, 3.6 MM COR PRETO/BRANCO, NYLON 6.6, ABRAçADEIRA PLáSTICA ENFORCA GATO PRETO	UNIDADE		300.000	R$0,04	R$12.000,00
32	CABO DE LIGAçãO PARA MANGUEIRA LED COM STROBO BIVOLT: PRODUTO: CABO DE LIGAçãO PARA MANGUEIRA LED COM STROBO; COR DO FIO: BRANCO OU PRETO; VOLTAGEM: BIVOLT; COMPRIMENTO: 40CM; ESPESSURA REDONDA ATé 13MM; CONECTOR: MACHO; USO RECOMENDADO: EXTERNO; COMPATIBILIDADE: MANGUEIRA DE LED CILíNDRICA	UNIDADE		50	R$9,49	R$474,50
35	CASCATA DE NATAL 400 LEDS: CORDãO LUMINOSO DECORATIVO EM LED TIPO CASCATA, COM 400 (QUATROCENTOS) PONTOS DE LUZ DISTRIBUíDOS EM FIOS PENDENTES SIMULANDO EFEITO DE QUEDA, DIMENSõES NOMINAIS DE 10,0 M DE EXTENSãO HORIZONTAL POR 0,65 M DE ALTURA DOS FIOS PENDENTES, ALIMENTAçãO BIVOLT AUTOMáTICA (110/220V), POTêNCIA TOTAL ENTRE 25W E 30W, GRAU DE PROTEçãO MíNIMO IP44, APROPRIADO PARA USO EXTERNO E INTERNO, DISPONíVEL NA COR BRANCO QUENTE, VIDA úTIL MíNIMA DOS LEDS DE 25.000 HORAS. CONFORMIDADE COM NBR IEC 60598-2-20. FABRICANTE DE PRIMEIRA LINHA, COM GARANTIA MíNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE		50	R$64,98	R$3.249,00
38	TUBO SNOWFALL: TUBO LUMINOSO DECORATIVO EM LED COM EFEITO SNOWFALL (QUEDA DE NEVE), COMPRIMENTO DE 100 CM (1 METRO), ALIMENTAçãO BIVOLT AUTOMáTICA (110/220V), POTêNCIA TOTAL ENTRE 10W E 15W, ILUMINAçãO 360° (LUZ EMITIDA EM TODA A CIRCUNFERêNCIA DO TUBO), GRAU DE PROTEçãO MíNIMO IP44, APROPRIADO PARA USO EXTERNO E INTERNO, DISPONíVEL EM CORES DIVERSAS (A DEFINIR PELA ADMINISTRAÇÃO), VIDA úTIL MíNIMA DOS LEDS DE 30.000 HORAS, CORPO EM POLICARBONATO RESISTENTE A IMPACTOS E A RAIOS UV. CONFORMIDADE COM NBR IEC 60598-2-20. FABRICANTE DE PRIMEIRA LINHA, COM GARANTIA MíNIMA DE 12 MESES	UNIDADE		2.000	R$13,99	R$27.980,00
40	SPUTNIK LED: ESTRUTURA LUMINOSA DECORATIVA TIPO SPUTNIK EM LED, COM 180 (CENTO E OITENTA) PONTOS DE LUZ DISTRIBUíDOS EM 20 (VINTE) BASTõES DISPOSTOS RADIALMENTE FORMANDO ESFERA ORNAMENTAL, DIMENSõES NOMINAIS DE 1,0 M DE DIâMETRO (1,0 M X 1,0 M), ALIMENTAçãO BIVOLT AUTOMáTICA (110/220V), POTêNCIA TOTAL ENTRE 40W E 60W, GRAU DE PROTEçãO MíNIMO IP44, APROPRIADO PARA USO EXTERNO E INTERNO, COM CONTROLE DE EFEITOS VIA APLICATIVO MóVEL (SMART APP) COMPATíVEL COM SISTEMAS OPERACIONAIS ANDROID E IOS, PERMITINDO SELEçãO DE CORES, INTENSIDADE E EFEITOS PRé-PROGRAMADOS. CONFORMIDADE COM NBR IEC 60598-2-20. FABRICANTE DE PRIMEIRA LINHA, COM GARANTIA MíNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE		100	R$249,99	R$24.999,00
				Total do Fornecedor: R$103.537,50		

395271 - KW INFORMATICA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	FONTE CHAVEADA 12V 10A PARA CâMERA DE SEGURANçA: MODELO: FONTE COLMEIA 12V 10A ESPECIFICAçõES: TENSãO DE SAíDA: 12V/10A MODELO: COLMEIA ENTRADAS: 5 TENSãO DE ENTRADA: BIVOLT 110V~220V POSSUI PROTEçãO CONTRA CURTO CIRCUITO E SOBRE CARGA A SAíDA DE TENSãO é TOTALMENTE ESTABILIZADA MEDIDAS: 13CM X 10CM X 4.3CM	UNIDADE		10	R$39,80	R$398,00

15	FONTE CHAVEADA 20A 12V COOLER 240W BIVOLT: INFORMAçõES TéCNICAS PRODUTO: FONTE CHAVEADA POTêNCIA: 250W ENTRADA: AC 110-220V FREQUêNCIA: AC50/60HZ SAíDA: DC 12V 20A CHAVEAMENTO DE AJUSTE DE TENSãO (127-220V) CONEXãO POR BORNE NúMERO DE TRANSISTORES: 2 POSSUI COOLER DIMENSõES: 20 X 11 X 5 CM PESO: 0,395 KG	UNIDADE		10	R$59,99	R$599,90
16	FONTE CHAVEADA 12V 50A BIVOLT COM COOLER: ESPECIFICAçõES TéCNICAS: - ENTRADA: 100-240V AC, 50/60HZ (BIVOLT); - SAíDA: 12V DC, 50A; - POTêNCIA DE SAíDA: 240W; - EFICIêNCIA: 85%; - PROTEçõES: SOBRECARGA, CURTO-CIRCUITO, SUPERAQUECIMENTO; - CONEXãO DE SAíDA: BORNES DE PARAFUSO OU CONECTORES DE ENCAIXE RáPIDO; - COMPRIMENTO DO CABO DE SAíDA: 30 A 50 CM (VARIáVEL); - TEMPERATURA DE OPERAçãO: -10 A 50C; - UMIDADE RELATIVA DE OPERAçãO: 20 A 90%; - DIMENSõES: VARIáVEL (DEPENDE DO MODELO); - PESO: VARIáVEL (DEPENDE DO MODELO); - CERTIFICAçõES: CE, ROHS.	UNIDADE		10	R$78,99	R$789,90
55	AQUISIÇÃO DE FESTÃO NEVADO ARAMADO 220 GALHOS: FESTãO NEVADO ARAMADO VERDE PVC, 220 GALHO COM 5CM, MEDINDO 2,7 METROS COM 30 CM DE DIâMETRO	UNIDADE		100	R$47,00	R$4.700,00
56	AQUISIÇÃO DE GORRO TOUCA DO PAPAI NOEL: O GORRO DE PAPAI NOEL: MATERIAL: FELTRO; COR: VERMELHO; TAMANHO: ÚNICO; MEDIDA APROXIMADA: 40X30CM PRODUTO IDEAL PARA ADULTOS E CRIANçAS	UNIDADE		200	R$2,50	R$500,00
				Total do Fornecedor: R$6.987,80		

427118 - D33D COMERCIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CABO ELéTRICO DUPLO 1,5MM²:CABO FLEXíVEL DUPLO PP 2X1,5 MM², COBRE ELETROLíTICO CLASSE 5, ISOLAçãO PVC ANTICHAMA 300/500V. NBR NM 247-5. ROLO DE 100 M, COM SELO INMETRO. PRIMEIRA LINHA.	METROS		3.000	R$3,14	R$9.420,00
				Total do Fornecedor: R$9.420,00		

428905 - LISBOA NEGOCIOS E LICITACOES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	CABO ELéTRICO DUPLO 6,0MM²: CABO FLEXíVEL DUPLO PP 2X6,0 MM², COBRE ELETROLíTICO CLASSE 5, ISOLAçãO PVC ANTICHAMA 0,6/1 KV. NBR 7286. ROLO DE 100 M. PRIMEIRA LINHA.	METROS		300	R$15,37	R$4.611,00
				Total do Fornecedor: R$4.611,00		

428907 - CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	RELé FOTOELETRôNICO COMPACTO: FOTOCéLULA COMPACTA BIVOLT (105-305V), CORRENTE 10A, CARGA 1.000W, IP54, NBR 5123. PRIMEIRA LINHA, GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE		200	R$7,99	R$1.598,00
6	DISJUNTOR BIPOLAR 10ª: DISJUNTOR TERMOMAGNéTICO 2P, 10A, CURVA C, 3 KA, PADRãO DIN. NBR NM 60898 E INMETRO. PRIMEIRA LINHA.	UNIDADE		100	R$5,51	R$551,00
7	DISJUNTOR BIPOLAR 16ª: DISJUNTOR TERMOMAGNéTICO 2P, 16A, CURVA C, 3 KA, PADRãO DIN. NBR NM 60898 E INMETRO. PRIMEIRA LINHA.	UNIDADE		100	R$16,99	R$1.699,00
9	DISJUNTOR BIPOLAR 32ª: DISJUNTOR TERMOMAGNéTICO 2P, 32A, CURVA C, 3 KA (5 KA PREFERENCIAL), PADRãO DIN. NBR NM 60898 E INMETRO. PRIMEIRA LINHA.	UNIDADE		50	R$18,09	R$904,50
10	DISJUNTOR BIPOLAR 40ª: DISJUNTOR TERMOMAGNéTICO 2P, 40A, CURVA C, 5 KA, PADRãO DIN. NBR NM 60898 E INMETRO. PRIMEIRA LINHA	UNIDADE		30	R$19,80	R$594,00
11	DISJUNTOR BIPOLAR 63ª: DISJUNTOR TERMOMAGNéTICO 2P, 63A, CURVA C, 5 KA (6 KA PREFERENCIAL), PADRãO DIN. NBR NM 60898 E INMETRO. PRIMEIRA LINHA	UNIDADE		20	R$19,97	R$399,40
12	QUADRO DISTRIBUIçãO 12/16 DISJUNTORES: QUADRO DIN PARA 12- 16 DISJUNTORES, SOBREPOR/EMBUTIR, AçO COM PINTURA EPóXI OU ABS, C/ PORTA, BARRAMENTOS N E PE, TRILHO 35 MM, IP40. NBR IEC 61439-3. PRIMEIRA LINHA.	UNIDADE		5	R$51,04	R$255,20
13	FITA ISOLANTE PRETA 19MM X 20M: FITA ISOLANTE PVC AUTO EXTINGUíVEL, PRETA, 19 MM X 20 M, 0,15 MM, RIGIDEZ 6 KV. NBR NM IEC 60454. PRIMEIRA LINHA.	UNIDADE		400	R$3,39	R$1.356,00
				Total do Fornecedor: R$7.357,10		

428909 - MAIS ENERGIA COMPONENTES ELETRICOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
8	DISJUNTOR BIPOLAR 25ª: DISJUNTOR TERMOMAGNéTICO 2P, 25A, CURVA C, 3 KA, PADRãO DIN. NBR NM 60898 E INMETRO. PRIMEIRA LINHA.	UNIDADE		100	R$18,00	R$1.800,00
				Total do Fornecedor: R$1.800,00		

428911 - MM DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
18	ABRAçADEIRA NYLON: ABRAçADEIRA NYLON CINTA 25CM, 4.8 MM COR PRETO/BRANCO, NYLON 6.6, ABRAçADEIRA PLáSTICA ENFORCA GATO PRETO	UNIDADE		100.000	R$0,07	R$7.000,00
				Total do Fornecedor: R$7.000,00		

428913 - HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
21	PISCA DE NATAL LED STROBINHO: QUANTIDADE DE LEDS: 100 LEDS (80 LUZES FIXAS BRANCO FRIO E 20 LUZES STROBO BRANCO FRIO) MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: BRANCO FRIO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO	UNIDADE		700	R$18,00	R$12.600,00
22	PISCA DE NATAL LED STROBINHO QUANTIDADE DE LEDS: 100 LEDS (80 LUZES FIXAS BRANCO QUENTE E 20 LUZES STROBO BRANCO FRIO) MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: BRANCO QUENTE; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO.	UNIDADE		700	R$18,00	R$12.600,00
23	PISCA DE NATAL LED STROBINHO: QUANTIDADE DE LEDS: 100 LEDS (80 LUZES FIXAS VERMELHO E 20 LUZES STROBO BRANCO FRIO) MODO LED: FIXO E STROBO (5MM); COR DA LUZ DO LED: VERMELHO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO.	UNIDADE		500	R$19,00	R$9.500,00

428913 - HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
24	PISCA DE NATAL LED STROBINHO: QUANTIDADE DE LEDS: 100 LEDS (80 LUZES FIXAS VERDE E 20 LUZES STROBO BRANCO FRIO) MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: VERDE; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO	UNIDADE		500	R$19,00	R$9.500,00
25	PISCA DE NATAL LED STROBINHO: QUANTIDADE DE LEDS: 100 LEDS (80 LUZES FIXAS AZUL E 20 LUZES STROBO BRANCO FRIO) MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: AZUL; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO	UNIDADE		500	R$21,40	R$10.700,00
27	MANGUEIRA DE LED COM STROBO: QUANTIDADE DE LEDS POR METRO: 36 LEDS/METRO; MODELO: Ø13MM; ESPESSURA: 13MM; COR DA LUZ DO LED: BRANCO FRIO; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 4,8W POR METRO (TOTAL DE 480W PARA 100 METROS); COMPRIMENTO DO ROLO: 100 METROS; VIDA ÚTIL: 40.000 HORAS; CORTE: A CADA 1 METRO SOBRE A MARCAçãO LúMENS POR METRO: 960 LúMENS/METRO; GRAU DE PROTEçãO: IP65 (À PROVA DE ÁGUA); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO.	METROS		2.000	R$5,00	R$10.000,00
28	MANGUEIRA DE LED COM STROBO: QUANTIDADE DE LEDS POR METRO: 36 LEDS/METRO; MODELO: Ø13MM; ESPESSURA: 13MM; COR DA LUZ DO LED: BRANCO QUENTE/WARM, VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 4,8W POR METRO (TOTAL DE 480W PARA 100 METROS); COMPRIMENTO DO ROLO: 100 METROS; VIDA ÚTIL: 40.000 HORAS; CORTE: A CADA 1 METRO SOBRE A MARCAçãO LúMENS POR METRO: 960 LúMENS/METRO; GRAU DE PROTEçãO: IP65 (À PROVA DE ÁGUA); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO.	METROS		2.000	R$5,00	R$10.000,00
29	MANGUEIRA DE LED COM STROBO: QUANTIDADE DE LEDS POR METRO: 36 LEDS/METRO; MODELO: Ø13MM; ESPESSURA: 13MM; COR DA LUZ DO LED: VERMELHO; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 4,8W POR METRO (TOTAL DE 480W PARA 100 METROS); COMPRIMENTO DO ROLO: 100 METROS; VIDA ÚTIL: 40.000 HORAS; CORTE: A CADA 1 METRO SOBRE A MARCAçãO LúMENS POR METRO: 960 LúMENS/METRO; GRAU DE PROTEçãO: IP65 (À PROVA DE ÁGUA); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO.	METROS		1.000	R$5,00	R$5.000,00
30	MANGUEIRA DE LED COM STROBO: QUANTIDADE DE LEDS POR METRO: 36 LEDS/METRO; MODELO: Ø13MM; ESPESSURA: 13MM; COR DA LUZ DO LED: VERDE; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 4,8W POR METRO (TOTAL DE 480W PARA 100 METROS); COMPRIMENTO DO ROLO: 100 METROS; VIDA ÚTIL: 40.000 HORAS; CORTE: A CADA 1 METRO SOBRE A MARCAçãO; LúMENS POR METRO: 960 LúMENS/METRO; GRAU DE PROTEçãO: IP65 (À PROVA DE ÁGUA); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO.	METROS		500	R$5,00	R$2.500,00
36	BOLA VAZADA COM STROBO: BOLA VAZADA MEDINDO 30 CM 100 LEDS EM PLáSTICO LUMINOSA. SENDO 10 STROBINHO E 90 FIXOS.	UNIDADE		30	R$28,00	R$840,00

	PARA USO EXTERNO, IP- 44 A PROVA DE áGUA. FONTE RETIFICADORA IP- 65 220V. NAS CORES BRANCO QUENTE, BRANCO FRIO, VERMELHO, VERDE, AZUL E ROSA.					
37	BOLA VAZADA COM STROBO: BOLA VAZADA MEDINDO 50 CM 280 LEDS EM PLáSTICO LUMINOSA. SENDO 56 STROBINHO E 224 FIXOS. PARA USO EXTERNO, IP- 44 A PROVA DE áGUA. SISTEMA DE UNIãO ATRAVéS DE CONECTORES DE ROSCA MACHO/FêMEA COM TRAVAMENTO DE SEGURANçA, IP- 65 220V. NAS CORES BRANCO QUENTE, BRANCO FRIO, VERMELHO, VERDE, AZUL E ROSA.	UNIDADE		30	R$60,00	R$1.800,00
39	TUBO SNOWFALL LED: CONJUNTO LUMINOSO DECORATIVO COMPOSTO POR 8 (OITO) TUBOS SNOWFALL EM LED COM 50 CM DE COMPRIMENTO CADA, COM EFEITO SNOWFALL (QUEDA DE NEVE) SINCRONIZADO, ALIMENTAçãO BIVOLT AUTOMáTICA (110/220V), POTêNCIA TOTAL DO CONJUNTO ENTRE 40W E 60W, ILUMINAçãO 360° POR TUBO, GRAU DE PROTEçãO MíNIMO IP44, APROPRIADO PARA USO EXTERNO E INTERNO, DISPONíVEL NA COR BRANCO FRIO, CORPO DOS TUBOS EM POLICARBONATO RESISTENTE A IMPACTOS E RAIOS UV, COM CONTROLADOR CENTRAL E CABOS DE INTERLIGAçãO. CONFORMIDADE COM NBR IEC 60598-2-20. FABRICANTE DE PRIMEIRA LINHA, COM GARANTIA MíNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE		50	R$29,00	R$1.450,00
				Total do Fornecedor: R$86.490,00		

428914 - JPLED LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
31	MANGUEIRA DE LED COM STROBO: QUANTIDADE DE LEDS POR METRO: 36 LEDS/METRO; MODELO: Ø13MM; ESPESSURA: 13MM; COR DA LUZ DO LED: OURO; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 4,8W POR METRO (TOTAL DE 480W PARA 100 METROS); COMPRIMENTO DO ROLO: 100 METROS; VIDA ÚTIL: 40.000 HORAS; CORTE: A CADA 1 METRO SOBRE A MARCAçãO LúMENS POR METRO: 960 LúMENS/METRO; GRAU DE PROTEçãO: IP65 (À PROVA DE ÁGUA); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO	METROS		500	R$6,14	R$3.070,00
46	LOCAçãO DE FIGURA LUMINOSA EM FORMATO DE "BOLA LONDON" COM PASSAGEM, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA, COMPOSTA POR TUBOS METALON, FERROS CHATOS E/OU FERROS REDONDOS, COM DIMENSõES APROXIMADAS DE 400 X 350 X 350 CM. ILUMINAçãO COMPOSTA POR APLICAçãO DE CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO QUENTE COM STROBO FRIO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V E MANGUEIRA LEDDE 13 MM, COM 30 LEDS POR METRO, NASCORES BRANCO QUENTE E VERMELHO, AMBAS COM EFEITO STROBO, CONFORME FIGURA ANEXA.	UNIDADE		1	R$12.999,99	R$12.999,99
47	AQUISIçãO DE FIGURA LUMINOSA "COMETA C/ ESTRELA", COM DIMENSõES APROXIMADAS DE 4,50 X 4,50 M, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA, COMPOSTA POR TUBOS METALON 20 X 20 MM, FERROS CHATOS 3/8" X 1/8" E FERROS REDONDOS 3/8". CONTORNADA COM MANGUEIRA LED BRANCO FRIO COM STROBO DE 13 MM, COM 30 LEDS POR METRO, E PREENCHIDA COM CORDãO LED, MODO LED: FIXO E STROBO (5MM) COR DA LUZ DO LED: COR BRANCO FRIO COM STROBO FRIO; COR DO FIO: VERDE; ESPESSURA DO FIO: Ø2,2MM; VOLTAGEM: 220V; POTêNCIA: 2.3W - 3.9W; COMPRIMENTO: 10 METROS; CONECTOR: MACHO / FêMEA; VEDAçãO: IP44 (PROTEGIDO CONTRA RESPINGOS D'áGUA, IDEAL PARA USO EXTERNO); UTILIZAçãO: INTERNO/EXTERNO, PARA ALIMENTAçãO EM 220 V.	UNIDADE		20	R$1.999,99	R$39.999,80
58	LOCAÇÃO DE TRENó LUMINOSO COM 02 (DUAS) RENAS, COM DIMENSõES APROXIMADAS DE 1,80 X 6,00 M, CONFECCIONADO EM ESTRUTURA METáLICA GALVANIZADA, COMPOSTA POR TUBOS METALON 20 X 20 MM, FERROS CHATOS 3/8" X 1/8" E BARRAS REDONDAS 3/8". CONTORNADO COM MANGUEIRA LED DE 13 MM, COM 36 LEDS POR METRO, E APLICAçãO DE CORDãO LED, AMBOS PARA USO INTERNO E EXTERNO, COM ALIMENTAçãO EM 220 V. O CORDãO LED DEVERá POSSUIR MODO DE ILUMINAçãO FIXO E STROBO, LED DE 5 MM, LUZ BRANCO FRIO COM STROBO, FIO VERDE COM ESPESSURA DE 2,2 MM, POTêNCIA DE 2,3 W A 3,9 W, COMPRIMENTO DE 10 METROS, CONECTORES MACHO/FêMEA E PROTEçãO IP44, RESISTENTE A RESPINGOS DE áGUA. AS RENAS DEVERãO POSSUIR PINTURA BRANCA E ILUMINAçãO EM LED BRANCO FRIO COM STROBO. O TRENó DEVERá POSSUIR PINTURA VERMELHA E ILUMINAçãO EM LED VERMELHO COM STROBO	UNIDADE		1	R$8.990,00	R$8.990,00
60	AQUISIçãO DE LETREIRO LUMINOSO "FELIZ", COM DIMENSõES APROXIMADAS DE 1,90 M DE ALTURA X 1,45 M DE LARGURA X 0,30 M DE PROFUNDIDADE, CONFECCIONADO EM ESTRUTURA METáLICA DE METALON GALVANIZADO, COM ESPESSURA MíNIMA DE 1,20 MM, E BARRAS CHATAS DE 3/8" X 1/8", COM PROTEçãO ANTICORROSIVA E ACABAMENTO ADEQUADO PARA EXPOSIçãO àS INTEMPéRIES. A ESTRUTURA DEVERá POSSUIR ACABAMENTO SEM CANTOS VIVOS, COM CONTORNO EM MANGUEIRA LED DE 13 MM, COM 36 LEDS POR METRO, NA COR BRANCO QUENTE COM STROBO, ALIMENTAçãO EM 220 V, FIXADA COM ABRAçADEIRAS DE NYLON. A PEçA DEVERá POSSUIR PINTURA NA COR PRETA E ILUMINAçãO EM CORDãO LED VERMELHO COM STROBO, COM MODOS FIXO E STROBO, LED DE 5 MM, FIO VERDE DE 2,2 MM, POTêNCIA DE 2,3 W A 3,9 W, COMPRIMENTO DE 10 METROS, CONECTORES MACHO/FêMEA E PROTEçãO IP44, PARA USO INTERNO OU EXTERNO. A ESTRUTURA DEVERá CONTAR COM PONTOS DE FIXAçãO E ESTABILIZAçãO POR ABRAçADEIRAS METáLICAS E/OU ESTAIS.	UNIDADE		1	R$4.999,99	R$4.999,99
				Total do Fornecedor: R$70.059,78		

428917 - B2G IMPORTS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
41	CORDÃO LED FESTÃO EFEITO SNOWFALL: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: QUANTIDADE DE LEDS: 160 LEDS; EFEITO LUMINOSO: SNOWFALL (EFEITO NEVE CAINDO); COMPRIMENTO TOTAL: 1,20 METROS; DIÂMETRO DO FIO: 1,8 MM; FIAÇÃO: COBRE; COR DO FIO: VERDE; USO: EXTERNO. PROTEÇÃO E ALIMENTAÇÃO: PROTEÇÃO DO CORDÃO: IP44; FONTE RETIFICADORA: IP65; TENSÃO: BIVOLT. CARACTERÍSTICA ESPECIAL: EFEITO LUMINOSO SEQUENCIAL TIPO SNOWFALL, CRIANDO UM VISUAL DINÂMICO SEMELHANTE À NEVE CAINDO. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO - CÓDIGO: FTX2600; BRANCO QUENTE- CÓDIGO: FTX26004	UNIDADE		100	R$58,83	R$5.883,00
				Total do Fornecedor: R$5.883,00		

428919 - D. BRITO GOMES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
59	AQUISIÇÃO DE GLOBOS BOLINHA DE PLáSTICO 15CM BOCAL 10CM LUSTRE TETO COR BRANCO: TIPO DE SOQUETE DA LâMPADA E27; FORMATO REDONDO; MATERIAL DE PLáSTICO RESISTENTE E DURáVEL PARA LONGA VIDA úTIL.	UNIDADE		200	R$16,00	R$3.200,00
				Total do Fornecedor: R$3.200,00		

428921 - BID COMERCIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
61	AQUISIçãO DE GRAMA SINTéTICA DESTINADA PARA REVESTIMENTO DE SUPERFíCIES EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, COMPOSTA POR FILAMENTOS SINTéTICOS DE ALTA RESISTêNCIA COM FILAMENTOS 100% POLIETILENO (PE), DE PRIMEIRA LINHA, ALTURA DA FIBRA: 12 MM (1,2 CM), ADMITIDA TOLERâNCIA DE ± 5%; LARGURA DO ROLO: 2,00 METROS, FIXA; BOBINAS DE ATé 40,00 METROS; COM PESO APROXIMADAMENTE DE 23 KG POR ROLO; NA COR: VERDE;	METROS		100	R$41,50	R$4.150,00
62	AQUISIçãO DE GRAMA SINTéTICA DESTINADA PARA REVESTIMENTO DE SUPERFíCIES EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, COMPOSTA POR FILAMENTOS SINTéTICOS DE ALTA RESISTêNCIA COM FILAMENTOS 100% POLIETILENO (PE), DE PRIMEIRA LINHA, ALTURA DA FIBRA: 12 MM (1,2 CM), ADMITIDA TOLERâNCIA DE ± 5%; LARGURA DO ROLO: 2,00 METROS, FIXA; BOBINAS DE ATé 40,00 METROS; COM PESO APROXIMADAMENTE DE 23 KG POR ROLO; NA COR: VERMELHA;	METROS		100	R$50,00	R$5.000,00
63	AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA DESTINADA PARA REVESTIMENTO DE SUPERFÍCIES EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, COMPOSTA POR FILAMENTOS SINTÉTICOS DE ALTA RESISTÊNCIA COM FILAMENTOS 100% POLIETILENO (PE), DE PRIMEIRA LINHA, ALTURA DA FIBRA: 12 MM (1,2 CM), ADMITIDA TOLERÂNCIA DE ± 5%; LARGURA DO ROLO: 2,00 METROS, FIXA; BOBINAS DE ATÉ 40,00 METROS; COM PESO APROXIMADAMENTE DE 23 KG POR ROLO; NA COR: BRANCA;	METROS		50	R$55,00	R$2.750,00
				Total do Fornecedor: R$11.900,00		

1234463 - VELHA GRAFICA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
33	MáQUINA DE NEVE ARTIFICIAL 1500W BIVOLT: MáQUINA DE NEVE ARTIFICIAL DE USO PROFISSIONAL PARA EVENTOS, COM POTêNCIA MíNIMA DE 1.500W, TENSãO DE ALIMENTAçãO BIVOLT AUTOMáTICA (110/220V) OU CONFORME REDE LOCAL, CAPACIDADE MíNIMA DE PROJEçãO HORIZONTAL DE 6 (SEIS) METROS, COM SISTEMA DE PULVERIZAçãO EM ALTA VAZãO PARA PRODUçãO CONTíNUA DE FLOCOS DE NEVE ARTIFICIAL. DEVERá POSSUIR CONTROLE REMOTO (COM OU SEM FIO) PARA ACIONAMENTO à DISTâNCIA, GABINETE EM MATERIAL METáLICO OU PLáSTICO DE ALTA RESISTêNCIA (ABS REFORçADO) COM TRATAMENTO CONTRA RESPINGOS, RESERVATóRIO INTEGRADO PARA LíQUIDO COM INDICADOR DE NíVEL, ALçA E/OU SUPORTE PARA FIXAçãO EM ESTRUTURAS (TRUSS/BOX TRUSS). ACOMPANHAR CABO DE ALIMENTAçãO COMPATíVEL COM O PADRãO NBR 14136, MANUAL TéCNICO EM LíNGUA PORTUGUESA E TERMO DE GARANTIA. FABRICANTE DE PRIMEIRA LINHA (LINHA PROFISSIONAL PARA EVENTOS), COM GARANTIA MíNIMA DO FABRICANTE DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAçãO E ASSISTêNCIA TéCNICA AUTORIZADA NO BRASIL	UNIDADE		2	R$3.300,00	R$6.600,00
				Total do Fornecedor: R$6.600,00		

Terra Roxa, 06 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:1115BCD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2026

EXTRATO - TERMO DE FOMENTO 02/2026 – APAE

Nº TERMO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO DO TERMO DE FOMENTO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 02/2026	Dispensa de Chamamento Público nº 02/2026	O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto a manutenção da Escola de Ensino Especial Mario Quintana, a qual presta serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiências intelectual e múltiplas, residentes no Município de Tijucas do Sul, a fim de promover seu desenvolvimento físico, social, psíquico, intelectual e profissional, através de trabalho terapêutico, social e pedagógico, habilitando e reabilitando crianças, jovens e adultos, facilitando sua inclusão junto à família e à sociedade, promovendo ainda o efetivo exercício da cidadania, mediante contribuição técnica e financeira, com vistas ao custeio de material permanente conforme Plano de Trabalho aprovado em detrimento a Emenda Parlamentar individual nº 202618670005 – SUAS, no valor de R$ 100.000,02 (cem mil reais e dois centavos).	**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIJUCAS DO SUL – APAE DE TIJUCAS DO SUL** CNPJ: 02.828.669/0001-00	02/10/2026

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:C34F093A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7316/2026

Data: 06/10/2026

Designa membro para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, nomeados pelo Decreto nº 5175/2022 de 19/12/2022, comas alterações feitas pelo Decreto nº 5288/2023, de 14/03/2024, 5736/2024 de 14/03/2024, 5810/2024 de 23/04/2024, 6325/2025 de 06/03/2025, 6853/2025 de 22/12/2025,7235/2026 de 11/08/2026, 7247/2026 de 19/08/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONSIDERANDO O CONTIDO NO OFÍCIO Nº 274/2026 DA SEMED:
DECRETA:
Art. 1º. Fica designado o membro para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, nomeados pelo Decreto nº 5175/2022 de 19/12/2022, com as alterações feitas pelo Decreto nºs 5288/2023, de 14/03/2024, 5736/2024 de 14/03/2024, 5810/2024 de 23/04/2024, 6325/2025 de 06/03/2025, 6853/2025 de 22/12/2025,7235/2026 de 11/08/2026, 7247/2026 de 19/08/2026, como abaixo especificamos:

Representação	Membro Atual	Representação	Membro Substituto	Situação do Cargo	CPF
Pais e/ou Responsáveis	Dahiane Daniel de Melo Viganó	Professores das Escolas de Campo	Paulo Sérgio de Oliveira	Titular Vice-presidente	***620.989.**

Art. 2º. Após a nomeação o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB ficará com a seguinte composição:

REPRESENTANTE	DOCUMENTO	CARGO	SEGMENTO
Ângela Maria Alberton Leal	...873...-..	Titular	Poder Executivo
Márcio Andrigo Bruschi	...928...-..	Suplente	Poder Executivo
Janaína Aparecida Valmorbida Morosini	...081...-..	Titular	Poder Executivo
Jessica Fernanda Bilatto de Freitas	...091...-..	Suplente	Poder Executivo
Ronoaldo Freitas da Silva	...048...-..	Titular	Professores das Escolas
Inez de Almeida Fongaro	...910...-..	Suplente	Professores das Escolas
Rosane Aparecida Zancanaro Macagnan	...983...909-..	Titular	Diretores Das Escolas
Grazielly Alves Bescorovaine	...406...-..	Suplente	Diretores Das Escolas
Douglas Sonai	xxx.xxx.179-06	Titular	Servidores/Técnico- Administrativo
Silvio Cézar Orfaneli	...491...-..	Suplente	Servidores/Técnico- Administrativo
Luiz Carlos Martendal	***.318.779.-**	Titular	Pais e/ou Responsáveis
Mayara Babinski Miguel Bauer	***.796.680-**	Suplente	Pais e/ou Responsáveis
Gabriela Cristina Dezan	***.967.739-**	Titular	Pais e/ou Responsáveis
Elizete Jacinto Allein	***.552.419-**	Suplente	Pais e/ou Responsáveis
Maisa da Costa Fornasa Responsável: Roseli da Costa Fornasa	...071...-.. Responsável: ...709...-..	Titular	Estudantes da Educação Básica
Augusto Pelisser Poltronieri Responsável: Graziela Pelisser	***.966.819 ***.966.819-**	Suplente	Estudantes da Educação Básica

Nicolas Bonamigo Mencatto Responsável: Roberta Fabiane Bonamigo	xxx.xxx.839-70 Responsável: xxx.xxx.179-27	Titular	Estudantes da Educação Básica
Paola Ludvichak Cesari Responsável: Suzane Ludvichak Cesari	...206...-.. Responsável: ...491...-..	Suplente	Estudantes da Educação Básica
Luciana Giachini Grahl	xxx.461.889.xx	Titular	Conselho Municipal da Educação
Juçara da Silva Ecker	***.048.409-**	Suplente	Conselho Municipal da Educação
Fabiana Cabral de Oliveira	...409...-..	Titular	Conselho Tutelar
Mariceli Oliveira Casagrande	...251...-..	Suplente	Conselho Tutelar
Paulo Sérgio de Oliveira	...620...-..	Titular	Escolas do Campo
Vanessa Oenning	...041...-..	Suplente	Escolas do Campo

Art. 3º. Ratificam-se as demais disposições dos Decretos nº 5288/2023, de 14/03/2024, 5736/2024 de 14/03/2024, 5810/2024 de 23/04/2024, 6325/2025 de 06/03/2025, 6853/2025 de 22/12/2025,7235/2026 de 11/08/2026 e 7247/2026 de 19/08/2026.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:DB5FE0A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026 – PMU
O **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, Centro Cívico, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,** brasileiro, casado, empresário/agente político, portador do RG nº **891472-* – SESP-PR, inscrito no CPF sob nº ***.395.309-**, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o procedimento de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 051/2026 - PMU, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios de 10 de julho de 2026, processo administrativo n.º *2026/05/312*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico nº 051/2026 - PMU*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições legais, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Aquisição de equipamentos classificados como eletrodomésticos, itens de refrigeração e bebedouros, equipamentos de lavanderia e limpeza, ferramentas e equipamentos, itens de climatização e ventilação, eletrônicos, bem como materiais elétricos e acessórios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de seus respectivos programas e dos Conselhos de Direitos, conforme especificado no Termo de Referência, anexo ao Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n.º 051/2026 - PMU, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos estimados, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Quant	Unid	Marca Modelo	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
01	**Aspirador de pó vertical 2 em 1** Potência mínima de 1600w, tecnologia bagless (reservatório lavável transparente com capacidade mínima de 0,95 L Ajuste de potência Tensão elétrica (bivolt) Bocal 2 em 1 (cantos/frestas e estofados), Bocal 2 em 1 (cantos/frestas e escova) Bocal para todos os tipos de piso, Bocal para cantos e fresta, Capacidade do saco para pó (L): 0,95 L Capacidade do recipiente ou barril: 0,95 L, Potência (W) mínimo: 1600 W, Tipo de aspirador: Vertical Enrolador de cabo elétrico: Manual, Tipo de filtragem: HEPA, Capacidade total do reservatório aproximado (L): 0,95 L, Cabo: mínimo 4,7 metros Reservatório transparente, Velocidades: 1, Unidade de mão (2 em 1), Capacidade total do reservatório (ml): 950 mL, Filtro: HEPA, Protetor térmico, Tecnologia bagless, Este Produto inclui, Função 2 em 1, Função 180º easy steer, Filtragem cyclonic. Especificações técnicas Altura aproximado do produto:13,5 cm, Largura aproximado do produto:11,5 cm, Profundidade aproximada do produto: 48,5 cm, Peso aproximado do produto: 2 Kg. **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	03	Und	Elgin Aspirador Vertical 1600w Cycle	R$ 253,00	R$ 759,00	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027
02	**Batedeira Planetária 5 lt.** Potência mínima de 900W, sistema de movimento planetário e articulável. Possuir no mínimo 12 velocidades mais função turbo. Tigela com capacidade mínima de 5 litros, com tampa antirrespingo. Base antiderrapante. Acompanha 03 batedores em aço inoxidável ou material de alta resistência (para massas leves, pesadas e claras em neve). **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no	02	Und	Philco PBP90A	R$ 445,00	R$ 890,00	Paulo Sérgio Carvalho - ME	24/09/2027

	Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).							
03	**BEBEDOURO ELÉTRICO - TIPO COLUNA COM GALÃO DE AGUA 20 LITROS.** Bebedouro Elérico tipo coluna para garrafão de 20 litros, contendo dois dispositivos, cada um, água gelada e natural, em forma de torneiras externas acionadas por pressão; Com capacidade de refrigeração mínima de água gelada de 3,5 litros por hora, em temperatura ambiente; Bandeja de água removível para limpeza; Termostato para regulagem de temperatura entre 5 e 15ºc; Sistema de refrigeração com gás ecológico, tipo 134ª ou similar; Voltagem:110 volts ou Bivolt (110V/220V); Refrigeração por compressor; Acabamento em poliestileno de alto impacto ou inox; Pés antiderrapantes; Etiqueta Nacional de Conservação de Energia emitida pelo INMETRO, com classificação A; Com furador de galão. Itens inclusos 1 x Bebedouro completo e novo 1 x Manual **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional)	04	Und	Hiza Hiza	R$ 900,00	R$ 3.600,00	Migra Distribuidora Ltda	24/09/2027
04	**Cooktop portátil de indução 2(duas) bocas.** Produto 2 em 1: de embutir ou portátil. 14 Níveis de potência Função Booster: Aumenta a potência para preparos ainda mais rápidos. São 2 zonas de indução com controles de potência individuais. Painel Touch Screen com Controle Slide Touch. Vidro Cerâmico: Material de fácil limpeza e resistente ao calor. Função timer: Função timer de até 99 minutos. Trava de segurança: Quando acionada, impede alterações no controle, o que garante a continuidade das funções durante o preparo. Especificações Tensão: 127 / 220, Potência: 127V 1800W / 220V – 3000W, Consumo aproximado: 127V 1,8kW/h / 220V – 3.0kW/h, Dimensões compatíveis com modelos portáteis de 2 bocas **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional)	01	Und	Oster Cooktop Inducao 2b	R$ 786,00	R$ 786,00	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027
05	**Chaleira Eletrica 1,8 a 2 litros** Chaleira inox - Especificação: material aço inoxidável, capacidade de 1,80 lt a 2 lt, características adicionais desligamento automático, base destacável, tipo elétrica,potência mínima 1.200 w, voltagem 110 v **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional)	05	Und	Unitermi Unitermi	R$ 65,00	R$ 325,00	P H Notarize Ltda	24/09/2027
07	**Espremedor de Frutas Industrial 110v 700w.** Ficha técnica do produto; Rotação: 1750 Rpm Potência: 700w Frequência: 60Hz Tensão: 110v ou 220v (Possui chave seletora na parte de baixo do aparelho) Corpo; Aço inox escovado Caçamba; Alumínio repuxado polido Tampa; Alumínio repuxado polido Jarra com Alça; 3 Litros em Alumínio Dimensões: Altura: 37cm. Largura: 20cm. Peso: 5,300 Kg. **Itens Inclusos:** 01 Copo Alumínio Capacidade Máxima 3 Litros (suco). 01 Peneira para copo. 01 Cúpula com bica. 01 Castanha Pequena em Poliestireno (Limão). 01 Castanha Grande em Poliestireno (Laranja). 01 Manual de instruções em Português. Castanhas com Ranhuras para alta capacidade de extração. **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional)	02	Und	Kd Eletro Espremedor De Frutas 700w 3l	R$ 377,00	R$ 754,00	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027
08	**Forno Elétrico de bancada 60 a 65 litros.** Capacidade e Potência: 60 a 65 litros, ideal para diversas receitas; Controle de Temperatura: ajustável de 90° a 230°C; Funções Versáteis: aquece, assa, tosta, gratina, grelha e descongela; Lâmpada interna e luz indicativa para melhor visualização; Timer de 120 minutos com sinal sonoro, garantindo mais controle e segurança; Acessórios Inclusos: grelha com 3 níveis de ajuste para melhor acomodação dos alimentos; bandeja removível para facilitar a limpeza e adaptação ao preparo; Medidas internas em mm aproximadas (LxAxP) : 434x213x441; Amperagem das tomadas: 20A para 110V Conteúdo da Embalagem 1 Forno Elétrico com Grelha, Lâmpada Interna e Timer de 120 Minutos, - 60 a 65 litros; 1 Grelha; 1 Bandeja coletora. **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	03	Und	Best Forno Elétrico 60l	R$ 627,00	R$ 1.881,00	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027
09	**Forno eletrico de bancada 80 LT** Forno eletrico de bancada de 80 litros, Capacidade: 80 litros, tensão: 110 V, potência total 2500 W, consumo: 2 kWh, temperatura ajustável: de 50 °C a 320 °C, frequência: 60 Hz, painel: analógico com timer mecânico (até 120 minutos), função Turbo (Air Convection): sim, vidro da porta: duplo, luz interna: sim, grade interna: 4 níveis. Dimensões externas aproximadas (A × L × P): 51,5 cm × 78 cm × 66 cm, dimensões internas (A × L × P): 35 cm × 55 cm × 38 cm. Peso: 37,78 kg; Cor: inox ou preto; Acessórios inclusos: 4 grades internas, manual de instruções e etiqueta de segurança. **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	01	Und	Fischer Turbo Fast 80l	R$ 3.080,00	R$ 3.080,00	R. E Silva Ltda	24/09/2027
11	**Lavadora de Pressão Uso doméstico** **Especificações Técnicas:** Tensão: 110V Potência: 1750W Pressão: 1800PSI Vazão: 360l/h Altura aproximada: 81cm Anticorrosivo Área de Alcance: 10m Cabo Giratório Certificado: Inmetro Comprimento da mangueira mínimo: 5m Comprimento do cabo de energia: 5m Consumo de energia aproximado: 1.75kWh Funcionamento: Elétrico Isolamento Térmico: Sim Itens removíveis: Mangueira, lança, pistola, baioneta, engate rápido, aplicador de detergente Jato Regulável: Sim Largura aproximada: 29cm Material das rodas: Plástico Material Principal: Plástico PP Motor: Universal Nível de Ruído: Médio	03	Und	Philco Pla3100	R$ 596,00	R$ 1.788,00	Last Moon Equipamentos Ltda	24/09/2027

	Peso aproximado: 6,9kg Porta Acessórios: Sim Porta-Fio: Sim Possui rodas: Sim Profundidade aproximado: 31cm Quantidade de Bocais: 1 Repartição para detergente: Sim Tipo de Jato: Regulável Trava de Segurança: Sim **Conteúdo da Embalagem:** 1 Lavadora de alta pressão 1 Pistola de alta pressão com trava de segurança 1 Lança com bico regulável (leque e concentrado) 1 Mangueira de alta pressão de 5 metros 1 Engate rápido 1 Aplicador de detergente com conexão rápida 1 Agulha de limpeza do bico **Garantia:** 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).							
13	**Maquina de lavar roupas 8,5 kg a 9 kg** Filtro elimina fiapos, interior de aço inox, Programas de lavagem: mínimo 11 Sistema de lavagem: Agitação; Visualizador de etapas de lavagem; Tipo de abertura Superior; Cesto em material resistente de alta durabilidade; Reaproveitamento de água; Pés niveladores; Programas: Pesado, Rápido, Delicado, Normal; Etapas de lavagem: Molho longo, molho normal, molho curto, enxágue, Centrifugação, controle de molho, reutilizar água, turbo lavagem, quantidade de níveis de roupa: 4; painel mecânico; dispenser para alvejante, amaciante, sabão em pó e sabão líquido. Sistema de lavagem: agitação Especificações técnicas Plugue: 10A Tensão: 127V Largura do produto aproximado embalado: 57,4 cm Profundidade do produto aproximado embalado: 63 cm Peso do produto aproximado embalado: 34,3 kg Conteúdo da embalagem 1 máquina de lavar, 1 guia rápido, 1 curva da mangueira Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	02	Und	Midea Lavadora Automatica 9kg	R$ 1.697,30	R$ 3.394,60	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027
14	**Maquina de lavar roupa tipo tanquinho capacidade de carga entre 10 e 12kg:** Ficha Técnica Controle de entrada Controle de saída de água diretamente do painel, ou manual fazendo com que o seu tanquinho não transborde, podendo escolher entre os 3 níveis de água: alto, médio ou baixo. Programas de lavagem: mínimo 4 (quatro) programas de lavagem: O Tanquinho possui 4 programas de lavagem com indicações de duração Eficiência de lavagem: 0,79 Tempo do ciclo: 67 min Programas de lavagem: 4 Classificação Procel Percentual de Eficiência A Consumo de água por ciclo (l/ciclo): 183,7 Potência: 330W Voltagem: 110V Capacidade de Lavagem: 10 e 12 Kg Cor: Branco Dimensões do Produto aproximado: 96 x 57 x 58 cm Peso do Produto aproximado: 11,21kg Potência mínima: 330W Programas de Lavagem: 4 (quatro) Sistema de Lavagem: Turbilhonamento Voltagem: 110V Conteúdo da Embalagem 01 x Tanquinho 01 x Manual de instruções Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	04	Und	Wanke Lavadora Semi Auto 10kg Confort	R$ 487,00	R$ 1.948,00	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027
15	**Microondas 34 litros branco 110 v** Ficha Técnica: Descongelamento: Sim Trava de segurança: Sim Tira odor: Sim Manter aquecido: Sim Opções de menu: Menu dia a dia, Menu kids, Menu light, Menu receitas Função Desliga Display: para economizar energia, basta desligar o painel digital do seu Micro-ondas quando terminar de usá-lo; Função Limpa Fácil: com a limpeza facilitada, seu micro-ondas estará sempre limpo; Função Manter Aquecido: mantém sua refeição aquecida até o momento de consumi-la, deixando seu dia a dia mais prático; Função Tira Odor: mantenha o ambiente agradável e cheiroso e seu forno micro-ondas limpo por mais tempo. Especificações técnicas Capacidade total: 34L Classificação energética: A Frequência: 60 Hz Tipo de instalação: Bancada Cor: Branco Potência mínima: 1400W Altura aproximada do produto embalado: 32,5 cm Largura aproximada do produto embalado: 57,5 cm Profundidade aproximado do produto embalado: 46,0 cm Peso do produto embalado: 15,8 Kg Itens Inclusos: 1 forno micro-ondas, prato, manual; Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	02	Und	Mondial Mo-01-34	R$ 615,00	R$ 1.230,00	P H Notarize Ltda	24/09/2027
16	**Purificador de Água,com 2 torneiras.** Purificador de água com 2(duas) torneiras por acionamento por temperatura, gelada e natural. Com pingadeira removível fácil de esvaziar e higienizar, termostato externo: regule a água gelada como preferir, refrigeração por compressor. Troca de filtro fácil sem necessidade de fechar registro. Vazão por gravidade,. Capacidade de refrigeração mínimo 1,125 lt/h, reservatório de agua e 2lt. Itens incluso: Purificador de água com filtro; Filtro reserva c) Manual Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	02	Und	Colormaq Premium	R$ 850,00	R$ 1.700,00	Avanti Office Ltda	24/09/2027
17	**Refrigerador Frost Free 460 a 465 lt 110v** Tipo do Produto Geladeira / Refrigerador - 2 portas Consumo compatível com classificação energética A ou superior Eficiência Energética: A+++ Capacidade Total (L) aproximada: Alta - 450 a 550L Prateleiras removíveis: Sim Recipiente para guardar gelo Compartimento extra frio Gavetas: 2 gavetas	03	Und	Midea Refrigerador Duplex Frost Free 472l	R$ 3.159,00	R$ 9.477,00	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027

	Porta ovos Dimensões com Embalagem aproximada (LxAxP) (cm): 75x188,2x78,6 Peso com Embalagem aproximada (kg): 76 Cor: Branco Capacidade aproximada Geladeira (L): 355 Dimensões Internas aproximadas do Nicho de Embutir (AxLxP): 194,5x90x85,5 Capacidade Freezer aproximada (L): 106 Tipo de Degelo: Frost Free Display Eletrônico Controle de temperatura Nº de Portas: 2 Portas Painel Eletrônico Externo Tipo Refrigerador: Duplex (2 Portas) Quantidade de níveis de temperatura: 5 Localização do Freezer: Em cima Gaveta de Frutas e Legumes, Prateleiras de Vidro, Proteção Contra Corrosão, Compartimento Extrafrio, Gelo Rápido, Abastecimento de Gelo, Painel Eletrônico Touch Modos Especiais, Salad Box, Space Adapt Plugue e Tomada 10 A Profundidade aproximada: 71 - 75 cm Itens inclusos na embalagem 1 Produto novo lacrado; 1 Guia Rápido; 1 Manual de Instruções. Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).							
18	**Soprador eletrico portatil.** Soprador elétrico portátil, velocidades mínimo 250 km/h, potencia mínima 2.000 watts, saída de ar mínimo 660 m³/h, velocidade mínimo 2(duas) velocidades, rotação mínimo 13500RPM, peso máximo 2kg. Produto deve ser novo na caixa, ter certificado do inmetro, garantia de 12 meses. Deve conter 1 soprador (motor), 02 tubos para soprar, 1 manual, 1 Guia de assistência Técnica; Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	07	Und	Eos	R$ 230,00	R$ 1.610,00	Dipar Ferragens Ltda	24/09/2027
20	**Televisor, 55 polegada-110/220** Tipo Do Produto Eletrônicos Resolução: 4K Características especiais: Aprimorador de contraste dinâmico, Aprimorador de cores amplo, Assistência por voz múltipla, Modo de jogo, Nivelador automático de volume, Sensor ecológico Peças para montagem: Controle remoto Número de unidades: 2 Tecnologia da tela: 4K, UHD Tamanho da tela 55 Polegadas Tela ou mostrador: IPS Proporção da tela: 16:10 Taxa de contraste: Alto Diagonal da tela: 16:9 Resolução: 3840 x 2160 Pixels Voltagem: 110/220 Volts Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE): A Tipo de fonte de energia: AC Taxa de atualização: 60 Hz Total de entradas USB: 1 Tecnologia de conexão: Bluetooth, Ethernet, HDMI, USB, Wi-fi Tipo de suporte ou fixação: Montagem na parede e Montagem na mesa Bluetooth: Sim Cor: Preto Cor correspondente: Preto Conexões: USB Wi-fi Garantia: 12 meses Peso do produto 15,9 Kilograms Dimensões aproximada do produto: 2,37 x 123,41 x 75,8 cm; 15,9 quilogramas Itens inclusos: Controle remoto com bateria Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	01	Und	Hq Smart Tv Hq Qled Uhd 55" Hqqled55sm	R$ 2.364,97	R$ 2.364,97	Rzr Distribuidora e Servicos Ltda	24/09/2027
21	**Ventilador de coluna de 60cm.** Este ventilador combina potência e durabilidade com um design moderno, sendo uma excelente escolha para quem valoriza qualidade e conforto. Seja para enfrentar os dias mais quentes ou para manter o ambiente sempre arejado, o Ventilador de Coluna l,60 cm Preto - Bivolt é a opção certa para quem não abre mão de um ambiente mais fresco e agradável. Ventilador tipo coluna, velocidade mínimo 2(duas), Quantidade de pás mínimo 3 pás, Diâmetro: 60cm, Potência: 147w, Tipo de acionamento: Tomada, recursos inclinação e altura ajustável, recursos: grade, rotação de 1200 RPM, Certificação do INMETRO. Dimensão do produto, largura 61,5cm, altura 60 cm, profundidade de 19 cm, voltagem 110 Volts, consumo de energia 2,67Kw/mês. Material: ferro, aço e plástico, cor preto. Garantia: 12 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	03	Und	Ventisol Ventilador Coluna 60cm Bivolt	R$ 277,00	R$ 831,00	Drs Moveis e Decoracoes Ltda	24/09/2027
24	**Extensão Elétrica Reforçada 10 Metros Cabo PP 2x2,5mm 1 Tomada 20A** Extensão Elétrica Reforçada 10 Metros Fio PP 2x2,5mm 1 Tomada fêmea de 20A - - Equipamento pino grosso de 20A - Comprimento de 10 Metros - Cor Preta - Pino Plugue Macho 2 Pólos 20A - Cabo PP Flexível 2 x 2,5mm certificado - fêmea Reforçada de 20A - Todos os Materiais Possui Selo INMETRO **Garantia:** 06 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	03	Und	Eos	R$ 79,43	R$ 238,29	Dipar Ferragens Ltda	24/09/2027
25	**Extensão Elétrica Reforçada 30 Metros Fio PP 2x2,5mm mínimo 3 Tomadas** - Comprimento de 30 Metros - Cor Preta - Pino Plugue Macho 2 Pólos 20A - Cabo PP Flexível 2 x 5mm certificado INMETRO - Régua Reforçada - Todos os Materiais Possuem Selo INMETRO Especificação da Régua Elétrica: - Potência: 3810W (127V) ou 6820W (220V) - Termoplástico de engenharia, liga metálica e parafusos de aço **Garantia:** 06 meses com cobertura em território nacional prestada pelo fabricante ou assistência autorizada no Brasil (Não serão aceitos produtos sem cobertura de garantia e assistência técnica autorizada em território nacional).	07	Und	Eos	R$ 214,32	R$ 1.500,24	Dipar Ferragens Ltda	24/09/2027
					Valor Total:		**R$ 38.157,10**	

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste Pregão Eletrônico, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

Vedação a acréscimo de quantitativos
4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 48, do Decreto Municipal nº 067/2023.
5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela.
5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.6 Após a homologação da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *Edital de Pregão Eletrônico n° 051/2026 - PMU* , poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.4 Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.10 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou.
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou.
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

9. DAS PENALIDADES
9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital de Pregão Eletrônico nº 051/2026 - PMU*.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS
10.1 Os bens serão fornecidos de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, durante a vigência da Ata de Registro de Preços de 12 (doze) meses. A entrega deverá ocorrer em até 15 dias corridos após emissão da Autorização de Fornecimento.
10.2 Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, a Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis antes do vencimento do prazo, os motivos devidamente comprovados, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.
10.3 Os objetos contratados deverão ser entregues mediante emissão de Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e encaminhada à Contratada.
10.4 Correrão por conta da Contratada todas as despesas decorrentes do fornecimento dos bens, incluindo embalagem, transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento do objeto.
10.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.7 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.8 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 dias úteis.
10.9 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.10 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.11 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
10.13 Especificação da garantia dos bens:.O prazo total de garantia dos bens fornecidos não poderá ser inferior aos seguintes patamares mínimos:
a) Itens de Pequeno Porte / Consumo Específico: Garantia mínima de 06 (seis) meses;
b) Eletrodomésticos, Equipamentos de Refrigeração e Eletrônicos: Garantia mínima de 12 (doze) meses.
10.14 Os prazos mínimos estabelecidos no item 5.2 do Termo de Referência referem-se ao período total de cobertura, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo do objeto, englobando o prazo da garantia legal de 90 (noventa) dias estabelecido no art. 26, inciso II, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
10.15 Caso a garantia oferecida pelo fabricante do produto seja superior aos prazos mínimos exigidos neste Termo de Referência, prevalecerá o maior prazo para todos os efeitos contratuais.

10.16 Nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sem qualquer ônus financeiro ou logístico para a Administração.
10.17 Da Assistência Técnica e da Obrigação de Retirada pela Contratada: Para os bens que necessitarem de reparos dentro do prazo de garantia, o atendimento deverá ocorrer prioritariamente de forma local (na própria cidade do órgão contratante), por meio de assistência técnica autorizada do fabricante.
10.18 Inexistindo assistência técnica autorizada do fabricante no município de Umuarama-Pr, a Contratada será a única e exclusiva responsável pela retirada e devolução do equipamento, devendo cumprir as seguintes obrigações:
a) Retirada no Local: A contratada deverá retirar o equipamento defeituoso diretamente na sede do órgão contratante, utilizando meios próprios ou transportadora por ela custeada;
b) Ônus Integral: Fica expressamente proibido repassar ao órgão contratante qualquer custo de frete, embalagem, seguro, postagem (como envio por Correios) ou taxa de transporte;
c) Devolução: Após o conserto ou substituição do produto, a contratada deverá entregá-lo reinstalado e em perfeito estado de funcionamento no mesmo local onde realizou a retirada.
10.19 Prazo de até 5 dias úteis para a contratada fazer a retirada física do bem.
10.20 O prazo total para que a contratada retire, conserte (ou substitua) e devolva o produto ao órgão não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da notificação formal de defeito, sendo que o prazo de retirada previsto no item 5.6.3 está contido dentro deste período global, em estrita observância ao art. 18, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e rescisão contratual.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – O Edital do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico 051/2026 – PMU
III – A Proposta da Contratada;
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 051/2026 – PMU.

Parágrafo Terceiro: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

14.001.08.244.0012.2.317 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:838 - F:60076
14.001.08.244.0012.2.317 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1816 - F:360076
14.001.08.244.0012.1.061 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1835 - F:370117
14.001.08.244.0012.1.497 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1838 - F:370136
14.001.08.244.0012.1.497 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1823 - F:360074
14.001.08.244.0012.2.317 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1819 - F:360202
14.001.08.244.0013.1.494 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1825 - F:360115
14.001.08.244.0013.1.494 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1839 - F:370135
14.001.08.244.0013.1.494 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:882 - F:70117
14.001.08.244.0012.1.497 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1836 - F:370117
14.001.08.244.0012.2.323 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1832 - F:360199
14.001.08.244.0012.1.063 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:746 - F:60076
14.001.08.244.0012.1.063 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:747 - F:70117

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Umuarama, 24 de setembro de 2026.

DIRLENE ALVES DA ROCHA SCHERER
DRS Moveis e Decoracoes LTDA
Detentora da Ata

PAULO SÉRGIO CARVALHO
Paulo Sérgio Carvalho – ME
Detentora da Ata

PATRICIA GIACOMETTI ROCZANSKI
Migra Distribuidora LTDA
Detentora da Ata

ADRIELLY RIBEIRO DOS SANTOS
P H Notarize LTDA
Detentora da Ata

ROSE ELAINE APARECIDA DA SILVA
R. E Silva LTDA
Detentora da Ata

EVERTON VIEIRA DA SILVA
Last Moon Equipamentos LTDA
Detentora da Ata

LUCAS GABRIEL
Avanti Office LTDA
Detentora da Ata

PATRICIA PAULA ANDRETTA ARCARI
DIPAR Ferragens LTDA
Detentora da Ata

NIODEL NEVES RANGEL
RZR Distribuidora e Servicos LTDA
Detentora da Ata

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:EA57D661

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE VITORINO - PR							
CONSOLIDADO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.728.310,91	56.728.310,91	20.634.767,93	36,37	66.718.662,32	117,61	-9.990.351,41
RECEITAS CORRENTES	56.728.310,91	56.728.310,91	11.502.162,25	20,28	49.576.858,62	87,39	7.151.452,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.195.431,00	9.195.431,00	1.773.590,41	19,29	8.341.607,44	90,71	853.823,56
Impostos	7.919.185,00	7.919.185,00	1.594.960,87	20,14	7.416.750,87	93,66	502.434,13
Taxas	1.276.246,00	1.276.246,00	178.629,54	14,00	924.856,57	72,47	351.389,43
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.204.162,00	1.204.162,00	229.990,24	19,10	1.044.678,00	86,76	159.484,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	1.204.162,00	1.204.162,00	229.990,24	19,10	1.044.678,00	86,76	159.484,00
RECEITA PATRIMONIAL	378.166,00	378.166,00	574.822,51	152,00	1.931.941,53	510,87	-1.553.775,53
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	325,00	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325,00
Valores Mobiliários	377.841,00	377.841,00	574.822,51	152,13	1.931.941,53	511,31	-1.554.100,53
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.224,00	1.224,00	0,00	0,00	162.291,00	13.259,07	-161.067,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.224,00	1.224,00	0,00	0,00	162.291,00	13.259,07	-161.067,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.949.327,91	45.949.327,91	8.857.948,77	19,28	37.997.809,87	82,70	7.951.518,04
Transferências da União e de suas Entidades	20.946.962,20	20.946.962,20	5.049.327,05	24,11	21.017.509,09	100,34	-70.546,89
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	17.190.970,71	17.190.970,71	2.442.215,03	14,21	11.126.234,27	64,72	6.064.736,44
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.811.395,00	7.811.395,00	1.366.406,69	17,49	5.854.066,51	74,94	1.957.328,49
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	65.810,32	0,00	98.530,78	0,00	-98.530,78
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	65.592,11	0,00	66.788,07	0,00	-66.788,07
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	218,21	0,00	24.704,76	0,00	-24.704,76
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	7.037,95	0,00	-7.037,95
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	9.132.605,68	0,00	17.141.803,70	0,00	-17.141.803,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	398.654,00	0,00	398.654,00	0,00	-398.654,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	398.654,00	0,00	398.654,00	0,00	-398.654,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	8.733.951,68	0,00	16.743.149,70	0,00	-16.743.149,70
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	1.263.314,17	0,00	2.491.588,04	0,00	-2.491.588,04
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	7.470.637,51	0,00	14.251.561,66	0,00	-14.251.561,66
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.728.310,91	56.728.310,91	20.634.767,93	36,37	66.718.662,32	117,61	-9.990.351,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	56.728.310,91	56.728.310,91	20.634.767,93	36,37	66.718.662,32	117,61	-9.990.351,41
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	0,00	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	56.728.310,91	56.728.310,91	20.634.767,93	36,37	66.718.662,32	117,61	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.514.746,37	----	----	9.514.746,37	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	9.514.746,37	----	----	9.514.746,37	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	56.728.310,91	95.645.321,36	15.807.263,11	65.788.643,92	29.856.677,44	15.777.440,20	51.733.826,77	43.911.494,59	51.212.275,17
DESPESAS CORRENTES	53.513.150,91	63.279.059,94	10.308.217,05	41.820.645,91	21.458.414,03	10.562.051,35	41.285.035,80	21.994.024,14	40.763.484,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.815.906,00	32.516.580,06	5.152.989,66	20.469.480,83	12.047.099,23	5.152.989,66	20.469.480,83	12.047.099,23	20.052.953,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	989.673,00	989.673,00	196.486,80	814.177,25	175.495,75	196.486,80	814.177,25	175.495,75	814.177,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.707.571,91	29.772.806,88	4.958.740,59	20.536.987,83	9.235.819,05	5.212.574,89	20.001.377,72	9.771.429,16	19.896.353,56
DESPESAS DE CAPITAL	2.638.367,00	31.789.468,42	5.499.046,06	23.967.998,01	7.821.470,41	5.215.388,85	10.448.790,97	21.340.677,45	10.448.790,97
INVESTIMENTOS	1.452.215,00	30.603.316,42	5.282.043,76	23.026.843,27	7.576.473,15	4.998.386,55	9.507.636,23	21.095.680,19	9.507.636,23
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.186.152,00	1.186.152,00	217.002,30	941.154,74	244.997,26	217.002,30	941.154,74	244.997,26	941.154,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	576.793,00	576.793,00	----	----	576.793,00	----	----	576.793,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	56.728.310,91	95.645.321,36	15.807.263,11	65.788.643,92	29.856.677,44	15.777.440,20	51.733.826,77	43.911.494,59	51.212.275,17
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	56.728.310,91	95.645.321,36	15.807.263,11	65.788.643,92	29.856.677,44	15.777.440,20	51.733.826,77	43.911.494,59	51.212.275,17
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	930.018,40	----	----	14.984.835,55	----	15.506.387,15
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	56.728.310,91	95.645.321,36	15.807.263,11	66.718.662,32	----	15.777.440,20	66.718.662,32	----	66.718.662,32
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:34:15.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:3E285818

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

MUNICIPIO DE VITORINO - PR				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO				
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)		R$ 1,00		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00		
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00		
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00		
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Receitas Correntes	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:47:30.				
Nota(s) Explicativa(s):				

Vitorino, 06/10/2026

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:D24D0953

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICIPIO DE VITORINO - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - AGOSTO 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Agosto 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	56.728.310,91	49.576.858,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.195.431,00	8.341.607,44
IPTU	1.970.955,00	1.819.957,72
ISS	2.123.268,00	2.924.051,20
ITBI	1.908.848,00	1.108.860,34
IRRF	1.916.114,00	1.563.881,61
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.276.246,00	924.856,57
Contribuições	1.204.162,00	1.044.678,00
Receita Patrimonial	378.166,00	1.931.941,53
Aplicações Financeiras (II)	376.591,00	1.930.793,09
Outras Receitas Patrimoniais	1.575,00	1.148,44
Transferências Correntes	45.949.327,91	37.997.809,87
Cota-Parte FPM	17.357.644,95	15.966.482,28
Cota-Parte ICMS	14.676.238,45	8.905.949,82
Cota-Parte IPVA	2.060.055,91	1.361.716,96
Cota-Parte ITR	204.067,25	26.747,86
Transferências da LC 61/1989	206.374,35	141.422,24
Transferências do FUNDEB	7.811.395,00	5.857.179,73
Outras Transferências Correntes	3.633.552,00	5.738.310,98
Demais Receitas Correntes	1.224,00	260.821,78
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.224,00	260.821,78
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	56.351.719,91	47.646.065,53
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	17.141.803,70
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	398.654,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	398.654,00
Transferências de Capital	0,00	16.743.149,70
Convênios	0,00	14.811.580,66
Outras Transferências de Capital	0,00	1.931.569,04
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	17.141.803,70
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	56.351.719,91	64.787.869,23
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	56.351.719,91	64.787.869,23

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Agosto 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	63.279.059,94	41.820.645,91	41.285.035,80	40.763.484,20	4.268,50	116.273,10	116.273,10
Pessoal e Encargos Sociais	32.516.580,06	20.469.480,83	20.469.480,83	20.052.953,39	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	989.673,00	814.177,25	814.177,25	814.177,25	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	29.772.806,88	20.536.987,83	20.001.377,72	19.896.353,56	4.268,50	116.273,10	116.273,10
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	29.772.806,88	20.536.987,83	20.001.377,72	19.896.353,56	4.268,50	116.273,10	116.273,10
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	62.289.386,94	41.006.468,66	40.470.858,55	39.949.306,95	4.268,50	116.273,10	116.273,10
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	31.789.468,42	23.967.998,01	10.448.790,97	10.448.790,97	0,00	6.931.015,01	6.931.015,01
Investimentos	30.603.316,42	23.026.843,27	9.507.636,23	9.507.636,23	0,00	6.931.015,01	6.931.015,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.186.152,00	941.154,74	941.154,74	941.154,74	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	30.603.316,42	23.026.843,27	9.507.636,23	9.507.636,23	0,00	6.931.015,01	6.931.015,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	576.793,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	93.469.496,36	64.033.311,93	49.978.494,78	49.456.943,18	4.268,50	7.047.288,11	7.047.288,11
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	93.469.496,36	64.033.311,93	49.978.494,78	49.456.943,18	4.268,50	7.047.288,11	7.047.288,11
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]					8.279.369,44		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]					8.279.369,44		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	2.175.825,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Agosto 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.930.793,09
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	772.220,04
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	9.437.942,49

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Agosto 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	7.393.609,96	7.347.712,22
DEDUÇÕES (XL)	24.018.056,69	-203.985,76
Disponibilidade de Caixa	24.018.056,69	-203.985,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	24.022.580,67	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.268,50	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	255,48	203.985,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-16.624.446,73	7.551.697,98
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**-24.176.144,71**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Agosto 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-4.268,50
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	33.618.355,70
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	9.437.942,49
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	8.279.369,44
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.514.746,37
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	9.514.746,37
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:50:58.	
Nota(s) Explicativa(s):	

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:F27F363B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICIPIO DE VITORINO - PR		
CONSOLIDADO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	7.919.185,00	7.416.750,87
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.970.955,00	1.819.957,72
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.908.848,00	1.108.860,34
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.123.268,00	2.924.051,20
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.916.114,00	1.563.881,61
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	42.634.391,00	32.709.816,13
2.1 - Cota-Parte FPM	21.200.971,00	19.665.019,66
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.216.630,00	18.492.688,58
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.984.341,00	1.172.331,08
2.2 - Cota-Parte ICMS	18.345.298,00	11.132.437,12
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	257.968,00	176.777,89
2.4 - Cota-Parte ITR	255.084,00	33.434,73
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.575.070,00	1.702.146,73
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**50.553.576,00**	**40.126.567,00**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**8.130.010,00**	**6.307.497,01**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**4.508.384,00**	**3.724.144,74**
FUNDEB		

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	7.852.395,00	5.816.208,53
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.852.395,00	5.813.095,31
6.1.1 - Principal	7.811.395,00	5.770.575,44
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	41.000,00	42.519,87
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	3.113,22
6.2.1 - Principal	0,00	3.113,22
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	-318.615,00	-536.921,57
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**5.816.208,53**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.501.589,66	5.969.548,71	5.969.548,71	5.938.972,68
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.283.522,63	4.522.278,92	4.522.278,92	4.492.664,41
10.1.1 - Educação Infantil	2.750.000,00	999.368,78	999.368,78	972.272,87
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.533.522,63	3.522.910,14	3.522.910,14	3.520.391,54
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.218.067,03	1.447.269,79	1.447.269,79	1.446.308,27
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.218.067,03	1.447.269,79	1.447.269,79	1.446.308,27
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.772.424,65	5.772.424,65	5.741.848,62	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.772.424,65	5.772.424,65	5.741.848,62	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES				
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.378.151,29	4.378.151,29	4.348.536,78	
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)				
15.1 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.071.345,97	4.378.151,29	4.378.151,29	75,28
15.2 - MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI[11]	232.648,34	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO VALOR NÃO APLICADO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	581.620,85	43.783,88	43.783,88	0,00	0,75

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)

	ANTERIOR (s)					
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	740.283,52	0,00	197.124,06	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.822.531,96	4.246.409,00	4.184.003,16	4.140.711,24
20.1 - Educação Infantil	3.379.076,28	2.338.795,37	2.278.745,73	2.239.248,51
20.2 - Ensino Fundamental	3.375.455,68	1.891.035,44	1.888.679,24	1.884.884,54
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	68.000,00	16.578,19	16.578,19	16.578,19
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.256.121,62	10.199.379,52	10.136.973,68	10.063.105,73
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	6.129.076,28	3.338.164,15	3.278.114,51	3.211.521,38
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.127.045,34	6.861.215,37	6.858.859,17	6.851.584,35

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	4.184.003,16
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.307.497,01
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO 4 e 7 ENSINO = L30.1(af)	2.475,42
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	10.489.024,75

2e5 APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	10.031.641,75	10.489.024,75	26,14

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	55.402,55	34.099,73	34.099,73	2.475,42	18.827,40
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	55.402,55	34.099,73	34.099,73	2.475,42	18.827,40
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	938.513,00	854.018,08
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	787.513,00	696.238,82
31.1.1 - Salário-Educação	581.687,00	491.318,13
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	163.920,00	163.095,42
31.1.4 - PNATE	41.906,00	41.825,27
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	8.910,73
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	151.000,00	148.868,53

6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	8.950.376,20	3.170.108,43	2.874.724,80	2.739.293,95
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.442.262,16	2.789.628,60	2.498.683,91	2.363.253,06
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	508.114,04	380.479,83	376.040,89	376.040,89

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**24.274.497,82**	**13.386.066,14**	**13.028.276,67**	**12.818.977,87**
33.1 - Despesas Correntes	17.593.120,47	11.452.232,44	11.385.387,66	11.176.088,86
33.1.1 - Pessoal Ativo	12.088.519,06	7.884.549,16	7.884.549,16	7.733.604,66
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	435.070,60	291.505,90	291.505,90	291.505,90
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	5.069.530,81	3.276.177,38	3.209.332,60	3.150.978,30
33.2 - Despesas de Capital	6.681.377,35	1.933.833,70	1.642.889,01	1.642.889,01
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	6.681.377,35	1.933.833,70	1.642.889,01	1.642.889,01

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	581.084,62	85.986,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.899.699,60	491.318,13
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.938.972,68	224.751,59
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	541.811,54	352.552,54
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	970.634,61	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	31.607,34	109.879,43
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.480.838,81	242.673,11
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:57:15.		
[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:D627DEA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICIPIO DE VITORINO - PR				
CONSOLIDADO				Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**7.919.185,00**	**7.919.185,00**	**7.416.750,87**	**93,66**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.970.955,00	1.970.955,00	1.819.957,72	92,34
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.908.848,00	1.908.848,00	1.108.860,34	58,09
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.123.268,00	2.123.268,00	2.924.051,20	137,71
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.916.114,00	1.916.114,00	1.563.881,61	81,62
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**40.650.050,00**	**40.650.050,00**	**31.537.485,05**	**77,58**
Cota-Parte FPM	19.216.630,00	19.216.630,00	18.492.688,58	96,23
Cota-Parte ITR	255.084,00	255.084,00	33.434,73	13,11
Cota-Parte IPVA	2.575.070,00	2.575.070,00	1.702.146,73	66,10
Cota-Parte ICMS	18.345.298,00	18.345.298,00	11.132.437,12	60,68
Cota-Parte IPI-Exportação	257.968,00	257.968,00	176.777,89	68,53
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**48.569.235,00**	**48.569.235,00**	**38.954.235,92**	**80,20**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.172.161,63	8.175.061,63	5.575.539,42	68,20	5.424.135,90	66,35	5.306.618,25	64,91
Despesas Correntes	6.057.161,63	7.956.061,63	5.356.863,42	67,33	5.339.489,90	67,11	5.221.972,25	65,64
Despesas de Capital	115.000,00	219.000,00	218.676,00	99,85	84.646,00	38,65	84.646,00	38,65
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	6.887.800,00	6.887.800,00	5.531.789,58	80,31	5.531.789,58	80,31	5.531.789,58	80,31
Despesas Correntes	6.874.000,00	6.874.000,00	5.530.133,05	80,45	5.530.133,05	80,45	5.530.133,05	80,45
Despesas de Capital	13.800,00	13.800,00	1.656,53	12,00	1.656,53	12,00	1.656,53	12,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	82.000,00	142.000,00	73.164,35	51,52	73.164,35	51,52	73.164,35	51,52
Despesas Correntes	82.000,00	142.000,00	73.164,35	51,52	73.164,35	51,52	73.164,35	51,52
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	167.000,00	167.000,00	21.913,35	13,12	21.913,35	13,12	20.177,43	12,08
Despesas Correntes	167.000,00	167.000,00	21.913,35	13,12	21.913,35	13,12	20.177,43	12,08
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**13.308.961,63**	**15.371.861,63**	**11.202.406,70**	**72,88**	**11.051.003,18**	**71,89**	**10.931.749,61**	**71,12**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	11.202.406,70	11.051.003,18	10.931.749,61
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**11.202.406,70**	**11.051.003,18**	**10.931.749,61**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			5.843.135,39
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	5.359.271,31	5.207.867,79	5.088.614,22
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**28,76**	**28,37**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos do exercício de referência 2026	5.843.135,39	11.051.003,18	5.207.867,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.207.867,79
Empenhos do exercício anterior 2025	8.108.136,57	15.060.072,11	6.951.935,54	70.759,90	0,00	0,00	0,00	70.759,90	0,00	6.951.935,54
Empenhos de 2024	6.433.327,18	9.935.930,03	3.502.602,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502.602,85
Empenhos de 2023	5.568.156,05	9.679.112,82	4.110.956,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.110.956,77
Empenhos de 2022 e anteriores	5.151.429,83	9.004.665,31	3.853.235,48	0,00	1.165,58	0,00	0,00	0,00	0,00	3.854.401,06
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.229.579,00	2.229.579,00	1.934.604,35	86,77
Proveniente da União	2.122.579,00	2.122.579,00	1.454.384,85	68,52
Proveniente dos Estados	107.000,00	107.000,00	480.219,50	448,80
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**2.229.579,00**	**2.229.579,00**	**1.934.604,35**	**86,77**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.127.364,00	3.880.313,94	2.558.608,21	65,94	2.277.039,67	58,68	2.261.269,14	58,28
Despesas Correntes	2.097.364,00	3.039.208,53	1.838.592,40	60,50	1.810.359,25	59,57	1.794.588,72	59,05
Despesas de Capital	30.000,00	841.105,41	720.015,81	85,60	466.680,42	55,48	466.680,42	55,48
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	1.546.046,58	1.544.336,79	99,89	1.544.336,79	99,89	1.544.336,79	99,89
Despesas Correntes	0,00	1.546.046,58	1.544.336,79	99,89	1.544.336,79	99,89	1.544.336,79	99,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	235.245,00	235.245,00	101.737,64	43,25	101.737,64	43,25	99.011,82	42,09
Despesas Correntes	225.245,00	225.245,00	101.737,64	45,17	101.737,64	45,17	99.011,82	43,96
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	77.000,00	77.000,00	24.325,60	31,59	24.325,60	31,59	24.325,60	31,59
Despesas Correntes	67.000,00	67.000,00	24.325,60	36,31	24.325,60	36,31	24.325,60	36,31
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	144.352,00	225.352,00	124.339,33	55,18	124.339,33	55,18	122.032,83	54,15
Despesas Correntes	133.352,00	214.352,00	124.339,33	58,01	124.339,33	58,01	122.032,83	56,93
Despesas de Capital	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**2.583.961,00**	**5.963.957,52**	**4.353.347,57**	**72,99**	**4.071.779,03**	**68,27**	**4.050.976,18**	**67,92**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.299.525,63	12.055.375,57	8.134.147,63	67,47	7.701.175,57	63,88	7.567.887,39	62,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.887.800,00	8.433.846,58	7.076.126,37	83,90	7.076.126,37	83,90	7.076.126,37	83,90

(XLI) = (V + XXXIII)								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	317.245,00	377.245,00	174.901,99	46,36	174.901,99	46,36	172.176,17	45,64
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	244.000,00	244.000,00	46.238,95	18,95	46.238,95	18,95	44.503,03	18,24
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	144.352,00	225.352,00	124.339,33	55,18	124.339,33	55,18	122.032,83	54,15
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**15.892.922,63**	**21.335.819,15**	**15.555.754,27**	**72,91**	**15.122.782,21**	**70,88**	**14.982.725,79**	**70,22**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CIRUSPAR-CONS. INTER. DA R. DE URG. DO SUD. DO PR	**VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
		Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a) x 100**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/a) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	121.105,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	119.894,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.211,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	121.105,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	**VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
		Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a) x 100**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/a) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	5.410.683,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	5.410.238,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	445,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	5.410.683,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:58:07.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:87D735F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICIPIO DE VITORINO - PR	
CONSOLIDADO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	56.728.310,91
Previsão Atualizada	56.728.310,91
Receitas Realizadas	66.718.662,32
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	9.514.746,37
DESPESAS	
Dotação Inicial	56.728.310,91
Dotação Atualizada	95.645.321,36
Despesas Empenhadas	65.788.643,92
Despesas Liquidadas	51.733.826,77
Despesas Pagas	51.212.275,17
Superávit Orçamentário	14.984.835,55
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	65.788.643,92
Despesas Liquidadas	51.733.826,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	72.574.934,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	70.299.934,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	69.825.994,50
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	2.175.825,00	8.279.369,44	380,52
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-24.176.144,71	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.268,50	0,00	4.268,50	0,00
Poder Executivo	4.268,50	0,00	4.268,50	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	8.932.560,84	428.391,80	7.047.288,11	1.456.880,93
Poder Executivo	8.932.560,84	428.391,80	7.047.288,11	1.456.880,93
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.936.829,34	428.391,80	7.051.556,61	1.456.880,93

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	10.489.024,75	25%	26,14
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.378.151,29	70%	75,28
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	0,00		0,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício (2025)**	**10º Exercício (2034)**	**20º Exercício (2044)**	**35º Exercício (2059)**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	11.051.003,18	15%	28,37
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 09:04:32.			
Nota(s) Explicativa(s):			
Vitorino, 06/10/2026			

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:1BF2908A



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 88 - 2026 - DECRETO DE ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS SERVIDORES EFETIVOS

MUNICÍPIO DE FÊNIX
CNPJ: 76.950.021/0001-30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Rua Jangada, nº 25 – Centro, Fênix – Paraná – CEP 86950-000
Fone (44) 3272-8000 - pmfenix@fenix.pr.gov.br
DECRETO Nº 88/2026 DE 30/09/2026
O Prefeito Municipal de Fênix, Estado do Paraná, o senhor **Eurípedes Molina Tasca Júnior**, no uso das atribuições que lhes são atribuídas por Lei:
CONSIDERANDO: A Lei Municipal 01/2026, de 17 de março de 2026, que dispõe sobre a recomposição inflacionária da tabela de vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.
DECRETA
Art. 1º. Fica autorizado conforme Lei Municipal nº 01/2026 de 17 de março de 2026 a atualização das tabelas de vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Fênix, de que trata a **LEI COMPLEMENTAR Nº 19/2023**.
Art. 2º. As tabelas de Vencimentos passam a vigorar com os valores constantes nos anexos respectivos, parte integrante do presente Decreto: **anexo I** (anexos da Lei Complementar nº 19/2023)
Art. 3º - Fica autorizado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Fênix, a efetuar a atualização no cadastro dos Servidores, de acordo com os valores constantes nos anexos deste Decreto.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Fênix, em 30 de setembro de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I – Tabelas de Vencimentos																		
ANEXO VI																		
TABELAS DE VENCIMENTOS – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I																		
A - Ensino Fundamental Incompleto																		
B - Ensino Fundamental Completo	A → B = 2%																	
C - Ensino Médio Regular	B→ C = 3%																	
D - Ensino Médio Profissionalizante C	→ D = 2%																	
CARGOS: **GARI; SERVENTE BRAÇAL; SERVENTES GERAIS; SERVIÇOS GERAIS – CEMITÉRIO; SERVIÇOS GERAIS – ZELADOR; VIGIA ESCOLAR; VIGIA NOTURNO**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOO1	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
A	**1.488,97**	**1.503,85**	**1.518,89**	**1.534,09**	**1.549,43**	**1.564,92**	**1.580,58**	**1.596,38**	**1.612,35**	**1.628,46**	**1.644,74**	**1.661,19**	**1.677,81**	**1.694,58**	**1.711,54**	**1.728,65**	**1.745,92**	**1.763,38**
B	**1.518,75**	**1.533,93**	**1.549,28**	**1.564,78**	**1.580,42**	**1.596,22**	**1.612,18**	**1.628,31**	**1.644,59**	**1.661,05**	**1.677,64**	**1.694,43**	**1.711,37**	**1.728,48**	**1.745,77**	**1.763,23**	**1.780,84**	**1.798,67**
C	**1.564,31**	**1.579,95**	**1.595,76**	**1.611,71**	**1.627,83**	**1.644,11**	**1.660,55**	**1.677,15**	**1.693,93**	**1.710,86**	**1.727,96**	**1.745,26**	**1.762,71**	**1.780,33**	**1.798,14**	**1.816,12**	**1.834,27**	**1.852,61**
D	**1.595,60**	**1.611,55**	**1.627,68**	**1.643,95**	**1.660,38**	**1.676,99**	**1.693,75**	**1.710,70**	**1.727,81**	**1.745,08**	**1.762,53**	**1.780,16**	**1.797,96**	**1.815,93**	**1.834,10**	**1.852,44**	**1.870,97**	**1.889,67**
TABELAS DE VENCIMENTOS – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II																		
B – Ensino Fundamental Completo																		
C – Ensino Médio regular	B → C = 3%																	
D – Ensino Médio Profissionalizante	C → D= 2%																	
E – Ensino Superior - Graduação	D → E = 5%																	
CARGO: **AUXILIAR DE MECÂNICO**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOO2	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35**

																		anos
B	**1.781,51**	**1.799,32**	**1.817,31**	**1.835,49**	**1.853,85**	**1.872,38**	**1.891,11**	**1.910,02**	**1.929,11**	**1.948,41**	**1.967,89**	**1.987,57**	**2.007,45**	**2.027,52**	**2.047,79**	**2.068,27**	**2.088,96**	**2.109,85**
C	**1.834,95**	**1.853,31**	**1.871,84**	**1.890,55**	**1.909,46**	**1.928,55**	**1.947,84**	**1.967,31**	**1.986,98**	**2.006,86**	**2.026,93**	**2.047,19**	**2.067,67**	**2.088,35**	**2.109,22**	**2.130,32**	**2.151,62**	**2.173,14**
D	**1.871,65**	**1.890,37**	**1.909,27**	**1.928,37**	**1.947,65**	**1.967,11**	**1.986,79**	**2.006,66**	**2.026,72**	**2.047,00**	**2.067,46**	**2.088,14**	**2.109,02**	**2.130,11**	**2.151,41**	**2.172,92**	**2.194,66**	**2.216,60**
E	**1.965,24**	**1.984,89**	**2.004,74**	**2.024,78**	**2.045,03**	**2.065,48**	**2.086,13**	**2.106,99**	**2.128,06**	**2.149,35**	**2.170,83**	**2.192,56**	**2.214,47**	**2.236,62**	**2.258,99**	**2.281,57**	**2.304,39**	**2.327,43**
CARGO: **MOTORISTA**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOO3	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
B	**2.208,65**	**2.230,74**	**2.253,05**	**2.275,58**	**2.298,35**	**2.321,33**	**2.344,53**	**2.367,99**	**2.391,67**	**2.415,58**	**2.439,74**	**2.464,12**	**2.488,77**	**2.513,66**	**2.538,79**	**2.564,18**	**2.589,83**	**2.615,72**
C	**2.274,92**	**2.297,67**	**2.320,64**	**2.343,85**	**2.367,28**	**2.390,97**	**2.414,86**	**2.439,01**	**2.463,41**	**2.488,04**	**2.512,93**	**2.538,06**	**2.563,44**	**2.589,05**	**2.614,96**	**2.641,11**	**2.667,51**	**2.694,19**
D	**2.320,42**	**2.343,62**	**2.367,06**	**2.390,73**	**2.414,63**	**2.438,78**	**2.463,16**	**2.487,80**	**2.512,68**	**2.537,81**	**2.563,19**	**2.588,81**	**2.614,70**	**2.640,85**	**2.667,25**	**2.693,94**	**2.720,87**	**2.748,08**
E	**2.436,44**	**2.460,80**	**2.485,41**	**2.510,27**	**2.535,37**	**2.560,72**	**2.586,32**	**2.612,19**	**2.638,30**	**2.664,70**	**2.691,34**	**2.718,25**	**2.745,44**	**2.772,89**	**2.800,62**	**2.828,63**	**2.856,91**	**2.885,47**
CARGO: **OPERADOR DE MÁQUINAS**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOO4	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
B	**2.632,11**	**2.658,43**	**2.685,02**	**2.711,88**	**2.739,00**	**2.766,39**	**2.794,05**	**2.821,98**	**2.850,21**	**2.878,71**	**2.907,50**	**2.936,56**	**2.965,94**	**2.995,59**	**3.025,56**	**3.055,81**	**3.086,37**	**3.117,22**
C	**2.711,09**	**2.738,19**	**2.765,57**	**2.793,23**	**2.821,15**	**2.849,37**	**2.877,86**	**2.906,65**	**2.935,71**	**2.965,08**	**2.994,72**	**3.024,66**	**3.054,91**	**3.085,46**	**3.116,31**	**3.147,48**	**3.178,94**	**3.210,74**
D	**2.765,30**	**2.792,96**	**2.820,88**	**2.849,08**	**2.877,58**	**2.906,36**	**2.935,42**	**2.964,77**	**2.994,42**	**3.024,37**	**3.054,61**	**3.085,15**	**3.116,01**	**3.147,16**	**3.178,64**	**3.210,43**	**3.242,53**	**3.274,95**
E	**2.903,56**	**2.932,61**	**2.961,93**	**2.991,54**	**3.021,46**	**3.051,68**	**3.082,18**	**3.113,02**	**3.144,15**	**3.175,59**	**3.207,33**	**3.239,42**	**3.271,81**	**3.304,52**	**3.337,56**	**3.370,94**	**3.404,66**	**3.438,70**
CARGO: **PEDREIRO**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOO5	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
B	**2.319,14**	**2.342,33**	**2.365,76**	**2.389,41**	**2.413,31**	**2.437,44**	**2.461,82**	**2.486,44**	**2.511,30**	**2.536,41**	**2.561,78**	**2.587,40**	**2.613,26**	**2.639,41**	**2.665,80**	**2.692,46**	**2.719,39**	**2.746,58**
C	**2.388,71**	**2.412,61**	**2.436,75**	**2.461,10**	**2.485,71**	**2.510,57**	**2.535,67**	**2.561,03**	**2.586,63**	**2.612,51**	**2.638,64**	**2.665,03**	**2.691,66**	**2.718,59**	**2.745,78**	**2.773,23**	**2.800,96**	**2.828,98**
D	**2.436,51**	**2.460,86**	**2.485,47**	**2.510,33**	**2.535,43**	**2.560,79**	**2.586,38**	**2.612,25**	**2.638,38**	**2.664,77**	**2.691,40**	**2.718,31**	**2.745,50**	**2.772,96**	**2.800,69**	**2.828,69**	**2.856,99**	**2.885,54**
E	**2.558,32**	**2.583,91**	**2.609,74**	**2.635,84**	**2.662,20**	**2.688,82**	**2.715,70**	**2.742,87**	**2.770,30**	**2.797,99**	**2.825,98**	**2.854,23**	**2.882,78**	**2.911,60**	**2.940,71**	**2.970,12**	**2.999,83**	**3.029,83**
ANEXO VIII																		
TABELAS DE VENCIMENTOS – GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO																		
C – Ensino Médio regular																		
D – Ensino Médio Profissionalizante	C → D 2%																	
E – Ensino Superior - Graduação	D → E = 5%																	
F – Ensino Superior - Pós-graduação Lato Sensu	E → F = 3%																	
CARGOS: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE; AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOA1	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
C	**2.831,18**	**2.859,49**	**2.888,08**	**2.916,96**	**2.946,14**	**2.975,60**	**3.005,35**	**3.035,41**	**3.065,76**	**3.096,42**	**3.127,38**	**3.158,65**	**3.190,24**	**3.222,14**	**3.254,36**	**3.286,92**	**3.319,78**	**3.352,97**
D	**2.887,80**	**2.916,68**	**3.093,14**	**2.975,30**	**3.005,07**	**3.035,11**	**3.065,46**	**3.096,12**	**3.127,08**	**3.158,36**	**3.189,94**	**3.221,83**	**3.254,04**	**3.286,59**	**3.319,45**	**3.352,66**	**3.386,18**	**3.420,03**
E	**3.032,19**	**3.062,51**	**3.185,93**	**3.124,06**	**3.155,32**	**3.186,87**	**3.218,72**	**3.250,92**	**3.283,43**	**3.316,27**	**3.349,42**	**3.382,92**	**3.416,75**	**3.450,92**	**3.485,43**	**3.520,28**	**3.555,49**	**3.591,03**
F	**3.123,15**	**3.154,39**	**3.242.00**	**3.217,80**	**3.249,97**	**3.282,47**	**3.315,30**	**3.348,44**	**3.381,93**	**3.415,75**	**3.449,90**	**3.484,41**	**3.519,25**	**3.554,44**	**3.589,99**	**3.625,89**	**3.662,14**	**3.698,78**
CARGOS: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO; MECÂNICO**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
GOA2	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**

C	**3.359,57**	**3.393,14**	**3.427,08**	**3.461,36**	**3.495,97**	**3.530,93**	**3.566,25**	**3.601,90**	**3.637,92**	**3.674,32**	**3.711,05**	**3.748,16**	**3.785,65**	**3.823,50**	**3.861,72**	**3.900,35**	**3.939,35**	**3.978,75**
D	**3.426,75**	**3.461,02**	**3.495,64**	**3.530,59**	**3.565,89**	**3.601,55**	**3.637,56**	**3.673,94**	**3.710,69**	**3.747,79**	**3.785,26**	**3.823,13**	**3.861,35**	**3.899,97**	**3.938,96**	**3.978,34**	**4.018,13**	**4.058,31**
E	**3.598,08**	**3.634,07**	**3.670,42**	**3.707,13**	**3.744,19**	**3.781,62**	**3.819,45**	**3.857,63**	**3.896,21**	**3.935,18**	**3.974,52**	**4.014,27**	**4.054,42**	**4.094,96**	**4.135,91**	**4.177,27**	**4.219,03**	**4.261,22**
F	**3.706,03**	**3.743,10**	**3.780,51**	**3.818,32**	**3.856,52**	**3.895,08**	**3.934,02**	**3.973,36**	**4.013,10**	**4.053,24**	**4.093,76**	**4.134,71**	**4.176,05**	**4.217,81**	**4.259,98**	**4.302,59**	**4.345,61**	**4.389,06**
CARGOS: **AUXILIAR ADMINISTRATIVO; AUXILIAR DE SECRETARIA**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOA3	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
C	**1.615,79**	**1.631,95**	**1.648,27**	**1.664,75**	**1.681,40**	**1.698,22**	**1.715,19**	**1.732,34**	**1.749,68**	**1.767,17**	**1.784,84**	**1.802,68**	**1.820,71**	**1.838,92**	**1.857,31**	**1.875,88**	**1.894,65**	**1.913,59**
D	**1.648,11**	**1.664,59**	**1.681,24**	**1.698,05**	**1.715,02**	**1.732,19**	**1.749,49**	**1.766,98**	**1.784,66**	**1.802,52**	**1.820,54**	**1.838,74**	**1.857,13**	**1.875,69**	**1.894,45**	**1.913,40**	**1.932,54**	**1.951,85**
E	**1.730,51**	**1.747,81**	**1.765,30**	**1.782,94**	**1.800,78**	**1.818,79**	**1.836,97**	**1.855,35**	**1.873,90**	**1.892,63**	**1.911,56**	**1.930,67**	**1.949,99**	**1.969,48**	**1.989,18**	**2.009,06**	**2.029,15**	**2.049,45**
F	**1.782,44**	**1.800,25**	**1.818,26**	**1.836,45**	**1.854,80**	**1.873,35**	**1.892,08**	**1.911,00**	**1.930,11**	**1.949,40**	**1.968,91**	**1.988,60**	**2.008,48**	**2.028,57**	**2.048,85**	**2.069,34**	**2.090,03**	**2.110,93**
CARGOS: AUXILIAR DE BIBLIOTECA; AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO; RECEPCIONISTA																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOA4	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
C	**1.488,97**	**1.503,86**	**1.518,91**	**1.534,09**	**1.549,42**	**1.564,92**	**1.580,58**	**1.596,38**	**1.612,34**	**1.628,46**	**1.644,75**	**1.661,20**	**1.677,81**	**1.694,59**	**1.711,54**	**1.728,65**	**1.745,93**	**1.763,38**
D	**1.518,75**	**1.533,93**	**1.549,28**	**1.564,78**	**1.580,42**	**1.596,22**	**1.612,18**	**1.628,31**	**1.644,59**	**1.661,03**	**1.677,64**	**1.694,42**	**1.711,37**	**1.728,48**	**1.745,76**	**1.763,23**	**1.780,85**	**1.798,67**
E	**1.594,69**	**1.610,64**	**1.626,74**	**1.643,01**	**1.659,44**	**1.676,02**	**1.692,78**	**1.709,72**	**1.726,82**	**1.744,08**	**1.761,53**	**1.779,14**	**1.796,94**	**1.814,91**	**1.833,05**	**1.851,39**	**1.869,90**	**1.888,59**
F	**1.642,53**	**1.658,95**	**1.675,54**	**1.692,29**	**1.709,22**	**1.726,31**	**1.743,57**	**1.761,02**	**1.778,62**	**1.796,41**	**1.814,38**	**1.832,51**	**1.850,85**	**1.869,34**	**1.888,04**	**1.906,92**	**1.925,99**	**1.945,25**
CARGO: **ELETRICISTA**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOA5	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
C	**2.387,56**	**2.411,44**	**2.435,54**	**2.459,91**	**2.484,49**	**2.509,34**	**2.534,43**	**2.559,78**	**2.585,38**	**2.611,23**	**2.637,36**	**2.663,72**	**2.690,35**	**2.717,26**	**2.744,44**	**2.771,88**	**2.799,58**	**2.827,59**
D	**2.435,31**	**2.459,66**	**2.484,25**	**2.509,10**	**2.534,19**	**2.559,53**	**2.585,12**	**2.610,99**	**2.637,09**	**2.663,45**	**2.690,10**	**2.716,99**	**2.744,17**	**2.771,61**	**2.799,31**	**2.827,32**	**2.855,58**	**2.884,15**
E	**2.557,08**	**2.582,65**	**2.608,46**	**2.634,55**	**2.660,91**	**2.687,50**	**2.714,38**	**2.741,53**	**2.768,95**	**2.796,63**	**2.824,60**	**2.852,85**	**2.881,37**	**2.910,18**	**2.939,28**	**2.968,68**	**2.998,37**	**3.028,35**
F	**2.633,79**	**2.660,12**	**2.686,72**	**2.713,59**	**2.740,72**	**2.768,14**	**2.795,82**	**2.823,77**	**2.852,02**	**2.880,52**	**2.909,34**	**2.938,43**	**2.967,81**	**2.997,49**	**3.027,47**	**3.057,74**	**3.088,32**	**3.119,20**
ANEXO IX																		
TABELAS DE VENCIMENTOS – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO																		
D – Ensino Médio Profissionalizante																		
E – Ensino Superior - Graduação	D → E = 5%																	
F – Ensino Superior – Pós-graduação Lato Sensu	E → F = 3%																	
G – Ensino Superior – Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado)	F → G = 5%																	
CARGO: **TÉCNICO AGRÍCOLA; TÉCNICO EM CONTABILIDADE; TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS; TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOT2	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
D	**3.359,57**	**3.393,14**	**3.427,08**	**3.461,36**	**3.495,97**	**3.530,93**	**3.566,25**	**3.601,90**	**3.637,92**	**3.674,32**	**3.711,05**	**3.748,16**	**3.785,65**	**3.823,50**	**3.861,72**	**3.900,35**	**3.939,35**	**3.978,75**
E	**3.527,55**	**3.562,82**	**3.598,44**	**3.634,44**	**3.670,78**	**3.707,48**	**3.744,56**	**3.782,00**	**3.819,82**	**3.858,02**	**3.896,60**	**3.935,56**	**3.974,92**	**4.014,67**	**4.054,81**	**4.095,38**	**4.136,31**	**4.177,68**
F	**3.633,36**	**3.669,70**	**3.706,40**	**3.743,47**	**3.780,90**	**3.818,71**	**3.856,88**	**3.895,46**	**3.934,41**	**3.973,76**	**4.013,49**	**4.053,62**	**4.094,17**	**4.135,10**	**4.176,46**	**4.218,23**	**4.260,40**	**4.303,02**
G	**3.815,04**	**3.853,18**	**3.891,72**	**3.930,63**	**3.969,93**	**4.009,64**	**4.049,74**	**4.090,23**	**4.131,14**	**4.172,44**	**4.214,17**	**4.256,31**	**4.298,88**	**4.341,86**	**4.385,28**	**4.429,14**	**4.473,43**	**4.518,16**
CARGO: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOT2	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35**

																		anos
D	**3.359,57**	**3.393,14**	**3.427,08**	**3.461,36**	**3.495,97**	**3.530,93**	**3.566,25**	**3.601,90**	**3.637,92**	**3.674,32**	**3.711,05**	**3.748,16**	**3.785,65**	**3.823,50**	**3.861,72**	**3.900,35**	**3.939,35**	**3.978,75**
E	**3.527,55**	**3.562,82**	**3.598,44**	**3.634,44**	**3.670,78**	**3.707,48**	**3.744,56**	**3.782,00**	**3.819,82**	**3.858,02**	**3.896,60**	**3.935,56**	**3.974,92**	**4.014,67**	**4.054,81**	**4.095,38**	**4.136,31**	**4.177,68**
F	**3.633,36**	**3.669,70**	**3.706,40**	**3.743,47**	**3.780,90**	**3.818,71**	**3.856,88**	**3.895,46**	**3.934,41**	**3.973,76**	**4.013,49**	**4.053,62**	**4.094,17**	**4.135,10**	**4.176,46**	**4.218,23**	**4.260,40**	**4.303,02**
G	**3.815,04**	**3.853,18**	**3.891,72**	**3.930,63**	**3.969,93**	**4.009,64**	**4.049,74**	**4.090,23**	**4.131,14**	**4.172,44**	**4.214,17**	**4.256,31**	**4.298,88**	**4.341,86**	**4.385,28**	**4.429,14**	**4.473,43**	**4.518,16**

ANEXO X

TABELAS DE VENCIMENTOS – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

E – Ensino Superior - Graduação	
F – Ensino Superior – Pós-graduação Lato Sensu	E → F = 3%
G – Ensino Superior – Pós-graduação Stricto Sensu	(Mestrado) F → G = 5%
H – Ensino Superior – Pós-graduação Stricto Sensu(Doutorado)	G → H= 7%

CARGO: **ADVOGADO**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: **20 horas**

QUADRO PERMANENTE

GOP1	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
E	**4.963,79**	**5.013,43**	**5.063,56**	**5.114,20**	**5.165,34**	**5.216,99**	**5.269,17**	**5.321,85**	**5.375,06**	**5.428,81**	**5.483,11**	**5.537,94**	**5.593,32**	**5.649,25**	**5.705,74**	**5.762,80**	**5.820,45**	**5.878,65**
F	**5.112,71**	**5.163,82**	**5.215,47**	**5.267,62**	**5.320,30**	**5.373,50**	**5.427,23**	**5.481,51**	**5.536,32**	**5.591,69**	**5.647,60**	**5.704,09**	**5.761,12**	**5.818,74**	**5.876,91**	**5.935,69**	**5.995,04**	**6.055,00**
G	**5.368,33**	**5.422,01**	**5.476,23**	**5.531,00**	**5.586,31**	**5.642,18**	**5.698,60**	**5.755,59**	**5.813,14**	**5.871,28**	**5.929,99**	**5.989,29**	**6.049,17**	**6.109,67**	**6.170,76**	**6.232,47**	**6.294,79**	**6.357,75**
H	**5.744,12**	**5.801,57**	**5.859,58**	**5.918,19**	**5.977,35**	**6.037,12**	**6.097,50**	**6.158,47**	**6.220,06**	**6.282,27**	**6.345,07**	**6.408,53**	**6.472,62**	**6.537,34**	**6.602,72**	**6.668,74**	**6.735,43**	**6.802,78**

CARGOS: **ANALISTA ADMINISTRATIVO; ASSISTENTE SOCIAL; FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO; FISCAL DE TRIBUTOS; FISIOTERAPEUTA; FONOAUDIÓLOGO; MÉDICO VETERINÁRIO; NUTRICIONISTA; ODONTÓLOGO; PSICÓLOGO; TERAPEUTA OCUPACIONAL**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**

QUADRO PERMANENTE

GOP2	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
E	**5.212,92**	**5.265,05**	**5.317,70**	**5.370,87**	**5.424,59**	**5.478,83**	**5.533,62**	**5.588,95**	**5.644,85**	**5.701,29**	**5.758,30**	**5.815,89**	**5.874,05**	**5.932,79**	**5.992,11**	**6.052,03**	**6.112,56**	**6.173,68**
F	**5.369,31**	**5.423,00**	**5.477,23**	**5.531,99**	**5.587,32**	**5.643,19**	**5.699,62**	**5.756,62**	**5.814,19**	**5.872,33**	**5.931,05**	**5.990,37**	**6.050,27**	**6.110,78**	**6.171,87**	**6.233,60**	**6.295,93**	**6.358,88**
G	**5.637,76**	**5.694,15**	**5.751,09**	**5.808,60**	**5.866,68**	**5.925,35**	**5.984,61**	**6.044,45**	**6.104,89**	**6.165,95**	**6.227,60**	**6.289,88**	**6.352,78**	**6.416,32**	**6.480,48**	**6.545,27**	**6.610,73**	**6.676,83**
H	**6.032,40**	**6.092,74**	**6.153,66**	**6.215,20**	**6.277,35**	**6.340,12**	**6.403,52**	**6.467,56**	**6.532,23**	**6.597,55**	**6.663,53**	**6.730,16**	**6.797,47**	**6.865,45**	**6.934,10**	**7.003,45**	**7.073,47**	**7.144,21**

CARGOS: **CONTADOR; ENGENHEIRO CIVIL**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**

QUADRO PERMANENTE

GOP3	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
E	**7.603,52**	**7.679,56**	**7.756,36**	**7.833,90**	**7.912,26**	**7.991,37**	**8.071,28**	**8.151,99**	**8.233,52**	**8.315,85**	**8.399,01**	**8.483,01**	**8.567,83**	**8.653,52**	**8.740,04**	**8.827,46**	**8.915,72**	**9.004,88**
F	**7.831,61**	**7.909,94**	**7.989,04**	**8.068,92**	**8.149,61**	**8.231,11**	**8.313,42**	**8.396,56**	**8.480,52**	**8.565,32**	**8.650,98**	**8.737,49**	**8.824,87**	**8.913,11**	**9.002,24**	**9.092,27**	**9.183,19**	**9.275,02**
G	**8.223,20**	**8.305,43**	**8.388,49**	**8.472,37**	**8.557,09**	**8.642,67**	**8.729,09**	**8.816,38**	**8.904,54**	**8.993,60**	**9.083,52**	**9.174,37**	**9.266,10**	**9.358,77**	**9.452,36**	**9.546,88**	**9.642,35**	**9.738,77**
H	**8.798,83**	**8.886,81**	**8.975,68**	**9.065,44**	**9.156,10**	**9.247,65**	**9.340,12**	**9.433,53**	**9.527,87**	**9.623,14**	**9.719,38**	**9.816,57**	**9.914,74**	**10.013,88**	**10.114,02**	**10.215,16**	**10.317,31**	**10.420,49**

CARGO: **ENFERMEIRO**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**

QUADRO PERMANENTE

GOP4	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
E	**5.212,92**	**5.265,05**	**5.317,70**	**5.370,87**	**5.424,59**	**5.478,83**	**5.533,62**	**5.588,95**	**5.644,85**	**5.701,29**	**5.758,30**	**5.815,89**	**5.874,05**	**5.932,79**	**5.992,11**	**6.052,03**	**6.112,56**	**6.173,68**
F	**5.369,31**	**5.423,00**	**5.477,23**	**5.531,99**	**5.587,32**	**5.643,19**	**5.699,62**	**5.756,62**	**5.814,19**	**5.872,33**	**5.931,05**	**5.990,37**	**6.050,27**	**6.110,78**	**6.171,87**	**6.233,60**	**6.295,93**	**6.358,88**
G	**5.637,76**	**5.694,15**	**5.751,09**	**5.808,60**	**5.866,68**	**5.925,35**	**5.984,61**	**6.044,45**	**6.104,89**	**6.165,95**	**6.227,60**	**6.289,88**	**6.352,78**	**6.416,32**	**6.480,48**	**6.545,27**	**6.610,73**	**6.676,83**
H	**6.032,40**	**6.092,74**	**6.153,66**	**6.215,20**	**6.277,35**	**6.340,12**	**6.403,52**	**6.467,56**	**6.532,23**	**6.597,55**	**6.663,53**	**6.730,16**	**6.797,47**	**6.865,45**	**6.934,10**	**7.003,45**	**7.073,47**	**7.144,21**

CARGO: **MÉDICO**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**

QUADRO PERMANENTE

GOP5	**CLASSES**

Nível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Tempo	3 anos	4 a 5 anos	6 a 7 anos	8 a 9 anos	10 a 11 anos	12 a 13 anos	14 a 15 anos	16 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 21 anos	22 a 23 anos	24 a 25 anos	26 a 27 anos	28 a 29 anos	30 a 31 anos	32 a 33 anos	34 a 35 anos	Acima de 35 anos
E	17.032,77	17.203,10	17.375,13	17.548,89	17.724,37	17.901,62	18.080,63	18.261,42	18.444,05	18.628,49	18.814,77	19.002,91	19.192,96	19.384,88	19.578,72	19.774,52	19.972,27	20.171,99
F	17.543,76	17.719,19	17.896,38	18.075,34	18.256,09	18.438,67	18.623,04	18.809,28	18.997,37	19.187,35	19.379,23	19.573,01	19.768,75	19.966,41	20.166,10	20.367,76	20.571,43	20.777,15
G	18.420,95	18.605,15	18.791,20	18.979,12	19.168,91	19.360,60	19.554,19	19.749,75	19.947,23	20.146,71	20.348,18	20.551,65	20.757,18	20.964,74	21.174,40	21.386,14	21.600,00	21.816,00
H	19.710,41	19.907,51	20.106,58	20.307,65	20.510,73	20.715,83	20.923,00	21.132,22	21.343,55	21.556,98	21.772,55	21.990,27	22.210,18	22.432,28	22.656,60	22.883,16	23.112,00	23.343,12

CARGOS: **NUTRICIONISTA; PSICÓLOGO**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **20 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOP6	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
E	**2.632,12**	**2.658,43**	**2.685,02**	**2.711,88**	**2.739,00**	**2.766,39**	**2.794,05**	**2.821,98**	**2.850,21**	**2.878,71**	**2.907,50**	**2.936,56**	**2.965,94**	**2.995,59**	**3.025,56**	**3.055,81**	**3.086,37**	**3.117,22**
F	**2.711,09**	**2.738,19**	**2.765,57**	**2.793,23**	**2.821,15**	**2.849,37**	**2.877,86**	**2.906,65**	**2.935,71**	**2.965,08**	**2.994,72**	**3.024,66**	**3.054,91**	**3.085,46**	**3.116,31**	**3.147,48**	**3.178,94**	**3.210,74**
G	**2.846,63**	**2.875,10**	**2.903,85**	**2.932,89**	**2.962,22**	**2.991,83**	**3.021,76**	**3.051,98**	**3.082,49**	**3.113,33**	**3.144,45**	**3.175,91**	**3.207,66**	**3.239,74**	**3.272,14**	**3.304,85**	**3.337,89**	**3.371,28**
H	**3.045,90**	**3.076,36**	**3.107,12**	**3.138,19**	**3.169,57**	**3.201,27**	**3.233,28**	**3.265,62**	**3.298,26**	**3.331,25**	**3.364,57**	**3.398,21**	**3.432,19**	**3.466,51**	**3.501,18**	**3.536,18**	**3.571,55**	**3.607,27**
CARGO: **PROCURADOR JURÍDICO**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**																		
QUADRO PERMANENTE																		
GOP7	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
E	**9.927,56**	**10.026,84**	**10.127,11**	**10.228,37**	**10.330,67**	**10.433,96**	**10.538,31**	**10.643,69**	**10.750,13**	**10.857,62**	**10.966,20**	**11.075,86**	**11.186,62**	**11.298,48**	**11.411,48**	**11.525,58**	**11.640,84**	**11.757,25**
F	**10.225,39**	**10.327,63**	**10.430,92**	**10.535,22**	**10.640,58**	**10.746,98**	**10.854,45**	**10.963,00**	**11.072,63**	**11.183,35**	**11.295,19**	**11.408,13**	**11.522,22**	**11.637,44**	**11.753,82**	**11.871,36**	**11.990,07**	**12.109,97**
G	**10.736,65**	**10.844,02**	**10.952,45**	**11.061,99**	**11.172,61**	**11.284,33**	**11.397,17**	**11.511,15**	**11.626,25**	**11.742,53**	**11.859,95**	**11.978,55**	**12.098,34**	**12.219,32**	**12.341,51**	**12.464,92**	**12.589,57**	**12.715,47**
H	**11.488,23**	**11.603,11**	**11.719,14**	**11.836,33**	**11.954,68**	**12.074,23**	**12.194,98**	**12.316,93**	**12.440,10**	**12.564,51**	**12.690,14**	**12.817,05**	**12.945,22**	**13.074,66**	**13.205,41**	**13.337,46**	**13.470,84**	**13.605,55**
ANEXO XI																		
TABELAS DE VENCIMENTOS – CARGOS EM EXTINÇÃO																		
E – Ensino Superior - Graduação																		
F – Ensino Superior – Pós-graduação Lato Sensu	E → F = 3%																	
G – Ensino Superior – Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado)	F → G = 5%																	
H – Ensino Superior – Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado)	G → H = 7%																	
CARGOS EM EXTINÇÃO: **ASSISTENTE SOCIAL; MÉDICO VETERINÁRIO; ODONTÓLOGO**																		
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **20 horas**																		
GRUPO OCUPACIONAL**: PROFISSIONAL**																		
QUADRO SUPLEMENTAR																		
EXT1	**CLASSES**																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
E	**2.632,12**	**2.658,43**	**2.685,02**	**2.711,88**	**2.739,00**	**2.766,39**	**2.794,05**	**2.821,98**	**2.850,21**	**2.878,71**	**2.907,50**	**2.936,56**	**2.965,94**	**2.995,59**	**3.025,56**	**3.055,81**	**3.086,37**	**3.117,22**
F	**2.711,09**	**2.738,19**	**2.765,57**	**2.793,23**	**2.821,15**	**2.849,37**	**2.877,86**	**2.906,65**	**2.935,71**	**2.965,08**	**2.994,72**	**3.024,66**	**3.054,91**	**3.085,46**	**3.116,31**	**3.147,48**	**3.178,94**	**3.210,74**
G	**2.846,63**	**2.875,10**	**2.903,85**	**2.932,89**	**2.962,22**	**2.991,83**	**3.021,76**	**3.051,98**	**3.082,49**	**3.113,33**	**3.144,45**	**3.175,91**	**3.207,66**	**3.239,74**	**3.272,14**	**3.304,85**	**3.337,89**	**3.371,28**
H	**3.045,90**	**3.076,36**	**3.107,12**	**3.138,19**	**3.169,57**	**3.201,27**	**3.233,28**	**3.265,62**	**3.298,26**	**3.331,25**	**3.364,57**	**3.398,21**	**3.432,19**	**3.466,51**	**3.501,18**	**3.536,18**	**3.571,55**	**3.607,27**

C – Ensino Médio regular	
D – Ensino Médio Profissionalizante	C→D= 2%
E – Ensino Superior- Graduação	D→E= 5%
F – Ensino Superior- Pós-graduação Lato Sensu	E→F= 3%
CARGO EM EXTINÇÃO: **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**	
GRUPO OCUPACIONAL**: ADMINISTRATIVO**	

QUADRO SUPLEMENTAR

EXT2	CLASSES																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
C	**1.538,84**	**1.554,22**	**1.569,75**	**1.585,47**	**1.601,30**	**1.617,33**	**1.633,50**	**1.649,84**	**1.666,33**	**1.683,00**	**1.699,82**	**1.716,82**	**1.733,99**	**1.751,33**	**1.768,84**	**1.786,53**	**1.804,39**	**1.822,44**
D	**1.569,61**	**1.585,30**	**1.601,16**	**1.617,17**	**1.633,33**	**1.649,67**	**1.666,17**	**1.682,82**	**1.699,66**	**1.716,66**	**1.733,82**	**1.751,15**	**1.768,67**	**1.786,36**	**1.804,21**	**1.822,26**	**1.840,47**	**1.858,89**
E	**1.648,09**	**1.664,57**	**1.681,22**	**1.698,03**	**1.715,00**	**1.732,16**	**1.749,47**	**1.766,96**	**1.784,64**	**1.802,49**	**1.820,52**	**1.838,72**	**1.857,11**	**1.875,66**	**1.894,43**	**1.913,37**	**1.932,52**	**1.951,83**
F	**1.697,53**	**1.714,51**	**1.731,66**	**1.748,96**	**1.766,45**	**1.784,11**	**1.801,95**	**1.819,99**	**1.838,17**	**1.856,57**	**1.875,12**	**1.893,87**	**1.912,81**	**1.931,94**	**1.951,25**	**1.970,77**	**1.990,48**	**2.010,39**

CARGO EM EXTINÇÃO: **FISCAL TRIBUTAÇÃO**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**
GRUPO OCUPACIONAL**: ADMINISTRATIVO**
QUADRO SUPLEMENTAR

EXT3	CLASSES																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
C	**1.677,51**	**1.694,29**	**1.711,23**	**1.728,35**	**1.745,63**	**1.763,09**	**1.780,72**	**1.798,52**	**1.816,51**	**1.834,68**	**1.853,02**	**1.871,56**	**1.890,27**	**1.909,17**	**1.928,26**	**1.947,55**	**1.967,03**	**1.986,68**
D	**1.711,08**	**1.728,18**	**1.745,48**	**1.762,93**	**1.780,53**	**1.798,37**	**1.816,34**	**1.834,49**	**1.852,84**	**1.871,38**	**1.890,09**	**1.908,98**	**1.928,07**	**1.947,35**	**1.966,82**	**1.986,50**	**2.006,36**	**2.026,42**
E	**1.796,62**	**1.814,59**	**1.832,74**	**1.851,06**	**1.869,57**	**1.888,27**	**1.907,14**	**1.926,23**	**1.945,48**	**1.964,94**	**1.984,58**	**2.004,44**	**2.024,47**	**2.044,72**	**2.065,18**	**2.085,82**	**2.106,68**	**2.127,75**
F	**1.850,53**	**1.869,03**	**1.887,72**	**1.906,60**	**1.925,66**	**1.944,92**	**1.964,37**	**1.984,00**	**2.003,85**	**2.023,87**	**2.044,13**	**2.064,56**	**2.085,21**	**2.106,07**	**2.127,12**	**2.148,39**	**2.169,88**	**2.191.58**

CARGO EM EXTINÇÃO: **ZELADORES - ADMINISTRAÇÃO** A - Ensino Fundamental Incompleto

CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**	B - Ensino Fundamental Completo A	→ B = 2%
GRUPO OCUPACIONAL**: OPERACIONAL I**	C - Ensino Médio Regular	B → C = 3%
	D - Ensino Médio Profissionalizante C	→ D = 3%

QUADRO SUPLEMENTAR

EXT4	CLASSES																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
A	**1.488,97**	**1.503,85**	**1.518,89**	**1.534,09**	**1.549,43**	**1.564,92**	**1.580,58**	**1.596,38**	**1.612,35**	**1.628,46**	**1.644,74**	**1.661,19**	**1.677,81**	**1.694,58**	**1.711,54**	**1.728,65**	**1.745,92**	**1.763,38**
B	**1.518,75**	**1.533,93**	**1.549,28**	**1.564,78**	**1.580,42**	**1.596,22**	**1.612,18**	**1.628,31**	**1.644,59**	**1.661,05**	**1.677,64**	**1.694,43**	**1.711,37**	**1.728,48**	**1.745,77**	**1.763,23**	**1.780,84**	**1.798,67**
C	**1.564,31**	**1.579,95**	**1.595,76**	**1.611,71**	**1.627,83**	**1.644,11**	**1.660,55**	**1.677,15**	**1.693,93**	**1.710,86**	**1.727,96**	**1.745,26**	**1.762,71**	**1.780,33**	**1.798,14**	**1.816,12**	**1.834,27**	**1.852,61**
D	**1.595,60**	**1.611,55**	**1.627,68**	**1.643,95**	**1.660,38**	**1.676,99**	**1.693,75**	**1.710,70**	**1.727,81**	**1.745,08**	**1.762,53**	**1.780,16**	**1.797,96**	**1.815,93**	**1.834,10**	**1.852,44**	**1.870,97**	**1.889,67**

ANEXO XII
TABELAS DE VENCIMENTOS – NÍVEIS EM EXTINÇÃO
CARGO: **MOTORISTA**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas**
QUADRO SUPLEMENTAR

EXT5	CLASSES																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
A	**2.165,35**	**2.187,01**	**2.208,87**	**2.230,97**	**2.253,27**	**2.275,81**	**2.298,57**	**2.321,55**	**2.344,76**	**2.368,21**	**2.391,91**	**2.415,81**	**2.439,98**	**2.464,37**	**2.489,02**	**2.513,91**	**2.539,04**	**2.564,44**

CARGO: **PEDREIRO**
CARGA HORÁRIA SEMANAL: **40 horas** QUADRO SUPLEMENTAR

EXT6	CLASSES																	
Nível	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Tempo	**3 anos**	**4 a 5 anos**	**6 a 7 anos**	**8 a 9 anos**	**10 a 11 anos**	**12 a 13 anos**	**14 a 15 anos**	**16 a 17 anos**	**18 a 19 anos**	**20 a 21 anos**	**22 a 23 anos**	**24 a 25 anos**	**26 a 27 anos**	**28 a 29 anos**	**30 a 31 anos**	**32 a 33 anos**	**34 a 35 anos**	**Acima de 35 anos**
A	**2.273,67**	**2.296,41**	**2.319,37**	**2.342,57**	**2.365,99**	**2.389,65**	**2.413,55**	**2.437,68**	**2.462,06**	**2.486,68**	**2.511,55**	**2.536,66**	**2.562,04**	**2.587,66**	**2.613,52**	**2.639,67**	**2.666,06**	**2.692,72**

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:936FD0BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2026

PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO– ESTADO DO PARANÁ

SUMÁRIO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 20, de 15 de Setembro de 2026..... 4
CAPÍTULO I..... 4
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES..... 4
CAPÍTULO II..... 5
DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS..... 5
CAPÍTULO III..... 6
DOS PRINCIPIOS E DIRETRIZES..... 6
Seção I..... 6
Dos Princípios Básicos..... 6
Seção II..... 7
Das Diretrizes Básicas..... 7
Seção III..... 8
Dos Deveres..... 8
Seção IV..... 10
Das Proibições..... 10
CAPÍTULO IV..... 10
DA ESTRUTURA DA CARREIRA E DO INGRESSO..... 10
Seção I..... 11
Do Quadro de Cargos e funções..... 11
Seção II..... 11
Do Ingresso..... 11
Seção III..... 12
Do Estágio Probatório..... 12
CAPÍTULO V..... 13
DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA..... 13
Seção I..... 13
Progressão Funcional Horizontal..... 13
Seção II..... 16
Progressão Funcional Vertical por Titulação..... 16
Seção III..... 18
Avaliação Periódica de Desempenho do Servidor Estável..... 18
CAPÍTULO VI..... 19
DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL..... 19
CAPÍTULO VII..... 20
DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO..... 20
CAPÍTULO VIII..... 22
DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO..... 22
Seção I..... 22
Da Função de Diretor de Escola..... 22

Seção II..... 23
Gratificação pelo Exercício da Função de Coordenação Pedagógica Escolar e Coordenação Educacional..... 23

Seção III..... 23
Da jornada e da gratificação das funções..... 23
CAPÍTULO IX..... 24
DO SISTEMA REMUNERATÓRIO..... 24
CAPÍTULO X..... 25
DAS FÉRIAS..... 25
CAPÍTULO XI..... 26
DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO..... 26
Seção I..... 27
Da Carga Horária Suplementar para Necessidade Temporária..... 27
Seção II..... 28
Do Regime Suplementar para a Educação Integral em Tempo Integral..... 28
Seção III..... 29
Das Horas-Atividades..... 29
CAPÍTULO XII..... 30
DA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO..... 30
CAPÍTULO XIII..... 32
DO ENQUADRAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO..... 32
CAPÍTULO XIV..... 33
DA LOTAÇÃO E DO REMANEJAMENTO..... 33
CAPÍTULO XV..... 35
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..... 35
ANEXO I..... 38
TABELA DE CARGOS, TITULAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÕES..... 38
ANEXO II..... 51
TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL POR TITULAÇÃO..... 51
ANEXO III..... 52
TABELA DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL E VERTICAL POR TITULAÇÃO..... 52
ANEXO IV..... 53
TABELA DE CARGOS EFETIVOS EXISTENTES..... 53
ANEXO V..... 53
TABELA DAS GRATIFICAÇÕES..... 53

LEI COMPLEMENTAR Nº. 20, de 06 de outubro de 2026.

SÚMULA: Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Pinhal de São Bento/PR e dá outras providências.

Paulo Falcade de Oliveira, Prefeito do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições constitucionais e legais, observando os princípios e as normas da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei Complementar que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar reorganiza e consolida o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público do Município de Pinhal de São Bento.

§ 1º O Plano abrange os servidores efetivos investidos nos cargos de Professor de Educação Básica e de Professor de Educação Infantil, bem como o exercício temporário das funções de direção e de suporte pedagógico previstas nesta Lei Complementar.

§ 2º A aplicação desta Lei Complementar observará a Constituição Federal, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a Lei nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026, a legislação municipal e as demais normas aplicáveis.

Art. 2º São objetivos deste Plano:

I - assegurar a valorização profissional, a remuneração compatível com as responsabilidades do cargo e o cumprimento do piso salarial profissional nacional;
II - disciplinar o ingresso, o desenvolvimento, a avaliação e o aperfeiçoamento na carreira;
III - definir cargos, funções, jornadas, atribuições e requisitos de provimento;
IV - promover condições adequadas de trabalho, formação continuada e gestão democrática;
V - assegurar critérios objetivos, impessoais e transparentes para a evolução funcional, a lotação e o exercício de funções de suporte pedagógico.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Para fins desta Lei Complementar, considera-se:
I - Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo: o órgão municipal responsável pela gestão da rede pública municipal de ensino, independentemente da denominação administrativa vigente;
II - rede pública municipal de ensino: o conjunto de unidades educacionais mantidas pelo Município;
III - unidade educacional: a escola, o centro municipal de educação infantil ou outra unidade integrante da rede pública municipal de ensino;
IV - profissional do magistério: o servidor efetivo que exerce docência ou atividade de suporte pedagógico direto à docência, na forma da legislação federal;
V - função de magistério: a atividade de docência e a de direção, planejamento, orientação e coordenação pedagógica, quando exercidas por profissional habilitado;
VI - cargo: o conjunto de atribuições, responsabilidades e requisitos criado por lei, com denominação própria, número certo e remuneração paga pelos cofres públicos;
VII - carreira: o conjunto organizado de cargos de mesma natureza, estruturado em níveis e referências;
VIII - nível: a posição na carreira correspondente à formação acadêmica reconhecida para fins de progressão vertical;

IX - referência: a posição remuneratória identificada por algarismos romanos, destinada à progressão horizontal;
X - interstício: o período mínimo de efetivo exercício exigido para a progressão;
XI - vencimento básico: a retribuição pecuniária correspondente ao nível e à referência em que o servidor estiver posicionado;
XII - remuneração: o vencimento básico acrescido das vantagens pecuniárias previstas em lei;
XIII - efetivo exercício: o tempo assim definido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e nesta Lei Complementar;
XIV - jornada suplementar: a ampliação temporária e consentida da jornada do cargo efetivo, destinada a necessidade transitória da rede municipal de ensino.

CAPÍTULO III
DOS PRINCIPIOS E DIRETRIZES

Seção I
Dos Princípios Básicos

Art. 4º Constituem princípios deste Plano:
I- universalidade: integram o Plano todos os profissionais do magistério municipal;
II- equidade: fica assegurado o tratamento igualitário para os profissionais integrantes dos cargos iguais ou assemelhados, entendido como igualdade de direitos, obrigações e deveres;
III- concurso público: única forma de ingressar na carreira pública, resguardando os servidores estáveis, segundo a Constituição Federal;
IV- publicidade e transparência: todos os fatos e atos administrativos referentes ao Plano serão públicos, garantindo total e permanente transparência;
V- gestão democrática: reconhecimento da educação básica pública e gratuita como direito de todos e dever do Poder Público, a ser promovida de acordo com o padrão de excelência estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDB), através de conteúdos que valorizem a iniciação científica, o trabalho, a diversidade cultural e a prática social, por meio de financiamento público que leve em consideração o custo aluno necessário para alcançar educação de excelência em regime de cooperação entre os entes federados.

Seção II
Das Diretrizes Básicas

Art. 5° Constituem diretrizes básicas da carreira:
I- profissionalização através qualificação e aperfeiçoamento continuado dos profissionais da educação;

II- condições adequadas de trabalho, que protejam a saúde, a segurança e a dignidade profissional;
III- remuneração condigna do profissional do magistério da rede pública municipal;
IV- gestão democrática do ensino público municipal, com a participação dos profissionais da educação, da comunidade escolar, da sociedade civil organizada, do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação, quando instituído, observadas as competências definidas na legislação municipal;
V- valorização através da evolução na carreira, com incentivos que contemplem melhorias financeiras, habilitação ou formação, melhoria do desempenho, conhecimento, atualização e aperfeiçoamento profissional;
VI- avaliação periódica com contraditório, transparência e vedação de critérios discriminatórios;
VII- incentivar a participação em cursos e atividades de capacitação que permitam a qualificação dos profissionais do magistério, agregada ao exercício das competências funcionais e institucionais;
VIII- desenvolver a sua jornada de trabalho, preferencialmente na mesma unidade escolar, com parte da carga horária destinada ao desenvolvimento de atividades de planejamento e preparação pedagógica, bem como participação dos espaços de gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino;
IX- incentivar a integração das atividades educacionais às políticas nacionais e estaduais de formação para os profissionais do magistério, nas modalidades presencial e a distância, com o objetivo de melhorar a qualificação e de suprir as carências de habilitação profissional na rede de ensino municipal;
X- apoio técnico e financeiro, por parte do Município, visando a melhorar a qualidade de vida no trabalho e erradicar e prevenir a incidência de doenças profissionais;
XI- promover a participação dos profissionais do magistério na elaboração e no planejamento, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola e do sistema de ensino;
XII- movimentação funcional motivada e compatível com o cargo, a habilitação e as necessidades pedagógicas da rede.

Parágrafo único. O Estatuto dos Servidores Públicos Municipais aplica-se subsidiariamente aos profissionais do magistério, naquilo que não contrariar as disposições específicas desta Lei Complementar.

Seção III Dos Deveres

Art. 6º Os profissionais do magistério têm o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, cabendo-lhes manter conduta moral, funcional e profissional adequadas à dignidade do magistério e das funções de apoio ao trabalho educacional.

Art. 7º São deveres gerais dos profissionais do magistério, sem prejuízo dos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:
I - exercer as atribuições com assiduidade, pontualidade, urbanidade, ética, zelo, eficiência e responsabilidade;
II - cumprir as determinações legais da autoridade competente e representar contra ordem manifestamente ilegal;
III - tratar com respeito os estudantes, as famílias, os colegas e os demais integrantes da comunidade escolar;
IV - assegurar tratamento igualitário, sem discriminação de qualquer natureza;

V - zelar pela integridade física, psicológica e moral dos estudantes;
VI - preservar o patrimônio, os materiais, os equipamentos e as informações sob sua responsabilidade;
VII - guardar sigilo sobre informações protegidas por lei e tratar dados pessoais segundo a legislação aplicável;
VIII - comunicar à autoridade competente indícios de violência, negligência, abuso, evasão ou outra situação que exija atuação da rede de proteção;
IX - manter atualizados os registros pedagógicos e administrativos de sua responsabilidade;
X - participar das reuniões, formações e atividades institucionais compreendidas na jornada de trabalho;
XI - colaborar com a execução do projeto político-pedagógico e com a articulação entre escola, família e comunidade;
XII - informar tempestivamente afastamentos, impedimentos e ocorrências que afetem a continuidade do serviço;
XIII - utilizar os recursos públicos exclusivamente para finalidade institucional;
XIV - manter-se atualizado quanto à legislação educacional e às normas da rede municipal de ensino.

Art. 8º Incumbe especialmente ao docente:
I - participar da elaboração da proposta pedagógica da unidade educacional;
II - elaborar e cumprir plano de trabalho em consonância com a proposta pedagógica e o currículo vigente;
III - ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos;
IV - zelar pela aprendizagem e avaliar o desenvolvimento dos estudantes de forma contínua e documentada;
V - estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;
VI - participar integralmente dos períodos destinados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
VII - colaborar com as atividades de articulação da unidade educacional com as famílias e a comunidade;

VIII - promover práticas inclusivas, respeitadas as necessidades específicas dos estudantes e as atribuições dos profissionais especializados.

Seção IV Das Proibições

Art. 9º É vedado ao profissional do magistério, além das proibições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:
I - valer-se do cargo ou da função para obter proveito pessoal ou para terceiro;
II - exercer comércio, promover arrecadação particular ou realizar atividade estranha ao serviço durante a jornada, salvo ação institucional autorizada;
III - utilizar recursos, dependências ou a autoridade do cargo para propaganda político-partidária ou finalidade eleitoral;
IV - retirar documento, material ou equipamento sem autorização;
V - transferir a terceiro atribuição que lhe compete, fora das hipóteses legais;
VI - divulgar informação sigilosa ou dado pessoal sem base legal;
VII - aplicar castigo físico, tratamento cruel, degradante, humilhante ou discriminatório;
VIII - impedir o estudante de participar de atividade escolar como forma de punição, ressalvadas medidas pedagógicas e de segurança previstas no regimento;
IX - faltar ou ausentar-se do local de trabalho sem justificativa ou autorização;
X - utilizar aparelho eletrônico para finalidade particular quando isso comprometer o atendimento, a segurança, a atividade pedagógica ou o serviço;
XI - descumprir deliberadamente norma de proteção à criança e ao adolescente;
XII - atuar em conflito de interesses ou receber vantagem indevida em razão do cargo.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA DA CARREIRA E DO INGRESSO

Seção I
Do Quadro de Cargos e funções

Art. 10. A carreira do magistério público municipal compreende os seguintes cargos efetivos:
I - Professor de Educação Básica, com jornada de 20 (vinte) horas semanais;
II - Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 11. Integram o quadro de funções de magistério:
I - Diretor de Unidade Educacional;
II - Coordenador Pedagógico;
III - Coordenador Educacional.

Parágrafo único. As funções previstas neste artigo são temporárias, privativas de servidor efetivo do magistério que atenda aos requisitos desta Lei Complementar e não constituem cargo efetivo autônomo.

Art. 12. O número de vagas, a jornada, os requisitos e as atribuições dos cargos e das funções constam dos Anexos I, IV e V.

Art. 13. Os cargos criados serão preenchidos gradativamente:
I- pelo enquadramento dos atuais ocupantes dos cargos de provimento efetivo, através da comissão de enquadramento nomeada por Decreto do Chefe do Poder Executivo;
II- pela nomeação consequente à aprovação em concurso público de provas e títulos para os que vierem a ser admitidos para o exercício de cargos de provimento efetivo.

Seção II Do Ingresso

Art. 14. O ingresso em cargo efetivo da carreira do magistério ocorrerá exclusivamente mediante aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, observadas a natureza e a complexidade do cargo, os requisitos previstos nesta Lei Complementar e as condições estabelecidas no edital.

Art. 15. São requisitos mínimos para ingresso:
I - formação superior em curso de licenciatura plena em Pedagogia ou outra habilitação legalmente admitida para a etapa de atuação, conforme o cargo;
II - atendimento aos requisitos gerais para investidura em cargo público previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
III - aptidão física e mental compatível com as atribuições;
IV - inexistência de impedimento legal para o exercício do cargo.

Art. 16. O servidor nomeado ingressará no Nível I e na Referência I do respectivo cargo.

§ 1º O Nível I correspondente à escolaridade exigida no edital para o cargo, independentemente de titulação superior que já possua na data da posse.

§ 2º A titulação superior poderá ser utilizada para progressão vertical após a aprovação no estágio probatório, desde que não tenha sido exigida no concurso nem utilizada anteriormente para vantagem funcional.

Art. 17. O edital indicará, de forma objetiva, a formação admitida e as atribuições do cargo.

Seção III
Do Estágio Probatório

Art. 18. O servidor nomeado para cargo efetivo ficará sujeito a estágio probatório de 3 (três) anos, contado do início do exercício, durante o qual será avaliado segundo critérios objetivos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e em regulamento.

§ 1º A avaliação observará, no mínimo, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, qualidade do trabalho, relacionamento profissional e cumprimento das atribuições.

§ 2º Serão assegurados ciência dos resultados, acesso aos documentos, orientação para melhoria, contraditório e recurso.

Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo e o órgão de gestão de pessoas assegurarão os meios necessários ao acompanhamento do estágio probatório e ao desenvolvimento profissional do servidor.

Parágrafo único. Na acumulação constitucionalmente permitida de cargos, o estágio probatório será cumprido separadamente em cada vínculo.

CAPÍTULO V
DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 20. O desenvolvimento na carreira ocorrerá por:
I - progressão funcional horizontal, mediante passagem para a referência seguinte no mesmo nível;
II - progressão funcional vertical por titulação, mediante passagem para o nível imediatamente superior.

Parágrafo único. A concessão de progressão depende do preenchimento dos requisitos legais e não poderá ser negada por ato discricionário, sem prejuízo da observância dos limites constitucionais, orçamentários e fiscais na instituição ou alteração do Plano.

Seção I
Progressão Funcional Horizontal

Art. 21. O desenvolvimento na carreira dar-se-á com progressões funcionais horizontais, no mesmo cargo, através de mecanismos de avanço, a partir da aprovação no estágio probatório no cargo efetivo.

Art. 22. O profissional do magistério terá direito a progressão funcional horizontal no percentual de 3% (três por cento) mediante cumprimento, cumulativamente, dos seguintes requisitos:
I- interstício de 02 (dois) anos de efetivo exercício, desde a última progressão;
II- aprovação na avaliação de desempenho do servidor estável;
III- comprovação de, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas de formação ou aperfeiçoamento profissional no interstício.

Art. 23. A progressão funcional horizontal, será concedida com a comprovação do cumprimento dos requisitos previstos no artigo anterior, e será calculada sobre a referência em que o profissional do magistério se encontrar, conforme Anexo III.

§1º A progressão funcional horizontal não resulta em qualquer alteração nas atribuições e responsabilidades do servidor no cargo que ocupa.

§2º A progressão funcional horizontal será organizada em referências que serão identificadas pelos números romanos de I a XV sendo que todo profissional do magistério ao ingressar na carreira será posicionado na Referência “I”, com o vencimento base do cargo e poderá avançar até a Referência “XV”, sendo um total de quinze referências.

Art. 24. Para fins de formação profissional:
I - serão aceitos cursos presenciais ou a distância, promovidos pelo Município ou por instituição pública ou privada regularmente constituída;
II - os cursos deverão guardar pertinência com a educação, a gestão pública, a inclusão, a tecnologia educacional, a saúde do trabalhador ou as atribuições do cargo;
III - será permitido o somatório de certificados;

IV - não será admitida a contagem duplicada do mesmo curso ou título;

V - a especialização utilizada para progressão vertical não poderá ser reaproveitada como carga horária para progressão horizontal.

§1º A comissão competente deverá motivar eventual recusa de certificado.

§2º A ausência ou insuficiência de oferta de formação pelo Município não prejudicará o servidor que comprovar participação em curso externo compatível.

§3º Terão validade para fins de progressão, os cursos realizados nos dois últimos anos que antecedem a progressão, sendo permitido o somatório de horas/cursos.

Art. 25. Ao ingressar na carreira, o profissional do magistério será posicionado na Tabela de Vencimentos e Progressão Funcional Horizontal e Vertical por Titulação - Anexo III, no cargo de concurso, na "Referência I" - vencimento base, permanecendo nesta posição por três anos, enquanto estiver cumprindo o estágio probatório, adquirindo a primeira progressão horizontal, com acréscimo de 3% (três por cento), após a aprovação no estágio probatório e comprovação do aperfeiçoamento profissional previsto no inciso III do art. 22.

Art. 26. Não terá direito à progressão funcional horizontal o profissional do magistério que, da contagem da última progressão funcional horizontal obtida, apresentar qualquer uma das seguintes situações:
I- estiver afastado por motivo licença de saúde por período superior a 90 (noventa) dias, consecutivos ou alternados;
II- estiver em licença por motivo de doença na família por um período superior a 30 (trinta) dias, consecutivos ou alternados;
III- ausência não justificada;
IV- afastamento que, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, não seja considerado de efetivo exercício;
V- não frequentar os cursos de aperfeiçoamento e capacitação ou não atingir o número mínimo de horas previstos neste Plano;

VI- penalidade disciplinar de qualquer natureza, com decisão administrativa definitiva; e
VII- não obtiver a aprovação na avaliação periódica de desempenho.

Parágrafo único. A mera instauração de processo, prisão provisória ou investigação sem decisão definitiva não produzirá perda automática de direito funcional.

Art. 27. A avaliação e a análise da progressão ocorrerão no mês em que o servidor completar o interstício.

§ 1º Os efeitos financeiros terão início no primeiro dia do mês subsequente ao preenchimento integral dos requisitos.

§ 2º A Administração decidirá o processo em até 60 (sessenta) dias.

§ 3º Se a decisão for retardada por motivo não imputável ao servidor, os efeitos financeiros observarão a data prevista no § 1º.

Seção II
Progressão Funcional Vertical por Titulação

Art. 28. A progressão funcional vertical por titulação do profissional do magistério é passagem do servidor para o nível superior subsequente, mediante o reconhecimento de títulos apresentados para este fim, que excedam as exigências do cargo.

§1º Quando da progressão funcional vertical por titulação o profissional do magistério, terá direito a perceber um percentual calculado sobre o nível e referência aonde se encontra, devendo comprovar que está em efetivo exercício.

§2º A evolução na carreira para cada cargo está descrita na Tabela de Progressão Funcional Vertical por Titulação - Anexo II.

§3º Serão admitidas, no máximo, 2 (duas) progressões verticais durante a carreira, uma por nível de formação.

Art. 29. A carreira será organizada nos seguintes níveis:
I - Nível I: licenciatura plena exigida para o cargo;
II - Nível II: especialização em nível de pós-graduação lato sensu, com acréscimo de 16% (dezesseis por cento) sobre o Nível I da referência em que se encontra;
III - Nível III: mestrado, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o Nível II da referência em que se encontra.

§1º Para o Nível II, a especialização deverá ter carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas e ser ministrada por instituição regularmente credenciada.

§2º Para o Níveis III, será exigido diploma ou documento equivalente de programa reconhecido pela autoridade educacional competente.

Art. 30. A progressão vertical será concedida para o nível imediatamente superior, mediante requerimento e comprovação cumulativa de:
I - aprovação no estágio probatório;
II - interstício mínimo de 3 (três) anos desde a última progressão vertical;
III - título reconhecido nos termos da legislação educacional;
IV - pertinência do curso com a educação, a gestão educacional ou as atribuições do cargo;
V - inexistência de utilização do mesmo título para ingresso ou vantagem funcional anterior.

Art. 31. O título concluído antes da posse poderá ser utilizado, desde que não tenha constituído requisito de ingresso e não tenha sido anteriormente considerado para enquadramento, progressão ou outra vantagem funcional.

Art. 32. O requerimento de progressão vertical poderá ser apresentado a qualquer tempo.

§ 1º A Administração decidirá em até 60 (sessenta) dias, contado da instrução completa.

§ 2º Os efeitos financeiros terão início no primeiro dia do mês subsequente ao protocolo completo.

§ 3º O atraso não imputável ao servidor não afastará os efeitos financeiros previstos no § 2º.

§ 4º A progressão vertical não altera a referência horizontal do servidor e poderá ser concedida simultaneamente com a progressão horizontal, se preenchidos os requisitos de ambas.

Art. 33. A revisão ou anulação de progressão concedida indevidamente dependerá de processo administrativo, com contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. A restituição de valores observará a boa-fé do servidor, a causa do pagamento indevido e a legislação e a jurisprudência aplicáveis, vedada a cobrança automática sem decisão motivada.

Seção III
Avaliação Periódica de Desempenho do Servidor Estável

Art. 34. O servidor estável será submetido a avaliação periódica de desempenho a cada 2 (dois) anos, observado o disposto no Estatuto do Servidor Municipal e nesta Lei Complementar.

Art. 35. A avaliação será objetiva, documentada e baseada, no mínimo, nos seguintes fatores:
I - assiduidade e pontualidade;
II - cumprimento das atribuições e dos prazos;
III - qualidade e regularidade dos registros pedagógicos e administrativos;

IV - participação no planejamento, na formação e nas atividades institucionais;
V - responsabilidade, cooperação e relacionamento profissional;
VI - contribuição para a aprendizagem, a inclusão e a execução do projeto político-pedagógico;
VII - observância das normas de proteção aos estudantes e de integridade no serviço público.

§ 1º Os critérios, a pontuação e o procedimento serão previamente divulgados.

§ 2º A avaliação não poderá punir orientação pedagógica legitimamente adotada nem utilizar resultado de aprendizagem de forma isolada ou descontextualizada.

§ 3º Serão assegurados ciência, manifestação, revisão e recurso.

Art. 36. O regulamento poderá detalhar formulários, fluxos e responsabilidades, mas não poderá criar requisito, sanção, perda remuneratória ou hipótese de impedimento não prevista em lei.

Parágrafo único. A omissão da Administração em realizar a avaliação no prazo não prejudicará o servidor que tenha cumprido os demais requisitos, devendo ser adotada avaliação extraordinária ou considerado o último resultado válido, conforme regulamento.

CAPÍTULO VI
DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Art. 37. O Município promoverá política permanente de formação continuada, articulada às necessidades da rede e às atribuições dos cargos.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo oferecerá ou viabilizará, anualmente, pelo menos 80 (oitenta) horas de formação aos profissionais do magistério.

§ 2º A formação obrigatória será realizada, preferencialmente, dentro da jornada de trabalho.

§ 3º A implementação dos programas, levará em consideração:
I- prioridade em áreas curriculares carentes dos profissionais do magistério;
II- situação funcional dos profissionais do magistério, de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício a ser cumprido na rede municipal de ensino;
III- utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos da educação à distância;
IV- áreas prioritárias como a inclusão, a alfabetização, a educação integral, a tecnologia educacional, a gestão, a proteção de dados e a saúde do trabalhador.

Art. 38. A participação em formação não gera, por si só, vantagem remuneratória diversa das progressões expressamente previstas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO VII
DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 39. O profissional do magistério fará jus a adicional de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço público municipal, até o limite de 6 (seis) quinquênios.

§ 1º O adicional incidirá sobre a referência e o nível aonde o servidor se encontrar no Anexo III, ainda que investido o servidor em função ou cargo de confiança.

§ 2º O adicional por tempo de serviço deverá ser identificado na folha de pagamento sob a denominação específica de "Quinquênio", integrando a remuneração do servidor.

Art. 40. O direito será implementado no mês subsequente ao cumprimento do período aquisitivo, independentemente de requerimento, cabendo ao órgão de gestão de pessoas o controle da contagem.

Art. 41. Suspendem a contagem do tempo para fim de adicional por tempo de serviço.

I- o afastamento por motivo de licença para tratamento de saúde, exceto os decorrentes de acidente de trabalho;
II- as licenças por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do Estatuto do Servidor Público;
III- as licenças e afastamentos sem direito a remuneração até 3 (três) meses;
IV- tiver sofrido até duas advertências ou uma suspenção de até 30 (trinta) dias durante o período, conforme o Estatuto do Servidor Público.

§ 1º Nas hipóteses de suspensão previstas no caput deste artigo, a contagem do prazo será prorrogada, devendo o servidor cumprir o período correspondente ao afastamento para fins de aquisição do direito ao adicional por tempo de serviço.

§ 2º No caso do inciso IV, cada advertência corresponde a 15 (quinze) dias de prorrogação na contagem do prazo.

Art. 42. Interrompem a contagem do tempo para fim de adicional por tempo de serviço.
I- as licenças e afastamentos sem direito a remuneração superiores a 3 (três) meses;
II- a aplicação de duas ou mais penalidades de advertência durante o período aquisitivo, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos;
III- tiver sofrido pena de suspensão superior a 30 (trinta) dias, durante o período aquisitivo, conforme o Estatuto do Servidor Público Municipal;
IV- possuir faltas injustificadas no período aquisitivo;
V- tiver sofrido pena de prisão de qualquer natureza.

§1º No caso do inciso V, quando houver a comprovação da pena de prisão ser ilegal com sentença judicial transitada em julgada, o direito à contagem do tempo para fins de quinquênio será restabelecido.

§2º Nas hipóteses de interrupção previstas no caput deste artigo, a contagem do prazo será reiniciada, desconsiderando-se o período anterior para fins de aquisição do direito ao adicional por tempo de serviço.

Art. 43. Ficam preservados os quinquênios regularmente adquiridos antes da vigência desta Lei Complementar, vedada a contagem em duplicidade do mesmo período.

CAPÍTULO VIII
DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO

Seção I
Da Função de Diretor de Escola

Art. 44. O provimento do cargo ou função de diretor/gestor escolar deverá obedecer critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar, dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho, conforme estabelece o §1º, art. 14, da Lei Federal nº 14.113/2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021.

Parágrafo único. A escolha observará o art. 107 da Lei Orgânica Municipal, os critérios técnicos de mérito e desempenho exigidos pela legislação federal do Fundeb e a regulamentação municipal.

Art. 45. A designação será formalizada por ato do Prefeito, indicará a unidade, a jornada, o período e as responsabilidades da função e poderá ser revogada, mediante motivação, na forma da lei e do regulamento.

Parágrafo único. A designação não gera estabilidade na função, incorporação da gratificação ou direito à recondução.

Seção II
Gratificação pelo Exercício da Função de Coordenação Pedagógica Escolar e Coordenação Educacional

Art. 46. As funções de suporte à docência de coordenação pedagógica e coordenação educacional serão exercidas por profissional do magistério efetivo, estável e com formação superior em Pedagogia, designado pelo Prefeito mediante indicação fundamentada da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Art. 47. A designação observará critérios objetivos de formação, experiência, aptidão para a função, regularidade funcional e necessidades da rede.

Parágrafo único. O ato de designação indicará a unidade ou o âmbito de atuação, a jornada e o período de exercício.

Seção III
Da jornada e da gratificação das funções

Art. 48. O exercício das funções previstas neste Capítulo será remunerado por gratificação temporária, nos valores do Anexo V.

§ 1º A gratificação será paga apenas durante o efetivo exercício da função.

§ 2º A gratificação não se incorpora ao vencimento e terá as incidências legais cabíveis.

§ 3º A atualização dos valores dependerá de lei específica, observada a revisão geral anual.

Art. 49. Quando a função exigir 40 (quarenta) horas semanais e o servidor ocupar cargo de 20 (vinte) horas, poderá ser autorizada ampliação temporária de 20 (vinte) horas, mediante anuência expressa.

§ 1º A ampliação cessará automaticamente com o término da designação e não se incorporará à jornada originária ou à remuneração permanente.

§ 2º A soma das jornadas observará os limites constitucionais, a compatibilidade de horários e a saúde do trabalhador.

Art. 50. O substituto formalmente designado fará jus, proporcionalmente aos dias de exercício, à gratificação da função e, quando cabível, à parcela de ampliação temporária de jornada.

CAPÍTULO IX
DO SISTEMA REMUNERATÓRIO

Art. 51. O sistema remuneratório dos profissionais do magistério somente poderá ser fixado ou alterado através de lei específica, constituindo-se de:
I- vencimento básico: retribuição pecuniária correspondente ao nível e à referência em que o profissional estiver posicionado na carreira;
II- remuneração: remuneração: vencimento básico acrescido das vantagens pecuniárias previstas em lei.

§ 1º O vencimento inicial da carreira, proporcionalmente à jornada de trabalho, não poderá ser inferior ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica.

§ 2º A remuneração total observará o teto constitucional aplicável ao Município.

Art. 52. O vencimento inicial de cada nível corresponde ao valor da Referência I previsto no Anexo III, observada a jornada do respectivo cargo.

Art. 53. Os servidores públicos quando nomeados para cargo em comissão ou função gratificada, serão remunerados conforme previsto na lei especifica que define a Estrutura Administrativa do Município.

CAPÍTULO X DAS FÉRIAS

Art. 54. O profissional do magistério terá direito a 30 (trinta) dias de férias anuais, preferencialmente no período de férias escolares, sem prejuízo dos recessos previstos no calendário.

§1º No período de férias, o servidor perceberá a remuneração acrescida de, pelo menos, um terço, na forma da Constituição Federal e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§2º Aplicam-se ao profissional do magistério as disposições relativas as férias constantes do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 55. O calendário escolar poderá prever até 15 (quinze) dias de recesso entre períodos letivos.

§ 1º O recesso não se confunde com férias e não gera adicional de férias.

§ 2º Durante o recesso, o servidor poderá ser convocado para planejamento, formação, avaliação ou atividade institucional, quando houver necessidade devidamente motivada e observada a jornada.

Art. 56. A Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo ao desenvolver o calendário escolar, poderá seguir o calendário Escolar do Estado do Paraná.

CAPÍTULO XI
DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO

Art. 57. A jornada permanente dos cargos do magistério será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme a lei de criação do cargo, o edital do concurso e o Anexo I.

Parágrafo único. A ampliação temporária ocorrerá exclusivamente por jornada suplementar, nas hipóteses e condições previstas nesta Lei Complementar, mediante anuência do servidor.

Art. 58. A diminuição do número de alunos ou de turmas e a reorganização da rede municipal de ensino não autorizam a redução unilateral da jornada originária ou da remuneração do profissional do magistério.

Parágrafo único. Nas situações previstas no caput, a Administração promoverá o remanejamento ou a atribuição de atividades compatíveis com o cargo, respeitada a habilitação profissional e a jornada originária do servidor.

Art. 59. A pedido do servidor efetivo, poderá ser autorizada redução temporária da jornada, com remuneração proporcional, desde que:
I - lei municipal especifica fixe prazo, jornada, remuneração e condições de retorno;
II - sejam preservadas as atribuições do cargo;
III – não haja prejuízo ao serviço;
IV - a medida não seja utilizada para suprir falta de demanda permanente ou alterar o cargo criado por lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à redução especial de jornada assegurada ao servidor com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, a qual será concedida segundo a legislação municipal aplicável.

Seção I
Da Carga Horária Suplementar para Necessidade Temporária

Art. 60. O titular de cargo efetivo poderá ser convocado, mediante anuência expressa, para jornada suplementar de até 20 (vinte) horas semanais, destinada a necessidade temporária e excepcional da rede.

Art. 61. Consideram-se necessidades temporárias e excepcionais:
I - substituição de servidor afastado ou licenciado;
II - atendimento transitório de turma, projeto ou serviço educacional;
III - implantação temporária de atividade pedagógica ou ampliação sazonal de matrículas;
IV - período indispensável à realização de concurso público ou reorganização da rede;
V - outra situação temporária, devidamente motivada, que não caracterize necessidade permanente de pessoal.

Art. 62. A remuneração da jornada suplementar será calculada sobre o valor da hora normal correspondente ao vencimento básico do nível e da referência em que o profissional estiver posicionado.

§1º A jornada suplementar não se incorporará ao vencimento, não produzirá direito à sua continuidade e integrará a base de cálculo das parcelas legais apenas quando houver previsão expressa.

§2º A carga horária suplementar prevista no caput terá caráter eventual e transitório, vigorará apenas enquanto perdurar a necessidade que a motivou e não se incorporará aos vencimentos do servidor para qualquer efeito.

§3º Na convocação de que trata este artigo deverá ser observada, quando houver exercício de docência, a proporção entre horas de interação com educandos e horas-atividade, nos termos desta Lei e da legislação federal aplicável.

Art. 63. A convocação dependerá de:
I - justificativa da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo;
II - demonstração da necessidade temporária e da disponibilidade orçamentária;
III - critérios objetivos de seleção, preferencialmente mediante chamamento interno;
IV - ato formal da autoridade competente;
V - termo de anuência do servidor.

§ 1º O ato indicará a carga horária, a finalidade e o prazo, limitado ao período da necessidade.

§ 2º A jornada suplementar cessará com o término do prazo, a extinção da necessidade, a reorganização do serviço, o pedido do servidor ou decisão administrativa motivada.

§ 3º A cessação implicará retorno automático à jornada originária.

Seção II
Do Regime Suplementar para a Educação Integral em Tempo Integral

Art. 64. Fica instituído, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, o regime suplementar de trabalho docente, correspondente a ampliação temporária da jornada do professor efetivo com jornada originária de 20 (vinte) horas semanais, destinado ao atendimento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, na educação infantil e no ensino fundamental.

Art. 65. A ampliação temporária de jornada destinada à educação integral em tempo integral observará os arts. 60 a 63.

§ 1º A designação ficará vinculada a unidade, turma ou projeto de tempo integral e não gerará direito adquirido à manutenção da ampliação.

§ 2º A seleção observará critérios objetivos, impessoais e transparentes, definidos em chamamento interno.

§ 3º O regime suplementar para o tempo integral constitui acréscimo temporário de carga horária ao cargo efetivo, sem alteração definitiva da jornada originária do servidor.

§ 4º A implementação do regime suplementar para o tempo integral dependerá de necessidade pedagógica devidamente motivada, disponibilidade orçamentária e financeira e compatibilidade com o planejamento da rede municipal de ensino.

§ 5º A ampliação de jornada de que trata este artigo não gera direito adquirido à manutenção da carga horária ampliada.

Art. 66. A jornada suplementar poderá corresponder a até 20 (vinte) horas semanais, observado o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais totais.

§1º A jornada suplementar poderá ser fixada em quantitativo inferior a 20 (vinte) horas, conforme a necessidade do serviço e a organização pedagógica da unidade escolar.

§2º É vedada a concessão de jornada suplementar que resulte em acúmulo ilícito de cargos, empregos ou funções públicas, ou em incompatibilidade de horários.

Art. 67. A Secretaria procurará organizar a jornada ampliada em uma única unidade educacional, sempre que isso for compatível com o interesse pedagógico e administrativo.

Seção III
Das Horas-Atividades

Art. 68. Na composição da jornada de trabalho do professor em exercício de docência na educação básica pública municipal, será observado o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho de atividades de interação direta com os educandos e o mínimo de 1/3 (um terço) para o desenvolvimento de atividades extraclasse, denominadas horas-atividade, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Parágrafo único. A proporção prevista no caput será calculada sobre a totalidade da jornada semanal de trabalho do professor, independentemente de sua duração, inclusive sobre a carga horária suplementar destinada ao exercício da docência.

Art. 69. As atividades extraclasse compreendem, entre outras:
I - ao planejamento, à preparação e à avaliação do trabalho pedagógico;
II - à elaboração e à correção de atividades e instrumentos de avaliação;
III - reuniões pedagógicas e conselhos de classe;
IV - ao preenchimento de registros, relatórios e demais documentos pedagógicos
V - à participação em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, formação continuada e atividades de articulação com a comunidade escolar;
VI - estudo, pesquisa e produção de material pedagógico.

§1º As horas-atividade serão organizadas pela Secretaria, podendo compreender atividades coletivas e individuais, conforme regulamentação própria, observados a legislação federal, o calendário escolar, o projeto político-pedagógico e as necessidades da rede municipal de ensino.

§2º A atividades extraclasse deverão ser desenvolvidas na unidade escolar, sendo vedado atividades em outros locais.

CAPÍTULO XII
DA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO

Art. 70. O Chefe do Poder Executivo instituirá a comissão de enquadramento do profissional do magistério, no prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação desta Lei Complementar.
Art. 71. Compete à Comissão:
I - conferir os dados funcionais, a investidura, a jornada, a referência e a titulação;
II - elaborar proposta individual de enquadramento;
III - identificar diferenças pessoais necessárias à preservação da irredutibilidade;
IV - solicitar documentos e correções aos órgãos competentes;
V - emitir relatório final e propor ajustes de folha;
VI - decidir, em primeira instância, pedidos de revisão do enquadramento.
Art. 72. A comissão será formada por 03 (três) servidores, sendo:
I - um representante da Secretaria de Administração;
II - um representante da Secretaria de Contabilidade e Finanças;
III - um representante da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.
§ 1º Os membros serão designados por ato do Prefeito.
§ 2º O integrante da Comissão declarará impedimento quando tiver interesse pessoal direto no caso analisado.
Art. 73. A Comissão concluirá os trabalhos em até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma vez por igual período mediante justificativa.
Parágrafo único. Da decisão da Comissão caberá recurso ao Prefeito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Art. 74. Os atos de enquadramento serão publicados com respeito à proteção de dados pessoais, contendo os elementos funcionais necessários à transparência e ao controle.

CAPÍTULO XIII
DO ENQUADRAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO
Art. 75. O enquadramento dos atuais ocupantes dos cargos observará:
I - a identidade do cargo e a investidura originária por concurso público;
II - a jornada legal do vínculo;
III - a referência horizontal legalmente ocupada na data de vigência;
IV - a titulação já reconhecida pela Administração;
V - a irredutibilidade da remuneração permanente licitamente percebida.
Art. 76. Os níveis de formação da legislação anterior serão correlacionados da seguinte forma:
I - graduação ou licenciatura: Nível NS;
II - especialização lato sensu: Nível NP;
III - mestrado: Nível NMs.
Art. 77. A referência horizontal já adquirida será preservada pela correspondência ordinal entre a tabela anterior e o Anexo III, vedado retrocesso de referência.
Art. 78. O tempo de serviço, os quinquênios, as referências e as progressões regularmente adquiridos serão preservados, vedada a concessão retroativa de vantagem não reconhecida sob a legislação vigente à época.
Art. 79. Se o vencimento básico ou a remuneração permanente resultante do enquadramento for inferior ao valor licitamente percebido no mês anterior, a diferença será preservada como vantagem pessoal nominalmente identificada.
Art. 80. O profissional do magistério que se encontrar em estágio probatório na data da publicação do Decreto de enquadramento neste Plano de Cargos, será enquadrado na “Referência I” - vencimento base correspondente ao seu cargo no concurso, permanecendo nesta posição até a aprovação no estágio probatório.
Art. 81. O profissional do magistério que estiver afastado, será enquadrado na data de publicação do Decreto de enquadramento, observados os critérios definidos neste Plano.
CAPÍTULO XIV
DA LOTAÇÃO E DO REMANEJAMENTO
Art. 82. Os profissionais do magistério público municipal, ocupantes do cargo de Professor de Educação Infantil, poderão atuar, de forma excepcional e motivada, nas etapas iniciais do ensino fundamental, quando houver necessidade do serviço público, desde que observada a compatibilidade entre a formação profissional e as atribuições do cargo.
Parágrafo único. A atuação prevista no caput não caracteriza mudança de cargo, nem provimento derivado, constituindo mera adequação de lotação funcional no âmbito da mesma carreira do magistério.
Art. 83. O remanejamento tem como fundamento os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público, o poder de organização e gestão administrativa da Administração Pública e a na necessidade de adequação da força de trabalho à demanda educacional.
Art. 84. O remanejamento poderá ocorrer em razão de:
I - alteração do número de turmas ou matrículas;
II - implantação de educação integral;
III - reorganização pedagógica da rede;
IV - necessidade de assegurar continuidade e qualidade do atendimento;
V - adequação da força de trabalho, vedada a ociosidade injustificada.
Art. 85. O exercício das atividades em etapas distintas da educação básica dependerá da comprovação de habilitação compatível, nos termos da legislação educacional vigente.
§ 1º Considera-se atendido o requisito de habilitação quando o profissional possuir formação em nível superior em Pedagogia ou curso equivalente que o habilite para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.
§ 2º A atuação em desacordo com a formação específica será vedada, sob pena de caracterização de desvio de função.
Art. 86. O remanejamento será formalizado por ato administrativo específico, devidamente motivado, que deverá conter:
I - a justificativa da necessidade administrativa;
II - a demonstração da compatibilidade de atribuições e formação;
III - o caráter temporário ou condicionado à permanência da situação que o originou;
IV - a indicação da unidade de lotação.
Art. 87. O remanejamento deverá preservar:
I - o cargo efetivo;
II - a jornada originária;
III - o vencimento e a evolução funcional;
IV - a habilitação profissional;
V - as atribuições legais do cargo.
Art. 88. O remanejamento poderá ocorrer em razão de:
I - alteração do número de turmas ou matrículas;
II - implantação de educação integral;
III - reorganização pedagógica da rede;

IV - necessidade de assegurar continuidade e qualidade do atendimento;
V - adequação da força de trabalho, vedada a ociosidade injustificada.
Art. 89. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo:
I - acompanhar a execução dos remanejamentos;
II - assegurar a observância da compatibilidade entre formação, atribuições e atividades desempenhadas;
III - manter registro atualizado dos atos de lotação e remanejamento;
IV - revisar periodicamente a necessidade da medida.
Art. 90. É vedado utilizar remanejamento para:
I - investir o servidor em cargo diverso sem concurso público;
II - atribuir, de forma permanente, funções estranhas ao cargo;
III - transferir Professor de Educação Infantil para o cargo de Professor de Educação Básica, ou o inverso, com fundamento apenas na semelhança da formação;
IV - reduzir jornada ou remuneração;
V - substituir concurso público ou contratação temporária regularmente autorizada.
Parágrafo único. A atuação ocasional em atividade comum aos dois cargos somente será admitida quando expressamente compreendida nas atribuições legais do cargo de origem, preservadas a etapa de atuação, a habilitação e a motivação do ato.
Art. 91. Os critérios de remanejamento considerarão, conforme regulamento, a necessidade pedagógica, a habilitação, a jornada, a experiência, a antiguidade, a proximidade da lotação e situações pessoais legalmente protegidas.
CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 92. A atualização anual da tabela de vencimentos dos profissionais do magistério ocorrerá no mês de janeiro de cada ano, mediante lei específica, observados o valor do Piso Nacional dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, atualizado anualmente por ato do Ministro da Educação, na forma da Lei.
Art. 93. A aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social com utilização de tempo de contribuição decorrente do cargo público implicará vacância quando aplicável o §14 do art. 37 da Constituição Federal, observadas a data da aposentadoria, as regras de transição e a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal.
Art. 94. São partes integrantes desta Lei:
Anexo I - Tabela de Cargos, Titulação, Jornada de Trabalho e Atribuições;
Anexo II - Tabela de Progressão Funcional Vertical por Titulação;
Anexo III – Tabela de Vencimentos e Progressão Funcional Horizontal e Vertical por Titulação;
Anexo IV – Tabela de Cargos Efetivos Existentes;
Anexo V – Tabela de Cargos com Função Gratificada.
Art. 95. Ficam mantidos e criados os cargos efetivos de carreira com número de vagas, jornada de trabalho, habilitação exigida e atribuições constantes do Anexo I - Tabela de Cargos, Titulação, Jornada de Trabalho e Atribuições, parte integrante desta Lei Complementar.
Art. 96. As normas previstas neste Plano de Cargos têm caráter suplementar e específico, aplicando-se aos profissionais as normas constantes no Estatuto do Servidor Público Municipal de Pinhal de São Bento, naquilo que não conflitar.
Art. 97. A Administração adequará os sistemas de gestão de pessoas e de folha de pagamento após a conclusão do enquadramento.
Art. 98. As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias das unidades orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo, observados o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 99. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei Complementar em até 90 (noventa) dias, exclusivamente para disciplinar procedimentos, critérios operacionais, formulários, fluxos e controles, vedada a criação de cargo, função, vantagem, requisito ou despesa não prevista em lei.
Art. 100. Ficam expressamente revogadas:
I - a Lei nº 287, de 17 de dezembro de 2007;
II - a Lei nº 305 de 09 de dezembro de 2008;
III - a Lei nº 558 de 12 de setembro de 2017;
IV - o art. 2º da Lei 667 de 02 de abril de 2019 e
V - a Lei nº 691, de 20 de novembro de 2019.
Art. 101. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento/PR, em 06 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA DE CARGOS, TITULAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÕES
O quadro de Cargos e Funções do Magistério Público do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná é composto pelos seguintes cargos e funções:
1. O quadro de cargos é composto por:
1.1 Professor Educação Básica - 20h;
1.2 Professor de Educação Infantil - 40h;
2. O quadro de funções é composto por:
2.1 Coordenador Pedagógico;
2.2 Coordenador Educacional;
2.3 Diretor de Escola.
DESCRIÇÃO ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – Ensino Fundamental séries iniciais
Regime: Estatutário
Número de Vagas: 36 (trinta e seis)
Titulação Inicial Exigida: Ensino superior, em curso de licenciatura plena em Pedagogia.
Jornada de Trabalho: 20h semanais
ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:
1. elaborar planos de aula, de curso e de trabalho docente, alinhados à Proposta Político- Pedagógica (PPP), ao currículo municipal e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
2. ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidas, executando o trabalho docente com foco na orientação e na mediação da aprendizagem do aluno;
3. avaliar o desempenho e o desenvolvimento dos alunos de forma contínua e sistemática, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, registrando os resultados ao longo do período letivo;
4. estabelecer e aplicar estratégias e atividades de recuperação para os alunos com menor rendimento, visando garantir o avanço de todos;
5. participar ativamente do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, adaptando práticas e recursos para garantir sua plena participação e aprendizagem;
6. levantar, interpretar e utilizar dados relativos à realidade sociocultural e de aprendizagem dos alunos para adequar o planejamento pedagógico;
7. produzir, selecionar e utilizar materiais e tecnologias educacionais adequados às diferentes faixas etárias e áreas do conhecimento;
8. estruturar o espaço físico e as rotinas da sala de aula como um ambiente interativo e seguro, que promova a aprendizagem, a autonomia e a interação social;
9. desenvolver no educando a compreensão de seus direitos e deveres, promovendo a cidadania ativa, o respeito à diversidade e a consciência socioambiental;
10. participar ativamente da elaboração, implementação e avaliação da Proposta Político- Pedagógica e do Regimento Escolar da unidade de ensino;
11. manter comunicação constante com pais e responsáveis, informando sobre o rendimento e a frequência dos alunos e promovendo sua participação na vida escolar;
12. frequentar e contribuir em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, eventos cívicos, culturais e outras atividades promovidas pela unidade escolar;
13. trabalhar em regime de colaboração com a direção, coordenação, supervisão, orientação e demais professores, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino;
14. identificar necessidades específicas dos alunos e encaminhá-los, quando necessário, aos setores competentes da rede de proteção (Saúde, Assistência Social, etc.);
15. colaborar nos processos de decisão da unidade escolar, como a escolha de livros e materiais didáticos, contribuindo para a gestão democrática;
16. acompanhar e orientar estagiários de cursos de licenciatura que atuem em sua área, conforme as normas estabelecidas;
17. manter rigorosamente atualizados os diários de classe, relatórios, pareceres e demais documentos referentes à vida escolar dos alunos sob sua responsabilidade;
18. seguir as diretrizes pedagógicas e administrativas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo e da gestão escolar;
19. atuar na substituição de outros professores em suas ausências legais, quando designado pela direção da escola, para garantir a continuidade das atividades letivas;
20. zelar pela segurança e pela integridade física, psicológica e moral dos alunos durante todo o período em que estiverem sob sua responsabilidade;
21. assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente, protegendo-os de toda forma de negligência, discriminação, violência ou opressão;
22. manter-se atualizado sobre a legislação educacional vigente e aplicá-la em sua prática profissional;
23. participar de cursos, seminários e programas de formação continuada oferecidos pela rede de ensino e buscar autoaperfeiçoamento constante;
24. cuidar da disciplina geral da turma e zelar pela conservação de materiais, equipamentos e instalações da unidade escolar;
25. cumprir a jornada de trabalho e os horários estabelecidos, respeitando o calendário letivo;
26. agir com ética, respeito e imparcialidade no exercício de suas funções, contribuindo para um ambiente de trabalho colaborativo e harmonioso;
27. manter sigilo sobre informações confidenciais relativas aos alunos, famílias e à instituição;
28. desempenhar outras tarefas de natureza e complexidade compatíveis com o cargo e com sua formação, sempre que solicitado pela gestão.
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI)
Regime: Estatutário
Número de Vagas: 19 (dezenove)
Titulação Inicial Exigida: Ensino superior de licenciatura plena em Pedagogia.
Jornada de Trabalho: 40 Horas Semanais

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:
1. elaborar planos de aula e projetos com base nos eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), alinhados à Proposta Político-Pedagógica (PPP) e às diretrizes curriculares;
2. planejar e mediar o brincar como eixo estruturante, organizando tempos, espaços e materiais que promovam a interação, a imaginação e a expressão infantil;
3. realizar o cuidado integral da criança, atendendo às suas necessidades básicas de alimentação, higiene (como troca de fraldas e banho), repouso e afeto de forma individualizada e respeitosa;
4. realizar a escuta atenta e a observação crítica do desenvolvimento das crianças, documentando suas aprendizagens, conquistas e necessidades por meio de relatórios, portfólios e outros registros;
5. estruturar os ambientes de aprendizagem (internos e externos) para que sejam seguros, acolhedores e instigantes, convidando à exploração, à descoberta e à interação;
6. propiciar situações e desafios para que a criança possa desenvolver progressivamente sua autonomia, iniciativa, capacidade de escolha e autoconfiança;
7. propor e executar atividades diversificadas que contemplem as múltiplas linguagens (corporal, verbal, plástica, musical) e os diferentes campos de experiências;
8. implementar práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as diferenças individuais e a diversidade sociocultural, étnico-racial e religiosa das crianças e suas famílias;
9. promover interações positivas entre as crianças e entre crianças e adultos, mediando conflitos e incentivando a cooperação, a solidariedade e o respeito mútuo;
10. participar ativamente da construção, implementação e avaliação da Proposta Político-Pedagógica e do Regimento do CMEI;
11. manter um diálogo constante e acolhedor com as famílias, fortalecendo o vínculo e envolvendo-as como parceiras no processo educativo das crianças;
12. frequentar e contribuir em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, eventos, festas e outras atividades que integrem a comunidade escolar;

13. interagir e colaborar com os demais professores e funcionários da instituição, visando à construção de um trabalho coletivo e coerente;
14. identificar e sinalizar à gestão a necessidade de encaminhamento de crianças para outros serviços da rede de proteção (Saúde, Assistência Social, etc.), quando necessário;
15. manter atualizados os diários de classe, registros de frequência e outros documentos administrativos referentes à sua turma;
16. seguir as diretrizes pedagógicas e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo e da direção da unidade de ensino;
17. preparar e organizar os materiais didático-pedagógicos necessários para o desenvolvimento das atividades planejadas;
18. zelar pela segurança e pela integridade física, psicológica e moral das crianças durante todo o período em que estiverem sob sua responsabilidade;
19. assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança, protegendo-a de toda forma de negligência, discriminação, violência ou opressão;
20. manter-se atualizado sobre a legislação específica da Educação Infantil e demais normas educacionais;
21. participar de programas de formação continuada oferecidos pela rede de ensino e refletir continuamente sobre sua prática para aperfeiçoá-la;
22. adotar uma postura ética e respeitosa nas interações com as crianças, famílias e colegas de trabalho;
23. cuidar da conservação dos materiais, brinquedos, equipamentos e instalações da unidade de ensino;
24. cumprir a jornada de trabalho e os horários estabelecidos, respeitando o calendário letivo;
25. manter sigilo sobre informações confidenciais relativas às crianças, suas famílias e à instituição;
26. atuar pautado no respeito incondicional às especificidades de cada criança, sem qualquer tipo de discriminação;
27. ampliar o universo cultural das crianças, proporcionando o acesso a diferentes manifestações artísticas e conhecimentos;

28. desempenhar outras tarefas de natureza e complexidade compatíveis com o cargo e sua formação, quando solicitado pela gestão.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Função: Diretor de Escola
Regime: Estatutário
Número de Vagas: 02 (duas)
Titulação Exigida: Profissional do Magistério ocupante de cargo de provimento efetivo, estável e escolhido, conforme estabelece o art. 14, §1º da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.656, de 22 de março de 2021.
Jornada de Trabalho: 40h semanais

Das atribuições do professor designado para o exercício da função de Diretor Escolar:
1. dirigir e representar a unidade escolar, no âmbito de suas competências, exercendo a gestão com ética, transparência, eficiência, responsabilidade e observância dos princípios da gestão democrática;
2. coordenar, em articulação com o Conselho Escolar e a comunidade escolar, a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico, do plano de gestão e dos demais instrumentos de planejamento administrativo, financeiro e pedagógico da unidade escolar, em conformidade com as políticas públicas e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo;
3. assegurar que as atividades escolares sejam desenvolvidas em consonância com o Plano Municipal de Educação, o Projeto Político-Pedagógico, a proposta curricular, o regimento escolar, a Base Nacional Comum Curricular e as demais diretrizes aplicáveis à rede municipal de ensino;
4. promover a melhoria contínua do trabalho pedagógico e dos processos de ensino e de aprendizagem, incentivando práticas educacionais inclusivas e inovadoras que reconheçam e valorizem a diversidade social e cultural dos estudantes;

5. exercer a gestão de pessoas, dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros disponibilizados à unidade escolar, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público;
6. organizar, coordenar e acompanhar, em articulação com a equipe pedagógica, a elaboração do calendário escolar, assegurando o cumprimento dos dias letivos, da carga horária e das horas-aula estabelecidos na legislação e nas normas do sistema municipal de ensino;
7. planejar, organizar, convocar e coordenar reuniões administrativas e pedagógicas, promovendo a participação dos profissionais da educação e o acompanhamento das decisões adotadas;
8. decidir as questões técnico-administrativas relacionadas ao funcionamento da unidade escolar, observadas as competências da Secretaria Municipal de Educação, a legislação vigente e, quando cabível, a prévia manifestação ou deliberação do Conselho Escolar;
9. promover a integração entre a escola, as famílias e a comunidade, estimulando sua participação na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e fortalecendo a articulação com equipamentos públicos, órgãos de proteção, instituições e demais entidades relacionadas ao atendimento dos estudantes;
10. submeter ao Conselho Escolar, para apreciação e aprovação, o plano de aplicação dos recursos financeiros destinados à unidade escolar, bem como acompanhar sua execução e assegurar a adequada prestação de contas, conforme a legislação e as normas aplicáveis;
11. administrar, controlar e zelar pelo patrimônio público sob a responsabilidade da unidade escolar, mantendo atualizados os registros e o inventário dos bens e promovendo, com a participação da comunidade escolar, sua adequada utilização, conservação e manutenção;
12. assegurar a organização, a regularidade, a atualização, a autenticidade e a adequada guarda dos registros e documentos administrativos, pedagógicos e relativos à vida escolar dos estudantes, observadas as normas educacionais, arquivísticas e de proteção de dados pessoais;

13. acompanhar e assegurar o atendimento, a permanência, a integridade e a proteção dos estudantes durante o período em que estiverem sob a responsabilidade da unidade escolar, adotando as providências administrativas e pedagógicas cabíveis diante de situações que possam comprometer sua segurança ou seus direitos;
14. comunicar aos órgãos competentes, especialmente ao Conselho Tutelar, os casos de suspeita ou confirmação de violência, maus-tratos, negligência, abandono, infrequência injustificada, evasão escolar ou outras violações de direitos envolvendo crianças ou adolescentes, observados os procedimentos e prazos estabelecidos na legislação;
15. promover e viabilizar a participação dos profissionais da unidade escolar em cursos, seminários, reuniões, encontros, programas de formação continuada e outras atividades de aperfeiçoamento oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação ou por instituições competentes;
16. estimular sua própria formação continuada e a atualização dos conhecimentos necessários ao exercício da direção escolar, participando de cursos, seminários, encontros, reuniões e demais atividades relacionadas à gestão educacional;
17. informar oficialmente à Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo as dificuldades administrativas, pedagógicas, estruturais, funcionais ou financeiras que comprometam o adequado funcionamento da unidade escolar, solicitando as providências necessárias;
18. elaborar relatórios, informações, manifestações, pareceres técnicos e outros documentos relacionados às atribuições da função, bem como prestar consultoria interna em matérias de sua competência, sem prejuízo das competências privativas de outros cargos ou órgãos;
19. zelar pelo cumprimento da Constituição Federal, da legislação educacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Estatuto da Criança e do Adolescente, das normas do sistema municipal de ensino, do regimento escolar e dos princípios e regras aplicáveis à carreira do magistério público municipal;
20. manter o sigilo das informações pessoais, funcionais e escolares às quais tiver acesso;

21. responsabilizar-se pela adequada utilização das credenciais, senhas e sistemas informatizados; observar as normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais; e
22. desempenhar outras atribuições correlatas determinadas pela autoridade competente, desde que compatíveis com a natureza da função, com a habilitação profissional exigida e com a legislação vigente.

Função: Coordenador Pedagógico
Regime: Estatutário
Número de Vagas: 10 (dez)
Titulação Exigida: Profissional do Magistério ocupante de cargo de provimento efetivo, estável com formação em curso superior em pedagogia.
Jornada de Trabalho: 20h semanais ou 40h semanais

Das atribuições do professor designado para o exercício da função de Coordenação Pedagógica:
1. articular, coordenar e acompanhar o processo pedagógico da unidade escolar, com fundamento na gestão democrática, no trabalho coletivo, na ética profissional e no compromisso com os objetivos político-pedagógicos da rede municipal de ensino;
2. assessorar a direção escolar e a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo nos assuntos técnico-pedagógicos e, quando relacionados ao funcionamento da unidade escolar, nos assuntos administrativos vinculados à área educacional;
3. participar da elaboração, execução, avaliação e atualização do Projeto Político-Pedagógico e da proposta curricular da unidade escolar, assegurando sua consonância com as diretrizes curriculares, a legislação educacional e as orientações da Secretaria Municipal de Educação;
4. planejar, acompanhar e avaliar os processos de ensino e de aprendizagem, o desenvolvimento curricular, as práticas pedagógicas e o desempenho dos estudantes, propondo intervenções destinadas à melhoria da qualidade da educação;

5. orientar, acompanhar e assessorar os professores no planejamento pedagógico, na seleção e organização dos conteúdos, na transposição didática, na definição de metodologias e na utilização de procedimentos e instrumentos de avaliação, em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico e as diretrizes de cada componente curricular;
6. acompanhar o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores, promovendo orientação e apoio técnico para a implementação das diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e para o aprimoramento das práticas de ensino;
7. orientar os profissionais da educação quanto às concepções e práticas de gestão democrática e participativa, às disposições curriculares e às normas aplicáveis aos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino atendidos pela rede municipal;
8. participar, em conjunto com a direção escolar e observadas as competências de cada órgão, da organização das turmas, do calendário letivo, da distribuição de aulas e componentes curriculares e da elaboração do horário semanal de atividades;
9. organizar e acompanhar o cumprimento das horas-atividade dos professores, assegurando sua destinação ao estudo, planejamento, avaliação, formação continuada e aperfeiçoamento dos processos de ensino e de aprendizagem, conforme a legislação e as normas da rede municipal;
10. orientar os professores quanto à correta elaboração e manutenção dos registros escolares, inclusive livros de frequência, diários de classe, avaliações e demais documentos pedagógicos, em conformidade com as normas vigentes;
11. coletar, sistematizar, analisar e divulgar, no âmbito da comunidade escolar e observadas as regras de sigilo e proteção de dados pessoais, informações e indicadores relativos à frequência, ao rendimento, ao aproveitamento e ao desenvolvimento dos estudantes, propondo medidas pedagógicas quando necessárias;
12. acompanhar a frequência escolar dos estudantes, identificar situações de infrequência ou risco de abandono e articular, com a direção, os professores, as famílias e os órgãos competentes, as medidas de prevenção, intervenção e encaminhamento cabíveis;
13. planejar, coordenar e avaliar ações de formação continuada dos profissionais da unidade escolar, promovendo reuniões de estudo, reflexão e aprofundamento de temas relacionados ao currículo, às metodologias de ensino, à avaliação e às demais dimensões do trabalho pedagógico;
14. organizar e coordenar os Conselhos de Classe, assegurando processo coletivo de análise, reflexão e tomada de decisões sobre o desenvolvimento dos estudantes e o trabalho pedagógico, bem como participar do Conselho Escolar, oferecendo subsídios técnicos e metodológicos às suas deliberações;
15. promover a integração entre a escola, as famílias e a comunidade, organizando reuniões com pais ou responsáveis e incentivando sua participação no acompanhamento da vida escolar dos estudantes e nas ações desenvolvidas pela unidade de ensino;
16. participar da seleção e propor a aquisição de materiais, equipamentos e recursos didático-pedagógicos, em articulação com a direção escolar e a Secretaria Municipal de Educação, bem como orientar sua utilização adequada no processo educacional;
17. organizar e acompanhar pedagogicamente a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis na unidade escolar, incentivando sua incorporação responsável e adequada às práticas de ensino e de aprendizagem;
18. acompanhar, em articulação com a direção escolar, a unidade responsável pela gestão de pessoas e o setor de segurança e saúde no trabalho, as questões funcionais dos professores que repercutam na organização e na continuidade do trabalho pedagógico, respeitadas as competências específicas de cada setor;
19. elaborar relatórios, informações, manifestações, pareceres técnico-pedagógicos e outros documentos relacionados às atribuições da função, bem como manter sigilo sobre informações funcionais, pessoais e escolares às quais tiver acesso e responsabilizar-se pela adequada utilização de credenciais e sistemas informatizados, nos termos da legislação aplicável;
20. participar e colaborar com a direção na organização e na administração da unidade escolar;
21. zelar pelo cumprimento da Constituição Federal, da legislação educacional, do Estatuto da Criança e do Adolescente e das demais normas aplicáveis; orientar os profissionais quanto ao seu cumprimento; e

22. desempenhar outras atribuições correlatas determinadas pela autoridade competente, desde que compatíveis com a natureza pedagógica da função, com a habilitação profissional exigida e com a legislação vigente.

Função: Coordenador Educacional
Regime: Estatutário
Número de Vagas: 01 (uma)
Titulação Exigida: Profissional do Magistério ocupante de cargo de provimento efetivo,
estável com formação em curso superior em pedagogia.
Jornada de Trabalho: 20h semanais ou 40h semanais

Das atribuições do professor designado para exercer a função de coordenador educacional:
1. exercer atividades de orientação educacional na rede municipal de ensino, assegurando o adequado atendimento aos estudantes e à comunidade escolar e contribuindo para o desenvolvimento integral dos educandos e para sua formação cidadã;
2. elaborar, executar, acompanhar e avaliar o plano de trabalho da orientação educacional, de forma articulada com o plano escolar, o Projeto Político-Pedagógico e a proposta pedagógica da rede municipal de ensino;
3. participar da elaboração, execução, avaliação e atualização da proposta pedagógica e do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, promovendo ações destinadas à implementação do currículo vigente e ao aperfeiçoamento dos processos de ensino e de aprendizagem;
4. planejar, coordenar, acompanhar e avaliar ações de apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, infrequência, repetência ou risco de evasão escolar, em articulação com os professores, as famílias, a equipe pedagógica e os órgãos competentes;

5. exercer atividades técnico-pedagógicas de suporte ao ensino, acompanhando e orientando os corpos docente e discente e colaborando para o aprimoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula;
6. orientar e assessorar os professores na identificação e no acompanhamento das dificuldades de aprendizagem e dos comportamentos dos estudantes que demandem intervenção pedagógica, construindo, em conjunto com a equipe escolar, estratégias adequadas de atendimento e encaminhamento;

7. coletar, sistematizar, analisar e interpretar informações e dados educacionais, mediante observação, questionários, entrevistas e outros instrumentos apropriados, com a finalidade de subsidiar o diagnóstico, o planejamento e a avaliação das ações de orientação educacional;
8. elaborar estudos e registros sobre o perfil dos estudantes e das turmas, respeitados o sigilo profissional, a dignidade da pessoa humana, a proteção integral da criança e do adolescente e a legislação relativa à proteção de dados pessoais;
9. colaborar na análise dos indicadores de aprendizagem, aproveitamento escolar, frequência, infrequência, repetência e evasão, propondo medidas pedagógicas e institucionais destinadas à melhoria dos resultados educacionais;
10. desenvolver ações de aconselhamento e orientação junto aos professores e estudantes, especialmente quanto à convivência escolar, à conduta dos educandos, à participação nas atividades pedagógicas e à construção de soluções para as dificuldades identificadas;
11. coordenar ações de integração entre a escola, a família e a comunidade, incentivando a cooperação e a participação das famílias no processo educacional e fortalecendo a articulação entre estudantes, professores, equipe técnica e administrativa e Conselho Escolar;
12. orientar a comunidade escolar acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes, do Sistema de Garantia de Direitos e dos procedimentos de proteção e encaminhamento cabíveis, observadas as competências dos órgãos e profissionais responsáveis;
13. participar da análise e da organização das atividades docentes, incluindo a distribuição de turmas, disciplinas, horas-aula e horas-atividade, bem como das demais atividades atribuídas aos professores, respeitadas as competências da direção escolar e da Secretaria;
14. participar das reuniões pedagógicas, técnico-administrativas, dos Conselhos de Classe e de outros colegiados ou instâncias escolares relacionados às atribuições da função, contribuindo para a avaliação e o aprimoramento das atividades pedagógicas e institucionais;
15. organizar e promover ações de intercâmbio e cooperação com outras unidades escolares, instituições de ensino e órgãos públicos ou privados, quando pertinentes ao desenvolvimento das atividades educacionais;
16. planejar, executar e avaliar ações de formação continuada, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, bem como participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, cursos e outros eventos relacionados à área educacional;
17. incentivar a atualização e o aperfeiçoamento dos métodos, das técnicas e das práticas pedagógicas, propondo a participação dos profissionais da educação em programas de formação e outras atividades de desenvolvimento profissional;

18. acompanhar e orientar pedagogicamente a utilização de recursos tecnológicos nas unidades escolares, promovendo sua integração responsável e adequada às práticas de ensino e de aprendizagem;
19. elaborar relatórios, pareceres técnicos, registros e demais documentos relativos às atividades desenvolvidas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria, bem como zelar pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;
20. colaborar com a direção na identificação das necessidades de equipamentos, materiais e recursos destinados ao funcionamento da unidade escolar; zelar pela adequada utilização, manutenção e conservação do patrimônio escolar;
21. executar as demais tarefas indispensáveis ao atendimento das finalidades educacionais da escola e desenvolver outras atribuições correlatas à função, quando determinadas pela autoridade competente, observadas a natureza pedagógica da função, a formação profissional exigida e a legislação aplicável.

ANEXO II
TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL POR TITULAÇÃO CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

Níveis	Níveis de Formação	Progressão Funcional por Titulação	Alíquota Progressão* (Cumulativo)
NS	Ensino Superior	NP	16%
NP	Pós Graduação	NMs	10%
NMs	Mestrado	-	-

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL E VERTICAL POR TITULAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20 HS

Nível/Ref.		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
NS	Inicial	2.566,00	2.642,98	2.722,27	2.803,94	2.888,06	2.974,70	3.063,94	3.155,86	3.250,53	3.348,05	3.448,49	3.551,94	3.658,50	3.768,26	3.881,31
NP	16%	2.976,56	3.065,86	3.157,83	3.252,57	3.350,14	3.450,65	3.554,17	3.660,79	3.770,62	3.883,74	4.000,25	4.120,26	4.243,86	4.371,18	4.502,31
NMs	10%	3.274,22	3.372,44	3.473,62	3.577,82	3.685,16	3.795,71	3.909,59	4.026,87	4.147,68	4.272,11	4.400,27	4.532,28	4.668,25	4.808,30	4.952,55

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HS

Nível/Ref.		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
NS	Inicial	5.132,00	5.285,96	5.444,54	5.607,87	5.776,11	5.949,39	6.127,88	6.311,71	6.501,06	6.696,10	6.896,98	7.103,89	7.317,00	7.536,52	7.762,61
NP	16%	5.953,12	6.131,71	6.315,67	6.505,13	6.700,29	6.901,30	7.108,34	7.321,59	7.541,23	7.767,47	8.000,50	8.240,51	8.487,73	8.742,36	9.004,63
NMs	10%	6.548,43	6.744,88	6.947,23	7.155,65	7.370,32	7.591,43	7.819,17	8.053,75	8.295,36	8.544,22	8.800,55	9.064,56	9.336,50	9.616,59	9.905,09

ANEXO IV
TABELA DE CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

Cargo	N.º de Vagas Existentes	Jornada de Trabalho	Vagas Ocupadas	Total de Vagas Disponíveis
Professor de Educação Básica	36	20	26	10
Professor Educação Infantil	19	40	14	5
TOTAL:	55		40	15

ANEXO V
TABELA DAS GRATIFICAÇÕES

CARGO	Carga Horária na Unidade Escolar	Carga Horária do Profissional	Gratificação R$
Coordenador Pedagógico	40	40	1.000,00
Coordenador Pedagógico	20	20	500,00
Coordenador Pedagógico	40	20	4.300,00
Coordenador Educacional	40	40	1.700,00
Coordenador Educacional	40	20	5.000,00
Diretor de Escola	40	40	1.700,00
Diretor de Escola	40	20	5.000,00

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:21EA29D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA -BALANCETE DAS DESPESAS - 09/2026

ESTADO DO PARANÁ													
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA							Exercício de 2026						
Balancete da Despesa (Detalhamento mensal empenhado)							Período de: Janeiro a Setembro						
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA													
Parâmetros: Listar despesas orçamentárias por: NPO; Exercício: 2026; Tipo do Recurso: TODOS; Mês Início: 1; Colunas: CLE; Categoria do Recurso: TODOS; Consolidado: N; Assinatura: {"valor":"8793","descricao":"Balancete de Despesa CM / 1990-01-01"}; Tipo de Período: NO; Demonstrar despesas: A; Entidades: [{"valor":"2726","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA"}]; Mês Fim: 9 - Versão: 66 de 18/09/2026 08:25:05													
Natureza da despesa (LOA)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	91.711,33	91.711,33	105.232,35	102.604,83	91.795,25	118.557,85	112.349,76	91.961,67	91.961,67	0,00	0,00	0,00	897.886,04
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.590,92	15.590,92	15.590,92	15.605,19	16.339,55	16.001,32	16.431,29	16.001,32	16.001,32	0,00	0,00	0,00	143.152,75
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	0,00	17.031,42	18.759,73	37.100,14	26.176,56	3.171,37	7.609,59	7.634,76	4.874,52	0,00	0,00	0,00	122.358,09
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.671,34	4.911,04	1.454,32	685,15	846,60	4.883,45	2.456,01	2.539,64	0,00	0,00	0,00	19.447,55
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	82,80	0,00	0,00	0,00	0,00	239,74	0,00	0,00	0,00	0,00	322,54
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.826,09	25.766,97	24.426,28	48.541,73	23.845,07	68.630,67	36.057,58	13.821,80	40.779,68	0,00	0,00	0,00	293.695,87
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	900,00	961,11	961,11	961,11	961,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.744,44
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	50.850,00	5.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.650,00
Total:	**120.028,34**	**152.733,09**	**169.964,23**	**257.117,32**	**165.602,69**	**207.207,81**	**177.331,67**	**132.115,30**	**156.156,83**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.538.257,28**
CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA					***PAULA CRISTINA DIAS***				***ANDREA DE LIMA SILVA***				
Presidente					Contadora				Controle Interno				

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:60F62E19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
DIÁRIAS SETEMBRO 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ												
ESTADO DO PARANÁ												
DIÁRIAS CONCEDIDAS MÊS: set/26										*PASSAGENS E COMBUSTIVEL		
NOME	CARGO	MATRI CULA	TIPO	AUTORIZA ÇÃO Nº	Nº DE DIÁRIAS	PERÍODO	VALOR DA DIÁRIA	TOTAL	MOTIVO/OBJETIVO	CUSTO PASSAGEM/C OMBUST.	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	DESTINO
ANTENOR CARLOS DA MOTTA	Presidente	93	Diária	65	2	01 à 03	R$ 870,00	R$ 1.740,00	Missão oficial cfe requerimento em anexo	R$ 1.619,15	Veículo próprio	Curitiba/pr
SÉRGIO FERNANDES	Contabilista	264	Diária	66	3,5	08 à 11	R$ 820,00	R$ 2.870,00	Curso de capacitação prolegis tce/pr	R$ 853,35	Veículo próprio	Foz do Iguaçu/pr
TATIANE RENOSTO ZANCHETA	Vereador	96	Diária	67	3,5	08 à 11	R$ 820,00	R$ 2.870,00	Curso de capacitação prolegis tce/pr	R$ 787,76		Foz do Iguaçu/pr
LENILCE VITORIANO	Assistente administrativo	280	Diária	68	3,5	15 a 18	R$ 870,00	R$ 3.045,00	Curso de capacitação Licitações sustentáveis	R$ 1.697,04	Veículo próprio	Curitiba/pr
TOTAL								**R$ 10.525,00**	**TOTAL.....**	**R$ 4.957,30**		

Três Barras do Paraná, 30 de setembro de 2026

TOTAL GERAL....R$ 15.482,30

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Sergio Fernandes
Código Identificador:EF65182C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3186-2026 E ANEXOS

LEI N° 3186/2026
Data 29/09/2026

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração da Proposta Orçamentária, Normas de Execução Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelo município de Três Barras do Paraná, no exercício de 2027, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1° Ficam estabelecidas para o exercício de 2027 as ações prioritárias, objetivos e metas, as metas e riscos fiscais, as disposições sobre alterações na legislação tributária, a estrutura e organização da lei orçamentária, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas relativas à execução orçamentária e financeira, as políticas de fomento e desenvolvimento e as disposições sobre a seguridade social, em conformidade com o Plano Plurianual, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n° 101/2000, Constituição Federal, Art. 165, § 2°, Lei n° 4.320/64 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional que disciplinam a matéria, compreendendo:
I – ações prioritárias, objetivos e metas da administração;
II – alterações na legislação tributária;
III – estrutura e organização da lei orçamentária;
IV – diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos;
V – diretrizes para execução financeira e orçamentária;

VI – disposições relativas às despesas com pessoal;
VII – políticas de fomento e desenvolvimento;
VIII – das Disposições Finais.

CAPÍTULO I
DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2° Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as diretrizes, as metas e as prioridades especificadas no anexo **II - Metas e Prioridades da Administração Municipal**, que integram esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos.

§ 1° Integra esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de impactar negativamente as contas públicas e, indicação de providências a serem tomadas pelo Poder Público Municipal.

§ 2° É parte integrante desta Lei o Anexo de Metas Fiscais, conforme Art. 4°, da Lei Complementar 101/2000, compreendendo os seguintes demonstrativos:
I – Metas Anuais;
II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e,
VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

CAPÍTULO II
ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 3° O Executivo Municipal, no decorrer do exercício seguinte, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente Lei, em especial quanto:
I – às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários;
II – à concessão e/ou redução de isenções fiscais;
III – à revisão de alíquotas dos tributos de competência; e,
IV – ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa Municipal. social;

CAPÍTULO III
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 4° A Proposta Orçamentária será composta de:
I – legislação e resumos da receita, referente ao orçamento fiscal e seguridade

II – resumos gerais da despesa referente ao orçamento fiscal e seguridade social;
III – orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 5° Os Orçamentos Fiscais discriminarão as despesas por órgãos, unidades orçamentárias, projetos e/ou atividades, segundo a classificação funcional programática, natureza dos gastos e fontes de recursos.

CAPÍTULO IV
DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6° Para o exercício financeiro de 2027 fica estabelecido como valores referenciais o montante de até R$ 99.433.400,00 (noventa e nove milhões quatrocentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1° Os Orçamentos Anuais para o Exercício de 2027 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo (Art. 1°, § 1º; Art. 4º; Inciso I, "a" e Art. 48, todos da LRF).

§ 2° Dos montantes estabelecidos nos orçamentos, será consignado em Reserva de Contingência o valor de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 7° Os valores consignados no §2° do artigo 6° da presente lei serão classificados nas programações orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, elemento de despesa 9.9.99.99 - Reserva de Contingência, e as parcelas das dotações orçamentárias decorrentes de vetos por parte do Executivo serão classificadas no elemento de despesa de sua origem.

Parágrafo único. O montante decorrente de vetos às emendas propostas pelo Poder Legislativo será utilizado como fonte à abertura de créditos adicionais.

Art. 8° O Projeto de Lei do Orçamento, por meio de Anexo, deve demonstrar a existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos nesta Lei.

Art. 9° A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2027 a preços correntes de setembro de 2026.

Art. 10. O Projeto de Lei do Orçamento para 2027 destinará recursos para atender prioritariamente:

I – ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1° de fevereiro do presente exercício;

II – as despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
III – ao pagamento do serviço da dívida pública;
IV – aos empréstimos e as contrapartidas de programas objetos de financiamentos;
V – a manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal e demais normas vigentes;
VI – a conclusão de projetos e/ou programas em andamento e a conservação do patrimônio público;
VII – a manutenção da saúde pública, de acordo do o Art. 198 da Constituição Federal, Lei Complementar n° 141/2012, de 13 de janeiro de 2012 e demais normas vigentes.
Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.
Art. 11. O Poder Legislativo elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2027 e a remeterá ao Executivo até 30 de julho de 2026, respeitando o limite máximo estabelecido no Art. 29-A da Constituição Federal e alterações complementares pertinentes à matéria, limitando-se a 7% relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5° do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.
§ 1° O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo determinado no *caput* deste artigo sua proposta orçamentária consolidada, os estudos e estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, na forma prevista no artigo 12, § 3° da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
§ 2° Quando o Poder Legislativo aumentar o valor da proposta orçamentária da Câmara Municipal em percentual superior ao estabelecido no caput deste artigo, o montante excedente será objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo.
Art. 12. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesas de capital.
Art. 13. O Poder Executivo não incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito, os quais serão abertos por créditos especiais.
§ 1° A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.
§ 2° O Poder Executivo fará constar da programação orçamentária da despesa, custos com juros e outros encargos decorrentes da contratação de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita, observado o disposto no Capítulo II, da Seção III, da Lei Complementar 101/00 e demais normas que regem a matéria.
Art. 14. Constará do Projeto de Lei Orçamentária a demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.
Art. 15. As despesas consideradas irrelevantes, previstas no § 3° do Art. 16 da Lei Complementar 101, entende-se o disposto nos incisos I e II do Art. 75 da Lei n° 14.133/2021.

Art. 16. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas, que:
I – sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;
II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que:
a) incidam sobre dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
b) sobre o serviço da dívida;
c) sobre dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas.
§ 1° É obrigatória à execução orçamentária e financeira, de forma equitativa e observados os limites constitucionais, das programações decorrentes de emendas individuais nos termos da Lei Orgânica do Município de Três Barras do Paraná.
§ 2° A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no Art. 72-A, §§ 1°, 2° da Lei Orgânica do Município de Três Barras do Paraná.
§ 3° As emendas individuais poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.
Art. 17. No Projeto de Lei Orçamentária é vedada a inclusão de créditos orçamentários com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.
Art. 18. O Projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de contribuições, auxílios e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo, agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos.
§ 1° Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou acordos com pessoas jurídicas (instituições privadas sem fins lucrativos) interessadas na parceria, observados à existência de lei autorizativa específica, pela qual ficam estabelecidas as obrigações de cada parte, forma e prazos, e também o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal n° 4.320/64, de 17 de março de 1964, e Lei Federal n° 13.019/14, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n° 13.204/15, de 14 de dezembro de 2015.
§ 2° Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.
§ 3° Os programas de assistência social que contemplem auxílios, deverão ser autorizados e disciplinados por meio de lei específica.
§ 4° No Projeto de Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedado à inserção de projetos ou atividades cuja dotação orçamentária programada não seja suficiente à cobertura integral dos custos no decorrer do exercício, bem como, não serão identificadas instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal n° 101/00 e Lei Federal n° 4.320/64.
Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 20. As programações de gastos em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.
Art. 21. Os recursos recebidos pelo Município provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita, e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.
Art. 22. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2027, o Executivo Municipal estabelecerá através de Decreto, a programação financeira e o cronograma de desembolso, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal e bimestral de desembolso.
Parágrafo único. O cronograma de que trata este artigo dará prioridades ao pagamento de despesas obrigatórias e de caráter continuado do Município em relação às despesas de caráter discricionário, e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais.
Art. 23. Os valores correspondentes ao duodécimo do Poder Legislativo serão repassados conforme a programação financeira elaborada pelo Legislativo.
Parágrafo único. Em caso de não elaboração do cronograma de desembolso, os duodécimos ao Legislativo se darão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas.
Art. 24. Para consecução das Ações Programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal da Fazenda estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou assunção de despesas.
Art. 25. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.
Art. 26. As dotações orçamentárias a serem custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito, ficarão condicionadas à efetiva formalização dos respectivos instrumentos.
Art. 27. A implementação do disposto nos artigos 17 e 18 da presente Lei, fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei, e será precedida de declaração do Administrador Municipal, assegurando que os aumentos programados possuem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, informando a origem dos recursos financeiros destinados à sua cobertura e comprovação de que sua execução não afetará os resultados estabelecidos nas metas fiscais.
Art. 28. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no § 2° do Art. 6°, serão destinados à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, observado o Anexo de Riscos Fiscais.
Art. 29. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, autorizado a:
I – alterar a programação orçamentária fixada para o exercício até o limite de 15% (quinze por cento) do Orçamento aprovado para o exercício, utilizando como recursos as formas previstas na Lei Federal 4.320/64;
II – utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no Art. 5°, inciso III da LRF, e artigo 8° da Portaria Interministerial 163, de 04 de maio de 2001;

III – realizar abertura de créditos suplementares e/ou especial, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inicio I, da Lei n° 4.320/64;
IV – realizar abertura de créditos suplementares e/ou especial provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumulado mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei n° 4.320/64;
V – abrir no curso da execução do orçamento de 2027, créditos adicionais suplementares e/ou especial para cobrir despesas vinculadas à fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;
VI – transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da CF.
§ 1° Os créditos adicionais de que trata o **caput** deste artigo, poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.
§ 2° Entende-se como categoria de programação, de que trata o inciso VI deste artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidades orçamentárias.
§ 3° Exclui-se do limite estabelecido no caput deste artigo 29, o contido nos seus incisos IV, V e VI, e as alterações orçamentárias destinadas à cobertura de despesas com pessoal, encargos sociais e serviços da dívida.
§ 4° Os valores remanescentes em Reserva de Contingência destinados às Emendas Impositivas do Legislativo Municipal, serão remanejados conforme destinação a ser aprovada no decorrer do exercício de 2027, por Lei específica.
Art. 30. Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata inciso I deste artigo, a transferência de dotações nos seguintes casos:
I – entre categorias econômicas, dentro do mesmo projeto e/ou atividade;
II – entre as fontes de recursos, livre e/ou vinculadas, dentro de cada projeto e/ou atividade, para fins de contabilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.
Art. 31. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos 04 (quatro) meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente por Decreto do Poder Executivo, e as dotações referentes a obras em andamento, serão reabertos no início do exercício de 2027, por Decreto do Executivo Municipal.
Art. 32. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita dependem de autorização por lei específica, observado as normas que disciplinam a matéria.
Art. 33. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiados com os recursos dos orçamentos, será efetuada de acordo com a legislação vigente.
§ 1° Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no anexo de metas fiscais, nos trinta dias (30) subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária (limitação de empenho) e da movimentação financeira.
§ 2° Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas de empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3° Das limitações de gastos estabelecidas no parágrafo anterior, excluem-se as obrigações constitucionais e legais ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e/ou confessada.
Art. 34. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto nesta Lei.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. No exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal ativo e inativo, e encargos sociais, dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Três Barras do Paraná, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal n° 101/2000.
Art. 36. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal adotarão as medidas dispostas nos artigos 23 e 66 da Lei Complementar Federal n° 101/2000 para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos no Art. 20 da referida Lei Complementar.
Art. 37. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão em 2027, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, observada a repartição dos limites de que trata o Art. 20 da Lei Complementar Federal n° 101/2000.
Art. 38. Ressalvadas a hipótese do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos poderes em 2027, Executivo e Legislativo, obedecerá aos limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente, em conformidade com o Art. 22 da Lei Complementar Federal n° 101/2000.
Art. 39. A terceirização de mão de obra que se refere à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", exceto contratação de empresa para prestação de serviços de plantões médicos no Hospital Municipal.
Art. 40. Na Lei Orçamentária Anual será destinado, no mínimo, 70% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do FUNDEB para remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício de suas atividades, conforme o disposto na Lei Federal n° 14.113/20, de 25 de dezembro de 2020, e demais normas vigentes.

CAPÍTULO VII
DAS POLÍTICAS DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO

Art. 41. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2027, custos com ampliação de ações nas áreas de educação, saúde, esporte, assistência social, cultura, agricultura, meio ambiente, turismo, infraestrutura, urbanismo, rodoviário, e aperfeiçoamento administrativo, e com a criação do programa de apoio e financiamento a implantação de indústrias, de fomento a agropecuária e de estímulo ao comércio.
Parágrafo único. Os custos decorrentes das ações programadas no caput deste artigo correrão a conta de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social, a serem consignados nas dotações orçamentárias especificadas dentro de cada secretaria, de acordo com a sua destinação.
Art. 42. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio, ao turismo, serão efetuadas através da Secretaria competente

§ 1° A cobertura dos custos decorrentes do proposto no caput deste artigo será financiada com o saldo financeiro disponível no tesouro municipal, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal, a serem consignados no orçamento público.
§ 2° As normas necessárias à operacionalização do disposto neste artigo serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Se a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 não for apreciada e votada pelo Legislativo até o final da última sessão legislativa do exercício de 2026, fica autorizada a realização das despesas até o limite mensal de 1/12 (um doze) avos de cada programa da proposta original remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.
Art. 44. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro de 2026, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo do exercício de 2026.
Parágrafo único. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.
Art. 45. A Contabilização da Secretaria Municipal de Educação e dos Fundos Municipais de: Saúde; da Criança e Adolescentes; de Assistência Social; do Idoso; do Meio Ambiente e da Cultura, Defesa Civil, Direito da Mulher, Segurança Pública, Segurança Alimentar e Nutricional, Alimentação Escolar, Emprego e Relações no Trabalho, Esporte, Saneamento básico e ambiental, Habitação e Interesse Social, Direito da Pessoa com Deficiência, suas receitas e despesas serão processadas conjuntamente com o orçamento geral do Município, como unidades orçamentárias específicas.
Art. 46. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, mediante Decreto, às alterações de metas fiscais e valores, toda vez que houver alteração orçamentária, no orçamento de 2027.
Art. 47. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1° de janeiro de 2027.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 29 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Estimativa das receitas				
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais				
Dados Aprovados pelo Legislativo				
Estimativa das Receitas Orçamentárias				
Situação: Aprovada na Íntegra		**Fundamento Legal: 3186**	**Data: 01/01/2027**	**Tipo: Lei**
Unidade Gestora: CONSOLIDADO				
Especificação		Receitas Previstas		
		2027		Total
		Direta	Indireta	
Receitas Correntes				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	108.357.700,00	-	108.357.700,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.237.900,00	-	8.237.900,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	1.008.700,00	-	1.008.700,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial	899.250,00	-	899.250,00
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Agropecuária	17.600,00	-	17.600,00
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Industrial	138.600,00	-	138.600,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	1.474.000,00	-	1.474.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	96.581.650,00	-	96.581.650,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	4.011.700,00	-	4.011.700,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens	693.000,00	-	693.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Capital	3.318.700,00	-	3.318.700,00
Total de Receitas		**112.369.400,00**	-	**112.369.400,00**
Deduções da receita				
Descontos Concedidos				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	110.000,00	-	110.000,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	110.000,00	-	110.000,00
FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	12.826.000,00	-	12.826.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	12.826.000,00	-	12.826.000,00
Total das Deduções		**12.936.000,00**	-	**12.936.000,00**
Total Liquido das Receitas		**99.433.400,00**	-	**99.433.400,00**
Total Geral		**99.433.400,00**		

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR						
LDO 2027 - 2027 - Alteração Legal 1						
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações						
Dados Aprovados pelo Legislativo						
Exercício: 2027						
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 3186**	**Data: 01/01/2027**			**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Programa:	0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS				**Tipo:**	Operações Especiais
Objetivo:	Realizar o recolhimento das contribuições ao PASEP; promover a amortização do principal e dos encargos decorrentes das dívidas contratadas e confessadas; efetuar a devolução de impostos e taxas arrecadados indevidamente; proceder à restituição de receitas à União e ao Estado; assegurar o pagamento de despesas de natureza indenizatória; reservar recursos para a constituição da Reserva de Contingência; bem como viabilizar a negociação e o pagamento de precatórios judiciais, garantindo o equilíbrio fiscal e o cumprimento das obrigações legais do Município.					
Unidade Responsável:	04.01 - DPTO DE FAZ.TESOURARIA E CONTABILIDADE	**Função:**	28-Encargos Especiais	**Subfunção:**	Subfunção: 846-Outros Encargos Especiais	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
0.001 - Contribuição ao PASEP		Op. Especial	Obrigações do PASEP recolhidas		%	873.900,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assegurar o recolhimento das contribuições legais ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PASEP, conforme legislação vigente.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
0.002 - Amortização e Encargos das Dívidas		Op. Especial	Principal da Dívida e Encargos Pagos		%	5.976.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assegurar o pagamento da amortização do principal e dos encargos incidentes sobre as dívidas e empréstimos do Município, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e legais, o equilíbrio fiscal e a manutenção da capacidade financeira da administração pública.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	

Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
0.003 - Pgto de Precatórios e Sentenças Judiciais		Op. Especial	Precatórios Pagos	%	1.000.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assegurar o pagamento de precatórios e sentenças judiciais devidos pelo Município, em cumprimento às determinações legais e judiciais, garantindo a regularidade fiscal, a transparência administrativa e a redução de passivos judiciais da administração pública.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
0.004 - Pgto de Indenizações e Restituições		Op. Especial	Indenizações e restituições pagas	%	50.100,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Efetuar o pagamento de indenizações e restituições devidas, promover a devolução de taxas e tributos recolhidos indevidamente pelos contribuintes, realizar a restituição de receitas ao Estado e à União quando necessária, bem como atender despesas de natureza indenizatória decorrentes de obrigações legais, administrativas ou judiciais.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**7.900.600,00**	

Programa:	1 - LEGISLATIVO EM AÇÃO				**Tipo:**	Apoio Administrativo	
Objetivo:	Fortalecer as atividades do Poder Legislativo Municipal, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica e regimentais ,garantindo suporte administrativo, modernização da gestão, transparência pública, participação popular e melhores condições para o exercício das funções legislativas, fiscalizadoras e institucionais da Câmara Municipal.						
Unidade Responsável:	01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	**Função:**	1-Legislativa	**Subfunção:**	Subfunção: 31-Ação Legislativa		
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**	
2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas		Atividade	Atividades Lesgislativas Mantidas		%	3.738.000,00	
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Promover condições adequadas aos parlamentares para o pleno exercício das atividades legislativas, em conformidade com os preceitos constitucionais, a Lei Orgânica do Município e os respectivos regimentos internos, assegurando suporte técnico, administrativo e operacional aos Vereadores no desempenho de suas atribuições institucionais, tais como: legislar sobre matérias de competência municipal; organizar e administrar os serviços internos da Câmara; exercer o controle externo sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos públicos municipais; revisar e atualizar periodicamente a legislação municipal; bem como executar demais competências previstas na legislação vigente. Além disso, garantir a gestão e o controle da vida funcional dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos, promovendo a adequada administração de pessoal no âmbito do Poder Legislativo Municipal.						
					Metas Físicas / Análise Acumulativa		
					Total		
					100,00		
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**3.738.000,00**		
Programa:	2 - COORDENAÇÃO E GESTÃO DO EXECUTIVO				**Tipo:**	Apoio Administrativo	
Objetivo:	Coordenar e supervisionar as ações da Administração Municipal, assessorando o Chefe do Poder Executivo nas relações institucionais, no planejamento governamental, no controle interno, na modernização administrativa, na supervisão das Secretarias e Departamentos, na execução de ações jurídicas, de comunicação institucional e na representação do Município junto aos órgãos municipais, estaduais e federais.						
Unidade Responsável:	02.01 - GABINETE DO PREFEITO	**Função:**	4-Administração	**Subfunção:**	Subfunção: 122-Administração Geral		
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**	
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito		Atividade	Gabinete Mantido		%	583.400,00	
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir a manutenção das atividades inerentes ao Gabinete do Prefeito, proporcionando condições para que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerça plenamente suas funções de representação institucional junto aos diversos segmentos da sociedade e perante autoridades e órgãos municipais, estaduais e federais. Coordenar e acompanhar as ações relacionadas ao planejamento municipal, promovendo a integração e o alinhamento das Secretarias Municipais, visando à eficiência administrativa e ao desenvolvimento do Município.						
					Metas Físicas / Análise Acumulativa		
					Total		
					100,00		
Unidade Responsável:	02.02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	**Função:**	4-Administração	**Subfunção:**	Subfunção: 122-Administração Geral		
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**	
2.003 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito		Atividade	Gabinete Mantido		%	215.800,00	
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir a manutenção das atividades inerentes ao Gabinete do Vice-Prefeito, proporcionando condições para auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal na coordenação e gerenciamento dos programas municipais, bem como na representação institucional do Município junto aos diversos órgãos, entidades e segmentos da sociedade.						
					Metas Físicas / Análise Acumulativa		
					Total		
					100,00		
Unidade Responsável:	02.03 - DPTO DE ASSESSORIA E CONTROLAD. INTERNA	**Função:**	4-Administração	**Subfunção:**	Subfunção: 122-Administração Geral		
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**	
2.005 - Manutenção do Dpto de Assessoria e Controlad. Interna		Atividade	Serviços de Assessoria Mantidos		%	1.189.000,00	
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal nas relações institucionais com os diversos segmentos da sociedade e perante autoridades e órgãos municipais, estaduais e federais; coordenar as ações relacionadas ao planejamento municipal; supervisionar e controlar as atividades executadas pelos órgãos da administração indireta; desenvolver ações de natureza jurídica, incluindo a elaboração de projetos de lei, atos normativos e demais instrumentos legais; promover e executar ações de controle interno; auxiliar o Prefeito na supervisão e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Secretarias e Departamentos Municipais; coordenar, em conjunto com o Prefeito, a representação política e institucional do Município em âmbito regional, estadual e federal; executar serviços de assessoria jurídica, controladoria interna, assessoria de imprensa e chefia de gabinete, visando à eficiência administrativa e ao fortalecimento da gestão pública municipal.						
					Metas Físicas / Análise Acumulativa		
					Total		
					100,00		
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**1.988.200,00**		
Programa:	3 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				**Tipo:**	Apoio Administrativo	
Objetivo:	Executar e coordenar as atividades administrativas da Administração Municipal, promovendo a aquisição e gestão de materiais, equipamentos, veículos e bens permanentes; realizar os processos de compras, licitações, almoxarifado, protocolo e arquivamento; controlar e conservar o						

	patrimônio público; elaborar projetos, convênios, atos normativos e instrumentos de planejamento; desenvolver ações voltadas à modernização e eficiência administrativa; planejar e participar de consórcios públicos; gerir as políticas de recursos humanos, incluindo controle funcional, benefícios, frequência, aposentadorias e direitos dos servidores públicos; bem como assegurar a qualidade dos serviços prestados à população e o cumprimento da legislação vigente.					
Unidade Responsável:	03.01 - DPTO ADM.REC.HUM.PLANEJ.LICIT E COMPRAS	**Função:**	4-Administração	**Subfunção:**	Subfunção: 122-Administração Geral	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.017 - Aquisição de Veículos e Equipamentos		Projeto	Veículos e Equip. Adquiridos		und	375.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Adquirir equipamentos e materiais permanentes destinados à modernização, adequação e manutenção da infraestrutura do Poder Executivo Municipal, contemplando a aquisição de veículos diversos, equipamentos de informática, mobiliário em geral, móveis, utensílios e demais bens necessários ao pleno funcionamento das atividades administrativas e à melhoria da prestação dos serviços públicos.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					20,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.006 - Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum.Planej.Licit e Compras		Atividade	Ações Administrativas Mantidas		%	6.211.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Executar e coordenar atividades de natureza administrativa voltadas ao adequado funcionamento da Administração Pública Municipal, compreendendo os processos de aquisição, armazenamento, controle e distribuição de materiais; otimização dos serviços administrativos; controle, conservação e gestão do patrimônio público imobiliário, mobiliário e bens de domínio público pertencentes ao Município; realização de desapropriações de imóveis declarados de interesse público e/ou social; garantia da qualidade e eficiência dos serviços prestados à população; execução dos serviços de arquivo, protocolo, compras e licitações; elaboração de projetos para execução de obras públicas; formalização e acompanhamento de convênios; elaboração de projetos de lei, atos normativos, planejamento e legislação em geral; controle e gestão do almoxarifado; bem como promover ações voltadas ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento sustentável, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODMs e demais diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR. Executar, ainda, os serviços inerentes ao Departamento de Recursos Humanos, abrangendo o planejamento, contratação, administração e controle da vida funcional dos servidores efetivos, temporários, comissionados e agentes políticos; elaboração e atualização da legislação funcional e trabalhista, incluindo estatuto dos servidores; atendimento às exigências dos órgãos previdenciários e demais obrigações legais relacionadas aos servidores; aprimoramento das políticas de gestão de pessoas; garantia dos direitos e benefícios legais; controle de frequência, afastamentos e aposentadorias; custeio e manutenção de benefícios destinados a aposentados e pensionistas. Manter, também, os serviços de divulgação dos atos oficiais do Município, assegurando a transparência e a publicidade legal dos atos administrativos, tais como leis, decretos, portarias, instruções normativas e demais publicações oficiais.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.051 - Manutenção do Consórcio Público dos Municípios do Prócaxias - Compro		Atividade	Consórcio Mantido		%	43.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Alocar os recursos necessários à participação e manutenção do Consórcio dos Municípios do Pró-Caxias, visando assegurar o pleno desenvolvimento de suas atividades, em conformidade com as ações, objetivos e responsabilidades pactuadas entre os Municípios consorciados, promovendo a cooperação intermunicipal e o fortalecimento das políticas públicas regionais.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.091 - Manutenção do Consórcio Publ. Inter. p/ Desenv. Sust. da Região Lindeira ao Parque Nac. do Iguaçu - CIDELPARNA		Atividade	Consórcio Mantido		%	15.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Exercer a gestão associada e consorciada para a execução de serviços públicos, obras e políticas públicas de interesse comum, visando ao fortalecimento da cooperação intermunicipal e ao atendimento eficiente das demandas regionais, em conformidade com os objetivos e diretrizes estabelecidos no Protocolo de Intenções e nas deliberações da Assembleia Geral do Consórcio.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.122 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil Municipal		Atividade	Atendimentos/ações preventiva/operações realizadas		Ações/Atendimen	126.000,00
Situação: Nova	Objetivo da Ação: Desenvolver e manter as atividades da Defesa Civil Municipal, por meio de ações preventivas, educativas, de monitoramento, atendimento emergencial e resposta a situações de risco e calamidade pública, garantindo maior segurança à população e fortalecendo a capacidade de atuação do Município em ocorrências de desastres naturais e eventos adversos.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	03.01 - DPTO ADM.REC.HUM.PLANEJ.LICIT E COMPRAS	**Função:**	4-Administração	**Subfunção:**	Subfunção: 364-Ensino Superior	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.094 - Manutenção do Polo de Apoio de Ensino Superior/graduação e pós-graduação.		Atividade	Alunos Atendidos		Pessoas	11.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Desenvolver e manter as atividades inerentes ao Polo de Apoio Presencial do Município, destinado à oferta de cursos de educação superior, graduação e pós-graduação na modalidade de ensino a distância, por meio de acordos e parcerias de cooperação técnica com instituições de ensino federais, estaduais e privadas, visando ampliar o acesso da população à qualificação profissional e ao ensino superior.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**6.782.200,00**	
Programa:	4 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA				**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Planejar, coordenar e executar as atividades financeiras, contábeis, tributárias e orçamentárias da Administração Municipal, assegurando o equilíbrio fiscal, a correta aplicação dos recursos públicos, a transparência das contas públicas e o cumprimento da legislação vigente.					
Unidade Responsável:	04.01 - DPTO DE FAZ.TESOURARIA E CONTABILIDADE	**Função:** 4-Administração		**Subfunção:**	Subfunção: 123-Administração Financeira	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.007 - Manutenção do Dpto de Faz. Tesouraria e Contabilidade.		Atividade	Serviços de fazenda, tesour. e contab. mantidos		%	1.625.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter, supervisionar e desenvolver as atividades inerentes aos serviços de fazenda, tesouraria e contabilidade do Município, visando assegurar o equilíbrio financeiro, a transparência fiscal e a correta aplicação dos recursos públicos. Executar o controle dos serviços financeiros, contábeis e patrimoniais; elaborar e implementar políticas voltadas ao incremento da arrecadação própria; promover o lançamento, arrecadação e cobrança de tributos municipais; realizar a inscrição e o controle da dívida ativa; desenvolver campanhas de recuperação de créditos tributários; controlar os devedores municipais; elaborar balanços, balancetes e prestações de contas; efetuar o controle financeiro da administração municipal; realizar o pagamento de credores; bem como promover a amortização e o controle das dívidas fundadas, contratadas, confessadas e parceladas. Executar os serviços de tesouraria do Município, abrangendo o controle financeiro e bancário, conciliações bancárias, movimentação de contas, recebimento de tributos e demais receitas municipais, além da efetivação de pagamentos e acompanhamento da execução financeira. Desenvolver e coordenar os serviços contábeis municipais, incluindo a elaboração de balanços, balancetes, demonstrativos contábeis e prestações de contas, assegurando o cumprimento das normas legais e o atendimento às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR, Tribunal de Contas da União TCU e demais órgãos de controle e fiscalização.					

					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	04.01 - DPTO DE FAZ.TESOURARIA E CONTABILIDADE	**Função:**	99-Reservas	**Subfunção:**	Subfunção: 999-Reserva de Contingência	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.004 - Reserva de Contingência		Atividade	Reserva de contingência mantida		%	550.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assegurar recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais, eventos imprevistos e calamidades públicas.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.087 - Reserva Emendas Impositivas do Legislativo		Atividade	Reserva para emendas impositivas mantida		%	1.687.948,90
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assegurar recursos orçamentários destinados ao atendimento das emendas impositivas do Poder Legislativo Municipal, garantindo a execução das programações aprovadas em lei, em conformidade com os princípios da transparência, planejamento e equilíbrio orçamentário da administração pública.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	04.02 - DPTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZ. E ARREC.	**Função:**	4-Administração	**Subfunção:**	Subfunção: 123-Administração Financeira	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.008 - Manutenção do Dpto de Trib. Fisc. e Arrecadação.		Atividade	Serv.Trib.Fisc.e Arrec. Mantidos		%	335.300,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Executar, coordenar e aperfeiçoar os serviços de tributação, fiscalização e arrecadação municipal, compreendendo o lançamento, controle e arrecadação de impostos, taxas, tarifas, contribuição de melhoria e demais receitas públicas; promover a inscrição em dívida ativa dos créditos não recebidos; desenvolver campanhas e ações de cobrança administrativa e recuperação de créditos inscritos em dívida ativa; implementar políticas voltadas ao aumento da arrecadação própria do Município; realizar a fiscalização de empresas, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e vendedores ambulantes, assegurando o cumprimento da legislação tributária e das normas municipais.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**4.198.848,90**	
Programa:	5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Garantir a gestão, o financiamento e a execução da Política Municipal de Assistência Social, assegurando a oferta contínua e qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população em situação de vulnerabilidade e risco social, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social, com deliberação, monitoramento e controle social pelo Conselho Municipal de Assistência Social CMAS.					
Unidade Responsável:	06.03 - FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**Função:** 8-Assistência Social		**Subfunção:**	Subfunção: 242-Assistência à Pessoa com Deficiência	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.053 - Manutenção do Bloco de Financ. de Prot. Social Esp. de Média e Alta Complexidade		Atividade	Serviços Sociais Mantidos		%	5.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Serviços de Proteção Social de Média Complexidade: realizados por equipes especializadas que atuam junto às famílias, cujos vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, mas não foram rompidos. O objetivo é contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários.					
	- Contribuir para o fortalecimento da família no seu papel de proteção					
	- Incluir famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos					
	- Contribuir para acabar com as violações de direitos na família					
	- Prevenir a reincidência de violações de direito.					
	Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade: proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, e necessitam ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	06.03 - FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**Função:**	8-Assistência Social	**Subfunção:**	Subfunção: 243-Assistência à Criança e ao Adolescente	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.058 - Manutenção da APAE		Atividade	Alunos Atendidos		Pessoas	82.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Alocar recursos para auxiliar no desenvolvimento das atividades dos alunos que frequentam a APAE, para proporcionar atendimento especializado, digno e de qualidade aos alunos matriculados na instituição que são portadores de necessidades especiais e necessitam de atendimento especializado.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					50,00	
Unidade Responsável:	06.03 - FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**Função:**	8-Assistência Social	**Subfunção:**	Subfunção: 244-Assistência Comunitária	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.019 - Programa Benefícios Eventuais		Atividade	Serviços Sociais Mantidos		%	829.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter e garantir o efetivo funcionamento e execução do Programa de Benefícios Eventuais – auxílio alimentação; auxílio passagens rodoviária; auxílio documentos e fotos; auxílio cobertores e vestuários; melhoria habitacional (construção, reformas/reparos); aluguel social; promoção de eventos; auxílio maternidade; auxílio alimento para pessoas acamadas; auxílio funeral, promoção preconizados através de Leis Municipais, bem como, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que garante o atendimento da proteção social básica de caráter suplementar e temporário, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					200,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.021 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		Atividade	Fundo de Assistência Social Mantido		%	471.900,00

Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter e garantir o efetivo funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações de Assistência Social. Prever ao FMAS a gestão descentralizada e participativa e que tem como referência o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Com fundamento legal no Artigo 27, Capítulo V, da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, e visa dar cumprimento imediato às ações concernentes à Assistência Social. É o instrumento de gestão de todos os recursos destinados ao financiamento das ações de assistência social, tendo como base a Política e o Plano Plurianual de Assistência Social; propiciando a erradicação da extrema pobreza e a fome, promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres, orientar e prevenir situações de risco das gestantes priorizando as adolescentes em situação de vulnerabilidade, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.024 - Manutenção do Bloco de Gestão do Progr. Bolsa Fam. e Cad.Único	Atividade	Serviços Atendidos		Pessoas Atend.	165.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir a intersetorialidade entre as secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, cujo objetivo é aperfeiçoar a sistemática de apoio financeiro à gestão e à execução do PBF e do Cadastro Único pelos Municípios. Tem como objetivos: alfabetização e aumento de escolaridade de jovens e adultos; qualificação e formação profissional; elaboração de mecanismos de inserção ocupacional, de "balcões de emprego" e de intermediação de mão de obra; atividades de geração de trabalho e renda; ações de incentivo ao cooperativismo; ações de desenvolvimento comunitário e territorial; integração de sistemas de cadastramento de famílias no Cadastro Único e de emprego e inserção ocupacional; desenvolvimento de estratégias de mobilização e informação.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				12,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.026 - Manutenção do Bloco de Financ. da Proteção Social Básica (SUAS)	Atividade	Serviços Atendidos		Pessoas Atend.	211.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). O Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família-PAIF é de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é de caráter preventivo e proativo, realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Destinam-se a crianças, adolescentes, idosos em situação de vulnerabilidade.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				12,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.123 - Manutenção do Programa Família Acolhedora	Atividade	Números de auxílios pagos		und	860.000,00
Situação: Nova	Objetivo da Ação: Garantir proteção social especial, acolhimento provisório, atendimento humanizado e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência, abuso ou agressão, por meio do Programa Família Acolhedora e de ações integradas da rede socioassistencial, assegurando proteção integral, dignidade e reinserção social.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				480,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**2.625.600,00**	
Programa:	6 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promover a manutenção, conservação, recuperação e ampliação da infraestrutura viária municipal, garantindo condições adequadas de trafegabilidade, segurança e mobilidade nas estradas rurais e vias municipais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do município.				
Unidade Responsável:	05.01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIO	**Função:**	26-Transporte	**Subfunção:**	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.001 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	Projeto	Veículos e Equip. Adquiridos		und	481.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Adquirir novos equipamentos (veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e outros mobiliários), com recursos de convênios e próprios para melhor atendimento aos Munícipes.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				7,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.002 - Execução de obras de infraestrutura rodoviária	Projeto	Obra Construída/Ampliada		und	200.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Executar obras de infraestrutura rodoviária: pavimentações asfálticas e/ou com pedras irregulares; construção de pontes, bueiros e tubulações; manutenção das obras (infraestrutura) existentes para melhorias das condições de trafegabilidade.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				2,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.014 - Manutenção do Dpto de Serviços Rodoviário	Atividade	Serviços Mantidos		%	6.837.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Executar os programas de conservação, cascalhamento e melhoria das estradas vicinais, construção de pontes, bueiros e pontilhões, readequação de estradas, pavimentação com pedras irregulares, e/ou asfáltica em rodovias, manutenção e conservação da frota de máquinas/equipamentos e veículos, aumento e substituição da frota.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**7.519.000,00**	
Programa:	7 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Planejar, executar e manter os serviços urbanos e a infraestrutura pública municipal, promovendo melhorias nas condições de limpeza, conservação, iluminação, urbanização e manutenção dos espaços públicos, visando proporcionar qualidade de vida, segurança e bem-estar à população.				
Unidade Responsável:	05.02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	**Função:**	15-Urbanismo	**Subfunção:**	Subfunção: 452-Serviços Urbanos
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.015 - Manutenção do Dpto Serviços Urbanos e Obras	Atividade	Serviços Mantidos		%	5.113.050,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Executar programas de conservação, construção, ampliação, melhoria e manutenção de prédios municipais, planejar e apoiar a construção de conjunto habitacional; conservar e proceder a melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano; arborizar parques, praças e ruas; executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; implementar o programa e a usina de beneficiamento de lixo que não é lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; proceder à análise de projetos arquitetônicos, expedir alvarás, fiscalizar a construção de casas, prédios e outras edificações; expedir certificados de conclusão de obras; executar os serviços de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais, pontes e dragagem de rios e córregos; em conjunto com a SANEPAR, apoiar à ampliação da rede de distribuição de água e complementar a implantação da rede de coleta e tratamento de esgoto, manutenção e extensão da rede de iluminação pública.				

					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	05.03 - DEPARTAMENTO DE OBRAS	**Função:**	15-Urbanismo	**Subfunção:**	Subfunção: 451-Infra-estrutura Urbana	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.003 - Execução de obras de infraestrutura urbana		Projeto	Obra Construída/Ampliada		und	120.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Executar obras de infraestrutura urbana: construção de parques, praças, rede de iluminação pública, rede de esgoto e pavimentações com pedras irregulares e/ou asfáltica com os seguintes serviços; (serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, galeria de águas pluviais, base/sub-base, meio fio e sarjeta; revestimento; paisagismo/urbanismo; sinalização de transito). E, manutenção das existentes para possibilitar melhores condições de vida à população e de trafegabilidade.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					2,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.015 - Aquisição de terrenos e imóveis p/ infraestrutura Administrativa		Projeto	Terrenos/Lotes Adquiridos		und	22.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Adquirir e/ou desapropriar imóveis urbanos e rurais destinados ao atendimento das necessidades de infraestrutura do Poder Público Municipal, visando à implantação, ampliação e adequação de serviços, obras e projetos públicos de interesse coletivo, contribuindo para o desenvolvimento urbano e rural do Município.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**5.255.050,00**	
Programa:	8 - ATENÇAO BÁSICA EM SAÚDE				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Planejar, coordenar, executar e monitorar as ações de Atenção Primária à Saúde (APS), com foco na promoção, prevenção e recuperação da saúde da população, especialmente dos grupos em situação de vulnerabilidade. Fortalecer os serviços multiprofissionais nas Unidades Básicas de Saúde, garantindo atendimento qualificado, realização de exames, fornecimento de medicamentos, campanhas de vacinação, combate às doenças transmissíveis e desenvolvimento de ações educativas em saúde. Promover a capacitação dos profissionais, ampliar e adequar a infraestrutura das unidades de saúde, fortalecer o controle social por meio do Conselho Municipal de Saúde e desenvolver ações integradas de proteção à criança, ao adolescente e às famílias.					
Unidade Responsável:	07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**Função:**	10-Saúde	**Subfunção:**	Subfunção: 301-Atenção Básica	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.004 - Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde		Projeto	Veículos e Equip. Adquiridos		und	11.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aquisição de ambulâncias, ônibus, micro ônibus e veículos; equipamentos e material permanente (móveis e utensílios, equipamentos de informática, equipamentos médicos, odontológicos e outros), com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, visando melhorias da infraestrutura de Atenção Básica em Saúde, visando atendimento de qualidade aos Munícipes.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.006 - Execução de obras de infraestrutura na área da saúde		Projeto	Obra Construída/Ampliada		und	27.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Execução de novas construções, ampliações, reformas e manutenção dos prédios públicos da saúde, com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, proporcionando melhores condições de atendimento aos Munícipes.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.009 - Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos		%	5.591.300,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Desenvolver Políticas de saúde pública em consonância com o plano de saúde aprovado pelo conselho; Para viabilizar todo o sistema de saúde municipal cumprindo metas físicas, epidemiológicas e financeiras, realizar conferências de saúde; manter e capacitar o conselho municipal de saúde; elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; executar programas preventivos de saúde materna/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais; atender com medicamentos a pessoas em situação de vulnerabilidade; executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate e prevenção de doenças diarreicas, de infecções respiratórias e de doenças preveníveis por imunização; programar e desenvolver ações de vigilância sanitária; desenvolver ações voltadas à redução da mortalidade infantil; participar de convênios voltados à prestação de sérvios de saúde e fornecimento de medicamentos; desenvolver ações na melhoria da saúde materna; desenvolver ações para prevenir e combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.011 - Manutenção Progr.de Atenç.Bás./Primária em Saúde Rec.Gov.Estadual		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos		%	270.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter e desenvolver com recursos do Estado o Programa de Atenção Básica e Primária em Saúde como estratégia de organização da Atenção a saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada a maior parte das necessidades de saúde, de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como à Atenção á indivíduos e comunidades.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.054 - Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/Atenção Básica		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos		%	2.458.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aplicar os recursos das transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo dos Programas do Bloco Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde/Atenção Básica, no desenvolvimento de ações voltadas ao preconizado pelo Fundo Nacional de Saúde em cada programa, termo de compromisso de gestão e, em consonância com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde aprovadas pelo Conselho Municipal.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**Função:**	10-Saúde	**Subfunção:**	Subfunção: 303-Suporte Profilático e Terapêutico	

Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.009 - Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos		%	665.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Desenvolver Políticas de saúde pública em consonância com o plano de saúde aprovado pelo conselho; Para viabilizar todo o sistema de saúde municipal cumprindo metas físicas, epidemiológicas e financeiras, realizar conferências de saúde; manter e capacitar o conselho municipal de saúde; elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; executar programas preventivos de saúde materna/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais; atender com medicamentos a pessoas em situação de vulnerabilidade; executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate e prevenção de doenças diarreicas, de infecções respiratórias e de doenças preveníveis por imunização; programar e desenvolver ações de vigilância sanitária; desenvolver ações voltadas à redução da mortalidade infantil; participar de convênios voltados à prestação de sérvios de saúde e fornecimento de medicamentos; desenvolver ações na melhoria da saúde materna; desenvolver ações para prevenir e combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.054 - Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/Atenção Básica		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos		%	425.700,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aplicar os recursos das transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo dos Programas do Bloco Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde/Atenção Básica, no desenvolvimento de ações voltadas ao preconizado pelo Fundo Nacional de Saúde em cada programa, termo de compromisso de gestão e, em consonância com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde aprovadas pelo Conselho Municipal.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**Função:**	10-Saúde	**Subfunção:**	Subfunção: 306-Alimentação e Nutrição	
Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.009 - Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos		%	198.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Desenvolver Políticas de saúde pública em consonância com o plano de saúde aprovado pelo conselho; Para viabilizar todo o sistema de saúde municipal cumprindo metas físicas, epidemiológicas e financeiras, realizar conferências de saúde; manter e capacitar o conselho municipal de saúde; elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; executar programas preventivos de saúde materna/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais; atender com medicamentos a pessoas em situação de vulnerabilidade; executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate e prevenção de doenças diarreicas, de infecções respiratórias e de doenças preveníveis por imunização; programar e desenvolver ações de vigilância sanitária; desenvolver ações voltadas à redução da mortalidade infantil; participar de convênios voltados à prestação de sérvios de saúde e fornecimento de medicamentos; desenvolver ações na melhoria da saúde materna; desenvolver ações para prevenir e combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.054 - Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/Atenção Básica		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos		%	143.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aplicar os recursos das transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo dos Programas do Bloco Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde/Atenção Básica, no desenvolvimento de ações voltadas ao preconizado pelo Fundo Nacional de Saúde em cada programa, termo de compromisso de gestão e, em consonância com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde aprovadas pelo Conselho Municipal.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**9.791.100,00**	
Programa:	9 - POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Garantir através da Rede Socioassistencia, da proteção social básica e especial por meio da oferta contínua, qualificada e articulada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, visando à prevenção e ao enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e à garantia de direitos, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social.					
Unidade Responsável:	06.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	**Função:**	8-Assistência Social	**Subfunção:**	Subfunção: 244-Assistência Comunitária	
Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.007 - Execução de obras de infraestrutura social		Projeto	Obra Construída/Ampliada		und	66.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Melhorar a infraestrutura da Assistência Social através da execução de novas construções, ampliações, reformas e melhorias nos prédios públicos existentes com recursos próprios, convênios e/ou parcerias com os Governos Federal e Estadual.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
1.016 - Aquisição de terrenos e imóveis p/ habitação e infraestr. social		Projeto	Terrenos/Lotes Adquiridos		und	44.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Adquirir e/ou desapropriar imóveis urbanos e rurais visando atender as necessidades de infraestrutura do Poder Público Municipal, em especial, áreas para implantação de programas habitacionais de interesse social e/ou obras públicas.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.020 - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS		Atividade	Serviços Sociais Mantidos		%	1.292.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que é uma Unidade Pública Estatal, destinado ao atendimento sócioassistencial de famílias. Garantir a execução dos Serviços da Proteção Social Básica de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS. Proporcionar espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social, assim como encaminhamentos para rede.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)		Unidade Medida	Metas Fiscais (R$ 1)
2.048 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS		Atividade	Serviços Sociais Mantidos		%	654.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, que é uma unidade pública da política de Assistência Social, onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Ofertar ainda, o Serviço					

	de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Tendo como principais objetivos atender famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, tais como: violência física; psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	06.04 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	**Função:**	8-Assistência Social	**Subfunção:**	Subfunção: 241-Assistência à Pessoa Idosa	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.085 - Fundo Municipal do Idoso		Atividade	Serviços Sociais Mantidos		%	171.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter e desenvolver serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, com a promoção de ações e/ou atividades pautadas nas características, interesses e demandas desta faixa etária, considerando a vivência em grupo, as experiências artísticas. Deve-se sim, desenvolver ações de cunhos culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas, sempre levando em consideração a centralidade da família e a referência ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Tendo como principais objetivos a contribuição para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo: Assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária através dos clubes de idosos; Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; Propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir; e contribuir para o desenvolvimento da autonomia social dos Idosos.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	

						Total
						100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA						**2.228.600,00**
Programa:	10 - ENSINO FUNDAMENTAL				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Dotar a rede municipal com recursos e meios necessários para manutenção e melhoria da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental; fortalecer a alfabetização e garantir ações para promover a recomposição da aprendizagem; ofertar formação continuada para os profissionais que atuam na rede municipal de ensino; desenvolver ações para valorização dos profissionais da educação; Ampliar a oferta da educação intergral em tempo integral; assegurar o acesso dos alunos residentes no meio rural disponibilizando transporte escolar com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal; renovar e ampliar a frota própria do transporte escolar; manter e aprimorar o programa de alimentação escolar, assim como garantir a estrutura física e os equipamentos necessários para sua oferta; construir, ampliar e reformar escolas; garantir equipamentos necessários para atendimento das escolas; construir quadras poliesportivas em escolas; apoiar o acesso a atividades culturais; aplicar exclusivamente na educação os recursos provenientes do salário educação e de convênios com órgãos federais e estaduais; apoiar a promoção de eventos esportivos; participar de ações que promovam a prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas, a superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino e a conscientização quanto educação ambiental, sustentabilidade e emergência climática; manter as atividades administrativas da educação; garantir a aplicação dos mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação da educação em nível Federal, Estadual e Municipal; integrar ferramentas digitais para potencializar a aprendizagem, desenvolver competências voltadas à cidadania digital e modernizar a gestão educacional; adquirir e ampliar o acervo bibliográfico das escolas; adquirir materiais didático-pedagógicos; adquirir materiais escolares e permanentes; adquirir equipamentos de informática; adquirir veículos e ônibus com recursos próprios e de convênios; incentivar a participação da comunidade no controle social e vida escolar; manter e capacitar os membros dos conselhos relacionados a área de educação.					
Unidade Responsável:	09.01 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	**Função:**	12-Educação	**Subfunção:**	Subfunção: 361-Ensino Fundamental	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.008 - Execução de obras de infraestrutura na área da educação.		Projeto	Obra Construída/Ampliada		und	110.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Execução de novas construções, ampliações, reforma e melhorias de prédios públicos da rede municipal de ensino, visando à adequação e o bom funcionamento da infraestrutura da Educação.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.009 - Aquisição de Equipamentos e Veículos para Educação.		Projeto	Veículos e Equip. Adquiridos		und	127.050,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aquisição de ônibus, micro ônibus e veículos; equipamentos e material permanente (móveis e utensílios, equipamentos de informática e outros), com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, visando melhorias da infraestrutura da área de educação e proporcionando atendimento de qualidade aos Munícipes.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					4,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.027 - Ensino Fundamental - FUNDEB 70%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação		Alunos	3.989.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Prover o Ensino Fundamental de meios necessários à sua manutenção e melhoria continuada do ensino; fortalecer a alfabetização; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atuam no ensino fundamental; desenvolver ações para valorização do magistério; implantar programas de reforço educacional; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural; promover o desporto educacional escolar e desenvolver programas culturais, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					660,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.028 - Ensino Fundamental - FUNDEB 30%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação		Alunos	1.711.400,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar o Ensino Fundamental de meios necessários à sua manutenção e melhoria continuada do ensino; fortalecer a alfabetização; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino fundamental; desenvolver ações para valorização do magistério; implantar programas de reforço educacional; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural; promover o desporto educacional escolar e desenvolver programas culturais, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					660,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.030 - Manutenção do Ensino Fundamental		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação		Alunos	5.178.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários à manutenção e melhoria continuada do ensino fundamental; fortalecer a alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino municipal; desenvolver ações para valorização do magistério; implantar programas de reforço escolar; Atingir o Ensino Básico Universal, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR. Assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar; incentivar a implantação de hortas em escolas; promover o desporto educacional escolar; desenvolver programas culturais; aplicar os recursos provenientes do salário educação e de convênios com órgãos federais e estaduais, e promover eventos esportivos, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	

				Total	
				660,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.099 - Ensino Fundamental/ Educação no Campo- FUNDEB 70%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	1.031.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Ensino Fundamental/ Educação no Campo- FUNDEB 70%				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				165,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.101 - Ensino Fundamental/ Educação no campo - FUNDEB 30%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	481.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar o Ensino Fundamental da Educação no Campo de meios necessários à sua manutenção e melhoria continuada do ensino; fortalecer a alfabetização; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino fundamental do campo; desenvolver ações para valorização do magistério; implantar programas de reforço educacional no campo; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural; promover o desporto educacional escolar e desenvolver programas culturais, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				165,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.102 - Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	1.188.550,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				165,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.120 - Criação de matrículas em tempo integral no ensino fundamental - FUNDEB 70%		Atividade	MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL AMPLIADAS	ALUNOS MATRÍCUL	375.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Expandir gradativamente o número de alunos atendidos em tempo integral no ensino fundamental, garantindo educação de qualidade e cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				165,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.121 - Criação de matrículas em tempo integral no ensino fundamental - FUNDEB 30%		Atividade	MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL AMPLIADAS	ALUNOS MATRÍCUL	174.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Expandir gradativamente o número de alunos atendidos em tempo integral no ensino fundamental, garantindo educação de qualidade e cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				165,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**14.367.600,00**	
Programa:	11 - ENSINO INFANTIL			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Dotar a rede municipal de recursos e meios necessários à manutenção e melhoria da educação Infantil (Pré-Escolar e Creche) para oferecer uma educação de qualidade, assegurando a formação integral da criança, em seus aspectos intelectual, psicológico, social e físico; proporcionar a oferta de educação em tempo integral para as crianças matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil (0 a 3 anos); promover a formação continuada e a valorização dos servidores que atuam na educação infantil; assegurar o acesso das crianças residentes no meio rural disponibilizando transporte escolar com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal; renovar e ampliar a frota própria do transporte escolar; manter e aprimorar o programa de alimentação escolar, assim como garantir a estrutura física e os equipamentos necessários para sua oferta; construir, ampliar e reformar os espaços destinados ao atendimento da Educação Infantil; garantir equipamentos necessários para atendimento dessa etapa de ensino; garantir a instalação de playground em todas as instituições que ofertam Educação Infantil; apoiar o acesso a atividades culturais; aplicar exclusivamente na educação os recursos provenientes do salário educação e de convênios com órgãos federais e estaduais; participar de ações que promovam a prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas, a superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino e a conscientização quanto educação ambiental, sustentabilidade e emergência climática; manter as atividades administrativas da educação; garantir a aplicação dos mecanismos e instrumentos de avaliação instucional da Educação Infantil; disponibilizar ferramentas digitais para auxiliar a aprendizagem e desenvolvimento das crianças e modernizar a gestão educacional; adquirir e ampliar o acervo bibliográfico das instituições que ofertam a Educação Infantil; adquirir materiais didático- pedagógico.				
Unidade Responsável:	09.02 - DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	**Função:**	12-Educação	**Subfunção:**	Subfunção: 365-Educação Infantil
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.030 - Execução de obra de ampliação de Creche		Projeto	Creche Construída/Ampliada e Reformada	und	22.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Ampliar a estrutura física da creche municipal, proporcionando melhores condições de atendimento, segurança, acessibilidade e conforto às crianças, profissionais e comunidade escolar, visando aumentar a capacidade de vagas e fortalecer a qualidade da educação infantil no município.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.029 - Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	1.689.051,10
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários para manutenção e melhoria continuada do ensino infantil/Pré-Escola; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino infantil municipal; Atingir o Ensino Básico Universal, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR. Assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o programa de merenda escolar; adquirir materiais didático-pedagógicos; adquirir materiais escolares e permanentes; adquirir equipamentos de informática; implementar mecanismos para melhorar o processo de informatização da educação; adquirir veículos e ônibus com recursos próprios e de convênios; desenvolver programas em atendimento a criança e; manutenção das atividades administrativas da educação infantil, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				170,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.031 - Pré-Escola - FUNDEB 70%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	2.744.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários à manutenção e melhoria continuada do ensino infantil; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino infantil municipal e assegurar o acesso de alunos residentes no				

	meio rural, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				170,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.032 - Manutenção da Educação Infantil/Creche		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	2.313.300,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários para manutenção e melhoria continuada do ensino infantil/Creche; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino infantil municipal; assegurar acesso a todas a crianças; manter e aprimorar o programa de merenda escolar; adquirir materiais didático-pedagógicos; adquirir materiais escolares e permanentes; adquirir equipamentos de informática; implementar mecanismos para melhorar o processo de informatização da educação; adquirir veículos e ônibus com recursos próprios e de convênios; desenvolver programas em atendimento a criança e; manutenção das atividades administrativas da educação infantil, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				315,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.100 - Pré-Escola/ Educação no Campo - FUNDEB 70%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	319.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários à manutenção e melhoria continuada do ensino infantil na Educação no campo; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino infantil municipal do campo e assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				43,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.103 - Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola da Educação no Campo		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	309.100,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários para manutenção e melhoria continuada do ensino infantil/Pré-Escola da Educação no campo; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino infantil municipal no campo; Atingir o Ensino Básico Universal, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR. Assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o programa de merenda escolar para alunos da educação no campo; adquirir materiais didático-pedagógicos; adquirir materiais escolares e permanentes; adquirir equipamentos de informática; implementar mecanismos para melhorar o processo de informatização da educação no campo; adquirir veículos e ônibus com recursos próprios e de convênios; desenvolver programas em atendimento a criança e; manutenção das atividades administrativas da educação infantil no campo, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				43,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**7.397.451,10**	
Programa:	12 - ENSINO ESPECIAL			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Dotar a rede municipal de recursos e meios necessários à manutenção e melhoria da Educação Especial; garantir o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento; ofertar formação continuada para os profissionais que atuam na rede municipal de ensino voltada a área da Educação Especial; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural nas turmas de ensino regular e atendimentos educacional especializado em contraturno nas Salas de Recursos Multiprofissional, por meio do transporte escolar com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal; manter e aprimorar o programa de alimentação escolar, assim como garantir a estrutura física e os equipamentos necessários para sua oferta, com garantias de cardápios de acordo com cada necessidade; construir um Centro de Atendimento Multiprofissional para atendimento da rede municipal de ensino com profissionais especializados; repasse de recursos de órgãos federais e estaduais para convênio com a Escola Especial; garantir profissionais habilitados para atuar na Educação Especial; adquirir testes e demais materiais necessários para realização das avaliações multiprofissionais; adquirir materiais didático-pedagógicos, materiais escolares e permanentes adaptados conforme as necessidades dos alunos público alvo da Educação Especial;integrar ferramentas digitais para potencializar a aprendizagem, desenvolver competências voltadas à cidadania digital e modernizar a gestão educacional; aumentar a oferta de atendimentos educacional especializado em Salas de Recurso Multiprofissional com professores especialistas conforme determina a legislação vigente; garantir a realização das avaliações multiprofissionais pela equipe da Secretaria Municipal da Educação.				
Unidade Responsável:	09.03 - DEPARTAMENTO DE ENSINO ESPECIAL	**Função:**	12-Educação	**Subfunção:**	Subfunção: 367-Educação Especial
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.033 - Manutenção da Educação Especial		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	537.900,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários à manutenção e melhoria continuada do ensino fundamental/Educação Especial; fortalecer a alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino municipal; desenvolver ações para valorização dos profissionais; implantar programas de reforço escolar; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar e; manter e aprimorar o programa de merenda escolar, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				12,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.034 - EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação	Alunos	874.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários à manutenção e melhoria continuada do ensino especial; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no ensino especial municipal e assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				12,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**1.412.500,00**	
Programa:	13 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Fortalecer a atuação do Município no planejamento, coordenação e execução das políticas públicas de cultura, por meio do incentivo à criação, manutenção e modernização de espaços culturais destinados ao desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e educacionais, presenciais e virtuais, promovendo o acesso da população à cultura e fomentando a produção cultural local mediante aquisição de bens, serviços e equipamentos vinculados ao setor cultural. Desenvolver estratégias permanentes de divulgação e promoção cultural por meio da mídia impressa, rádio, produções audiovisuais, redes sociais e plataformas digitais, valorizando os artistas locais e incentivando a realização de festivais de música popular e sertaneja, exposições de artes plásticas, feiras de artesanato, grupos de teatro e dança, além do apoio à realização de eventos, apresentações, intercâmbios culturais, viagens técnicas e cursos de formação artística, estimulando a descoberta e valorização de talentos locais em eventos regionais e estaduais. Promover a valorização dos artistas e agentes culturais do município, oferecendo suporte institucional e incentivo à sustentabilidade econômica das produções artísticas e culturais, por meio da execução de programas, projetos, convênios, parcerias e captação de recursos junto às iniciativas privadas e aos Governos Estadual e Federal. Ampliar, atualizar e preservar o acervo bibliográfico, documental e fotográfico histórico do município, garantindo sua conservação para fins de memória, pesquisa, estudo e educação das futuras gerações, bem como modernizar as instalações, equipamentos e serviços da Biblioteca Pública Municipal, consolidando-a como espaço cultural, educacional e de cidadania acessível à população.				
Unidade Responsável:	12.01 - DEPARTAMENTO ADM. DE CULTURA	**Função:**	13-Cultura	**Subfunção:**	Subfunção: 392-Difusão Cultural
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**

2.039 - Realização de Festivais		Atividade	Festival Realizado	und	83.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Incentivo ao desenvolvimento cultural através da realização de Festivais de musica sertaneja, popular, entre outros eventos culturais.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.086 - Fundo Municipal de Cultura		Atividade	Atividades Culturais Realizadas	%	386.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Incentivo ao desenvolvimento cultural da população apoiando a implantação da banda e o coral municipal; realização de apresentações, viagens e cursos; organização e incentivo a formação de grupos de teatro e dança; incentivo a leitura; manutenção e aquisição de acervo bibliográfico e incentivo à descoberta de valores artísticos em participações culturais regionais e/ou estadual.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**469.000,00**	
Programa:	14 - ESPORTE PARA TODOS: CIDADE ATIVA			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promover o acesso democrático ao esporte, lazer e atividades físicas, incentivando hábitos saudáveis, inclusão social, qualidade de vida e integração comunitária, por meio da oferta de atividades esportivas, recreativas e de bem-estar para todas as faixas etárias da população.				
Unidade Responsável:	08.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	**Função:**	27-Desporto e Lazer	**Subfunção:**	Subfunção: 812-Desporto Comunitário
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.010 - Execução de obras de infraestrutura na área do esporte.		Projeto	Obra Construída/Ampliada	und	22.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Execução de novas construções, ampliações, reformas e melhorias de locais para as práticas esportivas, possibilitando qualidade de vida à população através do esporte.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.040 - Manutenção do Desporto Amador		Atividade	Atividades Esportivas Realizadas	%	1.662.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Execução dos programas na área esportiva, implantação e manutenção de escolinhas e atividades de iniciação desportiva nas modalidades de voleibol, basquete, futsal, handebol, futebol e atletismo nos centros esportivos e/ou outro locais, convênio com bolsistas das faculdades, organização de eventos esportivos com outras entidades, jogos escolares municipais, manutenção de treinamentos esportivos em diversos bairros em diferentes modalidades, estímulo ao esporte amador com organização de campeonatos municipais, participação e promoção de competições regionais (Pró-Caxias e Copa Cantu), dentre outras promoções.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**1.684.000,00**	
Programa:	15 - PROMOÇÃO AGROPECUÁRIA			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Apoiar e incentivar o aumento da produtividade e da renda das famílias de produtores rurais; estimular e fortalecer o agronegócio; incentivar o associativismo; prestar assistência técnica aos produtores para aumento da produtividade; fazer levantamento cartográfico rural e mapeamento do Município; perfuração de poços artesianos e implantação de sistemas de abastecimento para acesso à água de qualidade na zona rural; motivar e apoiar ações voltadas ao saneamento rural; a implantação de sistemas de irrigação buscando a viabilização de culturas alternativas; realização de convênios com empresas e entidades; programa de conservação de solo, preservação e a recuperação da mata ciliar, minas, nascentes de água com recursos do Município e/ou em parceria com entidades; distribuição de calcário; manter e ampliar o atendimento do programa de atendimento aos produtores, proporcionando melhorias nas propriedades rurais (subsídios de horas máquinas); construir, implementar e fomentar o mercado do produtor, construir e implementar sede para secretaria da agricultura. Fomentar e apoiar o programa bacia leiteira; incentivar e apoiar o melhoramento genético do rebanho; construir passadores de gado nas estradas do Município; disponibilização de calcário e reforma de pastagens; desenvolver projetos e programas para captação de recursos dos Governos Federal e Estadual; fiscalizar o processo de abate, produção, transformação e industrialização de produtos de origem animal; manter as atividades administrativas da Secretaria de Agricultura; adquirir veículos e equipamentos (patrulha agrícola), com recursos de convênios com os Governos Federal, Estadual e contrapartida do Município. Manter programas de horas máquinas em propriedades rurais.				
Unidade Responsável:	10.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	**Função:**	20-Agricultura	**Subfunção:**	Subfunção: 606-Extensão Rural
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.012 - Aquisição de Patrulhas Agrícolas e equipamentos		Projeto	Equipamentos Adquiridos	und	55.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aquisição de patrulhas agrícolas com recursos de convênios com os Governos Federal e Estadual e/ou próprios visando o fomento da produção rural e; aquisição de veículos e equipamentos e materiais permanentes para melhoramento e adequação da infraestrutura da Secretaria de Agricultura.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.027 - Execução de obra p/ implantação de sistemas de Abastecimento de Água		Projeto	Poços Artesianos	und	55.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Execução de obra para implantação de Abastecedouros Comunitários e perfuração de poços artesianos c/ implantação de infraestrutura para o abastecimento e distribuição de água na zona rural.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.041 - Manutenção do Departamento de Agricultura		Atividade	Desenvolvimento Agropecuário	%	3.386.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Apoiar e incentivar o aumento da produtividade e da renda das famílias de produtores rurais; estimular e fortalecer o agronegócio; incentivar o associativismo; prestar assistência técnica aos produtores para aumento da produtividade; fazer levantamento cartográfico rural e mapeamento do Município; perfuração de poços artesianos e implantação de sistemas de abastecimento para acesso à água de qualidade na zona rural; motivar e apoiar ações voltadas ao saneamento rural; a implantação de sistemas de irrigação buscando a viabilização de culturas alternativas; realização de convênios com empresas e entidades; programa de conservação de solo, preservação e a recuperação da mata ciliar, minas, nascentes de água com recursos do Município e/ou em parceria com entidades; distribuição de calcário; manter e ampliar o atendimento do programa de atendimento aos produtores, proporcionando melhorias nas propriedades rurais (subsídios de horas máquinas); construir, implementar e fomentar o mercado do produtor, construir e implementar sede para secretaria da agricultura. Fomentar e apoiar o programa bacia leiteira; incentivar e apoiar o melhoramento genético do rebanho; construir passadores de gado nas estradas do Município; disponibilização de calcário e reforma de pastagens; desenvolver projetos e programas para captação de recursos dos Governos Federal e Estadual; fiscalizar o processo de abate, produção, transformação e industrialização de produtos de origem animal; manter as atividades administrativas da Secretaria de Agricultura; adquirir veículos e equipamentos (patrulha agrícola), com recursos de convênios com os Governos Federal, Estadual e contrapartida do Município. Manter programas de horas máquinas em propriedades rurais. Manutenção das atividades do Canil Municipal.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	

				Total	
				100,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.050 - Manutenção da Casa Familiar Rural	Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação		Alunos	372.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter e desenvolver as atividades inerentes da Casa Familiar Rural, tendo por objetivo: a formação de jovens do meio rural que recebem formação e qualificação técnica, profissional, gerencial, abrangendo o desenvolvimento associativista, a produção, a transformação, a comercialização e agricultura sustentável, com ênfase para a sucessão da unidade de agricultura familiar.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				22,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**3.868.700,00**	
Programa:	16 - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promover a proteção, preservação, recuperação e conservação do meio ambiente, por meio do desenvolvimento de políticas públicas ambientais, ações de sustentabilidade, educação ambiental, gestão de resíduos sólidos e preservação dos recursos naturais, visando garantir qualidade de vida à população e o desenvolvimento sustentável do Município.				
Unidade Responsável:	10.03 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	**Função:**	18-Gestão Ambiental	**Subfunção:**	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.061 - Gestão dos resíduos sólidos e recicláveis	Atividade	Serviços Mantidos		%	1.664.300,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção e desenvolvimento de ações de limpeza pública, gestão e manejo dos resíduos sólidos e recicláveis que constituem um conjunto de procedimentos de limpeza e desenvolvimento de ações que visem minimizar a produção de resíduos; proporcionando aos resíduos gerados uma coleta, transporte, reciclagem e destinação adequada visando à preservação do meio ambiente e a saúde pública.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.084 - Fundo Municipal do Meio Ambiente	Atividade	Ações de Meio Ambiente Desenvolvidas		%	143.550,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção e desenvolvimento de ações voltadas ao Meio Ambiente através do apoio as atividades ligadas à preservação e conservação do meio ambiente; aumentar a área de proteção e preservação ambiental; Garantir a Sustentabilidade Ambiental, em atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidas pelo TCE-PR; estimular a exploração racional dos recursos naturais renováveis; identificar fontes poluidoras do meio ambiente; promover ações para redução dos índices de poluição, inclusive pelo uso indiscriminado de agrotóxico; manter o viveiro florestal e produzir mudas, apoio técnico e financeiro para viabilidade turística do parque Guarani.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.124 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Bem-Estar Animal	Atividade	Animais acolhidos e atendidos		Animais	177.000,00
Situação: Nova	Objetivo da Ação: Manutenção Garantir a manutenção, organização e o pleno funcionamento do Canil Municipal, promovendo ações de acolhimento, proteção, alimentação, atendimento veterinário, controle populacional e bem-estar dos animais em situação de abandono, maus-tratos ou risco, bem como desenvolver medidas de controle de zoonoses, adoção responsável e conscientização da população, visando à proteção da saúde pública e ao bem-estar animal.dos Serviços de Proteção e Bem- Estar Animal				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				50,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**1.984.850,00**	
Programa:	17 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM DESENVOLVIMENTO			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promover o desenvolvimento econômico do Município por meio do fortalecimento da indústria, comércio, prestação de serviços e empreendedorismo, incentivando a geração de emprego, renda, inovação, competitividade e atração de investimentos.				
Unidade Responsável:	11.01 - DPTO DE INDUSTRIA, COM. E SERVIÇOS	**Função:**	22-Indústria	**Subfunção:**	Subfunção: 661-Promoção Industrial
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.005 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industrial	Projeto	Equipamentos Adquiridos		und	66.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aquisição de máquinas e equipamentos de natureza industrial para incentivo a implantação de novas indústrias; fomento e reestruturação das existentes para geração de empregos e renda.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				2,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.011 - Aquisição de terrenos e imóveis	Projeto	Terrenos/Lotes Adquiridos		und	126.500,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Incentivo ao desenvolvimento industrial, através de aquisição de terrenos e/ou imóveis existentes para implantação de novos parques industriais, visando geração de emprego e renda.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.013 - Construção, reformas e manut. de barracões industriais e obras de infraestrutura	Projeto	Obra Construída/Ampliada		und	145.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Incentivo ao desenvolvimento industrial e comercial, através da construção e/ou reforma de barracões, e execução de obras para melhoria da infraestrutura existente para manutenção e implantação de novos parques industriais e comerciais, visando geração de emprego e renda.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.043 - Manutenção do Dpto de Indústria, Comércio e Serviços	Atividade	Ações Industriais Desenvolvidas		%	266.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Promover o processo de desenvolvimento industrial através da oferta de infraestrutura, assessoramento e apoio para instalação de novas empresas e indústrias; apoio as atividades comerciais e prestadoras de serviços; apoio às ações do Conselho Comunitário de Desenvolvimento; realização de feiras e exposições; diagnosticar o potencial industrial e comercial do Município; elaboração de diretrizes e metas para o desenvolvimento econômico do Município e firmar parceria com empresas e entidades de				

	assessoramento. Estímulo à realização de cursos de capacitação profissionalizante, conferências ou palestras sobre temáticas ligadas ao desenvolvimento da Indústria e Comércio; implantação da escola oficina, para o treinamento de mão de obra, em convênio com o SEBRAE, Secretaria do Trabalho e demais entidades ligadas ao setor.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**603.900,00**	
Programa:	18 - TURISMO EM DESENVOLVIMENTO				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável do turismo municipal, com ênfase no potencial turístico do alagado do Rio Iguaçu, decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias/Lagos do Iguaçu, por meio do planejamento, implantação e fortalecimento da infraestrutura turística, captação de recursos através de convênios e parcerias, valorização dos atrativos naturais e culturais, melhoria da infraestrutura da praia artificial de Barra Bonita e seu entorno, realização e apoio a eventos turísticos, bem como incentivo à utilização do Parque Guarani para atividades de ecoturismo, lazer e integração com a natureza.					
Unidade Responsável:	12.02 - DEPARTAMENTO DE TURISMO	**Função:**	13-Cultura	**Subfunção:**	Subfunção: 695-Turismo	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.014 - Obras de Infraestrutura Turísticas		Projeto	Obra Construída/Ampliada		und	22.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Executar obras de infraestrutura na área de turismo, em especial, nas áreas do alagado do Rio Iguaçu, praia artificial de Barra Bonita e obras de acesso.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.044 - Manutenção do Departamento de Turismo		Atividade	Ações Turísticas Desenvolvidas		%	89.100,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Promover o processo de desenvolvimento turístico, em especial; no alagado do Rio Iguaçu, em consequência da construção da usina de Salto Caxias/Lagos do Iguaçu, dotar de infraestrutura as praias do Município, promoção de eventos turísticos, utilização de parque Guarani para exploração do ecoturismo.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**111.100,00**	
Programa:	19 - TRANSPORTE DE UNIVERSITÁRIOS				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Apoiar estudantes de nível superior e técnico com transporte subsidiado para garantir o acesso e a permanência ao ensino superior e técnico ofertados na região e, por conseguinte concluir este tipo de graduação, oferecendo as estes o transporte com veículos próprios ou terceirizados.					
Unidade Responsável:	05.01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIO	**Função:**	26-Transporte	**Subfunção:**	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.057 - Programa de Transporte p/ Estudantes Universitários		Atividade	Transporte Acadêmico Mantido		Pessoas Atend.	608.900,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Oferecer transporte escolar para universitários a baixo custo, possibilitando que um número maior de Munícipes tenha acesso ao Ensino Superior.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					255,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**608.900,00**	
Programa:	20 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Garantir para a rede municipal de ensino recursos e meios necessários para oferta da Educação de Jovens e Adultos, promover a formação continuada dos profissionais do quadro de pessoal que atuarem na Educação de Jovens e Adultos; fortalecer a alfabetização de jovens e adultos por meio da oferta de matrículas na EJA Fase I; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal; assegurar alimentação escolar, assim como garantir a estrutura física e os equipamentos necessários para sua oferta; manter, ampliar e reformar escolas que ofertem a Educação de Jovens e Adultos; fomentar matrículas na EJA em escolas de Educação Especial; garantir profissionais para a realização da manutenção das atividades administrativas da educação de jovens e adultos; conservar e ampliar o acervo bibliográfico das escolas de acordo com a faixa etária atendida; adquirir materiais didático-pedagógicos específicos para jovens e adultos.					
Unidade Responsável:	09.04 - DPTO DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	**Função:**	12-Educação	**Subfunção:**	Subfunção: 366-Educação de Jovens e Adultos	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.036 - EJA - FUNDEB 70%		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação		Alunos	15.400,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Educação de Jovens e Adultos; promover a capacitação dos profissionais do quadro de pessoal que atua no EJA e assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					12,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.037 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		Atividade	Manutenção e aprimoramento da Educação		Alunos	41.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Dotar a rede municipal de meios necessários à manutenção e melhoria continuada do ensino fundamental/Educação de Jovens e Adultos; fortalecer a alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino municipal; desenvolver ações para valorização dos profissionais; implantar programas de reforço escolar; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar e; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar, e atender a Lei Municipal nº 1268/15, em especial, as metas, estratégias, indicadores e diagnósticos constantes do anexo I do Plano Municipal de Educação - PME.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					12,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**57.200,00**	
Programa:	21 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE				**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Planejar, coordenar, executar e monitorar as políticas públicas de Assistência à Saúde de Média Complexidade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Saúde, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, visando garantir atendimento especializado, humanizado e resolutivo à população. Disponibilizar, manter, ampliar e qualificar os serviços prestados pelo Hospital Municipal, assegurando atendimento médico ambulatorial, serviços de urgência e emergência, internações hospitalares, apoio diagnóstico e demais procedimentos necessários à assistência integral à saúde. Garantir o acesso da população aos atendimentos especializados por meio de encaminhamentos e parcerias com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná CISOP, Central de Regulação de Leitos, Consórcio Intermunicipal SAMU Oeste CONSAMU, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), serviços de fisioterapia e demais serviços complementares da rede de média complexidade. Fortalecer a integração da rede municipal de saúde, promovendo maior eficiência no atendimento, redução do tempo de espera, ampliação do acesso às especialidades médicas e melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados à população.					

Unidade Responsável:	07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**Função:**	10-Saúde	**Subfunção:**	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.029 - Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Média Complex. em Saúde		Projeto	Veículos e Equip. Adquiridos	und	11.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aquisição de ambulâncias, ônibus, micro ônibus e veículos; equipamentos e material permanente (móveis e utensílios, equipamentos de informática, equipamentos médicos, odontológicos e outros), com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, visando melhorias da infraestrutura de Média Complexidade em Saúde, visando atendimento de qualidade aos Munícipes.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				1,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.012 - Manutenção do Hospital Municipal		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos	%	9.422.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção dos serviços de atendimento no Hospital Municipal: proporcionando atendimento médico básico e especializado, serviços ambulatoriais, serviços clínicos e internamentos.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.013 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP		Atividade	Consórcio Mantido	%	1.646.700,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP, para o encaminhamento de munícipes que necessitam de atendimento em áreas de especialidades.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	

				100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.045 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal SAMU OESTE - CONSAMU		Atividade	Consórcio Mantido	%	979.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assistência a Saúde e suporte a vida nos atendimentos móvel de urgência e emergência de Média Complexidade através do Consócio Intermunicipal SAMU OESTE - CONSAMU.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.046 - Manutenção Progr.de M.e Alta Complex.em Saúde Rec.Gov.Estadual		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos	%	451.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aplicar recursos repassados pelo Governo Estadual nos Programas de Saúde de Média e Alta Complexidade, de acordo com os termos pactuados pelos mesmos e aprovados pelo conselho municipal de saúde.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
	Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.055 - Manutenção do Bloco de	Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/M.e Alta Complexidade	Atividade	Serviços de Saúde Mantidos	%	6.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção Bloco Custeio Transf.Fdo a Fdo do SUS-Atenção Méd.e Alta Complix. Amb. e Hosp.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**12.516.900,00**	
Programa:	22 - ASSISTÊNCIA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Planejar, coordenar, desenvolver, executar e monitorar as políticas públicas de Vigilância em Saúde, contemplando os componentes de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância em Saúde Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador, de forma integrada, articulada e contínua, visando à promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde da população. Fortalecer as ações de vigilância e controle das doenças transmissíveis, das doenças e agravos não transmissíveis, bem como o monitoramento da situação de saúde do município, por meio de ações preventivas, educativas, assistenciais e de fiscalização sanitária. Desenvolver ações de vigilância ambiental em saúde, controle de endemias, monitoramento de fatores de risco ambientais e prevenção de agravos relacionados ao meio ambiente e às condições sanitárias, promovendo melhor qualidade de vida à população. Implementar ações de vigilância em saúde do trabalhador, visando à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, promoção de ambientes laborais seguros e monitoramento das condições de saúde dos trabalhadores. Executar ações de vigilância sanitária voltadas à fiscalização, inspeção, controle e orientação de estabelecimentos, produtos, serviços e ambientes sujeitos ao controle sanitário, garantindo a proteção da saúde pública e a redução dos riscos sanitários no município.				
Unidade Responsável:	07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**Função:**	10-Saúde	**Subfunção:**	Subfunção: 304-Vigilância Sanitária
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.016 - Manutenção da Vigilância em Saúde		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos	%	661.100,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter e/ou implementar o funcionamento do serviço de Vigilância em Saúde no município, no que diz respeito ao quantitativo de profissionais necessários e instrumentos de trabalho para executarem as ações de acordo com o Plano Municipal de Saúde, Pacto pela Vida, Termo de Compromisso de Gestão.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Unidade Responsável:	07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**Função:**	10-Saúde	**Subfunção:**	Subfunção: 305-Vigilância Epidemiológica
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.056 - Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv.Públ.de Saúde/Vigilância em Saúde		Atividade	Serviços de Saúde Mantidos	%	524.700,00

Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Aplicar os recursos das transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo dos Programas do Bloco Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde/Vigilância em Saúde, no desenvolvimento de ações voltadas ao preconizado pelo Fundo Nacional de Saúde em cada programa, termo de compromisso de gestão e, em consonância com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde aprovadas pelo Conselho Municipal.
	Metas Físicas / Análise Acumulativa
	Total

					100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**1.185.800,00**	
Programa:	23 - POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			**Tipo:**	Finalístico	
Objetivo:	Garantir a implementação da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, assegurando a proteção integral, a promoção, defesa e garantia de direitos, com prioridade absoluta, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com deliberação, monitoramento e controle social do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).					
Unidade Responsável:	06.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	**Função:**	8-Assistência Social	**Subfunção:**	Subfunção:243-Assistência à Criança e ao Adolescente	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.018 - Manutenção do Conselho Tutelar		Atividade	Conselho Mantido		%	541.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir a manutenção, estruturação e o pleno funcionamento do Conselho Tutelar, assegurando condições adequadas para o desempenho de suas atribuições na proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA. Executar as disposições previstas no Art. 134 do ECA e seu Parágrafo Único, assegurando recursos necessários ao funcionamento do órgão, à remuneração, capacitação e formação continuada dos Conselheiros Tutelares, bem como ao desenvolvimento de todas as atividades administrativas, operacionais e institucionais inerentes ao Conselho Tutelar, conforme estabelecido pela Lei nº 12.696/2012.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Unidade Responsável:	06.02 - FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	**Função:**	8-Assistência Social	**Subfunção:**	Subfunção:243-Assistência à Criança e ao Adolescente	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.001 - Centro de Apoio e Atendimento a Criança e do Adolescente		Atividade	Crianças e Adolescentes Atendidos		Crianças Adoles	237.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter o Contra Turno Social no Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente, com projetos e oficinas, ações e atividades, que promovam um espaço de convivência, formação, cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia da criança e do adolescente, visando à prevenção de situações de risco pessoal e social. Manutenção da folha e encargos sociais.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					70,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.002 - Casa Lar Nossa Senhora de Fátima		Atividade	Serviços Mantidos		%	228.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter a Casa Lar, desenvolver ações e atividades que atendem o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a PNAS/2004, que garantem a proteção integral, moradia, alimentação, higienização para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos acolhidos, que se encontram em situação de acolhimento provisório e excepcional para ambos os sexos, atendendo ao Art. 98 do ECA. Em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Manutenção da folha e encargos sociais.					
					Metas Físicas / Análise Acumulativa	
					Total	
					100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**		**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA		Atividade	Fdo Mantido		%	94.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter e alocar recursos financeiros, para a execução e manutenção da Política Municipal da Criança e do Adolescente. Manutenção de projetos, programas, ações e atividades, deliberadas e monitoradas, pelo Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente. Políticas sociais básicas; Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo; Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.					

				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.005 - Manutenção do Programa	de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	Atividade	Serviços Mantidos	%	36.300,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Promover as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2º edição, 2011-2015) e com a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.				
				Metas Físicas / Análise Acumulativa	
				Total	
				100,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**1.138.300,00**	
TOTAL NA LDO				**99.433.400,00**	

Município de TRES BARRAS DO PR - PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2027			
ARF(LRF, art 4º, § 3º)			R$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Improcedência em processos judiciais pertinentes à Administração Pública Municipal, em especial, ações de pequeno valor.	101.640,00	Abertura de créditos adicionais utilizando-se como fonte a reserva de contingência.	101.640,00
Ocorrência de epidemia, emergências e/ou calamidade pública decorrentes de fenômenos naturais imprevisíveis que requeiram ações de	101.640,00	Abertura de créditos adicionais utilizando-se como fonte a reserva de contingência.	101.640,00
SUBTOTAL	203.280,00	SUBTOTAL	203.280,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Arrecadação a menor de tributos e das transferências constitucionais devido a fatores	273.460,00	Limitação de empenhos	273.460,00
SUBTOTAL	273.460,00	SUBTOTAL	273.460,00
TOTAL	476.740,00	TOTAL	476.740,00
Fonte da Informação:			
1 - Riscos de improcedência em processos judiciais - Assessoria Jurídica			
2 - Ocorrência de situações de emergência e/ou calamidade pública. - Secretaria Munic. de Saúde e Secretaria Munic. de Adm. e Planejamento			
3 - Frustração da Arrecadação - Secretaria Municipal da Fazenda			
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.			

Município de TRES BARRAS DO PR - PR													
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS													
ANEXO DE METAS FISCAIS													
METAS ANUAIS													
2027													
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)													R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029				
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	99.433.400,00	99.433.400,00	-	104,204	109.376.740,00	109.376.740,00	-	104,204	120.314.414,00	120.314.414,00	-	104,204	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	97.491.130,00	97.491.130,00	-	102,169	107.351.200,00	107.351.200,00	-	102,274	118.086.320,00	118.086.320,00	-	102,274	
Receitas Primárias Correntes	93.479.430,00	93.479.430,00	-	97,965	102.938.330,00	102.938.330,00	-	98,070	113.232.163,00	113.232.163,00	-	98,070	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.127.900,00	8.127.900,00	-	8,518	8.940.690,00	8.940.690,00	-	8,518	9.834.759,00	9.834.759,00	-	8,518	
Transferências Correntes	83.755.650,00	83.755.650,00	-	87,774	92.131.215,00	92.131.215,00	-	87,774	101.344.336,50	101.344.336,50	-	87,774	
Demais Receitas Primárias Correntes	1.595.880,00	1.595.880,00	-	1,672	1.866.425,00	1.866.425,00	-	1,778	2.053.067,50	2.053.067,50	-	1,778	
Receitas Primárias de Capital	4.011.700,00	4.011.700,00	-	4,204	4.412.870,00	4.412.870,00	-	4,204	4.854.157,00	4.854.157,00	-	4,204	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	99.433.400,00	99.433.400,00	-	104,204	109.376.740,00	109.376.740,00	-	104,204	120.314.414,00	120.314.414,00	-	104,204	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	90.313.351,10	90.313.351,10	-	94,647	104.224.946,21	104.224.946,21	-	99,296	109.279.154,83	109.279.154,83	-	94,647	
Despesas Primárias Correntes	87.303.451,10	87.303.451,10	-	91,492	100.914.056,21	100.914.056,21	-	96,142	105.637.175,83	105.637.175,83	-	91,492	
Pessoal e Encargos Sociais	47.391.900,00	47.391.900,00	-	49,666	52.131.090,00	52.131.090,00	-	49,666	57.344.199,00	57.344.199,00	-	49,666	
Outras Despesas Correntes	39.911.551,10	39.911.551,10	-	41,826	48.782.966,21	48.782.966,21	-	46,476	48.292.976,83	48.292.976,83	-	41,826	
Despesas Primárias de Capital	3.009.900,00	3.009.900,00	-	3,154	3.310.890,00	3.310.890,00	-	3,154	3.641.979,00	3.641.979,00	-	3,154	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I	7.177.778,90	7.177.778,90	-	7,522	3.126.253,79	3.126.253,79	-	2,978	8.807.165,17	8.807.165,17	-	7,628	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (	7.177.778,90	7.177.778,90	-	7,522	3.126.253,79	3.126.253,79	-	2,978	8.807.165,17	8.807.165,17	-	7,628	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto R	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida Pública Consolidada (DC)	22.000.000,00	22.000.000,00	-	23,056	24.200.000,00	24.200.000,00	-	23,056	26.620.000,00	26.620.000,00	-	23,056	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	19.800.000,00	19.800.000,00	-	20,750	21.780.000,00	21.780.000,00	-	20,750	23.958.000,00	23.958.000,00	-	20,750	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PARÂMETROS	2027	2028	2029										

PIB Nominal	-	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL	95.421.700,00	104.963.870,00	115.460.257,00
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.			
Fonte da Informação:			
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.			

Município de TRES BARRAS DO PR - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2027
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c) = (b-a)	(II-I) % (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	78.800.000,00	-	112,571	98.628.305,16	-	93,869	19.828.305,16	25,16
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	77.954.480,00	-	111,364	98.628.305,16	-	92,861	20.673.825,16	26,52
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	78.800.000,00	-	112,571	99.200.292,51	-	93,869	20.400.292,51	25,89
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	74.342.000,00	-	106,203	99.200.292,51	-	88,558	24.858.292,51	33,44
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	99.200.292,51	-	-	99.200.292,51	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	99.200.292,51	-	-	99.200.292,51	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I	3.612.480,00	-	5,161	(571.987,35)	-	4,303	(4.184.467,35)	-115,83
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (	3.612.480,00	-	5,161	(99.772.279,86)	-	4,303	(103.384.759,86)	-2861,88
Dívida Pública Consolidada (DC)	15.000.000,00	-	21,429	15.287.502,45	-	17,868	287.502,45	1,92
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	14.000.000,00	-	20,000	8.659.374,96	-	16,677	(5.340.625,04)	-38,15
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	(2.656.754,10)	-	-	(2.656.754,10)	

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB Nominal	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL	70.000.000,00	83.947.092,82

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.
Fonte da Informação:
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.

Município de TRES BARRAS DO PR - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2027
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.000.000,00	78.800.000,00	5,07	93.000.000,00	18,02	99.433.400,00	6,92	109.376.740,00	10	120.314.414,00	10
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS	74.196.765,00	77.954.480,00	5,06	91.323.000,00	17,15	97.491.130,00	6,75	107.351.200,00	10,11	118.086.320,00	10
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.000.000,00	78.800.000,00	5,07	93.000.000,00	18,02	99.433.400,00	6,92	109.376.740,00	10	120.314.414,00	10
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPP	70.892.500,00	74.342.000,00	4,87	86.475.501,00	16,32	90.313.351,10	4,44	104.224.946,21	15,4	109.279.154,83	4,85
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (I	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Li	3.304.265,00	3.612.480,00	9,33	4.847.499,00	34,19	7.177.778,90	48,07	3.126.253,79	-56,45	8.807.165,17	181,7
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da L	3.304.265,00	3.612.480,00	9,33	4.847.499,00	34,19	7.177.778,90	48,07	3.126.253,79	-56,45	8.807.165,17	181,7
Dívida Pública Consolidada (DC)	13.500.000,00	15.000.000,00	11,11	20.000.000,00	33,33	22.000.000,00	10	24.200.000,00	10	26.620.000,00	10

Dívida Consolidada Líquida (DCL)	13.000.000,00	14.000.000,00	7,69	18.000.000,00	28,57	19.800.000,00	10	21.780.000,00	10	23.958.000,00	10
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da li	500.000,00	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.000.000,00	78.800.000,00	5,07	93.000.000,00	18,02	99.433.400,00	6,92	109.376.740,00	10	120.314.414,00	10
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS	74.196.765,00	77.954.480,00	5,06	91.323.000,00	17,15	97.491.130,00	6,75	107.351.200,00	10,11	118.086.320,00	10
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	75.000.000,00	78.800.000,00	5,07	93.000.000,00	18,02	99.433.400,00	6,92	109.376.740,00	10	120.314.414,00	10
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPP	70.892.500,00	74.342.000,00	4,87	86.475.501,00	16,32	90.313.351,10	4,44	104.224.946,21	15,4	109.279.154,83	4,85
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (I	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Li	3.304.265,00	3.612.480,00	9,33	4.847.499,00	34,19	7.177.778,90	48,07	3.126.253,79	-56,45	8.807.165,17	181,7
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da L	3.304.265,00	3.612.480,00	9,33	4.847.499,00	34,19	7.177.778,90	48,07	3.126.253,79	-56,45	8.807.165,17	181,7
Dívida Pública Consolidada (DC)	13.500.000,00	15.000.000,00	11,11	20.000.000,00	33,33	22.000.000,00	10	24.200.000,00	10	26.620.000,00	10
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	13.000.000,00	14.000.000,00	7,69	18.000.000,00	28,57	19.800.000,00	10	21.780.000,00	10	23.958.000,00	10
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da li	500.000,00	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Fonte da Informação:

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.

Município de TRES BARRAS DO PR - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	117.192.772,24	100,00	100.789.423,34	100,00	84.345.224,81	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	117.192.772,24	100,00	100.789.423,34	100,00	84.345.224,81	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte da Informação:

Dados contábeis

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.

Município de TRES BARRAS DO PR - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2027

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	697.281,60	672.719,75	464.900,00
Alienação de Bens Móveis	650.314,05	-	464.900,00

Alienação de Bens Imóveis	-	569.700,00	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	46.967,55	103.019,75	-
DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIV	75.488,98	546.590,84	186.841,94
DESPESAS DE CAPITAL	75.488,98	546.590,84	186.841,94
Investimentos	75.488,98	546.590,84	186.841,94
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊN	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2025 (g)=((Ia-IId)+IIIh)	2024 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2023 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	1.025.979,59	404.186,97	278.058,06
Fonte da Informação:			
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.			

Município de TRES BARRAS DO PR - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2027						
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
IPTU	Outros benefícios	TRIBUTARIO/DESCONTOS DE IMPOSTOS E TAXAS/CONTRIBUINTES Concessão de isenção do	108.000,00	118.800,00	130.680,00	Renúncia já estimada na previsão da arrecadação da receita de IPTU, uma vez, que a legislação Municipal prevê a concessão de desconto para Pgto à vista.
IPTU	Outros benefícios	IPTU sobre imóvel integr. do patrimônio de portadores de neoplasia maligna (câncer) ou seus dependentes, conforme Lei Munic nº 2241/2022	2.000,00	2.200,00	2.420,00	Renúncia já estimada na previsão da arrecadação da receita de IPTU, uma vez, que a Lei Municipal nº 2241/2022 prevê a isenção .
TOTAL			110.000,00	121.000,00	133.100,00	
Fonte da Informação:						
1 - IPTU - Código Tributário Municipal						
2 - IPTU - Código Tributário Municipal						
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.						

Município de TRES BARRAS DO PR - PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2027	
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, incis	R$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2027
Aumento Permanente da Receita	2.277.321,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.277.321,00
Redução Permanente da Despesa(II)	2.000.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	4.277.321,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	4.277.321,00
Fonte da Informação:	
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento.	

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná - PR.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO/2027
OBRAS EM ANDAMENTO
Anexo – Lei nº 3186/2026
(LRF, Art. 45, § único)

OBRAS 2026		
OBJETO	**VALOR TOTAL**	**% Executado**
CALÇAMENTO LINHA ALTA – Contrato nº 14/2026	R$ 344.986,58	À INICIAR
ILUMINAÇÃO PISTA DE CAMINHADA PR/471	R$ 276.851,50	50,35%
CRECHE PINGUINHO DE GENTE – RESOL. 320/2024 (SEDEF) – CONTRATO Nº 15/2026.	R$ 1.893.400,00	5,47%
TERMO DE COMPROMISSO 970313/2024/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - CONSTRUÇÃO DE 25 UNIDADES HABITACIONAIS	R$ 2.889.999,96	15,58%
REFORMA UBS SEDE MUNICÍPIO – CONTRATO Nº 234/2025.	R$ 162.900,00	36,17%
REVITALIZAÇÃO LAGO MUNICIPAL CV 101-2026	R$ 1.660.000,00	1,38%
PLAYGROUND – FORMATO DE BARCO – CV 1826/2025	R$ 205.000,00	12,85%
AMPLIAÇÃO CLUBE DE MÃES COMUNIDADE IGREJA AMARELA	R$ 101.704,59	EM LICITAÇÃO
REFORMA E AMPLIAÇÃO CENTRO DE EVENTOS CV 150-2026	R$ 2.016,241,21	EM LICITAÇÃO
Fonte: Departamento de Obras, Licitações e Contratos.		

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:5CB281A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE VITORINO - PR
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c") — R$ 1,00

FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	56.728.310,91	95.645.321,36	15.807.263,11	65.788.643,92	100,00	29.856.677,44	15.777.440,20	51.733.826,77	100,00	43.911.494,59
LEGISLATIVA	1.361.175,00	1.361.175,00	205.704,15	814.007,59	1,24	547.167,41	205.704,15	814.007,59	1,57	547.167,41
AÇÃO LEGISLATIVA	1.361.175,00	1.361.175,00	205.704,15	814.007,59	1,24	547.167,41	205.704,15	814.007,59	1,57	547.167,41
ADMINISTRAÇÃO	5.657.014,60	6.749.042,51	1.136.170,68	4.262.732,73	6,48	2.486.309,78	1.046.353,56	3.982.433,83	7,70	2.766.608,68
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	847.905,00	895.305,00	117.570,47	451.480,89	0,69	443.824,11	118.067,68	449.837,34	0,87	445.467,66
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.809.109,60	5.853.737,51	1.018.600,21	3.811.251,84	5,79	2.042.485,67	928.285,88	3.532.596,49	6,83	2.321.141,02
SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00	25.000,00	8.619,64	8.799,64	0,01	16.200,36	8.619,64	8.799,64	0,02	16.200,36
DEFESA CIVIL	25.000,00	25.000,00	8.619,64	8.799,64	0,01	16.200,36	8.619,64	8.799,64	0,02	16.200,36
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.240.202,00	7.275.250,70	786.752,88	4.638.969,36	7,05	2.636.281,34	815.425,58	2.339.130,00	4,52	4.936.120,70
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.347.278,00	4.540.580,53	213.402,26	3.324.588,31	5,05	1.215.992,22	396.153,36	1.192.119,64	2,30	3.348.460,89
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	730.714,00	1.071.751,00	258.523,39	540.611,10	0,82	531.139,90	113.146,79	382.111,10	0,74	689.639,90
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	66.000,00	162.970,00	65.011,14	115.885,00	0,18	47.085,00	59.751,94	110.625,80	0,21	52.344,20
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.057.810,00	1.377.810,00	241.110,64	611.272,08	0,93	766.537,92	241.110,64	611.103,19	1,18	766.706,81
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	38.400,00	122.139,17	8.705,45	46.612,87	0,07	75.526,30	5.262,85	43.170,27	0,08	78.968,90
SAÚDE	15.892.922,63	21.335.819,15	3.914.739,42	15.555.754,27	23,65	5.780.064,88	3.676.610,91	15.122.782,21	29,23	6.213.036,94
ADMINISTRAÇÃO GERAL	144.352,00	225.352,00	31.124,60	124.339,33	0,19	101.012,67	31.124,60	124.339,33	0,24	101.012,67
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.887.800,00	8.433.846,58	1.796.802,96	7.076.126,37	10,76	1.357.720,21	1.796.802,96	7.076.126,37	13,68	1.357.720,21
ATENÇÃO BÁSICA	8.299.525,63	12.055.375,57	2.013.266,82	8.134.147,63	12,36	3.921.227,94	1.775.138,31	7.701.175,57	14,89	4.354.200,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	244.000,00	244.000,00	11.975,56	46.238,95	0,07	197.761,05	11.975,56	46.238,95	0,09	197.761,05
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	317.245,00	377.245,00	61.569,48	174.901,99	0,27	202.343,01	61.569,48	174.901,99	0,34	202.343,01
EDUCAÇÃO	15.020.963,68	24.274.497,82	2.852.977,18	13.386.066,14	20,35	10.888.431,68	3.061.636,60	13.028.276,67	25,18	11.246.221,15
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.000,00	68.000,00	16.578,19	16.578,19	0,03	51.421,81	16.578,19	16.578,19	0,03	51.421,81
EDUCAÇÃO INFANTIL	5.057.000,00	6.129.076,28	738.652,94	3.338.164,15	5,07	2.790.912,13	776.242,44	3.278.114,51	6,34	2.850.961,77
ENSINO FUNDAMENTAL	9.495.043,68	17.611.281,62	2.034.004,67	9.668.588,56	14,70	7.942.693,06	2.183.401,33	9.375.287,67	18,12	8.235.993,95
DEMAIS SUBFUNÇÕES	465.920,00	466.139,92	63.741,38	362.735,24	0,55	103.404,68	85.414,64	358.296,30	0,69	107.843,62
CULTURA	519.000,00	656.750,00	57.338,72	285.471,26	0,43	371.278,74	23.579,14	251.711,68	0,49	405.038,32
DIFUSÃO CULTURAL	519.000,00	656.750,00	57.338,72	285.471,26	0,43	371.278,74	23.579,14	251.711,68	0,49	405.038,32

URBANISMO	3.071.786,00	10.685.277,54	1.478.398,95	8.370.192,49	12,72	2.315.085,05	1.944.645,47	3.457.851,93	6,68	7.227.425,61
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.071.786,00	10.685.277,54	1.478.398,95	8.370.192,49	12,72	2.315.085,05	1.944.645,47	3.457.851,93	6,68	7.227.425,61
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
GESTÃO AMBIENTAL	2.144.147,00	2.149.447,00	313.715,68	1.316.861,82	2,00	832.585,18	312.090,67	1.313.970,35	2,54	835.476,65
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.144.147,00	2.149.447,00	313.715,68	1.316.861,82	2,00	832.585,18	312.090,67	1.313.970,35	2,54	835.476,65
AGRICULTURA	1.207.117,00	1.226.617,00	106.120,50	516.788,09	0,79	709.828,91	106.120,50	506.088,09	0,98	720.528,91
ABASTECIMENTO	1.202.117,00	1.221.617,00	106.120,50	516.788,09	0,79	704.828,91	106.120,50	506.088,09	0,98	715.528,91
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
INDÚSTRIA	767.520,00	767.520,00	66.312,54	249.528,75	0,38	517.991,25	80.798,52	249.445,79	0,48	518.074,21
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	767.520,00	767.520,00	66.312,54	249.528,75	0,38	517.991,25	80.798,52	249.445,79	0,48	518.074,21
TRANSPORTE	3.881.453,00	14.986.664,64	4.219.893,56	13.721.580,16	20,86	1.265.084,48	3.835.336,25	8.127.037,37	15,71	6.859.627,27
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.881.453,00	14.986.664,64	4.219.893,56	13.721.580,16	20,86	1.265.084,48	3.835.336,25	8.127.037,37	15,71	6.859.627,27
DESPORTO E LAZER	444.500,00	656.750,00	111.135,60	410.197,52	0,62	246.552,48	111.135,60	280.597,52	0,54	376.152,48
DESPORTO COMUNITÁRIO	444.500,00	656.750,00	111.135,60	410.197,52	0,62	246.552,48	111.135,60	280.597,52	0,54	376.152,48
ENCARGOS ESPECIAIS	2.918.717,00	2.918.717,00	549.383,61	2.251.694,10	3,42	667.022,90	549.383,61	2.251.694,10	4,35	667.022,90
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	848.402,00	848.402,00	135.894,51	571.113,18	0,87	277.288,82	135.894,51	571.113,18	1,10	277.288,82
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.070.315,00	2.070.315,00	413.489,10	1.680.580,92	2,55	389.734,08	413.489,10	1.680.580,92	3,25	389.734,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	576.793,00	576.793,00	0,00	0,00	0,00	576.793,00	0,00	0,00	0,00	576.793,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	576.793,00	576.793,00	0,00	0,00	0,00	576.793,00	0,00	0,00	0,00	576.793,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**56.728.310,91**	**95.645.321,36**	**15.807.263,11**	**65.788.643,92**	**100,00**	**29.856.677,44**	**15.777.440,20**	**51.733.826,77**	**100,00**	**43.911.494,59**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:44:15.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:F433790E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE VITORINO - PR														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.126.595,17**	**5.592.779,27**	**6.234.497,56**	**7.969.305,64**	**7.048.675,99**	**6.598.668,69**	**6.460.883,62**	**7.493.766,39**	**7.210.475,18**	**8.191.695,96**	**6.797.592,24**	**6.082.597,52**	**81.807.533,23**	**64.858.321,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	706.340,06	851.546,84	882.518,75	1.004.065,91	784.309,11	823.886,35	1.267.003,82	1.705.355,36	874.611,59	1.112.850,80	902.032,53	871.557,88	11.786.079,00	9.195.431,00
I.P.T.U.	41.009,08	43.617,70	36.070,24	56.237,65	24.051,01	23.830,18	318.958,71	840.542,63	193.040,70	242.373,03	69.128,10	108.033,36	1.996.892,39	1.970.955,00
I.S.S.	329.157,41	324.453,75	419.371,61	444.449,65	354.317,34	419.982,24	318.319,66	333.000,46	321.546,36	359.501,28	449.763,77	367.620,09	4.441.483,62	2.123.268,00
I.T.B.I.	70.384,16	200.269,55	101.543,81	74.164,11	176.484,62	69.913,73	256.381,42	120.708,33	63.510,45	222.174,00	97.458,37	102.229,42	1.555.221,97	1.908.848,00
I.R.R.F.	191.419,57	204.420,77	240.854,60	357.138,24	152.705,78	197.775,85	221.763,00	203.026,06	188.959,05	198.924,11	198.739,91	201.987,85	2.557.714,79	1.916.114,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.369,84	78.785,07	84.678,49	72.076,26	76.750,36	112.384,35	151.581,03	208.077,88	107.555,03	89.878,38	86.942,38	91.687,16	1.234.766,23	1.276.246,00
Contribuições	95.017,32	101.505,91	97.081,45	96.109,44	101.358,08	98.538,28	124.116,01	207.380,05	133.186,08	150.109,26	112.287,05	117.703,19	1.434.392,12	1.204.162,00
Receita Patrimonial	250.535,99	270.417,35	220.029,15	212.084,63	235.451,04	208.722,68	249.777,73	228.430,92	199.203,89	235.532,76	287.480,03	287.342,48	2.885.008,65	378.166,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	250.529,18	270.417,35	219.925,09	212.020,15	235.451,04	208.630,44	248.916,05	228.430,92	199.140,64	235.468,77	287.480,03	287.275,20	2.883.684,86	376.591,00
Outras Receitas Patrimoniais	6,81	0,00	104,06	64,48	0,00	92,24	861,68	0,00	63,25	63,99	0,00	67,28	1.323,79	1.575,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.791,00	140.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.291,00	1.224,00
Transferências Correntes	5.066.916,51	4.362.439,10	5.029.411,37	6.652.000,67	5.922.401,46	5.439.699,13	4.673.853,69	5.345.776,29	5.998.648,28	6.688.951,71	5.430.520,58	4.805.455,70	65.416.074,49	54.079.338,00
Cota-Parte do F.P.M.	2.535.263,01	1.700.311,84	2.311.301,44	3.722.056,56	2.362.580,48	2.970.471,41	1.798.800,24	2.117.912,54	2.563.346,58	2.700.719,82	2.871.969,64	2.279.218,95	29.933.952,51	21.200.971,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.511.902,19	1.369.790,76	1.276.391,06	1.618.822,40	1.432.469,55	1.145.286,98	1.590.127,90	1.470.438,24	1.193.586,16	1.544.474,16	1.398.906,83	1.357.147,30	16.909.343,53	18.345.298,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	72.889,76	53.930,80	43.574,12	48.223,72	860.595,47	190.395,89	190.027,13	172.520,22	138.299,19	59.747,21	52.850,37	37.711,25	1.920.765,13	2.575.070,00
Cota-Parte do I.T.R.	34.235,80	263.514,30	6.473,17	6.074,64	1.082,85	946,18	3.544,05	3.966,65	350,65	11.153,52	2.774,21	9.616,62	343.732,64	255.084,00
Transferências da LC 61/1989	21.270,10	20.398,17	20.160,75	24.420,79	18.960,06	19.896,62	19.695,73	17.326,02	20.820,76	27.805,06	25.170,32	27.103,32	263.027,70	257.968,00

Transferências do FUNDEB	526.051,70	625.470,86	575.586,28	703.062,25	881.391,52	674.358,33	657.071,14	753.980,31	803.102,76	720.868,98	687.722,35	678.684,34	8.287.350,82	7.811.395,00
Outras Transferências Correntes	365.303,95	329.022,37	795.924,55	529.340,31	365.321,53	438.343,72	414.587,50	809.632,31	1.279.142,18	1.624.182,96	391.126,86	415.973,92	7.757.902,16	3.633.552,00
Outras Receitas Correntes	7.785,29	6.870,07	5.456,84	5.044,99	5.156,30	6.031,25	5.632,37	6.823,77	4.825,34	4.251,43	65.272,05	538,27	123.687,97	0,00
DEDUÇÕES (II)	**650.660,98**	**681.589,15**	**731.580,11**	**861.271,52**	**935.137,70**	**865.399,43**	**720.439,00**	**756.432,73**	**783.280,67**	**868.779,93**	**635.868,05**	**742.159,46**	**9.232.598,73**	**8.130.010,09**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	650.660,98	681.589,15	731.580,11	861.271,52	935.137,70	865.399,43	720.439,00	756.432,73	783.280,67	868.779,93	635.868,05	742.159,46	9.232.598,73	8.130.010,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**5.475.934,19**	**4.911.190,12**	**5.502.917,45**	**7.108.034,12**	**6.113.538,29**	**5.733.269,26**	**5.740.444,62**	**6.737.333,66**	**6.427.194,51**	**7.322.916,03**	**6.161.724,19**	**5.340.438,06**	**72.574.934,50**	**56.728.310,91**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	875.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	2.275.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	5.475.934,19	4.911.190,12	5.402.917,45	7.108.034,12	6.113.538,29	5.733.269,26	5.740.444,62	6.437.333,66	5.552.194,51	6.322.916,03	6.161.724,19	5.340.438,06	70.299.934,50	56.728.310,91
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	36.432,00	36.432,00	36.432,00	72.864,00	38.904,00	38.904,00	38.904,00	38.904,00	38.904,00	32.420,00	32.420,00	32.420,00	473.940,00	464.508,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	5.439.502,19	4.874.758,12	5.366.485,45	7.035.170,12	6.074.634,29	5.694.365,26	5.701.540,62	6.398.429,66	5.513.290,51	6.290.496,03	6.129.304,19	5.308.018,06	69.825.994,50	56.263.802,91
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:45:31.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:DA371946

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 07 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICIPIO DE VITORINO - PR												
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					Exercício de 2026							
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2026 / MÊS AGOSTO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)					R$ 1,00							
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	4.268,50	4.268,50	0,00	0,00	1.079.785,35	7.852.775,49	7.047.288,11	7.047.288,11	428.391,80	1.456.880,93	1.456.880,93
PODER EXECUTIVO	0,00	4.268,50	4.268,50	0,00	0,00	1.079.785,35	7.852.775,49	7.047.288,11	7.047.288,11	428.391,80	1.456.880,93	1.456.880,93
SECRETARIA MUN. DESENVOLV. INTERIOR E AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.665.560,05	3.541.733,69	3.541.733,69	270.000,00	853.826,36	853.826,36
SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO INDL E COML	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	923.812,40	2.664.820,56	3.310.774,25	3.310.774,25	148.562,16	129.296,55	129.296,55
SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.972,95	437.637,80	115.641,50	115.641,50	5.798,78	472.170,47	472.170,47
SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,88	171,88	171,88	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	266,51	266,51	0,00	0,00	0,00	70.493,39	70.491,39	70.491,39	2,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	4.001,99	4.001,99	0,00	0,00	0,00	14.091,81	8.475,40	8.475,40	4.028,86	1.587,55	1.587,55
Total (III) = (I + II):	**0,00**	**4.268,50**	**4.268,50**	**0,00**	**0,00**	**1.079.785,35**	**7.852.775,49**	**7.047.288,11**	**7.047.288,11**	**428.391,80**	**1.456.880,93**	**1.456.880,93**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:54:44.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:F83E9C8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE VITORINO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	66.044.456,90	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91	56.728.310,91
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 06/10/2026, às 08:58:56.											
Nota(s) Explicativa(s):											

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:85C1F98C